

**A Casa Senhorial dos condes e marqueses de Vila Real
(séculos XV-XVI)**

vol. I

Carlos Manuel da Silva Moura

Tese de Doutoramento em História Medieval

Agosto, 2016

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor João Silva de Sousa e a co-orientação científica do Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa

Apoio financeiro da FCT (SFRH / BD / 72016 / 2010)

DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 3 de Agosto de 2016

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,

Lisboa, 3 de Agosto de 2016

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O co-orientador,

Lisboa, 3 de Agosto de 2016

Ao meu Pai

A Casa Senhorial dos condes e marqueses de Vila Real (séculos XV-XVI)

Carlos Manuel da Silva Moura

Resumo:

Formalmente instituída no segundo quartel de Quatrocentos, a Casa de Vila Real foi uma das mais importantes casas senhoriais da nobreza titulada do Reino de Portugal, entre os meados dos séculos XV e XVII, até 1641, quando os seus representantes foram judicialmente sentenciados, por alegada conspiração e delito de lesa-majestade.

Favorecidos por uma ascendência familiar que remontava em caudilhos militares com laços de serviço aos primeiros reis da dinastia de Avis e em filhos bastardos de reis de Portugal e de Castela, os primeiros titulares da Casa de Vila Real ocuparam um lugar sociopolítico cimeiro no quadro da principal nobreza do Reino, através do qual puderam realizar um conjunto de vários serviços, especialmente, o exercício do ofício de capitães e governadores da cidade de Ceuta. O sucesso dos serviços militares e a proximidade de parentesco com a Casa Real foram os factores decisivos para a projecção sociopolítica e para o acrescentamento de património senhorial que a Casa de Vila Real alcançou entre os meados dos séculos XV e XVI.

Entre os anos 1445 e 1543, os primeiros três marqueses – D. Pedro de Meneses, D. Fernando de Meneses e D. Pedro de Meneses – acumularam para a Casa de Vila Real um grande conjunto de doações e mercês régias, pelas quais obtiveram vários senhorios de terras, jurisdições, rendas, direitos e privilégios exclusivos, incluindo a concessão de títulos nobiliárquicos e de ofícios de natureza militar, tudo em recompensa dos serviços prestados aos diferentes monarcas que reinaram naquele período.

Analisando um conjunto comum de dados, tendentes ao esboço dos percursos de vida daqueles três senhores (nascimento e morte; casamentos e descendências; alianças sociais e laços de parentesco; desempenho de ofícios e honras nobiliárquicas; fontes de riqueza e situação económica herdada; posição hierárquica e rivalidades sociopolíticas; itinerários e lugares de residência; símbolos de poder e de representação social; e sinais de educação cultural, de comportamento e de religiosidade), pretende-se compreender a evolução da Casa de Vila Real, nos meados dos séculos XV e XVI.

Recorrendo ao método biográfico, aplicado aos primeiros três marqueses de Vila Real, senhores que foram simultaneamente os representantes e a personificação da sua casa senhorial, pretende-se dar mais um contributo para o conhecimento das realidades sociais, políticas e comportamentais relativas à aristocracia laica portuguesa do período tardo-medieval.

Palavras-chave:

Casas senhoriais -- Casa de Vila Real -- Marqueses de Vila Real -- Séc. 15-16

The Noble Household of the earls and marquises of Vila Real (15th-16th centuries)

Carlos Manuel da Silva Moura

Abstract:

Formally established in the second quarter of 1400's, the House of Vila Real was one of the most important noble households in the kingdom of Portugal, between the mid-fifteenth and seventeenth centuries. In 1641, their representatives were judicially sentenced for alleged conspiracy and high treason against the king.

Having a family background that dates back to bastard sons of kings of Portugal and Castile and also to warlords who served the first kings of Avis, the first holders of the House of Vila Real occupied a sociopolitical top place on the main nobility of the kingdom through which they carried out a number of various services, specially, being captains and governors of Ceuta, in Morocco. The high success of their military services and his familiarity with the royal house were decisive factors for their sociopolitical projection and for the increase of their lands and revenues between the mid-fifteenth and sixteenth centuries.

Between 1445 and 1543, the first three marquises – D. Pedro de Meneses, D. Fernando de Meneses and D. Pedro de Meneses – have accumulated for the House of Vila Real a large number of royal donations by which they have obtained several lands, jurisdictions, incomes, exclusive rights and privileges, including the granting of nobility titles and military dignities. All this, in exchanging of services provided to the different monarchs who reigned in that period.

Analyzing a common set of data about the lives of these three nobles (birth and death; marriages and offspring; social alliances and family bonds; military dignities and nobility titles; wealth sources and inherited economic situation; ranks and sociopolitical rivalries; itineraries and residence places; symbols of power and social representation; and cultural signs of education, behavior and religiosity), our aim is to understand the evolution of the House of Vila Real, in the mid-fifteenth and sixteenth centuries.

Applying the biographical method in these first three marquises of Vila Real, simultaneously, the representatives and the embodiment of their noble house, we intend to give a further contribution to the social, political and behavioral knowledge of the Portuguese aristocracy from late-medieval period.

Keywords:

Noble households -- House of Vila Real -- Marquises of Vila Real -- 1400-1500

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
 CAPÍTULO I: ASTÚCIA D. PEDRO DE MENESES, 3.º CONDE E 1.º MARQUÊS DE VILA REAL (1445-1499)	
1. Enquadramento linhagístico	
1.1. Noronha, por varonia	17
1.2. Meneses, de nome	20
2. Criação e valimento sociopolítico	
2.1. Tutoria e curadoria maternas	28
2.2. Integração na Corte	31
3. A capitania de Ceuta (1460-1464)	
3.1. Acção militar, governo, doações e privilégios	38
4. Valimento e acrescentamento socioeconómico	
4.1. Casamento e descendências	51
4.2. Expansão senhorial (1466-1475)	56
4.3. Os benefícios da Guerra Peninsular	67
5. Um novo reinado, um novo marquês	
5.1. O tempo de D. João, príncipe herdeiro e rei	72
5.2. Beja, 1 de Março de 1489	83
5.3. Os últimos anos	87
 CAPÍTULO II: INTEMPERANÇA D. FERNANDO DE MENESES, 2.º MARQUÊS DE VILA REAL (1499-1523)	
1. Serviço militar e integração na Corte	
1.1. “ <i>Os filhos da Casa de Vila Real já nascem emplumados</i> ”	95
1.2. Herança e chefia da Casa de Vila Real	97
2. Do Algarve ao Minho: matrimónio e nobilitações	
2.1. Casamento e descendência	105
2.2. O condado de Alcoutim	109
2.3. O condado de Valença	111
3. A primeira década de 1500	
3.1. Reforço dos laços de parentesco com el-rei	114
3.2. Um marquês que se endivida	118
3.3. Alguns contenciosos	122

3.4. Outras receitas, doações e mercês	129
3.5. Itinerários	133
4. Sete anos e meio nos cabos do Reino	
4.1. Almeirim, Dezembro de 1510	138
4.2. Sentimentos de desfavor e desonra	145
4.3. Um casamento em risco	148
4.4. Conflitos jurisdicionais	154
4.5. Entre Vila Real e Caminha	162
5. Os últimos anos	
5.1. De regresso à Corte	170
5.2. Actos derradeiros	179
 CAPÍTULO III: VAIDADE	
D. PEDRO DE MENESES, 3.º MARQUÊS DE VILA REAL (1523-1543)	
1. Armas e letras	
1.1. Cataldo e a educação do 2.º conde de Alcoutim	184
1.2. Ceuta, 1512-1517: governo e práticas guerreiras	195
2. Herança e sucessão	
2.1. Casamento e descendências	210
2.2. Os primeiros anos do marquesado	222
3. A embaixada de 1526	
3.1. Em terras da Andaluzia	227
3.2. A magnificência vila-realense: financiamentos e resgates	231
4. Fastos senhoriais e nefastos nobiliárquicos	
4.1. Remodelação e gestão do património senhorial	237
4.2. <i>“Fazei-o duque e tirai-lhe o que tem”</i>	245
5. Os anos do crepúsculo	
5.1. Repetição de hábitos: dívidas e alienações	257
5.2. Almeirim – Santarém, Junho de 1543	267
 CAPÍTULO IV: SENHORIZIO	
1. O património senhorial	
1.1. Formação e evolução (1437-1543)	275
1.2. Conteúdos das doações e dos privilégios senhoriais	281
1.3. Rendimentos senhoriais	284
1.4. Residências particulares	289
1.5. Bens de morgado (1431-1543)	297

CAPÍTULO V: MEMÓRIA E IDENTIDADE

1. Signos de identidade

1.1. Ilustres príncipes e excelentes senhores	302
1.2. O selo, a divisa e o estoque	303

2. Lugares de memória

2.1. São Francisco de Santarém e São Francisco de Leiria	309
--	-----

CONCLUSÃO	317
------------------	-----

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas	323
Fontes impressas	330
Bibliografia e estudos	336
Fontes iconográficas	348
Sítios electrónicos	349

APÊNDICE (vol. II)

A – Quadros genealógicos

B – Património senhorial da Casa de Vila Real (mapas)

C – Senhorios, jurisdições e direitos (sinopses)

1. Senhorios da Casa de Vila Real, em 1543
2. Outras rendas e direitos da Casa de Vila Real
3. Senhorios que foram da Casa de Vila Real
4. Padroado de igrejas e prestimónios da Casa de Vila Real

D – Vestígios e representações

E – Relação de documentos

F – Transcrição de documentos

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Siglas:

AHSCM	–	Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia
AN/TT	–	Arquivo Nacional/Torre do Tombo
APH	–	Academia Portuguesa da História
BA	–	Biblioteca da Ajuda
BACL	–	Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa
BGUC	–	Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
BL	–	British Library
BNE	–	Biblioteca Nacional de España
BNF	–	Bibliothèque Nationale de France
BNP	–	Biblioteca Nacional de Portugal
BP / BPM	–	Biblioteca Pública / Biblioteca Pública Municipal
CEHU	–	Centro de Estudos Históricos Ultramarinos
CEH – UNL	–	Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa
CHAM	–	Centro de História de Além-Mar
CHUL	–	Centro de História da Universidade de Lisboa
CHUP	–	Centro de História da Universidade do Porto
CIDEHUS	–	Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades
CLEGH	–	Centro Lusíada de Estudos Genealógicos, Heráldicos e Históricos
CNCDP	–	Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses
CSIC	–	Consejo Superior de Investigaciones Científicas
EHES	–	École des Hautes Études en Sciences Sociales
FCB	–	Fundação da Casa de Bragança
FCG	–	Fundação Calouste Gulbenkian
FCSH – UNL	–	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa
FDUL	–	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
FLUC	–	Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
FLUC – IHES	–	Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de História Económica e Social
FLUL	–	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
FLUP	–	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
IAC	–	Instituto para a Alta Cultura / Instituto de Alta Cultura
ICALP	–	Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
IEC	–	Instituto de Estudios Ceutíes
IEM	–	Instituto de Estudos Medievais
INCM	–	Imprensa Nacional – Casa da Moeda
INE	–	Instituto Nacional de Estatística
INIC	–	Instituto Nacional de Investigação Científica
IPH	–	Instituto Português de Heráldica
JNICT	–	Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
NA	–	Núcleo Antigo
PUF	–	Presses Universitaires de France
RAH	–	Real Academia de la Historia
UAç	–	Universidade dos Açores

UAL	–	Universidade Autónoma de Lisboa
UFRJ	–	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UCP	–	Universidade Católica Portuguesa
UNL	–	Universidade Nova de Lisboa

Abreviaturas:

a.C.	–	antes de Cristo
cap. / caps.	–	capítulo / capítulos
Cf.	–	Confrontar
consult.	–	consultado
coord.	–	coordenação
dir.	–	direcção
ed.	–	edição
fasc. / fascs.	–	fascículo / fascículos
fl. / fls.	–	fólio / fólhos
imp.	–	impressor
Ms.	–	Manuscrito
n.º / n.ºs	–	número / números
org.	–	organização
p. / pp.	–	página / páginas
Pe.	–	Padre
rev.	–	revisão
s/	–	sem
s.d.	–	sem data
s.e.	–	sem editor
s.l.	–	sem local
ss.	–	seguintes
v.º	–	verso
vv.	–	versos
vol. / vols.	–	volume / volumes

Outras convenções:

<i>c.</i>	–	<i>circa</i> (à roda de)
<i>cit.</i>	–	<i>citatus</i> (citado)
<i>et alli</i>	–	e outros
<i>in fine</i>	–	no fim
<i>infra</i>	–	abaixo
<i>in initio</i>	–	no início
<i>supra</i>	–	acima
<i>ut supra</i>	–	como acima
<i>Vide</i>	–	Veja-se

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1445 e 1543, três titulares da Casa de Vila Real, em função das suas trajectórias sociopolíticas, construíram e consolidaram o lugar histórico de uma das casas nobres mais importantes que existiram em Portugal, nos séculos XV e XVI. Em três gerações, acumularam títulos nobiliárquicos e foram donatários de vários senhorios, jurisdições, rendas, direitos e privilégios, em gratificação de serviços prestados à Coroa Portuguesa, quer no espaço peninsular ibérico, quer além-mar, no Norte de África, em Ceuta, onde foram capitães e governadores desta cidade, em nome de el-rei.

Enquadramento teórico

A investigação apresentada nas páginas seguintes tem a finalidade de facultar mais um contributo para aprofundar e divulgar o conhecimento das realidades sociais, políticas e comportamentais relativas à aristocracia laica portuguesa do período tardo-medieval ou alti-moderno, conforme a designação preferida.

Em termos genéricos, o enquadramento teórico desta investigação é óbvio: casas senhoriais. Nos últimos 20 a 30 anos, muitos foram os estudos votados à caracterização dos percursos das casas titulares portuguesas, quase sempre feitos no ambiente e ensino universitários. Sem sermos exaustivos, mencionamos os trabalhos sobre os Almeida, os Bragança, os Melo, os Gama, os Pimentel, os Coutinho, os Teles ou os Meneses ¹, além

¹ Hermínia Maria de Vasconcelos VILAR, «A ascensão de uma linhagem: a formação da Casa Senhorial de Abrantes» in *Arqueologia do Estado*, vol. I, Lisboa, História & Crítica, 1988, pp. 331-344; Mafalda Soares da CUNHA, *Linhagem, Parentesco e Poder: a Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, FCB, 1990; idem, *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000; José Pavia CUMBRE, *Os Melo: origens, trajectórias familiares e percursos políticos (séculos XII-XV)*, Lisboa, Tribuna da História, 2007; Ivone Maria Correia ALVES, *Gamas e Condes da Vidigueira: percursos e genealogias*, Lisboa, Edições Colibri, 2001; Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *Os Pimentéis: percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, INCM, 2000; Luís Filipe OLIVEIRA, *A Casa dos Coutinhos: linhagem, espaço e poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia, 1999; Nuno Miguel Silva CAMPOS, *Os Teles: uma linhagem entre Castela e Portugal na Idade Média (1161-1385)*, tese de doutoramento policopiada, Évora, Universidade de Évora, 2012; idem, *D. Pedro de Meneses e a Construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Edições Colibri, 2005; e Carlos Manuel da Silva MOURA, *A Linhagem de D. Pedro de Meneses: percursos e estratégias de poder político, social e senhorial (séculos XIV-XV)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH – UNL, 2005.

de outros mais personalizados, referentes ao condestável D. Pedro (filho do Infante D. Pedro), ao Infante D. Henrique, ao Infante D. Fernando (irmão de el-rei D. Afonso V) ou ainda a D. Fernando, 2.º duque de Bragança ². Outrossim, são de salientar os artigos subsidiários relativos à participação da principal nobreza titular portuguesa na política da construção do *Estado da Índia*, durante o século XVI ³.

Os resultados obtidos permitem apurar que a formação de casas senhoriais entre as diferentes linhagens portuguesas, sobretudo, naquelas que tiveram o ensejo de lograr a titulação nobiliárquica, não foi uniforme, quer no tempo, quer na correspondência das expectativas geradas em torno dos trajectos e das estratégias de afirmação sociopolítica dos vários indivíduos, que, aqui ou ali, alcançaram maiores graus de protagonismo para si mesmos e para as suas famílias. Em conjunto, os serviços prestados à figura régia, os laços de parentesco criados, as rivalidades com outras famílias ou ainda a competição pela aquisição de privilégios e pelo exercício de vários poderes sobre o território e as gentes, constituem factores determinantes para compreendermos o lugar e a evolução de cada corpo linhagístico na hierarquia do seu grupo social ⁴.

Em Portugal, o século XV revelou-se um período determinante para a formação e incremento das casas senhoriais ⁵. O seu sentido jurídico e institucional tornou-se mais robusto, distinguindo-se assim do panorama da soma variada de tenências, jurisdições e senhorios que caracterizou os potentados feudais de alguns grandes senhores de épocas anteriores, entre os quais, também se achavam figuras da Casa Real, como reis, rainhas, infantes e bastardos régios. A mudança de paradigma iniciou-se inevitavelmente no topo

² Luís Adão da FONSECA, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, INIC / CHUP, 1982; João Silva de SOUSA, *A Casa Senehrial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991; João Paulo Oliveira e COSTA, *Henrique, o Infante*, 2.ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013; Sebastiana Alves Pereira LOPES, *O Infante D. Fernando e a Nobreza Fundiária de Serpa e Moura (1453-1470)*, s.l., Câmara Municipal de Beja, 2003; e Maria Barreto DÁVILA, *D. Fernando I, 2.º duque de Bragança: vida e acção política*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH – UNL, 2009.

³ Publicados n' *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia: actas*, org. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, CHAM (UNL) / Instituto de Investigação Científica e Tropical (Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga), 2004.

⁴ Vide Joaquim Candeias SILVA, *O Fundador do "Estado Português da Índia" D. Francisco de Almeida: 1457(?) - 1510*, Lisboa, CNCDP / INCM, 1996; Alexandra PELÚCIA, *Martim Afonso de Sousa e a sua Linhagem: trajectórias de uma elite no Império de D. João III e de D. Sebastião*, Lisboa, CHAM (FCSH – UNL) / UAç, 2009; Andreia Martins de CARVALHO, *Nuno da Cunha e os Capitães da Índia (1529-1538)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH – UNL, 2006; Nuno VILA-SANTA, *D. Afonso de Noronha, Vice-Rei da Índia: perspectivas políticas do Reino e do Império em meados de Quinhentos*, Lisboa, CHAM (FCSH – UNL) / UAç, 2011; e idem, *Entre o Reino e o Império: a carreira político-militar de D. Luís de Ataíde, 1516-1581*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

⁵ Vide Luís Filipe OLIVEIRA e Miguel Jasmins RODRIGUES, «Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza: a titulação na 2.ª dinastia» in *Revista de História Económica e Social*, n.º 22, Lisboa, Sá da Costa, 1988 (Janeiro-Abril), pp. 77-93.

da pirâmide social, com a constituição das casas dos filhos de D. João I, nas quais foram integrados vários vassallos da fidalguia secundária, que, ao darem apoio àquele monarca na sua ascensão ao trono, ficaram submetidos numa lógica de dependência e de serviço. Só depois da conquista de Ceuta e ao longo de todo o século XV começou a registar-se alguma autonomia sociopolítica de vários senhores nobres, consentida pelos primeiros reis da dinastia de Avis, que ficou traduzida na concessão múltipla de atribuições, entre doações de terras, títulos, ofícios, privilégios e assentamentos, em remuneração de todo ou qualquer serviço prestado ao governo político, administrativo e territorial de el-rei e da Coroa, quer no Reino, quer além-mar, em África. Alimentada com esta variedade de atribuições, que lhe deu maior riqueza e prestígio socioeconómicos, a principal nobreza instituiu casas senhoriais próprias e passou a dispor de meios, à sua escala, para criar e subordinar clientelas e para imitar processos de gestão doméstica e pública, similares à Casa Real. Além disto, através de vários privilégios facultados pela Coroa, essa grande nobreza dispôs ainda de maior amplitude para constituir um património móvel e imóvel diferenciado, mais ou menos assinalável, com a possibilidade de transmiti-lo num único sucessor, idealmente primogénito e varonil, em torno do qual toda a parentela directa e colateral se agregava, factor que permitiu a edificação de uma consciência, memória e identidade nas diferentes linhagens ⁶.

Embora o poder régio tivesse tolerado maior autonomia sociopolítica à nobreza, realidade que parece ser indissociável do aumento do número de titulações, sobretudo, no reinado de D. Afonso V, a Coroa ainda dispunha de alguns mecanismos de controlo que poderiam limitar a ascensão social e económica das diferentes famílias nobres, em termos sucessórios, como era o caso da *Lei Mental*. Porém, não obstante o razoado dos princípios consagrados nesta moldura jurídica, é sabido que a sua aplicação formal foi bastante complacente e frequentemente dispensada no sentido de autorizar a sucessão de pessoas inabilitadas, especialmente, os parentes colaterais e as mulheres ⁷. Nos casos de sucessão feminina, ainda que não se mantivesse o nome varonil da linhagem transmitido à descendência da geração seguinte, por força do uso do apelido do consorte masculino,

⁶ Vejam-se João Silva de SOUSA, «Casas Senhoriais no Portugal Quatrocentista» in *Revista de Ciências Históricas*, vol. IX, Porto, Universidade Portucalense, 1994, pp. 95-98; idem, «A Casa Senhorial em Portugal na Idade Média» in *Revista Portuguesa de História*, tomo 36 – vol. I, Coimbra, FLUC – IHES, 2002-2003, pp. 278-282; e Luís Filipe OLIVEIRA, *Em Torno das Casas Senhoriais dos Finais da Idade Média*, separata de *Media Aetas*, n.ºs 3-4, s.l., s.e., 2000-2001, pp. 90-96.

⁷ Sobre os princípios genéricos da *Lei Mental*, veja-se a síntese interpretativa de António Manuel HESPANHA, *As Vésperas do Leviathan: instituições e poder político; Portugal – século XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994, pp. 402-414.

a dispensa régia da *Lei Mental* servia fundamentalmente para perpetuar as casas nobres que caíam na circunstância de uma sucessão feminina, mantendo-lhes assim a inteireza do património, graças ao princípio da indivisibilidade das doações recebidas da Coroa, que a mesma lei obrigava ⁸. No entanto, também houve casos em que a sucessão caía numa mulher, que se consorciava com um secundogénito de outra casa e/ou linhagem, acabou por ter o respectivo filho sucessor a usar o apelido da família materna e não o apelido da família paterna, da qual provinha a sua varonia ⁹. O argumento utilizado para justificar a transmissão indivisível dos bens doados pela Coroa, com ou sem isenção da *Lei Mental*, era a preservação do poder senhorial e simbólico das principais famílias nobres, por nele se apoiar o próprio poder da Coroa, pois, a força e o prestígio desta repousavam na força e no prestígio daquelas ¹⁰. Por outro lado, em reforço dos princípios da indivisibilidade dos bens (patrimoniais ou doados pela Coroa) e de uma sucessão primogénita e varonil, preferida em detrimento da linha feminina, as famílias (nobres e não nobres) recorreram muito usualmente ao mecanismo de vincular bens em morgados, a fim de transmitirem o património acumulado num único sucessor, com certas obrigações determinadas pelo instituidor do vínculo ¹¹. O morgadio só obteve uma codificação explícita e sistemática com as *Ordenações Filipinas*, nas quais se confirma o esclarecimento do discurso régio quanto ao seu objectivo: as casas nobres instituíam morgados de bens, não apenas para continuarem nas gerações seguintes da família, favorecendo o acréscimo do seu estado sociopolítico e económico, mas também com uma preocupação evidente de conservar a memória do nome linhagístico ¹². Como adiante veremos, a dispensa da aplicação da *Lei*

⁸ Assim aconteceu a D. Beatriz de Meneses, filha única de D. Henrique de Meneses, 1.º conde de Loulé, que herdou todos os bens do seu pai, sem embargo da *Lei Mental*, vindo depois a casar-se com D. Francisco Coutinho, 4.º conde de Marialva. O processo repetiu-se com D. Guiomar Coutinho, filha única deste casal anterior, que herdou todos os bens e títulos dos seus pais, sem embargo da *Lei Mental*, vindo depois a casar-se com o Infante D. Fernando, filho de el-rei D. Manuel I. Relativamente às cartas régias que permitiram a sucessão feminina nos bens do 1.º conde de Loulé (datada de 27-06-1476) e do 4.º conde de Marialva (datada de 18-06-1504, inserta numa confirmação de 02-08-1530), vide AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 7, fl. 36 e *Chancelaria de D. João III: doações, ofícios e mercês*, livro 39, fls. 95 v.º-96, respectivamente.

⁹ Assim se passou com D. Beatriz de Meneses, filha mais velha e principal herdeira dos bens de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta, que depois se casou com D. Fernando de Noronha, cujo filho sucessor se chamou D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real. O mesmo aconteceu com D. Joana de Castro, herdeira de todos os bens e casa do seu irmão D. João de Castro, 2.º conde de Monsanto, falecido sem geração, vindo depois a casar-se com D. João de Noronha, irmão do referido 3.º conde de Vila Real, cujo filho sucessor se chamou D. Pedro de Castro, 3.º conde de Monsanto.

¹⁰ Vide António Manuel HESPANHA, *As Vésperas...*, cit., pp. 384-385 e 404-405.

¹¹ Relativamente ao funcionamento e aos propósitos deste mecanismo de vínculo, vejam-se os exemplos analisados por Maria de Lurdes ROSA, *O Morgadio em Portugal: séculos XIV-XV*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, pp. 38-94.

¹² *Ordenações Filipinas*, edição da reprodução «fac-símile» da edição feita por Cândido Mendes de Almeida (Rio de Janeiro, 1870), Lisboa, FCG, 1985, vol. III, Livro IV, título 100, § 5, p. 991.

Mental e a instituição de um morgado de bens, com certas cláusulas e obrigações, foram os mecanismos instrumentais que, nos anos 30 do século XV, permitiram fundar a Casa Senhorial de Vila Real e assegurar a continuidade da sua linhagem familiar ¹³.

O que é então uma casa senhorial? No universo da nobreza, a noção de ‘casa’ foi definida por Nuno Gonçalo Monteiro como «um conjunto coerente de bens simbólicos e materiais, a cuja reprodução alargada estavam obrigados todos os que nela nasciam ou dela dependiam» (família e criados). Ou, mais brevemente, «uma entidade institucional e simbolicamente consagrada, cuja reprodução repousava em mecanismos de autoridade e em noções de dever» ¹⁴. O autor lembra ainda a definição de Jack Goody, para quem a casa possui uma «identidade no tempo [...] assegurada pela propriedade fundiária, pelo direito a desempenhar ofícios, por títulos e por quaisquer outros direitos relativamente exclusivos» ¹⁵. Nestes termos, uma casa senhorial pode ser pensada, independentemente das conjunturas de tempo, de lugar e de configuração, como um repositório de heranças materiais e espirituais de determinada linhagem, que as apreende e se valoriza mediante um aglomerado de motivos e de elementos que lhe são inerentes ou atribuídos: origens, nome, parentesco, símbolos, dignidades, hierarquia, poder e riqueza. Foi neste conjunto de substantivos e com senso preciso que Claude Lévi-Strauss definiu a casa como ‘uma pessoa moral, detentora de um domínio composto de bens materiais e imateriais, que se perpetua pela transmissão do seu nome, da sua fortuna e dos seus títulos, em linha real ou artificial, tida por legítima, na única condição de tal continuidade poder exprimir-se numa linguagem de parentesco ou de aliança e, na maior parte das vezes, das duas em combinação’ ¹⁶.

Linhas de orientação

Qualquer que seja o conceito de casa aplicado ao universo da nobreza, uma das suas ideias principais é a da transmissão do seu património material e simbólico, com o

¹³ Veja-se o subcapítulo I.1.2., *infra*.

¹⁴ Nuno Gonçalo Freitas MONTEIRO, *O Crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, 2.^a ed. revista, Lisboa, INCM, 2003, pp. 95 e 99.

¹⁵ *Ibidem*, p. 83.

¹⁶ Veja-se Claude LÉVI-STRAUSS, «Histoire et ethnologie» in *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, 38^e Année, n.º 6, Paris, Armand Colin, 1983 (novembre-décembre), p. 1224. Sobre os usos desta definição e demais virtudes, limites e críticas, veja-se Élie HADDAD, «Qu’est-ce qu’une “maison”? De Lévi-Strauss aux recherches anthropologiques et historiques récentes» in *L’Homme*, n.º 212, Paris, Éditions de l’EHESS, 2014 (octobre-décembre), pp. 109-138.

objectivo de ser administrado, mantido e acrescentado, em cada geração, por um único indivíduo, idealmente primogénito e varão. Quando a sucessão da primogenitura varonil não ocorria, tal situação era remediada com os mecanismos necessários que permitissem a continuação do nome e da memória da linhagem. Outro aspecto relevante refere-se às funções sociais e políticas desempenhadas pelo senhor da casa. Por um lado, na esfera particular, tinha um estatuto de chefe familiar, a cuja autoridade se subordinavam todos os parentes e criados que com ele residiam ou dele dependiam, relativamente aos quais determinava a prática dos deveres e cargos que cabiam a cada um deles, em serviço da família e da casa. Por outro lado, na esfera pública, assumia um papel de representação institucional, quer da sua pessoa, quer da sua casa, no seio da comunidade nobiliárquica a que pertencia, diferenciando-se dos demais senhores pela maior ou menor relevância daquilo que detinha em termos materiais e simbólicos (origem familiar, títulos, ofícios, capacidade militar, poder clientelar, riqueza patrimonial, direitos exclusivos, etc.) em função dos quais ocupava um determinado lugar sociopolítico, conforme os estamentos estabelecidos.

Seguindo os artigos de reflexão de Mafalda Soares da Cunha e de Nuno Gonçalo Monteiro ¹⁷, se uma das linhas de diferenciação entre os indivíduos do grupo da nobreza decorria dos títulos e dos cargos que detinham, além da origem linhagística, uma outra distinção registava-se ao nível dos recursos económicos e patrimoniais auferidos, cuja maior ou menor dimensão favorecia ou limitava a ascensão dos titulares na pirâmide social nobiliárquica. Neste sentido, compreende-se que só a Coroa poderia impulsionar ou travar a promoção social dos vários senhores nobres, uma vez que era ela quem mais doações e mercês fazia e mais serviços militares, administrativos e políticos solicitava. Quanto maiores fossem os recursos dotados e controlados, maiores seriam as hipóteses de autonomia das casas senhoriais, assim como o alcance e a determinação dos poderes que eram exercidos sobre o território e as gentes. Tamanha situação resultava do nível das relações de dependência estabelecidas entre a Coroa e o grupo da nobreza, sempre mutáveis no decurso do tempo, conforme a maior ou menor capacidade de intervenção dos monarcas, na ocasião de permitirem a organização e o desenvolvimento das várias casas senhoriais, em função dos interesses da Casa Real Portuguesa e da correlação de

¹⁷ Mafalda Soares da CUNHA, «Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI: algumas reflexões» *in* *Penélope*, n.º 29, Lisboa, Editora Celta, 2003, pp. 33-48; e Mafalda Soares da CUNHA e Nuno Gonçalo MONTEIRO, «Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII» *in* *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica: elementos para uma história comparada*, Lisboa, Edições Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora, 2010, pp. 47-58 e 64-67.

forças que esta última pretendia instituir. No intervalo temporal que abrange a presente investigação, importa assinalar a actuação do poder régio na modelação e configuração do grupo nobiliárquico. Em períodos distintos de governo, na forma e no modo, quer D. João I, no início do século XV, quer D. Manuel I e o seu sucessor D. João III, durante a primeira metade do século XVI, actuaram no sentido de restringir o acesso às titulações do escalão cimeiro (os ducados) aos seus familiares directos e às linhagens bastardas da dinastia de Avis. Com raízes directas na realeza peninsular, a Casa de Vila Real também logrou o título ducal, mas só no período da dinastia filipina e muito mais para gratificar o apoio que o marquês D. Manuel de Meneses deu ao rei Filipe II na sua candidatura ao trono de Portugal. Seja como for, os ducados abrangeram um número limitado de casas titulares: Bragança, Coimbra/Aveiro, Vila Real e familiares da Casa Real. Abaixo destas casas, que ainda reuniam alguns títulos de condado e de marquesado, houve várias casas condaís, mais um viscondado e um baronato, cuja soma de títulos (entre novos, extintos e renovados) andava à volta de uma vintena, pouco mais ou menos ¹⁸.

Na transição do século XV para o século XVI e daqui por diante, é de acentuar que as casas senhoriais mais destacadas – Bragança, Coimbra/Aveiro e Vila Real, além das casas de príncipes, rainhas e infantes – já dispunham de uma larga autonomia que lhes permitia mimetizar a representação social e simbólica da chamada ‘casa régia’. É bem sabido que os titulares daquelas casas tinham ao seu serviço uma vasta clientela de indivíduos que os assistiam e representavam, quer no domínio do seu paço privado (um capelão, um físico, um moço da câmara...) quer no círculo da corte régia (um cavaleiro, um fidalgo, um escudeiro...). Estes indivíduos eram da sua criação e feitura, por quem intercediam junto do rei, a fim de este lhes fazer mercê de ofícios, privilégios e tenças. Relativamente aos ofícios, a concessão tanto poderia ser na administração central como na administração periférica, sublinhando-se que, nesta última, referiam-se normalmente ao exercício de funções judiciárias ou fiscais nos seus domínios senhoriais, nos quais os duques e marqueses das casas de Bragança, de Coimbra/Aveiro e de Vila Real gozavam de uma grande amplitude de privilégios, conferidos pelo teor das suas doações: isenção de correição régia; conhecimento de apelações e de agravos em segunda instância, feito pelos seus ouvidores; e provimento de ofícios dos concelhos e demais cargos relativos à arrecadação de foros, tributos e direitos.

¹⁸ Veja-se o Apêndice composto por Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. III, reprodução fac-símile da edição de 1973, com apresentação e apêndices de Luís de Bivar Guerra, Lisboa, INCM, 1996, p. 225 e ss.

Rodeados por um grande número de servidores, os senhores das principais casas titulares conseguiram formar séquitos próprios, segundo a estrutura e o modelo da corte régia ¹⁹. Tendo largos recursos económicos, advindos dos seus senhorios e dotados pela Coroa, alguns grandes nobres do Reino não hesitaram em mostrar a sua magnificência, alardeando-a em ocasiões específicas para fins da sua afirmação política e representação social. Na investigação que nos importa, atestamo-lo na faustosa embaixada de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, quando recebeu de el-rei D. João III o encargo de conduzir a Infanta D. Isabel, irmã do monarca, até à cidade de Sevilha, em Março de 1526, a fim de formalizar o casamento ajustado com o imperador Carlos V ²⁰.

No entanto, os sinais de ostentação eram bem mais significativos, apropriados e exigidos nos territórios senhoriais, lugares onde a Coroa não interferia com a potestade exercida pela nobreza titulada. Assim o verificamos no caso de D. Miguel de Meneses, 4.º marquês de Vila Real, quando estanciava nos paços da sua quinta de Chão de Couce, onde era idolatrado como uma deidade pelos moradores locais, que não se impediam de lançar-se e prostrar-se a seus pés, ansiosos por lhe tocarem nas vestes, esperando obter dele um gesto paternal, indicativo de segurança e protecção das suas vidas e haveres ²¹. A simples presença física do nobre titulado no seu senhorio, onde agia como autêntico soberano, revelava-se muito importante, pois, além de confirmar o governo do espaço e das gentes mantidas sob seu domínio, também contribuía para a diminuição dos laços de dependência relativamente ao rei. Daí que, no século XVI e nas centúrias seguintes, os principais nobres do Reino preferissem residir longe da corte régia, por vezes, durante largos intervalos de tempo, não por despeito ao monarca (excepto nas situações que os forçavam a isso) mas por sentirem que essa distância melhor lhes garantia a preservação do seu poder social e político nas periferias territoriais, visto que as redes de influência estabelecidas na corte régia já estavam bem sedimentadas. Pelo contrário, era a nobreza de segunda linha ou a mais recentemente titulada que precisava da proximidade da corte e do favor régio, a fim de obter bens patrimoniais e formar clientelas.

Também não foi por acaso que a nobreza titulada mandou edificar nos senhorios periféricos os seus monumentos funerários, essenciais para a construção e consagração

¹⁹ Neste caso, realçamos as várias actividades, estudos e resultados já apresentados pelo projecto de investigação “De Todas as Partes do Mundo: o património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I”, disponível em <http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/dteodosio/apresentacao.html> [consult. 10-08-2015].

²⁰ Vejam-se os subcapítulos III.3.1. e III.3.2., *infra*.

²¹ *Anedotas Portuguesas e Memórias Biográficas da Corte Quinhentista*, com leitura do texto, introdução, notas e índices de Christopher C. Lund, Coimbra, Livraria Almedina, 1980, n.º 89, p. 144.

da memória familiar. No caso dos senhores da Casa de Vila Real, o seu fundo memorial dividiu-se entre as vilas de Santarém e de Leiria ²². Na vila escalabitana foi sepultado D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta e 1.º conde de Vila Real, mais precisamente, na Igreja de Santa Maria da Graça, edifício que serviu de panteão familiar e no qual vários ascendentes e descendentes da sua linhagem acabaram tumulados, mas não aqueles que lhe sucederam no título nobiliárquico e no desempenho daquele ofício militar. O acto de sepultar os condes e marqueses de Vila Real continuou em Santarém, mas, na Igreja de São Francisco. A mudança para Leiria aconteceu nos finais do século XVI, numa época em que a família vila-realense residia mais habitualmente na cidade do rio Lis. A acção do novo panteão familiar na Igreja de São Francisco de Leiria deveu-se a D. Manuel de Meneses, 5.º marquês e 1.º duque de Vila Real († 1590), onde foi sepultado, tendo ainda instruído o seu sucessor D. Miguel de Meneses, 1.º duque de Caminha e 6.º marquês de Vila Real, no encargo de ordenar a trasladação dos restos mortais dos antepassados que estavam depositados no convento franciscano de Santarém ²³. A protecção dos senhores da casa vila-realense dada aos assuntos do sagrado, especialmente, aos frades da ordem franciscana, era uma necessidade para obter a cura das suas almas no Além, mediante a habitual encomenda de ofícios religiosos. Em troca deles, os frades eram providos com várias esmolas e gratificações, não só com o fim de os manter e sustentar, mas também com a intenção de contribuir para a melhoria de todo o aparato material dos templos e ainda prestar a devida assistência às populações ²⁴.

Outro carácter relevante nas casas senhoriais da principal nobreza titulada foi o mecenato prestado às letras e às artes, sobretudo, às primeiras. No caso vila-realense, a tradição de patrocinar o labor literário de eruditos ou simples letrados sentiu-se desde muito cedo. A acção de permitir a entrada e a frequência de indivíduos na ‘Livraria’ ou no ‘Cartório’ da Casa de Vila Real assentava numa relação simbiótica que beneficiava as duas partes. Por um lado, os utilizadores logravam a consulta de obras e documentos muito particulares, usando-os como fontes de informação/conhecimento, com o intuito de elaborar as composições da sua autoria, além de lucrarem com a doação de algumas

²² Assinale-se que Santarém e Leiria eram terras régias. O interesse da Casa de Vila Real nestas vilas relaciona-se com as várias rendas e jurisdições que nelas fruía, por concessão da Coroa. Além disto, a família vila-realense tinha paços de residência em ambas as vilas.

²³ Vide Frei Manuel da ESPERANÇA, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de São Francisco na Província de Portugal*, I Parte, Lisboa, Oficina Craesbeeckiana (imp.), 1656, livro III, cap. 34, n.º 3, pp. 365-366.

²⁴ Selma POUSÃO-SMITH, *Rodrigues Lobo, os Vila Real e a Estratégia da Dissimulatio*, vol. 1, Lisboa, Edição de Autor, 2008, pp. 136-137.

espécies, liberalmente cedidas pelo titular vila-realense ²⁵. Por outro lado, o contacto e a convivência com gente de letras favoreciam e estimulavam o interesse cultural revelado pelos vários indivíduos da linhagem. Neste âmbito, importa-nos destacar as figuras de D. Pedro de Meneses e de D. Leonor de Noronha, filhos de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, que lhes deu Cataldo Parísio Sículo para seu preceptor e instrutor latinista ²⁶.

Objectivos, metodologias e fontes de informação

A compreensão do sistema de relações de poder estabelecido entre a Monarquia Portuguesa e as várias linhagens da nobreza dos séculos XV e XVI é um assunto longe de estar concluído. Por isso, o estudo de cada uma das estruturas senhoriais criadas e/ou favorecidas pela Coroa, mediante a reconstrução das trajectórias dos diferentes grupos familiares e das ambições que revelavam, em função de interesses próprios ou da coesão social e política do Reino, parece ser o método mais adequado para entender a evolução de cada estrutura, a fim de apurar aspectos mais concretos ao nível da manifestação e da articulação dos vários poderes, tanto no centro como na periferia do território, seja ele continental ou ultramarino.

O objectivo desta investigação sobre os senhores que foram condes e marqueses da Casa de Vila Real, entre os meados dos séculos XV e XVI, passa por compreender as razões que determinaram a afirmação da família Noronha/Meneses num lugar cimeiro do quadro compósito da nobreza portuguesa. Naquele período, mais que qualquer outra família da nobreza titulada do seu tempo, os senhores da casa vila-realense tiveram uma rápida ascensão sociopolítica e uma notável projecção económica e patrimonial que lhes permitiu ocupar e consolidar uma posição quase equiparada às das casas senhoriais dos duques de Bragança e de Coimbra/Aveiro, embora sem as ultrapassar, em quantidade e em qualidade, no conjunto dos bens materiais e simbólicos que detinham, englobando

²⁵ Sobre a ‘Livraria’, vejam-se alguns dados apontados por Selma POUSÃO-SMITH, *Rodrigues Lobo...*, cit., vol. 2, pp. 8-10. Relativamente ao ‘Cartório’, a fonte mais relevante, indicativa da existência dos diversos documentos que constavam no *Arquivo* senhorial vila-realense, é o manuscrito “Relação das doações, privilégios, sentenças, bulas apostólicas e mais papéis do cartório da Casa de Vila Real, em que se mostra sua ascendência, nobreza e antiguidade e os títulos que tem, com tudo o mais que houve na dita casa e possui de presente e pode vir a ter de futuro, por bem das ditas doações e mais papéis”, redigido no ano de 1630, pelo licenciado Gregório Pita Calheiros (AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241).

²⁶ Veja-se o subcapítulo III.1.1., *infra*.

rendas, direitos, privilégios, imóveis, títulos, ofícios e senhorios, cuja maior parte lhes foi, naturalmente, doada pela Coroa. Assim, impõem-se várias perguntas sobre o lugar de grande destaque alcançado pela Casa de Vila Real e reconhecido aos seus diferentes titulares, no período indicado: como e por que meios o obtiveram; que tipos de serviço desempenharam; que estratégias, alianças e influências empregaram; como actuaram em fases de maior ou menor tensão da vida social e política do Reino; como defenderam as suas ambições e interesses particulares; que sinais próprios de visibilidade manifestaram e representaram; que expectativas viram contrariadas e frustradas...?

Sem dar respostas conclusivas, podemos já adiantar as duas razões que, na nossa opinião, mais contribuíram para a ascensão e a afirmação dos senhores da Casa de Vila Real num lugar cimeiro do quadro da grande nobreza em Portugal, entre os meados dos séculos XV e XVI: o exercício de um ofício governativo e militar no Norte de África, em Ceuta; e a sua origem linhagística. O governo político e militar da cidade de Ceuta, em nome do rei e da Coroa, foi uma oportunidade de serviço que os diferentes titulares da Casa de Vila Real aproveitaram para sustentar e aumentar a sua riqueza económica e a sua distinção social, assim como para prestigiar a sua honra pessoal e o nome familiar, aliás, na senda de D. Pedro de Meneses e de D. Fernando de Noronha, seus avoengos e primeiros capitães daquela praça marroquina. O ofício de capitão de Ceuta tornar-se-ia numa função exclusivamente confiada ao titular da casa vila-realense, com regalias de nomeação do respectivo desempenho nos indivíduos da sua família e da sua clientela. A excelência dos serviços militares prestados, tanto no Norte de África como em Castela, durante o reinado de D. Afonso V, foi motivo suficiente para este rei e o seu sucessor D. João II satisfazerem a Casa de Vila Real com a doação de vários senhorios, jurisdições, rendas, privilégios e ofícios, incluindo a concessão do título do marquesado. A série de benefícios de ordem sociopolítica, económica e patrimonial prosseguiu nos reinados de D. Manuel I e de D. João III.

Por outro lado, quanto à origem linhagística, além de descenderem de caudilhos militares com laços de serviço aos primeiros reis da dinastia de Avis ²⁷, os senhores da Casa de Vila Real também tinham a particularidade de descenderem de reis de Castela e

²⁷ Além dos mencionados D. Pedro de Meneses e D. Fernando de Noronha, 1.º e 2.º capitães de Ceuta, também o condestável D. Nuno Álvares Pereira entrou no rol dos antepassados familiares da Casa de Vila Real, pelo facto de ser trisavô dos filhos de D. Pedro de Meneses, 3.º conde e 1.º marquês de Vila Real, neto e filho daqueles dois capitães de Ceuta, que se casou com D. Beatriz, filha de D. Fernando, 2.º duque de Bragança, este último, neto do condestável: Damião de GÓIS, *Livro de Linhagens de Portugal*, ed. crítica de António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, Lisboa, IPH, 2014, pp. 72-73 e 82-83.

de Portugal, ainda que por linhas de bastardia. Esta ascendência na realeza peninsular ajudou a casa vila-realense a deter um estatuto muito especial nos estamentos do grupo nobiliárquico, superiorizando-se às demais linhagens do Reino, salvo as casas ducais de Bragança e de Coimbra/Aveiro. É verdade que estas duas casas também tiveram origem familiar em bastardos régios, mas com sangue varonil dos monarcas da dinastia de Avis, então, reinante em Portugal. Pelo contrário, o sangue real existente na Casa de Vila Real resultou do enlace de um bastardo régio da dinastia castelhana de Trastâmara com uma bastarda régia da dinastia portuguesa de Borgonha. Se a origem linhagística da Casa de Vila Real contribuiu para se destacar no quadro da nobreza portuguesa dos séculos XV-XVI, também lhe obstou maior projecção sociopolítica e económica. Enquanto reinaram em Portugal, os monarcas da dinastia de Avis nunca permitiram que o conjunto de bens materiais e simbólicos da casa vila-realense alcançasse a bitola das casas de Bragança e de Coimbra/Aveiro, mas consentiram que ele fosse maior que o de outras casas titulares do Reino.

Para compreender melhor o lugar e a afirmação da Casa Senhorial de Vila Real no período dos meados dos séculos XV-XVI, julgamos que o método mais adequado é o estudo biográfico dos indivíduos que encabeçaram aquela entidade institucional naquele intervalo de tempo.

Nesta investigação, que cobre um período de cerca de cem anos, apresentaremos três estudos biográficos relativos aos primeiros três marqueses da Casa de Vila Real, em cada um dos quais se esboçará o respectivo percurso individual, analisando um conjunto comum de dados concretos, a fim de conhecer os seus perfis e actuações: nascimento e morte; casamentos e descendências; alianças sociais e laços de parentesco; exercício de ofícios e honras nobiliárquicas; fontes de riqueza e situação económica herdada; posição hierárquica e rivalidades sociopolíticas; itinerários e lugares de residência; símbolos de poder e de representação social; e sinais de educação cultural, de comportamento e de religiosidade. Através da análise desta pluralidade de aspectos, procuraremos entender a evolução da Casa Senhorial de Vila Real, entre os meados dos séculos XV e XVI, com especial incidência nos indivíduos que a encabeçaram durante este período, relatando a história das suas vidas – é certo – mas sem cair em exercícios biográficos simplistas que privilegiem a enumeração positiva de factos, embora estes não deixem de ser pontos de referência para a narrativa que se pretende realizar. Uma narrativa que tem um objecto – a Casa de Vila Real – desenvolvido num raciocínio descritivo e crítico, em função de

cada contexto espacial e temporal e em função dos caminhos sugeridos e apontados pela informação das fontes.

O nosso propósito é transmitir uma versão plausível, num discurso coerente que seja esclarecedor e que faça sentido, a fim de alcançar uma caracterização verosímil do objecto referido, através das vidas dos primeiros três marqueses de Vila Real, senhores que foram simultaneamente os representantes e a personificação da sua casa senhorial. Assim sendo, investiremos num conjunto de assuntos que julgamos ser essenciais para a caracterização que sugerimos: as relações sociais e políticas com os diferentes poderes instituídos, sobretudo, o da Coroa; a formação e a evolução do património senhorial; e a memória e a identidade linhagísticas. Julgamos, pois, que uma análise circunstanciada das biografias dos indivíduos mencionados poderá facultar-nos um conhecimento mais completo, tanto quanto possível, sobre o peso do lugar sociopolítico e a importância do poder senhorial e simbólico que a casa e a família vila-realenses granjearam no quadro da nobreza portuguesa dos séculos XV-XVI.

O objectivo de subordinar uma investigação, nos termos acabados de justificar, exige uma sustentação sólida. Para o estudo da Casa de Vila Real, no período declarado, a quantidade das fontes de informação, directa ou indirectamente alusivas, é abundante, porém, dispersada e com carências, as quais até poderiam ser colmatadas, se o arquivo senhorial e familiar da referida casa tivesse perdurado até à actualidade, sem evidenciar grandes perdas. Pelo contrário, quase todo esse arquivo desapareceu devido a desastres naturais e a vicissitudes políticas ²⁸. Ainda assim, para o âmbito temporal deste estudo, resta-nos uma colecção de poucas dezenas de documentos, maioritariamente constituída por instrumentos de venda, de aforamento e de empraçamento de imóveis, situados na cidade de Lisboa, respeitantes ao morgadio da Casa de Vila Real. Nessa dita colecção, existem ainda testemunhos de chancela régia relativos à concessão de ofícios e mercês, cartas da cúria papal romana e outros documentos particularmente relacionados com o foro social e memorial da família Noronha/Meneses ²⁹.

Apesar de alguns obstáculos, o universo das fontes utilizadas para este estudo da Casa de Vila Real é bastante amplo, graças à elevada massa informativa espalhada em

²⁸ Vide Mafalda de Noronha WAGNER, *A Casa de Vila Real e a Conspiração de 1641 Contra D. João IV*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, pp. 351-353.

²⁹ Sobre este assunto, vide Carlos Silva MOURA, «O cartório da Casa Senhorial de Vila Real: fragmentos diplomáticos (séculos XIV-XVII)» in *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: que presente, que futuro?*, org. Maria de Lurdes Rosa, Lisboa, IEM / CHAM / Caminhos Romanos, 2012, pp. 231-242.

diferentes arquivos e bibliotecas, tanto em Portugal como no estrangeiro, sobretudo, em Espanha ³⁰. Além das fontes documentais primárias (originais e traslados) serão também empregadas fontes de informação secundária, manifestadas através de artigos e estudos específicos produzidos por diversos autores, consoante as temáticas abordadas, assim como todo o manancial informativo que se acha em fontes impressas e em obras gerais de referência.

Não faltam contributos expressivos para o conhecimento dos senhores da Casa de Vila Real, durante a segunda e a terceira dinastias reinantes em Portugal. Desde logo, são de assinalar os trabalhos em torno da figura de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta: um, subordinado ao seu percurso militar e à construção da casa condal; e outro, alusivo à caracterização transversal da sua linhagem ³¹. Mais adiante no tempo histórico, entre os meados dos séculos XVI e XVII, salientam-se ainda dois trabalhos: um, sobre o envolvimento da casa vila-realense na conspiração política contra el-rei D. João IV ³²; e outro, relativo à figura do poeta e novelista seiscentista Francisco Rodrigues Lobo, alvo do mecenato dos duques de Vila Real, muito especialmente, na região de Leiria, um dos lugares que mais prestigiava o seu universo senhorial ³³.

Perante a carência de um estudo de maior fôlego respeitante à Casa de Vila Real para o período dos reinados de D. Afonso V a D. João III, decidimos subordinar a nossa investigação no intervalo de tempo compreendido entre os anos de 1445 e de 1543, por sua vez, coincidente com a duração da chefia senhorial dos primeiros três marqueses da dita casa, assim sucedida em linha directa, varonil e primogénita: D. Pedro de Meneses; D. Fernando de Meneses; e D. Pedro de Meneses ³⁴. Ainda que nos falte um estudo mais circunstanciado sobre estes indivíduos e a sua casa senhorial, no período declarado, não nos encontramos desprovidos de trabalhos que, conforme os objectivos de investigação dos respectivos autores, focaram parte do percurso daqueles senhores ³⁵. No caso do 1.º marquês de Vila Real, além de uma resenha biográfica de Humberto Baquero Moreno, a

³⁰ Consulte-se a secção das ‘Fontes manuscritas’ no final do presente volume.

³¹ Referimo-nos às duas últimas menções bibliográficas, já citadas, *supra*, nota 1.

³² Já citado, *supra*, nota 28.

³³ Trabalho em dois volumes, já citados, *supra*, notas 24-25.

³⁴ O ano de 1445, porque marca a data da concessão régia do senhorio e do título nobiliárquico a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, depois, elevado à condição de marquês, em 1489. O ano de 1543, porque assinala a data da morte de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, neto homónimo do anterior nomeado. Pelo meio, aconteceu a chefia senhorial de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, entre 1499 e 1523.

³⁵ A síntese mais completa foi projectada por Selma POUSÃO-SMITH, *Rodrigues Lobo...*, cit., vol. 1, pp. 15-36.

propósito da sua participação no processo judicial que resultou na condenação à pena de morte de D. Fernando, 3.º duque de Bragança, por suspeições de conjurar contra a vida de el-rei D. João II ³⁶, também é de notar o mais recente ensaio de Mafalda de Noronha Wagner, sobre o seu trajecto sociopolítico e herança memorativa, através da linguagem heráldica ³⁷. Relativamente ao 2.º marquês de Vila Real, salientamos um artigo de Jean Aubin, subordinado ao estudo das relações entre a Coroa e a nobreza, durante o reinado de D. Manuel I, em que se destacam as dificuldades de adaptação daquele nobre perante as novas realidades suscitadas no decurso do governo do *Venturoso*, sobretudo, ao nível do controlo do exercício dos poderes jurisdicionais e da refração dos foros e privilégios senhoriais, assim como no âmbito do favor régio prestado a nobres de dimensão similar ou da fidalguia secundária, em prejuízo do valimento da sua pessoa e dos familiares da sua linhagem ³⁸. Menos conhecida é a biografia do 3.º marquês de Vila Real, sobretudo, no tempo em que usou este título. Pelo contrário, bem mais sabido é o seu percurso no tempo em que foi 2.º conde de Alcoutim e discípulo do mestre siciliano Cataldo Parísio Sículo, a quem ficou a dever grande parte da sua formação e educação humanista, como podemos verificar em vários artigos de Américo da Costa Ramalho. Deste 3.º marquês, ainda conde de Alcoutim, é a autoria da oração de sapiência referente à abertura do ano lectivo de 1504 no Estudo Geral de Lisboa, originalmente proferida em Latim, há muito publicada e traduzida, com nota introdutória de Artur Moreira de Sá, na qual se oferece uma proposta biográfica daquele nobre, porém, arruinada com o facto de ter confundido o futuro marquês D. Pedro de Meneses com um outro Pedro de Meneses, que foi aluno na Universidade de Paris, onde cursou Teologia ³⁹.

*

* *

³⁶ Humberto Baquero MORENO, «A conspiração contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança» *in* *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, Paris, FCG, 1970, pp. 88-98.

³⁷ Mafalda de Noronha WAGNER, «D. Pedro de Meneses, 3.º Conde e 1.º Marquês de Vila Real: notas biográficas e sua Heráldica em S. Francisco de Santarém» *in* *Mátria Digital*, Ano I, Número I, [Santarém, Centro de Investigação Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, 2013-2014,] disponível em <http://matriadigital.cm-santarem.pt/index.php/arquivodigital/ensaio-ano-i/ensaio-i> [consult. 24-05-2016].

³⁸ Jean AUBIN, «Vieille noblesse et temps nouveaux: les amertumes du 2º marquis de Vila Real» *in* *idem*, *Le Latin et l'Astrolabe*, vol. III, *Études inédites sur le règne de D. Manuel: 1495-1521*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 61-101.

³⁹ *Vide* D. Pedro de MENESES, *Oração Proferida no Estudo Geral de Lisboa (Oratio Habita... in Scholis Ulyxbonae)*, com tradução de Miguel Pinto de Meneses e introdução de Artur Moreira de Sá, Lisboa, IAC, 1964, pp. 1-53.

No encerramento destas linhas introdutórias, compete-nos afirmar e expressar os devidos agradecimentos a todos aqueles que, pelos auxílios prestados, sob várias formas e motivos, tornaram possível a realização do presente trabalho.

Antes de mais, ao nosso orientador João Silva de Sousa e ao nosso co-orientador João Paulo Oliveira e Costa.

Na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: Bernardo Vasconcelos e Sousa; João José Alves Dias; José Jorge Gonçalves; Maria de Lurdes Rosa; Miguel Metelo de Seixas; Pedro Pinto; Nuno Vila-Santa; e na Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Armando Luís de Carvalho Homem.

No Arquivo Municipal de Vila Real: Joaquim Barreira Gonçalves; e Pedro Abreu Peixoto. Na Biblioteca Nacional de Portugal: Elisa Soares. Na Biblioteca Municipal de Santarém: Maria Luísa Cotrim. No Museu da Imagem em Movimento, em Leiria: Ana David Mendes. No Instituto Camões: Sandra Boavida.

E ainda, António Monteiro, António José Monteiro, Carlos Félix Ribeiro e Jorge Marques.

A quaisquer outros de quem porventura nos esquecemos de mencionar, o nosso pedido de desculpas e o nosso obrigado.

CAPÍTULO I

ASTÚCIA

D. PEDRO DE MENESES, 3.º CONDE E 1.º MARQUÊS DE VILA REAL (1445-1499)

1. Enquadramento linhagístico

1.1. Noronha, por varonia

Os condes e marqueses de Vila Real arrogavam-se, com razão, na qualidade de descendentes da linhagem de reis peninsulares, ainda que por via de uma linha natural legitimada, expressada pelo casamento de D. Afonso, conde de Gijón e Noreña, filho de Henrique II, rei de Castela, com D. Isabel, filha de D. Fernando, rei de Portugal ¹.

O consórcio destes dois filhos naturais ficou ajustado em Abril de 1373, com o intuito de reforçar o acordo das pazes de Santarém, assinado em Março do mesmo ano ², que colocou termo à segunda das três guerras que o rei português promoveu durante o seu reinado, a fim de suceder no trono castelhano, em oposição ao monarca da Casa de Trastâmara. A cerimónia de recebimento ocorreu apenas em Novembro de 1378 e muito mais por coacção do rei Henrique II que pela vontade de D. Afonso, que, não obstante a ameaça paterna de lhe retirar todo o seu estado senhorial, tentou evitar, até quanto pôde, a consumação carnal do tálamo com D. Isabel. Parece que a diferença de idades que os separavam (23 anos e 14 anos, respectivamente) seria o motivo principal da aversão do conde asturiano relativamente à realização do enlace ³. Aliás, D. Afonso chegou mesmo a conseguir a anulação do casamento através de uma sentença de quitação datada de 12 de Dezembro de 1379 ⁴, porém, obtida só depois da morte do seu pai, sucedida em Maio

¹ D. Afonso nasceu no ano de 1355 e recebeu o condado asturiano em 1367, por doação daqueles dois lugares e seus termos, efectuada pelo seu pai, pouco depois de ter tomado a Coroa Castelhana: BNP, Códice 1054, fls. 1-1 v.º. Para informações mais pormenorizadas sobre o seu percurso, veja-se o artigo de Juan URÍA MAQUA, «El conde Don Alfonso» in *Asturiensia Medievalia*, n.º 2, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1975, pp. 179-183 e 194-237. Por seu turno, D. Isabel nasceu no ano de 1364, como se infere pela leitura dos relatos cronísticos.

² Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, Porto, Livraria Civilização, s.d., caps. 82-84.

³ *Ibidem*, cap. 95.

⁴ *Gavetas (As) da Torre do Tombo*, Lisboa, CEHU, 1960-1977, vol. VI, pp. 617-625.

deste ano. Apesar dos vários repúdios, esta sentença não teve efeito e D. Afonso acabou por resignar-se em aceitar D. Isabel, por cônjuge, como se depreende da outorga de uma carta de arras, feita no ano de 1382, pela qual lhe dotou as vilas asturianas de Lena e de Villaviciosa ou, em alternativa, a vila leonesa de Paredes de Nava ⁵.

A crise dinástica que sobreveio em Portugal após a morte de el-rei D. Fernando suscitou atribulações inesperadas na vida comum de D. Afonso e de D. Isabel, expressas no mandado de prisão que João I de Castela resolveu determinar ao casal. Por causa de certa correspondência enviada para o reino vizinho, João I teve suspeitas do conde, seu meio-irmão, receando que ele formalizasse pretensões de reinar em Portugal, alegando algum direito sucessório em nome da sua esposa. Oportunamente, arrestou-lhe todos os bens, entre os quais, a terra de Noreña, que foi dada à Igreja de Oviedo ⁶. O cativo de D. Afonso durou até ao final do governo de João I, finado em 1390. Apesar de libertado e restabelecido nos seus direitos patrimoniais por Henrique III, a situação sociopolítica do conde asturiano não teve grandes melhorias. Os vários episódios de insubmissão face à vontade dos conselheiros da regência daquele jovem monarca, com os quais manteve sempre relações tempestuosas, culminaram em fins de 1395 com novo confisco de bens e sequente desterro em França. Sem expectativas de granjear mercês no reino francês, optou por fixar-se em Portugal, acompanhado da mulher e dos filhos, sendo todos bem recebidos por el-rei D. João I, seu tio, que lhes deu o agasalho necessário e a perspectiva de ocuparem lugares adequados à sua condição ⁷, embora não seja possível apontar uma data precisa relativa a essa recepção.

Presume-se que o conde D. Afonso ainda seria vivo por volta do ano de 1403, ou de 1404, ainda que não se consiga avançar uma data exacta da sua morte, ocorrida num daqueles anos ou pouco mais, se tomarmos por seguro que D. Constança de Noronha, a filha mais nova do conjúgio com D. Isabel, faleceu em 1480, com 76 anos de idade ⁸. Onde, a chegada da família Noronha a Portugal terá sucedido, pelo menos, nos meados da primeira década do século XV, se não, nos anos imediatamente anteriores à entrada desta centúria, admitindo-se também a presença de D. Afonso no reino português e não

⁵ AN/TT, *Colecção de Pergaminhos do ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças: Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 2, por carta de 17-07-1382. Publicada por José Mendes da Cunha SARAIVA, *Alguns Diplomas Particulares dos Séculos XIV e XV*, separata do *Arquivo Histórico de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Publicações do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1943, pp. 20-22.

⁶ Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. I, s.l., Livraria Civilização, s.d., cap. 52.

⁷ BNP, Códice 1054, fls. 4-7.

⁸ D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, 1946-1954, tomo V – livro VI, pp. 54-55.

apenas o regresso de D. Isabel, já viúva e exclusivamente na companhia dos seis filhos nascidos no seio do consórcio ⁹. Uma prole assaz significativa, apesar do desencontro de vontades inicial dos progenitores, pensando-se que tenha sido gerada entre 1382 e 1404, perfilando-se nesta ordem: D. Pedro de Noronha ¹⁰; D. João de Noronha ¹¹; D. Fernando de Noronha ¹²; D. Henrique de Noronha ¹³; D. Sancho de Noronha ¹⁴; e D. Constança de Noronha ¹⁵. Fora do casamento, o conde asturiano foi procriador de mais descendentes, com alguns deles a trilharem percursos em Portugal ¹⁶.

As circunstâncias da inserção e participação da família Noronha na corte de D. João I são pouco conhecidas, sobretudo, no período do primeiro quartel quatrocentista. Salvo o que pontualmente se deduz nalguns documentos coetâneos ¹⁷ ou que se colhe na cronística régia e nas narrações dedicadas aos feitos realizados no Norte de África ¹⁸, as informações relativas à descendência do casal D. Afonso e D. Isabel são muito escassas. No entanto, percebe-se que o desempenho militar prestado em terras norte-africanas foi o instrumento que permitiu integrar a maior parte da prole masculina daquele casal nos circuitos do poder régio, depreendendo-se que tenha sido incluída na criação e serviço

⁹ Como sugere Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, cit., vol. I, p. 48.

¹⁰ Seguiu a carreira eclesiástica, tendo desempenhado as funções de bispo de Évora (1419-1423) e de arcebispo de Lisboa (1423-1452).

¹¹ Combateu em Ceuta, à época da tomada desta praça, em 1415, onde foi armado cavaleiro pelo Infante D. Duarte: Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, com introdução e notas de Reis Brasil, Mira-Sintra – Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992, cap. 96.

¹² Acompanhe-se o percurso deste indivíduo no subcapítulo I.1.2., *infra*.

¹³ Tal como o seu irmão D. João, também esteve na conquista de Ceuta e foi armado cavaleiro pelo Infante D. Duarte: Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, cit., cap. 96.

¹⁴ Também prestou provas militares em Ceuta. Encontramo-lo primeiramente no início de 1425, acompanhando o seu irmão D. Fernando de Noronha, na defesa de uma ofensiva que se esperava receber do rei de Tunes: Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, reprodução em fac-símile da 1.ª edição impressa, de 1792, Lisboa, INCM, 2015, livro II, cap. 11. Parece ter completado o seu tirocínio militar nos finais de 1435, ao ser armado cavaleiro por D. Duarte de Meneses, filho natural de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta: *ibidem*, livro II, cap. 35; *idem*, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, edição diplomática de Larry King, Lisboa, UNL – FCSH, 1977, cap. 14; e ainda D. Jerónimo de MASCARENHAS, *História de la Ciudad de Ceuta*, segundo a edição escrita em 1648, prefaciada por Afonso de Dornelas e publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, cap. 45.

¹⁵ Contraiu matrimónio com D. Afonso, 8.º conde de Barcelos e filho natural de el-rei D. João I, tendo casado com ela, em segundas núpcias, por contrato feito em 23-07-1420. Publicado por D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, 1946-1954, tomo III (parte II), n.º 9, pp. 22-25.

¹⁶ Veja-se André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, «Uma linhagem ao serviço da “ideia imperial manuelina”: Noronhas e Meneses de Vila Real em Marrocos e na Índia» in *A Alta Nobreza...*, cit., p. 113.

¹⁷ A dificuldade de identificar os trajectos pessoais dos sujeitos desta família para o período em questão já foi devidamente indicada por Mafalda Soares da CUNHA, *Linhagem, Parentesco e Poder...*, cit., p. 33, nota 36.

¹⁸ Além das breves menções apontadas nas notas de rodapé anteriores, vejam-se mais referências nos quadros feitos por Abel dos Santos CRUZ, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no Século XV (1415-1464)*, tese de mestrado policopiada, Porto, FLUP, 1995.

da casa do Infante D. Duarte ¹⁹. Se as primeiras duas décadas do século XV apresentam alguns óbices para um conhecimento mais concreto dos trajectos individuais dos filhos do conde de Gijón, os tempos seguintes oferecem-nos um panorama bastante diferente, onde a certeza dos informes não falta. Não obstante a origem castelhana, os sucessivos reinados de D. Afonso V, de D. João II e de D. Manuel I dão-nos conta de uma família, cuja descendência, por linha vertical ou transversal, em feição legítima ou natural, salvo alguns episódios de evidente oposição à vontade régia, conseguiu vingar em Portugal, posicionando-se quase sempre no serviço de partidos políticos ou militares vencedores, quer no espaço peninsular ibérico, quer na África marroquina, quer também no Oriente índico, assumindo lugares e estatutos socioeconómicos nada despiciendo, expressos em vários e distintivos cargos, títulos, mercês, rendas e direitos ²⁰.

1.2. Meneses, de nome

O facto principal que promoveu a ligação da família Noronha à família Meneses traduziu-se no matrimónio entre D. Fernando de Noronha e D. Beatriz de Meneses: ele, filho de D. Afonso, conde de Gijón; e ela, filha de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta e 1.º conde de Vila Real, depois, 2.º conde de Viana.

Antes da realização deste casamento, tal como os irmãos, as informações sobre o percurso de D. Fernando de Noronha são parcas. Sabe-se que iniciou a sua participação militar no Norte de África, na companhia do seu irmão D. João de Noronha, por altura dos dois cercos que os mouros fizeram em Ceuta, nos anos de 1418-19 ²¹. Pouco depois, talvez em 1423, D. João I encarregou-o no comando de uma armada de alguns navios, destinada às águas do Estreito de Gibraltar, a fim de combater o corso aí presente e pôr cobro aos actos de pilhagem que impediam a regularidade dos abastecimentos a Ceuta e das comunicações entre esta cidade e o Reino, tendo colhido grande sucesso e louvor ²². No princípio do ano de 1425, D. Fernando de Noronha acompanhou o capitão D. Pedro

¹⁹ D. João de Noronha e D. Henrique de Noronha receberam a honra da cavalaria por intermédio do Infante, sucessor régio, como antes se referiu. Por seu turno, D. Pedro de Noronha, já na qualidade de arcebispo de Lisboa, assim como D. Sancho de Noronha, seu irmão, foram defensores tenazes do partido da rainha D. Leonor, viúva do rei D. Duarte, durante a fase mais acesa dos conflitos relativos à regência governativa e à tutoria do jovem rei D. Afonso V. Por fim, D. Fernando de Noronha, ainda antes da sua nobilitação no condado de Vila Real, já exercia o ofício de camareiro-mor na corte do *Eloquente*.

²⁰ André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, «Uma linhagem ao serviço...», *cit.*, pp. 109-174.

²¹ Cf. D. Jerónimo de MASCARENHAS, *História de la Ciudad de Ceuta*, *cit.*, cap. 33 e Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde Dom Pedro...*, *cit.*, livro I, cap. 73.

²² Cf. D. Jerónimo de MASCARENHAS, *História de la Ciudad de Ceuta*, *cit.*, cap. 38 e Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde Dom Pedro...*, *cit.*, livro II, cap. 7.

de Meneses, acabado de ser titulado no condado de Vila Real, na missão de pelejar com as hostes do rei de Tunes, que, então, mostrara intenção de sitiá-la cidade ceutense ²³.

A iniciativa do consórcio partiu do Infante D. Duarte, provavelmente, por volta de 1430 ²⁴, sem menoscabo de tal assunto lhe ter sido incutido pelo próprio D. Fernando de Noronha, que, então, cumpria as funções de camareiro-mor na sua casa. Fosse como fosse, D. Duarte encarregou-se de efectuar conversações com o capitão de Ceuta, que também era seu alferes-mor, auscultando-o sobre a hipótese de casar a sua primogénita com o filho terceiro do conde de Gijón, em quem corria sangue real, por ser sobrinho-neto do rei D. João I, além de ter assento no seu Conselho Régio. A qualidade social do pretendente, o facto de ambos exercerem ofícios ligados à casa do infante herdeiro e a opinião positiva sobre os serviços militares de D. Fernando terão formado argumentos suficientes para persuadir D. Pedro de Meneses a aceitar a proposta que lhe foi dirigida. Por outro lado, o raciocínio do capitão de Ceuta também terá sido reforçado com a forte eventualidade de D. Beatriz de Meneses, sua primogénita, ser a principal herdeira da sua casa condal, devido à carência de um varão legítimo para lhe suceder na chefia familiar e a quem pudesse legar a gestão do património entretanto acumulado ²⁵.

Uma carta régia de 18 de Outubro de 1430 confirmou a D. Fernando de Noronha a mercê de 16 000 coroas de ouro, em remuneração do seu casamento com D. Beatriz de Meneses, mais o direito de receber uma tença anual de 6 contos de libras, sem deduções na quantia amerceada, até esta lhe ser totalmente saldada. O mesmo diploma declarava ainda que o camareiro-mor do Infante D. Duarte receberia do capitão de Ceuta um dote de 25 000 dobras de ouro, expresso em dinheiro e no penhor de bens imóveis ²⁶. Face a este documento régio, D. Fernando de Noronha deslocou-se prontamente a Ceuta, a fim de ajustar com D. Pedro de Meneses o contrato de dote e arras, cuja escritura pública foi

²³ Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde Dom Pedro...*, cit., livro II, cap. 11.

²⁴ Cf. D. Jerónimo de MASCARENHAS, *História de la Ciudad de Ceuta*, cit., cap. 42 e Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde Dom Pedro...*, cit., livro II, cap. 24. O cronista Zurara infere-nos este acontecimento no ano de 1430, que parece ser mais verosímil, ao passo que o relato de Mascarenhas situa o início das conversações relativas ao enlace, em 1428.

²⁵ Com a morte de D. Beatriz Coutinho, sua terceira esposa, em 1430, ou pouco antes, de quem D. Pedro de Meneses teve apenas a descendência de uma filha, a possibilidade de D. Beatriz de Meneses herdar a maioria dos seus bens ganhou maior consistência. A esperança de ainda ter um varão voltou a ser uma realidade possível, quando o capitão de Ceuta se casou em 1433 com D. Genebra Pessanha, filha do almirante Carlos Pessanha. No entanto, deste quarto casamento, não resultou qualquer geração.

²⁶ *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, org. João José Alves Dias, Lisboa, CEH – UNL, 2004-2006, vol. IV-2, n.º 760, pp. 198-199. Este documento informa-nos erradamente que a mercê régia foi de 17 000 coroas. Este montante aparece rectificado numa confirmação datada de 12-01-1434, outorgada por D. Duarte: *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, org. João José Alves Dias, Lisboa, CEH – UNL, 1998-2002, vol. III, n.º 584, pp. 419-420.

celebrada em 8 de Março de 1431, ainda que o acordo final já tivesse sido alcançado em 23 de Janeiro, como na mesma escritura se refere ²⁷.

O contrato então firmado apresentava um alcance que ia muito além do simples instrumento que procurava ajustar as condições essenciais de uma união matrimonial, pois, algumas das cláusulas e obrigações nele indicadas ofereciam contornos ainda mais particulares relativos à sucessão linhagística do capitão de Ceuta, avocando um carácter vinculativo, quer na herança do património, quer na perpetuação social, representativa e memorial do nome familiar. Assim, o contrato impôs ao casal D. Fernando e D. Beatriz a clara obrigação de transmitirem à sua descendência primogénita e varonil, à laia de morgadio, todos os elementos que testemunhassem e compusessem o capital simbólico da linhagem, sobretudo, aqueles que se referiam a uma representação concreta. Desde logo, todo o património imóvel, assim como as armas (cujo desenho, aparelhado com a respectiva divisa, surge iluminado num dos fólios do documento) e ainda o uso formal do apelido Meneses pelo varão sucessor legitimamente nascido naquele matrimónio. A par destes motivos materiais, acrescentava-se também um eixo recordativo, expresso na obrigatoriedade de lembrar a alma de D. Pedro de Meneses (instituidor do vínculo) e a memória daqueles de quem ele procedia, através da oração de um padre-nosso à hora da refeição, principal momento doméstico da sociabilidade familiar ²⁸.

Assim, cabia ao sucessor do vínculo a responsabilidade de preservar e transmitir todo aquele conjunto de significações concretas e imateriais, por ser o fiel depositário das mesmas, visto que nele recaía a chefia da família e da casa senhorial e, igualmente, a propriedade dos títulos e dos cargos oficiais detidos, que muito importava manter e, se possível, aumentar. Daí que, no referido contrato, o capitão de Ceuta tivesse agido na preocupação muito especial de criar um binómio que reunisse de maneira inseparável os elementos que respeitavam ao apelido e às armas familiares. Tais elementos constituíam factores de representação e de reconhecimento da filiação gerada, tanto na vida privada como na vida pública, admitindo-se o conceito ideal de ela vir a perdurar numa forma patrilinear e masculina, ou seja, havendo sempre um filho varão, pelo menos, em cada

²⁷ Vejam-se as reproduções fotográficas tiradas sobre o documento original, no AN/TT, *Arquivo da Casa de Abrantes*, 2.^a parte, n.º 81 e no AD Bragança, *Arquivo da Casa de São Payo: Vária*, caixa 36, pasta 219, n.º 5, nas quais falta a imagem do último fólio. Para uma leitura integral da informação, veja-se o artigo de Afonso DORNELAS, «Documentos antigos: instituição do vínculo de morgadio dos Condes de Villa Real, feita em Ceuta em 1431» in *Elucidario Nobiliarchico: revista de história e de arte*, vol. I, n.º 10, Lisboa, s.e., 1928 (Outubro), pp. 310-319.

²⁸ Para uma compreensão mais adensada, vejam-se as explicações de Maria de Lurdes ROSA, *O Morgadio em Portugal...*, cit., pp. 43-50. Sobre a iluminura das armas, vide Apêndice D, n.º 1.

geração herdeira. Na medida em que este pacto sucessório implicaria inevitavelmente a intrusão do sangue varonil do consorte da sua filha primogénita, D. Pedro de Meneses procurou colmatar essa realidade com a exigência da usança contínua do seu nome e do seu brasão familiar, a fim de conservá-los na voz e na memória dos vindouros, evitando que caíssem no esquecimento, diluídos pelo tempo. É verdade que a memória posterior não apagou o nome Meneses, mas importa igualmente salientar que a sua sobrevivência no tempo apenas se verificou para a denominação dos vários chefes familiares da Casa de Vila Real e só foi possível pelo amparo da varonia e do sangue de um representante da família Noronha, cujo nome permaneceu intocável para designar os secundogénitos das sucessivas gerações da mesma casa. É por este motivo que a figura de D. Fernando de Noronha, sem abdicar da sua individualidade, não se restringiu ao cumprimento de um mero papel conjugal, pois, ao formalizar uma aliança familiar com o 1.º capitão de Ceuta, através do casamento contraído com D. Beatriz, aumentou as suas possibilidades de promoção social, vindo a suceder ao sogro na titulação do condado de Vila Real e no governo da capitania ceutense, mas também manteve intacta a lembrança do seu fundo linhagístico. Por outro lado, a composição heráldica do brasão que seria adoptado pela casa vila-realense ilustra muito bem o cuidado que houve no assunto da aliança entre as famílias Noronha e Meneses, sem menosprezos de uma em relação à outra. A repartição dos campos esquartelados e o arranjo dos objectos esboçados revelam indubitavelmente a intenção de pronunciar um discurso visual preciso e minucioso, destinado a congregar, representar e evocar a origem e a diversidade ancestral das duas famílias ²⁹.

Os relatos cronísticos não destoam, ao falarem sobre a magnificência das festas e despesas feitas por D. Pedro de Meneses no casamento da sua filha D. Beatriz com D. Fernando de Noronha, celebrado em Ceuta, por ocasião da escrituração do contrato de dote e arras que lhe era alusivo. O casal terá permanecido naquela cidade até Setembro de 1431, altura em que D. Fernando teve oportunidade de comprovar o seu valor militar junto do sogro, não obstante os receios deste último, acompanhando-o num confronto que opôs a guarnição portuguesa a uma hoste moura que se acercara da praça ceutense, constituída por 400 cavaleiros e 1 600 peões. Pouco depois, D. Fernando e D. Beatriz

²⁹ Sobre a importância da relação entre nome e brasão, capaz de nos oferecer múltiplos sentidos de exploração, alguns dos quais procurámos conformar aos nossos propósitos, veja-se o artigo de Michel NASSIET, «Nom et blason: un discours de la filiation et de l'alliance (XIV^e-XVIII^e siècle)» in *L'Homme*, tome 34, n.º 129, Paris, Éditions de l'EHESS, 1994 (janvier-mars), pp. 5-30. Quanto ao entendimento do discurso heráldico do brasão da Casa de Vila Real, veja-se a descrição de Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra, cit.*, vol. I, p. 123, nota 1, assim como as imagens n.º 9 e n.º 10, colocadas no Apêndice D.

rumaram a Portugal e montaram residência, muito provavelmente, na vila de Santarém, materializando assim os desejos do capitão de Ceuta, que mais queria que D. Fernando deixasse as guerras, instituísse casa e gerasse sucessão. Consta ainda que sogro e genro combinaram que o primeiro filho varão nascido do casamento concertado se chamasse Pedro de Meneses ³⁰.

O modo como ficou elaborado o contrato de dote e arras da filha D. Beatriz foi apenas o primeiro passo dado pelo capitão de Ceuta para solucionar os assuntos da sua sucessão linhagística e da regulação da transmissão do seu espólio patrimonial. Em boa verdade, deve realçar-se que a questão da carência de uma prole a quem pudesse legar os bens e a continuação do nome não constituíam um problema para D. Pedro de Meneses. O risco de uma interrupção biológica na sua múltipla progenitura não representava um dilema, uma vez que as restantes filhas legítimas – D. Leonor de Meneses e D. Isabel Coutinho – e os demais filhos naturais – D. Aldonça de Meneses, D. Isabel de Meneses e D. Duarte de Meneses – assim, por esta ordem, também apareciam arrolados como potenciais legatários da herança paterna, à data do mencionado contrato. Onde, como se depreende, numa quase exclusiva geração de descendentes femininas, a dificuldade residia na falta de sucessão varonil, nascida de um casamento legítimo, que, somada aos obstáculos prescritos pela *Lei Mental*, limitavam a acção do fronteiro-mor de Ceuta no propósito de transmitir de forma categórica o seu legado aos herdeiros mais habilitados, incluindo as filhas lédimas. Daí, o pedido apresentado a el-rei D. Duarte, no sentido de flexibilizar-lhe a aplicação daquela moldura jurídica e, atendendo ao seu caso particular, permitir-lhe a possibilidade de distribuir os bens pelas três filhas legítimas e pelo filho D. Duarte, como bem aprouvesse e julgasse ³¹.

Esta dispensa régia, além de isentar D. Pedro de Meneses dos preceitos ditados pela *Lei Mental*, atestando assim os direitos hereditários da sua filha D. Beatriz, também validava a amplitude das condições inscritas no contrato de dote e arras, especialmente, aquela que determinava que a herança dos bens se fizesse à maneira de morgadio, cujo mecanismo sucessório acabaria por permitir a existência e a longevidade institucionais da futura casa senhorial vila-realense. Uma vez condescendida esta forma de sucessão, o capitão de Ceuta dispôs da margem de manobra que necessitava para renunciar ao título

³⁰ Cf. D. Jerónimo de MASCARENHAS, *História de la Ciudad de Ceuta*, cit., cap. 42 e Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde Dom Pedro...*, cit., livro II, caps. 24-25.

³¹ *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, cit., vol. I-1, n.º 562, pp. 324-325, por carta datada de 17-04-1434. Veja-se ainda AN/TT, *Místicos*, livro 4, fls. 36 v.º-37.

condal de Vila Real, demitindo-o em favor do seu genro D. Fernando, depois de garantir para si mesmo a recuperação do condado de Viana do Alentejo, outrora, pertencente ao seu pai D. João Afonso Telo ³². Ao mesmo tempo, beneficiou ainda de uma forte acção confirmativa de el-rei D. Duarte, que lhe ratificou, entre Janeiro e Abril de 1434, vários diplomas relativos às doações de el-rei D. João I, à herança patrimonial da ascendência linhagística e aos bens que alcançara por compra, legado ou partilha ³³, acabando assim por ser remunerado pelo bom desempenho político e militar no governo ceutense, desde 1415. De resto, também é desde Janeiro de 1434 que achamos D. Fernando de Noronha no uso do título de conde de Vila Real ³⁴, embora a sua carta de doação, apenas vitalícia, só lhe tenha sido oficialmente passada alguns meses depois ³⁵. É de admitir que a cessão do condado vila-realense esteja relacionada com a existência de progenitura resultante do casamento entre D. Fernando de Noronha e D. Beatriz de Meneses, situação que nos conduz ao facto de D. Pedro de Meneses, primogénito do casal, ter nascido em 1434, ou pouco antes ³⁶.

A epígrafe tumular do 1.º capitão de Ceuta indica-nos que o seu óbito sucedeu em 22 de Setembro de 1437 ³⁷. Outra fonte diz-nos que a carta régia de nomeação de D. Fernando de Noronha para ser capitão de Ceuta foi dada em 18 de Outubro de 1437 ³⁸. Ciente desse provimento, o 2.º conde de Vila Real tratou logo de transferir a posse dos

³² Assim se vê numa carta de 18-04-1434, então, outorgada à provedoria das capelas instituídas por el-rei D. Afonso IV e pela rainha D. Beatriz, sua mulher, que recebeu a doação régia de várias casas sitas na cidade de Lisboa, em satisfação da vila de Viana, cujas rendas e direitos eram fruídos por aquela provedoria. Publicada nas *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte, cit.*, vol. I-1, n.º 559, pp. 316-321.

³³ Carlos Manuel da Silva MOURA, *A Linhagem de D. Pedro de Meneses...*, cit., pp. 146-150.

³⁴ Numa carta de confirmação régia de 12-01-1434, já citada, *supra*, nota 26.

³⁵ *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte, cit.*, vol. I-1, n.º 551, pp. 301-302, por carta datada de 07-09-1434. Veja-se ainda AN/TT, *Místicos*, livro 4, fls. 31 v.º-32. A doação de Vila Real e do respectivo título condal foi feita em nome de D. Fernando, mas tal situação não minimizava os direitos de sucessão patrimonial de D. Beatriz de Meneses, pois, a dispensa da *Lei Mental* (citada, *supra*, nota 31) determinava que os bens do 1.º capitão de Ceuta fossem herdados pelo seu neto varão, mediante o uso das armas do seu avô e do apelido *Meneses*, conforme instruído na carta de contrato de dote, arras e morgadio (citada, *supra*, nota 27).

³⁶ Voltaremos a este assunto no subcapítulo I.2.1., *infra*.

³⁷ Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra, cit.*, vol. I, pp. 127-128.

³⁸ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 11, n.º 10, p. 29, onde se declara que D. Fernando de Noronha “foi provido por el-rei D. Duarte, em 18 de Outubro de 1437, por carta que está no Cartório [dos senhores da Casa de Vila Real], aonde lhe concede todos os poderes que el-rei D. João, o primeiro, seu pai, concedera ao conde de Viana, sogro do dito conde D. Fernando”. Sobre a nomeação, o cronista Zurara informa-nos que D. Duarte escolheu D. Fernando de Noronha para o governo de Ceuta, sobretudo, porque não quis aceitar a sugestão de dar a capitania daquela praça ao esposo que viesse a consorciar-se com D. Leonor de Meneses, secundogénita do defunto D. Pedro de Meneses, embora o rei tivesse ficado arrependido, depois de conhecer verdadeiramente o peso militar granjeado àquela época por D. Duarte de Meneses, filho natural do dito defunto: cf. Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte* in *Crónicas de Rui de Pina*, com introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977, cap. 43 e Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, cit., cap. 15.

seus bens móveis e de raiz na sua esposa D. Beatriz, a quem sub-rogou plenos poderes procuratórios para representá-lo em todos os actos de gestão e de administração alusivos ao património conjunto que ambos detinham. E fê-lo na ocasião em que o casal iniciara com D. Leonor de Meneses, sua cunhada e irmã, o processo de partição dos bens e da herança que tinham ficado por falecimento de D. Pedro de Meneses, cuja disputa só se resolveria no ano de 1440 ³⁹. Neste sentido, é legítimo aceitar-se a ideia de D. Fernando não estar capacitado para assistir em Ceuta, se antes, não tivesse assegurado a sucessão da casa senhorial, deixando a sua mulher no Reino, incumbida de criar os dois filhos do casal – D. Pedro de Meneses e D. João de Noronha – e de resolver a partilha dos bens paternos com a sua irmã D. Leonor de Meneses. Assim, D. Fernando de Noronha serviu o cargo de capitão de Ceuta entre 1437 e 1445, ano da sua morte. A vaga deste ofício foi preenchida por D. Fernando, 3.º conde de Arraiolos ⁴⁰.

São muito escassas as informações sobre o desempenho do 2.º capitão de Ceuta durante os quase oito anos do seu governo. Supõe-se que o seu percurso e feitos tenham merecido uma composição cronística, escrita pela pena de Zurara ⁴¹. Ou iriam merecer, pois, parece que o cronista-mor do Reino não dispôs de tempo útil para a concretizar ⁴², sobretudo, desde o momento em que também se viu cometido nos labores exigidos pela função de guarda-mor da Torre do Tombo, aos quais se juntou a incumbência de narrar os feitos em torno da conquista de Alcácer Ceguer (1458) e do seu primeiro capitão D. Duarte de Meneses († 1464), filho natural do 1.º capitão de Ceuta ⁴³, cuja recolha local de testemunhos se iniciou em Agosto de 1467 ⁴⁴.

³⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 25, fls. 46 v.º-48 v.º e *Místicos*, livro 3, fls. 140 v.º-145 v.º, por confirmação régia de 21-10-1444. Trata-se de uma carta, pela qual o Infante D. Pedro, em nome de el-rei D. Afonso V, confirmou a D. Leonor de Meneses o contrato de transacção, convenção e composição amigável, firmado em 20-09-1440, com a sua irmã D. Beatriz de Meneses, que, actuou por si, em nome do seu filho D. Pedro e na qualidade de procuradora do seu marido D. Fernando de Noronha, cuja escritura de procuração, datada de 11-10-1437, foi trasladada na referida confirmação, então, lavrada na vila de Santarém, «nos paços do mujto honrrado Senhor dom fernando conde de vila Real».

⁴⁰ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 25, fl. 42 v.º, *Místicos*, livro 3, fls. 123 v.º-124 e *Livro das Ilhas*, fls. 14 v.º-15, por uma carta de 14-08-1445. Primeira referência editada nos *Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, publicados por ordem da Academia das Ciências de Lisboa e sob a direcção de Pedro de Azevedo, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915-1934, tomo I, n.º 261, pp. 298-299 e nos *Descobrimientos Portugueses: Documentos para a sua História*, org. João Martins da Silva Marques, Lisboa, IAC, 1944-1971, vol. I, n.º 348, p. 443.

⁴¹ Vide Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, cit., cap. 5: «dom Fernando de noronha [...] assy como era de muy grande sangue assy era de grandes uertudes como no liuro de seus feitos podees achar».

⁴² Sobre a vida e a obra do cronista, vejam-se os dados apresentados por Saul António GOMES, *D. Afonso V, o Africano*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 146-149.

⁴³ Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, cit., cap. 1.

⁴⁴ *Ibidem*, cap. 2.

Resta-nos, pois, o relato de Rui de Pina, que coloca D. Fernando de Noronha no contexto de uma questão mais ampla que tentava, na visão portuguesa, harmonizar duas realidades que, desde muito cedo, se percebeu serem inconciliáveis: o resgate do Infante D. Fernando, preso pelos mouros, após o desastre militar de Tânger, ocorrido em 1437; e a manutenção da cidade de Ceuta. O resultado final não foi satisfatório: manteve-se Ceuta, mas perdeu-se a vida do Infante ⁴⁵. Este desfecho agridoce terá produzido algum contentamento ao 2.º conde de Vila Real, uma vez que pôde conservar o ofício ceutense, mantendo assim a autonomia sociopolítica e os rendimentos económicos que o cargo lhe garantia, cujos efeitos lhe seriam mais proveitosos que qualquer digna satisfação dada pela Coroa, caso Ceuta tivesse sido deposta em troca da vida do infante cativo, situação que, segundo Rui de Pina, quase se praticou ⁴⁶. De resto, o cronista infere-nos a ideia de D. Fernando de Noronha ter executado fielmente o seu papel nas acções de defesa da guarnição que comandava, mesmo quando, contrariando ordens régias, esgotou o limite de não fazer guerra aberta aos mouros, actuação que fatalmente causou um aumento da aspereza do cativo sofrido pelo Infante D. Fernando ⁴⁷.

Parece igualmente que aquilo que D. Fernando de Noronha teve em nobreza de sangue, não lhe careceu menos em virtude e carácter, se nos socorrermos da notícia da assistência financeira que dispensou à rainha D. Leonor, viúva de D. Duarte, auxiliando-a com boa soma de ouro amoadado, a fim de ela suportar as privações que passou em Castela, depois de ter sido afastada da regência do Reino e da tutoria do jovem rei D. Afonso V, seu filho ⁴⁸. E tê-lo-á feito não só pelo respeito que tinha a el-rei D. Duarte, que o criara no seio da sua clientela, mas também pelos laços de parentesco que o uniam à rainha, por esta ser filha de Fernando I, rei de Aragão, de quem D. Fernando e os seus irmãos, filhos do conde de Gijón, eram primos do mesmo grau, acabando por remontar todos numa ascendência comum verificada em Henrique II, rei de Castela.

Falecido na cidade de Ceuta, em 1445, o corpo de D. Fernando de Noronha foi trazido para Portugal, sendo levado à igreja de São Francisco da vila de Santarém, onde foi sepultado junto de el-rei D. Fernando, seu avô materno ⁴⁹.

⁴⁵ Sobre a questão do insucesso de Tânger, veja-se a revisão deste assunto feita por Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte, requiem por um rei triste*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 222-251.

⁴⁶ Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V* in *Crónicas de Rui de Pina*, cit., cap. 54.

⁴⁷ Idem, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, cit., cap. 38.

⁴⁸ Idem, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cit., cap. 84.

⁴⁹ BNP, Códice 1054, fl. 52.

2. Criação e valimento sociopolítico

2.1. Tutoria e curadoria maternas

Há pouco, sugerimos que D. Pedro de Meneses, sucessor da casa vila-realense, terá nascido por volta do ano de 1434, ou pouco antes. Todavia, devemos encarar esta sugestão como uma simples hipótese, pois, a falta de testemunhos concludentes não nos permite sair do universo das suspeitas. Colocando de parte várias conjecturas plausíveis, parece-nos ser possível considerar, com alguma margem, que o nascimento do herdeiro da Casa de Vila Real se situe num intervalo temporal compreendido entre os anos 1432 e 1437, dentro do qual ainda se inclui a nascerça do seu irmão D. João de Noronha. Se o limite superior pode ser fundamentado com a data da nomeação de D. Fernando de Noronha na capitania de Ceuta, devido à existência suficiente de herdeiros para suceder na casa senhorial, não menos verosímil é a baliza inferior, se pensarmos que o consórcio entre o casal D. Fernando de Noronha e D. Beatriz de Meneses, contratado em Março de 1431, gerou descendência, no imediato.

A altura do nascimento de D. Pedro de Meneses, mais ano, menos ano, poderá ter sido muito próxima à de el-rei D. Afonso V, nascido nos inícios de 1432⁵⁰. No ano de 1477, quando viajou até ao Reino de França, o *Africano* enviou da cidade de Paris uma carta ao então 3.º conde de Vila Real, na qual, entre outros assuntos, fez questão de agradecer-lhe todo o seu serviço passado e presente, lembrando-lhe igualmente “*o muito devido que comigo tendes e a criação vossa comigo, quase do mais tempo que me sei acordar*”⁵¹, alocação que nos sugere a forte hipótese de um convívio conjunto durante a tenra infância. Por outro lado, no intróito que se encontra no elogio fúnebre de D. Pedro de Meneses, que o humanista italiano Cataldo Parísio Sículo ofereceu e dedicou ao seu sucessor D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, podemos ler que «*Petrus Menesius primus Villæ Regalis Marchio [...] Obiit Ulyssipone ætatis suæ anno circiter*

⁵⁰ Mais precisamente, no dia 15 de Janeiro de 1432: veja-se o *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte* (*Livro da Cartuxa*), edição diplomática de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, p. 146.

⁵¹ Vejam-se BNP, Códice 1054, fls. 58 v.º-59, BPM Porto, *Manuscritos*, n.º 851, fls. 131-131 v.º e BP Évora, Códice CIII/2-20, fls. 133 v.º-134, por carta de 07-01-1477. Última referência publicada por Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Relações Históricas Entre Portugal e a França (1430-1481)*, Paris, FCG – Centro Cultural Português, 1975, n.º 14, pp. 170-172, no entanto, editada com a data errada de 10-01-1477. Existem mais traslados desta carta noutros códices manuscritos, porém, apresentando erroneamente a data de 21-01-1487: BACL, Códice 73 – Série Azul, fls. 26 v.º-28; BNP, Códice 3776, fls. 149-151 e Códice 8920, fls. 221 v.º-222; BNE, *Manuscritos*, n.º 2420, fls. 135-136 v.º; e RAH, *Colección Salazar y Castro*, N-76, fls. 54-54 v.º.

septuagesimo»⁵². Sabemos que D. Pedro de Meneses, então, 1.º marquês de Vila Real, faleceu no Verão de 1499. Se finou com cerca de 70 anos de idade, como se alega nesta última citação, o seu nascimento terá acontecido entre os anos 1429 e 1434, cuja ideia, cotejada com o que ficou escrito no parágrafo anterior, ainda nos permite restringir tal intervalo aos anos 1432 a 1434⁵³.

Evidente é o facto de D. Pedro de Meneses ser bastante moço, quando recebeu em 1445 a carta de doação régia da vila de Vila Real, em sucessão ao seu falecido pai D. Fernando de Noronha. Esta mesma carta determinou ainda que o jovem donatário se intitulasse logo por conde daquela vila, sem embargo de lhe não ter sido feita cerimónia de investidura, a qual se realizaria assim que comparecesse na corte⁵⁴. Não obstante ser confirmado no título, o novel conde vila-realense viveria debaixo da tutela sociojurídica de D. Beatriz, sua mãe viúva, que ficara encarregada de lhe administrar o património e a casa que depois iria gerir. Tal situação terá durado cerca de meia dúzia de anos, pois, na transição para a década de 50, ainda achamos registos na *Chancelaria Régia* outorgados a requerimento da condessa D. Beatriz e dos seus filhos: a carta geral de privilégios em favor dos caseiros, lavradores e outros servidores afectos à casa senhorial⁵⁵; e a carta de confirmação do teor de outras, de D. João I e de D. Duarte, relativas à mercê das 16 000 coroas de ouro prometidas para o casamento de D. Fernando de Noronha com a filha do 1.º capitão de Ceuta⁵⁶. As datas destas duas cartas, dadas por D. Afonso V, incutem que o seu despacho se enquadrou numa necessidade de revalidar os direitos e os privilégios usufruídos pela casa vila-realense, antes da batalha de Alfarrobeira (Maio de 1449). Este conflito não contou com a participação directa de D. Pedro de Meneses nem da clientela

⁵² Vide D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., tomo VI (parte II), p. 193, anteposto ao elogio fúnebre, pp. 194-203. Este mesmo elogio, intitulado *Cataldi consolatio ad ferdinandum menesium marchionem magnanimum* está incluído nos *Poemata Cataldi*, [Lisboa, Valentim Fernandes (imp.), 1500,] fls. 70-75, cujo exemplar se acha na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Nesta fonte, apuramos que o intróito que consta da publicação do citado tomo VI das *Provas...* é inexistente. De facto, o intróito não é da autoria de Cataldo, mas sim de António de Castro, que actuou como relector de várias poesias do humanista italiano, julgando-as inéditas e nunca levadas ao prelo, resolvendo, pois, editá-las em livro que dedicou à Infanta D. Maria (1521-1577), filha de el-rei D. Manuel I: veja-se a reedição do artigo de Américo da Costa RAMALHO, «Ainda *Aquila* em Cataldo» in idem, *Para a História do Humanismo em Portugal*, vol. V, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2013, pp. 89-90.

⁵³ Esta conclusão ajeitava-se bem à nossa sugestão para um nascimento de D. Pedro de Meneses entre os anos 1432 e 1434, não fossem os erros que o intróito do seu elogio fúnebre contém. Por exemplo: o 1.º marquês de Vila Real é confundido com o 1.º capitão de Ceuta, seu avô homónimo; e a mulher do filho D. Fernando de Meneses é chamada Maria Francisca, quando, na verdade, se trata de Maria Freire.

⁵⁴ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 25, fl. 44 v.º e *Místicos*, livro 3, fls. 140-140 v.º, por carta de 03-06-1445. Transcrita no Apêndice F, n.º 1.

⁵⁵ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fls. 154-154 v.º, por carta de 06-11-1449.

⁵⁶ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fl. 63 v.º, por carta de 28-04-1450. Publicada nos *Documentos das Chancelarias Reais...*, cit., tomo I, n.º 336, pp. 382-384.

que lhe estava sujeita. Não conhecemos fontes que nos elucidem o seu posicionamento, mas julgamos que a inexperiência militar do jovem conde e o facto de ainda viver sob a tutela materna, sem dispor de autonomia jurídica e sociopolítica, parecem razões para explicar a sua ausência. Se tivesse pelejado em Alfarrobeira, D. Pedro de Meneses teria alinhado no partido régio, devido aos laços de serviço que ligaram as famílias Noronha e Meneses aos primeiros reis da dinastia de Avis, assim como pelos benefícios que deles colheram. A opção de lutar na hoste régia seria óbvia, pois, D. Afonso V tinha as rédeas do governo do Reino e gozava do apoio de quase toda a nobreza, enquanto o Infante D. Pedro, que, na qualidade de regente, até lhe confirmara em 1445 o direito de suceder no senhorio vila-realense e o uso do respectivo título de conde, não dispunha de efectivos militares suficientes, então, limitados aos servidores da sua casa ducal de Coimbra e ao apoio político de D. Álvaro de Almada, 1.º conde de Avranches.

A autonomia sociopolítica de D. Pedro de Meneses ter-se-á verificado em 1451, ano em que D. Afonso V lhe fez doação vitalícia e hereditária do senhorio e condado de Vila Real ⁵⁷, bem como a doação perpétua de todas as terras e bens imóveis que ficaram determinados na herança da sua casa senhorial ⁵⁸. Estas duas outorgas realizaram-se em atenção e satisfação dos serviços que o seu pai e o seu avô prestaram em Ceuta ao Reino e à Casa Real Portuguesa ⁵⁹. Se D. Pedro de Meneses nasceu entre 1432 e 1434, então, em 1451, teria cerca de 17 a 19 anos, idade que se consideraria suficiente para ser um indivíduo política e socialmente emancipado ⁶⁰. Além disso, nesse mesmo ano de 1451, a sua mãe D. Beatriz de Meneses deixou Portugal, incorporando a comitiva que saiu de

⁵⁷ AN/TT, *Confirmações Gerais*, livro 5, fls. 94 v.º-95 v.º, por carta de 06-04-1451, inserta numa confirmação régia de 06-08-1534, que el-rei D. João III outorgou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, por sua vez, inserta noutra confirmação régia de 04-12-1577, que el-rei D. Sebastião concedeu a D. Manuel de Meneses, 5.º marquês de Vila Real. Transcrita no Apêndice F, n.º 2.

⁵⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 11, fls. 77-77 v.º e *Místicos*, livro 3, fls. 169 v.º-170, por carta de 04-06-1451. Primeira referência publicada nos *Documentos das Chancelarias Reais...*, cit., tomo II, n.º 25, pp. 27-29.

⁵⁹ Relativamente à concessão do senhorio e do condado vila-realenses, veja-se também AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 24, n.ºs 2-3, pp. 152-153, onde somos informados sobre a existência de dois diplomas de doação: o primeiro, de 06-04-1451 (citado, *supra*, nota 57); e o segundo, de 06-04-1457 (cujo paradeiro se ignora). Esta informação é corroborada por D. Jerónimo de MASCARENHAS, *História de la Ciudad de Ceuta*, cit., cap. 48. É de notar que as duas fontes citadas padecem de erro, ao indicarem que a doação de 1451 (que existiu no Cartório dos senhores da Casa de Vila Real) se tratou de uma mercê feita na vida de D. Pedro de Meneses. Esta ideia é contrariada pelo conteúdo que nela consta, pois, afirma claramente que a doação do senhorio de Vila Real foi efectuada na forma de juro e herdade, com todas as jurisdições, rendas, direitos, padroados de igrejas, etc., salvo correição, alçada e provimento de tabeliães. Sobre a doação de 1457, que as mesmas duas fontes mencionam ser aquela que foi dada na feição de juro e herdade, parece-nos que deveria tratar-se de uma confirmação da doação anterior de 1451.

⁶⁰ Por exemplo, el-rei D. Manuel I, ainda duque de Beja, antes de ter 20 anos de idade, foi muito interventivo nos processos de gestão governativa da sua casa: João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I (1469-1521): um príncipe do Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 59-63.

Lisboa e viajou embarcada até Siena, em Itália, na companhia da Infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso V, que ali foi conduzida para casar-se com Frederico III, soberano do Sacro Império Romano-Germânico. Segundo parece, a condessa D. Beatriz era uma das cortesãs da nova imperatriz, exercendo a função de camareira-mor ⁶¹. Com a partida da sua mãe, D. Pedro de Meneses passou a assumir inteiramente a chefia da casa senhorial vila-realense. Por inerência e estatuto social, tinha assento no Conselho Régio, tal como o seu pai houvera no reinado de D. Duarte, pelo que, progressivamente, o conde de Vila Real também foi ganhando espaço de opinião na corte de D. Afonso V.

2.2. Integração na corte

A integração do conde de Vila Real no sistema curial de D. Afonso V deve ser entendida numa lógica de inevitável atracção exercida pela corte daquele rei, quando ela passou a afirmar-se como centro indiscutível de reunião do meio social que a compunha e onde a institucionalização dos laços de criação e serviço régios foram fundamentais para empreender uma maior proximidade junto da figura do soberano, principal fonte distribuidora de graças e de mercês. O estabelecimento de um cerimonial propriamente português, a continuação do plano político-militar marroquino e a criação de hierarquias no seio da nobreza titulada terão sido factores decisivos, durante as décadas de 50 e 60, no sentido de a corte afonsina exercitar uma força centrípeta capaz de chamar a si um número largo de indivíduos, desde o simples funcionário até ao mais refinado cortesão, sujeitando-os à dependência do rei, que passou então a concentrar à sua volta diversos corpos sociais, outrora disseminados no serviço dedicado às casas senhoriais dos vários filhos de D. João I ⁶².

A inclusão e a participação do conde de Vila Real na cúria de D. Afonso V não se afastariam muito da realidade acabada de traçar. Todavia, o seu caso contém certas especificidades, por dois motivos. Um deles era o grau de parentesco que o associava ao monarca, sendo sobrinho deste último, situação amplamente apurada, por exemplo, na documentação da chancelaria afonsina. Esta relação familiar colocava o conde D. Pedro de Meneses numa posição bastante privilegiada face ao rei, muito devida à proximidade da sua linhagem ao sangue da Casa Real. Com o peso desta ligação e com a convivência

⁶¹ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo II – livro III, p. 316 e Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cit., caps. 132-133.

⁶² Rita Costa GOMES, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, p. 230.

conjunta de ambos durante a infância, não surpreende o lugar que o conde de Vila Real ocupava no cerimonial das precedências nobiliárquicas, como adiante verificaremos. Por outro lado, apesar de chefiar uma casa senhorial titulada, erguida e mantida em regime de auto-suficiência, à custa dos feitos e dos proveitos alcançados em Ceuta pelo pai e pelo avô, mas, em bom rigor, igualmente beneficiada e protegida pelos reis D. João I e D. Duarte, o conde D. Pedro de Meneses necessitaria de sobressair no círculo cortesão, cumprindo os serviços que lhe fossem solicitados por D. Afonso V. Um deles residiria na expectativa de seguir a esteira militar dos seus ascendentes linhagísticos, servindo a Coroa na capitania de Ceuta, encargo que, no tempo devido, também seria desejado pelo monarca. Outra situação não se esperaria de um rei que, à época, tinha muito interesse pelas coisas de África ⁶³. Sabe-se que foi nelas que D. Afonso V colheu a sua coroa de glória. Sabe-se ainda, embora registado de forma discreta, como mais adiante veremos, que o 3.º conde de Vila Real também assistiu às conquistas que em 1471 permitiram ao seu soberano intitular-se senhor de aquém e de além-mar, em África.

No que respeita ao assunto das precedências nobiliárquicas, verificamos que D. Pedro de Meneses ocupava na corte afonsina um lugar sociopolítico cimeiro, resultante do grau de parentesco que o ligava à Casa Real e da dignidade titular que detinha. Isto é bem visível através de uma resolução régia tomada em Coimbra, por ocasião das Cortes convocadas para aquela cidade, em Agosto de 1472, pela qual D. Afonso V, em reunião com os senhores do seu Conselho e alguns letrados, determinou a forma, segundo a qual deviam escalonar-se os duques, condes e pessoas grandes de seus reinos, não apenas em virtude do estado dos seus assentamentos, mas, principalmente, em função da afinidade familiar que tinham com el-rei e da honra e antiguidade de seus títulos, assim por esta ordem de razões ⁶⁴. Na referida resolução, o conde de Vila Real aparecia, obviamente, a seguir aos filhos do Infante D. Fernando ⁶⁵, entretanto, falecido em 1470 ⁶⁶, assim como após o duque de Bragança e respectiva prole, mas somente sob os filhos que já tivessem

⁶³ Logo que falhou o projecto de uma grande cruzada europeia para reconquistar Constantinopla (tomada pelos Turcos, em 1453) D. Afonso V decidiu retomar a ofensiva militar às praças marroquinas, canalizando para elas os recursos materiais que, entretanto, tinha arregimentado para aquela cruzada.

⁶⁴ BGUC, *Trellado do liuro vermelho de tempo D'ell Rey Dom afonso o quimto*, fls. 58-59 (ou a edição impressa correspondente, intitulada *Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V in Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza*, tomo III, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1793, n.º 30, pp. 474-476).

⁶⁵ À época da resolução, seriam D. Diogo e D. Manuel, admitindo-se ainda D. João, irmão mais velho dos anteriores nomeados, que terá finado pouco antes do final do ano de 1472. Houve ainda outros três filhos (D. Duarte, D. Dinis e D. Simão) que, muito possivelmente, também terão falecido em tempo anterior às Cortes de 1472, realizadas em Coimbra.

⁶⁶ Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V, cit.*, cap. 161.

título ⁶⁷, gozando de precedência sobre aqueles que não o tinham ⁶⁸, embora na condição de ser ultrapassado por eles, logo que alcançassem dignidade titular igual ou superior ⁶⁹. Esta ‘intromissão’ do conde D. Pedro de Meneses entre filhos titulados e não titulados do duque brigantino seria assim observada, porque D. Afonso V determinara:

“que os filhos do duque de Bragança, irmãos do duque de Guimarães, por o devido que com sua senhoria [o rei] têm e com o senhor príncipe [D. João] seu filho, posto que alguns deles não tenham títulos de condes, nem outro algum título, precedam a todos os condes do Reino, posto que alguns dos ditos condes tenham devido ou parentesco com el-rei, salvo a D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real, filho do conde D. Fernando [de Noronha] o qual por o grande devido que isso mesmo tem com os ditos senhores rei e príncipe, posto que seja menos que o dos filhos do dito duque e por a linhagem de que vem da outra parte dos reis de Castela e por sua pessoa, dele, há o dito senhor por bem que ele não seja precedido por algum filho do dito duque que não tenha título igual ao seu; em pero, que qualquer filho do dito duque que tiver título de conde, como ele, o preceda em tudo e ele dito conde de Vila Real preceda a qualquer outro filho do duque sem título, a saber: D. Afonso, conde de Faro, filho do duque, por ser conde, posto que seja mais moço que D. João, precederá o conde de Vila Real e o conde de Vila Real precederá a D. João, enquanto não for conde (e assim a D. Álvaro, seu irmão) posto que seja mais velho, enquanto não tiver título de dignidade igual a ele” ⁷⁰.

Esta resolução relativa à década de 70 não seria muito distinta de qualquer outro ordenamento anteriormente feito no reinado afonsino, se é que tal existiu explicitamente averbado em substância documental. Tivesse ou não existido, aceitemo-lo, pelo menos, em ideia praticada de forma tácita. Importa-nos muito mais estimar, em termos globais, que a Casa de Vila Real ocupava, desde o ano de 1453, o quarto lugar na hierarquia da nobreza titulada, posicionada atrás das casas ducais de Beja, de Viseu e de Bragança, subindo um degrau em 1461, quando o Infante D. Fernando juntou ao ducado alentejano

⁶⁷ Assim, posicionava-se atrás de D. Fernando, 2.º duque de Bragança e dos filhos D. Fernando, 1.º duque de Guimarães e D. Afonso, 1.º conde de Faro.

⁶⁸ Neste caso, à altura da referida resolução régia, seriam D. João e D. Álvaro.

⁶⁹ Assim foi com D. João, marquês de Montemor-o-Novo, desde o ano de 1473. O mesmo já não ocorreu com D. Álvaro, que nunca recebeu título, ainda que tivesse incorrido na possibilidade de herdar o condado de Olivença, através do casamento que contraiu com D. Filipa de Melo, filha de D. Rodrigo de Melo, 1.º conde da vila oliventina, a quem carecia progenitura varonil para suceder no título. Em parte, as vicissitudes políticas que determinaram o exílio dos indivíduos da Casa de Bragança durante o reinado de D. João II terão impedido a obtenção do título condal por parte de D. Álvaro. Sobre a situação deste filho do 2.º duque brigantino, vejam-se João Paulo Oliveira e COSTA, «O conde de Tentúgal e a linhagem dos Melos na política ultramarina manuelina» in *A Alta Nobreza...*, cit., pp. 10-12 e Maria Barreto DÁVILA, *D. Fernando I, 2.º duque de Bragança...*, cit., pp. 134-137.

⁷⁰ BGUC, *Trellado do liuro vermelho...*, cit., fls. 58-58 v.º.

o ducado beirão, herdado por morte do Infante D. Henrique, seu pai adoptivo. Por outro lado, em termos pessoais, D. Pedro de Meneses ocupava um lugar sociopolítico cimeiro, *ma non troppo*, na medida em que seria sempre ultrapassado por qualquer descendente titulado dos duques de Beja-Viseu e de Bragança. A posição do conde vila-realense era assaz satisfatória, mas nunca estaria em condições de superar os lugares ocupados pela nobreza que mais proximamente fluía do sangue da Casa Real. Só a concessão régia de um título nobiliárquico superior àquele que detinha, incrementaria um pouco mais a sua ‘intromissão’ entre os parentes brigantinos do monarca.

Apesar de discreto, o percurso do 3.º conde de Vila Real durante a década de 50 apresenta alguns testemunhos que importa referir. Pouco depois das outorgas de 1451, que lhe confirmaram o título nobiliárquico e a herança senhorial, D. Pedro de Meneses recebeu em 1454 a doação vitalícia das terras de Aguiar e Oriola, sitas no almoxarifado de Évora, cuja posse vagara para a Coroa, por morte de Beatriz Fernandes Cogominho, dona do morgado da quinta da Fonte dos Coelheiros ⁷¹, crendo-se que aquela dona tenha falecido sem sucessor. Aquelas duas terras não ficaram muito tempo nas mãos do conde de Vila Real, pois, em 1457, retornaram à Coroa para D. Afonso V fazer nova doação delas a Diogo Lopes Lobo, 3.º senhor de Alvito, com confirmação posterior em 1470, à sua filha D. Maria de Sousa, mulher do doutor João Fernandes da Silveira, regedor da Casa da Suplicação ⁷² e futuro 1.º barão de Alvito.

Em 11 de Maio de 1455, D. Pedro de Meneses desempenhou serviço cerimonial na corte afonsina, cabendo-lhe levar, em posição dianteira, o pálido sob o qual caminhou o Infante D. Fernando, carregando nos braços o recém-nascido príncipe D. João para a cerimónia do seu baptismo ⁷³. Pouco depois, em 24 de Junho, contou-se entre os muitos

⁷¹ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 10, fl. 87 v.º e *Místicos*, livro 3, fl. 283 v.º, por carta de 30-07-1454. A vacatura da posse das terras de Aguiar e Oriola deve ser compreendida à luz das condições que os reis D. Afonso IV e D. Pedro I impuseram no modo de sucessão da herança do referido morgado, instituído por Fernão Gonçalves Cogominho, avô da mencionada Beatriz Fernandes e destacado vassalo daqueles dois reis, que lhe doaram aquelas terras, à laia de juro e herdade, acompanhando os bens do dito morgado. Sobre este assunto, vejam-se os documentos publicados nas *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, cit., vol. I-1, n.º 535, pp. 295-296 e nas *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I*, ed. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, INIC / CEH – UNL, 1984, n.ºs 50 e 307, pp. 16-21 e 108-110.

⁷² Vide AN/TT, *Guadiana*, livro 4, fls. 46 v.º-47, por carta de 12-07-1457 e *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 16, fls. 7-7 v.º, por carta de 11-09-1470. Na primeira carta mencionada, somos informados que D. Pedro de Meneses deu as terras de Aguiar e de Oriola ao seu aio Martim Vieira (ainda que este as trouxesse em seu nome) e que D. Afonso V resolveu dar-lhe outra coisa, a fim de doar aquelas duas terras a Diogo Lopes Lobo, em sua vida e, após a sua morte, ao seu filho Rui Dias Lobo.

⁷³ Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, nova edição conforme a de 1798, com introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, INCM, 1973, cap. 2 e Damião de GÓIS, *Crónica do Príncipe D. João*, ed. crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, UNL, 1977, cap. 2.

indivíduos dos três estados do Reino que juraram obediência ao sucessor régio, da qual se fez respectivo acto ⁷⁴. É de referir a relevância da participação da nobreza áulica neste juramento, cuja prática, inaugurada pelos reis da dinastia de Avis, foi a manifestação de mais um ritual de reconhecimento, somado aos tradicionais ritos do levantamento e da aclamação. A realização deste novo ritual de obediência tinha o objectivo de infundir na principal nobreza do Reino e na família real um espírito de fidelidade colectiva perante o futuro rei, que, uma vez aprovado e protegido no seu direito sucessório, publicamente reconhecido, ficaria obrigado a preservar e honrar os privilégios dos ajuramentados. Se este ritual representou uma mutualidade de compromissos que foram votados de parte a parte, por outro lado, revelou muito mais a necessidade de uma ‘unção secular’ do poder do rei, sem recorrer a uma sacralização política mediada pela esfera eclesiástica ⁷⁵.

Em 1456, encontramos D. Pedro de Meneses a receber de D. Afonso V a doação da alcaidaria de Almeida e a sequente nomeação no ofício de alcaide do castelo daquela vila fronteiriça, com as respectivas rendas e direitos, em substituição de Pêro Peixoto, por renúncia que este fez daquele castelo, nas mãos de el-rei ⁷⁶. Este ofício constituiu o primeiro encargo de carácter militar atribuído ao conde de Vila Real, pelo menos, em termos nominativos, visto que não chegou a exercer realmente as funções de casteleiro. Isto significa que D. Pedro de Meneses detinha o ofício a título honorífico devido à sua condição social, situação que o determinou a adoptar uma posição absentista e a delegar o comando da fortificação almeidense em alguém digno da sua confiança ⁷⁷. O nomeado foi o mesmo Pêro Peixoto, com quem D. Pedro se ajustou em mantê-lo vitaliciamente, exercendo em seu nome a função de alcaide do castelo de Almeida, dando-lhe ainda as rendas e os direitos respeitantes ao ofício. Além disto, o conde de Vila Real obrigou-se também a pagar-lhe, até ao fim da vida, uma moradia anual de 10 000 reais, se decidisse nomear outra pessoa para servir o cargo ⁷⁸. É de crer que D. Pedro de Meneses começou aqui a revelar apetites ou interesses de expansão dominial e senhorial. De facto, a mercê da doação régia do senhorio da vila de Almeida não tardaria a chegar.

⁷⁴ Diploma de 25-06-1455, publicado por D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., tomo II (parte I), n.º 19, pp. 104-112 e nos *Monumenta Henricina*, org. António Joaquim Dias Dinis, Coimbra, Comissão Executiva (...), 1960-1974, vol. XII, n.ºs 73 e 74, pp. 143-151.

⁷⁵ Vide Rita Costa GOMES, *A Corte dos Reis de Portugal...*, cit., pp. 302-304 e idem, «A realeza: símbolos e cerimonial» in *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)*, Lisboa, UAL, 1999, pp. 205-207.

⁷⁶ AN/TT, *Místicos*, livro 3, fl. 290, por carta de 25-03-1456.

⁷⁷ Sobre a posição absentista dos alcaides-mores, veja-se João Gouveia MONTEIRO, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, [Lisboa,] Editorial Notícias, 1998, p. 138.

⁷⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 13, fl. 178, por confirmação régia de 06-03-1456.

Mais notícias firmes do conde de Vila Real são achadas no ano de 1458, através de uma série de cartas régias desembargadas na vila de Estremoz. Entre elas, destaca-se a concessão de uma tença anual de 10 678,50 reais, até ser totalmente reembolsado de uma quantia de 120 000 reais que lhe era devida por D. Fernando, primogénito do então 1.º marquês de Vila Viçosa. A quantia daquela tença seria deduzida nos assentamentos recebidos pelo devedor, conforme um seu pedido feito a D. Afonso V ⁷⁹. Na sequência desta concessão, o monarca dotou ainda a D. Pedro de Meneses o privilégio vitalício de não pagar dízima nem portagem sobre quaisquer coisas que, por mar ou por terra, lhe chegassem ou mandasse trazer ao Reino de Portugal, assim como não pagar o direito de chancelaria em quaisquer cartas de mercê, doação, liberdades, graças e outras que lhe fossem outorgadas por el-rei ⁸⁰. Esta generosidade de D. Afonso V estendeu-se à doação vitalícia da vila de Almeida e seu termo, mandando ainda que o 3.º conde de Vila Real se intitulasse por senhor dela, com todas as jurisdições, rendas, direitos, padroados de igrejas, etc., salvo correição, alçada e outras receitas, reservadas à Coroa ⁸¹.

Nas duas últimas cartas referidas, compete indicar-se que o seu desembargo foi motivado pelos grandes e singulares serviços que D. Pedro de Meneses fizera a el-rei e seus reinos – “*serviços dignos de perpétua lembrança*”, como afirma a carta de doação da vila de Almeida. Que serviços foram esses, quando e em que medida seriam dignos de memória futura? Só podemos supô-los no contexto de um tirocínio militar efectuado no Norte de África, em Ceuta, sob o comando do seu tio D. Sancho de Noronha, talvez, entre meados de 1456 e meados de 1458, pois, neste intervalo, não achamos qualquer documento directamente alusivo ao conde de Vila Real ⁸².

Relativamente aos feitos militares do 3.º conde de Vila Real no Norte de África, a melhor fonte é a *Oração* do doutor João Teixeira, chanceler-mor de el-rei D. João II, proferida na época em que este monarca deu a D. Pedro de Meneses o título de marquês. Porém, o seu teor (aparentemente, encadeado na narrativa) não apenas carece de dados

⁷⁹ AN/TT, *Místicos*, livro 3, fls. 222-223 v.º, por cartas de 14-06-1458 e de 20-06-1458, em que a primeira é uma versão resumida da segunda. Esta última esclarece-nos que o valor de 10 678, 50 reais era a quarta parte de uma tença anual de 42 714 reais, por sua vez, destinada a satisfazer uma tença régia de 4 000 coroas, que D. Fernando recebera da herança de D. Leonor de Meneses, sua primeira mulher, falecida em 1452, filha do 1.º capitão de Ceuta e, portanto, tia do 3.º conde vila-realense.

⁸⁰ AN/TT, *Místicos*, livro 3, fls. 221 v.º-222, por carta de 28-06-1458.

⁸¹ AN/TT, *Místicos*, livro 3, fls. 62-62 v.º, por carta de 05-07-1458.

⁸² Para o período presumido, tanto D. Jerónimo de MASCARENHAS, *História de la Ciudad de Ceuta*, cit., caps. 57-58, como Alejandro CORREA DE FRANCA, *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de Ceuta*, ed. María Carmen del Camino, Ciudad Autónoma de Ceuta / Consejería de Educación y Cultura, [1999,] libro II, cap. 9, nada adiantam.

cronológicos como também nos sugere que as proezas militares de D. Pedro ocorreram no tempo em que exerceu o ofício de capitão de Ceuta, isto é, entre os meados de 1460 e a primeira metade de 1464 ⁸³. Tudo se torna mais confuso, quando o orador começa a narrativa dessas proezas com o episódio da batalha em que o conde, tendo somente 20 anos de idade, venceu e cativou *Gilhairé*, poderoso capitão dos mouros, que senhoreava territórios desde Safim até um pouco além de Ceuta. Relembrando-se que D. Pedro de Meneses nasceu entre 1432 e 1434, então, o dito episódio teria acontecido em 1454, no máximo, circunstância que não colhe com a nossa suposição sobre a presumível prática militar efectuada em Ceuta, sob o comando do seu tio D. Sancho de Noronha. Por outro lado, se o mesmo episódio aconteceu no período do governo efectivo do conde de Vila Real, então, este teria nascido no ano de 1440, facto que se toma por erróneo, uma vez que já era vivo em 1437, aquando da nomeação do seu pai na capitania de Ceuta. Não obstante a indicação firme da idade de D. Pedro de Meneses na dita *Oração*, convém advertir-se (sem contestar grandemente a veracidade dos feitos militares que relata, mas sim a sua precocidade temporal) que o discurso pronunciado pelo doutor João Teixeira denota um vocabulário intencionalmente encomiástico, com o propósito de engrandecer a pessoa e as acções do conde vila-realense.

Posto isto, a resposta à nossa interrogação sobre o tipo, a data e a dimensão dos grandes e singulares serviços que justificaram a doação da vila de Almeida ao 3.º conde de Vila Real aparenta-se indecifrável. Ainda assim, acreditando na possibilidade de um tirocínio militar em Ceuta, sob as ordens do conde de Odemira, seu tio, entre meados de 1456 e meados de 1458, julgamos que a doação de Almeida, mais que galardoá-lo pelos supostos serviços ali realizados, serviu para compensar-lhe a perda das terras de Aguiar e de Oriola, que, depois de lhe serem doadas em 1454, reverteram à posse da Coroa para nova doação régia, em 1457, feita a Diogo Lopes Lobo, 3.º senhor de Alvito.

De qualquer modo, a presença de D. Pedro de Meneses no Norte de África, antes de ser nomeado no ofício de capitão de Ceuta, parece ter sido um facto. Assim o afirma Zurara, ao situar-nos o conde de Vila Real naquela cidade, na véspera do Natal de 1458, altura em que o capitão D. Duarte de Meneses mandou a ela algumas pessoas, a fim de obterem provisões para abastecer a recém-conquistada praça de Alcácer Ceguer ⁸⁴. Nada é possível dizer-se ou estimar-se sobre a hipótese de uma participação do conde vila-

⁸³ *Oração que teve Ioam Teyxeira (...) anno do nascimento de nosso Senhor Iesu Christo 1489*, Coimbra, João Álvares (imp.), 1562, fls. [13 v.º-19].

⁸⁴ Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, cit., cap. 58.

realense na tomada e conquista daquela praça, uma vez que as fontes que relatam este sucesso são totalmente omissas.

3. A capitania de Ceuta (1460-1464)

3.1. Acção militar, governo, doações e privilégios

No livro de apontamentos que trazia sempre consigo, el-rei D. Duarte tivera o cuidado de anotar as características que deveriam caber a um bom capitão no exercício do seu cargo: ser laborioso no ofício, valoroso no perigo, adestrado e célere na execução das acções e capaz de dar e receber aconselhamento ⁸⁵. Na expectativa de ver cumpridos tais atributos, D. Afonso V resolveu despachar uma carta para D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, provendo-o no ofício de capitão e alcaide da cidade de Ceuta, com todos os poderes, liberdades, prós, ganços, rendas e coisas a ela pertencentes, em virtude dos grandes e assinalados serviços realizados por ele e pela sua linhagem, sobretudo, os que tinham sido prestados pelo seu pai D. Fernando de Noronha e pelo seu avô D. Pedro de Meneses. Na mesma carta, o rei alçou a homenagem dada por D. Sancho de Noronha e investiu-a no novo capitão indigitado, com todas as obrigações, cláusulas e condições exigidas à função ⁸⁶. Além desta nomeação, o conde de Vila Real também terá recebido cartas semelhantes às outorgadas aos anteriores capitães da praça, respeitantes à doação do quinto das cavalgadas e presas no mar e em terra e à autoridade de doar casas, terras e heranças da cidade e comarca ceutenses que ainda não tivessem sido concedidas por el-rei ou por aqueles capitães ⁸⁷.

Sabemos que D. Pedro de Meneses exerceu o ofício de capitão de Ceuta, desde a segunda metade de 1460 até à Páscoa de 1464. Entretanto, esteve em Portugal, entre os fins de 1461 e Agosto de 1463, com o governo de Ceuta a ficar interinamente nas mãos

⁸⁵ Assim traduzimos, de forma livre, do *Livro dos Conselhos...*, cit., p. 173: «Labor in negocijs, fortitudo in periculis, Industria in agendo, celeritas in conficiendo, consilium in prouidendo».

⁸⁶ AN/TT, *Colecção de Pergaminhos...*: *Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 4 e *Místicos*, livro 3, fls. 57-57 v.º, por carta de 29-06-1460. Primeira referência transcrita no Apêndice F, n.º 3 (já antes, publicada por José Mendes da Cunha SARAIVA, *Alguns Diplomas...*, cit., p. 9). Segunda referência publicada nos *Descobrimentos Portugueses...*, cit., vol. I, n.º 447, pp. 570-571 e nos *Monumenta Henricina*, cit., vol. XIII, n.º 179, pp. 291-292.

⁸⁷ Conforme as cartas régias outorgadas a D. Sancho de Noronha, 1.º conde de Odemira, em 30 e 31 de Maio de 1451: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 11, fl. 69 (publicadas nos *Documentos das Chancelarias Reais...*, cit., tomo II, n.ºs 23 e 24, pp. 26-27) e *Livro das Ilhas*, fls. 16-16 v.º.

de Pedro de Albuquerque ⁸⁸. Assim, o comando com a presença efectiva de D. Pedro de Meneses em Ceuta durou cerca de dois anos e repartiu-se em duas fases: a primeira, no tempo dos feitos guerreiros sucintamente descritos na *Oração* do doutor João Teixeira; e a segunda, coincidente com a campanha militar que D. Afonso V organizou contra a cidade de Tânger, no Outono/Inverno de 1463-64.

Sobre a primeira fase, abster-nos-emos de repetir e pormenorizar as façanhas do conde vila-realense, suficientemente sumariadas pelo chanceler-mor de D. João II, que não hesitou em cognominá-lo de *Africano*, tal como o general romano Cipião, aquele que venceu Aníbal na batalha de Zama (202 a.C.). Nesta comparação, o orador só procurou realçar e enaltecer o valor dos serviços do capitão de Ceuta, manifestados no alcance de vários sucessos em todo o género de guerra (no mar ou em terra) e nas diversas regiões e lugares que tomou, queimou e destruiu, assim como pelo colhimento de ricos despojos e captura copiosa de mouros, que, por ele subjugados e obrigados a concertarem pazes, ficaram constrangidos a ser vassalos e tributários do Rei e da Coroa de Portugal ⁸⁹.

Tão significativa e admirável terá sido a competência militar demonstrada por D. Pedro de Meneses, que D. Afonso V o convocou para se apresentar pessoalmente na sua corte, a fim de satisfazê-lo com as devidas honras e mostrar-lhe o prazer que tivera pelas suas vitórias. O encontro deu-se no final do ano de 1461, em Torres Novas, lugar onde o conde de Vila Real presenteou o monarca com os primeiros tributos pagos pelos povos mouros que se sujeitaram a prestar-lhe vassalagem ⁹⁰. O prémio que o capitão de Ceuta obteve em troca foi deveras recompensador: o privilégio de casar com D. Beatriz, filha de D. Fernando, 2.º duque de Bragança, pensando-se que a iniciativa deste enlace tenha partido deste senhor, com o apoio régio.

O eco forte dos feitos guerreiros de D. Pedro de Meneses no Norte de África terá promovido o arranjo do rico consórcio que contratou em 1462 com o pai da noiva, que logo lhe transferiu uma verba de 120 000 reais do seu assentamento, com a finalidade de ser recebida pelo casal a título anual e vitalício, desde 1463, em diante ⁹¹. Por seu turno, em satisfação deste casamento, D. Afonso V decidiu conceder ao 3.º conde de Vila Real uma mercê de 20 000 dobras (2 contos e 400 000 reais) prometendo pagar-lhas tão cedo

⁸⁸ Este fidalgo era irmão de Lopo de Albuquerque, futuro 1.º conde de Penamacor.

⁸⁹ *Oração que teve Ioam Teyxeira...*, *cit.*, fls. [18-18 v.º].

⁹⁰ Cf. *Ibidem*, fls. [16 e 18 v.º] e Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, *cit.*, cap. 117.

⁹¹ AN/TT, *Místicos*, livro 3, fl. 254 v.º, por carta de padrão régio de 21-12-1461.

quanto pudesse ou, se tal não acontecesse e caso ele (conde) falecesse, dá-las aos seus herdeiros, num prazo máximo de quatro anos ⁹². Mais adiante, voltaremos ao assunto do consórcio, a fim de avaliar a sua relevância sociopolítica ⁹³. Além de tudo isto, el-rei foi ainda mais generoso, dando ao conde vila-realense uma carta de assentamento, pela qual lhe estabeleceu um vencimento anual de 242 000 reais ⁹⁴.

A presença de D. Pedro de Meneses no Reino estendeu-se até fins de Agosto de 1463. Essa longa permanência pode explicar-se não só pela necessidade de formalizar o seu consórcio, mas também pelo cuidado de tratar negócios alusivos ao seu senhorio ⁹⁵, procurando ainda na prodigalidade de D. Afonso V o reforço dos seus privilégios ⁹⁶ e o despacho de outros tantos ⁹⁷. Os êxitos militares habilitaram-no ainda a conseguir mais prerrogativas tocantes ao governo da capitania ceutense. Neste âmbito, o monarca doou-lhe a ‘governança’ de Ceuta, com os seguintes poderes: nomear e dar todos os ofícios relativos à fazenda; arrendar e jurisdicionar as lezírias, jugadas e reguengos contíguos à cidade; e receber e despendar os dinheiros obtidos nos contratos comerciais existentes (isto é, na alfândega) e outros dinheiros que eram arrecadados para empregar na gestão e manutenção dos recursos logísticos e humanos da cidade ⁹⁸. Crê-se que nestes últimos

⁹² AN/TT, *Místicos*, livro 3, fl. 255, por carta de 22-12-1461.

⁹³ Veja-se o subcapítulo I.4.1., *infra*.

⁹⁴ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 10, n.º 1, p. 25, onde se declara que “*O primeiro assentamento que houve nesta Casa de Vila Real foi do conde D. Pedro de Meneses [...] a quem el-rei D. Afonso, o quinto [...] concedeu de assentamento de conde parente 242 857 reais [sic] por carta de 22 de Dezembro de 1461*”. Um alvará régio de 06-04-1490, inserto numa carta de padrão de 27-01-1494, dada por el-rei D. João II, clarifica-nos que o valor desse assentamento era de 242 000 reais: AN/TT, *Místicos*, livro 2, fls. 239-239 v.º. O erro dos 857 reais resulta da confusão em torno dos 80 858 reais que D. João II somou ao assentamento de D. Pedro, quando lhe concedeu o título de marquês (322 858 reais).

⁹⁵ Assim se verificou no caso do contrato que o conde de Vila Real firmou, antes de 31-05-1462, com Álvaro Nunes, almoxarife das casas da Relação da cidade de Lisboa, a quem aforou vitaliciamente um corredor de terra nas lezírias que tinha em Vila Franca de Xira: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, fl. 127 v.º, como consta numa carta de confirmação régia de 12-12-1462.

⁹⁶ Assim se vê pela ordem régia enviada ao corregedor de Trás-os-Montes e aos juizes e justiças de Vila Real, mandando-lhes que forçassem os moradores do termo vila-realense, que viviam nas honras, quintas e coutos do arcebispo de Braga, do bispado de Lamego, do prior do Hospital, do comendador de Poiares e de outros fidalgos, a aparecerem nos alardos convocados pelo coudel nomeado naquela vila por D. Pedro de Meneses, conforme fora por ele pedido ao monarca, nesse sentido: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, fl. 45 e *Místicos*, livro 4, fls. 11 v.º-12, por carta de 12-07-1462.

⁹⁷ Aqui, conta-se a mercê régia que facultou a D. Pedro de Meneses o privilégio de nomear juiz que pudesse conhecer os feitos relativos aos reguengos e direitos inscritos nas suas doações, assim como a permissão de o seu ouvidor fazer correição e dar cartas de seguro em todas as terras sobre as quais tivesse jurisdição e ainda a regalia de nessas terras não entrar corregedor de comarca nomeado por el-rei: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, fl. 68, por carta de 14-09-1462.

⁹⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, fl. 9 v.º e *Místicos*, livro 2, fls. 150-151, por carta de 12-04-1462. Primeira referência transcrita no Apêndice F, n.º 4. Publicada nos *Descobrimentos Portugueses...*, cit., vol. III, n.º 15, pp. 23-25, nos *Monumenta Henricina*, cit., vol. XIV, n.º 77, pp. 210-212 e bem assim por António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos no Século XV*, tese de doutoramento policopiada, Lisboa, FLUL, 1990, vol. II, n.º 90, pp. 252-255.

dinheiros incluía-se a colecta dos chamados “10 reais de Ceuta”, imposto anualmente pago, *per capita*, pelos moradores das comarcas de Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes ⁹⁹, ficando assim isentos de servir militarmente na cidade do estreito gibraltino. No entanto, muitos desses moradores conseguiam obter privilégio real que os eximia de serem contribuintes do tributo, seguramente, bastante rentável às cobranças da fazenda do conde de Vila Real ¹⁰⁰.

Parece que D. Pedro de Meneses beneficiou da grande inclinação que o rei então mostrava relativamente às coisas de África. É sabido que D. Afonso V nunca deixou de manifestar vontade de prosseguir o acrescentamento do seu Reino, além-mar, através da conquista de mais território no algarve marroquino. Nisto, impelia-o o desejo de igualar, pelo menos, o maior feito militar do seu avô, expresso pela vitoriosa tomada de Ceuta, em 1415 ¹⁰¹. Por isso, quando lhe foi sugerida a hipótese de expugnar a praça de Tânger, explorando um ponto débil na fortaleza da cidade tingitana, a sua ambição (certamente, estimulada pelo ânimo de finalmente vingar o desastre militar acontecido em 1437) saiu redobrada, apesar do conselho dissuasor de D. Duarte de Meneses, capitão de Alcácer Ceguer, quanto à forma e à substância do plano projectado, entretanto, percebido pelos mouros. Muito conhecedor e experimentado na guerra norte-africana e sem manifestar quaisquer entraves às intenções régias, aquele capitão sugeriu ao monarca que optasse por uma acção militar no terreno, com um menor número de efectivos, disfarçadamente introduzidos na praça alcacerense, da qual sairiam mais acomodados para Tânger, em vez de passar desabrido a África, acompanhado de uma armada fortemente aparelhada. Se D. Afonso V ponderou a estratégia alvitada por D. Duarte de Meneses, depressa foi demovido, por pressão do conde de Vila Real, que conseguiu persuadir o rei a manter-se fiel ao plano inicialmente gizado. Esta acção do conde vila-realense foi mobilizada pela

⁹⁹ O conteúdo informativo patenteado na carta de doação da ‘governança’ de Ceuta permite-nos apenas presumir a colecta de tal imposto. No entanto, um dos cronistas do *Príncipe Perfeito*, referindo-se àquela carta, acaba por confirmar a nossa pressuposição: Damião de GÓIS, *Crónica do Príncipe D. João*, cit., cap. 17. De resto, o próprio rei D. Afonso V também no-lo confirma, conforme a citação retirada do primeiro documento citado na nota seguinte.

¹⁰⁰ No objecto de refrear a concessão de vários mandados e privilégios particulares ou gerais que isentavam muitas pessoas de pagarem o imposto dos 10 reais, D. Afonso V afirmou, atendendo às queixas apresentadas pelo conde de Vila Real, que a sua intenção «Numqua foy [...] dos ditos dez rreaes Releuar a pessoa alguũa per taaes priuilegios porque des o dicto anno de lxij [62] pertemceem ao dito comde com a dicta gouernança e depouys como propios seus por lhe delles teer facta merçee»: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 7, fls. 11-11 v.º e *Místicos*, livro 3, fls. 17 v.º-18, por carta de 24-07-1476.

¹⁰¹ Uma vez realizada a conquista de Alcácer Ceguer, «Estando ElRei em Septa, vendo o sitio, e grandeza [...] conheço quamanho feito elRei dom Ioam seu auo fezera, em ganhar hũa tal çidade [...] E quanto nisto mais cuidaua tanto seu grande, e inuençiuel Animo ho atromentaua mais, com lhe por no pensamento que, em comparaçam de tamanha victoria, tinha feito pouquo em ter tomada hũa tam pequena vila quomo era Alcaçer»: Damião de GÓIS, *Crónica do Príncipe D. João*, cit., cap. 16.

inveja que tinha da honra e da glória militar que, à época, envolviam o conde de Viana, seu tio. Além de depreciar os conselhos estratégicos do capitão alcacerense, D. Pedro de Meneses não só cumpriu o apetite de incluir-se no feito de Tânger, como também teve a astúcia suficiente para influenciar el-rei D. Afonso V a deferir-lhe “*grandes e duvidosos requerimentos*”, de modo a ser premiado com mais doações e privilégios, alguns deles à custa dos bens da Coroa ¹⁰².

Neste último ponto, o relato cronístico merece inteira confiança, se observarmos a diplomática registada na chancelaria afonsina que foi expedida em favor do 3.º conde de Vila Real, em Agosto de 1463, altura em que efectuou o seu regresso a Ceuta. Sobre esta cidade, merece particular importância a mercê que el-rei fez a D. Pedro de Meneses no sentido de possibilitar-lhe a transmissão da capitania e governo ceutenses, com todos os poderes, rendas, prós e interesses, num seu filho, qual ele quisesse, ou em D. João de Noronha, seu irmão, se acaso o conde vila-realense viesse a falecer ou fosse demitido do encargo da dita capitania e governo ¹⁰³. Pelo governo, auferia um assentamento anual de 1 conto e 500 000 reais, quantia apreciável que D. Afonso V lhe tiraria no ano de 1466, comutando-a por uma tença anual de 100 000 reais ¹⁰⁴. No ano seguinte, o rei voltaria a fazer-lhe mercê da capitania e governo de Ceuta, então, a título vitalício, renovando-lhe o poder de transmitir tudo num seu filho ou no seu irmão D. João, qual deles desejasse, em satisfação do assentamento que lhe tirara ¹⁰⁵, assim como tornou a restabelecer-lhe a cobrança do mesmo, efectuada pelos seus oficiais ¹⁰⁶, cuja situação deixa entender que a privação da sua arrecadação foi breve. Na prática, o significado da mercê da capitania e do governo ceutenses, primeiramente outorgada em 1463 e depois renovada em 1467, já a título vitalício e sucessório, implicou que ela se perpetuasse na posse da Casa de Vila Real, integrada no seu património, à laia de feudo funcional. Assim, o ofício de capitão

¹⁰² Assim no-lo informa Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cit., cap. 147.

¹⁰³ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fl. 132 v.º e *Místicos*, livro 3, fls. 245-245 v.º, por carta de 24-08-1463. Primeira referência publicada por António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos...*, cit., vol. II, n.º 101, p. 274. Não surpreende que o conde de Vila Real desejasse ser sucedido na capitania de Ceuta por um dos seus familiares directos. À data desta mercê régia, o seu primogénito D. Fernando já era nascido: Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cit., cap. 147. Uma escolha caída em D. João de Noronha também era válida, pois, era ele, em 06-09-1463, «que estaua em cepta capitam por seu Jrmaão»: Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, cit., cap. 133.

¹⁰⁴ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 14, fl. 42, por carta de 22-02-1466. Publicada por António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos...*, cit., vol. II, n.º 137, p. 347.

¹⁰⁵ Vide AN/TT, *Místicos*, livro 3, fl. 26 v.º e *Livro das Ilhas*, fl. 27 v.º, por carta de 16-01-1467. Primeira referência transcrita no Apêndice F, n.º 5, já antes publicada nos *Descobrimentos Portugueses...*, vol. III, n.º 37, p. 57. Segunda referência publicada por António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos...*, cit., vol. II, n.º 141, pp. 351-352.

¹⁰⁶ AN/TT, *Místicos*, livro 3, fls. 275 v.º-276, por carta de 30-09-1467.

e governador de Ceuta foi confiado ao chefe da casa vila-realense, sendo exercido pelo próprio ou por outrem, em seu nome, através de juramento de homenagem que lhe era prestado, conforme as ocasiões, pelo sucessor linhagístico, mas também, por indivíduos da parentela directa e por servidores da casa senhorial ¹⁰⁷. Ou seja, o ofício passou a ser uma honra inscrita na titulação do chefe da Casa de Vila Real e deixou de ser um cargo exercido, no seu sentido mais lato, em nome de el-rei. Esta realidade tocava apenas ao governo da cidade de Ceuta, *in loco*, mesmo que sub-rogado numa pessoa escolhida ou autorizada pelo titular vila-realense, mas respeitando sempre o princípio da confirmação régia, visto que o senhorio da praça marroquina pertencia à Coroa de Portugal.

Outra realidade bem diferente era o governo de Ceuta exercido a partir do Reino – a chamada ‘governança’ – que consistia na responsabilidade de reunir e gerir os meios militares e financeiros indispensáveis para a segurança e despesas da capitania ceutense. Algumas rendas e direitos eram arrecadados no Reino em prol da referida ‘governança’, sobretudo, recolhidos no meio eclesiástico, mas não só, desde o tempo que D. João I a dera primeiramente ao Infante D. Henrique, seu filho, acrescentando-se ainda a colecta dos “10 reais de Ceuta”, feita aos moradores das comarcas do Além Douro ¹⁰⁸.

O somatório destas cobranças acabava por compor aquilo que então se chamava “assentamento de Ceuta”, cuja receita foi fruída por D. Pedro de Meneses, desde 1462 até 1473, apesar de uma breve intermitência nos anos 1466-67. Ignoramos quanta dessa receita entrava na sua economia particular, pois, cremos que a maior parte se destinava às despesas do aparelhamento das fortificações, dos efectivos militares, de mantimentos e das remunerações feitas à sua clientela e outros recursos humanos que serviam vários ofícios em Ceuta ¹⁰⁹. O conde de Vila Real terá recebido o “assentamento de Ceuta” até ao ano de 1473, inclusive, altura em que D. Afonso V teve de retirar-lhe a ‘governança’ da cidade e as rendas a ela apropriadas, com a finalidade de responder às necessidades

¹⁰⁷ Veja-se BA, Códice 46-IX-13, pp. 3-84, onde se apresentam vários traslados documentais de juramentos de homenagem dos séculos XV e XVI, principalmente desta última centúria, sobre o exercício do governo da capitania de Ceuta.

¹⁰⁸ António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos...*, cit., vol. I, pp. 193-195.

¹⁰⁹ Neste âmbito, veja-se uma carta régia, segundo a qual foi renovada uma quitação relativa ao pagamento de certos mantimentos expressos em frumento, vinho e outros géneros, que o conde de Vila Real obtivera emprestados da Casa de Ceuta para serem destinados às despesas de manutenção da praça, cujo custo lhe foi concedido a título gracioso, deixando de ser descontado, como inicialmente previsto, no valor do ‘seu’ assentamento de Ceuta: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 14, fl. 25 e *Místicos*, livro 3, fls. 33-33 v.º, por carta de 18-02-1466. Primeira referência publicada por António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos...*, cit., vol. II, n.º 135, pp. 342-344. É preciso notar que esta carta de quitação surge em antecedência ao diploma que, volvidos poucos dias, privaria D. Pedro de Meneses de receber o valor do referido assentamento, já citado, *supra*, nota 104.

de abastecimento e de governação das recém-conquistadas praças de Tânger e de Arzila, anuindo assim ao pedido que os povos lhe fizeram nas Cortes de 1472-73 ¹¹⁰. Em troca, o rei garantiu a D. Pedro de Meneses o direito de apresentar todos os ofícios da cidade de Ceuta, sob condição de confirmar as suas nomeações, concedendo-lhe ainda todos os dinheiros que fossem recebidos na arrecadação dos “10 reais de Ceuta”, mais o poder de designar os oficiais deste imposto ¹¹¹.

Note-se que o assentamento que D. Pedro de Meneses auferia pela ‘governança’ de Ceuta, enquanto o recebeu, não incluía o seu assentamento de conde, correspondente a 242 000 reais. Ou seja, eram duas despesas da fazenda régia, distintas uma da outra, que D. Afonso V teve por bem diferenciar através de certa carta, cujo teor se ignora, senão a sua data ¹¹². Sabe-se que parte do “assentamento de Ceuta” passou a ser satisfeita, desde o ano de 1464, em diante, através das cartas de doação régia das rendas e direitos reais recebidos nos almoxarifados de Tavira e de Lagos ¹¹³.

Em resumo: desde meados de 1474, o chefe da Casa de Vila Real passou a usar plenamente o título de capitão e governador (ou regedor) da cidade de Ceuta, cujo ofício e desempenho delegava no indivíduo (familiar directo, parente ou servidor) que achasse mais habilitado para o exercer em seu nome, através da prestação de um juramento de homenagem e sequente aprovação régia. Apesar da perda da responsabilidade política da ‘governança’ da praça, exercida a partir do Reino, juntamente com o acto de gestão e despesa das rendas e coisas colectadas em Portugal e das receitas da alfândega ceutense, então, consignadas à dita ‘governança’ e à composição do “assentamento de Ceuta”, o titular da casa vila-realense conservou o direito de nomear as pessoas que julgasse mais aptas para servir todos os ofícios existentes na cidade, mediante confirmação de el-rei,

¹¹⁰ AN/TT, *Cortes*, maço 2, n.º 14, fl. 69.

¹¹¹ Sobre a apresentação dos ofícios: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 32, fl. 75 v.º e *Místicos*, livro 2, fls. 9-9 v.º, por carta de 08-05-1474. Primeira referência publicada por António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos...*, cit., vol. III, n.º 76, pp. 120-121. E sobre a cobrança dos “10 reais de Ceuta”: AN/TT, *Místicos*, livro 2, fls. 52-52 v.º, por alvará régio de 09-05-[1474], cuja data aqui se infere no que toca ao ano, pois, este documento apresenta-se dado no ano de 1478. Uma carta testemunhável de 17-10-1478 corrige o erro exibido no registo da *Leitura Nova*: BA, Códice, 46-IX-13, pp. 98-101.

¹¹² AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 10, n.º 6, pp. 25-26, onde nos é dito que “*havendo dúvida, no princípio, em que se criaram os assentamentos do Reino, os marquês [sic] de Vila Real, estando no governo de Ceuta, aonde tinham assentamento apartado, haviam de vencer o assentamento do Reino. E determinou el-rei D. Afonso, o quinto, que um assentamento era apartado do outro. E assim, estando os ditos marqueses em Ceuta, haviam de vencer o assentamento do Reino; por carta de 20 de Maio de 1467, que está no Cartório [dos senhores] da Casa [de Vila Real]*”.

¹¹³ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fl. 133 v.º e *Místicos*, livro 3, fls. 245 v.º-246 v.º, por cartas de 26-08-1463. Nos dois almoxarifados, salvaguardaram-se as receitas ordinárias e uma tença de 9 000 reais que, em Tavira, era paga a Constança Rodrigues de Aragão. No almoxarifado de Lagos, D. Pedro de Meneses também recebia satisfação do pagamento de parte do seu assentamento de conde.

assim como manteve o direito exclusivo de cobrar o tributo dos “10 reais de Ceuta”, o qual passou a fazer parte da sua economia senhorial. A “doação de Ceuta” feita à Casa de Vila Real achava-se na conjugação das condições expostas nas cartas régias de 12 de Abril de 1462 e de 17 de Janeiro de 1467, salvo a ‘governança’ e o assentamento. Desta forma, o governo e a capitania de Ceuta, concedidos aos senhores da casa vila-realense, regulavam-se pela natureza das mais doações de terras da Coroa, com um estatuto muito especial, por ser uma frontaria situada em região hostil e onde as jurisdições do cível e do crime e os poderes do mero e do misto império eram usados de forma mais ampla, nas vezes de el-rei, visto que a este pertencia sempre o senhorio da cidade ¹¹⁴. Por outro lado, num apontamento respeitante aos lugares e outras rendas que D. Afonso V doara a vários senhores, até ao ano de 1473, somos informados que a capitania de Ceuta rendia ao conde de Vila Real uma quantia de 700 000 reais ¹¹⁵. Supõe-se que este seria o valor económico anual estimado, faltando somente perceber se esta cifra já abrangia, ou não, aquilo que o capitão e governador de Ceuta receberia do quinto das presas no mar e das cavalgadas em terra, do quinto dos tributos pagos pelos povos mouros e da cobrança de foros de terras e bens que ele poderia conceder na comarca ceutense.

Voltemos a Agosto de 1463, quando D. Pedro de Meneses retornou a Ceuta para iniciar a segunda fase do seu comando efectivo e acção militar. Outras rendas e direitos foram alvo de outorga régia feita ao conde vila-realense. Assim foi a doação das rendas da portagem da vila de Santarém, salvo as receitas ordinárias, em pagamento de parte do seu assentamento de conde ¹¹⁶. E assim foi também a doação vitalícia das pensões dos tabeliães de Leiria e seu termo, a que se juntaram outros direitos, rendas e bens imóveis, declarados na mesma doação, sob condição de o conde de Vila Real dar anualmente 85 moios de trigo e 9 moios de cevada para o pagamento das tenças, despesas e ofertas que a Coroa fazia no mosteiro de Santa Maria da Vitória. Nesta última doação, D. Pedro de Meneses permitiu ainda que lhe fosse reduzida uma cifra anual de 203 000 reais do seu assentamento de conde, posto que tais direitos, rendas e bens, muito mais rendessem ¹¹⁷. Não terá ficado privado de tal quantia durante muito tempo, pois, D. Afonso V acabaria

¹¹⁴ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 11, n.ºs 49-52, pp. 39-40.

¹¹⁵ Publicado por Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Económicos do INE, 1965, p. 173.

¹¹⁶ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fl. 133, por carta de 26-08-1463.

¹¹⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fl. 132 e *Místicos*, livro 3, fls. 38 v.º-39, por carta de 22-08-1463. Primeira referência publicada por Manuel HELENO, *Antiguidades de Monte Real*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922, n.º 7, pp. 48-49 e por Saul António GOMES, *Introdução à História do Castelo de Leiria*, 2.ª ed., Leiria, Câmara Municipal, 2004, n.º 236, pp. 341-342.

por vender-lhe os mesmos direitos, rendas e propriedades, pelo preço de 19 000 coroas (2 contos e 280 000 reais) mediante várias cláusulas contratadas na respectiva carta de venda daqueles bens régios. Embora a carta seja datada de 1475, na verdade, formalizou um contrato que el-rei e o conde vila-realense tinham acordado no ano de 1466 sobre o assunto, que não fora reduzido à fé pública ¹¹⁸. Assim, desde 1466 ou 1467, D. Pedro de Meneses voltou a receber o valor total do seu assentamento de conde. Uma prova disso mesmo pode ser vista no apontamento relativo à despesa que a Coroa tinha com todos os assentamentos arrolados para o ano de 1473, no qual apuramos que o conde de Vila Real tinha a haver 540 000 reais do erário régio, valor que nos permite supor a soma dos 242 000 reais do seu assentamento, orçamentado para aquele ano, com outras verbas do mesmo item que ainda lhe eram devidas ¹¹⁹.

Mais que os benefícios em torno da “doação de Ceuta” ou da outorga das rendas da portagem de Santarém, é na alienação dos bens régios de Leiria e seus termos que se encontra o fundamento para a alocação de Rui de Pina tocante aos “*grandes e duvidosos requerimentos*” que o conde de Vila Real fez a D. Afonso V, antes de voltar à capitania de Ceuta. Entretanto, menos grave para as receitas da fazenda real foi a carta régia dada aos moradores de Almeida, mediante pedido de D. Pedro de Meneses, senhor desta vila, pela qual o monarca os privilegiou com a isenção de pagarem portagem e montados em todo o Reino e senhorios de Portugal, tal como os moradores de Pinhel ¹²⁰.

Depois de uma dilatada permanência no Reino, onde conseguiu ser largamente beneficiado, o conde de Vila Real promoveu o seu retorno a Ceuta, ficando encarregado de recrutar gente com a tarefa de abrir uma frente de combate terrestre junto à praça de Tânger, com os objectivos de evitar a chegada de socorros muçulmanos e de facilitar o ataque da armada régia que viria do lado do mar para cometer o assalto militar à cidade. Porém, a passagem da dita armada foi tão retardada no tempo e no aparelhamento, que D. Pedro de Meneses teve de dispensar os efectivos que recrutara e mantinha em Ceuta, por não ter capacidade de lhes pagar o soldo que ali os sustinha ¹²¹. De resto, tudo correu

¹¹⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fls. 93-94 e *Místicos*, livro 2, fls. 65-66 v.º, por carta de venda de 18-03-1475. Segunda referência publicada por Manuel HELENO, *Antiguidades...*, cit., n.º 8, pp. 49-53 e por Saul António GOMES, *Introdução à História...*, cit., n.º 242, pp. 344-345.

¹¹⁹ Publicado por Jorge FARO, *Receitas e Despesas...*, cit., pp. 82-86.

¹²⁰ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fl. 120 v.º e *Beira*, livro 1, fls. 42-42 v.º, por carta de 10-08-1463. Esta carta substituiu uma outra outorgada poucos meses antes, que contemplara apenas a isenção do pagamento dos direitos de portagem: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fl. 43 v.º e *Beira*, livro 2, fl. 23, por carta de 26-03-1463.

¹²¹ Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cit., cap. 147.

mal nesta nova empresa tingitana. Por três vezes foi tentado o escalamento de Tânger e por três vezes foi falhado. Várias razões justificaram o insucesso da conquista: a demora da armada régia na sua passagem para África; a falta de secretismo sobre o propósito da empresa, rapidamente descoberto pelos mouros, que assim puderam prover melhor a sua defesa; a obstinação do monarca; o persistente desdém pelos conselhos cautelosos dados pelo capitão e conde D. Duarte de Meneses quanto à boa execução do feito; o desacerto operacional nas tentativas de assalto; e o excesso de confiança e a falta de solidariedade colectiva, que fizeram sobressair os egoísmos particulares entre os sitiados, sobretudo, o Infante D. Fernando e D. Sancho de Noronha, conde de Odemira, que muito o apoiou e persuadiu. Nesses egoísmos, também entra o 3.º conde de Vila Real, que, em Portugal, tanto porfiou no sentido de tudo ser executado à sua medida e interesse. Apesar do êxito de algumas almogavarias realizadas nos hiatos dos três assaltos, o saldo foi desastroso, quer pelo absoluto fiasco do principal objectivo, quer pelo elevado número de mortos e cativos registados na nobreza e fidalguia do Reino, destacando-se D. Gonçalo Coutinho, 2.º conde de Marialva e D. Duarte de Meneses, conde de Viana. A morte deste último deveu-se muito à pertinácia de D. Afonso V, que, apesar dos falhanços, não quis voltar ao Reino sem uma vitória assinalável, parecendo-lhe que uma forte incursão militar na serra de Benacofu compensaria o fracasso geral da empresa tingitana. O rei enganou-se nos seus intentos e correu perigo de vida, salva pelo conde de Viana, que, teve de perder a sua para facilitar a fuga do monarca. O destino quis que a maior honra pertencesse ao 3.º conde de Vila Real, cujo desempenho na retaguarda da hoste régia, bastante dividida nas suas forças, garantiu a protecção de D. Afonso V. A salvação do monarca português acabou naquele dia por ficar nas mãos do capitão de Ceuta ¹²².

O discurso cronístico sobre a campanha norte-africana de 1463-64 só nos revela que D. Pedro de Meneses teve uma participação militar activa na incursão de Benacofu. À partida, parece não ter actuado em qualquer dos três assaltos às muralhas de Tânger, mas presume-se que estivesse integrado no exército régio nas primeiras duas tentativas, tendo acompanhado todos os acontecimentos laterais à campanha. Entre esses, assistiu à partida de D. Pedro, filho do finado Infante D. Pedro, que, requerido pelos regedores da cidade de Barcelona, aceitou a Coroa de Aragão e a quem o conde de Vila Real tratou logo de dar prata e ornamentos para a viagem, auxiliando-o depois com cavalos e gentes

¹²² Cf. Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cit., caps. 148-156 e Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, cit., caps. 135-155.

de armas durante o seu curto reinado (1464-1466), em gratidão da muita honra e mercê que aquele infante lhe fizera no tempo em que foi regente do Reino ¹²³.

Outro evento lateral à campanha de Tânger foi o encontro de D. Afonso V com Henrique IV de Castela, em Gibraltar, ocorrido em Janeiro de 1464 ¹²⁴. De acordo com Antonio Rumeu de Armas, parece que foi nesta ocasião que D. Pedro de Meneses e D. Martinho de Ataíde, 2.º conde de Atouguia, receberam do monarca castelhano a doação conjunta das ilhas de Gran Canaria, de Tenerife e de La Palma, todas do arquipélago das Canárias ¹²⁵. Entre várias ilações, o autor baseou-se nas informações de uma carta régia de 6 de Abril de 1468, que anulou a referida doação ¹²⁶, servindo-se dela para desmontar o anacronismo em que caíra João de Barros, que, no século XVI, ao escrever sobre a propriedade das ilhas canarinas, mencionou que elas foram doadas em 1455 pelo rei de Castela ao conde de Atouguia e que este as vendeu depois ao conde de Vila Real, que, por sua vez, fez revenda delas ao Infante D. Fernando ¹²⁷. O cronista ter-se-á enganado ao relacionar a doação das ilhas feita por Henrique IV de Castela ao conde de Atouguia com a data em que este último integrou a comitiva que levou a Infanta D. Joana, irmã de D. Afonso V, à cidade de Córdoba, a fim de casar-se com o rei castelhano ¹²⁸.

O interesse de D. Pedro de Meneses sobre aquelas três ilhas surgiu na primeira fase do seu governo militar em Ceuta, onde terá crescido o desejo de conquistá-las para seu proveito senhorial. Estando em Portugal, declarou esse apetite a el-rei, acenando-lhe ainda o valor estratégico que a posse daquelas ilhas significaria no contexto da expansão portuguesa em terras marroquinas. Se D. Afonso V abrisse outra frente de combate, no Sul de Marrocos, a situação geográfica das ilhas Canárias facultaria uma óptima base de

¹²³ D. Jerónimo de MASCARENHAS, *História de la Ciudad de Ceuta*, cit., cap. 60 e Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cit., cap. 151. Sobre a candidatura do condestável D. Pedro à Coroa de Aragão, veja-se Luís Adão da FONSECA, *O Condestável D. Pedro...*, cit., pp. 130-136.

¹²⁴ Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cit., cap. 154.

¹²⁵ Vide Antonio RUMEU DE ARMAS, «Problemática en torno a la concesión de Las Canarias mayores por el Rey Enrique IV de Castilla a los Condes de Atouguía y Vila Real, vasallos de Portugal» in *Anuario de Estudios Atlánticos*, n.º 34, Las Palmas, Patronato de la “Casa de Colón”, 1988, pp. 369-372.

¹²⁶ Além de anular a doação feita aos condes de Vila Real e de Atouguia, esta carta de Henrique IV de Castela serviu também para reconhecer e confirmar os privilégios senhoriais que Diego de Herrera tinha sobre todas as ilhas do arquipélago canarino. Publicada por Gregorio CHIL Y NARANJO, *Estudios Históricos, Climatológicos y Patológicos de las Islas Canarias*, tomo II, Las Palmas, La Atlántida, 1880, pp. 592-596. A carta está inserta no traslado da chamada “Informacion sobre cuyo es el derecho de la isla de Lançarote, y conquista de las Canarias, hecha por comision de los Reyes Católicos Don Fernando e Doña Isabel”, da autoria de Esteban Pérez de Cabitos, transcrita pelo autor citado, pp. 518-634.

¹²⁷ João de BARROS, *Ásia: Década I*, reedição fac-símile da edição de 1932, revista e prefaciada por António Baião, Lisboa, INCM, 1988, livro I, cap. 12. Esta versão foi aceite por António Joaquim Dias Dinis, na nota 2 ao documento n.º 145 dos *Monumenta Henricina*, vol. XIV, pp. 329-330.

¹²⁸ Antonio RUMEU DE ARMAS, «Problemática en torno...», cit., p. 357.

apoio militar, não apenas para atacar o Reino de Fez, mas também para ajudar as praças norte-africanas já tomadas. A ideia agradou ao monarca, que, pensando em novo assalto sobre Tânger, tratou de escrever a Lopo de Almeida, residente em Roma, encarregando-o de requerer ao papa uma licença para o capitão de Ceuta conquistar as ilhas de Gran Canaria, de Tenerife e de La Palma ¹²⁹. Sabe-se que o papa Pio II deferiu o pedido, num escrito apostólico datado de 13 de Outubro de 1463, no qual concedia ao conde de Vila Real a conquista das três ilhas, sob condição de submetê-las à fé cristã. Mas, até à morte daquele Sumo Pontífice, em Agosto de 1464, o documento nunca chegou a ser remetido pela Santa Sé. O diploma foi expedido apenas em Agosto de 1466, já no pontificado de Paulo II, com a data factícia de 16 de Setembro de 1464, em resposta a uma carta de D. Afonso V, dada na vila de Estremoz, em 26 de Junho de 1466 (provavelmente, mediante requerimento de D. Pedro de Meneses) na qual era rogada a confirmação da concessão que o papa Pio II fizera ao conde vila-realense ¹³⁰.

Pelo exposto, parece que, enquanto esperava pelo despacho efectivo do diploma que lhe concederia a conquista e apropriação das três ilhas canárias (que, ainda assim, sofreu retardamento) D. Pedro de Meneses tentou aproveitar o encontro entre os reis de Portugal e de Castela, em Gibraltar, com o propósito de obter do último deles a doação secular das ínsulas. Presume-se que a troca do apoio político português para ajudá-lo a reagir às desobediências dos principais nobres castelhanos e do seu meio-irmão Afonso, que os liderava, Henrique IV foi pressionado a fazer uma mercê conjunta das ilhas aos condes de Vila Real e de Atouguia ¹³¹. A inclusão de D. Martinho de Ataíde no negócio não é esclarecedora. Se não foi pelo parentesco que o ligava ao conde de Vila Real ¹³², terá sido como mediador dos interesses do Infante D. Fernando, de quem era mordomo-

¹²⁹ Assim o insinua uma carta régia dada na vila de Elvas, em 30 de Janeiro, sem ano declarado, mas que supomos ser de 1463: *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, Conde da Idanha, do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*, revistas e anotadas por Ernesto de Campos de Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1937, pp. 467-468.

¹³⁰ Documentos publicados nos *Monumenta Henricina*, vol. XIV, n.ºs 140 e 145, pp. 322-324 e 328-333. Vejam-se ainda as explicações deste assunto dadas por Charles-Martial de WITTE, «Les bulles pontificales et l'Expansion Portugaise au XV^e siècle – V» in *Revue d'Histoire Ecclésiastique*, tome 53, Louvain, s.e., 1958, pp. 27-28, nota 5.

¹³¹ Assim nos informa a carta revogatória de 06-04-1468, dada pelo rei de Castela: «a subjection e grand ynportunidad del Conde de la Tuguia, Don Martin Gonçalez de Castro [*sic*], e de Don Pedro de Castro [*sic*], Conde de Villareal, vasallos naturales del reyno de Portugal e de otras personas por su parte seyendo sobrello mucho molestado, e por la grand diuisyon e discordia que por entonces hera en estos mis regnos, yo [Henrique IV] fiz a cada uno de los dichos Condes por sy merced de las yslas de la grand Canaria e de Tenerife e de la ysla de la Palma sytuadas en las mis mares de España» (vide Gregorio CHIL Y NARANJO, *Estudios Históricos...*, cit., p. 592).

¹³² D. Martinho de Ataíde era primo de D. Pedro de Meneses, em 3.º grau: veja-se no Apêndice A, o Quadro Genealógico III.

mor da sua casa ¹³³? Admitindo-se o segundo cenário, por que razão vendeu a sua parte primeiramente ao conde de Vila Real, em vez de vendê-las logo ao Infante D. Fernando, que, depois, comprou as ilhas a D. Pedro de Meneses? Ignoramos.

Com o auxílio régio, os intuitos de D. Pedro de Meneses obtiveram sucesso em Roma, com o despacho da bula papal, enfim, expedida em 1466, numa altura em que já adquirira a parte da doação feita a D. Martinho de Ataíde, pois, a carta suplicante de D. Afonso V, endereçada ao papa Paulo II, apenas rogava a confirmação da concessão em favor do conde de Vila Real. Este, por sua vez, não esperou muito para revender as ilhas ao Infante D. Fernando, a quem a sua compra não seria despendiça, por sentir, segundo João de Barros, que as herdava do Infante D. Henrique, seu tio e pai adoptivo. Embora o arquipélago das Canárias se encontrasse numa situação de ‘quase posse’ relativamente a Castela, o infante *Navegador*, enquanto viveu, nunca deixou de tentar a sua conquista e ocupação, com o envio de várias armadas para trazer aquelas ilhas à órbita política da Coroa Portuguesa. Com isso, pretendia exercer maior domínio sobre o mar atlântico, a fim de controlar a costa ocidental marroquina e projectar mais navegações dirigidas a Sul. Tamanha ambição foi sempre debalde. No ano de 1466, ou pouco depois, o Infante D. Fernando tentou efectivar o senhorio das três ilhas, mas depressa se desapegou delas, renunciando-as em favor de Fernán Peraza, sogro de Diego de Herrera ¹³⁴. Este último foi o indivíduo a quem Henrique IV de Castela, pela já mencionada carta de 6 de Abril de 1468, reconheceu e revalidou os direitos senhoriais de todo o arquipélago canarino. Mesmo com uma bula papal favorável, ignoramos as razões do desinteresse do conde de Vila Real em relação à posse das três ilhas canárias, senão, o facto de ter percebido que não valeria a pena brigar pela propriedade delas, pois, a sua fruição correria o risco de sofrer, indefinidamente, embargos dados por outros donatários reclamantes ou agentes pleiteadores, quer em Castela, quer em Roma ¹³⁵.

¹³³ *Livro de Linhagens do Século XVI*, com introdução de António Machado de Faria, Lisboa, APH, 1956, p. 214.

¹³⁴ A. H. de Oliveira MARQUES, «A Expansão no Atlântico» in *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II, *A Expansão Quatrocentista*, coord. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 58-60, 73-74 e 84-85.

¹³⁵ Antonio RUMEU DE ARMAS, «Problemática en torno...», *cit.*, pp. 375-383. O discurso de Henrique IV na carta revogatória de 06-04-1468 em favor dos direitos de Diego de Herrera e contra a doação antes feita aos condes de Vila Real e de Atouguia parece ser elucidativo: «suplico a nuestro muy santo padre que reuoque e anulle qualesquier letras o bullas que en contrario desta mi reuocacion sean o ayan seydo [...] e por esta mi carta e preuilegio mando a qualesquier mis procuradores en corte romana que agora son o fueren de aqui adelante que se opongan e non consyentan de mi parte que las dichas letras [*sic*] e bullas se espidan [...] e sy fueron espedidas procuren con toda diligencia la reuocacion e anullacion dellas» (*vide* Gregorio CHIL Y NARANJO, *Estudios Históricos...*, *cit.*, p. 594).

Acabada a campanha militar de 1463-64, com a perda de muita gente, morta ou cativa, nos assaltos a Tânger e na serra de Benacofu, D. Afonso V regressou ao Reino. Saído de Ceuta, desembarcou em Tavira e dirigiu-se até Évora, onde passou a Páscoa de 1464, caída no dia 1 de Abril. Depois, andou por Elvas e fez uma peregrinação secreta a Santa Maria de Guadalupe, em Castela, com mais alguns senhores e fidalgos. Nesta ida, reencontrou-se com Henrique IV, a fim de ratificarem os acordos de Gibraltar, feitos no mês de Janeiro. O retorno a Portugal sucedeu na segunda quinzena do mês de Maio ¹³⁶. Entretanto, também D. Pedro de Meneses regressou a Portugal, em definitivo, deixando o comando efectivo da capitania de Ceuta. De facto, no mês de Junho, voltamos a achar o conde de Vila Real nos registos da chancelaria afonsina, com a carta pela qual el-rei determinou que a conquista da terra de Benamenir Guaderez fosse mantida na jurisdição de Ceuta e alçada de D. Pedro de Meneses e não na circunscrição de Alcácer Ceguer e poder do seu capitão D. Duarte de Meneses, pois, aos mouros daquela terra aprouvera mais serem obedientes e tributários ao capitão de Ceuta, em nome do rei de Portugal, por ter sido ele o primeiro que os guerreara e sujeitara ¹³⁷.

4. Valimento e acrescentamento socioeconómico

4.1. Casamento e descendências

No final do ano de 1461, D. Pedro de Meneses encontrava-se em Portugal, vindo de Ceuta, lugar onde servia há pouco mais de um ano o ofício de capitão, governador e alcaide-mor daquela praça. Seguramente agradado pelas notícias que davam testemunho das grandes vitórias e feitos guerreiros conseguidos pelo conde de Vila Real na frontaria ceutense, D. Afonso V resolveu chamá-lo à sua presença para lhe dar o devido galardão, constando ainda ter sido triunfantemente recebido na cidade de Lisboa, cujos oficiais da câmara, face aos mesmos informes, não hesitaram em pedir a el-rei que o acrescentasse com aquelas honras e mercês que lhe pudesse dispensar ¹³⁸.

¹³⁶ Sobre estes percursos, cf. Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cit., cap. 157 e Saul António GOMES, *D. Afonso V, o Africano*, cit., p. 302.

¹³⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 8, fl. 127 v.º e *Místicos*, livro 3, fls. 47-47 v.º, por carta de 13-06-1464. Primeira referência publicada nos *Descobrimentos Portugueses...*, cit., vol. III, n.º 27, pp. 38-39 e por António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos...*, cit., vol. II, n.º 124, pp. 316-317.

¹³⁸ *Oraçam que teve Ioam Teyxeira...*, cit., fls. [16 e 18 v.º-19].

Os factos e as circunstâncias favoreciam D. Pedro de Meneses. O sucesso militar alcançado garantiu-lhe a oportunidade de casar-se com D. Beatriz, filha de D. Fernando, 2.º duque de Bragança. A iniciativa deste consórcio terá partido do pai da noiva, com o apoio de D. Afonso V, embora se admita a hipótese de ter sido o monarca a sugerir o enlace ao duque brigantino. Fosse como fosse, tratava-se de algo que o conde de Vila Real não poderia desperdiçar, pois, além da perspectiva de vir a amealhar um rico dote, dispunha também de uma ocasião soberana para prestigiar a sua linhagem, associando-a familiarmente com outra onde fluía sangue da Casa Real e que ocupava posição cimeira na hierarquia nobiliárquica do Reino, expressivamente declarada, quer nos títulos, quer no património adquirido. De facto, formalmente ascendido ao título ducal de Bragança em finais do ano de 1461, o futuro sogro de D. Pedro de Meneses, apesar de ter iniciado o seu percurso no papel de secundogénito, apresentava-se então como aquele senhor que detinha mais prestígio social e maior poder senhorial em Portugal ¹³⁹.

A aceitação do duque D. Fernando em ter o conde vila-realense como genro não foi inocente nem inopinada, face à política de alianças matrimoniais desenvolvida pela Casa de Bragança no século XV. As suas estratégias de casamento procuraram sempre a associação com as linhagens do topo da escala social, preferindo cônjuges legatários de casas senhoriais tituladas que se achassem disponíveis e tivessem a idade adequada e/ou com indivíduos, em cujas famílias se observasse uma relação directa com o exercício de ofícios administrativo-militares no Norte de África ¹⁴⁰. Portanto, D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real, chefe da sua casa senhorial e capitão de Ceuta, preenchia todos os requisitos mencionados e que, à partida, seriam desejados pelo duque D. Fernando para a concertação de uma união matrimonial com a sua filha D. Beatriz.

A escrituração do contrato de casamento entre o conde D. Pedro de Meneses e o duque D. Fernando só foi oficialmente celebrada em 6 de Agosto de 1462, culminando então um negócio começado em Dezembro de 1461, com algumas acções importantes, como foram o trespasse de 120 000 reais do assentamento do duque brigantino em favor do casal e a mercê régia de 20 000 dobras para a satisfação do enlace ¹⁴¹. É possível que a demora na formalização do contrato tivesse ficado a dever-se a algumas dificuldades de acerto relacionadas com os valores definitivos do dote e das arras da noiva.

¹³⁹ Sobre a ascensão de D. Fernando ao ducado brigantino, veja-se Maria Barreto DÁVILA, *D. Fernando I, 2.º duque de Bragança...*, cit., pp. 112-113.

¹⁴⁰ Mafalda Soares da CUNHA, *Linhagem, Parentesco e Poder...*, cit., pp. 47-50.

¹⁴¹ Mediante os documentos citados, *supra*, notas 91-92.

O contrato foi lavrado no altar-mor do mosteiro de Santo Tirso de Riba de Ave. Neste lugar, compareceram o duque D. Fernando e o conde D. Pedro de Meneses (que recebeu D. Beatriz, por palavras de presente) para concertar um acordo de obrigações mútuas, segurança de dote e arras e instituição de morgado ¹⁴². Nas obrigações do duque de Bragança constavam: a entrega de um dote estimado em 1 conto e 500 000 reais, em três partes iguais, no triénio 1462-64, pelas rendas que D. Fernando mandava arrecadar na judiaria da cidade de Lisboa; a entrega de prata e de corregimentos para o enxoval da noiva; o trespasse de uma verba anual de 120 000 reais do seu assentamento, que seria vitaliciamente auferida pelo conde de Vila Real e, depois da morte deste, por D. Beatriz, caso esta lhe sobrevivesse, conforme uma carta régia já expedida sobre tal assunto ¹⁴³; e ainda o encargo de levar a filha ao ‘lugar’ onde D. Pedro de Meneses viesse a embarcar, quando este regressasse ao governo da capitania de Ceuta ¹⁴⁴.

Por seu turno, o conde vila-realense comprometeu-se a entregar uma quantia de 7 500 dobras (900 000 reais) para as arras de D. Beatriz, em remuneração da nobreza e honra de sua pessoa. Outrossim, para segurança da sua esposa e do sucessor da sua casa senhorial, que haveriam de fruir respectivamente os valores postos nas arras e no dote do consórcio, caso falecesse antes de qualquer um deles, D. Pedro de Meneses obrigou para essa fruição as 20 000 dobras que el-rei prometera para o seu casamento ¹⁴⁵, a que acresceu ainda a condição de o montante ser totalmente empregue na compra de bens de raiz. Quaisquer rendas e/ou imóveis adquiridos com a quantia de 12 500 dobras, alusiva à segurança do dote, ficariam integrados no património da Casa de Vila Real. Por outro lado, outros bens que fossem comprados com a quantia de 7 500 dobras, correspondente à segurança das arras, também poderiam vir a agregar o senhorio da casa vila-realense, mas, só no caso de D. Beatriz falecer antes do seu marido. De resto, todas as condições averbadas na escritura do contrato de casamento seriam confirmadas por D. Afonso V, a

¹⁴² Documento publicado por D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., tomo III (parte II), n.º 69, pp. 172-175. O valor sociopolítico deste matrimónio é muito expressivo, até no vocabulário usado para pesar a identificação dos contratantes: “o alto e poderoso príncipe e senhor D. Fernando, neto de el-rei D. João da esclarecida memória, duque de Bragança, marquês de Vila Viçosa, conde de Barcelos, de Ourém e de Arraiolos e de Neiva, senhor de Monforte e de Penafiel” e “o ilustre senhor D. Pedro de Meneses, bisneto de el-rei D. Fernando de Portugal e de el-rei D. Henrique de Castela, conde de Vila Real e senhor de Almeida, capitão e governador por el-rei, nosso senhor, da sua cidade de Ceuta”.

¹⁴³ AN/TT, *Místicos*, livro 3, fl. 254 v.º, por carta de 21-12-1461.

¹⁴⁴ Numa carta régia de 23-04-1475, que voltaremos a referir, *infra*, na nota 146, encontramos a palavra ‘Algarve’, em vez da palavra ‘lugar’, como então surge no traslado da escritura do contrato que se acha publicado nas *Provas...*, cit., tomo III (parte II), p. 173. Apesar da troca de vocábulos, esta situação ajusta-se à verdade dos factos, visto que foi em Lagos que o conde de Vila Real acabou por embarcar em direcção a Ceuta: Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cit., cap. 147.

¹⁴⁵ AN/TT, *Místicos*, livro 3, fl. 255, por carta de 22-12-1461.

requerimento do casal D. Pedro e D. Beatriz, por carta de 23 de Abril de 1475 ¹⁴⁶. Este pedido, confirmado na cidade de Évora, encontra o seu motivo no âmbito da conjuntura política verificada em Castela, depois da morte de Henrique IV, visto que foi em Maio daquele ano que o rei português decidiu invadir militarmente aquele Reino, através do Alentejo, com o propósito de reclamar os seus direitos à Coroa Castelhana ¹⁴⁷. Como se sabe, os intentos de D. Afonso V saíram malogrados, com o seu exército aparentemente vencido na batalha de Toro. Porque o conde de Vila Real iria participar nessa incursão militar e pela incerteza do que dela poderia resultar, inclusive a sua morte, ele e a sua mulher pediram a el-rei que lhes confirmasse a escritura do seu contrato de casamento, a fim de assegurar a remuneração régia das 20 000 dobras amerceadas para o enlace, em favor dos herdeiros de D. Pedro, num prazo máximo de quatro anos, após o seu decesso, como ficara estipulado na respectiva carta de mercê.

Efectuada a escritura do contrato nupcial, D. Fernando e D. Pedro rumaram até Barcelos, senhorio do duque brigantino, lugar onde se supõe terem ocorrido a boda e a consumação do tálamo entre o conde de Vila Real e D. Beatriz. Naquela vila minhota, o duque confirmou a forma de pagamento do dote, assinando uma sua carta para o efeito, determinando que o genro mandasse cobrar pelo seu recebedor a verba dotada, durante o triénio 1462-64, à razão de 500 000 reais por ano, deduzidos nas rendas que recebia do serviço real dos judeus da cidade de Lisboa ¹⁴⁸.

No que respeita ao assunto da descendência gerada, a ligação conjugal entre D. Pedro de Meneses e D. Beatriz revelou-se bastante proficiente, no sentido de oferecer as melhores garantias para que a sucessão da chefia da casa senhorial vila-realense pudesse verificar-se, sobretudo, num filho varão. Entre os seis filhos legitimamente nascidos no seio do casamento, cinco deles eram masculinos. O número de filhos conseguido pode considerar-se mais que suficiente, se ponderarmos a expectativa do tempo de fertilidade e de procriação que ainda restava a D. Beatriz, de acordo com a idade em que contraiu matrimónio. Acreditando-se, pois, que nasceu por volta do ano de 1435 ¹⁴⁹, então, casou com cerca de 27 anos. A ordem geracional dos descendentes foi a seguinte: D. Fernando

¹⁴⁶ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fls. 94-94 v.º e *Místicos*, livro 2, fls. 66 v.º-68 v.º. Saliente-se que nesta carta régia de confirmação, a identificação sociopolítica do duque de Bragança é omissa no traslado do protocolo da escritura, certamente, por erro do escrivão que copiou a informação no registo da *Chancelaria Régia*. A mesma situação também foi reproduzida no registo da *Leitura Nova*.

¹⁴⁷ Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cit., caps. 173-175.

¹⁴⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fl. 31, por carta de 21-10-1462, inserta numa confirmação régia de 21-11-1462.

¹⁴⁹ Mafalda Soares da CUNHA, *Linhagem, Parentesco e Poder...*, cit., p. 46.

de Meneses, filho primogénito e herdeiro de todo o estado e casa senhorial, cujo trajecto acompanharemos adiante ¹⁵⁰; D. António de Noronha; D. João de Noronha; D. Henrique de Noronha; D. Diogo de Noronha; e D. Joana de Noronha ¹⁵¹. À excepção de D. João de Noronha, que abraçou ordens sacras ¹⁵², os restantes filhos segundos do 3.º conde de Vila Real percorreram caminhos que os conduziram, uns mais que outros, a lugares sociopolíticos de destaque no seio da nobreza e da fidalguia, em função dos consórcios concertados, garantindo, por um lado, a valorização contínua da linhagem de origem e, por outro, um acréscimo de prestígio social às linhagens que foram preferidas para o estabelecimento de alianças familiares. No que toca à geração nascida do casal D. Pedro e D. Beatriz, verifica-se que as estratégias de casamento seguidas pela casa vila-realense privilegiaram a relação com outras famílias tituladas, sobretudo os Meneses das casas condaís de Portalegre e de Cantanhede ¹⁵³, com quem tinham algum parentesco ¹⁵⁴, mas também a ligação com indivíduos de peso social relevante ¹⁵⁵, embora estes factores não fossem vistos de forma rígida. Como, aliás, não o foram para o caso de D. Fernando de Meneses, que casou com D. Maria Freire de Andrade, filha de João Freire de Andrade, aposentador-mor de el-rei D. Afonso V e senhor da terra de Alcoutim ¹⁵⁶.

¹⁵⁰ Veja-se, *infra*, o Capítulo II.

¹⁵¹ Sobre estes secundogénitos, veja-se uma síntese dos seus percursos no artigo de André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, «Uma linhagem ao serviço...», *cit.*, pp. 133-138.

¹⁵² Foi prior-mor do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Sobre o seu percurso, apesar dos erros genealógicos e de alguns dados cronológicos muito duvidosos, sobretudo, durante o reinado de D. Afonso V, veja-se Pe. D. Nicolau de SANTA MARIA, *Crónica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarca Santo Agostinho*, II Parte, Lisboa, João da Costa (imp.), 1668, livro 9, caps. 29-30, pp. 265-274.

¹⁵³ Assim foi com os irmãos D. António, D. Henrique e D. Diogo. O primeiro uniu-se a D. Joana da Silva, filha de D. Diogo da Silva de Meneses, 1.º conde de Portalegre. O segundo contraiu matrimónio com D. Maria de Meneses, filha do primeiro consórcio de D. Pedro de Meneses, 1.º conde de Cantanhede. Por fim, o terceiro casou em duas ocasiões: a primeira, com D. Joana de Meneses, filha de D. Rodrigo de Meneses, irmão do referido conde de Cantanhede, de quem não teve geração; a segunda, com D. Filipa de Ataíde, filha de Alonso de Herrera, fidalgo castelhano. Para tudo, veja-se D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, *cit.*, tomo V – livro VI, pp. 116, 147 e 180.

¹⁵⁴ Tal como o 3.º conde de Vila Real, o 1.º conde de Portalegre também era neto de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta, embora pela via bastarda, manifestada pelo casamento da sua filha natural D. Isabel de Meneses com Rui Gomes da Silva. Por outro lado, embora um pouco mais afastada, a ligação parental entre os Noronha/Meneses de Vila Real e os Meneses de Cantanhede acha-se na segunda metade do século XIV, remontando as suas raízes avoengas na família Telo de Meneses, linhagem que dominou a corte e a política portuguesas daquele tempo. O 1.º conde de Cantanhede era trineto de D. Gonçalo Teles, 1.º conde de Neiva, sendo este último, sobrinho de D. João Afonso Telo, 4.º conde de Barcelos e 1.º conde de Ourém, que, por sua vez, era trisavô do 3.º conde de Vila Real.

¹⁵⁵ Trata-se do caso de D. Joana de Noronha, que veio a casar-se com D. Afonso, 8.º condestável do Reino, por mercê do rei D. Manuel I, seu tio, por afinidade, uma vez que era filho natural de D. Diogo, 4.º duque de Viseu, irmão do monarca, assassinado às mãos do rei D. João II. Deste casamento resultou apenas o nascimento de D. Beatriz de Lara, mais tarde, consorciada com o seu primo coirmão D. Pedro de Meneses, herdeiro de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real. Vejam-se mais informações em D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, *cit.*, tomo II – livro III, pp. 289-291.

¹⁵⁶ Apesar de ter menor nobreza de sangue, D. Maria Freire herdou a terra de Alcoutim, que, por via do seu casamento, constituiu um acréscimo ao património senhorial da Casa de Vila Real.

Além desta descendência legítima, D. Pedro de Meneses foi progenitor de vários filhos nascidos fora do casamento. Os nobiliários mais coetâneos não são inteiramente unânimes, tanto no número como nos nomes. No entanto, entre aqueles que selectámos, um máximo denominador comum aplicado leva-nos a indexar os seguintes: D. Pedro de Noronha, que foi alcaide-mor de Almeida; D. Afonso de Noronha, que casou com uma filha de João Fernandes, desembargador da Casa do Cível; D. Cristóvão de Noronha, que foi clérigo e pai de alguns bastardos; D. Jorge de Noronha, morto pelos mouros, em Ceuta; D. Tristão de Noronha, falecido sem geração; e D. Catarina de Meneses, abadessa de Almoester ¹⁵⁷. Apesar de pouco citados, devem ser ainda considerados D. António de Noronha e D. Francisco de Noronha ¹⁵⁸. A natureza infiel do conde de Vila Real foi uma característica que a esposa D. Beatriz tomou conhecimento desde bem cedo. Numa certa ocasião, em Ceuta, parece ter sido arrepelada pelo marido, por causa de um episódio de ciúmes, facto que nada agradou ao pai e aos irmãos da consorte agredida e que gerou o envio de ameaças escritos a D. Pedro de Meneses. Em resposta, este fez-lhes saber não ter qualquer medo deles ¹⁵⁹. A sua falta de receio só demonstrava uma ideia: na sua casa era senhor e dono, inclusive da mulher.

4.2. Expansão senhorial (1466-1475)

Uma mão-cheia de anos bastou a D. Pedro de Meneses para exhibir competências no âmbito do serviço militar prestado no Norte de África, prosseguindo assim a mesma esteira dos seus ascendentes linhagísticos. Os bons desempenhos realizados garantiram-lhe a obtenção de doações e privilégios régios e o arranjo de um rico consórcio na mais alta esfera nobiliárquica do Reino. Posicionado num lugar sociopolítico condizente com

¹⁵⁷ Cf. BNP, Códice 977, fl. 15 v.º (ou a sua recente edição impressa: Damião de GÓIS, *Livro de Linhagens de Portugal*, cit., p. 73), Códice 983, fl. 20 v.º e o *Livro de Linhagens do Século XVI*, cit., p. 226, que regista ainda uma outra filha, não nomeada, casada com Pedro Lopes de Santarém. Na mesma BNP, o fl. 60 v.º do Códice 1054 confirma-nos a relação de nomes apresentada. Sobre estes filhos, vejam-se mais informações no artigo de André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, «Uma linhagem ao serviço...», cit., p. 138.

¹⁵⁸ Ambos nomeados por D. Jerónimo de MASCARENHAS, *História de la Ciudad de Ceuta*, cit., cap. 48. Sobre D. António, foi testemunha no juramento e homenagem que D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, fez ao seu pai D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, a fim de exercer o ofício de capitão de Ceuta: BA, Códice 46-IX-13, p. 71, num registo datado de 26-07-1512. Quanto a D. Francisco, foi capitão interino da mesma praça, em substituição de D. Nuno Álvares Pereira de Noronha, irmão do 3.º marquês de Vila Real, quando veio a Portugal para desposar D. Maria de Noronha, filha de D. Martinho de Castelo Branco, 1.º conde de Vila Nova de Portimão: BA, Códice 46-IX-13, pp. 47-65, por instrumento de 02-12-1529.

¹⁵⁹ Vejam-se os *Ditos Portugueses Dignos de Memória; história íntima do século XVI*, anotada e comentada por José Hermano Saraiva, 3.ª ed., Mira-Sintra – Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997, n.º 570, p. 203.

o seu estatuto, poderia então dedicar-se à vida cortesã e às tarefas de acrescentamento da sua casa e estado senhorial, através dos meios disponíveis para o efeito. Este último aspecto seria a sua principal ocupação até ao final do reinado de D. Afonso V, a quem voltaria a prestar serviço militar nas campanhas que ainda viriam a registar-se, quer no território marroquino, em 1471, quer no Reino de Castela, em 1475-76.

O percurso do 3.º conde de Vila Real durante a segunda metade da década de 60 afigura-se discreto, embora os registos existentes que lhe são directamente relativos não sejam escassos. Alguns deles já foram referidos quando nos detivemos nos quesitos da capitania de Ceuta, verificando-se que os diplomas então emitidos tocavam, sobretudo, assuntos que decorriam da necessidade régia em limitar as prerrogativas de D. Pedro de Meneses sobre a praça ceutense. Depois da doação da jurisdição da terra de Benamenir Guaderez ¹⁶⁰, só voltamos a encontrar o conde de Vila Real, em Setembro de 1465, no rescaldo das Cortes feitas na cidade da Guarda, aparecendo a testemunhar o documento dos capítulos que D. Afonso V e a sua irmã D. Joana, rainha de Castela, ajustaram para a prestação de ajuda militar do rei português ao seu cunhado Henrique IV (novamente, a braços com revoltas da nobreza do seu Reino) a troco de um casamento com a Infanta Isabel, meia-irmã do rei castelhano. Este foi o assunto que ocasionou a reunião daquela instituição parlamentar, onde D. Afonso V apenas esperava obter a aprovação dos povos para o financiamento do auxílio militar solicitado por Castela, pois, decerto, já contaria com o parecer favorável da principal nobreza que integrava o seu Conselho Régio, aliás, somente chamada às Cortes para validar as cláusulas capituladas no acordo firmado. De resto, sabe-se que este acordo então concertado foi debalde ¹⁶¹.

Depois de concluir os seus negócios na cidade da Guarda, os itinerários de el-rei seguiram em direcção ao litoral, com incidência na cidade do Porto, durante o Inverno de 1465-66 ¹⁶², supondo-se que tenha desfrutado da companhia de D. Pedro de Meneses no seu séquito. No mês de Fevereiro, além de uma carta de quitação e outra tal de tença, referentes ao “assentamento de Ceuta” ¹⁶³, o conde de Vila Real obteve de D. Afonso V a mercê de todos os bens móveis e de raiz expropriados à viúva e filhos do judeu Abaz

¹⁶⁰ Outorgada por carta de 13-06-1464, já citada, *supra*, nota 137.

¹⁶¹ Sobre este assunto, cf. Armindo de SOUSA, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, Porto, INIC / CHUP, 1990, vol. I, pp. 388-390 e Saul António GOMES, *D. Afonso V, o Africano*, cit., pp. 198-201. Sobre o diploma dos capítulos, datado de 12-09-1465, vejam-se os *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, ed. Antonio de la Torre e Luis Suarez Fernandez, Valladolid, CSIC, 1958-1963, vol. I, n.º 10, pp. 43-57.

¹⁶² Saul António GOMES, *D. Afonso V, o Africano*, cit., p. 303.

¹⁶³ Por cartas régias de 18-02-1466 e de 22-02-1466, já citadas, *supra*, notas 109 e 104.

Toni, que fora morador em Torre de Moncorvo, por terem passado a viver no Reino de Castela, sem licença régia ¹⁶⁴, assim como a mercê de 70 000 reais, resultante de uma pena pecuniária aplicada aos judeus Abraão de Vitória e Salomão de Leão, moradores na cidade do Porto ¹⁶⁵. Na mesma altura, recebeu ainda a doação vitalícia do padroado do mosteiro da Ermida e das demais igrejas anexas, entre as quais, o mosteiro de Baltar, feita com anuência do bispo de Lamego, em cuja diocese se situavam ¹⁶⁶. Além de tudo isto, sabe-se que desde meados de 1466, D. Pedro de Meneses também recebia a dízima das coisas aportadas na alfândega da cidade do Porto, que lhe fora dada pela sua tia D. Constança de Noronha, como se declara numa mercê régia de 1467, que confirmou a renúncia daquela renda em favor do conde vila-realense ¹⁶⁷.

Se o ano de 1466 revela um conjunto de benefícios, alguns deles obtidos a título ocasional, cujo rendimento global seria de pouca monta para a fazenda do conde de Vila Real, o ano de 1467 seria bem diferente, devido à informação vertida em testemunhos já mencionados, que nos situam D. Pedro de Meneses num estatuto socioeconómico muito privilegiado. Um primeiro indicador refere-se a Ceuta, através da renovação da doação do ofício da sua capitania e governo, numa feição vitalícia e sucessória, que, na prática, tornou-o num cargo perpétuo para os titulares da Casa de Vila Real ¹⁶⁸.

O segundo indicador é visível no reforço dos poderes senhoriais que D. Pedro de Meneses procurava exercer e consolidar na vila de Leiria, depois da doação régia dos vários bens, rendas e direitos que recebera em 1463 ¹⁶⁹. Esse reforço reflectiu-se num contrato de 23 de Janeiro de 1467, concertado com o capitão dos ginetes Vasco Martins Chichorro, que lhe trespassou as rendas e direitos do serviço real dos judeus da dita vila, em troca do pagamento de uma tença anual vitalícia de 30 000 reais ¹⁷⁰. A feitura deste contrato encontra justificação na sequência de outro que o conde de Vila Real ajustara

¹⁶⁴ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 14, fl. 26, por carta de 12-02-1466.

¹⁶⁵ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 14, fl. 26, por carta de 18-02-1466.

¹⁶⁶ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 14, fl. 26 e *Místicos*, livro 3, fls. 280 v.º-281, por carta de 18-02-1466. O mosteiro de Santa Maria da Ermida localiza-se próximo à margem direita do rio Paiva, bem perto de Castro Daire. Somos ainda informados que as igrejas de São Pedro de Ester e de São João de Reriz, também em Castro Daire, eram outros eremitérios anexos ao padroado daquele mosteiro: AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 30, n.º 8, p. 209.

¹⁶⁷ AN/TT, *Místicos*, livro 3, fl. 276, por carta de 04-08-1467. Era mais conhecida pela dízima da marçaria, cuja colecta incidia sobre as mercadorias das coisas das mulheres, isto é, toda a sorte de objectos e acessórios para uso e adorno da figura feminina, que chegavam às alfândegas portuárias do Reino: AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 41, n.ºs 1-2 e 4, pp. 361-362.

¹⁶⁸ Sobre o assunto da “doação de Ceuta”, veja-se, *supra*, o texto em torno das notas 103-114.

¹⁶⁹ Por carta régia de 22-08-1463, já citada, *supra*, nota 117.

¹⁷⁰ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 33, fls. 148-148 v.º e *Místicos*, livro 2, fls. 74 v.º-75 v.º, por escritura feita na data indicada, inserta numa confirmação régia de 27-01-1467.

no ano de 1466 com el-rei, pelo qual este lhe vendera os bens, rendas e direitos da vila leiriense, doados três anos antes, pelo preço de 19 000 coroas, exceptuando-se as rendas e direitos da alcaidaria-mor e da judiaria, assim como os paços régios de São Pedro e a receita das sisas gerais dos panos e dos vinhos, cuja carta só foi formalmente outorgada em 18 de Março de 1475 ¹⁷¹. Nesta carta, lembrava-se a falta de ocasião que, até então, não houvera para reduzi-la em fé pública, mas também o facto de as rendas e direitos da alcaidaria-mor e da judiaria já se acharem na posse de D. Pedro de Meneses, por “outra carta” – assim, somente dito. Na verdade, devem entender-se duas cartas: uma, alusiva à judiaria, que se reporta à confirmação régia do contrato com Vasco Martins Chichorro; e outra, relativa à alcaidaria-mor, conforme uma concessão régia de juro e herdade, feita ao conde vila-realense e ao seu filho sucessor, datada de 16 de Julho de 1467, cujo teor se ignora, mas que terá existido no Cartório da casa senhorial ¹⁷².

Importa notar que aquela carta de venda, então, reduzida em fé pública, na data indicada, era muito necessária ao conde de Vila Real, a fim de salvaguardar os direitos e as obrigações de quem viesse a suceder-lhe na sua casa senhorial, como se exprime nas condições da mesma carta, até porque a sua outorga foi feita pouco antes da ratificação régia do seu contrato de casamento (23 de Abril de 1475) na qual também se procurou garantir aos seus herdeiros aquilo que lhes poderia e deveria pertencer, caso D. Pedro de Meneses falecesse na incursão militar que el-rei D. Afonso V se preparava para operar em Castela. Nas condições da carta de venda das várias propriedades, rendas, direitos, foros, tributos, pertenças e coisas que o rei tinha em Leiria e seus termos salientam-se as seguintes: a obrigação de todos os bens vendidos andar sempre inteiramente na posse do conde de Vila Real e de um filho que herdasse o morgado da sua casa; a obrigação de entregar anualmente uma renda expressa em 85 moios de trigo e 9 moios de cevada para a satisfação das despesas, tenças e ofertas que a Coroa fazia no mosteiro de Santa Maria da Vitória; e a hipótese de a Coroa readquirir os bens vendidos, se assim o entendesse, após a morte do sucessor do conde vila-realense, pela mesma soma de 19 000 coroas. O pagamento realizado por D. Pedro de Meneses não foi muito custoso, pois, fê-lo através do desconto de duas cartas de padrão: uma de 960 coroas; e outra de 16 000 coroas, esta última, relativa ao dote que el-rei D. João I amerceara para o casamento dos seus pais. A diferença restante (2 040 coroas) seria entregue em dinheiro contado.

¹⁷¹ Carta régia já citada, *supra*, nota 118.

¹⁷² AN/TT, *Casa do Infântado*, livro 241, cap. 12, n.º 1, p. 48.

Além disto, ainda na mesma carta de venda de 18 de Março de 1475, ajustou-se um negócio de escambo pedido por el-rei, pelo qual D. Afonso V garantiu a D. Pedro de Meneses outras rendas sitas em Leiria em troca de outras tantas rendas e direitos da vila de Guimarães, que o monarca lhe dera de juro e herdade. Uma fonte seiscentista diz-nos que eram os reguengos, rendas e direitos que o conde de Vila Real obteve por legado da sua tia D. Constança de Noronha, aprovado por carta régia, cujo teor se ignora, senão a sua data: 16 de Outubro de 1467 ¹⁷³. Ficando viúva do 1.º duque de Bragança, de quem não teve filhos, D. Constança perfilhou o seu sobrinho D. Pedro de Meneses e tornou-o herdeiro universal de todos os seus bens móveis e de raiz, por um instrumento público de 5 de Abril de 1474 ¹⁷⁴. Presume-se que estes bens fossem os reguengos, os direitos e as rendas da vila e termo de Guimarães que ela recebeu como penhor para formar o dote do seu contrato de casamento com D. Afonso, ainda conde de Barcelos ¹⁷⁵.

No entanto, esta dotação de D. Constança indiciava uma acção de trespasse, cuja forma de transacção lhe estava interdita, por alvará de 1 de Agosto de 1462, dado pelo seu enteado D. Fernando, no qual o 2.º duque de Bragança lhe prometera não desobrigar os bens que tinha em Guimarães, enquanto ela vivesse, desde que não os alienasse em favor de qualquer pessoa poderosa, ainda que fosse de devido muito próximo ao duque brigantino, a fim de assim não prejudicar os interesses senhoriais do seu primogénito D. Fernando ¹⁷⁶. Este último, já no uso do título de 1.º conde de Guimarães, viria a receber de D. Afonso V, no ano seguinte, a doação perpétua e sucessória de todos os reguengos, rendas, direitos, tributos, herdades e casas da vila vimaranense e seus termos, garantindo a propriedade dos bens que a Coroa ali tinha, incluindo aqueles que estivessem cedidos a outras pessoas, em regime de penhor ou de doações perenes, em vida ou em mercê, podendo o conde donatário usar livremente da acção de desobrigação e pagamento dos bens dados, a cada e quando, como julgasse, após a morte de tais pessoas ou por outro caso que suscitasse a sua perda ¹⁷⁷. A força emanada desta doação régia implicava que a fruição dos bens e direitos realengos dados a outrem que não fosse o conde vimaranense

¹⁷³ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 13, n.º 8, p. 51. A mesma fonte diz-nos ainda que D. Constança, sem geração directa, nomeara o seu irmão D. Fernando de Noronha, sendo já conde de Vila Real, como herdeiro dos bens vimaranenses, depois, deixados ao seu filho D. Pedro de Meneses, que viria a fazer demissão deles, em favor da Coroa, pela carta de 18-03-1475: *ibidem*, cap. 1, n.º 2, pp. 1-2.

¹⁷⁴ Indicado na confirmação régia da perfilhação, datada de 14-09-1474: AN/TT, *Místicos*, livro 3, fls. 1-2. Este documento não faz menção de quaisquer bens, afirmando somente que eram aqueles que a duquesa perfilhadora havia por tenças, dote e arras.

¹⁷⁵ Documento já citado, *supra*, nota 15.

¹⁷⁶ D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, *cit.*, tomo III (parte II), n.º 59, pp. 151-152.

¹⁷⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fl. 144, por carta de 25-08-1463.

tivesse prazo limitado no tempo, que seria ainda mais encurtado em casos de alheação, como era o documento de perfilhação e dotação da duquesa D. Constança.

Neste sentido, para evitar demandas supérfluas com o seu cunhado D. Fernando, julgamos que o conde de Vila Real se sentiu na quase obrigação de desfazer-se dos bens vimaranenses que a sua tia lhe dotara, aproveitando a ocasião do requerimento régio de permuta, a fim de obter outros de valor equivalente, situados em Leiria, como declara a referida carta de venda de 18 de Março de 1475. De resto, mesmo pesando as hipóteses de D. Pedro de Meneses não ser requerido por D. Afonso V para a feitura de qualquer escambo ou não ser demandado pelo conde de Guimarães, em virtude da doação régia que este último recebera e/ou do alvará que o seu pai dera à duquesa D. Constança, por outro lado, o diploma da perfilhação não serviria de muito ao conde de Vila Real, pelo menos, no que tocava à cobrança da receita dos direitos e rendas de Guimarães. Assim cremos, porque, em 1462, a sua tia já tinha prometido essa receita para pagar, embora só depois da sua morte, o dote de 12 000 coroas que resolveu dar à sua sobrinha D. Isabel de Noronha para o matrimónio com D. João, futuro 1.º marquês de Montemor-o-Novo, filho de D. Fernando, 2.º duque de Bragança ¹⁷⁸.

Um último indicador exibido nos testemunhos documentais referentes ao ano de 1467, onde D. Pedro de Meneses se encontra citado, relaciona-se com a sua participação socioeconómica no âmbito dos casamentos que se ajustaram entre alguns indivíduos que tinham laços de parentesco com ele (sobretudo, aquele que se arranjou para o seu irmão D. João de Noronha) actuando basicamente na qualidade de dotador desses casamentos. No mês de Março, esteve presente na feitura dos contratos matrimoniais das suas primas D. Inês de Noronha e D. Leonor de Noronha, filhas do seu tio D. Pedro de Noronha, que foi arcebispo de Lisboa: a primeira, com João Lopes de Almeida, que seria 2.º conde de Abrantes ¹⁷⁹; e a segunda, com Lopo de Albuquerque, futuro 1.º conde de Penamacor ¹⁸⁰. O teor destes dois contratos é similar, variando apenas nos valores dos dotes atribuídos, com D. Pedro de Meneses a ofertar 500 coroas a cada uma das consortes, obrigando-se a pagá-las no ano em que os cônjuges masculinos constituíssem a sua casa, sob risco de pagar mais 250 coroas de pena e interesse. Além do 3.º conde de Vila Real, também D.

¹⁷⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 66, por instrumento de promessa feito em 09-08-1462, inserto numa confirmação régia de 01-07-1469, que foi requerida por D. João. Publicada por D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., tomo III (parte II), n.º 63, pp. 159-161.

¹⁷⁹ AN/TT, *Místicos*, livro 3, fls. 24-25, por carta de 23-03-1467.

¹⁸⁰ AN/TT, *Místicos*, livro 3, fls. 25-26 v.º, por carta de 07-03-1467.

Afonso V e D. João, já casado com D. Isabel de Noronha, prima do mesmo D. Pedro de Meneses e filha do mesmo arcebispo, participaram no esforço dotal, contribuindo com as suas respectivas somas.

Mais pródiga foi a dotação que D. Pedro de Meneses concedeu no casamento do seu irmão D. João de Noronha, que se consorciou com D. Joana de Castro, filha de D. Álvaro de Castro, 1.º conde de Monsanto, cujo contrato foi lavrado em 21 de Setembro de 1467 e, seis dias depois, confirmado e aprovado por el-rei, a pedido do nubente e do conde, seu sogro ¹⁸¹. O contrato foi formalizado na data indicada, mas as suas cláusulas já tinham ficado ajustadas em 19 de Agosto de 1466, entre os pais da noiva, o noivo e o conde de Vila Real, na vila de Estremoz. Na escrituração oficial, D. Pedro de Meneses fez-se representar, a par da sua esposa D. Beatriz, através de uma procuração, datada de 5 de Junho de 1467 e feita nas suas pousadas da vila de Tavira, na qual deu poderes ao seu escudeiro Diogo Rodrigues, a fim de concluir, em seu nome, o registo do contrato de dote, casamento e arras, cujos capítulos tinham começado a ser preparados ainda em vida da condessa D. Beatriz de Meneses, mãe do noivo ¹⁸².

O matrimónio entre D. João de Noronha e D. Joana de Castro envolveu um nível de riqueza elevado, se olharmos aos valores financeiros negociados. Sem examinarmos muito as condições definidas para o embolso das verbas consideradas, realçamos desde logo a generosidade do conde de Monsanto, pagador de um dote de 12 000 coroas, que, aditadas com as arras de 4 000 coroas dadas pelo noivo, resultavam numa soma bastante respeitável, sobretudo, por se ter decidido destiná-la para a formação de um morgado, muito similar nas condições e pactos que regulavam aquele que se fixara para a Casa de Vila Real. Um pouco mais generosa revelou-se a dotação de 14 000 coroas que D. João de Noronha transportou para o seu consórcio: 8 000 coroas, prometidas pela sua mãe D. Beatriz, ainda em sua vida, metade delas, em bens situados na Arruda e em Santarém e no casal de Aramenha; mais 6 000 coroas, dadas pelo seu irmão D. Pedro de Meneses. Pela sua parte, o conde de Vila Real obrigou-se a pagar metade do valor dotado, através

¹⁸¹ Documento publicado por D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., tomo VI (parte I), n.º 12, pp. 202-214. Veja-se ainda a aprovação régia do casamento no AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 16, fls. 118-118 v.º, por carta de 27-09-1467.

¹⁸² Através deste contrato, ficamos a saber que a condessa D. Beatriz de Meneses já era falecida em 19-08-1466, crendo-se que tenha voltado para Portugal, em data e por motivos que se ignoram, depois de ter estado ao serviço da Infanta D. Leonor, esposa do imperador Frederico III. Por outro lado, também notamos que esta presença de D. Pedro de Meneses na vila de Estremoz coincide com a ocasião em que terá pedido a D. Afonso V o envio de uma súplica ao papa Paulo II, a fim de este confirmar a doação das ilhas de Gran Canaria, de Tenerife e de La Palma que o papa Pio II já tinha deferido em favor do conde de Vila Real.

da receita das rendas e direitos da sua vila de Alcoentre, enquanto a outra metade seria remunerada mediante uma tença anual de 40 000 reais.

Não obstante o estatuto de secundogénito reservar-lhe apenas o direito de vir a herdar parte dos bens livres do casamento dos seus pais, D. João de Noronha acabou por sair largamente favorecido pela sua mãe e pelo seu irmão, tanto na dotação que ambos lhe facultaram para efeitos do seu consórcio como no valor social do mesmo, unindo-o a uma das famílias de maior prestígio que existiam no reino português ¹⁸³. A escolha deste enlace provou ser a mais acertada, visto que D. Joana de Castro, embora num tempo em que já era viúva, tornou-se na herdeira da casa dos condes de Monsanto ¹⁸⁴, sucedendo ao seu irmão D. João de Castro, que finara sem geração nascida do seu matrimónio com D. Maria de Meneses, filha de D. Duarte de Meneses, conde de Viana e 1.º capitão de Alcácer Ceguer ¹⁸⁵. Aliás, a hipótese de D. João de Noronha herdar os bens daquela casa condal e transmiti-los a um seu herdeiro foi uma das situações previstas no seu contrato de casamento, sob condição de tal herdeiro, caso lhe sobreviesse a sucessão, chamar-se pelo nome Castro e não pelo apelido Noronha. Tal como acontecera com os sucessores titulares da Casa de Vila Real, também a sucessão na chefia da Casa de Monsanto se manifestaria pelo sangue varonil proveniente da família Noronha, apesar da obrigação de manter o nome familiar oriundo da linha materna.

Retomemos a trajectória do 3.º conde de Vila Real. O período de 1468 a 1473 ostenta mais dúvidas que certezas, devido a uma certa insuficiência documental. Ainda assim, uma pequena porção de registos permite-nos saber algo mais sobre as intenções de expansão senhorial do conde vila-realense. O primeiro desses registos é datado de 1470, alusivo à carta que el-rei remeteu aos juizes da vila de Santarém, ordenando-lhes que apregoassem um privilégio concedido a D. Pedro de Meneses, pelo qual lhe coutara a lezíria que ele tinha junto a Valada, defendendo que ninguém pudesse caçar nela, sem sua permissão, sob pena de perder as armadilhas e os cães utilizados, além de pagar 100 reais por cada peça caçada ¹⁸⁶. Depois, só voltamos a encontrar novo registo no ano de

¹⁸³ A dimensão da ligação fraternal entre D. João de Noronha e D. Pedro de Meneses deveria ser grande, pois, como nos diz o contrato, o conde de Vila Real queria ver o seu irmão muito acrescentado “*e dele esperar sempre amor, como de filho, sem outro nenhum respeito nem interesse*”, até porque o facto de também ser sobrinho de D. Afonso V, ter assento no Conselho Régio e ser alferes-mor do príncipe D. João, era (ou seria) motivo que exigiria uma generosa dotação económica.

¹⁸⁴ Sobre este assunto, vide D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo XI – livro XIII, pp. 507-512.

¹⁸⁵ Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, cit., vol. III, pp. 292-293.

¹⁸⁶ AN/TT, *Místicos*, livro 3, fl. 32 v.º, por carta de 19-11-1470.

1472, quando D. Afonso V lhe fez doação vitalícia e hereditária da vila de Lamas de Orelhão e seu termo, porém, apenas transmissível num prazo de três vidas, pois, assim o entendeu outorgar nesta forma a D. Pedro de Meneses, “*para ele e um seu filho e neto, varões lídimos*”, com todas as jurisdições, rendas e direitos, salvo correição e alçada. Na verdade, esta doação foi uma carta de aprovação régia da compra daquele senhorio, que o conde de Vila Real, não obstante a falta de licença para o efeito, contratara com o seu ouvidor Lopo Esteves de Mesquita e Catarina Vaz Montinha, sua mulher, pelo preço de 90 000 reais, depois de este casal o ter adquirido a Fernão Coutinho ¹⁸⁷, irmão de Vasco Fernandes Coutinho, 1.º conde de Marialva ¹⁸⁸.

Entretanto, a Coroa Portuguesa aumentara o seu domínio ultramarino no algarve marroquino, em Agosto de 1471, com a expugnação de Arzila e a ocupação de Tânger, esta última, sem glória militar, facto que não agradou muito a D. Afonso V, mas que lhe permitiu inovar a sua titulação, passando a chamar-se “rei de Portugal e dos Algarves de aquém e de além-mar, em África” ¹⁸⁹. Nas crónicas de Rui de Pina e de Damião de Góis, verificamos que as novas conquistas tiveram a participação de muitos indivíduos da principal nobreza do Reino, titulada e não titulada, mas, em nenhuma das operações militares realizadas se menciona a presença do conde de Vila Real ¹⁹⁰. Porém, sabemos que esteve presente na expedição, se não como interveniente, então, pelo menos, como mero espectador ou estanciado na sua capitania de Ceuta, com a incumbência de regular algum apoio logístico que fosse eventualmente necessário à execução dos objectivos da empresa militar. O conhecimento da sua presença deve-se à informação exibida na carta régia de doação e aforamento dos paços dos almirantes do Reino, com todo o casario, demais estruturas construtivas e foros do bairro que lhe pertenciam, tudo edificado a par do mosteiro de Santa Maria do Carmo, em Lisboa. Nessa carta, datada de 20 de Outubro de 1475, é dito que el-rei D. Afonso V, estando na sua cidade de Tânger, deu a D. Pedro

¹⁸⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 29, fls. 108 v.º-109 e *Místicos*, livro 3, fls. 4 v.º-5 v.º, por carta de 07-07-1472, que aprovou o negócio, feito entre as partes, em 08-02-1472.

¹⁸⁸ Sobre Fernão Coutinho, veja-se o seu percurso biográfico em Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*, dissertação de doutoramento em História apresentada aos Cursos de Letras da Universidade de Lourenço Marques, separata da *Revista de Ciências do Homem*, vol. IV – série B, Lourenço Marques, Universidade de Lourenço Marques, 1973, pp. 778-784, embora o autor não mencione o facto de o biografado ter usufruído o senhorio de Lamas de Orelhão, cuja posse se sabe tê-la detido entre 1462 e 1467, como se infere no documento citado na nota anterior.

¹⁸⁹ Sobre este tema, vejam-se as sínteses de Paulo Drumond BRAGA, «A Expansão no Norte de África» in *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. II, cit., pp. 279-286 e de Saul António GOMES, *D. Afonso V, o Africano*, cit., pp. 192-198.

¹⁹⁰ Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cit., caps. 162-167 e Damião de GÓIS, *Crónica do Príncipe D. João*, cit., caps. 18-31.

de Meneses um alvará, pelo qual lhe doou de juro e herdade aqueles paços e seu bairro anexo, mais respectivos privilégios, segundo a forma da *Lei Mental*, cuja propriedade, aliás, já era detida pelo conde vila-realense, por via de doação que lhe fizera D. Beatriz Pereira, com quem o monarca trazia pendente uma demanda relativa à posse dos paços e demais pertenças ¹⁹¹. Uma fonte seiscentista diz-nos que essa doação foi feita em 4 de Junho de 1467 ¹⁹², que se supõe ter sido firmada em Tavira, pois, no dia seguinte, como atrás se referiu, o conde de Vila Real entregou uma procuração ao seu escudeiro Diogo Rodrigues para ultimar o contrato do consórcio do seu irmão D. João de Noronha. Sabe-se também que D. Beatriz Pereira, antes daquela data, residia nos paços que tinha em Tavira, onde passou um alvará de licença, autorizando um certo Nuno Álvares a vender as casas que lhe tinha aforado no lugar da Pedreira, na cidade de Lisboa ¹⁹³.

O interesse de D. Pedro de Meneses pelos paços do Carmo terá surgido logo após a morte do almirante Rui de Melo († 25 de Fevereiro de 1467) esposo da dita D. Beatriz Pereira, filha do almirante Carlos Pessanha e sobrinha do condestável D. Nuno Álvares Pereira. Era ainda irmã de D. Genebra Pessanha, que, em 1433, se casara com D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta, a quem o sogro dera em dote o ofício do almirantado, com a faculdade de transmitir todos os bens e privilégios a ele relativos à descendência nascida desse matrimónio. A carência de sucessão neste enlace reverteu a propriedade do ofício a Carlos Pessanha, depois, dada ao seu neto Lançarote Pessanha, então, menor de idade, filho do casal D. Beatriz Pereira e Rui de Melo. A este último foi confiado o exercício do cargo, em nome do filho, a título interino, mas que se tornou efectivo desde 1453, altura em que o seu progénito já era falecido ¹⁹⁴.

Ao conde de Vila Real não importava muito ter o ofício do almirantado, que até já fora do seu avô, mas sim a posse dos paços do Carmo (ou da Pedreira, como então se chamavam antes da edificação do mosteiro carmelita fundado pelo condestável D. Nuno

¹⁹¹ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 7, fl. 10 e *Místicos*, livro 3, fls. 17-17 v.º.

¹⁹² AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 18, n.º 2, p. 131.

¹⁹³ AN/TT, *Casa dos Condes de Alcáçovas*, maço 38: Capela de D. Francisca Brandão (casas no bairro do marquês de Vila Real: rua Direita da Pedreira), n.º 1, por diploma de 17-03-1467.

¹⁹⁴ Sobre estes laços familiares, vide Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, cit., vol. I, pp. 194-196. Em jeito de complemento: desde a edição d'*A Vida de Nun'Álvares*, de Joaquim Pedro de Oliveira Martins, tem-se seguido e admitido a ideia de D. Beatriz Pereira ter sido filha de Joana Pereira, meia-irmã do condestável. No entanto, parece que ela seria filha de mãe homónima, igualmente, meia-irmã do fundador do Convento do Carmo. Numa escritura de escambo de 28-08-1399, feita entre o almirante Carlos Pessanha e D. Nuno Álvares Pereira, publicada por Frei José Pereira de SANTA ANA, *Crónica dos Carmelitas da Antiga e Regular Observância nestes Reinos de Portugal, Algarves e seus Domínios*, tomo I, Lisboa, Oficina dos Herdeiros de António Pedroso Galvão (imp.), 1745, pp. 803-804, o nome da esposa do almirante que aí surge averbado é Beatriz Pereira.

Álvares Pereira) e do bairro que lhe estava anexo, o chamado “bairro do almirante”, que depois se designaria por “bairro do marquês”. Segundo a doação primitiva dos paços da Pedreira e demais bens que lhe estavam adstritos, feita por el-rei D. Dinis ao almirante Manuel Pessanha, em 1317, vemos que a outorga efectuou-se à laia de morgado e que a carência de herdeiros varões que fossem descendentes directos e legítimos do primeiro donatário do almirantado implicaria o retorno daqueles paços à posse da Coroa. Depois, em 1393, na renovação da doação régia dos mesmos paços feita a Carlos Pessanha, neto do dito Manuel Pessanha, D. João I permitiu que a sua propriedade pudesse ser vendida, dada ou escambada, situação que se verificou através do dote oferecido ao 1.º capitão de Ceuta, pelo seu casamento com D. Genebra Pessanha ¹⁹⁵. Assim, dada a inexistência de filhos vivos de D. Genebra ou da sua irmã D. Beatriz Pereira para herdarem o ofício do almirantado e os paços do Carmo e seu bairro anexo, D. Pedro de Meneses aproveitou este facto, mais a permissão facultada pela carta de D. João I, a fim de obter da dita D. Beatriz a doação dos ditos paços, a qual se efectuou, como se referiu, em 4 de Junho de 1467. Depois, o conde de Vila Real requereu a confirmação régia dessa doação, então, conseguida num alvará de D. Afonso V, passado na praça de Tânger, em 1471, aquando da sua ocupação, não obstante a demanda que el-rei trazia com a viúva de Rui de Melo. Como nos indica a mencionada carta régia de 20 de Outubro de 1475, uma vez resolvida a demanda, que determinou o retorno dos bens do Carmo em favor da Coroa, o *Africano* voltou a confirmar a posse deles ao conde vila-realense, a quem tudo foi doado em sua vida e na vida de quaisquer sucessores legítimos da sua casa senhorial, sob condição de pagar um foro anual no valor de uma onça de prata da marca da cidade de Lisboa, por ocasião do dia de Todos-os-Santos.

Embora a propriedade dos paços e bairro do Carmo lhe tivesse sido confirmada por D. Afonso V, nem por isso, D. Pedro de Meneses ficou na plena fruição de todas as estruturas imobiliárias ali existentes. Isso só aconteceu a partir de 1487, quando o conde de Vila Real tratou com Nicolau de Rás, testamenteiro de D. Beatriz Pereira († 1483) o fim das demandas judiciais mútuas que ambos tinham sobre a posse (segundo o conde) ou a compensação financeira (segundo o testamenteiro) de umas casas, acerca daqueles

¹⁹⁵ Sobre a doação de 1317, veja-se AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*: Gaveta 3, maço 1, n.º 7, por carta de 1 de Fevereiro. Publicada nos *Descobrimientos Portugueses...*, cit., vol. I, n.º 37, pp. 27-30. Encontramo-la também em D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., tomo I (livros I e II), n.º 10, pp. 120-125, mas erradamente datada de 01-02-1322 e inserta numa carta régia de 08-05-1433, deferida a pedido de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta. Sobre a doação de 1393, vejam-se as *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, cit., vol. II-2, n.º 763, pp. 86-87.

paços, que a “almiranta” – como passou a ser apelidada após a morte de Rui de Melo, seu marido – mandara construir e beneficiar, além de outros quesitos relativos a certas obrigações anteriormente contratadas entre ela e D. Pedro de Meneses. A questão ficou solucionada através da entrega de 80 000 reais que o conde de Vila Real fez ao executor testamental da defunta, pela posse das referidas casas ¹⁹⁶.

4.3. Os benefícios da Guerra Peninsular

A morte de Henrique IV de Castela, ocorrida em Dezembro de 1474, produziu o efeito imediato de envolver Portugal no bulício político que, desde há muito, se vivia no reino vizinho, mais particularmente, no governo daquele monarca. Segundo Damião de Góis, o testamento do rei castelhano, logo trazido às mãos do seu cunhado D. Afonso V, além de declarar e confirmar a princesa D. Joana como sua filha legítima e herdeira dos seus reinos, deprecava ainda ao soberano português que tomasse o governo dos mesmos e que fosse tutor daquela princesa, sua sobrinha, com quem deveria contrair casamento. O propósito de Henrique IV era claro: impedir que a sua meia-irmã Isabel e Fernando de Aragão, seu consorte, com quem havia desposado sem o beneplácito régio, pudessem suceder-lhe na Coroa de Castela. Se el-rei D. Afonso V teve dúvidas quanto à execução das últimas vontades de Henrique IV, a larguíssima maioria dos elementos do Conselho Régio, que mandou reunir para debater o assunto, tratou de dissipá-las e animaram-no a defender os direitos de D. Joana, apesar das poucas vozes dissonantes que o alertaram para os perigos de uma intromissão portuguesa na sucessão castelhana, situação que os já autoproclamados reis Isabel e Fernando não poderiam, obviamente, tolerar. Incitado pelos seus conselheiros e pela credibilidade do apoio político dos partidários da jovem princesa, em Castela, o rei português tratou de precaver a defesa militar dos seus limites fronteiriços, encarregou os grandes senhores nobres e prelados de constituírem os seus contingentes pessoais e ainda convocou Cortes para a cidade de Évora, onde, a coberto do intento de fazer reformas no governo e na administração do seu Reino, alcançou dos povos a concessão do financiamento necessário para suportar as despesas da guerra que queria efectuar no reino vizinho. Além de tudo isto, o rei de Portugal contava também com o apoio político de Luís XI, rei de França, a quem muito interessava a recuperação do condado do Rossilhão, então, integrado na Coroa de Aragão. O rei francês prometeu-

¹⁹⁶ Instrumento datado de 30-01-1487: AN/TT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 1, n.º 2. Publicado por José Mendes da Cunha SARAIVA, *Alguns Diplomas...*, cit., n.º 18, pp. 53-57.

-lhe não apenas uma ajuda militar que permitisse dividir as forças do casal Fernando e Isabel em duas frentes de combate, mas também um auxílio diplomático junto da Santa Sé, a fim de apressar o despacho do diploma que aprovasse o consórcio de D. Afonso V com D. Joana, dispensando-os do parentesco existente entre eles.

No final de Maio de 1475, D. Afonso V invadiu Castela e oficializou esponsais com a sua sobrinha D. Joana. A guerra acabaria com a assinatura do tratado de paz e dos acordos firmados na vila portuguesa de Alcáçovas (Setembro de 1479) ratificados pelos futuros *Reis Católicos* na cidade de Toledo (Março de 1480). Porém, o conflito já tinha ficado decidido em favor de Isabel e Fernando, desde Junho de 1476, quando D. Afonso V se retirou da contenda, voltando a Portugal com a marca da derrota infligida no seu exército, três meses antes, na batalha de Toro, embora o mesmo não tivesse aí sucedido com a hoste do príncipe D. João, seu filho. Num derradeiro esforço, o *Africano* viajou pessoalmente até França, onde tentou persuadir Luís XI a retomar-lhe o auxílio político e militar que tinham combinado. Mas, o rei francês, entretanto, chegado a tréguas com Fernando de Aragão e pouco crente no sucesso da empresa de D. Afonso V, foi adiando *sine die* os desejos deste último, até deixar de intervir nos negócios ibéricos, sobretudo, quando a eliminação política do seu vizinho Carlos, duque da Borgonha, se lhe afigurou muito mais apetecível. A batalha de Toro, ponto alto da Guerra Peninsular, não originou um vencedor claro, mas produziu uma derrota inequívoca das ambições afonsinas e uma vitória partilhada entre o príncipe D. João e o casal Isabel e Fernando, nos quais caiu a responsabilidade de firmar uma paz política que se desejaria duradoura ¹⁹⁷.

Segundo Jerónimo Zurita, o conde de Vila Real, juntamente com o príncipe D. João, o prior do Crato e o conde de Faro, foram os conselheiros que mais incitaram D. Afonso V a intervir militarmente em Castela e defender os direitos sucessórios da sua sobrinha D. Joana ¹⁹⁸. Diz-nos Rui de Pina, que el-rei “*levou consigo a flor da gente e armas do Reino*” ¹⁹⁹. Entre essa elite brasonada encontrava-se o experiente guerreiro D. Pedro de Meneses, acompanhado da gente que recrutara para o seu serviço e bem assim do monarca. O seu desempenho no decurso da invasão portuguesa em terras castelhanas

¹⁹⁷ Para aprofundamento desta sinopse geral, vejam-se: Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Relações Históricas...*, cit., pp. 103-140; Armindo de SOUSA, *As Cortes Medievais...*, cit., vol. I, pp. 403-407; Saul António GOMES, *D. Afonso V, o Africano*, cit., pp. 198-241; e Luís Adão da FONSECA, *D. João II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 35-59.

¹⁹⁸ Jerónimo ZURITA, *Anales de la Corona de Aragón*, tomo IV, Zaragoza (Colegio de San Vicente Ferrer), Juan de Lanaja y Quartanet (imp.), 1610, libro XIX, cap. 19, fl. 226 v.º.

¹⁹⁹ Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cit., cap. 182.

ecoa de forma discreta nos relatos de Rui de Pina e de Damião de Góis, mas não deixa de ser aludido. Sabe-se que combateu na ponte da cidade de Zamora, onde foi ferido por um tiro de espingarda, que só não lhe chegou a ser mortal devido ao uso de um ‘peito de ferro’, situação referida na *Oração* do doutor João Teixeira. Sabe-se também que teve a função da guarda e serviço da “rainha” D. Joana, já na cidade de Toro, cujo encargo não lhe permitiu participar directamente na batalha deflagrada no campo de Peleagonzalo, a par da dita cidade. Nessa tarefa, teve a companhia do duque de Guimarães, seu cunhado. O zelo de ambos chegou ao ponto de não abrirem as portas da cidade para dar refúgio ao desbaratado exército régio, senão quando tiveram notícia certa dos paradeiros de el-rei e do príncipe D. João. Antes da sua partida para Castela ou durante o período da invasão militar, o conde de Vila Real terá sido nomeado no cargo de fronteiro-mor da comarca da Beira, ocupação que Rui de Pina e Damião de Góis apenas nos denunciam aquando do encaminhamento da “rainha” D. Joana para a cidade da Guarda, portanto, já com D. Afonso V retornado a Portugal e focado na viagem que realizaria a França ²⁰⁰. A guerra entre castelhanos e portugueses prosseguiu com a ocorrência de várias escaramuças de parte a parte. Entre elas, conta-se o socorro militar que D. Pedro de Meneses deu a João Teixeira de Macedo, que estava incumbido de defender a localidade de Vilvestre, em Castela, cuja fortaleza se achava carecida de mantimentos e cercada pelos castelhanos. Nesse auxílio, bem-sucedido, o conde de Vila Real contou com a colaboração do conde de Marialva, como se percebe numa carta que o príncipe D. João enviou a D. Pedro de Meneses, na qual lhe ordenou que combinasse forças com D. Francisco Coutinho e sua gente, a fim de todos darem ajuda àquela fortaleza ²⁰¹. Supõe-se que este episódio tenha acontecido na transição do ano de 1476 para o ano de 1477 ²⁰².

²⁰⁰ Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cit., caps. 186, 189 e 193 e Damião de GÓIS, *Crónica do Príncipe D. João*, cit., caps. 68, 75, 80 e 88. Embora tenha uma data posterior, parece que D. Pedro de Meneses alcançou o cargo de fronteiro-mor da Beira e de Riba de Coa, por carta régia de 01-06-1477, que ainda existiria no século XVII, guardada no Cartório dos senhores da Casa de Vila Real: AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 1, n.º 12, p. 4.

²⁰¹ Cf. BP Évora, Códice CIII/2-26, fl. 33, BNP, Códice 1054, fls. 57 v.º-58 e *Oraçam que teve Ioam Teyxeira...*, cit., fls. [19-19 v.º].

²⁰² Nesta altura, o conde de Marialva já tinha abandonado a cidade de Toro, rendida às forças de Isabel de Castela, correndo o mês de Outubro de 1476, como nos conta Jerónimo ZURITA, *Anales...*, cit., tomo IV, libro XIX, cap. 58, fl. 266 v.º. A carta do príncipe D. João endereçada ao conde de Vila Real, transcrita no Códice 1054 da BNP, citada na nota anterior, oferece-nos apenas o dado cronológico de ter sido datada no mês de Novembro, que, com muita probabilidade, pode ser inferida para o ano de 1476. A fortaleza de Vilvestre deve ter permanecido sob controlo português nos dois anos seguintes, situação que se deduz por uma carta de quitação outorgada a João Teixeira de Macedo, desobrigando-o da quantia de 1 conto e 42 715 reais que ele arrecadara pelas rendas e direitos régios colectados durante o biénio 1477-78 na comarca de Trás-os-Montes para satisfazer o abastecimento da referida fortaleza: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 26, fl. 96 v.º e *Além Douro*, livro 3, fls. 233-233 v.º, por diploma de 05-10-1479.

Mais uma vez, o elemento da guerra mostrou-se fundamental para aumentar os interesses senhoriais do conde vila-realense. Pouco tempo antes da partida para Castela, D. Pedro de Meneses conseguiu de el-rei a formalização do contrato de venda dos bens régios da vila de Leiria e a confirmação do seu contrato de casamento, sobre cujas cartas já nos referimos anteriormente, num claro objectivo de validar as prerrogativas vitalícias e sucessórias vertidas nos dois diplomas. Durante a campanha militar, alcançaria outros benefícios de juro e herdade, entre os quais, a importante doação dos paços do Carmo, mais o seu bairro anexo, sobre a qual também já fizemos a devida menção. Salienta-se ainda a mercê, pela qual D. Afonso V foi servido determinar que os mantimentos de pão rateados nos 85 moios de trigo e nos 9 moios de cevada que D. Pedro de Meneses e os seus herdeiros estavam obrigados a entregar para as ofertas e tenças que el-rei dispusera no mosteiro de Santa Maria da Vitória, em favor dos oficiais e pessoas que as auferiam, ficassem livremente na posse do conde vila-realense e dos seus sucessores, após a morte de tais oficiais e pessoas ²⁰³. Por outro lado, apesar de o conde de Vila Real nunca ter fruído dela, conta-se também a doação vitalícia e hereditária dos condados castelhanos de Gijón e Noreña, com a restituição de ambos os títulos e de todas as suas vilas, terras, jurisdições, rendas e demais direitos, em sucessão ao seu avô paterno D. Afonso, filho natural de Henrique II de Castela ²⁰⁴. Naturalmente, esta doação ostenta um significado projectado na dimensão da memória familiar, mas, numa análise mais objectiva, revela uma prática habitual a que os reis recorriam quando actuavam em guerras de conquista, domínio e sujeição territorial, ou seja, o exercício de doar a coisa alheia para cativar o serviço e fidelidade da pessoa a quem era doada. E do outro lado da contenda, o espírito não foi muito distinto. Assim se verificou com a doação vitalícia e hereditária da vila e senhorio de Almeida, então, pertencente ao conde de Vila Real, que o rei Fernando de Aragão fez a Rodrigo Cortés, vizinho da cidade de Ávila ²⁰⁵.

As doações e os privilégios concedidos a D. Pedro de Meneses não ficaram por aqui. Depois de deixar a “rainha” D. Joana na cidade da Guarda, o conde de Vila Real pôs-se no encalço de D. Afonso V, que seguira para a cidade do Porto, donde pretendia

²⁰³ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 6, fl. 127 v.º e *Místicos*, livro 3, fls. 13 v.º-14, por carta que inferimos datar de 19-11-1475, dada na cidade castelhana de Zamora. Inferimos, porque os dois registos mencionados apresentam erroneamente a data de 19-11-1476, altura em que o monarca se achava em itinerância pelo Reino de França. Veja-se ainda AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 198, fls. 65-66, onde se exhibe a data inferida. Publicada por Manuel HELENO, *Antiguidades...*, cit., n.º 9, pp. 53-54.

²⁰⁴ BA, Códice 46-IX-13, pp. 103-107, por carta datada de 18-02-1476, dada na cidade de Toro. Publicada por Mafalda de Noronha WAGNER, *A Casa de Vila Real...*, cit., pp. 397-398.

²⁰⁵ *Documentos referentes...*, cit., vol. I, n.º 21, pp. 78-82, por carta de 10-05-1475.

rumar a França, pela via do mar atlântico, em direcção à Bretanha. Na cidade portuense, o *Africano* doou-lhe de juro e herdade as vilas transmontanas de Freixiel e de Abreiro e seus termos, com todas as jurisdições, rendas, direitos, padroados de igrejas, etc., salvo correição, apelação, alçada e as sisas gerais pagas por judeus e mouros, tudo reservado à Coroa ²⁰⁶. Por outro lado, atendeu-o ainda nas queixas que ele lhe relatara no sentido de revogar os privilégios dos moradores das comarcas de Além Douro que, em geral ou em particular, se achavam isentos de pagarem o imposto dos “10 reais de Ceuta” ²⁰⁷. Desde que el-rei lhe subtraíra as rendas da ‘governança’ da cidade de Ceuta para destiná-las à sustentação das praças de Tânger e de Arzila, a colecta daquele tributo tornara-se muito importante para suportar os gastos que a Casa de Vila Real fazia na capitania ceutense. Depreende-se que as queixas de D. Pedro de Meneses quanto ao excesso de isenções se devessem ao facto de a cobrança do imposto não estar a reunir as receitas previstas ou apetecidas. Ainda na cidade do Porto, D. Afonso V concedeu ao 3.º conde de Vila Real uma tença anual de 25 000 reais, a usufruir desde o ano de 1476, em diante, à custa da renda das sisas da vila de Leiria, mas somente até ao tempo em que tal tença viesse a ser comutada pela vaga de uma qualquer alcaidaria-mor, com seu castelo, rendas e direitos, que, então, mais agradasse ao referido conde ²⁰⁸.

A viagem régia para França não se fez pelo Atlântico, como planeado, mas pelo Mediterrâneo, partindo de Lisboa, evitando-se assim um encontro fortuito com as frotas castelhanas da Galiza ou da Biscaia. O tempo do itinerário que levou D. Afonso V da cidade do Porto até Lisboa foi bem utilizado pelo conde de Vila Real para obter novas concessões. Entre estas, conta-se a mercê de o seu filho maior, quando lhe sucedesse na casa e estado senhoriais, desfrutar todos os privilégios, liberdades e franquias que o dito conde já usufruía por outras cartas e alvarás do género outorgados pelo monarca ²⁰⁹. No

²⁰⁶ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 6, fl. 127 v.º, por carta de 24-07-1476.

²⁰⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 7, fls. 11-11 v.º e *Místicos*, livro 3, fls. 17 v.º-18, por carta de 24-07-1476, dirigida a João de Matos, contador do referido imposto naquelas comarcas.

²⁰⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 6, fl. 128 e *Místicos*, livro 3, fls. 14-14 v.º, por carta de 03-08-1476. Segunda referência publicada por Saul António GOMES, *Introdução à História...*, cit., n.º 244, p. 346. A tença foi atribuída em pagamento e satisfação da renúncia da renda das jugadas do pão e do relego da vila de Penela que D. Pedro de Meneses fez nas mãos de D. Afonso V, que lhe tinha doado antes. O rei requereu-lha de volta para doá-la a D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, 1.º conde de Penela, que, por sua vez, trazia demanda com o conde de Vila Real, seu primo, sobre a posse da referida renda. O documento informa-nos ainda que D. Afonso V iria satisfazer a renúncia do conde vila-realense através da outorga do Rabaçal, atestando a doação que deste lugar lhe fizera D. Pedro, filho do Infante D. Pedro, muito certamente, em gratidão pelos recursos humanos e financeiros que D. Pedro de Meneses lhe facultou, por alturas da sua ida para Aragão, cuja Coroa aceitara, por pedido dos regedores da cidade de Barcelona. No entanto, D. Afonso V doou o lugar do Rabaçal ao príncipe D. João, seu filho.

²⁰⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 7, fl. 39 v.º, por carta de 21-08-1476.

propósito de aumentar as suas prerrogativas na vila de Leiria, D. Pedro de Meneses foi beneficiado, quando ali residisse, com o direito de aposentar toda a gente da sua casa na judiaria local ²¹⁰, alcançando ainda o privilégio vitalício de nomear o corregedor e o seu respectivo escrivão assistente, mais a mercê de prover todos os ofícios que na dita vila e termo estivessem vagos, salvo o ofício de monteiro-mor e os ofícios tocantes à Fazenda, reservados à Coroa ²¹¹. Por fim, igualmente na forma vitalícia, D. Afonso V outorgou ao conde vila-realense a portagem da vila de Tavira, da qual passaria a receber desde 1477, em diante, a receita de todos os direitos reais, propriedades, foros e tributos que a Coroa ali arrendava, exceptuando-se somente os que respeitavam à dízima nova do pescado, às sisas e à alfândega ²¹².

5. Um novo reinado, um novo marquês

5.1. O tempo de D. João, príncipe herdeiro e rei

Além de errante e infrutífera, a viagem que D. Afonso V efectuou em França foi muito dispendiosa para o tesouro real ²¹³. Enquanto por lá andou, nunca deixou de estar bem informado sobre as incidências políticas em Portugal, graças à correspondência que ia trocando com o Reino, sobretudo, com o herdeiro da Coroa ²¹⁴. Neste âmbito, importa notar a carta que el-rei expediu de Paris para D. Pedro de Meneses, na qual, entre outros assuntos, lhe agradeceu a intenção de querer emprestar-lhe certa soma de dinheiro para suportar os custos da viagem, pedindo, todavia, que optasse por gastar a sua fazenda ao serviço do príncipe D. João ²¹⁵, a quem o *Africano* deixara a regência do Reino, nos fins de Agosto de 1476, antes de partir para o território francês.

Uma vez cometido na acção governativa, por decisão repentina do pai, D. João recebeu nas mãos o fardo de prosseguir a guerra contra Castela, para a qual precisava de auxílio financeiro para sustentar as despesas militares daí decorrentes. A solução passou

²¹⁰ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 7, fl. 39 v.º, por carta de 11-08-1476.

²¹¹ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 7, fl. 97 e *Místicos*, livro 3, fls. 214-214 v.º, por carta de 26-08-1476. Primeira referência publicada por Saul António GOMES, *Introdução à História...*, cit., n.º 246, p. 347.

²¹² AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 7, fl. 39 v.º, por carta de 16-08-1476.

²¹³ Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Relações Históricas...*, cit., p. 138.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 131.

²¹⁵ Carta datada de 07-01-1477, já citada, *supra*, nota 51.

pela concessão de dois pedidos nas Cortes realizadas na vila de Montemor-o-Novo, em Janeiro de 1477, mas depressa se percebeu que o dinheiro aí subsidiado não iria chegar, pois, além da questão militar, também urgia a necessidade de acudir à exaurida fazenda régia, situação que exigiria nova subvenção aceite e financiada pelos povos. Depois de tomar conselhos sobre este assunto, o príncipe regente, sempre a coberto da anuência da figura paterna, itinerante em França, convocou os três estados para serem presentes na vila de Santarém, em Setembro de 1477, numa nova assembleia de Cortes. Sabe-se que D. João, num juízo útil de apressar o desfecho dos trabalhos desta reunião parlamentar, pretendeu agilizar o processo decisório, encarregando-o num universo restrito de cinco sujeitos, os chamados *determinadores*, escolhidos em cada um dos três estados, que, em debate com dois indivíduos eleitos pelo príncipe, iriam determinar as resoluções finais do principal objecto agendado: obter mais dinheiro.

A nobreza duvidou e não gostou desta ideia de apreciar decisões e consensos em paridade com o povo, alegando não só a falta de costume do procedimento proposto por D. João como também o risco de conflitos dentro do grupo nobiliárquico, no tocante à eleição de uns nobres em detrimento de outros para a função de *determinadores*. Crê-se que o clero não teve uma opinião muito diferente e que o povo, pelo contrário, se ajeitou à proposta inovadora do príncipe, por lhe permitir que o assunto do esforço contributivo para a revitalização do erário régio se fizesse, num mesmo patamar, com os dois grupos sociais mais privilegiados, evitando que o grau dos encargos que, certamente, iria recair essencialmente nos povos, fosse mais diminuto e nunca exclusivo. Foi para se eximirem a uma quota contributiva além daquela que o seu estatuto social admitia e para travarem as pretensões do povo que a nobreza e a clerezia expressaram argumentos defensivos e evasivos relativamente à proposição unanimista de entendimentos desejada por D. João, que não teve outra opção senão abdicar dela. As exigências financeiras acabaram por ser repartidas entre os três estados, mas, noutras Cortes, feitas em Lisboa, por volta de Abril de 1478, retomando o modelo tradicional das reuniões e já com o dedo concertador de D. Afonso V, entretanto, regressado de França, desde Novembro de 1477 ²¹⁶.

Teria o príncipe D. João levado as suas propostas avante, nas segundas Cortes de 1477, achando-se na condição de rei? De facto, D. Afonso V instruíra-o no sentido de se alçar ao trono e ele assim o fez, durando ainda a reunião parlamentar de Santarém, em 10 de Novembro de 1477, diante de muitos prelados e senhores do Reino, entre eles, o

²¹⁶ Sobre tudo isto, vide Armindo de SOUSA, *As Cortes Medievais...*, cit., vol. I, pp. 408-420.

conde de Vila Real ²¹⁷. Sugere-nos Manuela Mendonça que o facto de D. Afonso V ter voltado a Portugal poucos dias após o levantamento de D. João, que logo lhe devolveu o poder real, foi a principal causa que impediu o príncipe de retomar e impor aos nobres as suas propostas ²¹⁸. Não nos parece, pois, D. João já tivera que ceder perante as razões articuladas pela nobreza e necessitava do seu apoio para a unanimidade apetecida. Além disso, convocara as Cortes de Santarém na qualidade de regente. Como bem assinalou Armindo de Sousa, ser regente, como D. João era, detendo um poder delegado pelo pai, sendo este ainda o legítimo soberano, oferecia-lhe limites para alterar os estilos em uso, sem atingir o estatuto social dos grupos mais privilegiados ²¹⁹. Por isso, não lhe conveio insistir e teve que esperar pelo seu momento, supondo-se que as contrariedades sofridas terão servido, pelo menos, para começar a idear o paradigma governativo que revelaria no início do seu reinado, mais precisamente, nas Cortes que mandou reunir na cidade de Évora, em Novembro de 1481. Tornaremos a elas mais adiante, pois, nessa reunião, D. João passou a dispor de algo que não tivera nem pudera ter na assembleia de Santarém, ocorrida quatro anos antes, ou seja, a autoridade régia.

É difícil definir que ilações para o tempo futuro foram retiradas pela nobreza na segunda reunião parlamentar de 1477. Decerto, os nobres perceberam que o mecanismo de representatividade proposto por D. João, mais que uma vontade de afirmação política do próprio, tinha a intenção séria de corrigir rapidamente as dificuldades de equilíbrio financeiro e de reorganização militar que o Reino atravessava, mas, ao invés, preferiram defender os interesses, privilégios e estatutos do seu grupo social, acabando por frustrar o sentido pragmático que o príncipe pretendia para a resolução daqueles assuntos. Se alguns nobres anteciparam na frustração de D. João a reserva de um ajuste de contas no futuro, ignoramos. Cremos que nem D. João terá meditado tal possibilidade, pois, se por um lado, as questões adiadas na assembleia escalabitana de 1477 ficaram imediatamente resolvidas nas Cortes de 1478, a contento geral dos três estados do Reino, por outro, era necessário terminar a guerra com Castela. Foi na solução deste problema que o príncipe D. João passou a dedicar os seus esforços. É certo que D. Pedro de Meneses, depois da reunião parlamentar de 1478, requereu a confirmação das suas prerrogativas senhoriais, entre as quais, a mercê para o seu filho maior, logo que lhe sucedesse, fruir de todas as

²¹⁷ Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cit., cap. 17, Damião de GÓIS, *Crónica do Príncipe D. João*, cit., cap. 97 e Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cit., cap. 202.

²¹⁸ Manuela MENDONÇA, *D. João II*, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1995, pp. 140-141.

²¹⁹ Armindo de SOUSA, *As Cortes Medievais...*, cit., vol. I, p. 414.

regalias, liberdades e franquias que ele, conde de Vila Real, tinha por diplomática régia outorgada para o efeito ²²⁰, assim como o privilégio da correição nas suas terras ser feita pelo seu ouvidor ²²¹. Um pouco antes, também o seu cunhado D. Fernando, 1.º duque de Guimarães, solicitara que nele e no seu filho primogénito fossem confirmados todos os privilégios e graças especiais averbados em cartas e alvarás régios do género concedidos à Casa de Bragança ²²². Em 1479, o conde vila-realense ainda pediu o traslado conjunto da documentação relativa ao seu privilégio de correição senhorial ²²³. Porém, persiste a incerteza de saber se estes pedidos de ratificação documental se deveram a um simples acto de rotina exercido pelos grandes donatários nobres do Reino ²²⁴, a fim de abonarem a contínua revalidação dos seus privilégios senhoriais ou, pelo contrário, se deveram a uma acção preventiva destinada a condicionar as ideias políticas e governativas (então, impossíveis de adivinhar e, quanto muito, em estado prematuro) que o príncipe D. João implementaria no seu futuro reinado.

A nobreza bem sabia que, apesar de D. Afonso V ainda ser o rei, era o príncipe D. João quem conduzia a governação do Reino, tanto mais que lhe coube um papel de relevo na fixação da paz política com Castela, iniciada no primeiro semestre de 1479. Neste tempo, foi importante a acção mediadora da Infanta D. Beatriz, sua sogra, não só pelos laços familiares que a ligavam aos soberanos das duas Coroas desavindas (e que fizeram desencadear o processo) mas também pelo estatuto de terçadora que depois lhe foi confiado, a bem da execução zelosa dos tratados subscritos na vila de Alcáçovas, em Setembro de 1479 ²²⁵. A principal substância dos acordos assinados é bem sabida: o fim

²²⁰ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte III, maço 2, n.º 18, [fls. 2-3 v.º,] onde consta o traslado de uma carta testemunhável de 12-05-1478, que atestou a carta de 21-08-1476, já citada, *supra*, nota 209.

²²¹ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 41, fls. 96 v.º-97 e *Místicos*, livro 4, fls. 74-75, onde consta um alvará régio de 15-05-1478, inserto numa confirmação régia de 20-05-1499, que roborava outras do género, mandando que a correição se fizesse não apenas nas terras do conde vila-realense, como já detinha por carta régia de 14-09-1462, mas também em todas as suas vilas, rendas e direitos e que tudo assim se verificasse sem embargo de quaisquer capítulos de Cortes dados em sentido contrário, situação que não fora contemplada na dita carta de 1462, por defeito de escrivão.

²²² AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 32, fl. 135, por carta de 19-01-1478.

²²³ Alcançado através de uma carta de mercê régia de 9 de Março, contendo os dois diplomas de 14-09-1462 e de 15-05-1478, já citados, *supra*, nota 221.

²²⁴ Embora não achemos documentos dos anos de 1478-1479 para donatários como a Infanta D. Beatriz e o duque de Viseu, seu filho, ou o marquês de Montemor-o-Novo, o conde de Faro e D. Álvaro, irmãos do duque de Guimarães (depois, duque de Bragança) sabe-se que todos eles também usufruíam do privilégio da correição senhorial.

²²⁵ A mediação da Infanta D. Beatriz não foi casual. Como notou João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I (1469-1521)...*, *cit.*, pp. 44-48, D. Beatriz teve a iniciativa secreta de negociar pessoalmente as pazes com Isabel de Castela, sua sobrinha, com quem acordou o reconhecimento da sua realeza sobre a Coroa Castelhana, em troca do reconhecimento da hegemonia marítima portuguesa no mar Atlântico, que, por arrasto, representava e garantia a protecção dos interesses senhoriais da casa ducal de Viseu.

do conflito luso-castelhano, mediante uma aliança matrimonial entre os jovens príncipes Afonso de Portugal e Isabel de Castela, postos em terçaria na vila de Moura, ao cuidado neutral da Infanta D. Beatriz ²²⁶.

Tornou-se óbvio que D. Afonso V entrara no seu crepúsculo governativo. O seu cronista faz-nos crer que os termos da paz ajustada entre Portugal e Castela estamparam no monarca um sentimento de profunda melancolia, acentuada pela profissão religiosa a que a “rainha” D. Joana foi forçada a ingressar ²²⁷. Porém, parece que a tristeza de el-rei adveio mais de uma análise autocrítica e da percepção real dos recentes fracassos da sua acção política, militar e diplomática, quer em Castela, quer em França. A compreensão dessa realidade terá sido tão marcante que nem as vitórias militares no Norte de África o ajudaram a contrabalançar os seus falhanços, pelo que, abdicar em favor do príncipe D. João pareceu-lhe ser, então, a melhor opção para os destinos políticos do Reino, a qual pretendeu concretizar numa nova reunião de Cortes, agendada para os finais de 1481, na vila de Estremoz. Todavia, não viveria o suficiente para cumprir esse desejo, pois, finou na vila de Sintra, em 28 de Agosto do mesmo ano, vitimado de febre aguda ²²⁸. Falecera o rei que tanto beneficiara nobres e fidalgos, entre os quais, D. Pedro de Meneses, cuja pessoa e património senhorial foram muito favorecidos e acrescentados pelo *Africano*, durante o seu reinado. O conde de Vila Real terá estado entre os principais senhores do Reino que assistiram ao saimento régio, efectuado em Setembro, no mosteiro de Santa Maria da Vitória. Depois desta solenidade, D. João II determinou a realização de Cortes, marcando-as para o início de Novembro, na cidade de Évora ²²⁹.

Sabe-se que as Cortes de 1481, prolongadas no ano seguinte, se distinguiram das demais pelo seu significado político e simbólico, sobretudo, no tocante à intenção régia de dotar o evento parlamentar de um cerimonial próprio, idealmente perpétuo, aquando da inauguração de um novo reinado (ou, no mesmo, se as circunstâncias o exigissem) a que deveria subjazer o carácter e o âmbito dos juramentos prestados, quais eles fossem. Estes aspectos já foram suficientemente analisados noutro lugar, pelo que nos abstermos

²²⁶ Sobre este assunto das pazes, além da síntese dada por Paulo Drumond BRAGA, *O Príncipe D. Afonso, filho de D. João II: uma vida entre a guerra e a paz*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 35-40, vejam-se também Saul António GOMES, *D. Afonso V, o Africano*, cit., pp. 229-241 e João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I (1469-1521)...*, cit., pp. 51-54.

²²⁷ Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cit., cap. 208. De resto, sabe-se que o tempo de efectiva clausura conventual de D. Joana foi muito efémero: vide Paulo Drumond BRAGA, *O Príncipe D. Afonso...*, cit., pp. 40-41.

²²⁸ Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cit., cap. 212.

²²⁹ Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cit., cap. 23.

de repeti-los ²³⁰. Finalmente rei, D. João II fez questão de afirmar-se pela autoridade que a sua função lhe conferia, utilizando o espaço institucional das Cortes para formalizar o reconhecimento inegável da sua realeza, como bem expressam os teores das fórmulas de recebimento e de homenagem que cada pessoa da nobreza, do clero e do povo, em seu nome e em representação dos seus pares, consoante o seu estado e condição social, foi intimada a proferir, “*em sinal de obediência, sujeição e senhorio*” ²³¹. Esta subordinação assim expressada nos juramentos por todos os vassallos diante de D. João II, aceitando-o fielmente como seu ‘rei verdadeiro e senhor natural’, representou entre os nobres um grande motivo de escândalo, assim como foi a obrigação de deporem condicionalmente nas mãos do monarca, para subsequente restituição, todos os castelos, fortalezas, tenças, mercês e graças que el-rei D. Afonso V lhes concedera a título de préstimo. No entanto, o problema que lhes provocou maior melindre residiu na exigência régia de devolverem igualmente as “*outras coisas*” – leia-se aqui, as doações e privilégios especiais cedidos a título de juro e herdade – que, por costume e direito, no início de cada novo reinado, eram apresentadas ao rei para uma confirmação imediata no Desembargo Régio, hábito que D. João II decidiu modificar, impondo a averiguação dos seus conteúdos antes de serem ratificados.

Percebe-se que el-rei D. João II se socorreu da sua autoridade para manifestar a vontade de bulir nas prerrogativas senhoriais fruídas pelos nobres, pretendendo saber, através da correição régia, se a acção jurisdicional que a Coroa lhes cedera nas terras doadas estaria a ser bem ou mal exercida pelos seus oficiais ²³². Naturalmente, a reacção dos principais donatários perante a entrada de corregedores régios nas suas terras foi de enorme insatisfação. O melhor testemunho desse desagrado lê-se na carta que a Infanta D. Beatriz dirigiu ao genro, na qual lhe sugeriu o abandono da medida, tão prejudicial à honra daqueles senhores que desfrutavam do privilégio da correição senhorial, cujo bom uso lhes permitia servir bem a Deus, ao seu rei e ao povo, que assim era contentado e mantido em justiça, lembrando-lhe ainda que tal regalia lhes fora cedida em recompensa da sua condição nobre e de diversos serviços prestados à Coroa, sobretudo, nas guerras

²³⁰ Rita Costa GOMES, «As Cortes de 1481-1482» in *O Tempo de Vasco da Gama*, dir. Diogo Ramada Curto, [Lisboa,] Difel, 1998, pp. 248-255.

²³¹ Cf. AN/TT, *Cortes*, maço 3, n.º 1, por escritura de 12-11-1481 e Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos (1438-1489) (...)*, com introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, Lisboa, INCM, 1984, pp. 119-127.

²³² Não foi um acaso os dois primeiros capítulos gerais da Justiça serem determinações relativas às jurisdições senhoriais: AN/TT, *Cortes*, maço 3, n.º 5, fls. 1 v.º-2 v.º, por diploma publicado em Abril de 1482, na vila de Viana [do Alentejo], lugar onde encerraram as Cortes.

passadas onde interviera D. Afonso V, monarca que, quando requerido noutras reuniões de Cortes para aplicar a mesma medida, resolvera exceptuá-los e assim distingui-los de outros fidalgos, a quem tirou tamanho privilégio ²³³. A resposta de D. João II à carta da sua sogra foi firme quanto à intenção de avançar com a medida, alegando ainda que a sua implementação fora uma vontade expressa pelo seu pai, pouco antes de falecer ²³⁴. É verdade que o rei refreou os seus propósitos, ordenando aos corregedores das diferentes comarcas para não usarem do seu ofício nas terras, vilas e lugares da Infanta D. Beatriz, do duque de Viseu, do duque de Bragança, do marquês de Montemor-o-Novo, do conde de Faro, de D. Álvaro e do conde de Vila Real, em virtude das cartas de privilégios que então mostraram nas Cortes para estorvar a correição régia nos seus senhorios. Refreou, mas não recuou, pois, a sua ordem também informava que, apesar de tais privilégios, haveria de encarregar desembargadores letrados e bem entendidos para se deslocarem às terras daqueles grandes donatários e aí sindicarem e emendarem tudo o lhes parecesse conveniente, a bem do direito e justiça do povo súbdito ²³⁵.

Parece que D. Pedro de Meneses não marcou presença nas Cortes de 1481, em Évora. Assim o deduzimos, pelo facto de a sua opinião não constar na ‘acta’ da reunião do Conselho Régio, ocorrida antes da abertura solene daquela assembleia parlamentar, a fim de oferecer pareceres sobre a execução das vontades testamentárias de D. Afonso V, sobretudo, no tocante às dívidas legadas pelo seu reinado ²³⁶. Quem esteve sim e, muito provavelmente, como seu procurador, para solicitar a confirmação dos privilégios e das doações relativas à casa senhorial vila-realense foi D. Fernando, seu primogénito, então, com cerca de 18 anos de idade. Conquanto representasse o seu pai, não jurou por ele no acto de recebimento e homenagem prestado a el-rei D. João II. Esse encargo coube a D. Afonso, conde de Faro, que, graças à sua precedência nobiliárquica, fez o juramento em nome de todos os condes do Reino. No entanto, o estatuto sociopolítico de D. Fernando levou-o a jurar no acto, por si e por todos os fidalgos, cavaleiros e escudeiros, acabando mesmo por ser uma das testemunhas signatárias do respectivo diploma ²³⁷.

Depois de encerradas as Cortes, na vila de Viana do Alentejo, em Abril de 1482, os tempos seguintes foram demasiado perturbadores para o início de um reinado que D.

²³³ Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos...*, cit., pp. 284-286.

²³⁴ *Ibidem*, pp. 287-290.

²³⁵ Cf. *ibidem*, pp. 166-167 e o fl. 2 do diploma já citado, *supra*, nota 232.

²³⁶ Novamente, Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos...*, cit., pp. 75-78.

²³⁷ Vejam-se as fontes mencionadas, *supra*, nota 231. Sobre as precedências do conde de Faro, releia-se o excerto textual reproduzido, *supra*, citado com a nota 70.

João II teria desejado que fosse excelente. Um processo de contornos probatórios muito rebuscados levou à prisão de D. Fernando, 3.º duque de Bragança, julgado na pena de morte e perda de todos os bens, em 20 de Junho de 1483, por conspirar contra a vida do monarca e a política do Reino ²³⁸. A justiça régia atingiu igualmente os irmãos do duque brigantino que, por saberem ou estarem envolvidos na pretensa conspiração, acabaram todos expatriados, por acção própria, como fizeram o marquês de Montemor-o-Novo e o conde de Faro (depois, finados em Castela) ou por ordem régia, no caso de D. Álvaro, o único que ainda voltaria a Portugal, mas só no reinado de D. Manuel I ²³⁹. A decapitação do 3.º duque de Bragança causou uma sensação muito negativa no seio da comunidade política do Reino e produziu uma segunda conjura no ano seguinte, desta vez, bem mais real que a anterior. Nesta nova intriga, a justiça régia respondeu de forma impiedosa a alguns dos seus maquinadores, sobretudo, D. Diogo, duque de Viseu, que, por assumir a liderança da trama, acabou morto às punhaladas pelo próprio rei ²⁴⁰.

Passada pouco menos de uma década sobre estes eventos, D. João II dirigiu uma súplica ao papa Alexandre VI, rogando-lhe o perdão dos crimes que levaram à prisão e à morte de 80 homens, entre os quais, os dois duques atrás indicados, o bispo de Évora e outros fidalgos e cavaleiros, que indevidamente mandara matar, confessando ainda que a sua justiça fora movida pela ira e pelo medo que sentira, tendo recorrido ao forjamento de provas e ao suborno e coacção de testemunhas para condenar todos os que haviam participado nas duas conjuras ²⁴¹. Na mesma súplica, o rei também explicava os motivos da sua conduta, argumentando que tudo começara na intenção de averiguar o direito e a justeza de todo o património doado pela Coroa, propósito a que o duque de Bragança se opôs, por entender que tal acção constituía um forte agravo a todo o grupo da nobreza, pois, afirmava que a manifestação do poder de um rei não era mais que a força conjunta de todos os seus fidalgos. Por seu turno, D. João II sentia que a sua autoridade provinha da sua condição de rei e que, com direito ou sem ele, actuaria conforme os interesses da Coroa, como já antes fizera nas Cortes de 1481, quando exigiu aos nobres a deposição condicional de todas as doações e privilégios concedidos, a fim de lhes tornar a doar,

²³⁸ Vide Anselmo Braamcamp FREIRE, «As conspirações no reinado de D. João II» in *Archivo Historico Portuguez*, 2.ª ed., vol. I, [Santarém,] Câmara Municipal, 2001, pp. 393-397.

²³⁹ Sentenças publicadas por Anselmo Braamcamp FREIRE «As conspirações...», *cit.*, vol. I, pp. 442-444 e vol. II, pp. 68-71 e 273-276. Sobre os destinos destes três nobres, vide D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, *cit.*, tomo V – livro VI, pp. 107-108, tomo IX – livro VIII, pp. 108-109 e tomo X – livro IX, pp. 10-21.

²⁴⁰ Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, *cit.*, caps. 52-54.

²⁴¹ D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, *cit.*, tomo III (parte II), n.º 87, pp. 413-419.

segundo sua mercê. Como assinalou Luís Adão da Fonseca, o pomo de discórdia entre o rei e a nobreza estava na visão diferenciada relativamente ao exercício da monarquia: na perspectiva de D. João II, um rei com autonomia e munido de poder subordinante sobre a vida social e política do Reino; na óptica dos nobres, um rei situado no mesmo círculo sociológico, onde todos se auxiliavam mutuamente num intercâmbio de recompensas e favores, reconhecendo-lhe apenas o simbólico papel de *primus inter pares* ²⁴².

Por ser o mais prestigiado nobre do Reino, quer nos títulos, quer no património senhorial, foi o duque D. Fernando que arcou as despesas do confronto com D. João II, cujo resultado determinou a sua eliminação física e, sequentemente, a perseguição aos seus irmãos e o confisco dos bens de todos eles. O rei não teria o objectivo de aniquilar a Casa de Bragança e, por arrasto, as casas geridas pelos irmãos de D. Fernando, mas também é verdade que a pretensa conjura imputada ao duque brigantino lhe deu motivo e ocasião para isso. Como notou Mafalda Soares da Cunha, o problema terá residido na dificuldade de D. João II aceitar a concorrência da família Bragança nalgumas áreas de exercício efectivo do poder político, sobretudo, ao nível da administração da justiça, nas muitas terras que a dita família senhoreava, por especial regalia ²⁴³. De resto, atendendo à localização, dimensão espacial e ocupação humana dos senhorios detidos pelo duque de Bragança e pelos seus irmãos, sabe-se que a fruição de direitos jurisdicionais era uma das fontes mais privilegiadas para a captação e para a fidelização de clientelas, mesmo no âmbito militar das alcaidarias que tinham, situação que dotava à casa brigantina e às suas orbitárias um poder senhorial bastante competitivo em relação à Casa Real ²⁴⁴. Se o monarca teve verdadeiros receios desse poder, ignoramos, embora se possam admitir. É numa carta de D. Álvaro, dirigida ao rei, que podemos achar alguns motivos indutores a tal ideia. Nessa carta, o mais novo dos Bragança acusava D. João II de exercer pressões para abdicar da vila de Torres Novas, por estar próxima de outras do duque brigantino (Ourém e Porto de Mós) – “*e vos temíeis de nós*”, como então lhe escreveu. Também o culpava de fazer tudo para não aceder à herança do condado de Olivença, através do seu matrimónio com D. Filipa de Melo, cujo enlace o monarca quisera impedir, ainda sendo príncipe, mas sem êxito. Depois, já reinando, procurou arranjar um novo casamento ao

²⁴² Luís Adão da FONSECA, *D. João II, cit.*, pp. 64 e 80.

²⁴³ Mafalda Soares da CUNHA, *Linhagem, Parentesco e Poder...*, cit., p. 170. De resto, sobre a administração da justiça que era feita nos senhorios nobres, numa carta enviada a D. João II, o exilado D. Álvaro não teve pudor em declarar-lhe que ela era melhor exercida nas terras dos donatários da Coroa que nas terras onde entravam os corregedores do rei: D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., tomo V (parte II), n.º 5, pp. 135-144.

²⁴⁴ Mafalda Soares da CUNHA, *Linhagem, Parentesco e Poder...*, cit., pp. 99-110.

conde D. Rodrigo de Melo, estando este viúvo, na esperança de ele obter uma sucessão varonil, que não tinha, mas, que pudesse herdar aquele condado em vez de D. Filipa ²⁴⁵. Estes expedientes, entre outros, terão sido objectivamente tentados por D. João II para limitar o crescimento material da família brigantina ²⁴⁶, reduzindo-lhe as possibilidades de intensificação do seu poder senhorial.

Em função dos resultados suscitados pelas determinações das Cortes de 1481 e bem assim de todo o enredo sucedido até ao infausto desfecho sofrido pelo 3.º duque de Bragança, não estranhámos a falta de notícias alusivas ao conde de Vila Real nas fontes cronísticas e diplomáticas. Nas páginas anteriores, assinalámo-lo supostamente ausente daquela assembleia parlamentar. Só voltamos a encontrá-lo num testemunho datado de Maio de 1483, quando recebeu, juntamente com D. João Galvão, arcebispo de Braga, as instruções e o poder procuratório de D. João II, com o objecto de ambos deslocarem-se à vila de Moura e fazerem, em nome do monarca, o acolhimento do príncipe D. Afonso, que ali se encontrava em terçaria, à guarda da Infanta D. Beatriz, a quem deveriam dar quitação de todas as obrigações de terçadora que lhe haviam sido confiadas. Deveriam também reunir-se com o mordomo-mor D. Pedro de Noronha e o doutor João Teixeira, outrossim enviados como procuradores, com os quais tratariam tudo o que fosse preciso para despachar a dissolução das terçarias e trazerem o príncipe D. Afonso à corte de el-rei ²⁴⁷, que iria estanciar em Évora. Entretanto, D. João II aproveitou o tempo de espera para preparar a sua ofensiva política contra o duque de Bragança, sabendo que ele viria integrado no séquito do príncipe, o qual deu entrada na cidade eborense em 26 de Maio. Passados três dias, mandou prendê-lo ²⁴⁸.

Em menos de um mês processou-se a acusação, julgamento e sentença do duque D. Fernando. O veredicto colheu o voto unânime dos 21 juízes seleccionados por el-rei, num conjunto constituído por letrados da Casa da Suplicação, por fidalgos e cavaleiros e por outros “*homens sem suspeita*” ²⁴⁹, cujos nomes se conhecem quase totalmente ²⁵⁰.

²⁴⁵ Vejam-se as pp. 138-139 da carta citada, *supra*, nota 243.

²⁴⁶ Mafalda Soares da CUNHA, *Linhagem, Parentesco e Poder...*, cit., p. 171.

²⁴⁷ Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos...*, cit., pp. 99-101. A carta régia de poder e procuração não indica o dia em que foi dada, mas terá sido no dia 15, conformando-se em sequência ao acordo assinado entre D. João II e frei Hernando de Talavera, embaixador enviado pelos reis de Castela, que anulou o tratado destinado ao consórcio do príncipe D. Afonso com a Infanta D. Isabel e bem assim o tratado das terçarias em que se encontravam: *Documentos referentes...*, cit., vol. II, n.º 322, pp. 262-267, por diploma de 15-05-1483, presencialmente testemunhado pelo conde de Vila Real, p. 266.

²⁴⁸ Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cit., caps. 43-44.

²⁴⁹ *Ibidem*, cap. 46.

²⁵⁰ BNP, Códice 1598, fl. 82 v.º, onde está registada uma lista de 19 indivíduos.

Entre os escolhidos, estava D. Pedro de Meneses ²⁵¹, o único nobre titulado que D. João II considerou apto para deliberar no caso do duque de Bragança. Depois do julgamento, deu-lhe uma carta de segurança, destinada a protegê-lo de sofrer qualquer dano pessoal, caso outras ordens anteriormente passadas lhe não valessem ²⁵². Razões de confiança, de antiguidade titular e de prestígio sociopolítico terão motivado a sua escolha para juiz do feito, em detrimento de outros nobres com o mesmo título.

Por outro lado, a participação do conde vila-realense no julgamento não deixa de ser pertinente, sobretudo, devido ao seu matrimónio com D. Beatriz, irmã de sangue do duque justicado. Tal serviço pedido por D. João II terá pesado mais que qualquer afecto resultante do parentesco que unia D. Pedro de Meneses ao duque de Bragança. Porém, a verdade é que quase nada se conhece sobre a qualidade das relações pessoais existentes entre os dois cunhados, senão num mero episódio relativo à vida doméstica do conde de Vila Real com a sua mulher ²⁵³, o qual, por si só, não é suficiente para avaliar o que quer que seja sobre o nível dessas relações. Terá D. Pedro de Meneses saído beneficiado com a desgraça do duque D. Fernando? Sim, mas não no imediato.

De facto, até ao final da década de 80, não são muitas as informações relativas a benefícios concedidos ao conde de Vila Real, nem mesmo sobre o seu percurso pessoal, que aparenta regular-se dentro de alguma discrição. Porém, podemos presumir-lhe uma participação muito assídua no aconselhamento à acção governativa joanina, ainda que a sua presença nas reuniões do Conselho Régio nos surja documentada apenas num par de ocasiões ²⁵⁴. Noutro sentido, durante o ano de 1483, D. Pedro de Meneses parece dar os primeiros passos no sentido de assegurar a sua sucessão, mais precisamente, no âmbito militar, em função do juramento e homenagem que o seu filho D. Fernando lhe prestou para exercer, em nome dele, o ofício de capitão de Ceuta ²⁵⁵. Seguramente, não terá sido fortuita a outorga de duas cartas régias, no mesmo ano, que permitiram ao seu herdeiro

²⁵¹ A lista indicada na nota anterior apresenta-se na página final do artigo de Humberto Baquero MORENO, «A conspiração contra D. João II...», *cit.*, pp. 47-103, onde o autor traça resenhas biográficas de todos os indivíduos identificados. Sobre D. Pedro de Meneses, pp. 88-98, importa-nos corrigir algumas imprecisões das referências documentais dadas nas notas de rodapé. Assim, os documentos mencionados com as notas 283, 289, 297 e 298 são referentes a D. Pedro de Meneses, mas, àquele que foi 1.º conde de Cantanhede. Um pouco atrás, o documento citado com a nota 253 não se refere ao então jovem conde de Vila Real, mas a Pêro de Meneses, filho de D. Duarte de Meneses, este último, do Conselho Régio.

²⁵² AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livro 26, fls. 130-130 v.º, apresentando-se dada na vila de Abrantes, em 17-06-1483. Esta data está errada no mês, pois, foi outorgada em Julho: Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, Lisboa, APH, 1993, p. 112.

²⁵³ Referido e citado, *supra*, no parágrafo final do subcapítulo I.4.1., com a nota 159.

²⁵⁴ Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos...*, *cit.*, pp. 85-86 e 251-252.

²⁵⁵ BA, Códice 46-IX-13, pp. 3-5, por escritura de 17-10-1483, feita em Chão de Couce.

começar a receber um assentamento de 200 000 reais ²⁵⁶, assim como vencer uma tença de 100 000 reais que, com a aprovação de el-rei, lhe foi renunciada pelo seu pai ²⁵⁷.

Como ficou dito, as informações alusivas a benefícios de D. João II em favor do conde de Vila Real não são muitas. Uma realidade que reflectiria o carácter de um rei que, ao contrário do antecessor, “*dava muito poucas coisas da Coroa*” e que, apesar de generoso nas mercês e doações feitas, só as fazia no momento que entendia e a quem as merecia, por sua vontade e sem ser importunado a isso ²⁵⁸. Tanto assim era que, no caso de D. Pedro de Meneses, o primeiro registo digno de realce surge-nos somente em 1486, através da confirmação do privilégio de nomear oficiais para exercerem a jurisdição e a correição senhorial em todas as suas vilas, terras, rendas e direitos ²⁵⁹. Porém, foi apenas no ano seguinte que se verificou a primeira outorga joanina feita ao conde de Vila Real, traduzida na carta de doação do castelo e fortaleza da vila de Ourém, assim como outras rendas e direitos ali declarados. Esta doação destinou-se a executar uma promessa que D. Afonso V fizera noutra carta dada ao conde vila-realense, relativa a uma tença anual de 25 000 reais, a fim de satisfazer a sua renúncia às jugadas do pão e ao relego da vila de Penela, assegurando-lhe então que tal tença haveria de ser comutada, no futuro, pela doação de uma alcaidaria-mor vagante e a recompensa de uma mais-valia monetária de 10 000 reais. O filho do *Africano* assim o fez e, além da alcaidaria de Ourém, doou-lhe as rendas da portagem e da sisa judenga e ainda 1 170 reais da primeira renda anual dos vinhos, em vez daquela mais-valia. Tratou-se de uma doação efectuada na feição de juro e herdade, mas numa só vida de um filho que o conde D. Pedro nomeasse, condição que já tinha ficado definida na carta de D. Afonso V ²⁶⁰.

5.2. Beja, 1 de Março de 1489

Sabe-se que o vocábulo ‘marquês’, no seu sentido mais moderno, corresponde a uma honraria titular que um senhor imperador ou rei poderia atribuir a um outro senhor da sua nobreza súbdita. Na sua raiz etimológica, identificava aquele indivíduo que era o

²⁵⁶ AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livro 24, fl. 90, por carta de 08-05-1483.

²⁵⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 40, fl. 21 e *Místicos*, livro 1, fls. 67 v.º-68, por carta de 08-10-1483, inserta numa confirmação régia de 13-07-1497.

²⁵⁸ Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cit., pp. XVIII-XIX.

²⁵⁹ Carta datada de 06-06-1486, inserta numa confirmação régia de 20-05-1499, já citada, *supra*, nota 221.

²⁶⁰ AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livro 21, fls. 37 v.º-38 e *Místicos*, livro 2, fls. 194-195 v.º, por carta de 22-10-1487, que contém a carta afonsina de 03-08-1476, já citada, *supra*, nota 208. Primeira referência publicada por Saul António GOMES, *Introdução à História...*, cit., n.º 254, pp. 350-351.

governador de uma ‘marca’. Dito de modo mais genérico, referia-se ao senhor de uma terra, localizada nos confins de um reino, que era o ‘marco’ ou limite fronteiriço desse reino, estando predisposta a não permitir que nela transitassem os inimigos do rei ²⁶¹. O marquês, senhor que governava e defendia a marca, encontra equivalência no margrave (palavra francesa derivada do germânico *markegraf*, ou seja, o conde de uma marca) da época carolíngia, a quem eram confiadas a autoridade administrativa e a chefia militar das regiões mais centrífugas do império fundado por Carlos Magno.

Diz-nos Manuela Mendonça que D. João II, depois de ter organizado o Reino à sua medida, quis cumular-se de glória através de um acto único destinado a exaltar a sua autoridade e realeza, o qual ficou traduzido na cerimónia de elevação do conde D. Pedro de Meneses na dignidade de marquês de Vila Real ²⁶². A concessão desta honra teve o efeito imediato de posicioná-lo no segundo lugar da hierarquia nobiliárquica, logo após D. Manuel, duque de Beja, primo e cunhado de el-rei ²⁶³. De resto, a cerimónia do título, efectuada na data e no local notados na epígrafe deste subcapítulo, mereceu um relato pormenorizado nas crónicas do *Príncipe Perfeito* ²⁶⁴, sabendo-se ainda que o ritual da investidura do novo marquês foi antecedido por uma *Oração* pronunciada pelo doutor e chanceler-mor João Teixeira, dividida em duas partes, profusamente encomiásticas: a primeira, em louvor do monarca; e a segunda, em elogio da pessoa, serviço e feitos do conde vila-realense ²⁶⁵.

Mas, porquê D. Pedro de Meneses e porquê o título de marquês? Antes de mais, é de assinalar que este título já fora dado por D. Afonso V a outros indivíduos, todos da Casa de Bragança ²⁶⁶. Depois das mortes do 4.º duque de Viseu († 1484) e do 3.º duque de Bragança († 1483) mais o sequente desterro dos irmãos deste último, em Castela, a moldura nobiliárquica do Reino ficou notoriamente carecida de um número mínimo de grandes casas titulares com grau de parentesco muito próximo ao sangue da Casa Real,

²⁶¹ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 8, n.º 1, p. 22.

²⁶² Manuela MENDONÇA, *D. João II*, cit., pp. 373-380, *passim*.

²⁶³ Na verdade, já estava colocado nesse segundo lugar, desde a altura dos exílios do marquês de Montemor-o-Novo e do conde de Faro, sendo apenas precedido por D. Diogo, duque de Viseu. Depois, a morte sumária deste último nada alterou, por ter sido substituído na sua posição pelo irmão D. Manuel, então, elevado à dignidade do ducado.

²⁶⁴ Vide Rui de PINA, *Chronica d’ElRei Dom Joaõ II* in *Crónicas de Rui de Pina*, cit., cap. 37 e Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cit., cap. 79.

²⁶⁵ Já citada algumas vezes ao longo deste Capítulo: primeira menção, *supra*, nota 83.

²⁶⁶ Veja-se Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, cit., vol. III, pp. 276, 280, 299 e 326, onde são referenciados os marquesados de Valença (1451), de Vila Viçosa (1455 e 1478) e de Montemor-o-Novo (1473), por concessões feitas aos sucessores ou aos secundogénitos da casa brigantina, quase sempre, em acumulação com outros títulos de que eram detentores.

então, limitado à casa ducal de Beja, encabeçada por D. Manuel, primo de el-rei D. João II. A concessão do título de marquês a D. Pedro de Meneses foi uma escolha particular do *Príncipe Perfeito*, não apenas para preencher a carência numérica de grandes casas titulares no Reino, mas também com o propósito de honrá-lo, por entender que ele era merecedor. Desde logo, pelos muitos serviços prestados à Coroa Portuguesa, sobretudo, no ofício da guerra, em Marrocos e em Castela, mas ainda em reputação e valorização da sua linhagem familiar, tanto a pretérita, remontada à ascendência de reis peninsulares e de caudilhos militares, dos quais era digno prossecutor nos feitos, como a presente e a futura, da qual se esperava idêntica continuação. E, de facto, neste último caso, durante a década de 80, a cidade de Ceuta foi gerida por familiares directos do 3.º conde de Vila Real: o irmão D. João de Noronha ²⁶⁷; o filho herdeiro D. Fernando de Meneses ²⁶⁸; e o secundogénito D. António de Noronha ²⁶⁹.

Na *Oração* do chanceler-mor João Teixeira, lê-se que D. João II, no uso do seu poder real e absoluto, a fim de honrar os merecimentos do conde D. Pedro de Meneses, como convinha a alguém de tão nobre sangue e qualidade, fê-lo e criou-o ‘novamente’ marquês de Vila Real e conde de Ourém ²⁷⁰. Na língua portuguesa dos séculos XV-XVI, a palavra ‘novamente’ significava ‘pela primeira vez’ e não ‘outra vez’, como nos induz a sua sinonímia moderna. O decurso do tempo recalcaria na memória dos vindouros que a concessão da honraria do marquesado ocorreu no dia 1 de Março de 1489. Uma fonte seiscentista diz-nos que D. Pedro de Meneses recebeu a mercê do título de marquês de Vila Real no ano de 1480, portanto, ainda no reinado de D. Afonso V, mais a respectiva diplomática para o efeito, cujo testemunho se guardava no Cartório da casa senhorial.

²⁶⁷ A bem conhecida lista de capitães e governadores de Ceuta (por exemplo, na *Nova História da Expansão*, vol. II, *cit.*, p. 360) dá-no-lo a servir o ofício no período de 1481 a 1487. Todavia, se o serviu, cremos que só tê-lo-á exercido até pouco antes de 1484, pois, em 12 de Julho deste ano, num alvará régio dado à sua mulher D. Joana de Castro, a quem se concediam 81 150 reais de tença e moradia para assistir a “rainha” D. Joana, é referido que D. João II deu a D. João de Noronha o cargo de governador da casa da *Excelente Senhora*: AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livro 22, fl. 85 v.º.

²⁶⁸ Depois de ter prestado juramento e homenagem do ofício em 17-10-1483, terá servido como capitão de Ceuta, desde pouco depois daquela data até aos finais de 1487. O seu exercício é confirmado nesse período, pelo menos, em duas cartas de perdão, publicadas nos *Documentos Inéditos de Marrocos: Chancelaria de D. João II*, dir. Possidónio Mateus Laranjo Coelho, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1943, n.ºs 147 e 261, pp. 162-163 e 271.

²⁶⁹ Consta-nos ter começado a exercer o cargo de capitão de Ceuta, em Setembro de 1487: BNP, Códice 1054, fl. 98 v.º. Quanto ao seu desempenho, que se prolongou até 1490, vejam-se D. Jerónimo de MASCARENHAS, *História de la Ciudad de Ceuta*, *cit.*, cap. 66 e Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, *cit.*, caps. 68, 75 e 111.

²⁷⁰ *Oraçam que teve Ioam Teyxeira...*, *cit.*, fl. [22]. A palavra ‘novamente’ aparece igualmente expressa nos capítulos das crónicas de el-rei D. João II (citados, *supra*, nota 264) que relatam a cerimónia da concessão do marquesado, apurando-se ainda que tanto Rui de Pina como Garcia de Resende tomaram conhecimento (ou tiveram acesso ao teor) da dita *Oração*, utilizando-a como fonte informativa.

No entanto, não terá usado de tal mercê até D. João II lhe ter feito, uma vez que não se conhece documento algum que o intitule marquês, antes de 1489 ²⁷¹. De qualquer modo, tal mercê afonsina aparece mencionada no codicilo que o neto D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, aditou ao seu testamento, em Junho de 1543 ²⁷².

Jogando com o significado do vocábulo ‘novamente’, se o título de marquês de Vila Real foi ‘outra vez’ doado a D. Pedro de Meneses, por outro lado, o título de conde de Ourém foi-lhe doado ‘pela primeira vez’. Convém notar que a vila de Ourém e tudo o que lhe respeitava eram do património da Coroa. Ou melhor, tinham retornado a esse património, em função do confisco de bens feito ao duque de Bragança, aquando da sua degolação, em Junho de 1483. Sabe-se que o duque D. Fernando era senhor e conde de Ourém, por via de sucessão hereditária que remontava ao condestável D. Nuno Álvares Pereira, seu bisavô. Uma vez que estava na posse de certas rendas e da alcaidaria-mor de Ourém, que D. João II lhe outorgara em 1487, não deixa de ser pertinente reflectir se o conde de Vila Real não teria persuadido el-rei a doar-lhe também a vila e a respectiva honraria condal, agindo não apenas na expectativa de obter um maior acrescentamento senhorial, mas ainda no propósito de recuperar um título que, noutro tempo, pertencera à geração avoenga, ou seja, ao seu trisavô D. João Afonso Telo ²⁷³. Esta pressuposição é tentadora, mas muito contrária à essência pessoal de D. João II, cujo carácter, como nos descreve Rui de Pina, era ser senhor de senhores e não servo de seus servidores e que, apesar de liberal e gastador nas mercês e tenças que atribuíra, era rei em quem não corria o vício da prodigalidade, mormente, no que tocava às doações do património da Coroa, que eram poucas, furtando-se à concessão de jurisdições e senhorios a título hereditário, preferindo outorgá-los pelo tempo de vida do donatário ²⁷⁴. Assim se passou com a vila de Ourém, cuja doação régia feita ao conde de Vila Real se restringiu a título vitalício, com todas as jurisdições, rendas e direitos existentes, salvo a correição e a alçada, assim como as sisas gerais, os padroados de igrejas e o foro do jantar, tudo reservado à Coroa.

²⁷¹ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 1, n.º 9, pp. 3-4, onde se lê que “*Em 25 de Maio de 1480 fez, o mesmo rei D. Afonso quinto, marquês da dita vila [de Vila Real] ao dito conde D. Pedro de Meneses, seu sobrinho, em dias de sua vida, de que se lhe passou título e cartas que estão no Cartório [dos senhores da Casa de Vila Real]. E parece que não usou desta mercê em vida do dito rei, porquanto, depois de sua morte, na doação que el-rei D. João, o segundo, lhe fez da vila de Ourém e do título de conde dela, em 27 de Fevereiro de 1489, o nomeia por conde de Vila Real.*”.

²⁷² Veja-se BA, Códice 50-V-32, fl. 445 v.º, onde o neto homónimo do 1.º marquês vila-realense declarou: “*eu sou herdeiro do marquesado, de juro e herdade e mais [d]a doação de el-rei D. Afonso [V], do título que deu ao marquês, meu avô, posto que el-rei D. João [II] lhe fizesse [depois] a cerimónia de que o fez marquês de Vila Real*”.

²⁷³ Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, cit., vol. III, p. 244.

²⁷⁴ Rui de PINA, *Chronica d’ElRei Dom João II*, cit., cap. 82.

Pela mesma doação, D. João II determinou ainda que D. Pedro de Meneses se chamasse conde da mesma vila, não só em honra da linhagem de que descendia, mas também em satisfação dos muitos serviços que ele prestara a el-rei D. Afonso V, quer além-mar, em África, quer nas terras de Castela, sobretudo, na batalha de Toro ²⁷⁵.

A elevação de D. Pedro de Meneses à dignidade de marquês trouxe-lhe, desde logo, maior rendimento financeiro. Até então, o seu assentamento anual era de 242 000 reais, valor que D. João II, no ano de 1490, ampliou para 322 858 reais, dando-lhe mais 80 858 reais, em satisfação do novo estatuto nobiliárquico ²⁷⁶. No entanto, no início de 1494, a nova cifra foi reduzida e fixada em 192 858 reais. Esta redução deveu-se a um acordo feito entre el-rei e o marquês vila-realense, aquando da doação régia de Ourém, pelo qual D. Pedro de Meneses aceitou demitir em favor do monarca um valor anual de 130 000 reais, a fim de compensar-lhe a concessão das jurisdições, rendas e direitos da vila ourensense, declarando-se ainda que o valor compensatório seria subtraído da receita anual que o marquês auferia pelos direitos da portagem de Santarém. Uma vez que este regime só começou a vigorar desde o ano de 1494, em diante, D. João II determinou que as compensações do quinquénio 1489-93, ainda não embolsadas, fossem deduzidas nas tenças anuais de 240 000 reais que o marquês também recebia em Santarém ²⁷⁷. Parece que este negócio satisfazia as duas partes: ao rei, que ‘arrendava’ património da Coroa a troco de uma contrapartida financeira; e ao marquês, que, não obstante a redução do seu assentamento, aumentava o seu estatuto sociopolítico e nobiliárquico. Este acordo teria uma validade que se compreenderia, no mínimo, enquanto a vila e o senhorio de Ourém andassem na posse do marquês donatário, em dias de sua vida, como ditava a respectiva doação régia.

5.3. Os últimos anos

Com pouco menos de 60 anos de idade, o marquês D. Pedro de Meneses atingia um lugar sociopolítico bastante respeitável no quadro compósito da nobreza portuguesa do último quartel do século XV. Um lugar que foi alcançado muito à custa do seu labor militar, em serviço da Coroa, da qual granjeou glória pessoal, acrescentamento senhorial

²⁷⁵ AN/TT, *Místicos*, livro 2, fls. 118-118 v.º, por carta de 27-02-1489. Parcialmente impressa na *Oraçam que teve Ioam Teyxeira...*, cit., fls. [23-23 v.º].

²⁷⁶ AN/TT, *Místicos*, livro 2, fls. 239-239 v.º, por alvará de padrão de 06-04-1490, inserto na carta de padrão mencionada na nota seguinte.

²⁷⁷ *Ibidem*, por carta de padrão de 27-01-1494, com uma apostila, em anexo.

e nobilitação titular, tudo sucessivamente deferido e reconhecido pelos reis D. Afonso V e D. João II. Depois das pazes de Alcáçovas-Toledo (1479-80) supõe-se que o marquês de Vila Real tenha adoptado uma vivência mais remansada e cortesã. Além de participar nas reuniões do Conselho Régio, presenciou ainda alguns dos principais eventos da vida sociopolítica do reinado joanino: a recepção de D. Jorge na corte, as festas do consórcio do príncipe D. Afonso e as exéquias fúnebres deste último ²⁷⁸. Com a sucessão militar e senhorial já projectada no seu primogénito D. Fernando, deve presumir-se que D. Pedro de Meneses tivesse mais tempo para cuidar dos seus negócios particulares ²⁷⁹.

Os anos finais do reinado joanino não oferecem mais testemunhos documentais alusivos ao marquês de Vila Real, senão os já indicados sobre as alterações do valor do seu assentamento e que conhecemos por carta régia datada dos inícios de 1494, como se notou anteriormente. No ano seguinte, em 25 de Outubro, no lugar de Alvor, D. João II deu os últimos sopros de vida, transmitindo a sucessão do Reino ao duque de Beja, seu primo ²⁸⁰, a quem legalmente concorria a herança da Coroa, por aquele rei defunto não ter mais filhos nascidos de legítimo matrimónio e por D. Manuel ser o único herdeiro vivo dos netos de el-rei D. Duarte, filhos do seu secundogénito, o Infante D. Fernando, visto que a linha primogénita descendida de D. Afonso V extinguiu-se com a morte do príncipe D. Afonso, filho do *Príncipe Perfeito* ²⁸¹.

A aclamação régia de D. Manuel I ocorreu na vila de Alcácer do Sal, onde então estanciava, dois dias após o falecimento de D. João II. Uma vez aclamado, tratou logo de enviar convocatórias aos diversos representantes dos três estados do Reino, pedindo-lhes que se dirigissem à vila de Montemor-o-Novo, lugar onde pretendia reunir Cortes e receber as devidas homenagens ²⁸². Presumivelmente iniciada na segunda quinzena de Novembro de 1495, a duração desta assembleia parlamentar não terá ido além do final

²⁷⁸ Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cit., caps. 113, 124 e 132. Ainda sobre o casamento do príncipe D. Afonso, notamos que o marquês de Vila Real foi testemunha presente aos actos da assinatura dos capítulos matrimoniais e do juramento feito pelo sucessor de el-rei D. João II: *Documentos referentes...*, cit., vol. II, n.ºs 422 e 423, pp. 381 e 384.

²⁷⁹ Recorde-se que D. Pedro de Meneses, desde o ano de 1487, já se achava no pleno usufruto de todas as estruturas imobiliárias existentes no bairro anexo aos seus paços do Carmo, em Lisboa, situação que lhe permitiu, desde então, na qualidade de senhorio, legalmente e sem reservas, estabelecer contratos e actualizar rendas. Assim o fez, por exemplo, com uma Inês Rodrigues, mulher viúva: AN/TT, *Casa dos Condes de Alcáçovas*, maço 38: Capela de D. Francisca Brandão..., n.º 4, por escritura de aforamento de 04-03-1494, feita nos ditos paços, em sua presença.

²⁸⁰ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, ed. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e David Lopes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, I Parte, cap. 1.

²⁸¹ *Ibidem*, I Parte, cap. 3.

²⁸² *Ibidem*, I Parte, cap. 2.

do mesmo ano, com D. Manuel I a prolongar a sua estada na vila montemorense até ao início da Quaresma de 1496 (caída na última quinzena de Fevereiro) abrigando-se dos surtos de peste que grassavam um pouco por todo o Reino, deslocando-se depois para a vila de Setúbal ²⁸³. Sabemos que o marquês de Vila Real esteve presente em Montemor-o-Novo, graças ao testemunho de um alvará de licença que remeteu para João Álvares de Gouveia, cavaleiro da sua casa, a quem encarregara as “coisas” do seu bairro sito em Lisboa, no qual alvará autorizava que certos residentes pudessem celebrar uma escritura de compra e venda de umas casas, cujo senhorio lhe era pertencente e relativamente às quais recebia determinado foro ²⁸⁴. A presença do marquês vila-realense em Montemor-o-Novo explica-se pela obrigação de prestar homenagem a el-rei D. Manuel I e também pela necessidade de obter dele as confirmações referentes às doações e privilégios da sua casa senhorial. Neste âmbito, o monarca foi ainda servido fazer-lhe doação da renda e direitos do serviço novo dos judeus de Almeida, eximindo assim uma de várias rendas que D. Afonso V reservara para a Coroa na carta de doação daquela vila beirã, feita a D. Pedro de Meneses, no ano de 1458 ²⁸⁵.

Uma das decisões tomadas por D. Manuel I nas Cortes de Montemor-o-Novo foi a que possibilitou que os filhos do 3.º duque de Bragança, o filho do conde de Faro e D. Álvaro, irmão do mesmo duque, então, todos exilados em Castela, pudessem regressar a Portugal ²⁸⁶. Tal decisão, em desacato de uma das últimas vontades que D. João II ditara no seu testamento, cuja execução encarregara no sucessor régio ²⁸⁷, também implicava que aqueles exilados alcançassem a restituição de todos os bens que o *Príncipe Perfeito* mandara confiscar-lhes. A maneira como se processaria essa devolução terá sido um dos assuntos que el-rei D. Manuel I, depois de abandonar Montemor-o-Novo, terá debatido, na vila de Setúbal, pouco antes da Páscoa de 1496, caída nos inícios de Abril, com a sua mãe, a Infanta D. Beatriz e com as suas irmãs D. Leonor e D. Isabel, esta última, viúva do duque de Bragança ²⁸⁸. E assim terá sido, pois, os desterrados da família brigantina

²⁸³ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., I Parte, caps. 8 e 13.

²⁸⁴ AN/TT, *Casa dos Condes de Alcáçovas*, maço 38: Capela de D. Francisca Brandão..., n.º 5, por alvará de 22-02-1496, inserto na respectiva escritura de compra e venda, datada de 29-02-1496.

²⁸⁵ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 26, fls. 59 v.º-60, por carta de 19-02-1496. Entre as outras reservas feitas na doação afonsina (já citada, *supra*, nota 81) estavam as rendas das sisas gerais dos vinhos, das dízimas novas e da sisa dos panos de Castela.

²⁸⁶ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., I Parte, cap. 8 e D. Jerónimo OSÓRIO, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, Porto, Livraria Civilização, 1944, vol. I, pp. 24-25.

²⁸⁷ Vejam-se os itens do testamento régio n' *As Gavetas da Torre do Tombo*, cit., vol. VI, p. 97 e em D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., tomo II (parte I), n.º 28, pp. 215-216.

²⁸⁸ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., I Parte, cap. 13.

entraram em Portugal no início do mês de Maio, indo depois a reunir com o *Venturoso* na vila sadina, onde o seu regresso foi devidamente festejado ²⁸⁹.

A questão do retorno da família Bragança importa muito à Casa de Vila Real, na medida em que era o marquês D. Pedro de Meneses que detinha o título e o senhorio do condado de Ourém, por doação do finado D. João II. Diz-nos Damião de Góis que el-rei D. Manuel I fez a D. Jaime, duque de Bragança, a “*mercê de todos os bens que el-rei D. João mandara confiscar da Casa de Bragança, além do que lhe prometeu de o restituir nos que lhe el-rei D. João tomara e dera a diversas pessoas, a quem satisfaria o valor, querendo-lhos eles soltar e, não o fazendo, lhe daria a ele mesmo rendas e tenças que valessem outro tanto, sendo os tais bens dados por el-rei D. João, de juro, mas que sendo dados em vida, lhos tornaria a dar, por falecimento daqueles que os possuíam, sem mais outra nenhuma satisfação*” ²⁹⁰. Nesse processo de restituição, entre as várias cartas que D. Jaime sujeitou à ratificação de D. Manuel I estava aquela, pela qual el-rei D. Duarte confirmara a D. Afonso, 4.º conde de Ourém, a doação de diversos bens que recebera do condestável D. Nuno Álvares Pereira, seu avô, entre os quais estavam o condado e a vila oureenses. Tal doação estabelecera ainda a condição de os bens doados serem herdados por D. Fernando, 3.º conde de Arraiolos, irmão daquele D. Afonso, se este finasse sem sucessão legítima ²⁹¹.

Foi na base desta última disposição que D. Jaime, neto do 3.º conde de Arraiolos (depois, 2.º duque de Bragança) requereu a aprovação da carta de confirmação régia de D. Duarte. É verdade que D. Manuel I atendeu favoravelmente ao requerimento de D. Jaime, no entanto, “*tirando somente a vila de Ourém, que queremos que fique fora*” ²⁹². Desta alocação se deduz que o marquês de Vila Real manteria o senhorio de Ourém, até ao fim da sua vida, como lhe fora doado por D. João II e que, apenas depois de falecer, o mesmo senhorio passaria então para a posse de D. Jaime e da sua casa ducal, como se insinua das palavras de Damião de Góis, atrás citadas. Nada disto se passou assim, visto que o duque brigantino, poucos dias volvidos, alcançou nova confirmação régia, que lhe conferiu o direito de reaver prontamente o senhorio oureense, à custa de uma condição de irrevogabilidade que o condestável D. Nuno ditara na sua doação, segundo a qual os

²⁸⁹ D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo V – livro VI, p. 274.

²⁹⁰ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., I Parte, cap. 13.

²⁹¹ Carta datada de 24-11-1433. Publicada nas *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, cit., vol. I-1, n.º 31, pp. 27-30.

²⁹² AN/TT, *Místicos*, livro 4, fls. 78-80 v.º, por carta de 13-07-1496, dada em Alcochete, inserta numa confirmação régia de 02-08-1499, com o traslado da carta de D. Duarte, citada na nota anterior.

bens doados seriam herdados pela descendência legítima do seu neto D. Afonso e que, em caso da sua inexistência (como depois se verificou) a transmissão desses bens seria validada na progenitura do seu neto D. Fernando ²⁹³, portanto, no avô de D. Jaime.

Estas duas confirmações régias outorgadas ao duque D. Jaime indicam-nos que elas foram desembargadas na vila de Alcochete, em Julho de 1496, como se referenciou nas respectivas notas de rodapé. Por outro lado, sabemos que a privação do senhorio de Ourém feita ao marquês D. Pedro de Meneses não se realizou sem o seu conhecimento e participação. E sabemos-lo, por inferência, graças a uma carta dada na vila alcochetana, no último dia de Julho, que o mesmo marquês assinou e endereçou à cidade de Évora, transmitindo-lhe um recado do monarca ²⁹⁴. Nesta altura, também terá ficado definida a compensação devida ao marquês pela perda do condado ourensense, depreendendo-se que D. Manuel I se dispôs a satisfazê-la através da concessão de um novo título condal. Se assim foi concertado, a satisfação não demorou muito a cumprir-se, acabando por ficar reflectida na outorga do condado de Alcoutim, não em favor do marquês vila-realense, mas em benefício do seu primogénito D. Fernando de Meneses, feita em Novembro de 1496. Porém, não obstante a perda do condado de Ourém, o marquês D. Pedro manteve a respectiva honra titular, uma vez que os poucos documentos existentes na chancelaria manuelina, que lhe são alusivos e datados dos anos 1498-99, invocam-no por “marquês de Vila Real, conde de Ourém e senhor de Almeida”. Além do título, conservou ainda a posse da fortaleza de Ourém e de outras rendas da mesma vila, que D. João II lhe doara, pelo tempo de duas vidas ²⁹⁵.

Embora a doação hereditária do senhorio de Ourém, feita pelo condestável D. Nuno Álvares Pereira, que também incluía o castelo e as demais rendas daquela vila e seu termo, permitisse a retoma imediata destes bens pelo duque D. Jaime, todavia, isso não aconteceu. Cotejando esta ideia com as palavras de Damião de Góis, atrás citadas, o marquês D. Pedro não quis resignar aos bens ourensenses que detinha por concessão de juro e herdade, situação que obrigaria o duque de Bragança a contentar-se com aquela renda que D. Manuel I lhe desse em compensação. E assim foi, com el-rei a despachar-lhe uma carta de padrão, pela qual passou a arrecadar uma tença anual de 95 432 reais,

²⁹³ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 38, fls. 97 v.º-98, por carta datada de 19-07-1496, dada na vila de Alcochete e inserta numa confirmação régia de 02-06-1542, outorgada a D. Teodósio, 5.º duque de Bragança. A mesma carta manuelina acha-se publicada em D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., tomo IV (parte I), n.º 96, pp. 8-10.

²⁹⁴ AD Évora, Códice 73, n.º 116, por carta de 31-07-1496.

²⁹⁵ Referimo-nos à carta régia de 22-10-1487, já citada, *supra*, nota 260.

em satisfação das rendas e da alcaidaria da vila de Ourém, até ao tempo em que estes bens vagassem ²⁹⁶, neste caso, depois da morte do marquês D. Fernando de Meneses, em quem terminaria o prazo da doação de D. João II. Portanto, conclui-se que o marquês D. Pedro negociou a cedência imediata do condado de Ourém à Casa de Bragança, a troco das seguintes condições: a concessão régia de um novo título condal em favor do seu herdeiro; a manutenção nominal da honraria titular do condado ourensense; e a faculdade de legar ao mesmo herdeiro a posse do castelo e das rendas e direitos da vila de Ourém, doados por D. João II. No entanto, o prazo da segunda vida registado na doação joanina não chegou a cumprir-se, visto que o marquês D. Fernando de Meneses viria a resignar aqueles bens nas mãos de D. Manuel I, a fim de serem doados ao duque D. Jaime. Em contrapartida, recebeu de el-rei uma avultada compensação, através da doação de uma renda anual de 453 280 reais, estimada em dias de sua vida e na vida de um seu filho, qual ele nomeasse ²⁹⁷.

Se o marquês D. Pedro conseguiu lograr enorme apreço dos reis D. Afonso V e D. João II, não menos o alcançou de D. Manuel I. Terminadas as Cortes que mandara reunir em Lisboa, no primeiro trimestre de 1498, nas quais se aproveitou para deliberar sobre a sua viagem à corte dos *Reis Católicos*, a fim de ser jurado herdeiro dos reinos de Castela e de Aragão, pelo seu consórcio com D. Isabel – que enviuvara do príncipe D. Afonso, filho de D. João II – em quem recaíra a sucessão daqueles reinos, por morte do príncipe D. João, seu irmão ²⁹⁸, o monarca português fiou-se na experiência do marquês vila-realense para auxiliar a rainha viúva D. Leonor, sua irmã, no exercício temporário da regência do Reino ²⁹⁹. Saindo de Elvas, pouco antes de entrar em Castela, D. Manuel I foi servido renovar-lhe a doação vitalícia das rendas da portagem da vila de Santarém, que já detinha desde o reinado de D. Afonso V, porém, com as condições de começar a recebê-las desde o ano de 1499, em diante, além de ainda demitir em favor de el-rei uma quantia de 193 615 reais que então auferia anualmente naquela portagem para satisfazer o valor do seu assentamento ³⁰⁰. Pouco antes, no decurso das Cortes de 1498, o monarca doou-lhe, na feição de juro e herdade, uma série de bens de raiz situados em Vila Real e

²⁹⁶ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 37, fl. 5 e *Místicos*, livro 1, fls. 245 v.º-246, por carta de 10-02-1501.

²⁹⁷ AN/TT, *Místicos*, livro 5, fls. 64 v.º-65, por carta de 04-12-1510.

²⁹⁸ Sobre este assunto, vide João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I (1469-1521)...*, cit., pp. 86-89.

²⁹⁹ Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cit., p. 298.

³⁰⁰ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 31, fl. 10 v.º e *Místicos*, livro 1, fls. 96-96 v.º, por carta de 05-04-1498.

seu termo, avaliados em 56 035 reais, que tinham sido penhorados ao almoxarife régio Pêro Lourenço, por dívidas à Coroa, no recebimento da receita de 1490 do almoxarifado vila-realense ³⁰¹. Só voltamos a ter novas informações alusivas a D. Pedro de Meneses, depois de D. Manuel I ter regressado da sua viagem a Castela, tendo então atendido aos requerimentos feitos pelo marquês, no sentido de trespassar em favor dos seus filhos D. Henrique de Noronha e D. Joana de Noronha as quantias de 100 000 reais e de 120 000 reais, respectivamente, que ele recebia em satisfação das suas tenças ³⁰².

O resultado da viagem de D. Manuel I revelou-se negativo, pois, apesar de ser jurado príncipe herdeiro em Castela, o mesmo não sucedeu em Aragão, onde vigorava a *Lei Sálica*, que impedia o acesso de mulheres ao trono daquele Reino, neste caso, da esposa do rei português. É certo que o juramento foi feito, mas no seu filho, o príncipe D. Miguel da Paz, cujo nascimento, não obstante ter custado a vida de D. Isabel, tornou-o herdeiro presuntivo das três coroas peninsulares envolvidas na sucessão. Depois de jurado nas Cortes aragonesas, com a ressalva de o rei Fernando, seu avô, não vir a ter outros filhos varões legítimos, foi-o também nas Cortes que se fizeram em Castela e em Portugal. Tudo debalde, pois, o jovem príncipe finaria em meados do ano de 1500, sem ter completado dois anos de idade ³⁰³. Para o juramento português, cujo auto se realizou em Março de 1499, el-rei mandou reunir a instituição parlamentar no mosteiro lisboeta de São Domingos, onde acorreram vários representantes dos três estados do Reino. No grupo da nobreza, estavam o marquês de Vila Real e toda a sua progenitura masculina legítima. Entre os indivíduos que testificaram o diploma do juramento esteve o seu filho herdeiro D. Fernando de Meneses, 1.º conde de Alcoutim, a quem também foi confiado o encargo de empunhar o estoque durante a solenização do auto ³⁰⁴.

A cerimónia de juramento do príncipe D. Miguel terá sido um dos últimos actos oficiais presenciados pelo marquês de Vila Real, cuja vida findaria daí a poucos meses. O último registo documental em que achamos D. Pedro de Meneses no uso do seu título de marquês apresenta-se numa carta testemunhável de 14 de Junho de 1499, pela qual

³⁰¹ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 29, fls. 123 v.º-124 e *Místicos*, livro 1, fls. 80-81, por carta de 07-03-1498.

³⁰² Vide AN/TT, *Místicos*, livro 4, fl. 70 v.º, por carta de 20-11-1498 (D. Henrique de Noronha) e idem, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 41, fls. 111-111 v.º e *Místicos*, livro 4, fls. 90-90 v.º, por carta de 16-01-1499 (D. Joana de Noronha).

³⁰³ Sobre a questão da herança peninsular caída no príncipe D. Miguel, veja-se a síntese feita por João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I (1469-1521)...*, cit., pp. 90-93.

³⁰⁴ Auto de juramento datado de 07-03-1499. Publicado nas *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1499)*, org. João José Alves Dias, Lisboa, CEH – UNL, 2001, pp. 17-23.

D. Manuel I lhe atestou uma outra sua carta de confirmação, concedida no mês anterior, relativa aos privilégios senhoriais que o marquês vila-realense detinha para nomear juiz que julgasse feitos e para nomear ouvidor que corregesse em todas as suas vilas, terras, rendas e direitos, conforme lhe fora outorgado pelos monarcas anteriores ³⁰⁵. A vida de D. Pedro de Meneses não durou muitos mais dias, constando-nos ter falecido na cidade de Lisboa, em 8 de Julho de 1499 ³⁰⁶. Finou com uma idade próxima dos 70 anos, como surge mencionado no intróito aditado ao seu elogio fúnebre, que Cataldo Parísio Sículo dedicou ao marquês D. Fernando de Meneses ³⁰⁷. Segundo uma anotação aposta numa das estâncias da *Miscelânea* de Garcia de Resende, D. Pedro terá falecido sem fala nem confissão ³⁰⁸. Diz-nos ainda Damião de Góis, que o passamento do 1.º marquês de Vila Real foi muito sentido na corte, especialmente, por el-rei D. Manuel I, que “*se encerrou com mostras de tristeza pela morte de um tal homem, de quem ele e seus Reinos, assim na paz como na guerra, sempre receberam muitos e assinados serviços*” ³⁰⁹. O seu corpo foi levado à igreja de São Francisco da vila de Santarém, onde foi sepultado ³¹⁰.

*

* *

³⁰⁵ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte III, maço 2, n.º 18, [fls. 4-8 v.º,] que integra uma carta de confirmação régia de 20-05-1499, aduzida na frase que redigimos, *supra*, nota 221.

³⁰⁶ BA, Códice 51-V-69, fl. 199 v.º, onde é anotado este facto e bem assim um resumo breve da sua ascendência linhagística e a indicação dos sucessores no seu marquesado: “*D. Fernando de Meneses, seu filho maior e legítimo, que era conde d’Alcoutim; e, por sua morte, sucedeu também seu título e casa, o conde d’Alcoutim, seu filho maior e legítimo, que ainda agora é vivo*”. Este apontamento é de autoria anónima e resulta de cópia averbada em letra do século XVIII, mas tem a particularidade de nos sugerir que a notícia foi originalmente registada nos primeiros anos do marquesado de D. Pedro de Meneses, neto homónimo do finado.

³⁰⁷ Sobre este assunto, releia-se o que ficou escrito, *supra*, em torno das notas 52-53, inclusive.

³⁰⁸ Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cit., p. 359.

³⁰⁹ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., I Parte, cap. 34.

³¹⁰ BNP, Códice 1054, fl. 60.

CAPÍTULO II

INTEMPERANÇA

D. FERNANDO DE MENESES, 2.º MARQUÊS DE VILA REAL (1499-1523)

1. Serviço militar e integração na Corte

1.1. “Os filhos da Casa de Vila Real já nascem emplumados”

Esta terá sido a resposta de D. Afonso V àqueles que lhe arguíram a escolha de D. Pedro de Meneses para o governo da capitania de Ceuta, não contando ele mais que 20 anos de idade ¹. Já vimos que D. Pedro nasceu nos primeiros anos da década de 30 e que tinha mais de 20 anos quando recebeu em 1460 a carta régia que o proveu no ofício ceutense. Por isso, apetece dizer que a resposta afonsina, em epígrafe, ajustar-se-ia mais ao filho D. Fernando de Meneses, se lhe fosse relativa, pois, tendo nascido em 1463 ², contava 20 anos exactos quando prestou o juramento e homenagem ao seu pai, a fim de exercer em nome dele o mesmo ofício ³.

Sabemos que D. Fernando de Meneses começou a servir o ofício de capitão de Ceuta desde finais de 1483 e que o exerceu durante quase quatro anos, no fim dos quais deu lugar ao seu irmão D. António de Noronha ⁴. Os meios financeiros para o exercício da sua função militar e para o seu sustento não lhe faltaram. Só a título pessoal, auferia uma quantia anual de 300 000 reais, correspondente à soma da tença de 100 000 reais que, com aprovação régia, lhe fora renunciada pelo seu pai, mais 200 000 reais que D. João II lhe concedera para o seu assentamento ⁵. Além deste montante, D. Fernando de Meneses dispunha ainda dos rendimentos obtidos da economia de guerra, arrecadando a quinta parte dos despojos nas cavalgadas terrestres e nos apresamentos marítimos. Tudo isto servia para conservar a sua pessoa e estado, mas igualmente para gerir os recursos

¹ D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo V – livro VI, p. 114.

² Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cit., cap. 157.

³ BA, Códice 46-IX-13, pp. 3-5, por escritura de 17-10-1483, feita em Chão de Couce.

⁴ Veja-se, *supra*, o subcapítulo I.5.2., notas 268-269.

⁵ Por cartas já citadas, *supra*, no subcapítulo I.5.1., notas 256-257.

materiais (fortificações e provisões) e humanos (clientela, efectivos militares e oficiais administrativos) cuja manutenção era ainda suplementada pelas receitas da colecta dos “10 reais de Ceuta” e por reforços financeiros provenientes da fazenda senhorial vila-realense, sobretudo, desde o ano de 1474, altura em que se viu privada do recebimento do “assentamento de Ceuta”.

Pouco se sabe sobre as acções guerreiras desenvolvidas pelo herdeiro da Casa de Vila Real durante o tempo em que governou pessoalmente a cidade de Ceuta. As únicas informações relativas à sua prestação militar naquela praça são apuradas já no período da capitania do seu irmão D. António, graças aos relatos da cronística régia, alusivos à tomada, roubo e destruição dos lugares de Targa e de Camice, no decurso da Páscoa de 1490. O sucesso alcançado em Targa deu ainda ocasião a D. Fernando de Meneses para conceder as honras de cavalaria aos seus irmãos D. Henrique e D. Diogo ⁶. Os feitos do sucessor da casa vila-realense mereceram uma especial atenção de el-rei D. João II, que, em satisfação dos “*muitos trabalhos e perigos de sua pessoa e despesa de sua fazenda*”, resolveu galardoá-lo com a concessão de uma tença anual no valor de 100 000 reais ⁷ e com a doação vitalícia das jugadas e oitavos do reguengo de Rio Maior, assim como os direitos da portagem e da alcaidaria do mesmo lugar ⁸.

O orgulho e a vaidade não faltavam a D. Fernando, ao lembrar-se dos seus feitos militares no Norte de África. Em certa ocasião, já marquês de Vila Real, depois de ter recebido uma carta do seu filho D. Pedro de Meneses, estando este a exercer o ofício de capitão de Ceuta, pediu ao criado que lhe levara a missiva que lhe relatasse, com maior pormenor, as façanhas do seu primogénito, por este lhe escrever muito resumidamente sobre as coisas da guerra que lá travava. Depois de conhecer as proezas dele, terá dito, com ironia e uma satisfação muito íntima, que se o seu filho tivesse ido mais 30 léguas adiante, decerto, acharia as pegadas que ele, marquês, lá deixara ⁹.

Voltemos à resposta de D. Afonso V. Mais que um floreado retórico, traduz-nos a enorme confiança que a Coroa Portuguesa depositava na família da Casa de Vila Real, a fim de esta lhe garantir a conservação do senhorio da cidade de Ceuta. O êxito da sua

⁶ Vide Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cit., cap. 111 e Rui de PINA, *Chronica d’ElRei Dom João II*, cit., cap. 41. Veja-se ainda D. Jerónimo de MASCARENHAS, *História de la Ciudad de Ceuta*, cit., cap. 66.

⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livro 16, fl. 57, por carta de padrão de 23-07-1490.

⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livro 16, fl. 83 e *Místicos*, livro 2, fls. 195 v.º-196, por carta de 23-07-1490.

⁹ *Ditos Portugueses...*, cit., n.º 911, p. 332.

expugnação, em 1415, serviu para a dinastia de Avis, maculada de bastardia, conseguir legitimar-se e prestigiar-se na geografia política peninsular, perante o Reino de Castela, mas também serviu para o início da reabilitação social de uma das famílias que saíram vencidas no contexto da crise dinástica de 1383-85. Uma reabilitação desencadeada por D. Pedro de Meneses, cuja vontade e audácia lhe permitiram ser aceite e nomeado para o encargo de primeiro capitão da praça ceutense. Os seus feitos militares determinaram o resto: a fama, a riqueza e uma titulação nobiliárquica no condado de Vila Real. Se os filhos da casa vila-realense nasciam emplumados, deviam-no efectivamente à glória dos sucessos alcançados por aquele seu antepassado. Todavia, essa emplumação necessitava de ser confirmada com a prestação de serviços semelhantes no mesmo palco, cumprindo assim as expectativas da Coroa, que não hesitava em dar-lhes preferência e precedência para assumirem o governo de Ceuta, em detrimento de outros indivíduos. Toda a família vila-realense sentia o serviço militar em Ceuta como um dever, um destino natural, pois, naquela praça marroquina residia a base do seu prestígio e do seu lugar sociopolítico. É por estas razões que, até meados do século XVI, tanto os filhos herdeiros como os filhos segundos da Casa de Vila Real, sem excepções, prestariam serviço no teatro de guerra ceutense, fosse no comando da capitania, fosse no simples tirocínio de armas.

1.2. Herança e chefia da Casa de Vila Real

É no predado de primogénito e herdeiro do conde de Vila Real que D. Fernando de Meneses surge no diploma do recebimento e homenagem prestado a D. João II pelos três estados do Reino nas Cortes de 1481-82, cujo texto testemunhou e assinou, além de ter sido uma das pessoas escolhidas para jurar a obediência àquele rei, fazendo-o por si e em nome de todos os fidalgos, cavaleiros e escudeiros ¹⁰. Sem outra informação que o contradiga, trata-se da primeira referência em que o encontramos documentado. Tinha apenas 18 anos de idade e a sua presença destacada naquelas Cortes parece justificar-se no âmbito de solicitar a ratificação dos privilégios e das doações respeitantes à Casa de Vila Real, tendo então actuado como procurador, em representação do seu pai D. Pedro de Meneses, que não terá comparecido naquela reunião parlamentar ¹¹.

São bastante poucos os testemunhos que nos ajudem a conhecer o percurso de D. Fernando de Meneses ao longo do reinado de D. João II. Além daqueles que já citámos

¹⁰ AN/TT, *Cortes*, maço 3, n.º 1, por escritura de 12-11-1481.

¹¹ Conferir, *supra*, o parágrafo redigido no subcapítulo I.5.1., em torno das notas 236-237.

no subcapítulo anterior, sobre a sua acção militar no Norte de África, incluindo as cartas régias que aí se deixaram assinaladas, pouco mais há a acrescentar, senão o facto de ter participado na encenação das justas que se fizeram nas festas do casamento do príncipe D. Afonso ¹². Apesar da carência de informações, não é difícil admitir que D. Fernando merecesse a estima de D. João II, por serviços realizados em Ceuta e na corte régia. O bom relacionamento pessoal entre ambos parece ter sido uma regra e só conheceu um sério atrito na fase final do reinado daquele monarca, como nos é revelado pelo próprio D. Fernando de Meneses, já marquês, numa carta remetida a el-rei D. Manuel I. Nessa carta, recordou-lhe um episódio ocorrido na vila de Setúbal, onde se desentendera com D. João II, por este não tê-lo escolhido para ir aos tratos de Tetuão, preferindo, ao invés, atribuir tal negócio ao capitão dos ginetes Fernão Martins de Mascarenhas. O motivo do seu agastamento com o monarca residiu no facto de Tetuão ser um lugar pertencente à jurisdição de Ceuta, cujo encargo governativo lhe fora informalmente sub-rogado pelo seu pai, devido à sua idade avançada. Sentindo-se agravado, D. Fernando deixou a corte de el-rei, recolheu-se em Chão de Couce e não mais voltou a ver D. João II, depois deste incidente. O relato de D. Fernando deixa ainda entrever que aquela escolha do *Príncipe Perfeito* poderá ter sido intencionalmente causada para magoar o seu ânimo, devido ao favor e à estima que ele dedicava a D. Manuel, então, ainda duque de Beja ¹³, a quem apoiaria numa potencial sucessão ao trono, em vez do bastardo régio D. Jorge, que era o preferido do monarca ¹⁴. Observando os itinerários da *Chancelaria Régia*, este episódio, registado em Setúbal, como acima se menciona, terá sucedido no período compreendido entre Maio e Setembro de 1494 ¹⁵.

A solidez das relações pessoais entre o herdeiro da casa vila-realense e o duque de Beja não merece dúvidas. As mercês e as doações que o sucessor régio iria conceder na primeira fase do seu reinado ao futuro marquês de Vila Real provam-no cabalmente. Enquanto não lhes prestamos a devida atenção, importa-nos dar conta de um registo que nos testemunha a grande confiança que a família do duque D. Manuel, além do próprio, depositaria em D. Fernando de Meneses. Trata-se de uma carta que lhe foi remetida pela Infanta D. Beatriz, numa altura crucial da vida política portuguesa, mais concretamente, quando D. João II agonizava no Algarve, aguardando a chegada do seu decesso. Nessa

¹² Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cit., cap. 128.

¹³ AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*: Gaveta 18, maço 5, n.º 1, fls. [4 v.º-5 v.º], por carta de 07-08-1514. Transcrita no Apêndice F, n.º 8.

¹⁴ André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, «Uma linhagem ao serviço...», cit., p. 127.

¹⁵ Vide Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Itinerários de El-Rei D. João II...*, cit., pp. 529-542.

missiva, a mãe do duque de Beja oferecia instruções a D. Fernando, pedindo-lhe que se dirigisse a Santarém, com a tarefa de guardar e proteger a “rainha” D. Joana, impedindo que alguém a fizesse sair do mosteiro onde estava, a fim de evitar algum caso fortuito que originasse a quebra das pazes entre Portugal e Castela. Para a execução de tal tarefa, autorizou-o a requisitar o serviço dos seus criados e do duque, seu filho, residentes na vila escalabitana, se lhe fossem necessários ¹⁶. Apesar de afastada do trono de Castela e forçada a professar religião, D. Joana não vivia no hábito de monja, mas com casa e estado adequados à sua nobre condição de rainha, situação que, durante todo o reinado de D. João II, sempre inquietou os *Reis Católicos*, pois, temiam que ela pudesse achar um esposo disposto a pugnar pelos seus direitos régios. Esse temor terá pairado com a subida de D. Manuel ao trono português, por ainda não ser casado ¹⁷. Embora a hipótese de casar com D. Joana fosse possível, este não seria um objecto realmente desejado por D. Manuel I. Todavia, era indispensável empregar toda a cautela para controlar o trunfo político que a *Excelente Senhora* representava perante o casal real Fernando e Isabel. Se a carta da Infanta D. Beatriz denuncia um cuidado orientado para a manutenção da paz entre os dois reinos ibéricos, facilitando a sucessão pacífica da Coroa Portuguesa no seu filho, realidade que a todos interessava, até porque fora aprovada por el-rei D. João II, no seu testamento, por outro lado, a guarda e protecção de D. Joana permite intuir outra precaução: evitar que alguém a pudesse “libertar” da sua aparente clausura conventual e guindá-la no horizonte de um potencial consórcio com D. Jorge. Ainda que remoto, este cenário não merece ser totalmente negligenciado.

Com a ascensão de D. Manuel I ao trono, a Casa de Vila Real passou a ocupar a primeira posição da nobreza titulada. Mas, por breve tempo. A reabilitação sociopolítica da casa ducal de Bragança, feita durante o ano de 1496, voltou a recolocá-la no segundo lugar da hierarquia nobre. Passados quatro anos, desceu mais um degrau, em virtude da concessão do título ducal de Coimbra ao bastardo régio D. Jorge, cuja mercê foi feita por D. Manuel I, em execução de uma das últimas vontades determinadas no testamento de D. João II ¹⁸. Este alinhamento hierárquico não subentende qualquer desmerecimento de D. Manuel I relativamente à casa vila-realense, bastando-nos apenas compreender

¹⁶ BP Évora, Códice CIII/2-26, fls. 33-33 v.º, por carta datada de 26 de Outubro, escrita na vila de Viana do Alentejo. Embora não nos seja dado o ano, este só pode ser o de 1495. A Infanta remetente começa por asseverar que “*El-rei, meu senhor, está mal*”, apesar de D. João II ter falecido no final do dia anterior. Decerto, a notícia do passamento régio ainda não seria conhecida por D. Beatriz, quando enviou a sua carta a D. Fernando de Meneses.

¹⁷ Vide João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I (1469-1521)...*, cit., p. 81.

¹⁸ Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, cit., vol. III, p. 357.

que o sangue da Casa Real afluía mais proximamente naquelas duas casas ducais e que, só por isso, além da dignidade titular, deviam precedê-la no estamento nobre. Apesar do benefício e protecção que D. João II prestara à Casa de Vila Real, esta não hesitou em subscrever a legitimidade da sucessão régia no duque de Beja, fazendo-o a bem da paz política que se desejava transmitir, dentro do Reino e fora dele. Por outro lado, a astúcia negocial do marquês D. Pedro de Meneses na cedência do condado de Ourém, em favor da Casa de Bragança, conferiu uma margem suficiente a D. Manuel I para recompensar a casa vila-realense, sem lhe frustrar expectativas.

As primeiras doações manuelinas feitas ao sucessor da Casa de Vila Real datam do último trimestre de 1496. Entre elas, salienta-se a doação do senhorio de Alcoutim e o respectivo título condal, efectuada no dia 15 de Novembro ¹⁹. Antes desta importante doação, que tornou D. Fernando de Meneses num herdeiro titulado, situação que então acontecia apenas na Casa de Bragança, D. Manuel I resolveu somar 42 857 reais ao seu assentamento de 200 000 reais, em execução de um alvará de el-rei D. João II, no qual fora prometido a D. Fernando, embora sem o definir, certo acréscimo que seria vencido desde 1490, em diante, devido à elevação do seu pai ao título de marquês ²⁰. É possível que este acrescentamento do *Venturoso*, além de regularizar a promessa do antecessor régio, também esteja relacionado com o intuito de gratificar o serviço que D. Fernando de Meneses fizera, poucos meses antes, na corte dos *Reis Católicos*, aonde se deslocara, acompanhado de D. Diogo da Silva de Meneses, futuro 1.º conde de Portalegre, com o encargo de comunicar àqueles monarcas a contraproposta manuelina relativa ao desejo do rei português casar com a princesa D. Isabel, viúva do príncipe D. Afonso, em vez de se consorciar com a Infanta D. Maria, como lhe fora primeiramente sugerido pelos reis Fernando e Isabel ²¹. Pouco depois de dar a D. Fernando de Meneses o título condal de Alcoutim, D. Manuel I deu-lhe também uma carta de provimento no ofício de fronteiro-mor do Reino do Algarve, dotando-o vitaliciamente com todos os poderes, comando e governo militar adstritos ao cargo, como noutro tempo tivera o Infante D. Fernando, pai do monarca ²². Ainda na geografia algarvia, el-rei fez-lhe também a doação vitalícia das

¹⁹ Assunto desenvolvido no subcapítulo II.2.2., *infra*.

²⁰ AN/TT, *Místicos*, livro 1, fls. 12 v.º-13, por carta de 11-10-1496. Este documento ainda nos informa que el-rei mandou pagar em favor de D. Fernando de Meneses todo o valor retroactivo vencido desde 1492, em diante, uma vez que os dinheiros relativos ao biénio 1490-91 já tinham sido pagos.

²¹ Jerónimo ZURITA, *Historia del Rey Don Hernando el Catholico, de las Empresas e Ligas de Italia* in *Anales de la Corona de Aragón*, tomo V, Zaragoza (Colegio de San Vicente Ferrer), Lorenzo de Robles (imp.), 1610, libro II, cap. 23, fl. 88 v.º.

²² AN/TT, *Místicos*, livro 1, fls. 293-294, por carta de 25-11-1496.

rendas da portagem da vila de Tavira, na mesma forma que eram fruídas pelo marquês D. Pedro de Meneses, que resolvera renunciá-las nas mãos de D. Manuel I, a fim de este as doar ao sucessor da casa vila-realense ²³.

Esta última doação foi efectuada em atenção “*aos muitos e estremados serviços que [o conde D. Fernando de Meneses] à Coroa de nossos Reinos e a nós [D. Manuel I] tem feitos, assim em África, na guerra dos mouros, com muitos perigos de sua pessoa e grandes gastos de sua fazenda, como em outras partes*”, ou seja, em Castela. O assunto dos gastos não é casual. De facto, poucos dias antes, D. Manuel I concedeu ao 1.º conde de Alcoutim uma carta de seguro, por tempo de oito anos, compreendidos entre 1497 e 1504, garantindo-lhe, em caso de falecimento, a retenção de todos os dinheiros que ele deveria receber no período referido, pelos seus assentamentos e tenças, a fim de serem disponibilizados para o pagamento das dívidas que contraíra. Com esta carta, o monarca assegurava a satisfação de quaisquer cobranças exigidas pelos credores de D. Fernando de Meneses, mas só àqueles com quem ele tivesse contratos firmados para tal efeito ²⁴, como se verifica num instrumento de contrato, pagamento e quitação que D. Fernando concertou em 1502 com o mercador florentino Francisco Corbinel, a quem trespassou a arrecadação de parte dos dinheiros do seu assentamento, relativos ao biénio de 1503-04, a fim de lhe pagar uma dívida de 858 150 reais ²⁵. Não espantava, pois, que D. Fernando fosse ‘sempre devedor no começo do ano, sobre a sua pessoa’, como observou Lunardo da Cà Masser, *c.* 1506, num relatório informativo apresentado à República de Veneza. E além de endividado, ‘pouco reputado na corte, por ser de juízo ligeiro e mais achado por louco que outra coisa’ ²⁶.

²³ AN/TT, *Místicos*, livro 1, fls. 15-16, por carta de 08-12-1496. O marquês D. Pedro obtivera a cobrança destas rendas no reinado de D. Afonso V, por carta de 16-08-1476 (já citada, *supra*, subcapítulo I.4.3., *in fine*, nota 212).

²⁴ AN/TT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 5, por carta de seguro de 29-11-1496. Publicada por José Mendes da Cunha SARAIVA, *Alguns Diplomas...*, *cit.*, pp. 10-11.

²⁵ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 6, n.º 49, por instrumento de 24-05-1502, que foi registado e concertado em documento datado de 15-05-1504, por António Gonçalves, escrivão da sisa da marçaria da cidade de Lisboa, repartição onde Francisco Corbinel mandou cobrar a sua dívida. O mesmo instrumento de contrato contém o registo da carta de seguro citada na nota anterior. Veja-se ainda AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 7, n.º 69, onde se atesta que o mercador florentino recebeu na marçaria lisboeta, em 01-08-1504, uma cifra de 190 000 reais, destinada a ser recebida pelo marquês de Vila Real, através de uma provisão régia de 17-03-1503, dirigida ao almoxarife daquela repartição.

²⁶ Veja-se este relatório publicado, na sua inteireza, no *Archivio Storico Italiano – Appendice*, tomo II, Firenze, Tipografia Galileiana, 1845, pp. 13-47. Foi igualmente publicado, mas parcialmente, por Vitorino Magalhães GODINHO, «Portugal no começo do século XVI: instituições e economia; o relatório do veneziano Lunardo da Cà Masser» *in* *Revista de História Económica e Social*, n.º 4, Lisboa, Sá da Costa, 1979 (Julho-Dezembro), pp. 75-84. Sobre a caracterização do marquês de Vila Real, feita por este veneziano, vejam-se as pp. 41 e 80 das fontes citadas.

Reduzida ao assunto das suas dívidas particulares, que, é certo, pouco abonariam à pessoa de D. Fernando de Meneses, a análise crítica do veneziano Cà Masser sobre o então 2.º marquês de Vila Real carece de melhor contexto. Vários foram os factores que determinaram o seu endividamento, situação que se tornou crónica na casa vila-realense durante toda a primeira metade do século XVI. Um deles transparece nas alocações das cartas dos reis D. João II e D. Manuel I, que citámos anteriormente: os gastos feitos em África, na guerra dos mouros – tão necessários ao serviço político da Coroa Portuguesa como à honra militar dos senhores da Casa de Vila Real. Assim era, pois, desde a perda do “assentamento de Ceuta”, em 1474, tinham ficado obrigados a empregar receitas da sua fazenda senhorial para suportar as despesas destinadas à gestão e à manutenção dos recursos materiais e humanos naquela praça marroquina.

O ano de 1497 apresenta-nos um novo conjunto de mercês régias, feitas no estilo de confirmação, que el-rei resolveu conceder a D. Fernando de Meneses e à sua mulher D. Maria Freire de Andrade, quase todas elas respeitantes a vários direitos e privilégios existentes no seu senhorio de Alcoutim, que mais adiante mencionaremos ²⁷. Entretanto, importa-nos anotar a presença do herdeiro da Casa de Vila Real nalguns dos momentos importantes da vida pessoal de D. Manuel I. Ainda que o monarca o tenha encarregado, em meados de 1496, no serviço de comunicar aos *Reis Católicos* o desejo de consorciar-se com a princesa D. Isabel, no entanto, as negociações do contrato matrimonial foram conduzidas por D. Álvaro, tio do duque de Bragança, entre os finais de 1496 e o Verão de 1497, acabando por ser ratificadas pelo camareiro-mor D. João Manuel ²⁸. O longo período de 11 meses que intervalou a assinatura do acordo nupcial e a consumação do casamento, em Outubro de 1497, explica-se pela necessidade de D. Manuel I cumprir, tanto quanto possível, aquilo que foi uma exigência pessoal da sua consorte: a expulsão dos judeus e mouros do Reino de Portugal ²⁹. Entre os nobres que o rei escolheu para o acompanharem na comitiva que se deslocou à vila raiana de Valencia de Alcántara, em Castela, onde se realizou e consumou o matrimónio, estava o 1.º conde de Alcoutim ³⁰. Poucos meses depois, também integrou o séquito régio que percorreu Castela e Aragão,

²⁷ Veja-se o subcapítulo II.2.2., *infra*.

²⁸ AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*: Gaveta 17, maço 5, n.º 15 e maço 1, n.º 9, por cartas de 30-11-1496 e de 11-08-1497, ambas publicadas nos *Documentos referentes...*, *cit.*, vol. III, n.ºs 467 e 471, pp. 1-8 e 15-18, assim como n’*As Gavetas da Torre do Tombo*, *cit.*, vol. VII, pp. 131-140 e vol. VI, pp. 486-489.

²⁹ Sobre este assunto, veja-se a síntese de João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I (1469-1521)...*, *cit.*, pp. 83-85.

³⁰ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, *cit.*, I Parte, cap. 24.

onde D. Manuel I e D. Isabel foram jurados príncipes herdeiros do primeiro destes dois reinos ³¹. E como ficou notado noutro lugar, teve uma participação destacada nas Cortes de 1499, objectivamente reunidas para efectuar o juramento do recém-nascido príncipe D. Miguel da Paz, que o tornou no herdeiro presuntivo das coroas ibéricas de Portugal, de Castela e de Aragão ³².

Nos primeiros anos do reinado manuelino, enquanto aguardou pela sucessão na chefia da Casa de Vila Real, D. Fernando de Meneses foi uma figura muito assídua na corte de el-rei, acompanhando-o e servindo-o nos principais episódios da vida social e política do Reino. De resto, manteve esse hábito nos primeiros anos do seu marquesado. Em Outubro de 1499, já no uso do título de marquês, foi um dos senhores encarregados de transportar o ataúde que continha os restos mortais de D. João II, trazidos da cidade de Silves, para serem cerimoniosamente depositados no mosteiro da Batalha, conforme fora ordenado por D. Manuel I ³³. Um ano depois, terá assistido ao segundo enlace do monarca, em Alcácer do Sal, onde D. Manuel I recebeu por esposa a Infanta D. Maria, a mesma filha dos *Reis Católicos* que ele preterira para dar lugar ao desejo de casar com a irmã D. Isabel ³⁴. As festas deste novo consórcio prosseguiram em Lisboa, onde o casal régio passou o Natal, em animada celebração, como se apura na carta que o embaixador Ochoa de Isasaga enviou aos pais da rainha ³⁵, a qual se revela muito interessante, por nos oferecer, com enorme pormenor, um quadro bastante colorido e pitoresco da vida da corte portuguesa. Pelas palavras daquele embaixador, pode afirmar-se que o marquês D. Fernando de Meneses ficou assim retratado: folião, vaidoso e deleitado por D. Maria de Cárdenas, dama da rainha, cuja beleza lhe terá despertado uma especial afeição. Sabe-se que o cortejo amoroso dirigido ao género feminino, quando manifestado de forma jovial e onírica, constituía apenas mais um predicado que formava o universo dos arquétipos comportamentais registados nos serões festivos das várias cortes europeias da época. De resto, também D. Diogo Lobo, 2.º barão de Alvito, padeceu de idênticos arrebatamentos por outra das damas da rainha. Daí que, em tom alegre, mas sem descurar algum ciúme,

³¹ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., I Parte, cap. 28. Curiosamente, o conde de Alcoutim não é mencionado por Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cit., p. 298, que apenas nos dá o registo dos seus irmãos D. Henrique de Noronha e D. Diogo de Noronha.

³² Conferir, *supra*, o parágrafo redigido no subcapítulo I.5.3., em torno das notas 303-304.

³³ Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cit., p. 293. Neste acto solene, a missa religiosa foi oficiada pelo seu irmão D. João de Noronha, prior de Santa Cruz de Coimbra.

³⁴ O matrimónio celebrou-se em 30-10-1500: Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., I Parte, cap. 46. A consumação do mesmo aconteceu no dia 31: *Documentos referentes...*, cit., vol. III, n.º 493, pp. 64-65.

³⁵ *Documentos referentes...*, cit., vol. III, n.º 497, pp. 77-85.

a marquesa D. Maria Freire e a baronesa D. Joana de Noronha tivessem pedido à rainha para lhes apresentar as suas damas de companhia, a fim de apreciá-las, visto que, depois da sua chegada, os seus maridos tinham deixado de fazer caso delas.

É mesmo de crer que os impulsos de D. Fernando de Meneses tenham transposto a fronteira do simples galanteio. Nas festas que comemoraram o nascimento do príncipe D. João, em Junho de 1502, ficamos com a sensação clara da existência de amores bem avançados entre o marquês de Vila Real e aquela sua dilecta dama, a quem dedicou uma representação cénica, na qual fez grandes despesas, além de muitas outras, em honra da mesma dama, à custa das quais, “*para sempre ficou endividado*”³⁶. Igualmente grandes foram as despesas que o marquês realizou nas festas subsequentes ao acto de juramento do referido príncipe, solenizado nas Cortes que se reuniram para o efeito, em meados de Agosto³⁷. Nesses festejos, D. Fernando de Meneses alardeou a sua condição e riqueza, ao entrar no terreiro da Ribeira “*com 6 azémolas carregadas de canas pintadas de ouro e azul; e aos pescoços delas grandes chocalhos de prata; e cobertas de reposteiros de veludo carmesim, as armas do aleo neles borlados; e em cima de cada uma, assentado em cu, um leão dourado e prateado, sustendo com as mãos umas grandes bandeiras douradas, com as armas do aleo, que é uma capela de silvas e dentro as letras do aleo; e ele, de sua pessoa, em muita maneira avantajado de grande despesa*”³⁸. Outro factor que também contribuiu para o endividamento crónico da Casa de Vila Real residiu no estilo pomposo e magnífico que os senhores desta casa muito gostavam de emprestar à exibição pública da sua grandeza sociopolítica e vaidade pessoal. Todavia, vale a pena indicar que D. Fernando de Meneses, nestas festividades do nascimento e do juramento do príncipe D. João, pôde dar-se a tamanhos luxos. De facto, no mês de Março de 1502, o marquês começou a resgatar de D. Manuel I a mercê régia das 20 000 dobras que D. Afonso V prometera para o casamento dos seus pais e que deveria ser obrigatoriamente paga pela Coroa, se não em vida de D. Pedro de Meneses, então, num prazo máximo de quatro anos, após o seu decesso, em favor dos seus herdeiros.

³⁶ Assim no-lo diz Gaspar CORREIA, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, com leitura, introdução, notas e índice de José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1992, p. 13.

³⁷ A datação do juramento infere-se, por exemplo, pela informação transmitida na carta régia de 04-07-1502, endereçada à cidade do Porto, intimando-a a eleger os procuradores que a representariam no acto, ao qual deveriam apresentar-se, num prazo de 40 dias. Publicada nas *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*, org. João José Alves Dias, Lisboa, CEH – UNL, 2001, pp. 33-34. Esta informação corrige a datação transmitida por Gaspar CORREIA, *Crónicas...*, *cit.*, p. 14, dizendo-nos que o juramento do príncipe D. João se realizou no dia 7 de Julho.

³⁸ Gaspar CORREIA, *Crónicas...*, *cit.*, p. 14.

Em Outubro de 1502, D. Manuel I decidiu fazer uma peregrinação a Santiago de Compostela. Na interpretação de Damião de Góis, fê-lo para agradecer a boa andança e o sucesso das viagens que ocasionaram a abertura e ligação do comércio marítimo entre Portugal e o mar índico, através do Atlântico Sul, realidade que lhe permitiu intitular-se senhor “da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”. Além disto, a romaria terá servido também para agradecer a forma como ascendera ao trono e a manutenção das pazes com Castela, donde lhe resultou, por enlances matrimoniais, a graça e a certeza de um herdeiro destinado à sua sucessão. Outrossim, terá servido para pedir a protecção do *Apóstolo das Espanhas* relativamente a novas expedições militares em Marrocos, que então queria realizar ³⁹. A comitiva que viajou com o monarca até à Galiza foi muito reduzida e formada por indivíduos que privavam mais proximamente com ele, dos quais nos ficou notícia de alguns senhores e fidalgos principais. Um deles foi o 2.º marquês de Vila Real. Diz-nos Damião de Góis que foi nele que D. Manuel I, desejando passar despercebido em território galego, ordenou a todos os acompanhantes que acatassem ao marquês D. Fernando como se fosse a sua real pessoa. O monarca só se deu a conhecer em Compostela, sendo então saudado pelos maiores dignitários civis e eclesiásticos da cidade ⁴⁰.

2. Do Algarve ao Minho: matrimónio e nobilitações

2.1. Casamento e descendência

Ao contrário do que vimos relativamente ao seu progenitor, nada sabemos sobre a forma como foi tratado o casamento de D. Fernando de Meneses com D. Maria Freire de Andrade. Não dispomos de qualquer testemunho documental que nos esclareça sobre a data do consórcio e as condições que nele se ajustaram. Parece que o enlace aconteceu mais pela inclinação amorosa de D. Fernando que pela vontade do seu pai ⁴¹. Se assim foi, a única razão plausível que levou D. Pedro de Meneses a desapreciar o matrimónio terá sido a condição social mediana de D. Maria Freire.

³⁹ Vide João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I (1469-1521)...*, cit., p. 122.

⁴⁰ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., I Parte, cap. 64. Bem diferente é a versão do compilador anónimo dos *Ditos Portugueses...*, cit., n.º 289, p. 117, que atribui a D. João de Sousa, senhor de Sagres e de Nisa, a representação fingida do rei.

⁴¹ D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo V – livro VI, p. 119.

Sabemos que D. Maria Freire foi a única filha nascida das segundas núpcias do seu pai João Freire de Andrade, fidalgo da Casa Real, com D. Leonor da Silva, donzela da mesma casa, cujo casamento se contratou em 12 de Dezembro de 1448, com o apoio financeiro de D. Afonso V ⁴². É esta a data que aparece escrita no registo da chancelaria do *Africano*, mas é possível que esteja errada, pois, em 10 de Abril de 1450, João Freire de Andrade recebeu do monarca uma carta de confirmação do contrato do seu primeiro enlace tratado em 1442 com D. Isabel Coutinho, de quem não teve geração ⁴³.

Parece mais provável que o segundo consórcio de João Freire tenha sucedido no ano de 1458 ⁴⁴. Esta possibilidade ganha consistência com o teor de algumas fontes que nos sugerem a datação dos tempos de nascimento e de maternidade de D. Maria Freire de Andrade. Uma carta sem data, mas, indubitavelmente datável da segunda metade de 1499, que o humanista Cataldo Parísio Sículo remeteu ao então marquês D. Fernando de Meneses, informa-nos a existência de quatro filhos gerados na sua relação conjugal com D. Maria Freire, sendo três varões e uma rapariga ⁴⁵. Estes quatro filhos eram: D. Pedro de Meneses, nascido em 1487 ⁴⁶; D. Leonor de Noronha, nascida em 1488 ⁴⁷; D. João de Noronha; e D. Nuno Álvares Pereira de Noronha. Além destes, o casal também teve D. Afonso de Noronha, que “*nasceu filho quarto*” ⁴⁸, entre os descendentes masculinos. Em função dos dados oferecidos pela carta de Cataldo, este quarto filho só terá nascido em 1500, no mínimo ⁴⁹. Por outro lado, é justamente a filha D. Leonor de Noronha que nos sugere a data de nascimento da sua mãe. Num manuscrito da sua tradução feita sobre a

⁴² AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 20, fls. 40 v.º-41.

⁴³ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fls. 76 v.º-77. Publicado nos *Documentos das Chancelarias Reais...*, cit., tomo I, Adenda, n.º 128, pp. 596-599. Este casamento com D. Isabel Coutinho (ou “de Meneses”, como se regista no documento) foi contratado em 01-10-1442, por mercê da rainha D. Leonor, mãe de D. Afonso V, estando ela exilada em Castela. Note-se que D. Isabel era filha de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta e viúva de D. Fernando de Vasconcelos, senhor de Cascais.

⁴⁴ Assim é dito, porém, sem mencionar a origem da fonte, por Óscar Caeiro PINTO, *A Linhagem de João Freire de Andrade, 1.º Senhor de Alcoutim*, [Loulé,] Arandis Editora, 2014, p. 40.

⁴⁵ Cataldo Parísio SÍCULO, *Epístolas – I Parte*, com fixação do texto latino, tradução, prefácio e notas de Américo da Costa Ramalho e de Augusta Fernanda Oliveira e Silva, Lisboa, INCM, 2010, n.º 171, pp. 551-563. Esta carta só pode datar da segunda metade de 1499, por Cataldo referir o marquês com 36 anos de idade – logo, nascido em 1463 (veja-se, *supra*, fonte citada com a nota 2) – e também por esta I Parte das missivas do humanista siciliano ter sido levada ao prelo em 21-02-1500 (*ibidem*, p. 565).

⁴⁶ Como já há muito foi comprovado por Américo da Costa RAMALHO, «Investigações sobre Cataldo Sículo» in *idem*, *Estudos Sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, IAC / Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos anexo à FLUC, 1969, pp. 67-70.

⁴⁷ O seu epitáfio indica que faleceu em 1563, com 75 anos de idade: *vide* D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo V – livro VI, p. 121.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 121.

⁴⁹ Há fontes que nos sugerem o nascimento de D. Afonso para um período estimado entre 1495 e 1498, mas o cotejo da informação que elas contêm é geradora de dificuldades para precisar com exactidão o tempo desse nascimento: *vide* Nuno VILA-SANTA, *D. Afonso de Noronha...*, cit., p. 23.

Décima Enéade (ou Eneida), de Marco António Sabélico, ao livro sétimo, no capítulo 5, D. Leonor diz-nos: «A Da Leonor da Sylua, minha auo, mulher de João Freire nam auia filhos ... e em antes de hum anno paryo de huma filha, que se chamaua D^a Maria Freire, que foy Marqueza de Villa Real» ⁵⁰. Acreditando na veracidade destas palavras – tanto mais, transmitidas por uma descendente directa – e admitindo que os avós maternos de D. Leonor de Noronha trataram casamento no final de 1458, então, D. Maria Freire terá nascido por volta de 1460 e teria cerca de 40 anos de idade aquando da nascença do seu último filho D. Afonso, se este veio ao mundo em 1500. Pelo contrário, se João Freire e D. Leonor da Silva casaram em 1448, como indica claramente o registo da chancelaria afonsina, confrontamo-nos com esta realidade atípica e pouco provável: D. Maria Freire nascida em 1450, com a primeira maternidade aos 37 anos de idade e mantendo índices notáveis de fertilidade na quinta década da sua vida.

Diz-nos Damião de Góis que João Freire de Andrade, filho secundogénito de pai homónimo, foi senhor de Alcoutim, teve muita fazenda em Beja e seu termo e exerceu o ofício de aposentador-mor de D. Afonso V, a quem acompanhou na tomada de Alcácer Ceguer e na incursão que este monarca realizou na serra de Benacofu ⁵¹. Parece que foi em Junho de 1458 que João Freire de Andrade recebeu de el-rei a doação vitalícia sobre o senhorio da vila de Alcoutim e seu termo, com todas as jurisdições, rendas e direitos, salvo correição e alçada, mais o castelo da vila e a renda da dízima de tudo o que nela aportasse por via fluvial ⁵². Foi este conjunto de doações que D. Maria Freire obteve do *Africano*, em 1465, ano do decesso do seu pai e em que ela nos surge documentada pela primeira vez ⁵³, em execução de uma promessa régia ⁵⁴. E foram estas mesmas doações relativas a Alcoutim, assim como os bens havidos em Beja, que constituíram o dote do seu casamento com D. Fernando de Meneses, herdeiro da Casa de Vila Real.

⁵⁰ Vide Carlos da Silva TAROUCA, «Uma História de Portugal no séc. XV^o e a sua autora» in *Brotéria*, vol. 48 – fasc. 6, Lisboa, s.e., 1949 (Junho), p. 668.

⁵¹ Damião de GÓIS, *Livro de Linhagens de Portugal*, cit., p. 513. Para mais indicações, além do pouco que foi notado por Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, cit., vol. II, pp. 251-252, veja-se Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira...*, cit., pp. 714-717.

⁵² AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 20, n.^{os} 1 e 3, pp. 135-136.

⁵³ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 14, fls. 53 v.^o e 107, por cartas de 16-10-1465 e de 20-10-1465. Equivocaram-se os dois últimos autores referidos na nota 51, ao dizerem que a doação régia de Alcoutim foi feita a João Freire de Andrade. O teor da carta de 20-10-1465 (com traslado em AN/TT, *Guadiana*, livro 5, fls. 121 v.^o-122) refere-nos claramente que a doação da vila, castelo e demais direitos de Alcoutim foi efectuada em benefício de D. Maria [Freire] de Andrade, pois, como nela se lê, o seu pai “João Freire de Andrade, fidalgo que foi de nossa casa, que deus perdoe”, era já falecido.

⁵⁴ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 26, fl. 132, por carta de 22-09-1474, onde consta que el-rei prometeu a João Freire de Andrade que, por sua morte, faria mercê da vila de Alcoutim à sua filha D. Maria Freire e, caso esta falecesse, à sua mulher D. Leonor da Silva.

Com um dote que, à partida, não seria despreciando, a depreciação de D. Pedro de Meneses relativamente ao casamento do seu herdeiro D. Fernando com D. Maria Freire, se existiu, só poderia ser pela condição social mediana da futura nora ⁵⁵. Teria D. Pedro de Meneses já idealizado um enlace com maior prestígio social? Ignoramos. A data do consórcio entre D. Fernando de Meneses e D. Maria Freire de Andrade é desconhecida, embora possamos presumi-la algures entre os anos de 1481 e 1486. O limite máximo é justificado pelo nascimento do primogénito D. Pedro de Meneses, em Ceuta, no ano de 1487, portanto, num tempo em que D. Fernando ainda servia o ofício de capitão daquela cidade. Quanto ao limite mínimo, este não será aquém de meados de 1481, numa altura em que D. Maria Freire ainda viveria no estado de solteira ⁵⁶.

Tal como o seu pai, também D. Fernando teve êxito no assunto da descendência gerada, sobretudo, no número de filhos masculinos, garantindo assim as condições para projectar a herança da casa senhorial vila-realense num filho varão. Essa sorte coube ao primogénito D. Pedro de Meneses, cujo trajecto veremos adiante ⁵⁷. Relativamente aos secundogénitos que tomaram o apelido Noronha, já os nomeámos: D. Leonor, D. João, D. Nuno Álvares Pereira e D. Afonso. Sobre D. Leonor, nada mais apontamos, por ora, senão os factos de não ter casado e de ter sido uma insigne autora e tradutora da língua latina, cujos talentos muito deveu ao magistério de Cataldo Sículo ⁵⁸. É de assinalar que toda a progenitura varonil regista um factor comum: a governação militar da capitania de Ceuta ⁵⁹. Quanto aos casamentos dos filhos do 2.º marquês de Vila Real, além de D. Pedro de Meneses, que desposou com D. Beatriz de Lara, sua prima coirmã, apenas D. Nuno Álvares Pereira e D. Afonso contraíram matrimónio: o primeiro, com D. Maria de Noronha, filha de D. Martinho de Castelo Branco, 1.º conde de Vila Nova de Portimão,

⁵⁵ Como se disse, no corpo do texto, pelo lado paterno, era filha de um secundogénito. Pelo lado materno, era filha de D. Leonor da Silva, que, por sua vez, era filha do vedor da fazenda Pêro Gonçalves, *o Malafaia* († 1435-36?) e de Isabel Gomes da Silva, filha bastarda do alferes-mor João Gomes da Silva: vejam-se Damião de GÓIS, *Livro de Linhagens de Portugal*, cit., p. 140 e as *Chancelarias Portuguesas*: D. Duarte, cit., vol. I-2, n.º 1029, p. 292.

⁵⁶ Baseamo-nos numa carta régia de 13-07-1481 (inserta numa confirmação de 13-07-1497) pela qual D. Afonso V doou a D. Maria Freire – assim chamada, somente, sem qualquer associação marital – a dízima dos espelhos, agulhões, pentes, cofres, arcas e outras coisas que a Coroa arrecadava na alfândega de Alcoutim: AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 40, fl. 22 e *Místicos*, livro 1, fls. 69-69 v.º.

⁵⁷ Veja-se o Capítulo III, *infra*.

⁵⁸ Conferir, *infra*, o parágrafo redigido no subcapítulo III.1.1., em torno das notas 28-30.

⁵⁹ Os tempos desses governos foram os seguintes: D. Pedro de Meneses (1512-1517); D. João de Noronha (1520-1524); D. Nuno Álvares Pereira de Noronha (1528-1538); e D. Afonso de Noronha (1538-1549). É sobre o governo deste último que possuímos maiores informações, a que não é alheio o contexto histórico em que ocorreu, sendo ainda o mais bem-sucedido de todos os irmãos, no que toca ao exercício de cargos políticos ao serviço da Coroa, pois, também viria a ser vice-rei do Estado da Índia (1550-1554): vide Nuno VILA-SANTA, *D. Afonso de Noronha...*, cit., pp. 35-57 e 69-111.

da qual não teve prole; e o segundo, com D. Maria de Eça, que lhe deu uma mão-cheia de filhos ⁶⁰. O único descendente do marquês que não se casou foi D. João de Noronha, mas teve dois filhos bastardos ⁶¹.

2.2. O condado de Alcoutim

Há pouco, vimos que o senhorio da vila de Alcoutim pertencia a D. Maria Freire de Andrade, desde 1465, em sucessão ao seu falecido pai, por nova doação feita por el-rei D. Afonso V. Noutro lugar, vimos também, segundo nossa opinião, que a outorga do título condal de Alcoutim feita a D. Fernando de Meneses resultou da negociação que o marquês D. Pedro de Meneses, seu pai, tratou com D. Manuel I, a fim de possibilitar a cedência e restituição do senhorio e condado de Ourém à Casa de Bragança.

Nos finais de 1496, D. Manuel I fez doação da vila de Alcoutim a D. Fernando de Meneses, cujo senhorio já detinha devido ao seu casamento com D. Maria Freire, não apenas em remuneração dos serviços que ele prestara na guerra contra os mouros, em África, mas também em atenção aos serviços outrora praticados no mesmo espaço pelos seus ascendentes linhagísticos, em benefício dos reis anteriores e da Coroa de Portugal. Tratou-se de uma nova doação, realizada na sua forma vitalícia e hereditária, com todas as jurisdições, rendas e direitos, excepto correição, alçada, sisas gerais e alfândega, que ficaram reservadas a el-rei. Além de ter investido D. Fernando na dignidade de conde de Alcoutim, o monarca determinou ainda que, entrando ele na herança do marquesado do seu pai D. Pedro, a sucessão do título condal seria transmitida ao seu filho primogénito e varão, ou ao seu neto, também primogénito e varão, em linha directa, segundo a forma da *Lei Mental*. Mais, outorgou-lhe o privilégio de entregar a esse filho primeiro, quando assim o quisesse, a fruição de todas as prerrogativas inscritas nesta sua doação, logo que ele atingisse os 15 anos de idade ⁶².

Os novos condes de Alcoutim não perderam muito tempo em pedir a ratificação régia de vários privilégios e direitos que o casal já possuía, antes de receberem a doação

⁶⁰ Para ambos, veja-se D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo V – livro VI, pp. 120-123. E sobre a descendência de D. Afonso, vejam-se mais informações dadas por Nuno VILA-SANTA, *D. Afonso de Noronha...*, cit., p. 153 e ss.

⁶¹ Relativamente a D. João de Noronha, morto pelos mouros, no ano de 1524, quando governava Ceuta, assim como os seus filhos D. Antão e D. André de Noronha, cf. D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo V – livro VI, pp. 120 e 145-146 e D. Jerónimo de MASCARENHAS, *História de la Ciudad de Ceuta*, cit., caps. 70 e 75.

⁶² AN/TT, *Místicos*, livro 1, fls. 286-287 v.º, por carta de 15-11-1496.

do título. Assim, entre as confirmações régias outorgadas, em Julho de 1497, contam-se: o privilégio de 30 homiziados poderem viver em Alcoutim e no seu termo, até um limite de sete léguas ⁶³; o privilégio de nomear coudel para a mesma vila e de nenhum oficial régio entrar nela para acontiar ou fazer alardos ⁶⁴; os privilégios gerais do concelho e homens bons de Alcoutim e seu termo ⁶⁵; a posse dos moinhos edificadas no esteiro da Amarela ⁶⁶; e a doação da dízima dos espelhos, aguilhões, pentes, cofres, arcas e outras coisas, que a Coroa recebia na alfândega de Alcoutim ⁶⁷. Na mesma altura, D. Fernando de Meneses também pediu a confirmação da carta que o habilitava à sucessão da casa e marquesado do seu pai, com todos os privilégios, liberdades e franquezas ⁶⁸, tal como a aprovação de duas cartas dadas por D. João II, relativas ao seu assentamento de 200 000 reais ⁶⁹ e à tença de 100 000 reais que alcançara por renúncia do seu pai ⁷⁰. Além destas, D. Manuel I concedeu-lhe mais uma tença anual de 100 000 reais, conforme outra carta de padrão, outorgada por D. João II ⁷¹.

Os pedidos de confirmação não ficaram por aqui. Antes de findar o ano de 1497, D. Fernando de Meneses solicitou a ratificação de direitos que eram auferidos pela sua

⁶³ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 32, fl. 10 e *Guadiana*, livro 1, fl. 296 v.º, por carta de 12-07-1497. Tratou-se da ampliação desse privilégio, com base na carta de 07-11-1458, pela qual D. Afonso V dera a mesma prerrogativa a João Freire de Andrade, mas apenas para 15 homiziados poderem viver em Alcoutim e seu termo, até um limite de dez léguas, tal como na vila de Mértola.

⁶⁴ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 40, fl. 5, *Místicos*, livro 1, fl. 73 v.º e *Guadiana*, livro 1, fls. 295 v.º-296, por carta de 12-07-1497. Tratou-se da confirmação do mesmo privilégio expresso na carta de 28-10-1471 que D. Afonso V outorgara a D. Leonor da Silva e a D. Maria Freire de Andrade, viúva e filha de João Freire de Andrade, respectivamente.

⁶⁵ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 40, fls. 5-6 e *Guadiana*, livro 1, fls. 64 v.º-67, por carta de 12-07-1497, confirmando uma carta de D. João II, sem a transcrição do seu escatocolo, que, por sua vez, confirmara uma outra de 19-08-1449 que D. Afonso V concedera em ratificação de outras dadas pelos seus antecessores régios, desde o reinado de D. Dinis.

⁶⁶ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 40, fl. 21 v.º e *Místicos*, livro 1, fls. 68 v.º-69, por carta de 13-07-1497. Tratou-se da confirmação da carta de 13-05-1467 que D. Afonso V outorgara a D. Leonor da Silva, viúva de João Freire de Andrade, aprovando-lhe a propriedade vitalícia e hereditária dos moinhos que o seu defunto marido mandara construir no referido esteiro, sem autorização régia, por tais imóveis estarem erigidos sobre o mar salgado, espaço que se considerava pertencente à Coroa.

⁶⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 40, fl. 22 e *Místicos*, livro 1, fls. 69-69 v.º, por carta de 13-07-1497. Tratou-se da confirmação da carta régia de 13-07-1481, pela qual el-rei D. Afonso V fizera doação da referida dízima a D. Maria Freire de Andrade.

⁶⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 40, fl. 21 e *Místicos*, livro 1, fl. 68, por carta de 12-07-1497, que atestou outra de 21-08-1476, já citada no subcapítulo I.4.3., nota 209.

⁶⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 32, fl. 50 e *Místicos*, livro 1, fls. 69 v.º-70, por carta de 13-07-1497, que atestou outra de 08-05-1483, já citada no subcapítulo I.5.1., nota 256.

⁷⁰ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 40, fl. 21 e *Místicos*, livro 1, fls. 67 v.º-68, por carta de 13-07-1497, que atestou outra de 08-10-1483, já citada no subcapítulo I.5.1., nota 257.

⁷¹ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 40, fl. 21, por carta de 13-07-1497. Em 1520, este padrão já estava reduzido ao valor de 75 222 reais, aos quais se tiraram outros 18 000 reais, em satisfação da doação régia da renda de metade do foro cerrado da vila de Monção: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 37, fl. 28, por carta de 12-01-1520, inserta numa carta de padrão de 57 222 reais, datada de 23-12-1522, outorgada a Afonso de Albuquerque, a quem foram vendidos estes dinheiros.

esposa D. Maria Freire, entre os quais, uma tença anual de 16 000 reais ⁷² e a renda da dízima e ramo da louça da vila de Alcoutim, que lhe fora doada pela sua mãe D. Leonor da Silva, por ocasião do seu casamento ⁷³. Em Abril de 1498, D. Fernando obteve ainda a ampliação das prerrogativas de transmissão sucessória da doação das rendas da vila de Tavira, no sentido de ser regulada pela *Lei Mental* ⁷⁴.

2.3. O condado de Valença

Pouco depois da doação do condado de Alcoutim, em 15 de Novembro de 1496, D. Manuel I prometeu a D. Fernando de Meneses que o alçaria à dignidade de marquês, dali a quatro anos, tendo-lhe dado uma carta nesse sentido, na qual apenas não nomeou a terra do futuro marquesado ⁷⁵. Este informe atesta-nos o apreço do monarca pela Casa de Vila Real, sobretudo, pelo conde de Alcoutim, seu primo, que sempre o apoiou, antes e depois de subir ao trono. Cumprindo-se esta promessa, D. Fernando teria os títulos de marquês e de conde, tal como o seu pai, embora D. Pedro tivesse apenas do condado de Ourém a honraria titular e não o usufruto pleno do senhorio territorial, já cedido à Casa de Bragança. Parece que a morte do marquês D. Pedro, no Verão de 1499, inviabilizou a execução daquela promessa régia. Nada obstava que D. Fernando fosse marquês de duas terras diferentes, mas, uma vez verificada a sua sucessão no marquesado vila-realense, é provável que o *Venturoso* tenha abandonado a ideia de doar outra ‘marca’ territorial ao novo chefe da Casa de Vila Real. Assim, em vez de lhe dar um novo título de marquês, terá preferido concessionar-lhe um novo título condal, então, respeitante à vila minhota de Valença, também ela situada em território fronteiriço.

Existem duas cartas alusivas à doação régia da vila e título condal de Valença, ambas de 1499: uma de 1 de Setembro e outra de 12 de Dezembro, a qual substituiu a

⁷² AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 32, fl. 50 e *Místicos*, livro 1, fls. 70-70 v.º, por carta de 14-11-1497. Tratou-se da confirmação da carta régia de 08-07-1474, pela qual el-rei D. Afonso V fizera doação da dita tença a D. Maria Freire de Andrade, em satisfação da renda da dízima da alfândega de Alcoutim, cuja arrecadação o *Africano* mandou reverter para a Coroa.

⁷³ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 40, fl. 21 v.º e *Místicos*, livro 1, fls. 68-68 v.º, por carta de 14-11-1497. Tratou-se da confirmação da carta régia de 30-10-1478, pela qual el-rei D. Afonso V fizera doação da dita dízima a D. Leonor da Silva.

⁷⁴ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 50, fl. 36, por um alvará datado de 04-04-1498, inserto numa confirmação régia de 05-11-1524, dada a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real. O referido alvará ampliou o teor da carta régia de 08-12-1496, já citada, *supra*, neste Capítulo II, nota 23.

⁷⁵ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 1, n.º 16, p. 6, onde se menciona que essa carta, cujo teor se desconhece, exibia a data de 20-11-1496 e foi registada no ‘Livro das Mercês’, guardado no Cartório dos senhores da Casa de Vila Real.

anterior. O principal aspecto que as diferencia, entre outros, reside no valor e carácter da doação: a primeira, feita de juro ⁷⁶; a segunda, feita de juro e herdade, regulada pela *Lei Mental* ⁷⁷. Seguindo o teor desta última, D. Manuel I fez doação das vilas de Valença e de Caminha e da terra de Valadares ao marquês D. Fernando de Meneses, com todas as suas rendas, direitos e jurisdições, excepto correições, alçadas, sisas gerais e alfândegas, reservadas a el-rei. Além disto, doou-lhe os direitos e rendas que a Coroa tinha nas vilas de Viana da foz do Lima e de Monção, salvo as sisas gerais e as dízimas das alfândegas. E deu-lhe também a dízima nova do pescado da vila de Tavira, excepto na arrecadação tocante às armações dos atuns. Todos estes direitos e rendas foram livremente doados, sem quaisquer encargos, em contraste com o enunciado pela carta de 1 de Setembro, na qual se fixara que a concessão se fizesse por um desconto de 300 000 reais, quantia que seria retirada às receitas anuais que o marquês recebia da fazenda régia.

Além dos direitos reais das terras minhotas inscritas na doação do condado de Valença, D. Fernando logrou também a prerrogativa de fruir todos os direitos e rendas existentes naquelas terras, cuja cobrança vagasse por óbito das pessoas que as detinham, por mercê régia. Mas, nestes casos, D. Manuel I impôs-lhe a obrigação – de resto, nem sempre cumprida – de entregar à Coroa a sua respectiva valia, pela comutação de rendas ou subtracção de dinheiros que ele recebesse do erário régio. Assim foi com a doação de certos direitos em Caminha e em Valença, avaliados em 47 635 reais, cuja arrecadação vagara por morte da mulher do alcaide de Castro Minho e sobre a qual quantia se fez a devida subtracção ⁷⁸. O mesmo não aconteceu com a doação de metade do foro cerrado, anualmente pago à Coroa pela vila de Monção, no valor de 18 000 reais, que vagara por morte de Afonso de Meira, a quem fora doada a sua cobrança ⁷⁹. Pelo contrário, a outra

⁷⁶ AN/TT, *Místicos*, livro 4, fls. 102 v.º-104 v.º. Foi também averbada no AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 41, fl. 122 v.º, mas o seu registo está incompleto. Primeira referência publicada na *História Florestal, Aquícola e Cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Chancelarias Reais*, direcção e selecção de Carlos Manuel Leitão Baeta Neves, vol. IV (1495-1521), Lisboa, Ministério da Agricultura [...], 1983, n.º 180, pp. 159-163.

⁷⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 50, fls. 33-34, estando inserta numa confirmação régia de 06-11-1524, outorgada a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real.

⁷⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 38, fl. 8 v.º, por carta de 20-06-1506. O desconto fez-se pela soma de 22 857 reais, subtraídos de uma carta de padrão relativa à satisfação de parte do seu assentamento de marquês, com 24 778 reais, abatidos numa carta de padrão de 100 000 reais. Esta última refere-se à carta que foi outorgada em 13-07-1497 (já citada, *supra*, nota 71) e que se transformou noutra do género, ficando cotada no valor de 75 222 reais: *ibidem*, livro 38, fl. 9, por carta de 20-06-1506. Estes 47 635 reais deduzidos nas tenças do marquês foram dados a Francisco de Mendanha, filho do alcaide de Castro Minho: *ibidem*, livro 38, fl. 9 v.º, por carta de 20-06-1506.

⁷⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 38, fl. 92 e *Místicos*, livro 1, fl. 273, por carta de 02-11-1501. Veja-se também AN/TT, *Além Douro*, livro 5, fls. 45-45 v.º, que nos oferece o mesmo teor, porém, numa carta datada de 22-09-1502.

metade de 18 000 reais, que vagou por falecimento de Paio Rodrigues de Araújo, seguiu o trâmite determinado ⁸⁰.

Refere-nos a mesma carta de concessão do condado que, embora não houvesse castelos edificadas, à época, em Valença, em Caminha e em Valadares, D. Manuel I fez doação deles a D. Fernando de Meneses, caso el-rei ou os seus sucessores mandassem erigi-los, no futuro, facultando ainda ao marquês e aos seus herdeiros o fomento da sua construção, se assim o entendessem. Esta regalia também foi confirmada para a vila de Viana ⁸¹. Depois, em adição à carta do condado, o monarca doou-lhe a renda da dízima do ferro e do aço de Valença ⁸². Já fora da doação condal, mediante pedido, D. Fernando ainda conseguiu outros privilégios para a vila valenciana: o acolhimento de homiziados, que nela quisessem viver e lavrar, excepto aqueles que fossem culpados de crimes mais gravosos ⁸³; a prática de carregar quaisquer mercadorias em embarcações da Galiza que viessem ao rio Minho ⁸⁴; e a isenção de pagar dízima de mercadorias importadas, salvo as que viessem dos portos de França e das terras de mouros ⁸⁵.

Apesar da enorme amplitude desta doação condal, existem testemunhos que nos sugerem que ela não terá sido aceite de forma pacífica pelas populações. Assim foi em Valadares, onde ocorreram uniões de alguns moradores contra o ouvidor do marquês de Vila Real, presumivelmente, opondo-se ao exercício da correição senhorial. Quando os acusados não compareceram na corte para justificar os desacatos praticados, o rei puniu-os com degredo para a ilha de São Tomé e com a perda de bens, que acabaram por ser doados ao marquês ⁸⁶. Sabe-se também que alguns dos moradores culpados receberam o perdão régio, por intercessão de D. Fernando de Meneses ⁸⁷.

⁸⁰ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 37, fl. 28, por carta de 12-01-1520, inserta numa carta de padrão régio de 23-12-1522, já citada, *supra*, nota 71.

⁸¹ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 8, fls. 118-118 v.º, por carta datada de 28-01-1500, inserta numa confirmação régia de 12-09-1525, dada ao 3.º marquês de Vila Real.

⁸² AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 44, fl. 89 e *Místicos*, livro 1, fls. 276-276 v.º, por alvará de 10-12-1501, inserto numa carta testemunhável de 23-12-1501.

⁸³ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 6, fl. 115 v.º e *Além Douro*, livro 1, fls. 42-43, por carta de 08-12-1502.

⁸⁴ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 12, fls. 53 v.º-54, por carta datada de 04-12-1502, inserta numa confirmação régia de 09-11-1525 que foi concedida aos moradores da vila de Valença e bem assim aos moradores da vila de Caminha.

⁸⁵ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 6, fl. 116 e *Além Douro*, livro 1, fls. 43-43 v.º, por carta de 02-12-1502.

⁸⁶ AN/TT, *Místicos*, livro 1, fls. 275 v.º-276, por carta de 10-12-1501. Foi também averbada no AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 44, fl. 89, mas o seu registo apresenta-se incompleto.

⁸⁷ Assim se verifica num recado que o marquês de Vila Real dirigiu ao secretário régio António Carneiro, a propósito desse assunto: AN/TT, *Fragmentos*, caixa 6, maço 2, n.º 42, por carta sem data.

3. A primeira década de 1500

3.1. Reforço dos laços de parentesco com el-rei

Na viragem para o século XVI, D. Fernando de Meneses intitulava-se marquês de Vila Real, conde de Valença, senhor de Caminha e de Almeida e capitão e regedor da cidade de Ceuta, em nome de el-rei. Em 1500, era o chefe da família vila-realense, tinha a sucessão garantida e beneficiava muito do favor de D. Manuel I, que, ao conceder-lhe dois títulos condaís (Alcoutim e Valença) ambos regulados pela *Lei Mental*, valorizou a sua condição sociopolítica e acrescentou património à sua casa senhorial.

O marquês não podia queixar-se da falta de atenção do monarca, uma vez que os benefícios também se prolongavam aos dinheiros subsidiados pelo erário régio. Embora lhe tivesse feito a doação vitalícia das rendas da portagem da vila de Santarém, com o direito de arrendar e auferir as receitas dos seus ramos e pertenças, mais o privilégio de nomear oficiais para esse efeito, D. Manuel I tirou a D. Fernando um valor de 200 000 reais, que então usufruía naquela aduana, em satisfação de parte do seu assentamento ⁸⁸, o qual era 322 857 reais. Esta negociação não foi desvantajosa para o marquês, pois, se passou a receber apenas 122 857 reais desse assentamento, o rei não se esqueceu de lhe pagar as verbas anuais que ele ainda não arrecadara relativamente ao tempo em que fora conde de Alcoutim. Neste sentido, o monarca fixou o acrescentamento do assentamento do condado algarvio no valor de 270 000 reais ⁸⁹. Saliente-se também que, pouco antes destes acertos, D. Manuel I já tinha resolvido dotar ao marquês de Vila Real mais uma tença anual de 100 000 reais, a fim de esta ser lucrada em sua vida e na vida do seu filho sucessor ⁹⁰.

A resposta para a dotação destas grandes somas de numerário em favor da Casa de Vila Real parece residir na necessidade de satisfazer propósitos que seriam desejados pelo marquês D. Fernando e relativamente aos quais D. Manuel I deverá ter-se mostrado particularmente interessado em anuir. Um desses propósitos reflectiu-se na aquisição de bens imóveis para serem vinculados ao morgado da sua casa senhorial, conforme estava

⁸⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 13, fls. 14-14 v.º e *Místicos*, livro 2, fls. 247 v.º-248, por carta de 13-03-1500.

⁸⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 13, fl. 50 v.º e *Místicos*, livro 2, fls. 266-266 v.º, por carta de 13-04-1500.

⁹⁰ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 24, fls. 61-61 v.º e *Místicos*, livro 5, fls. 169-169 v.º, por alvará de 10-01-1500, inserta numa carta régia de 17-08-1515.

obrigado pelo respectivo contrato, tendo então optado por realizar compras de terrenos, de casas e do domínio útil de outras, cujo senhorio já lhe pertencia, tudo localizado no bairro anexo aos seus paços do Carmo, em Lisboa. Nesta situação, contou com a ajuda financeira do *Venturoso*, que lhe subvencionou dinheiro, sob condição de empregá-lo na compra de tais bens ⁹¹. Outro propósito foi o casamento entre D. Joana de Noronha e o condestável D. Afonso, efectuado no ano de 1500. Presume-se que este consórcio tenha resultado de conversações iniciadas entre o marquês de Vila Real e D. Manuel I, quando este deu àquele o condado de Alcoutim, em Novembro de 1496. Nesta altura, o monarca também o proveu no exercício interino do cargo de condestável, até que o seu sobrinho D. Afonso tivesse idade para servi-lo ⁹², crendo-se que isso só aconteceu quando casou com a irmã do marquês.

A escritura pública dos capítulos do contrato de obrigação, de segurança de dote e arras e de instituição de morgado para o casamento do condestável D. Afonso com D. Joana de Noronha foi lavrada no Verão de 1500 ⁹³. Enquanto procurador substabelecido pela sua irmã, o marquês de Vila Real ficou incumbido de pagar um dote de 5 contos de reais, assim divididos: 1 conto de reais em prata, jóias de ouro e pedraria; 700 000 reais em enxoval e corregimentos da casa; e o resto em dinheiro ⁹⁴. No mesmo dote, também se incluiu a terça de bens que D. Joana herdara dos seus pais, assim como um padrão de 120 000 reais de tença que ela já tinha de el-rei ⁹⁵, cujas rendas serviriam para ajudar a compor a quantia dotada. A restante remuneração compreenderia ainda quaisquer outras subvenções que D. Fernando de Meneses conseguisse alcançar de el-rei ou da *rainha* D. Leonor, sua irmã. Para preencher aquilo que faltasse para a inteira satisfação do dote, o marquês de Vila Real empenhou uma das suas rendas, qual ele depois escolhesse, tendo então obrigado as receitas da sua lezíria da Valada ou da portagem de Santarém. Por seu turno, o condestável D. Afonso comprometeu-se na entrega de 1 conto e 666 666 reais

⁹¹ Veja-se o subcapítulo II.3.2., *infra*.

⁹² Fê-lo através de uma carta régia de 19-11-1496, cujo conteúdo se ignora, mas que existia no Cartório da casa senhorial vila-realense: AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 1, n.º 20, p. 7.

⁹³ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 17, fls. 77 v.º-80 e *Místicos*, livro 4, fls. 166-170 v.º, por uma escritura de 21-08-1500, inserta numa confirmação régia de 08-10-1500. Segunda referência publicada por D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, tomo I (livro III), n.º 49, pp. 298-309.

⁹⁴ Uma parte substancial do dinheiro, prata e corregimentos foi entregue pelo marquês, logo em 26-10-1500: AN/TT, *Contos do Reino e Casa: Núcleo Antigo 798*, fls. 1 v.º-2, 9-10, 19 v.º, 30, 46 v.º-48 v.º, 64 v.º-66 e 98 v.º-99. Esta fonte refere-se ao chamado ‘Livro do Tesouro do Condestável’, no qual foi registada a receita e a despesa da casa de D. Afonso durante o biênio 1500-01.

⁹⁵ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 41, fls. 111-111 v.º e *Místicos*, livro 4, fls. 90-90 v.º, por carta de 16-01-1499. Esta tença foi-lhe trespassada pelo seu pai D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, que, por sua vez, a houvera pelo casamento contraído com a filha do 2.º duque de Bragança, por carta régia de 21-12-1461 (citada, *supra*, no subcapítulo I.4.1., nota 143).

para as arras de D. Joana. Porém, se falecesse antes dela, a segurança do dote, das arras e dos bens adquiridos pelo casal seria caucionada pela Infanta D. Beatriz, sua avó, que, estando presente na celebração desta escritura, obrigou, com licença régia, as rendas que tinha no montado do campo de Ourique e na vila de Colares, bens que seriam herdados pelo seu neto, depois da sua morte. Determinou-se mais que, se D. Afonso finasse antes da sua avó, a satisfação do dote e das arras seria paga por el-rei, num prazo de três anos, através das rendas da Coroa, estipulando-se ainda que, se D. Beatriz finasse antes de D. Manuel I acabar de pagar tal satisfação, então, D. Joana e os seus herdeiros ficariam na posse dos bens hipotecados pela Infanta, mas com pacto de retroactividade, garantindo a el-rei o direito de tornar a comprá-los.

O casamento não durou muito tempo, visto que o condestável D. Afonso faleceu em Outubro de 1504, mas foi suficiente para gerar uma sucessora, chamada Beatriz de Lara, que viria a casar com o primogénito do 2.º marquês de Vila Real ⁹⁶. Conforme as condições do contrato, a morte precoce do condestável D. Afonso obrigou D. Manuel I a satisfazer à viúva D. Joana o valor total do dote e das arras, equivalente a 6 contos e 666 666 reais, embora o rei tivesse ficado apenas empenhado numa dívida de 5 contos e 766 666 reais, devido a um desconto de 900 000 reais, quantia em que ficou avaliada a tença de 120 000 reais, por esta fazer parte do dote. Assim, o monarca decidiu satisfazer aquela dívida, dando a D. Joana de Noronha uma tença anual de 411 905 reais, na feição de juro e herdade, remunerada no almoxarifado de Beja, pela receita das sisas da vila de Moura, até ser completado o valor da dita dívida ⁹⁷.

Entretanto, em 1506, finava a Infanta D. Beatriz ⁹⁸. Esta situação implicava que os bens que ela hipotecara no contrato de consórcio do seu neto fossem entregues à irmã do marquês de Vila Real. Na verdade, D. Joana só ficaria a lograr as rendas do montado do campo de Ourique, uma vez que a vila de Colares já tinha sido particularmente doada pela Infanta ao condestável, em meados de 1501. No ano seguinte à morte da Infanta, as jurisdições, as rendas e os direitos da vila colareja foram confirmados à sua bisneta D. Beatriz de Lara, com el-rei a declarar que a manutenção de tal mercê só se entenderia se ela casasse mediante seu mandado e aprazimento, sob pena de lha retirar, caso fizesse o

⁹⁶ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., I Parte, cap. 82.

⁹⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 20, fls. 18-19 e *Místicos*, livro 5, fls. 5-6, por carta de 06-08-1505.

⁹⁸ Faleceu no dia 30 de Setembro: Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira MARTINS, *Poder e Sociedade: a Duquesa de Beja*, tese de doutoramento em História Medieval, edição policopiada, [Lisboa,] FLUL, 2011, pp. 65-66.

contrário ⁹⁹. Ignoramos se esta confirmação dada à filha única do condestável procedeu de algum ditame testamentário da Infanta D. Beatriz, visto que desconhecemos qualquer registo que nos ofereça o teor completo das suas últimas vontades. No entanto, sabemos que D. Beatriz de Lara foi provida com alguns bens e rendimentos que a sua bisavó lhe deixou em testamento, a fim de serem vinculados em morgado e na condição de as suas receitas se empregarem na compra de jóias de ouro e de prata, as quais fariam parte do seu dote matrimonial ¹⁰⁰. Quanto às rendas do montado do campo de Ourique, mediante as quais se satisfazia o pagamento da dívida régia do seu dote e arras, D. Joana recebeu no ano de 1512 uma nova carta de padrão de el-rei D. Manuel I, então, no valor anual de 372 043 reais, que, em virtude da avaliação feita sobre as ditas rendas (440 000 reais), substituiu a anterior tença de 411 905 reais, concedida em 1505 ¹⁰¹.

Se el-rei ficou obrigado a pagar a totalidade do dote e das arras de D. Joana de Noronha, resta-nos a dúvida de saber qual o montante do mesmo dote que o marquês de Vila Real despendeu até à data do falecimento do condestável D. Afonso. Sabemos que D. Fernando entregou boa parte daquilo que assegurou para o enxoval e corregimentos domésticos do casal, possivelmente, saldados com o dinheiro que recebeu de Afonso de Albuquerque, futuro governador da Índia, pela venda de 100 000 reais dos 122 857 reais que a fazenda régia lhe pagava em satisfação do seu assentamento ¹⁰². Sabemos também que entregou “*muita de sua prata e muitas jóias de sua Casa ao senhor condestável, em pagamento do dote que lhe prometera*” ¹⁰³, que, de acordo com o contrato matrimonial,

⁹⁹ AN/TT, *Místicos*, livro 5, fls. 41-41 v.º, por carta de 28-05-1507, que inclui o teor da doação particular de 13-07-1501 que a Infanta D. Beatriz fez ao seu neto D. Afonso. Dois anos depois, D. Manuel I renovaria à mesma D. Beatriz de Lara esta confirmação, tornando-a hereditária, com todas as cláusulas, condições e denegações previstas na *Lei Mental*, tal como haviam sido concessionadas ao condestável D. Nuno Álvares Pereira e a D. Afonso, 1.º duque de Bragança, dos quais a referida Infanta herdou a vila de Colares, por legítima sucessão, visto ser bisneta e neta deles, respectivamente: AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 42, fls. 52-52 v.º e *Estremadura*, livro 13, fls. 59 v.º-60 v.º, por carta de 01-09-1509.

¹⁰⁰ AN/TT, *Contos do Reino e Casa: Núcleo Antigo 776*, fls. [16-17], por um alvará régio datado de 18-08-1509, onde são nomeadas as rendas da vila de Serpa e a mercê de 15 000 florins de ouro, estes últimos, substituídos por uma tença anual de 225 000 reais, que era paga no almoxarifado de Setúbal. Esta fonte refere-se ao chamado ‘Livro da receita e despesa dos 225\$, que el-rei deu a D. Brites, sua sobrinha: ano de 1510’, com registos alusivos aos anos de 1509 a 1517.

¹⁰¹ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 42, fls. 130-131 e *Místicos*, livro 5, fls. 106 v.º-107 v.º, por carta de 05-07-1512. A diferença de 67 957 reais, entre o valor da tença e a estimação das rendas do montado, ficou com el-rei, a qual representava a cobrança dos direitos do fabrico e venda de tecidos de lã soriana, oriunda de Castela, assim como da pastagem do gado ovino soriano no dito montado.

¹⁰² AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 13, fl. 51 v.º, por carta de 09-10-1500, alusiva ao padrão vitalício de 100 000 reais, que o monarca concedeu a Afonso de Albuquerque. A carta não refere o valor que Afonso de Albuquerque pagou a D. Fernando pelos ditos 100 000 reais, adiantando-nos apenas que ao marquês foi dada nova carta de padrão, estimada no valor de 22 857 reais.

¹⁰³ Veja-se AN/TT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 9 e as restantes referências documentais citadas, *infra*, nota 111.

era 1 conto de reais. Sabemos ainda que, em 10 de Junho de 1500, o marquês vendeu ao seu irmão D. António de Noronha alguns casais e propriedades, situados em Beja, pelo preço de 2 500 cruzados, em pacto de retroactividade, tendo um prazo de três anos para reaver os bens vendidos ¹⁰⁴. O montante desta venda seria mais 1 conto de reais ¹⁰⁵, pelo que é de crer que D. Fernando tenha empregado esta quantia para comprar mais prata e corregimentos para a casa do condestável. Não dispomos de informação suficiente que nos permita concluir se o marquês de Vila Real remunerou a totalidade dos 5 contos de reais do dote da sua irmã D. Joana ou se pagou somente aquilo que lhe foi possível, até ao tempo da morte do seu cunhado D. Afonso.

3.2. Um marquês que se endivida

O financiamento do dote de casamento da sua irmã constituiu apenas mais uma acha para avivar o estado de endividamento pessoal do marquês de Vila Real. Não será demais lembrarmos o juízo crítico que sobre ele fez Lunardo da Cà Masser, assim como a carta de seguro que D. Fernando de Meneses solicitou a el-rei, relativa à retenção do dinheiro das tenças e assentamentos recebidos nos anos de 1497 a 1504, a fim de saldar dívidas aos seus credores ¹⁰⁶.

Não obstante, logo que assumiu a chefia da casa senhorial vila-realense, uma das primeiras acções tomadas por D. Fernando de Meneses foi a realização de negócios de interesse imobiliário no bairro do Carmo, em Lisboa. Como já indicámos, D. Fernando estava obrigado, conforme o contrato de morgadio da Casa de Vila Real, a adquirir bens imóveis para serem vinculados ao dito morgadio. Os bens comprados seriam herdados pelo seu primogénito, futuro possuidor do vínculo, que ficaria encarregado nos mesmos procedimentos. E embora não tenhamos informações claras, supomos que D. Fernando terá adquirido os bens que se exigiam, em observância de alguma vontade testamentária do seu pai D. Pedro de Meneses, visto que este não pudera comprar quaisquer bens para vincular ao morgado da casa, por ter hipotecado as 20 000 dobras que D. Afonso V lhe dera para o seu casamento, empregando-as então como garantia do pagamento do dote e das arras do seu consórcio.

¹⁰⁴ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 22, n.º 5, p. 150, onde também se indica que esses bens fizeram parte do dote de casamento da sua mulher D. Maria Freire de Andrade.

¹⁰⁵ Assim se calcula, estimando-se que 1 cruzado valeria 400 reais: *vide* D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, *cit.*, tomo IV – livro V, p. 96.

¹⁰⁶ Conferir, *supra*, o parágrafo redigido em torno das notas 24-26.

Conhecem-se alguns documentos relativos às compras de bens que o marquês D. Fernando efectuou no bairro do Carmo, todos eles mediante escrituras públicas lavradas entre Setembro de 1499 e Março de 1500. E se mais documentação houve, não perdurou até ao tempo presente. Quanto aos negócios tratados, D. Fernando de Meneses comprou algumas casas, com as suas demais dependências, assim como o domínio útil de outras, cujo senhorio lhe era pertencente ¹⁰⁷, tendo ainda celebrado, na qualidade de foreiro, um emprazamento com os padres do mosteiro de Santa Maria do Carmo, sobre uns chãos vazios, situados entre os seus paços de residência e os botaréus do dito mosteiro ¹⁰⁸. Em cada uma destas escrituras, pronunciou-se a intenção de todos os bens comprados serem incorporados no contrato de morgadio da casa vila-realense. Note-se ainda que, embora o marquês tivesse o dever de adquirir bens para vincular ao seu morgado, porém, não o fez a expensas próprias, mas à custa de uma subvenção de 1 000 cruzados atribuída por D. Manuel I, sob condição expressa de empregá-la na aquisição dos ditos bens ¹⁰⁹.

As subvenções régias não ficaram por aqui. Em Março de 1502, passados dois anos e oito meses sobre a morte do seu pai, D. Fernando de Meneses requereu a entrega formal das 20 000 dobras que D. Afonso V prometera dotar para o matrimónio dos seus progenitores e que ainda não tinham sido remuneradas pela Coroa. Recorde-se que, no contrato de casamento entre D. Pedro de Meneses e D. Beatriz, em 1462, o então conde de Vila Real empenhou a dotação financeira do *Africano* para garantir o pagamento das arras (7 500 dobras) e do dote (12 500 dobras) à esposa e ao sucessor da casa senhorial, caso finasse antes de qualquer um deles, mais a condição de todo o montante se aplicar na compra de bens de raiz para vincular em morgado. Estas 20 000 dobras deveriam ser satisfeitas, se não em vida de D. Pedro de Meneses, então, num prazo máximo de quatro anos, após a sua morte, em favor dos seus herdeiros ¹¹⁰.

Em execução do direito que lhe assistia no recebimento daquelas 20 000 dobras, o marquês D. Fernando formalizou um instrumento de obrigação e seguro, pelo qual D. Manuel I lhe deu uma quantia de 1 conto e 500 000 reais, equivalente às 12 500 dobras

¹⁰⁷ AN/TT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 1, n.º 1 b), 3 a) e 4 a) e maço 2, n.º 6 a) e 7 a), por escrituras feitas entre 27-09-1499 e 20-03-1500. Referências do maço 2 publicadas por José Mendes da Cunha SARAIVA, *Alguns Diplomas...*, cit., pp. 57-61.

¹⁰⁸ AN/TT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 8 a), por uma escritura de 11-10-1499.

¹⁰⁹ Essa subvenção é revelada no diploma do maço 1, n.º 4 a), citado na nota 107. Deduz-se que os 1 000 cruzados fossem equivalentes a 400 000 reais (conferir, *supra*, nota 105). O volume de compras realizado pelo marquês de Vila Real, alusivo ao conjunto documental citado na mesma nota 107, totalizou 76 000 reais.

¹¹⁰ Rever, *supra*, o parágrafo redigido no subcapítulo I.4.1., em torno das notas 142-147.

do dote de casamento dos seus pais, mas sob condição de empregá-la na compra de bens para o morgado da Casa de Vila Real. Em troca, o marquês garantiu o penhor de vários bens livres, avaliados naquela quantia e pertencentes ao património conjunto que tinha com a marquesa D. Maria Freire, no caso de não adquirir novos bens. As restantes 7 500 dobras, correspondentes às arras do consórcio, ficaram excluídas da condição de serem despendidas em bens de morgado, pois, como refere o instrumento, não foram vencidas em vida de D. Beatriz, por esta ter falecido primeiramente que D. Pedro de Meneses ¹¹¹. A satisfação destas 7 500 dobras (900 000 reais) ao marquês D. Fernando fez-se através de outros expedientes ¹¹².

É evidente que D. Fernando de Meneses não poderia deixar de requerer a el-rei D. Manuel I a mercê de lhe remunerar as referidas 20 000 dobras, sob pena de perder o direito de arrecadá-las. Não obstante, o mencionado instrumento de obrigação e seguro, além de lhe pagar uma parte delas, é muito sintomático das necessidades que levaram o marquês a realizá-lo, entre as quais se apontam as dívidas de descargo da alma do seu pai, o dote de casamento da sua irmã D. Joana e outras coisas, pois, se não arrecadasse aquele dinheiro para resolvê-las, então, como alegou, “*não podia deixar de vender o seu património*”, porque já tinha entregado “*muita de sua prata e muitas jóias de sua Casa ao senhor condestável, em pagamento do dote que lhe prometera*” ¹¹³. É de supor que o recebimento das 20 000 dobras tenha auxiliado o marquês de Vila Real a pagar algumas das suas obrigações e dívidas, como o dote de casamento de D. Joana de Noronha ou a recuperação dos bens e propriedades de Beja que vendera ao seu irmão D. António de Noronha, em 10 de Junho de 1500, com pacto de retroactividade, no prazo de três anos. Também é de supor que tenha utilizado a verba recebida para suportar novas despesas pessoais, como a representação cénica que ostentou, no Verão de 1502, a propósito das festas do juramento do príncipe D. João ¹¹⁴. Pelo confronto destas informações, percebe-se que o principal desígnio do instrumento de obrigação e seguro feito por D. Fernando

¹¹¹ AN/TT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 9, *Gavetas da Torre do Tombo*: Gaveta 3, maço 10, n.º 9, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 6, fls. 27-27 v.º e *Místicos*, livro 1, fls. 230-231 v.º, por instrumento datado de 08-03-1502, inserto numa confirmação régia de 10-03-1502. Primeira referência transcrita no Apêndice F, n.º 6. A marquesa D. Beatriz faleceu em Maio de 1491: vide Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cit., cap. 130.

¹¹² Veja-se um desses expedientes no AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 5, n.º 97, onde se encontra uma quitação de 12-03-1502 que o marquês de Vila Real assinou no verso de um alvará régio de 18-01-1502, dirigido ao tesoureiro-mor da Casa de Ceuta, a quem foi ordenado que entregasse ao dito marquês um volume de 80 moios de trigo, oriundos de Castela, avaliados em 120 000 reais.

¹¹³ Veja-se AN/TT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 9 e as restantes referências documentais citadas, *supra*, nota 111.

¹¹⁴ Rever, *supra*, o parágrafo redigido em torno das notas 36-38.

de Meneses foi a obtenção de liquidez financeira que, no imediato, lhe permitisse pagar alguns dos seus encargos mais urgentes. Em simultâneo, conseguiu também o objectivo de ampliar o morgado da sua casa senhorial, sem necessitar de adquirir novos bens com a quantia de 1 conto e 500 000 reais que lhe foi consignada, tendo apenas dado fiança de outros bens que já pertenciam ao seu património livre.

O endividamento do marquês de Vila Real era evidente, mas isso não fazia dele um indivíduo desprovido de rendimentos. Se excluirmos o que recebia da fazenda régia, em assentamentos, padrões de juro e tenças, quanto mais receberia e lucraria através dos vários foros, tributos e direitos dos seus senhorios e bens particulares? A resposta é uma quase incógnita ¹¹⁵.

Importa-nos mais notar que o endividamento crónico que atingiu a Casa de Vila Real, na primeira metade do século XVI, durante os marquesados de D. Fernando de Meneses e de D. Pedro de Meneses, seu filho, independentemente do volume de receitas dos seus senhorios e tenças, deveu-se mais às dificuldades de disporem de uma liquidez financeira imediata para satisfazer as obrigações e o estilo de vida que ambos quiseram sustentar. Seguramente, só o envio de dinheiro e de provisões para a capitania de Ceuta, mais as despesas correntes destinadas a remunerar oficiais administrativos e domésticos, ligados ao serviço e à criação da família vila-realense, já exigiriam algum esforço à sua fazenda senhorial. E se lhe juntarmos os gastos pessoais com o fausto da vida cortesã ou com o mecenato artístico e cultural, mais a obrigação de comprar bens para o morgado e a eventualidade de dotar um casamento, então, reunimos um conjunto de factores que colocaram a casa vila-realense numa situação de empenhamento, logo nos começos de Quinhentos. Já vimos que a solução inicial do marquês D. Fernando, quando ainda era conde de Alcoutim, passou pela cativação de dinheiros que arrecadava da fazenda régia. Depois de ascender ao marquesado, o avolumar das suas dívidas levou-o ainda a realizar a venda condicional e retroactiva de bens e de rendimentos, a fim de garantir a liquidez financeira que necessitava. Esta última modalidade seria imitada pelo seu filho D. Pedro de Meneses, como se examinará mais adiante ¹¹⁶.

A conjuntura socioeconómica da época também nos ajuda a esclarecer este tipo de comportamento. Os primeiros anos do marquesado de D. Fernando coincidiram com uma altura em que a cidade de Lisboa começava a sentir o crescimento económico e o

¹¹⁵ Para uma tentativa de resposta, veja-se o subcapítulo IV.1.3., *infra*.

¹¹⁶ Vejam-se os subcapítulos III.3.2. e III.4.1., *infra*.

aumento da procura por produtos mais exóticos, requintados e baratos. De facto, com o sucesso propiciado pelas viagens marítimas da *Rota do Cabo*, a capital do Reino tornou-se no maior empório comercial e na principal plataforma negocial europeia, a partir da qual eram redistribuídas as mercadorias chegadas do Oriente, avocando uma liderança que, até então, era assumida pelas repúblicas italianas. Sob o patrocínio régio, a cidade lisboeta sofreu também uma transfiguração urbanística, sobretudo, na arquitectura civil e administrativa, tornando-se ainda no local de residência quase permanente da corte de el-rei D. Manuel I, aspecto que foi naturalmente mimetizado pelos senhores da principal nobreza áulica.

3.3. Alguns contenciosos

Sendo devedor, mas não desprovido de rendimentos, além daquilo que recebia da fazenda régia, em assentamentos, padrões de juro e tenças, D. Fernando de Meneses também auferia receitas provenientes do seu universo senhorial. Conforme o âmbito das suas doações e privilégios, o 2.º marquês de Vila Real, assim como outros donatários da Coroa, tinha ao seu serviço um corpo de oficiais, aos quais confiava a tarefa de efectuar a arrecadação das rendas senhoriais ¹¹⁷.

Esta tarefa nem sempre era executada de forma lícita e justa, pelo menos, sob o ponto de vista dos povos, que, perante as prepotências dos oficialatos dos donatários da Coroa, eram obrigados a pagar tributos indevidos, situação que desprezava e defraudava as liberdades e obrigações reguladas pelos forais concelhios, em assuntos de fiscalidade. A denúncia dos abusos tributários soava há muito tempo nas Cortes, mas só na reunião de 1472-73 se registou, por parte dos povos, um pedido objectivo e programático quanto ao exame e reforma dos forais antigos, no sentido de actualizar os seus diferentes teores, extirpando-lhes os falsos aditamentos e adequá-los à época em curso e à legislação em vigor ¹¹⁸. Esta ideia voltou a ser afluída na reunião de 1481-82, incluída num pedido de revisão sobre as doações e os privilégios dos indivíduos que recebiam rendas nas várias portagens do Reino, solicitando-se que os novos forais mencionassem claramente quem deveria pagar e cobrar tais rendas, em que sítios deveriam ser arrecadadas e que os seus pagamentos se realizassem através de uma única espécie monetária corrente ¹¹⁹. É certo

¹¹⁷ Vejam-se o subcapítulo IV.1.2., *infra* e o Apêndice C, secções 1, 2 e 3.

¹¹⁸ AN/TT, *Cortes*, maço 2, n.º 14, fls. 98-98 v.º.

¹¹⁹ AN/TT, *Cortes*, maço 3, n.º 5, fls. 37-37 v.º.

que D. Afonso V e D. João II se mostraram sensíveis aos apelos da reforma foraleira ¹²⁰, mas seria D. Manuel I a promover a sua execução.

Embora a reforma dos forais encontre antecedentes e motivos nas reivindicações dos povos, a sua concretização articulou-se com outras medidas de renovação legislativa e administrativa que o *Venturoso* fomentou ao longo do seu reinado, como são exemplo as *Ordenações do Reino* e alguns diplomas regimentais relativos ao funcionamento da fazenda e da fiscalidade régias. A redacção dos novos forais não teve a preocupação de realçar o carácter político e diferenciador que marcara a outorga dos forais mais antigos. Longe de serem vistos como cartas de privilégios, os forais manuelinos resumiram-se quase exclusivamente a um conjunto de pautas alfandegárias que registaram as formas de cobrança dos direitos reais ¹²¹. Na arrecadação destes direitos, saber quais eram, onde existiam, apurar a licitude da sua colecta, quem deveria pagá-los e recebê-los – o que só poderia fazer-se com inquirições locais – foram os aspectos essenciais, se não os únicos, que fizeram avançar a reforma foraleira, até porque a recolha de informações era muito importante para a Coroa, a fim de saber exactamente aquilo que lhe era pertencente ¹²². De qualquer modo, interessa salientar que os novos forais ‘dados’ por el-rei D. Manuel I tiveram a virtude de regulamentar a variedade de direitos cobrados pelos donatários nos seus domínios e jurisdições, o que não significou propriamente uma tentativa régia de aliviar o peso do regime senhorial. Pelo contrário, o regime foi juridicamente reforçado através da renovação foraleira, pois, confirmou aos donatários da Coroa os direitos que eram genericamente declarados nas suas doações e privilégios, suprimindo-lhes apenas aqueles que eram colectados de modo abusivo e indevido, por não estarem consignados em carta de foral ou noutras fontes escritas autênticas ¹²³.

¹²⁰ Além das respostas régias dadas aos capítulos gerais patenteados nas fontes citadas nas notas 118 e 119, veja-se também a carta de 13-12-1481, pela qual D. João II ordenou a todas as cidades, vilas e lugares do Reino que, entre Janeiro e Setembro de 1483, enviassem à corte os seus forais, a fim de serem vistos e examinados pelo juiz dos seus feitos e outras pessoas que deputaria para esse efeito, tendo ainda estendido essa ordem a todos os indivíduos particulares que possuíssem quaisquer diplomas, através dos quais arrecadassem direitos de portagem, passagem, usagem e costumagem nos lugares que não tivessem foral: AD Évora, Códice 72, fls. 154-155.

¹²¹ Maria José Mexia Bigotte CHORÃO, *Os Forais de D. Manuel: 1496-1520*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990, pp. 8-9.

¹²² Com esta preocupação, o resultado da reforma também parece ter sido frustrante, sobretudo, pelo minimalismo a que ficaram reduzidas as funções políticas, administrativas e judiciais dos concelhos: Luís Miguel DUARTE, «Os “Forais novos”: uma reforma falhada?» in *Revista Portuguesa de História*, tomo 36 – vol. I, *cit.*, pp. 394-400.

¹²³ Vide Margarida Sobral NETO, «A persistência senhorial» in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 3, *No Alvorecer da Modernidade*, coord. Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 157-160.

É no contexto da reforma dos novos forais que se enquadram alguns documentos que nos mencionam o marquês de Vila Real, relativos a sentenças régias dadas na corte pelos desembargadores incumbidos do “*corregimento e despacho dos feitos dos forais, portagens e direitos reais*”. Nessas sentenças, D. Fernando de Meneses surge no papel de réu, com a obrigação de replicar a libelos que alguns concelhos arguiram contra ele, por ordenar a cobrança de direitos que não deveria receber. Em geral, a conclusão dos feitos foi-lhe adversa, mas não totalmente. Veremos seguidamente alguns desses feitos, analisando somente os testemunhos que apresentam um teor informativo mais completo e que se encaixam cronologicamente na primeira década de Quinhentos e no contexto do corregimento dos forais e da cobrança de direitos reais.

Numa sentença de 1504, ficamos a saber que os concelhos de Tavira, de Lagos e de Faro se agravaram do marquês de Vila Real, afirmando que este, sem ter foro para o efeito, mandava cobrar em Alcoutim a trintena do pão e de outras coisas aos moradores daqueles concelhos, quando as traziam embarcadas pelo rio Guadiana abaixo, passando naquela vila fronteiriça. Além disto, era-lhes também exigido o pagamento de portagem de tudo o que vendessem e comprassem na vila de Alcoutim e seu termo. Diziam ainda que ao entrarem em Tavira eram sujeitos a pagar outra trintena. Por tudo isto, requeriam que o marquês não arrecadasse os tributos exigidos, quer em Alcoutim, quer em Tavira. O acórdão final foi favorável aos argumentos das duas partes. Por um lado, determinou que D. Fernando de Meneses não mais recebesse a trintena do pão e doutras coisas que passassem no rio Guadiana, diante de Alcoutim, mas, por outro, também ordenou que o portageiro do marquês cobrasse uma quantia de 2 reais por cada moio de trigo carregado nas embarcações que ancorassem no porto fluvial da vila ¹²⁴.

Outro caso em que houve contenda entre as mesmas partes relacionou-se com o direito de passagem. Através do seu procurador, os concelhos de Tavira, de Lagos e de Faro pronunciaram que o marquês de Vila Real, sem ter foral ou outro título, arrecadava indevidamente aquele direito sobre todas as mercadorias que os moradores e vizinhos daqueles concelhos conduziam até à vila de Alcoutim, fosse por via terrestre, fosse pelo rio Guadiana. Em 19 de Fevereiro de 1502, na sentença que se deu sobre o assunto, os

¹²⁴ AM Tavira, *Reforma dos Tomos da Câmara*, livro 1, fls. 49 v.º-52 v.º, por sentença régia de 25-06-1504, inserta num registo datado de 09-05-1741, que tem suprimidos os fls. 51-51 v.º. Aqui estaria assentada a deliberação favorável aos concelhos de Tavira, de Lagos e de Faro, a qual se infere da leitura da minuta do foral novo de Alcoutim: AN/TT, *Livro dos Forais Novos de Entre Tejo e Odiana*, fls. 115 v.º-116. Publicado por Luís Fernando de Carvalho DIAS, *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: Entre Tejo e Guadiana*, Beja, s.e., 1965, p. 160.

juízes do despacho dos feitos dos novos forais ordenaram que D. Fernando de Meneses não mais cobrasse direitos de passagem na vila e termo de Alcoutim, precisamente, por não ter uma escritura legal que lho permitisse ¹²⁵.

Ainda em 1502, começou a correr na corte outro feito que, então, opôs a vila de Santarém ao marquês de Vila Real, donatário dos direitos da portagem escalabitana, a quem eram apontadas acusações de cobrança múltipla e abusiva de tributos, sobretudo, relacionados com a colecta de direitos de passagem e de dízimas impostas sobre vários produtos e artigos que os moradores da vila santarena e seu termo obtinham para arranjo e sustento das suas casas. Mais ainda, impunha o pagamento de portagem sobre todo o vasilhame que retornava a Santarém, já esvaziado de vinho ou de azeite, depois de estes géneros serem vendidos em Lisboa. Tudo assim, sem possuir título ou privilégio que lho consentisse e contra o foral antigo da vila, outorgado na era de 1252 (ano de 1214). Este feito só conheceu uma sentença definitiva nos inícios de 1504, depois de um primeiro acórdão, relativamente favorável aos interesses da vila de Santarém, ter sido embargado pelo seu próprio procurador, por os vizinhos do seu termo, que pagavam soldada anual, não terem ficado totalmente isentos de pagarem na portagem, como lhes era assegurado pelo foral antigo. Em suma, a sentença determinou que D. Fernando de Meneses ficasse impedido de cobrar direitos de passagem sobre quaisquer mercadorias que transitassem embarcadas no rio Tejo e de arrecadar portagem pela entrada de vasilhame já despejado, bem como dos géneros e artigos trazidos para Santarém pelos seus moradores ou pelos vizinhos do termo da vila, desde que fossem privilegiados ou pagassem soldada, ficando ainda isentos de pagarem dízima do pescado que se destinasse ao seu sustento. Por outro lado, ao marquês de Vila Real garantiram-se os direitos: de arrecadar portagem de todas as mercadorias, excepto nos casos anteriormente referidos; de receber dos pescadores a dízima de todo o pescado miúdo e graúdo; de colectar dízima de todo o novo vasilhame que contivesse géneros para serem vendidos em Santarém; e de cobrar dízima de toda a madeira que desse entrada na vila, salvo aquela que circulasse pelo rio Tejo ¹²⁶.

Pelos casos acabados de expor, percebe-se que os concelhos aproveitaram bem a ocasião da reforma foraleira manuelina para pedir a abolição daqueles tributos que, pela

¹²⁵ AM Tavira, *Reforma dos Tomos da Câmara*, livro 1, fls. 48-49.

¹²⁶ AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*: Gaveta 3, maço 3, n.º 13, por sentença régia datada de 30-01-1504. Publicada por Maria Helena da Cruz COELHO, *Foral de D. Manuel I a Santarém*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2007, pp. 81-86, assim como as pp. 31-37, onde a autora interpreta esta sentença e sugere que a duração do contencioso e alguma pressão do marquês, após o veredicto, poderão ter atrasado, quer a outorga do novo foral (01-02-1506), quer a sua publicação (04-07-1512).

sua natureza consuetudinária, eram exigidos pelos rendeiros e donatários dos direitos de portagens. Eram tributos abusivos, pois, além de causarem um agravo fiscal aos povos, implicavam um encarecimento do valor dos produtos, na altura da sua transacção para o consumo final. Entre esses tributos contava-se a passagem, direito de trânsito que recaía sobre as mercadorias entradas numa determinada povoação, sem se destinarem a ser aí vendidas e seguindo apenas para outra localidade ¹²⁷. A abolição do direito de passagem constava do conjunto de resoluções – os chamados *Pareceres de Saragoça* – que el-rei D. Manuel I remeteu em resposta às dúvidas dos desembargadores que encarregara para julgar os feitos dos forais, a fim de auxiliá-los nas determinações dos seus despachos. Sobre o direito de passagem, declarava-se que ele não fosse colectado em parte alguma do Reino, excepto onde já houvesse escritura legal que o admitisse, esclarecendo ainda que a sua tributação só deveria incidir nos lugares providos de portos, onde se fizessem transacções comerciais entre Portugal e Castela ¹²⁸. Que tal direito estava condenado a ser abolido, salvo nas circunstâncias acima indicadas, infere-se tanto da carta circular que el-rei enviou aos contadores de comarca ¹²⁹, como da carta que expediu de Saragoça aos desembargadores dos feitos dos forais, dando-lhes orientações quanto às formas de documentar e tramitar tais feitos – antes de tudo chegar à consulta do chanceler-mor da Casa da Suplicação – quer na emissão de pareceres, quer na audição dos procuradores que viessem à corte requerer justiça, em nome dos concelhos, agravando-se dos abusos praticados no recebimento dos direitos de portagem e de passagem ¹³⁰. Além dos casos que reportámos para o marquês de Vila Real, muitos outros feitos respeitantes à colecta indevida de portagens e de passagens foram julgados em favor de concelhos queixosos, contra donatários laicos ou eclesiásticos ¹³¹.

Outra sentença régia, mas no âmbito dos feitos alusivos aos direitos reais, foi a que opôs os povos das comarcas de Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes, no papel de autores, ao marquês D. Fernando, na qualidade de réu, sobre a colecta dos “10 reais

¹²⁷ Alexandre HERCULANO, *História de Portugal: desde o começo da Monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, vol. II (livro VIII – parte III), Lisboa, Bertrand Editora, 2008, p. 619.

¹²⁸ AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*: Gaveta 15, maço 7, n.º 13, fls. 6-6 v.º e *Feitos Findos*: Casa da Suplicação, livro 2, fls. 77-77 v.º.

¹²⁹ AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*: Gaveta 20, maço 10, n.º 11, fls. 17-18, por carta datada de 22-11-1497, na qual se pedia àqueles oficiais régios que se reunissem nas câmaras com os oficiais dos concelhos e vissem os seus forais, tombos e escrituras de teor original, a fim de recolherem e produzirem a informação essencial que haveria de ser levada aos desembargadores dos feitos dos forais, dando-lhes conhecimento sobre a maneira como eram arrecadados os direitos de portagem e de passagem.

¹³⁰ *Ibidem*, fls. 20-22, por carta de 22-06-1498.

¹³¹ Conferir sumários de sentenças dadas entre 18-06-1500 e 01-09-1501, n’*As Gavetas da Torre do Tombo*, cit., vol. II, pp. 34, 620-621, 633 e 655, vol. IV, pp. 194 e 199 e vol. V, p. 40.

de Ceuta”. O libelo dado pelo procurador dos autores requeria que o marquês deixasse de arrecadar aquele imposto, alegando não só as arbitrariedades praticadas na cobrança feita pelos seus oficiais, mas também a falta de título escrito para o efeito. Por sua vez, o marquês escudava-se no facto de tal imposto ter sido ordenado por el-rei D. João I aos moradores daquelas comarcas, que, a troco de ficarem isentos de servir militarmente em Ceuta, prestariam certo auxílio financeiro para a manutenção desta cidade. Além disto, o marquês garantia ainda que o tributo sempre fora visto e recebido como direito real pelos sucessores d’*O de Boa Memória* e que fruía da sua plena arrecadação através de mercê régia deferida ao seu pai.

Abstendo-nos de relatar os vários argumentos esgrimidos pelas partes, a leitura do conteúdo desta sentença, dada em 1505, deixa perceber que D. Fernando de Meneses estava longe de ser expropriado do direito de cobrar os “10 reais de Ceuta”, até porque a sua defesa foi efectuada pelo procurador dos feitos de el-rei. Ainda que não existisse o diploma que concretizara o acordo feito entre D. João I e os povos das duas comarcas de Além Douro sobre a cobrança do imposto e embora o marquês não tivesse um título que atestasse claramente a mercê e o direito de arrecadá-lo, muitas foram as provas aduzidas pelo réu que documentavam, implícita ou explicitamente, a certeza e o costume do seu pagamento ¹³². Além dessas provas, juntaram-se ainda as inquirições que, no decurso do feito, os corregedores daquelas comarcas enviaram à corte, com a informação concreta sobre as pessoas que eram obrigadas a pagar o imposto, como e em que circunstâncias. Não obstante os povos das comarcas pedirem, há muito tempo, em Cortes, a isenção de alguns grupos de pessoas, sobretudo, as mais socialmente desvalidas ou carenciadas – pedido que lhes foi sempre recusado, a bem dos interesses da Coroa ou do donatário do imposto ¹³³ – só com esta sentença se clarificou quem seria abrangido na colecta.

¹³² Entre o punhado de documentos apresentados destacavam-se: um regimento de 06-02-1454 (cujo conteúdo se desconhece) que D. Afonso V deu a Pêro Lourenço, provedor das coisas de Ceuta, com instruções sobre a arrecadação do imposto; um alvará régio de 09-05-[1474] (citado, *supra*, subcapítulo I.3.1., nota 111), dizendo claramente que a colecta dos “10 reais de Ceuta” fora dada ao 3.º conde de Vila Real; e um capítulo geral outorgado nas Cortes de 1490, que citamos na nota seguinte.

¹³³ Assim foi nas Cortes de 1475, onde se requereu a isenção para mulheres viúvas, mancebos de soldada, órfãos e velhos de 60 e 70 anos de idade, mas el-rei replicou no sentido de não se fazer inovação alguma sobre o assunto: AN/TT, *Cortes*, maço 2, n.º 14, fl. 132 v.º. E assim foi nas Cortes de 1490, onde se rogou a mesma desobrigação para mulheres pobres e viúvas, moços solteiros e escudeiros de ‘criação’, alegando que o contrato feito entre D. João I e as comarcas de Além Douro só impunha o pagamento dos “10 reais de Ceuta” aos peões e que a colecta do imposto já tinha crescido de 300 000 reais para 500 000 reais de rendimento, devido à contribuição dos mais carenciados e à «multiplicação das gentes». Porém, a resposta régia defendeu, outra vez, que nada se alterasse e que tudo se cobrasse conforme o regimento (provavelmente, o que se citou na nota anterior) que, então, o marquês D. Pedro de Meneses apresentou naquela assembleia: AN/TT, *Cortes*, maço 3, n.º 5, fl. 62 v.º.

Provado que o imposto era um direito real pertencente à Coroa e que a mercê da sua cobrança estava legalmente deferida ao marquês de Vila Real, não foram muitos os que ficaram isentados de pagarem anualmente os “10 reais de Ceuta”. Os acórdãos deste feito favoreceram D. Fernando de Meneses, a quem se autorizou a sua arrecadação no Entre Douro e Minho e em Trás-os-Montes a todos quantos se achassem nas seguintes condições: peões de 18 a 70 anos de idade, casados ou solteiros; mancos e aleijados que tivessem bens; escudeiros que não tivessem cavalo durante a maior parte do ano; filhos que morassem com os seus pais, se fossem casados, se pagassem soldada ou se fossem maiores de 18 anos de idade; ermitães que vivessem desonestamente; mulheres viúvas ou solteiras que levassem vida pública desonesta; vassalos, besteiros de conto, besteiros de cavalo, moedeiros, calafates e mamposteiros dos cativos que não tivessem carta de privilégio; mercadores; marinheiros e pescadores, salvo aqueles que fossem sacadores do imposto; e recebedores do mesmo, que sonegassem pessoas sujeitas à colecta, sendo punidos no pagamento de anóveas. Todos aqueles que, pelo menos, não se encaixassem nestes parâmetros estariam isentos ¹³⁴.

Houve outras sentenças régias, fora do âmbito das que acabámos de expor, onde o marquês D. Fernando, em vez de réu, foi parte autora. Assim o achamos num caso que levou ao Juízo dos Feitos da corte contra os moradores da Póvoa de Monte Real, termo de Leiria, reclamando que eles lhe deviam a remuneração do oitavo do linho e do vinho produzidos em certas terras, no triénio 1507-09. O marquês alicerçava a sua queixa no contrato da compra dos bens, rendas e direitos reais de Leiria e seu termo que o seu pai formalizara com D. Afonso V, em 1475. O feito acabou por ser decidido em favor dos réus, porque o oitavo exigido pelo marquês referia-se à produção obtida nos lezirões das Adémias, incluídos no reguengo da Camarinha. Este reguengo fora aforado por D. Dinis aos moradores da Póvoa, em 1310, sob condição de ser ocupado e cultivado, dando-lhe um quarto de tudo o que nele produzissem, salvo nos lezirões, dos quais não pagariam foro algum. O facto de tal aforamento ser um privilégio antigo, dado por rei e, à época do feito, dotado de um valor imprescritível, devido à posse imemorial que se reconhecia aos réus, livrou estes últimos de pagarem qualquer direito ao marquês ¹³⁵.

¹³⁴ Desta sentença régia, datada de 15-04-1505, conhecem-se quatro documentos, todos de igual teor: três originais (AD Bragança, Pergaminho n.º 107; AM Guimarães, Pergaminho n.º 66; e AM Ponte de Lima, Pergaminho n.º 54) e um traslado (AHM Porto, Livro B, fls. 19-27 v.º).

¹³⁵ AN/TT, *Feitos Findos: Fundo Geral*, Letra F, maço 733, fls. 140-146 v.º, por sentença régia de 25-08-1511, inserta numa certidão de 22-01-1777. Quanto ao título de aforamento feito pelo *Lavrador*, vide AN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, livro 4, fl. 56 v.º, por carta de foro de 01-07-1310.

3.4. Outras receitas, doações e mercês

Vimos anteriormente que D. Fernando de Meneses não podia queixar-se da falta de atenção de D. Manuel I. Muitos foram os benefícios sociopolíticos e senhoriais que o monarca lhe deferiu, desde o início do seu reinado. Mesmo a nível financeiro, além dos dinheiros que recebia da Coroa, o marquês de Vila Real ainda logrou subvenções régias e mecanismos instrumentais que lhe permitiram remunerar dívidas, cumprir obrigações contratuais e sustentar a sua condição nobre. Por outro lado, apesar de certos obstáculos em questões de foro contencioso que o privaram de alguns proventos e direitos, cremos que as perdas não terão sido muito substanciais e terão até ajudado a reforçar, em certos casos, a sua acção senhorial. Mas, se a reforma dos forais e da cobrança de direitos reais lhe reduziu alguns lucros, também houve outras medidas políticas que, na mesma época, lhe viabilizaram o embolso directo de novas receitas.

Entre as novas receitas obtidas pelo marquês de Vila Real, no início da centúria quinhentista, contam-se os padrões de juro respeitantes à satisfação das rendas que ele recebia das judiarias existentes nos seus senhorios. Como é sabido, nos finais de 1496, D. Manuel I ordenou e legislou no sentido de os judeus serem expulsos dos seus reinos e senhorios, mandando-lhes que saíssem deles até ao final de Outubro de 1497 ¹³⁶. Esta lei, dada em carta patente, foi logo comunicada às várias sedes de comarca, certamente, acompanhando a carta régia, pela qual el-rei notificou e mandou que se apregoasse em todos os lugares o dever de bem tratar os judeus e que ninguém ousasse molestá-los até ao limite do prazo para a sua saída ¹³⁷. Se a promulgação da lei resultou da necessidade de ceder à exigência dos *Reis Católicos* para alcançar o desejo pessoal de consorciar-se com D. Isabel, filha daquele casal real, que só aceitaria o casamento com D. Manuel I, se este expulsasse os judeus do seu Reino, também é verdade que o *Venturoso* procurou evitar a abalada generalizada da comunidade judaica, começando por restringir o acesso aos portos de embarque que tinha determinado para a sua partida e, depois, forçando-a à conversão religiosa através do baptismo. O rei tinha fortes razões para obstar a saída dos

¹³⁶ Veja-se a primeira compilação das *Ordenações Manuelinas*, reprodução fac-símile da edição de Valentim Fernandes (Lisboa, 1512-1513), com introdução e descrição codicológica de João José Alves Dias, Lisboa, CEH – UNL, 2002, Livro Segundo, título 48, fls. 63 v.º-64. Esta lei abrangia igualmente os mouros, embora estes só surjam nomeados na compilação de 1521: *Ordenações Manuelinas*, reprodução «fac-símile» da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra (1797), Lisboa, FCG, 1984, Livro II, título 41, pp. 212-214.

¹³⁷ Conhecemos as cartas notificatórias que foram enviadas às câmaras das cidades de Lisboa e de Évora, ambas datadas de 05-12-1496: AM Lisboa, *Chancelaria Régia: Livro 1.º de D. Manuel I*, n.º 12 e AD Évora, Códice 73, n.º 113.

judeus. A partida deles implicaria a perda de gente com bastante índice de riqueza e que era bem adestrada e experimentada (quer nos ofícios mecânicos, quer nas artes, saberes e conhecimentos de peso técnico e científico) assim como a perda de serviços e tributos pagos ao erário régio e às pessoas, sobretudo da nobreza, a quem o monarca tinha doado ou amerceado receitas das contribuições impostas sobre aquela comunidade. Este último aspecto obrigou D. Manuel I a ressarcir aos donatários a perda dessas receitas ¹³⁸.

Os ressarcimentos feitos ao marquês de Vila Real são documentados por cartas régias outorgadas no final de 1501, começando a vencê-los anualmente a partir de 1502. O monarca concedeu-lhe uma tença de 37 456 reais, resultante da soma por que foram avaliadas as rendas da judiaria de Ourém (5 790 reais) e da metade do serviço novo dos judeus de Beja (31 666 reais), esta última advinda do seu consórcio com a marquesa D. Maria Freire ¹³⁹. Noutra tença de 175 124 reais, constavam 112 254 reais para satisfazer as rendas das judiarias de Leiria (73 415 reais), de Vila Real (7 200 reais) e de Alcoutim (31 639 reais) ¹⁴⁰. E noutra tença de 50 562 reais, são achados 5 562 reais decorrentes da avaliação feita sobre a renda do foro da vinha que os mouros pagavam na portagem de Tavira ¹⁴¹. É de crer também que, desde 1502, o marquês tivesse começado a arrecadar uma tença de 16 024 reais, respeitante à satisfação dos direitos da judiaria extinta no seu senhorio de Almeida ¹⁴².

De acordo com a documentação conhecida, o valor total obtido pelo marquês de Vila Real, no que tocava à compensação da perda das rendas que recebia das minorias

¹³⁸ Sobre este tema, veja-se a síntese de João José Alves DIAS, Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA e Paulo Drumond BRAGA, «A conjuntura» in *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coord. João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 721-724.

¹³⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 44, fls. 89 v.º-90 e *Místicos*, livro 1, fls. 277 v.º-280, por carta de padrão de 06-12-1501, com assentamento no almoxarifado da Pederneira.

¹⁴⁰ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 44, fls. 89-89 v.º e *Místicos*, livro 1, fls. 276 v.º-277 v.º, por carta de padrão de 10-12-1501, com assentamento na alfândega de Viana e Caminha. O valor de 112 254 reais, mais outro de 62 870 reais, que totalizavam a tença de 175 124 reais desta carta, faziam parte de uma mercê de 300 000 reais, expressa em rendas de direitos reais, que lhe fora prometida por el-rei. A carta declarava ainda que a satisfação das rendas das judiarias de Vila Real e de Alcoutim era dada de juro e herdade, enquanto a indemnização da judiaria leiriense era dada até findar o prazo que constava no contrato de compra e venda feito em 1475 entre o seu pai D. Pedro de Meneses e D. Afonso V. O valor de 62 870 reais também foi dado de juro e herdade ao marquês D. Fernando: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 8, fl. 106, por carta de padrão de 03-01-1502, inserta numa confirmação régia de 22-03-1525, outorgada a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real.

¹⁴¹ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 4, fl. 4 v.º e *Místicos*, livro 1, fls. 195 v.º-196, por carta de padrão de 18-12-1501, com assentamento no almoxarifado de Tavira. Os restantes 45 000 reais correspondem a outra compensação dada ao marquês de Vila Real, em satisfação das rendas e direitos de Rio Maior, que depôs nas mãos de el-rei, a fim de serem doados a D. Jaime, duque de Bragança.

¹⁴² A informação do valor desta tença, assentada no almoxarifado de Leiria, acha-se numa carta régia de 18-01-1520: AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 87, n.º 19.

religiosas expulsas, cifrou-se em 171 296 reais. Na verdade, este valor já abrangia uma subtracção de 7 000 reais, deduzidos na satisfação da judiaria vila-realense, pois, a carta da tença de 175 124 reais, acima referida, diz-nos que a sua avaliação fora estimada em 14 200 reais. A mesma carta informa-nos ainda que o marquês trespassou os ditos 7 000 reais, com licença régia, em favor de Álvaro Pires de Távora, 4.º senhor de Mogadouro, que, em permuta daquela quantia, lhe cedeu as suas honras de Lordelo e de Galegos ¹⁴³. Todavia, se Álvaro Pires de Távora recebeu os 7 000 reais de D. Fernando de Meneses, decerto, não foi através do trespasse mencionado. Pelo contrário, o marquês manteve o direito de arrecadar aquela verba parcelar alusiva à alfama vila-realense, cuja satisfação lhe foi permutada pela doação régia da dízima do pescado de Salir do Porto, lugar do almoxarifado de Óbidos, avaliada em 7 230 reais, ficando a vencer este valor, de juro e herdade, desde 1502, em diante ¹⁴⁴. Pouco tempo depois, D. Fernando cedeu a cobrança desta renda a D. Manuel I e pediu-lhe que a desse ao seu irmão D. Diogo de Noronha. O rei assim o fez e ainda concedeu ao marquês, a título de juro e herdade, uma nova carta de padrão régio de valor equivalente à renda deposta ¹⁴⁵.

Além das compensações financeiras referidas, através da concessão de cartas de tença, a título de padrões de juro, o marquês de Vila Real ainda alcançou de el-rei mais uma série de diplomas relativos à doação de uma renda e a confirmações de senhorios, direitos e mercês. Sobre a renda que lhe foi concedida, referimo-nos à outorga da dízima do pescado do lugar de Outavim, termo de Leiria ¹⁴⁶. Já entre as confirmações deferidas,

¹⁴³ Conforme a carta de padrão de 10-12-1501, citada, *supra*, nota 140. É necessário notar que a compra das honras de Lordelo e de Galegos, feita pelo marquês D. Fernando, terá obedecido à realização de um desejo antigo do seu pai, no tempo em que este ainda era conde de Vila Real. Em certa altura, o seu ouvidor suspendeu o exercício das jurisdições cível e crime que os juizes daquelas honras efectuavam em nome de Álvaro Pires de Távora, 2.º senhor de Mogadouro, a quem pertencia o senhorio delas. Por ambas se situarem no termo de Vila Real, o ouvidor do conde vila-realense, usando os seus poderes de correição, decidiu que as jurisdições e a eleição de magistrados naqueles lugares pertenciam a D. Pedro de Meneses. E fê-lo, não obstante tudo isto assentar na doação de juro e herdade daquelas honras, que D. João I fizera a Pêro Lourenço de Távora, 1.º senhor de Mogadouro (*Chancelarias Portuguesas: D. João I, cit.*, vol. II-2, n.º 898, pp. 155-156). O caso só ficou resolvido nas instâncias da Relação, onde os desembargadores de D. Afonso V, face àquela doação joanina, decidiram revogar a decisão do ouvidor do conde de Vila Real, determinando que a posse e o direito jurisdicional das honras de Lordelo e de Galegos se restituíssem ao donatário agravado. Para tudo, *vide* AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fls. 108-108 v.º e *Além Douro*, livro 3, fls. 257 v.º-259, por carta de 14-06-1463, inserta numa confirmação régia de 08-03-1475, outorgada a requerimento de Pêro Lourenço de Távora, 3.º senhor de Mogadouro.

¹⁴⁴ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 4, fl. 17 v.º e *Místicos*, livro 1, fls. 201-201 v.º, por carta de 15-03-1502, com el-rei a doar-lhe graciosamente os 230 reais de diferença.

¹⁴⁵ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 21, fl. 7 e *Místicos*, livro 1, fls. 280-280 v.º, por carta de padrão de 21-02-1503, com assentamento na alfândega de Viana.

¹⁴⁶ AN/TT, *Estremadura*, livro 12, fls. 51-51 v.º, por carta de 30-10-1502. Publicada na *História Florestal...*, *cit.*, vol. IV, n.º 229, pp. 188-189. O lugar de Outavim, hoje inexistente, situava-se junto ao mar, entre Coimbrão e Vieira de Leiria: AN/TT, *Memórias Paroquiais*, vol. 11, n.º 350, pp. 2403-2404.

além da ratificação da doação régia das vilas transmontanas de Freixiel e de Abreiro ¹⁴⁷, D. Manuel I certificou, a pedido de D. Fernando de Meneses, a concessão dos câmbios do Reino do Algarve, que ele comprara a D. João de Vasconcelos e Meneses, 2.º conde de Penela, com permissão de el-rei. Não se sabe quando e por que preço se ajustou este negócio, visto que a carta régia que confirmou tal concessão ao marquês, em sua vida e na vida do seu sucessor, não o menciona, embora se depreenda que a negociação tenha ocorrido entre finais de 1500 e meados de 1504. Com esta carta, o marquês de Vila Real ficou com os direitos de implantar e administrar as bancas de câmbio existentes no reino algarvio e de arrecadar as taxas praticadas na compra e na troca de ouro e de prata, em moeda, em arriéis e em barra ¹⁴⁸. Também a requerimento de D. Fernando, el-rei fez-lhe mercê de vencer, juntamente com a sua mulher D. Maria Freire, a tença anual de 16 000 reais que, até então, era apenas recebida por ela, facultando-lhe ainda o prolongamento da sua arrecadação ao herdeiro da casa vila-realense, após a morte do segundo elemento do casal ¹⁴⁹. Outro pedido de confirmação encontra-se discretamente averbado no final de uma carta de compromisso régia, pela qual D. Manuel I retirou o lugar de Vitória à jurisdição de Leiria, por ter decidido elevar aquele lugar à condição de vila, separando-o do termo leiriense. Entre as várias cláusulas declaradas na dita carta, uma delas refere-se ao marquês de Vila Real, a quem se manteve a prerrogativa de continuar a receber todas as rendas e direitos do dito lugar, conforme o foral e costumes de Leiria e o contrato que a casa vila-realense tinha com a Coroa ¹⁵⁰.

Antes de prosseguirmos, uma breve nótula sobre as fontes documentais, até aqui, indicadas. O sinal mais comum dessas fontes é o facto de serem maioritariamente dadas na cidade de Lisboa, num intervalo de tempo entre 1500 e 1505 ¹⁵¹. Na segunda metade da primeira década de Quinhentos, o número de documentos directa ou indirectamente respeitantes ao 2.º marquês de Vila Real é francamente residual. A maior existência de

¹⁴⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 41, fls. 121-121 v.º e *Místicos*, livro 4, fls. 102-102 v.º, por carta de 31-12-1500.

¹⁴⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 20, fls. 15 v.º-17 v.º e *Místicos*, livro 5, fls. 2 v.º-5, por carta de 18-07-1504, que apresenta o traslado de uma carta régia de 20-08-1500, outorgada ao 2.º conde de Penela, com a transcrição de vários alvarás e cartas de D. Afonso V, que atestavam e regulavam a doação da administração dos câmbios em todos os seus reinos, com certas limitações, feita a D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, 1.º conde de Penela.

¹⁴⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 19, fls. 28-28 v.º e *Místicos*, livro 2, fl. 285 v.º, por carta de padrão de 31-01-1504, com assentamento no almoxarifado de Tavira, através das rendas da sisa do pescado desta vila, desde o ano de 1504, em diante.

¹⁵⁰ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 52, fls. 178 v.º-179, por carta de 24-03-1500, inserta numa confirmação régia de 24-08-1530, dada a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real.

¹⁵¹ Conferir no Apêndice E, n.ºs 120-166.

testemunhos no período indicado, sincrónica com os primeiros anos do seu marquesado, correspondeu a uma fase em que D. Fernando de Meneses foi chamado a intervir numa variedade de situações e encargos: suceder na casa senhorial; adquirir bens para vincular ao morgado; dotar o casamento da sua irmã D. Joana de Noronha; obter documentação régia alusiva aos seus senhorios, direitos e mercês; e replicar aos libelos que contra ele foram alegados em alguns contenciosos jurídicos. Isto não significa a ocorrência de um afrouxamento da sua acção sociopolítica, no intervalo de tempo de 1506 a 1510. Muito simplesmente, a aparição do marquês D. Fernando nas fontes cronísticas e diplomáticas é pouco documentada em comparação ao quinquénio anterior, situação que nos obriga a indagar e a entender, tanto quanto possível, os seus itinerários.

3.5. Itinerários

Não obstante os interesses patrimoniais da Casa de Vila Real apresentarem uma descontinuidade geográfica no território do reino português, indo desde o alto Minho até à costa algarvia, temos a percepção que o marquês D. Fernando de Meneses era alguém que, com certeza, conheceria pessoalmente a realidade do seu ‘estado’ senhorial ou que, no mínimo, estaria bem informado sobre ele. À partida, não lhe faltavam condições para o efeito, visto que nos seus principais senhorios e nos lugares onde detinha importantes direitos jurisdicionais ou bens imóveis, o marquês possuía paços de residência ou casas particulares que lhe serviam de pousada.

Sabemos que o 2.º marquês de Vila Real era proprietário de paços e/ou casas de habitação em Tavira, Alcoutim, Beja, Évora, Lisboa, Santarém, Leiria, Chão de Couce, Vila Real e Caminha ¹⁵². Certamente, D. Fernando pousou em todos eles, em diferentes fases da sua vida, quer em retiro familiar, quer em serviço da Coroa, quer ainda a residir proximamente da corte régia.

Sobre as estadas no Algarve, é de presumir que tivesse escolhido a vila de Tavira como escala residencial, no tempo em que exerceu funções militares no Norte de África, quando foi capitão de Ceuta, entre 1483 e 1487, ou quando liderou os assaltos a Targa e a Camice, em 1490. Na década de 80, o seu casamento com D. Maria Freire trouxe-lhe em dote o senhorio de Alcoutim, situação que, antes ou depois de ter servido em Ceuta, tê-lo-á ‘obrigado’ a conhecer a realidade dos bens dotados pela esposa. Como se indicou

¹⁵² Sobre estas residências particulares, veja-se o subcapítulo IV.1.4., *infra*.

anteriormente, sabemos muito pouco sobre os trajectos de D. Fernando de Meneses no decurso do reinado de D. João II. Neste período, além de o assinalarmos na cidade de Évora, em circunstâncias sociopolíticas de relevo ¹⁵³, sabe-se que estanciou em Chão de Couce, pelo menos, em duas ocasiões: quando prestou juramento para servir o ofício de capitão de Ceuta; e quando ali esteve, amuado do *Príncipe Perfeito*, por este não lhe ter confiado os tratos de Tetuão. Saliente-se ainda a sua estada em Ourém, aparentemente, em Julho de 1489, surgindo a rubricar o seu nome, em aprovação de uma postura dada em vereação pelos oficiais da câmara oureense, mandando que ela fosse executada, com certas declarações, em respeito do marquês, seu pai ¹⁵⁴, senhor e conde daquela vila, por doação régia, feita em 27 de Fevereiro de 1489.

Se o panorama dos itinerários no governo de D. João II é pouco sabido, devido à escassez de fontes, o reinado de D. Manuel I mostra um cenário bem diferente, embora não se revele livre de escolhos, sobretudo, no período de 1506 a 1510. Como já vimos noutro lugar, os percursos de D. Fernando, entre 1496 e 1502, coincidiram geralmente com os que foram trilhados pelo *Venturoso* e pela sua corte, quer em Portugal, quer nos reinos vizinhos ¹⁵⁵. De qualquer modo, importa realçar que, uma vez investido na chefia da casa senhorial, desde os finais de 1499, D. Fernando de Meneses fixou residência nos seus paços do Carmo, na cidade de Lisboa. E conquanto residisse mais habitualmente na capital do Reino – ‘onde vive e é recebida a máquina do mundo’, como disse Cataldo, numa sua carta enviada a D. António de Noronha, irmão do marquês ¹⁵⁶ – não seria raro D. Fernando deslocar-se até Santarém, onde também tinha paços próprios e onde jaziam as ossadas e a memória dos antepassados linhagísticos.

Tudo leva a crer que, desde finais de 1499 a meados de 1505, o marquês de Vila Real revezou estadas entre Lisboa e Santarém, sem menoscabo da hipótese de algumas viagens a Leiria. De facto, analisando-se os locais de dação da diplomática régia alusiva a D. Fernando de Meneses, naquele período, vemos que a maior parte dos documentos foi despachada na cidade de Lisboa. As únicas excepções registam-se na altura em que o marquês acompanhou D. Manuel I na peregrinação feita a Santiago de Compostela, no

¹⁵³ Nas Cortes de 1481-82 e nas festas do consórcio do príncipe D. Afonso, em 1490.

¹⁵⁴ Maria José Mexia Bigotte CHORÃO, «Livro das ordenações da vila de Ourém» in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque*, coord. Prof. Doutor Jorge Miranda, vol. II, Lisboa, FDUL / Coimbra, Coimbra Editora, 2010, pp. 387-388.

¹⁵⁵ Releia-se, *supra*, o subcapítulo II.1.2., *passim*.

¹⁵⁶ Cataldo Parísio SÍCULO, *Epístolas* – II Parte, com fixação do texto latino, tradução, prefácio e notas de Américo da Costa Ramalho e de Augusta Fernanda Oliveira e Silva, Lisboa, INCM, 2005, n.º 65, p. 201.

último trimestre de 1502 ¹⁵⁷. Diz-nos Damião de Góis que a pequena comitiva régia deu entrada na Galiza, saindo de Valença ¹⁵⁸, pelo que se supõe ter sido esta a primeira vez que D. Fernando estanciou ou passou nos senhorios do Minho que el-rei lhe doara, em 1499. Por outro lado, nos primeiros 10 anos do reinado manuelino, é curioso o facto de quase não notar-se a presença do marquês de Vila Real nas terras que tinha em Trás-os-Montes e na Beira Interior. Quase, porque temos apenas a ilação de ele, ainda conde de Alcoutim, ter passado pela vila de Almeida, em finais de Setembro de 1498, quando D. Manuel I voltou a Portugal, no regresso da viagem feita a Castela e a Aragão, onde foi jurado príncipe herdeiro do reino castelhano ¹⁵⁹. Neste intervalo de 1496-1505, não nos constam estadas de D. Fernando de Meneses em Vila Real. Mas, mesmo sem quaisquer inculcas, cremos que lá tivesse estanciado. E se não na primeira década de governo do *Venturoso*, então, pelo menos, nos tempos dos reinados de D. Afonso V e de D. João II, pois, seria absolutamente estranho, no mínimo, que D. Fernando, em 1505, contando 42 anos de idade, ainda não conhecesse a vila que era sede do seu marquesado.

A escassez de informações nas fontes diplomáticas e cronísticas relativamente a D. Fernando de Meneses, entre os anos de 1506 e 1510, dificulta-nos o esboço dos seus itinerários neste intervalo de tempo. Uma explicação plausível poderá estar relacionada com as várias crises sanitárias que afectaram o Reino naquele período. Em Outubro de 1505, depois da chegada de D. Diogo de Sousa, que viera embarcado de Roma, com a confirmação do papa Júlio II na mitra do arcebispado de Braga, um surto de peste surgiu na cidade de Lisboa ¹⁶⁰. Aliás, entre 1504 e 1507, o Reino foi severamente flagelado por fomes, pestes e carências cerealíferas, estas últimas, sobretudo, sentidas no Alentejo ¹⁶¹. Logo que a peste assomou em Lisboa, D. Manuel I abandonou a capital e dirigiu-se para

¹⁵⁷ Na viagem de ida, regista-se a doação régia da dízima do pescado de Outavim, feita no Porto, em 30-10-1502 (citada, *supra*, nota 146). No regresso, assinala-se o alvará régio de 04-12-1502, dado na Arrifana, junto a Santa Maria da Feira, pelo qual D. Manuel I ordenou ao vedor da Fazenda na cidade do Porto que deixasse o marquês ficar com a dízima da marçaria, que ele mandava receber nas alfândegas do Porto e de Vila do Conde: AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 192, fl. 4 e livro 198, fl. 70 v.º. Depois, já na vila de Penela, em 08-12-1502, conta-se a mercê régia que deu à vila de Valença, senhorio do marquês, o privilégio de acolher os homiziados que nela quisessem viver (citada, *supra*, nota 83).

¹⁵⁸ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., I Parte, cap. 64.

¹⁵⁹ *Ibidem*, I Parte, caps. 28 e 32.

¹⁶⁰ *Ibidem*, I Parte, caps. 93 e 94.

¹⁶¹ Com especiais incidências na cidade de Évora e seu termo, mas não só: Cristóvão Rodrigues ACENHEIRO, *Coroniqua dos Reis de Portugal in Collecção de Ineditos de Historia Portugueza*, tomo V, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1824, cap. 24, pp. 334-335. As necessidades de frumento na região alentejana são igualmente atestadas por cartas que a Infanta D. Beatriz, em 20 e 28 Fevereiro de 1506, endereçou à câmara da cidade de Lisboa, agradecendo a ajuda de 60 moios de trigo para o sustento do povo da vila de Beja, ainda que este volume dispensado fosse insuficiente para responder às privações sentidas: AM Lisboa, *Livro 2.º do Provimeto do Pão*, fls. 35-36 v.º.

Almeirim ¹⁶², onde demorou até Fevereiro de 1506. Nos inícios de Março, já residia em Abrantes, evitando os novos rebates de peste, entretanto, aflorados em Almeirim e em Santarém ¹⁶³. Da vila abrantina, o rei enviou instruções aos oficiais da câmara de Lisboa para ordenarem o despejo da cidade e a fixação dispersa dos habitantes pelos arredores, ficando nela apenas a gente necessária para a sua guarda e manutenção ¹⁶⁴.

Perante as dificuldades de uma permanência estável em Lisboa ou nas lezírias do vale do Tejo, durante a crise epidémica de 1505-06, o marquês de Vila Real optou por fixar-se em Leiria ou em Chão de Couce. Numa carta remetida a D. Pedro de Meneses, datável de meados de 1506, Cataldo Sículo, residente em Santarém, desde Maio, incitou o 2.º conde de Alcoutim a convencer o marquês, seu pai, a enjeitar a ideia de mudar-se para Vila Real ¹⁶⁵. Supõe-se tal data, por aquela carta sugerir-nos o episódio da queda de cavalo, que D. Jorge, duque de Coimbra, teve nos campos de Almeirim, em Dezembro de 1505. Este facto infere-se da leitura de alguns versos da *Visão Quarta* – poema que Cataldo dedicou ao filho bastardo de D. João II – nos quais se colhe a informação que permite situar o local e a data do acidente ¹⁶⁶. Apesar da vontade de D. Fernando de Meneses em viajar para Vila Real, não cremos que o tenha feito. Antes, ficamos com a sensação que permaneceu nas suas terras da Estremadura. Em Março de 1507, estava no lugar da Pederneira, couto do mosteiro de Alcobaça, de onde despachou um alvará de privilégios, pelo qual mandou ao seu ouvidor e aos juízes e justiças da vila de Caminha que não obrigassem os pescadores locais a velarem os muros da vila e a darem as suas casas para aposentadoria, quando saíssem à noite para a faina, pois, a perda de pescarias implicava não apenas a privação de sustento aos marítimos caminhenses, mas também a quebra de receitas ao marquês ¹⁶⁷.

¹⁶² Numa leitura sobre a documentação registada no livro 20 da *Chancelaria de D. Manuel I*, do AN/TT, maioritariamente datada do ano de 1505, verificamos que o monarca estava em Lisboa, desde 25 de Setembro, depois de ter veraneado na vila de Sintra, desde o início de Agosto. O último registo da sua presença em Lisboa data de 17 de Outubro: fls. 31-31 v.º. O primeiro registo em que encontramos o rei na vila de Almeirim data de 26 de Outubro: AD Évora, Códice 73, n.º 43.

¹⁶³ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., I Parte, cap. 101.

¹⁶⁴ AM Lisboa, *Livro 1.º do Provimto da Saúde*, fls. 34-34 v.º, por carta de 11-03-1506.

¹⁶⁵ Cataldo Parisio SÍCULO, *Epístolas* – II Parte, cit., n.º 19, pp. 65-67.

¹⁶⁶ Américo da Costa RAMALHO, «Cataldo, a Infanta D. Joana e a educação de D. Jorge» in *HVMANITAS*, vol. 41-42, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos – FLUC, 1989-1990, pp. 11-12. Sobre o poema, veja-se BP Évora, *Incunábulo*, n.º 220, fls. 20 v.º-28 (2.ª numeração): *Cataldi visionum quartus ad amplissimum principem georgium joannis secundi filium magistrum et ducem*, mais especificamente, os fls. 21-21 v.º, vv. [17-20 e 75-78].

¹⁶⁷ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 1, fls. 374 v.º-375, por alvará de 17-03-1507, inserto numa confirmação do mesmo marquês, de 19-01-[1516], por sua vez, inserta em cartas de confirmação do seu filho D. Pedro de Meneses (16-12-1524) e do seu neto D. Miguel de Meneses (16-05-1557).

A propagação dos surtos de peste aconselharia alguma precaução nos sítios onde se pousava. Entre meados de 1506 e meados de 1507, os contágios ainda faziam mossa e embaraçaram as estadas de D. Manuel I em Coimbra e em Tomar ¹⁶⁸. Esta realidade terá motivado o marquês D. Fernando a subir no mapa geográfico, em busca de lugares mais salubres, talvez, os seus senhorios do Minho. Em Abril de 1508, residia nas casas de Diogo Brandão, contador de el-rei, na cidade do Porto, como nos diz uma procuração da marquesa D. Maria Freire, pela qual sub-rogou poderes ao mercador Fernão Martins, a fim de cobrar e quitar na ilha da Madeira um volume de 60 arrobas de açúcar, relativo ao quinquénio 1504-08, à razão anual de 12 arrobas, conforme uma carta geral de tença, dada por el-rei em 1504 ¹⁶⁹. Esta tença foi continuamente recebida pela marquesa até ao final da sua vida ¹⁷⁰, ocorrido nos primeiros meses de 1528, pois, em Abril deste ano, a mesma tença foi outorgada à sua nora D. Beatriz de Lara ¹⁷¹.

Depois de várias andanças, parece que D. Fernando de Meneses só visitou Vila Real em 1509. Assim nos infunde a *Oração* proferida por Salvador Fernandes, aquando da entrada da família vila-realense naquela vila, cujo teor apenas se conhece em versão manuscrita ¹⁷², copiada de um exemplar impresso, saído do prelo, no lugar de Ferreirim, termo de Lamego, em 1 de Março de 1509, na casa do impressor Teles, junto ao paço de D. Fernando Coutinho, 4.º conde de Marialva e 2.º conde de Loulé ¹⁷³. Esta entrada em Vila Real aconteceu depois daquela data, visto que o discurso foi proferido mediante um exemplar impresso, que o orador ofereceu aos filhos do marquês ¹⁷⁴.

¹⁶⁸ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., II Parte, cap. 19.

¹⁶⁹ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 15, n.º 61, fls. [5-5 v.º], por procuração datada de 27-04-1508, acompanhada do traslado de vários documentos relativos ao assunto da cobrança, incluindo a carta de tença régia, datada de 12-[...]-1504, registada no fl. [1 v.º].

¹⁷⁰ Alguns documentos de conhecimento e quitação desta cobrança, assinados pela marquesa D. Maria Freire, encontram-se no AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 26, n.º 6 e parte II, maço 92, n.º 98, maço 97, n.º 48, maço 104, n.º 64, maço 105, n.º 74, maço 113, n.º 98, maço 126, n.º 77, maço 131, n.º 159 e maço 138, n.º 80, com datas compreendidas entre 12-11-1520 e 04-01-1527.

¹⁷¹ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 14, fl. 89 v.º e *Corpo Cronológico*, parte II, maço 148, n.º 10, por carta de 20-04-1528.

¹⁷² BGUC, *Manuscritos*, n.º 3095, fls. 47-51 v.º (1-5 v.º): *Oratio habita ad jllustrem et excelsum marchionem Ville regalis*. Publicada em *Latim Renascentista em Portugal: antologia*, prefácio, selecção, versão do Latim e notas de Américo da Costa Ramalho, Coimbra, INIC / Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1985, pp. 98-117.

¹⁷³ Américo da Costa RAMALHO, «Uma oração desconhecida, de Salvador Fernandes» *in* idem, *Estudos Sobre o Século XVI*, 2.ª ed., Lisboa, INCM, 1983, pp. 21-22.

¹⁷⁴ Assim o diz Salvador Fernandes, em discurso directo dirigido ao marquês D. Fernando, após elogiá-lo pela protecção que dava às letras e aos letrados e pelo esforço que consignava à instrução da sua prole nos estudos da língua latina: «decidi imprimir esta pequena oração [...] para que a tua amantíssima progénie [...] pudesse gozar deste presente que gostosamente lhe faço» *in* *Latim Renascentista...*, cit., p. 113.

Supomos que a permanência de D. Fernando de Meneses em terras de Vila Real tenha durado cerca de um ano, pois, em Maio de 1510 já estava regressado ao convívio da corte manuelina, então, residente em Almeirim. Aqui, o marquês informou a fazenda régia que, em execução de uma sentença, tinha cobrado do almoxarife da alfândega de Viana da foz do Lima uma quantia de 61 233 reais, relativa ao ano de 1506, a qual lhe era devida em remuneração da sua tença de 182 354 reais, que trazia assentada naquela alfândega, por carta geral de el-rei ¹⁷⁵. Pouco tempo depois, ainda em Almeirim, no mês de Setembro, o marquês obteve a restituição de uma verba de 12 000 reais, referente à arrecadação de 1% dos direitos de todos os artigos que os mercadores tinham declarado em 1508 no almoxarifado de Ceuta, os quais dinheiros, D. Manuel I mandara tomar para serviço régio ¹⁷⁶. Presume-se que este serviço foi aquele que o *Venturoso* determinou no sentido de juntar armas e gentes para socorrer a praça de Arzila, sitiada em Outubro de 1508, pelo rei de Fez ¹⁷⁷.

4. Sete anos e meio nos cabos do Reino

4.1. Almeirim, Dezembro de 1510

Quando D. Manuel I subiu ao trono, D. Fernando de Meneses ainda era herdeiro da casa e marquesado do seu pai, mas já arcava sobre si o prestígio dos êxitos militares que alcançara no Norte de África. Mas, se el-rei conhecia bem os méritos que o sucessor da casa vila-realense obtivera no espaço marroquino, também considerava – e disse-lho pessoalmente – que ele não era homem para cingir espada ¹⁷⁸. Na verdade, tratava-se de um juízo elogioso, implicitamente indicador dos desejos régios em manter D. Fernando longe dos perigos da guerra e junto aos círculos da corte, onde ele seria mais necessário

¹⁷⁵ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 27, n.º 58, por uma provisão de 23-05-1510, dada e assinada na vila de Almeirim, por D. Diogo Lobo, 2.º barão de Alvito e vedor da Fazenda. A provisão foi dirigida ao almoxarife da vila de Ponte de Lima, a quem se ordenou o pagamento dos 61 233 reais que o almoxarife da alfândega de Viana já entregara ao marquês de Vila Real.

¹⁷⁶ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 9, n.º 71, por alvará régio de 28-09-1510, dirigido ao almoxarife de Ceuta. Esta quantia de 12 000 reais só viria a ser embolsada em 01-09-1515, por João Baleeiro, almoxarife do marquês, com recado do seu filho D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, então, capitão em Ceuta.

¹⁷⁷ Vide Cristóvão Rodrigues ACENHEIRO, *Coroniqua dos Reis de Portugal*, cit., cap. 24, pp. 335-336.

¹⁷⁸ Assim o lembrou D. Fernando a D. Manuel I, numa carta de 07-08-1514: AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*: Gaveta 18, maço 5, n.º 1, fl. [5]. Transcrita no Apêndice F, n.º 8.

ao seu serviço e onde mais convinha estar alguém de tão nobre estado e condição. Como já vimos anteriormente, os percursos do rei e do marquês, pelo menos, até 1502, foram geralmente coincidentes ¹⁷⁹.

Não foram as actividades cortesãs que motivaram o *Venturoso* a acrescentar-lhe títulos nobiliárquicos e a conceder-lhe benefícios de diversa ordem. O acrescentamento sociopolítico, patrimonial e económico que D. Manuel I facultou ao 2.º marquês de Vila Real foi um acto simultâneo de emoção e de razão. Sabe-se que a relação pessoal entre ambos pautava-se por uma amizade e um apreço mútuos, além de serem parentes, visto que D. Fernando de Meneses era primo de el-rei, como se apura na diplomática que este último lhe outorgava. Por outro lado, o acréscimo de honras e de mercês dispensadas ao herdeiro e, depois, chefe da Casa de Vila Real enquadrava-se igualmente numa lógica de reestruturação da nobreza titular do Reino, que D. Manuel I quis concretizar, logo que começou o seu governo. Além de ter restaurado a Casa de Bragança, representada pelo duque D. Jaime, seu sobrinho, o rei renovou o título condal de Odemira, dando-o a D. Sancho de Noronha e também criou o condado de Tentúgal, concedido a D. Rodrigo de Melo, ambos sobrinhos da sua irmã D. Isabel, viúva do justicado D. Fernando, 3.º duque de Bragança. Nem por acaso, todos estes indivíduos agraciados, incluindo o marquês D. Fernando de Meneses, que recebeu os condados de Alcoutim e de Valença, eram primos coirmãos, entre si. Assim, ao favorecer os netos primogénitos de D. Fernando, 2.º duque de Bragança, o monarca tentou, com base nas relações de parentesco, captar o serviço e a fidelidade de todos estes seus familiares e, sequentemente, o apoio político e militar que cada um deles lhe poderia sujeitar ¹⁸⁰.

Se considerarmos o que já relatámos sobre as confirmações de direitos e doações de senhorios, os títulos nobiliárquicos ou as subvenções financeiras que D. Manuel I lhe proporcionou, mais o reforço dos laços de parentesco, através do consórcio da sua irmã D. Joana com o condestável D. Afonso, sobrinho de el-rei, não podemos depreender que D. Fernando de Meneses se julgasse um indivíduo desagradado ou alvo de desfavor por parte do monarca; antes, pelo contrário. Naturalmente, a maior proximidade aos círculos cortesãos terá facilitado as hipóteses de alcançar largas mercês e honrarias, assim como

¹⁷⁹ O marquês D. Fernando de Meneses esteve presente nos principais momentos da fase inicial do reinado e da vida de D. Manuel I: no apoio à sucessão de D. João II; na viagem a Castela e a Aragão, onde foi jurado príncipe herdeiro da Coroa Castelhana; no auto do juramento do príncipe D. Miguel da Paz, solenizado nas Cortes de 1499, em Lisboa; nas festas do segundo casamento régio, com a Infanta D. Maria; no juramento do príncipe D. João; e na peregrinação a Santiago de Compostela.

¹⁸⁰ João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I (1469-1521)...*, cit., pp. 78-79 e 323.

terá ajudado no fortalecimento das relações de amizade e de familiaridade que mantinha com o soberano. Porém, o relacionamento entre el-rei e o marquês de Vila Real sofreria um pequeno constrangimento, cuja repercussão não se consegue determinar com exacta amplitude, mas que se julga ter resultado de um desencontro de vontades, que teve lugar na vila de Almeirim, nos finais do ano de 1510. Em seguida, explicaremos o motivo que parece ter contribuído para esse desencontro e que muito desagradou ao marquês, pelo menos, no seu ponto de vista, mas, desde já, apontamos a sua consequência: a ida de D. Fernando de Meneses, com a sua família, para os seus senhorios do Minho e de Trás-os-Montes, nos quais estanciaria durante quase oito anos.

A origem dos desagrados de D. Fernando ocorreu quando D. Manuel I lhe pediu que abdicasse da posse da fortaleza e doutras rendas da vila de Ourém, que herdara por morte do seu pai D. Pedro de Meneses, a fim de tudo ser dado a D. Jaime, 4.º duque de Bragança, que, muito possivelmente, terá persuadido el-rei a efectuar tal pedido ao 2.º marquês de Vila Real. Percebe-se que D. Jaime quisesse reaver aqueles bens, pois, por direito, tocavam à herança do condado de Ourém, que, em Julho de 1496, fora deposto pelo 1.º marquês de Vila Real para ser restituído à Casa de Bragança. Percebe-se ainda a relutância de D. Fernando de Meneses em resignar aos bens oureenses, por entender que a sua devolução à casa brigantina só deveria acontecer após a sua morte, em virtude do prazo de duas vidas inscrito na doação deles, que D. João II fizera ao marquês, seu pai, em 1487, quando era conde de Vila Real. Além disso, em respeito da doação joanina, D. Manuel I tinha concedido em 1501 uma tença anual a D. Jaime, destinada a ressarcir-lo durante o tempo em que ficasse privado das rendas e da alcaidaria de Ourém ¹⁸¹. Onde, o retorno destes bens à Casa de Bragança era inevitável.

Não conhecemos fontes que no-lo digam claramente, mas cremos que a entrega antecipada dos bens oureenses ao duque D. Jaime estará relacionada com algum motivo particular que levou ao desentendimento pessoal entre ele e o marquês. Como veremos adiante, D. Fernando de Meneses tinha razões – e acharia outras – para deixar de nutrir grande apreço pelo seu primo brigantino. O que quer que tivesse ocorrido entre o duque e o marquês, obrigou D. Manuel I a agir, se não para reconciliá-los, então, pelo menos, contentá-los na feição que lhe pareceu ser mais benéfica para ambos. Quando o monarca determinou a devolução da alcaidaria e demais rendas de Ourém ao duque de Bragança, também resolveu indemnizar o marquês de Vila Real dessa perda, concedendo-lhe uma

¹⁸¹ Conferir, *supra*, o texto redigido no subcapítulo I.5.3., em torno das notas 290-297.

avultada renda anual, no valor de 453 280 reais, em dias de sua vida e na vida de um seu filho, qual ele nomeasse ¹⁸². Os benefícios régios não ficaram por aqui, pois, no mesmo dia em que lhe concedeu aquela renda, D. Manuel I outorgou-lhe ainda o título de conde da terra de Valadares, cuja carta se sabe ter existido no Cartório da casa senhorial vila-realense ¹⁸³. Ignoramos o teor desta carta de título, porque não conhecemos o paradeiro de qualquer original ou traslado, mas as fontes que a citam dizem-nos que o condado de Valadares foi doado, em satisfação do condado de Ourém, por renúncia que dele fez o marquês D. Fernando de Meneses.

Esta última informação oferece uma clara contradição com tudo o que até aqui já dissemos e fundamentámos, incluindo fontes, sobre a restituição do condado oureense à Casa de Bragança, em 1496. Não repisaremos o assunto, pois, dele já fizemos a devida remissiva, mas convém recordar que a concessão do condado de Ourém que D. João II fez ao conde de Vila Real, em 1489, restringiu-se a título vitalício ¹⁸⁴. É verdade que D. Pedro de Meneses continuou a usar o título de conde de Ourém até à data da sua morte, em 1499, mas somente em termos de honraria nominativa e sem proveito senhorial da terra (que D. Manuel I deu e ratificou ao duque D. Jaime) salvo a sua fortaleza e certas rendas, depois, transmitidas ao seu primogénito D. Fernando. Além disso, a cedência do senhorio e condado oureenses, realizada pelo 1.º marquês de Vila Real, efectuou-se com a certeza – pensamos nós – da concessão régia de um novo título condal, em prol do seu herdeiro D. Fernando, outorgado no final de 1496. É pertinente perguntar: se a renúncia ao condado de Ourém ficara satisfeita com a outorga do condado de Alcoutim, em 1496 – como julgamos – por que motivo haveria de ser comutado e novamente satisfeito, em 1510, pelo condado de Valadares? Outra interrogação: como poderia D. Fernando gozar o direito de chamar-se conde de Ourém, se a concessão do senhorio e do título feita ao seu pai D. Pedro não se efectivara numa feição de juro e herdade? Mesmo que não haja respostas para estas perguntas, há um dado claro que importa reter: na diplomática régia outorgada ao 2.º marquês de Vila Real, assim como naquela em que ele foi participante activo, nunca o encontramos no uso do título condal de Ourém.

Perante a doação de uma renda anual de 453 280 reais e a concessão de um novo título nobiliárquico, é difícil perceber o descontentamento de D. Fernando de Meneses

¹⁸² AN/TT, *Místicos*, livro 5, fls. 64 v.º-65, por carta de 04-12-1510, dada em Almeirim.

¹⁸³ Cf. AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 1, n.º 19, p. 7, cap. 6, n.º 6, p. 20 e cap. 37, n.º 2, p. 328 e D. Jerónimo de MASCARENHAS, *História de la Ciudad de Ceuta, cit.*, cap. 49.

¹⁸⁴ Documento já citado, *supra*, no subcapítulo I.5.2., nota 275.

relativamente à cedência de umas rendas e de uma alcaidaria, em Ourém, cuja avaliação não excedia 100 000 reais ¹⁸⁵. Por uma questão de princípio, D. Fernando poderia alegar que a doação destes bens, que D. João II fizera ao seu pai D. Pedro, num prazo de duas vidas, lhe deferia o direito de ficar na sua posse. Mas, só um temperamento renitente e a existência de conflitos pessoais com D. Jaime poderiam justificar a sua relutância, face ao pedido manuelino para resignar aos bens oureenses, em favor do duque de Bragança. Os amos de D. Fernando já tinham antecedentes, bastando recordar a birra que tivera com D. João II por causa dos tratos de Tetuão e que o levaram a abandonar a corte e a estabelecer-se em Chão de Couce.

Conhecendo o carácter pertinaz do marquês, será que el-rei D. Manuel I perdeu a paciência e impôs a sua vontade, pela recusa da compensação muito vantajosa que lhe oferecia? Em sequência, será que a prevalência da vontade régia, quiçá, reforçada com uma ordem de exílio da corte, determinou a ida de D. Fernando de Meneses para as suas terras de Além Douro? Ou, pelo contrário, foi o marquês que se infligiu com um retiro voluntário, partindo emburrado e carregado de azedume, face à enorme preferência que o rei dedicava a D. Jaime, a quem gostava de satisfazer todos os pedidos, mostrando-se muito parcial, sobretudo, a nível do parentesco? Em 1517, estando afastado da corte há seis anos, o marquês enviou de Vila Real uma carta ao monarca, dizendo-lhe: *“quando me quero achar no conto dos vossos [...] dos quais eu cuidava que era o primeiro, acho-me fora deles; e quando me quero achar no conto dos que seguiram vosso serviço, sendo eu o primeiro, acho-me fora dele em vossa lembrança e os que foram contra ele, muito vossos aceitos, governando vossos Reinos a par de vós e eu muito desestimado e desapreciado de Vossa Alteza e cá, nestas montanhas, respondendo a capítulos falsos dados por meus inimigos; e quando me quero pôr no conto dos vossos parentes, acho-me além dos do quarto grau”* ¹⁸⁶. É de notar que estas palavras já acumulavam um peso de seis anos de retiro da corte, com sequelas de outros episódios entretanto sucedidos, mas não é difícil enquadrar o duque de Bragança em boa parte deste discurso.

Se a partida de D. Fernando para os seus domínios senhoriais foi decidida pelo próprio ou ordenada pelo *Venturoso*, não podemos afirmá-lo com total certeza, embora nos inclinemos mais para o primeiro cenário. Na mesma carta, atrás citada, o marquês

¹⁸⁵ O ressarcimento anual que el-rei dera ao duque de Bragança, desde 1501, em diante, durante o tempo em que ficasse privado das rendas e da alcaidaria de Ourém era 95 432 reais.

¹⁸⁶ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 21, n.º 18, fls. [28-28 v.º], por carta de 24-01-1517. Transcrita no Apêndice F, n.º 12.

recordava a D. Manuel I certas palavras que este lhe dissera: “*na vossa casa da guarda, de Almeirim, quando parti para cá, [...] me dissestes que conheceis e me confessáveis que tínheis em mim o melhor vassalo e o mais leal e o mais verdadeiro amigo e servidor, que, nunca rei, no mundo, tivera*”¹⁸⁷. Se não foram palavras fingidas, podemos crer na hipótese de el-rei ter ordenado o exílio do marquês? Numa outra carta enviada de Vila Real ao monarca, D. Fernando escreveu-lhe, em *post scriptum*, pela sua mão: “*e aqui estou, Senhor, sem ir visitar e servir Vossa Alteza, por cumprir vosso mandado e porque é melhor obedecer que sacrificar*”¹⁸⁸. Não cremos que destas palavras se deduza algum indício de obediência a uma ordem de exílio. Pelo contrário, parecem enquadrar-se mais com uma obrigação de prestar explicações sobre a acção jurisdicional exercida nos seus senhorios, assunto que o ocuparia durante os anos de 1516-17¹⁸⁹.

A devolução das rendas e da alcaidaria de Ourém ao duque de Bragança parece ter suscitado discordâncias entre D. Manuel I e D. Fernando de Meneses. Mais certa foi a prevalência da vontade do monarca sobre os pretensos direitos do marquês, na mesma questão. Parece ainda verosímil que o marquês tomou uma decisão unilateral de deixar a corte e que a conversa de despedida com o soberano, em Almeirim, nos inícios de 1511, terá sucedido num tom relativamente cordial. A dúvida reside em perceber se o assunto da restituição dos bens oureenses abalou negativamente a relação pessoal do rei com o marquês. Pelo menos, julgamos que a situação provocou um leve constrangimento, mas insuficiente para explicar os “desfavores” de que D. Fernando de Meneses se queixaria, pensando serem tacitamente permitidos por D. Manuel I, ao sabor da acção e da opinião de outros intervenientes. Pelo contrário, cremos que tais “desfavores” deveram-se muito mais ao prolongado afastamento da corte e ao carácter intempestivo do marquês que aos arbítrios do *Venturoso*.

Ao despedir-se de el-rei, na vila de Almeirim, em Janeiro de 1511, D. Fernando de Meneses deslocou-se para Santarém. Diante da Igreja de São Francisco desta mesma vila, afirmou a Cataldo que iria mudar-se com toda a sua casa para Leiria, onde contava estar no tempo da Páscoa. Depois, o humanista siciliano soube ainda que o seu regresso só aconteceria no ano seguinte. Estas informações são colhidas numa carta que Cataldo destinou a D. Fernando¹⁹⁰, a qual se supõe datar de antes de meados de 1511. Esta carta

¹⁸⁷ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 21, n.º 18, fl. [2 v.º].

¹⁸⁸ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 22, n.º 8, fl. 2, por carta de 10-06-1517.

¹⁸⁹ Veja-se o subcapítulo II.4.4., *infra*.

¹⁹⁰ Cataldo Parisio SÍCULO, *Epístolas* – II Parte, *cit.*, n.º 54, p. 167.

terá sido expedida para Vila Real, pois, noutra que escreveu ao 2.º conde de Alcoutim, em resposta a uma missiva deste último, Cataldo declara que foi de Santarém para Vila Real que lhe endereçou um exemplar do poema *Martinho, Verdadeiro Salomão* ¹⁹¹, cuja remessa também é referida na carta anterior, dirigida ao marquês. Parece-nos, pois, que D. Fernando de Meneses não tinha a ideia de afastar-se da corte por muito tempo nem para muito longe. Donde, talvez o azedume sentido pela perda dos bens oureenses não fosse assim tanto. Ignoramos o que motivou o marquês a alterar a viagem de destino, de Leiria para Vila Real. Sabemos que permaneceu bastante tempo nos seus senhorios de Além Douro, sensivelmente, até finais de 1518, alternando residências entre Vila Real e Caminha. De resto, pouco saberíamos sobre a sua acção e percursos nestes dois lugares, se não conhecêssemos as cartas que remeteu para a corte, endereçadas a el-rei: «cartas, que se lêem por gosto quando se têm que ler por obrigação» ¹⁹².

Muito do teor desta correspondência já foi explorado por Jean Aubin, num texto referente ao 2.º marquês vila-realense ¹⁹³. Nesse texto, directamente focado nas relações sociopolíticas entre o marquês D. Fernando e D. Manuel I, procurou-se responder, entre outras questões, àquela em que se inquiriram as formas de constituição da nova nobreza titulada surgida no reinado manuelino. De acordo com o autor, uma parte da explicação enquadrava-se nas dificuldades de adaptação da velha nobreza face às novas realidades suscitadas pela conjuntura da ampliação dos espaços ultramarinos da Coroa Portuguesa no Oriente asiático e pelo grande esforço financeiro que essa ampliação provocou, a fim de ter o controlo militar e o domínio económico e político naquela vasta região. Sendo um defensor da ordem social sustentada na ancestralidade das linhagens e na ascensão parcimoniosa de outras com menores pergaminhos, que, então, começavam a despontar, devido à execução diligente no exercício de vários ofícios ligados ao serviço da Coroa e aos apelos de um “Estado” em crescente centralização e expansão burocrática, a que se acrescia uma época pontuada pela transição dos valores e dos costumes, D. Fernando de Meneses surgia, aparentemente, como alguém inadaptado e incapaz de aceitar, com bom ânimo, tais mudanças de tempos e de vontades. Essa inadaptação revelou-se, sobretudo, quando começou a sentir freios aos interesses particulares da sua casa senhorial, mais precisamente, no valimento social e económico que desejava ver feito e reconhecido a algumas pessoas da sua família directa, julgando ainda que os bloqueios criados tinham

¹⁹¹ Cataldo Parisio SÍCULO, *Epístolas – II Parte*, cit., n.º 64, p. 189.

¹⁹² Palavras certeiras de Selma POUSÃO-SMITH, *Rodrigues Lobo...*, cit., vol. 1, p. 23.

¹⁹³ Jean AUBIN, «Vieille noblesse...», cit., pp. 61-101.

a convivência tácita de D. Manuel I, a quem não era lembrada a importância dos serviços, pessoa, casa e sangue do marquês vila-realense. Por outro lado, a refracção dos poderes da velha nobreza, a inovação e arraso aplicados sobre os seus antigos foros e privilégios ou a competição das várias famílias na criação e captação de clientelas, dentro e fora da corte, também constituíam outras realidades que perigavam os alicerces da ordem social ancestral. Nos articulados seguintes, abordaremos alguns destes assuntos, com base na correspondência particular que D. Fernando de Meneses dirigiu a el-rei.

4.2. Sentimentos de desfavor e desonra

O nosso ponto de partida é uma carta que o marquês de Vila Real remeteu a D. Manuel I, a qual foi redigida em 7 de Agosto de 1514, na ilhota da Ínsua, situada na foz do rio Minho ¹⁹⁴. Uma «célebre carta» ¹⁹⁵, que teve uma farta divulgação do seu teor em diversos códices manuscritos, nos tempos seguintes à sua composição ¹⁹⁶.

Trata-se de uma carta plena de amargura e de protesto, na qual D. Fernando de Meneses se queixou ao *Venturoso* sobre o facto de D. António de Noronha, seu irmão e escrivão da puridade, não ter logrado a honra de um título condal, tal como D. Martinho de Castelo Branco, vedor da Fazenda, que recebera do monarca o condado de Vila Nova de Portimão ¹⁹⁷. A queixa do marquês baseava-se nas arbitrariedades da faculdade régia relativas à atribuição de títulos nobiliárquicos, os quais, na sua opinião, por questões de precedência social e de qualidade dos serviços prestados, deveriam ser primeiramente dados às pessoas que tivessem nascido no seio de famílias enobrecidas pelo sangue e/ou por feitos já praticados e não a outros indivíduos, cujo berço não era similar, ainda que o peso das suas raízes fidalgas e dos seus encargos oficiais pudesse justificá-lo.

O discurso utilizado pelo chefe da família vila-realense pretendeu declarar a D. Manuel I a avaliação subestimada que ele fazia do lugar sociopolítico do seu irmão, cuja figura visual fora esfacelada nas guerras do Norte de África, onde sofrera igualmente a

¹⁹⁴ AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*: Gaveta 18, maço 5, n.º 1. Transcrita no Apêndice F, n.º 8.

¹⁹⁵ D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo V – livro VI, p. 119.

¹⁹⁶ Em Portugal: BNP, Códice 1598, fls. 7-11 (traslado incompleto), Códice 3776, fls. 133-144 v.º e Códice 8920, fls. 202 v.º-208 v.º; BP Évora, Códice CIII/2-20, fls. 128-133; BGUC, *Manuscritos*, n.º 170, fls. 97 v.º-105 v.º (traslado incompleto); e ainda BPM Porto, *Manuscritos*, n.º 851, fls. 125 v.º-130. Em Espanha: BNE, *Manuscritos*, n.º 2436, fls. 286-295; e RAH, *Colección Salazar y Castro*, N-76, fls. 48-53.

¹⁹⁷ Segundo informação de Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., III Parte, cap. 59, o título foi outorgado em 12 de Fevereiro de 1514.

provação do cárcere, infligido pelos mouros ¹⁹⁸. Objectivamente dramático nas palavras, D. Fernando tentou persuadir o monarca a emendar a desonra sentida por D. António de Noronha, que se retirara agravado para a quinta de Chão de Couce, com uma hipotética vontade de deixar o serviço de el-rei. A correcção do agravo régio não poderia ser outra, senão a outorga de um título condal a D. António, lembrando ainda que quando o pai de D. Martinho pedira igual condição a D. João II, este deu a entender que a ele ou outrem não faria tal mercê enquanto todos os filhos do marquês D. Pedro não fossem condes. O falecido marquês estaria mesmo a soltar gemidos no Paraíso, ao ‘olhar’ que el-rei dava títulos a indivíduos que, por si próprios, sabiam que Deus, na sua sábia providência, os distinguira de outros que os mereciam e que só poderiam sentir-se desonrados, como era o caso de D. António. Muito depreciado sentia-se D. Fernando, vergado ao peso de uma estrela preta que D. Manuel I lhe marcara nas costas, como se a desvalia do irmão lhe fosse directamente feita, lamentando que el-rei estivesse esquecido da amizade pessoal que lhe devia e dos serviços passados da linhagem vila-realense.

Apesar do dramatismo que procurou impingir nas suas palavras, D. Fernando de Meneses não colocava em causa o merecimento de D. Martinho de Castelo Branco, cuja pessoa muito estimava. A questão residia no tempo e no modo da sua promoção condal, ou seja, antes de D. António de Noronha, precedendo-o no valor da honra linhagística e dos serviços prestados. Mas, a censura do marquês de Vila Real dirigida a el-rei, quanto à feitura de condes que não mereciam sê-lo, era injusta e infundada. Injusta: porque, até 1514, todos os títulos de condado criados por D. Manuel I foram dados a pessoas, cuja origem familiar não destoava na honra, no sangue e nos serviços prestados, sobretudo, os militares ¹⁹⁹. Infundada: porque a doação do condado de Vila Nova de Portimão a D. Martinho, em 1514, concretizou a outorga de um título que lhe estava prometido, desde 1504 ²⁰⁰. Não é de duvidar que o marquês estaria ciente de tudo isto, pois, D. Martinho era informalmente considerado conde do senhorio portimonense, como nos diz Cataldo, na carta que endereçou ao 2.º conde de Alcoutim, sobre o poema *Martinho, Verdadeiro*

¹⁹⁸ Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea, cit.*, cap. 75.

¹⁹⁹ Excluindo os condados de Alcoutim (1496), de Valença (1499) e de Valadares (1510), todos da Casa de Vila Real, restam: o condado de Portalegre (1498) e o condado de Tarouca (1499), outorgados respectivamente a D. Diogo da Silva de Meneses e a D. João de Meneses, netos de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta, de quem o 2.º marquês de Vila Real era bisneto; o condado de Redondo (1500), que foi outorgado a D. Vasco Coutinho, capitão de Arzila e descendente de marechais do Reino, em satisfação do condado de Borba, cuja vila e senhorio se restituíram à Casa de Bragança; e o condado de Tentúgal (1504), que foi dado a D. Rodrigo de Melo, filho de D. Álvaro, por sua vez, primo de D. Manuel I e tio de D. Jaime, 4.º duque de Bragança.

²⁰⁰ Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra, cit.*, vol. III, pp. 373-374.

Salomão, dedicado ao herdeiro da casa senhorial vila-realense, mas composto em honra dos estimados méritos do vedor da fazenda régia ²⁰¹.

A carta protestatória de D. Fernando de Meneses teve uma resposta régia ²⁰². O seu teor, além de breve e cuidado, só poderia ser contemporizador, com D. Manuel I a serenar a aspereza do marquês de Vila Real, notando-lhe que estava bem recordado dos serviços prestados por ele e pela sua linhagem e que estava certo de tudo ter feito para gratificar o seu irmão D. António, como até ali deveria, dando-lhe ainda a entender que muito folgaria de lhe fazer mais, se o futuro viesse dar lugar a isso.

É possível que a lembrança dos protestos do marquês tivesse produzido alguma influência no rei, quando este escolheu D. António de Noronha para comandar a armada militar que partiu de Lisboa, em Junho de 1515, com o encargo de erigir uma fortaleza na costa atlântica de Marrocos, junto à foz do rio Cebu (ou rio da Mamora). Estimulado pela tomada das praças de Safim (1508) e de Azamor (1513) e bem assim pelo sucesso dos seus capitães em várias almogavarias efectuadas no Reino de Fez, cujos direitos de conquista garantira através do tratado de Sintra (1509), no qual D. António de Noronha foi seu mandatário sub-rogado, o *Venturoso* procurava dar mais um forte impulso ao seu desejado projecto de expansão territorial no algarve marroquino. Porém, a construção da fortaleza de São João de Mamora revelou-se um fiasco total, essencialmente, devido à péssima escolha do local da sua fundação, num sítio de baixa altimetria, que acabou por facilitar o cerco e os ataques dos mouros, por terra e por mar. A obra ficou terminada em poucas semanas, mas o assédio muçulmano tornou-se intolerável e levou à retirada desorganizada dos portugueses, em 10 de Agosto de 1515, com a perda de muitas vidas, mantimentos, embarcações e munições de guerra, acabando por transformar-se na maior derrota militar que D. Manuel I conheceu no seu reinado ²⁰³.

O desastre de Mamora obstou a fixação de um de vários pontos estratégicos que permitiriam estabelecer a ligação entre as regiões do Al-Gharb e da Enxovia e, depois,

²⁰¹ Cataldo Parisio SÍCULO, *Epístolas* – II Parte, *cit.*, n.º 64, p. 195.

²⁰² BP Évora, Códice CIII/2-20, fls. 133-133 v.º, BNP, Códice 1598, fls. 11-11 v.º, Códice 3776, fls. 144 v.º-145 e Códice 8920, fl. 208 v.º, BPM Porto, *Manuscritos*, n.º 851, fl. 130 v.º, RAH, *Colección Salazar y Castro*, N-76, fl. 53 v.º e BNE, *Manuscritos*, n.º 2436, fls. 296-296 v.º, por uma carta de 30 de Agosto [de 1514]. Primeira referência publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, *cit.*, vol. III, p. 389, nota 2.

²⁰³ Cf. Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, *cit.*, III Parte, cap. 76, *Sources (Les) Inédites de l'Histoire du Maroc* – Archives et Bibliothèques du Portugal, ed. Pierre de Cénival, David Lopes e Robert Ricard, Paris, Paul Geuthner, 1934-1953, tome I, pp. 695-731, assim como André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, «Uma linhagem ao serviço...», *cit.*, pp. 133-136 e ainda João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I (1469-1521)...*, *cit.*, pp. 166-169 e 192-194.

prosseguir o avanço português, tanto pela costa atlântica, desde a região da Duquela até ao cabo Não, diante do arquipélago das Canárias, como pelo interior, indo desde Fez até Marraquexe. Tratava-se de uma vasta realidade geográfica que, encabeçada em Ceuta, daria a Portugal o domínio de toda a área que ia desde a costa ocidental marroquina até aos limites do sopé da cordilheira do Atlas. Se o insucesso de Mamora travou o ímpeto manuelino relativo à conquista de Marrocos, também freou as hipóteses de acesso de D. António de Noronha ao título nobiliárquico, que, talvez, esperaria obter, se tivesse sido bem-sucedido. Sabe-se que, logo após o seu infortúnio militar, fez uma romaria a Nossa Senhora de Guadalupe ²⁰⁴, decerto, em agradecimento pela salvação da sua vida e ainda em penitência pelo mau comando que exercera, num assunto importante para o serviço de el-rei. No entanto, D. António viria a lograr a desejada titulação, através do condado de Linhares, mas apenas em 1525, por mercê de D. João III ²⁰⁵.

4.3. Um casamento em risco

Um ano depois das queixas remetidas da ilhota da Ínsua, o marquês D. Fernando de Meneses residia em Vila Real. O mês de Agosto de 1515 ficou marcado pelo envio sucessivo de algumas cartas para D. Manuel I, em torno do assunto do casamento do seu primogénito D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, com D. Beatriz de Lara, filha de D. Joana de Noronha, irmã do mesmo marquês.

Numa carta que Cataldo remeteu ao conde de Alcoutim, datada de 9 de Janeiro e sem ano declarado, mas que supomos ser de 1511, ficamos a saber que D. Pedro já tinha “contraído” matrimónio com a sua prima D. Beatriz. Na verdade, tratou-se de um ajuste informal, pois, na mesma carta, Cataldo lamentava a situação de D. Pedro, um homem ainda adolescente, ter ficado cativo de um compromisso procurado pela família ²⁰⁶. Se a nossa suposição estiver correcta, o conde de Alcoutim caminharia para os seus 24 anos de idade, enquanto a sua prima contaria cerca de 9 ou 10 anos. Com a perspectiva de D. Pedro de Meneses preparar-se para assumir o governo da capitania de Ceuta, é de crer que a celebração formal do consórcio estivesse aprazada para depois do seu regresso do Norte de África. Aliás, sabe-se que o conde de Alcoutim esteve em Ceuta durante cinco

²⁰⁴ Assim nos sugere a carta que D. Manuel I lhe endereçou, em 22-08-1515, consolando-o pela derrota na acção militar desenvolvida, mas mostrando-se mais satisfeito pela preservação da sua pessoa e prestes a recebê-lo ao seu serviço: AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 18, n.º 68.

²⁰⁵ Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra, cit.*, vol. III, p. 388.

²⁰⁶ Cataldo Parisio SÍCULO, *Epístolas – II Parte, cit.*, n.º 20, pp. 69-71.

anos, desde finais de 1512 até finais de 1517 ou, mais precisamente, cinco anos e três meses, conforme afirmado pelo próprio numa sua carta ²⁰⁷.

Partindo do princípio que esta união endogâmica era reciprocamente pretendida por D. Fernando de Meneses e por D. Joana de Noronha, importa notar que o consórcio entre os filhos de ambos constituía uma peça socioeconómica bastante relevante para a Casa de Vila Real, sobretudo, pelo dote que D. Beatriz poderia facultar. Apesar da sua mocidade, ela já era uma rica legatária, em virtude dos bens que herdara do seu pai, o condestável D. Afonso († 1504) e da sua bisavó, a Infanta D. Beatriz († 1506). Entre os bens legados, tinha uma quinta em Azeitão, a vila de Colares, as rendas da vila de Serpa e uma tença anual de 225 000 reais. Além de tudo isto, seria ainda herdeira das tenças que a sua mãe recebia da Coroa, em remuneração do dote e arras do seu consórcio ²⁰⁸. O receio da perda do dote da jovem filha do condestável foi o motivo que levou o marquês a enviar cartas a D. Manuel I, a fim de este não permitir que o matrimónio combinado entre ela e o conde de Alcoutim se desencaminhasse.

Aparentemente, o enlace correu riscos de ser desencaminhado. Sabemos que D. Fernando de Meneses escreveu a D. Manuel I, pedindo-lhe que confirmasse a mercê de casar o filho D. Pedro com a sobrinha D. Beatriz. O rei atestou esta mercê, mas também aconselhou o marquês a esforçar-se no sentido de conseguir a satisfação da sua irmã D. Joana relativamente ao andamento do negócio matrimonial. Estes informes faziam parte de uma correspondência já trocada entre o rei e o marquês, cujo teor se ignora, mas que nos surgem resumidos na primeira das quatro cartas conhecidas sobre o assunto, que D. Fernando remeteu a el-rei. Essa primeira carta foi, portanto, uma resposta ao monarca e nela, o marquês agradeceu-lhe a aprovação do consórcio e enviou-lhe o traslado de uma carta que dirigira à sua irmã. Além disto, D. Fernando pediu mais duas acções: uma, que el-rei o autorizasse a deslocar-se imediatamente à corte, a fim de negociar e concluir as condições do enlace; e outra, que el-rei, em memória dos serviços presentes e passados da linhagem vila-realense, defendesse a sua honra e a honra do seu filho, como lhe iria requerer e explicar mais concretamente noutro lugar ²⁰⁹.

²⁰⁷ Sobre o tempo da sua estada em Ceuta, veja-se o início do subcapítulo III.1.2., *infra*.

²⁰⁸ Sobre o legado destes bens e rendas, conferir, *supra*, o texto redigido em torno das notas 96-101, inclusive. Sobre a quinta de Azeitão, esta foi uma herança paterna, como se infere pela carta geral de privilégios que el-rei concedeu aos caseiros, lavradores, foreiros e arrendadores dos bens daquela quinta: AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 5, fl. 21 v.º, por carta de 22-08-1505.

²⁰⁹ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 18, n.º 62, por carta de 09-08-1515. Transcrita no Apêndice F, n.º 9.

Sobre o teor da carta remetida à sua irmã D. Joana, cujo traslado foi enviado ao monarca, o marquês de Vila Real centrou-se num objectivo: convencê-la que o melhor partido para a sua filha D. Beatriz seria casar-se com o 2.º conde de Alcoutim. Além da vontade que D. Joana já nisto demonstrara, em privado, o marquês lembrou-lhe o muito serviço que fizera em seu favor e apontou-lhe o proveito que a conclusão deste assunto traria à família vila-realense. É de salientar que todo o discurso desfiado pelo marquês fundava-se num receio bem real de não alcançar os seus intentos, pois, desde que partira da corte de el-rei, sentira-se alvo de esquecimentos e de agravos, por parte da sua irmã, os quais atribuía a “*coisas contrárias*” ao que com ela já tinha acordado sobre o enlace dos filhos de ambos ²¹⁰.

Essas coisas contrárias são esclarecidas noutra carta que o marquês enviou a D. Manuel I, na qual lhe requereu que defendesse a honra da casa vila-realense, pondo fim às ingerências que o seu “*bom amigo e primo*” D. Jaime, 4.º duque de Bragança, fazia para impedir o consórcio do seu filho com a sua sobrinha. Segundo as informações que recebia da corte, D. Fernando afirmava que D. Jaime andava a interferir no negócio do matrimónio de D. Beatriz, falando muito privadamente com D. Joana de Noronha, a fim de desviar aquela moça para seu proveito e interesse, querendo casar com ela, apesar de já estar destinada, com aprovação régia, para consorte do conde de Alcoutim. Mais que a inquietação que tal notícia lhe provocava, D. Fernando sentia-se muitíssimo agravado, por saber que o duque de Bragança, seu “*inimigo público*”, tão cumulado de mercês e favores régios, ousava um atentado à honra da família, tratando-o no “*reposteiro*” com a conivência da sua própria irmã. Por isso, apelou à justiça de el-rei, rogando-lhe que não permitisse que D. Jaime, sem qualquer pudor, visitasse a casa de D. Joana, estando aí a jovem D. Beatriz “*bordada em louçainhas*”, enquanto o conde de Alcoutim pelejava em Ceuta, ao serviço do monarca e da Coroa, com grande gasto da fazenda vila-realense. E pediu mais: que mandasse entregar-lhe a guarda da sobrinha e que permitisse a sua ida à corte, a fim de concluir o negócio matrimonial ²¹¹.

Noutra carta, D. Fernando concluiu este seu agravo, dizendo a D. Manuel I que fora melhor ele ter-se lembrado da palavra e mercê que lhe fizera em Setúbal, no sentido

²¹⁰ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 18, n.º 43, por carta de 10-08-1515. Transcrita no Apêndice F, n.º 10.

²¹¹ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 18, n.º 60, por carta de 10-08-1515. Transcrita no Apêndice F, n.º 11 e já antes publicada por Luciano CORDEIRO, *A Segunda Duquesa*, Lisboa, Livraria Ferin, 1892, pp. 237-242.

de casar a sua filha D. Leonor de Noronha com D. Jaime, quando entre eles – duque e marquês – houve disposição para “*haver concerto*”, em vez de ser avisado das tentativas do seu primo brigantino para prejudicar o enlace de D. Beatriz de Lara com o conde de Alcoutim ²¹². cremos que esta mercê evocada pelo marquês remonte a meados de 1496, por ocasião do regresso de D. Jaime a Portugal, pois, trata-se do único período em que achamos D. Manuel I estanciado em Setúbal ²¹³ e numa altura anterior ao ano de 1500, quando ao duque de Bragança foi confirmado o seu enlace com D. Leonor de Mendoza, filha de D. Juan de Guzmán, 3.º duque de Medina Sidonia ²¹⁴.

É possível que na ideia do “*haver concerto*” entre D. Fernando de Meneses e D. Jaime se projectasse a intenção de uma renovação dos laços de parentesco entre as casas de Vila Real e de Bragança, talvez, para atenuar a memória da participação do pai do marquês no julgamento que determinou a sentença de morte do pai do duque. Não nos admiraria que a circunstância de um enlace entre o chefe da reabilitada casa brigantina e a filha de D. Fernando de Meneses também fosse um objecto essencial para propiciar a renúncia de quaisquer direitos que a Casa de Vila Real ainda tivesse sobre alguns bens e rendas do senhorio e condado de Ourém. Esta hipótese é muito conjecturante, mas seria suficiente para atrair a atenção de D. Manuel I e levá-lo a dar a sua palavra e mercê a D. Fernando sobre um tal cenário. Porém, se o rei assim o fez, rapidamente abandonou essa promessa e favor, visto que a figura de D. Jaime era uma peça importante no xadrez da política peninsular, na ocasião de pesar o nível de relações sociopolíticas da família da consorte escolhida para desposá-lo. Pelo facto de D. Jaime ser o herdeiro presuntivo da Coroa Portuguesa, caso D. Manuel I não lograsse sucessão, ao *Venturoso* pareceu que a melhor opção seria a filha do duque de Medina Sidonia, senhor de Gibraltar, até porque as ambições particulares que este último tinha em alargar domínios no Norte de África colocavam-no como um precioso aliado militar para o rei português, também, desejoso de prosseguir e consolidar as suas conquistas em Marrocos. Neste sentido, não terá sido fortuito o facto de pouco menos de um terço do dote de casamento concedido ao duque de Bragança ter acabado nas mãos do rei de Portugal. De resto, além do interesse que D.

²¹² AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 18, n.º 63, por carta de 11-08-1515. Publicada por Luciano CORDEIRO, *A Segunda Duquesa*, cit., pp. 242-243.

²¹³ Assim no-lo indicam os documentos, datados entre finais de Abril e finais de Junho de 1496, dispersamente registados nos livros 26, 27 e 28 da *Chancelaria de D. Manuel I*, do AN/TT, assim como as cartas originais, assinadas pelo monarca, para o mesmo período, que se acham registadas no AD Évora, Códice 73, n.ºs 119, 120 e 121.

²¹⁴ AN/TT, *Místicos*, livro 2, fls. 259-264 v.º, por carta de 14-09-1500. Publicada por D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., tomo IV (parte I), n.º 100, pp. 11-21.

Juan de Guzmán assumia – desde 1496, pelo menos ²¹⁵ – no enlace da sua filha com D. Jaime, percebe-se que D. Manuel I teve a subtileza de aproveitar os conflitos que havia entre o duque andaluz e os *Reis Católicos* sobre a posse do senhorio gibraltino, tentando obstar aos seus sogros a perspectiva de decidirem o desfecho que mais lhes aprazia no assunto do casamento do duque de Bragança ²¹⁶. Perante estas circunstâncias, que muito interessavam à política do Reino, compreende-se que a tentativa de casar D. Jaime com a filha do marquês de Vila Real não tivesse muita prática para seguir adiante.

A relação de tudo isto com as ingerências de D. Jaime no casamento do conde de Alcoutim com D. Beatriz de Lara resultava da situação de o duque de Bragança achar-se viúvo, desde finais de 1512. O marquês terá pensado que tal situação levava o seu primo brigantino a uma vontade súbita de voltar a casar-se, actuando intencionalmente com o objectivo de ultrajar a sua honra e a do seu filho e de conseguir o apetecido dote que D. Beatriz poderia oferecer. Todavia, quando D. Fernando recebeu da corte as notícias que o levaram a queixar-se a el-rei, em Agosto de 1515, ainda não o sabia, mas estava bem enganado sobre os intentos de D. Jaime. Os diálogos que o duque de Bragança mantinha com D. Joana de Noronha não iam no sentido de arranjar para si mesmo um matrimónio com D. Beatriz de Lara, mas, sim, na tentativa de casar esta moça com o seu herdeiro D. Teodósio. Esta informação surge-nos numa carta instrutória, datada de 5 de Outubro de 1520, que D. Manuel I remeteu ao seu secretário António Carneiro ²¹⁷. O conteúdo desta carta desperta muito interesse, por nos evidenciar claramente que o conde de Alcoutim, segundo os desejos régios, não era o favorito para casar com a sua prima. E nem sequer era a segunda preferência, não obstante el-rei ter dado a sua aprovação ao marquês de Vila Real sobre o assunto. Esta mudança na vontade régia só parece indiciar um motivo: capturar a riqueza dos bens dotais que D. Beatriz levaria ao altar.

Na referida carta, D. Manuel I instruiu o seu secretário, no sentido de requerer a D. Jaime que o eximisse da promessa que lhe fizera sobre a hipótese de casar o seu filho com D. Beatriz de Lara, em prejuízo do conde de Alcoutim, se aquela moça não viesse a consórcio com algum dos seus filhos ²¹⁸. Embora o pretendesse, o *Venturoso* enjeitou tal

²¹⁵ Vide D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., tomo IV (parte I), n.º 99, pp. 10-11.

²¹⁶ Sobre este casamento do duque D. Jaime, veja-se o texto de Luciano CORDEIRO, *A Senhora Duquesa*, Lisboa, Livraria Ferin, 1889, pp. 17-35, com particular interesse nas fontes aí mencionadas.

²¹⁷ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 26, n.º 75. Transcrita no Apêndice F, n.º 13 e já antes publicada por Luciano CORDEIRO, *A Segunda Duquesa*, cit., pp. 245-248.

²¹⁸ Sabe-se que el-rei teve a vontade de casar D. Beatriz com o Infante D. Fernando (nascido em Junho de 1507): Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., I Parte, cap. 82.

intento, depois de saber que entre ela e o príncipe D. João se haviam passado “*algumas coisas de amores*”. Parece que terá sido um simples namorico, mas segundo o juízo do monarca, essa acção jovial e ociosa revelou uma circunstância inconveniente que, além de ser causa para suscitar melindre entre ele e o seu herdeiro, criou logo no seu espírito um sentimento de decepção, por ver que D. Beatriz ficara aquém da conduta que dela esperava ²¹⁹. A desilusão régia foi maior, por ainda constatar que ela (talvez, em reacção às censuras de que fora alvo) mostrava a “*deliberada vontade*” de casar-se com o conde de Alcoutim. Uma vontade que gerou despeito no monarca, pois, se este até lhe tolerou o casamento com o herdeiro da Casa de Vila Real, também decidiu que lhe tiraria boa parte do dote que estaria disposto a dar-lhe, se D. Beatriz tivesse casado consoante o seu mandado. O desfavor que D. Manuel I sentiu neste assunto levou-o a dissuadir o duque de Bragança de porfiar no negócio matrimonial que pretendia.

Parece que o requerimento do monarca não foi bem digerido por D. Jaime. Com a remessa de alguns apontamentos escritos e com o auxílio de D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso, na função de porta-voz, o duque ainda tentou convencer el-rei a manter a promessa que lhe fizera. Mas, D. Manuel I não recuou na sua decisão e tornou a enviar-lhe nova carta, mostrando-se bastante admirado por “*tantos pejos*” que ele lhe apresentara. Por isso, voltou a lembrar-lhe que a decisão tomada cumpria a necessidade de assim ser melhor servido ²²⁰.

No fim de tudo, venceram as ambições do marquês de Vila Real. O seu filho D. Pedro de Meneses e a sua sobrinha D. Beatriz de Lara seriam consortes. Ignoramos a resposta que D. Manuel I terá endereçado, depois de Agosto de 1515, aos agravos de D. Fernando de Meneses. É de presumir que o marquês não tenha discutido mais o assunto, se el-rei lhe replicou peremptoriamente sobre quais eram as suas verdadeiras intenções relativamente ao destino matrimonial de D. Beatriz. De resto, como vimos, só voltamos a ter informação documental alusiva ao casamento da filha do condestável, nos finais de 1520. Terá sido no decurso deste ano que os projectos do *Venturoso* para o futuro de D. Beatriz começaram a frustrar. É de admitir que os supostos amores entre o herdeiro da Coroa e a sobrinha do marquês tenham causado lastro suficiente para baldar os planos

²¹⁹ Quanto à dimensão dos ‘amores ociosos’ entre o príncipe D. João e D. Beatriz de Lara, vale a pena uma leitura de cotejo, também ociosa, dos textos de Luciano CORDEIRO, *A Segunda Duquesa*, cit., pp. 79-108, *passim* e do Conde de SABUGOSA, António Maria Vasco de Melo Silva César e Meneses, *Neves de Antanho*, 3.ª ed., Lisboa, Livraria Bertrand, 1919, pp. 85-95 e 98-102.

²²⁰ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 26, n.º 105, por carta de 20-12-1520. Publicada por Luciano CORDEIRO, *A Segunda Duquesa*, cit., pp. 248-250.

régios, mas o ‘caso’ não terá sido mais que um passatempo reciprocamente aceite entre os dois jovens. Depois, quando el-rei soube que D. Beatriz tinha a “*deliberada vontade*” de casar com o conde de Alcoutim, cremos que essa vontade seria mais deliberada pela família vila-realense, que, desde finais de 1518, já se achava totalmente reunida na corte manuelina. Sabemos que D. Beatriz, em Setembro de 1521, aquando da formalização do seu contrato matrimonial com o conde de Alcoutim, era órfã de mãe e que a sua tutela e curadoria, por ainda ser menor de 25 anos, estavam confiadas ao seu tio D. António de Noronha ²²¹. De facto, D. Joana de Noronha deverá ter falecido pouco antes de Outubro de 1519, visto que foi nesta altura que D. Beatriz de Lara obteve a confirmação régia de duas tenças que eram recebidas pela sua mãe: uma, no valor de 50 000 reais; e outra, no valor de 400 000 reais ²²². As últimas notícias relativas à acção efectiva de D. Joana de Noronha surgem-nos em Abril de 1519, quando vendeu a Afonso de Albuquerque, filho do finado governador da Índia, do mesmo nome, uma quantia de 20 000 reais do padrão régio de 67 957 reais, que recebia no almoxarifado de Beja, em remuneração do sobejo das rendas do montado do campo de Ourique ²²³.

4.4. Conflitos jurisdicionais

Na sua análise puramente pessoal, D. Fernando de Meneses não teve dúvidas em assentar no duque de Bragança o rótulo de inimigo público. Não foi o único. Em Janeiro de 1517, o marquês recebeu em Vila Real – pela terceira vez, em quatro meses – a visita

²²¹ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 39, fls. 41-42 v.º, por escritura de [25]-09-1521, inserta numa confirmação régia de 23-06-1530. Transcrita no Apêndice F, n.º 14. Sobre o consórcio de D. Pedro de Meneses com D. Beatriz de Lara, veja-se o subcapítulo III.2.1., *infra*.

²²² AN/TT, *Místicos*, livro 4, fls. 131-131 v.º e 131 v.º-133, ambas, por cartas de 20-10-1519. Na verdade, a tença de 400 000 reais substituiu uma outra de 411 905 reais, que el-rei concedera a D. Joana de Noronha, em 10-03-1519, em satisfação da renúncia da arrecadação das rendas do montado do campo de Ourique, que recebia através de padrão régio de 05-07-1512 (já citado, *supra*, nota 101). Os restantes 11 905 reais acabaram trespassados em favor de Simão Fernandes, vedor de D. Beatriz, em recompensa dos seus serviços.

²²³ Assim se apura na carta de padrão de 20 000 reais que el-rei concedeu ao referido Afonso de Albuquerque: AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 37, fl. 100 v.º, por carta datada de 02-04-1519. Publicada por António BAIÃO, *Alguns Ascendentes de Albuquerque e o seu Filho, à Luz de Documentos Inéditos: a questão da sepultura do Governador da Índia*, memória publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, n.º 51, p. 73. Os mencionados 67 957 reais, dos quais D. Joana ficou apenas com 47 957 reais, correspondiam à avaliação da renda das ovelhas sorianas que pastavam no montado do campo de Ourique, que D. Manuel I reservara para si, quando deu à viúva do condestável o padrão régio de 05-07-1512, citado na nota anterior. Pelo que se deduz, ao fazer renúncia da arrecadação das rendas do dito montado, D. Joana de Noronha passou a receber novamente o padrão régio de 411 905 reais, originalmente concedido em 06-08-1505 (já citado, *supra*, nota 97), extinto em 1512 e renovado em 1519, mais os ditos 67 957 reais, por mercê régia, cujo lucro se entendeu apenas numa feição vitalícia, sem qualquer transmissão hereditária.

de Pêro Vaz, corregedor da comarca de Entre Douro e Minho, que lhe levou três cartas, por ordem de el-rei ²²⁴. Numa delas, D. Manuel I pediu a D. Fernando que lhe remetesse uma resposta, na qual deveria retorquir a vários capítulos que lhe eram arguidos ²²⁵. Em concreto, o rei exigia explicações sobre as acções do marquês em cada caso que lhe fora imputado, procurando apurar se ele usara bem ou mal os seus poderes jurisdicionais, em diversos assuntos de foro cível e eclesiástico.

E o marquês respondeu prontamente, numa longuíssima carta ²²⁶, na qual não só promoveu a defesa dos seus actos, como também aproveitou a ocasião para descarregar a sua mágoa e revolta, em várias direcções, incluindo a do próprio rei, a quem censurou falta de confiança pessoal, naquele momento. Segundo D. Fernando de Meneses, todos os capítulos que lhe eram arguidos provinham dos seus inimigos públicos, que dirigiam falsas informações à corte, com o intento de influenciar a opinião do monarca e levá-lo a fomentar a desvalia de um tão obediente, leal vassalo e verdadeiro servidor, como ele, marquês, dizia ser, quando só procurava cumprir e guardar as leis do Reino e bem assim os direitos e privilégios que gozava na qualidade de donatário da Coroa.

A maior parte da resposta foi dedicada a desmontar as várias queixas articuladas por D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, que, no juízo do marquês, era alguém que muito se empenhava, através dos seus vigários, em cingir-lhe os direitos que exercia nos seus domínios senhoriais. A inimizade com o arcebispo deveu-se à contenda que entre eles houve relativamente à Igreja de Vilar de Mouros, situada no termo do senhorio de Caminha, cujo padroado pertencia ao marquês vila-realense. Para abade desta igreja, D. Fernando apresentara o seu capelão Francisco Eanes, que, em 1514, “*por catorze reais em que incorreu de uma revelia*”, foi despojado do abadiado, à força, devido a uns autos judiciais, feitos por um juiz e dois tabeliães da vila caminhense, seus vassalos, os quais autos se provaram serem falsos e, segundo opinião do marquês, mandados elaborar pelo

²²⁴ Conhecemos a minuta dessa ordem régia: AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 20, n.º 103, por carta de 23-09-1516.

²²⁵ Também conhecemos a minuta dessa carta régia: AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 35, n.º 13, por carta de 23-09-1516. Pela resposta do marquês, citada, *infra*, nota 226, ficamos a saber que a carta definitiva que lhe foi levada pelo corregedor Pêro Vaz exibia a data de 13 de Dezembro. Quanto às outras duas cartas entregues ao marquês pelo dito corregedor: uma exigia-lhe réplica para uma citação do arcebispo de Braga, que o acusava de ordenar a prisão de clérigos, sem ter jurisdição para isso; e outra pedia-lhe justificação sobre a aplicação de dinheiro dos órfãos, nos tratos da seda. Relativamente à citação do arcebispo, o marquês apresenta explicações na carta que citamos na nota seguinte, fls. [18-22]. Quanto ao dinheiro dos órfãos, apenas temos uma informação fragmentária da resposta enviada a el-rei: AN/TT, *Colecção de Cartas: Núcleo Antigo 877*, n.º 155, datada de 24-01-1517.

²²⁶ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 21, n.º 18, por carta de 24-01-1517. Transcrita no Apêndice F, n.º 12.

primaz de Braga, mediante o seu ouvidor. Entretanto, D. Fernando ordenara o sequestro das rendas daquela igreja, até que o abade por ele nomeado fosse reintegrado no cargo, motivo que levou D. Manuel I a pedir-lhe esclarecimentos sobre o caso. Em resposta, o marquês declarou que a causa dos factos nascera da vontade de D. Diogo de Sousa em querer tomar-lhe a igreja e dá-la a um menino bonito com quem folgava e tinha muita afeição, filho de um antigo oficial dos seus “10 reais de Ceuta”, morador em Braga, que passara para o serviço do arcebispo ²²⁷. Apesar do despeito e das insinuações, o marquês também sabia que a interferência de D. Diogo de Sousa advinha de novas competências jurisdicionais, obtidas por letras apostólicas do papa Leão X, datadas de 25 de Junho de 1513, que aprovaram um contrato de permuta que o primaz bracarense fizera em 20 de Setembro de 1512 com D. Frei Henrique de Coimbra, bispo de Ceuta. Nesse contrato, o bispo ceutense entregou a D. Diogo todo o território do seu bispado, demarcado entre os rios Minho e Lima, onde se incluía a Igreja de Vilar de Mouros, alcançando em troca, a autoridade eclesiástica sobre as terras alentejanas de Olivença, Campo Maior e Ouguela, cuja administração pertencia ao arcebispado de Braga ²²⁸.

Sentindo-se espoliado nos seus direitos, D. Fernando não poderia nutrir qualquer apreço por D. Diogo de Sousa, sobretudo, depois do desfecho do caso da Igreja de Vilar de Mouros. O marquês acreditava realmente que o arcebispo de Braga fazia tudo para o agravar e ofender, actuando através do lançamento de excomunhões sobre os oficiais da casa vila-realense, especialmente, ao ouvidor Luís do Bouro. Este ouvidor era um mártir que, por executar os mandados do seu senhor, tinha o azar de andar sempre esconjurado, na maior parte das vezes, por tempo indeterminado e sem perspectiva de ser absolvido, mesmo quando nada o justificava, senão a vontade do arcebispo de Braga, em represália ao marquês de Vila Real. Um dos capítulos que el-rei arguiu a D. Fernando de Meneses passava por esclarecer o motivo por que permitia ao seu ouvidor o exercício do ofício, estando ele excomungado ²²⁹. Categórico, o marquês replicou que não estava disposto a aceitar as excomunhões que o primaz bracarense lançara sobre o seu ouvidor, sobretudo,

²²⁷ Este caso é largamente relatado numa carta de 20-07-1514 que o marquês endereçou a el-rei: AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*, Gaveta 20, maço 5, n.º 35. Transcrita no Apêndice F, n.º 7. Veja-se mais informação complementar nos fólios [18-22] da fonte citada na nota anterior.

²²⁸ Cf. Pe. F. Félix LOPES, «Frei Henrique de Coimbra: o missionário, o diplomata, o bispo» in *STVDIA*, n.º 37, Lisboa, CEHU, 1973, pp. 73-74 e 111-116 (onde está publicado o contrato de permuta) e Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vol. II, Porto, Livraria Civilização, 1968, p. 8.

²²⁹ Assim nos indica a minuta da carta régia já citada, *supra*, nota 224, mas também as minutas de outras cartas, sobre o mesmo assunto, que el-rei terá remetido ao marquês de Vila Real e ao corregedor Pêro Vaz: AN/TT, *Corpo Cronológico*, I parte, maço 20, n.ºs 102 e 104, ambas datadas de 23-09-1516.

sendo injustas. Por isso, D. Fernando convidou D. Manuel I a avaliar como poderia Luís do Bouro continuar interdito, por agredir um clérigo, se ele, ouvidor, além de ter pago uma caução em prata ao vigário do arcebispo, que lhe permitia absolver-se do sacrilégio cometido, também ficara indulgenciado através da Bula da Santa Cruzada, depois de ter ressarcido financeiramente o clérigo pelas agressões que lhe infligira.

Noutro caso, de juízo mais intrincado, devido à justaposição de alçadas cíveis e eclesiásticas, o marquês apelou igualmente a el-rei para meditar por que deveria Luís do Bouro andar excomungado, depois de cumprir, no convento feminino de Santa Clara da vila de Valença, um seu mandado, a pedido do vigário provincial dos frades observantes da Ordem de São Francisco, à qual aquele convento prestava obediência, a fim de dar o cargo de abadessa a uma nova vigária, demitindo outra, chamada Caramena, que levava uma vida dissoluta. Quando esta última se queixou a D. Diogo de Sousa, que tinha sido privada do seu lugar, à força, pelo ouvidor do marquês e por uns frades franciscanos da Observância, o arcebispo bracarense excomungou-os. Embora fosse o prelado protector daqueles frades, D. Diogo não fruía de alçada eclesiástica no caso, por ser assunto que só aos ditos frades cabia resolver. Por isso, apelaram apenas à alçada cível do marquês, senhor de Valença. Admitindo que errara, D. Diogo levantou a excomunhão aos frades, mas conservou-a para o ouvidor Luís do Bouro ²³⁰. Não admira, pois, o grande azedume perante o arcebispo, senhor de Braga, cuja cidade o marquês, ironicamente, apodava de ‘santa’, por nela se guardarem tão mal os mandados régios como aos mandamentos de Deus ²³¹. Estaria a razão do lado do marquês de Vila Real?

Com razão ou sem ela, D. Fernando sentia-se reputado no universo dos iníquos, embora lembrasse a D. Manuel I que o seu descrédito era fabricado pela inveja dos seus inimigos. Nestes, além do primaz de Braga, estavam ainda Martim Teixeira de Macedo e Fernão Vaz de Sampaio, senhor de Vila Flor. Na opinião do marquês, o primeiro era um simples bandoleiro, a quem el-rei ‘castigara’ com a doação de Aguiar, lugar situado a duas léguas de Vila Real, a partir de onde lhe perpetrava vários assaltos ²³². Quanto ao

²³⁰ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 21, n.º 18, fls. [12-18]. Sobre a vigária destituída, trata-se de Leonor Caramena, filha de Fernão Caramena, fundador do referido convento: vide Pe. António Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reino de Portugal*, tomo I, Lisboa, Valentim da Costa Deslandes (imp.), 1706, p. 274.

²³¹ AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*, Gaveta 20, maço 5, n.º 35, fl. [1].

²³² AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 21, n.º 18, fl. [1 v.º]. Em relação à doação régia de [Vila Pouca de] Aguiar, feita a Martim Teixeira de Macedo, não se tratará da terra propriamente dita, mas da alcaidaria-mor: AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 25, fl. 61 e *Místicos*, livro 5, fls. 200 v.º-201, por carta de 17-03-1516, embora o registo da *Leitura Nova* averbe o dia 13 de Março.

segundo, o apreço de D. Fernando de Meneses também não era muito. O marquês sabia que Fernão Vaz lhe era adverso, pois, ficara impune de ter mandado espancar um seu escudeiro, por ser de Vila Real, fazendo-lhe nisso grande descortesia ²³³. Mais agravado se sentiu, depois de saber que uma carta régia, enviada da corte, sobre um dos capítulos que lhe inquiriam, fora interceptada, aberta e, segundo dedução do marquês, retida em casa de Fernão Vaz, durante quatro meses, onde teria sido dada aos seus moços para que através dela pudessem aprender a ler ²³⁴.

No entender de D. Fernando, não era ele a quem D. Manuel I deveria reputar de iníquo, mas sim a pessoas como o arcebispo de Braga ou os dois fidalgos ultimamente referidos, pois, eram estes que, ao darem-lhe informações falsas, só tinham o intuito de ultrajar a sua honra e serviço. Uma honra que o marquês achava ser vexada e zombada, dizendo assim a el-rei: “*me parece a mim, senhor, que me Vossa Alteza bem honra e me trata como a judeu de sinal e não como a homem que já alguma hora cingiu espada por vosso serviço*” ²³⁵. Ou, mais angustiado: “*eu, que passo por todos os judeus em sofrer as coisas que com guarda de minha honra (e ainda tocando nela) posso sofrer e isto só pelo vosso*” ²³⁶. Portanto, achava que não era a ele a quem D. Manuel I deveria inquirir a forma como usava os seus privilégios e direitos senhoriais e, em conciliação com estes, como defendia os interesses do rei e da Coroa, mas sim àqueles seus inimigos públicos, que lhe criavam obstáculos a isso.

Noutro capítulo, em que el-rei perguntou ao marquês a razão por que não apelara à justiça régia sobre um feito, no qual condenara um seu escudeiro numa pena de 2 000 reais, mais custas e dispensa de homenagem, por espancar e injuriar um almocreve, D. Fernando de Meneses devolveu o assunto ao monarca, colocando-o no exame e juízo da sua consciência. Deveria ele, marquês, ignorar os pedidos de justiça na sua terra, onde era senhor e protector dos vassallos que nela habitavam, tendo poderes de jurisdição, de correição e de apelação, em feitos cíveis, incluindo os de acção nova, que tudo delegava no seu ouvidor, conforme as doações e privilégios dados e confirmados a si e aos seus antecessores? Deveria ele privar-se de tal actuação, quando, em lugares circunvizinhos,

²³³ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 21, n.º 18, fl. [7]. O marquês insinuava que a falta de punição a Fernão Vaz de Sampaio e bem assim aos seus criados devia-se apenas ao valimento e favor do senhor de Vila Flor na corte, onde tinha muitos ‘Melos’ (referindo-se à família da sua mãe D. Mécia de Melo) a protegê-lo.

²³⁴ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 21, n.º 18, fls. [30-31].

²³⁵ *Ibidem*, fl. [12].

²³⁶ *Ibidem*, fl. [19].

os condes de Tarouca, de Cantanhede e de Marialva ou o duque de Bragança, agiam da mesma forma, em casos semelhantes? Deveria ele abster-se de conhecer e julgar feitos, cujas coimas excedessem os 600 reais, como se fosse um juiz de aldeia? Naturalmente, D. Fernando de Meneses não admitia submeter-se a tais cenários, tanto mais, num caso de rixa, no qual só houvera simples queixa e mais nenhuma causa para auto judicial, por não ter resultado morte, aleijão físico ou ferimento no rosto à parte agravada, efeitos que motivariam outro tipo de juízo, além do foro cível. Para o marquês, era ridículo que lhe fosse pedida satisfação sobre uma questiúncula, em que aplicara uma “*coima de figos*” a um seu escudeiro, publicamente conhecido por malfeitor ²³⁷.

Por outro lado, uma boa colheita de figos deveria ser feita pelo duque D. Jaime, senhor de muitas terras no Além Douro, que também não foi poupado às reprovações do marquês. Na opinião de D. Fernando, o seu primo brigantino não só judiciava nas suas jurisdições senhoriais como queria, mas, pior que isso, mandava cobrar indevidamente o tributo dos 10 reais que cada morador das comarcas do Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes contribuía anualmente para a sustentação da praça de Ceuta. A indignação do marquês era bem evidente, não apenas por se saber que a arrecadação daquele imposto estava subordinada à Casa de Vila Real, mas também por constar que esta usurpação do duque de Bragança já durava há seis anos e que D. Fernando de Meneses aguardava de D. Manuel I uma justiça que conduzisse à restituição dos seus direitos e dinheiros. Esta situação significava um prejuízo para a economia da sua fazenda, sobretudo, andando o 2.º conde de Alcoutim, seu filho, em Ceuta, “*na guerra, há cinco anos, gastando arcas cheias de ouro e de prata*” ²³⁸.

Outro capítulo arguido a D. Fernando de Meneses relacionava-se com a dação de cartas de seguro, de emancipação e de buscas de presos. Inquirido sobre a legitimidade de dar estas cartas, o marquês negou que alguma vez as tivesse feito pessoalmente, mas admitiu, sem engulhos, que o seu ouvidor sempre as fizera, em seu nome, assim como os ouvidores do seu pai e avós. Mais, achava estranho que el-rei lhe perguntasse por que fruía deste privilégio e que ainda lho quisesse obstar, quando os seus avoengos tiveram tal prerrogativa, aprovada e confirmada pelos reis antecessores, situação que lhe deferia

²³⁷ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 21, n.º 18, fls. [2 v.º] e [7 v.º-12].

²³⁸ *Ibidem*, fls. [8-8 v.º]. Sabemos que D. Manuel I não foi insensível a estas queixas, pois, sete meses antes da recepção desta sua carta, o monarca tinha enviado ordem aos juizes e ouvidores das terras do duque D. Jaime, nas comarcas de Além Douro, mandando que não impedissem os oficiais do marquês de efectuarem a cobrança do imposto ceutense: AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 20, n.º 66, por alvará de 26-06-1516.

um sinal claro de antiga posse e, neste sentido, o desfrute legal de tal regalia. E de novo voltou a evocar o duque D. Jaime, que, em circunstâncias similares, gozava de maiores preeminências que ele, pois, além de dar cartas de seguro relativas a mortes de homens, também tinha autoridade para ajuizar previamente os mandados régios enviados às suas terras e decidir sobre a respectiva aplicação ou revogação ²³⁹.

Parece que D. Manuel I não estaria muito convencido sobre a cedência daquelas prerrogativas à Casa de Vila Real. Em finais de 1517, o rei voltou a remeter carta a D. Fernando de Meneses, pedindo que lhe enviasse toda a documentação que o atestava no direito e na jurisdição de dar aquelas cartas de foro especial. E era a segunda vez, pelo menos, que lhe fazia tal pedido, pois, já lhe dirigira outra de teor semelhante – talvez, a resposta régia à longa carta de 24 de Janeiro de 1517 – relativamente ao mesmo assunto. O marquês não respondeu logo ao primeiro pedido régio, mas se o fez propositadamente ou por impedimento, não é possível determinar. Sabe-se apenas que a insistência régia obrigava-o a dar uma réplica, num prazo de 30 dias, através do procurador que enviasse à corte ²⁴⁰.

Não é de duvidar que D. Manuel I tenha respondido à extensíssima carta que lhe foi endereçada por D. Fernando de Meneses, assim como às restantes missivas que dele recebeu, contendo o relato dos seus vários agravos. A sorte da existência de registos das réplicas régias a tais missivas, através de minutas, numa versão original ou numa versão transcrita em códices manuscritos (que, actualmente, ainda perduram) foi algo que não sucedeu. Se tamanha sorte ocorreu para a resposta manuelina às queixas de D. Fernando relativamente à necessidade de dar a titulação nobiliárquica ao seu irmão D. António de Noronha, o mesmo não aconteceu para a questão em torno do casamento de D. Pedro de Meneses com D. Beatriz de Lara ou para este caso dos capítulos falsos e difamatórios que o marquês afirmava serem feitos pelos seus inimigos públicos. Especialmente para este último assunto, seria útil e interessante conhecer-se a resposta que el-rei transmitiu a D. Fernando de Meneses, a fim de melhor aquilatarmos a validade ou a incongruência das apreciações negativas que tinha sobre esses seus inimigos.

Neste sentido, a falta ou a limitação de fontes de teor replicativo e contraditório, emanadas de el-rei ou das partes que foram alvo da acrimónia do marquês vila-realense, obriga-nos a ponderar interpretações mais conjecturantes. É de anotar, pelo menos, uma

²³⁹ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 21, n.º 18, fls. [25 v.º-26].

²⁴⁰ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 22, n.º 130, por carta de 15-12-1517.

certeza: todos os indivíduos que o marquês reputou de inimigos – o duque de Bragança, o arcebispo de Braga e Fernão Vaz de Sampaio – em maior ou menor grau, eram seus vizinhos senhoriais. Neste conjunto de inimizades, é justo dizer-se que os diferendos de D. Fernando de Meneses com D. Jaime eram mais de ordem pessoal que jurisdicional. Mesmo os embargos que o duque criava nas suas terras quanto à cobrança dos “10 reais de Ceuta”, mais que uma usurpação de direitos feita ao marquês e à sua casa, devem ser encarados como uma provocação de D. Jaime, resultante das desavenças que teria com D. Fernando e vice-versa. De resto, em Trás-os-Montes, o duque só fazia vizinhança ao marquês em Lamas de Orelhão, com o seu senhorio de Chaves, não nos constando, em parte alguma, qualquer notícia de conflitos de jurisdição.

Bem diferente era a vizinhança com Fernão Vaz de Sampaio e com o arcebispo de Braga, pois, com estes senhores, o risco de conflitos era potencialmente maior. Entre outras possessões, Fernão Vaz de Sampaio era senhor de Vila Flor, de Vilas Boas e de Frechas, terras limítrofes a Freixiel, Abreiro e Lamas de Orelhão, senhorios do marquês, detendo ainda a honra de Parada de Pinhão, engastada no território do marquesado vila-realense ²⁴¹. Ignoramos a causa dos desapareços do marquês relativamente a Fernão Vaz de Sampaio. Apenas sabemos que as más relações com o senhor de Vila Flor também se estendiam ao seu irmão D. João de Melo, abade do mosteiro de Pombeiro ²⁴². Sobre as razões desse mau convívio, outra hipótese não ocorre, senão a existência de conflitos de ordem jurisdicional. No caso de Fernão Vaz, seriam em torno do exercício da justiça na honra de Parada de Pinhão, onde foro cível era do senhor de Vila Flor enquanto o foro crime era do marquês de Vila Real ²⁴³. No caso do abade de Pombeiro, talvez fosse em torno do padroado da Igreja de Santa Marinha de Vila Marim, situada no termo de Vila Real. Todavia, o direito de apresentar os clérigos nesta igreja pertencia tradicionalmente aos abades de Pombeiro e tinha confirmações dadas pelos arcebispos de Braga.

²⁴¹ Consulte-se João José Alves DIAS, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, vol. I, [Lisboa], FCG / JNICT, 1996, pp. 512-513 e 620.

²⁴² Assim nos diz uma petição que Gonçalo Pinto, criado de Fernão Vaz de Sampaio, dirigiu a el-rei D. Manuel I, pedindo-lhe que o corregedor da comarca transmontana interviesse e fizesse justiça num caso que o opunha ao alcaide pequeno de Vila Real, sobre a apreensão de um cavalo, pois, não podia pedi-la ao marquês, de quem o dito alcaide era criado. Junto desta petição, surge uma outra similar, que a irmã do peticionário remeteu ao marquês, sobre o mesmo assunto, no verso da qual o marquês assinou um mandado, dirigido ao seu ouvidor, pelo qual determinou os procedimentos necessários para a tramitação do caso. Para tudo, veja-se e confronte-se AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 63, n.º 16 e parte I, maço 21, n.º 18, fls. [6-7 v.º] onde lemos a versão do caso, dada pelo marquês de Vila Real.

²⁴³ Pelo menos, ainda era em meados de 1530, no tempo do 3.º marquês de Vila Real, como nos indica o resultado do numeramento demográfico, que D. João III mandara fazer três anos antes: Anselmo Braamcamp FREIRE, «Povoação de Trás os Montes no XVI. século» in *Archivo Historico Portuguez*, 2.ª ed., cit., vol. VII, p. 252.

Relativamente ao arcebispo D. Diogo de Sousa, o cenário não era muito distinto. O primaz de Braga exercia a alçada eclesiástica da sua diocese sobre toda a comarca de Trás-os-Montes ²⁴⁴, onde também era senhor de vários coutos, tendo dois que jaziam no termo do território do marquesado vila-realense: Gouvães e Provesende ²⁴⁵. Não existem notícias de conflitos de jurisdição sobre estes coutos, entre o marquês e o arcebispo, até porque toda a competência judicial pertencia a D. Diogo de Sousa, mas sabemos que o primaz bracarense trouxe uma demanda no Juízo dos Feitos da corte contra D. Fernando de Meneses relativamente ao couto da Campeã ²⁴⁶, possivelmente, alusiva a questões de alçada e de colecta de rendas e direitos. A demanda não terá sido favorável ao arcebispo de Braga, pois, o numeramento populacional feito em 1530 indica-nos que a jurisdição da freguesia de Santo André, que incluía o lugar de Campeã, era pertencente a Vila Real e ao marquês ²⁴⁷, neste caso, já a D. Pedro de Meneses, terceiro senhor do título.

4.5. Entre Vila Real e Caminha

A permanência de D. Fernando de Meneses nos seus senhorios de Além Douro não se esgotou unicamente no envio de agravos à corte de D. Manuel I. Sabemos pouco sobre a sua acção senhorial em terras do Minho e de Trás-os-Montes, mas, ainda assim, existem mais alguns testemunhos, além dos mencionados no articulado anterior, que nos ajudam a traçar uma parte dos seus percursos durante os sete anos e meio de estada nas paragens setentrionais do Reino.

Vimos noutro lugar, pela correspondência epistolar de Cataldo, que o marquês saiu de Santarém, nos inícios de 1511, passou a Páscoa em Leiria e, nos meados desse ano, já estava em Vila Real ²⁴⁸. Durante cerca de um ano, o paradeiro de D. Fernando de Meneses é totalmente desconhecido, até tornarmos a achá-lo citado na documentação, em 26 de Julho de 1512, ainda em Vila Real, quando aceitou o juramento e homenagem do seu filho D. Pedro, a fim de exercer, em nome dele, o ofício de capitão de Ceuta ²⁴⁹. Pouco depois, no dia 5 de Novembro, surge-nos a indicação de ter celebrado a escritura

²⁴⁴ Vide João José Alves DIAS, *Gentes e Espaços...*, cit., vol. I, pp. 248 e 251-252.

²⁴⁵ *Ibidem*, pp. 512 e 620.

²⁴⁶ A informação é muito parcellar, mas baseia-se na portaria de 25-05-1517 que o juiz dos feitos de el-rei enviou ao secretário régio António Carneiro, comunicando-lhe a recepção do libelo do arcebispo de Braga, alusivo à demanda, indicando ainda a necessidade de citar a marquesa de Vila Real para que o processo seguisse o seu curso: AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 70, n.º 10.

²⁴⁷ Anselmo Braamcamp FREIRE, «Povoação de Trás os Montes...», cit., p. 251.

²⁴⁸ Conferir, *supra*, o parágrafo redigido em torno das notas 190-192.

²⁴⁹ BA, Códice 46-IX-13, pp. 65-71.

de compra da quinta do Pombal, situada no termo de Vila Real ²⁵⁰. Três dias volvidos, o marquês escreveu ao almoxarife da Pederneira, pedindo-lhe que entregasse 20 456 reais ao seu recebedor do almoxarifado de Leiria, por precisar urgentemente daquela quantia para coisas do seu serviço ²⁵¹.

A requisição deste dinheiro terá servido para custear uma parte das despesas da viagem que, nas semanas seguintes, levou o marquês à corte, então, na cidade de Évora, onde se deslocou, por ordem de el-rei, facto discretamente referido na longa carta de 24 de Janeiro de 1517 ²⁵². Uma pesquisa aos itinerários de D. Manuel I feita sobre alguma documentação original, por ele assinada, datada de inícios de 1511 até inícios de 1517, mostra-nos que o monarca só esteve em Évora entre os meses de Novembro de 1512 e de Abril de 1513 ²⁵³. Esta viagem fortuita do marquês de Vila Real à corte, cujo motivo não é inteiramente descortinável ²⁵⁴, contraria a ideia da suposta ordem de exílio que D. Manuel I lhe impusera e que explicaria, em parte, a longa permanência de D. Fernando de Meneses nas suas terras de Além Douro.

A ida do marquês à cidade de Évora terá sucedido em Novembro-Dezembro de 1512. Não se demorou lá por muito tempo, pois, em Janeiro de 1513, já estava a residir em Caminha, como o próprio afirmou a el-rei, em carta de 20 de Julho de 1514, sobre o sequestro das rendas da Igreja de Vilar de Mouros, dizendo-lhe: “*eu, há um ano e meio que aqui estou neste cabo de vossos reinos*” ²⁵⁵. Outra fonte diz-nos que a sua chegada à vila de Caminha ocorreu no Natal de 1512 e que, nos dias seguintes, esteve no convento de Santa Maria da Ínsua, edificado na ilhota deste nome, localizada ao Sul da foz do rio Minho. Quando residia em Caminha, D. Fernando de Meneses era uma visita frequente naquele convento, habitado por frades observantes de São Francisco, que ali viviam em recolecção, ficando alojado na sua hospedaria, a qual passou a ser conhecida por ‘casa

²⁵⁰ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 24, n.º 119, p. 176.

²⁵¹ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 35, n.º 68, por carta de 08-11-1512.

²⁵² AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 21, n.º 18, fl. [19], onde o marquês disse a el-rei: “*lembra-me mais que tenho sofridas descortusias [...] que me fizeram, depois que cá sou [em Vila Real], por mandado deste arcebispo [de Braga]; e assim à marquesa, minha mulher, sendo eu lá em vossa corte, quando me mandastes chamar a Évora, que as não sofrera um judeu de sinal*”.

²⁵³ Para este efeito, recorremos à correspondência recebida pelos oficiais das câmaras de Évora e de Lisboa: AD Évora, Códice 74, n.ºs 100 a 110 (com excepções) e AM Lisboa, *Chancelaria Régia: Livro 3.º de D. Manuel I*, n.ºs 109 a 113, *Livro 4.º de D. Manuel I*, n.ºs 1 a 12 e ainda *Livro 1.º do Provimto de Ofícios*, n.º 137, com documentos datados entre 08-11-1512 e 22-04-1513.

²⁵⁴ Cremos que a viagem do marquês teve origem numa convocatória urgente destinada a reunir o Conselho Régio, no qual se debateram as graves incidências resultantes do assassinato da duquesa de Bragança, na madrugada de 2 de Novembro de 1512, às mãos do duque D. Jaime.

²⁵⁵ AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*, Gaveta 20, maço 5, n.º 35, fl. [1].

do marquês'. Além de juntar-se aos religiosos nos actos da comunidade, tinha a rotina de servi-los no refeitório, passando depois à cozinha para ajudar no lavar da louça. Na memória, ficou o episódio místico de um frade, que, em oração, recebeu a revelação de um cerco militar que os mouros, naquele mesmo instante, em Ceuta, faziam ao conde de Alcoutim, correndo este enorme perigo de vida. Diz-se, que a vida do filho do marquês foi poupada devido às preces que, então, D. Fernando de Meneses e todos os religiosos dirigiram à Virgem Maria, cuja intercessão se tomou por verídica, depois de confirmada a sincronia temporal dos dois eventos – o cerco e a visão do frade. Este episódio levou o marquês a requerer o padroado do convento da Ínsua, ao qual, ele e a sua descendência nunca deixaram de prestar benefícios e esmolos ²⁵⁶.

É de notar que esta postura de grande devoção do marquês de Vila Real deve ser entendida no contexto da renovação da missão espiritual e do ideal cristão, proposta por novas ordens religiosas e por movimentos reformadores de outras já existentes, que, ao longo do século XV e na primeira metade de Quinhentos, se radicaram em Portugal, em áreas geográficas muito particulares, fruindo gradualmente da adesão e do patrocínio de certas famílias destacadas da nobreza, incluindo a régia. Para alguns senhores do mundo laico, tornou-se cada vez mais importante conciliar os luxos obtidos na vida terrena com a profissão de uma religiosidade privada, marcadamente ascética, despojada e penitente, de resto, bastante influenciada pela acção orientadora e conselheira dos novos grupos de frades reformadores, segundo um discurso mais acrisolado que advogava a moralização social dos costumes e das práticas culturais, não só entre o clero, mas também entre os fiéis ²⁵⁷. Esta ideia da meditação interior sentiu-se com maior relevo entre as instituições mendicantes, sobretudo, no seio da 'família' franciscana, onde o regresso à observância dos preceitos ditados pelo fundador da ordem foi essencial para enfrentar e sobrepujar o vazio de rigorismo moral que perpassava na fradaria claustral da mesma ordem. Neste sentido, a actuação de D. Manuel I, em diferentes momentos, foi fundamental no apoio e favor aos frades observantes de São Francisco, facilitando a sua implantação no Reino através da concessão administrativa de vários cenóbios ²⁵⁸. Encontrando-se subordinado

²⁵⁶ Cf. Frei Pedro de JESUS MARIA JOSÉ, *Crónica da Santa e Real Província da Imaculada Conceição de Portugal (...)*, 2.^a impressão, tomo I, Lisboa, Miguel Manescal da Costa (imp.), 1760, livro II, cap. 31, n.ºs 415-416, pp. 425-426 e Frei Manuel da ESPERANÇA, *História Seráfica...*, cit., II Parte, Lisboa, António Craesbeeck de Mello (imp.), 1666, livro X, cap. 40, n.ºs 1-3, pp. 468-470.

²⁵⁷ Vide Maria de Lurdes ROSA, «D. Jaime, duque de Bragança: entre a cortina e a vidraça» in *O Tempo de Vasco da Gama*, cit., pp. 325-326.

²⁵⁸ José Sebastião da Silva DIAS, *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, tomo I, Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, 1960, pp. 137-139.

à observância franciscana, desde 1392, o convento de Santa Maria da Ínsua, ao longo do século XV, conseguiu atrair a atenção dos vários reis da dinastia de Avis, fruindo deles os benefícios necessários para a actividade e manutenção do seu oratório ²⁵⁹.

Pelo sítio onde estava fundado – numa pequena ilha, a poucas dezenas de metros da praia, coroada pelas matas do Camarido ²⁶⁰ – o oratório da Ínsua seria convidativo ao isolamento e à introspecção, embora D. Fernando de Meneses (sem dúvida, devoto) não precisasse da solidão ascética, como um frade, para aliviar dilemas interiores. Além do gosto e da devoção, as idas do marquês àquele oratório também lhe serviam para curar desonras e agravos do mundo profano, como deixou a entender na carta de 7 de Agosto de 1514, enviada a el-rei, criticando-o por não ter dado um título condal ao seu irmão D. António de Noronha: “*os quais agravos e desapeços são tais, que, se o amor que vos tenho não fora tal como [...] é e a determinação que em minha alma selei [n]o dia que me vos Deus deu por Senhor, já os não pudera pairar nestes matos e nesta Ínsua, que venho buscar para os poder esmoer (que é ainda terra habitada) mas fora buscar uma ilha inabitável a faze[r] lá vida só, pois, da acompanhada se me seguem estes descansos em tempo em que, tão certo, esperava outros*” ²⁶¹.

A permanência de D. Fernando de Meneses em terras minhotas prolongou-se até aos inícios de 1515. No mês de Fevereiro, deteve-se na vila de Viana, onde assinou uma carta de quitação, pela qual isentou 40 pessoas da vila de Ponte de Lima de contribuírem no pagamento dos “10 reais de Ceuta” ²⁶². Além de 20 homens honrados, elegíveis para o regimento e ofícios da vila limiana, mais os sete oficiais que serviam anualmente na câmara, D. Fernando dispensou outros 13 indivíduos, todos expressamente nomeados na carta, que, na maior parte, eram pessoas da sua clientela senhorial ou familiares dessas pessoas. Neste último grupo de treze, apenas quatro não integravam a sua clientela: dois irmãos, um dos quais, criado do seu irmão D. João de Noronha, prior-mor de Santa Cruz de Coimbra e bispo de Ceuta († 1506) ²⁶³; e ainda os dois juízes ordinários que serviam na câmara de Ponte de Lima, em 1515, por terem dado, em nome da vila, um presente

²⁵⁹ Vide Frei Pedro de JESUS MARIA JOSÉ, *Crónica da Santa e Real Província...*, cit., tomo I, livro II, cap. 28, n.º 384, p. 406 e cap. 34, n.º 441, pp. 440-441.

²⁶⁰ Vide Apêndice D, n.ºs 18 e 19.

²⁶¹ AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*: Gaveta 18, maço 5, n.º 1, fl. [1 v.º].

²⁶² AM Ponte de Lima, Pergaminho n.º 59, por carta de 15-02-1515.

²⁶³ Faleceu em 2 de Junho, eleito no cargo bispal, que não exerceu, por ter finado antes de nele ser sagrado: Pe. D. Nicolau de SANTA MARIA, *Crónica da Ordem...*, II Parte, cit., livro 9, cap. 30, n.ºs 15-17, pp. 273-274. Outra fonte indica-nos que faleceu em 24-08-1505: D. Fr. Timóteo dos MÁRTIRES, *Crónica de Santa Cruz*, tomo I, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1955, p. 80.

ao marquês vila-realense. A sua deambulação por estes lugares, neste caso, em Viana, não constitui surpresa, se recordarmos que, além das rendas e direitos reais ali auferidos, pela carta régia da concessão do senhorio e condado de Valença, era ainda na alfândega da vila vianense que recebia um assentamento de 182 354 reais ²⁶⁴.

Depois de outorgar esta carta de quitação, D. Fernando não demorou muito mais tempo nas suas terras do Minho, pois, em Agosto de 1515, já se encontrava domiciliado em Vila Real, altura em que enviou uma série de cartas a el-rei, relativas ao casamento do seu primogénito D. Pedro de Meneses com a sua sobrinha D. Beatriz de Lara. Ainda que nada se saiba sobre a reacção de D. Manuel I às cartas do marquês, supomos que a resposta régia não tardou muito, pois, ainda no mesmo mês de Agosto, quiçá, junta com a dita resposta, o rei concedeu-lhe uma carta de padrão no valor de 100 000 reais, a fim de serem auferidos em sua vida e na vida do seu filho herdeiro, como ficara prometido num alvará do ano de 1500 ²⁶⁵.

A estada em Vila Real não foi muito prolongada, visto que, em Janeiro de 1516, o marquês já residia novamente na sua vila de Caminha, onde acrescentou privilégios aos marítimos locais. Além de lhes confirmar a isenção de velarem os muros da vila e de darem aposentadorias, também os eximiu de servirem nos encargos do concelho, de transportarem presos e dinheiros e de serem tutores de pessoa alguma, salvo se a tutoria fosse legítima ou viesse por herança. E o marquês vila-realense explica-nos a concessão destas liberdades, justificando-a: *“pelo cargo que tenho de todos os meus pescadores e mareantes, meus vassalos, desta minha vila; pelo amor e afeição e boa vontade que lhe[s] tenho, desejo de serem em tudo ajudados e favorecidos, como coisa minha, além de meus vassalos; e assim por eles serem meus bons servidores, como pelo crescimento e enobrecimento que, nesta minha vila, deles se segue”* ²⁶⁶. Destas palavras, percebe-se que a ampliação das prerrogativas aos marítimos caminhenses pretendia apaniguar este grupo social, procurando ainda criar condições para atrair e fixar mais população que se dedicasse às actividades do mar, incluindo mercadores, que, além de outros habitantes, poderiam contribuir conjuntamente para o aumento da demografia local e das rendas do concelho e do donatário de Caminha. Por conseguinte, uma maior captação de receitas

²⁶⁴ Conferir, *supra*, as fontes indicadas nas notas 140 e 145.

²⁶⁵ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 24, fls. 61-61 v.º e *Místicos*, livro 5, fls. 169-169 v.º, por carta de 17-08-1515, que contém o mencionado alvará, datado de 10-01-1500.

²⁶⁶ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 1, fls. 374 v.º-375 v.º, por carta de 19-01-[1516]. Supõe-se que esta carta seja datada de 1516 e não de 1506, como se registou no seu traslado, sobretudo, por nela o marquês usar o título de conde de Valadares, que lhe foi concedido em 04-12-1510.

poderia viabilizar o referido enobrecimento da vila, que, desde o início do século XVI e mesmo antes da dobragem da centúria, se encontrava numa azáfama intensa de obras de beneficiação pública, como nos inculca o caderno do numeramento populacional da vila de Caminha e seu termo, datado de 1513 ²⁶⁷.

Na mesma época, também decorriam obras de arquitectura civil e religiosa, entre as quais, a mais significativa era a edificação da Igreja Matriz, da invocação de Nossa Senhora da Assunção. Apesar de iniciada em 1488, a construção desta igreja, desde o lançamento da primeira pedra até à conclusão da torre sineira, demorou 68 longos anos, sendo maioritariamente custeada pelos habitantes caminhenses. Também beneficiou de generosos subsídios financeiros prestados por D. Manuel I e pelo marquês de Vila Real, sobretudo, depois da passagem do monarca em Caminha, aquando da sua peregrinação a Santiago de Compostela, em finais de 1502 ²⁶⁸. Terá sido a partir desta data que a igreja matriz caminhense começou a revelar um maior incremento construtivo, pois, no fim da década, a sua estrutura arquitectónica, salvo a torre sineira, já estava concluída ²⁶⁹. É de realçar que D. Fernando de Meneses teve uma participação específica na edificação da igreja, tendo patrocinado financeiramente algumas das suas obras de beneficiação e de ornamentação, como foi o caso do portal lateral da fachada Sul, que mandou construir e adornar. Presume-se que o marquês de Vila Real também tenha sido um grande dotador da chamada ‘Capela dos Mareantes’, aberta no flanco Norte da igreja, ou não fosse ele o protector de todos os pescadores e embarcações que residiam na vila. A fundação desta capela data de 1511 e o facto de estar quase directamente alinhada com a entrada lateral Sul da igreja, além da correspondência dos motivos decorativos, oferece fortes indícios

²⁶⁷ AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*: Gaveta 20, maço 10, n.º 3, fl. [20]. Este caderno foi escriturado na vila de Caminha, em 12-03-1513, em execução um alvará régio de 30-12-1512. Publicado por António de OLIVEIRA, *A População de Caminha em 1513*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIII, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1968, p. 27 e idem, «A população de Caminha e Valença em 1513» in *Bracara Augusta*, vol. XXX – tomo I, n.º 69 (81), Braga, s.e., 1976 (Janeiro-Junho), p. 154. De resto, ao compararmos os resultados deste numeramento de 1513 com aquele que se realizou em 1527 (Anselmo Braamcamp FREIRE, «Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI. século» in *Arquivo Historico Portuguez*, 2.ª ed., cit., vol. III, pp. 248-249) o crescimento populacional de Caminha e do seu arrabalde é um dado adquirido, como concluiu António de OLIVEIRA, nos dois artigos citados, pp. 5-8 e 138-141, respectivamente.

²⁶⁸ Sobre a edificação da Igreja Matriz de Caminha, entre outros, destacamos a notícia histórica publicada n’*O Panorama*, 2.ª Série – vol. III, n.º 120, Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 13 de Abril de 1844, p. 113 e bem assim o *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 6, *Igreja Matriz de Caminha*, s.l., [República Portuguesa: Ministério das Obras Públicas,] 1936 (Dezembro), pp. 5-10 e João Manuel Felgueiras da Silva SANTOS, «Caminha através dos tempos» in *Caminiana*, n.º 2, Caminha, s.e., 1980 (Junho), pp. 127-131.

²⁶⁹ Vide Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, 3.ª ed. fac-símile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Edições Inapa, 2006, fls. 114 v.º-115.

sobre os favores mecenáticos feitos por D. Fernando à matriz de Caminha ²⁷⁰. De resto, não muito longe dela estava edificado o seu paço residencial ²⁷¹.

Na parte que lhe cabia, era assim que D. Fernando de Meneses contribuía para o ‘crescimento’ e ‘enobrecimento’ da sua vila de Caminha, agindo, pois, como senhor que cuidava daquilo que era seu e em favor dos seus vassalos. Ignoramos se fazia idênticos contributos quando residia em Vila Real, visto não termos informações similares para o mesmo período.

Depois de ampliar os privilégios aos pescadores e mareantes de Caminha, em Janeiro de 1516, só voltamos a apanhar o rasto do marquês, em Janeiro do ano seguinte, em Vila Real, quando remeteu a sua carta a D. Manuel I, com a resposta aos capítulos que o monarca lhe interpelara sobre o uso dos seus poderes jurisdicionais, embora nela se reporte que D. Fernando já se achava na sede do seu marquesado, desde Setembro de 1516, pelo menos. Nos dois anos seguintes, é de supor que tenha residido em Vila Real até meados de Outubro de 1518, altura em que regressou à corte, ainda a tempo de estar presente nas festas do terceiro consórcio do *Venturoso*, então, com a Infanta D. Leonor, irmã de Carlos I, rei de Castela e Aragão. É possível que D. Fernando de Meneses tenha efectuado novas idas às suas terras do Minho, durante o biénio 1517-18, mas os poucos testemunhos de que dispomos dão-no-lo domiciliado em Vila Real. Para o ano de 1517, constam-nos duas cartas de 24 de Janeiro e uma outra de 10 de Junho, todas dirigidas a D. Manuel I ²⁷². Para o ano de 1518, apenas se conhece um alvará de procuração, datado de 10 de Julho, pelo qual o marquês de Vila Real deu ordem ao seu escudeiro Cristóvão Fernandes, que desempenhava as funções de recebedor no almoxarifado de Leiria, a fim de cobrar nesta repartição e no almoxarifado do lugar da Pederneira todos os dinheiros que ali arrecadava ²⁷³.

Nos começos de Agosto de 1518, pressupomos que o marquês recebeu, em Vila Real, uma carta de D. Manuel I, pela qual foi notificado sobre a conclusão do contrato do seu casamento com a Infanta D. Leonor. Desta notificação, conhecemos apenas a sua minuta, não datada, mas que nos infere a produção da carta definitiva no dia 23 de Julho

²⁷⁰ Sobre este assunto, veja-se Rafael MOREIRA, «A “Capela dos Mareantes” na Igreja Matriz de Caminha: problemas de iconografia e iconologia» in *LVCERNA*, 2.^a Série – vol. II, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1987, pp. 352 e 355-358, assim como o Apêndice D, n.ºs 14, 15, 16 e 17.

²⁷¹ Vejam-se mais informações, com as respectivas fontes, no subcapítulo IV.1.3., *infra*, no texto em torno das notas 54-56.

²⁷² Cartas já citadas, *supra*, notas 225-226 e 188, respectivamente.

²⁷³ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 76, n.º 50.

de 1518 ²⁷⁴, data que se adequa cronologicamente à versão final do dito contrato, já com as adições que lhe foram feitas ²⁷⁵. É de notar que Damião de Góis contradiz o rumo das nossas ideias, assinalando a presença de D. Fernando de Meneses na corte, no início de Junho, quando D. Manuel I reuniu com os principais senhores do Reino e lhes declarou os motivos para ser ele e não o príncipe D. João a consorciar-se com a irmã do futuro imperador Carlos V. O cronista foi testemunha ocular do acto e refere que todos ficaram satisfeitos com as explicações de el-rei, salvo o príncipe herdeiro ²⁷⁶, apesar de este ter aprovado e jurado os capítulos do contrato matrimonial do seu pai ²⁷⁷.

Com as devidas reservas, supomos que Damião de Góis, ao tempo da redacção da sua *Crónica* – publicada quase 50 anos passados sobre estes eventos – foi traído pela certeza dos factos e enganou-se no titular da Casa de Vila Real que presenciou e ouviu as razões do monarca. Ou seja, acreditamos que esse titular foi D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim ²⁷⁸. Tanto o discurso de Damião de Góis, cuja boa-fé não colocamos em causa, como a nossa suposição são admissíveis. Não é improvável que o 2.º marquês de Vila Real tivesse viajado até Lisboa, em Junho de 1518, aquando da aprovação dos capítulos do novo consórcio de el-rei. No entanto, a inexistência de fontes diplomáticas, dadas entre Junho de 1517 e Julho de 1518 – pelas quais, caso as houvesse, pudéssemos determinar o paradeiro de D. Fernando de Meneses – leva-nos a duvidar da sua vinda à corte. E as poucas fontes que existem, dadas no biénio 1517-18, como já vimos, dão-nos o marquês a residir em Vila Real. Por outro lado, na minuta da carta de notificação que atrás mencionámos é oferecida a indicação de outras pessoas, além do marquês, às quais foram enviadas cartas definitivas com a informação relativa à conclusão do contrato de casamento de D. Manuel I ²⁷⁹. Curiosamente, nenhum dos nomes listados nessa minuta, excepto o marquês, surge no rol de indivíduos declarados por Damião de Góis, na altura

²⁷⁴ AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*: Gaveta 15, maço 12, n.º 11.

²⁷⁵ A versão final data de 10-07-1518. A versão inicial, que também consta na versão final, data de 22-05-1518. Ambas publicadas n'As *Gavetas da Torre do Tombo*, cit., vol. VII, pp. 56-64 e 556-562, respectivamente.

²⁷⁶ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., IV Parte, cap. 34.

²⁷⁷ Fê-lo através de uma carta de 02-06-1518, inserta no diploma de ratificação dos capítulos do contrato de casamento, também da mesma data. Tudo publicado n'As *Gavetas da Torre do Tombo*, cit., vol. VI, pp. 660-671.

²⁷⁸ No mesmo capítulo citado, *supra*, nota 276, o cronista já nomeia D. João de Lencastre como marquês de Torres Novas, mas este título só lhe foi concedido no ano de 1520. Por outro lado, também é estranho que o nome do conde de Alcoutim, já regressado de Ceuta, desde finais de 1517, não surja entre os vários indivíduos nomeados por Damião de Góis.

²⁷⁹ Veja-se a fonte mencionada, *supra*, nota 274. Além do marquês de Vila Real, são apontados: o arcebispo de Braga; os bispos de Viseu e de Ceuta; e os condes de Cantanhede, de Odemira, de Borba, de Tentúgal, de Marialva e da Feira.

em que o monarca reuniu com todos aqueles que se achavam na corte para explicar as razões do seu consórcio ²⁸⁰.

5. Os últimos anos

5.1. De regresso à Corte

O marquês D. Fernando de Meneses regressou à corte manuelina em Novembro de 1518, aquando da entrada da rainha D. Leonor em Portugal. A partida de Vila Real terá ocorrido no final de Outubro, pois, no dia 15 deste mês, ainda notamos a marquesa D. Maria Freire na dita vila a endereçar um alvará para o almoxarife das sisas Rui Cão, mandando-lhe que através das rendas da sua repartição, alusivas ao primeiro quartel de 1519, pagasse 8 255 reais a Constança Rodrigues, a quem a marquesa devia tal quantia, em resultado de dinheiros emprestados e de compras que lhe fizera ²⁸¹.

Depois de ser entregue na fronteira, junto do rio Sever, ao duque de Bragança e outros senhores, a rainha D. Leonor foi levada à vila do Crato, onde era esperada por D. Manuel I e pelo príncipe D. João. Daqui, a comitiva tomou caminho por Ponte de Sor e pela Chamusca, vindo a terminar a viagem em Almeirim, lugar onde estavam instalados a restante família régia e os principais cortesãos, todos afastados do surto de peste que, entretanto, surgira em Lisboa. O rei permaneceu em Almeirim com toda a sua corte, em grandes festas, ficando aqui até ao começo do Verão de 1519, quando decidiu mudar-se para a cidade de Évora ²⁸². Aqui estanciou o monarca, entre meados de 1519 e os finais de 1520 ²⁸³, supondo-se que D. Fernando de Meneses e a sua família andassem na corte

²⁸⁰ Veja-se a fonte mencionada, *supra*, nota 276 e faça-se o respectivo cotejo com os nomes indicados na nota 279.

²⁸¹ AD Vila Real, *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, livro 262, n.º 2, que nos apresenta o traslado desse alvará, inserto num instrumento de pública forma de 20-09-1547.

²⁸² Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, *cit.*, IV Parte, cap. 34.

²⁸³ Neste período, exceptua-se somente a viagem que fez à cidade de Coimbra, onde presidiu, no mosteiro de Santa Cruz, em 16-07-1520, ao processo de transladação dos restos mortais dos reis D. Afonso Henriques e de D. Sancho I, seu filho: D. Fr. Timóteo dos MÁRTIRES, *Crónica...*, *cit.*, tomo I, pp. 83-84. Outra fonte diz-nos que este acto solene ocorreu em 25-10-1515: Pe. D. Nicolau de SANTA MARIA, *Crónica da Ordem...*, II Parte, *cit.*, livro 9, cap. 31, n.ºs 9 e 13-14, pp. 277-278, indicando-nos a presença do marquês de Vila Real na cerimónia. Todavia, o registo descritivo desta última fonte apresenta pouco fundamento: Ana Isabel BUESCU, «A morte do rei: tumultização e cerimónias de transladação dos “reais corpos” (1499-1582)» *in* idem, *Na Corte dos Reis de Portugal: saberes, ritos e memórias (estudos sobre o século XVI)*, 2.ª ed., Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 228-229, nota 80.

manuelina, habitando nas casas particulares que o marquês tinha naquela cidade, junto à Igreja de São Francisco ²⁸⁴, muito próximas dos paços régios. E, nesta altura, havia um assunto que muito importava para o futuro da família e da casa senhorial vila-realenses: ajustar o casamento do conde de Alcoutim com D. Beatriz de Lara, estorvando assim as ambições do duque de Bragança e de D. Manuel I, em quererem desposá-la com algum dos seus filhos.

Se o ano de 1519 nos apresenta muito poucas informações relativas ao marquês de Vila Real, por manifesta carência de fontes, o seu percurso surge-nos um pouco mais alumiado no ano seguinte, embora a documentação existente continue a ser escassa. Em 12 de Janeiro de 1520, estando na cidade de Évora, D. Manuel I outorgou a D. Fernando de Meneses o direito de cobrar a metade do foro cerrado da vila de Monção, equivalente a 18 000 reais, que vagara por óbito de Paio Rodrigues de Araújo. Este valor foi abatido num padrão de 75 222 reais de tença, auferidos pelo marquês, razão pela qual el-rei lhe deu outro do género, no valor de 57 222 reais ²⁸⁵. Em meados de Fevereiro, D. Fernando restituiu 16 024 reais a Diogo Lopes, almoxarife de Leiria, em ressarcimento de igual quantia que dele recebera, sem ter autorização do vedor da fazenda régia, que, por isso, lhos fizera pagar ²⁸⁶. O mês não acabaria sem o marquês e a sua mulher participarem na cerimónia de baptismo do recém-nascido Infante D. Carlos ²⁸⁷. Ainda em Évora, no fim do Verão, D. Manuel I atendeu a um pedido de D. Fernando de Meneses, no sentido de trespassar o vencimento de uma tença de 100 000 reais ao seu filho D. João de Noronha, desde o ano de 1521, em diante ²⁸⁸.

Em Janeiro de 1521, D. Manuel I voltou à cidade de Lisboa, na qual entrou com grande aparato, acompanhado de toda a família real, então, já alargada com o Infante D. Carlos (que faleceria daí a três meses) e a caminho de receber o nascimento da Infanta D. Maria, ambos filhos da sua união conjugal com a rainha D. Leonor ²⁸⁹. Ignoramos se,

²⁸⁴ Sobre estas casas, veja-se o subcapítulo IV.1.3., *infra*.

²⁸⁵ Este padrão de 57 222 reais seria vendido a Afonso de Albuquerque: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 37, fl. 28 (fonte já citada, *supra*, notas 71 e 80).

²⁸⁶ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 87, n.º 19, por um alvará de pagamento, recibo e quitação de 15-02-1520, escrito no verso de uma carta régia datada de 18-01-1520, alusiva aos dinheiros que o marquês recebia em satisfação dos direitos da judiaria extinta na sua vila de Almeida.

²⁸⁷ Em Évora, 25-02-1520: *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro...*, cit., p. 202.

²⁸⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 39, fl. 2 v.º e *Místicos*, livro 4, fls. 139-139 v.º, por carta de 07-09-[1520]. Ambas as referências averbam erroneamente o ano de 1521. No final de 1520, D. João já servia o ofício de capitão de Ceuta: BNP, Códice 1054, fl. 77.

²⁸⁹ Cf. Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., IV Parte, cap. 68 e Gaspar CORREIA, *Crónicas...*, cit., pp. 126-132.

nesta ocasião, o marquês de Vila Real e a sua família também entraram em Lisboa, mas esta ideia parece ser muito certa. Numa das folhas de guarda do foral manuelino de Vila Real encontra-se uma declaração, datada de 12 de Março de 1521, escrita pela mão de Fernão de Pina, em Lisboa, na presença de D. Fernando de Meneses, referindo-nos que aquele foral e a versão do mesmo, dada ao marquês, foram trazidos à corte para serem acareados com a cópia lavrada no livro dos registos foraleiros da comarca transmontana, guardado na Torre do Tombo, a fim de desfazer uma dúvida sobre o valor da colecta de um direito real atribuído ao senhor da terra ²⁹⁰.

Em Vila Real, vigorava o foral antigo do ano de 1293, dado por el-rei D. Dinis. Não obstante as inquirições deste foral, efectuadas por Fernão de Pina, datarem de Maio de 1507 ²⁹¹, a versão definitiva da nova carta foraleira, atribuída por D. Manuel I, só foi desembargada, no fim de oito anos, em 22 de Junho de 1515 ²⁹². Em Fevereiro de 1517, o corregedor da comarca levou este foral a Vila Real, a fim de ser publicado, mas o auto foi embargado pelos oficiais da câmara, todos da clientela do marquês, por não ter sido apresentado o regimento régio que ordenava a publicação do novo diploma. É de notar que, nesta altura, D. Fernando de Meneses residia em Vila Real, pelo que, face à falta do documento regimental, não surpreenderia que tivesse instruído os ‘seus’ oficiais da câmara para actuarem com formalismo excessivo e impedirem a publicação do foral, a qual só aconteceu em 30 de Outubro de 1520, por ordem de el-rei, atendendo às queixas do povo de Vila Real, que queria o seu foral publicado ²⁹³. Poucos dias antes deste acto, o marquês endereçou uma carta a D. Manuel I, cujo paradeiro se ignora, apontando-lhe

²⁹⁰ AM Vila Real, *Foral Manuelino de Vila Real*, fl. [16 v.º]. Publicado: *Edição fac-simile do Foral de Vila Real de 22 de Junho de 1515*, Vila Real, Município de Vila Real / Arquivo Municipal de Vila Real, 2015; e antes, por Olinda SANTANA, *Foral Manuelino de Vila Real: introdução, transcrição e notas*, Vila Real, Câmara Municipal de Vila Real, 1995, pp. 29-30. Sobre este assunto, veja-se também Maria José Mexia Bigotte CHORÃO, *Os Forais...*, cit., p. 46.

²⁹¹ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte III, maço 3, n.º 25. Publicado por Maria Olinda Rodrigues SANTANA, *Inquirições Manuelinas de Trás-os-Montes: edição interpretativa*, s.l., Pena Perfeita, 2006, pp. 195-211. Além do processo de inquérito, este documento contém ainda as queixas dos moradores do lugar de Ferreiros, termo de Vila Real, dando conta dos abusos tributários ali cometidos pelos oficiais do marquês, assim como um esboço do texto que seria utilizado na redacção do foral manuelino.

²⁹² Foram produzidos três exemplares deste foral: um para o marquês (cujo paradeiro se ignora), um para o concelho (citado, *supra*, nota 290; publicado por Olinda SANTANA, *Foral Manuelino...*, cit., pp. 18-30) e outro para guardar na Torre do Tombo (AN/TT, *Livro dos Forais Novos de Trás-os-Montes*, fls. 47 v.º-49, cujo teor é uma versão resumida dos anteriores; publicado por Luís Fernando de Carvalho DIAS, *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: Trás-os-Montes*, Beja, s.l., 1961, pp. 61-62 e por Maria Olinda Rodrigues SANTANA, *Liuro dos Foraes Nouos da Comarca de Trallos Montes: introdução, edição diplomática e notas*, Mirandela, João Azevedo Editor, 1999, pp. 210-214, assim como no citado *Foral Manuelino...*, da mesma autora, pp. 14-17).

²⁹³ Sobre o embargo de 1517 e a publicação de 1520, vide Maria José Mexia Bigotte CHORÃO, *Os Forais...*, cit., pp. 44-45 e Olinda SANTANA, *Foral Manuelino...*, cit., pp. 27-29.

a existência de dúvidas e de erros no registo dos dois exemplares originais do foral vila-realense – o seu e o do concelho – cuja responsabilidade imputou a Fernão de Pina, que estava encarregado da revisão final dos conteúdos dos novos forais. Parece que nos dois exemplares se registou que o senhor da terra, ou seja, D. Fernando de Meneses, segundo o foral de 1293, deveria cobrar uma verba anual de 97 000 reais por cada uma das 500 courelas ou herdamentos, outrora doados por D. Dinis a 500 povoadores, permitindo-lhe receber uma receita total de 48 500 reais. Naturalmente, o erro achava-se na verba anual recebida de cada courela, que seriam 97 e não 97 000 reais ²⁹⁴. O marquês sabia-o, mas tinha dúvidas e tratou logo de expô-las a D. Manuel I, a fim de serem ditas a Fernão de Pina. Em resposta a el-rei, datada de 2 de Novembro de 1520, o supervisor da reforma foraleira estranhou muito os incómodos do marquês, por lhe parecerem ser de “*homem bruto ou não sabedor*”, pois, se existiam três registos do foral, dois deles com o mesmo teor, bastaria ao donatário cotejar o seu exemplar com o do concelho para perceber que, caso houvesse erros nalgum deles, isso não afectaria a validade de um perante o outro, relativamente ao qual era conforme ²⁹⁵. As queixas do marquês seriam um preciosismo, mas a correcção do conteúdo dos dois diplomas tornar-se-ia numa exigência, se ambos apresentassem os mesmos erros, como aparentemente terá sucedido. As emendas seriam necessárias, não só por questões de uniformidade e coerência do teor informativo, mas, sobretudo, para assegurar que o valor jurídico do novo documento foraleiro não ficasse comprometido, o que talvez nos ajude a explicar a declaração escrita por Fernão de Pina na última folha do exemplar outorgado ao concelho ²⁹⁶.

Não cremos que D. Fernando de Meneses quisesse impedir a publicação do novo foral de Vila Real. Esta situação era inevitável, embora qualquer estorvo mais ou menos legal lhe servisse para manter no território do seu marquesado o uso dos foros e direitos antigos. Como se referiu, em Fevereiro de 1517, a falta de um regimento régio obstou a

²⁹⁴ Na sua carta de foro de 24-02-1293, el-rei D. Dinis deu, em juro e herdade, a 500 povoadores e vizinhos de Vila Real, vários herdamentos situados no arrabalde da dita vila, com a contrapartida de lhe pagarem anualmente 1 000 maravedis: AN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fls. 53 v.º-55. Segundo o inquérito feito a esta carta (já citado, *supra*, nota 291), os oficiais do marquês de Vila Real, senhor deste direito real, cobravam 97 reais em cada uma das herdades/courelas, repartidas entre os herdeiros daqueles 500 povoadores, à razão de 2 maravedis por pertença. A unidade desta moeda velha equivalia a 48,5 reais, pelo que o total da receita anual resultava num valor de 48 500 reais (ou 97×500).

²⁹⁵ AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*: Gaveta 15, maço 12, n.º 15. Publicada por Maria José Mexia Bigotte CHORÃO, *Os Forais...*, cit., pp. 46-47.

²⁹⁶ A declaração refere-se à correcção do texto relativo à cobrança dos 97 reais que o marquês deveria cobrar em cada uma das 500 courelas, a meio do fôlio 2 do *Foral Manuelino de Vila Real* (citado, *supra*, nota 290). Aqui, são bem notórios, tanto o respançamento feito sobre o suporte como a reescrita dos conteúdos, em cerca de três linhas e meia, denunciada por uma matéria de registo (tinta) ligeiramente mais clara e pelo delineamento de caracteres mais afilados e mais próximos entre si.

sua promulgação. Todavia, também é verdade que a reforma foraleira nunca agradou ao marquês de Vila Real, pois, sempre se importou mais que o exercício dos poderes nos seus senhorios fosse discricionário. Por exemplo, nos finais de 1519, uma sentença régia determinou a suspensão da sua jurisdição sobre as “cinco vilas” de Chão de Couce e da cobrança das suas rendas e foros. Assim sucedeu, porque o ouvidor do marquês julgava feitos de acção nova, sem ter alçada para tal e dava, em seu nome, cartas de seguro e de emancipação. Além disto, os oficiais do marquês arrecadavam mais tributos que aqueles que deviam, regulando-se pelos forais antigos e não pelos ditames dos novos forais, que tinham sido publicados naquelas terras, nos anos de 1516-17. A suspensão foi levantada em Março de 1520, após o pagamento das custas judiciais, efectuado pelo almoxarife do marquês ²⁹⁷. As infracções às disposições dos novos forais eram constantes, pois, havia muitos feitos judiciais processados contra vários donatários de terras e de direitos, além do marquês D. Fernando de Meneses. Relativamente a Vila Real, não conhecemos tais sentenças como esta anterior, referente a Chão de Couce, mas sabemos que nos inícios de 1521, na jurisdição vila-realense, havia muitos feitos processados contra o marquês, que aguardavam somente o pagamento de custas e a ordem para serem transportados e entregues ao marquês. Parece que D. Fernando de Meneses devia 400 cruzados (16 000 reais) ou pouco mais, dos vários feitos processados contra ele. Um qualquer caminheiro poderia carregar 15 a 20 desses feitos numa besta, mas teria de alugá-la à sua custa. Por sua vez, o marquês também não queria que nada se fizesse à sua custa, pois, nada perdia se os feitos não lhe fossem levados ²⁹⁸.

Nesse mesmo ano de 1521, prepararam-se os capítulos do contrato matrimonial da Infanta D. Beatriz com Carlos III, duque de Sabóia ²⁹⁹. Diz-nos Damião de Góis, que depois de ter obtido a aprovação de D. Manuel I para este consórcio, Carlos III enviou os seus embaixadores a Lisboa, onde chegaram em Fevereiro, endereçados ao marquês de Vila Real, “*que interveio neste casamento por parte do duque*” ³⁰⁰. Presume-se que D. Fernando tenha ficado incumbido de realizar a interlocução deste negócio entre o rei português e o duque saboiano. Pelo menos, assim é insinuado numa carta que Carlos III dirigiu ao seu secretário Claude Châtel, enviado à corte de D. Manuel I, pedindo-lhe que dissesse ao monarca que lhe iria escrever, com resposta satisfatória, às cartas que ele e o

²⁹⁷ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 32, n.º 1, por carta de sentença de 12-12-1519.

²⁹⁸ Vide Jean AUBIN, «Vieille noblesse...», *cit.*, p. 99 e as notas 217-218, inclusive.

²⁹⁹ Este contrato ficou concluído em 26-03-1521. Publicado por D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, tomo II (parte II), n.º 75, pp. 18-26.

³⁰⁰ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, *cit.*, IV Parte, cap. 70.

marquês de Vila Real lhe tinham remetido sobre a conclusão do negócio matrimonial e do dote da Infanta ³⁰¹. A realização deste enlace trazia vantagens políticas e financeiras para o ducado de Sabóia, pois, além de um rico dote pago por um rei afortunado com os rendimentos da navegação e comércio no Oriente, o duque Carlos III esperaria manter a neutralidade dos seus estados regionais para afrouxar as pressões exercidas, sobretudo, pela França e por Castela, que lutavam acesamente por obter domínio político sobre o território da península itálica ³⁰². Relativamente a Portugal, é de crer que o motivo mais atractivo para o estabelecimento de uma aliança familiar com a Casa de Sabóia residisse na expectativa de obter para o Reino, por via do “mercado matrimonial das princesas”, uma maior capacidade de participação diplomática no difícil xadrez político europeu ³⁰³. Embora houvesse quem advogasse o desprestígio de uma infanta portuguesa casar com um duque estrangeiro, bastante carecido de estado e de antiga linhagem ³⁰⁴, a opinião de ‘internacionalizar’ a prole do *Venturoso*, além Pirenéus, terá sido aquela que mais pesou e foi defendida por alguns senhores principais do Reino, entre os quais, se presume o marquês de Vila Real, na sequência da embaixada saboiana que veio a Évora, em 1520, com o objectivo de encetar conversações relativas ao consórcio. Terá sido nesta ocasião que D. Fernando de Meneses ficou incumbido de acompanhar o andamento do negócio matrimonial, quer na correspondência trocada com Carlos III, quer na assistência dada aos seus embaixadores, quando estes vieram a Portugal assinar o contrato de casamento e realizar os esponsais, em nome do duque ³⁰⁵.

A frota armada que levou a Infanta D. Beatriz para Sabóia saiu de Lisboa em 10 de Agosto de 1521 ³⁰⁶. Até aqui, D. Manuel I tinha muitas razões para se sentir satisfeito com o decurso dos acontecimentos. Não obstante os infaustos falecimentos ocorridos no

³⁰¹ Carta datada de 14-09-1520. Publicada por Gaudenzio CLARETTA, *Notizie Storiche Intorno alla Vita ed ai Tempi di Beatrice di Portogallo, Duchessa di Savoia, con documenti*, Torino, Tipografia Eredi Botta, 1863, pp. 139-140. Das cartas do marquês, apenas conhecemos a minuta daquela que dirigiu ao duque de Sabóia, informando-o que poderia enviar os seus embaixadores a Portugal para formalizarem o contrato matrimonial: AN/TT, *Colecção de Cartas: Núcleo Antigo 878*, maço 1, n.º 60.

³⁰² Sobre este assunto, veja-se a síntese descrita por Pierpaolo MERLIN, «Beatriz de Portugal e o governo do ducado de Sabóia (1521-1538)» in *Portugal e o Piemonte: a Casa Real Portuguesa e os Sabóias; nove séculos de relações dinásticas e destinos políticos (XII-XX)*, coord. Maria Antónia Lopes e Blythe Alice Raviola, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 101-105.

³⁰³ Ana Isabel BUESCU, «A Infanta Beatriz de Portugal e o seu casamento na Casa de Sabóia (1504-1521)» in *Portugal e o Piemonte: ..., cit.*, pp. 71-74.

³⁰⁴ O cronista Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., IV Parte, cap. 71, desmente tais factos e lembra a ligação ancestral da Monarquia Portuguesa à Casa de Sabóia, da qual foi proveniente a consorte do primeiro rei de Portugal.

³⁰⁵ Cf. Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, pp. 319-322 e Gaudenzio CLARETTA, *Notizie Storiche...*, cit., pp. 32-33.

³⁰⁶ Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, p. 334.

seio da família (o Infante D. Carlos, seu filho, assim como D. Isabel, sua irmã e duquesa de Bragança) o monarca conseguira casar a sua filha D. Beatriz e fora abençoado com o nascimento da Infanta D. Maria ³⁰⁷. Além disso, a sua governação atravessava uma fase bastante favorável, quer em termos políticos e diplomáticos, quer em termos financeiros e comerciais ³⁰⁸. Por seu turno, D. Fernando de Meneses também tinha motivos pessoais de orgulho. Após ter servido no negócio matrimonial da Infanta D. Beatriz, o marquês finalizou, em Setembro de 1521, um assunto muito desejado: a escrituração do contrato de casamento entre o seu filho D. Pedro de Meneses e D. Beatriz de Lara ³⁰⁹.

No início de Dezembro de 1521, quando nada o previa, o Reino foi surpreendido com o súbito adoecimento de D. Manuel I, estando ele “*no mais alto e próspero estado que se a um rei podia desejar*”, vindo depois a falecer no dia 13, nos paços da Ribeira, vitimado de “*uma febre, espécie de modorra, doença de que, naquele tempo, em Lisboa, morria muita gente*” ³¹⁰. Dois dias antes, o rei mandara fazer codicilo ao seu testamento, cuja aprovação foi atestada, na mesma altura, com a rubrica de várias pessoas, entre as quais, o marquês de Vila Real, o conde de Alcoutim e D. António de Noronha, escrivão da puridade ³¹¹. Sabe-se que a morte do *Venturoso* foi acompanhada e presenciada pelos principais senhores nobres e eclesiásticos do Reino. Como noutras ocasiões similares, o decesso régio foi um momento publicamente chorado e, segundo consta em determinada fonte, muito sentido por D. Fernando de Meneses ³¹². Assim finado, o corpo do monarca foi metido num ataúde, sendo depois levado dos aposentos régios para a sala grande do paço, nos ombros de D. Jaime, duque de Bragança, de D. Jorge, mestre de Santiago, do marquês vila-realense e do conde de Alcoutim, seu filho. Finalizadas as homenagens ao defunto iniciou-se o cortejo fúnebre, já de madrugada, desde a Ribeira à igreja velha do

³⁰⁷ *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro...*, cit., pp. 203-205.

³⁰⁸ João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I (1469-1521)...*, cit., pp. 255-257.

³⁰⁹ Veja-se a fonte já citada, *supra*, nota 221.

³¹⁰ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., IV Parte, cap. 83.

³¹¹ Por instrumento datado de 11-12-1521, anexo ao testamento régio de 07-04-1517. Publicado n’*As Gavetas da Torre do Tombo*, cit., vol. VI, p. 137.

³¹² BA, Códice 51-V-69, fl. 217 (228), onde nos é oferecido este apontamento, cuja autoria se desconhece: “*Acharam-se ao tempo de seu falecimento, o duque de Bragança, seu sobrinho, D. Jaime, e o bispo de Évora, D. Afonso, os quais chegaram àquele dia que el-rei faleceu, estando já alienado, sem os conhecer, e o marquês de Vila Real, D. Fernando de Meneses. E assim como eram os principais no estado, assim o foram no choro, lágrimas e sentimento que publicamente ali mostrara[m]. E tanto que Diogo Fernandes de Meireles, porteiro da câmara de el-rei, vendo quanto estes dois senhores faziam, àquela hora que el-rei expirou, saiu à porta onde estava[m] muitos fidalgos. E porque não viu neles o que via nestas duas pessoas tão notáveis, começou de bradar, dizendo: ‘Senhores, que fazeis? Não vedes vosso Rei [e seu siso] morto? Como não quebram vossos corações em pranto? Que vos ouça o mundo!’ Quem isto disse, segundo depois soube, foi o marquês D. Fernando e D. António, seu irmão, escrivão da puridade, saindo de dentro da casa, onde el-rei expirou, abrindo-se as portas a todos”.*

Restelo, em Belém, onde o corpo de D. Manuel I ficaria provisoriamente sepultado, em campa rasa, até ser trasladado para a capela-mor da Igreja dos Jerónimos (então, ainda inacabada) conforme ordenado no testamento régio. Depois de descido da azémola que o transportara, o féretro foi baixado à cova e enterrado, sem mais pompa, pelos mesmos senhores acima mencionados ³¹³.

Passados seis dias sobre a morte de D. Manuel I, realizou-se o acto de aclamação e juramento de el-rei D. João III, em Lisboa, junto ao Rossio, no alpendre do convento de São Domingos, na presença da principal nobreza e clerezia do Reino e demais povo que ali se dirigiu. Apesar do recente luto pela morte do *Venturoso*, tal não impediu que a cerimónia de levantamento do novo monarca decorresse com o aparato minimamente exigido à ocasião. No que importa ao nosso objecto, é de realçar que toda a progenitura varonil da Casa de Vila Real compareceu ao juramento, o qual foi interpelado a todos os presentes (respeitando-se as suas precedências) pelo escrivão da puridade D. António de Noronha. Além de D. Fernando de Meneses e do conde de Alcoutim, seu filho, também D. Henrique e D. Diogo de Noronha, irmãos do marquês, prestaram obediência a el-rei, sendo eles os primeiros juradores da fidalguia não titulada ³¹⁴. Igualmente presente, mas no meio do povo, longe do palanque montado para a cerimónia, esteve Gil Vicente, que, depois de assistir ao evento, sem ter ouvido o que ali fora falado, se ocupou de fantasiar as palavras que os grandes senhores do Reino teriam dito a D. João III, no momento do beija-mão ³¹⁵. No caso de D. Fernando de Meneses, diz-nos Gil Vicente: «O Marquês de Vila Real | diria lagrimejando: | Ó neto de El-Rei Fernando, | todo de sangue Real, | pera bem vos seja o mando. | E diria aconselhando: | governai polo antigo, | que este pasto está em prigo, | as ovelhas suspirando | sem abrigo» ³¹⁶.

Palavras imaginadas, de facto, mas que Gil Vicente, hábil intérprete do tempo e da sociedade em que vivia ³¹⁷, julgava assentarem bem naquilo que seria a avaliação do marquês sobre as rápidas mutações socioeconómicas da época, perante as quais exhibiria

³¹³ Sobre as incidências da doença, morte e enterramento de D. Manuel I, incluindo fontes, veja-se a síntese projectada por Ana Isabel BUESCU «A morte do rei...», *cit.*, pp. 212-216.

³¹⁴ Cf. Francisco de ANDRADA, *Crónica de D. João III*, com introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1976, I Parte, caps. 8-9 e as *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro...*, *cit.*, pp. 207-213. Sobre as incidências do acto de juramento e aclamação régios, veja-se a síntese feita por Ana Isabel BUESCU, *D. João III, 1502-1557*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 107-114.

³¹⁵ *Gil Vicente: obras completas*, vol. VI, 3.^a ed., com prefácio e notas do Prof. Marques Braga, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1968, pp. 217-225.

³¹⁶ *Ibidem*, pp. 218-219.

³¹⁷ *Ibidem*, p. 217, onde nos diz: «segundo vi o passado | e a mudança que via».

alguma desilusão, sobretudo, no seu mundo social. Como já alguém deixou entender, o conselho vicentino posto na boca do 2.º marquês de Vila Real – governar pelo antigo – expressaria o requerido de uma pessoa saudosa do tempo passado, que esperaria ver no novo reinado de D. João III a restauração das primazias da nobreza ancestral, limitadas pela acção governativa de D. Manuel I ³¹⁸.

Numa perspectiva ampla, tratava-se de solicitar o reforço do modelo hierárquico e cristalizador da sociedade de ordens, mas que, no Portugal de Quinhentos, já não seria exequível, pois, a estruturação social do Reino vinha mudando progressivamente, desde meados do século XV, devido à recuperação demográfica e à reanimação de algumas actividades económicas (agricultura e comércio) cujos lucros, resultantes do aumento dos preços (causado pelo crescimento da procura e do consumo) criaram uma melhoria das condições de vida às populações do terceiro estado. Além destes factores internos, as políticas expansionistas realizadas no Norte de África e no mar Atlântico, através da guerra e do trânsito marítimo e comercial, também motivaram o emprego de uma sorte diversa de gentes, atraídas pela hipótese de enriquecer e vencer socialmente, fosse nos feitos de armas, fosse nos tratos mercantis, abrindo assim as portas à autonomia pessoal ou ao serviço clientelar da Casa Real e de senhores laicos e eclesiásticos. A melhoria das condições de sobrevivência, geradas pelo crescimento económico, interno e externo, suscitou uma mobilidade social, num sentido ascendente, sobretudo, entre as gentes de baixo estrato. Perante as diversas oportunidades oferecidas pela Expansão Portuguesa, muitos filhos deixaram de aprender os ofícios dos pais para aspirarem ao exercício de cargos burocráticos e militares ou ao ingresso nas clientelas do paço real ou senhorial, visando a possibilidade de obter êxito social e abrir caminhos conducentes, no mínimo, à simples fidalguia ³¹⁹. Contudo, a par daqueles que, por bons serviços ou por ‘criação’, alcançavam lugares de distinção, também havia um largo número de pessoas de conduta social desprezível que era olhada com reprovação ou, quando não muito, ridicularizada com o propósito de realçar a sua origem rústica e malnascida, tal como Gil Vicente fez para dois moços do paço, no seu *Clérigo da Beira*, comparando-os a uma das famílias mais ilustres do Reino, através da voz de um vilão: «Bofá vejo eu Portugueses | da corte muito alterados | mais propínquos dos arados | que parentes dos Meneses» ³²⁰.

³¹⁸ Jean AUBIN, «Vieille noblesse...», *cit.*, p. 101.

³¹⁹ Sobre este assunto, *vide* João Cordeiro PEREIRA, «A estrutura social e o seu devir» *in* *Nova História de Portugal*, vol. V, *cit.*, pp. 286-288.

³²⁰ *Gil Vicente: obras completas*, *cit.*, vol. VI, p. 18.

5.2. Actos derradeiros

É preciso esperar cerca de um ano após o juramento e aclamação de D. João III para voltarmos a ter notícias de D. Fernando de Meneses. Uma carta de padrão de 7 222 reais, datada de 23 de Dezembro de 1522, que o rei concedeu a Afonso de Albuquerque, filho legitimado de Afonso de Albuquerque, governador da Índia († 1515), informa-nos que o marquês de Vila Real vendeu, com pacto de retroactividade, ao primeiro nomeado o seu padrão de 57 222 reais (que D. Manuel I lhe dera em 12 de Janeiro de 1520) pelo preço de 700 000 reais. Aquela carta diz-nos ainda que, não obstante o registo da venda ter sido efectuado em 24 de Novembro de 1522, o negócio entre o marquês e Afonso de Albuquerque realizara-se no ano de 1520, em Évora, com o consentimento verbal de D. Manuel I. A escrituração tardia do acto de transacção deveu-se ao motivo de Afonso de Albuquerque ter-se servido de 50 000 reais do padrão adquirido ao marquês para serem trespasados a Pêro de Brito, com a intenção de amortizar uma dívida de 500 000 reais, resultante da compra de 18 moios de renda que lhe fizera, razão pela qual foi dada a este último uma outra carta de padrão régio, no valor indicado, igualmente datada de 23 de Dezembro de 1522 ³²¹. Uma vez que a venda do padrão de 57 222 reais se regulara com pacto de retroactividade, o marquês de Vila Real manteve o direito de distratar o penhor daquela quantia, junto de Afonso de Albuquerque e de Pêro de Brito, nos montantes que tocassem a cada um, mas se finasse antes de qualquer um deles os padrões ficariam na posse dos dois credores. Não nos consta notícia alguma sobre o marquês ter reavido tais dinheiros. Este não foi o único negócio feito entre D. Fernando de Meneses e Afonso de Albuquerque. Em 29 de Dezembro de 1520, também em Évora, o marquês vendeu-lhe outro padrão de 100 000 reais (que D. Manuel I lhe atribuíra em 17 de Agosto de 1515) também, com pacto de retroactividade, pelo preço de 1 conto e 800 000 reais ³²². Com a venda destes dois padrões, D. Fernando de Meneses angariou uma quantia apreciável de 2 contos e 500 000 reais. Ignoramos as razões que determinaram as vendas, assim como o emprego que o marquês deu a todo este dinheiro alcançado.

³²¹ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 37, fl. 28 (padrão régio de 7 222 reais, dado a Afonso de Albuquerque) e livro 3, fl. 4 (padrão régio de 50 000 reais, dado a Pêro de Brito). As duas fontes apresentam-nos o traslado do padrão régio de 57 222 reais que o rei D. Manuel I outorgou ao marquês de Vila Real, na cidade de Évora, em 12-01-1520.

³²² Esta informação é oferecida por uma carta de padrão de 100 000 reais, datada de 17-03-1521, que el-rei D. Manuel I concedeu a Afonso de Albuquerque, a qual se acha inserta numa confirmação régia de 17-05-1530: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 19, fls. 86-86 v.º. Publicada por António Baião, *Alguns Ascendentes...*, cit., n.º 60, pp. 82-85. E nesta fonte, deparamo-nos também com o traslado da mencionada carta de 17-08-1515, alusiva ao padrão que o *Venturoso* outorgara ao marquês D. Fernando de Meneses (citada, *supra*, nota 265).

O registo da venda do mencionado padrão de 57 222 reais efectuou-se em 24 de Novembro de 1522, sabendo-se ainda que foi lavrado por Brás Afonso, tabelião público de el-rei. No mesmo dia, este tabelião escriturou também o contrato de casamento de D. Aleixo de Meneses, filho de D. Pedro de Meneses, 1.º conde de Cantanhede, com a sua sobrinha D. Joana de Meneses, nascida do consórcio entre D. Henrique de Noronha e D. Maria de Meneses, esta última, igualmente, filha do referido conde ³²³. Este documento merece ser realçado, por duas razões: a primeira, por notar-nos o marquês de Vila Real (que era tio da noiva) na contingência de contribuir com alguma ajuda financeira para a composição do dote, apreciado em 25 000 dobras (3 contos de reais); a segunda, por ser um diploma que pertenceu ao Cartório da casa vila-realense ³²⁴.

Outros documentos que também pertenceram ao mesmo cartório são as diversas escrituras públicas que, em Janeiro de 1523, o marquês D. Fernando e D. Maria Freire, sua mulher, realizaram nos seus paços, em Lisboa, com várias pessoas que residiam no seu bairro do Carmo. A maioria desses documentos apresenta uma tipologia contratual na modalidade de aforamento, geralmente perpétuo e hereditário, com a actualização de foros, existindo ainda outros aforamentos concretizados na feição de emprazamento em vidas ³²⁵. Em todas as escrituras nota-se uma característica comum: são aforamentos de imóveis já vinculados ao contrato de morgadio da Casa de Vila Real. Outro pormenor comum reside no aumento considerável das rendas pagas pelos foreiros. Segundo o teor dos documentos existentes, no mesmo imóvel, onde dantes se pagava uma renda anual que, em média, oscilava entre os 100 e os 300 reais, mais uns capões ou umas galinhas, o senhorio passou a receber um foro fixado entre os 800 e os 1 000 reais, com ou sem os ditos géneros. O aumento dos pagamentos em dinheiro é óbvio, mas não impressiona, pois, facilmente se apreende que, apesar do crescimento económico, à época, os valores

³²³ D. Aleixo de Meneses e D. Maria de Meneses eram irmãos, embora de conjúgios diferentes do 1.º conde de Cantanhede: veja-se o *Livro de Linhagens do Século XVI*, cit., pp. 106-108.

³²⁴ AN/TT, *Colecção de Pergaminhos...*: *Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 1 b). É de referir ainda que entre as testemunhas presentes na escrituração deste contrato de casamento, dote, arras e instituição de morgado estava D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, a quem terá sido dado este exemplar dos três que, então, foram pedidos pelo seu tio D. Henrique de Noronha.

³²⁵ AN/TT, *Colecção de Pergaminhos...*: *Casa de Vila Real*, maço 1, n.ºs 1 c), 5 a), 5 b), 6 e 7 e maço 2, n.ºs 7 c) e 10, datados de 26 e 27 de Janeiro de 1523. Veja-se ainda AN/TT, *Casa dos Condes de Alcáçovas*, maço 38: Capela de D. Francisca Brandão..., n.º 7, cujo teor é idêntico ao documento citado com o n.º 5 a) da referida *Colecção de Pergaminhos*. A tradição documental de ambos é original, pois, o primeiro foi dado ao marquês senhorio e o segundo foi dado à foreira, neste caso, Inês Afonso, *a Sirgada*, mulher viúva. Estes dois exemplares, que nos representam um título de aforamento perpétuo e hereditário, substituíram o anterior título de emprazamento em três vidas, que o marquês D. Fernando fizera à referida Inês Afonso e ao marinheiro Diogo Gonçalves, seu marido, em 20-09-1499: AN/TT, *Casa dos Condes de Alcáçovas*, maço 38: Capela de D. Francisca Brandão..., n.º 6.

da actualização dos foros continuavam num nível baixo. Neste sentido, parece notar-se no marquês de Vila Real, enquanto senhorio, o cuidado de manter sempre os imóveis do seu bairro ocupados por inquilinos que fossem capazes de lhe pagar os foros declarados nos novos títulos, então, ajustados numa feição de longo prazo ³²⁶. Por outro lado, esse cuidado também se reflectiu nos valores dos foros, que, embora aumentados, foram-no de forma moderada, adequando-se ao universo sociológico dos moradores do “bairro do marquês”, maioritariamente habitado por gente de condição humilde ³²⁷.

Depois de ter efectuado estas escrituras de aforamento, nos finais de Janeiro de 1523, D. Fernando de Meneses saiu de Lisboa, certamente, acompanhado de toda a sua casa, devido a um novo surto de peste que, entretanto, surgira na cidade. Supõe-se que o marquês tenha atravessado o rio Tejo, em direcção ao Barreiro, lugar onde D. João III se fixou com a sua corte, na esperança que o contágio fosse rapidamente superado e assim retornar à capital. Essa crença foi debalde, uma vez que a epidemia manteve-se bastante activa até Setembro de 1523. Na correspondência que D. João III foi trocando com os oficiais da câmara de Lisboa sobre a evolução das condições sanitárias da cidade e as acções de combate ao flagelo, verificamos que os itinerários do monarca levaram-no do Barreiro até Almeirim e daqui para Tomar ³²⁸.

É possível que o marquês de Vila Real tenha percorrido os mesmos trajectos de el-rei, acompanhando a corte, em detrimento de uma fixação permanente nos seus paços de Santarém. De qualquer modo, sabemos que esteve na vila de Tomar, onde recebeu de D. João III, em 18 de Julho de 1523, uma carta de padrão, no valor de 150 124 reais, em substituição do padrão de 175 124 reais que lhe fora dado por D. Manuel I, nos finais de 1501, em satisfação da perda das rendas das judiarias das vilas de Leiria, de Vila Real e

³²⁶ Esta situação também agradava aos arrendatários, pois, oferecia-lhes uma sensação de maior segurança e menores riscos de actualização das rendas, como sucedia nos contratos de empraçamento em vidas. De facto, quase todos os documentos da *Colecção de Pergaminhos*, referidos na nota anterior, são renovações de contratos, feitos no modo de aforamento perpétuo e hereditário, em substituição de antigos títulos de empraçamento em três vidas, a requerimento dos foreiros, que se dispuseram a pagar uma renda maior para continuarem a residir nos mesmos imóveis. A única excepção é o documento do maço 1, n.º 7, respeitante a um empraçamento em três vidas, a troco de um foro anual de 1 500 reais e 4 galinhas, que, ainda assim, constitui uma renda de nível baixo.

³²⁷ Além dos documentos citados na nota 325, vejam-se ainda aqueles que foram citados, *supra*, nota 107. Uma leitura pormenorizada de todos eles permite-nos encontrar barbeiros, ourives, atafoneiros, vinhateiros, pedreiros, picheleiros, marinheiros, talhantes, sirgueiras e bem assim um número assinalável de mulheres viúvas.

³²⁸ Vejam-se as várias cartas régias registadas no AM Lisboa, *Livro 1.º do Provimento da Saúde*, fls. 69-92 v.º, datadas entre 31-01-1523 e 29-09-1523. Em 3 de Julho, D. João III esteve ainda na Ribeira de Muge, lugar onde já estivera no mês de Maio, quando a rainha D. Leonor, viúva de el-rei D. Manuel I, que ali estava aposentada, se despediu de Portugal para voltar a Castela: cf. *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro...*, *cit.*, p. 221 e Francisco de ANDRADA, *Crónica de D. João III*, *cit.*, I Parte, cap. 39.

de Alcoutim ³²⁹. A diferença de 25 000 reais (descontada nos 31 639 reais respeitantes à indemnização da judiaria alcoutinense) foi trespassada por D. Fernando de Meneses em favor de Aires da Silva, que, em troca, lhe transferiu o direito do padroado da Igreja de Santa Maria da vila de Caminha. Esta permuta foi aprovada por bula apostólica, enviada de Roma ao marquês vila-realense, que, achando-se conforme, determinou D. João III a confirmar o trespasse. Na mesma data em que outorgou o novo padrão de 150 124 reais ao marquês, o monarca concedeu também uma carta de padrão de 25 000 reais a Aires da Silva, então, recebida pelo seu filho João da Silva, regedor da Casa da Suplicação e seu procurador neste objecto ³³⁰. No final desta carta, foi ainda anotado que o marquês e João da Silva haveriam de fazer a escritura do contrato de trespasse, na qual, além da anuência da marquesa D. Maria Freire relativamente ao negócio, se registariam também os traslados da bula papal e da procuração do referido regedor. Somos ainda informados que a escritura foi celebrada em 25 de Abril de 1524 e que um exemplar da mesma se conservava no Cartório da Casa de Vila Real, assim como a documentação apostólica original relativa ao assunto ³³¹.

É de salientar que o marquês que formalizou o contrato de trespasse com João da Silva foi D. Pedro de Meneses e não o seu pai D. Fernando de Meneses, que, à altura da sua escrituração, era falecido. De facto, poucos dias antes desta escritura, já notamos D. Pedro de Meneses a usar o título de marquês, num alvará de 18 de Abril de 1524, pelo qual nomeou o seu escudeiro João Gonçalves nos ofícios de recebedor das rendas e de juiz dos direitos reais no almoxarifado de Ponte de Lima, “*segundo usou o ano passado e segundo o tem por minha carta*” ³³². Trata-se do primeiro documento em que achamos D. Pedro no uso do título do marquesado ³³³, mas como se infere desta última citação, já o era desde 1523. Só não sabemos desde quando, pois, a data exacta do decesso do 2.º marquês de Vila Real é um assunto absolutamente omissa nas composições cronísticas e genealógicas.

³²⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 3, fls. 99 v.º-100. O recebimento do novo padrão começaria a ser vencido, desde o ano de 1524, em diante, com assentamento na alfândega de Viana e Caminha.

³³⁰ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 3, fl. 97 v.º. A cobrança do padrão de Aires da Silva também começaria a ser vencido, desde o ano de 1524, em diante, com assentamento no almoxarifado de Coimbra, através das rendas das sisas da vila de Montemor-o-Velho.

³³¹ AN/TT, *Casa do Infântado*, livro 241, cap. 33, n.º 101, p. 244.

³³² AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 114, n.º 114, fls. [9-10], inserto numa certidão de Rodrigo da Rocha, escrivão da alfândega da vila de Caminha, datada de 17-02-1525.

³³³ A referência mais antiga é a data de 06-03-1524, encontrada por Frei Luís de SOUSA, *Anais de D. João III*, com prefácio e notas de Manuel Rodrigues Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, 1938, vol. I, p. 160.

Parece que ainda seria vivo em Outubro de 1523. No dia 12 deste mês, surge-nos a informação do teor de uma procuração escriturada em Tomar pelo notário apostólico Francisco da Cunha, morador na vila nabantina, entre outros, testemunhada por Pedro Borges e Bernardo de Aguilera, criados do marquês, com poderes sub-rogados em Luís do Bouro, ouvidor do senhor vila-realense, a fim de actuar como procurador de Afonso do Caso, abade da Igreja de Santa Maria da vila de Caminha. Os poderes incumbidos no ouvidor Luís do Bouro foram os seguintes: efectuar a renúncia do cargo daquele abade nas mãos do arcebispo de Braga e confirmar a apresentação *in solidum* daquela igreja no marquês de Vila Real, dando então como abade e reitor dela o senhor D. Nuno Álvares, seu filho ³³⁴.

Perante esta informação, a morte de D. Fernando de Meneses terá acontecido no último trimestre de 1523. De resto, D. António Caetano de Sousa diz-nos apenas que ele faleceu em 1523, na vila de Almeirim e que foi sepultado na Igreja de São Francisco da vila de Santarém ³³⁵, onde também jazia o marquês D. Pedro de Meneses, seu pai.

*

* *

³³⁴ Assim foi cumprido, em 30-08-1524: AN/TT, *Feitos da Coroa: Núcleo Antigo 121*, fls. 798-798 v.º. O facto de D. Nuno Álvares Pereira de Noronha, filho terceiro do 2.º marquês de Vila Real, estar encaminhado para seguir uma vida eclesiástica é inédito. É sabido que tal nunca sucedeu. Pelo contrário, casou e seguiu uma carreira militar em Ceuta, onde exerceu o ofício de capitão, em nome do 3.º marquês de Vila Real, seu irmão, nos anos 1528-1538 (conferir, *infra*, o último parágrafo do subcapítulo III.4.1. e nota 241, inclusive). O abandono da vida eclesiástica, à qual estaria destinado, terá sido precipitado com a notícia da morte inesperada do seu irmão D. João de Noronha, ocorrida em 16-08-1524 (conferir, *infra*, a nota 141 do subcapítulo III.2.2.), portanto, duas semanas antes de ser confirmado na abadia e reitorado da Igreja de Santa Maria de Caminha.

³³⁵ D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, *cit.*, tomo V – livro VI, p. 119. A mesma notícia está igualmente averbada na BNP, Códice 1054, fl. 66.

CAPÍTULO III

VAIDADE

D. PEDRO DE MENESES, 3.º MARQUÊS DE VILA REAL (1523-1543)

1. Armas e letras

1.1. Cataldo e a educação do 2.º conde de Alcoutim

As primeiras informações concretas relativas à vida de D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim e herdeiro da Casa de Vila Real, não provêm da narração dos feitos militares que alcançou na guerra do Norte de África, em Ceuta, mas do adestramento e exercício em outros labores igualmente meritórios: o cultivo das letras. Sabemos que os talentos de D. Pedro na aprendizagem e no domínio do Latim, quer na escrita, quer na oratória, resultaram de um empenho pessoal e de uma aptidão inata. No entanto, tal não teria sido possível sem o magistério de Cataldo Sículo e sem a actuação dos seus pais D. Fernando de Meneses e D. Maria Freire, que tiveram um cuidado muito interessado em encaminhá-lo, assim como aos restantes filhos, no sentido de adquirirem uma cultura e educação letradas ¹.

Esse cuidado estava bastante associado ao ambiente cultural vivido na corte de el-rei D. Manuel I, então, cada vez mais permeável à recepção e à prática das ideias do movimento humanista, cujos primeiros indícios da sua introdução em Portugal surgiram nos reinados de D. Afonso V e de D. João II, com a chegada de eruditos oriundos da península itálica. Neste âmbito, destacam-se: Mateus Pisano, incumbido por D. Afonso V, de quem foi mestre de Latim, para escrever nesta língua a história da conquista de

¹ Cataldo Parisio SÍCULO, *Epístolas – I Parte*, cit., n.º 171, p. 563, louva essa actuação numa carta enviada ao marquês D. Fernando: «muito bem procedes, ao fazer instruir os teus filhos nestas artes», isto é, das letras e da língua latinas. Mais esclarecedoras são as palavras registadas na *Oração* de Salvador Fernandes *in Latim Renascentista...*, cit., pp. 109 e 113, ditas ao mesmo marquês: «fizeste instruir com o maior cuidado o teu querido primogénito [...] por entenderes que as letras são o fundamento de todas as virtudes» [...] «A tal ponto consideras as letras, que te esforças por instruir a tua prole dos dois sexos numa cotidiana competição. Daí que, quando tua nobilíssima mulher tem um filho, logo cuidadosamente mandas procurar uma ama e um mestre, a primeira para que dê leite ao teu descendente, o segundo para que lhe dê as letras».

Ceuta ²; Frei Justo Baldino, bispo de Ceuta, que recebeu do dito monarca o encargo de transpor para Latim as *Crónicas* dos seus antecessores régios, sobre as quais não ficou qualquer testemunho ³; e Cataldo Sículo, que veio para Portugal, a convite de D. João II, com a missão de exercer funções de secretário latino e orador oficial, mas, sobretudo, ensinar a língua latina ao seu filho bastardo D. Jorge ⁴. Por outro lado, no período entre os meados dos séculos XV e XVI, o aumento da frequência de alunos portugueses em diversas universidades europeias – primeiramente, em Salamanca e na Itália e, depois, em Lovaina e na França – onde o saber das “letras humanas” de matriz greco-latina se tornava cada vez mais basilar para a formatura dos discentes, em diferentes disciplinas do conhecimento, ajudou a regularizar e a intensificar os contactos culturais, motivando o aparecimento de indivíduos melhor preparados e com maiores índices de erudição e de expressão retórica. Dotados de uma formação literária, intelectual ou jurisprudente, bastante influenciada pelo ideário humanista, muitos desses indivíduos (eclesiásticos e laicos) foram envolvidos em várias manifestações de afirmação do poder político, quer nos assuntos internos do Reino, quer na comunicação diplomática externa, mas também no serviço formal e burocrático das instituições e da administração régia, compondo novos regimentos e reformando molduras jurídicas, ou ainda na vida cortesã, educando nobres e príncipes nos exemplos e lições da história humana e nas virtudes da filosofia moral, religiosa e cívica ⁵. É de salientar que alguns destes humanistas, como foram os casos de D. Garcia de Meneses, bispo de Évora e neto do 1.º capitão e governador de Ceuta, do doutor João Teixeira, chanceler-mor de el-rei D. João II, de Luís Teixeira, seu

² Trata-se da obra abreviadamente intitulada *De Bello Septensi*, da qual são conhecidas somente duas publicações: uma, em Latim, incluída na *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza*, cit., tomo I, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790, n.º 1, pp. 7-57; outra, traduzida da anterior, sob a designação *Livro da Guerra de Ceuta*, escrito por mestre Mateus de Pisano em 1460, publicado por ordem da Academia das Ciências de Lisboa e vertido em Português por Roberto Corrêa Pinto, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915. Refere-nos ainda Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde Dom Pedro...*, cit., livro I, cap. 1, que D. Afonso V encarregou Mateus Pisano de traduzir em língua latina os feitos militares do 1.º capitão de Ceuta, com o fim de serem divulgados a toda a Cristandade. Segundo o discurso do cronista, parece que essa tarefa ficou concluída. Porém, se assim foi, os resultados desse labor perderam-se no decurso dos tempos.

³ Assim nos afirma Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., IV Parte, cap. 38, usando as palavras de uma carta datada de Novembro de 1558, que lhe foi dirigida por João Rodrigues de Sá de Meneses, alcaide-mor da cidade do Porto. Relativamente à presença e actividade de Frei Justo Baldino em Portugal, veja-se José MARQUES, «Dois humanistas italianos no Alto Minho, no século XV» in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, vol. 1, Porto, FLUP, 2005, pp. 420-426.

⁴ Sobre o percurso e a obra de Cataldo Sículo, a sua relação com diferentes figuras da corte e a importância da sua actividade na consolidação do Humanismo em Portugal, veja-se a reedição do artigo de Américo da Costa RAMALHO, «Cataldo no reinado de D. Manuel I (1495-1521)» in idem, *Para a História do Humanismo em Portugal*, vol. V, cit., pp. 47-59.

⁵ Vide Nair Nazaré Castro SOARES, «Retórica de corte no primeiro humanismo em Portugal» in *Máthesis*, n.º 20, Viseu, UCP – Departamento de Letras, 2011, pp. 238-239.

filho, ou de Salvador Fernandes, sobretudo, pelo registo das obras e peças oratórias que produziram, acabam por oferecer-nos dados importantes relativos à Casa de Vila Real e à família que a representa, ajudando-nos a entender o seu lugar sociopolítico e a herança militar que o suportava, bem como o seu interesse pela cultura letrada e pela subvenção financeira das pessoas que a ela se dedicassem, situação especialmente ocorrida durante o marquesado de D. Fernando de Meneses ⁶.

Além de ser um representante destacado da grande nobreza donatária do Reino, perfeitamente consciente do seu fundo linhagístico e orgulhoso dos títulos acumulados e dos louvores colhidos pelos feitos militares realizados no Norte de África, o 2.º marquês de Vila Real foi ainda uma figura notoriamente aberta ao saber e ao patrocínio de uma cultura letrada e artística de base humanística, segundo os padrões da época, mormente, provenientes da Itália ⁷. O cultivo das letras fez parte dos interesses de D. Fernando de Meneses e da sua esposa D. Maria Freire de Andrade. Esse cultivo foi um predicado que o casal vila-realense procurou dotar a todos os filhos, especialmente, ao primogénito D. Pedro de Meneses, com o objecto de complementar a sua formação pessoal. O cuidado de dar uma educação humanística ao sucessor da Casa de Vila Real não visava apenas a sua valorização intelectual, mas ainda prepará-lo e capacitá-lo para as várias realidades da sua vida futura, quer na gestão da herança senhorial, quer nos diferentes serviços que prestaria à Coroa (fossem eles de carácter militar ou de aconselhamento sociopolítico e diplomático), quer ainda nos diversos momentos de sociabilidade cortesã.

Como qualquer outro nobre da sua condição e estado, D. Pedro de Meneses teve o privilégio de ser instruído, desde a infância, na aprendizagem do Latim, a qual lhe foi ministrada por um preceptor chamado Simão Vaz ⁸. É de presumir que as lições deste mestre tenham durado até finais de 1498, altura em que Cataldo Sículo ficou incumbido de continuar a instrução do jovem D. Pedro, então, com 11 anos de idade, no sentido de aperfeiçoar os seus conhecimentos sobre a língua latina. Este momento coincidiu com o regresso da viagem que el-rei D. Manuel I fez a Castela e a Aragão, com a finalidade de ser jurado príncipe herdeiro destes reinos. Sabemos que Cataldo integrou o séquito do

⁶ Vejam-se as observações e as citações referentes a essas obras e peças oratórias feitas por Nair Nazaré Castro SOARES, «A Casa de Vila Real e o primeiro humanismo português» in *Do Classicismo ao Maneirismo e ao Barroco e sua Projeção na Atualidade* [eBook], ed. Maria Luísa de Castro Soares, s.l., Edições Vercial, 2012, pp. 15-20 e 35-36.

⁷ Sobre a cultura artística, saliente-se o papel mecenático deste marquês na edificação da Igreja Matriz da vila de Caminha, assunto já abordado, *supra*, no subcapítulo II.4.5.

⁸ O nome deste preceptor é referido por Cataldo Parísio SÍCULO, *Epístolas* – I Parte, *cit.*, n.º 36, p. 141, numa carta enviada à marquesa D. Maria Freire, provavelmente, datada de finais de 1499.

Venturoso nesta jornada, durante a qual teve a oportunidade de ensinar D. Dinis, irmão de D. Jaime, duque de Bragança, mas este magistério foi breve. De facto, com a morte da rainha e princesa D. Isabel, no seguimento do parto do príncipe D. Miguel da Paz, o humanista italiano voltou a Portugal, na companhia do viúvo D. Manuel I, enquanto o jovem D. Dinis ficou em Saragoça, tendo permanecido, dali em diante, na corte dos *Reis Católicos* e em terras de Castela, vindo depois a casar, no ano de 1501, com D. Beatriz de Castro, herdeira dos condes de Lemos. Não obstante esta separação, quando Cataldo esperava autorização régia para deixar Portugal e retomar o ensino de D. Dinis (que lhe escrevia frequentemente a instar o seu regresso a Castela) o mestre siciliano acabou por ser solicitado a manter-se no Reino. Numa carta enviada a D. Dinis, no mínimo, datada do ano de 1513, Cataldo recordava-lhe que, naquela altura, fora impedido de abandonar Portugal por causa de dois parentes (dele, D. Dinis) «muito poderosos», que indiciavam «algumas novas habilidades, ou seja, virtudes» ⁹. Essas novas habilidades eram o gosto e o cultivo das letras humanas e aqueles dois parentes eram D. Pedro de Meneses e o seu pai D. Fernando de Meneses, então, ainda conde de Alcoutim.

De facto, D. Fernando não terá poupado esforços para atrair Cataldo a dedicar-se à educação do seu primogénito. Além de solicitar-lhe que o instrísse durante um ano, manifestou-lhe igualmente a importância de dar ao seu filho uma formação humanista, segundo os padrões da educação moderna, promotores de uma postura reflexiva e de um espírito crítico. De resto, D. Fernando terá ainda induzido o rei D. Manuel I e D. Jorge, antigo aluno de Cataldo, a dirigirem-lhe cartas recomendatórias, no sentido de ensinar e aumentar as aptidões do novo aprendiz. Supõe-se que o concurso conjunto de vontades destes senhores foi suficiente para persuadir Cataldo a aceitar o desafio proposto, mas é de crer que o humanista italiano tenha ficado logo convencido, não apenas pelo nível de conhecimentos que D. Pedro já lograra, mas também pelo notado interesse do jovem em submeter-se ao seu magistério e orientações ¹⁰. Por outro lado, a perspectiva de ficar ao serviço de uma das principais famílias do Reino, manifestamente interessada na cultura letrada e dotada de largos recursos económicos e de um enorme prestígio sociopolítico, com um passado histórico recheado de motivos para louvar, fosse em poema, fosse em

⁹ Vejam-se as cartas de Cataldo Parísio SÍCULO, *Epístolas* – I Parte, *cit.*, n.ºs 65 e 80, pp. 233-237 e 277-279 e ainda *ibidem* – II Parte, *cit.*, n.º 1, p. 21. Relativamente ao percurso de D. Dinis, veja-se igualmente D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, *cit.*, tomo IX – livro VIII, pp. 23-32, *passim*.

¹⁰ Assim o interpretamos, segundo a leitura das cartas de Cataldo Parísio SÍCULO, *Epístolas* – I Parte, *cit.*, n.ºs 15, 16 e 46, pp. 59-63 e 179-181.

prosa, oferecia a Cataldo uma boa oportunidade para assegurar o seu sustento financeiro e continuar a trabalhar nas várias obras que pretendia compor ¹¹.

Admitindo-se o início do magistério de Cataldo ao jovem D. Pedro de Meneses nos finais de 1498, no entanto, o contacto pessoal entre mestre e discípulo, que, naquela altura, se achavam residentes em Santarém e em Lisboa, respectivamente, só aconteceu no ano seguinte, depois de resolvidos alguns problemas que obstaram o preceptor de vir logo ao encontro do seu aluno. Medindo as palavras de Cataldo, esses problemas foram: os rigores de um Inverno chuvoso na região escalabitana, que ocasionaram cheias no rio Tejo; e as artimanhas de um almoxarife régio que, enquanto pôde, o reteve no sítio onde estava e se aproveitou das suas lições sobre vários autores latinos, sem lhe dar qualquer estipêndio. Estes obstáculos não impediram Cataldo de exercer a sua função educadora, pois, mesmo à distância, numa das suas cartas enviadas a D. Pedro, recomendou-lhe que não descurasse as indicações que lhe fixara para os seus estudos ¹². O plano de estudos que Cataldo determinou a D. Pedro de Meneses, cujo grau de aprendizagem do Latim já não exigiria um contacto constante e presencial entre mestre e aluno, terá sido orientado numa vertente mais específica de aquisição de conhecimentos, apreendidos na leitura e na interpretação crítica e reflexiva das obras de vários autores antigos e modernos, que, por conseguinte, estimulariam o jovem discípulo no exercício da escrita da língua latina, em prosa e em verso ¹³.

O tempo de um ano de aprendizagem sob a direcção de Cataldo produziu efeitos imediatos. Em Novembro de 1499, com apenas 12 anos de idade, D. Pedro de Meneses exibiu-se perante o colégio doutoral da Universidade de Lisboa e proferiu uma lição, na qual leu e comentou excertos de diversos autores clássicos. Unanimemente louvada por

¹¹ Uma das primeiras obras feitas para a Casa de Vila Real foi o elogio fúnebre do 1.º marquês D. Pedro de Meneses, que Cataldo dedicou a D. Fernando de Meneses, seu sucessor, já citado, *supra*, no subcapítulo I.2.1, nota 52. Este elogio está incluído nos *Poemata Cataldi*, colectânea impressa nos prelos de Valentim Fernandes, entre 1500 e 1502. Do ano de 1500, data efectivamente a publicação da primeira parte do epistolário cataldino, igualmente editada pelo impressor alemão e certamente financiada pelo 2.º marquês de Vila Real, como sugere a carta do 2.º conde de Alcoutim ao mesmo impressor: *vide* Cataldo Parisio SÍCULO, *Epístolas – I Parte, cit.*, n.º 172, p. 565.

¹² *Ibidem*, n.ºs 20-24, 43 e 44, pp. 79-91 e 169-173.

¹³ *Ibidem*, n.ºs 1, 66, 102 e 156, pp. 19, 239, 335 e 481. Estas cartas que Cataldo endereçou a D. Pedro de Meneses são datáveis da segunda metade de 1499, uma vez que o sucessor da casa vila-realense já é designado com o título de conde de Alcoutim. E nelas, podemos verificar que D. Pedro manuseava as obras de alguns antigos poetas, oradores e filósofos gregos e latinos, como Aristóteles, Cícero, Homero ou Lucrécio. De resto, numa leitura abrangente sobre a primeira parte do epistolário cataldino, achamos menções a outros autores clássicos (Horácio, Ovídio, Propércio, Quintiliano, Séneca, Tibulo ou Virgílio) assim como os mais hodiernos, destacando-se Lorenzo Valla, Leonardo Bruni ou Francesco Filelfo, cujas obras de pedagogia, de poesia, de tradução, de reflexão filosófica e de narrativa historiográfica constariam do conhecimento e estudo do 2.º conde de Alcoutim.

todos os presentes, excepto Cataldo, a lição foi posteriormente repetida na corte, diante de el-rei D. Manuel I e da principal nobreza, tendo recebido novos elogios. É sabido que Cataldo ficou insatisfeito com a primeira prestação do seu pupilo (talvez, devido ao tom ou ao ritmo da locução) tendo-lhe dirigido fortes críticas, às quais D. Pedro reagiu com tristeza e lágrimas, situação que levou a marquesa D. Maria Freire a aborrecer-se com o mestre siciliano, a quem pediu explicações relativamente à dureza com que tratara o seu filho adolescente. A severidade do preceptor orientava-se no desejo de ver o discípulo exhibir-se na perfeição e reflectir a excelência do seu ensino, mas também é de notar que Cataldo, não obstante a atitude repreensiva, sentiu-se orgulhoso pelas duas actuações do conde de Alcoutim, feitas com a erudição e a experiência de um homem adulto. Embora exagerado, este juízo de Cataldo apenas pretende realçar o elevado nível de aptidões do jovem D. Pedro no estudo e no exercício das letras humanas ¹⁴.

Passados cinco anos, em 18 de Outubro de 1504, o conde de Alcoutim teve outra oportunidade para exhibir o seu talento, quando foi escolhido para pronunciar a oração de sapiência alusiva à abertura do novo ano lectivo do Estudo Geral de Lisboa ¹⁵. Perante uma assistência constituída por vários nobres, prelados e letrados, D. Pedro de Meneses ocupou grande parte do seu discurso, como era costume nestes actos solenes, em fazer o louvor das ciências e das artes, cujo estudo e ensino, na sua opinião, eram fundamentais para a formação da vida e do carácter dos indivíduos, se fossem frequentemente lidas, ouvidas e exercitadas. E então, muito mais, desde que a sua aprendizagem e respectivo magistério passaram a realizar-se nas novas escolas que D. Manuel I mandara construir, em 1502, quase a par do mosteiro de São Vicente, situadas bem perto das outras outrora instituídas pelo Infante D. Henrique. Por isto, D. Pedro não hesitou em elogiar o grande interesse e protecção que o monarca prestava à formação superior dos jovens nobres do seu paço, ao subsidiar-lhes gratuitamente o habitual soldo e diária durante o tempo dos estudos. De resto, a renovação das escolas do Estudo Geral foi apenas o primeiro factor destacado pelo conde de Alcoutim, na parte final da sua oração, para enaltecer a acção política e governativa executada pelo *Venturoso* durante os primeiros nove anos do seu reinado. Neste sentido, começou por apontar a el-rei um espírito voltado para as coisas

¹⁴ Sobre este assunto, vejam-se duas cartas de Cataldo Parísio SÍCULO, *Epístolas* – I Parte, *cit.*, n.ºs 36 e 154, pp. 141-142 e 473: a primeira, remetida à marquesa de Vila Real; e a segunda, enviada a D. Diogo de Noronha, tio do conde de Alcoutim.

¹⁵ Intitulada *Oratio habita a petro menesio comite alcotini coram Emanuele Serenissimo rege in scholis vlyxbone*, esta oração encontra-se fac-similada na obra de Cataldo Parísio SÍCULO, *Epístolas* – II Parte, *cit.*, fls. D₁ – E₃. Relativamente à sua tradução, consultámos a versão efectuada por Miguel Pinto de Meneses: *vide* D. Pedro de MENESES, *Oração Proferida...*, *cit.*, pp. 75-121.

de Deus, designadamente, quando ‘deixou sair’ do Reino as minorias religiosas, tendo-o assim feito em dano próprio, pois, ficou obrigado a satisfazer, à custa da sua Fazenda, as receitas anuais que judeus e mouros pagavam aos nobres. Ainda no âmbito religioso, D. Manuel I ordenou a ornamentação de várias igrejas e a edificação de outras novas, entre as quais, aquela que estava a ser erigida na parte ocidental dos arredores de Lisboa, com o nome de Belém, cuja obra prometia exceder em grandeza, fausto e esplendor, todos os demais templos até então conhecidos, vistos ou falados. O fervor construtivo deste rei estendeu-se também ao resto do Reino, dando ordens para calcetar os bairros e as praças de cidades e vilas muradas, refazer casas, limpar esgotos e restaurar e/ou fundar novos hospitais. Além das obras pias e civis, D. Pedro de Meneses não se esqueceu de registar igualmente o carácter benigno e clemente do monarca relativamente aos povos, quer na melhoria de muitas coisas para regimento da justiça, quer na correcção e diminuição de tributos, quer ainda na protecção e assistência dos mais desvalidos.

Depois, falando directamente para D. Manuel I, o conde de Alcoutim tratou de louvar-lhe a sua maior obra: a união do Oriente ao Ocidente. Percorrendo as suas ideias, a ligação destes dois mundos foi realizada por el-rei, que, com sagacíssimo engenho, ao empregar largos recursos materiais e humanos, acrescentou e trouxe a si, à sua Coroa e ao Reino, através da conquista, da navegação e do trato comercial, uma porção de novos domínios territoriais e económicos, sobretudo, na Ásia, principal fonte das mercadorias de grande preço que afluíam à cidade de Lisboa, lugar de onde eram depois distribuídas pelo resto da Europa. Paralelamente, o *Venturoso* também canalizava recursos similares para consolidar as possessões do Norte de África, com a finalidade de tudo conservar e ampliar. De facto, D. Manuel I parecia ter sido escolhido por Deus para reger, governar e manter três partes distintas do mundo, nas quais os seus vassallos adquiriam proveitos, propagavam as virtudes do monarca e, quando necessário, empreendiam a guerra contra os inimigos dos amigos do seu rei, da fé católica e de Jesus Cristo ¹⁶. Os méritos do rei de Portugal, concedidos pela graça divina, colocavam-no num patamar superior, quando comparados aos dos restantes príncipes cristãos e bem assim dos reis e imperadores do mundo antigo, pelo que se tornava difícil cognominá-lo com um título adequado às suas

¹⁶ No caso da guerra, o 2.º conde de Alcoutim referiu-se implicitamente aos sucessos militares da expedição liderada por Afonso de Albuquerque, em 1503-04, na costa do Malabar, em ajuda ao rei de Cochim (*vide* Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, *cit.*, I Parte, caps. 77-80) assim como recordou alguns episódios de socorro naval que os portugueses realizaram na região oriental do mar Mediterrâneo, contra os turcos, aludindo especialmente aquele que sucedera em 1501, em auxílio da ilha grega de Corfu, senhoreada pela República de Veneza (*ibidem*, I Parte, caps. 47 e 51-52).

acções e virtudes. Na opinião do conde de Alcoutim, nem invictíssimo, nem felicíssimo ou cristianíssimo, mas sim o nome que lhe fora dado pela natureza e por Deus, ou seja, Manuel, o qual encerrava em si mesmo, tacitamente, todos os títulos que lhe pudessem atribuir ¹⁷. No fim do seu elogio, D. Pedro de Meneses concluía que o monarca merecia ser considerado pelos portugueses e pelos estrangeiros como um pai e um segundo Deus na terra. O nome Manuel, que significava “Deus connosco”, seria o título mais indicado para denominar o afortunado rei de Portugal. No pensamento do 2.º conde de Alcoutim, (de resto, alinhado com o ideal messiânico que muitos indivíduos, à época, projectavam no monarca) D. Manuel I seria o primeiro representante e defensor da Cristandade em qualquer parte do orbe. O engenho político e a riqueza económica que, na abertura do século quinhentista, tocaram a el-rei e ao Reino prometiam um novo tempo de paz, de justiça e de abundância, cujo processo seria liderado e desenvolvido pelo Rei de Portugal e pelos Portugueses ¹⁸.

A reacção pública a este discurso laudatório de D. Pedro de Meneses às ciências, às artes e ao rei D. Manuel I colheu um louvor geral de todos quantos tiveram a ocasião de assistir. A excepção voltou a ser Cataldo, que não gostou da inconstância oratória do discípulo, quer na entoação, quer no ritmo da dicção ¹⁹. Porém, na sua *Visão Terceira* – poema que Cataldo dedicou a D. Manuel I ²⁰ – a censura do mestre siciliano dá lugar a rasgados e exagerados elogios ao jovem conde de Alcoutim, cujos dotes físicos, morais e intelectuais são poeticamente glorificados, com a intenção de retratá-lo numa imagem de homem nobre, excelente e perfeito, nos exercícios do corpo e do espírito, reflectindo assim os resultados do modelo humanista de formação integral do indivíduo, segundo os padrões da educação moderna.

Seguindo esta fábula poética de Cataldo, foi com a eloquência grave e distinta de um cidadão romano que D. Pedro de Meneses pronunciou a sua oração de sapiência no Estudo Geral de Lisboa. E fê-lo de forma tão suave e erudita, que não somente deleitou

¹⁷ Para uma leitura completa deste panegírico dirigido ao rei D. Manuel I, veja-se D. Pedro de MENESES, *Oração Proferida...*, cit., pp. 109-121.

¹⁸ Sobre o messianismo projectado na figura de D. Manuel I, vide Luís Filipe F. R. THOMAZ, «L'idée impériale manuélina» in *La Découverte, le Portugal et l'Europe: actes du colloque*, dir. Jean Aubin, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 35-103.

¹⁹ Assim é revelado por Cataldo Parísio SÍCULO, *Epístolas* – II Parte, cit., n.º 18, p. 63, numa carta dirigida à marquesa D. Maria Freire.

²⁰ BP Évora, *Incunábulo*, n.º 220, fls. 15 v.º-20 v.º (2.ª numeração): *Cataldi visionum tertius ad Emanuele triumphantis regem*. Traduzida por Jaime Pereira do NASCIMENTO, *O Terceiro Livro das Visões de Cataldo Sículo*, dissertação para licenciatura em Filologia Clássica, apresentada à FLUC, Coimbra, exemplar dactilografado, 1969, pp. 175-219.

toda a assistência como muito regozijou e emocionou o seu homónimo e falecido avô, cujo espírito descera dos céus e se escondera entre as cortinas do palco para escutar a palestra. Na noite daquele dia, o espectro do 1.º marquês de Vila Real ainda visitou o paço familiar e revelou-se ao neto, assim como abençoou o filho D. Fernando, sem que este se apercebesse claramente da sua presença, louvando-o por ter gerado tão digno e erudito descendente ²¹.

Além da excelência oratória, o 2.º conde de Alcoutim possuía outros predicados, mais palacianos: sabia dançar e tinha habilidade musical, conseguindo juntar a sua voz ao som dos instrumentos que tocava. Quando o rei propunha jogos de canas (que eram treinos para o teatro das guerras norte-africanas) nenhum outro cavaleiro era mais forte e audaz que o jovem conde. E nas corridas de touros, revelava-se o mais destemido dos lidadores, abatendo qualquer animal taurino com uma só lançada. A sua destreza física granjeava a estima e a admiração dos amigos, assim como o suspiro e a adoração das cortesãs. Nem as mulheres mais cantadas nos poemas da Antiguidade seriam capazes de resistir-lhe. Um homem assim, que superava os outros, em honra e em valor, só poderia ser um herói ²². De resto, esse já era o seu destino, ainda antes de nascer. Nesse tempo, querendo moldar um varão que não fosse apenas sábio, mas também forte nas armas, o deus romano Júpiter ordenou à musa Calíope que descesse ao mundo terreno, adoptasse uma fisionomia humana e se dirigisse à cidade de Ceuta, onde se apresentaria ao capitão Fernando de Meneses, que a governava e defendia. Depois, ficaria ao serviço da esposa deste capitão, então, grávida de um menino, ajudá-la-ia no parto e seria a ama-de-leite do recém-nascido, durante um ano, nutrindo-o com a sabedoria das ciências e das artes, que lhe ficariam inculcadas no espírito ²³.

Nesta sua fantasia poética, Cataldo assinala a mediação oculta de forças divinas e mitológicas do mundo antigo para explicar a razão dos dotes intelectuais de D. Pedro de Meneses. Quanto aos dotes físicos, expressos pela educação cortesã e pela instrução na milícia, a inspiração do 2.º conde de Alcoutim foi D. Manuel I, modelo de todas as perfeições. Aliás, o poema é dedicado ao monarca, a quem Cataldo afirma que, embora tivesse o desejo de elogiar e celebrar alguns dos seus vassallos, isto é, a família e a Casa de Vila Real, fazia-o com o propósito de dar-lhes a glória que mereciam, argumentando

²¹ Jaime Pereira do NASCIMENTO, *O Terceiro Livro...*, cit., pp. 179-191.

²² *Ibidem*, pp. 193-203.

²³ *Ibidem*, pp. 205-217. Cataldo inspirou-se nas *Metamorfoses*, de Ovídio, onde os deuses usam os seus poderes para transformar os homens, exibindo assim a sua superioridade sobre os mortais.

que a glória deles também era a sua glória. Depois de fazer o elogio, o mestre siciliano retomou, em síntese, o conteúdo do panegírico que o conde de Alcoutim dirigira ao rei, na sua oração de sapiência ²⁴.

A composição desta ‘terceira visão’ de Cataldo deverá ser, no mínimo, datável do ano de 1507, ou pouco mais, uma vez que, por motivos de lógica sequencial, a *Visão Segunda* – poema que o humanista italiano dedicou à *rainha* D. Leonor ²⁵ – parece ter sido concluída no Outono de 1506 ²⁶. Nesta ‘segunda visão’, Cataldo também elogiou o sucessor da Casa de Vila Real, na seguinte forma: «Porque chamo eu o passado de novo à ribalta? Porque vemos, nesta nossa era, que nada brilha, no largo universo, mais digno do que este homem. Trata-se do Conde de Alcoutim, Pedro, de seu nome: excede, no corpo, os vivos e, no coração, os antepassados. E é ainda superior pelo discernimento, a piedade, a fé, a força, os costumes, a arte, a sabedoria e o talento apolíneo. Poderoso em riquezas e servos, excelente herdeiro de seu pai, querido por todos, a sua ascendência é régia.» ²⁷.

Estas palavras de Cataldo sobre D. Pedro de Meneses não podem ser apreciadas (pelo menos, em absoluto) numa perspectiva de adulação fútil, com o intento de agradar ao discípulo ou à sua família. Afinal, o jovem que ele tivera o privilégio e o encargo de aperfeiçoar e polir com o seu ensino saiu-lhe um prodígio no domínio e compreensão do Latim, falado e escrito ²⁸. E nisto, o 2.º conde de Alcoutim era secundado pela sua irmã D. Leonor de Noronha, que foi igualmente instruída por Cataldo e de quem o humanista italiano dizia, em cartas dirigidas ao mesmo conde, que ela haveria de ser outra Sibila. Noutra carta, enviada a el-rei D. Manuel I, Cataldo menciona que esta filha do marquês

²⁴ Jaime Pereira do NASCIMENTO, *O Terceiro Livro...*, cit., pp. 175-179.

²⁵ BP Évora, *Incunábulo*, n.º 220, fls. 7 v.º-15 v.º (2.ª numeração): *Ad lianoram sapientissimam sanctissimam reginam Cataldi visionum secundus*. Traduzida por Helena Maria Ribeiro Almeida Costa TOIPA, *Cataldo e as Duas Princesas*, [dissertação de mestrado em Literatura Novilatina em Portugal, apresentada à FLUC] Coimbra, exemplar policopiado, 1991, pp. 73-94.

²⁶ Helena Maria Ribeiro Almeida Costa TOIPA, *Cataldo...*, cit., pp. 53-54 e 136, nota 97.

²⁷ *Ibidem*, p. 92. Estas palavras são ‘ditas’ pelo falecido príncipe D. Afonso, filho de D. João II, que, neste poema, onde assume o papel de personagem central, desceu do céu à terra para consolar a sua mãe D. Leonor, tentando remediar-lhe o sofrimento de perda, através de um discurso explicativo sobre as fragilidades e as instabilidades da vida humana no mundo, que só seriam vencidas, com a recompensa da vida eterna, se o homem vivesse de forma virtuosa e cristã, consciente dos seus limites e livre de paixões e invejas.

²⁸ Não obstante o exagero dos encómios, esta realidade reconhece-se nas palavras da *Oração* de Salvador Fernandes in *Latim Renascentista...*, cit., pp. 109 e 115, proferidas ao marquês D. Fernando e ao conde D. Pedro, aquando da sua chegada a Vila Real, no ano de 1509, assim, respectivamente: «o Conde, teu muito amado primogénito, possui o principado e o ceptro venerando da eloquência latina» [...]; «pelo testemunho fidedigno e unânime de todos os que sabem latim, [...] tu és o príncipe da latina eloquência e mereces ser chamado a sua luz brilhante e a sua imarcescível flor».

D. Fernando destacava-se no engenho, na memória e na elegância do discurso, tal era a facilidade com que percebia e aprendia as coisas. E noutra missiva, remetida à marquesa D. Maria Freire, Cataldo confidencia que expressou dúvidas na resposta que teve de dar ao monarca, quando este lhe perguntou sobre qual dos filhos do marquês – D. Pedro ou D. Leonor – revelava maior talento ²⁹. Pouco se sabe sobre o ensino de Cataldo prestado a D. Leonor de Noronha. Apesar de ser um ano mais nova que D. Pedro de Meneses, só parece ter começado a receber lições depois dos sucessos de exibição oratória do conde de Alcoutim, seu irmão. É sabido que Cataldo não errou nos seus prognósticos sobre D. Leonor, visto que ela tornou-se numa ilustre autora e tradutora. Além da composição de alguns tratados espirituais, escritos em língua portuguesa, também traduziu do Latim as chamadas *Enéades*, de Marco António Sabélico (1436-1506), obra de história universal dividida em onze partes, das quais as duas primeiras foram levadas ao prelo enquanto as restantes permaneceram manuscritas ³⁰.

Tal como D. Pedro e D. Leonor, os seus irmãos D. João de Noronha e D. Nuno Álvares Pereira de Noronha, ambos nascidos na última década do século XV, também receberam ensinamentos de língua latina. Ainda que se ignore qual tenha sido o patamar concreto dos saberes que adquiriram, é certo que tiveram a ocasião de conhecer e privar com Cataldo, pelo menos, através da correspondência que ele lhes remeteu, embora esta seja muito residual, mas onde sobressai um factor comum: a importância da obtenção de níveis superiores de educação letrada. Relativamente a D. Nuno Álvares, o mais novo destes dois secundogénitos do 2.º marquês de Vila Real, Cataldo dirigiu-lhe uma carta, na qual manifestava preocupação por os pais dele ainda não terem decidido subordiná-lo ao seu magistério, pois, considerando o facto de ele já ter completado 14 anos de idade, também era chegada a altura apropriada para ser instruído noutros graus de erudição ³¹. Quanto a D. João de Noronha, é de salientar uma carta que recebeu de Cataldo, na qual este procurou aconselhá-lo a não menosprezar a língua latina, cuja aprendizagem seria essencial para a sua formação cívica e individual, sobretudo, para alguém como ele, que pretendia ser um valente combatente de mouros, acrescentando-lhe ainda que o estudo e

²⁹ Cataldo Parísio SÍCULO, *Epístolas* – II Parte, *cit.*, n.ºs 19, 21, 30 e 56, pp. 67, 73, 101 e 171.

³⁰ Sobre a pessoa e as obras de D. Leonor de Noronha, veja-se o essencial em Jorge CARDOSO, *Agiologio Lysitano dos sanctos e varoens illvstres em virtvde do Reino de Portvgal e svas conqvistas*, tomo I, Lisboa, Officina Craesbeekiana (imp.), 1652, pp. 454-455 e 459-460, assim como o prefácio de Américo da Costa Ramalho feito na obra de Carolina Michaëlis de VASCONCELOS, *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas Damas*, 2.ª ed. fac-similada, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994, pp. IX-XI.

³¹ Cataldo Parísio SÍCULO, *Epístolas* – II Parte, *cit.*, n.º 43, p. 141.

o conhecimento daquela língua ser-lhe-iam úteis perante el-rei e outros grandes homens, com quem conviria falar não apenas de armas, mas também de letras ³².

Conversar sobre letras, assim como debater e reflectir sobre as obras literárias de autores antigos e coetâneos, sem esquecer outras de carácter mais específico, referentes à doutrina cristã e às demais artes e ciências, que também acabavam por fazer parte do percurso educativo e da formação intelectual de qualquer jovem da realeza ou da grande nobreza do século XVI, em Portugal, já não seria um dilema para D. Pedro de Meneses. Tanto mais, sendo ele o herdeiro de uma das principais casas senhoriais do Reino. No protocolo das cartas que Cataldo lhe enviava, sobretudo, depois dos seus êxitos públicos de eloquência, o 2.º conde de Alcoutim era usualmente tratado no epíteto de ‘príncipe dos condes’. Nas palavras do humanista, foi através de virtudes e méritos pessoais que D. Pedro alcançou o mais alto cume da eloquência latina. E o seu futuro prometia ainda maiores feitos, pois, sendo ele, no presente, o ornamento da Europa inteira, nas Letras, em breve, passando a África, seria ornamento nas armas ³³.

1.2. Ceuta, 1512-1517: governo e práticas guerreiras

Não obstante a sua condição de primogénito que haveria de destiná-lo a suceder na casa senhorial paterna, D. Pedro de Meneses também estava fadado a servir o ofício de capitão e governador da cidade de Ceuta, seguindo assim a mesma esteira percorrida pelos seus ascendentes linhagísticos. É sabido que o 2.º conde de Alcoutim permaneceu em Ceuta durante cinco anos ³⁴. Ou, mais precisamente, cinco anos e três meses, como o próprio declara numa carta de provimento dada a Diogo Barbosa, escudeiro fidalgo da sua casa, pela qual o designou para o desempenho de certos ofícios na vila de Viana da foz do Lima, em sucessão ao seu pai Fernão Barbosa, cavaleiro fidalgo da mesma casa, que servira com ele na cidade ceutense durante o período mencionado ³⁵. Este tempo de serviço de 63 meses indica-nos que D. Pedro de Meneses governou a capitania de Ceuta

³² Cataldo Parísio SÍCULO, *Epístolas* – II Parte, *cit.*, n.º 57, p. 173.

³³ *Ibidem*, n.ºs 21 e 23, pp. 73 e 83.

³⁴ Cf. Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, *cit.*, III Parte, cap. 40 e D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, *cit.*, tomo II – livro III, pp. 291-292.

³⁵ AN/TT, *Colecção São Lourenço*, livro 1, fls. 454-455, por carta de 14-06-1525. Publicada na *Colecção de São Lourenço*, vol. I, com prefácio e anotações de Elaine Sanceau, Lisboa, CEHU, 1973, n.º 1, pp. 1-3 e, já antes, por António BAIÃO, «Como o 3.º marquês de Vila Real recompensa os serviços em Ceuta dum fidalgo de sua casa, que com ele serviu» in *Mélanges d'Études Luso-Marocaines Dédiés à la Mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival*, Lisboa, Livraria Portugália, 1945, pp. 28-30, com erro na datação. Existem outros traslados desta carta na BNP, *Manuscritos Avulsos*, cx. 248, n.º 32/1 (também, com erro na datação) e no AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 126, n.º 1, fls. [9 v.º-11].

entre Setembro de 1512 e Dezembro de 1517. A exactidão deste intervalo é determinada pela informação oferecida numa carta, datada de 20 de Julho de 1514, que o seu pai D. Fernando de Meneses endereçou a el-rei D. Manuel I, dizendo-lhe: “*tenho meu filho na guerra há dois anos e daqui a dois meses os fará, que lá [em Ceuta] está fazendo-vos muito serviço e muita guerra*”³⁶. Também sabemos a data em que o conde de Alcoutim prestou juramento e homenagem ao seu pai, a fim de servir, em nome dele, o ofício de capitão ceutense: 26 de Julho de 1512³⁷.

Nascido em Ceuta, no ano de 1487, quando o governo da capitania era exercido pelo seu pai, D. Pedro de Meneses regressou à sua cidade berço, tendo então 25 anos de idade. O regresso poderia ter ocorrido mais cedo, se o marquês D. Fernando de Meneses tivesse atendido à solicitação de D. Manuel I, expressa numa carta de 7 de Novembro de 1508, na qual o monarca lhe pediu que destituísse Pedro Barba do governo da capitania de Ceuta, substituindo-o pelo seu filho ou por algum dos seus irmãos (dele, marquês). Na opinião de el-rei, o 2.º conde de Alcoutim estava pronto para assumir o governo da capitania, pois, além de já ter a idade apropriada e por ser pessoa de quem se esperariam serviços idênticos aos dos predecessores familiares, a sua presença em Ceuta também inspiraria maior confiança aos residentes da cidade e acabar com o desagrado de muitos deles relativamente ao comando de Pedro Barba³⁸.

Por motivos que se ignoram, o conde de Alcoutim não viajou para Ceuta e Pedro Barba manteve-se à frente da capitania, até final do Verão de 1512. Com aquele pedido, que enviara da cidade de Tavira, o *Venturoso* procurava cuidar da defesa e segurança de Ceuta, peça importante das possessões portuguesas no algarve marroquino. A sua carta foi escrita na sequência do assalto que as hostes do rei de Fez fizeram sobre Arzila, na segunda quinzena de Outubro de 1508. Logo que foi informado do facto, que se julgava ter resultado na tomada efectiva da praça, el-rei D. Manuel I dirigiu-se imediatamente de Évora até Tavira, a fim de juntar gentes e armas para passar a África e proceder à sua reconquista. A operação acabou por tornar-se desnecessária, visto que a praça de Arzila recebeu um socorro naval prestado por algumas das cidades da Andaluzia e pela armada castelhana capitaneada pelo conde Pedro Navarro, que ajudaram os portugueses sitiados

³⁶ AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*, Gaveta 20, maço 5, n.º 35, [fl. 2].

³⁷ BA, Códice 46-IX-13, pp. 65-71, por escritura feita na vila e marquesado de Vila Real.

³⁸ BA, Códice 46-IX-13, pp. 86-90, onde se averbou um traslado da carta manuelina. Segundo o relato de D. Jerónimo de MASCARENHAS, *História de la Ciudad de Ceuta*, cit., cap. 67, a carta original conservava-se no Cartório da casa senhorial vila-realense.

a suster o assédio muçulmano, obrigando o rei de Fez a levantar o cerco ³⁹. Este auxílio acabou por ser precioso, mas não amoleceu as queixas do rei português relativamente à tomada fortuita do Pinhão de Vélez de la Gomera, feita por Pedro Navarro, em Julho de 1508. A ocupação deste ilhote rochoso, situado na costa mediterrânica marroquina, não obstante ter contribuído para o desmantelamento de uma base de corso muçulmano, que realizava acções de depredação no espaço marítimo diante de Granada e da Andaluzia, capturando bens e cativando cristãos, foi uma notícia mal recebida pelo *Venturoso*, visto que aquele pinhão caía na jurisdição do Reino de Fez, cujos direitos de conquista eram reclamados por Portugal ⁴⁰. O diferendo foi resolvido com o tratado de Sintra, datado de 18 de Setembro de 1509, através do qual as coroas de Portugal e de Castela reajustaram os limites das respectivas áreas de conquista norte-africana ⁴¹.

Nesta altura, o governo do Reino de Castela estava nas mãos de Fernando II, rei de Aragão, sogro de D. Manuel I, que, desde meados de 1507, tinha a regência da Coroa Castelhana, em nome da rainha D. Joana, a quem parecia faltar estabilidade emocional e racional para tomar decisões políticas ⁴². Assim como o seu genro, Fernando II também sentia inclinações cruzadísticas sobre o Norte de África, as quais só pôde materializar com maior evidência, após a morte da sua mulher Isabel, *a Católica*. Até então e depois de conquistado o Reino de Granada, em 1492, a Monarquia Hispânica só conseguira um sucesso militar, além-mar, em África, no ano de 1497, com a tomada de Melilla. Esta realidade não representava um desinteresse dos *Reis Católicos* relativamente ao Norte

³⁹ Vejam-se Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., II Parte, caps. 28-29 e Bernardo RODRIGUES, *Anais de Arzila: crónica inédita do século XVI*, tomo I (1508-1525), publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, sob a direcção de David Lopes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, livro I, caps. 3-5.

⁴⁰ Vide Jerónimo ZURITA, *Historia del Rey Don Hernando el Catolico...*, cit., in *Anales de la Corona de Aragón*, tomo VI, Zaragoza (Colegio de San Vicente Ferrer), Juan de Lanaja y Quartanet (imp.), 1610, libro VIII, cap. 23, fls. 168-169 v.º.

⁴¹ Publicado n' *As Gavetas da Torre do Tombo*, cit., vol. VIII, pp. 675-685. Este tratado ajustou que a Coroa Portuguesa renunciasse aos direitos de conquista do Pinhão de Vélez e dos demais territórios que se estendiam a Leste deste lugar, pela linha costeira norte-africana, incluindo Melilla e Cazaza, que já se encontravam na posse de Castela. Por sua vez, a Coroa Castelhana reconhecia a soberania de Portugal sobre todo o território que ia desde o termo de seis léguas do lugar de Vélez até aos cabos Não e Bojador, na costa atlântica, salvo a fortaleza de Santa Cruz de la Mar Pequeña, pertencente aos castelhanos.

⁴² Com a morte de Isabel, *a Católica*, em Novembro de 1504, o Reino de Castela atravessou um momento de turbulência política. A sucessão castelhana sobreveio em D. Joana, filha dos *Reis Católicos*, casada com Filipe, filho do imperador Maximiliano I, então, residentes na Flandres. O casal só começou a reinar em Julho de 1506, após uma breve regência de Fernando de Aragão. Porém, a morte repentina de Filipe I, em Setembro de 1506, voltou a colocar o Reino de Castela à mercê do rei aragonês, que, depois de algumas campanhas militares em Itália, regressou ao reino em Julho de 1507 e decidiu tomar o poder à sua filha Joana, devido às instabilidades psíquicas por que passava. Para uma maior suficiência dos factos referentes à sucessão castelhana, veja-se a síntese de João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I (1469-1521)...*, cit., pp. 181-188.

de África, uma vez que o casal régio reconhecia a necessidade de ocupar vários lugares na costa mediterrânica berbere e, com isso, garantir o controlo da navegação no mar de Alborán, a fim de evitar ataques militares ou depredatórios dos muçulmanos e proteger o seu domínio sobre Granada, cujo território costeiro e interior urgia consolidar através do repovoamento e da reconstrução de fortalezas. Por ser assunto que muito importava para manter a tranquilidade política dos reinos hispânicos, D. Íñigo López de Mendoza, 2.º conde de Tendilla e capitão geral de Granada, apresentou um plano de conquista dos principais lugares situados entre Melilla e Argel. Apesar da exigência de largos recursos financeiros, materiais e humanos, o plano parece ter interessado os *Reis Católicos*, mas não foi então concretizado, devido à tensão militar verificada noutros lugares ligados à órbita política da Coroa Aragonesa. Assim era no condado do Rossilhão, território que, desde há muito, disputava com a Coroa Francesa, mas também no Reino de Nápoles, face aos ataques dos navios turcos no Mediterrâneo.

Embora imprescindível, a conquista norte-africana não era uma prioridade para a Monarquia Hispânica, devido a dificuldades de ordem financeira, logística e estratégica, às quais se juntaram os problemas da sucessão castelhana, após a morte da rainha Isabel, nos finais de 1504. Coincidência, ou não, foi só no tempo da sua regência em Castela, brevemente revezada pelo curtíssimo reinado do seu genro Filipe I, que Fernando II de Aragão prestou maior atenção às campanhas militares no Norte de África. Em 1505-06, tomaram-se os lugares de Mers-el-Quibir e de Cazaza. Depois, seguiram-se o Pinhão de Vélez (1508) e a cidade de Orão (1509). Finalmente, no ano de 1510, conquistaram-se Bugia e Trípoli e submeteram-se Argel, Tunes, Mostaganém e Tremecém.

Esta série de sucessos, embora satisfizesse os desejos cruzadísticos de Fernando II, também parece ter sido estimulada e realizada para sustentar e confirmar a sua acção governativa, enquanto rei de Aragão e regente de Castela, numa dupla perspectiva, em cada um dos reinos: uma económica e outra política, respectivamente. Com a finalidade de guerrear e ocupar lugares importantes na costa norte-africana, Fernando II desejaria, por um lado, restabelecer o monopólio aragonês no espaço mediterrânico e, por outro, entreter alguma nobreza castelhana, que, submetida às suas ordens, num negócio muito meritório, também tomaria o seu partido para reprimir qualquer revolta dos partidários da rainha D. Joana ⁴³.

⁴³ Sobre estes assuntos, vide José SZMOLKA CLARES, *El Conde de Tendilla, primer capitán general de Granada*, Granada, Universidad de Granada, 2011, pp. 291-305 e ss.

A necessidade de eliminar as acções de pirataria, dirigidas a partir de sítios bem específicos da costa berbere e das quais resultava grande dano, com a captura de bens e de gentes, foi a principal causa da Monarquia Hispânica para realizar as suas conquistas norte-africanas, a fim de dar maior protecção aos territórios de Granada e da Andaluzia. Neste contexto, a tomada do Pinhão de Vélez, embora decorrente de um acto fortuito e apesar do desagrado de D. Manuel I, resolvido com a assinatura do tratado de Sintra, foi compreensível e necessária. Esta presúria não reduziu o impacto do corso muçulmano. Antes, até o reforçou, sobretudo, no lugar de Tetuão, em cujos arredores, no vale do rio Martil, havia outro ninho de piratas, que fazia os seus roubos na costa de Granada e na costa atlântica marroquina, afectando interesses castelhanos e portugueses. A extinção desta base corsária era algo que muito importava efectuar, pelo que, nos finais de 1510, Fernando, *o Católico*, procurou sensibilizar D. Manuel I para a necessidade de erradicar o dano proveniente de Tetuão, a fim de remediar os males sofridos pelas populações de Granada, pedindo-lhe, então, que mandasse guerrear aquele lugar ou, se quisesse doutro modo, que lhe desse licença para ser ele a ordenar tal guerra ⁴⁴.

O regente de Castela tinha o propósito de constituir uma armada para percorrer as águas do Estreito, no decurso do Verão de 1511, com o objectivo de continuar a sua cruzada e atacar todos os pontos da costa norte-africana que pudessem abrigar o corso muçulmano dirigido contra Granada, incluindo Tetuão, garantindo ainda ao *Venturoso* que nada faria neste lugar, em prejuízo dos seus interesses ⁴⁵. Embora não lho sugerisse directamente, Fernando II de Aragão pretendia chegar a um acordo com D. Manuel I, a fim de unirem forças para realizar um projecto militar conjunto contra Tetuão ⁴⁶. O rei de Portugal parece ter autorizado ao seu sogro, pelo menos, a veleidade de ordenar uma acção destinada a destruir as embarcações corsárias que se recolhiam no rio de Tetuão. Em Outubro de 1511, uma força naval granadina já estava preparada para executar este feito, mas a notícia de um ataque do rei de Fez à cidade de Tânger – que, inicialmente, se supôs ser sobre Ceuta – obrigou-a a alterar os seus objectivos e levou-a a socorrer a

⁴⁴ Pedido expresso numa carta de 23-10-1510. Publicada n' *As Gavetas da Torre do Tombo*, cit., vol. VII, pp. 576-577 e nos *Documentos referentes...*, cit., vol. III, n.º 562, pp. 188-189.

⁴⁵ Assim se deduz nas instruções, datadas de 24-12-1510, que Fernando II de Aragão entregou a Alonso de la Puente, a quem encarregou de transmitir ao rei de Portugal as suas ideias relativamente às novas campanhas que pretendia executar no Norte de África. Publicadas nos *Documentos referentes...*, cit., vol. III, n.º 563, pp. 189-192.

⁴⁶ Sobre este assunto, com reflexo no texto e notas que temos vindo a mencionar, veja-se José SZMOLKA CLARES, «Un caso de cooperación luso-castellana en tiempos de los Reyes Católicos: la frustrada conquista de Tetuán (1510-1513)» in *Primeiras Jornadas de História Moderna: actas*, vol. I, Lisboa, CHUL, 1986, pp. 180-183.

praça tingitana ⁴⁷. Desta vez, a ofensiva contra Tetuão foi adiada, mas as ocasiões para efectuá-la não faltariam no futuro, especialmente, no período do governo de D. Pedro de Meneses na capitania de Ceuta.

Pela leitura das fontes disponíveis, alusivas ao tempo do seu governo em Ceuta, cremos que uma das principais missões do 2.º conde de Alcoutim foi conquistar Tetuão. Se muito fez por este objectivo, no entanto, a sua tomada efectiva nunca foi conseguida, situação que se deveu, essencialmente, às dificuldades logísticas de organização de uma força militar capaz de efectuar o feito e, quando tal foi possível, ao seu enorme egoísmo. Embora o desempenho de D. Pedro de Meneses à frente da capitania de Ceuta já tenha sido descrito e sistematizado noutros lugares ⁴⁸, importa-nos, todavia, fazer o relato e o reenquadramento dos principais sucessos e fracassos do seu governo.

Aparentemente, no pensamento de D. Pedro de Meneses, a conquista de Tetuão deveria ser executada mediante uma acção militar contundente e de certa envergadura. Tendo poucos efectivos para realizar o feito, procurou aumentar o seu número, contando com a colaboração dos castelhanos da Andaluzia. Por isso, em finais de 1512, remeteu uma carta ao capitão da fortaleza de Marbella, subordinado do capitão geral de Granada, pedindo alguma gente para o auxiliar no ardil que planeava, o qual passaria por assaltar a praça tetuana e arrasar o abrigo das fustas corsárias, instalado no vale do rio Martil ⁴⁹. O pedido foi recebido com entusiasmo pelo conde de Tendilla, mas na resposta que este endereçou ao conde de Alcoutim, no começo de Fevereiro de 1513 – depois de debates preliminares sobre o ardil – embora lhe participasse que se comprometeria em ajudá-lo, também lhe dizia que tudo dependia da anuência do regente de Castela, já informado do assunto, expressando-lhe ainda alguma preocupação sobre a pouca gente que haveria de ir embarcada nos navios de guerra que seriam escalonados para o efeito ⁵⁰.

⁴⁷ D. Jerónimo de MASCARENHAS, *História de la Ciudad de Ceuta*, cit., cap. 67.

⁴⁸ Jean AUBIN, *Le Latin...*, vol. III, cit., pp. 217-220; e José SZMOLKA CLARES, «Ceuta en el registro de correspondencia del conde de Tendilla: unos datos sobre el gobernador Pedro de Meneses, segundo conde de Alcoutim» in *Transfretana*, n.º 6, Ceuta, IEC, 1994, pp. 141-147.

⁴⁹ Vide BNE, *Manuscritos*, n.º 10230, fl. 193 v.º (carta do conde de Tendilla ao capitão Juan Hurtado, datada de 20-12-1512). Publicada na *Correspondencia del Conde de Tendilla: biografía, estudio y transcripción*, por Emilio Meneses Garcia, vol. II (1510-1513), in *Archivo Documental Español*, tomo XXXI, Madrid, RAH, 1974, p. 110 e ainda por José SZMOLKA CLARES, «Un caso de cooperación...», cit., pp. 191-192 e idem, «Ceuta en el registro...», cit., pp. 150-151.

⁵⁰ Vide BNE, *Manuscritos*, n.º 10230, fl. 196 v.º (carta do conde de Tendilla ao rei Fernando, o Católico, datada de 06-01-1513) e fl. 208 (carta do conde de Tendilla ao conde de Alcoutim, datada de 01-02-1513). Ambas publicadas na *Correspondencia del Conde de Tendilla...*, vol. II, cit., pp. 120 e 162-163. Última referência igualmente publicada por José SZMOLKA CLARES, nos artigos citados na nota anterior, pp. 192-193 e p. 151, respectivamente.

A preocupação de D. Íñigo López estaria relacionada com algumas imperfeições do plano gizado por D. Pedro de Meneses, que desejaria realizar um ataque que juntasse granadinos e ceutenses nos assaltos à praça de Tetuão e ao refúgio fluvial das fustas dos corsários. Por seu turno, o conde de Tendilla queria que cada força militar se ocupasse isoladamente dos dois objectivos: os portugueses, no assalto à praça e arrabaldes dela; e os andaluzes, no assalto ao refúgio. Além disso, pensava ainda que os navios de guerra não deveriam meter-se rio acima, até ao refúgio das fustas, devido à pouca profundidade das suas águas. Pelo contrário, deveriam ficar posicionados na sua desembocadura para evitar a saída das embarcações corsárias que fugissem ao ataque. Entretanto, enquanto se esperava pela aprovação final de Fernando, *o Católico*, para dar seguimento ao ardil, sucedeu o facto de todo o plano ter sido descoberto pelos mouros, depois de estes terem conseguido capturar um homem da guarnição ceutense na serra de Bulhões ⁵¹, situação que lhes permitiu organizar atempadamente a sua defesa. Porém, mais que a descoberta do plano, parece que o atraso na arregimentação dos efectivos militares e a demora da aprovação do regente de Castela para seguir adiante com o ardil terão sido os principais motivos que impediram, no imediato, a execução do plano de conquista de Tetuão. De facto, a permissão d'*O Católico* foi apenas dada em Setembro de 1513 ⁵², passados oito meses sobre as primeiras informações dos intentos do conde de Alcoutim, que lhe foram prestadas pelo capitão geral de Granada. Em Outubro, o conde de Tendilla dirigiu-se até Málaga, a fim de se inteirar dos preparativos, mas quando tudo parecia estar pronto para desencadear a operação militar, no final do mesmo mês foram recebidas cartas do rei de Portugal e do conde de Alcoutim, solicitando a suspensão de toda a actividade ⁵³.

Desconhecem-se as razões que levaram à interrupção súbita desta operação, mas é possível que el-rei D. Manuel I, apesar das condições expressadas no tratado de Sintra, não pretendesse oferecer mais protagonismos aos seus vizinhos peninsulares no Reino

⁵¹ Vide BNE, *Manuscritos*, n.º 10230, fls. 257 v.º e 268 v.º-269 (cartas do conde de Tendilla ao capitão geral das galeras Berenguer Doms, datadas de 25-05-1513 e de 10-06-1513) e fl. 260 v.º (carta do conde de Tendilla ao rei Fernando, *o Católico*, datada de 27-05-1513). Publicadas na *Correspondencia del Conde de Tendilla...*, vol. II, *cit.*, pp. 328-329, 341-342 e 374-376.

⁵² Vide BNE, *Manuscritos*, n.º 10230, fl. 318 v.º (carta do conde de Tendilla ao capitão geral das galeras Berenguer Doms, datada de 17-09-1513) e fl. 323 (carta do conde de Tendilla ao rei Fernando, *o Católico*, datada de 28-09-1513). Publicadas na *Correspondencia del Conde de Tendilla...*, vol. II, *cit.*, pp. 563 e 579-580.

⁵³ Vide AHN – Sección Nobleza, *Osuna*, legajo 3406, n.º 2, fls. 2 v.º-3 v.º (cartas do conde de Tendilla ao licenciado Francisco de Vargas, ao secretário Lope Conchillos e ao rei Fernando, *o Católico*, datadas de 31-10-1513). Publicadas por María Amparo MORENO TRUJILLO, Juan María de la OBRA SIERRA e María José OSORIO PÉREZ, *Escribir y Gobernar: el último registro de correspondencia del Conde de Tendilla (1513-1515)*, Granada, Universidad de Granada, 2007, edición y transcripción, n.ºs 13-15, pp. 17-20.

de Fez, cujos direitos de conquista pertenciam a Portugal, evitando assim uma repetição do episódio da ocupação (e ulterior cedência portuguesa) do Pinhão de Vélez. É de crer que, nesta altura, se a tomada de Tetuão tivesse sido bem-sucedida, o rei português não disporia de meios suficientes para estabelecer ali uma nova guarnição, ao mesmo tempo que decorria a constituição de outra na cidade de Azamor, conquistada em Setembro de 1513, sob o comando de D. Jaime, duque de Bragança. Encontrando-se numa situação limitada de recursos para corporizar esse estabelecimento, D. Manuel I não se atreveu a conceder esse privilégio à Coroa de Castela, que, na prática, significaria uma alienação da posse e controlo de Tetuão, pelo que, de momento, a conquista do lugar ficava, mais uma vez, adiada. Neste contexto, outra opção não restou a D. Pedro de Meneses, senão guerrear Tetuão com os meios que tivesse à sua disposição.

Embora a conquista de Tetuão continuasse a ser um objectivo relevante, o conde de Alcoutim não se limitou a prestar-lhe exclusividade. Naturalmente, enquanto capitão de Ceuta, também tinha os encargos de garantir a defesa desta cidade e de promover as típicas cavalgadas em terras de mouros, correndo e entrando pelas suas aldeias, levando-os a abandonar casas e campos e a buscar abrigo nas vilas cercadas para segurança das suas pessoas e bens. Além de serem úteis para o exercício real da guerra, estes assaltos repentinos eram sempre uma boa ocasião para os intervenientes lucrarem com o produto dos roubos e obterem distinção social. De resto, já era assim, desde 1415. Muitos terão sido os indivíduos, cujos feitos de armas levaram o conde de Alcoutim a investi-los na honra da cavalaria, especialmente, àqueles que faziam parte da clientela do marquês de Vila Real, seu pai, recebendo depois a confirmação de el-rei através da respectiva carta de cavaleiro, pela qual ficariam a desfrutar de todos os privilégios e liberdades inerentes a tal condição ⁵⁴.

Pouco se sabe sobre os feitos realizados por D. Pedro de Meneses no decurso do seu governo ceutense, se não aqueles que o próprio relatou em duas cartas, que enviou a D. Manuel I, cujo teor surge resumido no texto do seu principal cronista ⁵⁵. Na primeira carta, datada de 27 de Julho de 1514, o conde de Alcoutim descreve as incidências da

⁵⁴ Veja-se AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 11, fls. 2 v.º-3, 31-31 v.º, 51 e 56 v.º, por cartas dadas entre 22 de Janeiro e 14 de Setembro de 1514, onde constam os seguintes agraciados: Fernão de Castro, escudeiro criado do marquês; João Vilão, escudeiro do marquês; Pêro Madeira, escudeiro do marquês; Fernão de Paiva; e Francisco de Barros, escudeiro do marquês.

⁵⁵ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., III Parte, cap. 52. Seguido e confirmado nas crónicas posteriores de D. Jerónimo de MASCARENHAS, *História de la Ciudad de Ceuta*, cit., cap. 68 e de Alejandro CORREA DE FRANCA, *Historia de la mui noble y fidelissima ciudad de Ceuta*, cit., libro II, cap. 15.

cavalgada que fizera, no dia 22 do dito mês, sobre os campos do lugar de Tetuão, tendo tomado duas atalaias e posto fogo à terra, situação que obrigou muitos mouros a saírem dela e buscarem refúgio a caminho de Fez, indicando-lhe ainda que os danos teriam sido maiores se tivesse mais efectivos sob o seu comando. O capitão de Ceuta assinalou-lhe também que os mouros de Xexuão, face aos rumores de uma hipotética passagem de el-rei ao Norte de África, com grande força militar, estariam dispostos a ser seus vassalos. O conde de Alcoutim não escondeu que gostaria de ver tais rumores concretizados, pois, na sua opinião, se D. Manuel I ordenasse tal acção, ficaria senhor do Reino de Fez. No resto da carta, D. Pedro de Meneses deteve-se a explicar o caso do apresamento de uma embarcação de mercadores catalães que foram negociar a Tetuão, sem ter licença sua ou seguro adequado para o efeito, segundo a prática comum, informando-o ainda que, face às más desculpas e alguma desonestidade do negociante responsável, a sua intenção era castigá-lo com a retenção de toda a mercadoria, em armazém, pelo menos, durante seis meses, esperando apenas do monarca a corroboração desta medida e posterior ordem de devolução, quando assim o mandasse ⁵⁶. Sabemos que D. Manuel I concordou com esta acção do conde de Alcoutim, tendo-lhe depois ordenado que restituísse as mercadorias ou o seu respectivo valor, em dinheiro, aos mercadores da embarcação apreendida, a fim de satisfazer um pedido que, nesse sentido, fora endereçado ao monarca português por parte do rei Fernando, *o Católico* ⁵⁷.

Na sua segunda carta, não datada, mas que se supõe ser de Outubro de 1514 e da qual apenas se conhecem alguns traslados ⁵⁸, o conde de Alcoutim participou a el-rei, à laia de relatório, as incidências de um assalto, ocorrido no dia 1 daquele mês, que dois irmãos do rei de Fez efectuaram, por terra e por mar, à cidade de Ceuta. Não obstante a enorme diferença numérica registada entre atacantes e sitiados, o resultado do confronto saldou-se numa estrondosa vitória das forças comandadas por D. Pedro de Meneses. O fracasso muçulmano teve retaliação imediata, repercutida numa corrida sobre Arzila, da qual os mouros levaram mais de setecentas cabeças de gado.

⁵⁶ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 15, n.º 98. Referência editada nos *Documentos do Corpo Cronológico Relativos a Marrocos (1488-1514)*, publicados por ordem da Academia das Ciências de Lisboa e coordenados, revistos e prefaciados por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 95-98.

⁵⁷ Assim consta da minuta dessa ordem régia: AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 17, n.º 73, datada de 08-02-1515.

⁵⁸ Vejam-se BNP, Códice 1054, fl. 67, BP Évora, Códice CIII/2-20, fls. 48-48 v.º e BPM Porto, *Manuscritos*, n.º 851, fl. 69 v.º. Última referência publicada por José da Silva TERRA, «Breve comentário sobre um capítulo da “Crónica de D. Manuel” de Damião de Góis e uma carta do conde de Alcoutim» *in* *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XVII, Paris, FCG, 1982, pp. 408-409.

Ao longo do biénio 1515-16, quase nada se sabe sobre os desempenhos militares de D. Pedro de Meneses na capitania de Ceuta, senão uma entrada realizada na serra das Adargas ⁵⁹. Além desta entrada, conhece-se ainda o registo não datado de mais algumas cavalgadas feitas nos campos de Tetuão, de Targa e junto a Melilla ⁶⁰. Supõe-se que a tomada de Tetuão, que poderia ser a coroa de glória do conde de Alcoutim, não estaria nos planos de D. Manuel I, pois, os êxitos da conquista de Azamor (1513), da instalação em Mazagão (1514) e do assalto à cidade de Marraquexe (Abril de 1515) efectuado por Nuno Fernandes de Ataíde e por D. Pedro de Sousa, capitães das praças de Safim e de Azamor, tinham motivado el-rei a canalizar mais recursos para prosseguir as campanhas de ocupação portuguesa na costa atlântica marroquina. Porém, o fracasso da construção da fortaleza de São João de Mamora (Agosto de 1515) e a morte de Nuno Fernandes de Ataíde (Maio de 1516) cuja personalidade e competência militar conseguia concentrar a lealdade dos “mouros de pazes” da região da Duqela à Coroa Portuguesa, complicaram os desígnios do *Venturoso*. A memória futura, sempre analisada *a posteriori*, ditaria que estas adversidades marcariam o início do declínio da presença portuguesa em Marrocos, até porque, não sendo ainda perceptível, à época, já estava em marcha o movimento dos xarifes saádidas, que, depois de conquistarem Marraquexe, em 1524, se dedicariam nas décadas seguintes a lutar contra a ocupação portuguesa no Norte de África e a contestar a debilidade do poder da dinastia oatácida, reinante em Fez ⁶¹.

Por outro lado, a conquista de Tetuão também não parecia merecer a atenção da Coroa Castelhana, apesar dos esforços contrários do conde de Tendilla, constantemente preocupado com os ataques de piratas na costa de Granada. Em Maio de 1514, D. Íñigo López de Mendoza fizera chegar ao Conselho de Regência do rei *Católico*, um conjunto de propostas para resolver o assunto. Em linhas gerais, o capitão geral granadino sugeria a constituição de uma frota, fortemente armada e especificamente destinada a realizar a defesa e a vigilância da costa, contemplando ainda o seu emprego para ir contra Vélez e Tetuão e destruir todas as fustas corsárias que se encontrassem nestes lugares. Quanto a Tetuão, D. Íñigo indicava que o projecto da sua conquista ou destruição, além de obter o consentimento prévio do rei de Portugal, necessitaria de ser planeado com o capitão de

⁵⁹ AHN – Sección Nobleza, *Osuna*, legajo 3406, n.º 2, fl. 362 v.º (carta do conde de Tendilla ao conde de Alcoutim, datada de 29-06-[1515]). Publicada por María Amparo MORENO TRUJILLO *et alli*, *Escribir y Gobernar...*, *cit.*, edición y transcripción, n.º 1273, p. 790.

⁶⁰ BNP, Códice 1054, fls. 67-67 v.º.

⁶¹ Conferir as sínteses de João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I (1469-1521)...*, *cit.*, pp. 166-169 e de Bernard LUGAN, *Histoire du Maroc: des origines à nos jours*, Paris, Critérion, 1992, pp. 139-142.

Ceuta, a quem se daria certo número de efectivos militares hispânicos para o auxiliarem na operação militar. Mais, alvitrava que se a escolha passasse pela conquista e sequente manutenção de uma guarnição em Tetuão, entregue aos portugueses, então, seria útil a construção de uma fortaleza na desembocadura do rio Martil. Este projecto, assim como um outro, relativo à constituição de uma rede de torres e fortalezas no próprio território de Granada, foram bem acolhidos pelos conselheiros do regente de Castela, mas este só obteve informação dos projectos em Outubro de 1514 e, nesta altura, quando contactou o conde de Tendilla sobre o assunto, apenas se deteve em pedir-lhe aclarações acerca do plano defensivo para o Reino de Granada, sem perguntar coisa alguma relativamente às acções ofensivas contra o Norte de África ⁶².

Apesar da ameaça persistente do corso muçulmano, as duas coroas peninsulares parecem ter adoptado uma configuração militar de maior contenção e de menor ímpeto atacante, a partir das suas possessões situadas na face mediterrânica do Norte de África, realidade que muito se deveu às estratégias políticas do momento, delineadas pelo rei de Portugal e pelo regente de Castela. Enquanto Fernando II de Aragão focou atenções no complexo jogo político da “Itália”, integrando-se na Liga Santa (1511) a fim de actuar em defesa dos territórios dos Estados Pontifícios ⁶³, por sua vez, D. Manuel I procurou privilegiar as conquistas portuguesas na costa atlântica marroquina. Neste contexto, é de realçar que o empenho da Monarquia Hispânica nos negócios da “Itália”, ocasionando a mudança de muitos efectivos militares para este espaço, implicou um desguarnecimento defensivo das suas praças norte-africanas e um afrouxamento da segurança marítima no Mediterrâneo ocidental, situação que permitiu uma progressiva abordagem dos corsários muçulmanos que costumavam surgir nas regiões central e oriental do mar interior, sob a protecção do poder do Império Otomano. Entre esses corsários, destacaram-se os irmãos *Barba Roxa*, *Uruç Reis* e *Hızır Reis* (este último, viria a tomar o nome Hayreddin), que, a partir de 1516, instituíram a sua base de operações em Argel, donde dirigiam diversos

⁶² Veja-se José SZMOLKA CLARES, «Un caso de cooperación...», *cit.*, pp. 186-187 e 194-195 e idem, *El Conde de Tendilla...*, *cit.*, pp. 335-340.

⁶³ Alguns dos estados da Santa Sé tinham sido ocupados pelos exércitos de Luís XII de França. A participação de Fernando, o *Católico*, na Liga Santa, teve o objectivo de travar os esforços de expansão territorial do rei francês no ducado de Milão e, eventualmente, em Nápoles, cujo reino estava na órbita política da Coroa Aragonesa. O conflito hispano-francês só acabaria em 1516, com a subscrição do tratado de Noyon, feita pelos sucessores Francisco I, rei de França e Carlos I, rei de Castela e Aragão. Sobre este tema, vejam-se Leandro MARTÍNEZ PEÑAS e Manuela FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *La Guerra y el Nacimiento del Estado Moderno: consecuencias jurídicas e institucionales de los conflictos bélicos en el reinado de los Reyes Católicos*, Valladolid, Asociación Veritas para el Estudio de la Historia, el Derecho y las Instituciones, 2014, pp. 233-237 e bem assim Bartolomé BENNASSAR e Jean JACQUART, «Siglo XVI» in *Historia Moderna*, Madrid, Ediciones Akal, 1991, pp. 271-273.

ataques bem-sucedidos contra as navegações cristãs e a costa ocidental mediterrânica ⁶⁴. De facto, no decurso do Verão de 1515, segundo os informes veiculados pelos feitores de D. Manuel I, residentes nas cidades de Málaga e de Sevilha, dizia-se que *Barba Roxa* (decerto, tratava-se de Uruç) andava fortemente armado nas águas do Estreito, liderando 500 a 600 escopeteiros de uma frota composta de seis galés e três galeões, a qual quase logrou tomar Bugia ⁶⁵, mas esta praça acabou por ser defendida, com muito custo, pelas tropas do rei *Católico* ⁶⁶. O ímpeto dos *Barba Roxa* pareceu ficar comprometido com a morte de Uruç, em 1518 ⁶⁷, mas o irmão Hayreddin teve o discernimento de colocar-se sob a protecção do sultão Selim I (depois, confirmada pelo sucessor Solimão I) obtendo assim as condições para continuar, nas décadas seguintes, as suas operações de corso e de destruição no Mediterrâneo ocidental, vendo-se apenas confrontado com a oposição das armadas do imperador Carlos V ⁶⁸.

O perigo naval dos turcos no Mediterrâneo, assim como o aumento territorial do Império Otomano, com as conquistas da Síria e do Egipto, no final de 1516 e no início de 1517 ⁶⁹, causaram inquietude a D. Manuel I, que, receoso do crescimento das coisas deste grande adversário político ⁷⁰, facilmente percebeu que os interesses da sua Coroa em Marrocos e no Oriente ainda poderiam vir a ser mais ameaçados. Julgamos que este novo contexto levou o monarca a tomar maiores cautelas relativamente às suas praças marroquinas, sobretudo, as que se situavam na boca do estreito gibraltino, com o fim de prevenir uma eventual ofensiva turca.

Assim, aproveitando parte da armada comandada por Diogo Lopes de Sequeira, que ficara a patrulhar a zona do Estreito, depois de ter socorrido a praça de Arzila, em meados de 1516, na sequência de um longo cerco do rei de Fez ⁷¹, o *Venturoso* decidiu, em Junho de 1517, ordenar a formação de uma nova armada, composta de 60 caravelas, dando a capitania-mor dela ao dito Diogo Lopes, a quem mandou recolher certo número

⁶⁴ Vide Stanford SHAW, *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey*, vol. I, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, p. 96.

⁶⁵ Vide AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 18, n.º 57, [fls. 1 v.º-2] e n.º 95, [fl. 1 v.º], por cartas de 08-07-1515 e de 16-09-1515, respectivamente.

⁶⁶ Vide Jerónimo ZURITA, *Historia del Rey Don Hernando el Catholico...*, cit., in *Anales de la Corona de Aragón*, tomo VI, libro X, cap. 97, fls. 399-400.

⁶⁷ *Encyclopædia (The) Britannica: a dictionary of arts, sciences and general literature*, vol. III, revised edition, Chicago, R. S. Peale Company, 1892, p. 362.

⁶⁸ Vide Stanford SHAW, *History of the Ottoman Empire...*, vol. I, cit., pp. 96-99 e 102-103.

⁶⁹ *Ibidem*, vol. I, pp. 83-85.

⁷⁰ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., IV Parte, cap. 20.

⁷¹ Cf. *Ibidem*, IV Parte, cap. 5 e Bernardo RODRIGUES, *Anais de Arzila...*, cit., tomo I, livro II, caps. 28-29.

de efectivos em Tânger, em Arzila e em Ceuta e, depois, concertar-se com D. Pedro de Meneses, a fim de tentarem a conquista do lugar de Targa, situado a 10 léguas da cidade ceutense ⁷². Entretanto, D. Manuel I escreveu ao conde de Alcoutim, mandando-lhe que reunisse 150 lanças e desse auxílio ao capitão-mor Diogo Lopes de Sequeira no negócio de que ia encarregado, segundo as instruções dadas no seu regimento ⁷³. Mas, a tomada de Targa era apenas um dos três objectivos projectados pelo monarca. De acordo com o regimento confiado a Diogo Lopes de Sequeira, esses três objectivos eram os seguintes: capturar e/ou destruir as embarcações que se achassem no rio de Tetuão, atacando ainda este lugar e arredores, fazendo todo o roubo e ruína possíveis; assaltar o lugar de Targa, derribar a sua fortaleza, rapinar uma aldeia vizinha e tomar e/ou queimar mais barcos de mouros que ali fossem encontrados; e percorrer toda a zona costeira até Melilla, durante dois meses, no máximo, dando busca e perseguição a todas as velas inimigas, assim de guerra como outras, que pudessem ser descobertas em mar aberto ou em abrigos ⁷⁴. Os cronistas dizem-nos que a execução prática deste negócio foi debalde, atribuindo o seu fracasso às diferenças existentes entre o capitão-mor da “armada do estreito” e o capitão de Ceuta, sobretudo, por este último não ter gostado de ficar na situação de subordinado e de querer só para si a honra militar do feito ⁷⁵. De facto, é essa a noção que se recolhe na carta que Diogo Lopes de Sequeira remeteu a el-rei, dando-lhe conta dos insucessos de toda a operação. Se o assalto de Tetuão nem sequer foi tentado, por os mouros terem conhecimento do ardil e reforçado a sua defesa, o falhanço do ataque a Targa deveu-se à grande resistência dos inimigos e à desordem da investida portuguesa, mal incitada pelo conde de Alcoutim, que, só com os seus, quis colher toda a glória ⁷⁶.

Mais uma vez, malograva-se um projecto de conquista de Tetuão. Em Abril de 1520, D. Manuel I encarregou D. Pedro de Mascarenhas de sondar a desembocadura do rio de Tetuão, averiguando a possibilidade de edificar ali uma fortaleza e, assim, evitar

⁷² Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., IV Parte, cap. 22 e Bernardo RODRIGUES, *Anais de Arzila...*, cit., tomo I, livro II, cap. 39.

⁷³ Numa minuta régia, sem data: AN/TT, *Colecção de Cartas: Núcleo Antigo 881*, n.º 142.

⁷⁴ São conhecidos dois rascunhos desse regimento, ambos publicados n’*As Gavetas da Torre do Tombo*, cit., vol. V, pp. 520-528 (com teor inacabado e sem registo de data) e vol. IV, pp. 56-63 (com teor completo e a data de 4 de Junho). Saliente-se que o segundo rascunho, cujo original consultámos, serviu de borrador para compor o regimento que foi dado ao conde de Alcoutim, visto que muita da informação transmitida a Diogo Lopes de Sequeira, foi riscada e emendada, conforme ao novo destinatário, pela mão do escrivão da puridade D. António de Noronha, que, no fl. 6, além de assinar a revisão feita, acrescentou à data o ano de 1517 e escreveu «Regimento de diogo lopez que ha d hijr ao conde d alcoutym»: AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*: Gaveta 15, maço 1, n.º 44.

⁷⁵ Conferir as fontes mencionadas, *supra*, nota 72.

⁷⁶ Datada de 04-08-1517. Publicada n’*As Gavetas da Torre do Tombo*, cit., vol. IV, pp. 488-491.

os danos que os mouros daquelas partes faziam com as fustas e outros navios em toda a costa do Estreito de Gibraltar e fora dele ⁷⁷. Este era igualmente o desejo do imperador Carlos V, que, na mesma altura, endereçou uma carta a D. Manuel I, solicitando-lhe que mandasse construir a dita fortaleza ou, então, que lhe desse autorização para ordenar tal obra ⁷⁸. Parece que a edificação da fortaleza seria executável, mas, nem os portugueses, nem os castelhanos, fizeram algo nesse sentido, pelo que, Tetuão continuou a actividade corsária, base da sua suficiência económica. Em 1529, numa carta enviada a D. João III, em resposta à primeira consulta que o monarca fez sobre a manutenção ou o abandono das praças marroquinas, D. Jaime, 4.º duque de Bragança, partidário da segunda opção, recordou que D. Manuel I teria agido melhor se tivesse permitido a tomada de Tetuão ao rei Fernando de Aragão, quando este lhe requereu, em vez de defender os seus direitos de conquista ⁷⁹, pois, conforme a opinião de muitos, à época, o regente de Castela tivera os meios para a efectuar ⁸⁰.

É curioso que a destruição do lugar de Tetuão foi apenas alcançada na sequência dos começos do abandono português em Marrocos. Mais precisamente, em Setembro de 1545, numa operação militar comandada por D. Afonso de Noronha, capitão de Ceuta e irmão do 3.º marquês de Vila Real, então, já finado, com o auxílio de Álvaro Carvalho, capitão de Alcácer Ceguer. Na carta que remeteu a D. João III, com o relato do sucesso, D. Afonso de Noronha revelava, em poucas palavras, o principal problema de Tetuão e por que a eliminação do corso que dali provinha era uma necessidade ⁸¹.

No fim de tudo, talvez tivesse sido mais prudente entregar o negócio de Tetuão a Fernando II de Aragão, aproveitando o lastro das sucessivas conquistas que castelhanos e aragoneses foram alcançando no Norte de África e numa altura em que o rei *Católico*

⁷⁷ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo...*, cit., IV Parte, cap. 48.

⁷⁸ Datada de 05-05-1520. Publicada n' *As Gavetas da Torre do Tombo*, cit., vol. IX, p. 79. Este pedido do imperador ajustava-se com o 12.º artigo da renovação das capitulações feitas em 1518 entre os reis de Portugal e de Castela: veja-se *Tratados Internacionales de España: período de la preponderancia española*, dir. Antonio Truyol y Serra, vol. I, *Carlos V: Tratados con Portugal*, por P. Mariño, con la colaboración de M. Morán, Madrid, CSIC, 1978, n.º 4, p. 43.

⁷⁹ Carta do 4.º duque de Bragança, datada de 12-02-1529. Publicada n' *As Gavetas da Torre do Tombo*, cit., vol. IX, pp. 537-538 e, antes, nas *Sources (Les) Inédites de l'Histoire du Maroc*, cit., tome II – Seconde Partie, n.º 112, p. 448.

⁸⁰ Bernardo RODRIGUES, *Anais de Arzila...*, cit., tomo I, livro I, cap. 27.

⁸¹ Publicada nas *Sources (Les) Inédites de l'Histoire du Maroc*, cit., tome IV, n.º 50, pp. 170-177, com a data de 07-10-1545, onde o capitão de Ceuta diz a el-rei: «Pareço tempo de se poder fazer ho que eu avia muito tempo que ouvira a meu pai [D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real] e ao Marquez [D. Pedro de Meneses], meu irmão, e a D. Nuno Alvarez [Pereira de Noronha] que V. A. e assi el Rey seu pai (que santa gloria aja) desejava de mandar fazer, que era queimar os navios do rrio, e pera isso mandara el Rei vosso pai ajuntar os capitães todos sem se poder fazer». Veja-se ainda Francisco de ANDRADA, *Crónica de D. João III*, cit., IV Parte, cap. 101.

ainda não tinha começado a ocupar-se mais seriamente nas chamadas “empresas e ligas de Itália”. Segundo a leitura do duque de Bragança, D. Manuel I tinha revelado falta de pragmatismo, quando não acedeu aos pedidos da tomada de Tetuão, feitos pelo regente de Castela. Certamente, mais movido pelo sentido da sua razão política e ideológica, o *Venturoso* nunca quis dar esse apanágio ao seu sogro, não apenas por não querer ficar numa qualquer posição de subalternidade pessoal relativamente a ele, mas também, em apreço dos seus ideais cruzadísticos e messiânicos, pelo desejo de ser o principal (se não, o único) autor moral da conquista de Marrocos, que tanto acreditava estar prestes a concretizar-se. Curiosamente, entre os maiores apoiantes desta razão de el-rei, como era o caso do 2.º marquês de Vila Real, a cuja casa muito interessava o sucesso das guerras do Norte de África, sobretudo, em Ceuta, fonte do seu prestígio militar e sorvedouro de parte das suas rendas, também havia dúvidas quanto ao modo como o monarca realizava a gestão da sua política marroquina. Em Julho de 1514, altura em que o *Venturoso* já tinha virado a agulha das suas conquistas para a face atlântica de Marrocos, D. Fernando de Meneses mostrara-se muito descontente com o pouco apoio que el-rei dava ao conde de Alcoutim:

“razão é que gaste meus dinheiros em alguma coisa, porque os estou cá poupando [...] e tenho meu filho na guerra, há dois anos, [...] que lá está fazendo-vos muito serviço e muita guerra, andaluzes de capacetes e babeiras, com muito risco de sua pessoa, que, mais devíeis, senhor, estimar, pelo que deveis à minha (além da sua) [...] e nom vos mandei ainda, até agora, muitas vezes importunar, por que houvésseis por bem de o mandar vir aos dois meses, como se agora costuma [...] porque me faz mais força o desejo de vosso serviço e quero-lhe tamanho bem, como os outros pais a seus filhos, e o tenho lá em Ceuta, assim em vosso serviço [...] com duzentos criados meus, com muita [c]usta minha, sem lhe nunca Vossa Alteza mandar um só homem de cavalo desde que lá é sequer, por exemplo dos outros que vos assim não servem e por o igualardes com outros [...] a que dais milhares deles e que não têm guerra com andaluzes” ⁸².

De facto, a escassez de efectivos militares fora um motivo alegado por D. Pedro de Meneses, quando fizera uma cavalgada bem-sucedida sobre Tetuão, no mesmo Julho de 1514 ⁸³. Todavia, seria de todo injusto dizer-se que D. Manuel I não concedeu apoio aos desempenhos de guerra do conde de Alcoutim. É certo que o fez tardiamente, mas fê-lo. Mais precisamente, em Junho de 1517, quando lhe juntou o reforço prestado pela

⁸² AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*, Gaveta 20, maço 5, n.º 35, [fl. 2].

⁸³ Conferir, *supra*, o parágrafo redigido em torno das notas 55-57.

“armada do estreito”, comandada por Diogo Lopes de Sequeira, que, como vimos, não foi devidamente aproveitado pelo capitão de Ceuta. Nessa ocasião, o seu apetite egoísta para alimentar a glória particular sobrepôs-se à escrupulosa execução das instruções que lhe foram confiadas no seu regimento e noutro similar que fora dado ao capitão-mor da dita armada, com quem não quis actuar em harmonia e em paridade nos lucros da honra e do proveito. Na ânsia de ser o protagonista do serviço pedido por D. Manuel I, em vez de ser, entre outros, um destacado cooperante para o sucesso desse serviço, prejudicou a execução do plano gizado. Numa avaliação geral, com os poucos meios que teve ao seu dispor, D. Pedro de Meneses parece ter realizado um comando militar positivo durante o tempo que lhe coube o governo pessoal da capitania de Ceuta. Encerrou as suas funções, em Dezembro de 1517, regressando então a Portugal.

2. Herança e sucessão

2.1. Casamento e descendências

Depois de servir em Ceuta, pouco ou nada se sabe sobre os trajectos de D. Pedro de Meneses no Reino, a partir de Janeiro de 1518. Como se indicou noutro lugar, parece que marcou presença entre aqueles que, em Junho de 1518, ouviram as explicações de D. Manuel I relativamente ao seu terceiro casamento ⁸⁴. Excluindo esta verosimilhança, a primeira certeza informativa sobre o 2.º conde de Alcoutim surge apenas em Setembro de 1521, quando formalizou o seu contrato matrimonial com D. Beatriz de Lara.

Em articulado anterior, indicámos que o marquês D. Fernando de Meneses teve um evidente interesse em casar o seu filho D. Pedro de Meneses com a sua sobrinha D. Beatriz de Lara. Esse interesse era multifacetado, tanto pelos laços de sangue familiar e pelo prestígio social do matrimónio, como também – talvez, a peça mais importante – pela riqueza do dote que a noiva desejada levaria ao altar para ser entregue ao conde de Alcoutim, herdeiro da Casa de Vila Real ⁸⁵.

A escritura do contrato de casamento, dote e arras do casal D. Pedro de Meneses e D. Beatriz de Lara foi lavrada em [25] de Setembro de 1521, nos paços do marquês D.

⁸⁴ Conferir, *supra*, os últimos dois parágrafos do subcapítulo II.4.5.

⁸⁵ Conferir, *supra*, o subcapítulo II.4.3.

Fernando de Meneses, pelo secretário régio António Carneiro, com o encargo de notário público geral de el-rei, estando aí presentes, além doutras testemunhas, o dito marquês, a marquesa D. Maria Freire, o noivo e ainda D. António de Noronha, em representação da noiva, na qualidade de seu procurador e curador ⁸⁶. O contrato diz-nos que D. Beatriz dava em dote tudo aquilo que tinha nas cartas, doações, títulos e privilégios concedidos por D. Manuel I e outros bens móveis e de raiz, que, não sendo expressamente referidos na escritura, eram do conhecimento do marquês, da marquesa e do conde de Alcoutim. Por seu turno, D. Pedro de Meneses daria para as arras de D. Beatriz, em satisfação da qualidade, honra e nobreza de sua pessoa, uma verba de 7 contos e 200 000 reais, a qual equivalia a quase um terço do dote. O pagamento das arras seria garantido pelas rendas, foros, direitos e pertenças da lezíria da Valada, enquanto o dote não carecia de qualquer segurança, valendo por si mesmo, por ser composto pelas coisas que D. Beatriz de Lara trazia na diplomática outorgada pelo *Venturoso*.

Sequentemente, D. Manuel I começou a executar aquilo que determinara quanto à penalização e redução do dote que D. Beatriz levaria para o seu casamento. Ainda em Setembro de 1521, em concertação com o casal recém-matrimoniado, o rei comprou à nova condessa de Alcoutim, pelo preço de 600 000 reais, o conjunto das receitas anuais que ela recebia: a tença que satisfazia o pagamento do dote e arras da sua mãe D. Joana de Noronha (400 000 reais), herdada da mesma; e as rendas da vila de Serpa (238 500 reais) e a tença de 15 000 florins de ouro (225 000 reais), ambas herdadas da sua bisavó, a Infanta D. Beatriz. A relação entre o preço de compra e a receita total de 863 500 reais significou uma subtracção de pouco mais de 30%. Assim ajustado, o monarca concedeu a D. Beatriz de Lara uma carta de padrão de 600 000 reais, de juro e herdade, cuja renda seria anualmente vencida, desde 1522, em diante, com assentamento no almoxarifado de Lagos ⁸⁷. Pouco depois, em 21 de Novembro de 1521, D. Manuel I comprou à condessa de Alcoutim, pelo preço de 200 000 reais, a vila de Colares, com seu termo, jurisdições, rendas, direitos, etc., que ela tinha, de juro e herdade ⁸⁸. Em satisfação desta compra, o

⁸⁶ Escritura inserta numa confirmação régia de 23-06-1530: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 39, fls. 41-42 v.º. Transcrita no Apêndice F, n.º 14. Infere-se a data da escritura para o dia 25, uma vez que no registo da *Chancelaria* averbrou-se erradamente o dia 15. E só pode ser posterior a este dia, pois, a procuração de D. Beatriz e o alvará régio que a autorizou, trasladados na dita escritura, apresentam as datas de 17 e de 18 de Setembro, respectivamente.

⁸⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 14, fls. 82 v.º-83, por uma carta de 28-09-1521, inserta numa confirmação régia de 21-11-1522, por sua vez, inserta noutra carta de padrão de 300 000 reais, datada de 16-03-1528, concedida à mesma D. Beatriz de Lara.

⁸⁸ AN/TT, *Feitos da Coroa: Núcleo Antigo 246*, fls. 2 v.º-4 v.º.

monarca concedeu-lhe outra carta de padrão, na mesma feição de juro e herdade, com o dito valor de 200 000 reais, o qual seria anualmente auferido, desde 1522, em diante, no almoxarifado de Setúbal, através da renda das sisas da vila de Almada ⁸⁹.

No fundo, D. Manuel I limitou-se a recuperar para si alguns dos bens que tinham pertencido à sua mãe. E fê-lo à luz das cláusulas inscritas no contrato de casamento dos pais de D. Beatriz de Lara, que lhe permitiam reavê-los, embora tivesse de compensar a retoma desses bens com outras rendas equivalentes ⁹⁰. Como vimos, essa compensação não foi cumprida, porque el-rei assim o determinou, com a deliberada intenção de punir os desacatos à sua vontade, quer de D. Beatriz, que não quis casar consoante seu prazer e mandado, quer da família vila-realense, cuja ambição foi sempre conservar a fazenda dotal daquela dona nas rendas da sua casa senhorial. Em Junho de 1543, na redacção do codicilo ao seu testamento, o marquês D. Pedro de Meneses, fosse por causa da injustiça manuelina, fosse por causa das grandes dívidas que acumulara (motivo que parece ser o mais certo) ainda alimentava a esperança de el-rei D. João III devolver tudo aquilo que o antecessor régio subtraíra à sua casa, desabafando-o assim:

“o que Sua Alteza tomou à marquesa passa de dois contos e só o montado [do campo de Ourique] vale um conto e meio de renda; e no meu Cartório se achará uma carta do conde de Linhares [D. António de Noronha], meu tio, em que escrevia à condestabresa [D. Joana de Noronha], como el-rei Dom Manuel o não queria, senão para o mandar granjear, para quando Sua Alteza casasse a marquesa, minha mulher, para o achar aproveitado, afora as outras rendas de Serpa, Moura e Almada, que a marquesa tinha, de que se governava no paço, que valia[m] um conto e trezentos mil reais; e não lhe deram mais por isto mais que seiscentos mil reais e duzentos por Colares (que só a renda os valia) e não lhe pagaram a jurisdição; por o qual peço a Sua Alteza, como quão cristão é, que queira confirmar ao conde [de Alcoutim], meu filho, estas coisas, de juro, por descargo de sua consciência, em desconto do que se tomou à marquesa [...] lembrando-se por sua consciência do que gastei e vendi por seu serviço” ⁹¹.

A verba de dois contos de reais “reclamados” por D. Pedro de Meneses refere-se à avaliação dos bens e não aos valores das tenças ou rendas mencionados nas cartas que serviam para satisfazer anualmente o beneficiário de tais bens. Voltando à referida carta

⁸⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 14, fls. 44-45 v.º, por uma carta de 29-11-1521, inserta numa confirmação régia de 21-11-1522, por sua vez, inserta noutra carta de padrão de 200 000 reais, datada de 30-01-1528, concedida à mesma D. Beatriz de Lara.

⁹⁰ Conferir as fontes mencionadas, *supra*, no subcapítulo II.3.1., nota 93.

⁹¹ BA, Códice 50-V-32, fl. 445. Transcrito no Apêndice F, n.º 18.

de padrão de 600 000 reais, que D. Manuel I deu à então condessa de Alcoutim, vemos que a remuneração do dote e das arras de D. Joana de Noronha, que incluía as rendas do montado do campo de Ourique, valia 5 contos e 599 996 reais (satisfeitos com tença de 400 000 reais), as rendas da vila de Serpa valiam 3 contos e 700 000 reais (satisfeitos com tença de 238 500 reais) e os 15 000 florins de ouro valiam 3 contos e 900 000 reais (satisfeitos com tença de 225 000 reais). A avaliação destas rendas perfazia 13 contos e 199 996 reais, verba integrada no dote de casamento de D. Beatriz de Lara. Sabendo-se que as arras desse casamento eram 7 contos e 200 000 reais, quantia equivalente a quase um terço do dote, então, este estimava-se, pelo menos, em 21 contos e 600 000 reais, ou pouco mais. Portanto, resta-nos uma diferença arredondada de 8 contos e 400 000 reais, valor que corresponderia à avaliação de outros bens móveis e de raiz que completavam o dote e que, segundo a escritura do contrato de casamento de D. Pedro de Meneses com D. Beatriz, apesar de não serem expressamente mencionados, eram do conhecimento do conde de Alcoutim e dos seus pais, marquês e marquesa de Vila Real.

Embora não tenhamos indicações exactas sobre o valor bruto desses outros bens móveis e de raiz, sabemos quais eram (se não todos..., pelo menos, alguns) e o caminho que depois seguiram. Um deles era a quinta de Azeitão, cuja propriedade os marqueses D. Pedro de Meneses e D. Beatriz de Lara venderam, com permissão régia, a Afonso de Albuquerque, filho do governador da Índia, do mesmo nome, pelo preço de quatro mil cruzados de ouro (1 conto e 600 000 reais), por escritura lavrada nas casas que o casal vendedor tinha na cidade de Lisboa (verosimilmente, os paços do bairro do Carmo), em 1 de Dezembro de 1528 ⁹². Porém, esta quinta não foi vendida na sua inteireza original, pois, em Setembro de 1521, D. Beatriz desmembrara-lhe uma parcela (hoje, conhecida por Quinta das Torres) que foi dada em dote de casamento a D. Maria da Silva, filha de Vasco Anes Corte Real ⁹³, pelo seu enlace com D. Pedro de Eça ⁹⁴. Outra propriedade eram umas casas, com pomares, que o finado condestável D. Afonso tinha em Colares e que faziam parte dos seus bens patrimoniais. Estas casas, incluídas no morgado da Casa de Vila Real, também foram vendidas pelo casal D. Pedro de Meneses e D. Beatriz de Lara, por escritura de 15 de Dezembro de 1530, a el-rei D. João III, que as adquiriu pelo

⁹² Vide Joaquim RASTEIRO, *Quinta e Palácio da Bacalhoa, em Azeitão: monografia histórico-artística*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, pp. 14-15. Em nota, o autor diz-nos que a escritura existia no Cartório dos condes de Mesquitela.

⁹³ Joaquim RASTEIRO, *Quinta e Palácio...*, cit., p. 14.

⁹⁴ A posse desta parcela foi herdada por D. Diogo de Eça, filho deste casal: D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo XI – livro XIII, pp. 407-408, embora a dita parcela seja aí designada, genericamente, por quinta de Azeitão.

preço de 600 000 reais ⁹⁵. Além destes bens de raiz, supõe-se que no dote de casamento de D. Beatriz também tivessem entrado outras rendas que pertenceram aos seus pais ⁹⁶, assim como todas as jóias de ouro e de prata que, até à data do seu enlace, tinham sido compradas durante o tempo em que a jovem permaneceu no estado núbil, através das receitas da tença de 225 000 reais que lhe fora deixada, em testamento, pela Infanta D. Beatriz, sua bisavó ⁹⁷.

Se o casamento de D. Pedro de Meneses com D. Beatriz de Lara registou alguns óbices até à data da sua formalização (ainda assim, superados, mas com custos visíveis na sua dotação) não menos difícil foi a geração suficiente de descendentes para cumprir os propósitos sucessórios da linhagem e da casa senhorial. Considerando-se apenas os filhos que viveram mais tempo e que normalmente surgem averbados nas composições genealógicas, o problema não esteve no número de descendentes conseguidos, que até foi quase o mesmo, comparativamente aos casais predecessores no condado/marquesado vila-realense ⁹⁸. Pelo contrário, o principal dilema do casal D. Pedro e D. Beatriz residiu na dificuldade de procriar filhos masculinos, em número razoável, cuja expectativa de sobrevivência não impedisse a manutenção e a transmissão da herança da Casa de Vila Real no sangue varonil dos Noronha/Meneses.

Um autor anónimo escreveu:

<i>“A [Casa de] Vila Real</i>	<i>Não fica ninguém</i>	<i>Nem logra herdeiro</i>
<i>anda tão fumosa,</i>	<i>a que já não deva,</i>	<i>que ande em pé</i>
<i>que não há quem possa</i>	<i>mas não lhe releva</i>	<i>e justiça é</i>
<i>achar-lhe igual.</i>	<i>que de herança lhe vem.</i>	<i>de Deus verdadeiro.</i>
<i>Aos seus faz gastar</i>	<i>E gasta mui bem</i>	<i>Em o grau primeiro</i>
<i>o seu em folias</i>	<i>da alheia fazenda,</i>	<i>quis ter matrimónio,</i>
<i>e as moradias</i>	<i>porque a sua renda</i>	<i>do qual o demónio</i>
<i>não quer já pagar.</i>	<i>enviada a tem.</i>	<i>é bom despenseiro.”</i> ⁹⁹

⁹⁵ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 3, n.º 6, pp. 15-16.

⁹⁶ Assim seria um padrão de 50 000 reais da sua mãe D. Joana de Noronha, por cuja morte, lhe foi confirmado por D. Manuel I: AN/TT, *Místicos*, livro 4, fls. 131-131 v.º, por carta de 20-10-1519.

⁹⁷ Conforme o alvará régio citado, *supra*, no subcapítulo II.3.1., nota 100. Noutro alvará régio, de 18-05-1518, D. Manuel I mandou entregar 59 200 reais ao procurador de D. Beatriz de Lara, a fim de servirem para pagar certos anéis que para ela foram adquiridos, a qual quantia seria deduzida na tença de 225 000 reais, alusiva ao ano de 1518: AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 75, n.º 31.

⁹⁸ Conferir no Apêndice A, os Quadros Genealógicos V, VII e VIII.

⁹⁹ BP Évora, Códice CXIV/2-2, fl. 160 v.º. Publicado no *Cancioneiro de Corte e de Magnates: Ms. CXIV/2-2 da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora*, edição e notas por Arthur Lee-Francis Askins, Berkeley / Los Angeles, University of California Press, 1968, pp. 397-398.

Estas três trovas, averbadas num manuscrito datado de finais do século XVI ou começos do século XVII, referem-se claramente ao tempo do marquesado de D. Pedro de Meneses, com menções explícitas ao seu estado de endividamento, o qual se mostrou especialmente gravoso, a partir de 1526, na sequência da embaixada portuguesa liderada por aquele marquês, que levou a Infanta D. Isabel, irmã de el-rei D. João III, até Castela, a fim de contrair matrimónio com o imperador Carlos V. O tempo de composição destas trovas não excederá o ano de 1532, pois, antes delas, existem outras duas, integradas no mesmo conjunto, dedicadas a D. Jaime, duque de Bragança, então, vivendo no remanso do seu senhorio de Vila Viçosa ¹⁰⁰.

Nas ditas trovas, importa-nos particularmente a terceira, na qual se declara uma crítica sarcástica à Casa de Vila Real, que tanto teimou na vontade de concretizar um casamento entre D. Pedro de Meneses e D. Beatriz de Lara, primos coirmãos. Aos olhos dos coetâneos, a forte consanguinidade do enlace, reprovada por Deus e abençoada pelo Diabo, seria o principal motivo que impedia a sobrevivência de um herdeiro varão para lograr a sucessão. Em Abril de 1536, numa carta endereçada a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, a propósito de lhe participar o sentimento de profunda tristeza e revolta pela infausta notícia da morte do príncipe D. Manuel, filho de el-rei D. João III, o compadecido marquês de Vila Real revelava o facto de também ter filhos no Paraíso “*e que a fraqueza da carne, principalmente, em alguns deles*”, lhe desencadeara ásperos tormentos ¹⁰¹. Um cronista sabedor da história da casa vila-realense refere-nos que, além dos descendentes mais conhecidos, o casal D. Pedro e D. Beatriz também teve ‘outros muitos filhos, que morreram sendo crianças’ ¹⁰². Destes malogrados filhos, cujo decesso de alguns, segundo a inculca do marquês, acima citada, se deveu a debilidades físicas, só pudemos apurar o nome de uma D. Catarina, que morreu moça ¹⁰³. Se o infortúnio da mortalidade infantil tocou na descendência feminina do casal, não menos dispensou a

¹⁰⁰ Veja-se BP Évora, Códice CXIV/2-2, fl. 160, onde lemos: «Ho grande Bragança | he pouco lembrado | e de auisado | de fora se lança | e diz que descança | por ser ia antigo | mas por o perigo | que na balança»; «Esta asentado | na sua uicosa [*sic*] | que como estroça | o tem bem danado | e esta ja inchado | com suas sufismas | que em barbarismas | nam he outro achado». Publicadas no *Cancioneiro de Corte...*, cit., p. 396. O duque D. Jaime faleceu em 22-12-1532: Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, cit., vol. III, p. 343.

¹⁰¹ Vide AN/TT, *Colecção São Lourenço*, livro 1, fl. 253, por carta de 24-04-1536. Publicada na *Colecção de São Lourenço*, cit., vol. I, n.º 78, pp. 455-456. Esta carta não explicita o nome do filho régio, mas a data do documento não faz sugerir outro, senão o príncipe D. Manuel, cuja morte, tradicionalmente, tem sido datada de 14-04-1537. Portanto, o príncipe D. Manuel faleceu no ano de 1536.

¹⁰² D. Jerónimo de MASCARENHAS, *História de la Ciudad de Ceuta*, cit., cap. 49.

¹⁰³ BNP, Códice 983, fl. 20 v.º, Códice 977, fl. 16 (ou a sua recente edição impressa: Damião de GÓIS, *Livro de Linhagens de Portugal*, cit., p. 74), assim como D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo II – livro III, p. 292.

geração masculina. Um documento particular de 1525, pelo qual D. Pedro de Meneses e D. Beatriz de Lara fizeram mercê de uma esmola anual de 6 000 reais ao mosteiro de São Jerónimo de Pêra Longa, situado no sopé da serra de Sintra, com pagamentos feitos no dia de Nossa Senhora das Neves (5 de Agosto), através das receitas dos aforamentos das casas do seu “bairro de Lisboa”, informa-nos que o casal já tinha um filho nascido. Em troca dessa esmola anual, que seria sempre satisfeita durante a sua vida, assim como da sua esposa, o marquês D. Pedro de Meneses requereu apenas ao prior e aos religiosos do mosteiro hieronimita de Pêra Longa que, nas suas orações, o encomendassem a ele, à marquesa e ao filho de ambos ¹⁰⁴. Supõe-se que este filho não viveu muito tempo e que provavelmente faleceu em idade infantil, dando então razão ao motejo satírico exposto na terceira trova, atrás citada, segundo a qual a Casa de Vila Real não conseguia lograr um herdeiro que andasse em pé.

Para uma menção exacta dos filhos sobreviventes do 3.º marquês de Vila Real, a melhor fonte é o testamento deste titular, datado de 2 de Junho de 1543, embora aí não seja dada, com precisão, a sua ordem geracional. Ao ditar as últimas vontades, D. Pedro de Meneses distingue primeiramente D. Miguel de Meneses, que, por ser o herdeiro da sua casa senhorial, surge designado antes dos restantes irmãos. Depois, relativamente à demais descendência legítima, o marquês nomeia D. Juliana de Lara, D. Maria de Lara, D. Bárbara de Lara e D. Manuel de Noronha ¹⁰⁵. No que toca à ordem geracional destes irmãos, esta parece ser a sequência correcta, faltando apenas definir o lugar do sucessor D. Miguel no meio deles, pois, sabe-se que não foi o primeiro filho nascido desta prole legítima que logrou viver além do tempo do decesso paterno. A questão não é resolvida pelos nobiliários e histórias que consultámos: uns, por falta de ordenação ¹⁰⁶; outros, por falta de ordem e exactidão, acrescida de erros e carências de designação ¹⁰⁷. Embora não tenhamos dados preceptivos sobre os anos de nascença destes cinco filhos, a leitura de

¹⁰⁴ AN/TT, *Mosteiro de São Jerónimo de Penha Longa*, maço 10, por carta de 10-03-1525. Esta carta está inserta numa pública forma, feita na cidade de Lisboa, em 19-01-1805, pelo tabelião Bernardo José de Figueiredo e Silva. O documento está arquivado no dito maço, acondicionado num envelope que contém os documentos 21 a 37.

¹⁰⁵ BA, Códice 50-V-32, fls. 447 e 448.

¹⁰⁶ BNP, Códice 1054, fls. 75 v.º-76 e D. Jerónimo de MASCARENHAS, *História de la Ciudad de Ceuta*, cit., cap. 49, mencionando D. Juliana ser mais velha que os seus irmãos D. Miguel e D. Manuel. Estas duas fontes são exactas na indicação do nome dos filhos do 3.º marquês de Vila Real.

¹⁰⁷ Considerando somente os cinco filhos legítimos, verificamos: que, no *Livro de Linhagens do Século XVI*, cit., p. 227 e no Códice 983 da BNP, fl. 20 v.º, não surge D. Maria e D. Miguel é substituído pelo nome Fernando; que, no Códice 977 da BNP, fl. 16 (ou na edição impressa, citada, *supra*, nota 103), não se acham D. Maria e D. Bárbara; e que, em D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo II – livro III, p. 292, D. Juliana é chamada pelo nome Joana, embora no tomo XI – livro XI, p. 36, o autor corrija este equívoco.

outras fontes permite-nos determinar com total segurança que D. Miguel de Meneses foi o segundo na ordem geracional, nascendo depois de D. Juliana e antes de D. Maria, de D. Bárbara e de D. Manuel.

O filho mais novo era D. Manuel de Noronha, que terá nascido no ano de 1537. Assim se depreende da carta que o marquês D. Miguel de Meneses remeteu em 1557 à rainha D. Catarina, regente do Reino, na qual lhe pediu a concessão de um assentamento ao seu irmão, então, já entrado na idade de 20 anos, alegando-lhe ainda a necessidade e mercê desse benefício, sobretudo, porque tanto os irmãos do marquês D. Fernando, seu avô, como os irmãos do marquês D. Pedro, seu pai, tinham começado a vencer os seus assentamentos em idade mais precoce ¹⁰⁸. Continuemos o exercício de modo regressivo. A filha mais nova do 3.º marquês de Vila Real era D. Bárbara de Lara, que terá nascido nos inícios da Primavera de 1536. Assim o deduzimos pelo traslado de uma carta que D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, endereçou ao dito marquês, referindo-lhe, na conclusão da mesma, que ficara muito agradado com as notícias do restabelecimento da senhora marquesa, desejando ainda que a filha que ultimamente lhe nascera, tal como os seus irmãos, tivesse longa vida ¹⁰⁹. Um ano antes, em Fevereiro de 1535, D. Pedro de Meneses enviou carta ao mesmo D. António de Ataíde, agradecendo-lhe a visita que este lhe fizera, a fim de saber notícias da família vila-realense, revelando-lhe ainda, em tom de gracejo, que a sua filha D. Maria de Lara – que fora a causa da visita do conde de Castanheira – “*quis já parecer filha de velho, em vir tão formosa*”, dizendo-lhe mais, que a marquesa tivera um bom parto e que todos eles, incluindo D. Juliana e o conde de Alcoutim, estavam bem ¹¹⁰.

Relativamente a D. Miguel de Meneses, sabemos que faleceu em 31 de Março de 1564 ¹¹¹. Nos epitáfios que compôs no elogio fúnebre ao 4.º marquês de Vila Real, o humanista Diogo de Teive indica que ele tinha 30 anos de idade ¹¹². O nascimento de D. Miguel terá sucedido em Fevereiro de 1534, pois, na escritura do contrato de casamento

¹⁰⁸ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte III, maço 18, n.º 17, por carta de 22-12-1557. Publicada por Selma POUSÃO-SMITH, *Rodrigues Lobo...*, cit., vol. 1, p. 69.

¹⁰⁹ AN/TT, *Miscelâneas Manuscritas*, vol. 4, p. 183, por carta de 29-04-1536, a qual foi enviada em resposta à carta do marquês, datada de 24-04-1536, citada, *supra*, nota 101.

¹¹⁰ Vide AN/TT, *Colecção São Lourenço*, livro 1, fl. 255, por carta de 12-02-1535. Publicada na *Colecção de São Lourenço*, cit., vol. I, n.º 65, pp. 433-434.

¹¹¹ AN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, livro 18, fl. 366 (carta régia de padrão de 50 000 reais outorgada a D. Manuel de Meneses, 5.º marquês de Vila Real, em 25-08-1566).

¹¹² Diogo de TEIVE, «Túmulo para a morte de Miguel de Meneses, marquês de Vila Real [...]» in *Diogo de Teive: obra completa*, tradução, transcrição, introdução e notas de António Guimarães Pinto, Lisboa, Esfera do Caos Editores, 2012, p. 811.

da sua irmã D. Juliana de Lara com D. João de Lencastre, 1.º duque de Aveiro, datada de 1 de Fevereiro de 1547, achamos um alvará de el-rei D. João III, pelo qual suprimia a menoridade etária do marquês D. Miguel (que, então, iria entrar nos seus 14 anos) a fim de dar a sua aprovação para a execução das obrigações daquele contrato ¹¹³. Quanto a D. Juliana de Lara, não temos qualquer notícia consistente sobre a sua data de nascimento, senão, através de D. Jerónimo de Mascarenhas, que nos menciona ser mais velha que os seus irmãos D. Miguel e D. Manuel ¹¹⁴.

Verificamos, pois, que quatro dos filhos sobreviventes de D. Pedro de Meneses e de D. Beatriz de Lara nasceram num curtíssimo intervalo de quatro anos (1534 a 1537), situação que nos atesta as dificuldades que este casal, consorciado desde 1521, teve em conseguir uma descendência profícua e, sobretudo, com suficiente geração varonil para acautelar e manter a sucessão e chefia do estado e casa vila-realenses num indivíduo de sangue Noronha e de apelido Meneses.

Órfãos de pai, desde Junho de 1543, mas ainda numa idade pueril, o destino dos filhos do 3.º marquês de Vila Real, embora devidamente indicado nas suas disposições testamentárias, além de incerto, também estava dependente da vontade de terceiros e das contingências financeiras que afectavam a casa senhorial. Relativamente a D. Juliana, o marquês D. Pedro pediu que ela se consorciasse o mais honradamente que pudesse ser, confiando este seu desejo ao arbítrio e mercê do rei D. João III e da rainha D. Catarina. O casal régio assim o satisfez, arranjando-lhe um casamento honrado e prestigiante com D. João de Lencastre, 1.º duque de Aveiro, neto de el-rei D. João II e filho de D. Jorge, mestre de Santiago ¹¹⁵. O casamento realizou-se na vila de Almeirim, em 3 de Fevereiro de 1547 ¹¹⁶, passados dois dias sobre a formalização da respectiva escritura de contrato, como já notámos anteriormente. Mas, o prestígio resultante deste enlace também trouxe mais um pesado encargo financeiro para a casa vila-realense, expresso no avultado dote da noiva, estimado em 20 contos de reais, o qual deveria ser remunerado num prazo de seis anos, entre 1548 e 1553.

¹¹³ O alvará régio é de 29-01-1547 e está inserto na dita escritura do contrato de casamento, por sua vez, inserta numa confirmação régia de 17-03-1548: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 60, fls. 183-191 v.º, com o dito alvará nos fls. 184 v.º-186. Publicada por D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., tomo VI (parte I), n.º 11, pp. 55-78, com o dito alvará nas pp. 59-63.

¹¹⁴ Conferir, *supra*, nota 106.

¹¹⁵ Numa carta dirigida à rainha D. Catarina, o duque de Aveiro lembra o pedido que el-rei D. João III lhe fizera, no sentido de casar-se com a filha do marquês de Vila Real: vide D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., tomo VI (parte I), n.º 10, p. 51.

¹¹⁶ Assim se apura numa carta de 05-02-1547 que o cónego Brás Luís da Mota dirigiu ao cabido da Sé de Lisboa: D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., tomo VI (parte I), n.º 12, pp. 78-82.

Um destino bem diferente coube a D. Maria de Lara. Para esta filha, o marquês D. Pedro dispôs que ela se tornasse freira, pois, assim o determinara desde o dia em que nascera e por isso lhe dera tal nome, manifestando ainda a preferência de ser recolhida no mosteiro de Santa Clara da vila de Santarém. Este desejo do marquês foi cumprido, visto que a sua filha foi religiosa professa naquele mosteiro, onde tomou o nome Maria das Chagas, vivendo ali com grande devoção e simplicidade, até à data da sua morte, em 9 de Novembro de 1574, contando 39 anos de idade ¹¹⁷.

Quanto a D. Bárbara, a mais nova das suas três filhas, por ainda ser uma criança pequena, o marquês D. Pedro deixava ao arbítrio do tempo e dos vindouros a decisão de encaminhá-la para um matrimónio ou, se tal não fosse possível, conduzi-la para a vida religiosa. De facto, veio a casar nas segundas núpcias de D. António de Ataíde, herdeiro da casa do 1.º conde de Castanheira e recentemente enviuvado de D. Maria de Vilhena, filha do 2.º conde de Vidigueira, falecida em Agosto de 1553 ¹¹⁸. O consórcio teve lugar na vila de Santarém, em 7 de Fevereiro de 1555, dia marcado pelo acontecimento de um abalo sísmico, o qual se vaticinou de mau agouro para o sucesso do casamento, porque a noiva estava então no mosteiro de Santa Clara da dita vila para ser freira ¹¹⁹. A predição não se concretizou, visto que foi na descendência resultante deste enlace que a titulatura da casa condal de Castanheira teve continuidade ¹²⁰. Naturalmente, a Casa de Vila Real suportou os custos do dote deste consórcio, cujo montante foi 14 000 cruzados (5 contos e 600 000 reais) conforme informação da respectiva escritura de contrato, feita entre as partes, com aprovação de el-rei, datada de 7 de Dezembro de 1554, a qual se conservava no Cartório da casa vila-realense ¹²¹.

Se as filhas D. Juliana e D. Bárbara alcançaram ligações matrimoniais de grande prestígio social, consorciando-se com herdeiros de casas nobres tituladas, por seu turno, os filhos D. Miguel e D. Manuel casaram-se com esposas, que, embora tivessem menor notoriedade, apresentavam uma ascendência familiar nada desmerecedora – antes, pelo contrário. De facto, D. Miguel de Meneses viria a casar-se com D. Filipa de Lencastre, sua prima, em terceiro grau, uma vez que ambos eram bisnetos do 1.º marquês de Vila

¹¹⁷ Assim o menciona Frei Manuel da ESPERANÇA, *Historia Seráfica...*, cit., I Parte, livro V, cap. 14, n.ºs 2-3, pp. 543-544.

¹¹⁸ Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, cit., vol. III, p. 420.

¹¹⁹ Vide Joaquim Veríssimo SERRÃO, «Sucessos da vila de Santarém no ano de 1555» in idem, *Páginas da História de Santarém*, vol. I, Lisboa, APH, 2008, p. 153.

¹²⁰ D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo II – livro III, p. 301.

¹²¹ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 43, n.º 4, p. 368.

Real ¹²². O consórcio deste casal ocorreu no ano de 1557, em dia incerto, todavia, pouco antes do falecimento de el-rei D. João III (11 de Junho) pois, do dia 12 de Julho datam várias cartas régias, então, já dadas em nome de D. Sebastião, pelas quais D. Miguel de Meneses recebeu a confirmação efectiva do seu título e das demais doações, senhorios e rendas que herdara do seu pai, finado em Junho de 1543 ¹²³. Embora estas confirmações nos sugiram que elas foram deferidas mediante o facto de D. Miguel ter aceitado casar com D. Filipa de Lencastre, aprazendo à vontade de D. João III e da rainha D. Catarina, de quem a noiva era dama de serviço e de quem terá partido, certamente, a iniciativa do consórcio, não cremos que este tenha sido imposto ao marquês, em troca da outorga das ditas confirmações ¹²⁴. Pelo contrário, parece-nos que a ratificação tardia das doações e rendas à Casa de Vila Real teve motivos bem mais prosaicos.

Num instrumento público de 18 de Outubro de 1554, através do qual o marquês D. Miguel e a marquesa D. Beatriz, sua mãe, venderam a Lopo de Almeida, morador em Leiria, um padrão de 100 000 reais de juro, pelo valor de 1 conto e 400 000 reais, somos informados que aquando da morte do marquês D. Pedro, as doações da sua casa ficaram com o secretário Pêro da Alcáçova Carneiro, por ordem de el-rei. E assim estavam, sem serem confirmadas, por D. Miguel não ter requerido a sua validação, alegando carência de despesa para andar na corte, pois, a maior parte das suas rendas estava dada ao duque de Aveiro, em pagamento do dote de casamento da sua irmã D. Juliana. Com o dinheiro adquirido nesta venda, o marquês D. Miguel pretendia ir à corte pedir a confirmação das doações da sua casa senhorial ¹²⁵. A satisfação do dote de D. Juliana ficou concluída em 1553, mas o dinheiro que D. Miguel recebeu pela venda do padrão de 100 000 reais, em Outubro de 1554, terá sido usado para iniciar o pagamento do dote de casamento da sua outra irmã D. Bárbara, cujo enlace com o filho herdeiro do 1.º conde de Castanheira se contralaria dali a poucos meses, situação que continuou a adiar a ratificação das doações

¹²² Pela parte materna, D. Filipa era filha de D. Jerónima de Noronha, por sua vez, filha nascida do segundo casamento de D. Diogo de Noronha, filho do 1.º marquês de Vila Real. Pelo lado paterno, D. Filipa era filha de D. Afonso de Lencastre, comendador-mor da Ordem de Cristo, por sua vez, filho de D. Dinis, irmão de D. Jaime, 4.º duque de Bragança. Sobre estas ligações familiares, confira-se D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo II – livro III, p. 292, tomo V – livro VI, p. 116 e tomo IX – livro VIII, pp. 35 e 38.

¹²³ Veja-se, por exemplo, AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 71, fls. 299-302 v.º, onde constam as doações da carta de título do marquesado, dos senhorios da vila de Almeida e da terra de Azurara e das rendas da portagem da vila de Santarém.

¹²⁴ Ideia apresentada por Selma POUSÃO-SMITH, *Rodrigues Lobo...*, cit., vol. 1, pp. 34-35.

¹²⁵ Vide AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 63, fl. 322 v.º. O instrumento de venda do padrão está averbado nos fls. 322-323 v.º, por sua vez, inserto na carta régia de confirmação e doação do dito padrão a Lopo de Almeida, datada de 23-05-1555, fls. 319-325 v.º.

feitas à casa vila-realense. Mais que ter casado por obrigação, foram as contingências financeiras da Casa de Vila Real, ora resultantes do endividamento crónico promovido pelo seu pai D. Pedro, ora pela necessidade circunstancial de satisfazer os dotes das suas irmãs, que limitaram a acção sociopolítica do marquês D. Miguel de Meneses, chegando ao ponto de obstá-lo de assistir assiduamente na corte, lugar de inevitáveis gastos, onde quer que estanciasse. De resto, sobre o casamento de D. Miguel, ignoramos o montante que importou no dote de D. Filipa de Lencastre, mas parece que boa parte dele terá sido substancialmente financiado pela Coroa ¹²⁶.

Relativamente a D. Manuel de Noronha, o seu casamento foi contratado com D. Maria da Silva, filha de D. Beatriz da Silva e de D. Álvaro Coutinho, comendador de Almourol, por sua vez, filho segundo de D. João Coutinho, 2.º conde de Redondo. Não obstante tratar-se de um consórcio entre filhos de linhas secundogénitas, foi neste casal e na sua descendência que tombou a sucessão do marquesado vila-realense, devido ao facto de D. Miguel de Meneses ter falecido sem deixar geração ¹²⁷. Desde 1 de Abril de 1564, segundo as disposições do contrato de instituição, sucessão e vínculo de morgadio feito pelo 1.º capitão de Ceuta, em 1431, o último filho varão ainda vivo do marquês D. Pedro de Meneses passou a chamar-se D. Manuel de Meneses, tornando-se assim no 5.º marquês de Vila Real, em sucessão ao seu irmão D. Miguel.

Ainda sobre os descendentes do 3.º marquês de Vila Real, registe-se a existência de uma filha natural, a qual se chamou D. Margarida, nascida antes do dito marquês ser casado. Segundo alguns nobiliários, foi dama da Infanta D. Maria, filha de D. Manuel I, tendo falecido no estado de solteira ¹²⁸. No seu testamento, D. Pedro de Meneses exibe a estima que tinha por esta sua filha. Inicialmente orientada para ingressar em mosteiro de São Bernardo (talvez, no convento de Almoester) o marquês pediu ao seu filho herdeiro que lhe desse uma verba de 30 000 reais de tença anual vitalícia, enquanto não quisesse ser freira, ou 60 000 reais, caso optasse por fazer serviço à marquesa D. Beatriz, a quem

¹²⁶ Assim é inferido numa carta anónima, em tom de censura irónica, datável de 1571, dirigida à rainha D. Catarina, quando esta pensou em regressar ao Reino de Castela, publicada por Diogo Barbosa MACHADO, *Memórias para a História de Portugal que Compreendem o Governo d'el Rei D. Sebastião*, tomo III, Lisboa, Oficina Silviana (imp.), 1747, p. 288, onde lemos, a propósito dos diversos casamentos patrocinados pela rainha, que «A D. Filippa de Alencastro com o Marquez de Villa-Real deraõ outro dote como o mayor destes, e fóra outras muitas Damas, que se poderaõ contar, a que se deraõ poços de ouro».

¹²⁷ Cf. Selma POUSÃO-SMITH, *Rodrigues Lobo...*, cit., vol. 1, p. 70 e D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo II – livro III, pp. 292-293 e tomo XII, parte I – livro XIV, pp. 225-226.

¹²⁸ BNP, Códice 1054, fl. 76 e Códice 13190, fl. 544 v.º. As demais fontes citadas, *supra*, notas 106-107, salvo D. António Caetano de Sousa, fazem menção desta filha natural.

também pediu que sempre a tratasse e a houvesse por sua filha legítima, como até então usualmente fazia ¹²⁹.

2.2. Os primeiros anos do marquesado

Voltemos aos finais do ano de 1521. Então, D. Pedro de Meneses era o 2.º conde de Alcoutim e o herdeiro da casa senhorial e do marquesado do seu pai D. Fernando de Meneses. Como vimos, no mês de Setembro, formalizou o contrato de casamento com a sua prima D. Beatriz de Lara e, dali a poucas semanas, em Dezembro, como já notámos noutro lugar ¹³⁰, o conde de Alcoutim foi um dos signatários do codicilo testamental do rei D. Manuel I e esteve presente nos actos das exéquias do *Venturoso* e da aclamação e juramento do sucessor régio D. João III.

Depois destes dois momentos cruciais da vida sociopolítica do Reino, ignoramos os percursos de D. Pedro de Meneses durante o biénio 1522-23. As lacunas informativas deste período são apenas contrariadas com a presença nas casas do seu tio D. Henrique de Noronha, em 24 de Novembro de 1522, onde foi testemunha na escritura do contrato de casamento da sua prima D. Joana de Meneses com D. Aleixo de Meneses ¹³¹. Nesta mesma altura, três dias antes, a condessa de Alcoutim obteve duas confirmações régias relativas aos padrões de 200 000 reais e de 600 000 reais que lhe foram outorgados, na feição de juro e herdade, por el-rei D. Manuel I ¹³².

A sucessão de D. Pedro de Meneses no título de marquês de Vila Real ocorreu no último trimestre de 1523 ¹³³. Tanto quanto nos é permitido crer, uma vez sepultado o marquês D. Fernando, em Santarém, na Igreja de São Francisco, D. Pedro de Meneses viajou para Évora, onde estava a corte de D. João III. É durante a sua estada na cidade eborense que apuramos os primeiros documentos que lhe são relativos, no uso do título de marquês, datados de Abril de 1524, entre os quais, um seu alvará de provimento de certos ofícios, outorgado ao seu escudeiro João Gonçalves, morador em Viana da foz do Lima ¹³⁴. Outro documento foi um alvará que el-rei D. João III, em favor de um pedido feito pelo marquês de Vila Real, dirigiu a Soeiro Mendes Neto, juiz de fora com alçada

¹²⁹ BA, Códice 50-V-32, fl. 448.

¹³⁰ Conferir, *supra*, os parágrafos redigidos no subcapítulo II.5.1., em torno das notas 310-316.

¹³¹ Escritura já citada, *supra*, no subcapítulo II.5.2., nota 324.

¹³² Confirmações já citadas, *supra*, notas 87 e 89.

¹³³ Conferir, *supra*, os dois últimos parágrafos do subcapítulo II.5.2.

¹³⁴ Datado de 18-04-1524, já citado, *supra*, no subcapítulo II.5.2., nota 332.

régia na vila de Santarém, mandando-lhe que, mediante certo privilégio mostrado pelo dito marquês, não o impedisse de ter um guardador numa lezíria que ele ali tinha, como fora sempre havido pelos seus antecessores ¹³⁵.

Apresentando-se na corte, em Évora, com novo estatuto nobiliárquico, D. Pedro de Meneses também passou a integrar o Conselho Régio, tal como os seus antepassados familiares nos reinados anteriores. É bem provável que uma das primeiras opiniões por ele emitidas naquele órgão consultivo tivesse sido sobre o assunto do matrimónio de el-rei D. João III com a Infanta D. Catarina, irmã do imperador Carlos V, que, começou a ser negociado em meados de 1524. Nos anos futuros, o marquês de Vila Real haveria de continuar a oferecer pareceres sobre diversos negócios relativos aos interesses do Reino, mormente, em assuntos políticos de Estado ¹³⁶.

Nos meses seguintes, D. Pedro de Meneses manteve residência em Évora, junto da corte, então, forçada a permanecer longe da cidade de Lisboa, devido aos constantes surtos de peste que a afectavam, desde o início do reinado joanino ¹³⁷. Em Novembro de 1524, o marquês de Vila Real obteve as primeiras confirmações régias das suas doações e privilégios, em regime de direito sucessório, na qualidade de filho mais velho do seu finado pai: uma tença anual de 16 000 reais; uma tença anual de 50 652 reais; as rendas e direitos da portagem da vila de Tavira; a vila de Alcoutim, com o seu título condal e senhorio; e a vila de Valença, com o seu título condal e senhorio, mais os senhorios da vila de Caminha e da terra de Valadares, as rendas e direitos das vilas de Monção e de Viana e a dízima nova do pescado da ‘vila’ de Tavira ¹³⁸. Nesta mesma altura, também

¹³⁵ AN/TT, *Confirmações Gerais*, livro 2, fl. 254 v.º, por alvará de 12-04-1524, inserto noutro de confirmação, datado de 15-12-1577, que el-rei D. Sebastião deu a D. Manuel de Meneses, 5.º marquês de Vila Real. Esta fonte não o declara expressamente, mas a propriedade referida nestes alvarás é a lezíria do Galego, na qual os senhores da Casa de Vila Real tinham guardador, com poderes de coimar e defender os danos que nela se fizessem: AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 16, n.º 24, p. 125.

¹³⁶ Assim o notamos, por exemplo, na apreciação ao pedido que, em 1525, o imperador Carlos V fez a el-rei D. João III, estando este já casado com D. Catarina, relativamente à extradição dos *Comuneros* residentes em Portugal, o qual pedido lhe foi negado: cf. Frei Luís de SOUSA, *Anais de D. João III*, cit., vol. I, pp. 205-206 e os *Ditos Portugueses...*, cit., n.º 1420, pp. 479-480. Sobre as origens da ‘Guerra das Comunidades’, veja-se a síntese de Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond BRAGA, *Um Espaço, Duas Monarquias (inter-relações na Península Ibérica no tempo de Carlos V)*, Lisboa, CEH – UNL / Hugin Editores, Lda., 2001, pp. 15-31. Outras importantes opiniões políticas emitidas pelo marquês de Vila Real foram sobre a hipótese do abandono das praças militares portuguesas do Norte de África (1534) e sobre o casamento da Infanta D. Maria, filha de el-rei D. João III (1542): conferir, *infra*, os parágrafos redigidos nos subcapítulos III.4.2. e III.5.2., em torno das notas 274 e 347-349, respectivamente.

¹³⁷ Ana Isabel BUESCU, *Catarina de Áustria (1507-1578): Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007, pp. 147-149.

¹³⁸ Todas registadas no AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 50, fls. 33-37 v.º, por cartas datadas entre 5 e 15 de Novembro de 1524. Vejam-se mais informações complementares, no Apêndice E, n.ºs 262-266.

achamos D. Pedro de Meneses a tratar de assuntos particulares do seu senhorio, entre os quais, a confirmação dos privilégios que o seu pai outorgara em favor dos pescadores e mareantes de Caminha, eximindo-os de darem aposentadorias e velarem os muros desta vila ¹³⁹, assim como a contratação de um emprazamento, em três vidas, de umas casas já pertencentes ao morgado da casa senhorial, situadas no bairro do Carmo, em Lisboa ¹⁴⁰. Por outro lado, na sequência do decesso do seu irmão D. João de Noronha, em Ceuta, numa refrega contra os mouros, quando ali exercia o ofício de capitão ¹⁴¹, o marquês D. Pedro passou uma procuração a Álvaro do Carvalhal, seu ouvidor naquela cidade, sub-rogando-lhe poderes para tomar, em seu nome, o preito e homenagem do seu primo D. António de Noronha, a fim de servir aquele ofício ¹⁴².

Entretanto, embora as fontes não o declarem, é muito provável que o marquês de Vila Real tivesse integrado a comitiva portuguesa que, nos inícios de Fevereiro de 1525, se dirigiu à raia de Elvas e Badajoz, a fim de receber da sua congénere espanhola, junto à ribeira do Caia, a rainha D. Catarina ¹⁴³. Pelo menos, assim se depreende da carta que D. João III remeteu a Pêro Correia, em resposta a certas dúvidas relativas às práticas no acto do recebimento da rainha, entre as quais, uma em que se perguntava se a marquesa poderia sentar-se no estrado, se o houvesse. O monarca respondeu-lhe: «sim, por todas as qualidades e razões que para isso há» ¹⁴⁴. É de supor que esta condescendência régia relativa à marquesa, que só pode ser a de Vila Real, se justificasse com o facto de estar na fase final de uma gravidez, pois, como já notámos, um documento particular de 10 de Março de 1525, pelo qual D. Pedro de Meneses e D. Beatriz de Lara fizeram mercê de uma esmola anual ao mosteiro de São Jerónimo de Pêra Longa, informa-nos que o casal

¹³⁹ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 1, fls. 374-375 v.º, por carta de 24-12-1524.

¹⁴⁰ AN/TT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 7 d), por escritura de 05-11-1524, feita em Évora, pela qual o marquês D. Pedro e a sua mulher D. Beatriz de Lara contrataram o referido emprazamento com o piloto João de Santana e Catarina Álvares, sua mulher, mediante um foro anual de 1 000 reais e quatro galinhas, remunerado no dia de Páscoa.

¹⁴¹ Faleceu em 1524, no dia de São Roque (16 de Agosto): BNP, Códice 1054, fl. 78 v.º. Antes desta notícia, desde o fl. 77, temos o registo de uma pequena memória dos seus feitos, a partir do ano de 1520, quando entrou no governo da capitania ceutense.

¹⁴² BA, Códice 46-IX-13, pp. 7-10, por alvará de 20-10-1524. O nomeado era filho de D. Pedro de Noronha, por sua vez, filho bastardo de D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real. Sabemos que serviu em Ceuta, com assinalado destaque, no tempo do governo do 2.º conde de Alcútem (o futuro 3.º marquês de Vila Real) e que, depois da morte de D. João de Noronha, ficou a servir o ofício de capitão: BNP, Códice 1054, fl. 115 v.º.

¹⁴³ Sobre este casamento régio (negociações, contratação, recebimento e desposório) vejam-se: Ana Isabel BUESCU, *D. João III, 1502-1557, cit.*, pp. 147-156; idem, *Catarina de Áustria...*, cit., pp. 153-164; e Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond BRAGA, *Um Espaço...*, cit., pp. 37-46.

¹⁴⁴ *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro...*, cit., p. 222. Num relato anónimo, transmitido por um criado do serviço da rainha D. Leonor, viúva de el-rei D. João II, a presença da marquesa é notada na ocasião da entrada da rainha D. Catarina em Portugal: BA, Códice 51-VI-40, pp. 41 e 44.

vila-realense já tinha um filho nascido ¹⁴⁵. Este documento foi dado em Évora e também foi nesta cidade, no mesmo mês de Março de 1525, que o marquês de Vila Real recebeu mais confirmações régias, em regime de sucessão, desta vez, relativas a vários dinheiros que tinham sido concedidos ao seu falecido pai D. Fernando de Meneses: uma tença de 7 230 reais, em satisfação da receita da dízima do pescado do lugar de Salir; uma renda de 453 280 reais, em satisfação da fortaleza e de algumas rendas da vila de Ourém, cujo vencimento se esgotaria na vida de D. Pedro de Meneses; uma tença de 62 870 reais, em satisfação e preenchimento de uma mercê de 300 000 reais, outorgada por D. Manuel I; e uma tença de 150 124 reais, já concedida por D. João III, em remuneração dos sobejos da satisfação das rendas das judiarias de Vila Real, de Leiria e de Alcoutim. As últimas duas tenças foram confirmadas numa mesma carta. Tudo somado, o marquês D. Pedro obteve a confirmação régia de 673 504 reais ¹⁴⁶.

A leitura da documentação respeitante à Casa de Vila Real permite-nos verificar que, após as festas do casamento de D. João III com D. Catarina, a família vila-realense rumou até Leiria, onde passou a época do Verão. Na vila leiriense, D. Pedro de Meneses nomeou Diogo Barbosa, escudeiro fidalgo da sua casa, no exercício de alguns ofícios na vila de Viana da foz do Lima ¹⁴⁷, enquanto a marquesa D. Maria Freire, sua mãe, passou quitação da entrega de um volume de 12 arrobas de açúcar, referente ao ano de 1525, conforme lhe estava assentado por carta geral ¹⁴⁸. Depois, no mês de Setembro, o roteiro do marquês de Vila Real levou-o até Tomar, onde alcançou de el-rei mais duas cartas de confirmação sucessória: uma, sobre o senhorio das suas vilas de Freixiel e de Abreiro; e outra, sobre a doação manuelina do castelo da vila de Viana da foz do Lima ¹⁴⁹. A ida à vila nabantina também terá servido para estar presente nas primeiras cortes do reinado de D. João III, cujo início foi agendado para o dia 15 de Setembro ¹⁵⁰. Todavia, o rebate de novos sinais de peste obrigou o monarca a transferir o local da reunião para a vila de Torres Novas, onde então também chegaram, nos inícios de Outubro, Juan de Zúñiga e Carlos Popet, senhor de La Chaux, embaixadores enviados a Portugal para negociarem

¹⁴⁵ Documento já citado, *supra*, nota 104.

¹⁴⁶ Tudo registado no AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 8, fls. 104-106, por cartas datadas de 21 e 22 de Março de 1525.

¹⁴⁷ Por carta de 14-06-1525, já citada, *supra*, nota 35.

¹⁴⁸ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 126, n.º 77, por documento de 06-07-1525.

¹⁴⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 8, fls. 117 v.º-118 v.º, por cartas de 12-09-1525.

¹⁵⁰ Assim o explicitam as convocatórias régias que foram endereçadas às câmaras das cidades de Lisboa e de Évora, ambas datadas de 16-08-1525: AM Lisboa, *Chancelaria Régia: Livro 1.º de Cortes*, fls. 168-168 v.º e AD Évora, Códice 74, n.º 52.

os capítulos matrimoniais do imperador Carlos V com a Infanta D. Isabel, irmã de el-rei D. João III. As negociações decorreram paralelamente à reunião das cortes, nas quais foi imposto um serviço de 150 000 cruzados (60 contos de reais), financiado pelos povos, em dois anos, a fim de ajudar à remuneração do elevadíssimo dote da infanta, que foi de 900 000 dobras de ouro castelhanas ¹⁵¹. Concluído o contrato, o recebimento da infanta, por palavras de presente, com o embaixador Carlos Popet, realizou-se em Almeirim, no primeiro dia de Novembro, havendo já a necessária dispensa papal, mas porque esta não circunstanciava todos os graus de parentesco existentes entre o casal nubente, o acto foi repetido em 20 de Janeiro de 1526, com novo diploma pontifício para o efeito ¹⁵².

Para liderar a embaixada que conduziria a sua irmã ao desposório com Carlos V, em Castela, el-rei D. João III nomeou D. Pedro de Meneses. A escolha régia do marquês de Vila Real terá ficado decidida na sequência do primeiro recebimento da infanta, pois, em 15 de Novembro de 1525, a marquesa D. Beatriz de Lara passou procuração ao seu marido, sub-rogando-lhe poderes para representá-la na feitura de quaisquer contratos de empenho, de venda ou de troca, com ou sem pacto de retroactividade, relativamente às diversas tenças e rendas que o casal recebia da Coroa ¹⁵³. A partir desta data, em diante, até aos finais de Janeiro de 1526, o marquês de Vila Real celebraria vários contratos do género, com a finalidade de obter o dinheiro necessário para subsidiar todas as despesas da viagem e da magnificência da condição nobre que quis ostentar durante o tempo que esteve em terras de Castela ¹⁵⁴. Com estas primeiras operações financeiras, D. Pedro de Meneses iniciou, ou melhor, aumentou sobremaneira o estado de endividamento da sua casa senhorial.

¹⁵¹ Uma dobra de ouro castelhana valia 216 reais portugueses: D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo IV – livro V, p. 97. Portanto, 900 000 dobras castelhanas equivaliam a 194 contos e 400 000 reais, dos quais, os 60 contos de reais pedidos aos povos representavam um peso de 30,86%. Num alvará de 11-05-1526, enviado aos oficiais da câmara de Coimbra, com o teor do regimento do lançamento e arrecadação que seria executado na cidade coimbrã, segundo o rateio que lhe competisse, D. João III ordenou que o pagamento se realizasse em três anos: AHM Coimbra, *Documentos Avulsos*, n.º 10. Veja-se ainda o documento n.º 12 desta colecção (carta régia de 03-08-1527) alusivo ao segundo ano de cobrança do imposto.

¹⁵² Cf. *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro...*, cit., pp. 230-233, Francisco de ANDRADA, *Crónica de D. João III*, cit., I Parte, caps. 76 e 93 e ainda Frei Luís de SOUSA, *Anais de D. João III*, cit., vol. I, pp. 199-204 e 268. Para informações mais detalhadas sobre este casamento (negociações, capítulos contratuais e recebimentos) vejam-se: Ana Isabel BUESCU, *D. João III, 1502-1557*, cit., pp. 157-159; idem, *Catarina de Áustria...*, cit., pp. 172-177; e Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond BRAGA, *Um Espaço...*, cit., pp. 47-53.

¹⁵³ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 36, fl. 51 v.º, por documento dado em Leiria, inserido num contrato de venda de 23-11-1525 (fls. 51-52 v.º), por sua vez, inserto numa carta de padrão de 157 354 reais, datada de 24-11-1525, que el-rei atribuiu a D. Beatriz de Portugal, meia-irmã de D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso (fls. 50-53).

¹⁵⁴ Voltaremos a este assunto, no subcapítulo, III.3.2., *infra*.

3. A embaixada de 1526

3.1. Em terras da Andaluzia

No regimento que recebeu de D. João III, as instruções de D. Pedro de Meneses para levar a Infanta D. Isabel até Castela, a fim de casar-se com Carlos V, assim como os assuntos que, na competência de embaixador, iria tratar nas audiências privadas com o imperador, estavam bem definidas ¹⁵⁵.

Logo que a comitiva portuguesa realizasse a entrega da infanta na raia de Elvas-Badajoz à sua congénere castelhana, facto ocorrido em 7 de Fevereiro de 1526, oito dias após a saída do séquito da vila de Almeirim, D. Pedro de Meneses ficaria incumbido de assistir D. Isabel durante toda a viagem, até à ocasião do seu recebimento formal com o imperador Carlos V. Enquanto permanecesse em terras de Castela, o marquês de Vila Real também ficaria encarregado de acompanhar e verificar a feitura da documentação relativa ao contrato matrimonial (quitação dos pagamentos do dote, avaliação das jóias e doação das terras e rendas à imperatriz) assim como de dar as cartas de crença que el-rei endereçava a diferentes pessoas da corte castelhana e fazer as visitas e as conversas de cortesia com esta ou aquela personalidade, segundo o modo, o tempo e o lugar mais convenientes. Sobre estes e outros assuntos, apontados no regimento, alguns deles à laia de resposta a dúvidas expostas pelo marquês, D. João III pediu a D. Pedro de Meneses que lhe remetesse correspondência com informação bem circunstanciada de tudo o que observasse durante a embaixada. Este pedido régio foi escrupulosamente cumprido pelo marquês vila-realense.

De facto, D. Pedro de Meneses foi um narrador muito minucioso da viagem que levou a Infanta D. Isabel até Castela. Não temos a intenção de descrever os vários factos da embaixada do marquês de Vila Real, desde que saiu de Almeirim até ao seu regresso a Portugal, pois, o essencial dessa variedade factual já foi suficientemente relatado por Anselmo Braamcamp Freire ¹⁵⁶, com base nas cartas que o dito marquês endereçou a el-rei D. João III (umas, escritas pela mão de D. Pedro; outras, redigidas pelo seu escrivão)

¹⁵⁵ O regimento tem a data de 29-01-1526, assim como outras duas instruções particulares dadas ao marquês de Vila Real: vejam-se as *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro...*, cit., pp. 240-251. Outras cópias deste regimento e instruções: BNP, Códice 886, pp. 79-103 e Códice 1054, fls. 68-72 v.º. Há ainda um traslado incompleto do regimento na BP Évora, Códice CIX/1-13, n.º 6, fls. 64-65 v.º.

¹⁵⁶ Vide Anselmo Braamcamp FREIRE, *Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela*, separata do *Boletim da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. XIII, n.º 2, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, pp. 13-28.

aliás, quase todas publicadas pelo dito autor, num total de 20 missivas ¹⁵⁷. Além destas, juntamos mais cinco cartas, uma das quais respeitante à descrição da cerimónia formal do casamento entre D. Isabel e Carlos V, realizada em 11 de Março de 1526, na cidade andaluza de Sevilha ¹⁵⁸.

Foi nesta cidade que aconteceu o desposório, embora este estivesse previsto para realizar-se em Toledo, como nos assinala o regimento dado ao marquês. A alteração do local da cerimónia tornou-se num dado adquirido, quando o séquito da imperatriz estava em Badajoz, onde estanciou até meados de Fevereiro, tendo ali recebido instruções para seguir lentamente rumo a Sevilha, aonde se chegou no dia 3 de Março ¹⁵⁹. Entretanto, D. Pedro de Meneses informou D. João III que Carlos V chegaria à cidade sevilhana no dia 10 ¹⁶⁰. O motivo destes retardamentos é sobejamente conhecido. Até ao último instante, o imperador quis certificar-se pessoalmente que Francisco I, rei de França, cumpriria as cláusulas do tratado de Madrid, assinado em 14 de Janeiro de 1526, o qual permitira ao soberano francês libertar-se do cativo a que ficara sujeito, durante um ano, depois de ser capturado na sequência da derrota militar dos seus exércitos na batalha de Pavia, em 24 de Fevereiro de 1525, contra as tropas hispano-germânicas de Carlos V ¹⁶¹.

Embora estes “negócios de França” não lhe fossem desconhecidos, o marquês de Vila Real não se absteve de censurar os atrasos do imperador e a mudança do local do desposório, por mais lhe parecerem actos de pouca estima relativamente à imperatriz e ao rei de Portugal, que tanto dinheiro pagara para dotar o casamento da sua irmã. Além de nos oferecerem um valor informativo importante sobre os assuntos da sua embaixada e outros factos laterais, as cartas de D. Pedro de Meneses são pontualmente assinaladas com opiniões e análises pessoais, na maior parte das vezes, desdenhosas, relativamente aos lugares por onde passa e às pessoas que observa ou com quem troca diálogos. Como

¹⁵⁷ Anselmo Braamcamp FREIRE, *Ida da Imperatriz...*, cit., pp. 33 e ss. Embora nos mencione a existência de 21 cartas (*vide* p. 13), o autor oferece-nos a publicação de 20, das quais, 18 foram remetidas para el-rei D. João III, uma para a rainha D. Catarina e uma para o secretário régio António Carneiro. De todas elas, damos o resumo do seu conteúdo, no Apêndice E, n.ºs 292 a 317.

¹⁵⁸ AN/TT, *Fragmentos*, caixa 13, maço 13, n.º 23, por carta datada de 11-03-[1526]. Transcrita no Apêndice F, n.º 15. Foi redigida pela mão do marquês, porém, erradamente datada do ano de 1525. As outras quatro missivas que escaparam ao crivo de Braamcamp Freire são as que indicamos no Apêndice E, n.ºs 302, 304, 310 e 315.

¹⁵⁹ *Vide* Fray Prudencio de SANDOVAL, *Historia de la Vida y Hechos del Emperador Carlos V*, [Anvers], Geronymo Verdussen (imp.), 1681, Primera parte, libro XIV, cap. 9, pp. 545-546.

¹⁶⁰ AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*: Gaveta 20, maço 13, n.º 100, por carta de 01-03-1526. Publicada n’*As Gavetas da Torre do Tombo*, cit., vol. XI, pp. 143-144.

¹⁶¹ Para uma maior pormenorização destes assuntos, leia-se Alonso de SANTA CRUZ, *Crónica del Emperador Carlos V*, publicada por acuerdo de la Real Academia de la Historia, Madrid, Imprenta del Patronato de Huérfanos de Intendencia é Intervención Militares, 1920-1925, tomo II, caps. 17, 27 e 34-35.

declarou, sinteticamente, numa carta ao secretário régio António Carneiro: “*depois que vi Castela, folgo mais de ser português*” ¹⁶². Ou, pouco antes de voltar a Portugal, numa outra carta a el-rei: “*creia Vossa Alteza, que irei tão depressa, como quem a tinha tanta, na vontade e desejo de ver Vossa Alteza e [...] também não quero negar a Vossa Alteza, que vou mais desejoso da pátria que um lavrador*” ¹⁶³. Não obstante estas palavras, é de salientar que ao 3.º marquês de Vila Real aprouve muito a mercê de el-rei D. João III tê-lo nomeado para encabeçar esta embaixada em Castela, não apenas pelos serviços que nela faria ao monarca e à Infanta D. Isabel, sua irmã, mas também pelo desejo pessoal de conhecer o imperador ¹⁶⁴.

Se D. Pedro de Meneses não guardou nostalgia dos ares e pulsares que respirou e sentiu no reino vizinho, além Guadiana, também não ficou muito impressionado com a figura do fundador do ramo espanhol da Casa de Habsburgo, pois, nem mesmo Carlos V escapou à acrimónia que o marquês verteu nas suas cartas. Apesar de reservar para as conversas particulares com D. João III tudo aquilo que mensurou e interpretou nas suas audiências com o imperador, D. Pedro de Meneses não teve quaisquer pejos em dizer ao seu monarca: “*eu tenho bem visto nele tudo o que me ele [Carlos V] quer mostrar e, por ventura, o que me não quer mostrar e tudo isto, também, acerca do que de sua pessoa posso julgar, guardo para por mim dar de tudo conta a Vossa Alteza*” ¹⁶⁵. O marquês de Vila Real não esclarece o seu juízo pessoal sobre o imperador, mas, pelo que nos é dado a perceber no relato das duas audiências que teve com ele ¹⁶⁶, Carlos V pareceu-lhe ser um indivíduo de conduta dúbia. Por um lado, subscrevia em tom benigno e sincero a amizade entre os dois reis e reinos, robustecida nas duas recentes alianças matrimoniais, envolvendo as irmãs de ambos: D. João III com D. Catarina de Áustria e Carlos V com D. Isabel de Portugal. Mas, por outro lado, também assumia um comportamento arredo e enganador, sobretudo, no debate do assunto em torno da questão do direito e posse das

¹⁶² AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 34, n.º 58, por carta de 17-03-1526. Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, *Ida da Imperatriz...*, cit., n.º 16, pp. 64-65.

¹⁶³ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 32, n.º 22, fl. 1 v.º, por carta datada de 03-04-1526. Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, *Ida da Imperatriz...*, cit., n.º 23, pp. 78-80.

¹⁶⁴ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 34, n.º 10, fl. [1].

¹⁶⁵ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 32, n.º 9, fl. 2, por carta de 17-03-1526. Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, *Ida da Imperatriz...*, cit., n.º 15, pp. 61-64. Esta carta descreve-nos a primeira audiência que o marquês de Vila Real, acompanhado de Rui Teles (mordomo-mor da imperatriz) e de António de Azevedo Coutinho (embaixador português na corte castelhana), tiveram com o imperador no dia 12 de Março.

¹⁶⁶ A segunda audiência, sozinho com o imperador, aconteceu no dia 22 de Março, cujo relato é dado em duas cartas de 23 e 24 de Março de 1526: AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 147, n.º 75 e parte I, maço 34, n.º 10 (citada, *supra*, nota 164). Publicadas por Anselmo Braamcamp FREIRE, *Ida da Imperatriz...*, cit., n.ºs 19 e 20, pp. 68-75.

ilhas Molucas e das embarcações que, segundo era bem sabido, ele tinha mandado partir da Corunha, no Verão de 1525, em busca daquele arquipélago ¹⁶⁷. O reconhecimento do direito português sobre a posse destas ilhas seria a maior prova de amizade que Carlos V poderia oferecer a D. João III, bastando lembrar-se das mercês e favores que recebera de Portugal: o casamento da sua irmã D. Catarina; a libertação dos súbditos castelhanos que foram aprisionados em Cabo Verde, no retorno da viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães; ou a ajuda financeira do rei D. Manuel I para enfrentar as revoltas dos *Comuneros*. A estes argumentos do marquês, o imperador respondeu com o facto de não ser sabedor da circunstância da expedição que rumara às Molucas, pois, tratando-se de um assunto cheio de contornos técnicos e jurídicos, deixara-o entregue ao saber dos seus cosmógrafos e letrados, limitando-se apenas a seguir o que estes lhe aconselhavam. Além disso, tinha outros negócios de maior envergadura que o ocupavam, como eram as pazes com o rei de França, as quais, caso fossem respeitadas, lhe dariam a oportunidade para dirigir-se à Itália e daqui para a Alemanha, onde pretendia resolver pessoalmente as dissensões sociais, políticas e religiosas geradas pelas “*coisas de Lutero*”. Ainda assim, entre as verdades e ilusões transmitidas pelo imperador, D. Pedro de Meneses garantia a D. João III que Carlos V manifestava uma vontade franca para negociar uma concórdia em torno da questão das ilhas Molucas.

Em 5 de Abril de 1526, o marquês de Vila Real saiu de Sevilha. Diz-nos Gaspar Correia, que, por cortesia e em agradecimento pelo serviço da sua embaixada, Carlos V resolveu presenteá-lo com 5 000 cruzados, os quais D. Pedro não quis aceitar, por el-rei lhe ter defendido que nada recebesse do imperador ¹⁶⁸. Na verdade, como nos é indicado pelo marquês, foram 6 000 cruzados, distribuídos por uma copa de ouro e uma fonte de prata dourada, tudo dado pelo imperador, em sinal de gratidão e com a desculpa sincera de não conseguir ofertar-lhe mais, como seria merecido. Diz-nos ainda o marquês, que, resolveu aceitar a oferta, mais por obrigação e serviço que devia a D. João III, a fim de não incitar ofensa a Carlos V, pois, segundo insinuação dos conselheiros do imperador, a sua recusa seria encarada como grande descortesia, não do dito marquês, mas do rei de Portugal ¹⁶⁹. Neste episódio, nota-se a curiosidade de D. Pedro de Meneses classificar o imperador como “*mau homem de paço*”, cujo significado apenas conseguimos decifrar

¹⁶⁷ Cf. Frei Luís de SOUSA, *Anais de D. João III*, cit., vol. II, p. 28 e Alonso de SANTA CRUZ, *Crónica del Emperador Carlos V*, cit., tomo II, caps. 15 e 29.

¹⁶⁸ Gaspar CORREIA, *Crónicas...*, cit., p. 210.

¹⁶⁹ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 32, n.º 25, por carta de 06-04-1526. Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, *Ida da Imperatriz...*, cit., n.º 24, pp. 80-82.

no sentido de o marquês de Vila Real entender que a única e maior descortesia procedia do imperador, acabando por tocar em D. João III, porquanto este lhe mandara que nada aceitasse de Carlos V, em recompensa dos serviços da sua embaixada.

3.2. A magnificência vila-realense: financiamentos e resgates

Segundo informação recolhida por Frei Luís de Sousa, o marquês de Vila Real fez muita despesa nesta sua embaixada a Castela, indo com “*famoso acompanhamento de criados e gente de pé e de cavalo e ricas librés; quarenta azêmalas de sua recâmara, com reposteiros quarteados de branco e preto e bordados e, no meio, a sua divisa do aleo; e a da sua cama, com reposteiro de veludo carmesim com bandas de tela de ouro; vinte e quatro alabardeiros, vestidos de suas cores e vinte e quatro moços da câmara, a cavalo*”¹⁷⁰.

Na carta que remeteu a D. João III, com o relato do acto da entrega da Infanta D. Isabel na raia de Elvas-Badajoz, o marquês destacou orgulhosamente a seriedade do seu aparato e o arrumo da sua gente comparativamente a alguma jactância despropositada e desalinho dos criados dos nobres e prelados da comitiva castelhana: “*creia Vossa Alteza que os mais deles, duns e doutros, eram muito desafeiçoados e [...] foram também dar mostra uns 8 ou 10 pajens do duque de Calábria, em cavalos saltadores; e quando vi esta mostra destes moços, veio-me lembrar a diferença que há de Portugal à das outras partes, que, levo eu 24 moços da câmara, a cavalo, os quais não hão-de cavalgar nem aparecer onde eu for (senão, lá se vão diante ou detrás, com o meu vedor); e isto disse porque não é a mim, se não, ao escoimamento de Portugal*”¹⁷¹. Se bem que D. Pedro de Meneses, com a excelência da sua apresentação, conseguisse livrar Portugal de qualquer defeito ou censura, todavia, não escapou ao juízo mordaz de D. Francés de Zúñiga, pois, como satirizou este truão de Carlos V: ‘O marquês de Vila Real veio com a imperatriz, tão poderoso, que, uns diziam que era Douro e outros Guadiana e trazia muitos bons cavaleiros, bem assinalados, todos com correntes de ouro [...] Traz o dito marquês, dois irmãos, segundo e terceiro, bons cavaleiros, desejosos de ter de comer’¹⁷². O excesso de

¹⁷⁰ Frei Luís de SOUSA, *Anais de D. João III*, cit., vol. I, pp. 268-269.

¹⁷¹ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 33, n.º 89, fl. [2], por carta datada de 08-02-1526. Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, *Ida da Imperatriz...*, cit., n.º 3, pp. 37-42.

¹⁷² Tal como o traduzimos de Juan MENÉNDEZ PIDAL, «Don Francesillo de Zúñiga, bufón de Carlos V – cartas inéditas» in *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, 3.ª Época, tomo XXI, Año XIII, n.ºs 7-8, Madrid, s.e., 1909 (Julio-Agosto), p. 84. Este artigo conclui o texto iniciado pelo Autor, nos n.ºs 3-4 da mesma *Revista*, referente ao bimestre Março-Abril de 1909, pp. 182-200.

aparato de D. Pedro de Meneses terá causado alguma impressão e remoques em surdina, mas, sentindo-se imune a quaisquer comentários chistosos e bem seguro do serviço que fazia na sua embaixada, o marquês garantia a D. João III: “*o que dizem de minha Casa e de como eu venho, não deve nada desaprazer a Vossa Alteza*”¹⁷³. O excesso seria tanto, que, segundo notícia de alguns nobiliários, recolhida de tradição oral, o marquês de Vila Real mandava queimar canela, em vez de lenha, na chaminé da cozinha das casas onde estava aposentado e que, muito admirado com esta excentricidade, falada na sua corte, o imperador Carlos V decidiu embuçar-se em determinada noite para ver e confirmar com os seus olhos como se ardia aquele ‘louco’¹⁷⁴.

É comumente sabido que as despesas feitas por D. Pedro de Meneses nesta sua embaixada em Castela foram a principal causa de uma certa ruína financeira que, então, dali em diante, se revelaria constante até ao final do seu marquesado, pois, à custa delas ficou sempre numa situação de endividamento. De facto, uma leitura sobre algumas das sentenças e ditos proferidos, à época, é perfeitamente esclarecedora¹⁷⁵.

Convém notar que o endividamento feito pelo marquês de Vila Real, destinado a financiar as despesas da sua viagem e embaixada em Castela correspondeu a uma lógica dupla: por um lado, em nome do serviço prestado a el-rei D. João III, à Infanta D. Isabel e ao Reino de Portugal; e por outro, em nome da sua honra, nobreza, estado e condição pessoal, enquanto embaixador. Sabendo-se que não beneficiou de qualquer mercê régia para subsidiar as despesas que iria realizar, o marquês D. Pedro de Meneses financiou a sua magnificência através do empenho dos dinheiros que ele e a marquesa D. Beatriz de Lara, sua mulher, auferiam nas várias cartas de padrões de juro e de tenças outorgadas pela Coroa. Para este efeito, recorreu à escrituração de alguns contratos obrigacionistas, na feição de compra e venda, celebrados com diversos particulares, aos quais trespassou o lucro anual dos ditos dinheiros, a troco de determinadas quantias, tudo precedido com licença régia e ressalvado com pacto de retroactividade, segundo o prazo ajustado entre as partes, situação que permitiria ao marquês reaver as rendas empenhadas, devolvendo aos compradores a totalidade do preço de aquisição. De acordo com a informação que

¹⁷³ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 33, n.º 91, fls. [1 v.º-2], por carta de 08-02-1526. Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, *Ida da Imperatriz...*, cit., n.º 4, pp. 42-43. Esta carta refere-nos que D. Pedro de Meneses levou maçãs e oficiais de armas para o acto da entrega da imperatriz, mas não os utilizou, por a comitiva castelhana não trazer algo semelhante. Sobre isto, o marquês adiantou a el-rei: “*foi muito vosso serviço, saberem que os trazia eu, porque eu me afirmo que, com me verem cá, não se desfez nada em vosso serviço e estado*”.

¹⁷⁴ Vide BNP, Códice 13190, fl. 544 e BA, Códice 50-V-33, fl. 375.

¹⁷⁵ *Ditos Portugueses...*, cit., n.ºs 389-391, 848 e 983-985, pp. 149-150, 311 e 358-359.

nos foi possível apurar, sintetizada no quadro que abaixo se apresenta, o financiamento angariado pelo marquês de Vila Real traduz-se nos dados seguintes:

Financiamento obtido pelo marquês de Vila Real para a embaixada de 1526, em Castela (em reais)					
Comprador	Renda vendida	Preço de compra	Data da venda	Prazo de resgate	Data do resgate
D. Beatriz de Portugal	157 354	2 045 602	23-11-1525 ¹⁷⁶	7 anos	15-01-1528 ¹⁷⁷
Damião Dias	50 652	354 550	28-11-1525 ¹⁷⁸	6 anos	?
D. Beatriz de Portugal	100 000	1 500 000	23-12-1525 ¹⁷⁹	7 anos	15-01-1528 ¹⁸⁰
D. Francisco de Portugal	300 000	[2 400 000]	23-12-1525 ¹⁸¹	[7 anos]	20-04-1529 ¹⁸²
D. Filipa da Silveira	50 000	450 000	30-12-1525 ¹⁸³	s/ prazo	05-01-1528 ¹⁸⁴
D. Beatriz de Portugal	100 000	1 500 000	24-01-1526 ¹⁸⁵	7 anos	15-01-1528 ¹⁸⁶
Fernando de Alcáçova	153 280	1 226 240	29-01-1526 ¹⁸⁷	7 anos	10-03-1529 ¹⁸⁸
Totais	911 286	[9 476 392]			

Ignoramos se D. Pedro de Meneses obteve mais financiamentos, além dos acima mencionados, mas, em números arredondados, o penhor de pouco mais de 900 000 reais das tenças e padrões de juro que ele e a sua esposa detinham, rendeu-lhe quase 9 contos e 500 000 reais, uma quantia que superava largamente os 6 contos de reais que, segundo estimativas dos anos 1528-29, arrecadava de renda anual ¹⁸⁹. Como vimos noutra lugar, uma procuração da marquesa de Vila Real, datada de 15 de Novembro de 1525 ¹⁹⁰, deu poderes ao seu marido para efectuar quaisquer contratos de empenho relativamente aos dinheiros auferidos pelo casal. Nessa procuração, especificaram-se as tenças de 157 354 reais, de 453 280 reais e de 55 000 reais. A documentação que se referenciou em quadro indica-nos quem foram os compradores: a primeira tença foi adquirida por D. Beatriz de Portugal, meia-irmã de D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso; a segunda tença

¹⁷⁶ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 36, fls. 50-53.

¹⁷⁷ *Ibidem*, livro 14, fls. 45 v.º-49.

¹⁷⁸ *Ibidem*, livro 36, fls. 18-18 v.º.

¹⁷⁹ *Ibidem*, livro 36, fls. 43 v.º-45.

¹⁸⁰ Cf. *ibidem*, livro 14, fls. 44-45 v.º e a fonte mencionada na nota 177.

¹⁸¹ *Ibidem*, livro 36, fl. 30.

¹⁸² *Ibidem*, livro 48, fls. 10 v.º-11.

¹⁸³ *Ibidem*, livro 36, fls. 56 v.º-57.

¹⁸⁴ *Ibidem*, livro 14, fl. 44.

¹⁸⁵ *Ibidem*, livro 36, fls. 160-162.

¹⁸⁶ *Ut supra*, nota 180.

¹⁸⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 36, fls. 62-63.

¹⁸⁸ *Ibidem*, livro 41, fls. 57-57 v.º.

¹⁸⁹ Veja-se João Cordeiro PEREIRA, «A renda de uma grande casa senhorial de Quinhentos» in *Primeiras Jornadas de História Moderna: actas*, vol. II, Lisboa, CHUL, 1986, p. 798.

¹⁹⁰ Documento já citado, *supra*, nota 153.

ficou repartida entre o conde de Vimioso e Fernando de Alcáçova, provedor dos Contos do Reino ¹⁹¹; e a terceira tença, embora indique um valor que julgamos advir de alguma imprecisão no acto do registo ou de quem transmitiu a informação para esse efeito, foi comprada por Damião Dias, escrivão da Fazenda de el-rei, a fim de ser concedida à sua mulher Leonor Vaz ¹⁹². Sobre esta terceira tença, não obtivemos qualquer notícia do seu resgate, feito pelo marquês de Vila Real. Além do empenho destas três tenças, todas do marquês D. Pedro de Meneses ¹⁹³, juntou-se o penhor de mais duas, ambas da marquesa D. Beatriz de Lara: uma, no valor de 200 000 reais ¹⁹⁴, também comprada por D. Beatriz de Portugal, em duas parcelas de 100 000 reais; e outra, no valor de 50 000 reais ¹⁹⁵, que foi adquirida por D. Filipa da Silveira, filha de Henrique da Silveira, que depois casaria com D. Francisco de Lima, 3.º visconde de Vila Nova de Cerveira ¹⁹⁶.

Voltando à leitura do quadro de financiamento, vemos que D. Pedro de Meneses conseguiu resgatar os dinheiros que empenhara, bem antes do tempo de vencimento dos prazos concertados. Porém, esta aparente celeridade no resgate dos dinheiros teve custos que se traduziram na venda de bens móveis e imóveis do património da casa senhorial. Assim, em 10 de Dezembro de 1527, na sua quinta de Chão de Couce, o casal D. Pedro e D. Beatriz mandou lavrar um instrumento público de renúncia e de quitação, pelo qual vendeu a D. João III uma quantia de 300 000 reais do padrão de 600 000 reais, de juro e herdade, que a marquesa de Vila Real obtivera de D. Manuel I, em permuta do conjunto das receitas que ela fruía pelas tenças dos bens herdados da sua mãe e da sua bisavó. O padrão destinara-se a satisfazê-la até ao fim da sua vida, altura em que a Coroa tornaria a comprá-lo, dando aos seus herdeiros, por inteiro, uma quantia de 13 contos e 199 996 reais correspondentes à avaliação dos bens herdados, a qual fora incluída no seu dote de casamento. Embora tal quantia pertencesse aos bens dotais do consórcio, sob condição

¹⁹¹ Não obtivemos uma informação concreta sobre o preço que o conde de Vimioso pagou pelos 300 000 reais que comprou ao marquês de Vila Real. Todavia, sabendo-se que a sua origem foi a tença de 453 280 reais e que Fernando de Alcáçova comprou uma parcela de 153 280 reais da dita tença pelo preço de 1 conto e 226 240 reais [à razão de 8 000 reais por cada milhar (8%)] então, em cálculo proporcional, os 300 000 reais comprados por D. Francisco de Portugal terão custado 2 contos e 400 000 reais.

¹⁹² A procuração da marquesa diz-nos que eram os 55 000 reais arrecadados no almoxarifado de Tavira, satisfeitos pela receita das sisas do pescado. Neste ramo, as únicas tenças vencidas pela Casa de Vila Real eram de 16 000 reais e de 50 652 reais: *vide* Apêndice E, n.ºs 262-263.

¹⁹³ Na verdade, são quatro tenças, todas confirmadas por D. João III: *vide* Apêndice E, n.ºs 263 e 271-273.

¹⁹⁴ Referente ao padrão de juro do mesmo valor, outorgado por el-rei D. Manuel I, em satisfação da compra da vila de Colares: documento já citado, *supra*, nota 89.

¹⁹⁵ Referente ao padrão de juro do mesmo valor, dado por el-rei D. Manuel I, em confirmação de uma tença que herdara da sua mãe: documento já citado, *supra*, nota 96.

¹⁹⁶ Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra, cit.*, vol. III, p. 369.

de servir para benefício do morgado da Casa de Vila Real, D. João III consentiu que a unidade do padrão de 600 000 reais fosse partível, desde que a porção daí desagregada jamais se aplicasse em proveito do dito morgado, avocando-se àquele padrão. De resto, a permissão régia foi uma mercê concedida ao casal vila-realense, em aceitação do seu requerimento para “*tirar alguns dinheiros de juro e outras rendas que tinham vendidas a retro*”. Neste sentido, D. João III comprou ao casal uma quantia de 300 000 reais, pelo preço de 6 contos e 599 998 reais. Este preço foi liquidado, em nome de el-rei, por João Rodrigues de Noronha, fidalgo da sua casa, a quem se deu a dita quantia e o respectivo padrão de juro ¹⁹⁷. A outra metade de 300 000 reais continuou na posse de D. Beatriz de Lara, dada em juro e herdade, na mesma forma do anterior padrão de 600 000 reais ¹⁹⁸, ficando então o monarca quite do valor desagregado e apenas obrigado ao pagamento de outros 6 contos e 599 998 reais para remunerar aos herdeiros da marquesa.

Com os 6 contos e 599 998 reais alcançados neste negócio, D. Pedro de Meneses resgatou algumas das rendas que vendera para financiar os custos da sua embaixada de 1526. A sequência cronológica da documentação alusiva à Casa de Vila Real evidenciam-nos que, em Janeiro de 1528, as pessoas a quem o marquês retornou o dinheiro pago na aquisição das suas rendas foram D. Beatriz de Portugal e D. Filipa da Silveira, num total de 5 contos e 495 602 reais ¹⁹⁹. A diferença de 1 conto e 104 396 reais não chegaria para remir o preço de qualquer outra compra indicada no quadro de financiamento, senão a que respeitava a Damião Dias, mas não temos informação que nos indique o resgate da tença de 50 652 reais que foi adquirida pelo escrivão da fazenda régia.

Neste contexto, não deixa de ser curioso que, em vez de recuperar dinheiros que trazia empenhados, D. Pedro de Meneses tivesse escolhido um caminho bem diferente, que foi a compra de novos bens. Em 23 de Abril de 1528, com licença facultada por um alvará de D. João III, o marquês comprou a Luís de Atouguia, fidalgo da casa de el-rei, o senhorio da vila e termo de Ranhados, com todas as jurisdições, rendas, direitos, etc., salvo correição e alçada, pelo preço de 1 conto de reais ²⁰⁰. Supomos que o pagamento deste negócio foi realizado com o dinheiro da diferença de 1 conto e 104 396 reais que

¹⁹⁷ Tudo isto consta na carta régia desse padrão, datada de 05-05-1528: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 14, fls. 178-179.

¹⁹⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 14, fls. 82 v.º-83, por carta datada de 16-03-1528, com o seu pagamento anual, feito no almoxarifado do Porto, através do ramo do haver do peso da mesma cidade.

¹⁹⁹ Conferir as fontes mencionadas, *supra*, notas 177, 180 e 184.

²⁰⁰ Sobre este negócio, veja-se AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 14, fls. 95-95 v.º, por carta de 28-04-1528, que confirmou este senhorio ao marquês, a título de juro e herdade.

sobejara ao marquês, depois de reaver as rendas compradas por D. Beatriz de Portugal e por D. Filipa da Silveira. Esta acção negocial de D. Pedro de Meneses não deixa de ser surpreendente, sobretudo, sabendo-se que ainda tinha outros rendimentos empenhados, além daqueles que hipotecara para financiar a sua embaixada de 1526. Em 7 de Maio de 1528, duas semanas passadas sobre a aquisição do senhorio de Ranhados, o marquês de Vila Real retornou uma quantia de 350 000 reais a Alonso Henriques, fidalgo da casa de el-rei, conseguindo recuperar uma parcela de 50 000 reais de tença do seu assentamento de conde [de Alcoutim]. Esta parcela tinha sido vendida, com pacto de retroactividade, sem qualquer prazo ajustado entre as partes, por escritura pública celebrada na cidade de Évora, em 28 de Junho de 1524 ²⁰¹. Tratando-se de uma quantia de valor mediano, é de crer que D. Pedro de Meneses tivesse conseguido restituir os ditos 350 000 reais através das receitas da sua fazenda senhorial, pois, não detectamos notícia de outras alienações de bens, além daquela que lhe facultara o dinheiro para resgatar as rendas anteriormente referidas e para comprar o senhorio de Ranhados.

Todavia, é certo que voltou a alienar bens, uma vez que ainda restavam 3 contos e 626 240 reais para saldar e, assim, reaver a valiosa tença de 453 280 reais, cuja venda fora repartida pelo 1.º conde de Vimioso e por Fernando de Alcáçova. De acordo com a informação dada pelos documentos alusivos à Casa de Vila Real, o resgate da dita tença foi efectuado nos meses de Março e de Abril de 1529 ²⁰². A primeira parcela reavida foi 1 conto e 226 240 reais, relativa a Fernando de Alcáçova, cuja quantia, aparentemente, deverá ter sido remunerada com o dinheiro de 1 conto e 600 000 reais que os marqueses D. Pedro de Meneses e D. Beatriz de Lara receberam de Afonso de Albuquerque, em 1 de Dezembro de 1528, pela venda da sua quinta de Azeitão ²⁰³. Relativamente à parcela de 2 contos e 400 000 reais, tocante a D. Francisco de Portugal, a sua remuneração terá sido realizada – assim o conjecturamos – com o resto do dinheiro dado por Afonso de Albuquerque, com receitas da fazenda senhorial vila-realense e com verbas amealhadas na arrecadação trimestral (ou seja, aos quartéis do ano) das tenças resgatadas no ano de

²⁰¹ Cf. AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 14, fl. 149 e livro 8, fl. 119 v.º, por cartas de 02-08-1528 e de 16-08-1525, respectivamente, pelas quais o monarca confirmou ao marquês de Vila Real e a Alonso Henriques o vencimento dos referidos 50 000 reais de tença. Esta seria relativa ao título do condado de Alcoutim, cujo assentamento fora fixado pelo rei D. Manuel I, em 1500, no valor de 270 000 reais (*vide* subcapítulo II.3.1., nota 89). Ignoramos se haveria mais parcelas empenhadas deste assentamento do condado algarvio, mas sabemos que, na carência de um filho varão, vivo, o marquês D. Pedro de Meneses também usava o título de conde de Alcoutim, cujas prerrogativas, em regra, pertenciam ao chefe da Casa de Vila Real, até ao tempo em que o seu sucessor atingisse os 15 anos de idade.

²⁰² Conferir as fontes mencionadas, *supra*, notas 182 e 188.

²⁰³ Venda mencionada na fonte citada, *supra*, nota 92.

1528 e das demais tenças que não foram empenhadas para o financiamento das despesas da embaixada de 1526, pois, mais uma vez, não nos consta qualquer informação relativa à alienação de outros bens pertencentes à Casa de Vila Real.

4. Fastos senhoriais e nefastos nobiliárquicos

4.1. Remodelação e gestão do património senhorial

Quando D. João III permitiu que D. Pedro de Meneses vendesse as rendas da sua casa senhorial, algumas delas hereditárias, a fim de financiar as despesas da embaixada em Castela, fê-lo sob o argumento da “*justa causa*” do serviço que o marquês haveria de ali efectuar, em nome do monarca e da Coroa de Portugal. O mesmo argumento também serviu para a recuperação das rendas empenhadas, quando el-rei adiantou ao marquês de Vila Real o pagamento de metade dos 13 contos e 199 996 reais dos bens dotais da sua mulher D. Beatriz de Lara, embora a remuneração desta quantia devesse ser realizada na sua inteireza e apenas depois da morte da marquesa, em favor dos seus herdeiros, sendo destinada em benefício do morgado da casa vila-realense.

Apesar de ter servido para resgatar rendas e dinheiros penhorados, o pagamento antecipado de 6 contos e 599 998 reais também representou a perda irreversível de uma receita futura para proveito do morgado da casa senhorial. Como já referimos, supomos que uma parte que sobejara do dito pagamento terá sido aplicada na compra do senhorio de Ranhados, situado a par de Meda. Se assim foi, parece-nos que D. Pedro de Meneses adoptou um expediente de aquisição de novos bens e direitos senhoriais para compensar a perda de réditos futuros que, em princípio, estariam reservados para comprar bens que seriam vinculados ao morgado vila-realense. E assim nos parece, porque a aquisição do lugar de Ranhados, em Abril de 1528, não foi um acto isolado, pois, nos anos seguintes, o marquês ainda realizou outras compras. No entanto, essas compras só foram possíveis, mais uma vez, com recurso à alienação dos dinheiros que ele e a marquesa, sua mulher, auferiam nas tenças e padrões de juro remunerados pela Coroa.

Em 5 de Outubro de 1529, o marquês de Vila Real adquiriu a Leonel de Abreu, fidalgo da casa de el-rei, os direitos reais da terra de Valadares e a fortaleza da Lapela, junto ao rio Minho, pelo preço de 141 400 reais. Este negócio já recebera aprovação de

D. João III, por alvará de 14 de Outubro de 1528, que levou adição de uma apostila feita em 24 de Julho do ano seguinte, pela qual o monarca estipulou que a venda da fortaleza não ultrapassasse o valor de 130 000 reais. Uma vez confirmado o contrato feito entre as partes negociantes, o *Piedoso* concedeu ao marquês as respectivas cartas de doação dos bens adquiridos, outorgando-lhos na feição de juro e herdade ²⁰⁴. Para pagar estes bens, D. Pedro de Meneses voltou a utilizar o seu padrão de 157 354 reais, que antes vendera e resgatara a D. Beatriz de Portugal ²⁰⁵, do qual alienou a verba correspondente ao preço de compra para trespassá-la em benefício de Leonel de Abreu ²⁰⁶, ficando apenas com o lucro dos restantes 15 954 reais ²⁰⁷.

Um pouco mais tarde, em 1532, com licença dada por D. João III, o marquês de Vila Real adquiriu a João da Silva, regedor da Casa da Suplicação, a terra e as rendas de Azurara, lugar situado na margem esquerda da foz do rio Ave, diante de Vila do Conde, pelo preço de 100 000 reais. Esta compra incluiu ainda um couto, doado em 1454 numa carta de mercê de D. Afonso V, em favor de João da Silva, mediante pedido da sua mãe D. Beatriz de Meneses, avô e bisavô do dito regedor, respectivamente ²⁰⁸. Uma vez feito o negócio entre as partes, D. João III aprovou-o e fez doação vitalícia dos referidos bens a D. Pedro de Meneses, em 23 de Abril de 1532 ²⁰⁹. A forma como o marquês pagou os bens adquiridos surge-nos declarada numa carta régia de padrão de 100 000 reais dada a D. Joana de Castro, esposa do regedor João da Silva ²¹⁰. Nesta carta, somos informados que o marquês e a sua mulher, mediante um escrito feito e assinado em 25 de Junho de 1532, alienaram 100 000 reais das suas tenças e padrões de juro e trespassaram-nos em benefício do regedor João da Silva, que, depois, requereu a el-rei que o lucro daqueles dinheiros fosse dado à sua esposa. A quantia de 100 000 reais era constituída pela soma de três parcelas: 50 000 reais do padrão de 153 280 reais, que a marquesa arrecadava no

²⁰⁴ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 48, fls. 117 v.º-118 e 116 v.º, por cartas de 09-10-1529 e de 17-10-1529 (a primeira, relativa à fortaleza da Lapela; e a segunda, alusiva aos direitos reais de Valadares).

²⁰⁵ Documento já citado, *supra*, nota 177.

²⁰⁶ Cf. AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 48, fls. 129 v.º-131 v.º e *Corpo Cronológico*, parte II, maço 109, n.º 27, por carta de 08-11-1529, que corresponde à carta régia do padrão de 141 400 reais concedida a Leonel de Abreu, com vencimento assentado no almoxarifado de Ponte de Lima, desde o ano de 1530, em diante.

²⁰⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 48, fls. 118-119 v.º, por carta de 13-11-1529, que corresponde à respectiva carta régia de padrão outorgada ao marquês vila-realense, com vencimento assentado na alfândega de Viana e Caminha, desde o ano de 1530, em diante.

²⁰⁸ Sobre estes dois ascendentes familiares do regedor João da Silva, veja-se Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira...*, cit., pp. 1069-1072.

²⁰⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 16, fls. 44-44 v.º.

²¹⁰ *Ibidem*, livro 16, fl. 164, por carta de 11-09-1532.

almoxarifado do Porto, pelo rendimento da sisa dos vinhos da mesma cidade ²¹¹; 16 000 reais de um padrão herdado do seu pai, que o marquês mandava receber, por carta geral, no almoxarifado de Leiria ²¹²; e 34 000 reais oriundos de dois padrões que, com licença régia, o marquês obteve de um trespasse que lhe fez o tesoureiro-mor Fernando Álvares, a quem cedeu, em permuta, o seu padrão de 15 954 reais ²¹³.

A aquisição deste conjunto de terras, rendas e direitos, confirmados e doados em cartas de D. João III, parece indiciar um acréscimo e uma diversificação dos interesses senhoriais de D. Pedro de Meneses, mas tal situação só é manifestamente visível para o segundo aspecto. O 3.º marquês de Vila Real diversificou património com as compras de Ranhados, de Azurara e da fortaleza da Lapela, mas não operou qualquer acrescento, senão através dos direitos reais de Valadares, terra que já lhe pertencia. A compra destes bens, que custaram ao marquês 1 conto e 241 400 reais, serviu para compensar a perda de outros anteriormente vendidos, como a quinta de Azeitão e as casas de Colares, cujas alienações renderam 2 contos e 200 000 reais ²¹⁴. Embora a venda das casas de Colares, negociada com el-rei, em 1530, tivesse sido feita sob condição de D. Pedro de Meneses vincular outros bens ao morgado da sua casa senhorial, no qual aquelas casas estavam agregadas, conforme cláusula do dote de casamento da marquesa ²¹⁵, o balanço final do reajustamento patrimonial realizado pelo marquês, entre os anos de 1528 e de 1532, foi financeiramente desfavorável. A situação da fazenda da casa senhorial ainda se tornou mais gravosa, por tal reajustamento, como se constatou, ser indissociável das sucessivas acções do marquês relativamente ao empenho, ao resgate e à alienação de dinheiros das

²¹¹ Este padrão fora-lhe dado em 30-03-1529 e corresponde ao documento já citado, *supra*, nota 188. A quantia de 153 280 reais era do marquês D. Pedro e foi resgatada da venda destes dinheiros, feita a Fernando de Alcáçova. Depois de reavida, o marquês pediu a el-rei que a quantia passasse a ser vencida pela marquesa, sua mulher. Com o trespasse de 50 000 reais feito em proveito do regedor João da Silva, a marquesa D. Beatriz de Lara passou a receber os restantes 103 280 reais: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 16, fls. 130-131, por carta de 10-09-1532.

²¹² Refere-se ao padrão de 16 000 reais que fora confirmado ao marquês D. Pedro, em regime de juro e herdade, conforme outras cartas similares, anteriormente dadas pelos reis D. Manuel I e D. João III: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 14, fl. 109 v.º, por carta de 26-05-1528.

²¹³ Tal padrão de 15 954 reais é o mesmo que se citou, *supra*, nota 207. Sabemos que o marquês e a marquesa, sua mulher, venderam e renunciaram o lucro deste padrão em favor de Fernando Álvares, segundo o fizeram constar num escrito assinado e datado de 10-03-1533: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 19, fls. 129 v.º-132 v.º, por carta de 26-06-1533, que corresponde à doação régia do padrão de 15 954 reais que o tesoureiro-mor comprou ao marquês de Vila Real. Este documento não o refere, mas supõe-se que a venda rendeu os 34 000 reais que D. Pedro de Meneses trespassou ao regedor João da Silva para lhe remunerar a compra da terra e rendas de Azurara, como nos surge mencionado no documento citado, *supra*, nota 210.

²¹⁴ Conferir, *supra*, o parágrafo redigido em torno das notas 92-97.

²¹⁵ Para a segurança desta venda, o marquês D. Pedro vinculou ao morgado da sua casa a quinta do Pombal, situada no termo de Vila Real, que fora comprada pelo marquês D. Fernando, em 05-11-1512: AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 3, n.º 6 e cap. 24, n.º 119, pp. 15-16 e 176-177.

tenças e dos padrões de juro que lhe eram remunerados pela Coroa. Numa visão muito simplista, podemos afirmar que a Casa de Vila Real, entre as várias compras, vendas e alienações feitas, logo após a embaixada do marquês em Castela, registou uma perda de activos, quer no valor dos bens imóveis, quer no lucro das rendas que auferia da fazenda régia. Melhor razão para esta afirmação pode ser deduzida na leitura das duas primeiras trovas anónimas, já reproduzidas noutro lugar ²¹⁶, cujo sentido chistoso nos manifesta o pouco zelo que o marquês D. Pedro de Meneses teve na gestão do património senhorial que herdara e das rendas da sua casa, as quais seriam mais desbaratadas em proveito da sua vaidade pessoal e dos desperdícios quotidianos que no pagamento das dívidas e dos empréstimos contraídos.

Por outro lado, o período posterior à embaixada em Castela, entre 1527 e 1532, também se mostrou muito fértil para o marquês no alcance de diplomática régia alusiva aos seus privilégios senhoriais. Neste contexto, assinala-se a concessão da mercê de ter a sua própria chancelaria, diante dos seus ouvidores, que, assim: passariam a usar o seu ofício, segundo o regimento dado aos corregedores das comarcas; teriam a prerrogativa de conhecerem feitos de acção nova (tanto no cível como no crime); e ainda poderiam dar, com ordem do marquês, cartas de fintas e de talhas nas suas vilas e terras, contanto que não passassem a quantia de 4 000 reais e desde que fossem propositadas para obras, benfeitorias, feitos e demandas dos concelhos ²¹⁷. Outra mercê que D. João III concedeu a D. Pedro de Meneses verificou-se na renovação da prerrogativa da correição senhorial, exercida pelo ouvidor da sua casa, em todas as terras de que tinha jurisdição doada e nas quais era proibida a entrada do corregedor de comarca nomeado por el-rei, tudo assim, na mesma forma que tivera o marquês D. Pedro, seu avô, por cartas dos reis D. Afonso V e D. João II, depois, confirmadas por D. Manuel I ²¹⁸. Sendo uma concessão genérica e visto que um só ouvidor não bastava para desempenhar funções em todos os senhorios do marquês vila-realense, desde o alto Minho até ao Algarve, D. João III houve por bem que D. Pedro de Meneses pudesse nomear diferentes ouvidores, consoante a localização geográfica do seu património senhorial, autorizando ainda que eles pudessem processar os feitos em lugares apartados das áreas jurisdicionadas. Assim o verificamos no alvará

²¹⁶ Releia-se, *supra*, o excerto textual citado com a nota 99.

²¹⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 14, fl. 153, por uma carta datada de 22-08-1528.

²¹⁸ *Ibidem*, livro 14, fl. 131 v.º, por carta de 28-06-1528. A confirmação de D. Manuel I data de 20-05-1499, aprovando cartas dos seus antecessores, datadas de 06-06-1486, 09-03-1479, 15-05-1478 e 14-09-1462, das quais já fizemos devida menção no Capítulo I, cujos resumos podem ser consultados no Apêndice E, n.ºs 20, 63, 65 e 74.

que D. João III outorgou ao marquês de Vila Real, permitindo-lhe que o ouvidor que ele nomeasse para as suas terras da comarca de Entre Douro e Minho, dotado de alçada para ouvir, conhecer e julgar quaisquer apelações, agravos e feitos ali pertencentes, pudesse servir o seu ofício, estando na vila de Viana da foz do Lima, como se residisse nas ditas terras ²¹⁹. A mesma prerrogativa foi dada ao ouvidor designado para a vila de Alcoutim, que poderia desempenhar o seu ofício, estando na cidade de Tavira ²²⁰. E bem assim ao ouvidor nomeado para as terras do marquês na comarca da Estremadura, podendo o dito ouvidor usar as suas funções, estando em Coimbra, em Santarém, em Tomar, em Torres Novas ou em Leiria ²²¹.

As mercês de D. João III feitas ao marquês de Vila Real não ficaram por aqui, alargando-se também à apresentação e provimento de ofícios nos seus senhorios. Sendo requerido por D. Pedro de Meneses, a fim de preencher uma lacuna existente na recente doação da sua vila de Ranhados, o monarca concedeu-lhe a mercê vitalícia e hereditária relativa à nomeação de tabeliães naquela vila ²²². Atendendo-lhe a outro requerimento, o *Piedoso* determinou a criação do ofício de juiz dos órfãos para as vilas e concelhos de Palhais, de Mações de Dona Maria, de Aguda, de Avelar e de Pousaflores, tudo senhorios do marquês, situados no lugar de Chão de Couce, então, já habitado por 400 vizinhos, dando ainda a D. Pedro de Meneses e aos seus sucessores o poder de proverem o ofício, sempre que ficasse vago ²²³. Nestas mesmas condições, também foi dada ao marquês de Vila Real a mercê de nomear pessoas da sua confiança para exercer o ofício de juiz dos órfãos na vila e termo de Alcoutim ²²⁴.

Além da concessão desta série de privilégios, D. Pedro de Meneses obteve ainda de D. João III a doação vitalícia da portagem da vila de Santarém, cujas rendas passou a usufruir desde o ano de 1529, em diante, com a regalia de nomear oficiais para arrendar e receber as receitas dos seus ramos e pertenças, assim como nomear juiz e ouvidor dos direitos reais ali cobrados, tal como fora outorgado ao seu pai D. Fernando de Meneses,

²¹⁹ AN/TT, *Confirmações Gerais*, livro 6, fl. 171 v.º, por alvará de 19-08-1527, inserto numa confirmação régia de 24-10-1594, outorgada a D. Miguel de Meneses, 6.º marquês de Vila Real.

²²⁰ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 43, fl. 115 v.º, por carta datada de 03-10-1530.

²²¹ *Ibidem*, livro 14, fl. 131 v.º e *Casa do Infantado*, livro 198, fls. 57-58, por uma carta datada de 03-07-1528, na qual se exceptuou ao ouvidor nomeado o conhecimento dos feitos de acção nova.

²²² AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 14, fl. 123, por uma carta datada de 17-06-1528.

²²³ *Ibidem*, livro 48, fl. 107 v.º e livro 72, fls. 170-170 v.º, por carta de 03-11-1529, declarando a dada do ofício a Pêro Fernandes de Seixas, escudeiro da casa do marquês de Vila Real.

²²⁴ *Ibidem*, livro 18, fl. 81, por carta de 03-08-1532.

por cuja morte a dita concessão vagara ²²⁵. Parece que, no mesmo dia do despacho desta doação, D. João III também deu um alvará ao marquês D. Pedro, pelo qual lhe garantia, depois da sua morte, a concessão da dita portagem em favor do sucessor da sua casa ²²⁶. Numa altura em que a situação financeira da Casa de Vila Real não era desafogada, esta doação vitalícia das rendas da portagem de Santarém, acrescida da possibilidade da sua fruição continuar na geração seguinte, não deixava de ser uma mercê bastante favorável. Pelo menos, marcava uma diferença relativamente às doações régias da dita portagem que os antecessores de D. João III tinham feito aos antepassados do 3.º marquês de Vila Real, nas quais se defendera sempre uma feição vitalícia e, desde o reinado de D. João II, sob condição da renúncia de boa parte ou da totalidade do assentamento do seu título nobiliárquico ²²⁷.

No decurso do Verão de 1530, assinalam-se várias confirmações régias pedidas por D. Pedro de Meneses, entre as quais, a primeira foi a aprovação do seu contrato de casamento com D. Beatriz de Lara ²²⁸. Mas, a confirmação mais importante incidiu no contrato de venda das diversas rendas e bens em Leiria, que D. Afonso V fizera com o conde D. Pedro de Meneses, em 18 de Março de 1475. Este contrato tinha uma cláusula de duração de duas vidas, que findaria na morte do sucessor do 3.º conde de Vila Real, após a qual, a Coroa poderia, se assim o entendesse, readquirir os bens leirienses, pelo mesmo preço de venda (19 000 coroas). A cláusula não foi accionada depois do decesso do marquês D. Fernando de Meneses († 1523), pelo que tais bens continuaram na posse do seu primogénito D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real. Se D. João III não accionou tal cláusula, muito menos o fez, passados alguns anos, talvez, em atenção às

²²⁵ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 41, fls. 64-64 v.º e livro 72, fls. 171-171 v.º, por carta datada de 28-04-1529.

²²⁶ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 16, n.º 6, p. 120: “Mais, concedeu o dito senhor [D. João III], ao dito marquês D. Pedro, esta portagem para o marquês D. Miguel, seu filho, depois de sua morte, que, ao tempo, era conde de Alcoutim, por alvará dos ditos 28 de Abril de 1529”. Assim nos é dito, mas a informação é errónea, uma vez que D. Miguel só nasceu em 1534 (conferir, *supra*, o parágrafo redigido em torno das notas 111-114). Apesar de ignorarmos o paradeiro e o teor deste alvará, cremos que existiu e que foi outorgado, numa feição genérica, ao marquês D. Pedro, em favor do conde de Alcoutim, seu filho; assim, sem dar o seu nome. Ou seja, julgamos que em 1529 havia um filho varão, mas que terá falecido em tenra idade. Tal situação concorda com o teor da carta de mercê do provimento do juizado dos órfãos de Alcoutim, datada de 1532 e já citada na nota 224, que nos dá a informação de D. Pedro de Meneses ser nomeado com o título de conde de Alcoutim, pois, assim o usava sempre, na carência de um sucessor masculino.

²²⁷ Referimo-nos às cartas régias outorgadas em 26-08-1463, em 27-01-1494, em 05-04-1498 e em 13-03-1500, das quais já fizemos menção nos Capítulos I e II, cujos resumos podem ser consultados no Apêndice E, n.ºs 29, 82, 107 e 124.

²²⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 39, fls. 41-42 v.º, por carta datada de 23-06-1530. O protocolo da confirmação régia indica-nos que o teor do contrato foi trasladado das notas do secretário António Carneiro, por até então não ter sido lavrada escritura em forma.

dificuldades de liquidez financeira da casa vila-realense, à qual, certamente, seria mais proveitoso continuar a usufruir as receitas dos bens leirienses que receber o dinheiro da compra realizada pelo 3.º conde de Vila Real. Por fazer mercê ao marquês D. Pedro, em respeito aos seus muitos serviços e merecimentos, assim como dos seus antepassados, D. João III confirmou-lhe o usufruto daqueles bens ²²⁹.

A confirmação dos bens de Leiria pedida por D. Pedro de Meneses tornar-se-ia muito importante para as receitas da fazenda senhorial da Casa de Vila Real, incluindo o seu morgado ²³⁰. Este pedido do marquês terá surgido depois de ver frustrado um acordo com D. Jaime, 4.º duque de Bragança, sobre a troca de certas terras, jurisdições, rendas e direitos doados pela Coroa, assim como de património particular, que ambos tinham e pretendiam fazer, mas que não surtiu efeito. Nesse acordo, o marquês dava a alcaidaria, as rendas, os bens e demais fazenda particular e da Coroa que tinha em Leiria, as vilas e jurisdições de Alcoentre e Chão de Couce, com suas rendas, direitos, padroados e outros bens e fazenda que nelas tivesse e ainda os “10 reais de Ceuta” que ele recebia em todas as terras do duque, situadas no Minho e em Trás-os-Montes. Em troca, o duque dava as terras e jurisdições de Paiva, Baltar, Lousada, Penela, Vila Chã e Larim, as alcaidarias de Castro Laboreiro e Melgaço e ainda as jurisdições dos coutos de Barbeita, Nogueira, Gondufe e outro, cujo nome não deciframos. Além disto, pelas rendas das terras e dos dinheiros de Ceuta que o marquês dava, o duque dava as rendas das suas terras e coutos, as rendas das dízimas do pescado que tinha no Porto, em Azurara e em Vila Nova de Cerveira, as rendas que [o alcaide-mor] Pedro de Castro tinha em Melgaço e a conta do concerto que trazia com a câmara do arcebispo de Braga, ainda por concluir ²³¹.

Este acordo terá sido embargado por el-rei D. João III. A aprovação do monarca teria determinado a constituição geográfica de dois potentados senhoriais, com âmbitos adequados aos interesses particulares do marquês de Vila Real e do duque de Bragança.

²²⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 39, fls. 126 v.º-127 v.º e *Casa do Infantado*, livro 198, fls. 51 v.º-57, por carta de 20-07-1530, que contém o traslado da carta de venda das rendas e bens de Leiria que D. Afonso V fez ao 3.º conde de Vila Real, já analisada, *supra*, em parágrafos redigidos no subcapítulo I.4.2., em torno das notas 169-172.

²³⁰ Conferir os dois últimos parágrafos do subcapítulo IV.1.5., *infra*.

²³¹ BNP, *Manuscritos Avulsos*, cx. 4, n.º 13. Transcrito no Apêndice F, n.º 16. Trata-se de uma cópia setecentista, sem indicação de data e sem identificação concreta das pessoas envolvidas, mas algum do teor apresentado permite-nos afirmar que este acordo data do final da década de 20 do século XVI. Por um lado, sabemos que as rendas da dízima do pescado de Azurara entraram na posse do duque D. Jaime, através de escambo feito com D. Rodrigo de Melo, 1.º conde de Tentúgal: AN/TT, *Místicos*, livro 6, fls. 6 v.º-10, por carta de 07-10-1520. Por outro, também sabemos que os diferendos que o duque trazia com o arcebispo de Braga ainda subsistiam no ano de 1527: vide AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 37, n.º 145 e D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., tomo IV (parte I), n.º 123, pp. 95-96.

Com as rendas e bens de Leiria, mais as rendas e a alcaidaria de Vitória (ou da Batalha), que também entravam no negócio, o duque D. Jaime estenderia o seu domínio territorial na comarca da Estremadura, desde os seus senhorios de Ourém e de Porto de Mós até ao mar atlântico. Por sua vez, o marquês D. Pedro ganharia maior preponderância senhorial e territorial na comarca de Entre Douro e Minho, quer na fronteira com a Galiza, desde Caminha até Castro Laboreiro, quer na região média entre os rios Lima e Cávado, quer ainda no vale do rio Sousa, onde já tinha o senhorio de Sobrosa ²³².

Confirmados os bens e rendas de Leiria, D. João III confirmou ainda a D. Pedro de Meneses outros direitos e regalias naquela região: a mercê régia das tenças vagantes das pessoas que recebiam seu mantimento, pelos 85 moios de trigo e 9 moios de cevada que a Casa de Vila Real era obrigada a entregar anualmente ao mosteiro de Santa Maria da Vitória ²³³; e a arrecadação das rendas e direitos da vila de Vitória, segundo o foral e costumes de Leiria ²³⁴. Outras confirmações pedidas pelo marquês a el-rei: o direito de nomear coudel em Alcoutim e de nenhum oficial régio entrar nesta vila para aconteir ou fazer alardos ²³⁵; a manutenção do privilégio do couto de homiziados em Alcoutim, tal como se usava em Mértola ²³⁶; e, no mesmo sentido, resultante da compra da alcaidaria-mor de Lapela, a conservação do privilégio do couto de homiziados neste lugar junto ao rio Minho, tal como se registava na vila de Marvão ²³⁷.

No meio desta diplomática régia de confirmações, D. Pedro de Meneses também se ocupou de assuntos particulares tocantes à administração do seu património e direitos senhoriais. Os vestígios são residuais, mas, entre o que foi possível detectar, contam-se: uma escritura de venda e escambo que o marquês de Vila Real fez com duas mulheres viúvas, que viviam no seu bairro do Carmo, em Lisboa, pagando-lhe foro de duas casas

²³² Os coutos de Barbeita e de Nogueira, respectivamente situados nas circunscrições de Monção e de Vila Nova de Cerveira, senhorios de el-rei, localizavam-se junto ao rio Minho. O couto de Gondufe situava-se na circunscrição de Ponte de Lima, senhorio de el-rei. As terras de Lousada, Penela, Vila Chã e Larim foram vendidas pelo duque D. Jaime, com pacto de retroactividade, a D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso, em 1515, continuando assim em 1527 (cf. D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, tomo V (parte II), n.º 9, p. 309 e Anselmo Braamcamp FREIRE, «Povoação de Entre Doiro...», *cit.*, pp. 251-252 e 258). Os senhorios da honra de Baltar e da terra de Paiva, esta última, abaixo do rio Douro, já na comarca da Beira, pertenciam integralmente ao 4.º duque de Bragança.

²³³ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, *cit.*, livro 39, fl. 122 e *Casa do Infantado*, livro 198, fls. 65-66, por carta datada de 26-08-1530. Última referência publicada por Manuel HELENO, *Antiguidades...*, *cit.*, n.º 9, pp. 53-54.

²³⁴ Vide AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, *cit.*, livro 52, fls. 178 v.º-179 e *Casa do Infantado*, livro 198, fls. 73-76, por carta de 24-08-1530.

²³⁵ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, *cit.*, livro 52, fl. 177 v.º, por carta datada de 24-07-1530.

²³⁶ *Ibidem*, livro 52, fls. 179-179 v.º, por carta de 23-08-1530.

²³⁷ *Ibidem*, livro 52, fls. 179 v.º-182 v.º, por carta de 27-07-1530.

ali erigidas ²³⁸; um alvará endereçado ao seu contador em Leiria, ordenando-lhe que não consentisse que o medidor do seu celeiro ficasse com quaisquer maquinas de trigo que os frades do mosteiro de Santa Maria da Vitória ali levassem para medição ²³⁹; e uma carta de mercê e quitação, pela qual o marquês isentou 70 pessoas da vila de Viana da foz do Lima de pagarem os “10 reais de Ceuta”, as quais seriam anualmente escolhidas pelos oficiais da câmara vianense, com a obrigação de entregarem uma relação dos indivíduos nomeados ao seu recebedor, que tinha a tarefa de cobrar tal imposto na vila e comarca de Ponte de Lima ²⁴⁰. Relativamente à cidade de Ceuta, existe um alvará de licença, pelo qual o marquês D. Pedro de Meneses permitiu que o seu irmão D. Nuno Álvares Pereira de Noronha, então, a exercer ali o ofício de capitão e governador, desde finais de 1528, viesse a Portugal buscar a sua esposa D. Maria de Noronha, com quem tinha contratado casamento, a fim de conduzi-la até à praça marroquina ²⁴¹. E antes de tudo isto, note-se ainda o registo de uma carta de D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, que confirmou um acordo realizado com D. Pedro de Meneses, relativamente aos direitos de padroado e de apresentação das igrejas de São João de Sá e de Santa Ovaia de Sá, ambas situadas em terra de Valadares, senhorio do marquês ²⁴².

4.2. “Fazei-o duque e tirai-lhe o que tem”

Assim terá dito Tristão da Cunha a D. João III, em modo jocoso, a fim de el-rei dar solução prática aos requerimentos que D. Pedro de Meneses lhe dirigia para alçá-lo à dignidade titular do ducado ²⁴³.

É de crer que depois da embaixada de 1526, feita em Castela, o marquês de Vila Real tivesse concebido a ideia de ver os seus serviços recompensados com a concessão

²³⁸ Datada de 12-07-1530: AN/TT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 1 c).

²³⁹ Datado de 31-10-1531. Publicado por Saul António GOMES, «O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Professorado de D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1538-1552)» in *Congresso Internacional do IV Centenário da Morte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires: actas*, Fátima, Movimento Bartolomeano, 1994, n.º 9, pp. 105-106 (contém reprodução fac-simile do documento).

²⁴⁰ Datada de 20-10-1530: AM Viana do Castelo, *Cartas Régias*, pasta 1, n.º 6 e *Foral Grande*, fls. 123 v.º-124. Para a lista de nomes, vide AM Viana do Castelo, *Vereações de 1531*, fls. 99 v.º-100.

²⁴¹ Datado de 12-11-1529: BA, Códice 46-IX-13, pp. 48-62. O alvará contém o registo do preito e homenagem que D. Nuno Álvares fez ao seu irmão marquês em 09-08-1528, assinalando-nos D. Afonso de Noronha, irmão de ambos, entre as testemunhas que o presenciaram. Durante a ausência de D. Nuno no Reino, o governo de Ceuta ficaria interinamente a cargo de D. Francisco de Noronha, filho bastardo do 1.º marquês de Vila Real e de Rui de Andrade, cavaleiro fidalgo da casa do 3.º marquês de Vila Real.

²⁴² AN/TT, *Feitos da Coroa: Núcleo Antigo 121*, fls. 772-773 v.º, por carta de 17-10-1527. Mais informação complementar, no Apêndice E, n.ºs 322-323.

²⁴³ *Ditos Portugueses...*, cit., n.º 1476, p. 489.

de várias mercês régias, entre as quais, a mais desejada seria a promoção nobiliárquica no título de duque. Entre 1527 e 1532, el-rei D. João III não se reprimiu em beneficiar D. Pedro de Meneses de diversas formas, fosse na doação, confirmação e renovação de senhorios, direitos e privilégios, fosse em expedientes que o auxiliaram a pagar dívidas contraídas, embora isso lhe tivesse custado a alienação de bens e de dinheiros afectos à casa senhorial e ao morgado. Além dos benefícios, o monarca ainda lhe prestou algumas honras de foro sociopolítico, em Coimbra, no Verão-Outono de 1527, quando a corte ali estanciava, fugida da peste, que, poucos meses antes, ressurgira em Lisboa. No início de Setembro, o marquês de Vila Real foi encarregado de receber e levar aos paços régios o *Zagazabo*, que viera a Portugal, como emissário do *Preste João*, rei da Etiópia ²⁴⁴. E na segunda quinzena de Outubro, foi um dos senhores nobres escolhidos, além dos infantes D. Luís e D. Fernando, para ser padrinho da princesa D. Maria. Depois desta cerimónia, D. João III resolveu passar o Inverno em Almeirim ²⁴⁵, onde permaneceu entre Janeiro e Abril do ano de 1528.

Neste mesmo período, o marquês D. Pedro de Meneses e a sua mulher também se achavam em Almeirim, onde receberam várias cartas régias alusivas aos seus bens e interesses ²⁴⁶. O casal terá interrompido a sua estada na corte de el-rei durante o mês de Fevereiro, deslocando-se até Santarém para realizar as exéquias da marquesa D. Maria Freire, mãe do marquês, cujo decesso se presume ter acontecido nesta altura, pois, em Abril, D. João III concedia a D. Beatriz de Lara a carta da tença anual de 12 arrobas de açúcar que era recebida pela sogra ²⁴⁷. Esta ausência foi breve, uma vez que em finais de Fevereiro, D. Pedro de Meneses já estava novamente em Almeirim, quando aqui chegou Lope Hurtado de Mendoza, embaixador de Carlos V na corte portuguesa, sendo então conduzido pelo marquês e por outros senhores aos paços de el-rei ²⁴⁸. Nesta ocasião, D. Pedro de Meneses recebeu do enviado castelhano uma carta de crença do imperador, à

²⁴⁴ Cf. Frei Luís de SOUSA, *Anais de D. João III*, cit., vol. II, p. 3 e Pe. Francisco ÁLVARES, *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*, nova edição (conforme à de 1540, ilustrada de diversos fac-similes), Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, livro II, cap. 6, p. 184.

²⁴⁵ Gaspar CORREIA, *Crónicas...*, cit., pp. 237-238.

²⁴⁶ Vide Apêndice E, n.ºs 325-329 e 331-332.

²⁴⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 14, fl. 89 v.º e *Corpo Cronológico*, parte II, maço 148, n.º 10, por carta de 20-04-1528. Depois desta data, apenas se apuram dois mandados assinados pela marquesa D. Beatriz de Lara, dados em 08-05-1528 e em 13-07-1529, pelos quais ordenou ao seu vedor Diogo Barroso que arrecadasse na guarda reposte de el-rei o volume de açúcar respeitante à dita tença: *ibidem*, parte II, maço 148, n.º 120 e maço 157, n.º 2.

²⁴⁸ Informação que consta na *Correspondance d'un Ambassadeur Castillan au Portugal dans les Années 1530*, commentaire et présentation de Aude Viaud, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 133-134 e 239.

qual respondeu com gratidão e com a vontade de ser seu grande servidor em tudo o que dele necessitasse para o apoiar junto do monarca português, tanto nos negócios políticos como na amizade e na aliança familiar existentes entre os dois soberanos ²⁴⁹.

Nos anos seguintes, até finais de 1532, os itinerários do 3.º marquês de Vila Real parecem coincidir geralmente com os que foram percorridos pela corte, pois, assim nos insinua o número de cartas de confirmação, de doação e de mercê saídas do desembargo régio ²⁵⁰. A única excepção registou-se em 1531. Neste ano, em 26 de Janeiro, um abalo sísmico de fortes proporções atingiu a cidade de Lisboa e alguns dos principais locais da região do vale do Tejo, sobretudo, Santarém e Almeirim, causando grande destruição no património edificado e um elevado número de vítimas ²⁵¹. A frequência das réplicas e o medo determinaram o progressivo despovoamento da capital e a procura de refúgio em sítios mais seguros. Sabemos que D. João III só regressou a Lisboa em Julho de 1532, depois de passar os últimos 18 meses a revezar permanências em terras da península de Setúbal e do Alentejo ²⁵². Ao invés, os itinerários de D. Pedro de Meneses entre Janeiro de 1531 e Junho de 1532 são escassamente conhecidos. Neste período, só o detectamos em dois documentos: um, de 31 de Outubro de 1531, que nos dá o marquês domiciliado em Leiria; e outro, que nos depreende a sua estada na vila de Setúbal, em 23 de Abril de 1532, junto da corte régia ²⁵³.

As informações são residuais, mas supomos que, na sequência do terremoto de Janeiro de 1531, D. Pedro de Meneses optou por fixar-se em Leiria, onde terá residido a maior parte deste ano. Em 1532, presumimo-lo de volta ao convívio da corte régia, pelo menos, desde a Primavera, em Setúbal, acompanhando depois o regresso de D. João III à cidade de Lisboa, no mês de Julho. Sabemos que o marquês de Vila Real permaneceu na capital do Reino até Novembro, pois, assim nos informa o diário do frade Claude de Bronseval, secretário de D. Edme de Saulieu, abade de Clairvaux, que, no biénio 1532-33, visitou os mosteiros cistercienses da Península Ibérica, entre os quais, o convento de

²⁴⁹ AGS, *Estado*, legajo 368, n.º 102, por carta de 24-03-1528.

²⁵⁰ *Vide* Apêndice E, n.ºs 333-364.

²⁵¹ Cristóvão Rodrigues ACENHEIRO, *Coroniqua dos Reis de Portugal*, cit., cap. 25, p. 357 e Gaspar CORREIA, *Crónicas...*, cit., pp. 300-301, foram os únicos cronistas da época a mencionarem este facto. Para informações mais pormenorizadas, *vide* Baltasar OSÓRIO, *O Terramoto de Lisboa de 1531*, separata do «*Boletim da Segunda Classe*» [da Academia das Ciências de Lisboa], Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919, pp. 9-21.

²⁵² Entre Janeiro de 1531 e Junho de 1532, o rei assina documentos no Lavaradio, em Palmela, no Alvão, em Montemor-o-Novo, em Évora, em Viana [do Alentejo] e em Setúbal: *vide* AD Évora, Códice 75, n.ºs 210 a 254 (com excepções).

²⁵³ *Vide* Apêndice E, n.ºs 361 e 362.

Almoester, então, administrado pela abadessa D. Catarina de Meneses, filha bastarda de D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real. A inspecção efectuada naquele cenóbio foi negativa e determinou a necessidade de destituir D. Catarina do seu cargo. O assunto foi debatido e negociado entre Setembro e Novembro de 1532, com D. João III e com os parentes da abadessa deposta – o sobrinho D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real e o irmão D. António de Noronha, 1.º conde de Linhares – culminando na decisão de transferir D. Catarina para o mosteiro de Odivelas ²⁵⁴.

Em 1533, D. Pedro de Meneses iniciou um período de ausência da corte, que se prolongou até meados de 1536. Neste intervalo de tempo, o marquês andou retirado nos seus senhorios, estando primeiramente em Vila Real e, depois, em Caminha, lugar onde residiu mais demoradamente, contando-se ainda estadas em Azurara e em Leiria, assim como uma passagem em Viana da foz do Lima. A maior parte da informação recolhida para este período deve-se à correspondência particular que o marquês endereçou para D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira.

Embora não conheçamos testemunhos que no-lo confirmem, presumimos que D. Pedro de Meneses tenha abalado para os seus senhorios, depois de saber que D. Rodrigo de Melo, 1.º conde de Tentúgal, recebera a mercê régia do título de marquês de Ferreira. Esta mercê terá sido divulgada em Março de 1533, conformando-se assim à informação de um documento assinado por D. Rodrigo, em 6 de Março de 1532, pelo qual prometeu a D. João III que manteria segredo daquela mercê durante o tempo de um ano ²⁵⁵. Onde quer que tivesse sabido esta notícia – na corte ou já ausente dela – a reacção do marquês D. Pedro foi de grande desilusão, sobretudo, tendo ele passado muito tempo no serviço áulico, depois de voltar de Castela, medrando expectativas de ser alçado à dignidade de duque. O sentimento de decepção é bem patente numa sua carta, datada de 11 de Junho de 1533, que enviou de Vila Real para D. António de Ataíde, afirmando-lhe a manifesta vontade de servir militarmente em Ceuta, a fim de consolar e remediar os agravos que sofrera. Ainda que não o dissesse directamente, percebe-se que tais agravos deviam-se à promoção nobiliárquica do conde de Tentúgal e à presuntiva nobilitação de D. João de Lencastre, 1.º marquês de Torres Novas, quando este conseguisse o título ducal, que, na ideia de D. Pedro, seria o de Viseu, outrora, do avô da marquesa, sua mulher. Quisera o marquês falar pessoalmente com D. João III, mesmo em audiência secreta, com o intuito

²⁵⁴ Frère Claude de BRONSEVAL, *Peregrinatio Hispanica (1531-1533)*, Paris, PUF, 1970, tome I, pp. 365-433 e tome II, pp. 447-451, *passim*.

²⁵⁵ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 48, n.º 66.

de manifestar o desejo de servi-lo em Ceuta, mas o monarca não aceitou e mandou que lhe escrevesse o que pretendia, por intermédio de Pêro Correia, seu vedor da Fazenda. Segundo D. Pedro, o rei recusara ouvi-lo, por julgar que a conversa acabaria por cair no assunto das nobilitações. Assim, pediu ao conde de Castanheira que transmitisse as suas intenções ao *Piedoso*, garantindo ainda que, se ele lhe fizesse mercê de novo serviço em Ceuta, mandaria visitar D. Rodrigo de Melo para lhe felicitar o título, assim como faria a D. João de Lencastre, quando lograsse a honra ducal ²⁵⁶. O ducado de Aveiro (e não de Viseu, como presumira D. Pedro de Meneses) deverá ter sido concedido em Outubro de 1534, ou pouco antes, pois, o marquês de Vila Real assim no-lo infere noutra carta que endereçou de Caminha para D. António de Ataíde, contando-lhe a forma como soube do assunto e como, por causa disso, era caçado na corte ²⁵⁷.

Mais que a concessão destes títulos, a maior frustração de D. Pedro de Meneses era sentir-se ultrapassado por outros senhores no cerimonial das honras e precedências nobiliárquicas. Por ocasião das Cortes de 1535, que se reuniram em Évora, no mês de Junho, com o importante propósito de jurar o príncipe D. Manuel, filho de D. João III, na herança da Coroa Portuguesa, o monarca achou por bem que o marquês de Vila Real não comparecesse ao acto, mandando que se fizesse representar com procuração dada a uma das pessoas do seu Conselho Régio. Para este efeito, D. Pedro escolheu o conde de Castanheira, a quem também requereu que se encomendasse dos procuradores das suas vilas de Caminha e de Vila Real, a fim de ajudá-los nos assuntos que levariam à reunião de cortes convocada por el-rei ²⁵⁸. Segundo o juízo do marquês, o motivo de D. João III tê-lo impedido de marcar presença no juramento do príncipe foi um favor, pois, além de lhe poupar dinheiro e trabalho, também lhe evitou sentir-se agravado e envergonhado de ver D. João de Lencastre usar as honras de duque, um título que D. Pedro não tinha nem alcançara primeiramente, mas que achava ser-lhe inteiramente devido e merecido, em

²⁵⁶ Sobre o conteúdo desta carta, vide AN/TT, *Colecção São Lourenço*, livro 1, fls. 234-237 v.º. Publicada na *Colecção de São Lourenço*, cit., vol. I, n.º 63, pp. 428-431.

²⁵⁷ AN/TT, *Colecção São Lourenço*, livro 1, fls. 252-252 v.º, por carta de 29-10-1534. Publicada na *Colecção de São Lourenço*, cit., vol. I, n.º 64, pp. 431-433. Nesta carta, diz o marquês D. Pedro: “*Fui visitado por cartas [...] que me tinha el-rei, nosso senhor, feito duque. [...] No próprio dia que o conde de Vimioso [D. Francisco de Portugal] despachou um mensageiro para o marquês de Torres Novas se chamar duque, despachou o secretário [Pêro de Alcáçova Carneiro] outro para mim e diz que cerrou a carta por sua mão e fez toda a cerimónia e auto, de coisa de segredo e de substância. E como foi naquela conjunção, afirmaram que era fazer-me duque. E a substância da minha carta era sobre o requerimento que o conde da Feira [D. Manuel Pereira] traz sobre a capitania da Índia*”.

²⁵⁸ Vide AN/TT, *Colecção São Lourenço*, livro 1, fls. 245-246 v.º, por cartas de 03-05-1535 e de 06-05-1535. Noutra carta, de 18-05-1535, o marquês agradeceu ao conde a mercê de representá-lo no acto de juramento do príncipe D. Manuel: *ibidem*, livro 1, fls. 247-247 v.º. Todas publicadas na *Colecção de São Lourenço*, cit., vol. I, n.ºs 69-71, pp. 440-442.

atenção aos seus serviços, pessoa, casa e sangue. Pelo menos, se tivesse comparecido no juramento, D. Pedro sabia bem, assim como todo o Reino, que não seria precedido pelo marquês de Ferreira, relativamente a quem tinha sentença escrita que o privilegiava em tais autos e outras cerimónias, ainda que isso desagradasse a D. Joana de Vilhena, irmã daquele marquês, sabendo-se que ela incitava o seu marido D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso, a persuadir el-rei para mudar tal estamento. Assim o dizia D. Pedro de Meneses, numa carta de 25 de Abril de 1535, enviada a D. António de Ataíde, com o traslado parcial de algumas palavras de duas cartas que recebera de D. João III e de Pêro Correia, em Setembro de 1533 – aparentemente, em réplica àquelas que o marquês de Vila Real lhes escrevera, aquando do repentino desejo de voltar a servir em Ceuta – nas quais vira garantidas as suas prerrogativas, conforme aos fundamentos da sentença dada em seu benefício, face ao antigo conde de Tentúgal, assim como a confiança e a vontade do monarca na concessão de mais mercês, quando ele fosse a isso movido ²⁵⁹.

Noutra carta remetida ao conde de Castanheira, datada de 21 de Julho de 1535, onde lhe agradeceu a representação feita nas Cortes de Évora, o marquês de Vila Real ficou satisfeito por saber que os procuradores dos senhores ausentes tinham prestado o juramento ao príncipe D. Manuel na fase derradeira do auto, com a honra acrescida de o fazerem antes do Infante D. Luís ²⁶⁰, que fora procurar a glória das armas na expedição militar da conquista de Tunes, organizada pelo imperador Carlos V ²⁶¹. Diz-nos o auto de juramento, que, aqueles procuradores juraram primeiramente o mestre de Santiago e o duque de Aveiro, seu filho, o marquês de Vila Real e o conde de Linhares, seu tio, seguindo-se logo os outros fidalgos do Reino ²⁶². De acordo com as palavras da carta do marquês, parece que o mestre D. Jorge terá requerido honras para os seus outros filhos poderem jurar depois dele e do duque de Aveiro, portanto, antes de quaisquer pessoas da Casa de Vila Real, por todos serem descendentes de el-rei D. João II ²⁶³. Segundo D. Pedro de Meneses, era nesta única âncora régia que todos eles, o mestre e os seus filhos,

²⁵⁹ Sobre o conteúdo desta carta, vide AN/TT, *Colecção São Lourenço*, livro 1, fls. 238-239 v.º e 256. Publicada na *Colecção de São Lourenço*, cit., vol. I, n.º 67-68, pp. 436-440.

²⁶⁰ Veja-se AN/TT, *Colecção São Lourenço*, livro 1, fls. 240-242 v.º. Publicada na *Colecção de São Lourenço*, cit., vol. I, n.º 74, pp. 449-451.

²⁶¹ Ana Isabel BUESCU, *D. João III, 1502-1557*, cit., pp. 166-167.

²⁶² D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., tomo III (parte I), n.º 137, p. 49.

²⁶³ Seriam os filhos D. Afonso e D. Luís de Lencastre: D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo XI – livro XI, p. 19. Esse requerimento estará relacionado com o memorando dado a D. João III, que se acha no AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*, Gaveta 2, maço 10, n.º 4. Apesar de este documento, sem autoria, exhibir o título (errado) “Precedência de honras que pretendia o conde de Tentúgal, em 1530”, o seu autor só pode ser D. Jorge, pois, nele se refere a «dom aluaro meu sogro» e às honras que este recebia de D. Manuel I, tal como o marquês de Vila Real [D. Fernando de Meneses].

queriam segurar-se, a fim de precederem à família vila-realense, tal como os discípulos João e Tiago, filhos de Zebedeu, no caminho de Jerusalém, ousaram pedir a Jesus Cristo os assentos à Sua esquerda e à Sua direita no Reino dos Céus ²⁶⁴. Assim como estes não sabiam o que pediam, porque primeiramente era necessário servir para merecer, também os secundogénitos do mestre D. Jorge, fidalgos sem serviços ou títulos assinalados, não poderiam jurar, precedendo ao marquês de Vila Real e ao conde de Linhares, sob pena de desrespeitar a primazia dos seus feitos e a antiguidade das suas nobilitações e do seu fundo linhagístico ²⁶⁵.

A manifestação destes agravos de D. Pedro de Meneses não sucederia, se tivesse alcançado o título ducal que tanto desejava. Em concreto, não sabemos por que razão D. João III não lhe deu a dignidade de duque, mas, por outro lado, sabemos que o monarca tomou procedimentos variados na concessão de títulos nobiliárquicos ²⁶⁶, entre os quais, se destaca a postura de adiar por algum tempo a outorga de alguns deles ²⁶⁷. Na opinião trocista de Tristão da Cunha, a solução era simples: se D. Pedro queria ser duque, como requeria a D. João III, então, este deveria tirar-lhe tudo o que tinha. No pensamento do soberano, não estaria obviamente a execução deste parecer jocoso, assim como também não estaria a ideia de permitir a existência de um terceiro potentado ducal, extrínseco à família real, além dos dois já existentes, expressos nas casas de Bragança e de Coimbra (depois, Aveiro). Para o monarca, o mais importante era vigiar e equilibrar os poderes e as influências do grupo nobre, pois, como há muito sugeriu João Cordeiro Pereira, ainda que não deixasse de assegurar o estatuto social e económico à principal nobreza titulada, o *Piedoso* pautou os seus interesses por uma intervenção activa na definição (e controlo) das fortunas das grandes casas senhoriais, na senda de D. Manuel I e nas recomendações

²⁶⁴ Sobre o requerimento dos filhos de Zebedeu, veja-se o *Evangelho Segundo São Marcos*, 10, 32-45 in *Bíblia Sagrada*, 16.^a ed., Lisboa, Difusora Bíblica, 1992.

²⁶⁵ Para apoiar esta comparação, D. Pedro de Meneses evocou a resolução que D. Afonso V deu nas Cortes de 1472, em Coimbra (já citada, *supra*, no subcapítulo I.2.2., nota 64) e a cerimónia do título de marquês feita ao seu avô, em 1489, na qual lhe contaram uma descendência de 96 reis (BNP, *Oraçam que teve Ioam Teyxeira...*, cit., fl. [12 v.º]) dando então a entender, ironicamente, que este número seria suficiente para vencer a respeitosa ascendência régia do mestre de Santiago no *Príncipe Perfeito*.

²⁶⁶ Sobre o panorama e a evolução da nobreza titulada durante o reinado do *Piedoso*, vejam-se Jean AUBIN, *La noblesse titré sous D. João III: inflation ou fermeture?*, separata dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXVI, Lisboa / Paris, FCG, 1989, pp. 419-429 e Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, cit., vol. III, pp. 385 e ss.

²⁶⁷ Antes de falecer, D. Manuel I deu instruções para o Infante D. Luís tornar-se duque de Beja, mas a carta deste título só lhe foi confirmada em 1527; D. Luís da Silveira, amigo da juventude de el-rei D. João III, obteve o condado de Sortelha em 1527, mas só passou a usá-lo a partir de 1532; D. Rodrigo de Melo, conde de Tentúgal, obteve o marquesado de Ferreira em 1532, apenas divulgado em 1533; e D. João de Lencastre, que já era chamado duque de Aveiro em Outubro de 1534, só obteve a confirmação do título em 1557, reinando já D. Sebastião.

que este lhe deixara em testamento ²⁶⁸. Tal como o seu régio pai, D. João III polarizou a competitividade senhorial entre os ducados de Bragança e de Coimbra, concedendo aos primogénitos dos duques D. Jaime e D. Jorge os títulos ducais de Barcelos e de Aveiro, respectivamente. Entretanto, o rei também conferiu idênticas nobilitações a membros da sua família, dando o ducado de Beja ao Infante D. Luís e o ducado da Guarda ao Infante D. Fernando. Este último ainda acumulou os títulos condaís de Loulé e de Marialva, ao desposar D. Guiomar Coutinho, sucessora do conde D. Francisco Coutinho, como fora planeado por D. Manuel I, mas esta grande casa senhorial não perdurou e acabou extinta nos finais de 1534, com a morte repentina deste casal e dos seus herdeiros. Em 1537, D. João III interveio novamente na estrutura cimeira do grupo nobre, conseguindo casar o Infante D. Duarte com D. Isabel, irmã de D. Teodósio, 5.º duque de Bragança, que, em dote, cedeu o seu ducado de Guimarães ao irmão de el-rei.

Este panorama sugere-nos que o acesso da Casa de Vila Real à nobilitação ducal era uma perspectiva de difícil concretização. A actuação de D. João III na modelação e configuração do escalão cimeiro da nobreza orientou-se no sentido de dar os títulos de duque aos descendentes legítimos da Casa Real e às linhagens bastardas da dinastia de Avis. A casa vila-realense resultara do enlace de duas bastardias da realeza peninsular, mas uma delas era castelhana e a outra, embora portuguesa, não procedia da família e da dinastia avisenses. Por outro lado, D. João III bloqueou intencionalmente a promoção social da Casa de Vila Real no ducado porque não quis que ela competisse com as casas de Bragança e de Coimbra/Aveiro, nas honras nobiliárquicas, nas receitas económicas e no património senhorial adquirido. Neste âmbito, basta-nos recordar o impedimento que D. João III deu ao acordo da troca de terras que o marquês D. Pedro e o duque D. Jaime pretenderam fazer no final da década de 20. De resto, o bloqueio joanino foi igualmente facilitado pelo contexto da situação financeira deficitária em que então se achava a casa vila-realense. De qualquer modo, o lugar sociopolítico do marquês D. Pedro de Meneses era bem destacado relativamente aos demais senhores do Reino de honra titular inferior e mesmo ao marquês de Ferreira, seu competidor mais directo, pois, a todos eles vencia nas precedências, no número de títulos e de cargos oficiais, na dimensão do património senhorial e na concessão diversificada de direitos e de privilégios.

O marquês de Vila Real não obteve a concessão ducal, mas nem por isso deixou de lograr as mercês régias que lhe eram devidas. Em Agosto de 1534, estando a residir

²⁶⁸ João Cordeiro PEREIRA, «A renda...», *cit.*, pp. 802-803 e notas aí aduzidas.

em Caminha, D. Pedro de Meneses recebeu a confirmação régia de duas doações que el-rei D. Afonso V fizera em 1451 ao conde D. Pedro, seu avô, na feição de juro e herdade: o senhorio de Vila Real e seu termo, com o respectivo título condal ²⁶⁹; e o conjunto de todas as terras e bens imóveis que o dito conde houvera de herança dos seus ascendentes linhagísticos ²⁷⁰. Na mesma altura, recebeu também a confirmação sucessória da doação da dízima do pescado do lugar de Outavim, termo de Leiria, que D. Manuel I fizera ao marquês D. Fernando de Meneses, seu pai ²⁷¹. Mais tarde, em finais de 1535, o marquês D. Pedro alcançou ainda a confirmação das prerrogativas do coutamento da lezíria que tinha junto a Valada, termo de Santarém, conforme uma carta de D. Afonso V, datada de 1470, em benefício do 3.º conde de Vila Real ²⁷².

Embora se sentisse pessoalmente agravado e desmerecido no estamento nobre, o marquês de Vila Real não deixou de ser privilegiado por D. João III na confirmação das doações e mercês que então lhe requereu, como também não deixou de ter desempenhos no aconselhamento dos negócios políticos do Reino. Neste caso, um bom testemunho é a carta que enviou a el-rei, datada de 30 de Outubro de 1534, oferecendo o seu parecer sobre as dúvidas e perguntas que o *Piedoso* lhe fizera – como, aliás, fez a outras pessoas do Conselho Régio e demais indivíduos com opinião avalizada – a fim de determinar se deveria ordenar, no Norte de África, o abandono ou a manutenção das praças militares de Safim e de Azamor. Aparentemente, D. João III não teria dúvidas sobre este assunto, pois, o abandono de algumas praças portuguesas conquistadas em Marrocos parecia ser uma realidade inevitável. Para este desfecho, concorreu a conjunção de vários factores,

²⁶⁹ AN/TT, *Confirmações Gerais*, livro 5, fls. 94 v.º-95 v.º, por carta de 06-08-1534, na qual el-rei atestou ao marquês D. Pedro de Meneses todas as jurisdições, rendas, direitos, padroados de igrejas, etc., excepto as rendas da judiaria vila-realense, cujas receitas foram ressarcidas num padrão que D. Manuel I deu ao marquês D. Fernando de Meneses. Esta carta de D. João III está inserta numa confirmação régia de 04-12-1577, que el-rei D. Sebastião outorgou a D. Manuel de Meneses, 5.º marquês de Vila Real.

²⁷⁰ AN/TT, *Confirmações Gerais*, livro 5, fls. 81-82, por carta de 06-08-1534, na qual D. João III atestou ao 3.º marquês de Vila Real as jurisdições, rendas, direitos, padroados de igrejas, etc., de todas as terras e bens imóveis que o seu avô D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, por sua vez, herdara do seu pai D. Fernando de Noronha e do seu avô D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta, a saber: a vila de Alcoentre, com a sua aldeia do Tagarro; as lezírias do Galego e de Filipe; a quinta de Chão de Couce; a quinta da Mouta da Bela, com os casais da Ameixoeira; os lugares de Pousaflores, de Aguda, de Avelar, de Rapoula e de Maças de D. Maria; a terra de Sobrosa; as hortas e a estalagem, situadas junto ao Rossio, em Lisboa; a herdade da Requeixada; o herdamento do ‘bairro’, no termo da vila de Santarém; e a quinta da Lançada. Esta carta de D. João III está inserta numa confirmação régia de 02-05-1577, que el-rei D. Sebastião outorgou a D. Filipa de Lencastre, viúva de D. Miguel de Meneses, 4.º marquês de Vila Real, a fim de vencer as rendas de Chão de Couce e dos lugares a ela agregados, para manutenção do seu estado, conforme ditado nas condições do seu contrato de dote e casamento.

²⁷¹ AN/TT, *Confirmações Gerais*, livro 4, fls. 270 v.º-271 e *Casa do Infantado*, livro 198, fls. 58-59, por carta datada de 04-08-1534. Primeira referência inserta numa confirmação régia 06-12-1577, que el-rei D. Sebastião outorgou a D. Manuel de Meneses, 5.º marquês de Vila Real.

²⁷² AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 50, fl. 42, por carta de 06-12-1535.

nos quais não nos deteremos, por já terem sido circunstanciados noutros estudos ²⁷³. Os problemas da sustentabilidade das praças do Norte de África residiam nas dificuldades da Fazenda Régia para satisfazer as necessidades da sua conservação e defesa e ainda na falta de recursos materiais e humanos para combater e contrariar o progressivo aumento do poder militar dos xarifes saádidas do Suz marroquino. O problema era notoriamente financeiro, mas também político. Ao mesmo tempo, salientava ainda um grande dilema de consciência e de memória colectiva, que superava a vontade pessoal de D. João III, razão pela qual o monarca pediu a opinião dos seus conselheiros.

Sabe-se que o abandono de Safim e de Azamor não foi a opinião mais defendida pela maior parte dos conselheiros, entre os quais, se contou o marquês de Vila Real. No seu parecer sobre o assunto, D. Pedro de Meneses declarou a D. João III que, apesar das dificuldades financeiras da sua fazenda, aquelas duas cidades deveriam ser conservadas, por serem conquistas que ele herdara com muitas despesas do seu antecessor régio e dos nobres e demais pessoas que nelas serviram e morreram, derramando o seu sangue em proveito do Reino e em nome da fé católica, sob o propósito de prosseguir o projecto da conquista portuguesa dos reinos de Marrocos e de Fez. Esta era a substância principal da sua opinião, mas porque achava igualmente que a natureza do assunto exigia melhor discussão, o marquês de Vila Real aconselhou el-rei a convocar Cortes e nelas conseguir certo apoio financeiro, com acordo dos povos, propondo-lhe ainda o envio de súplicas a Roma, a fim de alcançar do papa a concessão de bulas para reter, durante alguns anos, as rendas de comendas e de prelazias que, entretanto, vagassem nas igrejas do Reino ²⁷⁴. Pesados todos os pareceres recebidos, o monarca optou então por adiar a retirada, mas esta situação não durou muito mais tempo. Em Março de 1541, os mouros conquistaram a fortaleza de Santa Cruz do cabo de Gué (Agadir), facto que determinou D. João III a ordenar o abandono das praças portuguesas de Safim e de Azamor, ocorrido ainda antes do final daquele ano.

²⁷³ Vejam-se essencialmente Otilia Rodrigues FONTOURA (O.S.C.), *Portugal em Marrocos na Época de D. João III: abandono ou permanência?* [edição da dissertação para a licenciatura em História, apresentada à FLUL, em 1966,] Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998, pp. 117-135 e Maria Leonor García da CRUZ, *As Controvérsias ao Tempo de D. João III Sobre a Política Portuguesa no Norte de África*, separata especial de *Mare Liberum*, n.ºs 13-14, Lisboa, CNCDP, 1997 (Junho e Dezembro), pp. 5-46.

²⁷⁴ Vejam-se AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*, Gaveta 2, maço 7, n.º 10 e BNF, *Manuscrits: Portugais* 18, fls. 330 v.º-335. Primeira referência publicada n' *As Gavetas da Torre do Tombo*, cit., vol. I, pp. 854-857, nas *Sources (Les) Inédites de l'Histoire du Maroc*, cit., tome II – Séconde Partie, n.º 173, pp. 671-675 e ainda por António Meireles do SOUTO, *O Abandono das Praças do Norte de África*, separata de *STVDIA*, n.º 33, Lisboa, CEHU, 1971 (Dezembro), pp. 301-304.

Estava o marquês de Vila Real em Caminha, quando enviou o seu parecer sobre o assunto da renúncia ou manutenção das praças de Safim e de Azamor. A vila minhota foi o lugar de residência que D. Pedro de Meneses mais privilegiou durante o seu tempo de ausência da corte, entre a Primavera de 1533 e os meados de 1536 ²⁷⁵. Em Junho de 1533, residia em Vila Real, mas antes do final do ano já estaria em Caminha, embora a primeira informação da sua presença nesta vila date de 26 de Janeiro de 1534, altura em que privilegiou os franciscanos do convento de Santa Maria da Ínsua, do qual o marquês era padroeiro, com uma esmola anual em alimentação e em vestuário, desde 1534, em diante, cujo pagamento era remunerado à custa das receitas que recebia no almoxarifado de Caminha ²⁷⁶.

Antes de chegar a Caminha, o marquês de Vila Real, a sua mulher e a gente da sua casa passaram na vila de Viana da foz do Lima, em Setembro de 1533. Pelas muitas mercês e boas obras que dele recebiam, em resposta a requerimentos que lhe dirigiram, os oficiais da câmara vianense, na sua vereação de 30 de Agosto de 1533, determinaram que se fizesse boa recepção ao marquês e seus acompanhantes, tanto na chegada como nas aposentadorias em que se hospedariam, concordando ainda que toda a despesa com o acolhimento e o corregimento das embarcações para efectuar a passagem do rio Lima fossem custeadas pelas rendas do concelho ²⁷⁷. À custa do concelho também se pagaram o serviço e os mantimentos prestados ao marquês e sua comitiva ²⁷⁸. Esta hospitalidade vianense recompensou D. Pedro de Meneses, pela recente mercê que isentara 70 pessoas do pagamento dos seus “10 reais de Ceuta” ²⁷⁹, assim como por outra mercê em favor da Confraria de Jesus dos Mareantes, confirmando a entrega de uma esmola anual de 1 000 reais que fora estipulada pelo marquês D. Fernando ²⁸⁰.

²⁷⁵ Conferir Apêndice E, n.ºs 365-394.

²⁷⁶ Vide Frei Pedro de JESUS MARIA JOSÉ, *Crónica da Santa e Real Província...*, cit., tomo I, livro II, cap. 31, n.º 418, pp. 426-427, onde são resumidos os itens do privilégio concedido, declarando-se ainda, em nota, que o mesmo foi registado no ‘Livro do Almoxarifado de Caminha’, folha 43.

²⁷⁷ AM Viana do Castelo, *Vereações de 1533*, fls. 40-40 v.º. Pelos corrementos da pinaça e do batel em que embarcaram o marquês, a marquesa e a sua gente, assim como pelas despesas da passagem do rio Lima e pelas cales usadas para o transporte das bestas e do feto, registou-se um gasto total de 2 390 reais: AM Viana do Castelo, *Receitas e Despesas de 1533*, fls. 24 v.º e 25 v.º.

²⁷⁸ AM Viana do Castelo, *Vereações de 1533*, por acórdão de 06-09-1533. Além de palha, lenha e peças de caça (coelhos e perdizes) que se pudessem capturar, arrolaram-se logo 2 bois, 24 carneiros e 50 galinhas. Estas últimas 76 peças importaram num total de 9 800 reais: AM Viana do Castelo, *Receitas e Despesas de 1533*, fl. 24.

²⁷⁹ Conferir os documentos citados, *supra*, nota 240.

²⁸⁰ Sobre este assunto, vide Manuel António Fernandes MOREIRA, «A Confraria do Nome de Jesus dos Mareantes de Viana» in idem, *Os Mareantes de Viana e a Construção da Atlantidade*, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1994, pp. 111-112.

A passagem de D. Pedro de Meneses em Viana também serviu para revalidar os direitos senhoriais que tinha naquela vila, mais particularmente, sobre a arrecadação das dízimas velha e nova do pescado que ali aportasse, segundo a doação régia de 1499 feita ao seu pai D. Fernando, depois, confirmada em 1524. E bem assim, conforme a recente sentença régia de 11 de Fevereiro de 1530, dada no Juízo da Fazenda, em seu benefício e contra a Coroa, pela qual lhe foi permitido que os seus oficiais e rendeiros recebessem aquelas dízimas, não só do pescado capturado pelos moradores de Viana como também de todo o pescado que entrasse na vila, por via de mercancia, trazido por portugueses ou por estrangeiros. A principal causa do litígio residia na dízima do bacalhau, cujo direito de cobrança era disputado pelo marquês de Vila Real e pela Provedoria das Alfândegas do Reino ²⁸¹. A arrecadação da dízima do pescado em Viana era efectuada numas casas sobradadas, situadas junto ao rio – a chamada ‘Casa da Dízima’ – que foram compradas pelo marquês D. Fernando de Meneses ²⁸². Foi nesta mesma casa, aquando da passagem de D. Pedro de Meneses por Viana, que a Misericórdia local gastou 1 200 reais em ouro, trazido de Braga, para nela serem pintadas as armas do marquês ²⁸³.

Esta despesa da Misericórdia de Viana leva-nos a inferir que o marquês D. Pedro de Meneses tinha acções beneméritas com estas instituições de carácter assistencialista. Os testemunhos são residuais, mas, pelo menos, sabe-se que ele fazia um donativo anual de 13 000 reais à Misericórdia de Vila Real, remunerado com as rendas do almoxarifado desta vila ²⁸⁴, assim como uma outra esmola anual à Misericórdia do Porto, cuja quantia se ignora, deduzida nos dinheiros que arrecadava na cidade portuense através da colecta dos seus “10 reais de Ceuta” ²⁸⁵.

A generosidade do 3.º marquês de Vila Real não se esgotava nestes exemplos. A sua condição de grande senhor da nobreza também lhe exigia atitudes protectoras com

²⁸¹ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 39, n.ºs 9-13, pp. 355-356. A disputa desta dízima prolongou-se nos reinados seguintes, sendo finalmente decidida em favor da Casa de Vila Real, por nova sentença régia, datada de 27-08-1602: AM Viana do Castelo, *Registos*, livro 1, fls. 218-238 v.º. Publicada por Pedro MAGALHÃES e Manuel Artur NÓRTON, «Fagundes e a descoberta do Canadá» in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época: actas*, vol. II, *Navegações na Segunda Metade do Século XV*, Porto, Universidade do Porto / CNCDP, 1989, pp. 442-454.

²⁸² AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 39, n.º 15, p. 356.

²⁸³ AD Viana do Castelo, *Misericórdia de Viana do Castelo: Livro da Receita e Despesa, 1533-1534*, fls. 20-20 v.º e 26. cremos que estas “armas” não respeitassem ao brasão da Casa de Vila Real, mas ao ‘aleo’, principal signo da sua identidade. Sobre este assunto, conferir o subcapítulo V.1.2., *infra*.

²⁸⁴ AD Vila Real, *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, livro 262, n.º 2, que nos apresenta o traslado de um alvará de lembrança, dado na vila de Caminha, em 23-12-1534, por sua vez, inserto num instrumento de pública forma de 20-09-1547.

²⁸⁵ AHSCM Porto, Códice D-4-9, fl. 365, onde consta um documento original assinado pelo 3.º marquês de Vila Real, dado na vila de Caminha, em 13-07-1534.

os seus apaniguados. Assim se verifica numa carta datada de 18 de Junho de 1534, que endereçou a Thomas Cromwell, conselheiro privado de Henrique VIII, rei de Inglaterra, pedindo-lhe favor e clemência no caso do seu servidor Fernão Rodrigues, morador em Viana, então, detido na cidade de Londres, sob acusação de ter matado um burgalês ²⁸⁶. Este pedido do marquês parece ter sido atendido, como se depreende do começo de uma sua carta dirigida ao conde de Castanheira, em 4 de Janeiro de 1536, referindo-lhe que o portador dela era de Viana e cometera um feito em Londres, do qual ficou livre graças às cartas que el-rei D. João III e a rainha D. Catarina escreveram, em favor do servidor acusado, permitindo-lhe salvar a vida ²⁸⁷. Mais tarde, em 1 de Janeiro de 1540, D. Pedro de Meneses voltou a escrever ao mesmo Thomas Cromwell, pedindo-lhe novo acto de indulgência e de piedade, então, em favor de um certo Fernando Pirro, seu criado, que, tivera a infelicidade de ser preso em Inglaterra, devido às agruras da vida indigente em que caíra durante a sua estada naquele Reino ²⁸⁸.

5. Os anos do crepúsculo

5.1. Repetição de hábitos: dívidas e alienações

Em meados de 1536, D. Pedro de Meneses voltou à corte de D. João III. O seu regresso parece ter sido motivado pelo infausto decesso do príncipe herdeiro D. Manuel, em 18 de Abril daquele ano ²⁸⁹, como se infere da correspondência trocada com o conde de Castanheira, a quem o marquês pediu instruções sobre a forma como deveria fazer a visita de consolação a el-rei e à rainha ²⁹⁰. Em 18 de Maio, D. Pedro de Meneses estava em Tancos, donde remeteu carta a D. António de Ataíde, participando-lhe o anseio de se reunirem, a fim de ser conduzido ao lugar onde pousava o monarca ²⁹¹. O encontro terá ajudado a normalizar as relações pessoais entre o marquês de Vila Real e D. João III, se é que andaram desreguladas. Embora D. Pedro pudesse queixar-se da pouca conta que o

²⁸⁶ BL, *Cotton MS Nero B I*, fls. 69-70 (carta escrita em Português, dada na vila de Caminha).

²⁸⁷ AN/TT, *Colecção São Lourenço*, livro 1, fl. 248. Publicada na *Colecção de São Lourenço*, cit., vol. I, n.º 76, pp. 453-454.

²⁸⁸ BL, *Cotton MS Nero B I*, fl. 73 (carta escrita em Latim, dada na cidade de Lisboa).

²⁸⁹ Cristóvão Rodrigues ACENHEIRO, *Coroniqua dos Reis de Portugal*, cit., cap. 25, p. 362.

²⁹⁰ Conferir as fontes citadas, *supra*, notas 101 e 109.

²⁹¹ AN/TT, *Colecção São Lourenço*, livro 1, fl. 250. Publicada na *Colecção de São Lourenço*, cit., vol. I, n.º 79, pp. 456-457.

Piedoso lhe fizera no assunto das dignidades nobiliárquicas, nunca deixou de merecer a atenção do soberano relativamente à concessão e à confirmação de diversa diplomática tocante às suas doações e privilégios senhoriais, durante o tempo em que esteve ausente da corte, então, severamente infligida com o falecimento dos filhos de D. João III e de D. Catarina.

Depois da morte do príncipe D. Manuel, em Abril de 1536, na cidade de Évora, também aqui aconteceu o falecimento do Infante D. Dinis, no primeiro dia do ano de 1537 ²⁹². Estes infortúnios haveriam de ser relativamente contrabalançados com outros dois momentos importantes na vida da família real: em Abril de 1537, o casamento do Infante D. Duarte, irmão de el-rei, com D. Isabel, irmã de D. Teodósio, 5.º duque de Bragança ²⁹³; e em 3 de Junho de 1537, o nascimento do Infante D. João ²⁹⁴. O marquês de Vila Real não esteve presente no referido casamento, realizado em Vila Viçosa, mas teve o cuidado de enviar cartas de visitação ao casal nubente e ao duque anfitrião, como nos sugerem as respostas que recebeu de todos eles, datadas de Maio de 1537, nas quais se lamentava muito a sua ausência, cujo motivo, aparentemente, se deveu ao facto de D. João III lhe ter ordenado que ficasse assistindo a rainha ²⁹⁵, então, aposentada em Évora, onde viria a nascer o Infante D. João.

O marquês de Vila Real voltou ao ambiente cortesão, mas esse regresso não terá implicado melhorias na sua condição, sobretudo, em termos económicos e financeiros. Depois da visita de consolação feita a el-rei e à rainha, em meados de 1536, D. Pedro de Meneses retirou-se para Leiria. Daqui, enviou carta ao conde de Castanheira, na qual lhe participou as dificuldades que tinha em obter de D. Duarte de Meneses um empréstimo de 10 000 cruzados (4 contos de reais). O principal impedimento criado pelo capitão de Tânger residia na pretensão de empregar os dinheiros de que dispunha para dar casa aos seus filhos. Neste sentido, o marquês afirmou que não lhe restaria outra solução, senão socorrer-se de D. João III para obter a liquidez financeira de que carecia ²⁹⁶. É de supor que, nesta altura, D. João III tenha sido a fonte financiadora que alimentou as despesas

²⁹² D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo III – livro IV, p. 316.

²⁹³ *Ibidem*, tomo III – livro IV, pp. 251-254.

²⁹⁴ Francisco de ANDRADA, *Crónica de D. João III*, cit., III Parte, cap. 42.

²⁹⁵ Ver sobretudo a resposta de D. Teodósio: BP Évora, Códice CIII/2-20, fls. 134-134 v.º; BPM Porto, *Manuscritos*, n.º 851, fls. 24-24 v.º (com erro na datação) e RAH, *Colección Salazar y Castro*, N-76, fl. 55, por carta de 10-05-1537. Para as respostas do Infante D. Duarte e da Infanta D. Isabel, de 10 e 11 de Maio de 1537, vide BNP, Códice 1054, fls. 73-73 v.º e BP Évora, Códice CIII/2-26, fls. 38 v.º-39.

²⁹⁶ Vide AN/TT, *Colecção São Lourenço*, livro 1, fl. 251, por carta de 09-07-1536. Publicada na *Colecção de São Lourenço*, cit., vol. I, n.º 80, pp. 457-458.

de D. Pedro de Meneses. Decerto, já o era e continuaria a ser, pois, ao lermos o codicilo testamental do 3.º marquês de Vila Real, vemos que os seus débitos a el-rei ascendiam à quantia de 8 000 cruzados (3 contos e 200 000 reais) ²⁹⁷. Desde a embaixada de 1526, feita em Castela, o pouco cuidado que teve na gestão dos seus rendimentos financeiros levou D. Pedro a andar perseguido pela necessidade de contrair sucessivos empréstimos, a fim de saldar dívidas anteriores e de sustentar o seu modo de vida. E o marquês tinha uma perfeita consciência do nível gravoso do seu contínuo endividamento, pois, como disse numa carta enviada ao conde de Castanheira, em meados de 1535: “*ainda, minha fazenda não está tão sã dos golpes passados que lhe eu dei*” ²⁹⁸. O recurso aos dinheiros de D. Duarte de Meneses não era uma novidade, porque com ele já tinha o marquês de Vila Real celebrado um contrato de arrendamento das rendas da sua lezíria da Valada, termo de Santarém, pelo tempo de nove anos, entre Janeiro de 1535 e Janeiro de 1544, que foi lavrado na vila de Caminha, em 11 de Dezembro de 1534, pelo preço de 7 000 cruzados (2 contos e 800 000 reais). Este montante foi então antecipadamente pago pelo capitão de Tânger, na sua totalidade ²⁹⁹.

Na mentalidade de D. Pedro de Meneses, relativamente à qual não nos sobejam muitas dúvidas, a necessidade de angariar liquidez financeira para suportar as variadas despesas da sua pessoa e casa superava largamente o comedimento que lhe seria exigido para conseguir maiores índices de aforro. Por isso, o marquês de Vila Real não demorou muito tempo em recorrer novamente ao expediente do empenhamento dos dinheiros das tenças e padrões de juro que ainda lucrava. Assim, em 24 de Julho de 1539, com licença facultada por um alvará de D. João III, o marquês de Vila Real e a sua mulher venderam a D. Pedro de Meneses, filho de D. Duarte de Meneses, capitão de Tânger, o rendimento de 200 000 reais de um padrão de 300 000 reais de juro que fora outorgado à marquesa D. Beatriz, por carta régia de 16 de Março de 1528. O negócio rendeu ao casal vendedor uma verba de 3 contos e 200 000 reais, à razão de 16 000 reais por cada milhar vendido, com pacto de retroactividade, mas sem prazo estabelecido para o seu resgate. Todavia, porque aqueles dinheiros faziam parte dos bens dotais da marquesa, com a condição de serem empregados na compra de bens para agregar ao morgado da casa senhorial vila-realense, a venda realizou-se primeiramente em favor de D. João III, vindo depois a ser trespassada em benefício do filho do capitão de Tânger, pagador do preço de compra e a

²⁹⁷ BA, Códice 50-V-32, fl. 445 v.º. Transcrito no Apêndice F, n.º 18.

²⁹⁸ Carta já citada, *supra*, nota 260.

²⁹⁹ Informação contida no fl. 204 da fonte citada na nota seguinte.

quem se desembargou a respectiva carta de padrão de juro ³⁰⁰. De resto, tratou-se de um exercício semelhante ao que se efectuara em 1528, com outro participante, uma vez que a origem dos dinheiros vendidos advinha do padrão de 600 000 reais que a marquesa D. Beatriz, ainda condessa de Alcoutim, recebera de el-rei D. Manuel I ³⁰¹.

É de notar ainda que a venda desta renda de 200 000 reais encerra mais algumas curiosidades. Desde logo, o motivo que a determinou: o marquês e a marquesa de Vila Real declararam que a quantia de 3 contos e 200 000 reais não seria convertida em bens de raiz para incorporar no morgado, por quererem que tal dinheiro servisse “*para pagar algumas dívidas que fizeram, por sustentarem seu estado e sentirem por mais serviço de Deus pagarem-nas do dito dinheiro que o converterem em o dito morgado*”. Depois, a carta de venda indica-nos que, ao tempo da sua feitura, o casal vendedor recebeu apenas um valor líquido de 800 000 reais ³⁰². E mais: esta mesma carta substituiu o contrato de outra venda similar que as mesmas partes negociantes tinham realizado em 11 de Maio de 1538, então, relativa à compra e venda de uma quantia de 150 000 reais ³⁰³. De resto, os 200 000 reais vendidos nunca seriam reavidos pelo casal vila-realense ou pelos seus herdeiros. Estes dinheiros continuaram nas mãos do comprador D. Pedro de Meneses e, depois da sua morte, em 1550 ³⁰⁴, na posse da esposa D. Branca de Vilhena ³⁰⁵.

Na sequência deste negócio, a marquesa D. Beatriz de Lara continuou a vencer os 100 000 reais que lhe sobejaram, relativamente aos quais lhe foi desembargada uma nova carta de padrão, datada de 18 de Agosto de 1539, na mesma feição da anterior de 300 000 reais, com assentamento no almoxarifado da cidade do Porto, através do ramo

³⁰⁰ Todas estas informações constam na carta régia desse padrão, datada de 12-08-1539: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 26, fls. 201-208.

³⁰¹ Conferir, *supra*, o parágrafo redigido em torno das notas 197-198.

³⁰² A diferença de 2 contos e 400 000 reais era formada pela soma de outras três parcelas: uma, de 1 conto e 866 666 reais, que D. Duarte de Meneses trespassou ao seu filho D. Pedro de Meneses, a fim de dá-la ao marquês de Vila Real, resultante do valor das rendas que o capitão de Tânger haveria de lucrar nos restantes 6 anos do contrato de arrendamento da lezíria da Valada que celebrara com o dito marquês, em finais de 1534 (facto já mencionado, no corpo do texto); outra, de uma dívida de 200 000 reais de um rendeiro naquela lezíria, que o capitão D. Duarte transmitiu ao seu filho, a fim de dá-la igualmente ao dito marquês; e outra, de 333 334 reais, em dinheiro contado, que o casal vendedor declarou já ter recebido do comprador D. Pedro de Meneses. Veja-se tudo na fonte citada, *supra*, nota 300, fl. 204.

³⁰³ Informação contida no fl. 206 v.º da fonte citada, *supra*, nota 300. É de notar que o acréscimo da venda de mais 50 000 reais de renda, à razão de 16 000 reais por cada milhar vendido, corresponde aos 800 000 reais de liquidez que foram arrecadados pelo casal D. Pedro de Meneses e D. Beatriz de Lara na nova transacção negociada.

³⁰⁴ Faleceu em 25 de Junho, no desempenho do ofício de capitão de Tânger, devido a ferimentos recebidos em combate: Francisco de ANDRADA, *Crónica de D. João III*, cit., IV Parte, cap. 60.

³⁰⁵ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 56, fls. 293-301 v.º, por carta de 14-07-1553, com o traslado da carta de padrão citada, *supra*, nota 300. Sobre o destino destes dinheiros, vejam-se as notas marginais ao documento registado, escritas nos fls. 293-293 v.º.

do haver do peso ³⁰⁶. Porém, em 25 de Janeiro de 1540, este padrão de 100 000 reais já estava reduzido ao valor de 92 000 reais, com a outorga de nova carta do género e com assentamento transferido para o almoxarifado de Leiria, através da receita das sisas dos panos, peças e montes ³⁰⁷. A causa desta redução foi determinada pela entrega de 8 000 reais que o marquês D. Pedro de Meneses fez em favor D. João III. Em troca, o monarca doou-lhe, em regime de juro e herdade, as rendas das saboarias das vilas de Leiria e de Vitória, cuja posse revertera à Coroa, por morte de Brás Coelho ³⁰⁸. Além desta doação, el-rei D. João III fez-lhe também a mercê vitalícia e hereditária, no sentido de receber metade da pena de 2 000 reais que, então, se determinou a qualquer pessoa que ousasse fabricar, comprar, vender, importar ou armazenar sabão naquelas vilas e seus termos, sem ter autorização do marquês de Vila Real ou dos rendeiros a quem ele arrendasse a fruição das rendas daquele produto ³⁰⁹. Ainda no que tocava aos dinheiros que a Coroa pagava à casa vila-realense, note-se a mudança dos 103 280 reais de assentamento que a marquesa D. Beatriz mandava receber no almoxarifado do Porto, desde 1532, pela renda da sisa dos vinhos desta cidade. Conforme um requerimento da beneficiária, o montante passou a ser-lhe satisfeito pela receita das rendas da vila da Pederneira, termo de Leiria, desde o ano de 1541, em diante ³¹⁰.

Tanto este padrão de 103 280 reais como o outro de 92 000 reais não ficaram muito mais tempo na posse da Casa de Vila Real, pois, em 31 de Agosto de 1540, foram adquiridos por Martim Afonso de Sousa, que, em 1541, partiria para a Índia, nomeado no cargo de governador daquelas partes. Tal como os 200 000 reais vendidos a D. Pedro de Meneses, em 24 de Julho de 1539, também a venda dos 92 000 reais que o marquês e a marquesa de Vila Real fizeram a Martim Afonso de Sousa foi realizada em idênticos moldes e sob a mesma argumentação: a necessidade de pagarem dívidas e de manterem os predicados da sua condição social. Esta venda rendeu ao casal vila-realense 1 conto e

³⁰⁶ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 26, fls. 193-194.

³⁰⁷ *Ibidem*, livro 40, fls. 98 v.º-100 v.º.

³⁰⁸ *Ibidem*, livro 40, fls. 104-104 v.º e *Casa do Infantado*, livro 198, fls. 59 v.º-61, por carta de 25-02-1540.

³⁰⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 40, fl. 104 v.º e *Casa do Infantado*, livro 198, fls. 61-62 v.º, por carta de 25-02-1540, com uma apostila de 11-05-1540, na qual se determinou que o marquês também ficava no direito de arrecadar metade de toda a mercadoria apreendida.

³¹⁰ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 40, fls. 97 v.º-98 v.º, por carta de 25-01-1540, com uma apostila de 30-05-1540, na qual se determinou que o pagamento dos 103 280 reais se efectuasse com as rendas do almoxarifado de Leiria, se as rendas da vila da Pederneira não chegassem para preenchê-lo. Note-se, ainda, que esta carta substituiu outra do género, outorgada em 10-09-1532, na sequência da compra dos direitos e rendas da terra de Azurara, que o marquês de Vila Real fez a João da Silva, regedor da Casa da Suplicação, cujo assunto já analisámos, *supra*, no parágrafo redigido em torno das notas 208-213.

472 000 reais, mais o direito de recuperar os dinheiros vendidos, sem qualquer limite de prazo ³¹¹. Além desta receita, o marquês D. Pedro de Meneses e a sua mulher receberam mais 826 240 reais do mesmo Martim Afonso de Sousa, a quem venderam o dito padrão de 103 280 reais, com licença dada por D. João III, que mandou desembargar nova carta de padrão daquele valor, em favor de D. Ana Pimentel, esposa do comprador. De igual forma, o casal vila-realense podia reaver estes dinheiros, mediante a restituição do preço de compra, uma vez que a venda efectuara-se igualmente com pacto de retroactividade e sem prazo limitado para o seu resgate ³¹². Tal como os 200 000 reais vendidos ao filho do capitão de Tânger, também os dois padrões comprados por Martim Afonso de Sousa, que reuniam um valor de 195 280 reais, não regressaram ao conjunto dos rendimentos financeiros que a fazenda régia pagava à Casa de Vila Real ³¹³. Embora desfrutassem de tempo ilimitado para readquirir estes dinheiros, os senhores da casa vila-realense nunca tiveram capacidade para reavê-los. Por outro lado, se o enorme estado de endividamento em que aquela casa incidiu nos ajude a confirmar tal realidade, também julgamos que a venda de alguns dinheiros terá sido efectuada a fundo perdido, numa suposta crença de jamais serem recuperados ³¹⁴.

Estes negócios de compra e venda de padrões de tença entre o marquês de Vila Real e Martim Afonso de Sousa não são surpreendentes, sobretudo, sabendo-se que este último fidalgo dispunha de meios financeiros para o efeito. Tais meios advieram-lhe dos proventos que foi acumulando durante a década de 30, no exercício de funções político-militares ao serviço da Coroa, quer no Brasil, onde contribuiu activamente para o início do seu processo colonizador, cujo sucesso lhe valeu ser galardoado com a mercê régia das capitanias-donatarias do Rio de Janeiro e de São Vicente, quer no Oriente, onde foi

³¹¹ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 40, fls. 241-245 v.º, nos quais se registou a respectiva carta de padrão régio de 92 000 reais, datada de 19-09-1540, outorgada em favor de Martim Afonso de Sousa.

³¹² AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 40, fls. 246 v.º-248, onde consta a dita carta de padrão, datada de 23-09-1540, contendo o traslado do padrão anteriormente dado à marquesa de Vila Real, já citado, *supra*, nota 310. Refira-se ainda que a razão de cálculo para a venda deste padrão foi 8 000 reais por cada milhar vendido, ou seja, o mesmo valor praticado em 1526, quando o marquês de Vila Real repartiu a venda do seu padrão de 453 280 reais (origem destes 103 280 reais vendidos) entre o 1.º conde de Vimioso e Fernando de Alcáçova: conferir, *supra*, o texto escrito na nota 191.

³¹³ O lucro de metade do padrão de 92 000 reais foi trespassado em benefício de Pedro Lopes de Sousa, herdeiro de Martim Afonso de Sousa: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 15, fls. 131-135, por carta de 16-07-1547. Quanto ao padrão de 103 280 reais, uma anotação averbada na margem do fl. 246 v.º da fonte citada na nota anterior indica-nos que aqueles dinheiros ainda continuavam a ser recebidos por D. Ana Pimentel, no ano de 1566.

³¹⁴ Esta última ideia parece-nos válida para o padrão de 103 280 reais, cujo vencimento findaria após a morte da marquesa de Vila Real, pois, não lhe fora outorgado em regime de juro e herdade, como nos informa a carta régia desse padrão, já citada, *supra*, nota 211.

capitão-mor do mar da Índia ³¹⁵. Não menos importante, mas talvez mais decisivo, foi o elo de ligação sociopolítico partilhado entre o marquês e o fidalgo, personificado em D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira e vedor da fazenda régia, de quem Martim Afonso de Sousa era primo coirmão, devendo especialmente a ele, tanto pelo cargo que ocupava como pelos laços de sangue directos, uma enorme quota-parte da sua promoção social ³¹⁶. Quanto a D. Pedro de Meneses, como já vimos, o conde D. António de Ataíde foi o contacto que mais privilegiou a nível pessoal e para a comunicação com el-rei. Por estas razões, também não surpreende o seu voto em favor de Martim Afonso de Sousa, em Janeiro de 1541, numa reunião de Conselho Régio propositadamente efectuada para decidir, nessa altura, o assunto da sucessão do governo da Índia ³¹⁷.

O grau e as características do relacionamento pessoal desenvolvido entre Martim Afonso de Sousa e D. Pedro de Meneses são pouco conhecidos, porquanto, dali a breve trecho, em meados de 1543, se daria o falecimento do marquês de Vila Real. Mas, tendo em conta os negócios já realizados, assim como a ligação estreita, embora distinta, com D. António de Ataíde, é de supor que, apesar da posição que cada um deles ocupava na escala social, existisse entre ambos uma amizade e um respeito mútuos que os colocava numa certa disponibilidade e paridade de serviços e cortesias ³¹⁸, quanto mais não fosse pelos feitos que um e outro, em diferentes tempos e espaços, tinham efectuado em prol da Coroa. Esta interpretação parece ser validada pela leitura de uma carta que o marquês de Vila Real destinou a Martim Afonso de Sousa ³¹⁹. Escrita na cidade de Lisboa e sem indicação de data, mas que julgamos ser, algures, datável dos últimos 6 meses de vida de D. Pedro de Meneses, por nela depreender-se o facto de Martim Afonso de Sousa já estar na Índia, onde desembarcara em Maio de 1542 ³²⁰, esta carta do marquês é o único testemunho conhecido, referente a um contacto mais particular entre os dois indivíduos.

³¹⁵ Sobre o processo de enriquecimento deste fidalgo, veja-se a síntese de Alexandra PELÚCIA, *Martim Afonso de Sousa...*, cit., pp. 264-270.

³¹⁶ Alexandra PELÚCIA, *Martim Afonso de Sousa...*, cit., pp. 139-149, assim como os quadros VII e XII do Anexo Genealógico.

³¹⁷ *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro...*, cit., pp. 405-407.

³¹⁸ Veja-se mais em Alexandra PELÚCIA, *Martim Afonso de Sousa...*, cit., pp. 204-205.

³¹⁹ BNP, Códice 1054, fls. 74-75, Códice 3776, fls. 172 v.º-175 e Códice 8920, fls. 230-231, BP Évora, Códice CIII/2-26, fls. 41 v.º-43, BNE, *Manuscritos*, n.º 2436, fls. 282-283 v.º e RAH, *Colección Salazar y Castro*, N-76, fls. 244 v.º-245 v.º.

³²⁰ Saído de Lisboa, em Abril de 1541, Martim Afonso de Sousa só chegou a Goa, em Maio de 1542, depois de uma viagem muito atribulada, que, por pouco, não ficou marcada pela morte do próprio governador: vejam-se D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, cit., tomo XII, parte II – livro XIV, p. 243, Diogo de COUTO, *Da Ásia (...) década quinta, parte segunda*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica (imp.), 1780, livro VIII, caps. 1-2 e 9 e igualmente Alexandra PELÚCIA, *Martim Afonso de Sousa...*, cit., p. 209 e nota 422, inclusive.

No seu teor, além de outros assuntos, D. Pedro de Meneses participou ao governador da Índia o facto de já ser senhor da sua vila de Alcoentre, tendo a respectiva carta régia de doação de juro e herdade, em roboração da venda combinada entre eles, a qual lhe fizera com muito prazer e vontade, embora lhe dissesse, em tom de gracejo, ter sido enganado no negócio, pois, vendera-lhe aquela vila a preço de saldo ³²¹. Essa vontade do marquês permitiu-lhe arrecadar uma quantia de 14 000 cruzados (5 contos e 600 000 reais). Em bom rigor, a venda de Alcoentre, com a aldeia do Tagarro e suas rendas, foros, direitos e jurisdições, foi primeiramente contratada com D. João III, que, por sua vez, realizou um negócio similar com Martim Afonso de Sousa, a quem vendeu tudo pela mesma quantia e, depois, lhe fez doação, em regime de juro e herdade ³²².

Aqui chegados, um facto é inteiramente óbvio: o endividamento de D. Pedro de Meneses atingira níveis deveras impressionantes. Desde o seu regresso à corte de el-rei, em meados de 1536, entre as vendas de bens móveis e imóveis, descritas no decurso das últimas páginas, o marquês de Vila Real conseguiu arrecadar um montante de 11 contos e 98 240 reais, ainda que 75% dos 3 contos e 200 000 reais pagos pelo seu homónimo, filho de D. Duarte de Meneses, capitão de Tânger, tivessem sido dados em permuta do resto de seis anos de arrendamento das rendas da lezíria da Valada, que, assim, voltaram mais cedo ao pecúlio da fazenda vila-realense. Com uns expressivos 7 contos e 898 240 reais, o governador Martim Afonso de Sousa foi mesmo o melhor amigo do endividado marquês de Vila Real. Outro bom amigo foi D. João III, de quem D. Pedro de Meneses recebeu alguns empréstimos, embora não se saiba a sua real dimensão, senão pela “nota de dívida” que deixou lembrada no codicilo ao seu testamento, então, no valor de 8 000 cruzados (3 contos e 200 000 reais). Em termos comparativos, contando-se apenas estes

³²¹ Não obstante o longo discurso, vale a pena citar o marquês: “*Alcoentre é vosso, como sempre o era por minha vontade. Mas, agora o é, por doação de el-rei, meu senhor; e de juro e de herdade, que vos disso fez. Também me concedeu Sua Alteza, a mim, que vos não entrasse corregedor. E, certo que, quando lhe isto pedi para vós, não me esqueceu dizer-lhe quanto maiores vos havia de fazer. Como Sua Alteza isto não podia negar, por sua muita virtude, não menos me podia deixar de conceder o que lhe nisto pedia. A senhora dona Ana (creio que) houve ainda outros mais pontos e privilégios. Crede, senhor, que tendes uma muito boa coisa e com qualidade para muito folgardes com ela e como lhe fizerdes a coma. E às orelhas, ficareis logo fazendo consciência de como me enganastes e de quanto me houveréis de dar, ainda que o preço com que eu mais folguei disto foi vender-vo-lo a vós e verdadeiramente, que, por esta razão, me não vêm os arrependimentos que sempre vêm aos homens do que vendem e não aos que compram, porque o que se compra se folga mais com ele.*”. Nesta citação, seguimos o teor que consta no fl. 231 do Códice 8920 da BNP, mencionado, *supra*, nota 319.

³²² AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 38, fls. 57-58 v.º, por carta datada de 28-03-1542, na qual constam os traslados da carta de venda que D. Pedro de Meneses fez ao monarca, em 17-11-1541, assim como da carta de venda que el-rei fez ao governador da Índia, em 19-12-1541, com este último a ser representado no negócio por D. Ana Pimentel, sua mulher, na qualidade de procuradora por ele substabelecida.

dados e ignorando outros negócios e empréstimos, eventualmente feitos pelo marquês de Vila Real, tudo bem somado daria para pagar duas vezes o dote de casamento da sua filha D. Bárbara de Lara (5 contos e 600 000 reais) ou para pagar quase 75% do dote de casamento da sua filha D. Juliana de Lara (20 contos de reais).

Outro facto óbvio: quando o marquês reduziu as suas possibilidades de angariar liquidez financeira, pela venda das tenças e dos padrões de juro que lhe eram pagos pela Coroa, o caminho seguinte foi a alienação de direitos e de bens imóveis. A alheação de património imóvel não era uma novidade, bastando-nos recordar as vendas da quinta de Azeitão e das casas em Colares, que fizera a Afonso de Albuquerque e a D. João III, em 1528 e em 1530 ³²³. Mas, com a venda da vila de Alcoentre, em Novembro de 1541, era a primeira vez que D. Pedro de Meneses cedia um senhorio com jurisdição, cuja posse herdara da ascendência linhagística, incluindo os avoengos do seu homónimo trisavô, 1.º capitão de Ceuta ³²⁴.

Aquando da venda da vila de Alcoentre e sua doação a Martim Afonso de Sousa, é bem possível que D. Pedro de Meneses tivesse ajustado com D. João III alguma forma de sair compensado da perda daquele senhorio, em benefício do governador da Índia. Se assim foi, essa compensação expressou-se na doação régia da vila de Canelas, que el-rei fez ao marquês de Vila Real, concedida de juro e herdade, com todos os direitos, rendas, jurisdições, dadas de ofícios, etc., autorizando-lhe ainda que pudesse intitular-se senhor daquela vila, situada nos limites territoriais do marquesado vila-realense. Para obter esta doação, o marquês renunciou nas mãos do *Piedoso* o privilégio alusivo ao acolhimento que era permitido a todos os malfeitores, homiziados e devedores que procurassem asilo no bairro do Carmo, que, dali em diante, passou então a ser zona descoutada. O marquês alienou assim, a pedido do monarca, uma regalia inscrita num dos bens do seu morgado. Além disto, nesta doação determinou-se igualmente a condição de D. Pedro de Meneses defender-se de qualquer demanda movida pelo bispo de Lamego relativamente à posse do senhorio e jurisdição de Canelas. Embora D. João III garantisse todo o apoio judicial ao marquês no caso, também declarou que se o resultado da demanda lhe fosse adverso, isentava-se da obrigação de restituir-lhe os privilégios de coutamento retirados ao bairro do Carmo ³²⁵. Seria expectável que tal demanda ocorresse, pois, segundo os registos do

³²³ Sobre estas vendas, conferir, *supra*, o parágrafo redigido em torno das notas 92-97.

³²⁴ *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte, cit.*, vol. I-1, n.º 464, pp. 242-244.

³²⁵ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, *cit.*, livro 38, fl. 171 v.º, por carta datada de 18-11-1542.

numeramento populacional de 1530, as rendas e os direitos de Canelas eram do bispo de Lamego enquanto o senhorio, a jurisdição e o provimento dos ofícios eram da Coroa ³²⁶. Actuando em defesa dos interesses da sua diocese, o bispo D. Agostinho Ribeiro enviou uma carta a el-rei D. João III, queixando-se das ambições do marquês sobre a jurisdição de Canelas, que dizia ser dele, apesar das antigas doações régias feitas à Sé de Lamego, que certificavam a sua posse nos respectivos bispos, incluindo o antecessor D. Fernando de Vasconcelos e Meneses, então, arcebispo de Lisboa ³²⁷. Tudo debalde. Uma sentença da Casa da Suplicação favoreceu as pretensões de D. Pedro de Meneses ³²⁸.

Apesar de alguns condicionalismos, esta outorga régia da vila de Canelas, feita em Novembro de 1542, acabou por culminar um ano que, em geral, não correu mal aos interesses do marquês de Vila Real, sobretudo, no âmbito das suas doações e privilégios senhoriais. No mês de Julho, D. João III confirmou-lhe o senhorio da lezíria do Galego, situada no termo da vila de Santarém, na qualidade de sucessor legítimo do seu pai D. Fernando de Meneses e dos demais ascendentes linhagísticos, remontando ao seu quinto avô D. João Afonso Telo, 1.º conde de Ourém, a quem fora originalmente doada ³²⁹. Um pouco antes, em Março, o marquês viu atendido um seu requerimento, no sentido de el-rei criar um ofício de juiz dos órfãos na vila e termo de Almeida, então, já habitado por mais de 400 vizinhos, dando ainda a D. Pedro de Meneses e seus sucessores o poder de proverem aquele ofício, sempre que vagasse ³³⁰. Acrescente-se ainda que, cerca de dois anos antes, relativamente aos seus senhorios da Beira, o marquês obtivera a mercê régia de nomear um ouvidor para as suas vilas de Almeida e de Ranhados, com autoridade de ouvir, conhecer e julgar todas as apelações, agravos e feitos dados nestas vilas, salvo os feitos de acção nova, estando residente na vila de Trancoso ³³¹.

Curiosamente, o ano de 1542 começara com a concessão régia de duas cartas de padrão: uma de 100 000 reais e outra de 50 000 reais ³³². Nesta altura, D. João III tinha determinado, em reunião de Conselho Régio, a promoção da venda de tenças de juro e

³²⁶ Anselmo Braamcamp FREIRE, «Povoação de Trás os Montes...», *cit.*, p. 250.

³²⁷ AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 72, n.º 28, por carta de 06-06-1542.

³²⁸ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 25, n.ºs 4-6, pp. 183-184.

³²⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, *cit.*, livro 38, fls. 110-110 v.º, por carta de 18-07-1542.

³³⁰ *Ibidem*, livro 38, fl. 70, por carta de 06-03-1542, que nos declara o provimento do ofício no licenciado António Lopes. Por erro de escrivão, esta carta regista a criação do ofício na vila de Almendra e não na vila de Almeida, como deveria ter sido averbado.

³³¹ *Ibidem*, livro 50, fl. 24, por carta de 02-02-1540.

³³² *Ibidem*, livro 38, fls. 20-23, registadas de modo consecutivo e ambas datadas de 02-01-1542, com arrecadação anual no almoxarifado do Porto, através do ramo da sisa dos vinhos desta cidade.

herdade da sua fazenda, a quem lhas quisesse comprar, a fim de angariar alguma receita destinada a contrabalançar as enormes despesas que eram exigidas à Coroa Portuguesa, relativamente às necessidades de manutenção dos seus senhorios ultramarinos, quer no Oriente, quer em Marrocos ³³³. Convidado para participar nesta oferta régia, D. Pedro de Meneses investiu 6 000 cruzados (2 contos e 400 000 reais) na aquisição daqueles dois padrões, comprando-os à razão de 16 000 reais, por cada milhar, pelos preços de 1 conto e 600 000 reais e de 800 000 reais, respectivamente, cujas verbas lhe seriam revertidas, caso a Coroa accionasse a cláusula de retroacção, sem prazo limitado, que articulara na concessão das duas cartas. Além disso, a Coroa determinou também a obrigação de tais tenças ficarem vinculadas ao morgado da casa vila-realense. E assim ordenou, porque os dinheiros investidos pelo marquês, como o próprio afirmou, estavam reservados para a compra de bens que seriam agregados ao dito morgado, declarando ainda que os 4 000 cruzados aplicados no primeiro padrão pertenciam ao dote da marquesa D. Beatriz, em função da venda da quinta de Azeitão, que o casal fizera a Afonso de Albuquerque, em 1528. Ainda que assim fosse, estes informes do marquês de Vila Real padeciam de um efeito retórico, pois, em virtude da evolução dos negócios passados, é fácil perceber que os dinheiros investidos por D. Pedro de Meneses na compra daquelas duas tenças régias provinham da recente venda do seu senhorio de Alcoentre, efectuada em Novembro de 1541. De resto, relativamente ao lucro futuro destas tenças, só o padrão de 50 000 reais continuou na posse da Casa de Vila Real ³³⁴, enquanto o padrão de 100 000 reais acabou por ser vendido em finais de 1554, a fim de preencher algumas necessidades financeiras do marquês D. Miguel de Meneses ³³⁵.

5.2. Almeirim – Santarém, Junho de 1543

Não obstante a concessão destas últimas tenças régias, nem por isso, o marquês de Vila Real passou a ter maior desafogo financeiro. O último terço da vida de D. Pedro

³³³ No caso marroquino, realçam-se as despesas logísticas realizadas com o abandono das praças de Safim e de Azamor e as satisfações financeiras dadas aos moradores que saíram destes lugares, assim como a ordem régia para a construção de uma nova e mais moderna fortaleza na praça de Mazagão, a fim de reforçar a sua defesa militar contra os ataques dos xarifes do Suz: *vide* Frei Luís de SOUSA, *Anais de D. João III, cit.*, vol. II, pp. 211-212.

³³⁴ Assim nos refere uma anotação averbada na margem do fl. 21 v.º da fonte citada, *supra*, nota 332, indicando-nos que o padrão continuou a ser vencido por D. Manuel de Meneses, 5.º marquês de Vila Real, desde o ano de 1566, em sucessão ao seu pai D. Pedro, pois, o seu irmão D. Miguel não requerera a sua confirmação. Trata-se do mesmo padrão citado, *supra*, nota 111, registado nos fls. 363-366 v.º. Outro traslado deste padrão: AHM Porto, *Livro do Almojarifado do Porto (...)*, fls. 158 v.º-162.

³³⁵ Conferir o teor da fonte já citada, *supra*, nota 125.

de Meneses ficou indelevelmente marcado pelas sucessivas acções de endividamento a que sujeitou a sua pessoa e, por arrasto, a sua casa senhorial. Limitando-se a manter as aparências e as necessidades da sua condição nobre, o marquês não se preocupou muito em refrear despesas. Com esta atitude, também contribuiu largamente para a degradação da sua própria reputação social, dentro e fora da corte, passando a ser alvo das censuras e escárnios, normalmente, dirigidos àqueles que ignoravam ou dilatavam o pagamento das suas dívidas.

Assim o constatamos no caso de Fernão Cardoso, que serviu na mantearia de el-rei e chegou a viver no bairro do Carmo, pessoa capaz de grande acutilância humorística em torno do assunto das dívidas do marquês de Vila Real ³³⁶. Da sua autoria – assim o julgamos – são umas rimas que fantasiou e pôs na voz de um certo António Fernandes, tangedor de órgãos na casa do marquês, que, depois de receber o salário de um ano de moradia, mudou-se logo para o convento de Alcobaça. Objectivamente destinadas para parodiar o marquês, tais rimas revelam-se, no mínimo, pouco ou nada abonatórias à sua pessoa, então, levada ao extremo do ridículo. Num preâmbulo argumentativo, apesar do significado pouco esclarecedor de alguns dos substantivos empregados, definia-se logo a toada licenciosa com que era traçada a sua caricatura: um homem muito magro, com uma cabeleira muito loura, muito cheio de palavreados e que exalava muito mau hálito, por causa do qual andava sempre acompanhado de papel com rebuçados de erva-doce, muito escuros e de lenta absorção ³³⁷.

Se o marquês D. Pedro de Meneses não mostrava grandes preocupações com os gastos e empenhos financeiros que achava serem necessários à sustentação do estado da sua pessoa e do serviço da sua casa, alguns deles, feitos em prol da Coroa, tão-pouco se confrangeria com as chacotas de que era alvo, por mais risíveis e virulentas que fossem, embora também se presuma que o ferrete do endividamento não fosse uma marca muito agradável de carregar. Uma marca que transmitiu aos seus sucessores, como D. Miguel de Meneses, em certa ocasião, terá dado a entender numa visita feita ao Infante D. Luís,

³³⁶ *Ditos Portugueses...*, cit., n.ºs 389-391 e 411, pp. 149-150 e 154-155.

³³⁷ Confira-se BA, Códice 51-II-24, fls. 84 v.º-85 v.º, onde nos consta o marquês ser «mais ruço pombo, que huma garcenha, esgalgado muito e lagarteiro de todo com huma cabelleira muito loura, muito musico na verdade, ao qual fede o bafo em grande maneira, polo qual caso sempre anda acompanhado de papel no seio com confeitos d erua doce muito pretos, e muito lentos». Intitulado “Miscelânea histórica e literária”, este códice apresenta-nos um traslado das chamadas ‘Obras de Fernão Cardoso’ (fls. 76-98 v.º), razão pela qual lhe atribuímos a autoria das rimas jocosas dirigidas ao marquês. Tanto na autoria como no preâmbulo argumentativo, divergimos da interpretação que nos é oferecida por Selma POUSÃO-SMITH, *Rodrigues Lobo...*, cit., vol. 1, pp. 32-33.

dizendo-lhe que uma das coisas que o seu pai tinha e que ele não possuía era o facto de ser mais cortesão ³³⁸. Ou, dito de outro modo: os dissabores financeiros que dele herdara não lhe permitiam ter uma residência constante na corte.

Este lamento do marquês D. Miguel indicia-nos que os últimos anos de vida do seu pai D. Pedro de Meneses foram mais assiduamente passados no ambiente da corte. Uma pesquisa aos itinerários D. João III feita sobre alguma documentação original, por ele assinada, datada entre Setembro de 1537 e Maio de 1543, mostra-nos, com alguma suficiência, que o monarca privilegiou as suas estadas na cidade de Lisboa e na vila de Almeirim ³³⁹. Esta realidade coaduna-se com as fontes documentais que são alusivas ao 3.º marquês de Vila Real, embora só tenhamos dados relativamente consistentes para o período estimado entre meados de 1539 e inícios de 1543, que nos situam ou inferem a sua permanência nos lugares referidos ³⁴⁰. Este período ainda pode ser antecipado para o mês de Março de 1539, altura em que nasceu o Infante D. António, filho de el-rei, cujo baptizado foi testemunhado pelo marquês de Vila Real, a quem coube levar o bolo da oferta para o recém-nascido. No entanto, esta ocasião feliz haveria de ser severamente suplantada por uma sucessão de decessos no seio da família real, entre Abril de 1539 e Outubro de 1540, que terão causado um enorme abalo psicológico em toda a corte, mas, sobretudo, em D. João III, a quem lhe faleceram dois filhos (o príncipe D. Filipe e o dito Infante D. António) e três irmãos (a imperatriz D. Isabel, o cardeal-infante D. Afonso e o Infante D. Duarte) em cujas exéquias (salvo as da imperatriz) também se assinalou a presença de D. Pedro de Meneses ³⁴¹.

Retomemos o percurso do marquês de Vila Real. Uma vez obtida a doação régia da vila de Canelas, em Novembro de 1542 ³⁴², neste mesmo mês, em Lisboa, D. Pedro de Meneses ainda teve tempo para celebrar um contrato de novo aforamento, referente a

³³⁸ *Ditos Portugueses...*, cit., n.º 923, p. 336.

³³⁹ Para este efeito, recorremos à correspondência régia enviada aos oficiais da câmara de Évora: AD Évora, Códice 75, n.ºs 66 a 189 (com excepções). Nestas excepções, realçamos a carta que o marquês de Vila Real dirigiu àqueles oficiais, acusando-lhes a recepção de outra que deles recebera, a propósito da necessidade de corregar umas casas que ele tinha em Évora, informando-os, em resposta, que só estava à espera que D. João III determinasse deslocar-se àquela cidade, altura em que o acompanharia e, então, aí chegado, na época do Verão, tratar pessoalmente do assunto e ordenar a realização de obras de reparação nas ditas casas: *ibidem*, n.º 96, por carta de 14-04-1541.

³⁴⁰ *Vide* Apêndice E, n.ºs 399-429.

³⁴¹ Cf. Francisco de ANDRADA, *Crónica de D. João III*, cit., III Parte, cap. 69 e as *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro...*, cit., pp. 3-4, 13-14 e 22. Ainda que a presença do marquês de Vila Real não seja expressamente referida nas exéquias do cardeal-infante D. Afonso, por estas fontes descreverem a comparência dos vários senhores de título, numa forma genérica, é de crer que D. Pedro de Meneses não tivesse faltado ao acto.

³⁴² Já citada, *supra*, nota 325.

três casas situadas no seu bairro do Carmo ³⁴³. Depois, só voltamos a encontrá-lo na vila de Almeirim, em Fevereiro, onde conseguiu a mercê régia da criação do ofício de juiz dos órfãos para a vila e termo de Lamas de Orelhão, então, já habitado por mais de 730 vizinhos, com poderes de nomeação, igualmente dados aos seus sucessores, sempre que aquele ofício vagasse ³⁴⁴. Nesta altura, el-rei D. João III estava instalado em Almeirim, acompanhado da sua corte, a qual também contava com a presença do marquês D. Pedro de Meneses e da sua família, certamente, residentes em casas bem próximas dos paços régios situados naquela vila ribatejana.

Deste período, consta-nos um substancial conjunto de cartas do marquês de Vila Real, remetidas a diversas personalidades ³⁴⁵. Embora desprovidas de qualquer datação, o teor de algumas delas (sucinto, na sua maior parte) oferece elementos suficientes que nos permitem inferir que foram escritas em Almeirim, entre os meses de Fevereiro e de Maio de 1543. Para esta ilação, são notórias as referências directas à vila almeirinese, lugar que não agradava muito ao marquês, devido aos tédios que o sítio lhe causava. Os seus enfados só eram quebrados pelos serões de conversação ou pelos entretenimentos recreativos que os fidalgos praticavam nas lezírias, assim como as romarias da época da Páscoa (caída em 25 de Março) que então aconteciam. Além disto, o marquês também menciona momentos do seu estado físico de saúde, cuja evolução, pelo que se deduz das suas palavras, alternava entre o mau e o menos bom. De resto, neste conjunto de cartas de D. Pedro de Meneses, aquela que talvez mereça maior destaque, sem menosprezo das outras, seja a que endereçou ao seu tio D. António de Noronha, 1.º conde de Linhares, dando-lhe conta da chegada e dos recebimentos que el-rei e a rainha fizeram ao núncio apostólico Luigi Lippomano, na vila de Almeirim ³⁴⁶.

Como nos refere Francisco de Andrada, em 12 de Maio de 1543, este legado do papa Paulo III assistiu às festas da cerimónia de recebimento, por palavras de presente, relativas ao casamento da Infanta D. Maria, filha de el-rei D. João III, com o príncipe Filipe, filho do imperador Carlos V, notando ainda que o acto contou com a presença de

³⁴³ Datado de 27-11-1542: AN/TT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 1, n.º 3 c) e d).

³⁴⁴ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 6, fl. 37 v.º, por uma carta datada de 19-02-1543, que ainda nos declara a dada do ofício ao licenciado António Lopes.

³⁴⁵ BP Évora, Códice CIII/2-26, fls. 33 v.º-34, 36-38 v.º, 39 v.º-41 v.º e 43 v.º-45B, num total de 29 cartas, cujos destinatários podem ser consultados no Apêndice E, n.ºs 429 e 450-477.

³⁴⁶ BP Évora, Códice CIII/2-26, fls. 33 v.º-34. Esta carta não está datada, mas supõe-se que seja do final de Fevereiro ou do início de Março de 1543. Sobre a entrada do núncio Lippomano em Portugal, veja-se Charles-Martial de WITTE, *La Correspondance des Premiers Nonces Permanents au Portugal, 1532-1553*, vol. I, Lisboa, APH, 1986, pp. 83 e 90, nota 33.

todas as pessoas de título que então se achavam na corte, salvo o marquês de Vila Real, por estar enfermo de uma doença tão grave que o vitimou, dali a alguns dias ³⁴⁷. Aliás, pouco antes desta cerimónia, D. Pedro de Meneses respondeu a uma carta do tesoureiro-mor Fernando Álvares, dizendo-lhe que apesar de sentir-se fraco, todavia, tinha em casa os seus cetins de cores para a festa da Infanta, esperando somente que Nosso Senhor lhe desse saúde para uma vénia, que era a melhor coisa que ainda poderia fazer ³⁴⁸. Embora bem-intencionado, vale a pena indicar que o marquês de Vila Real, assim como outras pessoas notáveis da corte, opôs-se à realização deste enlace, cujo assunto esteve muito longe de ser pacífico nos debates ocorridos em sede de Conselho Régio. Na opinião dos opositores, o consórcio poderia suscitar um problema político relativamente à sucessão da Coroa Portuguesa, porque esta ficaria unida com a Coroa Espanhola, se a Infanta D. Maria, casada com o herdeiro desta última, ficasse como única herdeira de D. João III, em caso de falecimento do príncipe D. João, seu irmão, o único e derradeiro filho vivo que ainda restava ao monarca português ³⁴⁹.

Segundo o cronista do *Piedoso*, depois das festas do recebimento da infanta, sua filha, D. João III ainda residia na vila de Almeirim, em 28 de Maio de 1543 e que, dali a alguns dias, em 4 ou 5 de Junho, partiu com toda a corte para a vila de Sintra ³⁵⁰. Este trajecto é roborado numa carta régia que D. Sebastião concedeu ao marquês D. Miguel de Meneses, confirmando-lhe as rendas e direitos de Azurara: “*partindo-se el-rei, meu senhor e avô [...] da vila de Almeirim para a vila de Sintra, no ano de 543 e ficando o marquês D. Pedro, seu pai [...] doente na dita vila de Almeirim, daquela doença de que faleceu, enviou pedir a Sua Alteza que lhe fizesse mercê, para o dito marquês, seu filho, por seu falecimento, da terra de Azurara*” ³⁵¹.

Quando preparava a sua partida para Sintra, D. João III ainda enviou ao marquês a visita de Leonardo Nunes, físico da Casa da Suplicação, talvez, na tentativa de atenuar as moléstias que atacavam D. Pedro de Meneses, entretanto, já residente nos seus paços de Santarém. Desta vila, Leonardo Nunes dirigiu a el-rei uma carta, escrita numa sexta-feira, que cremos ser do dia 1 de Junho, informando-o que encontrara o marquês muito

³⁴⁷ Francisco de ANDRADA, *Crónica de D. João III, cit.*, III Parte, cap. 88.

³⁴⁸ BP Évora, Códice CIII/2-26, fl. 38. Esta carta do marquês também não tem data.

³⁴⁹ Sobre este assunto, veja-se a síntese de Ana Isabel BUESCU, *Catarina de Áustria..., cit.*, pp. 253-257, incluindo as fontes indicadas nas notas 84 e 88. E, veja-se igualmente Selma POUSÃO-SMITH, *Rodrigues Lobo..., cit.*, vol. 1, pp. 31-32.

³⁵⁰ Francisco de ANDRADA, *Crónica de D. João III, cit.*, III Parte, cap. 88.

³⁵¹ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações..., cit.*, livro 71, fls. 301-301 v.º, por uma carta datada de 12-07-1557.

adoentado e com prognóstico de convalescença fisiológica muito reservado e que, por isso, ele já mandara chamar o seu confessor, a fim de receber os perdões pela sua alma e bem assim ditar as suas vontades testamentárias ³⁵².

O testamento de D. Pedro de Meneses ficou redigido no dia 2 de Junho de 1543, ao qual ainda se adicionou um codicilo, sem menção de data, que, se não foi escrito no mesmo dia, foi lavrado nos dias imediatos. O decesso do 3.º marquês de Vila Real terá sucedido quando D. João III e a sua corte seguiam para a vila de Sintra, entre os dias 4 e 9 de Junho, pois, deste dia 9 datam as cartas de consolação que a rainha D. Catarina e a Infanta D. Maria, sua filha, endereçaram à marquesa viúva, a D. Leonor de Noronha e a D. Margarida de Noronha, irmã e filha natural do marquês ³⁵³. O cotejo destas fontes em torno do assunto da defunção do 3.º marquês de Vila Real permite-nos dar por errónea a informação de D. Pedro de Meneses ter falecido no fim de Junho de 1543, como consta na carta de assentamento do título de marquês que foi outorgada ao seu filho D. Miguel de Meneses. Nesta mesma carta, D. João III fez-lhe mercê de um assentamento anual de 322 858 reais, desde o ano de 1549, em diante, tal como recebia o marquês D. Fernando de Meneses, seu avô, dotando-lhe mais um pagamento retroactivo de 1 conto e 775 719 reais, verba relativa ao vencimento de cinco anos e meio, de Julho de 1543 a Dezembro de 1548, que ainda não fora arrecadada e que equivalia a todo o tempo contado desde o decesso do marquês D. Pedro de Meneses, seu pai ³⁵⁴.

Parece-nos que o motivo para D. Miguel de Meneses só ter começado a vencer o assentamento do seu título de marquês, com regularidade e plenitude, esteja relacionado com o facto de entrar na idade de 16 anos, no ano de 1549, pois, fora justamente aquela

³⁵² AN/TT, *Colecção de Cartas: Núcleo Antigo 879*, maço 2, n.º 255. Sobre a saúde do marquês, o físico de el-rei disse estas palavras: “*Senhor. Eu cheguei aqui ontem, quinta-feira, às três horas, depois de meio-dia e achei o marquês com boa febre e muito fraco e com ter arrevesado muita quantidade de humor negro, terça-feira, quarta e quinta. Hoje, sexta-feira, teve outro grande vômito do mesmo humor, muito elevado em grau de malícia, por que parecia a mesma tinta, de que lhe ficou o pulso mais fraco. O prognóstico deste caso é muito ruim.*”. Julgamos que esta missiva do físico Leonardo Nunes, dada na vila “*de Santarém, hoje, sexta-feira*”, foi redigida no dia 1 de Junho, visto que o testamento do 3.º marquês de Vila Real foi feito no dia seguinte, que caiu num Sábado: conferir o *Handbook (A) of Dates, for Students of British History*, new edition, ed. C. R. Cheney, rev. Michael Jones, Cambridge, Cambridge University Press, 2004, pp. 162-163. Para mais elementos sobre a vida deste físico, vide José Lopes DIAS, *Algumas Notas Biográficas do Doutor Leonardo Nunes, Físico-Mor do Reino e Albicastrense Ilustre*, separata de «*Imprensa Médica*», Ano XXIV, [Lisboa, Tipografia Santana,] 1960 (Maio), pp. 1-6.

³⁵³ BNP, *Colecção Pombalina*, Códice 147, fls. 317 v.º-318 v.º. Na BP Évora, Códice CIII/2-26, fl. 72, também se encontra um traslado da carta que a Infanta D. Maria remeteu à marquesa de Vila Real, mas erradamente datada de 2 de Junho. A rainha D. Catarina enviou cartas a D. Leonor de Noronha e a D. Margarida de Noronha, cujos registos se acham somente no códice da BNP.

³⁵⁴ AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, cit., livro 55, fl. 132 v.º, por carta datada de 02-11-1548.

idade que o seu pai ordenou em testamento para tomar o governo e o regimento da casa e estado que lhe deixava, embora tudo continuasse sob tutela e curadoria da sua mãe D. Beatriz de Lara, até atingir a maioridade jurídica de 25 anos.

Quanto ao testamento de D. Pedro de Meneses, assim como o seu codicilo, cujos conteúdos são integralmente expostos noutro lugar ³⁵⁵, a fim de evitar a pormenorização de vários dados, importa-nos indicar apenas os itens mais relevantes. Sobre o destino do seu corpo, o marquês manifestou o desejo de ser sepultado, em campa rasa, no capítulo do convento de São Francisco da vila de Santarém. Para o cumprimento das disposições relativas à cura espiritual da sua alma e demais obrigações a executar após a sua morte, o marquês nomeou por testamenteiros a sua mulher D. Beatriz de Lara e os seus irmãos D. Nuno Álvares Pereira e D. Leonor de Noronha. À marquesa, deixou ainda o encargo da tutela e curadoria de todos os filhos do casal, com instruções claras sobre o futuro de cada um, incluindo a sua filha natural D. Margarida de Noronha, mas, sobretudo, sobre D. Miguel de Meneses, conde de Alcoutim, designado herdeiro de toda a casa, estado e morgado vila-realenses.

Mesmo no leito da morte, D. Pedro de Meneses mostrou-se muito liberal, apesar das dívidas acumuladas, tanto as que herdara do seu pai como as que contraiu ao longo da sua vida. Assim, deu ordens para pagar tenças generosas a cada um dos seus irmãos, dando-lhes mais algum certo valor resultante das partilhas de bens paternos, mandando também que D. Afonso de Noronha continuasse a exercer o ofício de capitão de Ceuta, onde já estava residente. E não se esqueceu de fazer o mesmo a alguns oficiais e criados domésticos, sobretudo, àqueles que o assistiram no tempo da sua doença. Relativamente ao pagamento das suas dívidas, cujo registo deixava devidamente organizado num livro, o marquês mandou que fossem saldadas com o dinheiro da venda dos bens pessoais que não fossem necessários ao modo de vida da marquesa e com metade das receitas anuais da sua fazenda. Por fim, mandou pedir a el-rei que, lembrando-se de tudo quanto gastara e vendera, em seu serviço, lhe fizesse mercê do seu empréstimo de 8 000 cruzados e que desse e confirmasse ao conde de Alcoutim, seu filho, as verbas deduzidas nos bens que a Coroa tomara à marquesa D. Beatriz, aquando do seu casamento.

De acordo com o seu testamento, D. Pedro de Meneses desejou ser tumulado no convento de São Francisco da vila de Santarém, em campa rasa e sem qualquer legenda

³⁵⁵ BA, Códice 50-V-32, fls. 444-449 v.º. Transcritos no Apêndice F, n.ºs 17 e 18.

gravada na pedra da sua jazida. Mandou ainda que, depois de finado, o seu corpo fosse entregue aos frades daquela casa e envolvido num hábito da ordem franciscana, da qual era irmão e à qual devia muitas orações e sacrifícios dedicados à sua pessoa. Embora não saibamos os dias exactos da sua morte e do seu sepultamento, ficou-nos um registo do sermão pronunciado na missa do seu funeral, celebrada por Frei Luís Veloso, frade de São Francisco ³⁵⁶. Fundamentalmente, o seu teor é de carácter religioso, destinado a aliviar a dor e a tristeza de todos os familiares e criados que se despediam de D. Pedro de Meneses, esposo, pai, senhor, chefe e esteio da casa vila-realense, que tanto honrava e amparava as suas vidas.

Socorrendo-se de várias alocuções da Sagrada Escritura, o argumento do sermão de Frei Luís Veloso foi bem simples: a morte do marquês, em vez de chorada, deveria ser motivo de alegria, pois, tendo vivido bem, acabou por ter uma boa morte. Sobretudo, porque foi bom cristão e morreu como cristão. O mesmo é dizer que, tendo vivido em Cristo e praticando obras virtuosas em Seu nome, alcançou o descanso e o galardão da vida eterna que o aguardava no Paraíso. Esta vida espiritual, conseguida pelo marquês e que todos deviam afadigar-se em aspirar, a fim de evitar a queda nos castigos perpétuos do Inferno, era bem mais tranquila e deleitosa que a vida temporal, que, não obstante as honras e os bens materiais nela adquiridos, resumia-se a ser má e cheia de misérias e de trabalhos. Nesse sentido, bastava compará-la às penas da roda de um pavão, cuja glória e vaidade acabavam, logo que a desfazia. Ciente do seu fim, assim o marquês D. Pedro de Meneses também desfez a sua roda e escondeu a glória e vaidade das suas penas – o serviço em África, a ida a Castela, o fausto da sua pessoa e casa – para acabar envolvido num pobre hábito de São Francisco. Assim o deveriam ver os seus familiares e criados: despojado de toda a ostentação mundana. E depois, seguir o seu exemplo para também chegarem, afortunados, ao lugar celestial, pondo fim aos dissabores da vida. Usando as palavras do frade prelector: “*ditoso marquês de Vila Real, que acabou; moíños nós, que ficamos e que vivemos*”.

*

*

*

³⁵⁶ RAH, *Colección Salazar y Castro*, N-76, fls. 129-135 v.º. Transcrito no Apêndice F, n.º 19.

CAPÍTULO IV

SENHORIO

1. O património senhorial

1.1. Formação e evolução (1437-1543)

A narrativa dos capítulos anteriores evidenciou que a afirmação dos senhores da Casa de Vila Real num lugar cimeiro do quadro da nobreza portuguesa dos séculos XV-XVI baseou-se em dois factores: a origem linhagística e o conjunto variado de serviços em prol de el-rei e da Coroa, sobretudo, os militares. O grande sucesso destes serviços prestados, tanto no Norte de África como em Castela, durante o reinado de D. Afonso V, foi motivo suficiente para este monarca e o seu sucessor D. João II recompensarem a casa vila-realense com a doação de vários senhorios, jurisdições, rendas, privilégios e ofícios, incluindo a concessão do título do marquesado. A série de honras titulares e de benefícios de natureza sociopolítica, económica e patrimonial continuou nos reinados de D. Manuel I e de D. João III.

Um olhar sobre as doações e as confirmações daqueles reis permite-nos verificar que o património senhorial registado em 1543, ano do decesso do 3.º marquês de Vila Real, era igual àquele que existia em 1641, aquando da extinção da linha varonil da casa vila-realense, num total de 17 senhorios, com jurisdições doadas ¹. E ainda verificamos que, em 1500, já com alguns acertos incluídos, a Casa de Vila Real detinha 15 dos 17 senhorios existentes em 1543 ². Em geral, a carência de novas doações senhoriais, entre os meados dos séculos XVI-XVII, resultou de um processo de abrandamento gradual da

¹ Em 1543, a Casa de Vila Real detinha as seguintes terras: Abreiro, Aguda, Alcoutim, Almeida, Avelar, Caminha, Canelas, Chão de Couce, Freixiel, Lamas de Orelhão, Maças de D. Maria, Pousaflores, Ranhados, Sobrosa, Valadares, Valença e Vila Real.

² Depois de 1500, registaram-se as doações senhoriais de Ranhados (1528) e de Canelas (1542). É de salientar que a Casa de Vila Real também teve os senhorios de Alcoentre, de Ourém, de Aguiar e de Oriola. Estes dois últimos, doados em 1454, retornaram à posse da Coroa em 1457, mas tal perda foi logo ressarcida com a doação de Almeida, em 1458. Em 1496, o senhorio de Ourém, doado em 1489, reverteu à Casa de Bragança, da qual fora arrestado em 1483, sendo imediatamente compensado com a doação de Alcoutim. O senhorio de Alcoentre foi vendido em 1541, mas esta alienação acabou por ser reparada no ano seguinte com a doação de Canelas.

liberalidade outorgante da Coroa, bem diferente daquela que se registou no decurso do século XV ³, período em que os principais nobres aproveitaram as concessões régias de senhorios com jurisdição para granjear e consolidar estatuto no seio do seu grupo e para formar centros periféricos de poder e controlo político, social, económico e militar, nos quais impunham o seu peso simbólico, inspiravam a criação de clientelas e arrecadavam as fontes de rendimento disponíveis ⁴.

O cotejo de algumas fontes permite verificar que o conjunto de bens que tombou inicialmente em favor de D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, era constituído por uma grande parte da herança do seu avô homónimo, 1.º capitão de Ceuta e 2.º conde de Viana, falecido em 1437 ⁵. Oportunamente confirmada pelo rei D. Duarte, em 1434 ⁶, essa herança era formada por terras e senhorios que a Coroa doara aos seus ascendentes familiares e por bens resultantes de compra, de dotes de casamento e de doação régia ⁷. Nem toda a herança foi legada à sua primogénita D. Beatriz de Meneses, casada com D. Fernando de Noronha, 2.º conde de Vila Real, pois, usufruindo do privilégio régio que o dispensou das regras sucessórias fixadas na *Lei Mental*, o 1.º capitão de Ceuta repartiu o seu património pelas três filhas legítimas – D. Beatriz e D. Leonor de Meneses, nascidas no seu primeiro consórcio, com D. Margarida Afonso de Miranda; e D. Isabel Coutinho, nascida no seu terceiro casamento, com D. Beatriz Coutinho – e pelo filho bastardo D. Duarte de Meneses ⁸. Tal repartição atesta-se nalgumas propriedades e terras que foram herdadas pelo neto D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, 1.º conde de Penela ⁹, filho de D. Isabel Coutinho, assim como no processo de partilhas do ano de 1440, feito entre as filhas D. Beatriz e D. Leonor de Meneses.

Nessas partilhas, o conjunto de bens que coube ao casal D. Beatriz de Meneses e D. Fernando de Noronha, depois transmitido e confirmado em 1451 ao seu primogénito e herdeiro D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, foi o seguinte: os senhorios de Alcoentre, Chão de Couce, Aguda, Avelar, Pousaflores, Maçãs de D. Maria e Sobrosa;

³ Vide António Manuel HESPANHA, *As Vésperas...*, cit., pp. 415-417.

⁴ Assim o inferimos de Nuno Gonçalo Freitas MONTEIRO, *O Crepúsculo...*, cit., pp. 466-467.

⁵ Fontes já citadas, *supra*, nos subcapítulos I.1.2 e I.2.1, notas 27, 39 e 58.

⁶ *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte, cit.*, vol. I-1, n.ºs 552-561, pp. 302-323.

⁷ Veja-se no Apêndice B, o Mapa n.º 1. Para elaborar este mapa e os seguintes, socorremo-nos do “Mapa das circunscrições administrativas – Numeramento de 1527-1532”, editado por João José Alves DIAS, *Gentes e Espaços...*, cit., p. 620. Por princípio e na falta de outros mapas similares, aquém de 1527 e além de 1532, adoptámos a configuração das mesmas circunscrições para todos os mapas apresentados no Apêndice B.

⁸ *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte, cit.*, vol. I-1, n.º 562, pp. 324-325.

⁹ Vide Sebastiana Alves Pereira LOPES, *O Infante D. Fernando...*, cit., pp. 144-148 e 153-154.

as lezírias do Galego ¹⁰ e de Filipe ¹¹, ambas localizadas no termo de Santarém, mais um bairro nesta vila ¹²; a herdade da Requeixada, junto a Almeirim ¹³; as hortas de Lisboa; a quinta da Lançada, além Tejo, junto ao lugar de Sarilhos ¹⁴; e o quarto da terra de Viana do Alentejo. Além de tudo isto, desde 1445, D. Pedro de Meneses também já era senhor e conde da vila de Vila Real, em sucessão ao seu pai D. Fernando de Noronha, condição e título que D. Afonso V lhe confirmou em 1451, na feição de juro e herdade ¹⁵.

O património da Casa de Vila Real teve um crescimento fulgurante na segunda metade do século XV, expressado na concessão variada de senhorios, bens, privilégios e direitos que, em diferentes períodos, os marqueses D. Pedro de Meneses e D. Fernando

¹⁰ Situada na barra do Tejo, entre Santarém e Porto de Muge, era uma das melhores propriedades da Casa de Vila Real, chegando a render, por vezes, receitas no valor de 700 000 reais: AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 16, n.ºs 20 e 24, pp. 124-125. Mais correctamente, esta lezíria situava-se abaixo dos paços régios de Valada, como indica a doação de juro e herdade que dela fez D. Pedro I à sua ‘criada’ Beatriz Dias, mais privilégios de terra coutada, tudo em 1365: *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I, cit.*, n.ºs 999 e 1019, pp. 468 e 482-483. A lezíria não se manteve muito tempo na posse daquela concubina do *Justiceiro* (vide Saul António GOMES, «Uma dama na Leiria medieval: Beatriz Dias, “manceba del-rei” D. Pedro I» in *Biblos*, vol. 77, [Coimbra,] Universidade de Coimbra, 2001, pp. 115-118) pois, no primeiro ano do seu reinado, D. Fernando deu aquela lezíria, enquanto fosse sua mercê, a D. João Afonso Telo, 4.º conde de Barcelos, doando-lha depois na feição de juro e herdade: AN/TT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 1, fls. 15 v.º e 76-76 v.º, por cartas de 01-08-1367 e de 17-07-1371. Posteriormente, a propriedade continuou na descendência do conde de Barcelos, sendo confirmada ao seu neto D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta, pelos reis D. João I e D. Duarte: *Chancelarias Portuguesas: D. João I, cit.*, vol. IV-1, n.º 376, pp. 255-256 e *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte, cit.*, vol. I-1, n.º 555, pp. 308-309. De resto, não nos subsistem dúvidas quanto ao facto de esta lezíria do Galego ser a lezíria da Valada, mencionada nos resumos dos documentos listados no Apêndice E, n.ºs 44, 129, 238 e 388.

¹¹ Em 1630, já se designava lezíria da Silveira e tinha junto dela uns lezirões a que chamavam os mouchões de «Pericax»: AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 16, n.º 25, p. 125. Um alvará datado de 03-11-1655, no qual o Infante D. Pedro recebeu a doação régia das lezírias do Galego, da Soberba, dos Mouchões e da Silveira, outrora pertencentes à extinta Casa de Vila Real, diz-nos que estas propriedades situavam-se no termo de Santarém, abaixo de São Libório: AN/TT, *Chancelaria de D. João IV*, livro 25, fl. 158 v.º. Não nos foi possível localizar o topónimo São Libório, mas, segundo Alberto PIMENTEL, *A Extremadura Portuguesa – I Parte*, Lisboa, Empresa da Historia de Portugal – Sociedade Editora, 1908, p. 226, os mouchões da Silveira separavam o rio Tejo da vala de Muge. Assim, inferimos que a lezíria da Silveira (antes, do Filipe) situar-se-ia abaixo da vila de Muge, ficando diante da lezíria do Galego (ou da Valada) tendo entre elas o curso do rio Tejo.

¹² É possível que se tratasse do bairro situado na freguesia de Santa Cruz, no velho arrabalde da Ribeira da vila de Santarém: vide Maria Ângela V. da Rocha BEIRANTE, *Santarém Medieval*, Lisboa, FCSH – UNL, 1980, p. 106.

¹³ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 16, n.º 36, p. 128.

¹⁴ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 22, n.º 6, p. 150. Aqui, é referido que se tratava da quinta que D. Pedro I doou de juro e herdade à sua ‘criada’ Beatriz Dias, em 10-05-1361: *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I, cit.*, n.º 540, p. 220. Aliás, Beatriz Dias já fruía desta propriedade, em sua vida, desde 03-08-1358: *ibidem*, n.º 1199, p. 583. Embora a quinta da Lançada tenha sido confirmada à Casa de Vila Real, em 1451 e em 1534 (vide Apêndice E, n.ºs 5 e 370) no entanto, não seria a mesma propriedade outrora concedida a Beatriz Dias, uma vez que essa foi doada a diferentes pessoas, em 1444, 1450, 1491 e 1497: AN/TT, *Guadiana*, livro 5, fls. 217-219 e livro 1, fls. 106-107. Ou seja, a “quinta da Lançada” seria a designação genérica de uma realidade territorial mais vasta, formada por várias parcelas, uma das quais, pertencente à Casa de Vila Real, mas cuja localização exacta, extensão e confrontações, que se saiba, não deixou rasto documental. A ideia da existência de vários usufrutuários de parcelas na “quinta da Lançada” confirma-se, pelo menos, em dois aforamentos do ano de 1462: *ibidem*, livro 5, fls. 50-53 v.º.

¹⁵ Veja-se no Apêndice B, o Mapa n.º 2.

de Meneses receberam dos reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I. Relativamente à quantidade de senhorios com jurisdição doada, já excluídos os senhorios de Aguiar, de Oriola e de Ourém ¹⁶, o seu número dobrou de oito para 16: Almeida (1458); Lamas de Orelhão (1472); Abreiro e Freixiel (1476); Alcoutim (1496); e Caminha, Valadares e Valença (1499). A expansão senhorial vila-realense incidiu sobretudo nas comarcas de Além Douro, mas tocou também na Beira e no Algarve, com a doação de duas terras de fronteira, às quais se somaram outras três na região do Minho. Inversamente, apesar da breve posse das terras de Aguiar e Oriola (1454-57), o número de senhorios no Alentejo era inexistente. Em 1460, já não recebia em Viana os direitos do quarto da produção de vinho, cereais, azeite, frutas, legumes e linho, vila que naquele ano foi doada a D. João, filho do 1.º marquês de Vila Viçosa ¹⁷. Numa região pautada pelo predomínio senhorial da Coroa, da Casa de Bragança e das ordens militares de Santiago e de Avis, a presença senhorial vila-realense nas terras do Alentejo, entre meados dos séculos XV-XVI, além de efêmera, foi residual e limitou-se somente à manutenção de algumas propriedades e bens rústicos e urbanos.

Na comarca da Estremadura, onde já era donatária dos senhorios de Alcoentre e à roda de Chão de Couce, a Casa de Vila Real aumentou a sua expressão senhorial com mais algumas doações da Coroa: os bens e direitos régios em Leiria e seu termo (1463), depois, comprados pelo conde D. Pedro de Meneses, com direito de posse e fruição num período de duas vidas (1466) ¹⁸; as rendas da portagem de Santarém (1463); os paços do Carmo, mais o bairro que lhe era anexo, em Lisboa (1475); e as rendas da alcaidaria e doutros bens em Ourém e seu termo (1487). O senhorio de Ourém também foi doado à Casa de Vila Real, em regime vitalício, mas a sua posse foi de curta duração (1489-96), vindo a ser revertido à Casa de Bragança, da qual fora confiscado em 1483.

Outras doações e direitos obtidos pela Casa de Vila Real, na segunda metade do século XV, foram os seguintes: o padroado do mosteiro da Ermida, situado na margem direita do rio Paiva, junto de Castro Daire (1466); a dízima da marçaria da alfândega do Porto (1467); mais bens régios em Leiria (1475), em troca de outros em Guimarães, que o conde D. Pedro de Meneses recebeu da sua tia D. Constança de Noronha, duquesa de Bragança (1467); e as rendas da portagem de Tavira (1476).

¹⁶ Cedidos em 1457 e em 1496: veja-se, *supra*, nota 2.

¹⁷ Doação feita em 27-02-1460: AN/TT, *Místicos*, livro 3, fls. 53-55 v.º.

¹⁸ Para uma leitura completa dos bens, rendas e direitos que a Casa de Vila Real tinha e recebia na vila de Leiria e seu termo, *vide* AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, caps. 12-13, pp. 48-93.

Neste mesmo período, já no último quartel da centúria, são de salientar os bens alcançados por D. Fernando de Meneses, herdeiro da Casa de Vila Real: o senhorio de Alcoutim e algumas rendas e imóveis em Beja, por via de dote de casamento (algures, entre 1481-86); as rendas e direitos de Rio Maior, por doação régia (1490); e umas casas na cidade de Évora, junto à Igreja de São Francisco, por via de compra (1497). Embora estes últimos bens fossem geridos pelo 1.º conde de Alcoutim, todos se consideravam implicitamente pertencentes ao património senhorial da Casa de Vila Real, na qualidade de bens conexos, pois, nela acabariam por ser formalmente integrados, em 1499, quando D. Fernando de Meneses tomou o título de marquês. Neste ano, com a concessão régia dos três senhorios situados no Minho, o 2.º marquês de Vila Real recebeu igualmente as doações da dízima nova do pescado de Tavira e das rendas e direitos reais de Monção e de Viana da foz do Lima. Na vila vianense, o marquês D. Fernando assegurou também a doação do seu castelo, quando ali fosse erigido (1500) ¹⁹.

Comparativamente ao período acabado de sintetizar, o crescimento patrimonial da Casa de Vila Real na primeira metade do século XVI foi bem mais modesto. Depois de 1500, o marquês D. Fernando de Meneses acrescentou mais direitos e privilégios aos interesses senhoriais que tinha no Minho, mas, quanto a novas doações régias, recebeu somente as dízimas do pescado de Outavim e de Salir, esta última, renunciada em favor do seu irmão D. Diogo de Noronha, depois de D. Manuel I lhe ter dado em satisfação de dinheiros que devia arrecadar pela perda das rendas da judiaria de Vila Real (1502-03). Outra renúncia do marquês incidiu nas rendas e direitos de Rio Maior, cedidos em favor de D. Jaime, 4.º duque de Bragança, obtendo em troca uma tença régia anual de 45 000 reais (1501). Ao mesmo duque foram também entregues os bens que D. Fernando ainda detinha na vila de Ourém, em comutação de nova tença régia anual, no valor de 453 280 reais, pelo prazo de duas vidas (1510). De resto, na primeira década de Quinhentos, a maior parte das doações régias feitas à Casa de Vila Real foram tenças e padrões de juro para remunerar mercês régias, renúncias de bens ou direitos e a perda de rendas pagas por minorias religiosas expulsas do Reino (judeus e mouros).

O acréscimo de novo património aconteceu apenas no final de 1521, através do conjunto de doações e bens imóveis incluídos no dote de D. Beatriz de Lara, aquando da formalização do seu contrato de casamento com o futuro marquês D. Pedro de Meneses. Nesse dote, tanto quanto se sabe, achavam-se o senhorio de Colares, as rendas da vila de

¹⁹ Sobre esta evolução patrimonial, entre 1451-1500, veja-se o Apêndice B, Mapas n.ºs 3-11.

Serpa, vários dinheiros e uma quinta em Azeitão. Destes bens, o casal apenas conservou a dita quinta e umas casas particulares em Colares, pois, tudo o resto foi cedido a el-rei D. Manuel I, em troca de uma remuneração anual de 800 000 reais. Estes imóveis não perduraram no património vila-realense, visto que as carências de liquidez financeira do 3.º marquês de Vila Real, resultantes da sua embaixada de 1526, em Castela, motivaram a sua alienação: a quinta de Azeitão foi vendida a Afonso de Albuquerque (1528); e as casas de Colares foram vendidas a el-rei D. João III (1530).

Contudo, foi num tempo de grandes constrangimentos financeiros que a Casa de Vila Real obteve mais dois senhorios com jurisdição doada: Ranhados, por compra feita pelo marquês D. Pedro de Meneses, que D. João III autorizou e confirmou na respectiva carta de doação (1528); e Canelas, por doação régia, com a cedência dos privilégios de couto do bairro do Carmo, em Lisboa (1542). Entretanto, o marquês alienou o senhorio de Alcoentre, vendendo-o a el-rei, que dele fez nova venda e doação a Martim Afonso de Sousa, governador da Índia (1541). Outros bens que D. Pedro de Meneses comprou para somar ao património da sua casa senhorial foram os seguintes: os direitos reais do senhorio de Valadares, mais a fortaleza de Lapela, edificada junto ao rio Minho (1529); as rendas e direitos da terra de Azurara (1532); umas casas e propriedades em Cacilhas, junto a Almada (década de 1530?)²⁰; e os direitos e rendas das saboarias de Leiria e de Vitória (1540)²¹.

A compra destes bens e direitos contribuiu para diversificar o património da casa vila-realense, mas o seu aumento foi muito residual, salvo nos senhorios com jurisdição doada, que, por sua vez, serviram mais para compensar a perda de outras propriedades anteriormente vendidas. Por outro lado, tais compras foram pagas à custa do trespasse total ou parcelar das tenças e padrões de juro que o marquês D. Pedro de Meneses e sua mulher recebiam anualmente da Coroa, que, aliás, já lhe tinham servido para financiar a sua embaixada de 1526, em Castela, na qual muito se endividou e por causa da qual foi obrigado a vender bens e rendas da sua casa. Por isso, o tempo do seu marquesado ficou assinalado por uma perda de activos, quer nos bens que detinha, quer na arrecadação de mais-valias financeiras que recebia da fazenda régia.

²⁰ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 18, n.º 16, p. 134. Num assentamento de receitas e despesas do Hospital de São Lázaro da vila de Almada, referente ao ano de 1539, notamos que o marquês de Vila Real se encontrava em débito com aquele hospital relativamente à entrega de 42 alqueires de pão (metade em trigo e metade em centeio) e duas galinhas, provenientes de um casal que tinha em Cacilhas: AHSCM Almada, livro 31, fl. 230.

²¹ Sobre esta evolução patrimonial, entre 1501-1543, veja-se o Apêndice B, Mapas n.ºs 12-22.

Em conclusão, na primeira metade do século XVI, dois fortes motivos limitaram o crescimento do património senhorial da Casa de Vila Real e contribuíram para definir o seu lugar sociopolítico e económico entre os senhores da principal nobreza do Reino: o elevado grau de endividamento em que a casa se viu lançada, situação que se manteve crónica até ao fim da centúria quinhentista; e a estratégia deliberada pelos monarcas da dinastia de Avis, sobretudo, D. Manuel I e D. João III, no sentido de não permitirem que o conjunto de bens materiais dos marqueses vila-realenses se acercasse do nível atingido pelas casas ducais de Bragança e de Coimbra/Aveiro, nas quais aqueles reis procuraram polarizar a competitividade senhorial, quer na concessão das honras nobiliárquicas, quer na doação de bens, rendas e direitos.

1.2. Conteúdos das doações e dos privilégios senhoriais

Sendo donatária de um número significativo de senhorios com jurisdição, mais ou menos extensos, em termos territoriais, a Casa de Vila Real detinha diversos direitos reais, foros e tributos, cujas rendas eram arrecadadas para a sua fazenda, embora a sua enunciação, nas respectivas cartas de doação, fosse substanciada numa feição genérica. Ou seja, o conteúdo das doações senhoriais feitas à casa vila-realense, assim como aos demais donatários de terras da Coroa, em geral, não pormenorizava que direitos, foros e tributos fossem exclusivos do donatário, senão quando a doação os expressava, mas, por princípio, seriam todos aqueles que estavam contidos no foral da terra ²², salvo os que o rei não costumava outorgar, reservando-os para si, ou aqueles que resolvia dar em carta particular ou em suplemento de outras concessões ²³.

Quanto ao poder governativo das suas terras, conforme as respectivas doações, a Casa de Vila Real detinha, em geral, toda a jurisdição cível e crime, com mero e misto império, salvo a correição e a alçada, reservadas a el-rei. Assim declaram quase todos os seus títulos de doação senhorial, por princípio, mas, desde o reinado de D. Afonso V, a Casa de Vila Real desfrutava do privilégio da isenção de correição nas terras onde tinha

²² Vide António Manuel HESPANHA, *As Vésperas...*, cit., pp. 400-401. Sobre os conteúdos das doações e dos direitos de foral que a Casa de Vila Real recebia nos seus senhorios, quer nos que manteve após 1543, quer naqueles de que foi donatária, assim como em outros lugares do Reino, onde não detinha o senhorio da respectiva terra, veja-se o Apêndice C, secções 1, 2 e 3. Sempre que possível, utilizámos a informação contida nas doações originais e nos forais novos dados por el-rei D. Manuel I.

²³ Alguns exemplos: as rendas das portagens de Santarém (1463) e de Tavira (1476); as dízimas do pescado de Tavira, de Monção e de Viana da foz do Lima, todas insertas na doação dos senhorios de Caminha, de Valença e de Valadares (1499); a dízima do ferro e do aço de Valença (1501); a dízima do pescado de Outavim (1502); e as rendas das saboarias de Leiria e de Vitória (1540).

jurisdição doada, nas quais era proibida a entrada do corregedor de comarca, factor que determinava a sub-rogação das funções deste oficial régio nos ouvidores nomeados pelo senhor vila-realense ²⁴. Esta jurisdição senhorial era intermédia, mediante a qual os seus ouvidores poderiam conhecer e, sequentemente, manter ou alterar as decisões judiciais que eram dadas pelas justiças da terra, quer nos feitos cíveis, quer nos feitos crime, mas, não evitavam que as partes agravadas apelassem para um qualquer tribunal superior da Coroa, situação que ocorria sempre nos feitos crime, relativamente aos quais o recurso era obrigatório, enquanto os feitos cíveis poderiam findar no ouvidor, se não houvesse apelação ²⁵.

Embora o exercício da ouvidoria senhorial denotasse limitações na decisão final dos processos ²⁶, todavia, a Casa de Vila Real tinha a possibilidade de intrometer-se na composição das justiças das suas terras, ou seja, o poder de dar, apresentar ou confirmar os ofícios camarários (juízes, vereadores e procuradores) cujas eleições eram apuradas pelo seu ouvidor, assim como prover os demais ofícios ligados ao governo, à fazenda e à justiça do concelho, ainda que alguns deles necessitassem de permissão régia, no acto da sua criação e na aprovação dos indivíduos apresentados pelo donatário vila-realense para os exercer: escrivães da câmara; alcaides; meirinhos; juízes e escrivães dos direitos reais e da almotaçaria; juízes e escrivães dos órfãos; tabeliães e escrivães do público e do judicial; inquiridores, contadores e distribuidores; etc. ²⁷ A amplitude no provimento de diversos ofícios, essencial para empregar e satisfazer as necessidades da sua clientela senhorial, auxiliava a tarefa do donatário vila-realense quanto aos objectivos do controlo político, social, económico, administrativo e militar das terras e das gentes mantidas sob o seu domínio. Uma fonte nobiliária setecentista confirma-nos esta realidade: a Casa de Vila Real tinha 17 vilas e 23 000 vassallos e provia um total de 10 alcaidarias-mores, 21 meirinhos e alcaides pequenos, 92 ofícios de escrivães, 11 ofícios de juízes de órfãos, 3

²⁴ Este privilégio especial foi outorgado em 14-09-1462 e continuou a ser dado e confirmado em cartas régias do mesmo D. Afonso V (15-05-1478 e 09-03-1479) assim como de D. João II (06-06-1486), de D. Manuel I (20-05-1499) e de D. João III (28-06-1528), todas elas arroladas no Apêndice E.

²⁵ Vide António Manuel HESPANHA, *As Vésperas...*, cit., pp. 394-397.

²⁶ Por carta de 22-08-1528, listada no Apêndice E, el-rei D. João III permitiu que os ouvidores do marquês de Vila Real pudessem conhecer feitos, por acção nova, isto é, abrir e findar novos processos, tal como os corregedores das comarcas, conforme recente ordenação do monarca. Seguramente, tratava-se da ordenação de 17-07-1527, pela qual aqueles corregedores podiam conhecer por acção nova, mas só nas terras onde não houvesse juiz de fora ou se os juízes locais fossem iletrados, quando apelados pelas partes agravadas: AN/TT, *Feitos Findos: Casa da Suplicação*, livro 8, fls. 22 v.º-24.

²⁷ Vide António Manuel HESPANHA, *As Vésperas...*, cit., pp. 398-399. Exemplos: a nomeação de tabeliães em Ranhados (1528); e a nomeação de juízes dos órfãos nas “cinco vilas” de Chão de Couce (1529), em Alcoutim (1532), em Almeida (1542) e em Lamas de Orelhão (1543).

ofícios de juizes e ouvidores dos direitos reais e 16 ofícios de contadores, inquiridores e distribuidores ²⁸. Mesmo considerando-se a situação de tais números não serem exactos, sabemos que aqueles e outros ofícios dados pelos donatários vila-realenses continuaram a ser providos pelo primeiro senhor da Casa do Infantado, na qual se incorporou a maior parte dos bens e direitos da extinta Casa de Vila Real ²⁹.

O teor das várias doações senhoriais feitas à Casa de Vila Real poderia ser mais ou menos declarado, quer na outorga dos poderes jurisdicionais e governativos, quer na cedência dos direitos e foros reais. No entanto, se a concessão destes últimos era quase sempre contemplada nas doações, por seu turno, a dada das jurisdições e/ou das justiças e ofícios concelhios nem sempre era cabalmente expressa, embora possamos presumi-la de forma positiva para todos os senhorios. Pelo menos, assim se deduz da sua derradeira doação senhorial, referente a Canelas (1542), na qual, além das rendas, foros e direitos que a Coroa ali tinha, também se fez concessão da jurisdição cível e crime, mero e misto império e dada de ofícios, tal como na vila e marquesado de Vila Real, com as demais liberdades, jurisdições e privilégios, até então, desfrutados por todos os donatários vila-realenses, por doações e provisões régias, recentes ou antigas, relativas a Vila Real e às outras suas terras, ainda que delas não se fizesse expressa menção, pois, todas se davam por confirmadas como se fossem explicitamente mencionadas.

De acordo com o sentido desta doação, reconhecia-se que os donatários da Casa de Vila Real, em todo o seu universo senhorial, recebiam direitos e foros reais, exerciam poderes jurisdicionais, proviam ofícios e fruía dos demais privilégios especiais que a Coroa lhes concedera, até então. Tudo assim lhes era deferido, não obstante a substância mais ou menos genérica das suas doações e regalias senhoriais, fossem elas recentes ou antigas. Mas, o teor mais substancial das jurisdições e dos direitos reais declarados num título de doação senhorial, como este de Canelas, seria tal-qualmente válido ou aplicável para outros títulos do género, cujo conteúdo era omissivo ou menos expresso? Na opinião de alguns doutrinantes da jurisprudência portuguesa seiscentista e setecentista, tendentes à defesa dos interesses senhoriais, a resposta seria afirmativa, empregando o argumento da posse e/ou do costume imemorial em que os donatários se achavam no exercício das jurisdições, na fruição de bens da Coroa e na cobrança dos direitos e foros reais, mesmo que não tivessem qualquer acto escrito e não obstante o texto das *Ordenações do Reino*

²⁸ Jorge Salter de MENDONÇA, *Nobiliário*, tomo 17, fl. 159 v.º, em nota marginal.

²⁹ Veja-se AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 1, *passim*, referente aos registos da chancelaria da mesma casa, que contém documentação datada entre os anos 1655 e 1676.

sobre tal assunto, que exprimia o contrário ³⁰. Ou seja, na carência de um acto escrito e expresso (doação, privilégio, sentença, inquirição, foral...) ou na omissão de certo teor que lhe fosse alusivo, a posse e o costume imemorial poderiam prevalecer, admitindo-se como título suficiente para um donatário ter jurisdições e fruir bens e direitos da Coroa, se existissem outros actos escritos similares que o abonassem ou reconhecessem. Assim era o parecer de alguns doutrinantes, mas também juristas, como o licenciado Gregório Pita Calheiros, que serviu a Casa de Vila Real no segundo quartel do século XVII e que em algumas passagens do seu livro manuscrito “*Relação das doações...*” ³¹, defendeu a posse e o costume imemorial como título suficiente para suprir a falta e/ou omissão de actos escritos e de conteúdos expressos ³².

1.3. Rendimentos senhoriais

Além daquilo que arrecadava da fazenda régia, em pagamento de assentamentos, de padrões de juro e de tenças, quanto mais recebia e lucrava a Casa de Vila Real pelos vários foros, tributos e direitos dos seus senhorios e demais propriedades? Ignoramos a resposta, pois, não dispomos de fontes coevas, sobretudo, livros de receita e de despesa, tombos, róis ou súmulas, outrora pertencentes ao seu ‘Cartório’, que nos possibilitem ter uma ideia sobre a economia real da sua fazenda senhorial e perceber se os seus balanços anuais eram excedentários ou deficitários. Qualquer informação relativa à renda deste e daquele senhorio ou direito, além de casual e adequável para uma baliza temporal mais tardia que aquela que nos ocupa, oferece-nos apenas uma valia potencial.

Sabemos que o valor da renda anual da Casa de Vila Real, nos anos de 1528-29, era 6 contos de reais (15 000 cruzados) ³³. Depois, segundo uma informação documental supostamente datável de 1615, a renda do marquês de Vila Real estimava-se em 34 000 cruzados (13 contos e 600 000 reais). O crescimento desta renda é evidente, mas, só em termos numéricos, pois, durante a governação filipina, as fortunas dos senhores de casas titulares portuguesas mantiveram uma hierarquia similar à do reinado de D. João III. Ou seja, o marquês de Vila Real continuava na terceira posição, estando um pouco afastado

³⁰ Vide António Manuel HESPANHA, *As Vésperas...*, cit., pp. 389-390.

³¹ Sobre este indivíduo e o referido livro, muitas vezes citado nos capítulos anteriores (primeira referência, *supra*, na Introdução, nota 25), vide Mafalda de Noronha WAGNER, *A Casa de Vila Real...*, cit., pp. 107 e 351-352.

³² Veja-se AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 14, n.ºs 17-39, pp. 98-102, sobretudo, mas também, cap. 25, n.ºs 8-12, pp. 184-185 e cap. 31, n.ºs 7-14, pp. 215-216.

³³ João Cordeiro PEREIRA, «A renda...», cit., p. 798.

do duque de Aveiro (50 000 cruzados) e a uma enorme distância do duque de Bragança (120 000 cruzados). No sentido oposto, embora fosse muito proximamente seguido pelo marquês de Castelo Rodrigo (30 000 cruzados), o donatário vila-realense continuava a ter uma riqueza superior à de qualquer outro senhor de casa condal. Nas casas condaís, as rendas mais altas pertenciam aos condes de Vila Nova de Portimão e de Miranda do Corvo (20 000 cruzados, cada um) ³⁴.

O valor das rendas dos titulares de casas senhoriais continuou a crescer até aos primeiros anos da Restauração. O nobiliário de Salter de Mendonça assinala-nos que a renda média anual da Casa de Vila Real era 42 000 cruzados, com mais 6 000 cruzados de apresentações de igrejas e 5 000 cruzados de prestimónios ³⁵. Sabendo-se que 11 000 cruzados da renda total da casa vila-realense provinham de padroados de igrejas ³⁶ e de prestimónios ³⁷, falta-nos estimar a origem dos restantes 42 000 cruzados. No entanto, o resultado desta tarefa não se revela satisfatório, pois, as poucas informações existentes surgem-nos de forma avulsa.

³⁴ Dados facultados por Luís Augusto Rebelo da SILVA, *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, tomo III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, pp. 206, 497, 499 e 503.

³⁵ Jorge Salter de MENDONÇA, *Nobiliário*, tomo 17, fl. 159 v.º, em nota marginal. A indicação destes valores, assim como os dados relativos aos ofícios providos pela Casa de Vila Real, cujos números foram colhidos do mesmo fólio e citados, *supra*, nota 28, surgem averbados na margem do texto que trata da descendência de D. Luís de Noronha, último senhor da casa vila-realense, que, com o seu primogénito D. Miguel de Noronha, 2.º duque de Caminha, acabaram degolados no Rossio da cidade de Lisboa, em 29 de Agosto de 1641, por conspirarem em delito de lesa-majestade contra el-rei D. João IV. Porque talvez não seja casual o lugar onde foram registados os valores e os dados mencionados, supomos que se refiram à época das execuções daqueles dois nobres.

³⁶ Na sua “*Relação das doações...*” (AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, caps. 14, 24, 29-30 e 33-37) datada de 1630, o licenciado Gregório Pita Calheiros menciona-nos, conforme o maior ou o menor vigor dos testemunhos probatórios que consultou e coligiu, as várias igrejas que pertenciam ou poderiam vir a pertencer ao padroado da Casa de Vila Real. Porque este assunto nos exigiria um exame mais cavado e circunstanciado, que não pode ser traduzido na presente investigação, por ir além do arco temporal que lhe balizámos, limitamo-nos apenas a indicar no Apêndice C, secção 4, aquelas igrejas que, seguramente, em 1543, ano do decesso do 3.º marquês de Vila Real, eram do padroado vila-realense.

³⁷ O prestimónio era uma porção do rendimento total de uma igreja que servia para remunerar ou sustentar vitaliciamente um determinado beneficiário leigo ou eclesiástico. A criação de prestimónios nas igrejas do padroado vila-realense foi impetrada à cúria romana pelo marquês D. Miguel de Meneses, que, no ano de 1555, obteve do papa Paulo IV a concessão de três bulas, em que a primeira delas lhe facultou a reserva de uma até quatro porções prestimoniárias em 18 igrejas do seu padroado, na qualidade de rendas patrimoniais, separadas da pensão eclesiástica, a fim de serem doadas a pessoas que tivessem servido em Ceuta ou que nela viessem a servir. O fundamento do pedido, anuído e confirmado na concessão, baseou-se nos muitos e grandes serviços que os senhores da casa vila-realense sempre fizeram e faziam em prol da Igreja Romana, na guerra contínua que operavam em Ceuta, contra os inimigos dela: *vide* BA, Códice 51-VIII-43, fl. 314 v.º. Para um teor completo desta primeira bula, escrita em Latim, *vide* AN/TT, *Feitos da Coroa: Núcleo Antigo 121*, fls. 722-724 v.º, dada no 11.º dia das Calendas de Junho (22 de Maio) de 1555, portanto, em tempo de *sede vacante*, pois, Paulo IV só foi eleito no dia 23 de Maio. Sabemos que este papa confirmou aquela bula no 14.º dia das Calendas de Julho (18 de Junho): D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, *cit.*, tomo V (parte I), n.º 58, p. 36. Sobre as 18 igrejas, em que quatro delas tinham outras tantas que lhe eram anexas, todas contempladas na primeira bula de concessão, veja-se a respectiva lista no Apêndice C, secção 4.

Os poucos dados de que dispomos levam-nos a supor que a maior parte da renda anual da Casa de Vila Real não provinha do seu universo de senhorios com jurisdição, mas do conjunto dos outros bens e direitos reais doados pela Coroa. Assim parece, pois, sabemos que nos primeiros tempos da Restauração, só os bens, rendas e jurisdições de Leiria rendiam-lhe perto de 20 000 cruzados ³⁸. Recuando ao ano de 1630, Gregório Pita Calheiros informa-nos que o arrendamento da portagem de Santarém, tida por uma das principais rendas da casa vila-realense, poderia valer anualmente uma quantia de 3 000 cruzados ³⁹. O licenciado Calheiros indica-nos ainda que a dízima do pescado da vila de Viana da foz do Lima também foi arrecadada no regime de arrendamento, até ao ano de 1617, não chegando a render mais que 650 000 reais, por ano, afirmando seguidamente, em seu crédito, que quando ele ficou a administrar a cobrança deste direito, deixando de usar a intermediação de rendeiros, logo no ano seguinte, obteve uma receita de 1 conto e 700 000 e tantos reais e que, daí por diante, não mais baixou de 1 conto e 400 000 reais (3 500 cruzados) ⁴⁰. O mesmo Gregório Pita Calheiros diz-nos também que a dízima da marçaria da alfândega da cidade do Porto também era arrendada e que a sua receita para a Casa de Vila Real constituía coisa de pouca consideração ⁴¹. Assim era, visto que uma certidão dada pelos oficiais da alfândega portuense, mediante a consulta feita aos seus livros de receita, referentes ao período de 1638-47, revela-nos que a marquesa de Vila Real recebeu do título tocante àquela dízima uma quantia total de 396 165 reais ⁴², que nos representa uma média anual aproximada de 99 cruzados.

A soma das parcelas anteriormente mencionadas apresenta-nos um resultado de 26 599 cruzados, cujo valor, confrontado com os números dados no nobiliário de Salter de Mendonça, quer da renda média anual (42 000 cruzados), quer da adição desta com a receita dos prestimónios e das apresentações de igrejas (53 000 cruzados), confirma-nos que a maior parte da renda anual da Casa de Vila Real não provinha do seu universo de

³⁸ Veja-se AN/TT, *Feitos Findos: Casa da Suplicação*, livro 9, fls. 283-283 v.º, onde se registou a cópia de uma carta de 22-11-1641 que o Procurador da Coroa Tomé Pinheiro da Veiga dirigiu a el-rei D. João IV sobre os bens que foram confiscados ao marquês D. Luís de Noronha. Publicada por Mafalda de Noronha WAGNER, *A Casa de Vila Real...*, cit., pp. 423-424.

³⁹ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 16, n.º 15, p. 123.

⁴⁰ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 37, n.º 19, p. 357. O arrendamento desta dízima do pescado não era útil às receitas da casa vila-realense, pois, dependia do número de embarcações entradas no porto de Viana e também porque, se fosse arrendada, os rendeiros optavam por subscrever seguros de menor risco, acabando por ficar com os ganhos que aquele direito poderia originar.

⁴¹ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 41, n.º 5, p. 362.

⁴² AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 192, fls. 4 v.º-5. A certidão tem a data de 05-05-1648 e foi dada a requerimento do doutor Francisco Pinto da Veiga, juiz comissário do tombo dos bens que a Casa de Vila Real tinha na província de Entre Douro e Minho e no Reino do Algarve.

senhorios com jurisdição. Esta ideia tende a ser mais vincada, se ainda acrescentarmos as receitas de outros bens e direitos reais doados pela Coroa, como a portagem de Tavira e as rendas da terra de Azurara. Relativamente a Tavira, apenas sabemos que a Casa de Vila Real arrecadava as rendas da portagem da terra e do mar, assim como os quintos do pescado apanhado na costa e a dízima do mesmo que era capturado no mar alto ⁴³, mas é de crer que as suas receitas não fossem menosprezáveis. Quanto à terra de Azurara, um alvará régio de 12 de Maio de 1635, no qual se fez mercê das suas rendas e da portagem de Santarém, pelo prazo de duas vidas, a D. Miguel de Noronha, sobrinho de D. Miguel de Meneses, 1.º duque de Caminha e 6.º marquês de Vila Real, revela-nos que a receita anual de ambas, sem especificar as respectivas valias, era 1 conto e 450 000 reais (3 625 cruzados) ⁴⁴. Admitindo-se que as rendas da portagem de Santarém poderiam ascender à quantia de 3 000 cruzados, como nos informa o licenciado Calheiros, então, a diferença respeitante às rendas e direitos da terra de Azurara não ficaria aquém de 600 cruzados, pelo menos.

É de notar ainda que, nesta época, a Casa de Vila Real já não fruía das receitas advindas do tributo dos “10 reais de Ceuta”, embora o nobiliário de Salter de Mendonça nos declare a pretensão que ela tinha em reaver aquele direito real, que fora vendido por 60 000 cruzados (24 contos de reais) ⁴⁵. Vendido, a quem? A cobrança deste importante e rendoso direito foi tirada à casa vila-realense por el-rei D. Sebastião, no ano de 1572, como nos atesta o teor de uma sua carta, enviada a todos os concelhos do Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes, pela qual eximiu perpetuamente os seus moradores de não mais serem vexados, em função daquele tributo, quer na obrigação da sua contribuição anual, *per capita*, quer no encargo de prestarem quaisquer serviços em Ceuta. Em troca desta isenção, o monarca pediu apenas que cada morador colectável, por si e pelos seus descendentes, pagasse uma quantia única de 200 reais, posto que o tributo dos “10 reais de Ceuta” fosse qualitativamente mais valioso, garantindo-se ainda ao marquês de Vila Real uma compensação daquele direito real, se tal lhe fosse juridicamente reconhecido, mediante a concessão de um padrão de juro da fazenda régia, conforme o montante que

⁴³ *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, ed. Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983, p. 53. Esta informação provém da “Corografia do Reino do Algarve (...)”, datada de 1577 e da autoria de Frei João de São José.

⁴⁴ AN/TT, *Chancelaria de D. Filipe III: doações, ofícios e mercês*, livro 32, fl. 282 v.º. A mercê foi feita em função do consórcio de D. Miguel de Noronha com D. Mariana de Castro, filha de D. Manuel de Moura Corte Real, 2.º marquês de Castelo Rodrigo e que o prazo de duas vidas tocara nele e num seu filho varão, nascido daquele casamento, começando a contar após a morte do duque-marquês, seu tio.

⁴⁵ Jorge Salter de MENDONÇA, *Nobiliário*, tomo 17, fl. 159 v.º, em nota marginal.

então viesse a ser angariado ⁴⁶. Como se percebe, a “venda” foi realizada em favor dos povos das províncias de Além Douro. Por outro lado, depreendemos que o juro anual destinado a indemnizar a Casa de Vila Real nunca poderia ficar estipulado numa quantia absurda de 24 contos de reais, mas numa vigésima parte desse valor, ou seja, 1 conto e 200 000 reais, como se a contribuição única ordenada por D. Sebastião fosse efectuada na razão de 10 reais.

Parece que o marquês D. Manuel de Meneses recebeu uma carta de D. Afonso de Noronha – que nós julgamos ser o seu tio, ex-vice-rei da Índia – informando-o que o escrivão da puridade Martim Gonçalves da Câmara lhe declarara da parte de el-rei que este o compensaria da perda dos “10 reais de Ceuta”, em juro pago na sisa das carnes da cidade de Lisboa ⁴⁷. Não consta que o marquês D. Manuel tenha recebido algum padrão de juro para ser satisfeito de tal perda. Nem parece que houvesse intenção nesse sentido, pois, a desapropriação dos “10 reais de Ceuta” à Casa de Vila Real já fora tentada, mas sem sucesso, no tempo do marquês D. Miguel de Meneses († 1564), cujos protestos lhe mantiveram a sua arrecadação, porém, condicionada até se determinar em foro judicial se aquele tributo lhe era (ou não) pertencente ⁴⁸. Perante a séria hipótese de uma decisão desfavorável, o marquês D. Manuel de Meneses procurou sempre que D. Sebastião lhe confirmasse o direito dos “10 reais de Ceuta”, alegando que esta mercê tão justamente concedida e sancionada pelos reis antecessores aos anteriores senhores da Casa de Vila Real, em remuneração dos muitos e assinalados serviços que fizeram na capitania e no governo da cidade de Ceuta, não lhe poderia ser desapropriada ⁴⁹. Não obstante, os seus apelos não tiveram sucesso.

Quanto ao valor das rendas dos senhorios com jurisdição, em princípio, seria de acreditar que a sua informação surgisse nos traslados da documentação produzida pelos juízes e agentes que, por ordem da Coroa, efectuaram o tombo e a demarcação dos bens e direitos da extinta Casa de Vila Real, depois, doados ao Infante D. Pedro, em 11 de Agosto de 1654 ⁵⁰. No entanto, assim não acontece. Para os anos imediatos ao confisco dos bens senhoriais da casa vila-realense, que se saiba, apenas se conhecem os tombos

⁴⁶ BACL, Códice 407 – Série Azul, pp. 417-419, onde consta o registo da carta régia, datada de 24-01-1572, que, neste caso, foi remetida aos oficiais da câmara de Ponte de Lima. Veja-se ainda AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 11, n.ºs 77-78, p. 45.

⁴⁷ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 11, n.º 79, p. 45.

⁴⁸ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 11, n.º 76, p. 44.

⁴⁹ Sobre este assunto, vide Selma POUSÃO-SMITH, *Rodrigues Lobo...*, cit., vol. 1, pp. 70-73.

⁵⁰ D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., tomo V (parte I), n.º 53, pp. 25-26.

relativos a Sobrosa ⁵¹ e a Vila Real ⁵², que, embora facultem informação precisa sobre o pagamento dos foros de várias propriedades rústicas e urbanas e demais direitos, porém, não oferecem um averbamento sumário que nos reporte ou dê estimativa do valor anual das rendas recebidas naqueles dois senhorios. Por outro lado, a carência ou a ignorância do paradeiro doutros tombos de meados do século XVII alusivos aos restantes senhorios com jurisdição impede-nos de ter uma noção mais clara sobre o valor global das rendas que a Casa de Vila Real cobrava nos seus domínios territoriais. O mesmo acontece com as propriedades rústicas que faziam parte dos seus bens patrimoniais ⁵³.

Como se sugeriu, parece que a maior parte da renda anual da Casa de Vila Real, no segundo quartel do século XVII, provinha dos bens e direitos reais concedidos pela Coroa, centrífugos aos seus senhorios com jurisdição, mas não temos forma alguma de verificar se tal tendência também se manifestava no período entre meados dos séculos XV e XVI, pois, faltam-nos fontes para a confirmar ou negar.

1.4. Residências particulares

Entre os muitos bens imóveis que integravam o património da Casa de Vila Real contavam-se várias casas particulares, localizadas nos principais senhorios e nos lugares onde eram exercidas certas jurisdições e recebidas importantes rendas e direitos. Além de servirem de residência formal (nem sempre permanente) ou de pousada temporária, segundo a circunstância exigida, tais casas também cumpriam uma função de exposição

⁵¹ AN/TT, *Casa do Infantado*, livros 191 e 193, respectivamente tocantes às freguesias de Santa Eulália de Sobrosa e de São Salvador de Freamunde. Estes dois livros foram compostos no ano de 1661 e contêm o traslado da documentação produzida nos anos de 1649-50, por ordem do doutor Francisco Pinto da Veiga, juiz do tombo dos bens que a Casa de Vila Real tinha na terra de Sobrosa, alusiva aos autos de reconhecimento e de medição das propriedades que nela havia. Os reconhecimentos contêm informações sobre os títulos de propriedade (usualmente, prazos feitos em três vidas) que os foreiros dos casais (ou os seus antepassados) fizeram com os oficiais da Casa de Vila Real, cujo senhor era geralmente representado por procuração (por exemplo, o reitor da Igreja de São Salvador de Freamunde). Os títulos eram lavrados nos livros de notas dos tabeliães da terra de Sobrosa ou obtidos do escrivão dos reguengos ou do escrivão dos contos e fazenda da dita casa. Os foros pagos andavam na ordem das centenas de reais, mais géneros (galinhas, marrãs, etc.) que podiam ser convertidos em dinheiro ou em alqueires e rasas de pão cultivado (milho e centeio). Os foreiros pagavam ainda ao senhor vila-realense o direito de lutuosa, por cada pessoa do prazo que falecesse, cujo valor era igual a um ano de foro, assim como o laudémio, quando vendiam a sua propriedade, entregando ao mesmo senhor uma quinta parte do valor de venda.

⁵² AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 215. Trata-se do “Tombo [...], jurisdições, rendas, direitos e padroados que o senhor Infante D. Pedro tem nesta Vila Real”, composto no ano de 1666 e ordenado pelo doutor Luís Barbosa da Costa, juiz encarregado do dito tombo, em substituição do doutor Afonso Soares da Fonseca, que desempenhou funções semelhantes em 1649, com o traslado de documentação produzida nos anos de 1649 e de 1655-59.

⁵³ Referimo-nos à lezíria do Galego, à lezíria de Filipe (ou da Silveira), à herdade da Requeixada e à quinta da Lançada, identificadas e localizadas, *supra*, notas 10-11 e 13-14 e relativamente às quais só temos notícia do rendimento potencial da primeira propriedade nomeada (700 000 reais).

simbólica do poder sociopolítico do senhor vila-realense, destinada a ser reconhecida e assimilada por transeuntes e moradores dos lugares onde estavam edificadas. É de notar ainda que a exposição desse poder não se esgotava nas moradas particulares, pois, como veremos adiante, estendia-se igualmente a outros edifícios de características distintas, sobretudo, com funções religiosas e administrativas ⁵⁴. Mais pomposos ou simples, mais urbanos ou rústicos, os senhores da casa vila-realense eram proprietários de paços e/ou casas de habitação em Tavira, Alcoutim, Beja, Évora, Lisboa, Santarém, Leiria, Chão de Couce, Vila Real e Caminha ⁵⁵.

Na vila minhota de Caminha, muito perto da Igreja Matriz, situava-se uma das mais importantes residências particulares da Casa de Vila Real, que foi frequentemente habitada pelos marqueses D. Fernando de Meneses e D. Pedro de Meneses, na primeira metade do século XVI. Julgamos que a sua edificação ou adaptação a morada senhorial se efectuou nos inícios daquela centúria, após a doação régia do senhorio caminhense ao marquês D. Fernando e incluída no fervor construtivo das várias obras de beneficiação pública que então se realizavam na vila ⁵⁶. Pela informação que consta na “*Relação das doações...*”, sabemos que a habitação era constituída por duas casas sobradadas, detrás das quais se erguiam outras com um passadiço para a chamada ‘Torre do Marquês’, sob a qual ficava a também chamada ‘Porta do Marquês’, que dava serventia ao antigo cais construído junto à foz do rio Minho, onde ancoravam as embarcações ⁵⁷. Presentemente, não restam vestígios destes paços senhoriais, pois, na sequência da pena capital imposta aos representantes da Casa de Vila Real envolvidos na conspiração política de 1641, el-rei D. João IV determinou a demolição do edifício. O chão outrora ocupado pelas casas dos marqueses de Vila Real e duques de Caminha passou a ser o terreiro ou largo onde se formavam as companhias do Corpo de Guarda da vila, criado em 1644 ⁵⁸.

Outras casas que serviram de pousada frequente aos marqueses D. Fernando e D. Pedro erguiam-se em Vila Real. O licenciado Calheiros informa-nos que os primeiros marqueses de Vila Real adquiriram nesta vila e seu termo muitas casas e propriedades, cujas escrituras andavam copiadas num livro de compras de bens de raiz que existia no

⁵⁴ Além do mencionado neste subcapítulo, veja-se também, *infra*, o subcapítulo V.1.2.

⁵⁵ Veja-se Selma POUSÃO-SMITH, *Rodrigues Lobo...*, cit., vol. 1, pp. 37-51, *passim*.

⁵⁶ Conferir, *supra*, os parágrafos redigidos no subcapítulo II.4.5., em torno das notas 264-270.

⁵⁷ Cf. AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 33, n.º 93, p. 242 e Pe. António Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa...*, cit., tomo I, p. 279.

⁵⁸ Cf. BNP, Códice 8750, fl. 129 (131), *Manuscritos Avulsos*, cx. 5, n.º 3, fl. 18 v.º e a *Descrição da Vila de Caminha (extraída de um manuscrito original)*, Viana, Tipografia da «Aurora do Lima», 1878, pp. 62-63. Veja-se ainda o Apêndice D, n.º 13.

Cartório da casa senhorial ⁵⁹. É provável que nesse livro estivesse registada a compra da propriedade situada no lado Nascente do terreiro da vila – o ‘Campo do Tabolado’ – na qual se edificaram os seus paços, por ordem de D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, no terceiro ou no último quartel do século XV, posteriormente, adereçados com elementos arquitectónicos e escultóricos do *manuelino*, no tempo dos seus sucessores. Uma memória descritiva datada do primeiro quartel do século XVIII informa-nos que o paço dos antigos marqueses de Vila Real era de grande altura, todo de pedra de cantaria e coroadado de ameias, sendo uma propriedade da Casa do Infantado emprazada a Miguel Pereira Pinto do Lago, 2.º senhor do morgado da Casa do Arco, em sucessão ao seu pai Francisco Pereira Pinto ⁶⁰, a quem se fizera emprazamento, pelo tempo de três vidas, em 1661 ⁶¹. Pegadas àqueles paços, pelo lado Sul, ficavam as chamadas casas da Torre, que a Casa do Infantado emprazou na mesma feição, em 1663, a Gonçalo Pereira Pinto, avô e pai daqueles morgados ⁶². Embora o teor destes documentos nos ofereça a medição e a demarcação dos edifícios, a descrição mais completa dos paços dos antigos marqueses de Vila Real acha-se no livro do tombo dos bens que tinham naquela vila e seu termo, no qual, além dos espaços residenciais, são apontadas as demais estruturas e serventias contíguas: quintais, jardins, lojas, estrebarias, passadiço, arcada, poço, forno e capela ⁶³. Ao contrário do sucedido em Caminha, estes paços senhoriais em Vila Real não foram demolidos ⁶⁴. Por entre renovações e desvarios arquitecturais operados nos séculos XIX e XX, deles subsiste unicamente a sua frontaria principal, na qual sobressaem as janelas geminadas da época manuelina, encimadas pela divisa ‘ALEEO’ ⁶⁵.

Nos arredores de Chão de Couce, os marqueses de Vila Real eram donos de uma quinta com casas que lhes serviam de residência quando se deslocavam ao seu senhorio das ‘Cinco Vilas’. Na época em que fazia parte dos bens da Casa do Infantado, sabemos

⁵⁹ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 24, n.º 120, p. 177.

⁶⁰ Vide Fernando de SOUSA e Silva GONÇALVES, *Memórias de Vila Real*, vol. I, Vila Real, Arquivo Distrital de Vila Real e Câmara Municipal de Vila Real, 1987, pp. 123, 128 e 205 e ainda Júlio A. TEIXEIRA, *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo: genealogias, brasões, vínculos*, reedição fac-simile da edição de 1946-1952, vol. III, Lisboa, J. A. Telles da Sylva, 1990, pp. 233-248.

⁶¹ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 1, fls. 132-133, por carta de 9 de Setembro.

⁶² AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 1, fls. 154-154 v.º, por carta de 9 de Maio. Neste documento e no anteriormente citado, verificamos que todas as casas tinham sido emprazadas pelos últimos senhores da Casa de Vila Real ao dito Gonçalo Pereira Pinto, por escrituras de 1634 e de 1638. Estes prazos foram anulados em 1649: veja-se o documento citado, *infra*, nota 63.

⁶³ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 215, fls. 22-23 v.º.

⁶⁴ Talvez, devido ao facto de ter-se mantido o título de duque de Vila Real, doravante, destinado aos sucessores do senhor da Casa do Infantado, duque de Beja, logo que nascessem, pois, era importante que tivessem estado, usufruindo bens, rendas e direitos: veja-se o documento citado, *supra*, nota 50.

⁶⁵ Vide Apêndice D, n.ºs 20, 21, 22 e 23.

que esta quinta, situada junto de uma mata de carvalhos e de castanheiros, tinha jardim, pomares, tapada e uma ermida consagrada a Nossa Senhora do Rosário ⁶⁶. Este cenário bucólico que ainda se reconhece na propriedade, actualmente chamada Quinta de Cima, apesar das remodelações construtivas, não devia destoar muito da aparência que teria no tempo em que pertenceu à Casa de Vila Real ⁶⁷. Embora não haja prova, supomos que a quinta de Chão de Couce tenha sido doada por el-rei D. Pedro I a D. João Afonso Telo, 4.º conde de Barcelos, pois, o registo da sua *Chancelaria* apresenta-nos algumas mercês e doações relativas às terras de Couce, de Avelar e de Aguda, com as quais o *Justiceiro* beneficiou aquele nobre ⁶⁸. Depois, o mesmo D. Pedro I, ou o seu sucessor D. Fernando, ainda ter-lhe-á feito mercê da vila de Maçãs de D. Maria, visto que os direitos, rendas e jurisdições desta terra e das outras anteriormente referidas seriam confirmados por el-rei D. Duarte, em 1434, a D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta, “os quais lugares ele houvera e cobrara por bem e título de herança de sua avoenga, a saber, do conde dom João Afonso e da condessa dona Guiomar, sua mulher, seus avós” ⁶⁹. Certamente, nesta confirmação incluiu-se a propriedade da quinta de Chão de Couce, que algumas fontes posteriores nos comprovam ter pertencido ao primeiro capitão ceutense e, depois, à sua filha D. Beatriz de Meneses e ao seu genro D. Fernando de Noronha, antes de ser doada e confirmada por el-rei D. Afonso V, em 1451, a D. Pedro de Meneses, herdeiro daquele casal e 3.º conde de Vila Real ⁷⁰.

Em Leiria, situavam-se outras casas particulares que, desde a segunda metade do século XVI, em diante, se tornaram no principal assento residencial e sociopolítico dos senhores da Casa de Vila Real, pois, era das rendas dos bens e direitos detidos naquela cidade e seu termo que arrecadavam maiores proveitos para a economia da sua fazenda

⁶⁶ Pe. António Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa...*, cit., tomo III, p. 237. A ermida dedicada a Nossa Senhora do Rosário é uma capela anexa à residência e julga-se que tenha sido edificada na década de 1620, por ordem do 6.º marquês de Vila Real: vide Manuel Augusto DIAS, *Chão de Couce: estudo monográfico*, Chão de Couce, Junta de Freguesia de Chão de Couce, 2001, pp. 64 e 342-343.

⁶⁷ Vide Apêndice D, n.ºs 26 e 27.

⁶⁸ Mercês e doações feitas nos anos de 1360, 1363 e 1364: *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I*, cit., n.ºs 423, 792 e 891, pp. 169-170, 354-355 e 409-410. Antes de ser doada ao 4.º conde de Barcelos, a quinta de Chão de Couce teve outros proprietários, leigos e eclesiásticos, desde o ano de 1258, em que foi primeiramente doada por D. Afonso III, até data que se desconhece, em que voltou novamente à posse da Coroa, no reinado de D. Pedro I ou do seu antecessor D. Afonso IV: cf. Manuel Augusto DIAS, *Chão de Couce...*, cit., pp. 60-62 e António Augusto da Costa SIMÕES, *Topografia Médica das Cinco Vilas e Arega*, edição fac-similada de Coimbra, Imprensa da Universidade, 1860, [Coimbra,] MinervaCoimbra, 2003, pp. 1-2.

⁶⁹ *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, cit., vol. I-1, n.º 553, pp. 305-306. Nesse mesmo ano de 1434, D. Duarte confirmou-lhe também a propriedade da quinta de Pousaflores, que adquirira durante o reinado de D. João I: *ibidem*, n.º 558, pp. 313-316.

⁷⁰ Fontes já citadas, *supra*, nos subcapítulos I.1.2 e I.2.1, notas 27, 39 e 58.

senhorial ⁷¹. Tal como em Vila Real, os primeiros marqueses adquiriram muitas casas e propriedades em Leiria e seu termo, cujas escrituras foram trasladadas no mesmo livro de compras de bens de raiz que existia no seu Cartório, entre as quais, estariam as ‘casas das grampas’, outrora pertencentes a Diogo de Pedrosa, sobre as quais se edificaram os chamados “Paços da Ponte” ⁷². Resultado do facto de estanciar algumas vezes na vila de Leiria, o 3.º conde de Vila Real conseguiu em 1476 uma mercê régia que lhe autorizou o direito de aposentar toda a gente da sua casa na judiaria local ⁷³, pelo que a compra e a adaptação daquelas casas parecem ter ocorrido no último quartel do século XV. Depois, os paços foram seguramente aumentados e melhorados pelos seus sucessores, consoante as necessidades construtivas dos tempos seguintes ⁷⁴. Assim nos insinua a mais remota medição e demarcação do edifício, feita em 1647, notando certas estruturas e serventias afectas à residência ⁷⁵, como também algumas fotografias de finais do século XIX, antes da sua demolição, em 1888, que nos oferecem uma ideia da sua dimensão e inserção no contexto urbano leiriense. Os paços vila-realenses em Leiria eram constituídos por dois troços unidos por um passadiço, sustentado numa arcada, encimada pela pedra de armas da linhagem, que permitia a ligação entre os dois principais espaços de convívio social e económico: a Praça de São Martinho e o Rossio ⁷⁶. Estes paços e outros bens em Leiria não tombaram em favor da Casa do Infantado, mas na administração da casa dos condes de Valadares, sucessores directos de D. Carlos de Noronha e de D. Antónia de Meneses, que era filha legitimada do 6.º marquês de Vila Real, de quem recebeu dotação generosa de vários bens de morgado, ao qual aqueles paços estavam vinculados ⁷⁷.

Também demolidos, por ordem de el-rei D. João IV, foram os paços de morada que a Casa de Vila Real tinha na vila de Santarém. As fontes são muito escassas no que

⁷¹ Com largo fundamento, podemos considerar que Leiria era o ‘celeiro’ da Casa de Vila Real e, por isso, veja-se Selma POUSÃO-SMITH, *Rodrigues Lobo...*, cit., vol. 1, pp. 295-330.

⁷² Cf. AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 13, n.ºs 184-185, p. 89 e o documento transcrito no Apêndice F, n.º 6.

⁷³ Mercê já citada, *supra*, no subcapítulo I.4.3., nota 210.

⁷⁴ Ainda em 1488, o 3.º conde de Vila Real possuía em Leiria, junto da praça, uma casa e quintal que foram de el-rei: Saul António GOMES, *A Praça de São Martinho de Leiria do Século XII à Reforma de 1546*, separata de *Mundo da Arte*, II Série, n.º 14, Coimbra, s.e., 1990 (Janeiro-Março), p. 63.

⁷⁵ Esta medição realizou-se em 04-05-1647 e está inserta numa certidão do ano de 1703: AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 197, fls. 441 v.º-444 v.º. Outras medições do mesmo edifício: AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 198, fls. 318-320 (04-12-1773) e BNP, Códice 10602, fls. 43-46 (07-06-1784). Veja-se ainda uma descrição mais completa, projectada por Selma POUSÃO-SMITH, *Rodrigues Lobo...*, cit., vol. 1, pp. 155-158.

⁷⁶ Vide Apêndice D, n.ºs 28, 29, 30 e 31.

⁷⁷ Sobre a natureza, a doação, o feito sucessório e a luta jurídica com a Coroa relativamente à propriedade desses bens, vide Mafalda de Noronha WAGNER, *A Casa de Vila Real...*, cit., pp. 61-66, 90-95 e 253-286, essencialmente.

respeita ao sítio onde se achavam construídos, mas um documento alusivo à medição e demarcação dos antigos paços régios em Santarém, junto à Porta de Leiria, localiza-nos não muito longe desta última, numa distância inferior a 100 metros, ‘a travessa que vai para as casas do marquês de Vila Real’ ⁷⁸, ou seja, a travessa do Requeixo, na freguesia de São Salvador ⁷⁹. Assim localizadas, com relativa precisão, ficavam bastante próximas do convento de São Francisco, lugar onde foram jazidos os primeiros marqueses de Vila Real. O facto de terem sido morada habitual de D. Fernando de Noronha e de D. Beatriz de Meneses, 2.^{os} condes de Vila Real ⁸⁰, muito provavelmente, herdada do 1.^o capitão de Ceuta, que, por sua vez, as terá herdado dos condes D. João Afonso Telo e D. Guiomar Lopes Pacheco, seus avós, leva-nos a crer que aquelas casas em Santarém constituíram o principal assento residencial da casa senhorial vila-realense, pelo menos, até finais da década de 60 do século XV, altura em que foram substituídas nesse âmbito pelos paços do Carmo, em Lisboa.

Sobre o modo como os paços do Carmo foram obtidos e integrados no conjunto das propriedades particulares da Casa de Vila Real, já fizemos o relato suficiente noutro lugar ⁸¹. Com o seu bairro anexo ⁸², no qual os primeiros marqueses adquiriram diversas casas para vincular ao seu morgado ⁸³, os paços do Carmo constituíam uma importante referência construtiva na paisagem urbana de Lisboa, capital do Reino e grande empório comercial do século XVI, como nos atesta um dos mapas publicados no *Civitates Orbis Terrarum*, do alemão Georg Braun ⁸⁴. Tal como os paços de Leiria, também os paços do Carmo escaparam ao confisco da Coroa e entraram na administração da casa dos condes de Valadares. O edifício original acabou destruído pelo terremoto de 1755 ⁸⁵.

⁷⁸ A medição foi realizada em 07-02-1622: vide Zeferino BRANDÃO, *Monumentos e Lendas de Santarém*, Lisboa, David Corazzi Editor, 1883, p. 209.

⁷⁹ Vide Maria Ângela V. da Rocha BEIRANTE, *Santarém Quinhentista*, Lisboa, s.e., 1981, pp. 89 e 215. E assim o considera, baseando-se no texto da medição, publicado por Zeferino Brandão, na obra mencionada na nota anterior, não obstante este último autor, noutro lugar, p. 320, localizar erradamente as casas do marquês de Vila Real num terreno junto do hospital de São Brás, que se situava na freguesia de Santo Estêvão.

⁸⁰ Como nos sugere a fonte citada, *supra*, no subcapítulo I.1.2., nota 39.

⁸¹ Conferir, *supra*, os parágrafos redigidos no subcapítulo I.4.2., em torno das notas 189-196. E para mais informação complementar, veja-se Mafalda de Noronha WAGNER, «D. Pedro de Menezes...», *cit.*, pp. 77-84.

⁸² Sobre as delimitações deste bairro, incluído na freguesia do Sacramento, veja-se Pe. António Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa...*, *cit.*, tomo III, pp. 458-459, onde lemos alguns topónimos como a rua do Bairro do Marquês e a rua da Oliveira, a que chamavam da Porta do Marquês.

⁸³ Vide Apêndice E, n.^{os} 114, 115, 122, 123 e 125.

⁸⁴ Cf. Apêndice D, n.^{os} 34 e 34 A e as *Cidades do Mundo Renascentista*, org. Michael Swift e Angus Konstam, Lisboa, Bertrand Editora, 2008, pp. 112-115.

⁸⁵ Mafalda de Noronha WAGNER, «D. Pedro de Menezes...», *cit.*, pp. 83-84 e nota 165.

Em Évora, a Casa de Vila Real era proprietária de outras casas particulares, que serviram regularmente de residência aos marqueses D. Fernando de Meneses e D. Pedro de Meneses, no contexto das muitas estadas dos reis D. Manuel I e D. João III naquela cidade. Pela informação que consta na “*Relação das doações...*”, tais casas situavam-se junto à Igreja de São Francisco e foram compradas pelo marquês D. Fernando, em 10 de Julho de 1497, pelo preço de 320 000 reais. Pouco depois, em Março de 1502, o mesmo marquês anexou 75% desta propriedade ao morgado da sua casa, uma vez que os outros 25% já estavam nele vinculados, pois, assim lho pedira o seu pai D. Pedro de Meneses, ao conceder-lhe um empréstimo de 100 000 reais para fazer a sua compra. Nesta altura, aquelas casas encontravam-se avaliadas em 350 000 reais. Diz-nos ainda o licenciado Calheiros que o marquês D. Fernando adquiriu mais algumas casas na cidade de Évora, igualmente incorporadas no morgado, conforme atestavam as respectivas escrituras que andavam copiadas no referido livro de compras de bens de raiz, existente no Cartório da casa senhorial vila-realense ⁸⁶. Ignora-se o destino que tiveram todas estas casas, depois de 1641, mas parece que algumas delas foram alienadas pelo 6.º marquês de Vila Real, na terceira década do século XVII ⁸⁷.

Desconhecemos também o que sucedeu com os paços da vila de Beja, que, com outras propriedades, entraram no património da Casa de Vila Real através do dote que foi dado por D. Maria Freire de Andrade no seu casamento com o marquês D. Fernando de Meneses. O licenciado Calheiros diz-nos que havia no Cartório da casa vila-realense um tombo destes bens, feito por mandado de el-rei D. Manuel I, cuja avaliação total era 1 conto e 652 176 reais. Tal como as casas de Évora, a par da Igreja de São Francisco, também os paços de Beja ficaram incorporados no morgado vila-realense, em Março de 1502, valendo então 247 000 reais ⁸⁸. Pouco mais podemos noticiar sobre estes paços de Beja, senão o facto de terem servido de pousada ao conde D. Pedro de Meneses, quando foi alçado à dignidade de marquês de Vila Real, por el-rei D. João II, em 1 de Março de 1489 ⁸⁹. Sabemos ainda que, depois desta cerimónia, o novo marquês permaneceu mais algum tempo em Beja, tendo sido um dos notáveis da corte joanina que recebeu, em 21

⁸⁶ Cf. AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 22, n.ºs 1-3, p. 149 e o documento transcrito no Apêndice F, n.º 6.

⁸⁷ Selma POUSÃO-SMITH, *Rodrigues Lobo...*, cit., vol. 1, pp. 46 e 67, nota 179.

⁸⁸ Cf. AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 22, n.º 4, pp. 149-150 e o documento transcrito no Apêndice F, n.º 6. Sobre as outras propriedades em Beja, como já notámos, *supra*, no parágrafo final do subcapítulo II.3.1., o marquês D. Fernando vendeu-as ao seu irmão D. António de Noronha, em Junho de 1500, com pacto de retroactividade, no prazo de três anos, pelo preço de 2 500 cruzados.

⁸⁹ Conferir, *supra*, as fontes citadas no subcapítulo I.5.2., nota 264.

de Abril, a meia légua daquela vila, os embaixadores de Henrique VII, rei de Inglaterra, vindos em visita diplomática aos reinos de Castela e de Portugal. Depois, em 3 de Maio, dia seguinte à concessão da Ordem da Jarreteira ao *Príncipe Perfeito*, o 1.º marquês de Vila Real recebeu aqueles embaixadores em sua casa, tendo-lhes oferecido um jantar e os respectivos entretenimentos festivos ⁹⁰.

Em Alcoutim, no sopé da colina do castelo da vila e com vista privilegiada sobre o rio Guadiana, erguiam-se outras casas de morada, simples e térreas, com serventia de um poço no seu interior, cuja propriedade também entrou no património da Casa de Vila Real, por via do dote de casamento de D. Maria Freire, esposa do marquês D. Fernando de Meneses. Numa inquirição feita em Sanlúcar de Guadiana, pelo juiz e corregedor de Gibrleón, relativa ao assalto e roubos que os vizinhos de Alcoutim praticaram naquele lugar, no dia 16 de Abril de 1487, em execução de um acto de punição ordenado por D. Leonor da Silva, mãe de D. Maria Freire, algumas testemunhas referem que no decurso do incidente «estaua donna leonnor sennora de Alcaotyn y con ella su hija Asentadas A vna ventana veyendo lo que se hasya» e que «en este tiempo donna leonnor estaua en el dicho Alcaotyn a vna ventana de su posada viendo todo lo susodicho» ⁹¹. Tais alocações afirmam-nos a existência destas casas, já no século XV, contrariando a hipótese de uma edificação primordial realizada na centúria seguinte ⁹², se a sua construção corresponder efectivamente à chamada “Casa dos Condes”, que, após várias remodelações, é hoje um imóvel municipal equipado ao serviço da Cultura ⁹³. É de crer que os marqueses de Vila Real não se tivessem preocupado em conferir um carácter mais monumental e apalaçado a estas casas de Alcoutim, como fizeram noutras suas residências. Disso nos dá prova o cronista João Cascão, criado de D. Duarte, 5.º duque de Guimarães, no relato da jornada que el-rei D. Sebastião fez às regiões do Alentejo e do Algarve, nos meses de Janeiro e de Fevereiro de 1573. Estando o marquês D. Manuel de Meneses a desempenhar serviço militar em Ceuta, o *Desejado* foi recebido na praia de Alcoutim, em 4 de Fevereiro, pelo ainda muito jovem conde da vila, o futuro 6.º marquês de Vila Real, dirigindo-se depois

⁹⁰ Vide «Journals of Roger Machado: embassy to Spain and Portugal, A.D. 1488» in *Memorials of King Henry the Seventh*, ed. James Gairdner, London, Longman, Brown, Green, Longmans & Roberts, 1858, pp. 191-193 (versão original, em Francês) e 359-362 (versão traduzida, em Inglês).

⁹¹ AHN – Sección Nobleza, *Osuna*, caja 391, n.º 60, fls. 6 v.º e 8 v.º. Para mais informações sobre este incidente, vide Juan Luis CARRIAZO RUBIO, «Violencia y relaciones fronterizas: Alcoutim y Sanlúcar de Guadiana a fines del siglo XV» in *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série, vol. XV – tomo I, Porto, FLUP, 1998, pp. 365-382.

⁹² Alexandra GRADIM, *Alcoutim Urbano e Rural: dos finais da Idade Média ao fim do Antigo Regime*, Lisboa, Edições Colibri / Câmara Municipal de Alcoutim, 2006, p. 50 e nota 94.

⁹³ Vide Apêndice D, n.ºs 35 e 36.

às casas do marquês, descritas como térreas e ruins, bem pequenas e não muito armadas, mas nas quais ficou aposentado e mereceu as devidas cortesias de acolhimento por parte da marquesa D. Maria da Silva, até ao dia seguinte, quando partiu para Mértola ⁹⁴.

Ainda no Algarve, em Tavira, os marqueses de Vila Real tinham outros paços de residência, que o conde D. Pedro de Meneses comprou à “almiranta” D. Beatriz Pereira, em 1467 ⁹⁵, pelo preço de 150 000 reais ⁹⁶. Foi com este mesmo valor que, em Março de 1502, o marquês D. Fernando de Meneses incorporou no morgado da casa vila-realense aqueles paços, com suas estrebarias, situados junto à Igreja de Santa Maria, assim como outros foros e propriedades que o seu pai também adquirira à “almiranta”. O licenciado Calheiros adianta-nos ainda que a Casa de Vila Real tinha mais casas e propriedades em Tavira e seu termo, cujas identificações, confrontações e foros estavam averbados num tombo guardado no Cartório, feito pelo corregedor do Reino do Algarve, em 1561 ⁹⁷. É de notar que a posse destas casas particulares destinava-se a servir interesses logísticos dos senhores vila-realenses, pois, um assento fixo em Tavira, não só lhes proporcionava um acesso imediato ao Norte de África como lhes permitia organizar mais prontamente a provisão e o transporte dos recursos materiais e humanos que quisessem deslocar para a ‘sua’ capitania de Ceuta. Uma planta antiga da cidade tavirense, elaborada em meados do século XVII, que foi incluída no chamado “*Atlas de Heliche*”, oferece-nos uma ideia do lugar onde estariam edificados aqueles paços de morada vila-realenses ⁹⁸, mas, tanto quanto se sabe, deles não subsistem quaisquer vestígios, muito possivelmente, devido à forte destruição causada pelo terremoto de 1722 ⁹⁹.

1.5. Bens de morgado (1431-1543)

No contrato de dote e arras do casamento entre a sua filha D. Beatriz de Meneses e D. Fernando de Noronha, celebrado em 8 de Março de 1431, D. Pedro de Meneses, 1.º

⁹⁴ Veja-se Francisco de Sales LOUREIRO, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*, s.l., Livros Horizonte, 1984, pp. 123-124.

⁹⁵ Verificamos que houve mudança do senhorio desta propriedade naquele ano, pela leitura dos documentos citados, *supra*, no subcapítulo I.4.2., notas 181 (primeira fonte mencionada) e 193.

⁹⁶ Assim é declarado no documento citado, *supra*, no subcapítulo I.4.2., nota 196.

⁹⁷ Cf. AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 21, n.º 24-28, pp. 146-147 e o documento transcrito no Apêndice F, n.º 6.

⁹⁸ Vide Apêndice D, n.º 39 e 39 A.

⁹⁹ Vide Frei Jerónimo de BELÉM, *Crónica Seráfica da Santa Província dos Algarves*, I Parte, Lisboa, Inácio Rodrigues (imp.), 1750, livro IV, cap. 22, n.º 264, pp. 200-201 e Joaquim José Moreira de MENDONÇA, *História Universal dos Terremotos (...)*, Lisboa, António Vicente da Silva (imp.), 1758, pp. 92-93.

capitão de Ceuta, estipulou que, após a sua morte, uma terça parte dos bens havidos por aquele casal servisse para constituir o morgado da sua futura casa senhorial. Desta terça parte, o morgado abrangeria todos os bens que fossem de raiz. Quanto aos bens móveis, dois terços ficariam livres para o casal dispor conforme quisesse enquanto o outro terço ficaria ao seu sucessor para comprar mais bens que aumentassem e melhorassem o dito morgado ¹⁰⁰. Estas eram as regras do contrato de morgadio da Casa de Vila Real.

Embora tenhamos conhecimento dos bens que couberam ao casal D. Fernando e D. Beatriz ¹⁰¹, todavia, ignoramos quais foram inicialmente integrados no morgado, se assim foi efectivado. Aparentemente, o seu sucessor D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, pouco se esforçou em agregar bens ao morgado da sua casa, senão o edifício dos paços do Carmo, a requerimento da “almiranta” D. Beatriz Pereira, quando esta lho vendeu em 1467 e, depois, por exigência de D. Afonso V, quando este rei lhe confirmou e doou a propriedade, mais o seu bairro anexo e todos os privilégios a ele referentes, em 1475 ¹⁰². Porém, não descurou as suas obrigações, pois, ainda em 1475, com aprovação régia, D. Pedro de Meneses preveniu o acréscimo de bens no morgado, reservando-lhe a quantia de 20 000 dobras que o *Africano* lhe prometera, quando se casou com a filha do 2.º duque de Bragança, cuja remuneração deveria ser feita em favor dos seus herdeiros, até ao prazo máximo de quatro anos, após o seu decesso ¹⁰³. Esta decisão e estipulação motivaram a feitura e a execução do instrumento de obrigação e segurança, datado de 10 de Março de 1502, concertado entre el-rei D. Manuel I e o 2.º marquês de Vila Real, pelo qual o monarca fez a entrega formal daqueles dinheiros a D. Fernando de Meneses, a fim de este realizar a compra de bens para o morgado da sua casa, que, por seu turno, não o fazendo assim, lhe garantiu certa porção de bens livres do seu senhorio para serem efectivamente anexados no dito morgado ¹⁰⁴.

Sabendo-se que D. Fernando de Meneses recebeu o dinheiro para acorrer às suas necessidades e despesas, os bens que então obrigou e ingressaram no morgado da Casa de Vila Real foram os seguintes: em Alcoutim, uns moinhos de moer pão; em Tavira, os paços de morada, junto à Igreja de Santa Maria, mais 200 quintais de fruta oriundos do

¹⁰⁰ Conferir as fontes citadas, *supra*, no subcapítulo I.1.2., nota 27, mais concretamente, o fl. [6] dos documentos do AN/TT e do AD Bragança e a p. 316 da publicação de Afonso Dornelas.

¹⁰¹ Mediante os últimos dois documentos, já citados, *supra*, neste Capítulo IV, nota 5, cujos bens nomeámos no texto do parágrafo em torno das notas 10-15.

¹⁰² Cf. AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 18, n.º 2, p. 131, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 7, fl. 10 e *Místicos*, livro 3, fls. 17-17 v.º.

¹⁰³ Conforme o documento já citado, *supra*, no subcapítulo I.4.1., nota 146.

¹⁰⁴ Documento transcrito no Apêndice F, n.º 6.

pagamento de vários foros e uma horta situada no termo daquela vila; em Beja, as casas que obteve pelo dote do seu casamento com D. Maria Freire de Andrade; em Évora, três quartos das casas que comprara junto à Igreja de São Francisco; em Leiria, as casas que se adquiriram a Diogo de Pedrosa, junto da Praça de São Martinho, assim como outras, compradas a João de Lisboa, que se situavam no outro cabo da ponte de São Martinho; e em Lisboa, as casas que o seu pai comprara em 1487 ao testamenteiro da “almiranta” D. Beatriz Pereira, situadas junto aos paços do Carmo.

O ingresso destes bens no morgado somou-se a outros já anexados pelo marquês D. Fernando, nos anos 1499 e 1500, justamente, situados no bairro do Carmo, alusivos à compra de algumas casas e do domínio útil de outras, cujo senhorio lhe era pertencente. Documentos posteriores, datados dos anos 1523, 1524, 1530 e 1542, referentes a novos aforamentos e emprazamentos, indiciam-nos que os marqueses D. Fernando de Meneses e D. Pedro de Meneses, seu filho, tiveram uma especial atenção na aquisição de imóveis daquele bairro, a fim de satisfazer as obrigações do contrato do morgadio vila-realense, no tocante à sua incorporação, beneficiação e ampliação ¹⁰⁵.

Nos finais de 1521, o morgado da Casa de Vila Real foi aumentado com os bens do dote de D. Beatriz de Lara, no seu casamento com o marquês D. Pedro de Meneses, então, ainda conde de Alcoutim. Apesar de uma interferência negativa de D. Manuel I, no sentido de penalizar e reduzir o valor daquele dote, pelas razões que já aduzimos em lugar apropriado, os novos bens de raiz que entraram no morgado vila-realense foram os seguintes: uma quinta, em Azeitão; e umas casas de residência, em Colares. Além disto, a Casa de Vila Real ainda receberia da Coroa uma quantia de 13 contos e 199 996 reais, resultante da avaliação das tenças e rendas que D. Beatriz de Lara herdara da sua mãe e da sua bisavó paterna, cujo valor seria inteiramente remunerado, somente após a morte da marquesa, em favor dos seus herdeiros, sob condição de ser empregado na compra de bens para acrescentar ao morgado.

Todavia, nada disto aconteceu, porque todos estes bens móveis e de raiz afectos ao morgado acabaram por ser alienados durante o tempo do marquesado de D. Pedro de Meneses. Nos finais de 1528, a quinta de Azeitão foi vendida a Afonso de Albuquerque e, nos finais de 1530, as casas de Colares foram vendidas a el-rei D. João III, ainda que, neste último caso, o monarca tenha requerido ao marquês a hipoteca de outros bens para

¹⁰⁵ Todos estes documentos alusivos ao bairro do Carmo encontram-se arrolados e resumidos no Apêndice E, n.ºs 114-116, 122-123, 125, 248-254, 261, 352 e 427.

segurança do morgado, entre os quais, constava a quinta de Pombal, situada no termo de Vila Real, adquirida pelo marquês D. Fernando de Meneses, em 1512 ¹⁰⁶. Relativamente à quantia de 13 contos e 199 996 reais, a sua alienação foi gradualmente efectuada com as sucessivas desagregações operadas no padrão de juro e herdade de 600 000 reais, que fora originalmente atribuído em 1521 à marquesa D. Beatriz de Lara e ao qual estavam conexos aqueles dinheiros destinados ao morgado, acabando por ser totalmente vendido a várias partes, entre 1527 e 1540 ¹⁰⁷. O marquês D. Pedro de Meneses ainda conseguiu que o dinheiro da venda da quinta de Azeitão continuasse no morgado, aplicando-o em 1542 na compra de dívida pública régia, por via da concessão de um padrão de 100 000 reais, com a respectiva cláusula de retroacção, mas, este título também acabou por ser vendido em finais de 1554 ¹⁰⁸. Os motivos destas desanexações feitas ao morgado vila-realense são conhecidos: a obtenção de liquidez financeira para satisfazer as dívidas dos empréstimos que custearam a magnificente embaixada do marquês D. Pedro em Castela (1526) e para manter a qualidade do seu estado pessoal e da condição social da sua casa senhorial.

O morgado da Casa de Vila Real registou ainda mais uma perda, pelo menos. A “*Relação das doações...*” informa-nos que, por uma escritura datada de 18 de Agosto de 1531, cujo teor e paradeiro se ignoram, mas que existia no Cartório da casa senhorial, o marquês D. Pedro de Meneses deu a horta situada no termo de Tavira (que fora anexada ao morgado, em 10 de Março de 1502) a Vasco Anes Corte Real, *o Moço*, em satisfação da dívida daquilo que lhe prometera para o seu casamento com D. Joana de Noronha ¹⁰⁹. Diz-nos também o licenciado Calheiros, porém, sem indicar quando nem quem, embora se conjecture no mesmo marquês D. Pedro, que outra alienação incidiu nos moinhos de Alcoutim (igualmente, vinculados em 1502) mas a sua venda foi considerada nula, pois, tal situação só seria admissível e legalmente permitida, no fim de 40 anos, após a morte do administrador que os incorporara no morgado ¹¹⁰.

Numa leitura *a posteriori*, pode admitir-se que não tivesse sido o 3.º marquês de Vila Real confiado no honroso encargo de liderar a embaixada que conduziu a Infanta

¹⁰⁶ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 3, n.º 6 e cap. 24, n.º 119, pp. 15-16 e 176-177.

¹⁰⁷ Sobre o percurso deste padrão, vejam-se os resumos dos documentos listados no Apêndice E, n.ºs 239, 246, 324, 329, 402, 410 e 415.

¹⁰⁸ Conferir, *supra*, o parágrafo final do subcapítulo III.5.1.

¹⁰⁹ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 21, n.º 29, p. 147. A citada D. Joana de Noronha era filha bastarda de D. Pedro de Noronha, por sua vez, filho bastardo do 1.º marquês de Vila Real: vide Damião de GÓIS, *Livro de Linhagens de Portugal*, cit., pp. 77 e 220.

¹¹⁰ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 20, n.ºs 26-28, p. 141.

D. Isabel até Castela para se consorciar com o imperador Carlos V, em 1526, talvez não tivesse caído na necessidade de empenhar e vender bens móveis e de raiz do senhorio e do morgado da sua casa. Por isso, a carta régia de 20 de Julho de 1530, pela qual el-rei D. João III confirmou ao marquês D. Pedro de Meneses o contrato de venda das várias rendas e bens em Leiria e seu termo, que el-rei D. Afonso V ajustara em 18 de Março de 1475 com o 3.º conde de Vila Real, pelo tempo de duas vidas, assumiu uma importância muito particular, visto que a confirmação do *Piedoso* pressupôs, na prática, uma doação sucessória feita à mesma casa, que, não só acudiu às dificuldades de liquidez financeira em que o senhor dela se encontrava, mantendo-lhe a fruição das receitas daqueles bens e rendas, como também ajudou a corrigir os problemas resultantes das alienações de bens e de dinheiros afectos ao morgado.

O facto de D. João III não ter distratado aquele contrato, a fim de reaver os bens leirienses, depois das duas vidas fixadas, isto é, após o decesso do marquês D. Fernando de Meneses († 1523), implicou vantagens importantes para o destino daqueles bens no senhorio e no morgado da Casa de Vila Real, tornando-os praticamente inalienáveis por arte e acção da Coroa. Daí que, a análise do licenciado Calheiros sobre este objecto se revele categórica, alegando: que os bens vendidos tinham perdido a natureza de bens da Coroa e o efeito sucessório prescrito na *Lei Mental*, passando a regular-se como bens de morgado e ainda que a Casa de Vila Real vagasse para a Coroa, à luz da dita lei, os bens não vagariam, por o contrato do morgadio vila-realense consentir a sucessão feminina ou transversal, na carência de descendência varonil; que os bens leirienses, conforme fora preceituado no contrato de venda, não poderiam ser divididos e teriam de andar sempre juntos com o senhor e sucessor do morgado; e que o domínio dos bens fora transferido da Coroa para o 3.º conde de Vila Real e seus sucessores, pelo que, assim que falecesse qualquer possuidor, a propriedade dos ditos bens passaria automaticamente ao sucessor, sem necessidade de autoridade real ou outro mandado que a contradissesse ¹¹¹.

*

* *

¹¹¹ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 13, n.ºs 31-62, pp. 57-64, *passim*.

CAPÍTULO V

MEMÓRIA E IDENTIDADE

1. Signos de identidade

1.1. Ilustres príncipes e excelentes senhores

Na sua “*Relação das doações...*”, o licenciado Calheiros diz-nos que a Casa de Vila Real, por ser tão antiga, descendente dos reis de Castela e de Portugal e constituída em tantas dignidades e honras, regulava-se por magnífica e excelente e os senhores dela por príncipes e que, com razão, se deveria chamar príncipe a um grande senhor, porque embora fosse nome propriamente devido a um imperador ou a um rei (ou a um príncipe, filho primogénito, que sucedesse no império ou no reino) também servia para designar os senhores que possuíam grande estado e o senhorio de muitas terras ¹.

Estes argumentos comportam um conjunto de elementos, uns explícitos e outros implícitos, que apresentam e definem o lugar sociopolítico e económico dos senhores da Casa de Vila Real: uma ascendência linhagística com origem na realeza peninsular, que lhes permitiu entrar no restrito grupo da chamada nobreza de sangue; a posse de títulos nobiliárquicos e o exercício de ofícios de natureza militar, que lhes permitiu ter estatuto social e ocupar uma posição cimeira na hierarquia e nos cerimoniais daquele grupo; e a propriedade de diversos bens patrimoniais, móveis e imóveis, maioritariamente obtidos pela doação régia de senhorios, de jurisdições e de privilégios e direitos exclusivos, que lhes permitiu ter riqueza fundiária, arrecadar fontes de receita disponíveis e estabelecer redes de serviço particular e clientelar.

O conjunto destes elementos facultava à Casa de Vila Real um estatuto de casa magnífica, excelente e principesca, pois, com os meios de que dispunha, à escala do seu universo social, *magníficos*, *excelentes* e *ilustres príncipes* eram alguns dos substantivos e predicados utilizados para qualificar os senhores dela e que os próprios empregavam entre iguais e perante os demais estratos sociais inferiores, com a finalidade de afirmar e

¹ AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 14, n.ºs 69-70, p. 108.

marcar a sua grandeza. Assim se verifica no tempo do 2.º marquês de Vila Real, quando recorre aos tabeliães públicos de el-rei para celebrar escrituras particulares de compra e venda de imóveis situados no bairro do Carmo, geralmente, lavradas “*nos paços do mui ilustre príncipe e muito excelente senhor, o senhor dom Fernando de Meneses, etc.*” ou “*nos paços do mui ilustre príncipe e mui excelente senhor, o senhor dom Fernando de Meneses, marquês de Vila Real, conde de Valença e senhor de Almeida e de Caminha, etc.*”². Independentemente do tipo e da relevância do acto documental, este vocabulário seguia modelos protocolares utilizados por todos os senhores da grande nobreza³. O seu propósito era assinalar publicamente a identidade e o estatuto dos indivíduos (fossem os próprios ou outros que com eles tivessem relações de parentesco ou de serviço) fazendo expressa menção de quaisquer sinais distintivos de honra e de prestígio do foro político, social e económico (títulos, ofícios, origens familiares, feitos notáveis, poder militar ou senhorial...). Essa identidade, registada com substância mais extensa ou restrita, acha-se maioritariamente em actos escritos, como os acima citados, mas também se descobre em insígnias heráldicas e para-heráldicas, aplicadas no ornamento de espécies documentais, de objectos pessoais e de edifícios e monumentos de distintas características e funções, cuja linguagem mediada por códigos expressos em texto e/ou em símbolos, com intuitos de aparato expositivo, se destinava ao imediato reconhecimento de um indivíduo ou da sua família.

1.2. O selo, a divisa e o estoque

Um dos objectos que nos impõe uma imediata atenção, tanto pelo aparato do seu desenho como pelo teor identitário do seu utente, é a matriz sigilar heráldica do marquês D. Fernando de Meneses, cuja descrição e leitura já foram tratadas por alguns autores⁴. Na legenda, disposta em duas linhas, abreviadamente escritas em Latim, que rodeiam o

² Palavras extraídas dos documentos arrolados no Apêndice E, n.ºs 115 e 125. Este vocabulário é replicado noutros documentos semelhantes, sem grandes variações e, por vezes, até mais extenso que os extractos citados, não apenas alusivos ao marquês D. Fernando, mas também ao seu pai D. Pedro e ao seu filho D. Pedro: *ibidem*, n.ºs 75, 114, 116, 123, 144 (*vide* Apêndice F, n.º 6), 248-254, 261, 352 e 427.

³ Sem gastar muito discurso sobre este assunto, veja-se o texto da nota 142 do subcapítulo I.4.1.

⁴ Marquês de SÃO PAIO, António Pedro Maria da Luz de São Paio Melo e Castro Moniz Torres e Lusignan, «O selo do 2.º marquês de Vila Real» *in Armas e Troféus*, II Série – tomo III, n.º 1, Lisboa, IPH, 1962 (Janeiro-Março), pp. 36-37; Marquês de ABRANTES, Luís Gonzaga de Lencastre e Távora, *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Lisboa, ICALP, 1983, pp. 104-106; e ainda a descrição da peça n.º 135 do catálogo da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, feita por Luís Ferros, n’*Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento*, vol. 6, «O homem e a hora são um só»: *a Dinastia de Avis e a Europa*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1983, pp. 168-169. Veja-se também o Apêndice D, n.º 8, com as nossas propostas de leitura e de transcrição epigráficas.

escudo das armas familiares, encimado por uma coroa e decorado nas alas com motivos vegetalistas, deciframos: “*Este sigilo é do ilustríssimo príncipe, o senhor Fernando de Meneses, segundo marquês de Vila Real, primeiro conde de Valença e Alcoutim, senhor de Almeida e Caminha, quarto capitão e governador da muito famosa cidade de Ceuta, fronteiro-mor perpétuo do Algarve, Beira e Riba Coa, bisneto [sic] dos reis Fernando e João primeiro de Portugal e do rei Henrique primeiro [sic] de Castela*”.

A data de produção deste selo é desconhecida, mas deverá situar-se entre finais de 1499 e 1502, ou seja, entre a concessão régia do título condal de Valença ao marquês D. Fernando e a cedência do título de conde de Alcoutim ao seu filho D. Pedro, então, com 15 anos de idade, apesar de este já ser informalmente reconhecido nessa dignidade durante aquele período. Depois de 1502, o marquês D. Fernando de Meneses deixou de chamar-se conde de Alcoutim, mas sabe-se que este título pertencia e era sempre usado pelo senhor da casa vila-realense, na carência de um filho varão, situação que aconteceu algumas vezes no marquesado do seu sucessor. A partir de 1511, o 2.º marquês de Vila Real acrescentou à sua onomástica nobiliárquica os títulos de conde de Valadares e de senhor de Lamas de Orelhão ⁵. Além desta matriz sigilar, não achamos outro documento que mencione expressamente a prosápia da ascendência familiar nos reis de Portugal e de Castela. Pelo seu teor em Latim, julgamos que o selo foi intencionalmente fabricado como objecto de carácter comemorativo, a fim de celebrar a elevação de D. Fernando de Meneses ao estatuto de marquês. É de admitir que o tenha usado para selar cartas dadas em seu nome, mas parece-nos mais provável que D. Fernando se servisse de uma matriz semelhante, talvez, já herdada do seu antecessor, apenas com a gravação do escudo das armas familiares e sem legenda alguma, tornando-o assim num objecto transmissível a todos os sucessores da casa senhorial ⁶.

Muito provavelmente usado por todos os senhores da Casa de Vila Real terá sido o anel sigilar, com o qual era ordinariamente lacrada a sua correspondência. O símbolo gravado nesse anel era a divisa ‘aleo’, circundada por uma capela de ramos de carrasco,

⁵ O documento mais remoto em que o achamos no uso destes títulos é a escritura de juramento e homenagem que o seu filho D. Pedro de Meneses lhe fez para efeitos de servir, em seu nome, o ofício de capitão de Ceuta, datado de 26-07-1512: BA, Códice 46-IX-13, p. 65.

⁶ Não excluimos a hipótese de cada sucessor ter o seu próprio selo, com a respectiva legenda de utente. Se o selo das armas era transmissível entre os sucessores da casa vila-realense, sabemos que era de feição circular, pelo menos, pois, assim é destrinçado, apesar do seu absoluto respançamento, numa carta de D. Manuel de Meneses, 1.º duque de Vila Real, datada de 30-04-1585, pela qual fez mercê da quantia de 80 000 reais de um dos seus prestimónios a António Botelho, fidalgo da sua casa e seu alcaide-mor em Vila Real, em satisfação de serviços prestados: AN/TT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 1, n.º 1 d).

cuja figura, embora erodida, ainda se lobriga no sobrescrito de uma das cartas que o 3.º marquês de Vila Real enviou de Sevilha para el-rei D. João III ⁷. O ‘aleo’ era o símbolo através do qual todos os indivíduos o identificavam ou associavam imediatamente com a Casa de Vila Real e pelos senhores dela foi sempre orgulhosamente usado e evocado, sobretudo, em momentos públicos propícios ao seu alarde nobiliárquico, como se atesta nos relatos cronísticos de Gaspar Correia e de Frei Luís de Sousa ⁸.

Não será muito difícil imaginar a representação do ‘aleo’ e das armas familiares, com propósitos identificativos de posse e de exibição, em toda a sorte possível de peças materiais de uso particular e doméstico da casa senhorial: objectos pessoais, mobiliário, vestuário, roupagens, decoração de espaços interiores ou peças de culto religioso ⁹. Por exemplo, no livro de todo o móvel, jóias e peças da casa de el-rei D. João III, pesando 7 marcos e 7 onças e meia, encontrava-se inventariado “*um barril de prata pequeno para vinagre, lavrado de bastiões e corcozes, com duas serpes por asas, todo dourado com dois esmaltes do alleo [...] que foi do marquês*” ¹⁰, certamente, uma oferta de D. Pedro de Meneses feita ao monarca. O ‘aleo’ também surgia figurado nas fachadas exteriores das residências particulares da Casa de Vila Real, assinalando a propriedade do imóvel, mesmo quando situadas em terras que não eram do seu senhorio, mas onde o seu poder senhorial era mais ou menos robusto, conforme a extensão das rendas, dos direitos e dos privilégios adquiridos. Assim era nos seus paços em Vila Real, como adereço acessório das janelas geminadas da frontaria principal do edifício, ainda hoje visível, mas também nos paços de Leiria, porém, somente através de vestígios das peças que foram apartadas das ruínas da sua demolição ¹¹. Nos domicílios edificadas em Caminha, em Santarém e em Lisboa, actualmente inexistentes, o panorama não seria diferente.

A divisa ‘aleo’ expressava-se ainda noutros edifícios e monumentos de distintas características e funções: uns, religiosos e funerários, em contextos de patrocínio ou de

⁷ Anselmo Braamcamp FREIRE, *Ida da Imperatriz...*, cit., p. 80, nota 1, assinala-nos a estampa do ‘aleo’ no interior daquilo que afirma ser uma corrente disposta em orla circular. O desgaste temporal sofrido pela chancela não lhe permitiu uma descrição mais precisa. A carta onde se apresenta a estampa é o documento resumido no Apêndice E, n.º 316.

⁸ Relatos extractados e citados nos subcapítulos II.1.2., nota 38 e III.3.2., nota 170.

⁹ Sobre a presença e a função de objectos com motivos heráldicos no interior da casa senhorial, vide Miguel Metelo de SEIXAS, «O uso da heráldica no interior da casa senhorial portuguesa do Antigo Regime: propostas de sistematização e entendimento» in *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*, coord. Isabel Mendonça, Hélder Carita e Marize Malta, Lisboa / Rio de Janeiro, Instituto de História da Arte (FCSH – UNL) / Escola de Belas Artes – UFRJ, 2014, pp. 91 e ss.

¹⁰ Vide Anselmo Braamcamp FREIRE, «Inventário da casa de D. João III em 1534» in *Arquivo Historico Portuguez*, 2.ª ed., cit., vol. VIII, p. 266.

¹¹ Vide Apêndice D, n.ºs 22-23 e 32-33.

evocação da memória familiar; e outros, funcionais, com o intento de afirmar a posse de direitos exclusivos. No âmbito do patrocínio de edifícios religiosos, vemo-lo em Tavira, inscrito em duas lápides quadrangulares, ladeando a ‘esfera’ do rei D. Manuel I, coroada pelo brasão de armas do Reino, no exterior da fachada Oeste da Igreja de Nossa Senhora das Ondas, edificada na primeira metade do século XVI pelos pescadores e mareantes daquela cidade ¹². Encontramo-lo igualmente em Alcoutim, no remate da porta principal da Igreja Matriz de São Salvador, cuja aposição terá sido efectuada no segundo quartel do século XVI ¹³. Também em Alcoutim, na Ermida de Nossa Senhora da Conceição, o ‘aleo’ acha-se gravado num escudo de ferro, no meio de um tirante de suporte, colocado por ocasião das obras de beneficiação do edifício, realizadas no tempo do 3.º marquês de Vila Real, que dotou para elas uma verba de 63 000 reais ¹⁴. Quanto aos edifícios de características funcionais, achamo-lo em Azurara, rudemente insculpido num escudo de pedra e sem o ornamento dos ramos de carrasco, na fachada Sul de uma antiga azenha construída na margem esquerda do rio Ave ¹⁵.

O ‘aleo’ era o principal signo de identidade da Casa de Vila Real, pois, ao invés do seu brasão de armas, era de mais fácil cognição, decodificação e associação. Daí, o seu uso constante na sinalização de objectos materiais e de património imóvel, próprio ou patrocinado. Mais que uma divisa, o ‘aleo’ era sobretudo uma empresa familiar, que foi transmitida e obrigatoriamente usada pelos sucessivos chefes da casa vila-realense, por herança do 1.º capitão de Ceuta, seu avoengo, que primeiramente o usou e tornou no seu emblema pessoal, no lema da sua vida ¹⁶. A representação mais notória e afirmativa do ‘aleo’ é oferecida pelo túmulo deste insigne militar, conservado na Igreja de Santa

¹² Vide Apêndice D, n.ºs 40 e 41. Também chamada Igreja de São Pedro Gonçalves Telmo ou do Compromisso Marítimo de Tavira, começou por ser a ‘Casa do Corpo Santo dos Mareantes’. Assim surge designada na visitação da Ordem de Santiago, feita em 1554-55, que nos indica a existência das armas do Reino nas traseiras da capela da igreja: AN/TT, *Ordem de Santiago e Convento de Palmela*, livro 197, fl. 101 v.º. A falta de menção às lápides do ‘ALEEO’ leva-nos a presumir que a sua colocação foi efectuada depois daquela visitação.

¹³ É na visitação da Ordem de Santiago, feita em 1554-55, que encontramos a primeira menção à pedra do ‘ALLEO’: AN/TT, *Ordem de Santiago e Convento de Palmela*, livro 197, fl. 118. Veja-se ainda o Apêndice D, n.ºs 37 e 38.

¹⁴ Informação anotada na visitação da Ordem de Santiago, feita em 1534-35: AN/TT, *Ordem de Santiago e Convento de Palmela*, livro 254, fls. 12 v.º-13.

¹⁵ Esta antiga azenha corresponde às casas fortes que o marquês D. Pedro de Meneses, depois de comprar os direitos e rendas de Azurara ao regedor João da Silva, em Abril de 1532, mandou edificar (ou melhor, remodelar) junto ao rio Ave e nas quais viviam os moleiros, andando posteriormente arrendadas como os demais bens daquela terra: AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 40, n.º 6, p. 359. Veja-se ainda o Apêndice D, n.ºs 24 e 25.

¹⁶ Sobre este assunto, veja-se Miguel Metelo de SEIXAS, *Aleo! Aleo! A empresa de D. Pedro de Meneses, primeiro conde de Vila Real, primeiro governador de Ceuta, separata de Armas e Troféus*, IX Série, [Lisboa, IPH,] 2005 (Janeiro-Dezembro), pp. 95-113.

Maria da Graça, em Santarém. Monumento funerário de notável construção artística, em pedra de calcário, tipicamente gótico e datável do terceiro quartel do século XV, porém, num estado de conservação muito precário, o ‘aleo’ circundado por ramos de carrasco apresenta-se profusamente figurado nas quatro faces da arca tumular, ladeando o escudo das armas da família Meneses, ainda que na face lateral direita apareça em dois escudos, ambos partidos na vertical, associado às armas familiares das suas esposas D. Margarida de Miranda e D. Beatriz Coutinho, precisamente, aquelas de quem o capitão D. Pedro de Meneses logrou sucessão legítima ¹⁷.

Importa ainda assinalar que as armas familiares do 1.º capitão de Ceuta, apostas na cabeceira do túmulo, apresentam um ordenamento heráldico completo: escudo, elmo, paquife e timbre. Embora com algumas diferenças de pormenor na arrumação figurativa dos elementos, este conjunto armoriado também é retratado na iluminura das armas que D. Pedro de Meneses mandou desenhar na carta de dote e arras de 8 de Março de 1431 que formalizou o contrato de casamento entre a sua herdeira D. Beatriz de Meneses e D. Fernando de Noronha ¹⁸. Neste documento, o desenho heráldico das armas do capitão de Ceuta, complementado com as letras do ‘aleo’ nos seus flancos, constituía um elemento identificador destinado a ser apreendido na própria família e fora dela, servindo vários propósitos: por um lado, fomentar a coesão interna e formar consciências entre todos os indivíduos do grupo; e por outro, comunicar aos demais, no exterior, através dos meios e dos objectos necessários, os símbolos da sua representação e alteridade ¹⁹.

A visibilidade dos símbolos heráldicos (as armas) e para-heráldicos (o ‘aleo’) na carta de dote e arras de 8 de Março de 1431 constituía o reforço do assentamento escrito das cláusulas de sucessão e de comportamento familiar que D. Pedro de Meneses impôs ao casal D. Fernando e D. Beatriz e demais sucessores para a gestão dos bens que iriam formar a casa senhorial e para a perpetuação social, representativa e memorial do nome

¹⁷ Vide Apêndice D, n.ºs 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

¹⁸ Cf. Apêndice D, n.ºs 1 e 3. Quanto à composição heráldica das armas do 1.º capitão de Ceuta, no seu túmulo e na iluminura, vejam-se: Marquês de Abrantes e de FONTES, Luís Gonzaga de Lencastre e Távora, «A heráldica funerária do conde D. Pedro de Meneses» *in Actas das I Jornadas Arqueológicas*, vol. I, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1970, pp. 166-169 e 184-188; e idem e Miguel de Melo e CASTRO (Alvelos), «A mais antiga iluminura heráldica portuguesa: armas do conde D. Pedro de Meneses» *in Panorama*, IV Série, n.º 29, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1969 (Março), pp. 35-40.

¹⁹ O conjunto de atitudes sobre a forma e o uso dos objectos heráldicos poderia ser um assunto a que se chamaria “heráldica em acção”, como sugere Maria de Lurdes ROSA, «Elementos para o estudo dos usos da heráldica a partir da produção documental familiar (Portugal, sécs. XIV-XVI)» *in Estudos de Heráldica Familiar*, coord. Miguel Metelo de Seixas e Maria de Lurdes Rosa, Lisboa, IEM / CLEGH / Caminhos Romanos, 2012, pp. 333-341.

linhagístico: “o que suceder a este dote, descendente de ambos [...] dirá à levantada da mesa, quando comer, um pater noster, nomeando o dito senhor conde por sua alma (que esta sucessão fez) e trará estas armas aqui divisadas e o que as trazer não quizer perca a sucessão dele e venha àquele que mais chegado for”. Mais adiante, depois de nomear e ordenar quem poderia sucedê-lo e declarar as regras da sucessão: “e estes seus filhos suso nomeados e seus descendentes e este tal seu parente [...] haverão esta sucessão, com esta cláusula e condição: que, aqueles que a haver e herdar quizerem se chamarão de Meneses e trarão aquelas armas direitas que ora traz ele dito senhor conde e timbre que são estas que se seguem [iluminura das armas] e em sua libré trarão seu mote que é [aleo, aleo] em suas cores, a saber, preto e vis e branco” ²⁰.

Estas determinações do 1.º capitão de Ceuta relativas ao uso do apelido, à divisa e às armas foram seguidas e respeitadas pelos diferentes titulares da Casa de Vila Real. Não insistimos mais nos assuntos do apelido e da divisa, por já terem sido analisados ²¹. Relativamente às armas, também é escusado fazer o seu exame heráldico ²², senão para assinalar que a Casa de Vila Real usou dois brasões, cuja única diferença se encontra no primeiro quartel das armas do capitão de Ceuta, em escudete sobreposto ao escudo das armas da família Noronha, no qual a figura dos dois lobos passantes foi trocada por um estoque gotado de sangue, posto num campo azul ²³. Sabemos que esta mutação ocorreu quando o conde D. Pedro de Meneses recebeu o título de marquês, em 1489, pois, assim no-lo informa o sermão fúnebre do 3.º marquês de Vila Real: “o conde dom Pedro, que depois foi o primeiro marquês de Vila Real, é o que acrescentou a espada nas armas, com as gotas do sangue, a qual ganhou quando Ceuta esteve cercada dos mouros e sem socorro; e determinado a morrer pelejando, saiu fora; e quis Nosso Senhor que, em ele saindo pelas portas da cidade, descobriu pela Almina a frota dos Infantes de Portugal, que a iam a socorrer, pelo que (os mouros postos em desbarato) quando os Infantes chegaram, acharam o conde dom Pedro com grande soma de mouros mortos de redor de si e ele com o braço descoberto nu e a espada e o braço cheio de sangue, a cavalo; e

²⁰ Conferir as fontes citadas, *supra*, no subcapítulo I.1.2., nota 27, mais justamente, os fls. [5-6] dos documentos do AN/TT e do AD Bragança e as pp. 315-316 da publicação de Afonso Dornelas. Note-se que o [aleo, aleo] da citação é inferido do fl. [5 v.º], onde está o desenho da iluminura das armas, pois, no fl. [6] o espaço de texto que lhe estaria destinado encontra-se em branco.

²¹ Sobre o uso do apelido Meneses, veja-se o subcapítulo I.1.2.

²² Suficientemente descrito por Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, cit., vol. I, pp. 122-124 e nota 1 (p. 123). Conferir ainda as descrições dadas no artigo conjunto do Marquês de Abrantes e de FONTES, Luís Gonzaga de Lencastre e Távora, e Miguel de Melo e CASTRO (Alvelos), «A mais antiga iluminura heráldica...», cit., pp. 36 e 38.

²³ Vide Apêndice D, n.ºs 9 e 10.

quando o depois el-rei dom João o 2.º fez marquês, lhe deu aquela espada por armas do marquesado”²⁴. Este episódio militar é verídico. Porém, o seu protagonista não foi o 3.º conde de Vila Real, mas sim o seu avô homónimo, 1.º capitão de Ceuta, uma vez que o relato em causa refere-se aos cercos que os mouros montaram sobre aquela cidade, nos anos de 1418-19²⁵. Quer seja um grande equívoco do prelector do sermão fúnebre, quer se trate da apropriação indevida (ou intencional) de um feito protagonizado por outrem, nada invalida que a alteração operada no brasão de armas familiar se deveu à iniciativa do 1.º marquês de Vila Real.

Sabendo-se então que o brasão de armas da Casa de Vila Real foi alterado ainda no tempo de vida do 1.º marquês, também é curiosa a ausência da figura do estoque na matriz sigilar do seu sucessor D. Fernando de Meneses²⁶. A disposição das novas armas não tardou a ser corrigida, como se vê nos armoriais coevos: o *Livro do Armeiro-Mor* e o *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas (...)*²⁷. Tal como os marqueses de Vila Real acrescentaram o estoque às suas armas, também o concelho de Vila Real o adoptou para seu símbolo heráldico, composto de um escudo vermelho, com um braço couraçado em flexão e a mão em carnação, empunhando um estoque de prata com a ponta voltada para cima²⁸. Ainda hoje, continua símbolo do município vila-realense, associado à divisa do ‘aleo’²⁹.

2. Lugares de memória

2.1. São Francisco de Santarém e São Francisco de Leiria

No grupo nobiliárquico, os nomes, os títulos, os cargos e os símbolos heráldicos e para-heráldicos eram essenciais para assinalar estatutos e marcar diferenças, em vida, entre os vários indivíduos e respectivas linhagens, mas o veículo que melhor definia as identidades particulares e familiares exprimia-se nos monumentos funerários que eram

²⁴ RAH, *Colección Salazar y Castro*, N-76, fls. 134-134 v.º. Transcrito no Apêndice F, n.º 19.

²⁵ Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde Dom Pedro...*, cit., livro I, caps. 79-80.

²⁶ A mesma ausência nota-se na pedra de armas que fez parte da arcada do passadiço dos paços dos senhores vila-realenses em Leiria: cf. Apêndice D, n.ºs 8 e 32.

²⁷ Vejam-se as suas imagens no AN/TT, *Cartório da Nobreza*, livro 19, fl. 46 e livro 20, fl. 9, respectivamente, já assinaladas, *supra*, nota 23.

²⁸ AN/TT, *Cartório da Nobreza*, livro 21, fl. 12. Vide Apêndice D, n.º 11.

²⁹ Vide Apêndice D, n.º 12.

edificados no interior de espaços consagrados. Pela intenção perene que induziam e pelo aparato construtivo, decorativo, visual e linguístico que apresentavam, pois, neles eram (ou poderiam ser) esculpidas as feições do finado, assim como os símbolos e a literatura dos feitos que usara e praticara durante a vida, os túmulos tinham a principal função de celebrar a sua memória, mas também infundir nas sucessivas gerações uma consciência de linhagem e a obrigação de manter e perpetuar os sinais distintivos de poder, honra e prestígio sociopolíticos e económicos, então, trazidos à família. Para cumprir tudo isto, era essencial o auxílio das comunidades de religiosos que, além de facultarem um lugar de memória num espaço da sua igreja ou mosteiro, reservado ao jazigo da família nobre que lhes conferia protecção, por via de diversas esmolas e gratificações destinadas à sua própria sustentação e dos seus templos, tinham ainda o encargo de realizar a intercessão espiritual com o mundo sagrado mediante a celebração de ofícios religiosos de sufrágio pelas almas dos seus patronos.

Estando D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta, sepultado na Igreja de Santa Maria da Graça, em Santarém, que fora fundada pelos seus avós D. João Afonso Telo e D. Guiomar Lopes Pacheco ³⁰, seria de esperar que os sucessivos representantes da Casa de Vila Real, herdeiros da maior parte do património senhorial e dos sinais identitários daquele famoso caudilho militar, também acabassem lá tumulados. Assim não sucedeu, pois, como é sabido, em vez daquele convento de frades da Ordem de Santo Agostinho, os primeiros marqueses de Vila Real foram sepultados no convento de São Francisco da vila escalabitana.

Diz-nos o cronista Zurara que, pouco antes de falecer, o capitão de Ceuta deixou à sua filha D. Leonor de Meneses a herança de alguns bens patrimoniais mais o encargo de tratar tudo aquilo que respeitasse ao arranjo da sua sepultura e à satisfação das coisas relativas à sua alma, entre as quais, o cântico de certas capelas, que determinara no seu testamento ³¹. A instituição destas capelas, as regras da sua administração e os bens que lhe foram vinculados são especificados no testamento de D. Leonor de Meneses, datado de 14 de Junho de 1446. O teor deste documento não é conhecido na sua inteireza, pois, dele temos somente o registo dos itens que se referem à administração das ditas capelas, com as rendas dos bens vinculados e os objectos pessoais e simbólicos do 1.º capitão de Ceuta, que, conforme vontade da testadora, deveria ser tudo confiado ao ainda jovem 3.º

³⁰ Sobre este assunto, veja-se Carlos da Silva TAROUCA, «A Graça de Santarém: fundadores e fundações» in *Brotéria*, vol. 35 – fasc. 5, Lisboa, s.e., 1942 (Novembro), pp. 401-408.

³¹ Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde Dom Pedro...*, cit., livro II, cap. 40.

conde de Vila Real, seu sobrinho, com tutela da condessa viúva D. Beatriz de Meneses, sua mãe, até ter a idade adequada para fazer a gestão *in solidum* e, depois, transmiti-la com os mesmos encargos à sua descendência ³². Esta vontade testamental de D. Leonor foi alterada nos inícios de 1448, ou pouco depois. O facto de ter ajustado consórcio com D. Fernando, filho de D. Fernando, 3.º conde de Arraiolos, cujo negócio começara a ser tratado em meados de 1447 ³³, levou-a a efectuar codicilo ao seu testamento de 1446, no qual ordenou, logicamente, que a administração e propriedade das capelas funerárias do seu pai fosse dada aos eventuais filhos nascidos do seu casamento, porém, resguardando a preferência no 3.º conde de Vila Real, caso falecesse sem ter herdeiros ³⁴. De facto, D. Leonor não teve filhos e, no entanto, cinco dias antes de falecer, fez novo codicilo em 2 de Maio de 1452, no qual excluiu peremptoriamente da administração das capelas o 3.º conde de Vila Real, mais o seu irmão D. João de Noronha e respectivos descendentes, por não lhe aprazer que neles andasse, optando então por deixar o encargo delas ao seu sobrinho D. Afonso de Vasconcelos, filho legítimo da sua irmã D. Isabel Coutinho, com as obrigações de usar o apelido Meneses, trazer as armas do 1.º capitão de Ceuta e ainda ser sepultado na Igreja da Graça ³⁵.

Ignora-se a razão que excluiu a família vila-realense da administração daquelas capelas funerárias, até porque a riqueza dos bens que lhe estavam vinculados e o espólio material associado ao património do túmulo do 1.º capitão de Ceuta (isto é, a espada e a relíquia da Cruz, objectos transmissores da sua memória e que ele usara durante a sua vida guerreira) eram demasiado valiosos para serem rejeitados. Tanto quanto é possível presumir, D. Leonor de Meneses pretendia que o futuro administrador das capelas fosse jazido na Igreja da Graça ³⁶. Por sua vez, o 3.º conde de Vila Real aceitaria o encargo da administração das capelas, mas não o seu sepultamento naquela igreja, talvez, devido a algumas disposições testamentais do seu pai D. Fernando de Noronha († 1445), entre as quais, estaria a colocação do seu túmulo no vizinho convento de São Francisco, junto da

³² Para mais informação sobre o assunto da instituição e administração das capelas funerárias do 1.º capitão de Ceuta, vide Maria de Lurdes ROSA, *O Morgadio em Portugal...*, cit., pp. 124-131. Quanto aos itens do testamento de D. Leonor, veja-se a certidão do ano de 1761, respeitante ao tombo das capelas do conde D. Pedro de Meneses e de D. Leonor de Meneses, sua filha, que esta mesma instituiu e ordenou no mosteiro de Santo Agostinho da vila de Santarém: AN/TT, *Arquivo da Casa de Abrantes*, n.º 259, fls. 5-28 v.º (2.ª numeração).

³³ D. António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., tomo III (parte II), n.º 71, pp. 197-201.

³⁴ AN/TT, *Arquivo da Casa de Abrantes*, n.º 259, fls. 28 v.º-32 v.º (2.ª numeração).

³⁵ *Ibidem*, fls. 33-40 (2.ª numeração), mais especificamente, os fls. 33 v.º-34 v.º.

³⁶ Esta pretensão de D. Leonor só foi enunciada no codicilo testamental de 1452, que designou o seu sobrinho D. Afonso para administrador, mas não no testamento de 1446, em que o escolhido foi o 3.º conde de Vila Real.

arca tumular de el-rei D. Fernando, seu avô, no coro que este monarca mandara edificar no meio da nave principal da igreja. Em troca deste privilégio, o 2.º conde de Vila Real terá contratado com os franciscanos de Santarém o encargo das obras de construção da galeria Leste do claustro do convento e da reconstrução da sala do capítulo, que depois se tornaria no jazigo particular da sua família. O patrocínio das obras na ala oriental do claustro é provado pela existência das armas da casa vila-realense que foram colocadas nas pedras de fecho de três abóbadas da galeria, no meio da qual se oferecia um acesso directo à sala do capítulo por um portal de traça manuelina ³⁷.

Pouco se sabe sobre os enterramentos dos senhores da casa vila-realense em São Francisco de Santarém e demais encargos e sufrágios que lhe eram referentes, senão no que toca ao caso do 3.º marquês de Vila Real († 1543). No seu testamento, D. Pedro de Meneses escolheu ser enterrado no capítulo do convento franciscano de Santarém, sala consagrada para receber a sua sepultura e na qual já jaziam o seu pai D. Fernando, a sua mãe D. Maria Freire e o seu avô D. Pedro, mandando ainda que, depois de serem feitos certos corregimentos na sala capitular, também se trasladassem para ela alguns dos seus filhos que estavam inumados no coro da igreja, na sepultura do seu bisavô D. Fernando de Noronha, como lá se achava assinalado numa tábula ³⁸. Quanto aos corregimentos da sala do capítulo, o marquês D. Pedro ordenou que fosse abobadada com pedras de fecho douradas e pavimentada com lajes muito finas, brancas e pretas, cujo efeito se repetiria numa capelinha interior, determinando ainda a colocação de assentos em seu redor e de um retábulo bom e rico, assim como ornamentos ricos e bons, com as suas armas, a fim de naquele local serem ditos os ofícios religiosos. Para a gratificação anual dos frades, o marquês ordenou o pagamento de 24 000 reais, por três anais e um responso cantado, ao qual aditou mais 10 000 reais, por outro anal. Ainda sobre a capelinha, mandou aos seus testamenteiros que fosse logo arranjada, sem dela levantar mão, até ser acabada ³⁹.

Estas disposições de D. Pedro de Meneses confirmam-nos que a sala do capítulo do convento de São Francisco de Santarém era o jazigo familiar da Casa de Vila Real e, em particular, destinado aos senhores desta casa e respectivas consortes. Embora só haja referência à marquesa D. Maria Freire, é muito provável que neste jazigo também tenha

³⁷ Cf. Frei Manuel da ESPERANÇA, *História Seráfica...*, I Parte, *cit.*, livro IV, cap. 22, n.ºs 5-6, pp. 446-447, Gérard PRADALIÉ, *O Convento de São Francisco de Santarém*, s.l., Câmara Municipal de Santarém, 1992, pp. 35 e 129-130 e Mafalda de Noronha WAGNER, «D. Pedro de Meneses...», *cit.*, pp. 166-169 e 175-180.

³⁸ BA, Códice 50-V-32, fl. 446. Transcrito no Apêndice F, n.º 17.

³⁹ *Ibidem*, fl. 448 v.º.

sido sepultada a marquesa D. Beatriz, esposa do 1.º marquês de Vila Real, falecida em 1491 ⁴⁰. Já depois do decesso do 3.º marquês de Vila Real, também prováveis terão sido as tumultuações da sua esposa D. Beatriz de Lara († 1555) e do seu sucessor D. Miguel de Meneses († 1564) na mesma sala capitular.

Um pouco mais tarde, em 1588, com o intuito de abrir espaço na nave central da sua igreja e dar-lhe melhor claridade interior, os franciscanos de Santarém ordenaram a remodelação do coro de el-rei D. Fernando. Esta estrutura foi então encurtada e recuada para a entrada principal do convento, mas ficando apenas com capacidade para albergar a arca sepulcral do monarca, que, ainda assim, foi encostada a uma parede. A mudança implicou a perda de outros dois túmulos que estavam erguidos no coro fernandino: o da Infanta D. Constança, mãe de el-rei, cujos restos mortais foram colocados no túmulo do filho; e o de D. Fernando de Noronha e da sua mulher D. Beatriz de Meneses, que com ele jazia, cujas ossadas foram transferidas para a sala do capítulo, morada final dos seus descendentes familiares ⁴¹. O motivo que determinou esta remodelação parece ter sido o incêndio que ocorreu no convento, em 1580 ⁴². A desapareição do túmulo dos 2.ºs condes de Vila Real parece, pois, ter feito parte das necessidades previstas para a reconstrução do património conventual arruinado, contando certamente com o aval do titular da Casa de Vila Real, à época. No seguimento destas circunstâncias, é de crer que o marquês D. Manuel de Meneses, entretanto, alçado por el-rei D. Filipe I à dignidade de duque, em 1585, tivesse então começado a planear a mudança do panteão e mausoléu familiar para o convento de São Francisco de Leiria, numa terra que não era do seu senhorio, mas que lhe proporcionava os maiores rendimentos para a sua fazenda e que ele escolhera como sua residência preferencial ⁴³.

Falecido na cidade de Leiria, em 2 de Março de 1590, D. Manuel de Meneses foi sepultado na capela-mor do convento de São Francisco, na qual também viria a jazer o seu filho D. Miguel de Meneses, 1.º duque de Caminha e 6.º marquês de Vila Real, em 1637. O principal cronista da ordem franciscana em Portugal assinala-nos que o duque-marquês D. Miguel foi encarregado pelo seu pai na tarefa de ordenar a trasladação das ossadas dos seus antepassados familiares, levando-as do convento de São Francisco de

⁴⁰ No mês de Maio e provavelmente finada em Santarém: vide Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cit., cap. 130.

⁴¹ Frei Manuel da ESPERANÇA, *História Seráfica...*, I Parte, cit., livro IV, cap. 22, n.º 5, p. 447 e cap. 29, pp. 467-469.

⁴² Gérard PRADALIÉ, *O Convento de São Francisco...*, cit., pp. 36-37.

⁴³ Selma POUSÃO-SMITH, *Rodrigues Lobo...*, cit., vol. 1, pp. 109-110.

Santarém para o convento leiriense, começando com o casal D. Fernando de Noronha e D. Beatriz de Meneses, cujos despojos foram depositados debaixo do altar. Adianta-nos mais o cronista que, se a capela-mor tivesse logrado a perfeição que fora prometida por D. Manuel de Meneses, conforme a planta que para ela se projectou, seguramente, seria uma das melhores existentes no Reino. A obra nunca chegou a iniciar-se e a expectativa de vê-la algum dia edificada gorou-se definitivamente em 1641, com a extinção da linha varonil da casa vila-realense ⁴⁴.

Desconhecem-se as razões que obstaram a concretização da obra desejada para a capela-mor de São Francisco de Leiria, assim como se ignora o tempo em que ocorreu a trasladação dos restos mortais dos anteriores titulares da Casa de Vila Real. No mínimo, sabe-se que a capela-mor, onde jaziam as ossadas de alguns dos marqueses e duques da casa vila-realense, depositadas em sepultura rasa, pertencia ao padroado dos senhores da mesma casa, que lhes fora dado pelos padres da Província e por el-rei, com a obrigação de renovarem o coro e as claustros do convento leiriense. Por sua vez, os frades tinham o encargo de oficiarem seis anais de missas (uma cantada e cinco rezadas), remuneradas pelas rendas do marquesado ⁴⁵.

Este encargo é atestado num alvará régio de 28 de Fevereiro de 1643, pelo qual D. João IV confirmou aos religiosos do convento de São Francisco de Leiria os 105 400 reais que os donatários da Casa de Vila Real lhes pagavam anualmente pelas rendas da fazenda que possuíam naquela cidade e seu limite, “*ficando o dito convento obrigado a dizer as missas e sufrágios e encargos pios pelas almas dos marqueses tão beneméritos desta Coroa e a lhes conservar a capela-mor em que estão enterrados seus ossos*” ⁴⁶. O monarca atestou-lhes ainda a esmola anual de seis alqueires de azeite que os marqueses de Vila Real, na qualidade de padroeiros, davam ao convento leiriense para a lâmpada da capela do Santíssimo Sacramento ⁴⁷. O alvará régio de 1643 não explicita o número de missas oficiadas pelos franciscanos de Leiria, mas o teor da petição que o seu síndico apresentou na corte, nas semanas seguintes à pena capital imposta aos representantes da Casa de Vila Real, confirma-nos os já mencionados seis anais de missas (uma cantada e

⁴⁴ Vide Frei Manuel da ESPERANÇA, *História Seráfica...*, I Parte, *cit.*, livro III, cap. 34, n.º 3, pp. 365-366. Sobre as datas dos falecimentos do duque D. Manuel e do duque-marquês D. Miguel (finado em 10 de Agosto), vejam-se Selma POUSÃO-SMITH, *Rodrigues Lobo...*, *cit.*, vol. 1, p. 115 e Mafalda de Noronha WAGNER, *A Casa de Vila Real...*, *cit.*, p. 44.

⁴⁵ *Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, 4.^a edição ou transcrição da 2.^a edição, de 1898, Leiria, Textiverso, 2011, p. 71.

⁴⁶ AN/TT, *Chancelaria de D. João IV*, livro 12, fls. 303-303 v.º.

⁴⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. João IV*, livro 16, fls. 254-254 v.º, por alvará de 20-06-1644.

cinco rezadas) especificando também que eram celebradas pela alma do conde D. Pedro, que depois foi 1.º marquês de Vila Real, para cuja obrigação estavam sempre assistentes seis religiosos, aos quais se pagava anualmente os referidos 105 400 reais, pelas receitas das jugadas da cidade leiriense. Esta petição mais despachos e decreto real conducentes ao desembargo do alvará régio de 1643 fazem parte de um traslado de informação anexo à medição e à demarcação da capela-mor do convento de São Francisco de Leiria, feita em 9 de Julho de 1699, da qual el-rei D. Pedro II era padroeiro, como senhor da Casa do Infantado. Nessa medição, a capela-mor surge descrita com um só altar, que era o maior da igreja, mais o seu retábulo de talha dourada e um sacrário, servindo ainda de coro, no qual rezavam os religiosos ⁴⁸.

Esta breve descrição evidencia-nos o estado de simplicidade em que se achava a capela-mor do convento franciscano de Leiria, pelo que fica relativamente provado que a obra planeada para torná-la numa das melhores do Reino e assinalá-la como panteão e mausoléu familiar da casa vila-realense não foi efectivamente iniciada. Mas, o facto de nela apenas serem celebradas missas pela alma do 1.º marquês de Vila Real suscita-nos a dúvida: estariam lá depositadas as ossadas de todos os senhores da Casa de Vila Real? As fontes que seguimos indiciam-nos, pelo menos, que o duque D. Manuel de Meneses, o duque-marquês D. Miguel, seu filho, assim como o 1.º marquês D. Pedro de Meneses e os seus pais D. Fernando e D. Beatriz estariam lá depositados. Pelo contrário e que se saiba, nenhuma fonte nos indica a efectiva deposição dos restos mortais dos marqueses D. Fernando, D. Pedro e D. Miguel de Meneses. Ainda estariam sepultados no convento de São Francisco de Santarém ⁴⁹?

Admitindo-se, porém, que a capela-mor do convento leiriense alojava as ossadas de todos os marqueses de Vila Real, desde o primeiro ao sexto titular da respectiva casa senhorial, estes seriam aqueles que el-rei D. João IV, no seu alvará de 1643, qualificava como beneméritos da Coroa de Portugal e das preces necessárias para a salvação da sua alma. Deste predicação foram evidentemente excluídos o senhor D. Luís de Noronha e o seu filho D. Miguel de Noronha, 2.º duque de Caminha, últimos representantes da Casa de Vila Real, degolados no Rossio da cidade de Lisboa, em 29 de Agosto de 1641, por alegada conspiração e delito de lesa-majestade ⁵⁰. Depois de sentenciados, acabaram por

⁴⁸ Tudo registado no AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 197, fls. 100-106.

⁴⁹ O *Couseiro...*, *cit.*, p. 71, menciona o sepultamento de alguns (e não de todos os) marqueses e duques da Casa de Vila Real no convento franciscano de Leiria.

⁵⁰ Vide Mafalda de Noronha WAGNER, *A Casa de Vila Real...*, *cit.*, pp. 155-213.

ser sepultados na então capela do capítulo do convento da invocação de Nossa Senhora dos Remédios da mesma cidade, de religiosos carmelitas descalços ⁵¹. Conforme o juízo do ilustre cronista da Restauração, naqueles dois senhores acabou a Casa de Vila Real, cujos insignes ascendentes mereciam remate mais glorioso, no cabo dos 267 anos em que ela floresceu, a qual teve princípio no casamento de D. Afonso, conde de Gijón e Noreña, filho de Henrique II, rei de Castela, com D. Isabel, filha de D. Fernando, rei de Portugal ⁵².

*

*

*

⁵¹ Vide Frei José de JESUS MARIA, *Crónica de Carmelitas Descalços, Particular da Província de São Filipe dos Reinos de Portugal, Algarve e suas Conquistas*, tomo III, Lisboa, Oficina de Bernardo António de Oliveira (imp.), 1753, livro VII, cap. 4, n.º 31, p. 26.

⁵² Conde da ERICEIRA, D. Luís de Meneses, *História de Portugal Restaurado*, Parte I, tomo I, 3.ª impressão, Lisboa, Oficina de Domingos Rodrigues, 1751, livro V, p. 319. Na verdade, são 268 anos e não 267, pois, o casamento de D. Afonso com D. Isabel foi ajustado em Abril de 1373. Admite-se, porém, a contagem de 267 anos, ou seja, descontando-se o ano de 1641, se este for considerado como um ano de ignomínia para a história da Casa de Vila Real. Por outro lado, o nosso senso crítico contabiliza 210 anos para a história da Casa de Vila Real, considerando o seu começo no ano de 1431, data do casamento de D. Fernando de Noronha com D. Beatriz de Meneses, filha do 1.º capitão de Ceuta.

CONCLUSÃO

Nas páginas introdutórias, ficou dito que o método mais adequado para entender melhor o lugar e a afirmação da Casa de Vila Real no quadro da nobreza portuguesa dos séculos XV e XVI seria o estudo biográfico dos três indivíduos que dela foram senhores e titulares entre 1445 e 1543.

Sem descurar interesses pessoais e da sua casa, o princípio que orientou a acção dos três primeiros marqueses de Vila Real, foi o serviço prestado aos diferentes reis e à Coroa. Sobretudo, o serviço feito além-mar, em África, no governo político e militar da cidade de Ceuta, em nome do Rei de Portugal, pois, nele sustentaram boa parte do seu prestígio social. Este governo tornou-se num encargo exclusivamente confiado ao titular da casa vila-realense, com várias prerrogativas de administração, incluindo a nomeação do respectivo ofício de capitão em indivíduos da sua família e clientela. Embora não o fosse, o governo de Ceuta aproximou-se muito de uma doação régia de juro e herdade, à qual faltou somente a concessão formal do senhorio da cidade. E se assim o tiveram, foi porque os monarcas da época lho deram em galardão dos sucessos militares alcançados e das muitas despesas realizadas nos seus tempos de exercício pessoal ou delegado, mas também em respeito de serviços similares dos seus ascendentes familiares, que foram os primeiros capitães de Ceuta e de quem se escreveram crónicas e louvaram feitos.

Outro factor que contribuiu para o prestígio social dos senhores da Casa de Vila Real foi a sua origem linhagística. Sem recusar a ascendência em D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta, descendente directo dos Telo de Meneses, a família mais poderosa e nobilitada em Portugal no reinado de D. Fernando, mas caída em desgraça no período da crise dinástica de 1383-85, todavia, foi em D. Fernando de Noronha, neto e sobrinho-neto dos reis D. Fernando e D. João I de Portugal e neto do rei Henrique II de Castela, que os marqueses vila-realenses preferiram remontar a sua origem familiar. O facto de descenderem de reis de Castela e de Portugal, embora por vias bastardas, ajudou a Casa de Vila Real a deter um estatuto especial nos estamentos da principal nobreza, situando-a num limiar superior às demais linhagens tituladas do Reino, salvo as casas ducais de Bragança e de Coimbra (depois, Aveiro), cuja origem também era bastarda, mas ambas com sangue emanado da dinastia de Avis.

Se a ascendência familiar remontada à realeza peninsular garantiu à Casa de Vila Real um estatuto social privilegiado no quadro compósito da nobreza, por outro lado, o sucesso dos serviços militares em prol dos interesses políticos do rei D. Afonso V e da Coroa, no terceiro quartel do século XV (primeiramente, no Norte de África; e depois, em Castela) esteve na origem da ampliação do seu património senhorial, levada a cabo pelo conde D. Pedro de Meneses, que, com justificada acção e não menor astúcia, achou na prodigalidade do *Africano* a principal fonte de graças e mercês, mediante a doação de vários senhorios, jurisdições, rendas, direitos, privilégios e ofícios. Menos liberal foi o sucessor D. João II, embora tenha sido deste monarca que D. Pedro de Meneses recebeu a dignidade titular do marquesado de Vila Real, assim como o senhorio e o condado de Ourém, confiscados à Casa de Bragança, principal vítima das políticas de freio ao poder senhorial da nobreza e da família brigantina, em particular, que o *Príncipe Perfeito* quis efectuar no seu reinado. Neste tempo, a lealdade de D. Pedro de Meneses ao serviço de D. João II prevaleceu sobre a aliança familiar que poderia obrigá-lo à Casa de Bragança, no seio da qual arranhou consorte que lhe permitiu consolidar o seu lugar sociopolítico na comunidade nobiliárquica e que lhe deu um número suficiente de descendentes para a sua sucessão.

Não fosse o acaso de carecer sucessão legítima a el-rei D. João II, talvez a Casa de Vila Real se tivesse tornado na principal família nobiliárquica do Reino, extrínseca à família real, tendo na sua órbita outras casas titulares, geridas pelos diferentes filhos do 1.º marquês, numa realidade semelhante à da Casa de Bragança durante o reinado de D. Afonso V. Um cenário hipotético, mas que pode ser meditado. Indubitável foi o facto de D. Pedro de Meneses e o seu filho D. Fernando de Meneses, no momento da herança do Reino deixada por D. João II, terem actuado com lógica e previsibilidade, conforme os serviços e interesses de ambos, apoiando os direitos sucessórios de D. Manuel, duque de Beja. Não erraram no apoio, pois, D. Manuel I não se esqueceu de recompensar a Casa de Vila Real com a concessão de novos títulos e a doação de mais senhorios, rendas e direitos, a que se somou ainda o casamento do seu sobrinho D. Afonso, condestável do Reino, com D. Joana de Noronha, irmã de D. Fernando de Meneses. No início do século XVI, apesar de ser ultrapassada na hierarquia nobre e nos índices de riqueza económica e senhorial pelas casas de Bragança e de Coimbra, respectivamente, do duque D. Jaime e do duque D. Jorge, bastardo do rei D. João II e também mestre das ordens militares de Avis e de Santiago, a Casa de Vila Real do marquês D. Fernando detinha um património

bastante assinalável de senhorios com jurisdição, rendas, direitos e imóveis particulares, quer rústicos, quer urbanos, cuja situação geográfica era muito diversificada, indo desde o Minho até ao Algarve.

O marquês D. Fernando esperaria que D. Manuel I continuasse a agraciá-lo e aos seus familiares directos com mais doações de âmbito patrimonial e de honra titular, mas o *Venturoso*, que até lhe concedeu um novo título condal e outras mercês, nunca esteve interessado em permitir que a força económica e o estatuto social da Casa de Vila Real pudessem equiparar-se ou sequer aproximar-se do nível das casas dos duques D. Jaime e D. Jorge. O único objecto das suas ambições que conseguiu alcançar foi a mercê régia do casamento do seu filho herdeiro D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, com a sua sobrinha D. Beatriz de Lara, filha da sua irmã D. Joana, cujo negócio, apesar de ter sido aprovado pelo monarca com notório desprazer, foi intencionalmente diminuído no valor real do dote que a consorte deveria levar para o matrimónio.

Depois de herdar a casa e o estado vila-realenses, D. Pedro de Meneses também pensou que D. João III compensaria a pouca atenção que D. Manuel I deu aos interesses do marquês D. Fernando. Sobretudo, após o honroso serviço que lhe foi incumbido pelo *Piedoso* em 1526, quando liderou a embaixada que levou a Infanta D. Isabel até Castela para o seu casamento com o imperador Carlos V. Pelas muitas dívidas que contraiu para executar esta função, o 3.º marquês de Vila Real desejou ser galardoado com o título de duque, mas tal honra nunca lhe seria outorgada por D. João III, pois, a sua actuação na modelação e configuração do escalão cimeiro da nobreza orientou-se no sentido de dar os títulos de duque aos descendentes legítimos da Casa Real (neste caso, aos filhos de D. Manuel I) e aos indivíduos das linhagens bastardas da dinastia de Avis (aos titulares e seus respectivos sucessores). Mais que permitir a existência de um terceiro potentado ducal, extrínseco à família real, além dos já existentes, expressos nas casas de Bragança e de Coimbra/Aveiro, a intenção de D. João III foi equilibrar os poderes e influências do grupo nobre, a fim de controlar as fortunas das grandes casas senhoriais. O acesso de D. Pedro de Meneses à dignidade titular do ducado foi propositadamente bloqueado por D. João III, porque o monarca não quis que a Casa de Vila Real pudesse competir com as casas ducais de Bragança e de Coimbra/Aveiro.

Neste tempo, o contexto da situação financeira deficitária em que caiu a Casa de Vila Real também facilitou o bloqueio de D. João III. A necessidade de pagar as dívidas contraídas para a realização da sua embaixada em Castela e a manutenção dos elevados

encargos exigidos para a sustentação da nobreza, estado e condição da sua pessoa e casa obrigaram o marquês D. Pedro de Meneses a alienar bens e dinheiros afectos à fazenda, ao morgado e ao senhorio vila-realenses. Embora o marquês D. Pedro de Meneses ainda tivesse obtido mais algumas rendas, direitos e senhorios, por via de compra e de doação régia, porém, o seu valor foi insuficiente para compensar os bens imóveis, as tenças e os padrões de juro que vendeu. É indubitável que o tempo do seu marquesado registou uma perda substancial de activos que colocou e manteve a casa senhorial vila-realense numa situação de endividamento até ao final da centúria quinhentista.

Apesar dos impedimentos régios à sua promoção nobiliárquica, assim como uma certa ruína financeira e algum desprestígio social resultantes dos desbaratos do marquês D. Pedro de Meneses, a Casa de Vila Real foi uma das mais importantes casas titulares do Reino, ocupando geralmente a terceira posição da hierarquia nobre. Situando-se atrás das casas de Bragança e de Coimbra/Aveiro, a casa vila-realense ocupava um lugar bem destacado relativamente às demais casas de honra titular igual ou inferior, pois, a todas elas vencia nas precedências e estamentos do seu grupo social, no número de títulos e de cargos oficiais, na dimensão do património senhorial e ainda na concessão diversificada de direitos e de privilégios exclusivos.

Em todos os seus 17 senhorios com jurisdição doada pela Coroa, a Casa de Vila Real desfrutava dos privilégios da isenção de correição régia, do poder de exercício da justiça intermédia e do poder de dar, apresentar e confirmar os ofícios concelhios, fosse na composição de vereações, fosse nos vários cargos ligados ao governo, à fazenda e à justiça das terras. Com estas prerrogativas, os marqueses vila-realenses puderam formar nos seus senhorios os centros periféricos de poder e controlo político, social, económico e militar, essenciais para impor o seu peso simbólico, criar e empregar clientelas e ainda arrecadar quaisquer fontes de rendimento disponíveis (foros e direitos reais). Apesar da efectividade dos poderes, privilégios e foros que praticavam, usufruíam e recebiam nas suas terras, era no conjunto diversificado dos outros bens e direitos reais doados pela Coroa, centrífugos aos seus senhorios com jurisdição, que os senhores da Casa de Vila Real obtinham a maior parte das receitas da sua fazenda.

O senhorio de muitas terras, a propriedade de títulos nobiliárquicos e de ofícios de natureza militar, assim como a sua ascendência linhagística remontada ao sangue da realeza peninsular, foram factores que conferiram aos marqueses de Vila Real um lugar cimeiro no panorama da principal nobreza portuguesa do século XVI. O facto de serem

donatários de uma das mais importantes casas titulares do Reino permitiu-lhes assumir um estatuto de ilustres príncipes e excelentes senhores, não só pelo conjunto de honras e dignidades que lhes foi atribuído, mas também pela dimensão do seu estado senhorial, expresso em terras, jurisdições, rendas, direitos, privilégios e rede de vassalos, que lhes competiu administrar. Na máxima expressão da sua identidade, D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, usou estes títulos: marquês de Vila Real, conde de Valença e de Valadares [e de Alcoutim; até 1534], senhor de Almeida, de Caminha e de Lamas de Orelhão, capitão e governador da muito famosa cidade de Ceuta, fronteiro-mor perpétuo do Reino do Algarve e das comarcas da Beira e de Riba Coa, etc., em cuja abreviatura se subentende a situação de quarto neto dos reis D. Fernando e D. João I de Portugal e do rei Henrique II de Castela.

Se esta prosápia variou de titular para titular, conforme o acréscimo de honras e dignidades atribuídas pelos diferentes reis, em galardão dos vários serviços prestados à Coroa, por sua vez, a representação abstracta da identidade dos marqueses de Vila Real, no âmbito heráldico e para-heráldico, baseou-se nas cláusulas sucessórias determinadas por D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta, que, em bom rigor, foi o protofundador da chamada Casa de Vila Real, traduzida na aliança familiar de duas linhagens, através do casamento da sua filha D. Beatriz de Meneses com D. Fernando de Noronha. A este casal coube o encargo de gerar a descendência necessária para herdar a maior parte do património senhorial adquirido por aquele caudilho militar e para usar obrigatoriamente o seu apelido, as suas armas e a sua divisa. Os titulares da Casa de Vila Real chamaram-se sempre Meneses e usaram as armas do 1.º capitão de Ceuta (sobrepostas às armas da família de D. Fernando de Noronha) assim como a divisa ‘aleo’.

Mais que uma divisa, o ‘aleo’ foi sobretudo uma empresa familiar e tornou-se no principal símbolo de identidade da Casa de Vila Real, cuja manifestação expositiva em objectos materiais e em património imóvel tinha propósitos de reconhecimento imediato dos seus utentes, fosse na sinalização das propriedades particulares que detinham (paços senhoriais e edifícios de natureza funcional e administrativa), fosse no aparato de igrejas e de monumentos funerários, em contextos de patrocínio e de evocação da memória da família. Neste último aspecto, fica-nos a certeza de uma memória muito incompleta em termos de registo material, não só devido à retirada dos jazigos que existiram na igreja e convento de São de Francisco de Santarém e à falta de concretização do novo mausoléu familiar que estava projectado para a igreja e convento de São Francisco de Leiria, mas

também às vicissitudes do processo histórico que culminou em 1641 com a extinção da Casa de Vila Real e seus representantes.

Com este estudo, não se pretendeu fazer uma história completa da Casa de Vila Real, entre 1445 e 1543, mas um texto que oferecesse uma caracterização verosímil do objecto em causa, através da análise circunstanciada das biografias dos três primeiros marqueses que chefiaram aquela grande casa titular, no período considerado. Na crença de termos produzido um melhor conhecimento relativamente ao lugar sociopolítico, ao poder senhorial e aos elementos de representação simbólica que foram alcançados pela casa e família vila-realenses no quadro da nobreza portuguesa dos séculos XV-XVI, fica registado o desejo de ver outros investigadores realizarem estudos similares sobre outras casas titulares e respectivas linhagens, assim como o estímulo para preencher as lacunas e corrigir as falhas que este nosso contributo possa revelar.

*

*

*

FONTES E BIBLIOGRAFIA ¹

FONTES MANUSCRITAS:

AD Bragança, Arquivo Distrital de Bragança

Arquivo da Casa de São Payo:

Vária: caixa 36, pasta 219, n.º 5.

Colecção de Pergaminhos:

Pergaminho n.º 107.

AD Évora, Arquivo Distrital de Évora

Arquivo Histórico Municipal de Évora (Livros de Originais):

Códices 72, 73, 74 e 75.

AD Viana do Castelo, Arquivo Distrital de Viana do Castelo

Misericórdia de Viana do Castelo:

Livro da Receita e Despesa, 1533-1534.

AD Vila Real, Arquivo Distrital de Vila Real

Misericórdias:

Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, livro 262.

AGS, Archivo General de Simancas (Valladolid)

Fundos:

Estado, legajo 368, n.º 102.

AHM Coimbra, Arquivo Histórico Municipal de Coimbra

Colecções:

Documentos Avulsos, n.ºs 10 e 12.

¹ Inclui as referências documentais e bibliográficas indicadas nos Apêndices C, D, E e F.

AHM Porto, Arquivo Histórico Municipal do Porto

Almoxarifado:

Livro do Almoxarifado do Porto (...).

Livros de Registo (Copiadores):

Livro B.

Vereações:

Livro 5.

AHN, Archivo Histórico Nacional (Toledo)

Sección Nobleza:

Osuna, caja 391, n.º 60.

Osuna, legajo 3406, n.º 2.

AHSCM Almada, Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Almada

Gafaria de São Lázaro de Cacilhas:

Livro 31.

AHSCM Porto, Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto

Colecção de Códices:

Códice D-4-9.

AM Guimarães, Arquivo Municipal de Guimarães

Pergaminhos da Câmara:

Pergaminho n.º 66.

AM Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa

Chancelaria Régia:

D. Manuel I, livros 1, 3 e 4.

Livro 1.º de Cortes.

Provimento de Ofícios:

Livro 1.º do Provimento de Ofícios.

Provimento do Pão:

Livro 2.º do Provimento do Pão.

Provimento da Saúde:

Livro 1.º do Provimento da Saúde.

AM Ponte de Lima, Arquivo Municipal de Ponte de Lima

Colecção de Pergaminhos:

Pergaminhos n.ºs 54 e 59.

AM Tavira, Arquivo Municipal de Tavira

Câmara Municipal de Tavira (Livros de Registo dos Privilégios e Doações):

Reforma dos Tomos da Câmara, livro 1.

AM Vila Real, Arquivo Municipal de Vila Real

Foral Manuelino de Vila Real.

AM Viana do Castelo, Arquivo Municipal de Viana do Castelo

Colecções:

Cartas Régias, pasta 1, n.º 6.

Livros de Receita e Despesa:

Receitas e Despesas de 1533.

Livros de Registo:

Foral Grande.

Registos, livro 1.

Livros de Vereações:

Vereações de 1531.

Vereações de 1533.

AN/TT, Arquivo Nacional/Torre do Tombo

Fundos

Aclamações e Cortes:

Cortes: maço 2, n.º 14; e maço 3, n.ºs 1 e 5.

Arquivos Particulares:

Arquivo da Casa de Abrantes, n.º 259.

Arquivo da Casa de Abrantes, 2.ª parte, n.º 81.

Casa dos Condes de Alcáçovas, maço 38: Capela de D. Francisca Brandão (casas no bairro do marquês de Vila Real: rua Direita da Pedreira), n.ºs 1, 4, 5, 6 e 7.

Casa da Suplicação:

Feitos Findos: Casa da Suplicação, livros 2, 8 e 9.

Feitos Findos: Fundo Geral, Letra F, maço 733.

Casa do Infantado:

Casa do Infantado, livros 1, 144, 191, 192, 193, 197, 198, 215 e 241.

Casa Real:

Cartório da Nobreza, livros 19, 20 e 21.

Chancelaria Régia:

Chancelaria de D. Afonso V, livros 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 20, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33 e 34.

Chancelaria de D. Dinis, livros 1, 2 e 4.

Chancelaria de D. Fernando, livro 1.

Chancelaria de D. Filipe III, livro 32.

Chancelaria de D. João II, livros 16, 21, 22, 24 e 26.

Chancelaria de D. João III: doações, ofícios e mercês, livros 3, 6, 8, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 26, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 48, 50, 52, 55, 56, 60, 63, 71 e 72.

Chancelaria de D. João IV, livros 12, 16 e 25.

Chancelaria de D. Manuel I, livros 4, 5, 6, 11, 13, 17, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 42 e 44.

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 18.

Confirmações Gerais, livros 2, 4, 5 e 6.

Contos do Reino e Casa:

Núcleo Antigo 110: ‘Registo de ordens régias e outros documentos da Alfândega do Porto’.

Núcleo Antigo 776: ‘Receita e despesa do recebedor Gomes Toscano e do contador Álvaro Calado, relativa à tença de 225.000 reais, assentada no almoxarifado de Setúbal’.

Núcleo Antigo 798: ‘Livro do tesouro do Condestável’.

Feitos da Coroa:

Núcleo Antigo 121: ‘Livro das igrejas e mosteiros que a Coroa destes reinos tem de seu real padroado no arcebispado de Braga [...]’.

Núcleo Antigo 246: ‘Registo de sentenças a favor da Coroa’.

Ordem de Santiago e Convento de Palmela (visitações):

Ordem de Santiago e Convento de Palmela, livros 197 e 254.

Ordem de São Jerónimo:

Mosteiro de São Jerónimo de Penha Longa, maço 10.

Colecções

Colecção de Cartas:

Núcleo Antigo 877, n.^{os} 155 e 311.
Núcleo Antigo 878, maço 1, n.^o 60.
Núcleo Antigo 879, maço 2, n.^o 255.
Núcleo Antigo 880, maço 3, n.^o 145.
Núcleo Antigo 881, n.^{os} 133 e 142.

Colecção São Lourenço:

Colecção de São Lourenço, livro 1.

Colecção de Pergaminhos do ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças:

Casa de Vila Real, maços 1 e 2.

Corpo Cronológico:

Parte I: maço 9, n.^o 71; maço 15, n.^o 98; maço 17, n.^o 73; maço 18, n.^{os} 43, 57, 60, 62, 63, 68 e 95; maço 20, n.^{os} 66, 102, 103 e 104; maço 21, n.^o 18; maço 22, n.^{os} 8 e 130; maço 23, n.^o 23; maço 26, n.^{os} 6, 75, 105 e 134; maço 31, n.^{os} 131, 148 e 154; maço 32, n.^{os} 1, 9, 10, 22 e 25; maço 33, n.^{os} 89, 91, 102, 103, 104, 105 e 107; maço 34, n.^{os} 4, 8, 10, 20 e 58; maço 35, n.^o 13; maço 36, n.^{os} 29 e 31; maço 37, n.^o 145; maço 48, n.^o 66; maço 55, n.^o 117; maço 72, n.^o 28; e maço 74, n.^o 74.

Parte II: maço 5, n.^{os} 56, 97 e 134; maço 6, n.^o 49; maço 7, n.^{os} 67, 69, 97 e 179; maço 15, n.^{os} 51 e 61; maço 18, n.^o 42; maço 27, n.^o 58; maço 35, n.^o 68; maço 43, n.^o 34; maço 63, n.^o 16; maço 70, n.^o 10; maço 75, n.^o 31; maço 76, n.^o 50; maço 87, n.^o 19; maço 92, n.^o 98; maço 97, n.^o 48; maço 103, n.^o 59; maço 104, n.^o 64; maço 105, n.^o 74; maço 109, n.^o 27; maço 113, n.^o 98; maço 114, n.^o 114; maço 126, n.^{os} 1 e 77; maço 131, n.^o 159; maço 138, n.^o 80; maço 147, n.^{os} 69 e 75; maço 148, n.^{os} 10 e 120; maço 157, n.^o 2; maço 159, n.^o 78; e maço 234, n.^o 119.

Parte III: maço 2, n.^o 18; maço 3, n.^o 25; e maço 18, n.^o 17.

Fragmentos:

Caixa 6: maço 2, n.^o 42.
Caixa 12: maço 3, n.^o 50.
Caixa 13: maço 13, n.^o 23.

Gavetas:

Gaveta 2: maço 7, n.^o 10; e maço 10, n.^o 4.
Gaveta 3: maço 1, n.^o 7; maço 3, n.^o 13; e maço 10, n.^o 9.

Gaveta 15: maço 1, n.º 44; maço 7, n.º 13; maço 12, n.ºs 11 e 15; e maço 17, n.º 13.
Gaveta 17: maço 1, n.º 9; e maço 5, n.º 15.
Gaveta 18: maço 5, n.º 1.
Gaveta 20: maço 5, n.º 35; maço 10, n.ºs 3 e 11; e maço 13, n.ºs 75 e 100.
Gaveta 23: maço 2, n.º 22.

Leitura Nova:

Além Douro, livros 1, 3 e 5.
Beira, livros 1 e 2.
Estremadura, livros 12 e 13.
Guadiana, livros 1, 4 e 5.
Livro das Ilhas.
Livro dos Forais Novos da Beira.
Livro dos Forais Novos da Estremadura.
Livro dos Forais Novos de Entre Douro e Minho.
Livro dos Forais Novos de Entre Tejo e Odiana.
Livro dos Forais Novos de Trás-os-Montes.
Livro dos Forais Velhos.
Místicos, livros 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

Memórias Paroquiais:

Memórias Paroquiais, vol. 11, n.º 350.

Miscelâneas Manuscritas:

Miscelâneas Manuscritas, vol. 4.

BA, Biblioteca da Ajuda

Colecção de Manuscritos:

Códices 46-IX-13, 49-X-5, 50-V-32, 50-V-33, 51-II-24, 51-V-69, 51-VI-40 e 51-VIII-43.

BACL, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

Manuscritos da Série Azul:

Código 73: ‘Memórias dos Reis e do Reino de Portugal’.
Código 407: ‘Colecção de Cortes, tomo 3.º’.

BGUC, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Impressos:

Poemata Cataldi, [Lisboa, Valentim Fernandes (imp.), 1500].

Manuscritos:

Ms. 170: *Papeis Historicos e Politicos*. [Ms. n.º 170]
Ms. 3095: *Oratio habita ad jllustrem et excelsum marchionem Ville regalis*.

Trellado do liuro vermelho de tempo D'ell Rey Dom afomso o quimto.

BL, British Library (Londres)

Western Manuscripts:

Cotton MS Nero B I.

[Records and papers (originals and copies) concerning England and Portugal, 1373-1604 (...)]

BM Santarém, Biblioteca Municipal de Santarém

Manuscritos:

Jorge Salter de MENDONÇA, *Nobiliário*, tomo 17, letras N-O.

BNE, Biblioteca Nacional de España (Madrid)

Manuscritos:

Ms. 2420: *Papeles tocantes a la historia de Don Alonso el Quinto de Portugal.*

Ms. 2421: *Cartas e sucessos del rei Dom João III de Portugal.*

Ms. 2436: *Papeles varios.*

Ms. 10230: *Registro de cartas de D. Iñigo López de Mendoza, Conde de Tendilla, sobre el gobierno de las Alpujarras.*

BNF, Bibliothèque Nationale de France (Paris)

Département de Manuscrits:

Portugais 18.

BNP, Biblioteca Nacional de Portugal

Colecção Pombalina:

Códices n.ºs 147 e 443.

Reservados (Colecção de Códices):

Códices n.ºs 886, 977, 983, 1054, 1598, 3776, 8750, 8920, 10602 e 13190.

Reservados (Impressos da Série Vermelha):

Oração que teve Ioam Teyxeira (...). [N.º 80]

[Ver secção de fontes impressas]

Reservados (Manuscritos):

Manuscritos Avulsos, cx. 4, n.º 13, cx. 5, n.º 3 e cx. 248, n.º 32/1.

BP Évora, Biblioteca Pública de Évora

Colecção de Manuscritos:

Códices CIII/2-20, CIII/2-26, CIX/1-13 e CXIV/2-2.

Colecção de Incunábulo:

[*Visiões*, Lisboa, Valentim Fernandes (imp.), c. 1513, fls. 1-36 (2.^a numeração)] [N.º 220]

BPM Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto

Colecção de Manuscritos:

Ms. 851: *Cartas varias de Reis, Príncipes Emperadores, Condes, Duques e Marqueses e outros Senhores das quais se coligem varios sucessos que acontecerão em muitas partes do mundo, colhidas por industria do padre Fr. Antonio de Mesquita Prior de S. Domingos de Guimarães.*

RAH, Real Academia de la Historia (Madrid)

Colección Salazar y Castro:

Ms. N-76: *Varios Portugueses.*

FONTES IMPRESSAS:

ACENHEIRO, Cristóvão Rodrigues, *Coroniqua dos Reis de Portugal in Collecção de Ineditos de Historia Portugueza*, tomo V, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1824, pp. 1-365.

Ad lianoram sapientissimam sanctissimam reginam Cataldi visionum secundus.
[in BP Évora, *Incunábulo*, n.º 220, fls. 7 v.º-15 v.º (2.^a numeração)]

ÁLVARES, Pe. Francisco, *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*, nova edição (conforme à de 1540, ilustrada de diversos fac-símiles), Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

ANDRADA, Francisco de, *Crónica de D. João III*, com introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1976.

Anedotas Portuguesas e Memórias Biográficas da Corte Quinhentista, com leitura do texto, introdução, notas e índices de Christopher C. Lund, Coimbra, Livraria Almedina, 1980.

Archivio Storico Italiano – Appendice, tomo II, Firenze, Tipografia Galileiana, 1845.

ARMAS, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, 3.^a ed. fac-símile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Edições Inapa, 2006.

BARROS, João de, *Ásia: Década I*, reedição fac-símile da edição de 1932, revista e prefaciada por António Baião, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

BELÉM, Frei Jerónimo, *Crónica Seráfica da Santa Província dos Algarves*, I Parte, Lisboa, Inácio Rodrigues (imp.), 1750.

Bíblia Sagrada, 16.^a ed., Lisboa, Difusora Bíblica, 1992.

BRONSEVAL, Frère Claude de, *Peregrinatio Hispanica (1531-1533)*, 2 tomes, Paris, Presses Universitaires de France, 1970.

Cancioneiro de Corte e de Magnates: Ms. CXIV/2-2 da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, edição e notas por Arthur Lee-Francis Askins, Berkeley / Los Angeles, University of California Press, 1968.

CARDOSO, Jorge, *Agiologio Lvsitano dos sanctos e varoens illvstres em virtvde do Reino de Portvgal e svas conqvistas*, tomo I, Lisboa, Officina Craesbeekiana (imp.), 1652.

Cataldi consolatio ad ferdinandum menesium marchionem magnanimum.

[in BGUC, *Poemata Cataldi*, [Lisboa, Valentim Fernandes (imp.), 1500,] fls. 70-75]

Cataldi visionum quartus ad amplissimum principem georgium joannis secundi filium magistrum et ducem.

[in BP Évora, *Incunábulos*, n.º 220, fls. 20 v.º-28 (2.^a numeração)]

Cataldi visionum tertius ad Emanuelelem triumphantissimum regem.

[in BP Évora, *Incunábulos*, n.º 220, fls. 15 v.º-20 v.º (2.^a numeração)]

Chancelarias Portuguesas: D. Duarte, org. João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 1998-2002, vols. I-1, I-2 e III.

Chancelarias Portuguesas: D. João I, org. João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2004-2006, vols. II-2, IV-1 e IV-2.

Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I, ed. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 1984.

CHAVES, Álvaro Lopes de, *Livro de Apontamentos (1438-1489): Códice 443 da Coleção Pombalina da B.N.L.*, com introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

Cidades do Mundo Renascentista, org. Michael Swift e Angus Konstam, Lisboa, Bertrand Editora, 2008.

Colecção de São Lourenço, com prefácio e anotações de Elaine Sanceau, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973.

CORREA DE FRANCA, Alejandro, *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de Ceuta*, ed. María Carmen del Camino, Ciudad Autónoma de Ceuta / Consejería de Educación y Cultura, [1999].

CORREIA, Gaspar, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, com leitura, introdução, notas e índice de José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1992.

Correspondencia del Conde de Tendilla: biografía, estudio y transcripción, por Emilio Meneses García, vol. II (1510-1513), in *Archivo Documental Español*, tomo XXXI, Madrid, Real Academia de la Historia, 1974.

Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1499), org. João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2001.

Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502), org. João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2001.

COSTA, Pe. António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reino de Portugal*, Lisboa, Valentim da Costa Deslandes (imp.) / Oficina Real Deslandesiana (imp.), 1706-1712, tomos I e III.

Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria, 4.^a edição ou transcrição da 2.^a edição, de 1898, Leiria, Textiverso, 2011.

COUTO, Diogo de, *Da Ásia (...) década quinta, parte segunda*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica (imp.), 1780.

Descobrimentos Portugueses: Documentos para a sua História, org. João Martins da Silva Marques, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944-1971, vols. I e III.

Descrição da Vila de Caminha (extraída de um manuscrito original), Viana, Tipografia da «Aurora do Lima», 1878.

DIAS, Luís Fernando de Carvalho, *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: Trás-os-Montes*, Beja, s.l., 1961.

DIAS, Luís Fernando de Carvalho, *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: Entre Tejo e Guadiana*, Beja, s.e., 1965.

Ditos Portugueses Dignos de Memória; história íntima do século XVI, anotada e comentada por José Hermano Saraiva, 3.^a ed., Mira-Sintra – Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997.

Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos, publicados por ordem da Academia das Ciências de Lisboa e sob a direcção de Pedro de Azevedo, 2 tomos, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915-1934.

Documentos do Corpo Cronológico Relativos a Marrocos (1488-1514), publicados por ordem da Academia das Ciências de Lisboa e coordenados, revistos e prefaciados por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

Documentos Inéditos de Marrocos: Chancelaria de D. João II, dir. Possidónio Mateus Laranjo Coelho, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1943.

Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos, 3 vols., ed. Antonio de la Torre e Luis Suarez Fernandez, Valladolid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1958-1963.

Duas Descrições do Algarve do Século XVI, ed. Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983.

Edição fac-simile do Foral de Vila Real de 22 de Junho de 1515, Vila Real, Município de Vila Real / Arquivo Municipal de Vila Real, 2015.

ERICEIRA, Conde da, D. Luís de Meneses, *História de Portugal Restaurado*, Parte I, tomo I, 3.^a impressão, Lisboa, Oficina de Domingos Rodrigues, 1751.

ESPERANÇA, Frei Manuel da, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de São Francisco na Província de Portugal*, I Parte, Lisboa, Oficina Craesbeeckiana (imp.), 1656 e II Parte, Lisboa, António Craesbeeck de Mello (imp.), 1666.

Gavetas (As) da Torre do Tombo, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977, vols. I, II, IV, V, VI, VII, VIII, IX e XI.

Gil Vicente: obras completas, vol. VI, 3.^a ed., com prefácio e notas do Prof. Marques Braga, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1968.

GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, 4 vols., ed. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e David Lopes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

GÓIS, Damião de, *Crónica do Príncipe D. João*, edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977.

GÓIS, Damião de, *Livro de Linhagens de Portugal*, ed. crítica de António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 2014.

História Florestal, Aquícola e Cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Chancelarias Reais, direcção e selecção de Carlos Manuel Leitão Baeta Neves, vol. IV (1495-1521), Lisboa, Ministério da Agricultura [...], 1983.

JESUS MARIA, Frei José de, *Crónica de Carmelitas Descalços, Particular da Província de São Filipe dos Reinos de Portugal, Algarve e suas Conquistas*, tomo III, Lisboa, Oficina de Bernardo António de Oliveira (imp.), 1753.

JESUS MARIA JOSÉ, Frei Pedro de, *Crónica da Santa e Real Província da Imaculada Conceição de Portugal (...)*, 2.^a impressão, tomo I, Lisboa, Miguel Manescal da Costa (imp.), 1760.

Latim Renascentista em Portugal: antologia, prefácio, selecção, versão do Latim e notas de Américo da Costa Ramalho, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1985.

Livro da Guerra de Ceuta, escrito por mestre Mateus de Pisano em 1460, publicado por ordem da Academia das Ciências de Lisboa e vertido em Português por Roberto Corrêa Pinto, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915.

Livro de Linhagens do Século XVI, com introdução de António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1956.

Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa), edição diplomática de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Estampa, 1982.

Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V in Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, tomo III, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1793, pp. 387-541.

LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, Porto, Livraria Civilização, s.d.

LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, vol. I, s.l., Livraria Civilização, s.d.

MACHADO, Diogo Barbosa, *Memórias para a História de Portugal que Compreendem o Governo d'el Rei D. Sebastião*, tomo III, Lisboa, Oficina Silviana (imp.), 1747.

MÁRTIRES, D. Fr. Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, tomo I, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1955.

MASCARENHAS, D. Jerónimo de, *História de la Ciudad de Ceuta*, segundo a edição escrita em 1648, prefaciada por Afonso de Dornelas e publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918.

Memorials of King Henry the Seventh, ed. James Gairdner, London, Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.

MENDONÇA, Joaquim José Moreira de, *História Universal dos Terremotos (...)*, Lisboa, António Vicente da Silva (imp.), 1758.

MENESES, D. Pedro de, *Oração Proferida no Estudo Geral de Lisboa (Oratio Habita... in Scholis Ulyxbonae)*, com tradução de Miguel Pinto de Meneses e introdução de Artur Moreira de Sá, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1964.

Monumenta Henricina, org. António Joaquim Dias Dinis, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974, vols. XII, XIII e XIV.

Oraçam que teve Ioam Teyxeira Chancarel mòr destes Reynos em tempo del Rey dom Ioam o segundo de Portugal & do Algarue, & senhor de Guinè, quando deu a dinidade de Marques de vila Real ao illustre & muyto manifico dom Pedro de meneses Conde da mesma vila, & de Ourem. No mes de Março, anno do nascimento de nosso Senhor Iesu Christo 1489, Coimbra, João Álvares (imp.), 1562.

[in BNP, Reservados, Série Vermelha, n.º 80]

Ordenações Filipinas, edição da reprodução «fac-símile» da edição feita por Cândido Mendes de Almeida (Rio de Janeiro, 1870), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, vol. III.

Ordenações Manuelinas, edição da reprodução «fac-símile» da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra (1797), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, Livro II.

Ordenações Manuelinas, reprodução fac-símile da edição de Valentim Fernandes (Lisboa, 1512-1513), com introdução e descrição codicológica de João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2002, Livro Segundo.

ORTIZ DE ZÚÑIGA, D. Diego, *Annales Ecclesiasticos y Seculares de la Muy Noble y Muy Leal Ciudad de Sevilla*, Madrid, Juan Garcia Infançon (imp.), 1677.

OSÓRIO, D. Jerónimo, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, vol. I, Porto, Livraria Civilização, 1944.

PINA, Rui de, *Chronica d'ElRei Dom Joaõ II* in *Crónicas de Rui de Pina*, com introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977, pp. 883-1033.

PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V* in *ut supra*, pp. 577-881.

PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte* in *ut supra*, pp. 477-575.

Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, Conde da Idanha, do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568), revistas e anotadas por Ernesto de Campos de Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1937.

RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, nova edição conforme a de 1798, com introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arzila: crónica inédita do século XVI*, tomo I (1508-1525), publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, sob a direcção de David Lopes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915.

SANDOVAL, Fray Prudencio, *Historia de la Vida y Hechos del Emperador Carlos V*, Primera parte, [Anvers], Geronymo Verdussen (imp.), 1681.

SANTA ANA, Frei José Pereira de, *Crónica dos Carmelitas da Antiga e Regular Observância nestes Reinos de Portugal, Algarves e seus Domínios*, tomo I, Lisboa, Oficina dos Herdeiros de António Pedroso Galvão (imp.), 1745.

SANTA CRUZ, Alonso de, *Crónica del Emperador Carlos V*, publicada por acuerdo de la Real Academia de la Historia, Madrid, Imprenta del Patronato de Huérfanos de Intendencia é Intervención Militares, 1920-1925, tomo II.

SANTA MARIA, Pe. D. Nicolau de, *Crónica da Ordem dos Cônegos Regrantes do Patriarca Santo Agostinho*, II Parte, Lisboa, João da Costa (imp.), 1668.

SÍCULO, Cataldo Parísio, *Epístolas* – I Parte, com fixação do texto latino, tradução, prefácio e notas de Américo da Costa Ramalho e de Augusta Fernanda Oliveira e Silva, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010.

SÍCULO, Cataldo Parísio, *Epístolas* – II Parte, com fixação do texto latino, tradução, prefácio e notas de Américo da Costa Ramalho e de Augusta Fernanda Oliveira e Silva, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

SILVA, José Soares da, *Colecção dos Documentos com que se Autorizam as Memórias para a Vida d'El-Rei D. João, o I*, tomo IV, Lisboa Ocidental, Oficina de António José da Silva (imp.), 1734.

SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, 1946-1954, tomos II, III, IV, V, IX, X, XI e XII.

SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 6 tomos, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, 1946-1954.

SOUSA, Frei Luís de, *Anais de D. João III*, 2 vols., com prefácio e notas de Manuel Rodrigues Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, 1938.

Sources (Les) Inédites de l'Histoire du Maroc – Archives et Biliothèques du Portugal, ed. Pierre de Cénival, David Lopes e Robert Ricard, Paris, Paul Geuthner, 1934-1953, tomes I, II/2, III e IV.

Sources (Les) Inédites de l'Histoire du Maroc – Archives et Biliothèques d'Espagne, ed. Henri de Castries, tome I, Paris / Madrid, Éditions Ernest Leroux / Ruiz Hermanos, 1921.

TEIVE, Diogo de, «Túmulo para a morte de Miguel de Meneses, marquês de Vila Real [...]» in *Diogo de Teive: obra completa*, tradução, transcrição, introdução e notas de António Guimarães Pinto, Lisboa, Esfera do Caos Editores, 2012, pp. 707-708; 800-814.

Tratados Internacionales de España: período de la preponderancia española, dir. Antonio Truyol y Serra, vol. I, *Carlos V: Tratados con Portugal*, por P. Mariño, con la colaboración de M. Morán, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1978.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, com introdução e notas de Reis Brasil, Mira-Sintra – Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, edição diplomática de Larry King, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1977.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, reprodução em fac-símile da 1.^a edição impressa, de 1792, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2015.

ZURITA, Jerónimo, *Anales de la Corona de Aragón*, Zaragoza (Colegio de San Vicente Ferrer), Juan de Lanaja y Quartanet (imp.) / Lorenzo de Robles (imp.), 1610, tomos IV, V e VI.

BIBLIOGRAFIA E ESTUDOS

ABRANTES, Marquês de, Luís Gonzaga de Lencastre e Távora, *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vol. II, Porto, Livraria Civilização, 1968.

ALVES, Ivone Maria Correia, *Gamas e Condes da Vidigueira: percursos e genealogias*, Lisboa, Edições Colibri, 2001.

AUBIN, Jean, *La noblesse titré sous D. João III: inflation ou fermeture?*, separata dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXVI, Lisboa / Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, pp. 417-432.

AUBIN, Jean, «Vieille noblesse et temps nouveaux: les amertumes du 2^e marquis de Vila Real» *in* idem, *Le Latin et l'Astrolabe*, vol. III, *Études inédites sur le règne de D. Manuel: 1495-1521*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 61-101.

BAIÃO, António, *Alguns Ascendentes de Albuquerque e o seu Filho, à Luz de Documentos Inéditos: a questão da sepultura do Governador da Índia*, memória publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915.

BAIÃO, António, «Como o 3.^o marquês de Vila Real recompensa os serviços em Ceuta dum fidalgo de sua casa, que com ele serviu» *in* *Mélanges d'Études Luso-Marocaines Dédiés à la Mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival*, Lisboa, Livraria Portugal, 1945, pp. 27-30.

BAPTISTA, António Rodrigues, «Foral de Ourém» *in* *Ourém: estudos e documentos*, vol. I, s.l., Centro de Cultura da Câmara de Ourém, 1982, pp. 81-90.

BARROCA, Mário Jorge, «Epigrafia Medieval» *in* *Construindo a Memória: as colecções do Museu Arqueológico do Carmo*, coord. José Morais Arnaud e Carla Varela Fernandes, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, pp. 362-381.

BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha, *Santarém Medieval*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1980.

BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha, *Santarém Quinhentista*, Lisboa, s.e., 1981.

BENNASSAR, Bartolomé e JACQUART, Jean, «Siglo XVI» in *Historia Moderna*, Madrid, Ediciones Akal, 1991, pp. 5-387.

BENTO, Paulo Nuno Torres, «Capela dos Mareantes: faz 500 anos a outra igreja da Matriz de Caminha» in *Caminh@ 2000: jornal digital regional*, n.º 552, 10/16 Set 2011, disponível em <http://www.caminha2000.com/jornal/n552/cmc3.html>.

Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 6, *Igreja Matriz de Caminha*, s.l., [República Portuguesa: Ministério das Obras Públicas,] 1936 (Dezembro).

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Um Espaço, Duas Monarquias (inter-relações na Península Ibérica no tempo de Carlos V)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa / Hugin Editores, Lda., 2001.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond: vide DIAS, João José Alves.

BRAGA, Paulo Drumond, «A Expansão no Norte de África» in *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II, *A Expansão Quatrocentista*, coord. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 237-337.

BRAGA, Paulo Drumond, *O Príncipe D. Afonso, filho de D. João II: uma vida entre a guerra e a paz*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

BRAGA, Paulo Drumond: vide DIAS, João José Alves.

BRANDÃO, Zeferino, *Monumentos e Lendas de Santarém*, Lisboa, David Corazzi Editor, 1883.

BUESCU, Ana Isabel, *D. João III, 1502-1557*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

BUESCU, Ana Isabel, *Catarina de Áustria (1507-1578): Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.

BUESCU, Ana Isabel, «A morte do rei: tumultuação e cerimónias de trasladação dos “reais corpos” (1499-1582)» in idem, *Na Corte dos Reis de Portugal: saberes, ritos e memórias (estudos sobre o século XVI)*, 2.ª ed., Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 211-255.

BUESCU, Ana Isabel, «A Infanta Beatriz de Portugal e o seu casamento na Casa de Sabóia (1504-1521)» in *Portugal e o Piemonte: a Casa Real Portuguesa e os Sabóias; nove séculos de relações dinásticas e destinos políticos (XII-XX)*, coord. Maria Antónia Lopes e Blythe Alice Raviola, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 51-59.

CAMPOS, Nuno Miguel Silva, *Os Teles: uma linhagem entre Castela e Portugal na Idade Média (1161-1385)*, tese de doutoramento policopiada, Évora, Universidade de Évora, 2012.

CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a Construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Edições Colibri, 2005.

CARRIAZO RUBIO, Juan Luis, «Violencia y relaciones fronterizas: Alcoutim y Sanlúcar de Guadiana a fines del siglo XV» in *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série, vol. XV – tomo I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 365-382.

CARVALHO, Andreia Martins de, *Nuno da Cunha e os Capitães da Índia (1529-1538)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2006.

CASTRO (Alvelos), Miguel de Melo e: *vide* FONTES, Marquês de Abrantes e de.

CHIL Y NARANJO, Gregorio, *Estudios Históricos, Climatológicos y Patológicos de las Islas Canarias*, tomo II, Las Palmas, La Atlántida, 1880.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte, *Os Forais de D. Manuel: 1496-1520*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte, «Livro das ordenações da vila de Ourém» *in* *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martin de Albuquerque*, coord. Prof. Doutor Jorge Miranda, vol. II, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Coimbra, Coimbra Editora, 2010, pp. 369-414.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte, «Foral de Vila Real, 1515» *in* *Edição fac-simile do Foral de Vila Real de 22 de Junho de 1515*, Vila Real, Município de Vila Real / Arquivo Municipal de Vila Real, 2015.

CLARETTA, Gaudenzio, *Notizie Storiche Intorno alla Vita ed ai Tempi di Beatrice di Portogallo, Duchessa di Savoia, con documenti*, Torino, Tipografia Eredi Botta, 1863.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *Foral de D. Manuel I a Santarém*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2007.

CORDEIRO, Luciano, *A Senhora Duquesa*, Lisboa, Livraria Ferin, 1889.

CORDEIRO, Luciano, *A Segunda Duquesa*, Lisboa, Livraria Ferin, 1892.

Correspondance d'un Ambassadeur Castillan au Portugal dans les Années 1530, commentaire et présentation de Aude Viaud, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2001.

COSTA, João Paulo Oliveira e, «O conde de Tentúgal e a linhagem dos Melos na política ultramarina manuelina» *in* *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia: actas*, org. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Centro de História de Além-Mar / Instituto de Investigação Científica e Tropical – Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2004, pp. 9-32.

COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I (1469-1521): um príncipe do Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

COSTA, João Paulo Oliveira e, *Henrique, o Infante*, 2.^a ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013.

CRUZ, Abel dos Santos, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no Século XV (1415-1464)*, tese de mestrado policopiada, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

CRUZ, Maria Leonor García da, *As Controvérsias ao Tempo de D. João III Sobre a Política Portuguesa no Norte de África*, separata especial de *Mare Liberum*, n.^{os} 13-14, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997 (Junho e Dezembro).

CUMBRE, José Pavia, *Os Melo: origens, trajectórias familiares e percursos políticos (séculos XII-XV)*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.

CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, Parentesco e Poder: a Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.

CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

CUNHA, Mafalda Soares da, «Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI: algumas reflexões» *in* *Penélope*, n.º 29, Lisboa, Editora Celta, 2003, pp. 33-48.

CUNHA, Mafalda Soares da, e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII» *in* *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica: elementos para uma história comparada*, Lisboa, Edições Colibri / Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades – Universidade de Évora, 2010, pp. 47-75.

DÁVILA, Maria Barreto, *D. Fernando I, 2.º duque de Bragança: vida e acção política*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2009.

Descobrimentos (Os) Portugueses e a Europa do Renascimento: XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, vol. 6, «O homem e a hora são um só»: a Dinastia de Avis e a Europa, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1983.

DIAS, João José Alves, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, vol. I, [Lisboa], Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

DIAS, João José Alves, BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond e BRAGA, Paulo Drumond, «A conjuntura» *in* *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coord. João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 689-760.

DIAS, José Lopes, *Algumas Notas Biográficas do Doutor Leonardo Nunes, Físico-Mor do Reino e Albicastrense Ilustre*, separata de «*Imprensa Médica*», Ano XXIV, [Lisboa, Tipografia Santana,] 1960 (Maio).

DIAS, José Sebastião da Silva, *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, tomo I, Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, 1960.

DIAS, Manuel Augusto, *Chão de Couce: estudo monográfico*, Chão de Couce, Junta de Freguesia de Chão de Couce, 2001.

DORNELAS, Afonso, «Documentos antigos: instituição do vínculo de morgadio dos Condes de Villa Real, feita em Ceuta em 1431» *in* *Elucidario Nobiliarchico: revista de história e de arte*, vol. I, n.º 10, Lisboa, s.e., 1928 (Outubro), pp. 305-319.

DUARTE, Luís Miguel, «Os “Forais novos”: uma reforma falhada?» *in* *Revista Portuguesa de História*, tomo 36 – vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de História Económica e Social, 2002-2003, pp. 391-404.

DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte, requiem por um rei triste*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

Encyclopædia (The) Britannica: a dictionary of arts, sciences and general literature, vol. III, revised edition, Chicago, R. S. Peale Company, 1892.

FARINHA, António Dias, *Portugal e Marrocos no Século XV*, 3 vols., tese de doutoramento policopiada, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990.

FARO, Jorge, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Económicos do Instituto Nacional de Estatística, 1965.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Manuela: *vide* MARTÍNEZ PEÑAS, Leandro.

FONSECA, Luís Adão da, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Universidade do Porto, 1982.

FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

FONTES, Marquês de Abrantes e de, Luís Gonzaga de Lencastre e Távora, e CASTRO (Alvelos), Miguel de Melo e, «A mais antiga iluminura heráldica portuguesa: armas do conde D. Pedro de Meneses» *in* *Panorama*, IV Série, n.º 29, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1969 (Março), pp. 35-40.

FONTES, Marquês de Abrantes e de, Luís Gonzaga de Lencastre e Távora, «A heráldica funerária do conde D. Pedro de Meneses» *in* *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, vol. I, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1970, pp. 163-221.

FONTOURA, (O.S.C.), Otília Rodrigues, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III: abandono ou permanência?* [edição da dissertação para a licenciatura em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1966], Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela*, separata do *Boletim da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. XIII, n.º 2, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra* reprodução fac-símile da edição de 1973, com apresentação e apêndices de Luís de Bívar Guerra, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, «As conspirações no reinado de D. João II» *in* *Archivo Historico Portuguez*, 2.ª ed., [Santarém,] Câmara Municipal, 2001, vol. I, pp. 389-397 e 442-446 e vol. II, pp. 68-73 e 273-280.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI. século» *in ut supra*, vol. III, pp. 241-273.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Povoação de Trás os Montes no XVI. século» *in ut supra*, vol. VII, pp. 241-290.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventario da casa de D. João III em 1534» *in ut supra*, vol. VIII, pp. 261-280 e 367-390.

GODINHO, Vitorino Magalhães, «Portugal no começo do século XVI: instituições e economia; o relatório do veneziano Lunardo da Cà Masser» *in* *Revista de História Económica e Social*, n.º 4, Lisboa, Sá da Costa, 1979 (Julho-Dezembro), pp. 75-88.

GOMES, Rita Costa, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.

GOMES, Rita Costa, «As Cortes de 1481-1482» *in* *O Tempo de Vasco da Gama*, dir. Diogo Ramada Curto, [Lisboa,] Difel, 1998, pp. 245-264.

GOMES, Rita Costa, «A realeza: símbolos e cerimonial» *in* *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, pp. 201-213.

GOMES, Saul António, *A Praça de São Martinho de Leiria do Século XII à Reforma de 1546*, separata de *Mundo da Arte*, II Série, n.º 14, Coimbra, s.e., 1990 (Janeiro-Março), pp. 57-78.

GOMES, Saul António, «O mosteiro de Santa Maria da Vitória no professorado de D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1538-1552)» *in* *Congresso Internacional do IV Centenário da Morte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires: actas*, Fátima, Movimento Bartolomeano, 1994, pp. 59-224.

GOMES, Saul António, «Uma dama na Leiria medieval: Beatriz Dias, “manceba del-rei” D. Pedro I» *in* *Biblos*, vol. 77, [Coimbra,] Universidade de Coimbra, 2001, pp. 115-143.

GOMES, Saul António, *Introdução à História do Castelo de Leiria*, 2.ª ed., Leiria, Câmara Municipal, 2004.

GOMES, Saul António, *D. Afonso V, o Africano*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

GONÇALVES, Alda Sales Machado, *Heráldica Leiriense*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1992.

GONÇALVES, Silva: *vide* SOUSA, Fernando de.

GRADIM, Alexandra, *Alcoutim Urbano e Rural: dos finais da Idade Média ao fim do Antigo Regime*, Lisboa, Edições Colibri / Câmara Municipal de Alcoutim, 2006.

HADDAD, Élie «Qu'est-ce qu'une “maison”? De Lévi-Strauss aux recherches anthropologiques et historiques récentes» *in* *L'Homme*, n.º 212, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2014 (octobre-décembre), pp. 109-138.

Handbook (A) of Dates, for Students of British History, new edition, ed. C. R. Cheney, rev. Michael Jones, Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

HELENO, Manuel, *Antiguidades de Monte Real*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922.

HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal: desde o começo da Monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, vol. II, Lisboa, Bertrand Editora, 2008.

HESPAÑA, António Manuel, *As Vésperas do Leviathan: instituições e poder político; Portugal – século XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

Imágenes de un Imperio Perdido: el Atlas del Marqués de Heliche; plantas de diferentes plazas de España, Italia, Flandes y Las Indias, ed. Rocío Sánchez Rubio, Isabel Téston Núñez y Carlos M. Sánchez Rubio, [Mérida,] Presidencia de la Junta de Extremadura, [2004].

JACQUART, Jean: *vide* BENASSAR, Bartolomé.

LÉVI-STRAUSS, Claude, «Histoire et ethnologie» *in* *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, 38^e Année, n.º 6, Paris, Armand Colin, 1983 (novembre-décembre), pp. 1217-1231.

LOPES, Pe. F. Félix, «Frei Henrique de Coimbra: o missionário, o diplomata, o bispo» *in* *STVDIA*, n.º 37, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973, pp. 7-119.

LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *O Infante D. Fernando e a Nobreza Fundiária de Serpa e Moura (1453-1470)*, s.l., Câmara Municipal de Beja, 2003.

LOUREIRO, Francisco de Sales, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*, s.l., Livros Horizonte, 1984.

LUGAN, Bernard, *Histoire du Maroc: des origines à nos jours*, Paris, Critérion, 1992.

MAGALHÃES, Pedro e NÓRTON, Manuel Artur, «Fagundes e a descoberta do Canadá» *in* *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época: actas*, vol. II, *Navegações na Segunda Metade do Século XV*, Porto, Universidade do Porto / Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pp. 403-482.

MARQUES, A. H. de Oliveira, «A Expansão no Atlântico» *in* *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II, *A Expansão Quatrocentista*, coord. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 11-233.

MARQUES, José, «Dois humanistas italianos no Alto Minho, no século XV» *in* *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, vol. 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 419-438.

MARTÍNEZ PEÑAS, Leandro e FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Manuela, *La Guerra y el Nacimiento del Estado Moderno: consecuencias jurídicas e institucionales de los conflictos bélicos en el reinado de los Reyes Católicos*, Valladolid, Asociación Veritas para el Estudio de la Historia, el Derecho y las Instituciones, 2014.

MARTINS, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira, *Poder e Sociedade: a Duquesa de Beja*, tese de doutoramento em História Medieval, edição policopiada, [Lisboa,] Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

MENDONÇA, Manuela, *D. João II*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

MENÉNDEZ PIDAL, Juan, «Don Francesillo de Zúñiga, bufón de Carlos V – cartas inéditas» *in* *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, 3.ª Época, tomo XXI, Año XIII, Madrid, s.e., 1909, n.ºs 3-4 (Marzo-Abril), pp. 182-200 e n.ºs 7-8, (Julio-Agosto), pp. 72-95.

MERLIN, Pierpaolo, «Beatriz de Portugal e o governo do ducado de Sabóia (1521-1538)» *in* *Portugal e o Piemonte: a Casa Real Portuguesa e os Sabóias; nove séculos de relações dinásticas e destinos políticos (XII-XX)*, coord. Maria Antónia Lopes e Blythe Alice Raviola, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 101-132.

MONTEIRO, João Gouveia, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, [Lisboa,] Editorial Notícias, 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo: *vide* CUNHA, Mafalda Soares da.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, 2.ª ed. revista, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

MOREIRA, Manuel António Fernandes, «A Confraria do Nome de Jesus dos Mareantes de Viana» *in* idem, *Os Mareantes de Viana e a Construção da Atlantidade*, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1994, pp. 93-174.

MOREIRA, Rafael, «A “Capela dos Mareantes” na Igreja Matriz de Caminha: problemas de iconografia e iconologia» *in* *LVCERNA*, 2.^a Série – vol. II, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1987, pp. 349-359.

MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*, dissertação de doutoramento em História apresentada aos Cursos de Letras da Universidade de Lourenço Marques, separata da *Revista de Ciências do Homem*, vol. IV – série B, Lourenço Marques, Universidade de Lourenço Marques, 1973.

MORENO, Humberto Baquero, «A conspiração contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança» *in* *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, pp. 47-103.

MORENO TRUJILLO, María Amparo, OBRA SIERRA, Juan María de la e OSORIO PÉREZ, María José, *Escribir y Gobernar: el último registro de correspondencia del Conde de Tendilla (1513-1515)*, Granada, Universidad de Granada, 2007.

MOURA, Carlos Manuel da Silva, *A Linhagem de D. Pedro de Meneses: percursos e estratégias de poder político, social e senhorial (séculos XIV-XV)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2005.

MOURA, Carlos Silva, «O cartório da Casa Senhorial de Vila Real: fragmentos diplomáticos (séculos XIV-XVII)» *in* *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: que presente, que futuro?*, org. Maria de Lurdes Rosa, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais / Centro de História de Além-Mar / Caminhos Romanos, 2012, pp. 231-242.

NASCIMENTO, Jaime Pereira do, *O Terceiro Livro das Visões de Cataldo Sículo*, dissertação para licenciatura em Filologia Clássica, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, exemplar dactilografado, 1969.

NASSIET, Michel, «Nom et blason: un discours de la filiation et de l’alliance (XIV^e-XVIII^e siècle)» *in* *L’Homme*, tome 34, n.º 129, Paris, Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1994 (janvier-mars), pp. 5-30.

NETO, Margarida Sobral, «A persistência senhorial» *in* *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 3, *No Alvorecer da Modernidade*, coord. Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 152-161.

NÓRTON, Manuel Artur: *vide* MAGALHÃES, Pedro.

OBRA SIERRA, Juan María de la: *vide* MORENO TRUJILLO, María Amparo.

OLIVEIRA, António de, *A População de Caminha em 1513*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIII, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1968.

OLIVEIRA, António de, «A população de Caminha e Valença em 1513» *in* *Bracara Augusta*, vol. XXX – tomo I, n.º 69 (81), Braga, s.e., 1976 (Janeiro-Junho), pp. 125-165.

OLIVEIRA, Luís Filipe, e RODRIGUES, Miguel Jasmins, «Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza: a titulação na 2.^a dinastia» *in Revista de História Económica e Social*, n.º 22, Lisboa, Sá da Costa, 1988 (Janeiro-Abril), pp. 77-114.

OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Casa dos Coutinhos: linhagem, espaço e poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia, 1999.

OLIVEIRA, Luís Filipe, *Em Torno das Casas Senhoriais dos Finais da Idade Média*, separata de *Media Aetas*, n.ºs 3-4, s.l., s.e., 2000-2001, pp. 87-102.

OSÓRIO, Baltasar, *O Terramoto de Lisboa de 1531*, separata do «*Boletim da Segunda Classe*» [da Academia das Ciências de Lisboa], Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919.

OSORIO PÉREZ, María José: *vide* MORENO TRUJILLO, María Amparo.

Panorama (O), 2.^a Série – vol. III, n.º 120, Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 13 de Abril de 1844, pp. 113-114.

PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa e a sua Linhagem: trajectórias de uma elite no Império de D. João III e de D. Sebastião*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa) / Universidade dos Açores, 2009.

PEREIRA, João Cordeiro, «A renda de uma grande casa senhorial de Quinhentos» *in Primeiras Jornadas de História Moderna: actas*, vol. II, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, pp. 789-819.

PEREIRA, João Cordeiro, «A estrutura social e o seu devir» *in Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coord. João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 277-336.

PIMENTEL, Alberto, *A Extremadura Portuguesa – I Parte*, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal – Sociedade Editora, 1908.

PINTO, Óscar Caeiro, *A Linhagem de João Freire de Andrade, 1.º Senhor de Alcoutim*, [Loulé,] Arandis Editora, 2014.

POUSÃO-SMITH, Selma, *Rodrigues Lobo, os Vila Real e a Estratégia da Dissimulatio*, 2 vols., Lisboa, Edição de Autor, 2008.

PRADALIÉ, Gérard, *O Convento de São Francisco de Santarém*, s.l., Câmara Municipal de Santarém, 1992.

RAMALHO, Américo da Costa, «Investigações sobre Cataldo Sículo» *in* idem, *Estudos Sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura / Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1969, pp. 51-72.

RAMALHO, Américo da Costa, «Uma oração desconhecida, de Salvador Fernandes» *in* idem, *Estudos Sobre o Século XVI*, 2.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, pp. 21-27.

RAMALHO, Américo da Costa, «Cataldo, a Infanta D. Joana e a educação de D. Jorge» *in HVMANITAS*, vol. 41-42, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989-1990, pp. 3-22.

RAMALHO, Américo da Costa, «Cataldo no reinado de D. Manuel I (1495-1521)» *in* idem, *Para a História do Humanismo em Portugal*, vol. V, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2013, pp. 47-59.

RAMALHO, Américo da Costa «Ainda *Aquila* em Cataldo» *in ut supra*, pp. 89-95.

RASTEIRO, Joaquim, *Quinta e Palácio da Bacalhoa, em Azeitão: monografia histórico-artística*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895.

REIS, António Matos, *Foral Manuelino de Valença*, Valença, Câmara Municipal de Valença, 2013.

RODRIGUES, Miguel Jasmins: *vide* OLIVEIRA, Luís Filipe.

ROSA, Maria de Lurdes, *O Morgadio em Portugal: séculos XIV-XV*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

ROSA, Maria de Lurdes, «D. Jaime de Bragança: entre a cortina e a vidraça» *in* *O Tempo de Vasco da Gama*, dir. Diogo Ramada Curto, [Lisboa,] Difel, 1998, pp. 319-332.

ROSA, Maria de Lurdes, «Elementos para o estudo dos usos da heráldica a partir da produção documental familiar (Portugal, sécs. XIV-XVI)» *in* *Estudos de Heráldica Familiar*, coord. Miguel Metelo de Seixas e Maria de Lurdes Rosa, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos, Heráldicos e Históricos / Caminhos Romanos, 2012, pp. 333-353.

RUMEU DE ARMAS, Antonio, «Problemática en torno a la concesión de Las Canarias mayores por el Rey Enrique IV de Castilla a los Condes de Atouguía y Vila Real, vasallos de Portugal» *in* *Anuario de Estudios Atlánticos*, n.º 34, Las Palmas, Patronato de la “Casa de Colón”, 1988, pp. 355-387.

SABUGOSA, Conde de, António Maria Vasco de Melo Silva César e Meneses, *Neves de Antanho*, 3.^a ed., Lisboa, Livraria Bertrand, 1919.

SANTANA, Olinda, *Foral Manuelino de Vila Real: introdução, transcrição e notas*, Vila Real, Câmara Municipal de Vila Real, 1995.

SANTANA, Maria Olinda Rodrigues, *Liuro dos Foraes Nouos da Comarca de Trallos Montes: introdução, edição diplomática e notas*, Mirandela, João Azevedo Editor, 1999.

SANTANA, Maria Olinda Rodrigues, *Inquirições Manuelinas de Trás-os-Montes: edição interpretativa*, s.l., Pena Perfeita, 2006.

SANTOS, João Manuel Felgueiras da Silva, «Caminha através dos tempos» *in* *Caminiana*, n.º 2, Caminha, s.e., 1980 (Junho), pp. 127-159.

SÃO PAIO, Marquês de, António Pedro Maria da Luz de São Paio Melo e Castro Moniz Torres e Lusignan, «O selo do 2.º marquês de Vila Real» *in* *Armas e Troféus*, II Série – tomo III, n.º 1, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1962 (Janeiro-Março), pp. 36-37.

SARAIVA, José Mendes da Cunha, *Alguns Diplomas Particulares dos Séculos XIV e XV*, separata do *Arquivo Histórico de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Publicações do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1943.

SEIXAS, Miguel Metelo de, *Aleo! Aleo! A empresa de D. Pedro de Meneses, primeiro conde de Vila Real, primeiro governador de Ceuta, separata de Armas e Troféus*, IX Série, [Lisboa, Instituto Português de Heráldica,] 2005 (Janeiro-Dezembro), pp. 95-117.

SEIXAS, Miguel Metelo de, «O uso da heráldica no interior da casa senhorial portuguesa do Antigo Regime: propostas de sistematização e entendimento» in *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*, coord. Isabel Mendonça, Hélder Carita e Marize Malta, Lisboa / Rio de Janeiro, Instituto de História da Arte (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa) / Escola de Belas Artes – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014, pp. 86-109.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Relações Históricas Entre Portugal e a França (1430-1481)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1975.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1993.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, «Sucessos da vila de Santarém no ano de 1555» in *idem*, *Páginas da História de Santarém*, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2008.

SHAW, Stanford, *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey*, vol. I, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

SILVA, Augusto Rebelo da, *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, tomo III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.

SILVA, Joaquim Candeias, *O Fundador do “Estado Português da Índia” D. Francisco de Almeida: 1457(?) - 1510*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses / Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996.

SIMÕES, António Augusto da Costa, *Topografia Médica das Cinco Vilas e Arega*, edição fac-similada de Coimbra, Imprensa da Universidade, 1860, [Coimbra,] MinervaCoimbra, 2003.

SOARES, Nair Nazaré Castro, «Retórica de corte no primeiro humanismo em Portugal» in *Máthesis*, n.º 20, Viseu, Universidade Católica Portuguesa – Departamento de Letras, 2011, pp. 231-251.

SOARES, Nair de Nazaré Castro, «A Casa de Vila Real e o primeiro humanismo português» in *Do Clacissismo ao Maneirismo e ao Barroco e sua Projeção na Atualidade*, [eBook,] ed. Maria Luísa de Castro Soares, s.l., Edições Vercial, 2012, pp. 9-47.

SOUSA, Armindo de, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Universidade do Porto, 1990, vol. I.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *Os Pimentéis: percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

SOUSA, Fernando de, e GONÇALVES, Silva, *Memórias de Vila Real*, vol. I, Vila Real, Arquivo Distrital de Vila Real e Câmara Municipal de Vila Real, 1987.

SOUSA, João Silva de, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

SOUSA, João Silva de, «Casas Senhoriais no Portugal Quatrocentista» in *Revista de Ciências Históricas*, vol. IX, Porto, Universidade Portucalense, 1994, pp. 95-104.

SOUSA, João Silva de, «A Casa Senhorial em Portugal na Idade Média» *in Revista Portuguesa de História*, tomo 36 – vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de História Económica e Social, 2002-2003, pp. 267-284.

SOUTO, António Meireles do, *O Abandono das Praças do Norte de África*, separata de *STVDIA*, n.º 33, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971 (Dezembro), pp. 251-339.

SZMOLKA CLARES, José, «Un caso de cooperación luso-castellana en tiempos de los Reyes Católicos: la frustrada conquista de Tetuán (1510-1513)» *in Primeiras Jornadas de História Moderna: actas*, vol. I, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, pp. 177-195.

SZMOLKA CLARES, José, «Ceuta en el registro de correspondencia del conde de Tendilla: unos datos sobre el gobernador Pedro de Meneses, segundo conde de Alcoutim» *in Transfretana*, n.º 6, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1994, pp. 137-153.

SZMOLKA CLARES, José, *El Conde de Tendilla, primer capitán general de Granada*, Granada, Universidad de Granada, 2011.

TAROUCA, Carlos da Silva, «A Graça de Santarém: fundadores e fundações» *in Brotéria*, vol. 35 – fasc. 5, Lisboa, s.e., 1942 (Novembro), pp. 395-413.

TAROUCA, Carlos da Silva, «Uma História de Portugal no séc. XVº e a sua autora» *in Brotéria*, vol. 48 – fasc. 6, Lisboa, s.e., 1949 (Junho), pp. 668-677.

TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias, «Uma linhagem ao serviço da “ideia imperial manuelina”: Noronhas e Meneses de Vila Real em Marrocos e na Índia» *in A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia: actas*, org. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Centro de História de Além-Mar / Instituto de Investigação Científica e Tropical – Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2004, pp. 109-174.

TEIXEIRA, Júlio A., *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo: genealogias, brasões, vínculos*, reedição fac-simile da edição de 1946-1952, vol. III, Lisboa, J. A. Telles da Sylva, 1990.

TERRA, José da Silva, «Breve comentário sobre um capítulo da “Crónica de D. Manuel” de Damião de Góis e uma carta do conde de Alcoutim» *in Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XVII, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, pp. 403-410.

THOMAZ, Luís Filipe F. R., «L’idée impériale manuéline» *in La Découverte, le Portugal et l’Europe: actes du colloque*, dir. Jean Aubin, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 35-103.

TOIPA, Helena Maria Ribeiro Almeida Costa, *Cataldo e as Duas Princesas*, [dissertação de mestrado em Literatura Novilatina em Portugal, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,] Coimbra, exemplar policopiado, 1991.

URÍA MAQUA, Juan, «El conde Don Alfonso» *in Asturiensia Medievalia*, n.º 2, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1975, pp. 177-237.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de, *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas Damas*, 2.ª ed. fac-similada, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994.

VILAR, Hermínia Maria de Vasconcelos, «A ascensão de uma linhagem: a formação da Casa Senhorial de Abrantes» *in Arqueologia do Estado*, vol. I, Lisboa, História & Crítica, 1988, pp. 331-344.

VILA-SANTA, Nuno, *D. Afonso de Noronha, Vice-Rei da Índia: perspectivas políticas do Reino e do Império em meados de Quinhentos*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa) / Universidade dos Açores, 2011.

VILA-SANTA, Nuno, *Entre o Reino e o Império: a carreira político-militar de D. Luís de Ataíde, 1516-1581*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

WAGNER, Mafalda de Noronha, *A Casa de Vila Real e a Conspiração de 1641 Contra D. João IV*, Lisboa, Edições Colibri, 2007.

WAGNER, Mafalda de Noronha, «D. Pedro de Menezes, 3.º Conde e 1.º Marquês de Vila Real: notas biográficas e sua Heráldica em S. Francisco de Santarém» *in Matria Digital*, Ano I, Número I, [Santarém, Centro de Investigação Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, 2013-2014,] disponível em <http://matriadigital.cm-santarem.pt/index.php/arquivodigital/ensaio-ano-i/ensaio-i>.

WITTE, Charles-Martial de, «Les bulles pontificales et l'Expansion Portugaise au XV^e siècle – V» *in Revue d'Histoire Ecclésiastique*, tome 53, Louvain, s.e., 1958, pp. 5-46.

WITTE, Charles-Martial de, *La Correspondance des Premiers Nonces Permanents au Portugal, 1532-1553*, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1986.

FONTES ICONOGRÁFICAS:

AM Vila Real, Arquivo Municipal de Vila Real

Acervo Documental de Achilles Ferreira de Almeida:

Colecção Achilles de Almeida, caixa 20, n.º 2991.

DGPC/SIPA, Direcção-Geral do Património Cultural/Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (Forte de Sacavém)

Forte da Ínsua / Farol da Ínsua:

FOTO.00147811.

FOTO.00529252.

MIMO, Museu da Imagem em Movimento (Leiria)

Arquivo de Imagens:

Fundo Casa Fabião, n.ºs 68, 73 e 83.

TIB, Technische Informationsbibliothek [Biblioteca Nacional Alemã de Ciência e Tecnologia] (Hannover)

Sondersammlungen [Colecções especiais]:

Sammlung Albrecht Haupt, Architektonische Reiseskizzen: privathaus zu Leiria [Colecção Albrecht Haupt, esboços de viagem arquitectónicos: casa privada, em Leiria], disponível em <https://www.tib.eu/sammlung-haupt-architektonische-reiseskizzen/grec.php?urN=2402>. *

SÍTIOS ELECTRÓNICOS:

<http://www.cm-vilareal.pt/index.php/municipio/heraldica-e-brasao>
[Brasão do Município de Vila Real]

<http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/dteodosio/apresentacao.html>
[“De Todas as Partes do Mundo: o património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I”]

* Reproduzido e publicado em Albrecht HAUPT, *A Arquitectura do Renascimento em Portugal: do tempo de D. Manuel, o Venturoso, até ao fim do domínio espanhol*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 173.

**A Casa Senhorial dos condes e marqueses de Vila Real
(séculos XV-XVI)**

vol. II (Apêndice)

Carlos Manuel da Silva Moura

Tese de Doutoramento em História Medieval

Agosto, 2016

ÍNDICE

APÊNDICE

A – Quadros genealógicos

B – Património senhorial da Casa de Vila Real (mapas)

C – Senhorios, jurisdições e direitos (sinopses)

1. Senhorios da Casa de Vila Real, em 1543
2. Outras rendas e direitos da Casa de Vila Real
3. Senhorios que foram da Casa de Vila Real
4. Padroado de igrejas e prestimónios da Casa de Vila Real

D – Vestígios e representações

E – Relação de documentos

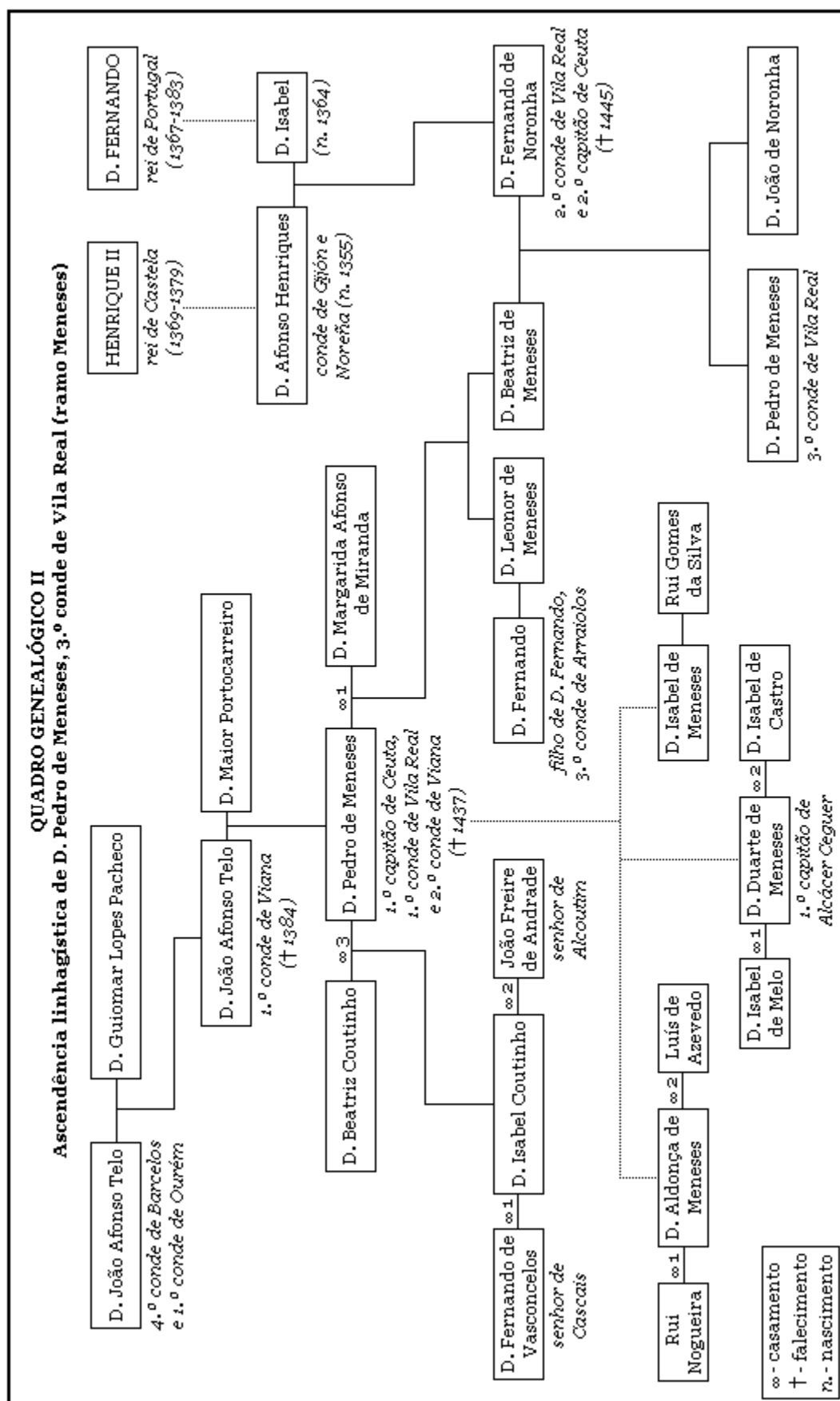
F – Transcrição de documentos

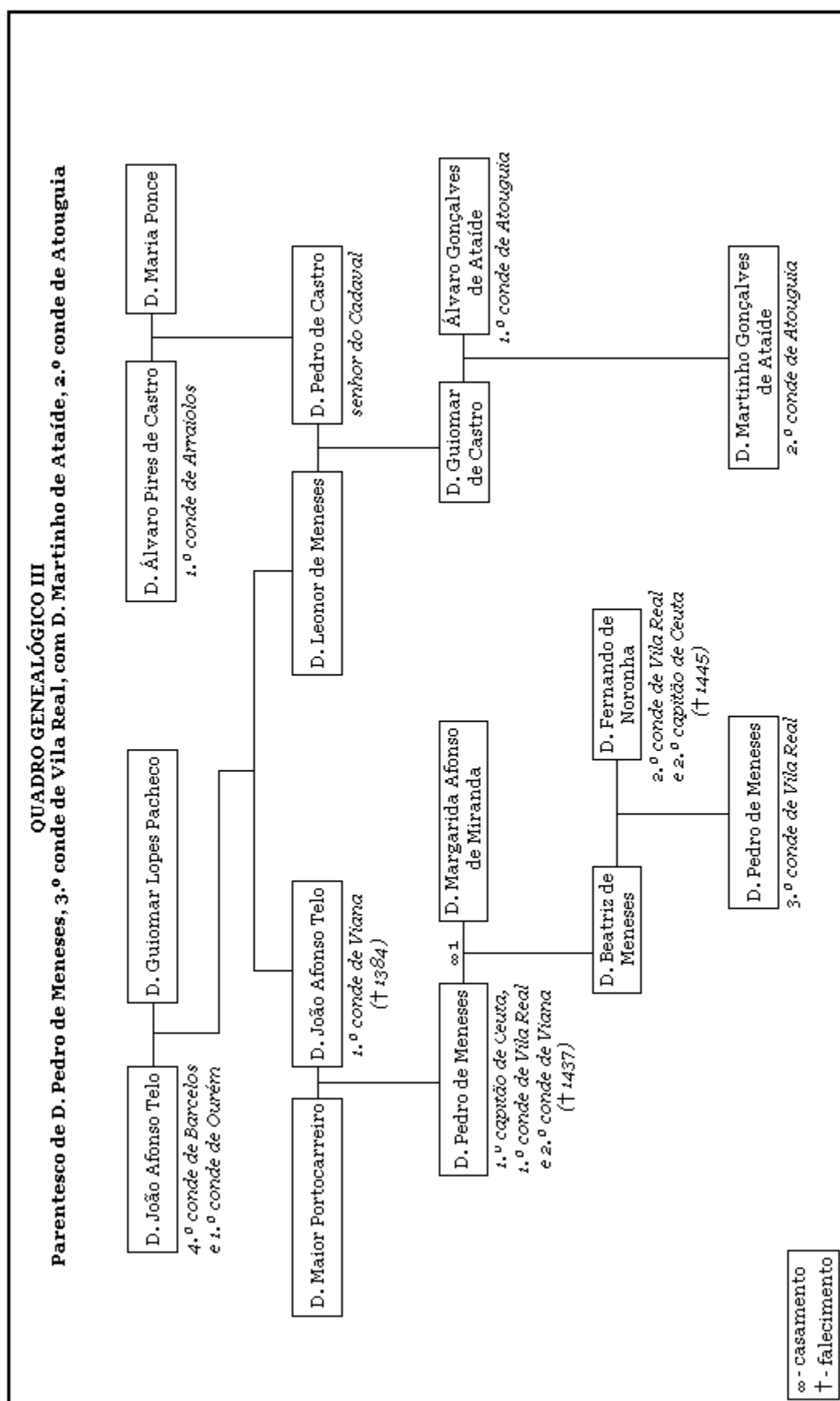
APÊNDICE A

Quadros genealógicos

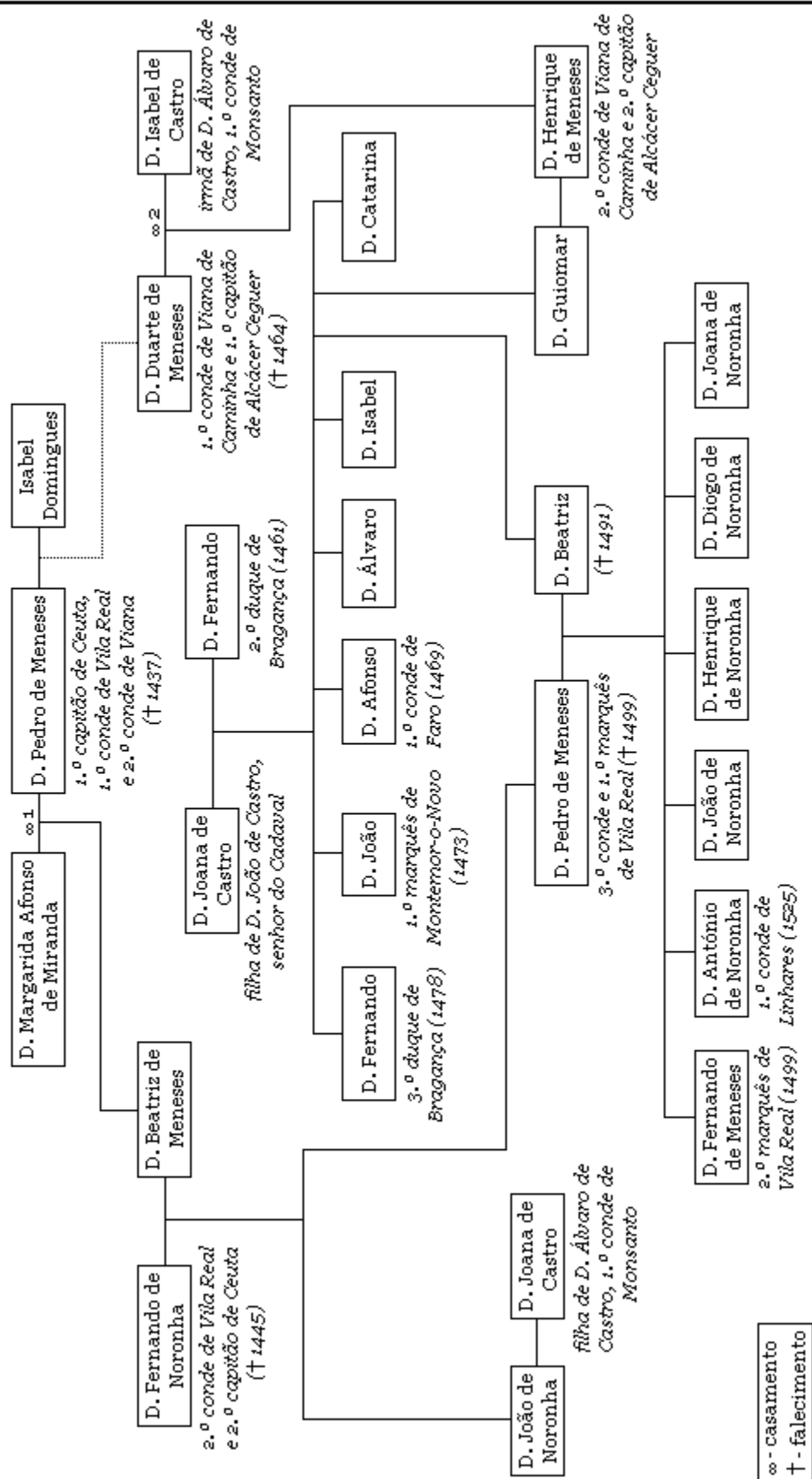
• **Lista dos quadros genealógicos**

- I** – Ascendência linhagística de D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real (ramo Noronha)
- II** – Ascendência linhagística de D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real (ramo Meneses)
- III** – Parentesco de D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, com D. Martinho de Ataíde, 2.º conde de Atouguia
- IV** – Ligações familiares da Casa de Vila Real com a Casa de Bragança (século XV)
- V** – A descendência de D. Pedro de Meneses, 3.º conde e 1.º marquês de Vila Real
- VI** – Ligações familiares da Casa de Vila Real com a Casa de Monsanto, por vias secundogénitas (século XV)
- VII** – Casamento e descendência de D. Fernando de Meneses, 1.º conde de Alcoutim e 2.º marquês de Vila Real
- VIII** – Casamento e descendências de D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim e 3.º marquês de Vila Real
- IX** – Os filhos de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real (sucessões linhagísticas)

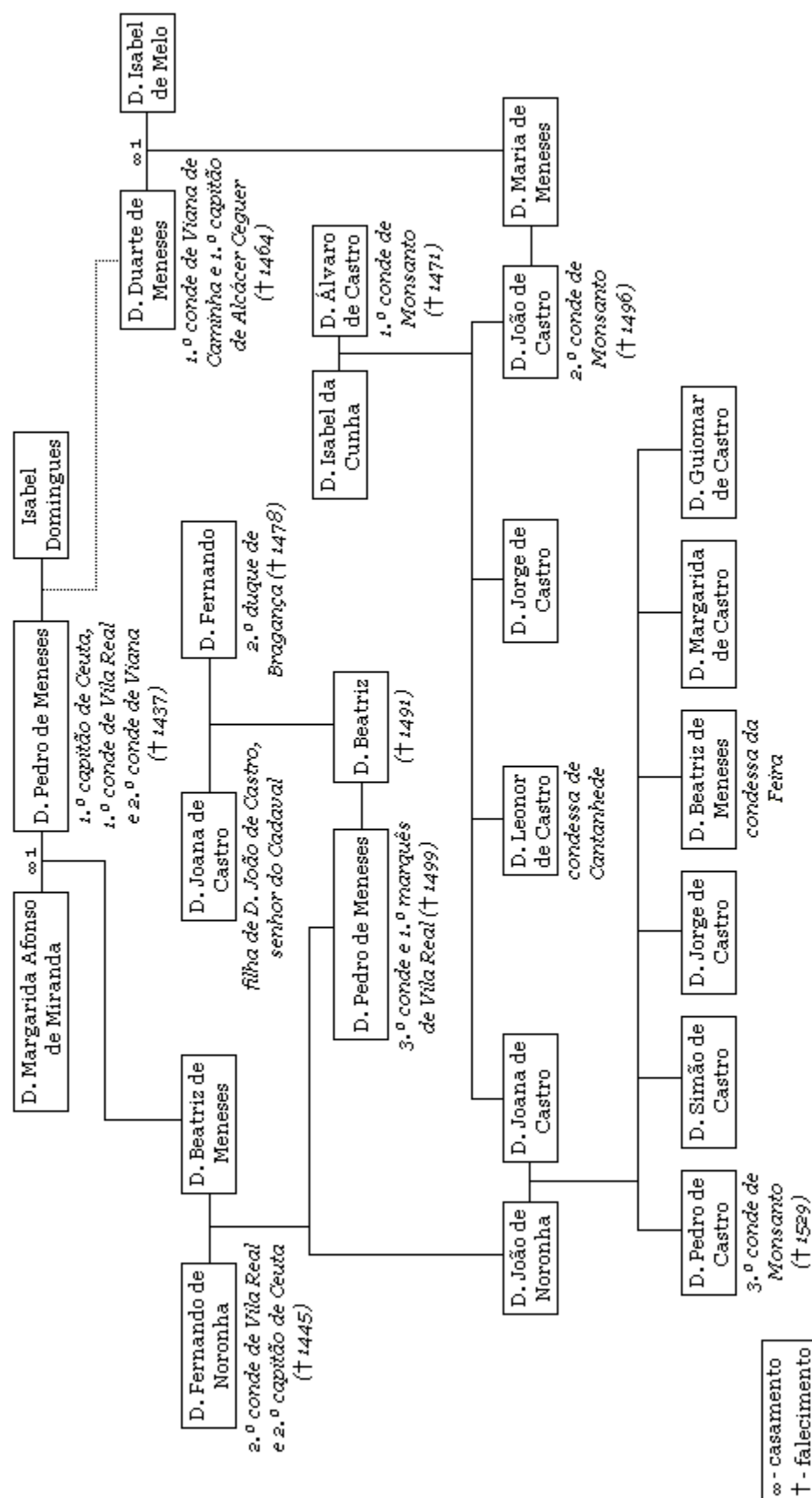




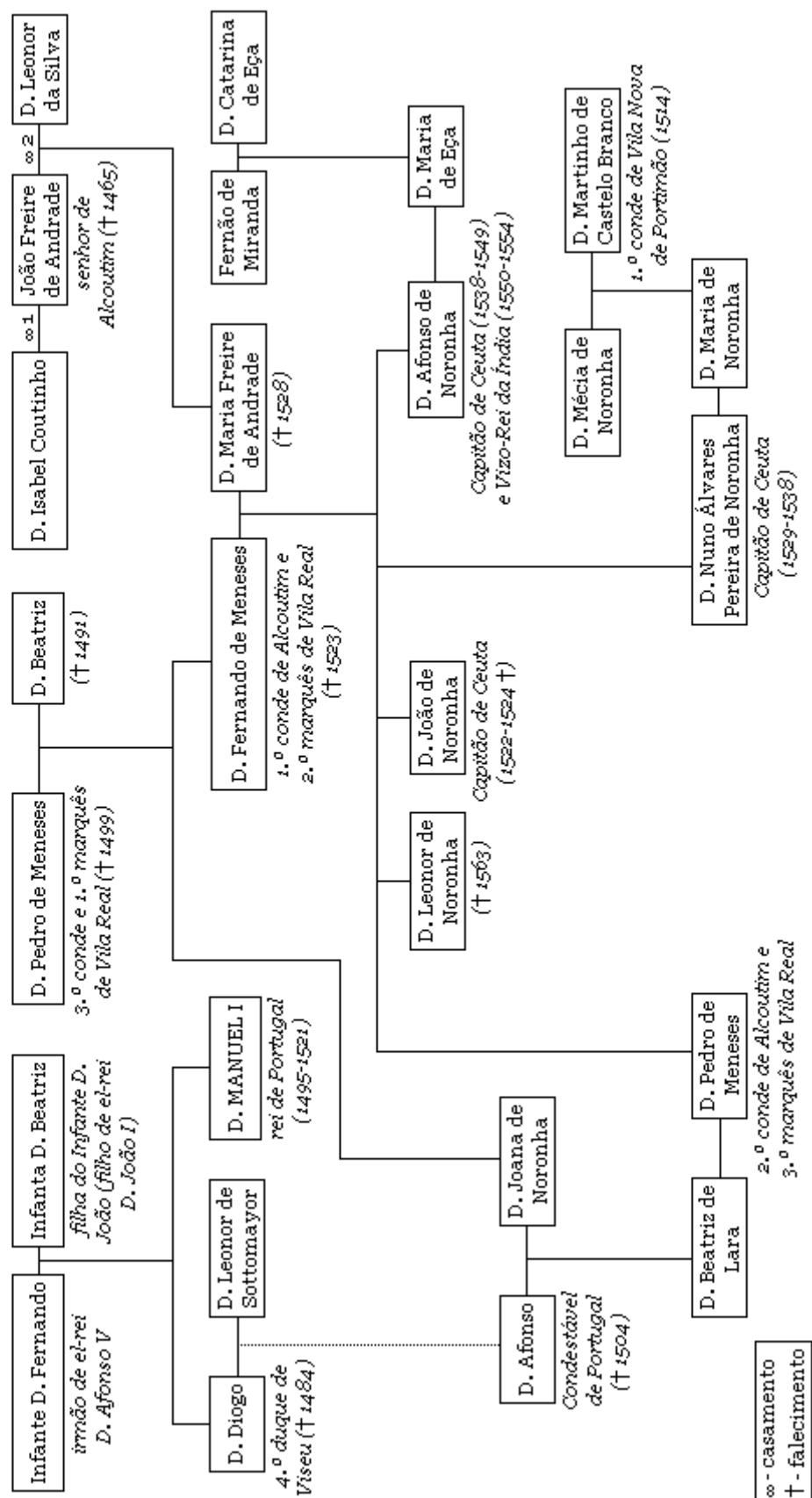
QUADRO GENEALÓGICO IV
Ligações familiares da Casa de Vila Real com a Casa de Bragança (século XV)

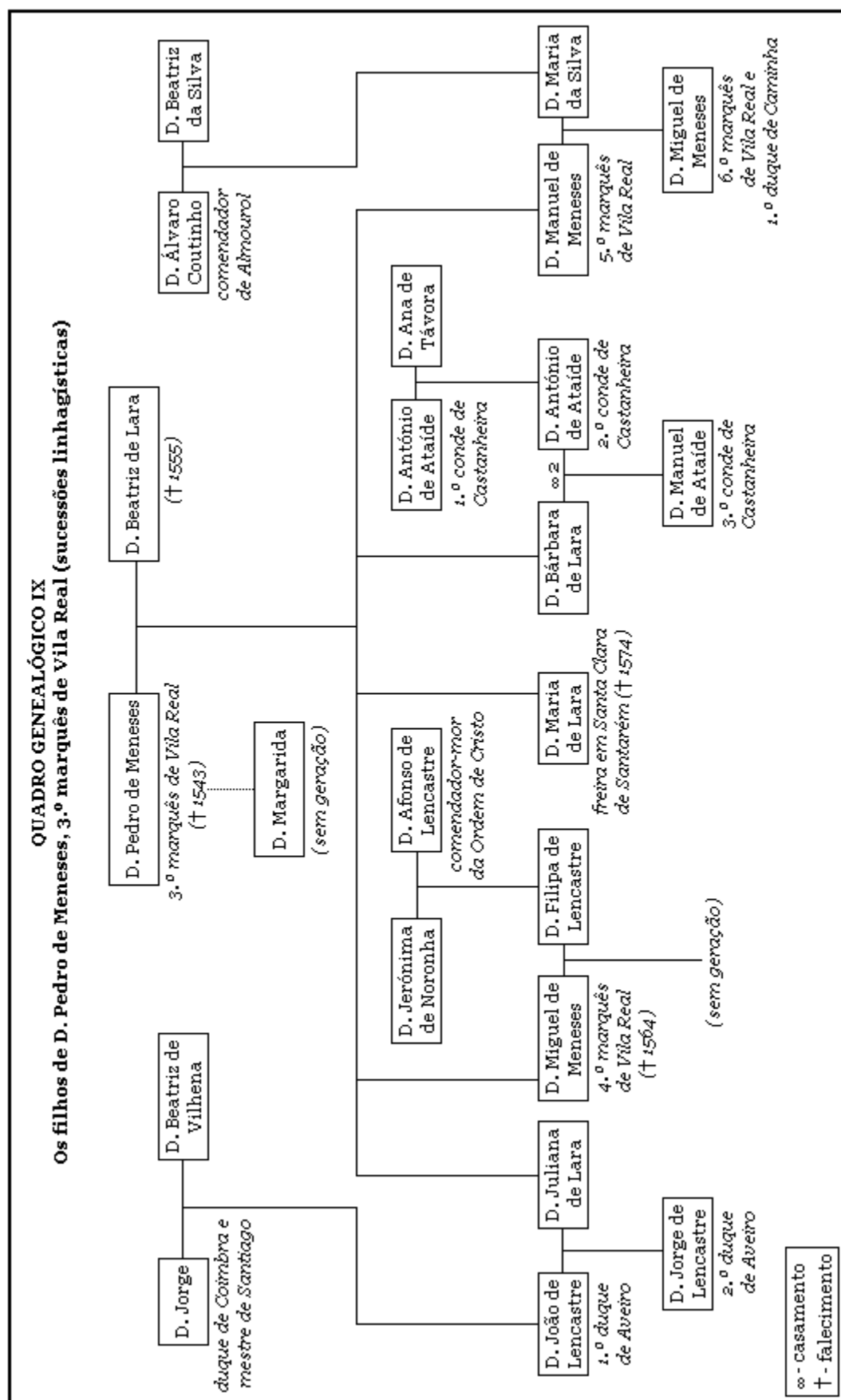


Ligações familiares da Casa de Vila Real com a Casa de Monsanto, por vias secundogénitas (século XV)



QUADRO GENEALÓGICO VII
Casamento e descendência de D. Fernando de Meneses, 1.º conde de Alcoutim e 2.º marquês de Vila Real



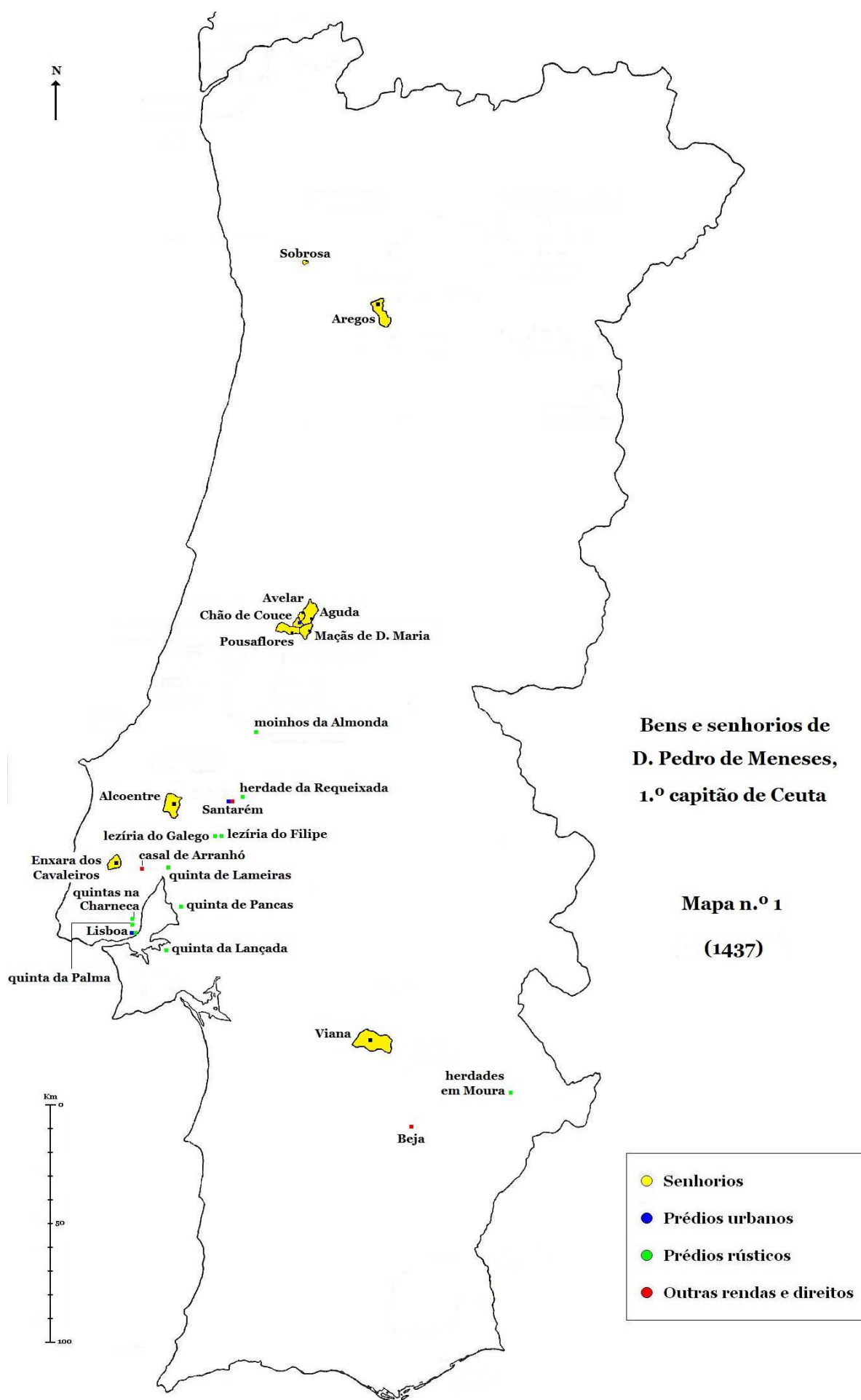


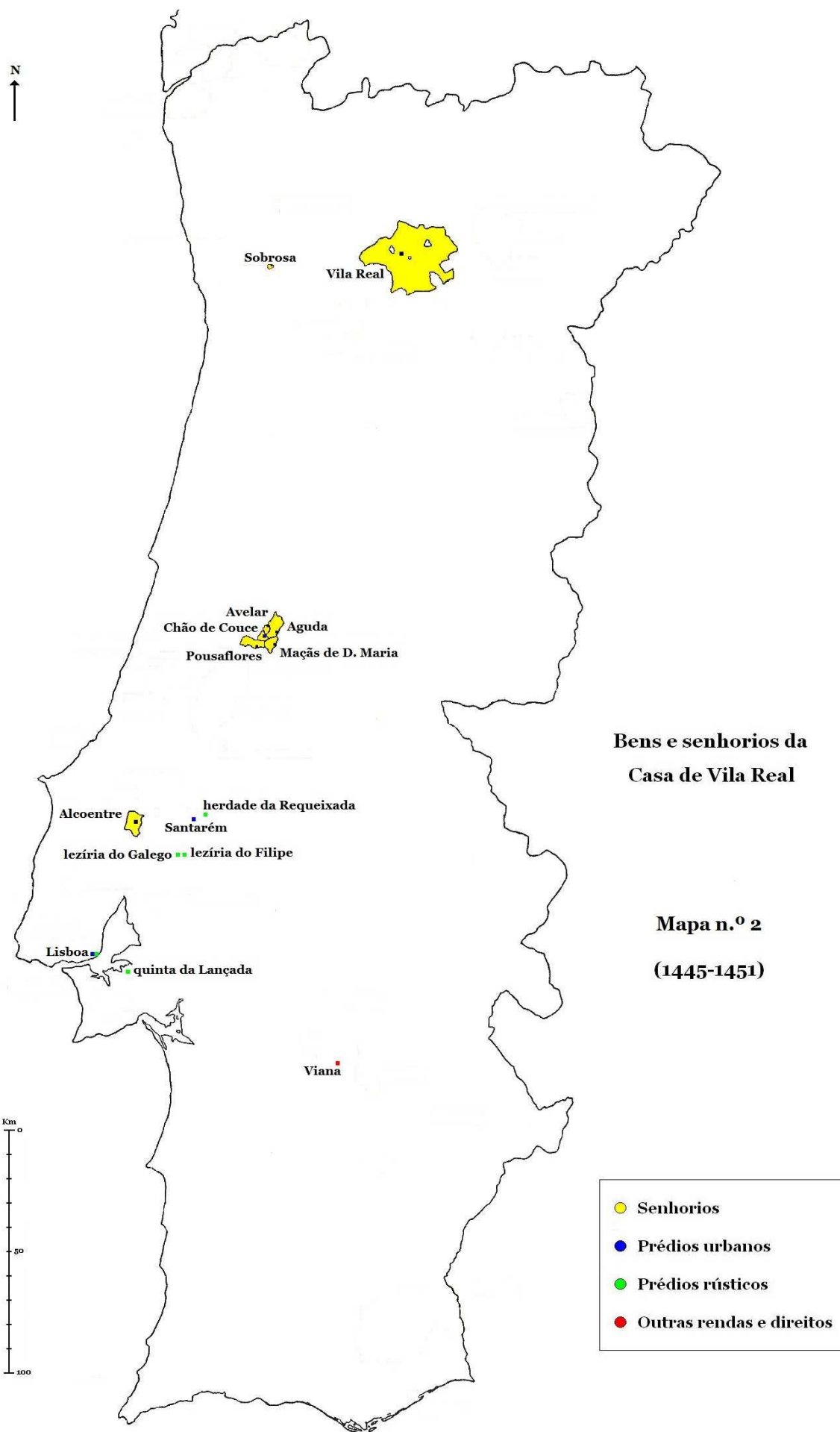
APÊNDICE B

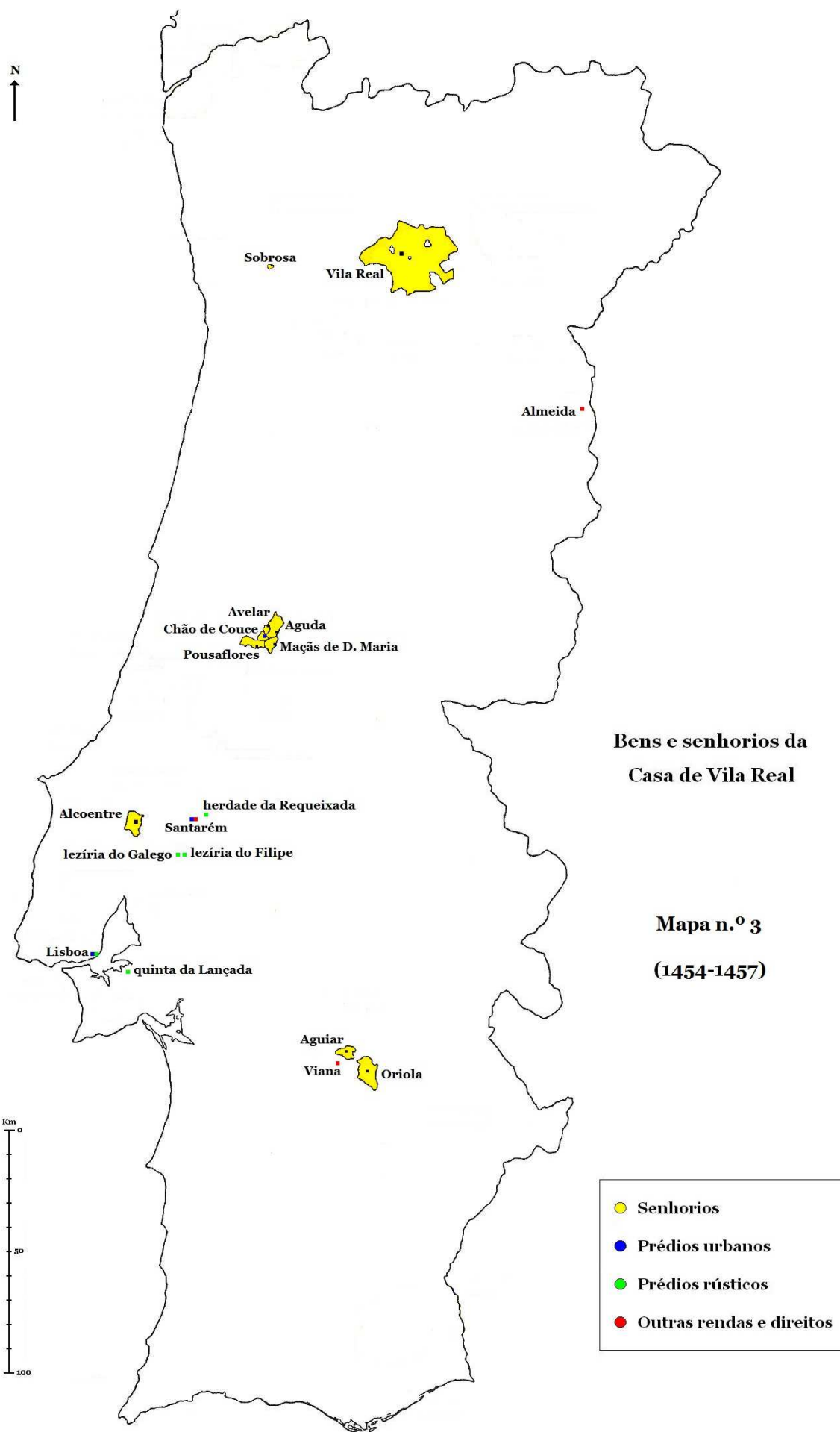
Património senhorial da Casa de Vila Real
(Mapas)

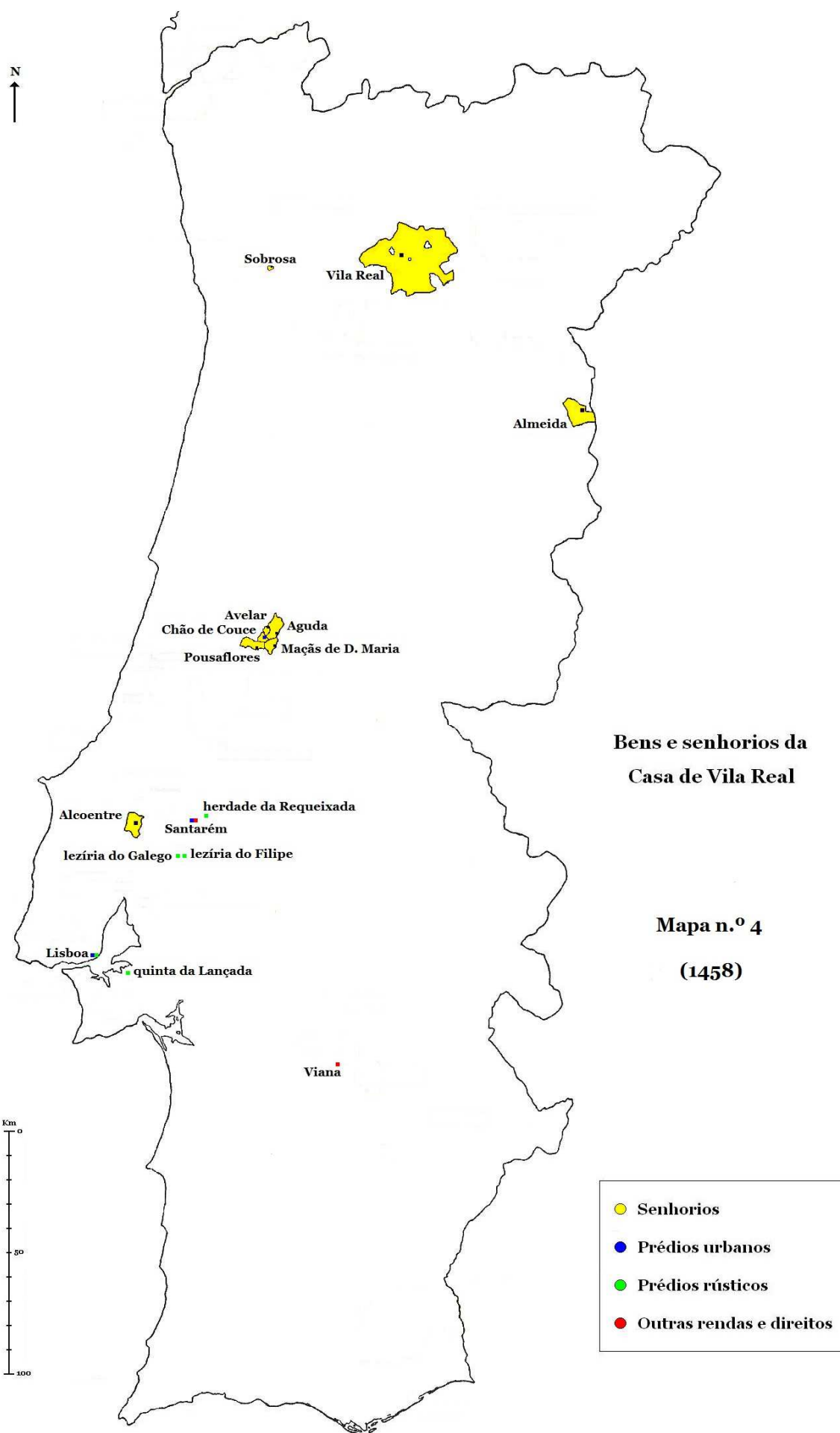
• **Lista dos mapas**

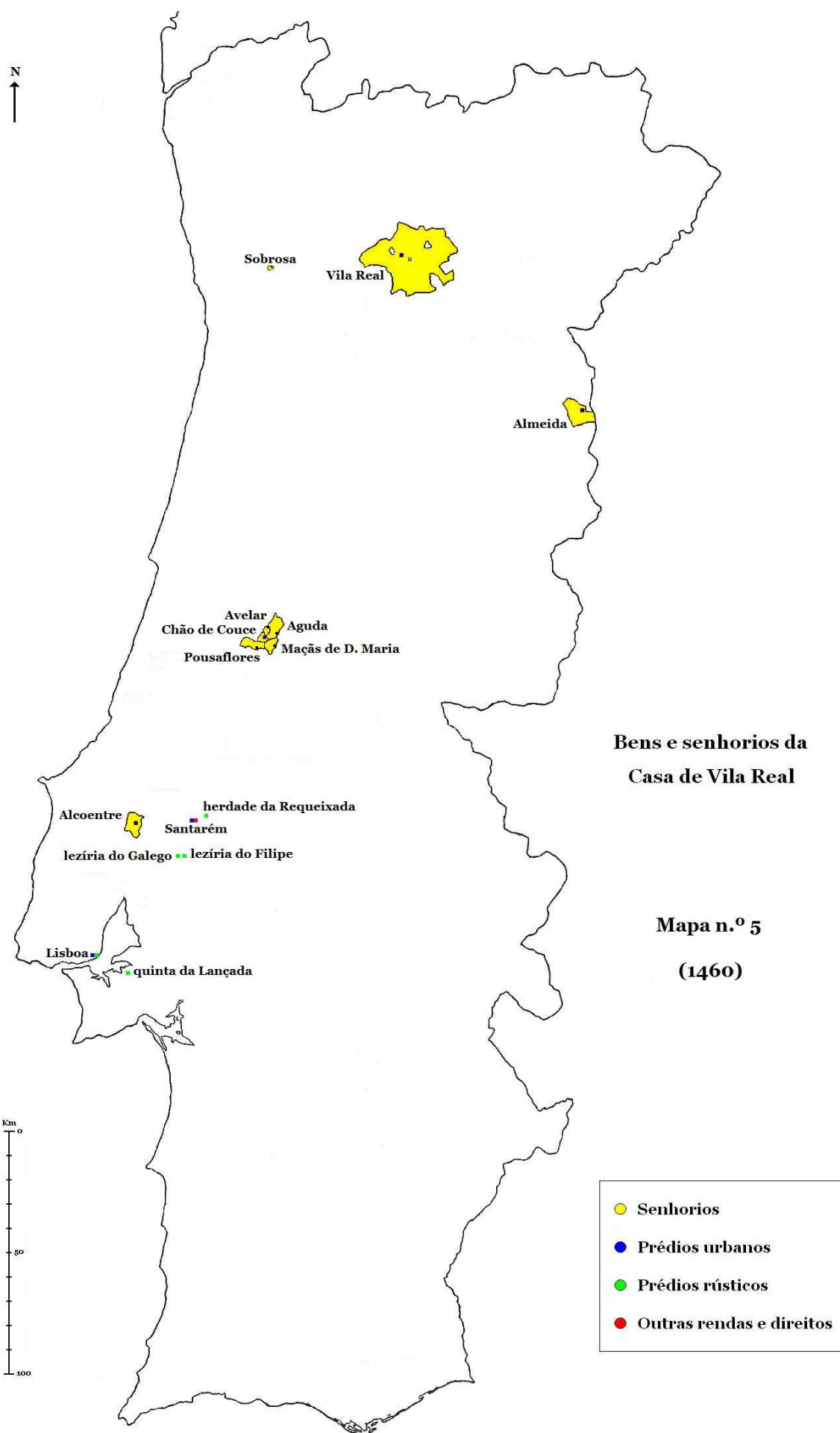
- 1** – Bens e senhorios de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta (1437)
- 2** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1445-1451)
- 3** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1454-1457)
- 4** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1458)
- 5** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1460)
- 6** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1463-1467)
- 7** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1472)
- 8** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1475-1476)
- 9** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1487)
- 10** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1489-1496)
- 11** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1496-1499)
- 12** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1499-1500)
- 13** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1502-1503)
- 14** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1504-1510)
- 15** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1511-1521)
- 16** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1521-1523)
- 17** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1524-1527)
- 18** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1528)
- 19** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1529-1530)
- 20** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1531)
- 21** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1532-1541)
- 22** – Bens e senhorios da Casa de Vila Real (1542-1543)

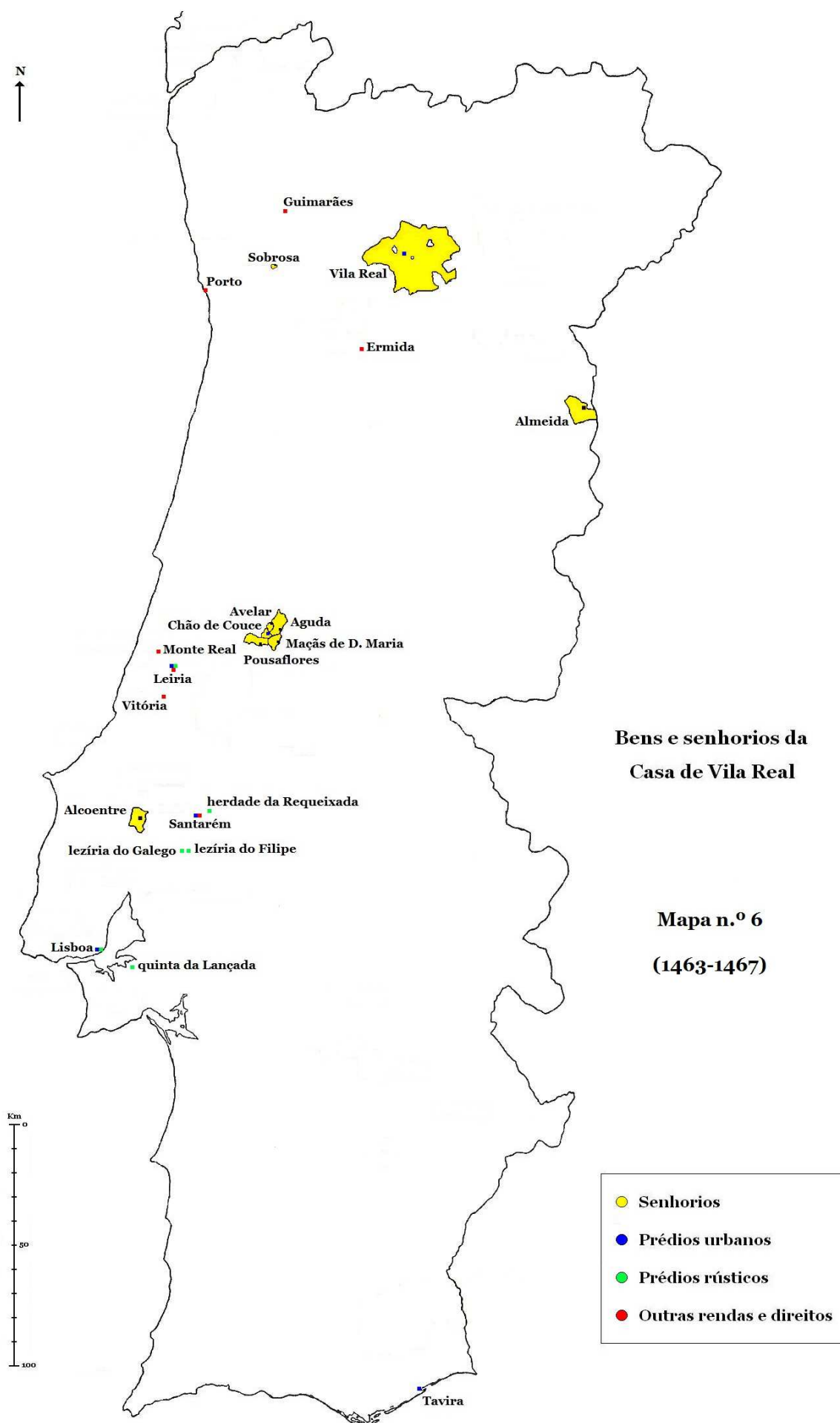


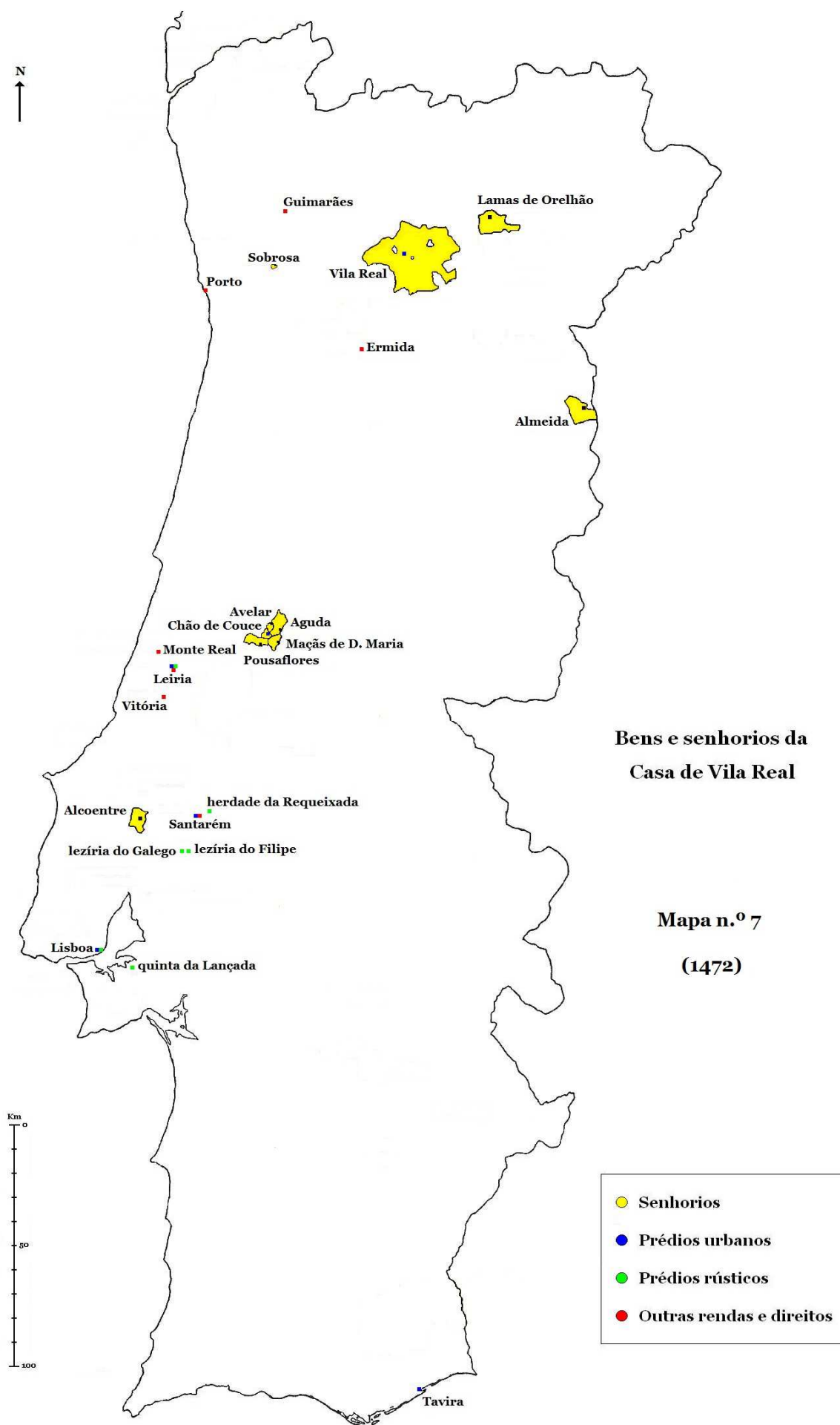


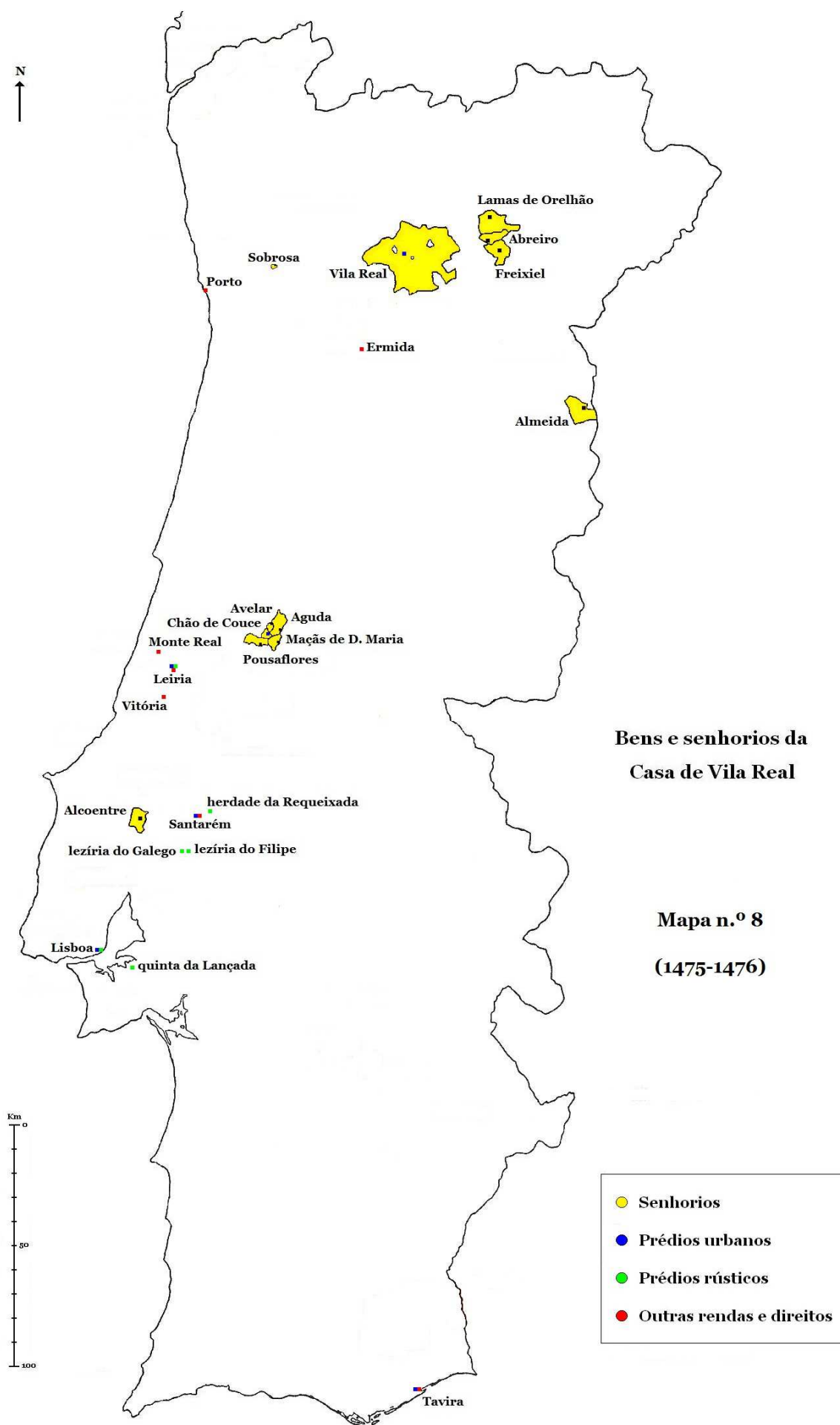


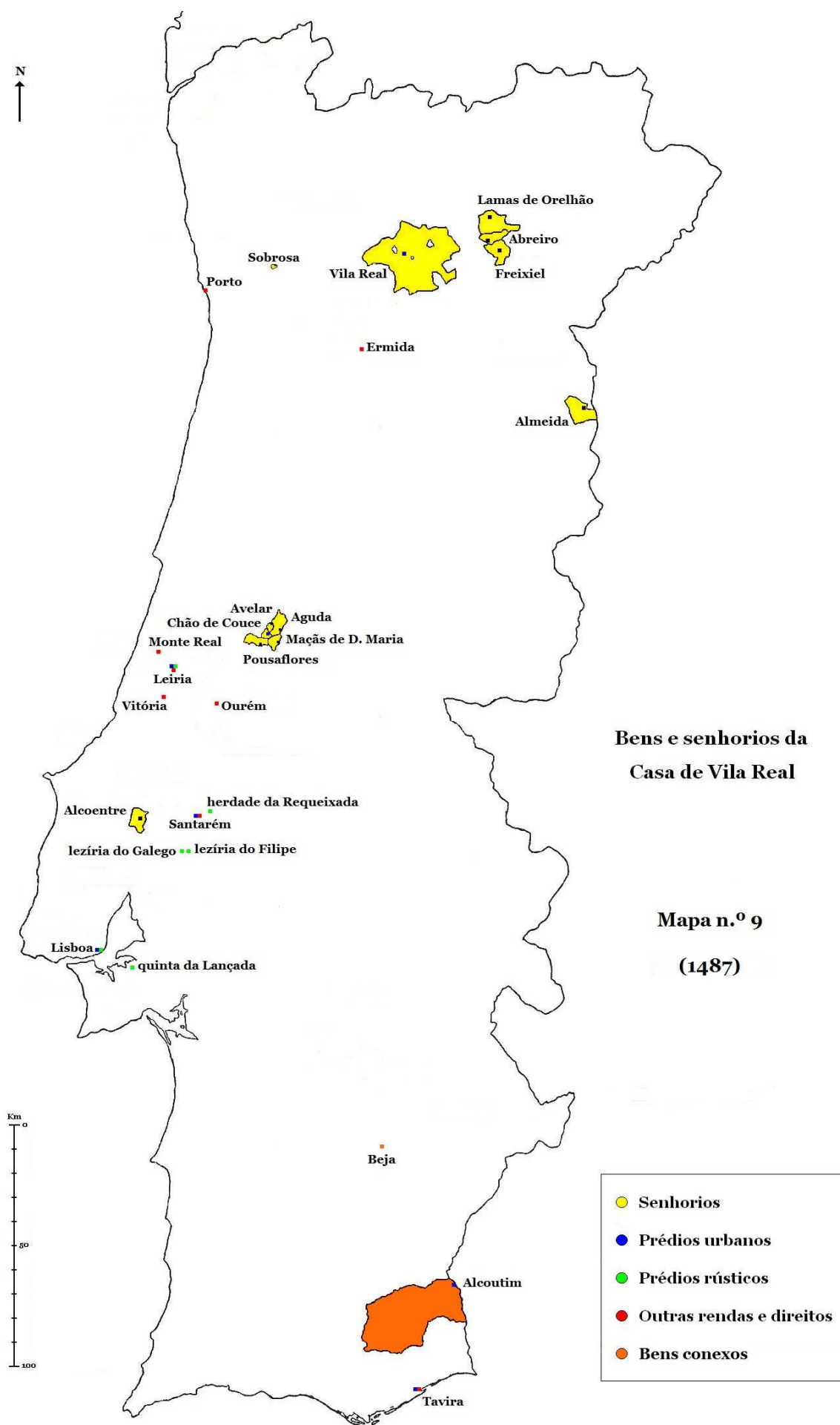


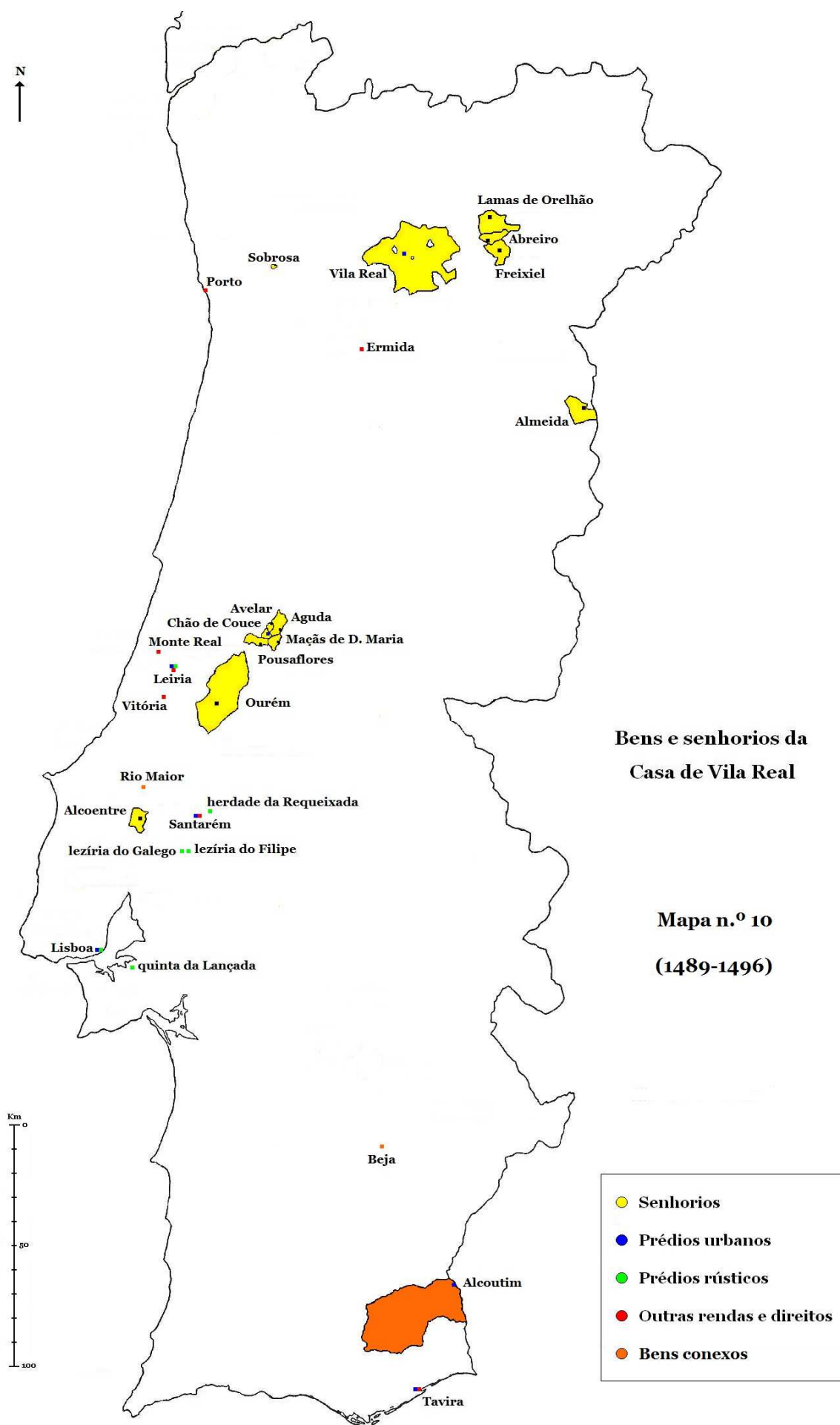


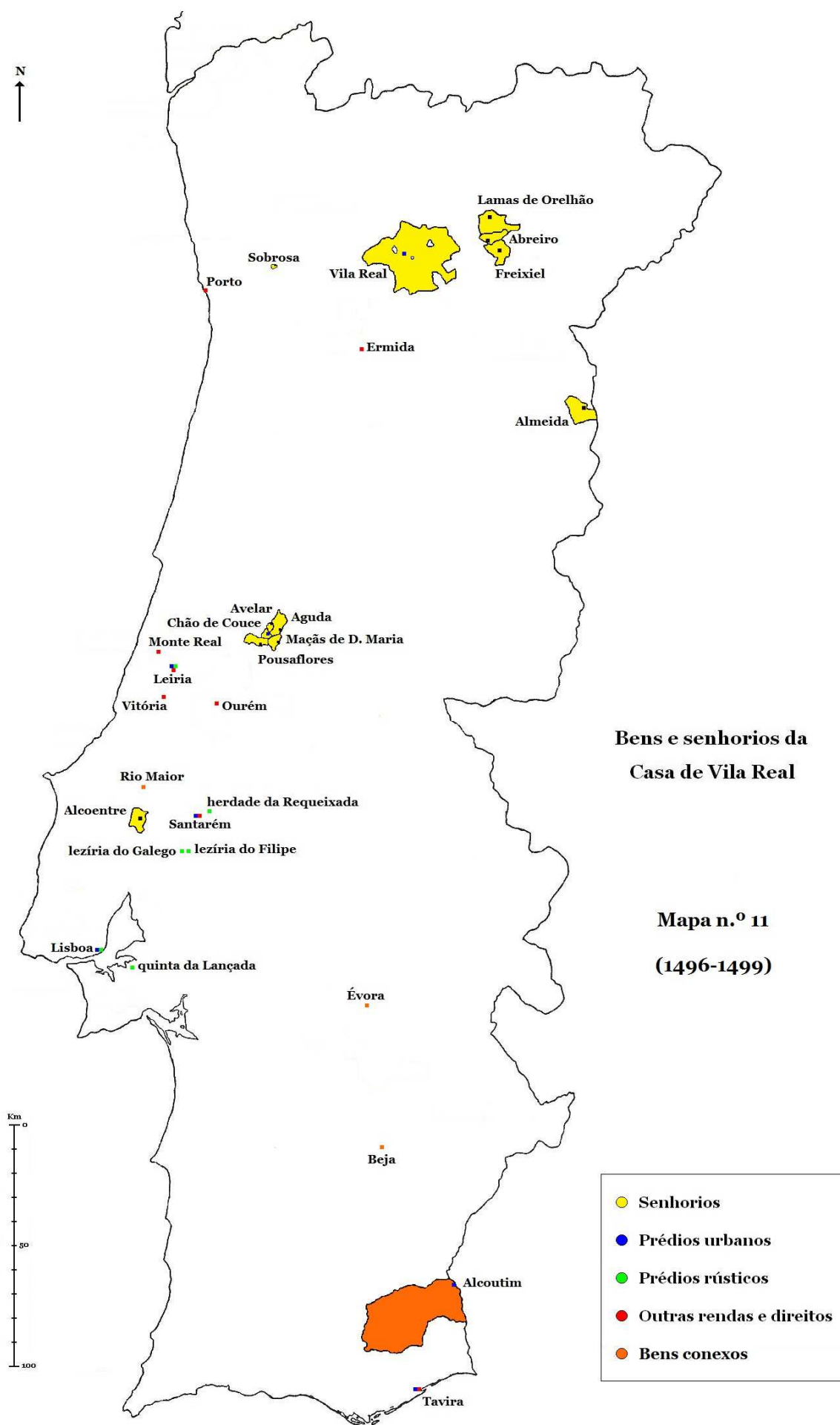


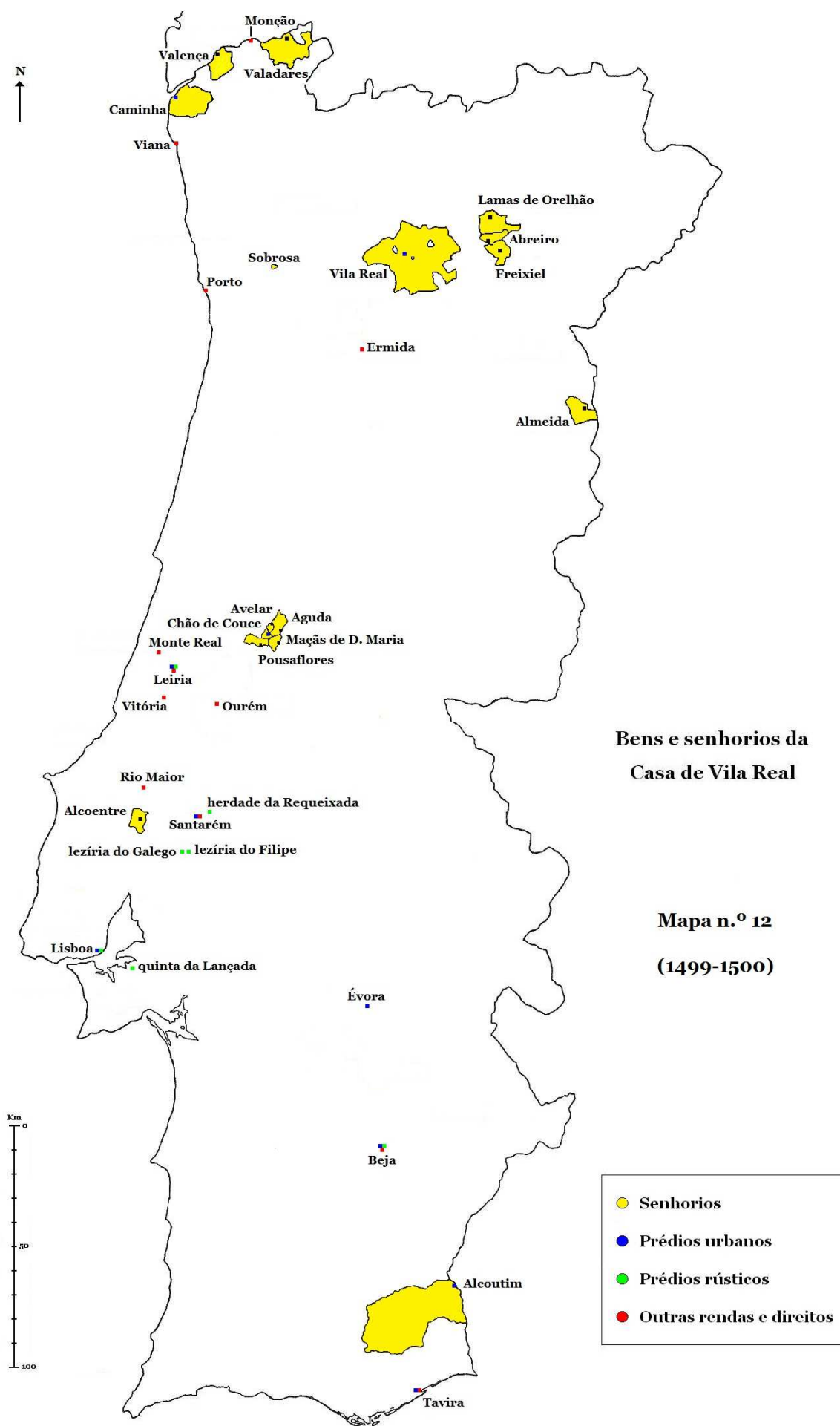


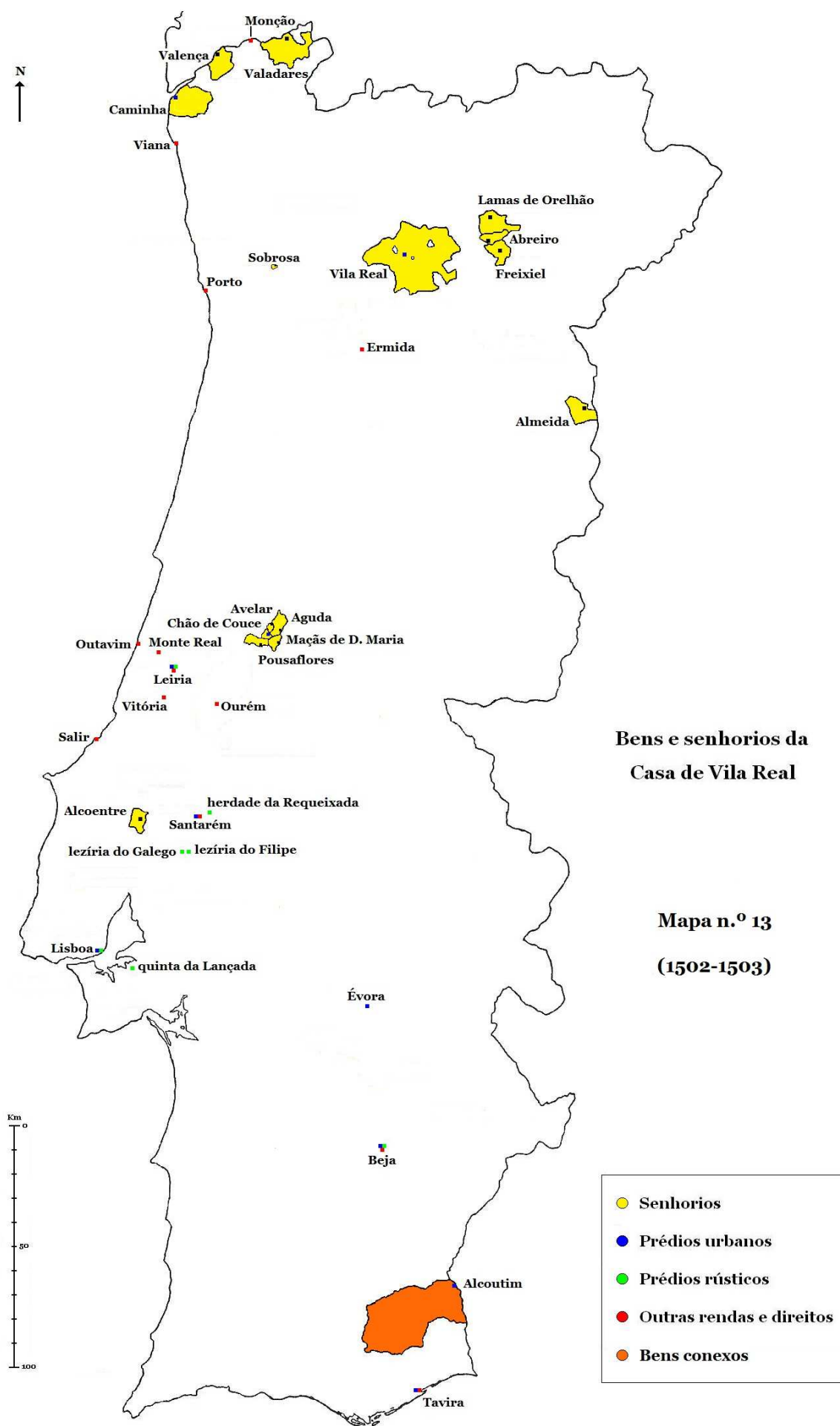


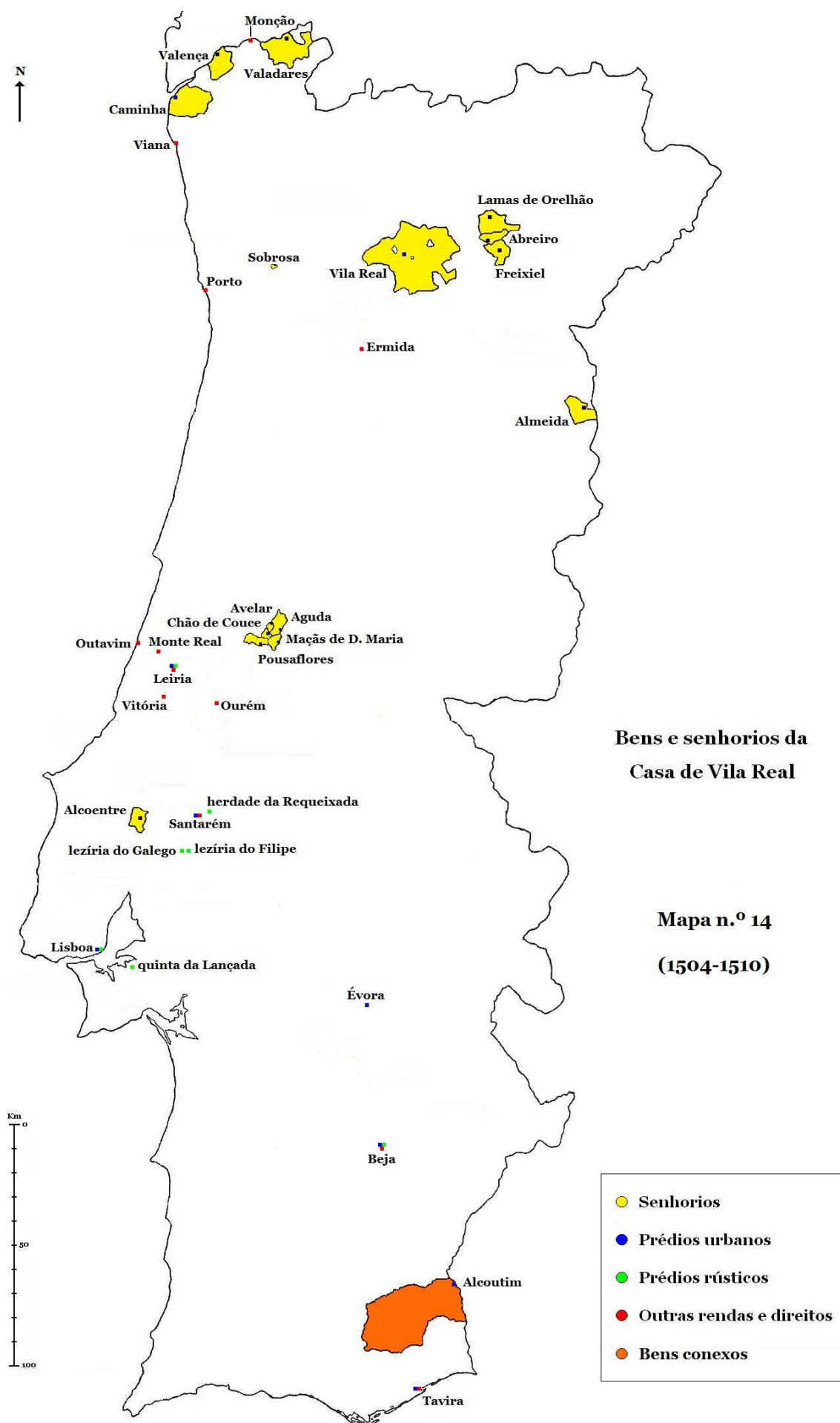


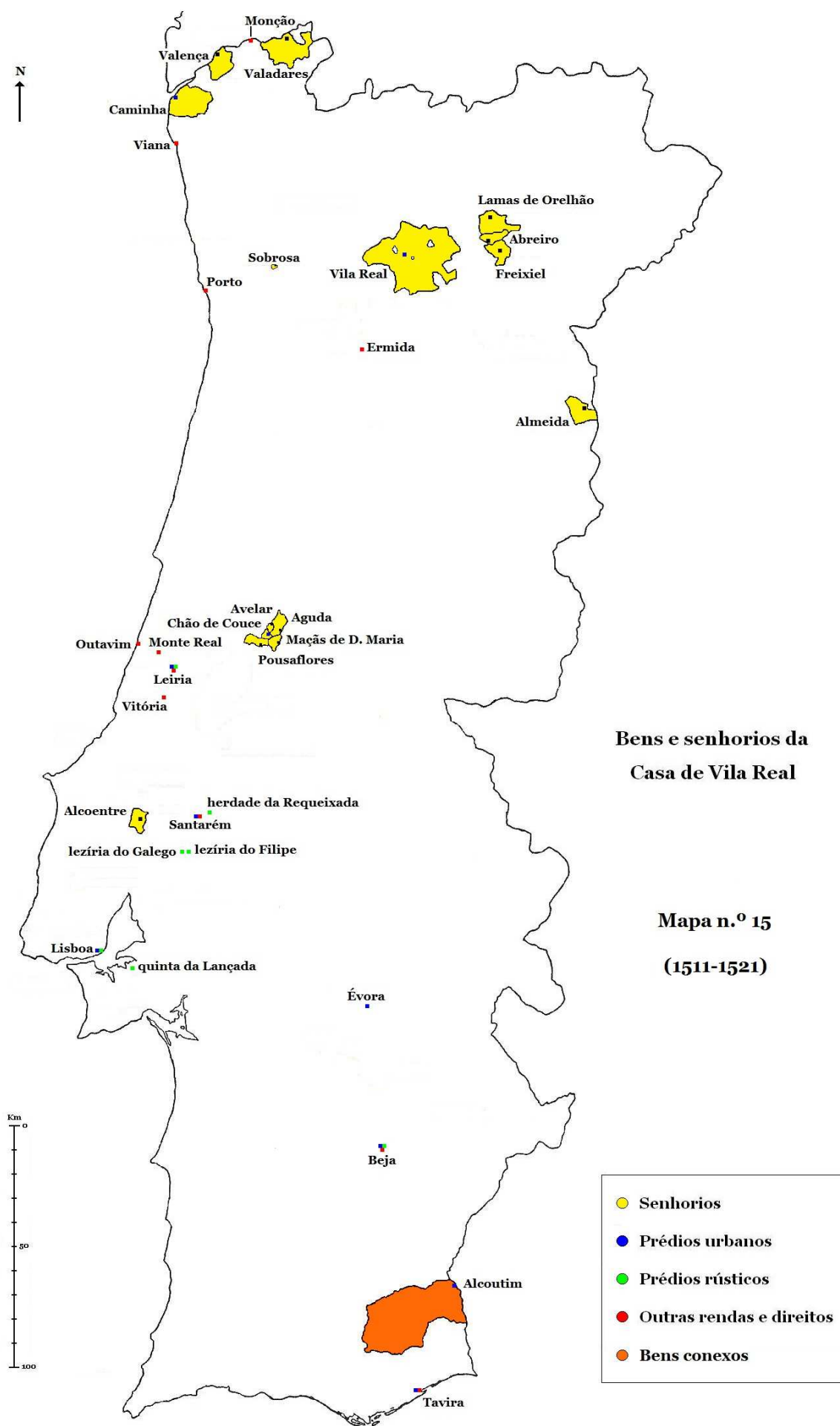


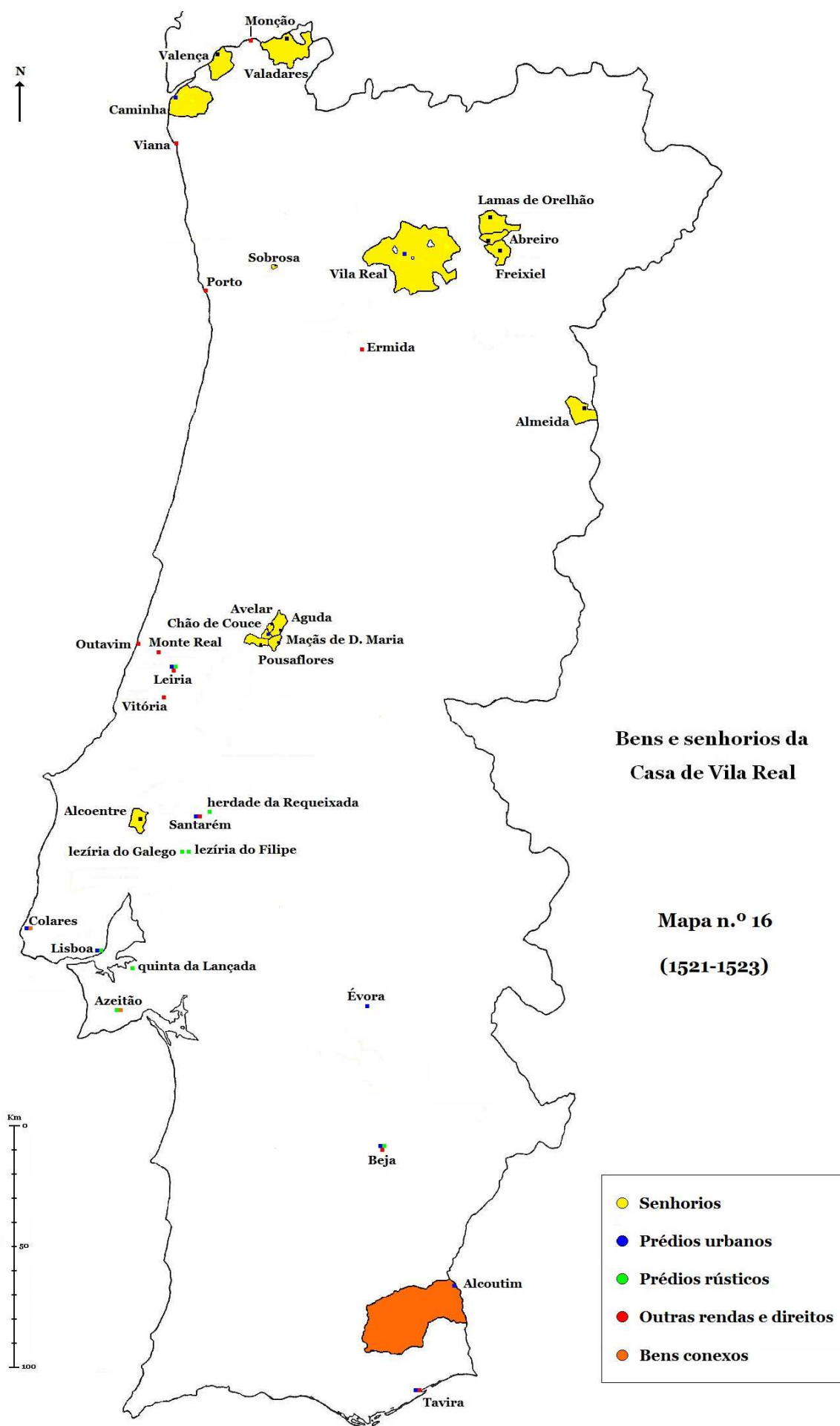


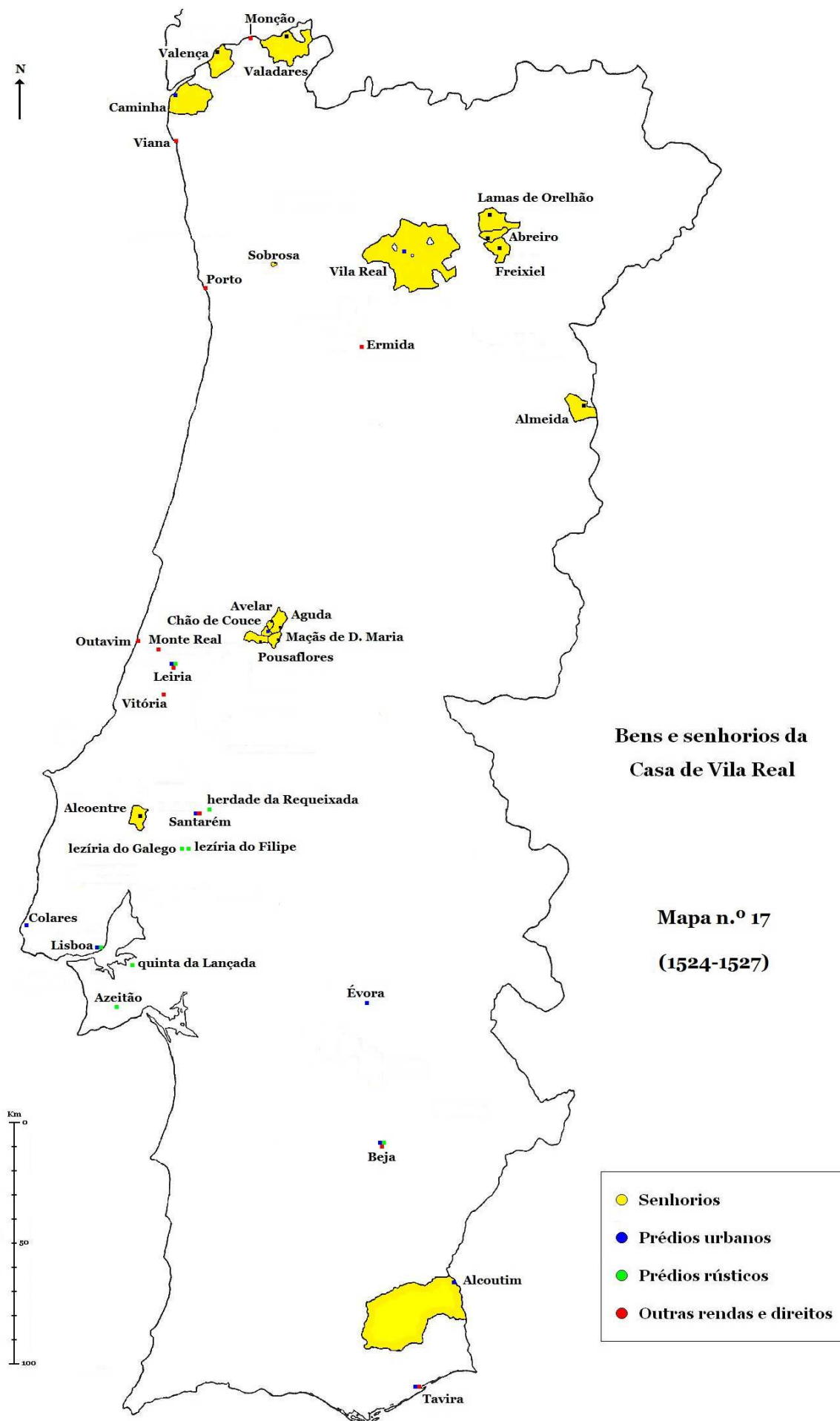


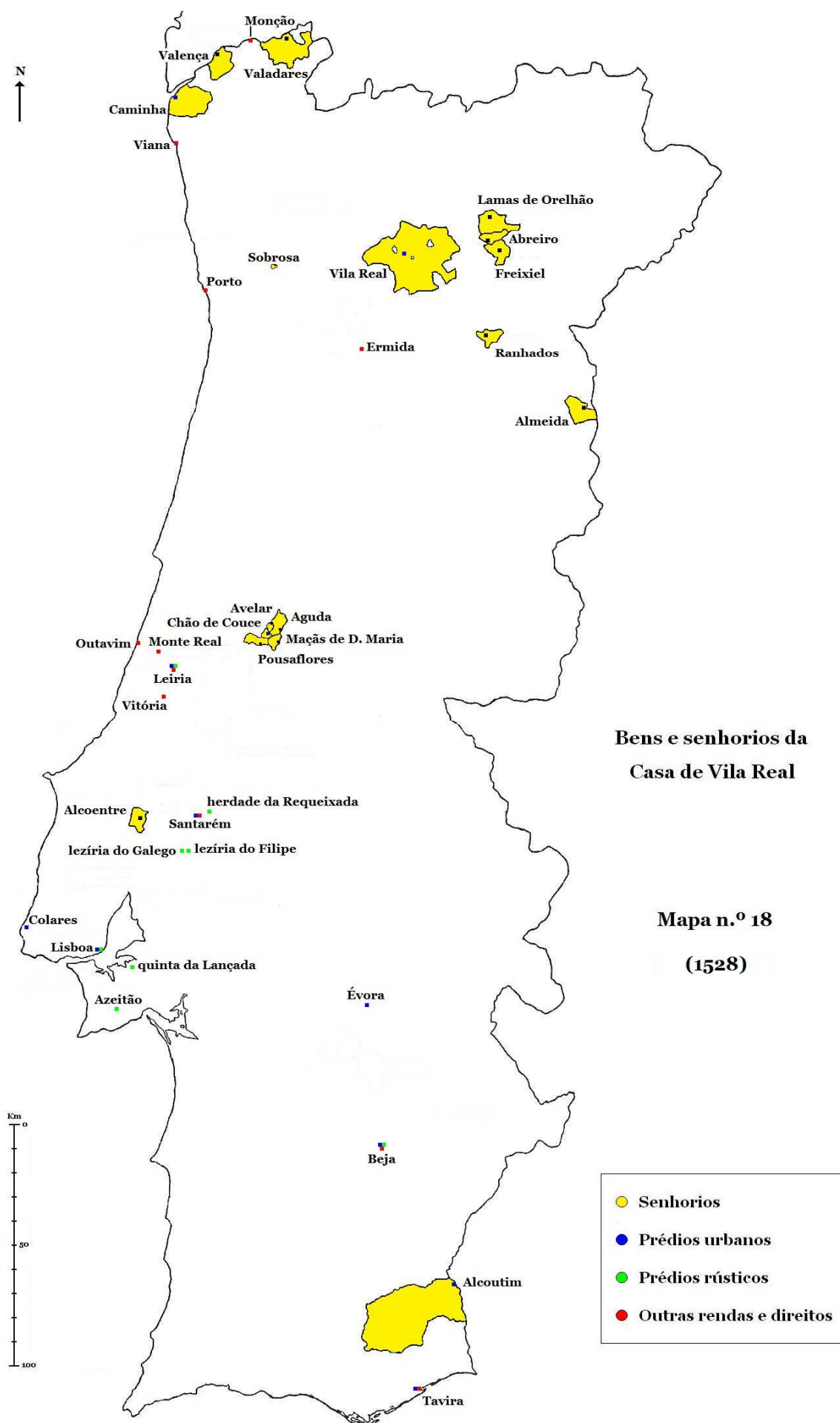


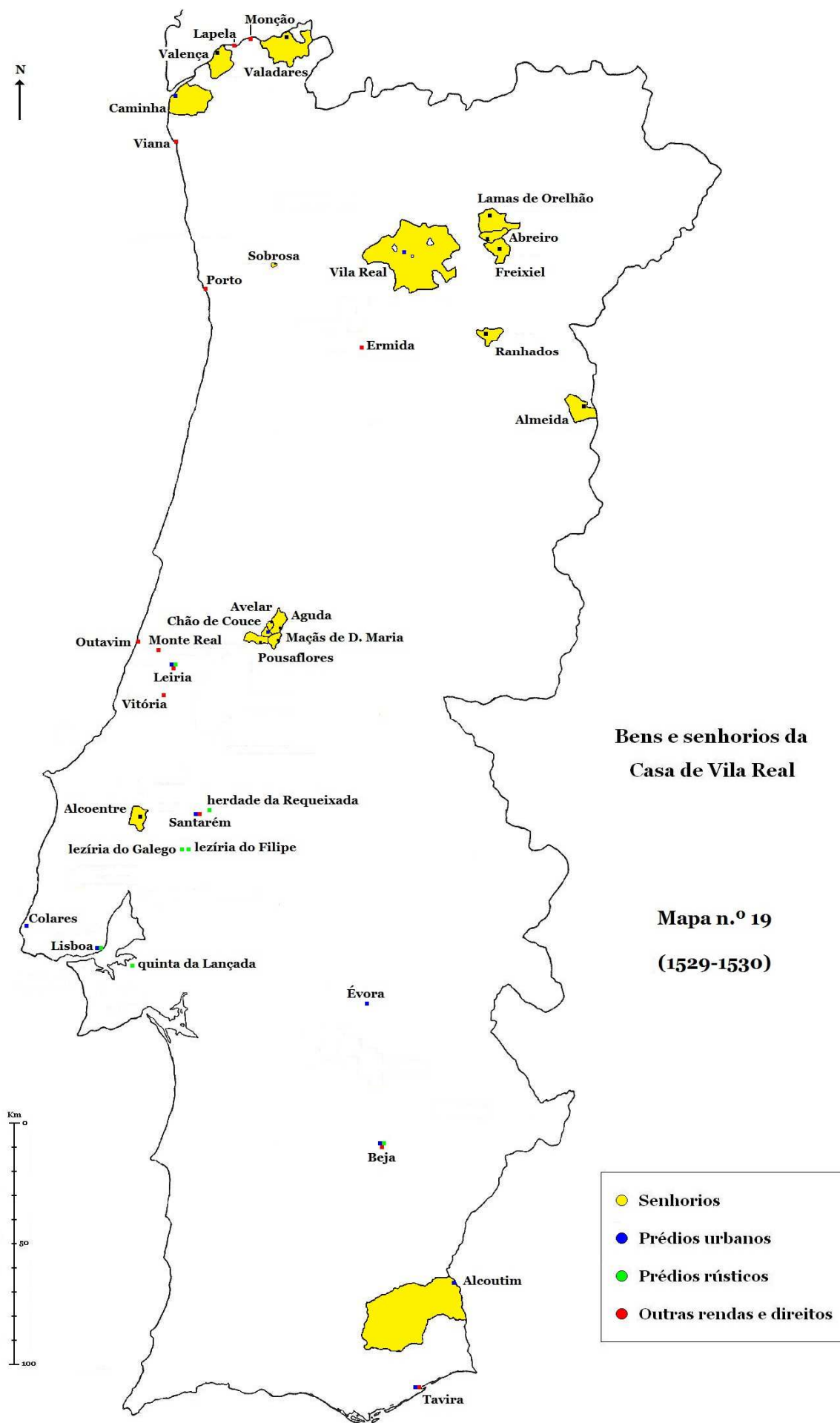


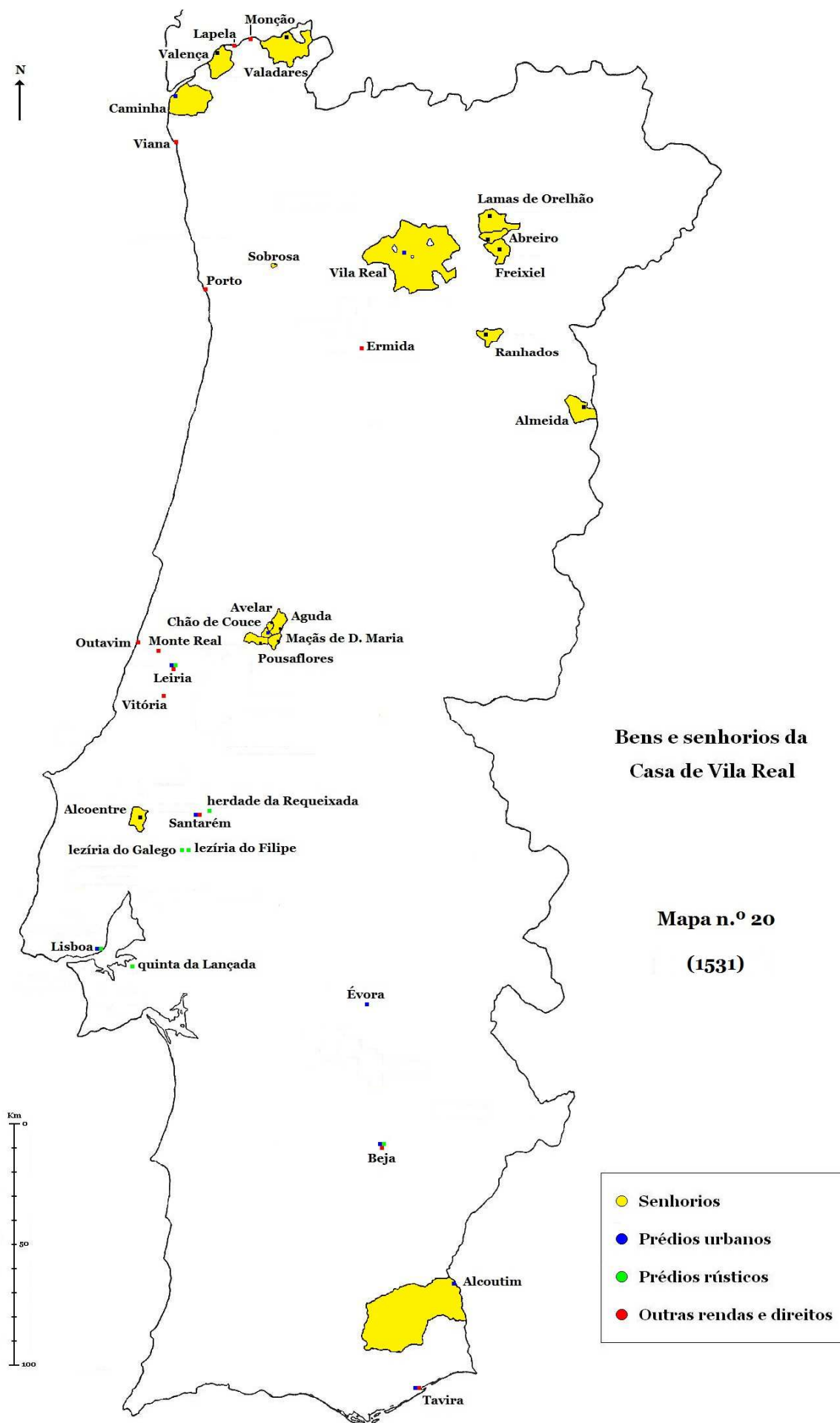


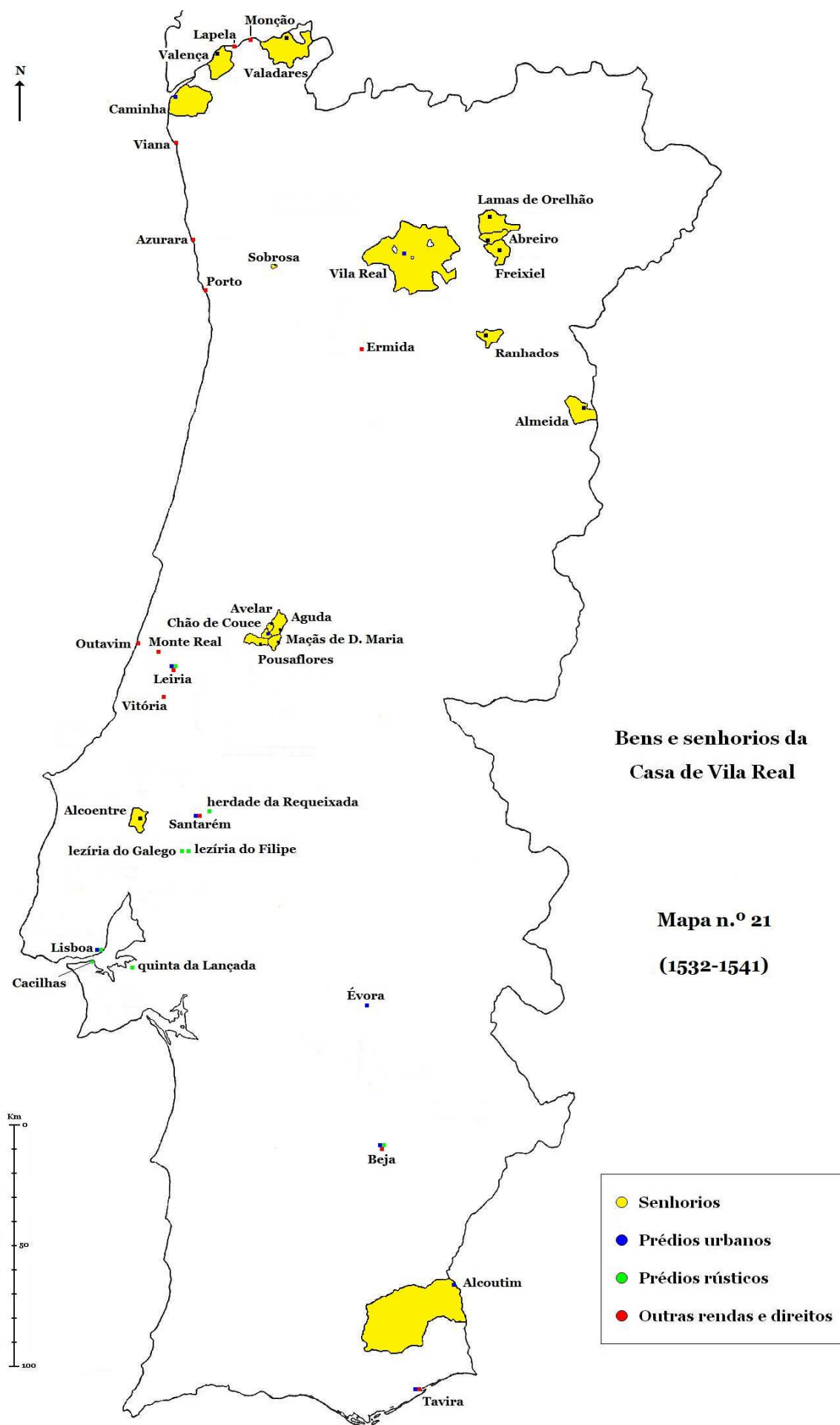


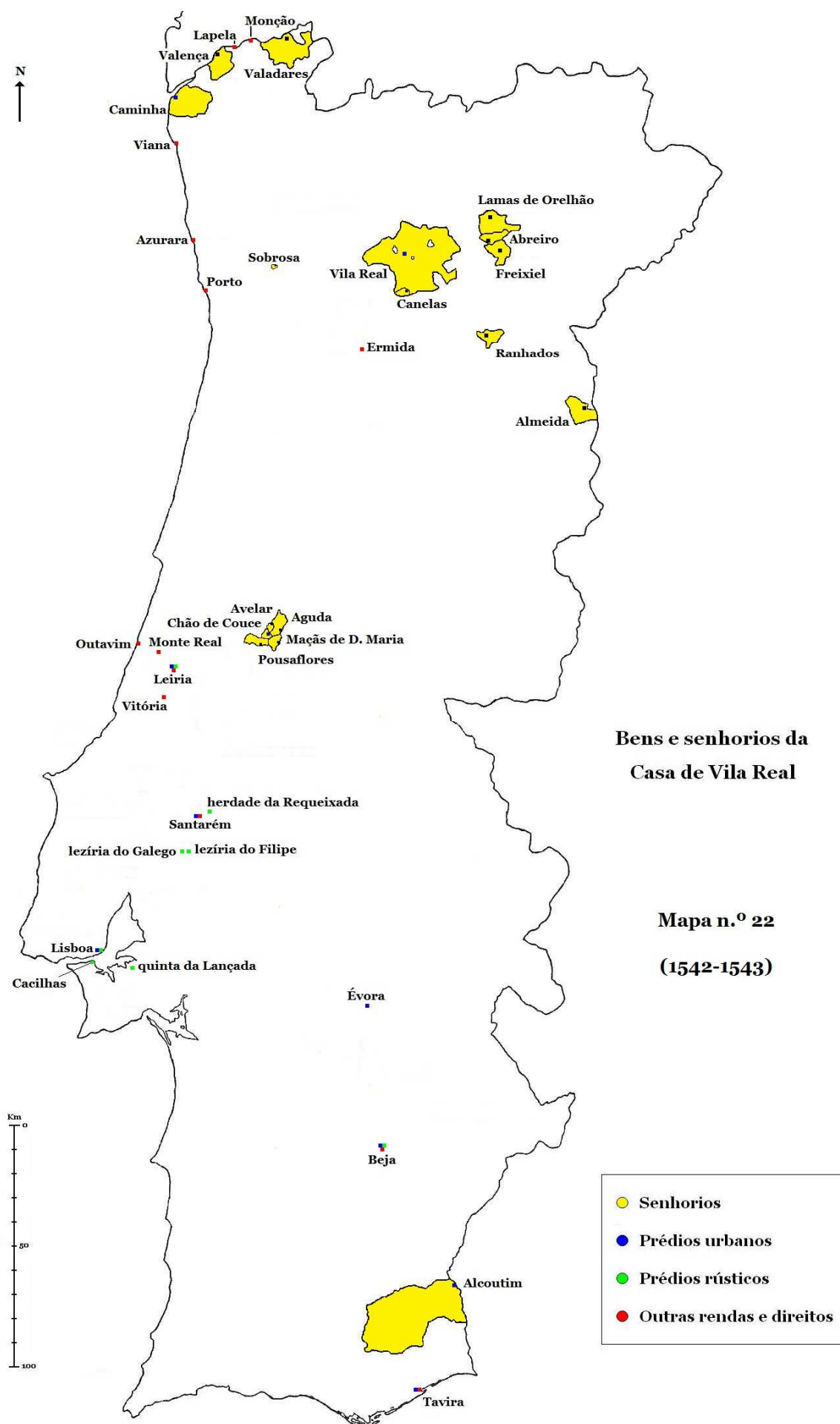












APÊNDICE C

**Senhorios, jurisdições e direitos
(sinopses)**

1. Senhorios da Casa de Vila Real, em 1543

ABREIRO

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 6, fl. 127 v.º

Data: Porto, 24 de Julho de 1476

Descrição:

- Doação de juro e herdade da sua vila e termo, com toda a jurisdição cível e crime, alta e baixa, mero e misto império e com todas as rendas, foros e tributos que pertencessem à Coroa, mais os padroados das igrejas e todas as entradas, saídas, ressios, terras, fontes, rios, montes rotos e por romper.

Excepções:

- Correição, alçada, apelações e sisas gerais de judeus e mouros.

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Livro dos Forais Novos de Trás-os-Montes*, fl. 23

Data: Lisboa, 2 de Agosto de 1514

- Foro anual de 970 reais, com pagamento repartido nos meses de Janeiro, de Maio e de Setembro, remunerado por todos os moradores do concelho.

AGUDA

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 11, fls. 77-77 v.º

Data: Santarém, 4 de Junho de 1451

Descrição:

- Doação de juro da sua terra, com todas as rendas, foros, tributos, colheitas e jantares, jurisdições altas e baixas, mero e misto império, assim como padroados de igrejas, bens, heranças, montados, matos, pascigos, rios, fontes, ressios, entradas, saídas, com todas as isenções, liberdades, privilégios e prerrogativas.

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Livro dos Forais Novos da Estremadura*, fls. 158 v.º-159

Data: Lisboa, 12 de Novembro de 1514

- Foro anual de $\frac{1}{8}$ de todo o pão, vinho, linho e tremço, remunerado por qualquer morador da terra.
- Foro anual de 2 alqueires de trigo da medida velha, dados nas eiras e 1 capão, dado no dia de São Miguel (29 de Setembro), tudo remunerado por qualquer morador da terra, que nela vivesse, pelo menos, durante um ano e um dia.
- Direito de meio tempo de relego, decorrido entre 25 de Março e 24 de Junho, período em que o primeiro vinho vendido seria o dos oitavos recebidos pelo senhorio.
- Foros das casas e de outras propriedades e terras que confrontavam com uns paços que eram pertencentes ao senhorio.
- Foros das moendas de água e dos moinhos, conforme as avenças existentes.
- Terrenos maninhos, dados na conformidade da *Lei das Sesmarias*, com o foro da terra, ou menos, caso houvesse acordo entre as partes.
- Gado do vento.
- Dízima da execução das sentenças condenatórias.
- Pena de arma, no valor de 200 reais, assim como as armas apreendidas.

Direitos abolidos: o oitavo dos legumes, a eirádiga e o terrádigo.

ALCOUTIM

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Místicos*, livro 1, fls. 286-287 v.º

Data: Muge, 15 de Novembro de 1496

Descrição:

- Doação de juro e herdade da sua vila e termo, com todas as rendas, direitos, tributos, foros, censos, dízimas do pescado, montados, pescarias de mar e de rios, montes rotos e por romper, fontes, ressios, pascigos, alcaidaria-mor e quaisquer outras rendas, entradas, saídas e propriedades que pertencessem à Coroa, mais toda a jurisdição cível e crime, alta e baixa, mero e misto império, com o poder de dar e confirmar os juízes dos direitos reais, os tabeliães e os oficiais do concelho, tendo ainda o conhecimento das apelações e dos agravos dados pelos juízes da vila, tudo feito pelo ouvidor do donatário.

Excepções:

- Correição, alçada, sisas gerais e alfândega.

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Livro dos Forais Novos de Entre Tejo e Odiana*, fls. 115-116

Data: Évora, 20 de Março de 1520

- Direitos dos fornos, arrecadando um pão em cada 20 e um bolo em cada 12.
- Direitos dos moinhos.
- Direitos dos montados, exceptuando-se os gados dos moradores dos lugares vizinhos e comarcões à terra, assim como da vila de Tavira e seu termo.
- Foros dos terrenos maninhos, dados na conformidade da *Lei das Sesmarias*.
- Gado do vento.
- Pena de arma, no valor de 200 reais, assim como as armas apreendidas.
- Passagem da barca para Castela, recebendo um valor entre $\frac{1}{2}$ real e 4 reais, consoante o passageiro (vizinho da vila ou forasteiro), as bestas de carga (carregadas ou alijadas) e as mercadorias (apenas aquelas que não fossem isentas do tributo no acto de transacção de compra e venda).
- Direitos do trigo carregado nas embarcações que ancorassem no porto fluvial da vila, arrecadando 2 reais por cada moio.

Direitos abolidos: a trintena do pão e de outras coisas embarcadas que passassem no rio Guadiana, diante da vila, tanto para montante como para jusante.

ALMEIDA

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Místicos*, livro 3, fls. 62-62 v.º

Data: Estremoz, 5 de Julho de 1458

Descrição:

- Doação de juro da sua vila e termo, com toda a jurisdição cível e crime, mero e misto império e com todas as rendas, direitos, foros, tributos, censos, emprazamentos, fontes, ressios, pascigos, montados, pescarias de rios, montes rotos e por romper, padroados de igrejas e quaisquer outras coisas que pertencessem à Coroa, mais a dada dos juízes, dos tabeliães e dos oficiais do concelho.

Excepções:

- Correição, alçada, sisas gerais dos panos e vinhos, sisas dos panos de Castela, serviço novo dos judeus ¹ e dízimas novas.

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Livro dos Forais Novos da Beira*, fls. 19 v.º-20 v.º

Data: Santarém, 1 de Junho de 1510

- Foro anual de 27 reais, remunerado por cada um dos moradores do concelho, no dia de São Martinho (11 de Novembro), excepto cavaleiros e escudeiros da vila, pessoas que tivessem cavalo de marca, os oficiais do concelho, o juiz dos órfãos, o alferes da vila e as pessoas que tivessem fazenda avaliada abaixo de 540 reais.
- Outro foro de 27 reais, remunerado por cada um dos moradores do concelho, no dito dia de São Martinho, mas somente de 7 em 7 anos e com as mesmas excepções acima referidas.
- $\frac{1}{3}$ do dízimo das igrejas da vila e seu termo, de cuja arrecadação se apartava $\frac{1}{3}$ para ser aplicado na fábrica das ditas igrejas.
- Passagem da barca na ribeira de Coa, recebida pelo alcaide-mor da vila e remunerada por todos quantos a ela recorressem, salvo os moradores da vila, arrecadando um valor entre $\frac{1}{2}$ real e 1 real, consoante o passageiro fosse sozinho ou levasse besta de carga ².
- Pensão de 2 tabeliães (280 reais, cada um).

¹ O serviço novo dos judeus foi concedido a D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, por carta de el-rei D. Manuel I, datada de 19 de Fevereiro de 1496 (*vide* Apêndice E, n.º 85).

² O alcaide-mor da vila de Almeida é o senhor da Casa de Vila Real.

AVELAR

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 11, fls. 77-77 v.º

Data: Santarém, 4 de Junho de 1451

Descrição:

- Doação de juro da sua terra, com todas as rendas, foros, tributos, colheitas e jantares, jurisdições altas e baixas, mero e misto império, assim como padroados de igrejas, bens, heranças, montados, matos, pascigos, rios, fontes, ressios, entradas, saídas, com todas as isenções, liberdades, privilégios e prerrogativas.

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Livro dos Forais Novos da Estremadura*, fls. 157 v.º-158

Data: Lisboa, 12 de Novembro de 1514

- Foro anual de $\frac{1}{8}$ de todo o pão, vinho, linho e legumes, excepto nas favas e ervilhas, remunerado por qualquer morador da terra.
- Foro anual de 2 alqueires de trigo da medida velha, dados nas eiras, mais 2 capões, tudo remunerado por qualquer morador da terra.
- Direito de meio tempo de relego, no qual o senhorio escolhia o primeiro ou o segundo período da venda do vinho que recebesse do foro dos oitavos.
- Terrenos maninhos, dados pelo almoxarife do senhorio, mediante a *Lei das Sesmarias*, com o foro da terra, ou menos, caso houvesse acordo entre as partes.
- Direitos das moendas de água, dos quais se arrecadava a renda de $\frac{1}{4}$ da sua produção, caso não houvesse avença ou contrato firmado com os oficiais dos direitos reais.
- Direito do montado, remunerado por todos quantos não tivessem avença ou contrato e por quem vivesse em lugar não vizinho [às Cinco Vilas ¹], recebendo 10 reais, por cada cabeça de gado maior e 1 real, por cada cabeça de gado menor.
- Direito do mordomado, remunerado pelo almoxarife do senhorio, conforme ordenação dada por este último.
- Gado do vento.
- Dízima da execução das sentenças condenatórias.
- Pena de arma, no valor de 200 reais, assim como as armas apreendidas.

Direitos abolidos: a eirádiga e o terrádigo.

¹ As Cinco Vilas eram o senhorio formado pelas terras de Aguda, Avelar, Chão de Couce, Mações de D. Maria e Pousaflores.

CAMINHA

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, livro 50, fls. 33-34

Data: Lisboa, 12 de Dezembro de 1499

Descrição:

- Doação de juro e herdade da sua vila e termo, com todas as rendas, direitos, tributos, foros, censos, dízima nova e dízima velha do pescado, montados, pescarias de mar e de rios, montes rotos e por romper, fontes, ressios, pascigos, águas e moendas, padroados de igrejas e mosteiros, alcaidaria-mor, pensões de tabeliães e quaisquer outras entradas, saídas, direitos, propriedades e rendas que pertencessem à Coroa, mais toda a jurisdição cível e crime, mero e misto império, o conhecimento das apelações e dos agravos dados pelos juízes da vila e o poder de dar e confirmar tabeliães, oficiais do concelho e oficiais dos direitos reais ¹.

Excepções:

- Correição, alçada, sisas gerais e dízimas da alfândega.

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Livro dos Forais Novos de Entre Douro e Minho*, fls. 99 v.º-101

Data: Lisboa, 1 de Junho de 1512

- Foro anual de 33 920 reais, com pagamento repartido nos meses de Janeiro, de Maio e de Setembro, remunerado por todos os moradores do concelho.
- Dízimas da entrada do mar e metade do direito do nabão, remuneradas por pescadores que não fossem vizinhos da terra.
- $\frac{1}{3}$ das rendas dos padroados das igrejas, somente, pois, os restantes $\frac{2}{3}$ eram repartidos pela fábrica das igrejas ($\frac{1}{3}$) e pelo concelho, para fins de construção e de reparação dos muros da vila ($\frac{1}{3}$).
- Dízima nova do pescado, remunerada por todos os pescadores (vizinhos e forasteiros), salvo se já tivesse sido paga noutro lugar do Reino.
- Dízima velha do pescado, remunerada pelos pescadores forasteiros que não tivessem privilégios.
- Dízima do marisco, apenas nas lagostas e santolas que viessem pela foz do rio Minho.
- Dízima da alfândega nas mercadorias que entrassem ou saíssem pela foz do rio Minho, remunerada por todas as pessoas forasteiras à vila, assim como por vizinhos da dita vila, mas somente nos produtos vindos de França e das terras de mouros.

¹ Contém ainda, na feição de juro e herdade, a licença para edificar castelo na vila e a doação das rendas que a Coroa dera a outras pessoas, por cuja morte, vagavam e passavam ao donatário vila-realense, a quem se descontaria o respectivo valor nos dinheiros das tenças que recebia da fazenda régia.

CANELAS

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, livro 38, fl. 171 v.º

Data: Lisboa, 18 de Novembro de 1542

Descrição:

- Doação de juro e herdade da sua vila e termo, com toda a jurisdição cível e crime, mero e misto império e dada de ofícios, tal como o donatário tinha na sua vila e marquesado de Vila Real, mais todas as rendas, foros, direitos e coisas que pertencessem à Coroa e bem assim o uso de todos os privilégios, liberdades e jurisdições que o mesmo donatário tinha e usufruía por doações e provisões régias outorgadas e confirmadas para a dita vila e marquesado de Vila Real.

Condições:

- Doação feita em escambo e renúncia dos privilégios que o donatário vila-realense fruía no seu bairro do Carmo, em Lisboa, relativamente ao couto e acolhimento de quaisquer malfetores, homiziados e devedores.
- Impossibilidade de retorno dos privilégios de couto, acima referidos, ou outra qualquer satisfação régia, caso o donatário vila-realense ou seus sucessores perdessem a demanda judicial que fosse movida pelo bispo de Lamego quanto à posse da vila de Canelas e sua jurisdição.
- Impedimento imposto ao dito donatário para dar e fazer a vila de Canelas como termo da vila e marquesado de Vila Real.

Direitos de foral

Esta vila de Canelas não tem foral ¹.

¹ Uma vez que a doação da vila de Canelas se observou com as mesmas jurisdições, liberdades e privilégios dados à vila e marquesado de Vila Real, supõe-se que as rendas, direitos e foros recebidos pelo donatário se regulassem, em todo ou em parte, pelo conteúdo do foral outorgado a Vila Real.

CHÃO DE COUCE

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 11, fls. 77-77 v.º

Data: Santarém, 4 de Junho de 1451

Descrição:

- Doação de juro da sua terra, com todas as rendas, foros, tributos, colheitas e jantares, jurisdições altas e baixas, mero e misto império, assim como padroados de igrejas, bens, heranças, montados, matos, pascigos, rios, fontes, ressios, entradas, saídas, com todas as isenções, liberdades, privilégios e prerrogativas.

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Livro dos Forais Novos da Estremadura*, fls. 156 v.º-157 v.º

Data: Lisboa, 12 de Novembro de 1514

- Foro anual de $\frac{1}{5}$ de todo o pão, linho e tremoço, remunerado por qualquer morador da terra.
- Foro anual de $\frac{1}{6}$ de todo o vinho, remunerado por qualquer morador da terra.
- Foro anual de 24 alqueires de trigo da medida velha e 12 capões, à razão de 2 alqueires de trigo e 1 capão, remunerado por 12 casais ou respectivos herdeiros, com os quais fora antigamente repartida a terra.
- Foro anual de 1 alqueire de trigo, mais uma galinha e 5 ovos, remunerado por qualquer lavrador que não fosse herdeiro dos 12 casais, acima mencionados, ou um foro anual de 1 capão e 10 ovos, se não fosse lavrador e tivesse casa na terra.
- Gado do vento.
- Dízima da execução das sentenças condenatórias.
- Pena de arma, no valor de 200 reais, assim como as armas apreendidas.

FREIXIEL

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 6, fl. 127 v.º

Data: Porto, 24 de Julho de 1476

Descrição:

- Doação de juro e herdade da sua vila e termo, com toda a jurisdição cível e crime, alta e baixa, mero e misto império e com todas as rendas, foros e tributos que pertencessem à Coroa, mais os padroados das igrejas e todas as entradas, saídas, ressios, terras, fontes, rios, montes rotos e por romper.

Excepções:

- Correição, alçada, apelações e sisas gerais de judeus e mouros.

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Livro dos Forais Novos de Trás-os-Montes*, fls. 47-47 v.º ¹

Data: Lisboa, 19 de Julho de 1515

- Foro anual de 5 alqueires de centeio e de 2 reais em dinheiro, remunerado por cada morador do concelho que tivesse património, salvo as pessoas viúvas, órfãs e solteiras.
- Pensão de 1 tabelião (sem valor declarado).

¹ Alguns direitos deste foral eram do comendador de São Miguel de Poiares da Régua, da Ordem do Hospital, a saber: o gado do vento; e 36 alqueires de centeio, em cada ano, pelos terrenos maninhos, os quais pertenciam ao concelho, que os repartia.

A pena de arma, no valor de 200 reais, assim como as armas apreendidas, eram do mordomo que arrecadava as rendas para o comendador de São Miguel de Poiares da Régua, da Ordem do Hospital, ou então do meirinho ou dos juízes ordinários da vila, qual deles fosse o primeiro a citar esta pena e a tomar as ditas armas.

LAMAS DE ORELHÃO

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 29, fls. 108 v.º-109

Data: Óbidos, 7 de Julho de 1472

Descrição:

- Doação de juro e herdade da sua vila e termo, por um prazo de três vidas, com toda a jurisdição cível e crime e com todas as rendas e direitos que pertencessem à Coroa.

Excepções:

- Correição e alçada.

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Livro dos Forais Novos de Trás-os-Montes*, fls. 49-50

Data: Lisboa, 15 de Julho de 1515

- Foro anual de 3 000 reais, remunerado pelo concelho, sem escusar qualquer pessoa e com base numa taxa lançada sobre todos os bens que houvesse no dito concelho, a qual taxa deveria ser reavaliada de 7 em 7 anos.
- Pena de arma, no valor de 200 reais, recebida pelo alcaide ou meirinho do senhorio, estando presente na terra e apenas se conseguisse antecipar-se neste efeito ao procurador do concelho, na tomada ou demanda das armas.

MAÇÃS DE D. MARIA

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 11, fls. 77-77 v.º

Data: Santarém, 4 de Junho de 1451

Descrição:

- Doação de juro da sua terra, com todas as rendas, foros, tributos, colheitas e jantares, jurisdições altas e baixas, mero e misto império, assim como padroados de igrejas, bens, heranças, montados, matos, pascigos, rios, fontes, ressios, entradas, saídas, com todas as isenções, liberdades, privilégios e prerrogativas.

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 144

Data: Lisboa, 22 de Novembro de 1514

- Foro anual de $\frac{1}{8}$ de todo o pão, vinho e linho, assim como o direito dos alhos e das cebolas, tudo remunerado por cada morador da terra.
- Foro anual de 2 alqueires de trigo da medida velha, dado nas eiras, mais 1 capão, tudo remunerado por cada morador da terra ¹.
- Direito dos moinhos, conforme as avenças existentes, arrecadando-se dos restantes que não tivessem uma renda de $\frac{1}{4}$ da sua produção.
- Foros dos casais antigos, das herdades e das vinhas que eram pertencentes ao senhorio.
- Direito do relego, decorrido entre os dias 25 de Março e 24 de Junho, período em que o primeiro vinho vendido seria o dos oitavos recebidos pelo senhorio.
- Terrenos maninhos, dados na conformidade da *Lei das Sesmarias*, com o foro da terra, ou menos, caso houvesse acordo entre as partes.
- Gado do vento.
- Dízima da execução das sentenças condenatórias.
- Pena de arma, no valor de 200 reais, assim como as armas apreendidas.

Direitos abolidos: o terrádigo.

¹ Os mosteiros de Grijó e de Arouca tinham direito a receber a renda de $\frac{1}{4}$ dos foros do pão e de outras novidades colhidas nesta terra, com encargo de mandar os seus mordomos ou rendeiros ao celeiro do senhorio para a arrecadarem, a qual renda repartiam posteriormente entre si, em duas metades iguais. Esta renda não se aplicava à aldeia de Nexebra, que pagava somente ao senhorio um foro de 12 alqueires de trigo e 6 capões.

POUSAFLORES

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 11, fls. 77-77 v.º

Data: Santarém, 4 de Junho de 1451

Descrição:

- Doação de juro da sua terra, com todas as rendas, foros, tributos, colheitas e jantares, jurisdições altas e baixas, mero e misto império, assim como padroados de igrejas, bens, heranças, montados, matos, pascigos, rios, fontes, ressios, entradas, saídas, com todas as isenções, liberdades, privilégios e prerrogativas.

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Livro dos Forais Novos da Estremadura*, fls. 158-158 v.º

Data: Lisboa, 12 de Novembro de 1514

- Eirádiga anual de 3 alqueires da medida corrente de qualquer pão e tremoço cultivado em monte, antes de ter sido dividido, com medida de 14 alqueires ou mais, anualmente remunerada por qualquer lavrador, apenas uma vez, da qual porção o senhorio pagava o dízimo a Deus, no valor indistinto de $\frac{2}{12}$.
- Foro anual de $\frac{1}{8}$ de todo o linho e vinho, remunerado por qualquer morador da terra.
- Foros e rendas dos casais e das herdades pertencentes ao senhorio.
- Foro de 12 alqueires de trigo do moinho dos herdeiros de João Sapateiro.
- Direito de montado, apenas aplicado aos porcos e somente no tempo da montanhaeira, remunerado por todos quantos vivessem em lugar não vizinho [às Cinco Vilas ¹] e/ou que tivessem licença ou avença para o efeito, recebendo-se ainda uma pena de 20 reais, por cabeça, de quem não tivesse a dita licença ou avença.
- Terrenos maninhos, dados pelo almoxarife do senhorio, mediante a *Lei das Sesmarias*, com o foro da terra, ou menos, caso houvesse acordo entre as partes.
- Gado do vento.
- Dízima da execução das sentenças condenatórias.
- Pena de arma, no valor de 200 reais, assim como as armas apreendidas.

Direitos abolidos: o terrádigo.

¹ As Cinco Vilas eram o senhorio formado pelas terras de Aguda, Avelar, Chão de Couce, Mações de D. Maria e Pousaflores.

RANHADOS

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, livro 14, fls. 95-95 v.º ¹

Data: Almeirim, 28 de Abril de 1528

Descrição:

- Doação de juro e herdade da sua vila e terra, com toda a jurisdição cível e crime e com todas as rendas e direitos que pertencessem à Coroa, mais o conhecimento dos agravos dados pelos juízes da dita terra, assim como a dada e a confirmação dos mesmos juízes, tudo feito pelo ouvidor do donatário vila-realense.

Excepções:

- Correição e alçada.

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Livro dos Forais Novos da Beira*, fls. 31 v.º-32

Data: Lisboa, 29 de Novembro de 1512

- Foro anual de 6 000 reais, com pagamento repartido no dia 1 dos meses de Janeiro, de Maio e de Setembro, remunerado por todos os moradores do concelho, com as seguintes condições: uma pena acrescida de 20 reais, por morador, por cada dia de atraso no dito pagamento; e o lançamento de uma finta sobre todos os bens do concelho e sem escusar qualquer morador, a fim de preencher o valor do dito foro, se este não atingisse a valia fixada para a sua arrecadação.

¹ Doação feita a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em confirmação e aprovação da compra desta vila, que aquele marquês contratou com Luís de Atouguia e D. Guiomar de Bettencourt, sua mulher, na vila de Almeirim, em 23 de Abril de 1528, pelo preço de 1 conto de reais.

SOBROSA

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 11, fls. 77-77 v.º

Data: Santarém, 4 de Junho de 1451

Descrição:

- Doação de juro da sua terra, com todas as rendas, foros, tributos, colheitas e jantares, jurisdições altas e baixas, mero e misto império, assim como padroados de igrejas, bens, heranças, montados, matos, pascigos, rios, fontes, ressios, entradas, saídas, com todas as isenções, liberdades, privilégios e prerrogativas.

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Livro dos Forais Novos de Entre Douro e Minho*, fls. 12 v.º-14 v.º

Data: Évora, 15 de Outubro de 1519

- Foros e prazos dos casais que existiam na terra, pertencentes ao senhorio, remunerados pelas pessoas que os tivessem, por títulos contratados com o dito senhorio.
- Pensão de 2 tabeliães (100 reais, cada um).
- Pensão do porteiro da terra (200 reais e uma galinha).
- Pena de arma, no valor de 200 reais, assim como as armas apreendidas, recebida pelo meirinho da terra.
- Penas das forças, quando fossem judicialmente julgadas.
- Foros sã-joaneiros de casais igrejários e de outras pessoas, anualmente remunerados em dinheiro e/ou em géneros, no dia 24 de Junho.

VALADARES

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, livro 50, fls. 33-34

Data: Lisboa, 12 de Dezembro de 1499

Descrição:

- Doação de juro e herdade da sua terra e termo, com todas as rendas, direitos, tributos, foros, censos, dízima nova e dízima velha do pescado, montados, pescarias de mar e de rios, montes rotos e por romper, fontes, ressios, pascigos, águas e moendas, padroados de igrejas e mosteiros, alcaidaria-mor, pensões de tabeliães e quaisquer outras entradas, saídas, direitos, propriedades e rendas que pertencessem à Coroa, mais toda a jurisdição cível e crime, mero e misto império, o conhecimento das apelações e dos agravos dados pelos juízes da vila e o poder de dar e confirmar tabeliães, oficiais do concelho e oficiais dos direitos reais ¹.

Excepções:

- Correição, alçada, sisas gerais e dízimas da alfândega.

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Livro dos Forais Novos de Entre Douro e Minho*, fls. 103 v.º-104

Data: Lisboa, 1 de Junho de 1512

- Foro anual de 10 800 reais, remunerado por todos os moradores do concelho ².
- Direitos do pescado capturado no rio Minho, salvo aquele que se apanhasse com linha, corda ou anzol, mas, neste último caso, excluindo-se sáveis e lampreias.
- Pensão dos tabeliães (sem declaração de quantos e do seu respectivo valor).

¹ Contém ainda, na feição de juro e herdade, a licença para edificar castelo na vila e a doação das rendas que a Coroa dera a outras pessoas, por cuja morte, vagavam e passavam ao donatário vila-realense, a quem se descontaria o respectivo valor nos dinheiros das tenças que recebia da fazenda régia.

² A Casa de Vila Real só alcançou o pleno usufruto dos direitos reais da terra de Valadares, após a sua respectiva doação régia, feita a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em confirmação e aprovação da compra dos referidos direitos, que o marquês contratou com Leonel de Abreu, na cidade de Lisboa, em 5 de Outubro de 1529, pelo preço de 11 400 reais (*vide* Apêndice E, n.º 346). Os direitos reais adquiridos eram o conjunto de reguengos, casais, herdades, foros, tributos, ltuosas e outros que a Coroa dera à terra de Valadares, em troca do pagamento do foro anual de 10 800 reais, que, ao tempo da outorga do novo foral estavam na posse de Pêro Gomes de Abreu, pai do dito Leonel de Abreu.

VALENÇA

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, livro 50, fls. 33-34

Data: Lisboa, 12 de Dezembro de 1499

Descrição:

- Doação de juro e herdade da sua vila e termo, com todas as rendas, direitos, tributos, foros, censos, dízima nova e dízima velha do pescado, montados, pescarias de mar e de rios, montes rotos e por romper, fontes, ressios, pascigos, águas e moendas, padroados de igrejas e mosteiros, alcaidaria-mor, pensões de tabeliães e quaisquer outras entradas, saídas, direitos, propriedades e rendas que pertencessem à Coroa, mais toda a jurisdição cível e crime, mero e misto império, o conhecimento das apelações e dos agravos dados pelos juízes da vila e o poder de dar e confirmar tabeliães, oficiais do concelho e oficiais dos direitos reais ¹.

Excepções:

- Correição, alçada, sisas gerais e dízimas da alfândega.

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Livro dos Forais Novos de Entre Douro e Minho*, fls. 101-102

Data: Lisboa, 1 de Junho de 1512

- Foro anual de 14 400 reais, com pagamento repartido em três ocasiões, sem declaração de quando, remunerado por todos os moradores do concelho.
- Pensão dos tabeliães (sem declaração de quantos e do seu respectivo valor).
- Direitos do pescado capturado no rio Minho que viesse parar na vila, designadamente, lampreias, sáveis e solhos.

¹ Contém ainda, na feição de juro e herdade, a licença para edificar castelo na vila e a doação das rendas que a Coroa dera a outras pessoas, por cuja morte, vagavam e passavam ao donatário vila-realense, a quem se descontaria o respectivo valor nos dinheiros das tenças que recebia da fazenda régia.

Em adição a esta doação régia, D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, obteve ainda a concessão da renda da dízima do ferro e do aço da vila de Valença, por carta testemunhável de el-rei D. Manuel I, datada de 23 de Dezembro de 1501 (*vide* Apêndice E, n.º 139).

VILA REAL

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Confirmações Gerais*, livro 5, fls. 94 v.º-95 v.º

Data: Santarém, 6 de Abril de 1451

Descrição:

- Doação de juro e herdade da sua vila e termo, com todas as rendas, direitos, padroados de igrejas e com toda a jurisdição cível e crime, mero e misto império e o conhecimento das apelações do cível e do crime dadas pelos juízes da dita vila, feito pelo ouvidor do donatário vila-realense.

Excepções:

- Correição, alçada e tabelionados.

Direitos de foral

Fonte: Maria José Mexia Bigotte CHORÃO, «Foral de Vila Real, 1515» *in* *Edição fac-simile do Foral de Vila Real de 22 de Junho de 1515*, Vila Real, Município de Vila Real / Arquivo Municipal de Vila Real, 2015.

Data: Lisboa, 22 de Junho de 1515

- Foro anual de 48 500 reais, com pagamento repartido no dia 15 dos meses de Janeiro, de Maio e de Setembro, remunerado por 500 moradores ou pelos respectivos herdeiros de 500 courelas antigamente repartidas, à razão de 97 reais, cada um, com arrecadação feita pelos oficiais deste direito.
- Gado do vento.
- Pensão de 8 tabeliães (1 200 reais, cada um).
- Pena de arma, no valor de 200 reais, recebida pelo alcaide-mor ou alcaide pequeno.
- Foros dos moinhos erigidos em redor da vila e seu arrabalde.
- Foros dos reguengos das aldeias e dos lugares do termo da vila.

2. Outras rendas e direitos da Casa de Vila Real

AZURARA
(rendas e direitos)

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Confirmações Gerais*, livro 6, fls. 147 v.º-150

Data: Lisboa, 15 de Junho de 1595

Descrição:

- Doação régia desta terra, na feição de juro, feita a D. Miguel de Meneses, 1.º duque de Caminha e 6.º marquês de Vila Real, com todas as rendas e pertenças, isto é, os direitos da portagem e do nabo, azenhas e foros de pão de terras e casais, foros em dinheiro de casas e o poder de nomear juiz, escrivão e porteiro dos ditos direitos, tal como tiveram o seu pai D. Manuel de Meneses, 1.º duque de Vila Real, o seu tio D. Miguel de Meneses, 4.º marquês de Vila Real e o seu avô D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real.

Excepções:

- Senhorio e tabelionados (pertencentes à Coroa) e jurisdição e correição (pertencentes à cidade do Porto).

Direitos da terra

Fonte: AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 192, fls. 194 v.º-195

Data: Azurara, 10 de Novembro de 1648

- Portagem dos vinhos que entrassem na terra por via terrestre, arrecadando-se no modo seguinte: 6 canadas de cada pipa vendida a retalho; 2 canadas de cada carga conduzida em cavalgadura maior; e 1,5 canadas de cada carga conduzida em cavalgadura menor.
- Portagem de quaisquer géneros e artigos que os forasteiros comprassem ou vendessem na terra, arrecadando-se 1 real de cada 100 reais da compra/venda.
- Direito do nabo, remunerado pelos pescadores da terra, nos 3 melhores peixes trazidos nas suas barcas, dos quais o segundo era entregue ao donatário.
- Direito do nabo, remunerado pelos pescadores forasteiros que viessem à terra vender o seu peixe, dando ao donatário o mesmo que era dado pelos pescadores locais.
- Tributo de 20 reais, por cada navio que os homens de Vila do Conde construíssem na terra.
- Provimto de juiz, escrivão, porteiro e demais oficiais dos direitos reais.

CEUTA
(governo da capitania, rendas, direitos e privilégios)

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, fl. 9 v.º

Data: Santarém, 12 de Abril de 1462

Descrição:

- Doação da sua ‘governança’, com todos os poderes, prós e liberdades, como tiveram o Infante D. Henrique e o Infante D. Fernando, incluindo as prerrogativas de nomear e dar todos os ofícios relativos à Fazenda, arrendar e jurisdicionar todas as lezírias, jugadas e reguengos situados junto a Ceuta e ainda arrecadar e despendar os dinheiros ganhos nos tratos comerciais, indispensáveis para o governo e manutenção da sua praça.

Outros direitos e privilégios

- Em 24 de Agosto de 1463, mercê feita a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, no sentido de transmitir num seu sucessor, filho ou irmão, qual ele quisesse, a capitania e governo da cidade de Ceuta, em caso de falecimento ou demissão do ofício ¹.
- Em 16 de Janeiro de 1467, doação vitalícia da capitania e governo da cidade de Ceuta, feita a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, com todos os poderes, rendas, prós e interesses, mais a renovação da prerrogativa de legar tudo num seu sucessor ².
- Em 8 de Maio de 1474, mercê feita a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, no sentido de apresentar todos os ofícios relativos ao governo da capitania de Ceuta, com a condição de tais ofícios e servidores nomeados serem sujeitos à confirmação régia ³.
- Em 9 de Maio de 1474, alvará régio enviado ao contador e ao recebedor das coisas do ‘Reino de Além-mar’ na cidade do Porto e nas comarcas de Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes, ordenando a execução dos mandados de cobrança e de despesa dos “10 reais de Ceuta” que fossem passados por D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, a quem pertencia o rendimento e a arrecadação dos dinheiros daquele tributo, assim como o poder de nomeação de oficiais para tal efeito ⁴.

¹ Vide Apêndice E, n.º 28.

² Vide Apêndice E, n.º 38.

³ Vide Apêndice E, n.º 46.

⁴ Vide Apêndice E, n.º 47.

LEIRIA

(bens, rendas e direitos)

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fl. 132

Data: Lisboa, 22 de Agosto de 1463

Descrição:

- Doação de juro de diversos direitos, foros, tributos, rendas e propriedades que a Coroa tivesse na vila de Leiria e seu termo, a saber: as pensões dos tabeliães; o mordomado; o salário; o sal; as casas novamente feitas; as azenhas de pão e os engenhos novos de pão e de azeite; as adegas e os celeiros; as vinhas antigas e novamente feitas; o relego; o pez; os bens que foram de Beatriz Dias; a lezíria que foi do almoxarife Martim Vaz; todas as coimas que iam de Carvide até ao mar; as possessões de Olhalva; as rendas dos vinhos do reguengo de Magueija; as jugadas, oitavos e quartos de pão, vinho, linhos e legumes; todos os reguengos com as suas terras e rendas; e o campo do Ulmar com as suas casas e coimas, mais todas as terras e pauis já abertos e aproveitados, assim como por abrir e aproveitar ¹.

¹ Conforme o teor de uma carta régia datada de 18 de Março de 1475 (*vide* Apêndice E, n.º 49), esta doação foi renovada pelo prazo de duas vidas num contrato feito em 1466, entre el-rei D. Afonso V e D. Pedro de Meneses, mas que não fora reduzido à fé pública, no qual o monarca vendeu ao 3.º conde de Vila Real todos os bens, direitos e rendas acima mencionados, salvo a alcaidaria-mor e a judiaria (ambas doadas ao conde noutra carta), assim como os paços régios de São Pedro e as sisas gerais dos panos e dos vinhos, pelo preço de 19 000 coroas e a renúncia de certos direitos e rendas que o conde tinha na vila de Guimarães, sob as condições seguintes: a obrigação de tudo ficar na posse do conde e de um seu filho que herdasse o morgado da sua casa; a obrigação de entregar uma renda anual de 85 moios de trigo e de 9 moios de cevada para pagamento das tenças, despesas e ofertas que a Coroa fazia ao mosteiro de Santa Maria da Vitória; e a possibilidade de a Coroa readquirir todos os bens vendidos, se assim o entendesse, após a morte do sucessor do dito conde, pelo preço de venda referido.

Este amontoado de rendas e direitos que a Casa de Vila Real detinha em Leiria e seu termo foi aumentado com as doações da dízima do pescado de Outavim e das rendas das saboarias de Leiria e de Vitória, por cartas dos reis D. Manuel I e D. João III, respectivamente datadas de 31 de Outubro de 1502 e de 25 de Fevereiro de 1540 (*vide* Apêndice E, n.º 150 e n.º 412).

LEIRIA
(bens, rendas e direitos)
[continuação]

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Livro dos Forais Novos da Estremadura*, fls. 30 v.º-38

Data: Santarém, 1 de Maio de 1510

- Jugadas do pão, num volume anual de 200 moios (100 moios de trigo e 100 moios de milho) entregues pelos procuradores dos jugadeiros e dos lavradores da vila de Leiria e seu termo aos oficiais do(s) celeiro(s), três vezes por semana, entre os dias 15 de Agosto e 25 de Dezembro.
- Foro anual de $\frac{1}{8}$ de todo o vinho e linho, lavrados e colhidos em Leiria e seu termo.
- Direitos e foros das moendas.
- Foros do reguengo de Magueija: em geral, $\frac{1}{5}$ de todo o vinho e $\frac{1}{4}$ de todo o pão, linho e legumes, a que se acresciam outros foros e tributos particulares.
- Foros do reguengo de Cabeça de Rei e doutras terras e vinhas demarcadas que ficavam abaixo dele e além do rio Lis: $\frac{1}{4}$ de tudo o que Deus desse.
- Foros do reguengo de Porto Moniz: $\frac{1}{5}$ de tudo o que Deus desse.
- Foros do reguengo do Campo do Ulmar, com seus paus e adémias: $\frac{1}{4}$ ou $\frac{1}{3}$ de tudo o que Deus desse, consoante as demarcações declaradas no foral.
- Foro de $\frac{1}{4}$ de todo o sal fabricado por particulares.
- Coimas pagas pelos danos feitos nos reguengos principais: Magueija, Cabeça de Rei e Campo do Ulmar.
- Dízima da execução das sentenças condenatórias (direito de mordomado).
- Pena de sangue, no valor de 108 reais (direito de mordomado).
- Pena de arma, conforme estipulado pela Ordenação, assim como as armas apreendidas, tudo arrecadado pelo alcaide.
- Direito do salaio, arrecadando um pão cozido em cada 30 que fossem vendidos na vila.

MONÇÃO (direitos reais)

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, livro 50, fls. 33-34

Data: Lisboa, 12 de Dezembro de 1499

Descrição:

- Doação de juro e herdade de todas as suas rendas, direitos, dízimas do pescado (nova e velha), portagem, foros, tributos, censos, pensões de tabeliães, propriedades e coisas que pertencessem à Coroa, mais o poder de dar os oficiais dos direitos reais ¹.

Excepções:

- Sisas gerais e dízimas da alfândega.

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Livro dos Forais Novos de Entre Douro e Minho*, fls. 102-103 v.º

Data: Lisboa, 1 de Junho de 1512

- Foro anual de 36 000 reais, com pagamento repartido em três ocasiões, sem declaração de quando, remunerado por todos os moradores do concelho ².
- Dízima do pescado.
- Pensão de 6 tabeliães (116 reais, cada um).

¹ Contém ainda, na feição de juro e herdade, a licença para edificar castelo na vila e a doação das rendas que a Coroa dera a outras pessoas, por cuja morte, vagavam e passavam ao donatário vila-realense, a quem se descontaria o respectivo valor nos dinheiros das tenças que recebia da fazenda régia.

² Este foro entrou na posse de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, por cartas de el-rei D. Manuel I, datadas de 2 de Novembro de 1501 e 12 de Janeiro de 1520 (*vide* Apêndice E, n.º 132 e n.º 224), na situação de doação de renda vagante, com o valor de 18 000 reais, cada uma, por morte das pessoas a quem estavam consignadas as respectivas arrecadações.

PORTO
(renda da dízima da marçaria da alfândega)

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Místicos*, livro 3, fl. 276

Data: Lisboa, 4 de Agosto de 1467

Descrição:

• Doação da dízima da renda das coisas que aportavam na alfândega da cidade do Porto, em confirmação da informação de um alvará de D. Constança de Noronha, duquesa de Bragança, dado na vila de Guimarães, em 14 de Maio de 1466, no qual requereu a el-rei D. Afonso V que lhe autorizasse o trespasse da dita dízima no seu sobrinho D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real ¹.

Objectos da renda da dízima da marçaria

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 13, fl. 21 v.º

Data: Sintra, 24 de Agosto de 1456

- | | |
|-----------------------------|--------------------------------------|
| • aljôfar | • enxaravias de seda e de linho |
| • cendais | • cabeleiras |
| • ouro e prata fiados | • chapeletas |
| • anéis | • tecidos |
| • arcas | • chapins |
| • esquininos | • manilhas de ouro, prata e azeviche |
| • espelhos | • cordões |
| • pentes | • forcaduras |
| • folhas de ouro e de prata | • almeizaras |
| • alfreses | • trespansos de ouro e de seda |
| • trenas | • candeias de Aragão para rezar |
| • seda | • açafates |
| • retrós | • rocas |
| • aguilhós | • bricas grandes e pequenas |
| • contas | • sedeiros de seda e de linho |
| • alambres | • cardas para cardar algodão |
| • botões de azeviche | • limas |
| • tamiçarras | • bonecas |
| • veios | • pandeiros |

¹ Esta dízima foi concedida à duquesa D. Constança de Noronha, por mercê de el-rei D. Afonso V, numa carta datada de 16 de Fevereiro de 1457 (AN/TT, *Místicos*, livro 4, fls. 21 v.º-22). O monarca já tinha feito mercê da mesma dízima à sua prima D. Filipa, filha do Infante D. Pedro, numa carta datada de 24 de Agosto de 1456 (idem, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 13, fl. 21 v.º). Ignora-se o motivo que levou D. Afonso V, em poucos meses, a alterar o titular desta mercê, mas é na carta concedida a D. Filipa que achamos a discriminação dos objectos que contribuíam para a renda da dita dízima.

SANTARÉM
(rendas e direitos da portagem)

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fl. 133

Data: Lisboa, 26 de Agosto de 1463

Descrição:

- Doação das rendas da portagem, mais a prerrogativa de nomear oficiais para arrendar e receber as receitas dos seus ramos e pertenças ¹.

Direitos da portagem

Fonte: Maria Helena da Cruz COELHO, *Foral de D. Manuel I a Santarém*, [Santarém,] Câmara Municipal de Santarém, 2007, pp. 89-298 (*fac-simile* e transcrição).

Data: Almeirim, 1 de Fevereiro de 1506

- Sobre os direitos da portagem, vejam-se as pp. 251-287 da fonte mencionada ².

¹ Doação feita a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, em satisfação e remuneração de parte do assentamento do seu título nobiliárquico e sem descontos no valor das tenças ordinárias que já recebia nesta portagem. As rendas e os direitos da portagem de Santarém foram renovados e confirmados ao mesmo donatário e seus sucessores, por cartas dos reis D. Manuel I e D. João III, datadas de 5 de Abril de 1498, de 13 de Março de 1500 e de 28 de Abril de 1529 (*vide* Apêndice E, n.º 107, n.º 124 e n.º 342), pelas quais ficaram autorizados a prover os seguintes ofícios, a saber: almoxarife, recebedores, escrivães, requeredores e juiz e ouvidor dos feitos relativos aos direitos e rendas desta portagem.

² Uma sentença régia dada em 30 de Janeiro de 1504 (AN/TT, *Gavetas (As) da Torre do Tombo*, Gaveta 3, maço 3, n.º 13, publicada por Maria Helena da Cruz COELHO, *op. cit.*, pp. 81-86) determinou a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, uma série de condições e limitações relativamente à cobrança dos direitos e rendas da portagem (sentença resumida, *infra*, no Apêndice E, n.º 161).

TAVIRA
(direitos reais e direitos da portagem)

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 7, fl. 39 v.º
Data: Óbidos, 16 de Agosto de 1476

Descrição:

- Doação de juro das rendas e direitos da portagem e dos direitos reais, próprios, foros e tributos que a Coroa arrecadava na vila de Tavira ¹.

Excepções:

- Dízima nova do pescado, sisas e alfândega ².

Direitos de foral ³

Fonte: AN/TT, *Gavetas (As) da Torre do Tombo*, Gaveta 23, maço 2, n.º 22
Data: Lisboa, 1 de Junho de 1504

- Direitos da portagem.
- Direitos dos fornos da vila, feitos ou novamente feitos, arrecadando 1 de cada 20 pães alvos e 1 de cada 30 pães ralos.
- Direito do relego, decorrido entre os dias 1 de Janeiro e 31 de Março.
- Dízima da execução das sentenças condenatórias, salvo nos casos em que já foi paga na corte.
- Pena de arma, nos valores conformes aos malefícios cometidos, assim como as armas apreendidas.
- Gado do vento.
- Direito de açougagem.
- Direito do salaio, arrecadando 1 de cada 30 pães cozidos.
- Foros das marinhas e direitos da venda de sal.
- Foros dos moinhos e moendas de água salgada e bem assim de água doce, situados nos reguengos da vila.
- Direito da baciada, arrecadando uma quantidade de 500 sardinhas de cada embarcação que aportar na vila.
- Baleias e outros “peixes reais” que dessem à costa ou fossem capturados e mortos.

¹ Esta doação foi renovada, na mesma feição de juro, aos marqueses D. Fernando de Meneses e D. Pedro de Meneses, por cartas de D. Manuel I e de D. João III, datadas de 8 de Dezembro de 1496 e de 5 de Novembro de 1524 (*vide* Apêndice E, n.º 92 e n.º 264).

² A dízima nova do pescado foi concedida, excepto nas armações dos atuns, mas com o poder de nomeação dos oficiais dos respectivos direitos, na feição de juro e herdade, a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, por carta de el-rei D. Manuel I, datada de 12 de Dezembro de 1499 (*vide* Apêndice E, n.º 119).

³ Conferir com as indicações dadas no AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, cap. 21, n.ºs 12-23, pp. 144-146.

VIANA DA FOZ DO LIMA (direitos reais)

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações...*, livro 50, fls. 33-34

Data: Lisboa, 12 de Dezembro de 1499

Descrição:

- Doação de juro e herdade de todas as suas rendas, direitos, dízimas do pescado (nova e velha), portagem, foros, tributos, censos, pensões de tabeliães, propriedades e coisas que pertencessem à Coroa, mais o poder de dar os oficiais dos direitos reais ¹.

Excepções:

- Sisas gerais e dízimas da alfândega ².

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Livro dos Forais Novos de Entre Douro e Minho*, fls. 97 v.º-99 v.º

Data: Lisboa, 1 de Junho de 1512

- Dízima nova do pescado, remunerada por todos os pescadores, tanto os locais como os forasteiros, salvo se já a tivessem pago noutro lugar que não se situasse entre os portos da vila de Caminha e da vila de Viana.
- Direito do nabo, remunerado pelos pescadores forasteiros, dando o melhor dos peixes que trouxessem nas suas barcas.

¹ Contém ainda, na feição de juro e herdade, a licença para edificar castelo na vila e a doação das rendas que a Coroa dera a outras pessoas, por cuja morte, vagavam e passavam ao donatário vila-realense, a quem se descontaria o respectivo valor nos dinheiros das tenças que recebia da fazenda régia. A licença de edificação de castelo foi concedida a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, por carta de el-rei D. Manuel I, datada de 28 de Janeiro de 1500 (*vide* Apêndice E, n.º 121).

² Uma sentença régia datada de 11 de Fevereiro de 1530 confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, a arrecadação da dízima de todo o bacalhau entrado na alfândega de Viana, por via de mercancia, privilegiando-se assim os seus direitos de dízima sobre todo o pescado em detrimento dos direitos de dízima alfandegária, reservados à Coroa (conferir, *supra*, o parágrafo redigido no subcapítulo III.4.2., em torno das notas 281-283).

3. Senhorios que foram da Casa de Vila Real

AGUIAR
(1454-1457)

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 10, fl. 87 v.º

Data: Sintra, 30 de Julho de 1454

Descrição:

- Doação de juro da sua terra, com toda a jurisdição cível e crime, mero e misto império, assim como todas as rendas, foros, tributos, censos, emprazamentos, ressios, pascigos, montados, entradas e saídas.

Excepções:

- Correição e alçada.

Direitos de foral ¹

- Gado do vento.
- Pena de arma.
- Dízima das sentenças condenatórias.
- Pensão de 1 tabelião.
- Direito de relego.
- Direito do salaio, arrecadando um pão cozido de cada 30.

¹ Lista deduzida pelo confronto dos conteúdos do foral manuelino de 20-11-1516 (AN/TT, *Livro dos Forais Novos de Entre Tejo e Odiana*, fls. 101-101 v.º) e do foral antigo de 10-06-1269, confirmado a pedido de Beatriz Fernandes Cogominho, senhora de Aguiar, em carta régia de 13-03-1421 (*Chancelarias Portuguesas: D. João I, cit.*, vol. IV-1, n.º 190, pp. 123-129).

ALCOENTRE (1451-1541)

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 11, fls. 77-77 v.º

Data: Santarém, 4 de Junho de 1451

Descrição:

- Doação de juro da sua terra, com todas as rendas, foros, tributos, colheitas e jantares, jurisdições altas e baixas, mero e misto império, assim como padroados de igrejas, bens, heranças, montados, matos, pascigos, rios, fontes, ressios, entradas, saídas, com todas as isenções, liberdades, privilégios e prerrogativas ¹.

Direitos de foral

Fonte: AN/TT, *Livro dos Forais Novos da Estremadura*, fls. 92-92 v.º

Data: Lisboa, 26 de Setembro de 1513

- Foro da terra: dízimos do pão, do vinho e do linho, depois de feitos os dízimos dados a Deus.
- Gado do vento.
- Pena de arma, no valor de 200 reais, assim como as armas apreendidas.
- Pensão de 1 tabelião (500 reais).
- Terrenos maninhos, dados pelo almoxarife do senhorio, mediante a *Lei das Sesmarias*, com o foro da terra.

Direitos abolidos: dízima da execução das sentenças condenatórias.

¹ O senhorio de Alcoentre pertenceu aos antepassados linhagísticos de D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real. A compra desta terra, com sua jurisdição e direitos, foi feita pela sua tetravó D. Maria de Vilalobos. Esta compra foi reconhecida por el-rei D. Fernando, numa carta datada de 30 de Outubro de 1367, confirmada pelo mesmo monarca, em 1 de Fevereiro de 1368, segundo nos declara o teor de uma confirmação de el-rei D. Duarte outorgada a D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta e avô do 3.º conde de Vila Real, datada de 8 de Abril de 1434. Veja-se tudo nas *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte, cit.*, vol. I-1, n.º 556, pp. 309-311.

A terra de Alcoentre foi vendida por D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, a el-rei D. João III, em 17 de Novembro de 1541, pelo preço de 14 000 cruzados, que, por sua vez, realizou negócio semelhante com Martim Afonso de Sousa, governador da Índia, a quem a vendeu pela mesma quantia e, depois, lhe fez doação, em regime de juro e herdade (*vide* Apêndice E, n.º 419).

OURÉM (1489-1496)

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Místicos*, livro 2, fls. 118-118 v.º

Data: Beja, 27 de Fevereiro de 1489

Descrição:

- Doação de juro da sua vila e termos, com toda a jurisdição cível e crime, mero e misto império, pensões de tabeliães e todas as rendas, direitos, foros, tributos e demais coisas que pertencessem à Coroa ¹.

Excepções:

- Correição, alçada, sisas gerais, padroados de igrejas e jantar.

Direitos de foral ²

- Jugadas do pão e $\frac{1}{8}$ de todo o vinho e linho.
- Direitos dos fornos (novos e antigos) situados dentro dos muros da vila.
- Direito de montado, apenas na mata de Urqueira e somente no tempo da montanhaeira.
- Direitos das águas perenes e das moendas, conforme as avenças feitas com os oficiais e os almoxarifes do senhorio.
- Gado do vento.
- Dízima da execução das sentenças condenatórias.
- Direitos de açougagem e da pena de arma, ambos arrecadados pelo alcaide-mor.
- Direitos da portagem, salvo no tempo da feira de Rio de Couros (8 de Setembro).
- Pensão dos tabeliães.

¹ Antes desta doação, numa carta régia de 22 de Outubro de 1487 (*vide* Apêndice E, n.º 76), el-rei D. João II já tinha concedido a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, pelo prazo de duas vidas, o castelo de Ourém, as jugadas do pão da vila e seu termo, as rendas da portagem, a sisa judenga e 1 170 reais da primeira renda dos vinhos.

Em 1496, o senhorio de Ourém foi renunciado nas mãos de el-rei D. Manuel I, a fim de voltar à Casa de Bragança, da qual fora confiscado em 1483, por ordem de el-rei D. João II. Os bens e os direitos doados na carta de 1487 foram renunciados por D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, em favor de D. Jaime, 4.º duque de Bragança, mediante uma compensação régia anual de 453 280 reais, pelo tempo de duas vidas, por carta datada de 4 de Dezembro de 1510 (*vide* Apêndice E, n.º 180).

² Lista deduzida pelo cotejo dos conteúdos do foral manuelino de 06-05-1515 (AN/TT, *Livro dos Forais Novos da Estremadura*, fls. 142 v.º-143 v.º) e do foral antigo de 1180 (AN/TT, *Livro dos Forais Velhos*, fls. 19-20; traduzido e anotado por António Rodrigues Baptista in *Ourém: estudos e documentos*, vol. I, s.l., Centro de Cultura da Câmara de Ourém, 1982, pp. 83-90).

ORIOLA
(1454-1457)

Conteúdos da doação

Fonte: AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 10, fl. 87 v.º

Data: Sintra, 30 de Julho de 1454

Descrição:

- Doação de juro da sua terra, com toda a jurisdição cível e crime, mero e misto império, assim como todas as rendas, foros, tributos, censos, emprazamentos, ressios, pascigos, montados, entradas e saídas.

Excepções:

- Correição e alçada.

Direitos de foral ¹

- Jugadas do pão (somente no trigo e no milho) e $\frac{1}{8}$ de todo o vinho e linho.
- Dízima das sentenças condenatórias.
- Gado do vento.
- Terrenos maninhos, dados pelos oficiais do senhorio, com o foro da terra.
- Pena de arma.
- Pensão de 1 tabelião.
- Direito de relego.
- Direito do salaio, arrecadando um pão cozido de cada 30.

¹ Lista deduzida pelo confronto dos conteúdos do foral manuelino de 20-11-1516 (AN/TT, *Livro dos Forais Novos de Entre Tejo e Odiana*, fls. 100 v.º-101) e do foral antigo de 02-03-1282 (*vide* AN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, livro 1, fls. 61 v.º-63).

4. Padroado de igrejas e prestimónios da Casa de Vila Real

PADROADO DE IGREJAS (1543)

Fontes:

AN/TT, *Casa do Infantado*, livro 241, caps. 14, 24, 29, 30, 33, 34 e 37, pp. 112-113, 178-182, 206-208, 242-275, 282-302 e 334-349.

AN/TT, *Feitos da Coroa: Núcleo Antigo 121*, fls. 286-391, 442 v.º-499, 710 v.º-799 v.º e 862 v.º-875, só com dados relativos às igrejas de Caminha, de Valadares, de Valença e de Vila Real.

Senhorios / Igrejas	Localização actual	
	Freguesia	Concelho

Aguda

Igreja de Santa Maria	Aguda	Figueiró dos Vinhos
-----------------------	-------	---------------------

Caminha

Igreja de Santa Maria	Matriz	Caminha
Igreja de Santiago de Cristelo	Cristelo	Caminha
Igreja de São Paio de Moledo	Moledo	Caminha
Igreja de Santa Marinha de Gontinhães	Vila Praia de Âncora	Caminha
Igreja de São Salvador de Bulhente	Vila Praia de Âncora	Caminha
Igreja de São Pedro de Varões	Vile	Caminha
Igreja de Santa Maria de Riba de Âncora	Riba de Âncora	Caminha
Igreja de São João de Arga	Arga	Caminha
Igreja de São Salvador de Covas	Covas	Vila Nova de Cerveira
Igreja de Santiago de Sopo	Sopo	Vila Nova de Cerveira
Igreja de São Pedro de Seixas	Seixas	Caminha
Igreja de São Martinho de Lanhelas	Lanhelas	Caminha
Igreja de Santa Eulália de Venade	Venade	Caminha

Ermida (couto)

Igreja de Santa Maria da Ermida	Ermida	Castro Daire
Igreja de Santa Maria de Baltar	Cabril	Castro Daire

Pousaflores

Igreja de Santa Maria	Pousaflores	Ansião
-----------------------	-------------	--------

Sobrosa

Igreja de São Salvador de Freamunde	Freamunde	Paços de Ferreira
-------------------------------------	-----------	-------------------

Valadares

Igreja de São Pedro de Riba de Mouro	Riba de Mouro	Monção
Igreja de São Salvador de Tangil	Tangil	Monção
Igreja de São Paio de Segude	Segude	Monção
Igreja de São Salvador de Mouro Jusão	Badim	Monção
Igreja de São Julião de Badim	Badim	Monção
Igreja de São Miguel de Messegães	Messegães	Monção
Igreja de Santa Ovaia (ou Eulália)	Valadares	Monção

Senhorios / Igrejas	Localização actual	
	Freguesia	Concelho

Valença

Igreja de São Salvador de Ganfei	Ganfei	Valença
Igreja de São Pedro da Torre	São Pedro da Torre	Valença

Vila Real

Igreja de São Cristóvão da Parada	Parada de Cunhos	Vila Real
Igreja de São João de Covas	Covas do Douro	Sabrosa
Igreja de São Salvador de Mouços	Mouços	Vila Real

PRESTIMÓNIOS (1555)

Fonte:

AN/TT, *Feitos da Coroa: Núcleo Antigo 121*, fls. 722-724 v.º

Data: Roma (São Pedro), 11.º dia das Calendas de Junho (22 de Maio) de 1555

Igrejas	Anexas	Porções prestimoniárias	Renda (em cruzados)
São Salvador de Ganfei		3	60
Santa Maria de Caminha		4	60
São João de Arga	São Salvador de Covas	2	60
São Pedro de Seixas	São Martinho de Lanhelas	2	60
São Pedro de Riba de Mouro		3	60
São Salvador de Mouços		4	60
Santa Maria da Ermida	Santa Maria de Baltar	3	60
São Paio de Moledo		2	40
Santa Maria de Riba de Âncora		1	40
São Pedro de Varões		1	40
São Miguel de Messegães		1	40
São Cristóvão de Parada		1	40
São João de Covas		2	40
Santa Maria da Aguda		2	40
São Salvador de Freamunde		1	40
São Salvador de Mouro Jusão	São Julião de Badim	1	30
São Salvador de Tangil		1	30
Santa Maria de Pousaflores		1	30

APÊNDICE D

Vestígios e representações

• Lista das figuras

Fig. 1 – Iluminura das armas de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta

Fig. 2 – Jacentes do túmulo de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta, na Igreja de Santa Maria da Graça, em Santarém

Fig. 3 – Cabeceira do mesmo túmulo: armas e divisa

Fig. 4 – Face lateral esquerda do mesmo túmulo, com o escudo de armas e a divisa ‘aleo’

Fig. 5 – Túmulo de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta: pormenor do escudo de armas

Fig. 6 – Túmulo de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta: pormenor da divisa ‘aleo’

Fig. 7 – Pés do mesmo túmulo, com o escudo de armas e a divisa ‘aleo’

Fig. 8 – Matriz sigilar de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real

Fig. 9 – Armas do marquês de Vila Real, no *Livro do Armeiro-Mor*

Fig. 10 – Armas do marquês de Vila Real, no *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas (...)*

Fig. 11 – Escudo de armas da vila de Vila Real, no “Tesouro da Nobreza”

Fig. 12 – Brasão do Município de Vila Real

Fig. 13 – Caminha, Largo de Santo António: chão outrora ocupado pelas casas dos antigos marqueses de Vila Real e duques de Caminha

Fig. 14 – Igreja Matriz de Caminha: fachada Oeste

Fig. 15 – Igreja Matriz de Caminha: portal da fachada Sul

Fig. 16 – Igreja Matriz de Caminha: Capela dos Mareantes

Fig. 17 – Capela dos Mareantes: cartela com a inscrição 0511

Fig. 18 – Forte e Convento da Ínsua: vista aérea

Fig. 19 – Forte e Convento da Ínsua: interior do reduto, com vista para a praia de Moledo e a mata do Camarido

Fig. 20 – Antigo palácio dos marqueses de Vila Real, no Campo do Tabolado, hoje, Av. Carvalho Araújo

Fig. 21 – Antigos paços dos marqueses de Vila Real, em Vila Real: fachada principal

Fig. 22 – Antigos paços dos marqueses de Vila Real, em Vila Real: pormenor das janelas geminadas

Fig. 23 – As mesmas janelas geminadas: pormenor da divisa ALEEO

Fig. 24 – Antiga azenha quinhentista, na margem esquerda do rio Ave, em Azurara

Fig. 25 – Fachada Sul da mesma azenha: pormenor do escudo com a divisa ALEEO

Fig. 26 – Casas da “Quinta de Cima”, em Chão de Couce

Fig. 27 – Residência e capela anexa da “Quinta de Cima”, em Chão de Couce

Fig. 28 – Rossio e paço dos condes de Valadares, outrora dos marqueses de Vila Real, em Leiria

Fig. 29 – Rossio, convento de Santa Ana e paço dos condes de Valadares, outrora dos marqueses de Vila Real, em Leiria, vistos do castelo

Fig. 30 – Paço dos condes de Valadares, outrora dos marqueses de Vila Real, em Leiria, visto da Praça de Rodrigues Lobo

Fig. 31 – Pormenor do paço dos condes de Valadares, outrora dos marqueses de Vila Real, em Leiria, visto da Praça de Rodrigues Lobo: desenho de perspectiva

Fig. 32 – Salvado da pedra de armas da Casa de Vila Real, proveniente dos antigos paços dos marqueses de Vila Real, em Leiria

Fig. 33 – Salvado da pedra da divisa ALEEO, proveniente dos antigos paços dos marqueses de Vila Real, em Leiria

Fig. 34 – Planta da cidade de Lisboa: reprodução baseada no *Civitates Orbis Terrarum (...)*, de Georg Braun e Franz Hogenberg, parte 5, Colónia, 1598

Fig. 34 A – Vista de pormenor sobre o Convento de Santa Maria do Carmo, o seu bairro envolvente e os paços dos marqueses de Vila Real, assinalados com o n.º 135

Fig. 35 – Casas dos marqueses de Vila Real, em Alcútem

Fig. 36 – Poço interior nas casas dos marqueses de Vila Real, em Alcútem

Fig. 37 – Igreja Matriz de São Salvador, em Alcútem, vista do castelo

Fig. 38 – Igreja Matriz de São Salvador, em Alcútem: pormenor da entrada principal, rematada pelo escudo com a divisa ALLEO

Fig. 39 – Planta da cidade de Tavira (c. 1650)

Fig. 39 A – Pormenor da localização da Igreja de Santa Maria, em Tavira, assinalada com o n.º 25

Fig. 39 B – Pormenor da localização da ‘Casa do Corpo Santo dos Mareantes’ e do edifício da Alfândega, em Tavira, assinalados com os n.ºs 14 e 15, respectivamente

Fig. 40 – Igreja de Nossa Senhora das Ondas, em Tavira: fachadas Oeste e Sul

Fig. 41 – Fachada Oeste da mesma igreja: pormenor da ‘esfera’ de el-rei D. Manuel I, ladeada por duas lápides quadrangulares com a divisa ALEEO

Nota: As imagens n.ºs 2 a 7, 13 a 15, 21 a 27, 34 A a 38 e 39 A a 41 são da autoria de Carlos Silva Moura.



Fig. 1 – Iluminura das armas de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta (08-03-1431)

(in AD Bragança, *Arquivo da Casa de São Payo: Vária*, caixa 36, pasta 219, n.º 5)



Fig. 2 – Jacentes do túmulo de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta, na Igreja de Santa Maria da Graça, em Santarém (2015)



Fig. 3 – Cabeceira do mesmo túmulo: armas e divisa (2015)



Fig. 4 – Face lateral esquerda do mesmo túmulo, com o escudo de armas e a divisa ‘aleo’ (2015)

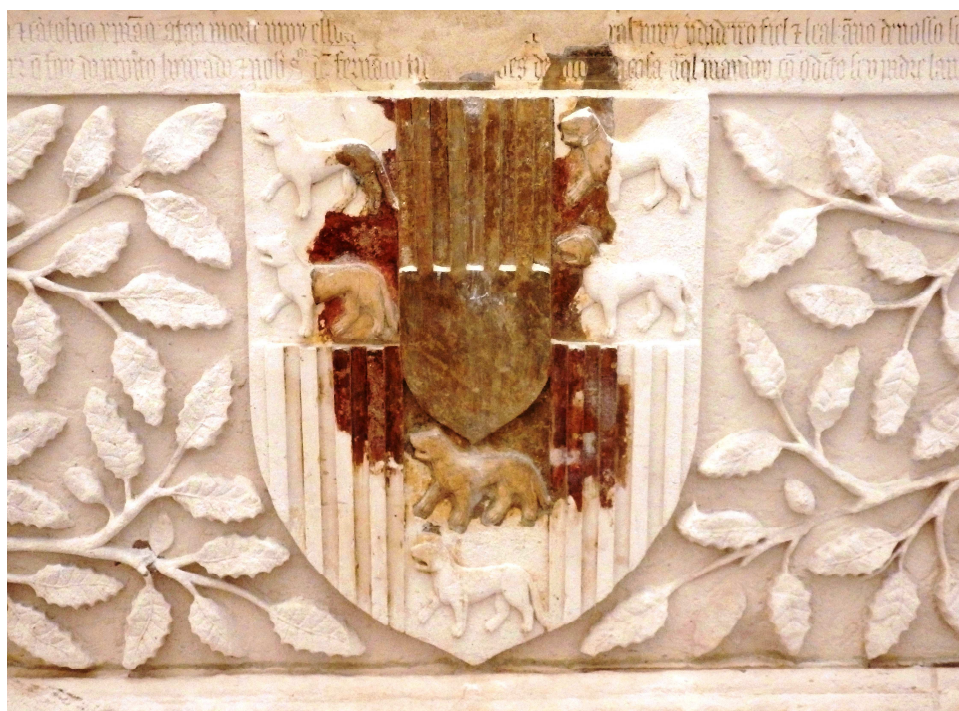


Fig. 5 – Túmulo de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta: pormenor do escudo de armas (2015)



Fig. 6 – Túmulo de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta: pormenor da divisa ‘aleo’ (2015)



Fig. 7 – Pés do mesmo túmulo, com o escudo de armas e a divisa ‘aleo’ (2015)



Fig. 8 – Matriz sigilar de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real (c. 1500)

(in Marquês de SÃO PAIO, «O selo do 2.º marquês...», pp. 36-37)

Leitura

Linha exterior:

☒ HOC • S'G'LVM • EST • ILVST'S'M' • P'C'PS • D'NI • F'RD'NA'D' • M'N'S' • S'C'D' • V'LE • R'G'L'S • M'CH'ON'S • P'M' • V'LE'T'E : ALC'OT'NI • C'OM'T'S • ALM'DE : C'M'N'E • D'NI • Q'T' • C'L'B'M' • V'B'S • S'PT' • DVC /

Linha interior:

T'R'S : G'B'N'T'R'S • ALG'B'OR' : B'T'E : R'PE • COE • P'P'T' • I'P'AT'R'S • R'G'S • F'RD'NA'D' : I'NIS • P'T'G'L'E • P'M' • R'G'S : E'R'C' • P'M' • C'S'L' • R'G'S • P'N'PTIS

Transcrição

☒ HOC • SiGiLVM • EST • ILVSTriSsiMus • PrinCePS • DomiNI • FeRDiNanDum • MeNeSium • SeCunDum • ViLE • ReGaLiS • MarCHiONiS • PriMum • VaLEnTiE et ALCOTiNI • COMiTis • ALMeDE et CaMiNiE • DomiNI • QuaTuOr • CeLeBerriMum • VrBiS • SePte • DVC/TORis et GuBerNaTORis • ALGarBiORum et Belre et RiPE • COE • PerPeTuum • ImPerATORis • ReGiS • FeRDiNanDum et IOhanIS • PorTuGaLiE • PriMum • ReGiS et EnRiCi • PriMum • CaStiLe • ReGiS • ProNePOTIS



Fig. 9 – Armas do marquês de Vila Real, no *Livro do Armeiro-Mor* (1509)

(in AN/TT, *Cartório da Nobreza*, livro 19, fl. 46)



Fig. 10 – Armas do marquês de Vila Real, no *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas* (...) (séc. XVI)

(in AN/TT, *Cartório da Nobreza*, livro 20, fl. 9)



Fig. 11 – Escudo de armas da vila de Vila Real, no “Tesouro da Nobreza” (séc. XVII)

(in AN/TT, *Cartório da Nobreza*, livro 21, fl. 12)



Fig. 12 – Brasão do Município de Vila Real (séc. XXI)

(in <http://www.cm-vilareal.pt/index.php/municipio/heraldica-e-brasao>) [consult. 19-07-2016]



Fig. 13 – Caminha, Largo de Santo António: chão outrora ocupado pelas casas dos antigos marqueses de Vila Real e duques de Caminha (2015)



Fig. 14 – Igreja Matriz de Caminha: fachada Oeste (2015)



Fig. 15 – Igreja Matriz de Caminha: portal da fachada Sul (2015)



Fig. 16 – Igreja Matriz de Caminha:
Capela dos Mareantes (s.d.)



Fig. 17 – Capela dos Mareantes:
cartela com a inscrição 0511 (s.d.)

(in Paulo Nuno Torres BENTO, «Capela dos Mareantes...», disponível em <http://www.caminha2000.com/jornal/n552/cmc3.html>) [consult. 20-07-2016]



Fig. 18 – Forte e Convento da Ínsua: vista aérea (s.d.)

(in Forte de Sacavém, DGPC/SIPA, FOTO.00529252)



Fig. 19 – Forte e Convento da Ínsua: interior do reduto, com vista para a praia de Moledo e a mata do Camarido (s.d.)

(in Forte de Sacavém, DGPC/SIPA, FOTO.00147811)



Fig. 22 – Antigos paços dos marqueses de Vila Real, em Vila Real: pormenor das janelas geminadas (2015)



Fig. 23 – As mesmas janelas geminadas: pormenor da divisa ALEEO (2015)



Fig. 24 – Antiga azenha quinhentista, na margem esquerda do rio Ave, em Azurara (2013)



Fig. 25 – Fachada Sul da mesma azenha: pormenor do escudo com a divisa ALEEO (2013)



Fig. 26 – Casas da “Quinta de Cima”, em Chão de Couce (2016)



Fig. 27 – Residência e capela anexa da “Quinta de Cima”, em Chão de Couce (2016)



Fig. 28 – Rossio e paço dos condes de Valadares, outrora dos marqueses de Vila Real, em Leiria (s.d.)

(in Leiria, MIMO, Arquivo de Imagens, *Fundo Casa Fabião*, n.º 68)



Fig. 29 – Rossio, convento de Santa Ana e paço dos condes de Valadares, outrora dos marqueses de Vila Real, em Leiria, vistos do castelo (c. 1878)

(in Leiria, MIMO, Arquivo de Imagens, *Fundo Casa Fabião*, n.º 83)



Fig. 30 – Paço dos condes de Valadares, outrora dos marqueses de Vila Real, em Leiria, visto da Praça de Rodrigues Lobo (s.d.)

(in Leiria, MIMO, Arquivo de Imagens, *Fundo Casa Fabião*, n.º 73)

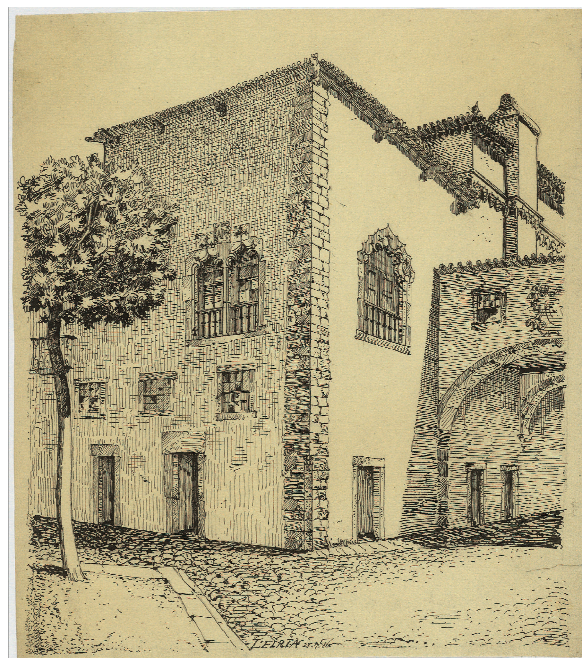


Fig. 31 – Pormenor do paço dos condes de Valadares, outrora dos marqueses de Vila Real, em Leiria, visto da Praça de Rodrigues Lobo: desenho de perspectiva (c. 1886)

(in <https://www.tib.eu/sammlung-haupt-architektonische-reiseskizzen/grec.php?urN=2402>)

[consult. 20-07-2016]

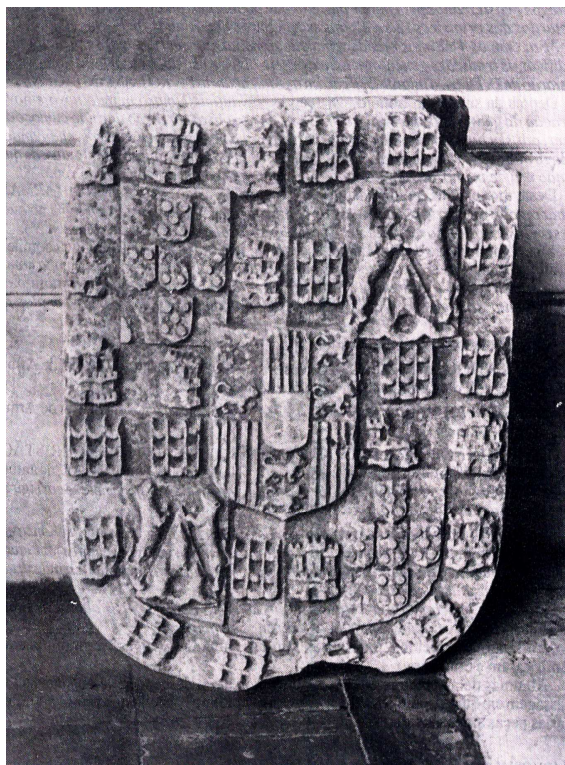


Fig. 32 – Salvado da pedra de armas da Casa de Vila Real, proveniente dos antigos paços dos marqueses de Vila Real, em Leiria (s.d.)

(in Alda Sales Machado GONÇALVES, *Heráldica Leiriense*, p. 46)



Fig. 33 – Salvado da pedra da divisa ALEEO, proveniente dos antigos paços dos marqueses de Vila Real, em Leiria (s.d.)

(in Mário Jorge BARROCA, «Epigrafia Medieval», p. 378)



Fig. 34 – Planta da cidade de Lisboa: reprodução baseada no *Civitates Orbis Terrarum* (...), de Georg Braun e Franz Hogenberg, parte 5, Colónia, 1598

([in World Wide Web](#), à escolha...)



Fig. 34 A – Vista de pormenor sobre o Convento de Santa Maria do Carmo, o seu bairro envolvente e os paços dos marqueses de Vila Real, assinalados com o n.º 135



Fig. 35 – Casas dos marqueses de Vila Real, em Alcoutim (2015)



Fig. 36 – Poço interior nas casas dos marqueses de Vila Real, em Alcoutim (2015)



Fig. 37 – Igreja Matriz de São Salvador, em Alcoutim, vista do castelo (2015)



Fig. 38 – Igreja Matriz de São Salvador, em Alcoutim: pormenor da entrada principal, rematada pelo escudo com a divisa ALLEO (2015)



Fig. 39 – Planta da cidade de Tavira (c. 1650)

(in *Imágenes de un Imperio Perdido: el Atlas del Marqués de Heliche...*, n.º 10)



Fig. 39 A – Pormenor da localização da Igreja de Santa Maria, em Tavira, assinalada com o n.º 25

Fig. 39 B – Pormenor da localização da ‘Casa do Corpo Santo dos Mareantes’ e do edifício da Alfândega, em Tavira, assinalados com os n.ºs 14 e 15, respectivamente





Fig. 40 – Igreja de Nossa Senhora das Ondas, em Tavira: fachadas Oeste e Sul (2016)



Fig. 41 – Fachada Oeste da mesma igreja: pormenor da ‘esfera’ de el-rei D. Manuel I, ladeada por duas lápides quadrangulares com a divisa ALEEO (2016)

APÊNDICE E

Relação de documentos

• Principais siglas utilizadas

AD	–	Arquivo Distrital
AGS	–	Archivo General de Simancas
AHSCM	–	Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia
AHM	–	Arquivo Histórico Municipal
AHN - SN	–	Archivo Historico Nacional - Sección Nobleza
AM	–	Arquivo Municipal
AN/TT	–	Arquivo Nacional/Torre do Tombo
AHMF	–	Arquivo Histórico do Ministério das Finanças
CART	–	Colecção de Cartas
CC	–	Corpo Cronológico
CCA	–	Casa dos Condes de Alcáçovas
CG	–	Confirmações Gerais
CHR	–	Chancelaria Régia
CI	–	Casa do Infantado
CRC	–	Contos do Reino e Casa
CSL	–	Colecção de São Lourenço
FC	–	Feitos da Coroa
FF	–	Feitos Findos
FRA	–	Fragmentos
GAV	–	Gavetas da Torre do Tombo
LN	–	Leitura Nova
MMS	–	Miscelâneas Manuscritas
MSJPL	–	Mosteiro de São Jerónimo de Penha Longa
NA	–	Núcleo Antigo
BA	–	Biblioteca da Ajuda
BACL	–	Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa
BGUC	–	Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
BL	–	British Library
BNE	–	Biblioteca Nacional de España
BNF	–	Bibliothèque Nationale de France
BNP	–	Biblioteca Nacional de Portugal
PBA	–	Colecção Pombalina
RES	–	Reservados
BP / BPM	–	Biblioteca Pública / Biblioteca Pública Municipal
RAH	–	Real Academia de la Historia
SCMVR	–	Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
1	1445-06-03	Coimbra	Carta régia de doação	Carta do Infante D. Pedro, regente em nome de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação da vila de Vila Real a D. Pedro de Meneses, com todas as suas jurisdições, rendas, direitos, etc., mandando ainda que se intitulasse por conde da dita vila, sucedendo ao seu pai D. Fernando de Noronha e ao seu avô D. Pedro de Meneses, em reconhecimento e satisfação dos serviços que ambos prestaram ao Reino de Portugal
2	1449-11-06	Évora	Carta régia de privilégios	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual privilegiou e escusou todos os caseiros, lavradores, apaniguados, etc., de D. Beatriz de Meneses, condessa de Vila Real, e de D. Pedro de Meneses, seu filho, 3.º titular do mesmo condado, isentando-os do pagamento de quaisquer fintas, pedidos, etc. contra suas vontades e eximindo-os ainda de levarem presos e dinheiros, de serem tutores e curadores, de servirem officios concelhios, de servirem na guerra e de darem aposentadoria nas suas casas
3	1450-04-28	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual confirmou a D. Beatriz de Meneses, viúva de D. Fernando de Noronha, 2.º conde de Vila Real, assim como aos demais herdeiros deste, o teor das cartas de el-rei D. João I e de el-rei D. Duarte, nas quais constava a promessa da doação de 16 000 coroas de ouro feita àquele conde para dotar o seu casamento com aquela dona, filha de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta, satisfazendo-o então com um pagamento anual de 6 contos de libras até ser reembolsado da quantia prometida, sem lhe fazer desconto algum, senão quando fosse solvida uma quarta parte ou mais
4	1451-04-06	Santarém	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação vitalícia e hereditária do senhorio e condado da vila de Vila Real e seu termo a D. Pedro de Meneses, 3.º titular do mesmo condado, com todas as suas jurisdições, rendas, direitos, padroados de igrejas, etc., salvo correição, alçada e nomeação de tabeliães, sucedendo ao seu pai D. Fernando de Noronha e ao seu avô D. Pedro de Meneses, em reconhecimento e satisfação dos serviços que ambos prestaram ao Reino de Portugal
5	1451-06-04	Santarém	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação vitalícia da vila de Alcoentre, com a sua aldeia do Tagarro, assim como das lezírias do Galego e de Filipe, da quinta de Chão de Couce, de Pousaflores, de Maças de D. Maria, da quinta de Moita de Vela, dos casais da Ameixieira, da Aguda, da Rapoula, do Avelar, da terra de Sobrosa, das hortas de Lisboa, da Estalagem, da herdade da Requeixada, do bairro situado no termo da vila de Santarém e da quinta da Lançada, com todas as jurisdições, rendas, direitos, padroados, etc., a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, em atenção e satisfação dos serviços prestados pelos seus ascendentes linhagísticos, o seu pai D. Fernando de Noronha, 2.º conde de Vila Real, e o seu avô D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Viana do Alentejo, que também foram detentores das terras e bens mencionados
6	1454-07-30	Sintra	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação vitalícia das terras de Aguiar e de Oriola, ambas situadas no almoxarifado de Évora, com as suas jurisdições, rendas, foros, etc., salvo correição e alçada, a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, as quais terras reverteram à Coroa, por falecimento de Beatriz Fernandes Cogominho, que antes as tivera

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
1	AN/TT	CHR, Afonso V, 25, 44v			AN/TT, LN, Místicos, 3, 140-140v	
2	AN/TT	CHR, Afonso V, 15, 154-154v				
3	AN/TT	CHR, Afonso V, 34, 63v				Publicada nos <i>Documentos das Chancelarias Reais...</i> , tomo I, n.º 336, pp. 382-384.
4	AN/TT	CG, 5, 94v-95v	371			Esta carta está inserta numa confirmação régia de 1534-08-06, outorgada a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, por sua vez, inserta numa confirmação régia de 1577-12-04, outorgada a D. Manuel de Meneses, 5.º marquês de Vila Real.
5	AN/TT	CHR, Afonso V, 11, 77-77v	370		AN/TT, LN, Místicos, 3, 169v-170	Primeira referência publicada nos <i>Documentos das Chancelarias Reais...</i> , tomo II, n.º 25, pp. 27-29. Esta carta está inserta numa confirmação régia de 1534-08-06, outorgada a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, por sua vez, inserta numa confirmação régia das rendas e direitos de Chão de Couce e das suas "cinco vilas", datada de 1577-05-02, outorgada à marquesa D. Filipa de Lencastre, viúva de D. Miguel de Meneses, 4.º marquês de Vila Real.
6	AN/TT	CHR, Afonso V, 10, 87v			AN/TT, LN, Místicos, 3, 283v	O registo da LN apresenta a data de 1454-07-20.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
7	1456-03-06	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual confirmou e aprovou o instrumento de contrato e promessa de 1456-03-03 feito entre Luís Esteves, em nome de D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, de quem era escudeiro, e Pêro Peixoto, fidalgo da Casa Real, no qual este último renunciaria a favor do conde vila-realense, mediante deposição feita nas mãos do monarca, a alcaidaria do castelo da vila de Almeida, assegurando-lhe a continuidade no exercício do ofício de alcaide daquele castelo, a título vitalício, com todas as rendas e direitos dele, ou garantindo-lhe o pagamento de uma moradia anual de 10 000 reais, caso o conde quisesse que fosse outro indivíduo e não o renunciante a servir o referido ofício
8	1456-03-25	Elvas	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação e provimento do ofício de alcaide do castelo da vila de Almeida, com as suas rendas e direitos, a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, em substituição de Pêro Peixoto, que exercera aquele ofício e fizera renúncia do mesmo
9	1458-06-14	Estremoz	Carta régia de padrão	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual concedeu uma tença anual de 10 678,50 reais a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, até completar o recebimento de uma quantia de 120 000 reais que lhe era devida por D. Fernando, filho do marquês de Vila Viçosa, conforme por este mesmo fora requerido ao monarca, a qual tença representava uma quarta parte da tença régia de 42 714 reais destinada a satisfazer o pagamento de uma tença régia de 4 000 coroas a favor do requerente
10	1458-06-20	Estremoz	Carta régia de padrão	Carta de el-rei D. Afonso V, em mercê de um requerimento de D. Fernando, filho do marquês de Vila Viçosa, pela qual concedeu uma tença anual de 10 678,50 reais a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, até completar o recebimento de uma quantia de 120 000 reais que lhe era devida pelo requerente, a qual tença representava uma quarta parte da tença régia de 42 714 reais destinada a satisfazer o pagamento de uma tença régia de 4 000 coroas que adquirira por herança de D. Leonor de Meneses, sua mulher, já finada, filha de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta e tia do referido conde vila-realense
11	1458-06-28	Estremoz	Carta régia de privilégios	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual concedeu a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, o privilégio vitalício de não pagar dízima nem portagem sobre quaisquer coisas que, por mar ou por terra, viessem ou mandasse trazer para o reino de Portugal e bem assim o privilégio vitalício de não pagar chancelaria sobre todas as cartas régias de mercê, doação, liberdades, graças e outras que lhe fossem outorgadas
12	1458-07-05	Estremoz	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação vitalícia da vila de Almeida e seu termo a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, mandando ainda que se intitulasse por senhor dela, com todas as suas jurisdições, rendas, direitos, padroados de igrejas, etc., salvo correição, alçada, sisas gerais dos vinhos, serviço novo dos judeus, dízimas novas e sisa dos panos de Castela
13	1460-06-29	Santarém	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação e provimento do ofício de capitão, governador e alcaide-mor da cidade de Ceuta, com todos os poderes, liberdades, prós, ganços, rendas e coisas a ela pertencentes, a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, em consideração aos muito grandes e assinalados serviços pessoais e da sua linhagem, especialmente, aqueles que foram prestados pelo seu pai D. Fernando de Noronha e pelo seu avô D. Pedro de Meneses, que, outrossim, tiveram o mesmo ofício

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
7	AN/TT	CHR, Afonso V, 13, 178				
8	AN/TT	LN, Místicos, 3, 290				
9	AN/TT	LN, Místicos, 3, 222-222v				Este documento é a versão resumida do documento seguinte, assinalado com o n.º 10.
10	AN/TT	LN, Místicos, 3, 222v-223v				O requerente D. Fernando tornou-se cunhado do 3.º conde de Vila Real, a partir de 1462-08-06 e viria a ser o futuro 3.º duque de Bragança, condenado à morte, em 1483-06-20, por el-rei D. João II.
11	AN/TT	LN, Místicos, 3, 221v-222				
12	AN/TT	LN, Místicos, 3, 62-62v				
13	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 2, n.º 4			AN/TT, LN, Místicos, 3, 57-57v	Referências publicadas por José Mendes da Cunha SARAIVA, <i>Alguns Diplomas Particulares...</i> , p. 9, nos <i>Descobrimientos Portugueses...</i> , vol. I, n.º 447, pp. 570-571 e nos <i>Monumenta Henricina</i> , vol. XIII, n.º 179, pp. 291-292.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
14	1461-12-21	Torres Novas	Carta régia de padrão	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual concedeu uma tença anual vitalícia de 120 000 reais, desde o ano de 1463, em diante, a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, e a D. Beatriz, sua futura mulher, filha de D. Fernando, 2.º duque de Bragança, conforme por este último fora requerido ao monarca, a qual quantia seria trespassada do assentamento do duque brigantino para benefício do casal nubente
15	1461-12-22	Torres Novas	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez mercê de 20 000 dobras (2 contos e 400 000 reais) a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, em satisfação do seu casamento, declarando ainda a promessa de lhas pagar tão cedo quanto pudesse ou, se assim não calhasse e caso viesse a falecer, remunerá-las aos seus herdeiros, num prazo máximo de 4 anos
16	1462-04-12	Santarém	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação da 'governança' da cidade de Ceuta a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, com todos os poderes, prós e liberdades, como a tiveram o Infante D. Henrique e o Infante D. Fernando, incluindo as prerrogativas de nomear e dar todos os ofícios, de arrendar e jurisdicionar todas as lezírias, reguengos e jugadas adstritas àquela cidade e ainda de cobrar e despendar os dinheiros auferidos nos tratos comerciais que eram indispensáveis para o governo e manutenção da praça ceutense
17	1462-05-31	Lisboa	Alvará	Alvará de D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, dirigido a Fernão Lopes, seu almoxarife nas lezírias de Vila Franca de Xira, notificando-o sobre o contrato que firmara com Álvaro Nunes, almoxarife das casas da Relação da cidade de Lisboa, a fim de este último trazer, em sua vida, um corredor de terra nas ditas lezírias, sob condição de valá-la no prazo de 1 ano e de pagar o foro de $\frac{1}{3}$ de tudo aquilo que rendesse a lavra e sementeira daquela terra
18	1462-07-12	Braga	Carta régia	Carta de el-rei D. Afonso V dirigida ao corregedor da comarca de Trás-os-Montes e aos juizes e justiças da vila de Vila Real, mandando-lhes que constrangessem os moradores que viviam nas honras, quintas e coutos situados nos termos daquela vila, pertencentes ao arcebispo de Braga, ao bispado de Lamego, ao prior da Ordem do Hospital, ao comendador de Poiães e a outros fidalgos, a fim de tais moradores aparecerem nos alardos convocados pelo coudel nomeado por D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, conforme o seu requerimento feito ao monarca
19	1462-08-06	Santo Tirso de Riba de Ave (mosteiro)	Escritura de contrato de casamento	Escritura pública do contrato de obrigação, de segurança de dote e arras e de instituição de morgado feito entre D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, e D. Fernando, 2.º duque de Bragança, com o duque brigantino a obrigar-se na concessão de um dote de 1 milhão e 500 000 reais para o casamento da sua filha D. Beatriz com o referido D. Pedro de Meneses e no trespassse de uma quantia de 120 000 reais, anualmente retirada do seu assentamento, em benefício do casal, e com o conde vila-realense a comprometer-se na concessão de 7 500 dobras (900 000 reais) para arras da noiva e no empenho do lucro das 20 000 coroas (2 milhões e 400 000 reais) que el-rei D. Afonso V lhe prometera remunerar, em satisfação do seu casamento, a fim de assim assegurar o valor total das arras e do dote consignados para o consórcio
20	1462-09-14	Tentúgal	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual concedeu a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, a mercê de nomear juiz que conhecesse os feitos de todos os reguengos e direitos que lhe foram doados, assim como permitir que o seu ouvidor pudesse fazer correição e dar cartas de seguro em todas as terras sobre as quais lhe foi dada jurisdição e que nas mesmas não entrasse corregedor de comarca nomeado por el-rei

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
14	AN/TT	LN, Místicos, 3, 254v	109			
15	AN/TT	LN, Místicos, 3, 255				
16	AN/TT	CHR, Afonso V, 1, 9v			AN/TT, LN, Místicos, 2, 150-151	Primeira referência publicada nos <i>Descobrimentos Portugueses...</i> , vol. III, n.º 15, pp. 23-25, nos <i>Monumenta Henricina</i> , vol. XIV, n.º 77, pp. 210-212 e por António Dias FARINHA, <i>Portugal e Marrocos...</i> , vol. II, n.º 90, pp. 252-255.
17	AN/TT	CHR, Afonso V, 1, 127v	23			
18	AN/TT	CHR, Afonso V, 1, 45			AN/TT, LN, Místicos, 4, 11v-12	
19	AN/TT	CHR, Afonso V, 30, 94-94v	50		AN/TT, LN, Místicos, 2, 66v-68v	O conteúdo desta escritura foi publicada por D. António Caetano de SOUSA, <i>Provas...</i> , tomo III/2, pp. 172-175, mas com recurso à fonte diplomática que se achava no Arquivo da Casa de Bragança.
20	AN/TT	CHR, Afonso V, 1, 68	65			

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
21	1462-10-21	Barcelos	Carta	Carta de D. Fernando, 2.º duque de Bragança, pela qual contratou com D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, a entrega de 1 milhão e 500 000 reais, em pagamento do dote de casamento da sua filha D. Beatriz, obrigando-se a liquidar aquela quantia durante o triénio 1462-1464, à razão de 500 000 reais, cada ano, através das rendas que arrecadava do serviço real dos judeus da cidade de Lisboa
22	1462-11-21	Estremoz	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, a carta de 1462-10-21 que lhe fora concedida por D. Fernando, 2.º duque de Bragança, relativamente à forma de pagamento do dote de casamento de 1 milhão e 500 000 reais da sua mulher D. Beatriz, filha do duque brigantino
23	1462-12-12	Estremoz	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual confirmou a Álvaro Nunes, almoxarife das casas da Relação da cidade de Lisboa, o contrato de aforamento que ele firmara com D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real
24	1463-03-26	Sacavém	Carta régia de privilégios	Carta de el-rei D. Afonso V, em mercê de um requerimento de D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, pela qual privilegiou os moradores da vila de Almeida e seu termo, isentando-os do pagamento de portagem em todo o reino e senhorios de Portugal
25	1463-06-14	Lisboa	Carta régia	Carta de el-rei D. Afonso V dirigida a Lopo Martins de Mesquita, ouvidor de D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, fazendo-lhe saber que fora servido anular o feito que ele dera sobre a retirada das jurisdições cível e crime realizadas pelos juizes das honras de Lordelo e de Galegos, termo de Vila Real, em nome de Álvaro Pires de Távora, 2.º senhor de Mogadouro, donatário das duas honras, mandando-lhe, pois, que restituísse a este último a posse daquelas jurisdições, visto que ela estava conforme a uma doação régia que el-rei D. João I fizera a Pêro Lourenço de Távora, pai do donatário
26	1463-08-10	Lisboa	Carta régia de privilégios	Carta de el-rei D. Afonso V, em mercê de um requerimento de D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, pela qual privilegiou os moradores da vila de Almeida e seu termo, isentando-os do pagamento de portagem e de montados em todo o reino e senhorios de Portugal, tal como os moradores da vila de Pinhel
27	1463-08-22	Lisboa	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação vitalícia das pensões de todos os tabeliães da vila de Leiria e seus termos, assim como outros direitos, rendas e bens declarados na mesma carta, desde o ano de 1464, em diante, a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, sob condição de lhe ser anualmente descontado o valor de 203 000 reais do seu assentamento [de conde] e ainda de entregar anualmente 85 moios de trigo e 9 moios de cevada para pagamento das tenças, despesas e ofertas que a Coroa fazia no mosteiro de Santa Maria da Vitória
28	1463-08-24	Lisboa	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez mercê a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, no sentido de lhe permitir que transmitisse a capitania e governo da cidade de Ceuta, com todos os poderes, rendas, prós e interesses, a um seu filho, qual ele quisesse, ou a D. João de Noronha, seu irmão, caso o conde vila-realense viesse a falecer ou fosse demitido do encargo daquela capitania e governo
29	1463-08-26	Lisboa	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação das rendas da portagem da vila de Santarém, salvo as receitas ordinárias, desde o ano de 1464, em diante, a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, em pagamento e satisfação de parte do seu assentamento [de conde]

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
21	AN/TT	CHR, Afonso V, 9, 31	22			
22	AN/TT	CHR, Afonso V, 9, 31		21		
23	AN/TT	CHR, Afonso V, 1, 127v		17		
24	AN/TT	CHR, Afonso V, 9, 43v			AN/TT, LN, Beira, 2, 23	
25	AN/TT	CHR, Afonso V, 30, 108-108v			AN/TT, LN, Além Douro, 3, 257v-259	Esta carta está inserta numa confirmação régia de 1475-03-08, outorgada a Pêro Lourenço de Távora, 3.º senhor de Mogadouro.
26	AN/TT	CHR, Afonso V, 9, 120v			AN/TT, LN, Beira, 1, 42-42v	No registo da LN, a carta afonsina está inserta numa confirmação régia dada em Évora, 1497-08-12.
27	AN/TT	CHR, Afonso V, 9, 132			AN/TT, LN, Místicos, 3, 38v-39 e CI, 198, 63v-64v	Primeira referência publicada por Manuel HELENO, <i>Antiguidades...</i> , n.º 7, pp. 48-49 e por Saul António GOMES, <i>Introdução à História...</i> , 2.ª ed., n.º 236, pp. 341-342.
28	AN/TT	CHR, Afonso V, 9, 132v			AN/TT, LN, Místicos, 3, 245-245v	Primeira referência publicada por António Dias FARINHA, <i>Portugal e Marrocos...</i> , vol. II, n.º 101, p. 274.
29	AN/TT	CHR, Afonso V, 9, 133				

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
30	1463-08-26	Lisboa	Carta de doação régia	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação das rendas e direitos do almoxarifado da vila de Tavira, salvo as receitas ordinárias e os 9 000 reais da tença de Constança Rodrigues de Aragão, mãe de Rodrigo Afonso da Arca, desde o ano de 1464, em diante, a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, em pagamento e satisfação do assentamento do governo de Ceuta
31	1463-08-26	Lisboa	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação das rendas e direitos do almoxarifado da vila de Lagos, salvo as receitas ordinárias, desde o ano de 1464, em diante, a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, em pagamento e satisfação do seu assentamento [de conde] e do assentamento do governo de Ceuta
32	1464-06-13	Elvas	Carta régia	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual determinou que a conquista da terra de Benamenir Guaderez pertencesse a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real e à cidade de Ceuta, e não ao capitão e cidade de Alcácer Ceguer, uma vez que aos mouros daquela terra aprouve obedecerem e serem tributários ao conde vila-realense e capitão de Ceuta, em nome do Rei de Portugal, por ter sido ele o primeiro que os guerreara e conquistara
33	1466-02-12	Porto	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez mercê de todos os bens móveis e de raiz do judeu Abaz Toni, morador em Torre de Moncorvo, já falecido há cerca de 17 ou 18 anos, a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, os quais bens reverteram à Coroa por a viúva e filhos daquele judeu terem ido viver para o reino de Castela, há cerca de 14 anos, sem licença régia para o efeito
34	1466-02-18	Porto	Carta régia de quitação	Carta de el-rei D. Afonso V, em salva de outra tal, pela qual deu quitação a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, sobre o pagamento de certos mantimentos, expressos em frumento, vinho e outros géneros que obtivera de empréstimo da Casa de Ceuta para serem destinados às despesas de manutenção da cidade de Ceuta, cujo custo deveria ser descontado naquilo que recebia pelo "assentamento de Ceuta"
35	1466-02-18	Porto	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez mercê de 70 000 reais a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, cuja quantia resultou da pena pecuniária aplicada aos judeus Abraão de Vitória e Salomão de Leão, moradores na cidade do Porto, por não terem declarado aquilo que compraram e venderam durante o ano de 1465, na qualidade de rendeiros das sisas do haver do peso e dos panos delgados da cidade portuense
36	1466-02-18	Porto	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação vitalícia do padroado do mosteiro da Ermida e das demais igrejas que lhe estavam anexas, entre as quais, o mosteiro de Baltar, a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, doação que se efectuou com o consentimento do bispo de Lamego, em cuja diocese se situavam aqueles mosteiros
37	1466-02-22	Águeda	Carta régia de tença	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual concedeu uma tença anual de 100 000 reais, desde o ano de 1466, em diante, a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, cuja tença lhe foi atribuída em substituição do pagamento e satisfação anual dos dinheiros que auferia pelo "assentamento de Ceuta"
38	1467-01-16	Évora	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação vitalícia da capitania e governo da cidade de Ceuta, com todos os poderes, rendas, prós e interesses, a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, renovando-lhe a prerrogativa de legar tudo num seu filho, qual ele nomeasse, ou em D. João de Noronha, seu irmão, em satisfação de 1 milhão e 500 000 reais que o monarca lhe tirara daquilo que auferia pelo "assentamento de Ceuta"

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
30	AN/TT	CHR, Afonso V, 9, 133v			AN/TT, LN, Místicos, 3, 245v-246	
31	AN/TT	CHR, Afonso V, 9, 133v			AN/TT, LN, Místicos, 3, 246-246v	
32	AN/TT	CHR, Afonso V, 8, 127v			AN/TT, LN, Místicos, 3, 47-47v	Primeira referência publicada nos <i>Descobrimientos Portugueses...</i> , vol. III, n.º 27, pp. 38-39 e por António Dias FARINHA, <i>Portugal e Marrocos...</i> , vol. II, n.º 124, pp. 316-317.
33	AN/TT	CHR, Afonso V, 14, 26				
34	AN/TT	CHR, Afonso V, 14, 25			AN/TT, LN, Místicos, 3, 33-33v	Primeira referência publicada por António Dias FARINHA, <i>Portugal e Marrocos...</i> , vol. II, n.º 135, pp. 342-344.
35	AN/TT	CHR, Afonso V, 14, 26				
36	AN/TT	CHR, Afonso V, 14, 26			AN/TT, LN, Místicos, 3, 280v-281	Tratam-se de igrejas e mosteiros actualmente localizados no concelho de Castro Daire, distrito de Viseu.
37	AN/TT	CHR, Afonso V, 14, 42				Publicada por António Dias FARINHA, <i>Portugal e Marrocos...</i> , vol. II, n.º 137, p. 347.
38	AN/TT	LN, Místicos, 3, 26v			AN/TT, LN, Livro das Ilhas, 27v	Primeira referência publicada nos <i>Descobrimientos Portugueses</i> , vol. III, n.º 37, p. 57. Segunda referência publicada por António Dias FARINHA, <i>Portugal e Marrocos...</i> , vol. II, n.º 141, pp. 351-352.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
39	1467-01-23	Évora	Escritura de contrato	Escritura pública do contrato feito entre D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, e o capitão dos ginetes Vasco Martins Chichorro, pelo qual este último, com o consentimento de el-rei D. Afonso V, trespassou ao conde vila-realense a fruição das rendas e direitos do serviço real dos judeus da vila de Leiria, a troco do recebimento de uma tença anual vitalícia de 30 000 reais
40	1467-01-27	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual confirmou e aprovou ao capitão dos ginetes Vasco Martins Chichorro e a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, o contrato que ambos fizeram relativamente ao trespasse das rendas do serviço real dos judeus da vila de Leiria
41	1467-06-05	Tavira	Procuração	Procuração de D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, e de D. Beatriz, sua mulher, pela qual sub-rogaram poderes no escudeiro Diogo Rodrigues, a fim de representá-los na feitura do contrato de casamento entre D. João de Noronha e D. Joana de Castro, filha de D. João de Castro, 1.º conde de Monsanto
42	1467-08-04	Lisboa	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez mercê da renda da dízima das coisas que havia na alfândega da cidade do Porto a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, confirmando-lhe formalmente a informação de um alvará de 1466-05-14, no qual D. Constança de Noronha, viúva de D. Afonso, 1.º duque de Bragança, fizera trespasse daquela renda ao conde vila-realense, seu sobrinho, a fim de ele havê-la e arrecadá-la
43	1467-09-30	Sintra	Carta régia	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual determinou que os oficiais ao serviço de D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, pudessem arrecadar e executar a cobrança das rendas alusivas ao "assentamento de Ceuta"
44	1470-11-19	Santarém	Carta régia	Carta de el-rei D. Afonso V dirigida aos juizes da vila de Santarém, mandando-lhes que fizessem apregoar o privilégio que o monarca fora servido conceder a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, relativamente à lezíria que ele tinha no termo daquela vila, junto a Valada, determinando que a mesma fosse coutada e que nela ninguém pudesse caçar coelhos ou outras peças de caça, sem sua autorização, sob pena de perder os cães e as armadilhas utilizadas, além de pagar 100 reais por cada peça caçada
45	1472-07-07	Óbidos	Carta régia de doação e confirmação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação vitalícia e hereditária da vila de Lamas de Orelhão e seu termo a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, com todas as jurisdições, rendas, direitos, etc., salvo correição e alçada, confirmando-lhe ainda a compra daquela vila que o conde vila-realense fizera em 1472-02-08, não obstante a falta de licença régia, ao seu ouvidor Lopo Esteves de Mesquita e Catarina Vaz Montinha, sua mulher, pelo preço de 90 000 reais
46	1474-05-08	Benavente	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez mercê a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, no sentido de lhe permitir a apresentação de todos os ofícios relativos à cidade de Ceuta, sob condição de os oficiais por ele nomeados serem sujeitos à confirmação régia
47	[1474]-05-09	Benavente	Alvará régio	Alvará de el-rei D. Afonso V dirigido a João de Matos e a Vasco Fernandes de Caminha, respectivamente, contador e recebedor-mor das coisas do reino de além-mar na cidade do Porto e nas comarcas de Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes, ordenando-lhes que cumprissem todos os mandados de cobrança e despesa do imposto dos "10 reais de Ceuta" que lhes fossem passados por D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, a quem pertencia o rendimento e arrecadação dos dinheiros de tal tributo, assim como o poder de nomeação de oficiais para o efeito

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
39	AN/TT	CHR, Afonso V, 33, 148-148v	40		AN/TT, LN, Místicos, 2, 74v-75v	
40	AN/TT	CHR, Afonso V, 33, 148-148v		39	AN/TT, LN, Místicos, 2, 74v-75v	
41	===	=====				Procuração inserta na escritura de contrato de casamento de 1467-09-21, publicada por D. António Caetano de SOUSA, <i>Provas...</i> , tomo VI/1, pp. 202-214.
42	AN/TT	LN, Místicos, 3, 276				Trata-se da renda da dízima da marçaria, incidida sobre as mercadorias das coisas das mulheres, ou seja, toda a sorte de objectos e acessórios de adorno da figura feminina, que chegavam às alfândegas portuárias do Reino.
43	AN/TT	LN, Místicos, 3, 275v-276				
44	AN/TT	LN, Místicos, 3, 32v	388			
45	AN/TT	CHR, Afonso V, 29, 108v-109			AN/TT, LN, Místicos, 3, 4v-5v	O documento declara que Lopo Esteves de Mesquita adquiriu a vila de Lamas de Orelhão a Fernão Coutinho, a quem el-rei D. Afonso V fizera dela doação, por uma carta de 1462-07-01.
46	AN/TT	CHR, Afonso V, 32, 75v			AN/TT, LN, Místicos, 2, 9-9v	Primeira referência publicada por António Dias FARINHA, <i>Portugal e Marrocos...</i> , vol. III, n.º 76, pp. 120-121.
47	AN/TT	LN, Místicos, 2, 52-52v	64			O alvará régio apresenta erradamente a data de 1478-05-09. A data correcta surge na carta régia de 1478-10-17, assinalada com o n.º 64.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
48	1474-09-14	Lisboa	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual confirmou e aprovou a perfilhação de filho que D. Constança de Noronha, viúva de D. Afonso, 1.º duque de Bragança, fizera de D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, a fim de este se tornar no herdeiro universal de todos os seus bens móveis e de raiz
49	1475-03-18	Évora	Carta régia de venda	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual vendeu a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, todas as propriedades, rendas, direitos, foros, tributos, pertenças e coisas, salvo certos bens e direitos na mesma carta declarados, que tinha na vila de Leiria e seus termos, pelo preço de 19 000 coroas (2 milhões e 280 000 reais), em satisfação e cumprimento de um contrato inicialmente tratado no ano de 1466, alusivo ao mesmo objecto, mas que não fora reduzido à fé pública, mediante as seguintes condições: a obrigação de todos os bens andarem íntegros, na posse do dito conde, em sua vida e na vida de um seu filho que herdasse o morgado da sua casa; a obrigação da entrega anual de uma renda de 85 moios de trigo e de 9 moios de cevada para pagamento das tenças, despesas e ofertas que a Coroa fazia no mosteiro de Santa Maria da Vitória; e a possibilidade de todos os bens vendidos serem readquiridos pela Coroa, se assim o entendesse, após a morte do sucessor do conde vila-realense, pelo mesmo preço de venda
50	1475-04-23	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual confirmou e aprovou a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, e a D. Beatriz, sua mulher, que as 20 000 coroas que o monarca lhes prometera para seu o casamento pudessem ser remuneradas em benefício dos herdeiros do conde vila-realense, caso este viesse a falecer, num prazo máximo de 4 anos
51	1475-10-20	Zamora	Carta régia de doação e aforamento	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação e aforamento enfiteuse dos paços, casas, cavaliarias e quintais situados junto ao mosteiro de Santa Maria do Carmo, em Lisboa, a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, com todos os privilégios e liberdades adstritos ao chamado "bairro do almirante", aonde se localizavam aqueles paços, sob condição de todo o conjunto edificado andar na posse dos herdeiros da casa vila-realense, mais a obrigação de satisfazer ao monarca e seus sucessores um foro anual de 1 onça de prata da marca da cidade de Lisboa
52	[1475-11-19]	Zamora	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual determinou que as tenças que vagavam por morte das várias pessoas e oficiais que recebiam os seus mantimentos de pão, rateados nos 85 moios de trigo e nos 9 moios de cevada que D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, e seus herdeiros, estavam obrigados a entregar para as ofertas e tenças que a Coroa fazia no mosteiro de Santa Maria da Vitória, ficassem livremente na posse do conde vila-realense e dos seus sucessores
53	1476-02-18	Toro	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual restituiu e fez doação vitalícia e hereditária dos condados de Gijón e Noreña, em Castela, com seus títulos, a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, com todas as suas vilas, terras, jurisdições, rendas, direitos, etc., em sucessão ao seu avô D. Afonso, filho natural de Henrique II, rei de Castela
54	1476-07-24	Porto	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação vitalícia e hereditária das vilas de Freixiel e de Abreiro e seus termos a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, com todas as jurisdições, rendas, direitos, padroados de igrejas, etc., salvo correição, apelação, alçada e as sisas gerais dos judeus e dos mouros

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
48	AN/TT	LN, Místicos, 3, 1-2				O pedido de confirmação régia foi solicitado pelo conde de Vila Real e por Fernão de Magalhães e Beatriz de Mesquita, sua mulher, na qualidade de procuradores substabelecidos pela duquesa D. Constança de Noronha.
49	AN/TT	CHR, Afonso V, 30, 93-94	353		AN/TT, LN, Místicos, 2, 65-66v	Neste documento, não foi contemplada a venda dos direitos da alcaidaria-mor e das rendas da judiaria, por o conde de Vila Real detê-los noutra carta, assim como não foi contemplada a venda das rendas das sisas gerais dos panos e dos vinhos e ainda dos paços régios de São Pedro, que o monarca reservou para si. Segunda referência publicada por Manuel HELENO, <i>Antiguidades...</i> , n.º 8, pp. 49-53 e por Saul António GOMES, <i>Introdução à História...</i> , 2.ª ed., n.º 242, pp. 344-345.
50	AN/TT	CHR, Afonso V, 30, 94-94v		19	AN/TT, LN, Místicos, 2, 66v-68v	
51	AN/TT	CHR, Afonso V, 7, 10			AN/TT, LN, Místicos, 3, 17-17v	
52	AN/TT	CHR, Afonso V, 6, 127v	358		AN/TT, LN, Místicos, 3, 13v-14	Ambos os registos da CHR e da LN apresentam erradamente a data de 1476-11-19. Nesta data, D. Afonso V itinerava em França. A data correcta surge num traslado da carta régia de 1530-08-26, assinalada com o n.º 358.
53	BA	Códice 46-IX-13, 103-107				Cópia setecentista. Publicada por Mafalda de Noronha WAGNER, <i>A Casa de Vila Real...</i> , pp. 397-398.
54	AN/TT	CHR, Afonso V, 6, 127v	131			

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
55	1476-07-24	Porto	Carta régia	Carta que el-rei D. Afonso V dirigiu a João de Matos, contador de tudo o que tocasse ao imposto dos "10 reais de Ceuta" cobrado nas comarcas de Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes, ordenando-lhe que não cumprisse quaisquer mandados e diplomas de privilégios de isenção de pagamento daquele imposto que lhe fossem apresentados por quaisquer senhores e pessoas das cidades e vilas daquelas comarcas, uma vez que sua vontade era que todos, sem excepção, pagassem tal imposto, por fazer mercê a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, a quem dera a apropriação dos dinheiros resultantes da cobrança do referido imposto
56	1476-08-03	Porto	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. Afonso V, pela qual concedeu uma tença anual de 25 000 reais, desde o ano de 1476, em diante, a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, e a um seu filho sucessor, qual ele nomeasse, em pagamento e satisfação da renúncia das jugadas do pão e do relego da vila de Penela, que o monarca resolveu doar em favor do conde de Penela, por este as demandar ao dito conde de Vila Real, declarando-se ainda que o vencimento da tença seria feito à custa da renda das sisas da vila de Leiria, até ser comutado pela doação de uma qualquer alcaidaria-mor que vagasse e agradasse ao conde vila-realense, com as respectivas rendas, direitos e castelo, altura em que também o recompensaria com uma mais-valia no valor de 10 000 reais
57	1476-08-11	Lisboa	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez mercê a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, no sentido de ter o direito de aposentar a gente da sua casa na judiaria da vila de Leiria, em virtude do referido conde estanciar algumas vezes na vila leiriense
58	1476-08-16	Óbidos	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação vitalícia da portagem da vila de Tavira a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, fruindo e arrecadando todos os direitos reais, propriedades, foros e tributos que andassem arrendados, salvo aqueles que respeitassem à dízima nova do pescado, às sisas e à alfândega
59	1476-08-21	Lisboa	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez mercê a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, no sentido de o seu filho maior poder sucedê-lo e herdar a sua casa, com todos os privilégios, liberdades e franquezas que o mesmo conde tinha e fruía em todas as cartas e alvarás concedidos por el-rei
60	1476-08-26	Óbidos	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual concedeu a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, a mercê vitalícia de nomear corregedor para a vila de Leiria e seu termo, pelo tempo de 3 anos, assim como designar escrivão que o assistisse e ainda a mercê de dar todos os ofícios que naquela vila e termo se achassem vagos, salvo o ofício de monteiro-mor e os ofícios respeitantes à Fazenda
61	1477-01-07	Paris	Carta régia	Carta de el-rei D. Afonso V dirigida a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, agradecendo-lhe a intenção de lhe querer emprestar certa soma de dinheiro para as despesas da viagem que então fazia no Reino de França, pedindo-lhe, todavia, que fosse mais servido em despender a sua fazenda ao serviço do príncipe D. João, informando-o ainda sobre as notícias e acontecimentos ocorridos naquelas paragens, destacando-lhe o facto de o exército de Carlos, <i>o Temerário</i> , duque de Borgonha, ter sido desbaratado pelo exército de Renato, duque de Lorena, não se sabendo ainda ao certo o paradeiro do duque borgonhês

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
55	AN/TT	CHR, Afonso V, 7, 11-11v			AN/TT, LN, Místicos, 3, 17v-18	
56	AN/TT	CHR, Afonso V, 6, 128	76		AN/TT, LN, Místicos, 3, 14-14v	<p>O rei pretendeu satisfazer a renúncia com a outorga da vila do Rabaçal, atestando a doação deste lugar que D. Pedro, filho do Infante D. Pedro, fizera ao conde de Vila Real. Porém, tal não foi avante, uma vez que D. Afonso V resolveu doar a vila do Rabaçal ao príncipe D. João, seu filho.</p> <p>Segunda referência publicada por Saul António GOMES, <i>Introdução à História...</i>, 2.ª ed., n.º 244, p. 346.</p>
57	AN/TT	CHR, Afonso V, 7, 39v				
58	AN/TT	CHR, Afonso V, 7, 39v				
59	AN/TT	CHR, Afonso V, 7, 39v	62 97			
60	AN/TT	CHR, Afonso V, 7, 97			AN/TT, LN, Místicos, 3, 214-214v	Primeira referência publicada por Saul António GOMES, <i>Introdução à História...</i> , 2.ª ed., n.º 246, p. 347.
61	BP Évora	Códice CHII/2-20, 133v-134			<p>BPM Porto, Manuscrito 851, 131-131v; BNP, Códice 1054, 58v-59, 3776, 149-151 e Códice 8920, 221v-222; BACL, Códice 73 (Azul), 26v-28; BNE, Manuscrito 2420, 135-136v; RAH, Colección Salazar y Castro, N-76, 54-54v.</p>	<p>Publicada por Joaquim Veríssimo SERRÃO, <i>Relações Históricas...</i>, pp. 170-172).</p> <p>Todas as fontes secundárias indicadas, salvo as duas primeiras, apresentam erradamente a datação de 1487-01-21.</p>

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
62	1478-05-12	Lisboa	Carta régia	Carta testemunhável que el-rei D. Afonso V outorgou a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, atestando-lhe a carta régia de 1476-08-21, pela qual lhe fez mercê no sentido de o seu filho maior poder sucedê-lo e herdar a sua casa, com todos os privilégios, liberdades e franquezas que tinha e fruía em todas as cartas e alvarás concedidos por el-rei
63	1478-05-15	Lisboa	Alvará régio	Alvará de el-rei D. Afonso V, pelo qual determinou que os poderes dados a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, relativamente à nomeação de juiz que conhecesse os feitos de todos os seus reguengos e direitos, assim como à permissão de o seu ouvidor fazer correição e dar cartas de seguro em todas as suas terras, sem nelas entrar o corregedor de comarca nomeado por el-rei, fossem também entendidos em todas as vilas, cuja posse e senhorio pertencesse ao conde vila-realense, acrescentando-se que tudo assim se verificasse sem embargo de quaisquer capítulos de Cortes dados em sentido contrário
64	1478-10-17	Évora	Carta régia	Carta testemunhável que el-rei D. Afonso V outorgou a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, atestando-lhe o alvará de 1474-05-09 que dirigira a João de Matos e a Vasco Fernandes de Caminha relativamente à ordem segundo a qual eles deveriam cumprir todos os mandados de cobrança e despesa do imposto dos "10 reais de Ceuta" que lhes fossem passados pelo conde vila-realense
65	1479-03-09	Évora	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez mercê de oferecer a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, o traslado conjunto da sua carta de 1462-09-14 e do seu alvará de 1478-05-15, ambos relativos aos poderes que tinha de nomear juiz que conhecesse feitos e de nomear ouvidor que fizesse correição em todas as suas vilas, terras, rendas e direitos, sem embargo de quaisquer capítulos de Cortes
66	1480-06-21	Vila Viçosa	Alvará	Alvará dos vedores da fazenda de el-rei dirigido a Fernando Álvares Vieira, juiz da alfândega da cidade do Porto, mandando-lhe que entregasse ao recebedor de D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, tudo aquilo que respeitasse à renda da dízima dos espelhos redondos, fossem grandes ou pequenos, por tal dízima lhe ser pertencente, informando-o ainda que quanto à mercadoria descaminhada que fora tomada numa nau vinda da Flandres, reclamada ao dito juiz pelo mesmo conde através de carta testemunhável, não tomasse qualquer iniciativa até se determinar a quem de direito pertenceria tal mercadoria
67	1481-01-25	Tentúgal	Sentença régia	Carta de sentença de el-rei D. Afonso V dirigida aos juízes da vila de Leiria, pela qual lhes fez saber que fora servido determinar a anulação das sentenças e determinações dadas por Fernão de Lamego, corregedor pelo monarca na comarca da Estremadura, contra João Leitão, almoxarife nomeado naquela vila por D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, relativamente aos penhores que o dito almoxarife fizera aos lavradores leirienses, por estes se acharem endividados nas jogadas de pão que o conde vila-realense tinha direito a receber na mesma vila e seus termos, uma vez que pela carta de contrato de venda sobre várias propriedades, rendas, direitos, etc. existentes em Leiria e seus termos, que el-rei fizera ao sobredito conde, o referido almoxarife poderia conhecer jurisdição de acção nova e encaminhá-la para o ouvidor do mesmo conde e daqui para o juiz dos feitos de el-rei
68	1483-05-08	Santarém	Carta régia de padrão	Carta de el-rei D. João II, pela qual concedeu uma tença anual de 200 000 reais a D. Fernando de Meneses, em pagamento e satisfação de seu assentamento

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
62	AN/TT	CC, III, maço 2, n.º 18	97 118	59		
63	AN/TT	CHR, Manuel I, 41, 96v-97	65		AN/TT, LN, Místicos, 4, 74-75	
64	BA	Códice 46-IX-13, 98-101		47		Cópia setecentista.
65	AN/TT	CHR, Manuel I, 41, 96v-97	74	20 63	AN/TT, LN, Místicos, 4, 74-75	
66	AN/TT	CRC, NA 110, 55v-56			AN/TT, CI, 192, 4-4v	
67	AN/TT	CHR, Afonso V, 26, 152-152v			AN/TT, LN, Místicos, 2, 13-15v	Segunda referência publicada por Saul António GOMES, <i>Introdução à História...</i> , 2.ª ed., n.º 247, pp. 347-348.
68	AN/TT	CHR, João II, 24, 90	98			

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
69	1483-05-[15]	Avis	Carta régia de procuração	Carta de procuração de el-rei D. João II, pela qual substabeleceu poderes a D. João Galvão, arcebispo de Braga, e a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, a fim de receberem, em nome do monarca, o príncipe D. Afonso, seu filho, que estivera em terçaria na vila de Moura, ao cuidado da Infanta D. Beatriz, sua sogra, a quem deveriam dar quitação de todas as obrigações de terçadora que lhe haviam sido confiadas
70	[1483-07-17]	Abrantes	Carta régia de segurança	Carta de el-rei D. João II, pela qual concedeu segurança a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, por ter sido juiz no feito que determinou a sentença de morte a D. Fernando, 3.º duque de Bragança, a qual segurança lhe foi dada para não sofrer qualquer prejuízo, em virtude da decisão do referido feito, caso outras ordens já anteriormente passadas para o efeito lhe não valessem
71	1483-10-08	Abrantes	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João II, pela qual concedeu uma tença anual vitalícia no valor de 100 000 reais a D. Fernando de Meneses, vencendo-a desde o ano de 1484, em diante, na mesma forma que era vencida pelo seu pai D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, que fez renúncia dela nas mãos do monarca para ser doada ao seu filho sucessor
72	1483-10-17	Chão de Couce	Juramento e homenagem	Juramento e homenagem que D. Fernando de Meneses prestou ao seu pai D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, a fim de exercer, em seu nome, o cargo de capitão e governador da cidade de Ceuta
73	1486-04-25	Santarém	Carta régia	Traslado da carta de el-rei D. João II remetida aos regedores e homens bons da cidade do Porto, na qual, entre outros assuntos, reconheceu à mesma cidade o privilégio de nela e nos seus termos não se carregar pão, em virtude da grande esterilidade então ocorrente e que, nesse sentido, D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, tivera por bem acatar o mandado que lhe fora notificado, a fim de não usar de uma licença régia que recebera para carregar pão na cidade portuense
74	1486-06-06	Santarém	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João II, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, os poderes que tinha de nomear juiz que conhecesse feitos e de nomear ouvidor que fizesse correição em todas as suas vilas, terras, rendas e direitos, conforme averbado numa carta de 1479-03-09 que el-rei D. Afonso V lhe outorgara para o mesmo efeito
75	1487-01-30	Lisboa	Carta de composição e transacção	Instrumento público de transacção feito entre D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, e Nicolau de Rás, testamenteiro da "almiranta" D. Beatriz Pereira, já finada, pelo qual se concertaram sobre certas demandas derivadas dos bens e obrigações da defunta, ajustando-se para o conde vila-realense a posse de umas casas que ela edificara acerca dos seus paços, a par do mosteiro do Carmo, mais o foro de 23 quintais de figos que ainda lhe eram devidos, e para o testamenteiro, uma quantia de 80 000 reais paga pelo referido conde, que lhe ficou obrigado a liquidá-la até ao fim do ano de 1487
76	1487-10-22	Santarém	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. João II, pela qual fez doação do castelo e fortaleza da vila de Ourém, assim como outras rendas e direitos declarados na mesma carta, a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, e a um seu filho sucessor, qual ele nomeasse, em satisfação e cumprimento das cláusulas contratadas numa carta de 1476-08-03 de el-rei D. Afonso V, alusiva à concessão de um padrão anual de 25 000 reais, cujo efeito doravante se dava por nulo, doando-lhe ainda as rendas da portagem e da sisa judenga da vila oureense, mais 1 170 reais da primeira renda anual dos vinhos da mesma vila, satisfazendo uma mais-valia de 10 000 reais que fora igualmente prometida naquela carta afonsina

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
69	BNP	PBA, Códice 443, 30v-31v				Registada por Álvaro Lopes de CHAVES, <i>Livro de Apontamentos...</i> , pp. 99-100. O dia 15 é inferido, a fim de se conformar em sequência ao documento n.º 322 publicado nos <i>Documentos referentes...</i> , vol. II, pp. 262-267.
70	AN/TT	CHR, João II, 26, 130-130v				O documento apresenta a data de 1483-06-17, que se presume ser errada, visto que os registos da <i>Chancelaria Régia</i> dados na vila de Abrantes começaram a partir de meados do mês de Julho.
71	AN/TT	CHR, Manuel I, 40, 21	99		AN/TT, LN, Místicos, 1, 67v-68	O 3.º conde de Vila Real obteve esta tença no reinado de D. Afonso V, por carta de 1466-02-22: veja-se o documento assinalado com o n.º 37.
72	BA	Códice 46-IX-13, 3-5				Cópia setecentista.
73	AHM Porto	Vereações, 5, 68-69				
74	AN/TT	CHR, Manuel I, 41, 96v-97	110	65	AN/TT, LN, Místicos, 4, 74-75	
75	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 1, n.º 2				Publicada por José Mendes da Cunha SARAIVA, <i>Alguns Diplomas Particulares...</i> , pp. 53-57.
76	AN/TT	CHR, João II, 21, 37v-38			AN/TT, LN, Místicos, 2, 194-195v	Contém o traslado da carta régia de 1476-08-03, assinalada com o n.º 56. Primeira referência publicada por Saul António GOMES, <i>Introdução à História...</i> , 2.ª ed., n.º 254, pp. 350-351.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
77	1489-02-27	Beja	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. João II, pela qual fez doação vitalícia da vila de Ourém a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, com todas as jurisdições, rendas, direitos, etc., salvo correição, alçada, sisas gerais, padroados de igrejas e jantar, mandando ainda que ele fosse investido no título de conde da mesma vila, em satisfação dos diversos serviços que prestou a el-rei D. Afonso V, quer além-mar, em África, quer nas terras de Castela, sobretudo, na batalha de Toro
78	[1489-03-01]	Beja	Oração	Oração proferida pelo doutor João Teixeira, chanceler-mor de el-rei D. João II, quando este monarca concedeu a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, a nobilitação titular do marquesado da mesma vila
79	1490-04-06	Évora	Alvará régio de padrão	Alvará de padrão de el-rei D. João II, pelo qual determinou que D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, recebesse uma quantia anual de 322 858 reais, em satisfação do seu assentamento, calculado na soma de 242 000 reais, que já auferia, mais 80 858 reais, que o monarca foi servido acrescentar-lhe, quando lhe deu o título de marquês
80	1490-07-23	Évora	Carta régia de padrão	Carta de el-rei D. João II, pela qual concedeu uma tença anual de 100 000 reais, desde o ano de 1490, em diante, a D. Fernando de Meneses, em pagamento e satisfação dos serviços prestados nas guerras feitas aos mouros, nas partes de África
81	1490-07-23	Évora	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. João II, pela qual fez doação vitalícia das rendas das jugadas, reguengo e oitavos, portagem e alcaidaria e mais outras rendas e direitos do lugar de Rio Maior a D. Fernando de Meneses, em satisfação dos serviços prestados nas guerras feitas contra os mouros, nas partes de África
82	1494-01-27	Lisboa	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João II, pela qual determinou que D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, recebesse uma quantia anual de 192 858 reais, em satisfação do seu assentamento, substituindo assim a quantia de 322 858 reais anteriormente estabelecida, por alvará régio de 1490-04-06, mediante um desconto de 130 000 reais rendidos pela portagem da vila de Santarém, conforme ficara concertado entre o monarca e o marquês, quando este recebeu daquele a doação da vila de Ourém, declarando-se ainda em apostila que o desconto de 130 000 reais, alusivo ao quinquénio 1489-1493, que o rei ainda não embolsara, seria subtraído do valor de 240 000 reais de tenças que o marquês auferia na mesma vila de Santarém, acabando assim por ficar com um lucro de 110 000 reais por cada ano daquele período quinquenal
83	1494-03-04	Lisboa	Escritura de aforamento enfiteuse	Instrumento de novo aforamento enfiteuse de um assentamento de casas, com seu quintal e chouso, situadas no seu bairro, que D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, fez à talheira Inês Rodrigues, viúva do talheiro Diogo Vaz, pelo foro anual de 500 reais e 6 galinhas, tudo pago no dia de Páscoa, comutando, por mercê do marquês senhorio, o anterior contrato, pelo qual a foreira estava obrigada a pagar um foro anual de 300 reais e 2 galinhas, mas no qual caíra em comisso, há já diversos anos, sendo disso perdoada devido às muitas benfeitorias que ela realizara no imóvel
84	[1495]-10-26	Viana [a par de Alvito]	Carta	Carta da Infanta D. Beatriz, sogra de el-rei D. João II, dirigida a D. Fernando de Meneses, filho herdeiro do 1.º marquês de Vila Real, solicitando-lhe que partisse para a vila de Santarém, com a tarefa de guardar e proteger a “rainha” D. Joana, <i>a Excelente Senhora</i> , impedindo que alguém a fizesse sair do mosteiro onde se encontrava, a fim de evitar algum caso fortuito que originasse a quebra das pazes entre Portugal e Castela, dando-lhe ainda a autorização para requisitar o serviço dos seus criados e do duque [de Beja], seu filho, residentes na vila escalabitana, caso lhe fossem necessários

N.º	Arquivo	Cota	Inserção no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
77	AN/TT	LN, Místicos, 2, 118-118v				Fonte parcialmente impressa na <i>Oração que teve Ioam Teyxeira [...]</i> , [fls. 23-23v].
78	BNP	RES, Série Vermelha, n.º 80				Trata-se da <i>Oração que teve Ioam Teyxeira [...]</i> . Fonte impressa, publicada em Coimbra, por João Álvares, impressor da Universidade, no ano de 1562.
79	AN/TT	LN, Místicos, 2, 239-239v	82			
80	AN/TT	CHR, João II, 16, 57				
81	AN/TT	CHR, João II, 16, 83			AN/TT, LN, Místicos, 2, 195v-196	
82	AN/TT	LN, Místicos, 2, 239-239v				
83	AN/TT	CCA, maço 38, n.º 4				
84	BP Évora	Códice CIII/2-26, 33-33v				O ano de 1495 é inferido. Nesta carta, a Infanta escreveu que « <i>El-rei, meu senhor, está mal (...)</i> », não obstante D. João II ter falecido no dia anterior, cuja notícia, decerto, ainda não tinha chegado ao seu conhecimento.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
85	1496-02-19	Montemor -o-Novo	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação da renda e direitos do serviço novo dos judeus da vila de Almeida, desde o ano de 1494, em diante, a D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real e senhor da dita vila, eximindo assim uma das reservas que el-rei D. Afonso V mandara inscrever na carta de doação de 1458-07-05 que outorgara ao mesmo senhor
86	1496-02-22	Montemor -o-Novo	Alvará de licença	Alvará de licença de D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, dirigido a João Álvares de Gouveia, cavaleiro da sua casa, encarregado das "coisas" do seu bairro em Lisboa, informando-o que fora servido autorizar que [o pintor] João Correia e Beatriz Eanes, sua mulher, vendessem a Inês Afonso, [mulher viúva,] umas casas [situadas na rua Direita], com seu foro [de 150 reais e 2 galinhas] pago ao marquês senhorio, [segundo o contrato de emprazamento que dele tinham, pelo preço de 12 000 reais,] ordenando-lhe ainda que mandasse fazer duas escrituras relativas à transacção, uma para ele, marquês, e outra para a nova foreira
87	1496-07-31	Alcochete	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, dirigida à cidade de Évora, informando-a que el-rei tinha o desejo de fazer mercê e responder aos apontamentos que lhe foram apresentados pelos procuradores que a mesma cidade a isso deputou, mas que, enquanto isso não acontecia, os desobrigava de aguardarem demoradamente por uma réplica e lhes permitia que regressassem a casa para poderem realizar a colheita das suas novidades, convidando-os, porém, a voltarem à presença dele na véspera do dia de Todos-os-Santos, na vila de Santarém, onde então daria a devida resposta aos seus apontamentos
88	1496-10-11	Torres Vedras	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. Manuel I, pela qual determinou que D. Fernando de Meneses, filho do 1.º marquês de Vila Real, recebesse uma quantia anual de 242 857 reais, em satisfação do seu assentamento, calculado na soma de 200 000 reais, que já auferia, mais 42 857 reais, que o monarca foi servido acrescentar-lhe, executando assim um alvará de el-rei D. João II, no qual lhe fora prometido um acréscimo no dito assentamento, a vencer desde 1490, em diante, devido à elevação do seu pai ao título de marquês, declarando-se, porém, nesta nova carta, que auferisse apenas os retroactivos existentes desde 1492, em diante, visto que os dinheiros relativos ao biénio 1490-1491 já lhe tinham sido pagos
89	1496-11-15	Muge	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação vitalícia e hereditária da vila de Alcoutim, segundo a forma da <i>Lei Mental</i> , a D. Fernando de Meneses, filho do 1.º marquês de Vila Real, com todas as suas jurisdições, rendas, direitos, etc., salvo correição, alçada, sisas gerais e alfândega, mandando ainda que fosse investido no título de conde da mesma vila, cujo senhorio já detinha, por casamento contraído com D. Maria Freire de Andrade, sua mulher, donatária do mesmo, a qual doação se realizou em satisfação dos serviços que ele prestara na guerra contra os mouros, em África, assim como dos serviços outrora praticados pelos seus ascendentes linhagísticos, em prol dos reis antecessores e da Coroa de Portugal, declarando-lhe ainda que, logo que sucedesse no marquesado do seu pai, a sucessão deste condado seria transmitida ao seu filho primogénito e varão, a fim de este poder intitular-se conde da referida vila e que, atingindo os 15 anos de idade, pudesse também fruir todas as prerrogativas doadas na presente carta
90	1496-11-25	Muge	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação e provimento do ofício de fronteiro-mor do Reino do Algarve a D. Fernando de Meneses, 1.º conde de Alcoutim, a quem cometeu o seu exercício vitalício, com todos os poderes, comando e governo militar, conforme noutro tempo foram havidos pelo Infante D. Fernando, pai do monarca

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
85	AN/TT	CHR, Manuel I, 26, 59v-60				
86	AN/TT	CCA, maço 38, n.º 5				Este alvará está inserto numa escritura de venda celebrada em Lisboa, 1496-02-29.
87	AD Évora	Códice 73, n.º 116				
88	AN/TT	LN, Místicos, 1, 12v-13				
89	AN/TT	LN, Místicos, 1, 286-287v	266			
90	AN/TT	LN, Místicos, 1, 293-294				

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
91	1496-11-29	Muge	Carta régia de seguro	Carta de seguro de el-rei D. Manuel I, pelo tempo de 8 anos, compreendidos entre 1497 e 1504, outorgada a D. Fernando de Meneses, 1.º conde de Alcoutim, pela qual lhe garantiu, em caso de falecimento, a retenção de todos os dinheiros que ele deveria receber no período mencionado, pelos seus assentamentos e tenças, mandando que fossem liquidados através das rendas do almoxarifado da vila de Tavira ou da sisa da marçaria da cidade de Lisboa, durante o prazo estabelecido, a fim de tais dinheiros serem disponibilizados para o pagamento das dívidas que o mesmo conde contraíra, satisfazendo assim quaisquer cobranças que fossem exigidas pelos seus credores, mas apenas àqueles com quem ele tivesse contratos celebrados para o efeito, ficando tais credores habilitados a sacar as quantias que lhes eram devidas
92	1496-12-08	Muge	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação vitalícia das rendas e direitos da portagem da vila de Tavira, salvo a sisa nova do pescado, alfândega e sisas gerais, desde o ano de 1497, em diante, a D. Fernando de Meneses, 1.º conde de Alcoutim, na mesma forma que as tinha o seu pai D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, que fez renúncia delas nas mãos do monarca para serem doadas ao seu filho sucessor
93	1497-07-12	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual confirmou e renovou a D. Fernando de Meneses, 1.º conde de Alcoutim, o privilégio de couto dado a 30 homiziados que vivessem naquela vila algarvia e seu termo, até 7 léguas, com base na carta de 1458-11-07 que el-rei D. Afonso V outorgara a João Freire de Andrade, sogro do dito conde, que fruía de uma prerrogativa para apenas 15 homiziados que vivessem na dita vila e seu termo, até 10 léguas
94	1497-07-12	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Manuel I, em mercê de um requerimento de D. Fernando de Meneses, 1.º conde de Alcoutim, pela qual confirmou aos moradores de Rio Maior, que lhe pagavam jugadas e oitavos, o privilégio de não serem constrangidos a servir com roupa quando o monarca pousasse na vila de Santarém, certificando assim o conteúdo da carta de 1452-01-15 que el-rei D. Afonso V outorgara no mesmo sentido aos jugadeiros rio-maiorenses
95	1497-07-12	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual confirmou a D. Fernando de Meneses, 1.º conde de Alcoutim, os privilégios de nomear o coudel daquela vila algarvia e de nenhum oficial de el-rei entrar nela para acontiar ou fazer alardos, certificando assim o conteúdo da carta de 1471-10-28 que el-rei D. Afonso V outorgara no mesmo sentido a D. Leonor da Silva, viúva de João Freire de Andrade, e a D. Maria Freire de Andrade, sua filha
96	1497-07-12	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Manuel I, em mercê de um requerimento de D. Fernando de Meneses, 1.º conde de Alcoutim, pela qual confirmou ao concelho e homens bons da vila de Alcoutim vários privilégios anteriormente outorgados pelos reis de Portugal, entre os anos de 1304 e de 1441
97	1497-07-12	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual confirmou a D. Fernando de Meneses, 1.º conde de Alcoutim, todos os privilégios, liberdades e franquezas, conforme averbado na carta de mercê de 1476-08-21 que el-rei D. Afonso V outorgou ao seu pai D. Pedro de Meneses, então, 3.º conde de Vila Real, àquela data
98	1497-07-13	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual confirmou a D. Fernando de Meneses, 1.º conde de Alcoutim, uma tença anual de 200 000 reais, em pagamento e satisfação de seu assentamento, conforme averbado numa carta de 1483-05-08 que el-rei D. João II lhe outorgara para o mesmo efeito
99	1497-07-13	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual confirmou a D. Fernando de Meneses, 1.º conde de Alcoutim, uma tença anual de 100 000 reais, conforme averbado numa carta de 1483-10-08 que el-rei D. João II lhe outorgara para o mesmo efeito

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
91	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 2, n.º 5	148			Publicada por José Mendes da Cunha SARAIVA, <i>Alguns Diplomas Particulares...</i> , pp. 10-11.
92	AN/TT	LN, Místicos, 1, 15-16	264			O 1.º marquês de Vila Real obteve esta doação no reinado de D. Afonso V, por carta de 1476-08-16: veja-se o documento assinalado com o n.º 58.
93	AN/TT	CHR, Manuel I, 32, 10		356	AN/TT, LN, Guadiana, 1, 296v	Estes homiziados da vila de Alcoutim teriam os mesmos privilégios fruídos pelos homiziados da vila de Mértola.
94	AN/TT	CHR, Manuel I, 32, 50-50v			AN/TT, LN, Místicos, 1, 70v-71	O registo da LN apresenta erradamente a data de 1497-07-21.
95	AN/TT	CHR, Manuel I, 40, 5		354	AN/TT, LN, Guadiana, 1, 295v-296; e LN, Místicos, 1, 73v	No registo LN, Místicos, 1, 73v, a carta de el-rei D. Afonso V apresenta a data de 1472-10-28 e a confirmação de el-rei D. Manuel I apresenta a data de 1497-07-16.
96	AN/TT	CHR, Manuel I, 40, 5-6			AN/TT, LN, Guadiana, 1, 64v-67	A carta manuelina confirmou outra de el-rei D. João II, cujo escatocolo não apresenta data, a qual, por sua vez, confirmou outra carta de el-rei D. Afonso V, datada de 1449-08-19, contendo os referidos privilégios.
97	AN/TT	CHR, Manuel I, 40, 21		59	AN/TT, LN, Místicos, 1, 68	
98	AN/TT	CHR, Manuel I, 32, 50		68	AN/TT, LN, Místicos, 1, 69v- 70	
99	AN/TT	CHR, Manuel I, 40, 21	229	71	AN/TT, LN, Místicos, 1, 67v-68	

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
100	1497-07-13	Évora	Carta régia de padrão	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual concedeu uma tença anual de 100 000 reais, desde o ano de 1497, em diante, a D. Fernando de Meneses, 1.º conde de Alcoutim, em pagamento e satisfação dos serviços prestados nas guerras feitas aos mouros, nas partes de África, pela mesma forma que tinha por outra semelhante carta de padrão, dada por el-rei D. João II, que foi rompida com a concessão desta nova carta
101	1497-07-13	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual confirmou a D. Fernando de Meneses, 1.º conde de Alcoutim, a posse dos moinhos que o seu sogro João Freire de Andrade, já falecido, mandara construir no esteiro salgado da Amarela, em Alcoutim, sem licença régia, a qual posse houve pelo seu casamento com D. Maria Freire de Andrade, certificando assim o conteúdo da carta de 1467-05-13 que el-rei D. Afonso V outorgara no mesmo sentido a D. Leonor da Silva, sogra do dito conde
102	1497-07-13	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual confirmou a D. Maria Freire de Andrade, condessa de Alcoutim, a doação da dízima de todos os espelhos, aguilhões, pentes, cofres, arcas e outras coisas que a Coroa arrecadava na alfândega de Alcoutim, conforme averbado numa carta de 1481-07-13 que el-rei D. Afonso V lhe outorgara para o mesmo efeito
103	1497-11-14	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Manuel I, em mercê de um requerimento de D. Fernando de Meneses, 1.º conde de Alcoutim, pela qual confirmou a D. Maria Freire de Andrade, sua mulher, a doação de uma tença anual de 16 000 reais que el-rei D. Afonso V lhe outorgara numa carta de 1474-07-08, em satisfação da renda da dízima da alfândega da vila de Alcoutim, que lhe estava doada, mas que o <i>Africano</i> mandou reverter para a posse da Coroa
104	1497-11-14	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Manuel I, em mercê de um requerimento de D. Fernando de Meneses, 1.º conde de Alcoutim, pela qual confirmou a D. Maria Freire de Andrade, sua mulher, a doação vitalícia da renda da dízima e ramo da louça da vila de Alcoutim, com base na carta de 1478-10-30 que el-rei D. Afonso V outorgara a D. Leonor da Silva, mãe de D. Maria, a qual renda lhe foi trespassada pela mesma sua mãe, por ocasião do seu casamento com o dito conde
105	1498-03-07	Lisboa	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação vitalícia e hereditária de diversos bens de raiz situados na vila de Vila Real e seu termo, declarados na mesma carta e avaliados no valor de 56 035 reais, a D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, cujos bens foram confiscados a Pêro Lourenço, que foi almoxarife naquela vila, por dívidas à Coroa no recebimento da receita do ano de 1490 do almoxarifado vila-realense
106	1498-04-04	Évora	Alvará régio de mercê	Alvará de el-rei D. Manuel I, pelo qual fez mercê a D. Fernando de Meneses, 1.º conde de Alcoutim, ampliando-lhe as prerrogativas inscritas na carta de 1496-12-08, relativa à doação régia das rendas da vila de Tavira, no sentido de o seu filho maior haver as mesmas rendas, em caso de falecimento do referido conde, declarando-se ainda o seu prolongamento na pessoa do seu neto, em caso de falecimento do seu filho maior
107	1498-04-05	Elvas	Carta de doação régia	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação vitalícia da portagem da vila de Santarém e seus termos, desde o ano de 1499, em diante, a D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, com a prerrogativa de nomear oficiais para arrendar e receber as receitas dos seus ramos e pertenças, conforme uma carta geral [de 1463-08-26] outorgada por el-rei D. Afonso V, mais a condição de demitir em favor do monarca a quantia de 193 615 reais que então auferia naquela portagem, em satisfação de parte do seu assentamento
108	1498-11-20	Sintra	Carta régia de mercê e padrão	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez mercê a D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, no sentido de uma quantia de 100 000 reais que ele havia em pagamento das suas tenças ser transferido para a posse do seu filho D. Henrique de Noronha, que começaria a vencer aquela quantia desde o ano de 1499, em diante

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
100	AN/TT	CHR, Manuel I, 40, 21	170			
101	AN/TT	CHR, Manuel I, 40, 21v			AN/TT, LN, Místicos, 1, 68v-69	O registo da LN apresenta erradamente a data de 1497-07-03.
102	AN/TT	CHR, Manuel I, 40, 22			AN/TT, LN, Místicos, 1, 69-69v	
103	AN/TT	CHR, Manuel I, 32, 50			AN/TT, LN, Místicos, 1, 70-70v	
104	AN/TT	CHR, Manuel I, 40, 21v			AN/TT, LN, Místicos, 1, 68-68v	
105	AN/TT	CHR, Manuel I, 29, 123v-124			AN/TT, LN, Místicos, 1, 80-81	
106	AN/TT	CHR, João III, 50, 36	264			Teve aditamento de informação, através do alvará régio de 1502-01-17, assinalado com o n.º 141.
107	AN/TT	CHR, Manuel I, 31, 10v			AN/TT, LN, Místicos, 1, 96-96v	
108	AN/TT	LN, Místicos, 4, 70v				

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
109	1499-01-16	Lisboa	Carta régia de mercê e padrão	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez mercê a D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, no sentido de o lucro do padrão de 120 000 reais que ele houvera por trespasse de D. Fernando, 2.º duque de Bragança, pelo casamento contraído com a sua filha D. Beatriz, ser transferido para a posse da sua filha D. Joana de Noronha, que começaria a vencer aquela quantia desde o ano de 1499, em diante
110	1499-05-20	Lisboa	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, os poderes que tinha de nomear juiz que conhecesse feitos e de nomear ouvidor que fizesse correição em todas as suas vilas, terras, rendas e direitos, conforme averbado numa carta de 1486-06-06 que el-rei D. João II lhe outorgara para o mesmo efeito, em ratificação de outras dadas por el-rei Afonso V
111	1499-06-14	Lisboa	Carta régia	Carta testemunhável de el-rei D. Manuel I, pela qual atestou a D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, uma carta régia de 1499-05-20, na qual lhe confirmara os poderes que tinha de nomear juiz que conhecesse feitos e de nomear ouvidor que fizesse correição em todas as suas vilas, terras, rendas e direitos
112	1499-09-01	Lisboa	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação vitalícia das vilas de Valença e de Caminha e da terra de Valadares a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, com todas as jurisdições, rendas, direitos, etc., salvo correições, alçadas, sisas gerais e alfândegas, determinando ainda que se chamasse conde e senhor de Valença e senhor de Caminha e de Valadares, acrescentando-lhe também a doação das rendas e direitos das vilas de Viana e de Monção, salvo sisas gerais e dízimas das alfândegas, assim como a doação da dízima nova do pescado da vila de Tavira e outras prerrogativas, tudo em satisfação e desconto da renda anual de 300 000 reais que lhe era remunerada pela Coroa
113	1499-09-20	Lisboa	Carta de empraçamento	Instrumento de empraçamento em três vidas de umas casas, situadas no seu bairro, que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, e D. Maria Freire, sua mulher, fizeram ao marinheiro Diogo Gonçalves e Inês Afonso, sua mulher, moradores em Lisboa, junto ao lagar de sebo, pelo foro anual de 300 reais e 4 galinhas, remunerados no dia de Páscoa
114	1499-09-27	Lisboa	Carta de venda	Carta de venda do domínio útil de umas casas, situadas em frente aos paços do marquês de Vila Real e trazidas e confirmadas por título de empraçamento, em vida de três pessoas, que Leonor Eanes, viúva do pedreiro Luís Gonçalves, fez a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, senhorio das mesmas casas, pelo preço de 5 000 reais, o qual domínio útil foi vinculado ao contrato de morgadio da sua casa senhorial
115	1499-10-05	Lisboa	Carta de venda	Carta de venda do domínio útil de umas casas, situadas em frente aos paços do marquês de Vila Real e trazidas por título de empraçamento, sendo a derradeira pessoa, que Maria Álvares, viúva de João Fernandes, fez a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, senhorio das mesmas casas, pelo preço de 3 000 reais, o qual domínio útil foi vinculado ao contrato de morgadio da sua casa senhorial
116	1499-10-11	Lisboa	Carta de empraçamento	Instrumento de empraçamento de uns chãos vazios, com área de 17 braças, que os padres do mosteiro de Santa Maria do Carmo fizeram a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, pelo preço anual de 300 reais e 2 galinhas, remunerados nas oitavas da Páscoa, a qual propriedade foi vinculada ao contrato de morgadio da sua casa senhorial, declarando-se ainda um acordo entre as partes, segundo o qual se firmou que a possibilidade de escambo desta propriedade com alguma outra que fosse pertencente ao morgado do mesmo marquês e que tivesse uma renda igual ou superior ao foro estabelecido neste empraçamento, implicaria a integração perpétua da propriedade presentemente empraçada no referido morgado

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
109	AN/TT	CHR, Manuel I, 41, 111-111v			AN/TT, LN, Místicos, 4, 90-90v	Contém o traslado da carta régia de 1461-12-21, assinalada com o n.º 14.
110	AN/TT	CHR, Manuel I, 41, 96v-97	111	74	AN/TT, LN, Místicos, 4, 74-75 e CC, III, maço 2, n.º 18	
111	AN/TT	CC, III, maço 2, n.º 18	117	110		
112	AN/TT	LN, Místicos, 4, 102v-104v			AN/TT, CHR, Manuel I, 41, 122v	Publicada na <i>História Florestal...</i> , vol. IV, n.º 180, pp. 159-163. O registo da CHR está incompleto. Esta doação régia foi substituída pela carta datada de 1499-12-12, assinalada com o n.º 119.
113	AN/TT	CCA, maço 38, n.º 6				
114	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 2, n.º 6 a)				Inclui a cota n.º 6 b), relativa ao auto de posse, com a data de 1499-10-14. Publicada por José Mendes da Cunha SARAIVA, <i>Alguns Diplomas Particulares...</i> , pp. 57-59.
115	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 2, n.º 7 a)				Inclui a cota n.º 7 b), relativa ao auto de posse, com a data de 1499-10-15. Publicada por José Mendes da Cunha SARAIVA, <i>Alguns Diplomas Particulares...</i> , pp. 59-61.
116	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 2, n.º 8 a)				Inclui a cota n.º 8 b), relativa ao auto de posse, com a data de 1499-10-11.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
117	1499-10-30	Leiria	Pública forma	Pública forma dada por Diogo Lopes, tabelião na cidade de Leiria, pela qual trasladou a pedido de João Leitão, escudeiro da casa de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, a carta régia de 20-05-1499, que certificava outras que nela estavam insertas
118	1499-11-02	Leiria	Pública forma	Pública forma dada por Rui Lopes Tojo, tabelião na cidade de Leiria, pela qual trasladou a pedido de João Leitão, escudeiro da casa de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, a carta régia de 1478-05-12, que certificava outra de 1476-08-21, relativa aos privilégios, liberdades e franquezas que deveria fruir em sucessão ao seu pai D. Pedro de Meneses, a fim de o seu teor ser levado ao conhecimento das terras pertencentes ao seu senhorio
119	1499-12-12	Lisboa	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação vitalícia e hereditária das vilas de Valença e de Caminha e da terra de Valadares, segundo a forma da <i>Lei Mental</i> , a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, com todas as jurisdições, rendas, direitos, etc., salvo correições, alçadas, sisas gerais e alfândegas, determinando ainda que se chamasse conde e senhor de Valença e senhor de Caminha e de Valadares, acrescentando-lhe também a doação das rendas e direitos das vilas de Viana e de Monção, salvo sisas gerais e dízimas das alfândegas, assim como a doação da dízima nova do pescado da vila de Tavira e outras prerrogativas
120	1500-01-10	Lisboa	Alvará régio	Alvará de el-rei D. Manuel I, pelo qual fez mercê a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, no sentido de receber uma tença anual, auferida em duas vidas, no valor de 100 000 reais, desde o ano de 1500, em diante, primeiramente liquidada durante 3 anos, através da renda da guarda-roupa do monarca e, depois, em lugar a determinar, valendo então como carta de padrão que se registaria nos livros da fazenda régia
121	1500-01-28	Lisboa	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação vitalícia e hereditária do castelo da vila de Viana da foz do rio Lima a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, se o referido castelo (à época, inexistente naquela vila) fosse mandado edificar pelo monarca e seus sucessores ou pelo marquês donatário e seus sucessores
122	1500-03-02	Lisboa	Carta de venda	Carta de venda de umas casas com sobrado e quintal, situadas na rua da Pedreira, em Lisboa, que o cabido da Sé de Lisboa fez a Charles Cidreira, procurador em nome de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, e D. Maria Freire, sua mulher, pelo preço de 10 000 reais, a qual propriedade foi vinculada ao contrato de morgadio da sua casa senhorial
123	1500-03-12	Lisboa	Carta de venda	Carta de venda do domínio útil de um quintal, com suas árvores, que o ourives Afonso Martins e Catarina Dias, sua mulher, e outros parentes, fizeram a Charles Cidreira, em nome de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, e D. Maria Freire, sua mulher, pelo preço de 3 000 reais, o qual domínio útil foi vinculado ao contrato de morgadio da sua casa senhorial
124	1500-03-13	Lisboa	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação vitalícia da portagem da vila de Santarém, desde o ano de 1500, em diante, a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, com o direito de arrendar e receber as receitas dos seus ramos e pertenças, mais o privilégio de nomear oficiais para o efeito, incluindo um juiz e um ouvidor, mas, sob condição de demitir em favor do monarca uma quantia de 200 000 reais que auferia naquela portagem, em satisfação de parte do seu assentamento

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
117	AN/TT	CC, III, maço 2, n.º 18	133	111		
118	AN/TT	CC, III, maço 2, n.º 18	133	62		
119	AN/TT	CHR, João III, 50, 33-34v	265			Esta doação régia substituiu a carta datada de 1499-09-01, assinalada com o n.º 112.
120	AN/TT	CHR, Manuel I, 24, 61-61v	202		AN/TT, LN, Místicos, 5, 169-169v	
121	AN/TT	CHR, João III, 8, 118-118v	278			
122	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 1, n.º 3 a)				Inclui a cota n.º 3 b), relativa ao auto de posse, com a data de 1500-03-03.
123	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 1, n.º 1 b)				
124	AN/TT	CHR, Manuel I, 13, 14-14v			AN/TT, LN, Místicos, 2, 247v-248	

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
125	1500-03-20	Lisboa	Carta de venda	Carta de venda de duas casas, com seu alpendre e quintal, livres e sem foro, que Gaspar Correia, cavaleiro da casa de el-rei, por si e como procurador de Grácia Garcês, sua mulher, moradores na vila de Alhos Vedros, fizeram a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, pelo preço de 55 000 reais, a qual propriedade foi vinculada ao contrato de morgadio da sua casa senhorial
126	1500-03-24	Lisboa	Carta régia de compromisso	Carta de compromisso de el-rei D. Manuel I, pela qual isentou o lugar de Vitória da jurisdição da vila de Leiria, por ter determinado a elevação daquele lugar à condição de vila, apartando-o do termo leiriense, declarando na mesma carta as várias condições para esse efeito, entre as quais, aquela que mantinha a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, assim como aos seus sucessores, a prerrogativa de continuar a receber as várias rendas e direitos que ele mandava arrecadar no lugar de Vitória, conforme o foral e costumes de Leiria e o contrato que a casa vila-realense tinha com a Coroa
127	1500-04-13	Lisboa	Carta régia	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual declarou que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, além dos 122 857 reais que passou a auferir anualmente em satisfação do seu assentamento de marquês, ao qual já lhe tinham sido reduzidos 200 000 reais, pela doação vitalícia da portagem da vila de Santarém, ainda haveria de vencer mais 270 000 reais, em satisfação do assentamento relativo ao tempo em que foi conde de Alcoutim
128	1500-06-02	Leiria	Procuração	Procuração de D. Joana de Noronha, pela qual sub-rogou poderes no seu irmão D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, a fim de representá-la na feitura do contrato do seu casamento com o condestável D. Afonso, sobrinho de el-rei D. Manuel I
129	1500-08-21	Lisboa	Escritura de contrato de casamento	Escritura pública dos capítulos do contrato de obrigação, de segurança de dote e arras e de instituição de morgado feito entre D. Afonso, condestável do Reino, assistido pela Infanta D. Beatriz, sua avó, e D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, em nome da sua irmã D. Joana de Noronha, com o marquês vila-realense a obrigar-se no pagamento de um dote de 5 contos de reais (42 666,66 coroas) para o casamento da sua irmã com o referido condestável, empenhando nesse efeito as rendas da sua lezíria da Valada ou da portagem da vila de Santarém, quais ele determinasse, e com o condestável a comprometer-se no pagamento de 1 conto e 666 666 reais (13 892,33 coroas), assegurados pela hipoteca das rendas do montado do Campo de Ourique e da vila de Colares, pertencentes à sua avó
130	1500-10-08	Lisboa	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual confirmou a D. Afonso, condestável do Reino, e a D. Joana de Noronha, sua mulher, e bem assim a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, a quem foi dada esta mesma carta, a escritura pública do contrato de casamento, dote e arras celebrado entre o casal, aprovando ainda a hipoteca dos bens que a Infanta D. Beatriz, sua mãe, outorgou para a segurança das arras
131	1500-12-31	Lisboa	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual confirmou a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, a doação vitalícia e hereditária das vilas de Freixiel e de Abreiro, com seus termos, que el-rei D. Afonso V fizera a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, por carta de 1476-07-24
132	1501-11-02	Lisboa	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação vitalícia de 18 000 reais a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, quantia que era correspondente a metade do foro cerrado anualmente pago à Coroa pela vila de Monção e que vagara por morte de Afonso de Meira, a quem estava consignada a sua arrecadação

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
125	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço I, n.º 4 a)				Inclui a cota n.º 4 b), relativa ao auto de posse, com a data de 1500-03-31.
126	AN/TT	CHR, João III, 52, 178v-179	357		AN/TT, CI, 198, 73-76	
127	AN/TT	CHR, Manuel I, 13, 50v			AN/TT, LN, Místicos, 2, 266-266v	
128	AN/TT	CHR, Manuel I, 17, 77v-80	129		AN/TT, LN, Místicos, 4, 166-170v	
129	AN/TT	CHR, Manuel I, 17, 77v-80	130		AN/TT, LN, Místicos, 4, 166-170v	Este contrato foi outorgado em 1500-08-27, sendo assinado pela Infanta D. Beatriz e pelo condestável D. Afonso, ainda que tenha sido redigido e anotado no dia 21. O marquês de Vila Real só assinou o contrato no dia 3 de Setembro.
130	AN/TT	CHR, Manuel I, 17, 77v-80		129	AN/TT, LN, Místicos, 4, 166-170v	Segunda referência publicada por D. António Caetano de SOUSA, <i>Provas...</i> , tomo I/livro III, pp. 298-309.
131	AN/TT	CHR, Manuel I, 41, 121-121v	277	54	AN/TT, LN, Místicos, 4, 102-102v	
132	AN/TT	CHR, Manuel I, 38, 92			AN/TT, LN, Místicos, 1, 273	Existe outra carta com o mesmo conteúdo, todavia, datada de 1502-09-22, assinalada com o n.º 149.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
133	1501-11-10	Lisboa	Acórdão deliberativo	Acórdão do tribunal da Relação da cidade de Lisboa, pelo qual os juizes do desembargo régio deliberaram que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, não fora agravado pelo facto de João Mendes, corregedor por el-rei na comarca da Estremadura, fazer jurisdição correcional nas terras de Chão de Couce, das quais o marquês era donatário, uma vez que o mesmo corregedor exercera o seu officio conforme um alvará que tinha de el-rei D. Manuel I, segundo o qual estava autorizado a praticar correição em todas as vilas e lugares da comarca estremenha, posto que nela existissem privilégios que o impedissem de exercer o seu officio
134	1501-12-06	Lisboa	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. Manuel I, pela qual concedeu uma tença anual de 37 456 reais, com assentamento no almoxarifado da Pederneira, desde o ano de 1502, em diante, a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, pela soma de 31 666 reais, em satisfação da renda da metade do serviço novo dos judeus da vila de Beja, que herdou pelo seu casamento com D. Maria Freire de Andrade, mais 5 790 reais, em satisfação da renda da judiaria da vila de Ourém
135	1501-12-10	Lisboa	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação das fazendas de alguns moradores da terra de Valadares, nomeados nesta mesma carta, a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real e senhor da dita terra, a respeito de tais moradores terem feito uniões e incorrido em desobediência na referida terra perante o ouvidor do marquês
136	1501-12-10	Lisboa	Alvará régio de doação	Alvará de el-rei D. Manuel I, pelo qual acrescentou a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, o direito de receber, através da doação da sua vila de Valença, a renda da dízima do ferro e do aço da mesma vila
137	1501-12-10	Lisboa	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. Manuel I, pela qual concedeu uma tença anual de 175 124 reais, com assentamento na alfândega de Viana e Caminha, desde o ano de 1502, em diante, a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, em satisfação das rendas das judiarias das vilas de Leiria (73 415 reais), de Vila Real (7 200 reais) e de Alcoutim (31 639 reais), num total de 112 254 reais, mais 62 870 reais que ainda lhe faltavam para completar uma mercê régia de 300 000 reais, expressa em rendas de direitos reais, declarando-se ainda que as rendas das judiarias de Vila Real e de Alcoutim lhe seriam dadas de juro e herdade e que a renda da judiaria de Leiria lhe seria dada, segundo o prazo que constava na carta de contrato [de 1475-03-18] feita entre o seu pai D. Pedro de Meneses e el-rei D. Afonso V
138	1501-12-18	Lisboa	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. Manuel I, pela qual concedeu uma tença anual de 50 652 reais, com assentamento no almoxarifado da vila de Tavira, através da receita da sisa do pescado da mesma vila, desde o ano de 1502, em diante, a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, resultante da soma de 45 000 reais, em satisfação dos direitos e rendas de Rio Maior, que depôs nas mãos do monarca, a fim de este doá-los a D. Jaime, 4.º duque de Bragança, mais 5 652 reais, em satisfação da renda do foro da vinha da vila de Tavira [que era paga pelos mouros desta mesma vila]
139	1501-12-23	Lisboa	Carta régia	Carta testemunhável de el-rei D. Manuel I, pela qual atestou a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, um alvará régio de 1501-12-10, no qual lhe acrescentara o direito de receber, através da doação da sua vila de Valença, a renda da dízima do ferro e do aço da mesma vila
140	1502-01-03	Lisboa	Carta régia de doação e padrão	Carta de padrão de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação vitalícia e hereditária de uma tença anual de 62 870 reais, com assentamento na alfândega de Viana e Caminha, a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, em satisfação e preenchimento de uma mercê régia de 300 000 reais, cuja diferença (237 130 reais) já lhe tinha sido despachada e assentada noutros lugares

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
133	AN/TT	FRA, caixa 12, maço 3, n.º 50 + CC, III, maço 2, n.º 18				Informação desagregada. A segunda cota (CC, III, maço 2, n.º 18) é a continuação da primeira cota (FRA, caixa 12, maço 3, n.º 50).
134	AN/TT	CHR, Manuel I, 44, 89v-90	318		AN/TT, LN, Místicos, 1, 277v-280	
135	AN/TT	LN, Místicos, 1, 275v-276			AN/TT, CHR, Manuel I, 44, 89	O registo da CHR está incompleto.
136	AN/TT	CHR, Manuel I, 44, 89	139		AN/TT, LN, Místicos, 1, 276-276v	
137	AN/TT	CHR, Manuel I, 44, 89-89v	255		AN/TT, LN, Místicos, 1, 276v-277v	A avaliação da judiaria de Vila Real foi estimada em 14 200 reais. Deste valor, D. Fernando de Meneses trespassou 7 000 reais em favor de Álvaro Pires de Távora, 4.º senhor de Mogadouro, a quem comprou as honras de Lordelo e de Galegos, situadas na comarca vila-realense. Esta compra não teve efeito, pois, os 7 000 reais foram satisfeitos com a renda da dízima do pescado de Salir do Porto: veja-se o documento assinalado com o n.º 155.
138	AN/TT	CHR, Manuel I, 4, 4v	263		AN/TT, LN, Místicos, 1, 195v-196	
139	AN/TT	CHR, Manuel I, 44, 89			AN/TT, LN, Místicos, 1, 276-276v	
140	AN/TT	CHR, João III, 8, 106	273			Na diferença de 237 130 reais, 112 254 reais foram assentados na mesma alfândega, em satisfação das judiarias das vilas de Leiria, de Vila Real e de Alcoutim, pela carta de padrão de 1501-12-10, assinalada com o n.º 137.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
141	1502-01-17	Lisboa	Alvará régio	Alvará de el-rei D. Manuel I, em aditamento ao seu alvará de 1498-04-04, pelo qual declarou que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, recebesse vitalícia e anualmente a quantia de 5 652 reais, em satisfação do foro da vinha que os mouros, então, expulsos do Reino de Portugal, estavam obrigados a pagar para composição das rendas da vila de Tavira
142	1502-01-18	Lisboa	Alvará régio	Alvará de el-rei D. Manuel I dirigido a Gonçalo de Sequeira, tesoureiro-mor da Casa de Ceuta, ordenando-lhe que desse 80 moios de trigo, oriundo de Castela, avaliados em 120 000 reais (1 000 dobras), a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, a fim de tal valor amortizar o pagamento de uma vigésima parte dos 2 contos e 400 000 reais (20 000 dobras) que el-rei D. Afonso V prometera dotar para financiar o casamento entre D. Pedro de Meneses e D. Beatriz, pais do marquês
143	1502-02-19	Lisboa	Sentença régia	Sentença de el-rei D. Manuel I relativa à demanda entre os concelhos das vilas de Lagos, Tavira e Faro, na qualidade de autores, representados por Antão Dias, e D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, na qualidade de réu, a quem se determinou que não mandasse cobrar o direito de passagem sobre as mercadorias que os moradores e vizinhos daquelas vilas levassem até à vila de Alcoutim, fosse por terra, fosse pelo rio Guadiana, por o mesmo marquês não ter foral ou título que lhe permitisse a cobrança de tal direito
144	1502-03-08	Lisboa	Carta de obrigação e seguro	Instrumento de obrigação e seguro, pelo qual D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, e D. Maria Freire de Andrade, sua mulher, hipotecaram certos bens livres do seu património conjunto, especificamente declarados e localizados em Alcoutim, Tavira, Beja, Évora, Leiria e Lisboa, no valor de 1 conto e 500 000 reais, quantia equivalente ao valor do dote do contrato de casamento feito entre D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, e D. Beatriz, filha de D. Fernando, 2.º duque de Bragança, e que tinha sido empenhada pelo dito conde, sob condição de empregá-la na compra de bens de raiz para incorporar no morgado da Casa de Vila Real
145	1502-03-10	Lisboa	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual confirmou e aprovou o instrumento de obrigação e seguro de 1502-03-08, pelo qual D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, e D. Maria Freire de Andrade, sua mulher, hipotecaram certos bens livres do seu património conjunto, no valor de 1 conto e 500 000 reais, quantia que lhes foi entregue pelo monarca, sob condição de empregá-la na compra de bens de raiz para incorporar no morgado da Casa de Vila Real, ressalvando ainda que os bens livres hipotecados seriam, por sua vez, incorporados no morgado da casa vila-realense, na exacta medida dos valores que não fossem aplicados na aquisição de bens de raiz
146	1502-03-15	Lisboa	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação vitalícia e hereditária da renda da dízima do pescado do lugar de Salir, avaliada em 7 230 reais, desde o ano de 1502, em diante, a fim de lhe satisfazer o valor de 7 000 reais que faltava para lhe remunerar os 14 200 reais da avaliação da renda da judiaria da vila de Vila Real
147	1502-03-31	Lisboa	Provisão régia	Provisão de el-rei D. Manuel I dirigida ao recebedor da sisa da marçaria da cidade de Lisboa, mandando-lhe que pagasse uma quantia de 10 000 reais a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, em satisfação da sua tença de 200 000 reais, alusiva ao ano de 1502
148	1502-05-24	Lisboa	Escritura de contrato	Instrumento de contrato, pagamento e quitação que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, realizou com o mercador florentino Francisco Corbinel, a quem trespasseou a cobrança de parte dos dinheiros que recebia de el-rei, em satisfação dos seus assentamentos, durante o biénio de 1503-04, a fim de saldar-lhe uma dívida de 858 150 reais, com declaração pormenorizada e contabilizada das dívidas contraídas e respectiva forma e segurança da sua liquidação

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
141	AN/TT	CHR, João III, 50, 36	264			Informação aditada ao alvará régio de 1498-04-04, assinalado com o n.º 106.
142	AN/TT	CC, II, maço 5, n.º 97				Inclui o conhecimento de quitação, assinado pelo marquês D. Fernando de Meneses, com a data de 1502-03-12.
143	AM Tavira	Reforma dos Tomos da Câmara, 1, 48-49v				Inclui o auto de leitura e publicação desta sentença, feito em Alcoutim, 1502-04-23. Cópia setecentista.
144	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 2, n.º 9; e GAV, 3, maço 10, n.º 9	145		AN/TT, CHR, Manuel I, 6, 27-27v; e LN, Místicos, 1, 230-231v	
145	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 2, n.º 9; e GAV, 3, maço 10, n.º 9		144	AN/TT, CHR, Manuel I, 6, 27-27v; e LN, Místicos, 1, 230-231v	Fez-se menção de duas cotas, por ambas denotarem uma tradição documental original, como, aliás, em cada uma delas se declara: « <i>E para segurança do dito morgado, lhe mandámos dar duas cartas, esta e outra, ambas de um teor: uma para se lançar na Torre do Tombo, e a outra para estar em sua mão. E por firmeza dele, mandámos passar esta, por nós assinada e selada do nosso selo do chumbo.</i> ».
146	AN/TT	CHR, Manuel I, 4, 17v			AN/TT, LN, Místicos, 1, 201-201v	O lugar de Salir, hoje Salir do Porto, situava-se no almoxarifado de Óbidos.
147	AN/TT	CC, II, maço 5, n.º 134				Inclui o conhecimento de quitação, datado de 1502-04-15 e assinado por António Carneiro, escrivão da câmara de el-rei, que recebeu o dinheiro em nome do marquês.
148	AN/TT	CC, II, maço 6, n.º 49				Trata-se de um traslado, cuja informação foi registada e concertada, em 1504-05-15, por António Gonçalves, escrivão da sisa da marçaria da cidade de Lisboa. Contém o traslado da carta de seguro régia de 1496-11-29, assinalada com o n.º 91.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
149	1502-09-22	Sintra	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação vitalícia de 18 000 reais a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, quantia que era correspondente a metade do foro cerrado anualmente pago à Coroa pela vila de Monção e que vagara por morte de Afonso de Meira, a quem estava consignada a sua arrecadação
150	1502-10-31	Porto	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação da dízima do pescado do lugar de Outavim, termo da vila de Leiria, desde o ano de 1502, em diante, a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, cujas rendas fruiria com as mesmas cláusulas, condições e jurisdição que tinha noutras rendas da vila leiriense
151	1502-12-02	Porto	Carta régia de privilégios	Carta de el-rei D. Manuel I, em mercê de um requerimento de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, pela qual concedeu aos moradores da vila de Valença o privilégio de não pagarem dízima sobre as mercadorias que importassem para a vila, excepto aquelas que viessem dos portos de França ou de terra de mouros, fruindo assim de igual regalia que fora dada à vila de Caminha
152	1502-12-04	Porto	Carta régia de privilégios	Carta de el-rei D. Manuel I, em mercê de um requerimento de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, pela qual concedeu aos moradores das vilas de Caminha e de Valença o privilégio de carregarem quaisquer mercadorias, salvo as defesas, em navios da Galiza que viessem ao rio Minho, contanto que tais mercadorias fossem primeiramente lealdadas e escritas na alfândega da vila caminhense, a fim de evitar-se a sonegação de direitos devidos à Coroa
153	1502-12-04	Arrifana	Alvará régio	Alvará de el-rei D. Manuel I dirigido a João Rodrigues de Sá, vedor da sua Fazenda na cidade do Porto, ordenando-lhe que deixasse D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, estar na posse da dízima da marçaria, aplicada sobre as coisas de mulheres que aportavam na alfândega portuense, assim como na alfândega de Vila do Conde, tal como já tinha o seu pai D. Pedro de Meneses, mandando-lhe ainda que pagasse tudo aquilo que se encontrasse embargado relativamente às rendas da dita dízima
154	1502-12-08	Penela	Carta régia de privilégios	Carta de el-rei D. Manuel I, em mercê da vila de Valença e de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, pela qual deu o privilégio de couto a todos os homiziados, naturais dos seus reinos e senhorios, que quisessem viver, povoar e lavrar na dita vila e seu termo, excepto aqueles que fossem culpados de certos malefícios, declarados na mesma carta
155	1503-02-21	Lisboa	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. Manuel I, pela qual concedeu uma tença anual de 7 230 reais, de juro e herdade, desde o ano de 1503, em diante, com assentamento na alfândega de Viana, a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, em satisfação da renda da dízima do pescado do lugar de Salir, que depôs nas mãos do monarca, a fim de este doá-la a D. Diogo de Noronha, irmão do marquês
156	1503-03-17	Lisboa	Provisão régia	Provisão do vedor da fazenda D. Pedro de Castro, em nome de el-rei D. Manuel I, dirigida ao almoxarife ou recebedor da sisa da marçaria da cidade de Lisboa, mandando-lhe que pagasse uma quantia de 10 000 reais a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, em satisfação da sua tença de 200 000 reais, alusiva ao ano de 1503, ordenando ainda que aquela quantia fosse dada a António Carneiro, escrivão da câmara de el-rei, a quem o dito marquês a mandara entregar
157	1503-03-17	Lisboa	Provisão régia	Provisão do vedor da fazenda D. Pedro de Castro, em nome de el-rei D. Manuel I, dirigida ao almoxarife da sisa da marçaria da cidade de Lisboa, mandando-lhe que pagasse uma quantia de 190 000 reais a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, em satisfação da sua tença de 200 000 reais, alusiva ao ano de 1503

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
149	AN/TT	LN, Além Douro, 5, 45-45v				Existe outra carta com o mesmo conteúdo, todavia, datada de 1501-11-02, assinalada com o n.º 132.
150	AN/TT	LN, Estremadura, 12, 51-51v	369			Publicado na <i>História Florestal...</i> , vol. IV, n.º 229, pp. 188-189. O lugar de Outavim, hoje inexistente, situava-se junto ao mar, entre Coimbrão e Vieira de Leiria.
151	AN/TT	CHR, Manuel I, 6, 116			AN/TT, LN, Além Douro, 1, 43-43v	
152	AN/TT	CHR, João III, 12, 53v-54				Esta carta está inserta numa confirmação régia de 1525-11-09 outorgada aos moradores das vilas de Caminha e de Valença.
153	AN/TT	CI, 192, 4			AN/TT, CI, 198, 70v	
154	AN/TT	CHR, Manuel I, 6, 115v			AN/TT, LN, Além Douro, 1, 42-43	
155	AN/TT	CHR, Manuel I, 21, 7	256 269 271		AN/TT, LN, Místicos, 1, 280-280v	O marquês de Vila Real recebera a doação da dízima do pescado de Salir, por carta régia de 1502-03-15, assinalada com o n.º 146.
156	AN/TT	CC, II, maço 7, n.º 67				Inclui o conhecimento de quitação, datado de 1503-06-03 e assinado por António Carneiro.
157	AN/TT	CC, II, maço 7, n.º 69				Inclui o conhecimento de quitação, datado de 1504-08-01 e assinado pelo mercador florentino Francisco Corbinel, que recebeu o dinheiro para si.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
158	1503-04-25	Lisboa	Provisão régia	Provisão do vedor da fazenda D. Pedro de Castro, em nome de el-rei D. Manuel I, dirigida ao almoxarife ou recebedor da sisa da marçaria da cidade de Lisboa, mandando-lhe que pagasse uma quantia de 80 000 reais a D. Joana de Noronha, esposa do condestável D. Afonso, em satisfação da sua tença de 120 000 reais, alusiva ao ano de 1503, ordenando-se ainda que aquela quantia fosse dada a Fernando Álvares, a quem a dita D. Joana mandara entregar
159	1503-04-28	Lisboa	Alvará	Alvará de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, pelo qual reconheceu, testemunhou e confirmou que Lopo Vaz Folgado era seu parente, por o seu avô ser primo coirmão de Inês Pires, comendadeira de Santos, mãe de D. Afonso, 1.º duque de Bragança, bisavô do marquês vila-realense
160	1503-10-29	Lisboa	Provisão régia	Provisão do vedor da fazenda D. Pedro de Castro, em nome de el-rei D. Manuel I, dirigida ao recebedor da sisa da marçaria da cidade de Lisboa, mandando-lhe que pagasse uma quantia de 40 000 reais a D. Joana de Noronha, esposa do condestável D. Afonso, em satisfação da sua tença de 120 000 reais, alusiva ao ano de 1503, indicando ainda que os restantes 80 000 reais já lhe tinham sido outorgados por outro desembargo
161	1504-01-30	Lisboa	Sentença régia	Sentença de el-rei D. Manuel I relativa à demanda entre o concelho da vila de Santarém, na qualidade de autor, representado por Nuno Gonçalves, e D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, na qualidade de réu, a quem se determinou que ficasse impedido de ordenar a cobrança múltipla e abusiva de tributos, relacionados com a colecta de direitos de passagem e de dízimas impostas sobre vários produtos e artigos que os moradores daquela vila e seu termo obtinham para arranjo e sustento das suas casas, nomeadamente, àqueles que fossem privilegiados ou pagassem uma soldada anual, ficando apenas autorizado a arrecadar direitos de portagem sobre todas as mercadorias, excepto nos casos anteriormente referidos, de receber dos pescadores a dízima de todo o pescado miúdo e graúdo, de colectar dízima de todo o novo vasilhame que contivesse géneros para serem vendidos em Santarém e de cobrar dízima de toda a madeira que desse entrada na vila, salvo aquela que circulasse pelo rio Tejo
162	1504-01-31	Lisboa	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. Manuel I, pela qual fez mercê vitalícia e hereditária a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, e a D. Maria Freire de Andrade, sua mulher, com a faculdade de prolongamento na vida do filho herdeiro de ambos, após a morte do segundo elemento do casal, relativamente ao vencimento da tença anual de 16 000 reais, até então apenas recebida pela marquesa, desde o ano de 1504, em diante, com assentamento no almoxarifado da vila de Tavira, através das rendas da sisa do pescado
163	1504-06-25	Lisboa	Sentença régia	Sentença de el-rei D. Manuel I relativa à demanda entre os concelhos das vilas de Lagos, Tavira e Faro, na qualidade de autores, representados pelo seu procurador Antão Dias, e D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, na qualidade de réu, a quem se determinou que não mandasse cobrar a trintena de todo o pão que passasse embarcado no rio Guadiana, diante da vila de Alcoutim, mas que, todavia, pudesse colectar, através do seu portageiro, 2 reais por cada moio de trigo carregado nas embarcações que ancorassem no porto fluvial da mesma vila
164	1504-07-18	Lisboa	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual confirmou a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, em sua vida e na vida de um seu filho maior, a mercê e o direito de administrar e receber os câmbios do Reino do Algarve, que o dito marquês comprara a D. João de Vasconcelos e Meneses, 2.º conde de Penela, confirmando-lhe ainda todas as liberdades e condições respeitantes a esses câmbios, com base numa carta régia de 1500-08-20 que o monarca dera ao referido conde, contendo cartas e alvarás de el-rei D. Afonso V sobre o assunto

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
158	AN/TT	CC, II, maço 7, n.º 97				Inclui o conhecimento de quitação, datado de 1504-09-06 e assinado por Fernando Álvares.
159	===	=====				Publicado por José Soares da SILVA, <i>Colecção dos Documentos...</i> , tomo IV, pp. 112-113.
160	AN/TT	CC, II, maço 7, n.º 179				Inclui o conhecimento de quitação, datado de 1504-08-04 e assinado por Jorge de Oliveira, que recebeu o dinheiro em nome de D. Joana de Noronha.
161	AN/TT	GAV, 3, maço 3, n.º 13				Publicada por Maria Helena da Cruz COELHO, <i>Foral de D. Manuel I a Santarém</i> , pp. 81-86.
162	AN/TT	CHR, Manuel I, 19, 28-28v	262 333		AN/TT, LN, Místicos, 2, 285v	
163	AM Tavira	Reforma dos Tomos da Câmara, 1, 49v-52v				Esta sentença está inserta num registo escrito pelo tabelião de notas Clemente de Oliveira de Matos, feito em Tavira, com a data de 1741-05-09. O documento apresenta supressão dos fls. 51-51v.
164	AN/TT	CHR, Manuel I, 20, 15v-17v			AN/TT, LN, Místicos, 5, 2v-5	Não se menciona quando e por que preço foram comprados os referidos câmbios.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
165	1504-[?]-12	Lisboa	Carta régia de padrão	Traslado da carta de padrão de el-rei D. Manuel I, pela qual fez mercê de uma tença anual de 12 arrobas de açúcar, com assentamento no almoxarifado da Ilha da Madeira, a D. Maria Freire de Andrade, marquesa de Vila Real, vencendo-a desde o ano de 1504, em diante
166	1505-04-15	Lisboa	Sentença régia	Sentença de el-rei D. Manuel I relativa à demanda entre os moradores das comarcas de Trás-os-Montes e de Entre Douro e Minho, na qualidade de autores, representados pelo escudeiro João de Oliveira, e D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, na qualidade de réu, a quem se autorizou que mandasse arrecadar o imposto dos "10 reais de Ceuta" nas comarcas de Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes àqueles que se achassem nas seguintes condições: os peões de 18 a 70 anos de idade, casados ou solteiros; os escudeiros que não tivessem cavalo durante a maior parte do ano; os mancos e os aleijados que possuíssem bens; os filhos que habitassem com os seus pais, se fossem casados, se pagassem soldada ou se fossem maiores de 18 anos de idade; as mulheres viúvas ou solteiras que levassem vida pública desonesta; todos os vassalos, besteiros de conto, besteiros de cavalo, moedeiros, calafates e mamposteiros dos cativos que não tivessem carta de privilégio; os ermitães que vivessem desonestamente; os mercadores; os marinheiros e os pescadores, excepto aqueles que fossem sacadores do imposto; e os recebedores do imposto que sonegassem pessoas sujeitas à colecta, sendo punidos no pagamento de anóveas
167	1505-08-06	s.l.	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. Manuel I, pela qual concedeu a D. Joana de Noronha, viúva do condestável D. Afonso, uma tença anual no valor de 411 905 reais, na feição de juro e herdade, com assentamento no almoxarifado de Beja, através da receita das sisas da vila de Moura, em remuneração de 5 contos e 766 666 reais que, segundo o seu contrato matrimonial, ela deveria receber em satisfação do pagamento do dote e das arras do seu casamento
168	1505-08-22	Sintra	Carta régia de privilégios	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual privilegiou e escusou todos os caseiros, lavradores, foreiros e arrendadores de bens da quinta de Azeitão, pertencente a D. Beatriz de Lara, filha do condestável D. Afonso, já finado, isentando-os do pagarem fintas e talhas lançadas pelo concelho, de levarem presos e dinheiros, de serem tutores e curadores, de servirem na guerra e de darem aposentadoria nas suas casas
169	1506-06-20	Tomar	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação da renda de certos direitos existentes nas vilas de Caminha e de Valença, no valor total de 47 635 reais, cuja cobrança vagara por morte da mulher do alcaide de Castro Minho, a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, conforme lhe estava consignado na carta [de 1499-12-12] alusiva à doação daquelas duas vilas, na qual se previa o desconto de quaisquer valores de rendas aí vagantes, nos dinheiros que o mesmo marquês recebesse da fazenda régia, determinando-se, então, o desconto dos ditos 47 635 reais na seguinte forma: 22 857 reais, na sua carta de assentamento de 322 857 reais; e 24 778 reais, numa sua carta de padrão de 100 000 reais
170	1506-06-20	Tomar	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. Manuel I, pela qual concedeu uma tença anual de 75 222 reais a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, resultante do desconto de 24 778 reais, feita numa outra carta de padrão de 100 000 reais, dada pelo monarca em 1497-07-13, o qual desconto corresponde a uma de duas parcelas dos 47 635 reais da renda de certos direitos existentes nas vilas de Caminha e de Valença, cuja cobrança vagara por morte da mulher do alcaide de Castro Minho

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
165	AN/TT	CC, II, maço 15, n.º 61, [1v]				O documento apresenta lacunas de informação, devido a mutilações do suporte, que não permitem apresentar a sua datação completa.
166	AD Bragança	Pergaminho n.º 107				Com o mesmo teor e com a mesma data, existem mais dois diplomas originais (AM Ponte de Lima, Pergaminho n.º 54 e AM Guimarães, Pergaminho n.º 66) e um traslado (AHM Porto, Livro B, 19-27v). O documento do AM Ponte de Lima inclui o auto de leitura e publicação desta sentença, feito em Ponte Lima, 1505-11-29.
167	AN/TT	CHR, Manuel I, 20, 18-19			AN/TT, LN, Místicos, 5, 5-6	
168	AN/TT	CHR, Manuel I, 5, 21v				
169	AN/TT	CHR, Manuel I, 38, 8v				
170	AN/TT	CHR, Manuel I, 38, 9				Contém o traslado da carta régia de 1497-07-13, assinalada com o n.º 100.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
171	1507-05-28	Abrantes	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual confirmou a D. Beatriz de Lara, filha do condestável D. Afonso, já falecido, uma carta de 1501-07-13 que a Infanta D. Beatriz, mãe do monarca, outorgara ao dito condestável, seu neto, na qual lhe doou a vila de Colares, com todas as jurisdições, rendas e direitos, declarando-se ainda que esta confirmação régia só se entenderia no caso de a referida D. Beatriz de Lara casar com autoridade e aprazimento do mesmo monarca, sob pena de este tirar-lhe a dita vila e fazer dela aquilo que fosse sua mercê
172	1508-04-27	Porto	Procuração	Traslado de uma procuração de D. Maria Freire de Andrade, marquesa de Vila Real, pela qual sub-rogou poderes de cobrança e quitação a Fernão Martins, estante na Ilha da Madeira, com o propósito de receber e quitar, em nome da marquesa, no almoxarifado dos quintos daquela ilha, um volume de 60 arrobas de açúcar que lhe era devido, alusivo aos anos de 1504 a 1508, em virtude da carta de padrão com a tença anual de 12 arrobas de açúcar que el-rei lhe mandara assentar naquela repartição
173	1508-11-07	Tavira	Carta régia	Carta de el-rei D. Manuel I dirigida a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, solicitando-lhe que destituísse Pedro Barba da capitania e governo de Ceuta, substituindo-o pelo seu filho D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, ou por algum dos seus irmãos - dele, marquês - a fim de desempenhar serviço naquela praça marroquina
174	1509-03-01	Vila Real	Oração	Oração proferida por Salvador Fernandes, aquando da entrada de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, e da sua família na sua vila e marquesado de Vila Real
175	1509-07-17	Évora	Mandado régio	Mandado de el-rei D. Manuel I dirigido aos contadores da sua Fazenda, ordenando-lhes que levassem em conta ao recebedor da sisa da fruta um valor de 88 286 reais, referente à renda do ano de 1508, que ele pagara a D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, em satisfação de parte da quantia de 163 800 reais que o mesmo conde fruía para remuneração do seu assentamento, alusivo ao ano de 1505, informando-os ainda que a diferença de um valor remanescente (75 514 reais) já fora paga pela sisa dos vinhos, referente à renda do ano de 1509
176	1509-08-18	Sintra	Alvará régio	Alvará de el-rei D. Manuel I, pelo qual determinou que as rendas da vila de Serpa e a tença anual de 225 000 reais (15 000 florins de ouro), assentada no almoxarifado da vila de Setúbal, que a Infanta D. Beatriz, mãe do monarca, deixara em testamento a D. Beatriz de Lara, sua bisneta, se vinculassem na formação de um morgado, mandando ainda que a receita anual de ambas fosse entregue ao escrivão da fazenda João da Fonseca, dando este informação dela ao escrivão da puridade D. António de Noronha, a quem o mesmo monarca encarregara de empregar os dinheiros obtidos para a compra de jóias de ouro e de prata que seriam dadas à dita D. Beatriz de Lara, por ocasião do seu casamento
177	1509-09-01	Sintra	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual confirmou a D. Beatriz de Lara, filha do condestável D. Afonso, já falecido, uma carta de 1501-07-13 que a Infanta D. Beatriz, mãe do monarca, outorgara ao dito condestável, seu neto, na qual lhe doou a vila de Colares, com todas as jurisdições, rendas e direitos, declarando-se ainda que esta confirmação régia também se entenderia como doação vitalícia e hereditária feita à referida D. Beatriz de Lara, com todas as cláusulas, condições e denegações da <i>Lei Mental</i> , tal como fora concessionada ao condestável D. Nuno Álvares Pereira e a D. Afonso, 1.º duque de Bragança, dos quais a dita Infanta D. Beatriz herdou aquela vila

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
171	AN/TT	LN, Místicos, 5, 41-41v				
172	AN/TT	CC, II, maço 15, n.º 61, [5-5v]				Este traslado é acompanhado do traslado de outros documentos referentes ao assunto da cobrança, entre os quais, o conhecimento de quitação, datado de 1508-09-15, assinado pelo procurador da marquesa e pelo escrivão dos almoxarifados da Ilha da Madeira.
173	BA	Códice 46-IX-13, 86-90				Cópia setecentista.
174	BGUC	Manuscrito 3095, 47-51v				Conteúdo escrito em Latim. Publicado e traduzido por Américo da Costa Ramalho em <i>Latim Renascentista...</i> , pp. 98-117.
175	AN/TT	CC, II, maço 18, n.º 42				
176	AN/TT	CRC, NA 776, 16-17				Este alvará régio está inserto num registo de 1509-09-25, feito pelo escrivão João Rodrigues Galo, averbado no livro de receita e despesa relativo à arrecadação da tença de 225 000 reais, assentada no almoxarifado de Setúbal, no período 1509-1517.
177	AN/TT	CHR, Manuel I, 42, 52-52v			AN/TT, LN, Estremadura, 13, 59v-60v	

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
178	1510-05-23	Almeirim	Provisão régia	Provisão de el-rei D. Manuel I dirigida ao almoxarife da vila de Ponte de Lima, mandando-lhe que, através do rendimento do almoxarifado limiano, pagasse uma quantia de 61 233 reais a Martim Fernandes, almoxarife da alfândega de Viana da foz do Lima, por este já ter entregado tal quantia a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, em satisfação daquilo que ainda lhe faltava para remunerar a sua tença de 182 354 reais, alusiva ao ano de 1506, assentada naquela alfândega
179	1510-09-28	Almeirim	Alvará régio	Alvará de el-rei D. Manuel I dirigido ao contador e almoxarife da cidade de Ceuta, ordenando-lhe, entre outras coisas, que restituísse a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, uma quantia de 12 000 reais, que o monarca lhe mandara tomar em 1508 para serviço régio, a qual verba era correspondente a 1% dos direitos de todos os artigos que os mercadores tinham declarado, naquele ano, no almoxarifado ceutense
180	1510-12-04	Almeirim	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação de uma renda anual de 453 280 reais, assentada no almoxarifado de Vila Real, na sua forma vitalícia e hereditária, mas apenas em vida de um seu filho, qual ele nomeasse, desde o ano de 1511, em diante, a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, em satisfação da fortaleza e de algumas rendas da vila de Ourém, que depôs nas mãos do monarca, a fim de este doá-los a D. Jaime, 4.º duque de Bragança
181	1511-08-25	Lisboa	Sentença régia	Sentença de el-rei D. Manuel I relativa à demanda entre D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, na qualidade de autor, e os moradores da Póvoa de Monte Real, termo da vila de Leiria, na qualidade de réus, os quais foram absolvidos da obrigação de darem ao marquês os oitavos do vinho e do linho que produziram nos anos de 1507 a 1509, uma vez que as produções obtidas tinham sido lavradas nos lezirões das Adémias, insertos no reguengo da Camarinha e relativamente aos quais lezirões não pagavam coisa alguma, conforme lhes fora outorgado numa carta de foro de el-rei D. Dinis, datada de 1310, realidade que, por conseguinte, os desobrigava de pagarem qualquer direito ou tributo ao dito marquês, que o reclamava em virtude do título da compra dos bens, rendas e direitos reais da vila de Leiria e seu termo que o seu pai D. Pedro de Meneses contratara com el-rei D. Afonso V
182	1512-07-05	Lisboa	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. Manuel I, pela qual concedeu a D. Joana de Noronha, viúva do condestável D. Afonso, uma tença anual no valor de 372 043 reais, desde o ano de 1512, em diante, com assentamento no almoxarifado de Beja, através da receita das rendas do montado do Campo de Ourique, estimadas em 440 000 reais, em substituição da carta de padrão régio datada de 1505-08-06, que se destinara para remuneração de 5 contos e 766 666 reais que, segundo o seu contrato matrimonial, ela deveria receber em satisfação do pagamento do dote e das arras do seu casamento
183	1512-07-26	Vila Real	Juramento e homenagem	Juramento e homenagem que D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, prestou ao seu pai D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, a fim de exercer, em nome dele, o cargo de capitão e governador da cidade de Ceuta
184	1512-11-08	Vila Real	Carta	Carta de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigida ao almoxarife da Pederneira, solicitando-lhe que entregasse a Diogo Barroso, seu recebedor no almoxarifado de Leiria, uma quantia de 20 456 reais, cujo montante necessitava com urgência e, se possível, que mandasse entregar mais 17 000 reais a Fernão Pereira, a quem eram devidos

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
178	AN/TT	CC, II, maço 27, n.º 58				Inclui o conhecimento de quitação, assinado por Martim Fernandes, almoxarife da alfândega de Viana, com a data de 1511-06-27. Quantia de 182 354 reais = 175 124 reais + 7 230 reais: vejam-se as cartas régias de 1501-12-10 e de 1503-02-21, assinaladas com os n.ºs 137 e 155 .
179	AN/TT	CC, I, maço 9, n.º 71				Inclui o conhecimento de quitação, assinado por João Baleeiro de Andrade, almoxarife do marquês, em 1515-09-01, com recado de D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim.
180	AN/TT	LN, Místicos, 5, 64v-65	272			
181	AN/TT	FF, Fundo Geral, Letra F, maço 733, 140v-146				Esta sentença está inserta numa certidão de 1777-01-22, em favor dos moradores de Monte Real, feita por Manuel Caetano de Sousa, escrivão privativo das escrituras de contrato e emprazamentos pertencentes ao Mosteiro de Alcobaça. A carta que isentava os moradores da Póvoa de Monte Real de pagarem direitos e tributos nos lezirões das Adémias está registada no AN/TT, <i>Chancelaria de D. Dinis</i> , livro 4, fl. 56v.
182	AN/TT	CHR, Manuel I, 42, 130-131	220		AN/TT, LN, Místicos, 5, 106v-107v	A diferença de 67 957 reais, entre o valor da tença atribuída (372 043 reais) e a estimação das rendas do montado ouriquense (440 000 reais), ficou para el-rei e era a cobrança dos direitos resultantes do fabrico e venda de tecidos de lã soriana, oriunda de Castela, assim como da pastagem do gado ovino soriano no dito montado.
183	BA	Códice 46-IX-13, 65-71				Cópia setecentista.
184	AN/TT	CC, II, maço 35, n.º 68				O marquês de Vila Real recebia uma quantia de 37 456 reais no almoxarifado da Pederneira, conforme a carta régia de 1501-12-06, assinalada com o n.º 134 .

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
185	1513-02-01	Alhambra	Carta	Carta de D. Íñigo López de Mendoza, 2.º conde de Tendilla e 1.º marquês de Mondéjar, dirigida a D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, acusando-lhe a recepção da carta que este lhe escrevera [relativamente ao pedido de efectivos militares para o auxiliarem na guerra de Tetuão] e que dera conhecimento dela a D. Fernando, regente de Castela e rei de Aragão, informando-o ainda que quando recebesse resposta do monarca, logo lhe daria dela o devido conhecimento
186	1513-11-10	Ceuta	Mandado	Mandado de D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, capitão e governador da cidade de Ceuta, em nome do marquês de Vila Real, seu pai, dirigido a António Carvalho, cavaleiro da casa de el-rei e vedor das obras da dita cidade, ordenando-lhe que mandasse consertar as casas do castelo que lhe serviam de aposento
187	1514-05-30	Lisboa	Alvará régio	Alvará de el-rei D. Manuel I dirigido ao almoxarife ou recebedor do almoxarifado de Silves, ordenando-lhe que entregasse ao almoxarife ou recebedor do almoxarifado de Tavira uma quantia de 100 000 reais, a fim de preencher e satisfazer o pagamento do assentamento de D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, alusivo ao ano de 1514, o qual assentamento era pago no almoxarifado taviense
188	1514-07-20	Caminha	Carta	Carta que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigiu a el-rei D. Manuel I, em resposta a outra que dele recebera, esclarecendo-lhe que ordenara o sequestro das rendas da Igreja de Vilar de Mouros, porque esta fora tomada à força ao abade que ali apresentara, mediante uns autos judiciais feitos por um juiz e dois tabeliães da vila de Caminha, seus vassalos, os quais autos se provou serem falsos e, segundo opinião do marquês, mandados elaborar por D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, através do seu ouvidor
189	1514-07-27	Ceuta	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, dirigida a el-rei D. Manuel I, noticiando-lhe as ocorrências de uma corrida que fizera sobre o lugar de Tetuão e bem assim sobre o apresamento de uma embarcação de mercadores catalães que pretendia negociar naquele lugar, sem ter seguro ou licença para o efeito
190	1514-08-07	Ínsua (Caminha)	Carta	Carta que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigiu a el-rei D. Manuel I, queixando-se do facto de D. António de Noronha, seu irmão e escrivão da puridade, não ter sido feito conde, como fora D. Martinho de Castelo Branco, 1.º conde de Vila Nova de Portimão, referindo-lhe que, não obstante a concessão do título a este último senhor, cujos méritos não punha em causa, a ascendência familiar e a preeminência social do seu irmão, assim como os feitos de armas e os vários serviços que ele prestara à Coroa, deveriam justificar e merecer igual estatuto de nobilitação
191	[1514]-08-30	Lisboa	Carta	Carta de el-rei D. Manuel I dirigida a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, em resposta à sua carta de 1514-08-07, sobre as queixas que lhe fizera acerca dos merecimentos do seu irmão D. António de Noronha, assegurando-lhe que estava bem recordado dos serviços prestados por ele e pela sua linhagem e que estava certo de tudo ter feito para gratificar o referido D. António, como até ali devia, dando-lhe ainda a entender que muito folgaria de lhe fazer mais, se o futuro viesse dar lugar a isso
192	[Post. 1514-10-01]	[Ceuta]	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, dirigida a el-rei D. Manuel I, relatando-lhe as principais incidências do assalto ocorrido no dia 1 de Outubro [de 1514], que dois irmãos do rei de Fez fizeram sobre a cidade de Ceuta

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
185	BNE	Manuscrito 10230, 208				Publicada na <i>Correspondencia del Conde de Tendilla...</i> , vol. II (1510-1513), pp. 162-163 e ainda por José SZMOLKA CLARES, «Un caso de cooperación...», pp. 192-193 e idem, «Ceuta en el registro...», p. 151.
186	AN/TT	CC, II, maço 43, n.º 34				
187	AN/TT	CC, II, maço 15, n.º 51				Contém um conhecimento de 1514-12-05, passado pelo escrivão do almoxarifado de Tavira, declarando que o 2.º conde de Alcoutim recebeu 370 000 reais, relativos ao seu assentamento, durante o ano de 1514.
188	AN/TT	GAV, 20, maço 5, n.º 35				
189	AN/TT	CC, I, maço 15, n.º 98				Publicada nos <i>Documentos do Corpo Cronológico Relativos a Marrocos (1488-1514)</i> , pp. 95-98.
190	AN/TT	GAV, 18, maço 5, n.º 1			BNP, Códice 3776, 133-144v e Códice 8920, 202v-208v; BP Évora, Códice CIII/2-20, 128-133; BPM Porto, Manuscrito 851, 125v-130; BNE, Manuscrito 2436, 286-295; e RAH, Colección Salazar y Castro, N-76, 48-53.	A mesma carta apresenta traslados incompletos nos fls. 7-11 do Códice 1598 da BNP e nos fls. 97v-105v do Manuscrito 170 da BGUC.
191	BP Évora	Códice CIII/2-20, 133-133v			BNP, Códice 1598, 11-11v, Códice 3776, 144v-145 e Códice 8920, 208v; BPM Porto, Manuscrito 851, 130v; BNE, Manuscrito 2436, 296-296v; e RAH, Colección Salazar y Castro, N-76, 53v	Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Brasões da Sala de Sintra</i> , III, p. 389, nota 2.
192	BP Évora	Códice CIII/2-20, 48-48v			BNP, Códice 1054, 67; BPM Porto, Manuscrito 851, 69v	A referência da BPM Porto foi publicada por José da Silva TERRA, «Breve comentário...», pp. 408-409.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
193	1514-10-27	Ceuta	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, dirigida a el-rei D. Manuel I, avisando-o sobre frei Pedro, vigário do mosteiro do Espírito Santo da cidade de Ceuta, que ia a Portugal com a finalidade de tratar assuntos que importavam à beneficiação edificativa daquele mosteiro, solicitando, por isso, que o monarca fosse servido dar alguma esmola para as obras de melhoramento
194	1514-12-07	Alhambra	Carta	Carta de D. Íñigo López de Mendoza, conde de Tendilla e marquês de Mondéjar, dirigida a D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, solicitando-lhe o envio de toda e qualquer informação que tivesse relativamente às acções e ao paradeiro de D. Pedro de Bovadilla [indivíduo que transitava embarcado na região ocidental do mar Mediterrâneo e a quem era necessário dar-lhe captura, devido a actos de pirataria]
195	1515-02-08	Almeirim	Minuta régia	Minuta da carta de el-rei D. Manuel I dirigida a D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, mandando-lhe que restituísse as mercadorias ou o seu respectivo valor, em dinheiro, aos mercadores de um navio que ele tinha mandado apresar ao largo de Tetuão, no ano de 1514, executando assim um pedido que, sobre este assunto, fora endereçado ao monarca português por parte de D. Fernando, regente de Castela e rei de Aragão
196	1515-02-15	Viana [da foz do Lima]	Carta de quitação	Carta de quitação de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, pela qual foi servido escusar 40 pessoas da vila de Ponte de Lima de pagarem o imposto dos "10 reais de Ceuta": 20 homens honrados da vila; os 7 indivíduos que anualmente servissem nos ofícios da câmara limiana; e mais 13 pessoas, nomeadas na carta, que o referido marquês isentou por especial graça e mercê
197	[1515]-06-29	s.l.	Carta	Carta de D. Íñigo López de Mendoza, conde de Tendilla e marquês de Mondéjar, dirigida a D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, felicitando-o pelo sucesso militar que alcançou numa entrada realizada sobre a serra das Adargas
198	1515-08-09	Vila Real	Carta	Carta que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigiu a el-rei D. Manuel I, agradecendo-lhe a mercê e a autorização de permitir que se fizesse um casamento entre o seu filho D. Pedro de Meneses e D. Beatriz de Lara, filha de D. Afonso, condestável do reino, já defunto, e de D. Joana de Noronha, irmã do marquês
199	1515-08-10	Vila Real	Carta	Carta que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigiu a el-rei D. Manuel I, apresentando-lhe o traslado da carta que endereçara à “condestablessa” D. Joana de Noronha, sua irmã, sobre a boa disposição que ela tinha para a realização do casamento entre D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, e D. Beatriz de Lara, filhos de ambos
200	1515-08-10	Vila Real	Carta	Carta que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigiu a el-rei D. Manuel I, exprimindo-lhe forte agastamento relativamente aos despropósitos de D. Jaime, 4.º duque de Bragança, de quem se queixa da sua insistência em promover o desmancho da promessa de casamento entre D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, e D. Beatriz de Lara, filha de D. Joana de Noronha, irmã do marquês, actuando em descrédito da honra da sua casa e de seu filho, estando este a servir em Ceuta
201	1515-08-11	Vila Real	Carta	Carta de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. Manuel I, recordando-lhe que fora melhor ele ter-se lembrado de casar a sua filha D. Leonor de Noronha com D. Jaime, 4.º duque de Bragança, como já lho propusera, a fim de estabelecer uma concórdia entre ambos, que saber que o dito duque tratava com D. Joana de Noronha, irmã do marquês, o seu casamento com D. Beatriz de Lara, sobrinha do mesmo marquês, então, prometida para esposa do seu filho D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
193	AN/TT	GAV, 15, maço 17, n.º 13				Publicada n' <i>As Gavetas da Torre do Tombo</i> , vol. V, pp. 86-87.
194	AHN-SN	Osuna, legajo 3406, n.º 2, 215v				Publicada por José SZMOLKA CLARES, «Ceuta en el registro...», p. 153 e ainda por María Amparo MORENO TRUJILLO <i>et alli</i> , <i>Escribir y Gobernar...</i> , n.º 821, pp. 492-493.
195	AN/TT	CC, I, maço 17, n.º 73				
196	AM Ponte de Lima	Pergaminho n.º 59				
197	AHN-SN	Osuna, legajo 3406, n.º 2, 362v				Publicada por María Amparo MORENO TRUJILLO <i>et alli</i> , <i>Escribir y Gobernar...</i> , n.º 1273, p. 790.
198	AN/TT	CC, I, maço 18, n.º 62				
199	AN/TT	CC, I, maço 18, n.º 43				
200	AN/TT	CC, I, maço 18, n.º 60				Publicada por Luciano CORDEIRO, <i>A Segunda Duquesa</i> , pp. 237-242.
201	AN/TT	CC, I, maço 18, n.º 63				Publicada por Luciano CORDEIRO, <i>A Segunda Duquesa</i> , pp. 242-243.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
202	1515-08-17	Lisboa	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. Manuel I, pela qual fez mercê a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, no sentido de a tença anual de 100 000 reais que lhe fora outorgada a título vitalício e hereditário, por um alvará régio de 1500-01-10, passar a ser registada como carta de padrão nos livros da fazenda régia, conforme ficara determinado no referido alvará
203	1516-01-07	Almeirim	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez mercê a D. Maria Freire de Andrade, marquesa de Vila Real, no sentido de as 12 arrobas de açúcar, que recebia na Ilha da Madeira, através de uma carta de padrão entretanto perdida, passarem a ser liquidadas, desde o ano de 1516, em diante, na guarda-repostaria do monarca
204	1516-01-18	s.l.	Alvará de mandado	Alvará de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, despachado para o seu ouvidor, ordenando-lhe que tomasse os devidos procedimentos judiciais relativos a uma petição que lhe fora dirigida por Violante Pinto, moradora em Vila Real, que pedia a entrega e guarda de um cavalo do seu irmão Gonçalo Pinto, escudeiro-criado de Fernão Vaz de Sampaio, senhor de Vila Flor, que fora apreendido numa estrebaria da peticionária por Diogo Domingues, alcaide pequeno de Vila Real, em abonação do facto de não ter conseguido prender aquele escudeiro-criado, por causa das agressões e ferimentos que infligira ao almocreve Gonçalo Fernandes, morador em Vila Real
205	[1516]-01-19	Caminha	Carta de confirmação e ampliação de privilégios	Carta de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigida ao seu ouvidor Luís do Bouro e aos juizes e oficiais da sua vila de Caminha, mandando-lhes que conservassem os privilégios que ele já outorgara aos pescadores e mareantes caminhenses, no tocante à isenção de darem aposentadoria de suas casas e de velarem os muros da dita vila, confirmando assim o teor de dois alvarás (um de 1507-03-17 e outro de 29 de Janeiro, sem ano declarado), insertos nesta mesma carta, na qual resolveu ainda acrescentar àqueles marítimos os privilégios de não servirem nos encargos do concelho, de não transportarem presos nem dinheiros, de não darem coisa sua contra suas vontades e de não serem tutores de pessoa alguma, salvo se a tutoria fosse legítima ou viesse por herança
206	1516-06-26	Lisboa	Alvará régio	Alvará de el-rei D. Manuel I dirigida aos ouvidores de D. Jaime, 4.º duque de Bragança, estacionados nas suas vilas e lugares das comarcas de Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes e bem assim aos juizes desses lugares, ordenando-lhes que não impedissem os oficiais nomeados por D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, de realizarem a cobrança dos "10 reais de Ceuta" naquelas comarcas, conforme a jurisdição que o marquês tinha nas suas doações e sentenças
207	1516-09-23	Lisboa	Minuta régia	Minuta da carta de el-rei D. Manuel I dirigida a Pêro Vaz, corregedor da comarca de Entre Douro e Minho, ordenando-lhe que intimasse Luís do Bouro, ouvidor do marquês de Vila Real, no sentido de não exercer o seu ofício, enquanto não apresentasse uma certidão passada pelo arcebispo de Braga ou pelos seus vigários, na qual constasse estar absolvido da excomunhão que lhe fora lançada por agressões cometidas sobre um clérigo
208	1516-09-23	Lisboa	Minuta régia	Minuta da carta de el-rei D. Manuel I dirigida a Pêro Vaz, corregedor da comarca de Entre Douro e Minho, ordenando-lhe que se fizesse acompanhar de um escrivão e levasse duas cartas a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, esperando por respostas dele dadas às mesmas, a fim de serem logo remetidas à Corte

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
202	AN/TT	CHR, Manuel I, 24, 61-61v			AN/TT, LN, Místicos, 5, 169-169v	
203	AN/TT	CHR, Manuel I, 25, 35				
204	AN/TT	CC, II, maço 63, n.º 16				O alvará do marquês foi escrito no verso da petição formulada por Violante Pinto, que surge acompanhada da petição que Gonçalo Pinto dirigiu a el-rei D. Manuel I, a quem pediu a intervenção do corregedor da comarca neste caso.
205	AN/TT	CI, 1, 374v-375v	267			Esta carta apresenta erradamente a data de 1506-01-19. Presume-se que a data correcta seja 1516-01-19, sobretudo, por nela o marquês usar o título de conde de Valadares, que lhe foi outorgado em 1510-12-04.
206	AN/TT	CC, I, maço 20, n.º 66				
207	AN/TT	CC, I, maço 20, n.º 102				
208	AN/TT	CC, I, maço 20, n.º 103				

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
209	1516-09-23	Lisboa	Minuta régia	Minuta da carta de el-rei D. Manuel I dirigida a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, ordenando-lhe que não permitisse que o seu ouvidor Luís do Bouro servisse o ofício da ouvidoria, enquanto não obtivesse uma certidão de levantamento de excomunhão dada pelo arcebispo de Braga ou pelos seus respectivos vigários, na qual constasse a absolvição da violência física que ele exercera sobre um clérigo
210	1516-09-23	Lisboa	Minuta régia	Minuta da carta de el-rei D. Manuel I dirigida a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, com o teor de certos capítulos, relativamente aos quais lhe solicitou respostas satisfatórias sobre todos eles, a fim de justificar o enquadramento do exercício dos seus poderes jurisdicionais em cada caso apresentado nos ditos capítulos
211	1517-01-24	Vila Real	Carta	Carta que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigiu a el-rei D. Manuel I, com a resposta a certos capítulos que o monarca lhe enviara através de Pêro Vaz, corregedor da comarca de Entre Douro e Minho, afirmando-lhe ainda, de uma maneira geral, que tais capítulos tinham sido falsamente enunciados pelos seus inimigos públicos, entre os quais se contavam Martim Teixeira de Macedo, Fernão Vaz de Sampaio e, muito principalmente, D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga
212	1517-01-24	Vila Real	Carta	Último fólio de uma carta de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. Manuel I, informando-o que o juro respeitante a 174 523 reais, metido no trato das sedas para proveito dos órfãos e que tinha sido dado a Rui Pires, estava conforme as ordenações e regimentos definidos pelo monarca e que para sua segurança já tinha procedido ao sequestro dos bens do dito Rui Pires
213	1517-05-25	Lisboa	Portaria	Portaria do doutor Luís Eanes, juiz dos feitos de el-rei, remetida ao secretário régio António Carneiro, informando-o que D. Maria Freire de Andrade, marquesa de Vila Real, seria citada para responder no feito que D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, movera contra D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, com quem trazia demanda sobre o couto de Campeã
214	1517-06-10	Vila Real	Carta	Carta de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. Manuel I, em resposta a uma sua carta de 1517-05-24, mostrando-lhe estar agradecido e prestes ao seu serviço, garantindo-lhe ainda que iria comunicar ao seu filho D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, que não regressasse ao Reino e, por isso, continuasse a prática da guerra no Norte de África, lugar para onde iria Diogo Lopes de Sequeira, acompanhado de certa armada de gente, conforme determinado por el-rei, segundo uma informação do monarca transmitida na dita carta de 1517-05-24
215	1517-12-15	Almeirim	Carta régia	Carta de el-rei D. Manuel I dirigida a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, mandando-lhe que, no prazo de 30 dias seguintes à recepção desta, através do seu procurador, mostrasse e comprovasse a jurisdição de dar cartas de emancipação, de seguro e de buscas e tuitivas, como então afirmava que tinha e fruía, em virtude das suas doações e privilégios
216	1518-05-10	Lisboa	Alvará régio	Alvará de el-rei D. Manuel I dirigido a André da Silveira, ordenando-lhe que entregasse uma quantia de 59 200 reais ao procurador de D. Beatriz de Lara, a fim de satisfazer o pagamento de certos anéis que para ela foram comprados, quantia que seria depois deduzida na tença de 225 000 reais, alusiva ao ano de 1518, que D. Beatriz recebia no almoxarifado de Setúbal

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
209	AN/TT	CC, I, maço 20, n.º 104				
210	AN/TT	CC, I, maço 35, n.º 13				
211	AN/TT	CC, I, maço 21, n.º 18				
212	AN/TT	CART, NA 877, n.º 155				
213	AN/TT	CC, II, maço 70, n.º 10				
214	AN/TT	CC, I, maço 22, n.º 8				
215	AN/TT	CC, I, maço 22, n.º 130				
216	AN/TT	CC, II, maço 75, n.º 31				Inclui o conhecimento de quitação, datado de 1518-05-12 e assinado por Simão Fernandes, que recebeu o dinheiro, em nome de D. Beatriz de Lara.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
217	1518-07-10	Vila Real	Alvará de procuração	Alvará de procuração de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, pelo qual deu poderes a Cristóvão Fernandes, escudeiro de sua casa e seu recebedor, a fim de receber no almoxarifado da vila de Leiria a quantia de 16 024 reais e de receber no almoxarifado da Pederneira a quantia de 37 456 reais, tudo valores alusivos ao ano de 1518
218	[1518-07-23]	[Lisboa]	Minuta régia	Minuta da carta de el-rei D. Manuel I dirigida a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, notificando-o sobre a conclusão do seu casamento, por palavras de presente, com a Infanta D. Leonor, irmã de Carlos I, rei de Castela e de Aragão, em virtude dos poderes que delegara para o efeito no seu embaixador Álvaro da Costa
219	1518-10-15	Vila Real	Alvará	Alvará de D. Maria Freire de Andrade, marquesa de Vila Real, dirigido a Rui Cão, almoxarife das sisas de Vila Real, mandando-lhe que, através daquilo que ela tinha direito a receber no primeiro quartel do ano de 1519, executasse um pagamento de 8 255 reais a Constança Rodrigues, moradora em Vila Real, a quem a marquesa era devedora de certos dinheiros que lhe pedira emprestados (7 800 reais) e bem assim de algumas compras que lhe fizera (455 reais)
220	1519-03-10	Almeirim	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. Manuel I, pela qual concedeu a D. Joana de Noronha, viúva do condestável D. Afonso, uma tença anual no valor de 411 905 reais, desde 1519-06-24, em diante, com pagamentos mensais assentados na Casa da Índia, em satisfação da renúncia da arrecadação das rendas do montado do Campo de Ourique, que recebia por carta de padrão régio datada de 1512-07-05
221	1519-10-20	Évora	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. Manuel I, pela qual fez mercê e concessão de uma tença anual vitalícia de 50 000 reais, desde o ano de 1520, em diante, a D. Beatriz de Lara, sua sobrinha, cuja tença vagara por morte da "condestabessa" D. Joana de Noronha, sua mãe
222	1519-10-20	Évora	Carta régia de confirmação, concessão e trespasse de padrão	Carta de padrão de el-rei D. Manuel I, pela qual concedeu a D. Beatriz de Lara, sua sobrinha, uma tença anual no valor de 400 000 reais, desde 1520, em diante, com assentamento na Casa da Índia, em confirmação da tença anual de 411 905 reais que era recebida pela sua mãe D. Joana de Noronha, viúva do condestável D. Afonso, já falecida, por carta semelhante, datada de 1519-03-10, declarando-se ainda o trespasse do valor de 11 905 reais em favor de Simão Fernandes, cavaleiro da casa de el-rei e vedor das ditas senhoras D. Joana e D. Beatriz, em satisfação de serviços prestados
223	1519-12-12	[Góis?]	Sentença régia	Sentença de el-rei D. Manuel I, pela qual os desembargadores da sua justiça e alçada suspenderam a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, o uso da sua jurisdição sobre as “cinco vilas” de Chão de Couce, assim como o proveito das rendas, direitos e foros que recebia nas terras de Chão de Couce e de Pousaflores, por o seu ouvidor julgar feitos de acção nova e dar cartas de seguro e de emancipação, assim como por os seus oficiais realizarem a cobrança de mais rendas e direitos que aqueles que lhe eram devidos, regulando-se pelo modo dos forais antigos e não pela feição dos forais novos
224	1520-01-12	Évora	Carta régia de doação e padrão	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez doação vitalícia de 18 000 reais a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, quantia que era correspondente à metade do foro cerrado anualmente pago à Coroa pela vila de Monção e que vagara por morte de Paio Rodrigues de Araújo, a quem estava consignada a sua arrecadação, declarando-se ainda o desconto da mesma quantia no seu padrão de 75 222 reais, [outorgado por carta régia de 1506-06-20,] passando assim a vencer 57 222 reais, desde o ano de 1520, em diante

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
217	AN/TT	CC, II, maço 76, n.º 50				Inclui os dois conhecimentos de quitação, ambos assinados por Cristóvão Fernandes, com as datas de 1519-03-10 e de 1519-04-11.
218	AN/TT	GAV, 15, maço 12, n.º 11				A data encontra-se inferida, por anotação, na própria minuta.
219	AD Vila Real	Misericórdias, SCMVR, livro 262, n.º 2				Inserto numa pública forma de 1547-09-20, requerida por um dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real ao ouvidor do marquês de Vila Real.
220	AN/TT	LN, Místicos, 4, 131v-133	222			
221	AN/TT	LN, Místicos, 4, 131-131v				
222	AN/TT	LN, Místicos, 4, 131v-133		220		
223	AN/TT	CC, I, maço 32, n.º 1				Em anexo, inclui uma carta datada de 1520-03-05, escrita pelo corregedor Soeiro Mendes, a quem foi enviada esta sentença, informando el-rei que, depois de mandar executá-la e de cobrar 2 190 reais de custas, deu ordens para se proceder ao levantamento da suspensão determinada, segundo um mandado régio, entretanto recebido.
224	AN/TT	CHR, João III, 37, 28			AN/TT, CHR, João III, 3, 4	Carta inserta noutra carta régia de 1522-12-23, na qual se informa que o marquês D. Fernando de Meneses vendeu o seu padrão de 57 222 reais a Afonso de Albuquerque, com condição de pacto retro, em 1522-11-24, pelo preço de 700 000 reais.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
225	1520-01-18	Évora	Carta régia	Carta de el-rei D. Manuel I dirigida ao almoxarife da vila de Leiria, mandando-lhe que pagasse uma quantia de 16 024 reais, alusiva ao ano de 1519, a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, em parte da satisfação dos direitos da judiaria extinta na vila de Almeida
226	1520-02-15	Évora	Alvará de recibo, pagamento e quitação	Alvará de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, pelo qual admitiu ter recebido de Diogo Lopes, almoxarife da vila de Leiria, uma quantia de 16 024 reais, alusiva ao ano de 1519, [em satisfação dos direitos da judiaria extinta na vila de Almeida,] que o mesmo marquês resolveu entregar ao dito almoxarife, ressarcindo-o de igual valor que dele recebera em 1518, sem ter desembargo dado por D. Pedro de Castro, vedor da fazenda régia, que, por isso, lhos fizera pagar e não lhos levava em conta
227	1520-04-17	Évora	Alvará régio	Alvará de el-rei D. Manuel I dirigido a mestre Nicolau, seu guarda-reposte, ordenando-lhe que fizesse pagamento de 48 arrobas de açúcar a D. Maria Freire de Andrade, marquesa de Vila Real, em satisfação dos anos de 1509, 1510, 1511 e 1515, à razão de 12 arrobas, cada ano, conforme à carta geral de tença que ela fruía, pela qual recebia aquele volume através de pagamento feito pelo almoxarife dos quartos da Ilha da Madeira
228	[1520-07-18]	[Évora]	Minuta	Minuta da carta de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigida a Carlos III, duque de Sabóia, informando-o que já poderia enviar a Portugal os seus embaixadores, munidos de todos os poderes procuratórios, a fim de efectuarem a escritura do seu contrato de casamento com a Infanta D. Beatriz, filha de el-rei D. Manuel I, uma vez que este aceitara a sua proposta de pagamento de um dote no valor de 150 000 ducados
229	[1520]-09-07	Évora	Carta régia de mercê e padrão	Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual fez mercê a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, no sentido de o lucro da tença de 100 000 reais, que o monarca lhe confirmara por carta de 1497-07-13, ser transferido para a posse da seu filho D. João de Noronha, que começaria a vencer aquela quantia desde o ano de 1521, em diante
230	1520-10-05	Évora	Instrução régia	Instrução que el-rei D. Manuel I deu ao seu secretário [António Carneiro], solicitando-lhe que comunicasse e pedisse a D. Jaime, 4.º duque de Bragança, que o libertasse da promessa que lhe fizera relativamente à hipótese de vir a casar o seu filho [D. Teodósio] com D. Beatriz de Lara, filha do condestável D. Afonso, transmitindo-lhe ainda as razões que tornavam inconveniente tal consórcio e que, nesse sentido, também o informasse que aquela senhora já lhe tinha demonstrado a vontade de casar com D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim
231	1520-10-25	Évora	Alvará régio	Alvará de el-rei D. Manuel I, feito para sua lembrança e guarda de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, pelo qual declarou que mandaria tirar dos forais [novos] da vila de Valença e do seu respectivo registo o capítulo respeitante à liberdade que fora antigamente dada à dita vila [no sentido de nunca ter qualquer outro donatário do seu senhorio e jurisdição, senão el-rei e a Coroa]
232	1520-11-12	Évora	Conhecimento e quitação	Conhecimento assinado por D. Maria Freire de Andrade, marquesa de Vila Real, pelo qual fez constar que recebera de mestre Nicolau, guarda-reposte de el-rei D. Manuel I, um volume de 48 arrobas de açúcar, em satisfação de certos pagamentos que lhe eram devidos de anos anteriores
233	1520-11-13	Évora	Conhecimento e quitação	Conhecimento assinado por D. Maria Freire de Andrade, marquesa de Vila Real, pelo qual fez constar que recebera de mestre Nicolau, guarda-reposte de el-rei D. Manuel I, a mercê de um volume de 12 arrobas de açúcar, alusivas ao ano de 1520, conforme tinha por carta geral outorgada pelo monarca

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
225	AN/TT	CC, II, maço 87, n.º 19				Inclui um conhecimento de recibo, pagamento e quitação do marquês D. Fernando de Meneses, datado de 1520-02-15, assinalado com o n.º 226 .
226	AN/TT	CC, II, maço 87, n.º 19				Registo feito no verso da carta régia de 1520-01-18, assinalada com o n.º 225 .
227	AN/TT	CC, I, maço 26, n.º 6				Inclui um conhecimento e quitação da marquesa D. Maria Freire de Andrade, datado de 1520-11-12, assinalado com o n.º 232 .
228	AN/TT	CART, NA 878, maço 1, n.º 60				Esta minuta infere-nos apenas, por anotação, a data de 18 de Julho. O local e o ano são inferidos a partir das informações expressas nos relatos coevos alusivos ao assunto do matrimónio da Infanta D. Beatriz com o duque de Sabóia.
229	AN/TT	CHR, Manuel I, 39, 2v			AN/TT, LN, Místicos, 4, 139-139v	Os dois registos apresentam erradamente a data de 1521-09-07.
230	AN/TT	CC, I, maço 26, n.º 75				Publicada por Luciano CORDEIRO, <i>A Segunda Duquesa</i> , pp. 245-248.
231	===	=====	274			Publicado em António Matos REIS, <i>Foral Manuelino de Valença</i> , p. 136.
232	AN/TT	CC, I, maço 26, n.º 6				Registo feito no verso do alvará régio de 1520-04-17, assinalado com o n.º 227 .
233	AN/TT	CC, II, maço 92, n.º 98				

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
234	1521-03-18	Trancoso	Carta	Carta [do corregedor] Jorge da Silveira dirigida a el-rei D. Manuel I, participando-lhe, entre outros assuntos, o envio de um caminheiro com a informação do libelo processado contra o marquês de Vila Real, a propósito dos feitos dos forais, cujas custas montavam, pelo menos, numa quantia de 40 cruzados, referindo-lhe ainda que não lhe remetia toda a documentação já produzida, devido às enormes despesas que o seu transporte implicava, esperando então que o marquês tivesse a preocupação de enviar alguém para efectuar o transporte dos processos e pagar as custas já vencidas
235	1521-07-17	s.l.	Conhecimento e quitação	Conhecimento assinado por D. Maria Freire de Andrade, marquesa de Vila Real, pelo qual fez constar que recebera de mestre Nicolau, guarda-reposte de el-rei D. Manuel I, a mercê de um volume de 12 arrobas de açúcar, alusivas ao ano de 1521, conforme tinha por carta geral outorgada pelo monarca
236	1521-09-17	Lisboa	Procuração	Procuração de D. Beatriz de Lara, pela qual sub-rogou poderes no seu tio e curador D. António de Noronha, escrivão da puridade de el-rei, a fim de representá-la na feitura do contrato do seu casamento com o seu primo D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim
237	1521-09-18	Lisboa	Alvará régio de confirmação	Alvará de el-rei D. Manuel I, pelo qual aprovou e confirmou os conteúdos da procuração que D. Beatriz de Lara deu ao seu tio D. António de Noronha, com o objecto de realizar em nome dela o contrato do seu casamento
238	1521-09-[25]	Lisboa	Escritura de contrato de casamento	Escritura pública do contrato de casamento, dote e arras feito entre D. António de Noronha, na qualidade de curador e procurador da sua sobrinha D. Beatriz de Lara, e D. Fernando de Meneses, D. Maria Freire de Andrade, sua mulher, marquês e marquesa de Vila Real, e D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, filho deste último casal, com quem a dita D. Beatriz se consorcia e lhe dá em dote as doações, títulos e privilégios que lhe foram concedidos por el-rei, obrigando-se ainda o marquês no pagamento de 7 contos e 200 000 reais para arras da consorte, asseguradas pela hipoteca das rendas da sua lezíria da Valada
239	1521-09-28	Lisboa	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. Manuel I, pela qual concedeu uma renda anual de 600 000 reais, de juro e herdade, desde o ano de 1522, em diante, com assentamento no almoxarifado da vila de Lagos, a D. Beatriz de Lara, condessa de Alcoutim, em satisfação das rendas da vila de Serpa, da tença de 15 000 florins de ouro, ambas herdadas da Infanta D. Beatriz, sua bisavó, assim como da tença relativa ao dote e arras que herdara da sua mãe D. Joana de Noronha, cujas tenças foram vendidas ao monarca, pelo preço da mencionada renda
240	1521-11-21	[Lisboa]	Escritura de contrato de compra e venda	Escritura do contrato de compra e venda, pelo qual D. Beatriz de Lara, [condessa de Alcoutim,] vendeu a el-rei D. Manuel I a sua vila de Colares, com seu termo, jurisdição, rendas, direitos, etc., a troco da concessão régia de uma renda anual de 200 000 reais, de juro e herdade, sem embargos da <i>Lei Mental</i>
241	1521-11-29	Lisboa	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. Manuel I, pela qual concedeu uma renda anual de 200 000 reais, de juro e herdade, desde o ano de 1522, em diante, com assentamento no almoxarifado da vila de Setúbal, através do ramo das sisas da vila de Almada, a D. Beatriz de Lara, condessa de Alcoutim, em satisfação da vila de Colares que ela vendera ao monarca, pelo preço da mencionada renda
242	1522-08-20	Lisboa	Alvará de conhecimento	Alvará de conhecimento assinado pelos deputados das confirmações, pelo qual fizeram constar que D. Maria Freire de Andrade, marquesa de Vila Real, haveria de receber anualmente na guarda-repostaria a mercê de um volume de 12 arrobas de açúcar, conforme tinha por carta geral outorgada por el-rei D. Manuel I

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
234	AN/TT	CC, I, maço 26, n.º 134				
235	AN/TT	CC, II, maço 97, n.º 48				
236	AN/TT	CHR, João III, 39, 41-42v	238			
237	AN/TT	CHR, João III, 39, 41-42v	238	236		
238	AN/TT	CHR, João III, 39, 41-42v	351			O registo apresenta erradamente a data de 1521-09-15, a qual não faz sentido, em virtude das datas documentais presentes nos documentos assinalados com os n.ºs 236 e 237 .
239	AN/TT	CHR, João III, 14, 82v-83	246			
240	AN/TT	FC, NA 246, 2v-4v				Escritura feita « <i>nos paços de el-rei, nosso senhor, onde ora está a ilustre senhora, a senhora D. Beatriz, filha do Condestável, sua sobrinha</i> ».
241	AN/TT	CHR, João III, 14, 44-45v	245			
242	AN/TT	CC, II, maço 103, n.º 59				

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
243	1522-10-06	s.l.	Conhecimento e quitação	Conhecimento assinado por D. Maria Freire de Andrade, marquesa de Vila Real, pelo qual fez constar que recebera de mestre Nicolau, guarda-reposte de el-rei D. João III, a mercê de um primeiro volume de 6 arrobas das 12 arrobas de açúcar, alusivas ao ano de 1522, conforme tinha por carta geral outorgada para o efeito
244	1522-11-17	Lisboa	Alvará de procuração e de provimento de ofícios	Alvará de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, pelo qual substabeleceu poderes ao seu escudeiro João Gonçalves, tabelião na vila de Viana [da foz do Lima], provendo-o no ofício de juiz dos direitos reais do almoxarifado da dita vila e de recebedor de todos os dinheiros e rendas alusivos ao ano de 1523 que o dito marquês tinha em assentamento na alfândega e no almoxarifado vianenses, em substituição de Fernão Barbosa, que tinha poderes do mesmo marquês para o exercício daqueles ofícios, remunerando-lhe tais serviços com um mantimento de 4 000 reais
245	1522-11-21	Lisboa	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Beatriz de Lara, condessa de Alcoutim, a concessão de uma renda anual de 200 000 reais, de juro e herdade, que el-rei D. Manuel I lhe outorgara por carta de 1521-11-29
246	1522-11-21	Lisboa	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Beatriz de Lara, condessa de Alcoutim, a concessão de uma renda anual de 600 000 reais, de juro e herdade, que el-rei D. Manuel I lhe outorgara por carta de 1521-09-28
247	1522-11-26	s.l.	Conhecimento e quitação	Conhecimento assinado por D. Maria Freire de Andrade, marquesa de Vila Real, pelo qual fez constar que recebera de mestre Nicolau, guarda-reposte de el-rei D. João III, a mercê de um segundo volume de 6 arrobas das 12 arrobas de açúcar, alusivas ao ano de 1522, conforme tinha por carta geral outorgada para o efeito, declarando ainda que já tinha recebido um primeiro volume de 6 arrobas, conforme outro conhecimento por ela assinado
248	1523-01-26	Lisboa	Carta de novo aforamento	Instrumento de novo aforamento perpétuo e hereditário de duas moradas de casas, próprias ao seu contrato de morgadio, situadas no seu bairro, na rua Direita, que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, e D. Maria Freire, sua mulher, fizeram a Inês Afonso, <i>a Sirgada</i> , mulher viúva, pelo foro anual de 800 reais, somente em sua vida, e de 1 000 reais, em vida dos seus herdeiros e sucessores, tudo pago pelas oitavas da Páscoa, comutando, por sugestão da foreira, o anterior contrato de emprazamento, pelo qual trazia as ditas casas e pagava um foro anual de 300 reais e 4 galinhas
249	1523-01-26	Lisboa	Carta de novo aforamento	Instrumento de novo aforamento perpétuo e hereditário de umas casas, próprias ao seu contrato de morgadio, situadas no terreiro do seu bairro, que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, e D. Maria Freire, sua mulher, fizeram a Lançarote Gonçalves, partidor dos órfãos da cidade de Lisboa e nela morador, pelo foro anual de 800 reais, tudo pago pelas oitavas da Páscoa, comutando, por sugestão do foreiro, o anterior contrato de emprazamento em três vidas e no qual o foreiro era derradeira pessoa, pelo qual se pagava o foro anual de 20 reais e 2 capões
250	1523-01-26	Lisboa	Carta de novo aforamento	Instrumento de novo aforamento perpétuo e hereditário de umas casas, próprias ao seu contrato de morgadio, situadas no seu bairro, que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, e D. Maria Freire, sua mulher, fizeram a Isabel Anes, mulher viúva, filha do barbeiro João Rodrigues Quinto, que servira o marquês em Ceuta, pelo foro anual de 600 reais e 4 galinhas, tudo pago pelas oitavas da Páscoa, comutando, por sugestão da foreira, o anterior contrato de emprazamento em três vidas, pelo qual pagava o foro anual de 180 reais e 4 galinhas

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
243	AN/TT	CC, II, maço 104, n.º 64				
244	AN/TT	CC, II, maço 5, n.º 56, [4v-6]	256			
245	AN/TT	CHR, João III, 14, 44-45v	326 328	241		
246	AN/TT	CHR, João III, 14, 82v-83	329	239		
247	AN/TT	CC, II, maço 105, n.º 74				
248	AN/TT	CCA, maço 38, n.º 7; e Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 1, n.º 5 a)				Esta escritura de novo aforamento substitui a carta de emprazamento de 1499-09-20, assinalada com o n.º 113. Fez-se menção de duas cotas, por ambas denotarem uma tradição documental original: tanto os senhórios como a foreira pediram o seu próprio documento, autenticado por tabelião.
249	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 1, n.º 1 c)				
250	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 1, n.º 5 b)				

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
251	1523-01-26	Lisboa	Carta de novo empraçamento	Instrumento de novo aforamento por prazo de três vidas de umas casas, próprias ao seu contrato de morgadio, situadas no seu bairro, na rua Direita, que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, e D. Maria Freire, sua mulher, fizeram ao atafoneiro Pedro Afonso, pelo foro anual de 1 000 reais e 4 galinhas, tudo pago pelas oitavas da Páscoa, comutando, por sugestão da foreiro, o anterior contrato de empraçamento em três vidas, pelo qual pagava o foro anual de 100 reais e 4 galinhas
252	1523-01-26	Lisboa	Carta de empraçamento	Instrumento de aforamento por prazo de três vidas de umas casas, próprias ao seu contrato de morgadio, situadas no seu bairro, que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, e D. Maria Freire, sua mulher, fizeram a Brites Fernandes, viúva de João Fernandes, pelo foro anual de 1 500 reais e 4 galinhas, tudo pago pelas oitavas da Páscoa
253	1523-01-26	Lisboa	Carta de novo aforamento	Instrumento de novo aforamento perpétuo e hereditário de umas casas, próprias ao seu contrato de morgadio, situadas no seu bairro, que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, e D. Maria Freire, sua mulher, fizeram a Isabel Fernandes, por si e como procuradora de seu marido Cosmo de Andrade, ausente na Índia, e agindo em nome de Damião, filho menor de ambos, a quem era destinado o dito aforamento, pelo foro anual de 1 000 reais e 4 galinhas, tudo pago pelas oitavas da Páscoa, comutando, por sugestão da dita procuradora, o anterior contrato de empraçamento em três vidas, pelo qual se pagava um foro anual de 180 reais e 2 capões
254	1523-01-27	Lisboa	Carta de novo aforamento	Instrumento de aforamento perpétuo e hereditário de umas casas, próprias ao seu contrato de morgadio, situadas no seu bairro, que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, e D. Maria Freire, sua mulher, fizeram a Beatriz Eanes, <i>a Fidalga</i> , viúva de Jordão Rodrigues, pelo foro anual de 1 000 reais e 2 galinhas, tudo pago pelas oitavas da Páscoa, comutando, por sugestão da foreira, o anterior contrato de empraçamento em três vidas, pelo qual pagava o foro anual de 160 reais e 2 galinhas
255	1523-07-18	Tomar	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João III, pela qual concedeu uma tença anual de 150 124 reais, com assentamento na alfândega de Viana e Caminha, desde o ano de 1524, em diante, a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, em substituição da carta de padrão de 175 124 reais que el-rei D. Manuel I lhe dera em 1501-12-10, declarando-se ainda que a redução de 25 000 reais resultara do trespasse deste mesmo valor que o marquês fez em favor de Aires da Silva, a quem comprou o direito de apresentação do padroado da Igreja de Santa Maria da vila de Caminha
256	[1523-10-30]	Viana [da foz do Lima]	Certidão	Certidão passada por Rodrigo da Rocha, escrivão da alfândega de Viana, pela qual atestou o pagamento de 182 354 reais que Pedro Pinto, almoxarife da dita alfândega, fez a João Gonçalves, recebedor a dita quantia, alusiva ao ano de 1523, em nome do marquês de Vila Real, a quem deveria ser satisfeita a entrega daqueles dinheiros, em virtude das cartas de padrão régio de 1501-12-10 (175 124 reais) e de 1503-02-21 (7 230 reais), outorgadas ao marquês D. Fernando de Meneses
257	1524-02-19	s.l.	Conhecimento e quitação	Conhecimento assinado por D. Maria Freire de Andrade, marquesa de Vila Real, pelo qual fez constar que recebera de mestre Nicolau, guarda-reposte de el-rei D. João III, a mercê de um volume de 24 arrobas de açúcar, alusivas aos anos de 1523 e de 1524, à razão de 12 arrobas por cada ano, conforme tinha por carta geral outorgada para o efeito

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
251	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 1, n.º 6				
252	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 1, n.º 7				
253	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 2, n.º 7 c)				
254	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 2, n.º 10				
255	AN/TT	CHR, João III, 3, 99v-100	269 273			A redução de 25 000 reais incidiu nos 31 639 reais que foram dados ao marquês de Vila Real, em satisfação da extinção da judiaria da vila de Alcoutim. Quanto à mencionada igreja, trata-se da actual Igreja Matriz de Caminha, da invocação de Nossa Senhora da Assunção.
256	AN/TT	CC, II, maço 5, n.º 56				O marquês D. Fernando de Meneses faleceu no último trimestre de 1523, pelo que não é possível apurar se foi a ele ou ao seu filho e sucessor D. Pedro de Meneses que coube a satisfação dos dinheiros mencionados nesta certidão.
257	AN/TT	CC, II, maço 113, n.º 98				

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
258	1524-04-12	Évora	Alvará régio	Alvará de el-rei D. João III, em mercê de um requerimento de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigido a Soeiro Mendes Neto, juiz de fora com alçada régia na vila de Santarém, mandando-lhe que, mediante privilégio apresentado pelo dito marquês, não o impedisse de ter um guardador na lezíria que possuía em Santarém, como sempre fora havido pelos seus antecessores
259	1524-04-18	Évora	Alvará de procuração e de provimento de ofícios	Alvará de procuração de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pelo qual substabeleceu poderes ao seu escudeiro João Gonçalves, morador na vila de Viana, provendo-o no ofício de juiz dos direitos reais do almoxarifado da dita vila e de recebedor de todos os dinheiros e rendas alusivos ao ano de 1524, que o marquês tinha em assentamento na alfândega e no almoxarifado vianenses, em substituição de Fernão Barbosa, que se encontrava suspenso do exercício daqueles ofícios
260	1524-10-20	Évora	Alvará de procuração	Alvará de procuração de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pelo qual substabeleceu poderes a Álvaro de Carvalhal, fidalgo da sua casa e seu ouvidor na cidade de Ceuta, a fim de receber, em seu nome, o preito e a homenagem do seu primo D. António de Noronha, nomeado para exercer o ofício de capitão e governador da cidade ceutense
261	1524-11-05	Évora	Carta de emprazamento	Instrumento de emprazamento em três vidas de umas casas sobradas, próprias ao seu contrato de morgadio, situadas no seu bairro, que D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, e D. Beatriz de Lara, sua mulher, fizeram ao piloto João de Santana, casado com Catarina Álvares, ambos moradores em Lisboa, pelo foro anual de 1 000 reais e 4 galinhas, tudo pago pelo dia de Páscoa
262	1524-11-05	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou e aprovou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em sucessão aos seus pais D. Fernando de Meneses e D. Maria Freire de Andrade, a doação vitalícia e hereditária da tença de 16 000 reais que se achava assentada no almoxarifado de Tavira, através da receita da sisa do pescado desta cidade, que el-rei D. Manuel I outorgara por carta de 1504-01-31
263	1524-11-05	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em sucessão ao seu pai D. Fernando de Meneses, uma tença anual de 50 652 reais que se achava assentada no almoxarifado de Tavira, através da receita da sisa do pescado desta cidade, em satisfação dos direitos e rendas de Rio Maior e da renda do foro da vinha de Tavira, que el-rei D. Manuel I outorgara por carta de 1501-12-18
264	1524-11-05	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou e aprovou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em sucessão ao seu pai D. Fernando de Meneses, a doação vitalícia das rendas e direitos da portagem de Tavira, salvo a sisa nova do pescado, alfândega e sisas gerais, assim como os alvarás régios de 1498-04-04 e de 1502-01-17, tocantes à referida doação, outorgados por el-rei D. Manuel I
265	1524-11-06	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou e aprovou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em sucessão ao seu pai D. Fernando de Meneses, a carta de doação da vila de Valença, com seu condado e senhorio, da vila de Caminha e da terra de Valadares, com seus senhorios, assim como das rendas e direitos das vilas de Viana e de Monção e da dízima nova do pescado de Tavira, que el-rei D. Manuel I outorgara por carta de 1499-12-12

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
258	AN/TT	CG, 2, 254v				Este alvará está inserto numa confirmação régia de 1577-12-15, outorgada a D. Manuel de Meneses, 5.º marquês de Vila Real.
259	AN/TT	CC, II, maço 114, n.º 114, [9-10]	269			
260	BA	Códice 46-IX-13, 7-10				Este alvará está inserto num instrumento de fé e certidão do acto do referido preito e homenagem, feito na cidade de Ceuta, em 1524-11-01.
261	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 2, n.º 7 d)				
262	AN/TT	CHR, João III, 50, 34v-35		162		O lugar de assentamento desta tença foi mudado para o almoxarifado de Leiria, como consta no documento assinalado com o n.º 333.
263	AN/TT	CHR, João III, 50, 35-35v		138		O marquês vendeu estes 50 652 reais a Damião Dias, escrivão da Fazenda, com pacto de retroactividade, no prazo de seis anos, pelo preço de 354 550 reais, em 1525-11-28: AN/TT, CHR, João III, 36, 18 (padrão de 50 652 reais, dado a Leonor Vaz, mulher do dito escrivão, por carta de 1526-01-16)
264	AN/TT	CHR, João III, 50, 35v-36v		92 106 141		Contém uma apostila de 1524-11-28, pela qual el-rei mandou que os 5 652 reais, que satisfaziam o foro da vinha, incluído nas rendas de Tavira, fossem desembolsados pela renda da sisa do pescado.
265	AN/TT	CHR, João III, 50, 33-34v		119		

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
266	1524-11-15	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou e aprovou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em sucessão ao seu pai D. Fernando de Meneses, a carta de doação da vila de Alcoutim, com seu condado e senhorio, que el-rei D. Manuel I outorgara por carta de 1496-11-15
267	1524-12-16	Évora	Carta de confirmação de privilégios	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pela qual confirmou o teor de uma carta de privilégios de [1516]-01-19 que o seu pai D. Fernando de Meneses outorgara em favor dos pescadores e mareantes da vila de Caminha, isentando-os de darem aposentadoria e de velarem os muros da mesma vila
268	1525-01-13	Évora	Alvará régio	Alvará de el-rei D. João III dirigido ao almoxarife da alfândega de Viana, ordenando-lhe que pagasse a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, tudo aquilo que ainda lhe faltasse liquidar do ano de 1524 para a satisfação da sua tença de 157 354 reais de juro, assentada naquela alfândega
269	[1525-02-17]	Viana [da foz do Lima]	Certidão	Certidão passada por Rodrigo da Rocha, escrivão da alfândega de Viana, pela qual atestou o pagamento de 157 354 reais que Pedro Pinto, almoxarife da dita alfândega, fez a João Gonçalves, recebedor da dita quantia, alusiva ao ano de 1524, em nome de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, a quem deveria ser satisfeita a entrega daqueles dinheiros, em virtude das cartas de padrão régio de 1503-02-21 (7 230 reais) e de 1523-07-18 (150 124 reais), outorgadas ao marquês D. Fernando de Meneses, entretanto, já falecido
270	1525-03-10	Évora	Carta de tença	Carta de tença de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, e de D. Beatriz de Lara, sua mulher, pela qual fizeram mercê de uma quantia anual de 6 000 reais ao mosteiro de São Jerónimo de Pêra Longa, situado no sopé da serra de Sintra, com pagamentos efectuados no dia de Nossa Senhora das Neves (5 de Agosto), através das receitas dos foros das casas do seu "bairro de Lisboa"
271	1525-03-21	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em sucessão ao seu pai D. Fernando de Meneses, a doação e mercê de uma tença anual de 7 230 reais, em satisfação da renda da dízima do pescado do lugar de Salir, que el-rei D. Manuel I outorgara por carta de 1503-02-21
272	1525-03-22	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em sucessão ao seu pai D. Fernando de Meneses, a doação de uma renda anual de 453 280 reais, pelo prazo de duas vidas, em satisfação da fortaleza e de algumas rendas da vila de Ourém, que el-rei D. Manuel I outorgara numa carta de 1510-12-04
273	1525-03-22	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em sucessão ao seu pai D. Fernando de Meneses, a doação de uma tença anual de 62 870 reais, em satisfação e preenchimento de uma mercê régia de 300 000 reais, assim como a doação de uma tença anual de 150 124 reais, em substituição de outra de 175 124 reais, que D. Manuel I e D. João III outorgaram por cartas de 1502-01-03 e de 1523-07-18, respectivamente
274	1525-03-28	Évora	Alvará régio de confirmação	Alvará de el-rei D. João III, em mercê de um requerimento de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pelo qual confirmou a retirada do capítulo da liberdade que fora antigamente dada à vila de Valença [no sentido de nunca ter qualquer outro donatário da sua jurisdição e senhorio, senão el-rei e a Coroa] e que fora registado, à condição, no foral novo da dita vila, outorgado em 1512-06-01

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
266	AN/TT	CHR, João III, 50, 36v-37v		89		
267	AN/TT	CI, I, 374-375v		205		Esta carta está inserta numa confirmação de 1557-05-16, dada por D. Miguel de Meneses, 4.º marquês de Vila Real, por sua vez, inserta numa confirmação de 1676-04-20, outorgada pelo Infante D. Pedro, senhor da Casa do Infantado.
268	AN/TT	CC, I, maço 31, n.º 131	269			
269	AN/TT	CC, II, maço 114, n.º 114 + CC, I, maço 31, n.º 131				Informação desagregada. A segunda cota (CC, I, maço 31, n.º 131) é a continuação da primeira cota (CC, II, maço 114, n.º 114).
270	AN/TT	MSJPL, maço 10				Inserta numa pública forma lavrada na cidade de Lisboa, em 1805-01-19, pelo tabelião Bernardo José de Figueiredo e Silva. O documento está arquivado no dito maço, acondicionado num envelope que contém os documentos 21 a 37.
271	AN/TT	CHR, João III, 8, 104-104v	327	155	AN/TT, CHR, João III, 72, 140v-141	
272	AN/TT	CHR, João III, 8, 104v-105	285	180		
273	AN/TT	CHR, João III, 8, 105-106	327	140 255		
274	===	=====		231		Publicado em António Matos REIS, <i>Foral Manuelino de Valença</i> , pp. 136 e 138.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
275	1525-06-14	Leiria	Carta de provimento de ofícios	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pela qual proveu Diogo Barbosa nos ofícios de almoxarife e de juiz dos direitos reais na vila de Viana da foz do Lima e bem assim no ofício de recebedor dos dinheiros das tenças que lhe estavam assentados na alfândega vianense, em substituição de João Gonçalves, pagando-lhe anualmente uma quantia de 4 000 reais de mantimento, pelo exercício dos ditos ofícios, assim como os 8 000 reais de tença graciosa que eram auferidos pelo seu pai Fernão Barbosa, que também servira os mesmos ofícios, fazendo tudo isto em respeito aos vários serviços que o dito seu pai realizara na guerra dos mouros, em Ceuta, onde esteve com o dito marquês durante 5 anos e 3 meses
276	1525-07-06	Leiria	Conhecimento e quitação	Conhecimento assinado por D. Maria Freire de Andrade, marquesa de Vila Real, pelo qual fez constar que recebera de mestre Nicolau, guarda-reposte de el-rei D. João III, a mercê de um volume de 12 arrobas de açúcar, alusivas ao ano de 1525, conforme tinha por carta geral outorgada para o efeito
277	1525-09-12	Tomar	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou e aprovou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em sucessão ao seu pai D. Fernando de Meneses, a doação das vilas de Freixiel e de Abreiro, com os seus termos, que el-rei D. Manuel I outorgara por carta de 1500-12-31
278	1525-09-12	Tomar	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em sucessão ao seu pai D. Fernando de Meneses, a doação do castelo da vila de Viana da foz do rio Lima, que el-rei D. Manuel I outorgara por carta de 1500-01-28
279	1525-11-15	Leiria	Procuração	Procuração de D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real, pela qual sub-rogou poderes no seu marido D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, a fim de representá-la na feitura de quaisquer contratos de empenho, de venda ou de troca, com ou sem pacto de retroactividade, relativamente a diversas tenças e rendas que pertenciam ao casal, a saber: os 157 354 reais, assentados na alfândega de Viana e Caminha; os 453 280 reais assentados no almoxarifado de Vila Real; e os 55 000 reais, pagos pela sisa do pescado de Tavira
280	1525-11-22	Almeirim	Alvará régio de licença	Alvará de licença de el-rei D. João III, pelo qual autorizou D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, a fazer um contrato com D. Beatriz de Portugal, a quem pretendia vender 157 354 reais de um padrão do mesmo valor que lhe era pertencente
281	1525-11-23	Almeirim	Carta de venda	Carta de venda da renda de 157 354 reais de um padrão do mesmo valor que D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, por si e em nome de D. Beatriz de Lara, sua mulher, fizeram a Paulo Vaz, criado de D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso, e procurador em nome de D. Beatriz de Portugal, irmã do dito conde, pelo preço de 2 contos e 45 602 reais, mais 2 ceitis, à razão de 13 000 reais por milheiro, com pacto de retroactividade, no prazo de sete anos
282	1525-12-19	Almeirim	Alvará régio de licença	Alvará de licença de el-rei D. João III, pelo qual autorizou D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, e D. Beatriz de Lara, sua mulher, a venderem, com pacto de retroactividade, quaisquer tenças e dinheiros remunerados pela Coroa, por cartas gerais, dadas na forma vitalícia ou na feição de juro e herdade

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
275	AN/TT	CSL, 1, 454-455	347		AN/TT, CC, II, maço 126, n.º 1, [9v-11]; e BNP, Manuscritos Avulsos, cx. 248, n.º 32/1	Primeira referência publicada por António BAIÃO, «Como o 3.º marquês de Vila Real recompensa...», pp. 28-30 (com erro na datação: 1525-01-14) e na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, pp. 1-3. A referência da BNP também nos dá uma datação errónea: 1525-07-14.
276	AN/TT	CC, II, maço 126, n.º 77				
277	AN/TT	CHR, João III, 8, 117v-118		131		
278	AN/TT	CHR, João III, 8, 118-118v		121		
279	AN/TT	CHR, João III, 36, 51v	280			Esta procuração está inserta numa carta de padrão de 157 354 reais, dada na vila de Almeirim, em 1525-11-24, que el-rei D. João III outorgou a D. Beatriz de Portugal.
280	AN/TT	CHR, João III, 36, 51-51v	281			Este alvará está inserto numa carta de padrão de 157 354 reais, dada na vila de Almeirim, em 1525-11-24, que el-rei D. João III outorgou a D. Beatriz de Portugal.
281	AN/TT	CHR, João III, 36, 51-52v				Esta carta está inserta numa carta de padrão de 157 354 reais, dada na vila de Almeirim, em 1525-11-24, que el-rei D. João III outorgou a D. Beatriz de Portugal. O casal vila-realense resgatou esta quantia em 1528-01-15, como consta no teor do documento assinalado com o n.º 327.
282	AN/TT	CHR, João III, 36, 62v				Este alvará está inserto numa carta de padrão de 153 280 reais, dada na vila de Almeirim, em 1526-03-03, que el-rei D. João III outorgou a Fernando de Alcáçova, provedor dos Contos do Reino, a quem o casal vila-realense vendeu aquela quantia, com pacto de retroactividade, no prazo de sete anos, pelo preço de 1 conto 226 240 reais, segundo consta numa carta de venda feita na vila de Santarém, em 1526-01-29.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
283	1525-12-20	Almeirim	Alvará régio de licença	Alvará de licença de el-rei D. João III, pelo qual autorizou D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, e D. Beatriz de Lara, sua mulher, a fazerem um contrato com D. Beatriz de Portugal, a quem pretendiam vender 100 000 reais de um padrão de 200 000 reais de tença, pertencente à marquesa vila-realense
284	1525-12-23	Santarém	Carta de venda	Carta de venda da renda de 100 000 reais de um padrão de 200 000 reais de tença, pertencente a D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real, que esta mesma e o seu marido D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, fizeram a Manuel da Costa, criado de D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso, e procurador em nome de D. Beatriz de Portugal, irmã do dito conde, pelo preço de 1 conto e 500 000 reais, à razão de 15 000 reais por milheiro, com pacto de retroactividade, no prazo de sete anos
285	1525-12-30	Almeirim	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João III, pela qual concedeu uma tença anual vitalícia de 153 280 reais, com assentamento no almoxarifado de Vila Real, a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em substituição da carta de padrão de 453 280 reais, que lhe fora dada e confirmada em 1525-03-22, declarando-se ainda que os outros 300 000 reais foram vendidos, com pacto de retroactividade, a D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso
286	1526-01-07	Almeirim	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João III, pela qual concedeu uma tença anual de 100 000 reais, de juro e herdade, com assentamento no almoxarifado de Setúbal, através do ramo [das sisas da vila] de Almada, a D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real, em substituição da carta de padrão de 200 000 reais, [que lhe fora dada em 1521-11-29,] declarando-se ainda que os outros 100 000 reais foram vendidos, com pacto de retroactividade, a D. Beatriz de Portugal
287	1526-01-09	Almeirim	Alvará régio de licença	Alvará de licença de el-rei D. João III, pelo qual autorizou D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, e D. Beatriz de Lara, sua mulher, a fazerem um contrato com D. Beatriz de Portugal, a quem pretendiam vender 100 000 reais de um padrão do mesmo valor que fora outorgado à marquesa vila-realense [em 1526-01-07]
288	1526-01-24	Santarém	Carta de venda	Carta de venda da renda de 100 000 reais de um padrão do mesmo valor, pertencente a D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real, que esta mesma e o seu marido D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, fizeram a Manuel da Costa, criado de D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso, e procurador em nome de D. Beatriz de Portugal, irmã do dito conde, pelo preço de 1 conto e 500 000 reais, à razão de 15 000 reais por milheiro, com pacto de retroactividade, no prazo de sete anos
289	1526-01-29	Almeirim	Regimento	Regimento que el-rei D. João III deu a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, com as instruções e demais lembranças que ele deveria atender e cumprir na qualidade de seu embaixador, com o especial encargo de acompanhar a Infanta D. Isabel, irmã do monarca, a fim de levá-la até à cidade de Toledo, indo ao encontro do imperador Carlos V, com quem a dita infanta tinha casamento contratado
290	1526-01-29	Almeirim	Carta instrutória	Carta instrutória que el-rei D. João III dirigiu a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, assinalando-lhe alguns assuntos que ele deveria abordar na sua primeira audiência com o imperador Carlos V, depois de lhe entregar a carta de crença que monarca português lhe enviava
291	1526-01-29	Almeirim	Carta instrutória	Carta instrutória que el-rei D. João III dirigiu a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, assinalando-lhe o modo como ele deveria acompanhar a Infanta D. Isabel, irmã do monarca, assim como as cortesias e práticas que deveria usar durante o tempo em que estivesse encarregado do exercício da sua embaixada

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
283	AN/TT	CHR, João III, 36, 44v-45				Este alvará está inserto numa carta de padrão de 100 000 reais, dada na vila de Almeirim, em 1526-01-07, que el-rei D. João III outorgou a D. Beatriz de Portugal.
284	AN/TT	CHR, João III, 36, 44-44v				Esta carta está inserta numa carta de padrão de 100 000 reais, dada na vila de Almeirim, em 1526-01-07, que el-rei D. João III outorgou a D. Beatriz de Portugal. O casal vila-realense resgatou esta quantia em 1528-01-15, como consta no teor do documento assinalado com o n.º 326.
285	AN/TT	CHR, João III, 36, 29-30				
286	AN/TT	CHR, João III, 36, 160-160v				
287	AN/TT	CHR, João III, 36, 161-161v				Este alvará está inserto numa carta de padrão de 100 000 reais, dada na vila de Santarém, em 1526-07-12, que el-rei D. João III outorgou a D. Beatriz de Portugal.
288	AN/TT	CHR, João III, 36, 160v-161				Esta carta está inserta numa carta de padrão de 100 000 reais, dada na vila de Santarém, em 1526-07-12, que el-rei D. João III outorgou a D. Beatriz de Portugal. O casal vila-realense resgatou esta quantia em 1528-01-15, como consta no teor do documento assinalado com o n.º 326.
289	BNP	Códice 1054, 68-71			BNP, Códice 886, 79-95; e BP Évora, Códice CIX/1-13, n.º 6, 64-65v	Publicado nas <i>Relações de Pero de Alcáçova Carneiro...</i> , pp. 240-248, a partir de outra fonte. A referência da BP Évora é uma cópia incompleta.
290	BNP	Códice 1054, 71-72			BNP, Códice 886, 96-101	Publicado nas <i>Relações de Pero de Alcáçova Carneiro...</i> , pp. 248-251, a partir de outra fonte.
291	BNP	Códice 1054, 72-72v			BNP, Códice 886, 101-103	Publicado nas <i>Relações de Pero de Alcáçova Carneiro...</i> , p. 251, a partir de outra fonte.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
292	1526-02-04	Monforte	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, informando-o que a viagem da imperatriz D. Isabel e respectiva comitiva decorria com normalidade e com o devido provimento e que daí a dois dias já estariam no Reino de Castela, entrando em Badajoz, onde se esperaria pelo recado do imperador Carlos V, com a notícia relativa ao caminho que a comitiva deveria seguir posteriormente, lembrando-lhe ainda que aguardava pela recepção das instruções e do regimento destinados à execução dos seus afazeres com o imperador e outros indivíduos
293	1526-02-08	Badajoz	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, relatando-lhe os factos da viagem da comitiva da imperatriz D. Isabel, desde Monforte até Elvas, assim como da entrega da imperatriz na ponte do rio Caia aos embaixadores do imperador Carlos V e ainda da entrada solene da mesma imperatriz na cidade de Badajoz
294	1526-02-08	Badajoz	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, informando-o que a estada em Badajoz seria demorada, pelo menos, até chegar recado certo que ordenasse a continuação da viagem, não se sabendo ainda se a mesma seguiria o caminho de Sevilha, relatando-lhe também alguns modos de etiqueta pouco adequados que o duque de Calábria e o arcebispo de Toledo praticaram com a imperatriz D. Isabel, assim como alguns comentários relativos ao modo como ele, marquês, e a sua casa se apresentavam
295	1526-02-08	Badajoz	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, solicitando-lhe instruções para que pudesse atalhar brevemente o termo de entrega da imperatriz D. Isabel ao imperador Carlos V, uma vez que este iria demorar-se na sua vinda e não trataria do negócio do seu próprio casamento enquanto não concluísse o assunto das pazes com os franceses e a sequente libertação de Francisco I, rei de França
296	1526-02-19	Santarém	Conhecimento e quitação	Conhecimento assinado por D. Maria Freire de Andrade, marquesa de Vila Real, pelo qual fez constar que recebera de mestre Nicolau, guarda-reposte de el-rei D. João III, a mercê de um volume de 12 arrobas de açúcar, alusivas ao ano de 1526, conforme tinha por carta geral outorgada para o efeito
297	1526-02-22	Llerena	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, informando-o que entregara a sua carta à imperatriz D. Isabel, assim como outras cartas ao arcebispo de Toledo e ao duque de Béjar, que com ele travaram diálogo durante a viagem, desde Badajoz até Llerena, comentando alguns negócios políticos do imperador Carlos V, sobretudo, os que eram relativos a Itália, referindo-lhe ainda a chegada de um correio do mesmo imperador, com instruções para a comitiva da imperatriz se encaminhar demoradamente para a cidade de Sevilha e estanciar a cinco léguas dela, em Cantillana, lugar onde aguardariam novas ordens para então se proceder ao recebimento da imperatriz na dita cidade
298	1526-03-01	Cantillana	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, exprimindo-lhe a grande alegria que tivera ao tomar conhecimento da notícia do nascimento do príncipe D. Afonso, pedindo-lhe que, através do seu primo D. António de Noronha, portador desta carta, lhe fizesse chegar informações sobre o estado do recém-nascido e da rainha D. Catarina, referindo-lhe ainda que a notícia foi recebida com grande júbilo pela imperatriz D. Isabel e bem assim por todos os portugueses e castelhanos presentes na comitiva, com muitos louvores e festejos que depois se fizeram

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
292	AN/TT	CC, I, maço 31, n.º 148				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. I, pp. 33-34.
293	AN/TT	CC, I, maço 33, n.º 89				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. III, pp. 37-42.
294	AN/TT	CC, I, maço 33, n.º 91				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. IV, pp. 42-43.
295	AN/TT	CC, I, maço 36, n.º 29				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. V, p. 44.
296	AN/TT	CC, II, maço 131, n.º 159				
297	AN/TT	CC, I, maço 31, n.º 154				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. VI, pp. 44-50.
298	AN/TT	CC, I, maço 33, n.º 102				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. VII, pp. 50-52.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
299	1526-03-01	Cantillana	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida à rainha D. Catarina, felicitando-a pelo nascimento do príncipe D. Afonso, pedindo-lhe ainda que, através do seu primo D. António de Noronha, portador desta carta, lhe fizesse chegar informação sobre o seu estado de saúde e do recém-nascido
300	1526-03-01	Cantillana	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, renovando-lhe os votos de júbilo relativamente ao nascimento do príncipe D. Afonso, informando-o ainda sobre a falta de certeza quanto ao dia da chegada do imperador, mas, que a comitiva da imperatriz D. Isabel já estava preparada para se encaminhar para a cidade de Sevilha, onde se faria o seu recebimento
301	1526-03-01	Cantillana	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, informando-o que a comitiva da imperatriz D. Isabel se encontrava estacionada em Cantillana, à distância de cinco léguas da cidade de Sevilha, na qual entraria no dia 3 de Março, indicando-lhe ainda que a imperatriz passaria a noite anterior no mosteiro de São Jerónimo, situado a uma légua da dita cidade
302	1526-03-01	Cantillana	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, informando-o que recebera uma carta do embaixador António de Azevedo, escrita em Guadalupe, na qual lhe foi transmitida a notícia com a probabilidade de o imperador Carlos V chegar à cidade de Sevilha no dia 10 de Março, participando-lhe ainda que a imperatriz D. Isabel já não iria pernoitar no mosteiro de São Jerónimo, por carência de condições, mas, em Rinconada, aldeia situada a duas léguas da cidade sevilhana
303	1526-03-06	Sevilha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, acusando-lhe a recepção de duas cartas, entre as quais, uma onde se manifestava bem servido por ele, marquês, e outra em que lhe ordenava que despachasse para Portugal toda a gente que pudesse desocupar, ficando apenas com o serviço de 40 ou 50 pessoas encavalgadas
304	1526-03-07	[Sevilha]	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, informando-o que já se ultimavam os preparativos para a recepção e entrada do imperador Carlos V na cidade de Sevilha, dando-lhe ainda conta de já ter falado com o embaixador António de Azevedo, que, entretanto, chegara à dita cidade
305	[1526]-03-11	Sevilha	Carta	Carta que D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigiu a el-rei D. João III, informando-o que o imperador Carlos V e a imperatriz D. Isabel, irmã do monarca, tinham efectuado o recebimento formal do seu casamento, presidido pelo legado do papa, dando-lhe ainda conta de algumas incidências de ambiente cortesão que se verificaram nesse dia e no anterior, com a chegada do imperador e do seu encontro com a imperatriz
306	1526-03-11	Sevilha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, informando-o sobre o falecimento de D. Isabel, rainha da Dinamarca, irmã do imperador Carlos V, pedindo-lhe que mantivesse em segredo tal notícia, pois, assim se praticava na corte castelhana, devido ao casamento do dito imperador, ainda que se previsse que a infausta notícia não perdurasse muito tempo em sigilo

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
299	AN/TT	CC, I, maço 33, n.º 105				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. VIII, p. 53.
300	AN/TT	CC, I, maço 33, n.º 103				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. IX, pp. 53-54.
301	AN/TT	CC, I, maço 33, n.º 104				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. X, pp. 54-55.
302	AN/TT	GAV, 20, maço 13, n.º 100				Publicada n' <i>As Gavetas da Torre do Tombo</i> , vol. XI, pp. 143-144.
303	AN/TT	CC, I, maço 33, n.º 107				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. XI, p. 55.
304	AN/TT	CC, I, maço 23, n.º 23				Este documento apresenta lacunas de informação, devido a mutilações do suporte.
305	AN/TT	FRA, caixa 13, maço 13, n.º 23				Esta carta, redigida e assinada pela mão do marquês de Vila Real, apresenta erradamente a data de 1525-03-11.
306	AN/TT	CC, I, maço 36, n.º 31				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. XII, p. 56.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
307	1526-03-17	Sevilha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, informando-o que visitara o legado do papa, junto de quem apurou muitas queixas relativamente à morosidade do despacho dos negócios na corte castelhana, assim como a notícia de um eventual ataque militar do Turco contra a Cristandade, que talvez fosse intentado na Hungria, na Sicília ou na Itália, acabando por lhe referir ainda que a rainha Germana de Foix, viúva de Fernando, <i>o Católico</i> , de quem se falava que poderia vir a casar com o duque de Calábria, fizera uma visitação à imperatriz D. Isabel
308	1526-03-17	Sevilha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, relatando-lhe as incidências da primeira audiência que tivera com o imperador Carlos V, juntamente com Rui Teles e António de Azevedo, na qual audiência, além da troca de correspondência e de elogios e bem assim do contentamento demonstrado pelo imperador relativamente à notícia do nascimento do príncipe D. Afonso, filho do monarca português, também trocaram impressões sobre alguns assuntos, sobretudo, aqueles que tocavam ao dote e arras da imperatriz D. Isabel, cujos apontamentos prévios lhe enviava, referindo-lhe ainda que tudo o mais relativo ao acolhimento e à pessoa do imperador, falaria privadamente com el-rei quando regressasse a Portugal
309	1526-03-17	Sevilha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida ao secretário régio António Carneiro, informando-o que a imperatriz D. Isabel dormia todas as noites, em braços, com o imperador Carlos V, seu marido, andando bastante enamorados e contentes, e que os negócios tocantes a el-rei D. João III já estavam concedidos, faltando apenas levá-los a uma conclusão diplomática, confidenciando-lhe ainda que, depois de ter visto a terra castelhana, folgava muito ser português
310	1526-03-18	Sevilha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, agradecendo-lhe a grande mercê e honra que fizera à marquesa D. Maria Freire de Andrade, sua mãe, tomando-a por comadre, ao tê-la escolhido para madrinha de baptismo do príncipe D. Afonso, primogénito do monarca
311	1526-03-23	Sevilha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, informando-o sobre a tomada de luto na corte castelhana relativamente ao falecimento de D. Isabel, rainha da Dinamarca, irmã do imperador Carlos V, noticiando-lhe ainda que estava para breve a conclusão das avaliações do ouro, prata e jóias do dote da imperatriz D. Isabel e bem assim das doações de terras da mesma senhora, faltando apenas acertar alguns pormenores sobre este assunto
312	1526-03-23	Sevilha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, informando-o que tivera uma larga audiência com o imperador Carlos V, a quem lhe entregou a sua carta de crença, indicando ainda que lhe faria chegar outra carta, a enviar no correio do dia seguinte, na qual lhe circunstanciaría os assuntos debatidos com o imperador na referida audiência

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
307	AN/TT	CC, I, maço 32, n.º 10				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. XIV, pp. 60-61.
308	AN/TT	CC, I, maço 32, n.º 9				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. XV, pp. 61-64.
309	AN/TT	CC, I, maço 34, n.º 58				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. XVI, pp. 64-65.
310	AN/TT	CC, II, maço 147, n.º 69				
311	AN/TT	CC, I, maço 34, n.º 8				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. XVII, pp. 65-67.
312	AN/TT	CC, I, maço 34, n.º 4				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. XVIII, p. 67.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
313	1526-03-23	Sevilha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, informando-o que tivera audiência privada com o imperador Carlos V, a quem entregou a sua carta de crença e que, em função desta e das instruções particulares que el-rei lhe dera sobre ela, trocou impressões com o imperador relativamente à amizade e aliança que deveria subsistir entre os dois soberanos, não só pelo reforço do seu parentesco, através dos casamentos recíprocos com as irmãs de ambos, mas também em todos os negócios políticos e diplomáticos que envolvessem os seus reinos e súbditos, independentemente dos atritos existentes, à qual ideia o mesmo imperador replicou que estava bem consciente dela e que tudo faria no sentido de corresponder àquilo que lhe era pedido pelo monarca português, adiantando que se isso ainda não era sentido de forma muito evidente, tal era devido a diversos assuntos que lhe mereciam bastante cuidado e seriedade, como eram aqueles que tinha com o rei de França, com a intervenção militar em Itália ou com o crescimento da reforma luterana na Alemanha
314	1526-03-24	Sevilha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, resumindo-lhe a conversa e troca de impressões que tivera com o imperador Carlos V sobre a questão que opunha as coroas de Portugal e de Castela relativamente à posse do arquipélago de Maluco, referindo-lhe ainda que o imperador manifestava abertura para negociar a resolução deste assunto
315	1526-04-03	Sevilha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, informando-o que entregara uma sua carta à imperatriz D. Isabel, participando-lhe ainda que o imperador Carlos V deixara de usar luto pela sua falecida irmã D. Isabel, rainha da Dinamarca, no Domingo da Pascoela
316	1526-04-03	Sevilha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, informando-o que já falara com o imperador Carlos V e com a imperatriz D. Isabel sobre o seu regresso a Portugal, relativamente ao qual lhe confidenciava estar muito contente e desejoso, dando-lhe ainda conta de alguns problemas nos negócios políticos do imperador, como eram a execução do bispo de Zamora e a demora de Francisco I, rei de França, em ratificar as pazes celebradas no Tratado de Madrid (1526-01-14), comentando-lhe também que esperaria visitar brevemente a rainha Germana de Foix e que algumas naus se aprestavam a sair de Sanlúcar para ir a descobrir
317	1526-04-06	Castilblanco	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, informando-o que, terminada a sua embaixada, já era saído de Sevilha, dando-lhe conta de ter ficado com a impressão de o imperador Carlos V ser um mau homem de paço, guardando o resto das suas opiniões para audiências privadas com el-rei, referindo-lhe ainda que, em caminho, tomou conhecimento do documento assinado pelo imperador relativamente às doações feitas à imperatriz D. Isabel, do qual documento também pedira um duplicado para ser remetido à corte portuguesa
318	1526-04-16	Almeirim	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Maria Freire de Andrade, marquesa de Vila Real, um padrão de 37 456 reais, com assentamento no almoxarifado da Pederneira, que el-rei D. Manuel I outorgara a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, por carta de 1501-12-06, mandando ainda que o seu pagamento fosse transferido para o almoxarifado da vila de Leiria

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
313	AN/TT	CC, II, maço 147, n.º 75				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. XIX, pp. 68-71.
314	AN/TT	CC, I, maço 34, n.º 10				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. XX, pp. 72-75.
315	AN/TT	CC, I, maço 34, n.º 20				
316	AN/TT	CC, I, maço 32, n.º 22				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. XXIII, pp. 78-80.
317	AN/TT	CC, I, maço 32, n.º 25				Publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE, <i>Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela</i> , doc. XXIV, pp. 80-82.
318	AN/TT	CHR, João III, 36, 82v-84		134		

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
319	1526-12-22	Almeirim	Alvará régio de mercê	Alvará de el-rei D. João III, pelo qual fez mercê a D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso, no sentido de legar ao seu filho mais velho, em herança, a quantia de 300 000 reais que D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, lhe vendera à condição de retro, caso este não accionasse o distrato daquela quantia, a qual constituía uma parcela do padrão de 453 280 reais que o marquês vila-realense arrecadava em satisfação da demissão da fortaleza e algumas rendas da vila de Ourém que tinham sido entregues a D. Jaime, 4.º duque de Bragança
320	1527-01-04	Leiria	Conhecimento e quitação	Conhecimento assinado por D. Maria Freire de Andrade, marquesa de Vila Real, pelo qual fez constar que recebera de mestre Nicolau, guarda-reposte de el-rei D. João III, a mercê de um volume de 12 arrobas de açúcar, alusivas ao ano de 1527, conforme tinha por carta geral outorgada para o efeito
321	1527-08-19	Coimbra	Alvará régio de mercê	Alvará de el-rei D. João III, pelo qual fez mercê a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, permitindo-lhe que o ouvidor que ele nomeasse para as suas terras da comarca de Entre Douro e Minho, com autoridade para ouvir, conhecer e julgar todas as apelações, agravos e feitos que lhe fossem dados, pudesse exercer o seu ofício, estando na vila de Viana da foz do Lima, como se aqui fosse residente
322	1527-09-09	Leiria	Procuração	Procuração de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pela qual sub-rogou poderes em Pedro Velho, ouvidor nas suas vilas e terras da comarca de Entre Douro e Minho, a fim de representá-lo na feitura de um contrato acordado entre ele e D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, relativamente aos direitos de padroado e de apresentação das igrejas de São João de Sá e de Santa Ovaia de Sá, sua anexa, ambas situadas na terra de Valadares
323	1527-10-17	Braga	Carta	Carta de D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, pela qual confirmou o acordo realizado entre o seu procurador e o procurador de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, relativamente à repartição dos direitos de padroado e de apresentação das igrejas de São João de Sá e de Santa Ovaia de Sá, ambas situadas na terra de Valadares, ficando ao arcebispo os direitos da igreja de São João e ao marquês os direitos da igreja de Santa Ovaia, que então escolhera para si, a fim de pôr termo a quaisquer demandas desnecessárias que houvesse entre eles, declarando-se ainda a dissolução da anexação da igreja de Santa Ovaia face à igreja de São João
324	1527-12-10	Chão de Couce	Instrumento público de renúncia, desagregação e quitação	Instrumento público de renúncia, desagregação e quitação, pelo qual D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, e D. Beatriz de Lara, sua mulher, renunciaram à quantia de 300 000 reais, que, com autorização de el-rei D. João III, foi desagregada da renda anual de 600 000 reais, de juro e herdade, confirmada à dita marquesa, então, condessa de Alcoutim, por carta régia de 1522-11-21, a fim de ser vendida ao monarca, em interposição, por estar incorporada nos bens dotais do casal vendedor e do morgado da sua casa senhorial, pelo preço de 6 contos e 599 998 reais, com pagamento feito por João Rodrigues de Noronha, fidalgo da casa de el-rei, a quem o dito monarca trespassou o vencimento da dita quantia, ficando ambos - comprador e pagador - quites de outras mais obrigações relativamente ao casal vendedor
325	1528-01-30	Almeirim	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João III, pela qual concedeu uma tença anual vitalícia de 50 000 reais, desde o ano de 1528, em diante, a D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real, a qual tença, outrora doada pelo mesmo monarca, foi resgatada do contrato de venda, com pacto de retroactividade, sem qualquer prazo, que a dita marquesa fizera com D. Filipa da Silveira, filha de Henrique da Silveira, pelo preço de 450 000 reais

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
319	AN/TT	GAV, 20, maço 13, n.º 75				
320	AN/TT	CC, II, maço 138, n.º 80				Inclui o conhecimento de quitação, datado de 1527-02-04 e assinado por Gaspar de Frias, escudeiro da marquesa, que recebeu o açúcar na cidade de Lisboa, em nome dela.
321	AN/TT	CG, 6, 171v				Este alvará está inserto numa confirmação régia de 1594-10-24, outorgada a D. Miguel de Meneses, 6.º marquês de Vila Real.
322	AN/TT	FC, NA 121, 772v-773	323			
323	AN/TT	FC, NA 121, 772-773v				
324	AN/TT	CHR, João III, 14, 178v-179				Este instrumento contém um alvará régio de licença, dado na cidade de Coimbra, em 1527-10-23, pelo qual D. João III autorizou qualquer tabelião dos seus Reinos a tomar juramento do casal vila realense para a referida venda, estando tudo inserto na carta de padrão de 300 000 reais que el-rei outorgou a João Rodrigues de Noronha na vila de Almeirim, em 1528-05-05 (mesma fonte: fls. 178-179)
325	AN/TT	CHR, João III, 14, 44				Esta carta refere que o resgate dos 450 000 reais foi formalizado num instrumento de quitação, dado na vila de Almeirim, em 1528-01-05. Outra fonte diz-nos que o contrato de venda foi celebrado na vila de Santarém, em 1525-12-30: AN/TT, CHR, João III, 36, 56v-57 (padrão de 50 000 reais, dado a D. Filipa da Silveira, por carta de 1526-01-16).

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
326	1528-01-30	Almeirim	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João III, pela qual concedeu uma renda anual de 200 000 reais, de juro e herdade, desde o ano de 1528, em diante, com assentamento no almoxarifado de Lagos, através das rendas desta vila, a D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real, a qual renda, outrora doada e confirmada em 1522-11-21 pelo mesmo monarca, foi resgatada de dois contratos de venda, com pacto de retroactividade, no prazo de 7 anos, [datados de 1525-12-23 e de 1526-01-24,] que a dita marquesa e o marquês D. Pedro de Meneses, seu marido, fizeram com D. Beatriz de Portugal, irmã de D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso, [pelo preço total de 3 contos de reais]
327	1528-01-30	Almeirim	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João III, pela qual concedeu uma tença anual de 157 354 reais, de juro e herdade, desde o ano de 1528, em diante, com assentamento na alfândega de Viana e Caminha, a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, a qual tença, outrora doada e confirmada por cartas de 1525-03-21 e de 1525-03-22, outorgadas pelo mesmo monarca, foi resgatada do contrato de venda, com pacto de retroactividade, [datado de 1525-11-23,] no prazo de 7 anos, que o dito marquês, por si e em nome da marquesa, sua mulher, fizeram com D. Beatriz de Portugal, irmã de D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso, [pelo preço de 2 contos e 45 602 reais]
328	1528-03-07	Almeirim	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João III, pela qual concedeu uma renda anual de 200 000 reais, de juro e herdade, desde o ano de 1528, em diante, com assentamento no almoxarifado do Porto, através do ramo das sisas do vinho desta cidade, a D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real, declarando-se ainda que esta presente carta foi dada em substituição de outra similar, outorgada pelo mesmo monarca, em 1528-01-30, na qual se determinara o assentamento e pagamento da mencionada renda no almoxarifado de Lagos
329	1528-03-16	Almeirim	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João III, pela qual concedeu uma renda anual de 300 000 reais, de juro e herdade, desde o ano de 1528, em diante, com assentamento no almoxarifado do Porto, através do ramo do haver do peso da mesma cidade, a D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real, em substituição da carta de padrão de 600 000 reais, que lhe fora confirmada em 1522-11-21, declarando-se ainda que os outros 300 000 reais foram vendidos a João Rodrigues de Noronha, fidalgo da casa de el-rei
330	1528-03-24	Almeirim	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida ao imperador Carlos V, agradecendo a carta e as palavras que este último lhe endereçara através do seu embaixador Lope Hurtado [de Mendoza], enviado à corte de D. João III, rei de Portugal, demonstrando-lhe ainda a vontade de ser seu grande servidor em tudo o que dele necessitasse para o apoiar junto do monarca português, tanto nos negócios como na amizade e na aliança existentes entre os dois soberanos
331	1528-04-20	Almeirim	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. João III, pela qual fez mercê da tença anual de 12 arrobas de açúcar, paga na repostaria do monarca, desde o ano de 1528, em diante, a D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real, no mesmo modo que era recebida pela marquesa D. Maria Freire de Andrade, sua sogra, então, já falecida
332	1528-04-28	Almeirim	Carta régia de doação e confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual fez doação vitalícia e hereditária da vila de Ranhados e seu termo a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, com todas as jurisdições, rendas, direitos, etc., salvo correição e alçada, em confirmação e aprovação da compra daquela vila que o marquês vila-realense fizera na vila de Almeirim, em 1528-04-23, a Luís de Atouguia e D. Guiomar de Bettencourt, sua mulher, pelo preço de 1 conto de reais

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
326	AN/TT	CHR, João III, 14, 44-45v				A carta refere que o casal vila-realense resgatou uma quantia de 5 contos e 45 602 reais, por um instrumento de quitação, datado de 1528-01-15. A quitação refere-se ao distrato das cartas de venda de 1525-11-23, de 1525-12-23 e de 1526-01-24, assinaladas com os n.ºs 281 , 284 e 288 .
327	AN/TT	CHR, João III, 14, 45v-49	347 350			A carta refere que o casal vila-realense resgatou uma quantia de 5 contos e 45 602 reais, por um instrumento de quitação, datado de 1528-01-15. A quitação refere-se ao distrato das cartas de venda de 1525-11-23, de 1525-12-23 e de 1526-01-24, assinaladas com os n.ºs 281 , 284 e 288 .
328	AN/TT	CHR, João III, 14, 74v-75				
329	AN/TT	CHR, João III, 14, 82v-83	402			Contém o traslado da carta de padrão régio de 1522-11-21, assinalada com o n.º 246 . Outra fonte refere que a venda dos 300 000 reais foi celebrada em Chão de Couce, em 1527-12-10, pelo preço de 6 contos e 599 998 reais: AN/TT, CHR, João III, 14, 178-179 (padrão de 300 000 reais, dado a João Rodrigues de Noronha, por carta de 1528-05-05).
330	AGS	Estado, legajo 368, n.º 102				
331	AN/TT	CHR, João III, 14, 89v			AN/TT, CC, II, maço 148, n.º 10	
332	AN/TT	CHR, João III, 14, 95-95v				

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
333	1528-05-26	Lisboa	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou e aprovou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em sucessão aos seus pais D. Fernando de Meneses e D. Maria Freire de Andrade, a doação vitalícia e hereditária da tença de 16 000 reais que el-rei D. Manuel I lhes outorgara por carta de 1504-01-31, declarando-se ainda que o assentamento desta tença, mediante requerimento do marquês, foi mudado do almoxarifado de Tavira (como já tinha numa carta de confirmação de 1524-11-05) para o almoxarifado de Leiria, vencendo-se nesta repartição a referida quantia, desde o ano de 1528, em diante
334	1528-05-28	Lisboa	Mandado	Mandado de D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real, pelo qual ordenou ao seu vedor Diogo Barroso que arrecadasse na guarda-repostaria de el-rei um volume de 12 arrobas de açúcar, alusivas ao ano de 1528, conforme a mercê régia que tinha para o efeito
335	1528-06-17	Lisboa	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. João III, em mercê de um requerimento de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pela qual lhe fez mercê vitalícia e hereditária relativamente à nomeação e provimento de tabeliães na sua vila de Ranhados, preenchendo assim a lacuna que sobre este assunto existia na carta de doação da mesma vila
336	1528-06-28	Lisboa	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. João III, pela qual concedeu a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, a mercê de nomear juiz que conhecesse os feitos de todas as vilas, terras, reguengos, rendas e direitos que lhe foram doados, assim como permitir que o seu ouvidor pudesse fazer correição e dar cartas de seguro em todas as terras sobre as quais lhe foi dada jurisdição e que nelas não entrasse corregedor de comarca nomeado por el-rei, tal como houvera o marquês D. Pedro, seu avô, por cartas dos reis D. Afonso V e D. João II, depois, confirmadas por el-rei D. Manuel I
337	1528-07-03	Lisboa	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. João III, pela qual fez mercê a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, permitindo-lhe que o ouvidor nomeado para as suas terras da comarca da Estremadura tivesse autoridade para ouvir, conhecer e julgar todos os feitos nas ditas terras, exceptuando-se os feitos de acção nova, fosse ele residente em Coimbra, em Santarém, em Tomar, em Torres Novas ou em Leiria, a qual mercê já teria sido fruída pelo marquês D. Fernando de Meneses, segundo uma carta outorgada por el-rei D. Manuel I sobre o mesmo assunto
338	1528-08-02	s.l.	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João III, pela qual concedeu uma tença anual de 50 000 reais, desde o ano de 1528, em diante, a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, a qual quantia, outrora descontada no pagamento do seu assentamento de conde, foi resgatada do contrato de venda, com pacto de retroactividade, sem qualquer prazo, que o dito marquês fizera com Alonso Henriques, fidalgo da casa de el-rei
339	1528-08-22	Lisboa	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. João III, pela qual fez mercê, enquanto assim o entendesse, a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, no sentido de ter chancelaria própria, diante dos seus ouvidores, que, assim, passariam a usar o seu ofício, segundo o regimento dado aos corregedores das comarcas, teriam a prerrogativa de conhecerem feitos de acção nova (tanto no cível como no crime) e ainda poderiam dar, com ordem do dito marquês, cartas de fintas e de talhas nas suas vilas e terras, contanto que não passassem a quantia de 4 000 reais e desde que fossem propositadas para obras, benfeitorias, feitos e demandas dos concelhos

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
333	AN/TT	CHR, João III, 14, 109v		162		Este padrão de 16 000 reais foi utilizado para pagar 100 000 reais a João da Silva, regedor da Casa da Suplicação, a quem o marquês de Vila Real comprou a terra e rendas de Azurara (<i>vide</i> observações ao documento assinalado com o n.º 364).
334	AN/TT	CC, II, maço 148, n.º 120				Inclui o conhecimento de quitação, datado de 1528-06-05 e assinado pelo vedor Diogo Barroso.
335	AN/TT	CHR, João III, 14, 123				
336	AN/TT	CHR, João III, 14, 131v				
337	AN/TT	CHR, João III, 14, 131v			AN/TT, CI, 198, 57-58	
338	AN/TT	CHR, João III, 14, 149				Esta carta refere que o resgate dos 50 000 reais foi formalizado num instrumento de quitação, dado em Salvaterra de Magos, em 1528-05-07. Outra fonte refere que o contrato de venda dos 50 000 reais foi celebrado na cidade de Évora, em 1524-06-28, pelo preço de 350 000 reais: AN/TT, CHR, João III, 8, 119v (padrão de 50 000 reais, dado a Alonso Henriques, por carta de 1525-08-16).
339	AN/TT	CHR, João III, 14, 153				

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
340	1528-10-14	Lisboa	Alvará régio de licença	Alvará de licença de el-rei D. João III, pelo qual autorizou D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, a fazer um contrato com Leonel de Abreu, fidalgo da Casa Real, a quem pretendia comprar a fortaleza de Lapela
341	1529-03-30	Lisboa	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João III, em mercê de um requerimento de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pela qual concedeu uma renda anual vitalícia de 153 280 reais, desde o ano de 1529, em diante, com assentamento no almoxarifado do Porto, através da sisa dos vinhos da mesma cidade, a D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real, declarando-se ainda que aquela quantia foi resgatada do contrato de venda, com pacto de retroactividade, no prazo de sete anos, que o dito marquês fizera com Fernando de Alcáçova, provedor dos Contos do Reino, no ano de 1526
342	1529-04-28	Lisboa	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. João III, pela qual fez doação vitalícia da portagem da vila de Santarém, desde o ano de 1529, em diante, a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, com a prerrogativa de nomear oficiais para arrendar e receber as receitas dos seus ramos e pertenças, assim como nomear juiz e ouvidor dos direitos reais ali colectados, tal como fora concedido ao seu pai D. Fernando de Meneses, por cuja morte esta concessão vagara
343	1529-05-07	Lisboa	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João III, pela qual concedeu uma tença anual de 300 000 reais, de juro e herdade, desde o ano de 1529, em diante, com assentamento no almoxarifado de Vila Real, através das rendas das sisas da mesma vila, a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, declarando-se ainda que aquela quantia foi resgatada do contrato de venda, com pacto de retroactividade, [datado de 1525-12-23, no prazo de 7 anos,] que o dito marquês fizera com D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso, [pelo preço de 2 contos e 400 000 reais]
344	1529-07-13	Lisboa	Mandado	Mandado de D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real, pelo qual ordenou ao seu vedor Diogo Barroso que arrecadasse na guarda-repostaria de el-rei um volume de 12 arrobas de açúcar, alusivas ao ano de 1529, conforme a mercê régia que tinha para o efeito
345	1529-10-09	Lisboa	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. João III, pela qual fez doação vitalícia e hereditária da fortaleza da Lapela, com todas as rendas, direitos, privilégios e liberdades, a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em confirmação e aprovação da compra daquela fortaleza que o marquês vila-realense fizera a Leonel de Abreu, fidalgo da Casa Real, segundo constava num contrato celebrado entre eles na cidade de Lisboa, em 05-10-1529, por um preço estimado até 130 000 reais, conforme determinado num alvará régio de 1528-10-14, que autorizara o negócio
346	1529-10-17	Lisboa	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. João III, pela qual fez doação vitalícia e hereditária dos direitos reais da terra de Valadares a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em confirmação e aprovação da compra daqueles direitos que o marquês vila-realense fizera a Leonel de Abreu, fidalgo da Casa Real, segundo constava num contrato celebrado entre eles na cidade de Lisboa, em 05-10-1529, pelo preço de 11 600 reais [sic]

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
340	AN/TT	CHR, João III, 48, 117v	345			Contém uma apostila de 1529-07-24, feita em Lisboa, na qual el-rei ordenou que o marquês de Vila Real deveria comprar a fortaleza com dinheiros de juro, até ao preço de 130 000 reais.
341	AN/TT	CHR, João III, 41, 57-57v	364			Esta carta refere que o resgate dos 153 280 reais foi formalizado num instrumento de quitação, dado na cidade de Lisboa, em 1529-03-10. A dita quantia constitui uma parcela da tença vitalícia de 453 280 reais que era fruída pelo 3.º marquês de Vila Real, em virtude da carta de 1525-03-22, assinalada com o n.º 272.
342	AN/TT	CHR, João III, 41, 64-64v			AN/TT, CHR, João III, 72, 161-161v	
343	AN/TT	CHR, João III, 48, 10v-11				Esta carta refere que o resgate dos 300 000 reais foi formalizado num instrumento de quitação, dado na cidade de Lisboa, em 1529-04-20. A dita quantia constitui uma parcela da tença vitalícia de 453 280 reais que era fruída pelo 3.º marquês de Vila Real, em virtude da carta de 1525-03-22, assinalada com o n.º 272. Outra fonte refere que o contrato de venda dos 300 000 reais foi celebrado na vila de Santarém, em 1525-12-23: AN/TT, CHR, João III, 36, 30 (padrão de 300 000 reais, dado a D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso, por carta de 1526-01-11).
344	AN/TT	CC, II, maço 157, n.º 2				Inclui o conhecimento de quitação, datado de 1529-07-13 e assinado pelo vedor Diogo Barroso.
345	AN/TT	CHR, João III, 48, 117v-118				Outra fonte refere que o marquês comprou a Leonel de Abreu a fortaleza de Lapela e os direitos reais da terra de Valadares, pelo preço de 141 400 reais: AN/TT, CHR, João III, 48, 129v-131 (padrão de 141 400 reais, dado a Leonel de Abreu, por carta de 1529-11-08).
346	AN/TT	CHR, João III, 48, 116v				Outra fonte refere que o marquês comprou a Leonel de Abreu a fortaleza de Lapela e os direitos reais da terra de Valadares, pelo preço de 141 400 reais: AN/TT, CHR, João III, 48, 129v-131 (padrão de 141 400 reais, dado a Leonel de Abreu, por carta de 1529-11-08).

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
347	[1529-10-27]	Viana [da foz do Lima]	Certidão	Certidão passada por Gonçalo Rodrigues, escrivão da alfândega de Viana, pela qual atestou o pagamento de 157 354 reais que Gonçalo da Rocha, almoxarife da dita alfândega, fez a Diogo Barbosa, recebedor da dita quantia, alusiva ao ano de 1529, em nome de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, a quem deveria ser satisfeita a entrega daqueles dinheiros, em virtude da carta de padrão de 1528-01-30 que lhe fora outorgada por el-rei D. João III
348	1529-11-03	Lisboa	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. João III, em mercê de um requerimento de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pela qual criou o ofício de juiz dos órfãos para as vilas e concelhos de Palhais, de Maçãs de Dona Maria, de Aguda, de Avelar e de Pousaflores, tudo senhorios do marquês, situados no lugar de Chão de Couce, então, já habitado por 400 vizinhos, fazendo-se ainda mercê do dito ofício a Pêro Fernandes de Seixas, escudeiro da casa do marquês, conferindo também ao mesmo marquês e aos seus sucessores o poder de proverem este ofício, sempre que ficasse vago
349	1529-11-12	Lisboa	Alvará de licença	Alvará de licença de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pelo qual autorizou que o seu irmão D. Nuno Álvares Pereira de Noronha, então, a servir o ofício de capitão e governador da cidade de Ceuta, pudesse vir ao Reino de Portugal buscar a sua esposa D. Maria de Noronha, filha de D. Martinho de Castelo Branco, 1.º conde de Vila Nova de Portimão, com a qual tinha contratado casamento, a fim de conduzi-la, ele mesmo, até Ceuta, uma vez que o seu cunhado D. Francisco de Castelo Branco, camareiro-mor de el-rei D. João III, não dispunha de oportunidade para o fazer, mandando-lhe ainda que investisse interinamente o ofício da capitania ceutense na pessoa de D. Francisco de Noronha, filho de D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, a fim de servir o dito ofício durante o tempo da sua ausência
350	1529-11-13	Lisboa	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João III, pela qual concedeu uma tença anual de 15 954 reais, de juro e herdade, desde o ano de 1530, em diante, com assentamento no alfândega de Viana e Caminha, a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em substituição da carta de padrão de 157 354 reais, que lhe fora outorgada em 1528-01-30, declarando-se ainda que os outros 141 400 reais foram aplicados na compra da fortaleza de Lapela e dos direitos reais da terra de Valadares, que o mesmo marquês fizera a Leonel de Abreu, fidalgo da Casa Real
351	1530-06-23	Lisboa	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual aprovou e confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, a escritura pública do contrato do seu casamento com D. Beatriz de Lara, lavrada em 1521-09-[25]
352	1530-07-12	Lisboa	Carta de venda	Instrumento de venda de umas casas que Beatriz Eanes, mulher viúva, fez a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, e D. Beatriz de Lara, sua mulher, pelo preço de 3 000 reais, as quais casas, próprias ao seu contrato de morgadio e situadas no seu bairro, na rua que vai para o Carmo, o dito marquês lhe trazia aforadas pelo pagamento anual de 1 000 reais e 2 galinhas, cujas casas, neste mesmo instrumento, o referido marquês escambou por umas outras casas, igualmente suas, próprias ao dito contrato e situadas no mesmo lugar, que trazia aforadas a Margarida Afonso, viúva do vinhateiro Francisco Eanes, mantendo-lhe o foro anual de 3 galinhas, ou o seu equivalente a 180 reais, tudo pago pelas oitavas da Páscoa, e dando-lhe uma quantia de 10 000 reais em benefício do escambo praticado

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
347	AN/TT	CC, II, maço 126, n.º 1 + CC, II, maço 159, n.º 78				Informação desagregada. A segunda cota (CC, II, maço 159, n.º 78) é a continuação da primeira cota (CC, II, maço 126, n.º 1).
348	AN/TT	CHR, João III, 48, 107v			AN/TT, CHR, João III, 72, 170-170v	
349	BA	Códice 46-IX-13, 48-62				Este alvará está inserto num instrumento de fé e certidão do acto de preito e homenagem que D. Francisco de Noronha prestou a D. Nuno Álvares Pereira de Noronha, feito na cidade de Ceuta, em 1529-12-02 (pp. 47-65). O dito alvará contém (pp. 54-60) o traslado do preito e homenagem que D. Nuno Álvares Pereira de Noronha prestou ao marquês de Vila Real, seu irmão, feito na cidade de Lisboa, em 1528-08-09.
350	AN/TT	CHR, João III, 48, 118-119v				Outra fonte refere que o marquês de Vila Real e a sua mulher venderam, com renúncia, esta quantia de 15 954 reais a Fernando Álvares, tesoureiro-mor da Fazenda, em 1533-03-10: AN/TT, CHR, João III, 19, 129v-132v (padrão de 15 954 reais, dado a Fernando Álvares, por carta de 1533-06-26)
351	AN/TT	CHR, João III, 39, 41-42v		238		
352	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 2, n.º 1 c)				

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
353	1530-07-20	Lisboa	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em sucessão ao seu pai D. Fernando de Meneses e ao seu avô D. Pedro de Meneses, a posse de todas as propriedades, rendas, direitos, foros, tributos, pertenças e coisas, salvo certos bens e direitos, que a Coroa tinha na vila de Leiria e seus termos, conforme averbado na carta de venda régia de 1475-03-18 que el-rei D. Afonso V fizera a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, a fim de tudo andar inteiramente na sua posse, em sua vida e na vida de um filho que herdasse o morgado da sua casa
354	1530-07-24	Lisboa	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, os privilégios de nomear o coudel da vila de Alcútem e de nenhum oficial de el-rei entrar nela para acontiar ou fazer alardos, certificando assim o conteúdo da carta de 1497-07-12 que el-rei D. Manuel I outorgara no mesmo sentido ao marquês D. Fernando de Meneses, então, ainda conde de Alcútem
355	1530-07-27	Lisboa	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, os privilégios de um couto de homiziados no lugar de Lapela, tal como se usava na vila de Marvão, certificando assim o teor da carta de 1520-02-20 que el-rei D. Manuel I outorgara no mesmo sentido a Leonel de Abreu, declarando-se ainda que a confirmação dada ao marquês vila-realense, mediante seu requerimento, resultara do facto de ter comprado a alcaldaria-mor de Lapela ao dito Leonel de Abreu
356	1530-08-23	Lisboa	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, os privilégios de um couto de homiziados na sua vila de Alcútem, tal como se usava na vila de Mértola, certificando assim o conteúdo da carta de 1497-07-12 que el-rei D. Manuel I outorgara no mesmo sentido ao marquês D. Fernando de Meneses, então, ainda conde de Alcútem
357	1530-08-24	Lisboa	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, a carta de compromisso que el-rei D. Manuel I outorgara em 1500-03-24, sobre a separação do lugar de Vitória relativamente à jurisdição da vila de Leiria, mas, mantendo ao marquês D. Fernando de Meneses e seus sucessores a prerrogativa de continuarem a receber as várias rendas e direitos que deveriam arrecadar no dito lugar, conforme o foral e costumes de Leiria e o contrato que a casa vila-realense tinha com a Coroa
358	1530-08-26	Lisboa	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, o compromisso régio de dotar aos sucessores da casa vila-realense as tenças vagantes das várias pessoas e oficiais que recebiam os seus mantimentos de pão rateados nos 85 moios de trigo e nos 9 moios de cevada que os mesmos sucessores estavam obrigados a entregar anualmente em favor do mosteiro de Santa Maria da Vitória para a satisfação dos referidos mantimentos, conforme averbado na carta de [1475-11-19] que el-rei D. Afonso V outorgara a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, avô do dito marquês
359	1530-10-03	Lisboa	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. João III, pela qual fez mercê a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, permitindo-lhe que o ouvidor que ele nomeasse para a sua vila de Alcútem, com autoridade para ouvir, conhecer e julgar todas as apelações, agravos e feitos que lhe fossem dados, pudesse exercer o seu ofício, estando na cidade de Tavira, como se aqui fosse residente

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
353	AN/TT	CHR, João III, 39, 126v-127v		49	AN/TT, CI, 198, 51v-57	No documento da CHR, foi registada uma verba, na qual se menciona que o marquês D. Fernando de Meneses houve satisfação das rendas da judiaria da vila de Leiria, em 1501-11-23.
354	AN/TT	CHR, João III, 52, 177v		95		
355	AN/TT	CHR, João III, 52, 179v-182				Contém o traslado dos mencionados privilégios, dados à vila de Marvão, em 1497-04-14, inserto numa carta de confirmação régia de 1500-09-01, outorgada a Pêro Gomes de Abreu, pai do referido Leonel de Abreu.
356	AN/TT	CHR, João III, 52, 179-179v		93		Contém o traslado dos mencionados privilégios, dados à vila de Mértola, em 1529-07-29, inserto numa carta de confirmação régia de 1530-07-25, outorgada ao concelho da vila de Alcoutim.
357	AN/TT	CHR, João III, 52, 178v-179		126	AN/TT, CI, 198, 73-76	
358	AN/TT	CHR, João III, 39, 122		52	AN/TT, CI, 198, 65-66	Segunda referência publicada por Manuel HELENO, <i>Antiguidades...</i> , n.º 9, pp. 53-54.
359	AN/TT	CHR, João III, 43, 115v				

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
360	1530-10-20	Lisboa	Carta de mercê e quitação	Carta de mercê e quitação de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pela qual concedeu à vila de Viana da foz do Lima um privilégio de isenção a 70 pessoas de lhe pagarem o imposto dos "10 reais de Ceuta", as quais seriam anualmente escolhidas pelos oficiais da câmara vianense, com a obrigação de darem o rol dos indivíduos nomeados ao seu recebedor, que tinha a função de cobrar aquele imposto na vila e comarca de Ponte de Lima
361	1531-10-31	Leiria	Alvará	Alvará de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pelo qual ordenou a João de Sousa, seu contador na vila de Leiria, que não consentisse que o medidor do celeiro do marquês na dita vila arrecadasse qualquer maquia de trigo do volume deste mesmo género que os frades do mosteiro de Santa Maria da Vitória levavam ao dito celeiro para medição
362	1532-04-23	Setúbal	Carta régia de doação e confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual fez doação vitalícia da terra de Azurara, mais um couto, a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, com todas as rendas e pertenças, em confirmação e aprovação da compra daquela terra e couto que o marquês vila-realense fizera a João da Silva, regedor da Casa da Suplicação
363	1532-08-03	Lisboa	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. João III, pela qual doou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, a mercê de prover o ofício de juiz dos órfãos da sua vila e termo de Alcoutim, senhorio do marquês, então, já habitado por 400 vizinhos
364	1532-09-10	Lisboa	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João III, pela qual concedeu uma renda anual vitalícia de 103 280 reais, desde o ano de 1532, em diante, com assentamento no almoxarifado do Porto, através da sisa dos vinhos da mesma cidade, a D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real, em substituição da carta de padrão de 153 280 reais, que lhe fora outorgada em 1529-03-30, declarando-se ainda que os outros 50 000 reais foram aplicados na compra das rendas e pertenças da terra de Azurara, mais um couto, que o seu marido D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, fizera a João da Silva, regedor da Casa da Suplicação, pelo preço de 100 000 reais
365	1533-06-11	Vila Real	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, pedindo-lhe que transmitisse a el-rei D. João III (que, não obstante várias insistências, recusara recebê-lo em audiência privada) a sua manifesta vontade de servir militarmente em Ceuta, dando a entender que tomara tal decisão como consolação e remedeio dos agravos que sofrera, devido à promoção nobiliárquica de D. Rodrigo de Melo no título de marquês de Ferreira, assim como à futura nobilitação de D. João de Lencastre, 1.º marquês de Torres Novas, quando este recebesse o título de duque
366	1534-03-22	Évora	Carta	Carta da rainha D. Catarina dirigida a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, solicitando-lhe que se encomendasse de Lopo Pestana, favorecendo-o naquilo que fosse sua mercê, por ter sido informada da vontade manifestada por aquele indivíduo de viver nas terras do marquês vila-realense, com o desejo de servi-lo
367	1534-06-18	Caminha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a Thomas Cromwell, conselheiro privado de Henrique VIII, rei de Inglaterra, pedindo-lhe que prestasse favor e clemência no caso do seu apaniguado Fernão Rodrigues, morador em Viana, que se encontrava preso na cidade de Londres, sob acusação de ter matado um burgalês

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
360	AM Viana do Castelo	Cartas Régias, pasta 1, n.º 6			AM Viana do Castelo, Foral Grande, 123v-124	Na mesma face, foi escrita uma apostila datada de 1555-04-03 e assinada por D. Miguel de Meneses, 4.º marquês de Vila Real, em confirmação do teor da carta outorgada pelo seu pai.
361	===	=====				Publicada por Saul António GOMES, <i>O Mosteiro de Santa Maria da Vitória...</i> , n.º 9 pp. 105-106 (com fac-simile).
362	AN/TT	CHR, João III, 16, 44-44v				
363	AN/TT	CHR, João III, 18, 81				Nesta carta, D. Pedro de Meneses é nomeado no uso do título de conde de Alcoutim.
364	AN/TT	CHR, João III, 16, 130-131	409			Uma outra fonte indica a forma como o marquês de Vila Real e a sua mulher pagaram os 100 000 reais, relativos à compra da terra e rendas de Azurara: veja-se AN/TT, CHR, João III, 16, 164 (padrão de 100 000 reais, dado a D. Joana de Castro, mulher do regedor João da Silva, por carta de 1532-09-11).
365	AN/TT	CSL, 1, 234- 237v				Publicada na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, pp. 428-431.
366	BP Évora	Códice CIII/2-26, 38v			BNP, Códice 1054, 73	
367	BL	Western Manuscripts, Cotton MS Nero B I, 69-70				

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
368	1534-07-13	Caminha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida ao provedor e irmãos da Santa Casa da Misericórdia da cidade do Porto, notificando-lhes o envio do dinheiro da sua esmola dos anos de 1532 e de 1533, devida àquela instituição, mediante a colecta dos "10 reais de Ceuta", feita pelos seus recebedores naquela cidade, assim como o envio doutra carta, pela qual lhes pagava a esmola do ano de 1534, mandando ainda que esta fosse registada no livro da dita colecta, a fim de não ser necessário à dita instituição mostrar anualmente aos ditos recebedores a carta pela qual determinava o pagamento da sua esmola
369	1534-08-04	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em sucessão ao seu pai D. Fernando de Meneses, a carta de doação da dízima do pescado do lugar de Outavim, termo da vila de Leiria, que el-rei D. Manuel I outorgara por carta de 1502-10-31
370	1534-08-06	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em sucessão aos seus ascendentes linhagísticos, a carta de doação da vila de Alcoentre, com a sua aldeia do Tagarro, e bem assim das lezírias do Galego e de Filipe, da quinta de Chão do Couce, de Pousaflores, de Maçãs de D. Maria, da quinta de Mouta da Bela, dos casais da Ameixoeira, da Aguda, da Rapoula, do Avelar, da terra de Sobrosa, das hortas de Lisboa, da Estalagem, da herdade da Requeixada, do bairro sito no termo da vila de Santarém e da quinta da Lançada, com todas as jurisdições, rendas, direitos, padroados, etc., que el-rei D. Afonso V outorgara por carta de 1451-06-04
371	1534-08-06	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, a doação vitalícia e hereditária do senhorio e condado da vila de Vila Real e seu termo, com todas as jurisdições, rendas, direitos, padroados de igrejas, etc., salvo correição, alçada e nomeação de tabeliães, exceptuando-se ainda as rendas da judiaria da dita vila, em virtude de D. Fernando de Meneses, seu pai, ter sido ressarcido da perda das mesmas rendas
372	1534-10-29	Caminha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, agradecendo-lhe a visitação que lhe mandou fazer sobre o estado de sua saúde e pedindo-lhe que, em nome da amizade recíproca, tal como a que já existira entre os pais de ambos, aceitasse a mercê de tomar cuidado do conde de Alcoutim, seu filho, assim como das coisas de sua casa, se assim sobreviesse, contando-lhe ainda a graça que ultimamente se fizera na corte, onde se sentia pouco apreciado, a respeito de uma carta que lhe fora dirigida, feita pelo secretário régio, com propositado segredo e cerimónia, em tom de motejo, mas sobre cujo teor se fez espalhar o rumor que ia no sentido de el-rei tê-lo feito duque, quando, na verdade, era relativa ao requerimento que D. Manuel Pereira, 3.º conde da Feira, trazia sobre a capitania da Índia
373	1534-10-30	Caminha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, oferecendo-lhe o seu parecer sobre o assunto da entrega das praças marroquinas de Azamor e de Safim, afirmando-lhe que, não obstante as dificuldades financeiras da sua fazenda, elas deveriam ser mantidas e não abandonadas, por ambas serem conquistas que o monarca herdara com muito gasto financeiro do seu antecessor régio e dos nobres e demais indivíduos que nelas serviram e morreram, derramando o seu sangue em prol do Reino e em defesa da fé católica, sob o propósito de prosseguir o projecto da conquista portuguesa sobre os reinos de Marrocos e de Fez, aconselhando-o ainda a convocar Cortes e nelas debater melhor o assunto, com acordo dos povos, a fim de conseguir a concessão de mais apoio financeiro

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
368	AHSCM Porto	Código D-4-9, 365				
369	AN/TT	CG, 4, 270v-271		150	AN/TT, CI, 198, 58-59	A primeira referência está inserta numa confirmação régia de 1577-12-06, outorgada a D. Manuel de Meneses, 5.º marquês de Vila Real.
370	AN/TT	CG, 5, 81-82		5		Contém uma apostila de 1542-07-08, feita em Lisboa, declarando a revalidação desta confirmação, salvo para a vila de Alcoentre (vendida a el-rei, por carta de 1541-11-17) e para a lezíria do Galego (confirmada, <i>per se</i> , por carta de 1542-07-18). Esta carta está inserta numa confirmação régia de 1577-05-02, outorgada à marquesa D. Filipa de Lencastre, viúva de D. Miguel de Meneses, 4.º marquês de Vila Real.
371	AN/TT	CG, 5, 94v-96v		4		Esta carta está inserta numa confirmação régia de 1577-12-04, outorgada a D. Manuel de Meneses, 5.º marquês de Vila Real.
372	AN/TT	CSL, 1, 252-252v				Publicada na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, pp. 431-433.
373	AN/TT	GAV, 2, maço 7, n.º 10			BNF, Département de Manuscrits, Portugais 18, 330v-335	Publicada n' <i>As Gavetas da Torre do Tombo</i> , vol. I, pp. 854-857, nas <i>Sources (Les) Inédites de l'Histoire du Maroc</i> , tome II/2, pp. 671-675 e ainda por António Meireles do SOUTO, <i>O Abandono das Praças...</i> , pp. 301-304.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
374	1534-12-23	[Caminha]	Alvará	Alvará de lembrança de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pelo qual indicou que ficaria a dever à Santa Casa da Misericórdia de Vila Real uma quantia de 13 000 reais relativa à esmola anual que ele e a sua mulher costumavam oferecer àquela instituição, assinalando ainda que já dera ordem ao almoxarifado vila-realense para fazer o pagamento alusivo ao ano de 1534 e que este seu alvará serviria para o recebimento da esmola do ano seguinte de 1535
375	1535-02-12	Caminha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, agradecendo-lhe a visita que lhe mandara fazer sobre o estado da sua família, não obstante o pouco tempo que tinha, com as ocupações relativas ao despacho de armadas para a Índia e contra [Hayreddin] <i>Barba Roxa</i> , informando-o ainda que a sua filha D. Maria já apresentava muita formosura e que a marquesa D. Beatriz tivera um bom parto, apesar de algumas complicações no sobreparto, entretanto, ultrapassadas
376	1535-02-15	Caminha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, transmitindo-lhe condolências pela morte de uma sua filha e que lamentava muito não poder visitá-lo pessoalmente, por estar longe, na sua vila de Caminha e que, por isso, lhe enviava o seu capelão João de Valadares para o conforto necessário a tamanha hora dolorosa
377	1535-04-25	Caminha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, pedindo-lhe que o representasse no acto de juramento do príncipe D. Manuel, filho de el-rei D. João III, [que se faria em Évora, no mês de Junho, antes da abertura das Cortes que se realizariam naquela cidade,] adiantando-lhe ainda que o facto de não comparecer ao acto, por mandado do monarca, era uma mercê que este último lhe fazia, por achar nele o cuidado de não permitir que ele, marquês, se sentisse desonrado na cerimónia das precedências relativamente a D. João de Lencastre, que, sendo marquês de Torres Novas, recebera o título de duque antes de o marquês vila-realense ter igual dignidade, a qual considerava ser-lhe primeiramente devida, em função dos seus serviços, pessoa, casa e sangue
378	1535-05-03	Caminha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, pedindo-lhe que desse toda a ajuda e mercê aos procuradores da sua vila e marquesado de Vila Real, que iriam ao juramento do príncipe D. Manuel e às Cortes, por mandado de el-rei D. João III, levando certos apontamentos de assuntos que lhes era necessário cumprir e que, por isso, se encomendasse deles como se fossem seus vassalos e prestes ao seu serviço
379	1535-05-06	Caminha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, pedindo-lhe que desse toda a ajuda e mercê aos procuradores da sua vila de Caminha, que iriam ao juramento do príncipe D. Manuel e às Cortes, por mandado de el-rei D. João III, levando certos apontamentos de assuntos que lhes era necessário cumprir e que, por isso, se encomendasse deles como se fossem seus vassalos e prestes ao seu serviço

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
374	AD Vila Real	Misericórdias, SCMVR, livro 262, n.º 2				Inserto numa pública forma de 1547-09-20, requerida por um dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real ao ouvidor do marquês de Vila Real.
375	AN/TT	CSL, 1, 255				Publicada na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, pp. 433-434.
376	AN/TT	CSL, 1, 254				Publicada na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, p. 435.
377	AN/TT	CSL, 1, 238-239				Publicada na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, pp. 436-438. Com esta carta, D. Pedro de Meneses enviou, em anexo, o traslado dos extractos de uma carta de el-rei D. João III e de uma portaria de Pêro Correia, do Conselho Régio: <i>ibidem</i> , pp. 439-440.
378	AN/TT	CSL, 1, 245				Publicada na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, n.º 69, p. 440.
379	AN/TT	CSL, 1, 246				Publicada na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, n.º 70, p. 441.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
380	1535-05-18	Caminha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, agradecendo-lhe a mercê de ter aceitado a procuração que lhe enviara para representá-lo no acto de juramento do príncipe D. Manuel e congratulando-o pela feliz notícia do nascimento de um filho (de que esperava receber uma resposta informativa sobre o nome do recém-nascido e a disposição da condessa, após o parto), referindo-lhe ainda que iria mandar visitar el-rei D. João III, relativamente ao assunto da ida do Infante D. Luís, irmão do monarca, na expedição militar que se destinaria a Tunes
381	1535-06-15	Ínsua (Caminha)	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, pedindo-lhe que tomasse o cuidado de ajudar a resolver um negócio, no sentido de influenciar e trazer à concórdia os fidalgos Ambrósio Peçanha e André de Vasconcelos, ambos moradores na cidade de Elvas, que se incompatibilizaram por questões de honra pessoal, negócio que, na opinião do marquês, se não fosse devidamente resolvido, poderia resultar em maiores distúrbios, causando mortes de homens, concluindo ainda o seu parecer em defesa e crédito do segundo fidalgo nomeado, que o servira e acompanhara na guerra contra os mouros, quando esteve em Ceuta, tal como o pai dele, Gomes da Silva, o fizera anteriormente, na mesma guerra, ao serviço do marquês D. Fernando de Meneses
382	1535-06-20	Caminha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, agradecendo-lhe o apoio que dera aos procuradores das suas vilas na mais recente reunião de Cortes, transmitindo-lhe ainda a sua opinião sobre os contratos que el-rei D. João III outorgara a algumas cidades e vilas do Reino sobre a arrecadação das sisas concelhias, por certa quantia, considerando o marquês que tais contratos não deveriam ser geralmente revogados, como fora pedido pela maior parte dos povos na dita reunião, mas, pelo menos, conservar tal arrecadação àqueles concelhos que desejassem manter os seus contratos (como acontecia nas vilas de que era senhor), visto que não seria útil privar todos os concelhos do direito da dita arrecadação, apenas porque outros concelhos não conseguiam dar boa execução ao mesmo privilégio que lhes fora concedido
383	1535-07-21	Azurara	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, agradecendo-lhe a representação que fizera, em nome dele, no acto de juramento do príncipe D. Manuel, sobre o qual acto aproveitou a ocasião para lançar mais algumas farpas contra D. Jorge, mestre de Santiago, assim como aos seus filhos, relativamente à questão do cerimonial das precedências, pedindo-lhe ainda que, secretamente, falasse com el-rei D. João III e solicitar-lhe, em seu nome, uma audiência privada, a fim de tratar com o monarca algumas coisas urgentes e necessárias ao seu interesse particular, para a qual enviava já o padre frei Vasco com o objecto de adiantar tal propósito
384	1535-08-10	Leiria	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. João III, lembrando-lhe que o agravaria e desonraria muito se ele concedesse a alcaidaria do castelo da vila de Viana da foz do Lima a outro fidalgo, segundo notícia que sobre tal assunto tivera, uma vez que aquela alcaidaria era uma mercê que lhe pertencia, mesmo que naquela vila não houvesse ainda castelo erigido, cuja situação poderia ser verificada e comprovada na carta de doação que dele tinha

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
380	AN/TT	CSL, 1, 247				Publicada na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, n.º 71, p. 442, que data esta carta pelo dia 28. No documento original, foi escrito "xxbijº" [28], mas o segundo 'x' aparece borrado, parecendo ser correcção, pelo que deve ler-se "xbijº" [18].
381	AN/TT	CSL, 1, 230-231v				Publicada na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, n.º 72, pp. 443-446.
382	AN/TT	CSL, 1, 243-244				Publicada na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, n.º 73, pp. 447-448.
383	AN/TT	CSL, 1, 240-242				Publicada na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, n.º 74, pp. 449-451.
384	AN/TT	CC, I, maço 55, n.º 117				Este documento apresenta lacunas de informação, devido a mutilações do suporte, faltando-lhe o primeiro fólio.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
385	1535-08-16	Leiria	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, pedindo-lhe que falasse com o seu tio D. António de Noronha, 1.º conde de Linhares, sobre um caso que escreveu mais extensamente numa carta que lhe enviou, tratando de saber por ele aquilo que, entretanto, não lhe quis transmitir pela presente carta, por se achar muito ocupado com outros assuntos
386	1535-09-09	s.l.	Minuta	Minuta da carta de D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, dirigida a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em resposta à sua carta de 1535-07-21, agradecendo todos os elogios que nela lhe fizera, dizendo-lhe também que ficasse descansado relativamente à audiência privada que desejava ter com el-rei D. João III, pois, este já falara com o padre frei Vasco, seu enviado, com boas palavras, pedindo-lhe igualmente que não mudasse a sua maneira de ser e de agir e que acreditasse em tudo aquilo que fosse ordenado pelo monarca, concluindo-lhe ainda que, naquele instante, não havia mais novidades a considerar nem tão cedo as haveria, senão quando o Infante D. Luís regressasse da sua ida à expedição militar de Tunes
387	1535-09-30	Évora	Carta	Carta do cardeal-infante D. Afonso, filho de el-rei D. Manuel I, dirigida a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, agradecendo a carta e a visitação que lhe mandara efectuar, por intermédio do seu tio D. Cristóvão de Noronha, a propósito da morte do Infante D. Fernando, irmão do cardeal, encomendando-lhe ainda os votos de melhoras da indisposição de saúde que o vinha acometendo
388	1535-12-06	Évora	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, as prerrogativas do coutamento da lezíria que trazia junto a Valada, termo de Santarém, conforme averbadas numa carta de 1470-11-19 outorgada por el-rei D. Afonso V
389	1536-01-04	Caminha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, encomendando-lhe o portador desta mesma que lhe escrevia, pedindo que o favorecesse no sentido de ele fazer-se acompanhar da sua mulher nos negócios que iria fazer ao serviço de Sebastião Rodrigues Pinto, estante em Londres, mas só no caso de tal favorecimento não implicar quaisquer impedimentos para o efeito
390	1536-02-28	Caminha	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, informando-o que se oferecia e dispunha a estar ao seu serviço, no que fosse necessário, incluindo o cingir de espadas, no caso da desavença pessoal que ocorrera entre o dito D. António de Ataíde e D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso
391	1536-04-24	Azurara	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, demonstrando-lhe profunda tristeza e revolta pela infausta notícia do falecimento do príncipe D. Manuel, a qual sentira com maior dor que aquela que tivera quando perdeu alguns filhos seus, pedindo ainda que lhe escrevesse, em resposta, sobre o melhor modo como deveria praticar a visitação que pretendia fazer a el-rei D. João III e à rainha D. Catarina

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
385	AN/TT	CSL, 1, 232-233				Publicada na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, n.º 75, p. 452.
386	AN/TT	MMS, 4, 181-182				
387	BP Évora	Códice CHH/2-26, 243-243v			BNP, Códice 1054, 72v-73 e Códice 1598, 96v	O traslado do Códice 1598 da BNP apresenta a data de 1535-12-30.
388	AN/TT	CHR, João III, 50, 42		44		
389	AN/TT	CSL, 1, 248-248v				Publicada na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, n.º 76, pp. 453-454. Presume-se que o portador desta carta fosse Fernão Rodrigues, mencionado no documento assinalado com o n.º 367 .
390	AN/TT	CSL, 1, 249				Publicada na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, n.º 77, pp. 454-455.
391	AN/TT	CSL, 1, 253				Publicada na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, n.º 78, pp. 455-456.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
392	1536-04-29	Évora	Carta	Traslado da carta de D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, dirigida a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em resposta à sua carta de 1536-04-24, oferecendo-lhe as instruções sobre o modo como deveria realizar a visitação que ele pretendia efectuar a el-rei D. João III, a propósito da prestação de condolências pela morte do príncipe D. Manuel, cuja acção seria muito bem acolhida, mas, que se a não pudesse concretizar, por algum inconveniente, então, o envio de uma carta de visita, com as respectivas desculpas pela sua ausência, também serviria para o efeito, referindo-lhe ainda que ficou bastante agradado com o restabelecimento da senhora marquesa, desejando igualmente que a filha que ultimamente lhe nascera, prazendo a Nosso Senhor, tivesse longa vida
393	1536-05-18	Tancos	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, informando-o que, no mesmo dia em que lhe escrevia a presente carta, chegaria durante a noite à sua casa, pedindo-lhe que não permitisse qualquer cerimónia à sua chegada, esperando dele somente que, no dia seguinte, às horas que determinasse, pudesse levá-lo à presença de el-rei D. João III
394	1536-07-09	Leiria	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, informando-o que D. Duarte de Meneses, capitão de Tânger, revelava algum pejo em fazer-lhe um empréstimo de 10 000 cruzados, por precisar deste dinheiro para dar casa a seus filhos, pelo que, neste sentido, outra alternativa não lhe restava senão socorrer-se de el-rei D. João III para obter o financiamento que necessitava
395	1536-09-20	s.l.	Carta	Carta de D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, dirigida a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, agradecendo-lhe a carta que dele recebera, dizendo-lhe ainda que se sentiria muito mais honrado e satisfeito nos serviços que lhe viesse a prestar que naqueles que dele viesse a receber
396	1537-05-10	Vila Viçosa	Carta	Carta de D. Teodósio, 5.º duque de Bragança, dirigida a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, rendendo-lhe elogios e informando-o sobre a sua boa disposição, lamentando-se ainda sobre o facto de não poderem encontrar-se, como desejava, por ele, marquês, ser estorvado por el-rei D. João III, que lhe ordenara que o servisse, ficando em companhia da rainha D. Catarina
397	1537-05-10	Vila Viçosa	Carta	Carta do Infante D. Duarte, irmão de el-rei D. João III, dirigida a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, agradecendo a carta e a visitação que lhe mandara efectuar, por intermédio de Cosmo de Sousa, a propósito do seu casamento com D. Isabel, irmã de D. Teodósio, 5.º duque de Bragança, confidenciando-lhe ainda que não sabia o que tinha feito para que o monarca lhe fizesse mercê de casar com a dita senhora, cujo pior atributo era ser formosa
398	1537-05-11	Vila Viçosa	Carta	Carta de D. Isabel, irmã de D. Teodósio, 5.º duque de Bragança, dirigida a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, agradecendo a carta e a visitação que lhe mandara efectuar, por intermédio de Cosmo da Sousa, a propósito do seu casamento com o Infante D. Duarte, irmão de el-rei D. João III, confidenciando-lhe ainda que não tinha dúvidas quanto ao prazer e contentamento que ele, marquês, tivera relativamente ao seu consórcio
399	1539-06-10	Lisboa	Alvará régio de licença	Alvará de licença de el-rei D. João III, pelo qual autorizou D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, e D. Beatriz de Lara, sua mulher, a fazerem um contrato com D. Pedro de Meneses, filho de D. Duarte de Meneses, capitão e governador da cidade de Tânger, a quem pretendiam vender 200 000 reais de um padrão de 300 000 reais que fora outorgado à marquesa vila-realense

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
392	AN/TT	MMS, 4, 183				
393	AN/TT	CSL, 1, 250				Publicada na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, n.º 79, pp. 456-457.
394	AN/TT	CSL, 1, 251				Publicada na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, n.º 80, pp. 457-458.
395	BP Évora	Códice CIII/2-20, 48v			BNP, Códice 3776, 148v-149 e Códice 8920, 221; BPM Porto, Manuscrito 851, 114v; BNE, Manuscrito 2421, 195.	No mesmo código da BP Évora, fls. 125-125v, encontra-se outro traslado da mesma carta.
396	BP Évora	Códice CIII/2-20, 134-134v			BPM Porto, Manuscrito 851, 24-24v; RAH, Colección Salazar y Castro, N-76, 55.	No registo do código da BPM Porto, a carta apresenta erradamente a data de 1534-05-10.
397	BP Évora	Códice CIII/2-26, 39			BNP, Códice 1054, 73-73v	
398	BP Évora	Códice CIII/2-26, 38v-39			BNP, Códice 1054, 73v	
399	AN/TT	CHR, João III, 26, 203-204	401			

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
400	[1539]-06-20	Mequinez	Carta	Carta de Mulei Ibrahim, governador de Mequinez, dirigida a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pedindo-lhe que, em nome da estreita amizade que tinha com ele e com os seus irmãos D. Nuno Álvares Pereira de Noronha e D. Afonso de Noronha, fosse servido ajudar o seu criado Jacob Ruth, enviado a Portugal para falar com el-rei D. João III
401	1539-07-24	Lisboa	Carta de venda	Carta de venda da renda de 200 000 reais de um padrão de 300 000 reais de juro, outorgado por carta régia de 1528-03-16 e pertencente a D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real, que a mesma marquesa e o seu marido D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, fizeram a D. Pedro de Meneses, filho de D. Duarte de Meneses, capitão e governador da cidade de Tânger, e procurador em nome de el-rei D. João III, pelo preço de 3 contos e 200 000 reais, à razão de 16 000 reais por milheiro, com pacto de retroactividade, sem prazo, declarando-se ainda que a dita venda fez-se primeiramente em favor do monarca, por aquele juro estar incorporado nos bens dotais do casal vendedor e do morgado da sua casa senhorial, para ser posteriormente trespassada ao filho do capitão de Tânger, pagador do referido preço
402	1539-08-18	Lisboa	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João III, pela qual concedeu uma tença anual de 100 000 reais, [de juro e herdade,] desde o ano de 1539, em diante, com assentamento no almoxarifado do Porto, através do ramo do haver do peso da mesma cidade, a D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real, em substituição da carta de padrão de 300 000 reais, que lhe fora outorgada em 1528-03-16, declarando-se ainda que os outros 200 000 reais foram vendidos [com pacto de retroactividade] a D. Pedro de Meneses, fidalgo da Casa Real e filho de D. Duarte de Meneses, capitão e governador da cidade de Tânger
403	1539-09-08	Lisboa	Alvará régio	Alvará de el-rei D. João III, pelo qual esclareceu as dúvidas relativas ao pagamento das tenças ordinárias que D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, fazia aos frades do mosteiro de Santa Maria da Vitória e bem assim a alguns oficiais das obras do mesmo mosteiro, determinando que o dito marquês, segundo o teor das suas doações, nas quais se incluía a posse das jugadas do pão da vila de Leiria, era somente obrigado à entrega de 63 moios de trigo e de 5 moios de cevada para a satisfação das referidas tenças
404	1539-10-27	Évora	Carta	Carta do cardeal-infante D. Afonso, filho de el-rei D. Manuel I, dirigida a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em réplica a uma carta que dele recebera, respondendo-lhe que escusava de pedir desculpas por não ter assistido à sua partida da Corte para a cidade de Évora, pois, sabia que o facto de a sua reunião com el-rei D. João III ter coincidido com a altura em que ele, cardeal-infante, abalara, não pôde dar lugar para se encontrarem
405	[Post. 1539-11-03]	Bornos (Cádiz)	Carta	Carta de cortesia de D. Per Afán Enríquez de Ribera, 2.º marquês de Tarifa, dirigida a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, informando-o sobre a sucessão no título e estado do marquesado legados pelo seu tio D. Fadrique Enríquez de Ribera, 1.º marquês de Tarifa [† 1539-11-03], oferecendo-se nessa condição a toda a obrigação e serviço que lhe fossem necessários, tal como fora apanágio do seu antecessor
406	s.d.	Lisboa	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. Per Afán Enríquez de Ribera, 2.º marquês de Tarifa, em réplica à carta de cortesia que dele recebera, referindo-lhe que também se oferecia a prestar todo o serviço que lhe fosse necessário

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
400	BP Évora	Códice CIII/2-26, 64v-65			BNP, Código 1054, 75v	Esta carta não menciona o ano, o qual foi inferido a partir das informações colhidas nas <i>Sources (Les) Inédites de l'Histoire du Maroc</i> – Archives et Bibliothèques de Portugal, tome III, pp. 156 e 184.
401	AN/TT	CHR, João III, 26, 203-206v				Esta carta está inserta numa carta de padrão de 200 000 reais, dada na cidade de Lisboa, em 1539-08-12, que el-rei D. João III outorgou a D. Pedro de Meneses, filho de D. Duarte de Meneses, capitão de Tânger: AN/TT, CHR, João III, 26, 201-208.
402	AN/TT	CHR, João III, 26, 193-194	410			
403	AN/TT	CC, II, maço 234, n.º 119				Alvará inserto numa carta testemunhável, dada na vila de Leiria, em 1541-04-04, certificada por Rui de Sousa, contador da comarca de Leiria. Publicado por Saul António GOMES, <i>O Mosteiro de Santa Maria da Vitória...</i> , n.º 24, pp. 134-136.
404	BP Évora	Códice CIII/2-26, 45Bv-46			BNP, Código 1054, 73v-74	
405	BP Évora	Códice CIII/2-26, 45B-45Bv			BNP, Código 1054, 75	Sobre a identificação destes marqueses de Tarifa, veja-se D. Diego ORTIZ DE ZÚÑIGA, <i>Annales Ecclesiasticos...</i> , libro XIV, pp. 497-498. O local da carta é dado no Código 1054 da BNP.
406	BP Évora	Códice CIII/2-26, 45Bv			BNP, Código 1054, 75	O local da carta é dado no Código 1054 da BNP.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
407	1539-12-28	Vélez	Carta	Carta de Abû Hasûn 'Alî, “rei de Vélez”, dirigida a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, solicitando que lhe fizesse mercê de tratar amizade com ele, tal como já tinha com os seus irmãos D. Nuno Álvares Pereira de Noronha e D. Afonso de Noronha, oferecendo-se por isso a toda a obrigação e serviço que lhe fossem necessários, pedindo-lhe ainda que o favorecesse junto de el-rei D. João III, a quem também escrevera carta de crença e amizade
408	1540-01-01	Lisboa	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, conde de Valença e de Valadares, dirigida a Thomas Cromwell, lorde do Selo Privado de Henrique VIII, rei de Inglaterra, solicitando-lhe que prestasse favor e indulgência no caso do seu apaniguado Fernando Pirro, que se encontrava preso
409	1540-01-25	Lisboa	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João III, pela qual concedeu uma renda anual de 103 280 reais, de juro e herdade, desde o ano de 1541, em diante, [com assentamento no almoxarifado de Leiria,] através das rendas da vila de Pederneira, a D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real, declarando-se ainda que esta carta foi dada, mediante requerimento da marquesa, em substituição de outra similar, outorgada pelo mesmo monarca, em 1532-09-10, na qual se determinara o assentamento e pagamento da mencionada renda no almoxarifado do Porto
410	1540-01-25	[Lisboa]	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João III, pela qual concedeu uma tença anual de 92 000 reais, [de juro e herdade,] desde o ano de 1541, em diante, com assentamento no almoxarifado de Leiria, através dos ramos das sisas dos panos, peças e montes, a D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real, em substituição da carta de padrão régio de 100 000 reais, que lhe fora outorgada em 1539-08-18, declarando-se ainda que os outros 8 000 reais foram aplicados na compra das rendas das saboarias das vilas de Leiria e de Vitória que a dita marquesa e D. Pedro de Meneses, seu marido, fizeram a el-rei D. João III
411	1540-02-02	Lisboa	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. João III, pela qual fez mercê a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, permitindo-lhe que o ouvidor que ele nomeasse para as suas vilas de Almeida e de Ranhados tivesse autoridade para ouvir, conhecer e julgar todas as apelações, agravos e feitos dados naquelas vilas, exceptuando-se os feitos de acção nova, quando estivesse a residir na vila de Trancoso
412	1540-02-25	Lisboa	Carta régia de doação	Carta de el-rei D. João III, pela qual fez doação vitalícia e hereditária das rendas das saboarias das vilas de Leiria e de Vitória, e seus termos, desde o ano de 1540, em diante, a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, as quais rendas, então, revertidas à Coroa por morte de Brás Coelho, foram compradas pelo preço de 8 000 reais, descontados num padrão de 100 000 reais de tença que era lucrado por D. Beatriz de Lara, esposa do marquês vila-realense, declarando-se ainda a possibilidade da Coroa readquirir as ditas rendas pelo mesmo preço de venda
413	1540-[02]-25	Lisboa	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. João III, pela qual fez mercê vitalícia e hereditária a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, no sentido de arrecadar metade da pena de 2 000 reais imposta a todo aquele que fabricasse, comprasse, vendesse, importasse ou armazenasse sabão nas vilas de Leiria e de Vitória e seus termos, sem autorização do dito marquês ou dos rendeiros a quem ele arrendasse o usufruto das rendas daquele produto

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
407	BP Évora	Códice CIII/2-26, 64v			BNP, Códice 1054, 75-75v	O traslado da BNP apresenta a data de 1539-11-28. Sobre a identificação deste “rei” mouro, vejam-se as <i>Sources (Les) Inédites de l’Histoire du Maroc</i> – Archives et Biliothèques d’Espagne, tome I, nota 7 do quadro genealógico anexo à p. 162.
408	BL	Western Manuscripts, Cotton MS Nero B I, 73				Carta escrita em Latim.
409	AN/TT	CHR, João III, 40, 97v-98v				Contém uma apostila de 1540-05-30, feita em Lisboa, declarando que o pagamento destes 103 280 reais seria efectuado com as rendas do almoxarifado de Leiria, caso as rendas da vila da Pederneira não chegassem para realizá-lo.
410	AN/TT	CHR, João III, 40, 98v-100v				
411	AN/TT	CHR, João III, 50, 24				
412	AN/TT	CHR, João III, 40, 104-104v			AN/TT, CI, 198, 59v-61	O padrão de 100 000 reais de tença mencionado no resumo corresponde ao documento de 1539-08-18, assinalado com o n.º 402.
413	AN/TT	CHR, João III, 40, 104v			AN/TT, CI, 198, 61-62v	Contém uma apostila de 1540-05-11, feita em Lisboa, declarando que o marquês de Vila Real tinha direito a arrecadar metade da mercadoria apreendida. O registo da CHR averba erroneamente a data de 1540-01-25.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
414	1540-08-23	Lisboa	Alvará régio de licença	Alvará de licença de el-rei D. João III, pelo qual autorizou D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, e D. Beatriz de Lara, sua mulher, a venderem-lhe um padrão régio de 92 000 reais, [que lhes outorgara, em 1540-01-25] pelo preço de 1 conto e 472 000 reais, à razão de 16 000 reais por milheiro, a fim de ser trespassado a Martim Afonso de Sousa, que pagava o dito preço, com a condição de o casal vila-realense ou os seus sucessores poderem readquirir ao dito Martim Afonso de Sousa o padrão vendido, em qualquer tempo que quisessem, pelo mesmo preço de venda
415	1540-08-31	Lisboa	Carta de venda	Carta de venda da renda de um padrão de 92 000 reais de tença, pertencente a D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real, que esta mesma e o seu marido D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, fizeram a Martim Afonso de Sousa, procurador em nome de el-rei D. João III, pelo preço de 1 conto e 472 000 reais, à razão de 16 000 reais por milheiro, com pacto de retroactividade, sem qualquer prazo, declarando-se ainda que o resgate da dita tença poderia ser feito pelo casal vila-realense ou pelos seus sucessores, em qualquer tempo que quisessem, ao dito Martim Afonso de Sousa, a quem o monarca trespassou o mencionado padrão
416	1541-04-14	Lisboa	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida aos oficiais da câmara da cidade de Évora, acusando a recepção da carta que eles lhe enviaram, a propósito do corregimento das suas casas naquela cidade, informando-os, em resposta, que apenas estava à espera que el-rei D. João III decidisse deslocar-se até à dita cidade, altura em que o acompanharia e, então, aí chegado, na época do Verão, tratar pessoalmente do assunto e ordenar a realização de obras de beneficiação nas referidas casas
417	1541-11-16	Lisboa	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. João Coutinho, 2.º conde de Redondo, apresentando condolências pelo falecimento do seu irmão D. Bernardo Coutinho
418	1541-11-16	Lisboa	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. Rodrigo Lobo da Silveira, 3.º barão de Alvito, congratulando-o pelo restabelecimento do seu estado de saúde, apresentando-lhe ainda as condolências pelo falecimento da sua irmã D. Leonor de Noronha
419	1541-11-17	Lisboa	Carta de venda	Carta de venda da vila de Alcoentre, com todos os seus termos, rendas, direitos, jurisdições, etc., mais a renúncia de todos os privilégios, liberdades, posse e senhorio, havidos por juro e herdade, que D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, e D. Beatriz de Lara, sua mulher, fizeram a el-rei D. João III, sub-rogado nesta transacção pelo seu tesoureiro-mor Fernando Álvares de Andrade, pelo preço de 14 000 cruzados (5 contos e 600 000 reais)
420	1542-01-02	Lisboa	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João III, pela qual concedeu uma tença anual de 100 000 reais, de juro e herdade, desde o ano de 1542, em diante, com assentamento no almoxarifado do Porto, através do ramo da sisa dos vinhos da mesma cidade, a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, e a D. Beatriz de Lara, sua mulher, a qual tença resultou da compra que o dito marquês fizera ao monarca, pelo preço de 1 conto e 600 000 reais, à razão de 16 000 reais por milheiro, com pacto de retroactividade, sem qualquer prazo, em favor da Coroa, declarando-se ainda a obrigação de tal tença ficar vinculada ao património do morgado da casa senhorial vila-realense

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
414	AN/TT	CHR, João III, 40, 243-243v				Esta carta de padrão está inserta numa outra carta de padrão de 92 000 reais, datada de 1540-09-19, outorgada a Martim Afonso de Sousa (mesma fonte, fls. 241-245v) e contém o traslado do padrão concedido à marquesa, em 1540-01-25, assinalado com o n.º 410 .
415	AN/TT	CHR, João III, 40, 243-244v				Contém o alvará régio de 1540-08-23 que autorizou a venda, estando tudo inserto numa carta de padrão de 92 000 reais, datada de 1540-09-19, outorgada a Martim Afonso de Sousa, que também contém o traslado do padrão concedido à marquesa, em 1540-01-25, assinalado com o n.º 410 (mesma fonte, fls. 241-245v).
416	AD Évora	Códice 75, n.º 96				
417	BP Évora	Códice CIII/2-26, 43				
418	BP Évora	Códice CIII/2-26, 43-43v			RAH, Colección Salazar y Castro, N-76, 245v	O título que antecede o registo da BP Évora indica erroneamente que a carta foi dirigida a D. Diogo Lobo da Silveira, 2.º barão de Alvito.
419	AN/TT	CHR, João III, 38, 57				Inserta numa carta de confirmação da venda e doação da mesma vila que o monarca fez a Martim Afonso de Sousa, capitão-mor e governador nas partes da Índia, pelo mesmo preço de 14 000 cruzados, outorgada na cidade de Lisboa, em 1542-03-28 (mesma fonte, fls. 57-58).
420	AN/TT	CHR, João III, 38, 20-21v				Esta carta declara ainda que a quantia de 1 conto e 600 000 reais que o marquês de Vila Real pagou pela tença resultou da venda da quinta de Azeitão que ele e a sua mulher fizeram a Afonso de Albuquerque. Este padrão foi vendido em 1554-10-18, pelo preço de 1 conto e 400 000 reais, a Lopo de Almeida, cavaleiro fidalgo da Casa Real (AN/TT, CHR, João III, 63, 319-325v).

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
421	1542-01-02	Lisboa	Carta régia de padrão	Carta de padrão de el-rei D. João III, pela qual concedeu uma tença anual de 50 000 reais, de juro e herdade, desde o ano de 1542, em diante, com assentamento no almoxarifado do Porto, através do ramo da sisa dos vinhos da mesma cidade, a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, e a D. Beatriz de Lara, sua mulher, a qual tença resultou da compra que o dito marquês fizera ao monarca, pelo preço de 800 000 reais, à razão de 16 000 reais por milheiro, com pacto de retroactividade, sem qualquer prazo, em favor da Coroa, declarando-se ainda a obrigação de tal tença ficar vinculada ao património do morgado da casa senhorial vila-realense
422	1542-03-02	Lisboa	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. Rodrigo de Melo, 1.º marquês de Ferreira, apresentando-lhe as condolências pelo falecimento da sua filha D. Filipa de Vilhena, mulher de D. Álvaro da Silva, filho herdeiro de D. João da Silva de Meneses, 2.º conde de Portalegre
423	1542-03-06	Lisboa	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. João III, em mercê de um requerimento de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pela qual criou o ofício de juiz dos órfãos para a vila e termo de Almeida, senhorio do marquês, então, já habitado por 400 vizinhos, fazendo-se ainda mercê do dito ofício ao licenciado António Lopes, conferindo também ao dito marquês e aos seus sucessores o poder de proverem o referido ofício, sempre que ficasse vago
424	s.d.	Lisboa	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a Martim Afonso de Sousa, governador da Índia, referindo-lhe, entre várias lembranças e votos de boa governação, que recebia cartas de muitas pessoas que lhe pediam para serem recomendadas ao seu serviço, participando-lhe ainda o facto de ele já ser senhor da vila de Alcoentre, a qual lhe vendera com muita vontade e prazer, conforme a carta régia de doação de juro e herdade e confirmação dessa venda que lhe fora concedida
425	1542-07-18	Lisboa	Carta régia de confirmação	Carta de el-rei D. João III, pela qual confirmou a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, em sucessão ao seu pai D. Fernando de Meneses e demais ascendentes linhagísticos, remontando a D. João Afonso Telo, 1.º conde de Ourém, as cartas da doação original e da confirmação da lezíria do Galego, termo da vila de Santarém, outorgadas em 1371-07-17 e em 1434-01-20, pelos reis D. Fernando e D. Duarte, respectivamente
426	1542-11-18	Lisboa	Carta régia de doação e escambo	Carta de el-rei D. João III, pela qual fez doação vitalícia e hereditária da vila de Canelas e seu termo a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, autorizando ainda que se intitulasse por senhor dela, com todas as suas jurisdições, rendas, direitos, dadas de ofícios, etc., com a obrigação de renunciar e depor nas mãos do monarca, em escambo, o privilégio de acolher e coutar malfetores, homiziados e devedores no seu bairro do Carmo, na cidade de Lisboa
427	1542-11-27	Lisboa	Carta de novo aforamento	Instrumentos de novo aforamento enfiteuse de 3 casas térreas e sobradadas, com seu pátio de serventia, próprias ao seu contrato de morgadio, situadas no seu bairro, que D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, fez separadamente a Nicolau Dinis e à viúva Margarida de Aveiro, sua sogra, pelo foro anual de uma galinha, por cada um dos foreiros, comutando o título do primeiro aforamento estabelecido no foro anual de duas galinhas que fora feito aos antecessores da dita viúva por D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
421	AN/TT	CHR, João III, 38, 21v-23				
422	BP Évora	Códice CIII/2-20, 22v			BPM Porto, Manuscrito 851, 52v; e RAH, Colección Salazar y Castro, N-76, 234v	
423	AN/TT	CHR, João III, 38, 70				Este registo averba erroneamente que o ofício de juiz dos órfãos foi criado para a vila de Almendra.
424	BNP	Códice 8920, 230-231			BNP, Códice 1054, 74-75 e Códice 3776, 172v-175; BP Évora, Códice CIII/2-26, 41v-43; BNE, Manuscrito 2436, 282-283v; e RAH, Colección Salazar y Castro, N-76, 244v-245v.	Presume-se a datação desta carta no período compreendido entre o segundo semestre de 1542 e o primeiro semestre de 1543.
425	AN/TT	CHR, João III, 38, 110-110v				
426	AN/TT	CHR, João III, 38, 171v				
427	AN/TT	Pergaminhos do ex-AHMF: Casa de Vila Real, maço 1, n.º 3 c), d)				Trata-se de um documento que conjuga dois instrumentos de aforamento fateusim celebrados em 1542-11-24.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
428	1543-02-19	Almeirim	Carta régia de mercê	Carta de el-rei D. João III, em mercê de um requerimento de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pela qual criou o ofício de juiz dos órfãos para a vila e termo de Lamas de Orelhão, senhorio do marquês, então, já habitado por 730 vizinhos, fazendo-se ainda mercê do dito ofício ao licenciado António Lopes, conferindo também ao dito marquês e aos seus sucessores o poder de proverem o referido ofício, sempre que ficasse vago
429	[Post. 1543-02-23]	[Almeirim]	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida ao seu tio D. António de Noronha, 1.º conde de Linhares, noticiando-lhe a chegada e os recebimentos que el-rei D. João III e a rainha D. Catarina fizeram ao núncio apostólico [Luigi Lippomano, bispo coadjutor de Bérghamo]
430	[1543-06-01]	Santarém	Carta	Carta do licenciado Leonardo Nunes, físico-mor do Reino, dirigida a el-rei D. [João III], relatando-lhe que, uma vez chegado a Santarém, achara D. [Pedro] de Meneses, [3.º] marquês de Vila Real, muito adoentado e com prognóstico de convalescença fisiológica muito reservado e que, perante tal estado, ele já mandara chamar o seu confessor, a fim de receber os perdões pela sua alma e bem assim ditar as suas vontades testamentárias
431	1543-06-02	Santarém	Testamento	Traslado do testamento de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pelo qual, entre as demais vontades nele ordenadas, determinou ser enterrado, em campa rasa, no capítulo do convento de São Francisco da vila de Santarém, indicou o seu filho D. Miguel de Meneses, conde de Alcoutim, por herdeiro da sua casa e morgado e nomeou a sua mulher D. Beatriz de Lara e o seu irmão D. Nuno Álvares Pereira de Noronha, por testamenteiros
432	[Post. 1543-06-02]	s.l.	Codicilo testamentário	Traslado do codicilo ao testamento de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pelo qual, entre outras vontades nele ordenadas, determinou que a sua irmã D. Leonor de Noronha fosse igualmente nomeada por testamenteira
433	[1543-06-00]	[Santarém, Igreja de São Francisco]	Sermão fúnebre	Sermão de Frei Luís Veloso, frade da Igreja de São Francisco da vila de Santarém, proferido nas exéquias de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real
434	[1543-06-09]	Sintra	Carta	Carta da Infanta D. Maria [filha de el-rei D. João III, recém-casada por palavras de presente com o príncipe Filipe, filho do imperador Carlos V,] dirigida à marquesa [D. Beatriz de Lara,] encomendando-lhe toda a consolação que Nosso Senhor lhe pudesse dispensar, [em virtude do falecimento do seu marido D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real,] pelo qual facto lhe enviava o deão da rainha [D. Catarina], sua mãe, a fim de visitá-la e prestar-lhe toda a assistência que necessitasse
435	[1543]-06-09	Sintra	Carta	Carta da rainha D. Catarina dirigida a D. Leonor de Noronha, encomendando-lhe toda a consolação que Nosso Senhor lhe pudesse dispensar, em virtude do falecimento do seu irmão D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pelo qual facto lhe enviava o seu deão, a fim de visitá-la e prestar-lhe toda a assistência que necessitasse
436	[1543]-06-09	Sintra	Carta	Carta da rainha D. Catarina dirigida a D. [Margarida] de Noronha, encomendando-lhe toda a consolação que Nosso Senhor lhe pudesse dispensar, em virtude do falecimento do [seu pai D. Pedro de Meneses,] 3.º marquês de Vila Real

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
428	AN/TT	CHR, João III, 6, 37v				
429	BP Évora	Códice CIII/2-26, 33v-34				Este núncio chegou à vila de Almeirim, em Fevereiro ou Março de 1543: Charles-Martial de WITTE, <i>La Correspondance...</i> , vol. I, pp. 83 e 90, nota 33.
430	AN/TT	CART, NA 879, maço 2, n.º 255				Esta carta foi escrita em « <i>Santarém, hoje, sexta-feira</i> ». Crê-se que foi redigida no dia 1 de Junho de 1543, que calhou num dia de sexta-feira, portanto, na véspera da data do testamento.
431	BA	Códice 50-V-32, 446-449v				
432	BA	Códice 50-V-32, 444-445v				O codicilo não exhibe data, mas infere-se que a sua feitura seja datada, no mínimo, de 2 de Junho de 1543.
433	RAH	Colección Salazar y Castro, N-76, 129-135v				O saimento do marquês D. Pedro de Meneses terá acontecido no final da primeira semana ou no início da segunda semana do mês de Junho do ano de 1543.
434	BNP	PBA, Códice 147, 317v-318			BP Évora, Códice CIII/2-26, 72	O traslado da BNP não apresenta local, nem data. O traslado da BP Évora informa-nos que a carta foi dada em Sintra, 2 de Junho, sem ano declarado, mas o registo do dia estará errado, supondo-se que seja o dia 9, tal como os documentos seguintes, assinalados com o n.ºs 435 e 436 .
435	BNP	PBA, Códice 147, 318				Carta unicamente datada pelo dia 9 de Junho, sem ano declarado.
436	BNP	PBA, Códice 147, 318-318v				Carta unicamente datada pelo dia 9 de Junho, sem ano declarado. Este traslado chama erradamente D. Maria de Noronha à destinatária da carta.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
437	1544-02-16	Almeirim	Alvará régio	Traslado do alvará de el-rei D. João III dirigido à marquesa D. Beatriz de Lara, notificando-a para responder na Justiça, no prazo de 15 dias, em nome do seu filho D. Miguel de Meneses, 4.º marquês de Vila Real, de quem era tutora, sobre três feitos que decorriam na Casa da Suplicação, nos quais era parte litigada o marquês D. Pedro de Meneses, seu falecido marido: dois feitos relativos às dízimas do pescado que vinham à alfândega de Viana da foz do Lima e um feito relativo ao conhecimento das apelações e agravos que o seu ouvidor exercia no juizado dos órfãos da vila de Valença
438	1548-11-02	Lisboa	Carta régia de assentamento	Carta de el-rei D. João III, pela qual fez mercê de um assentamento anual no valor de 322 858 reais, desde o ano de 1549, em diante, a D. Miguel de Meneses, 4.º marquês de Vila Real, tal como era fruído pelo marquês D. Fernando de Meneses, seu avô, dotando-lhe mais um pagamento retroactivo de 1 conto e 775 719 reais, quantia relativa ao vencimento de 5 anos e meio, de Julho de 1543 a Dezembro de 1548, que ainda não recebera e que correspondia a todo o tempo contado desde o falecimento do marquês D. Pedro de Meneses, seu pai, ocorrido em Junho de 1543

DOCUMENTAÇÃO PARCIALMENTE E/OU TOTALMENTE DESPROVIDA DE DATAÇÃO

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
439	0000-11-00	s.l.	Carta régia	Carta do príncipe D. João, filho de el-rei D. Afonso V, dirigida a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, instruindo-o a receber o auxílio de D. Francisco Coutinho, 4.º conde de Marialva, a fim de ambos, com as suas respectivas gentes, darem socorro à fortaleza de Vilvestre, em terras de Castela
440	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigida ao secretário régio António Carneiro, solicitando-lhe que nos teores dos alvarás de perdão que seriam passados a favor do escudeiro-fidalgo Afonso de Castro e de Estêvão Abade, ambos moradores na sua terra de Valadares, onde tinham ocorrido uniões contra ele e o seu ouvidor, deveria declarar-se, além do indulto de el-rei, a quitação das penas de perda de bens e de degredo que lhes tinham sido impostas
441	0000-03-18	Valença	Carta	Carta de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigida a el-rei D. Manuel I, participando-lhe a remessa de 4 salmões pescados no rio Minho
442	0000-06-18	Ceuta	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, dirigida a el-rei D. Manuel I, informando-o sobre os bons desempenhos militares realizados pelo seu tio D. Henrique de Noronha, que passara à cidade de Ceuta, acompanhado de bom aparelhamento de homens e de cavalos que a ela levava, destacando-se nas corridas feitas sobre a praça de Tetuão e que, por tudo isto, o abonava como pessoa credora de toda a mercê que o monarca lhe quisesse dispensar

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
437	AN/TT	CC, I, maço 74, n.º 74				
438	AN/TT	CHR, João III, 55, 132v				

DOCUMENTAÇÃO PARCIALMENTE E/OU TOTALMENTE DESPROVIDA DE DATAÇÃO

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
439	BP Évora	Códice CIII/2-26, 33			BNP, Códice 1054, 57v-58	Carta unicamente datada pelo mês de Novembro, sem dia nem ano declarados. Este dado cronológico menciona-se apenas no códice da BNP. Presume-se que esta carta date do ano de 1476 (<i>vide</i> notas 201-202 do Capítulo I).
440	AN/TT	FRA, caixa 6, maço 2, n.º 42				Embora não esteja datada, esta carta tem uma óbvia relação com a carta régia de 1501-12-10, assinalada com o n.º 135 .
441	AN/TT	CART, NA 880, maço 3, n.º 145				Carta unicamente datada pelo dia 18 de Março, sem ano declarado.
442	AN/TT	CART, NA 877, n.º 311				Carta unicamente datada pelo dia 18 de Junho, sem ano declarado.

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
443	s.d.	s.l.	Minuta régia	Minuta da carta de el-rei D. Manuel I dirigida a D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim e capitão em Ceuta, notificando-o para aprontar 150 lanças, com a missão de auxiliar Diogo Lopes de Sequeira, capitão da Armada do Estreito, [na investida militar que o monarca desejava que se realizasse sobre os lugares de Tetuão e de Targa,] conforme as ordens régias que o mesmo Diogo Lopes de Sequeira levava instruídas no seu regimento
444	s.d.	s.l.	Minuta régia	Minuta de um alvará de el-rei D. João III dirigido ao doutor António Correia, corregedor da comarca de Entre Douro e Minho, mandando-lhe que se deslocasse pessoalmente às vilas de Valença, de Caminha e de Valadares e que, através deste mesmo alvará, diante das justiças e povos locais daquelas vilas, desse e aprovasse a posse delas a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, a quem o monarca fora servido ratificar todo o senhorio, jurisdições e demais coisas, conforme a carta de doação de juro e herdade que el-rei D. Manuel I outorgara a D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, a qual se achava no despacho das confirmações e ainda não fora desembargada
445	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, testemunhando-lhe que Rui Martins, que fizera serviço militar em Ceuta, no tempo da sua capitania, onde foi ferido, era digno de toda a mercê que lhe pudesse ser concedida
446	s.d.	s.l.	Minuta	Minuta de um acordo tratado entre D. Jaime, 4.º duque de Bragança e D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, relativo à troca de terras, de jurisdições, de rendas e de direitos doados pela Coroa, assim como de património particular, que ambos tinham, prazendo a el-rei D. João III, mas que não surtiu efeito
447	s.d.	Évora	Carta	Carta do marquês de Vila Real dirigida ao cardeal-infante D. Henrique, expondo-lhe o lamento e a saudade causados pela partida da sua real pessoa, depois de ter deixado a cidade de Évora
448	0000-11-18	Setúbal	Carta	Carta de D. Jorge de Lencastre, mestre da Ordem de Santiago, dirigida a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, escusando-lhe o seu pedido de desculpas, que considerava desnecessário, por não lhe ter feito uma visitação, acabando por rematar a sua missiva com um agradecimento especial à marquesa relativamente a uns galgos que ela lhe mandara de presente
449	0000-11-18	Setúbal	Carta	Carta de D. João de Lencastre, 1.º duque de Aveiro, dirigida a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, escusando-lhe o seu pedido de desculpas, por não lhe ter feito uma visitação, assinalando-lhe ainda um agradecimento à marquesa relativamente a uns galgos que ela dera de presente ao seu pai D. Jorge de Lencastre, mestre da Ordem de Santiago
450	s.d.	[Almeirim]	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. Pedro de Almeida [alcaide-mor de Torres Novas, filho de D. Diogo Fernandes de Almeida, grão-prior do Crato]
451	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. Henrique de Meneses, governador [da Casa do Cível da cidade] de Lisboa [e filho de D. João de Meneses, 1.º conde de Tarouca]

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
443	AN/TT	CART, NA 881, n.º 142				A datação desta carta deverá andar à volta de Junho de 1517.
444	AN/TT	CART, NA 881, n.º 133				A carta de confirmação régia das vilas de Valença, de Caminha e de Valadares foi outorgada em 1524-11-06 (<i>vide</i> documento assinalado com o n.º 265).
445	AN/TT	CSL, 1, 228				Publicada na <i>Colecção de São Lourenço</i> , ed. Elaine Sanceau, vol. I, n.º 21, p. 63.
446	BNP	Manuscritos Avulsos, cx. 4, n.º 13				Cópia setecentista. O teor deste documento sugere uma datação situada nos últimos anos da década de 20 do século XVI.
447	BP Évora	Códice CIII/2-20, 22			BNP, Códice 1054, 74, Códice 3776, 158v-159 e Códice 8920, 227v; BACL, Códice 73 (Azul), 224-224v; e BPM Porto, Manuscrito 851, 52-52v	
448	BP Évora	Códice CIII/2-20, 134v			BPM Porto, Manuscrito 851, 132; e RAH, Colección Salazar y Castro, N-76, 55-55v.	Carta unicamente datada pelo dia 18 de Novembro, sem ano declarado.
449	BP Évora	Códice CIII/2-20, 135			BPM Porto, Manuscrito 851, 132; e RAH, Colección Salazar y Castro, N-76, 55v	Carta unicamente datada pelo dia 18 de Novembro, sem ano declarado.
450	BP Évora	Códice CIII/2-26, 36-36v				
451	BP Évora	Códice CIII/2-26, 36v				

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
452	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a Luís Álvares de Távora [5.º senhor de Mogadouro e cunhado de D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira] agradecendo-lhe a visitação que lhe mandara fazer, informando-o ainda sobre o facto de estar relativamente recobrado do seu estado de saúde
453	s.d.	[Almeirim]	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. Francisco de Castelo Branco, [senhor de Vila Nova de Portimão e] camareiro-mor [de el-rei D. João III], solicitando-lhe informações sobre a evolução do seu estado de saúde, assim como novidades sobre as coisas da sua casa
454	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida ao capitão de São Tomé, agradecendo a mercê que lhe fizera em servir-se do seu criado Luís Lopes, congratulando-o ainda pelo facto de já ter recobrado da doença que o acometera
455	s.d.	[Almeirim]	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. João Coutinho, 2.º conde de Redondo, lamentando-lhe que, desde a sua partida, a vila de Almeirim ficara com todos os males que tem, pedindo-lhe ainda que o mandasse servir com qualquer coisa que fosse, a fim de aquela terra lhe parecer menos má
456	s.d.	Almeirim	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. Pedro de Sousa, neto de D. Pedro de Sousa, 1.º conde do Prado
457	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a Fernando Álvares, tesoureiro-mor de el-rei D. João III
458	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a Fernando Álvares, tesoureiro-mor de el-rei D. João III
459	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a Fernando Álvares, tesoureiro-mor de el-rei D. João III
460	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. Joana Henriques, condessa de Penela, apresentando-lhe as condolências pela morte do seu marido D. João de Vasconcelos e Meneses, 2.º conde de Penela
461	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. Afonso de Meneses, apresentando-lhe as condolências pela morte do seu pai D. João de Vasconcelos e Meneses, 2.º conde de Penela
462	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. Fernando de Vasconcelos, arcebispo de Lisboa, apresentando-lhe as condolências pela morte do seu irmão D. João de Vasconcelos e Meneses, 2.º conde de Penela
463	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida à sua irmã D. Leonor de Noronha
464	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida à sua irmã D. Leonor de Noronha

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
452	BP Évora	Códice CIII/2-26, 36v				
453	BP Évora	Códice CIII/2-26, 36v-37				
454	BP Évora	Códice CIII/2-26, 37-37v				Presume-se que o destinatário desta carta seja Pêro de Góis, capitão donatário de São Tomé, nas terras do Brasil.
455	BP Évora	Códice CIII/2-26, 37v				
456	BP Évora	Códice CIII/2-26, 37v-38				
457	BP Évora	Códice CIII/2-26, 38				
458	BP Évora	Códice CIII/2-26, 38				
459	BP Évora	Códice CIII/2-26, 38v				
460	BP Évora	Códice CIII/2-26, 39v				
461	BP Évora	Códice CIII/2-26, 39v-40				
462	BP Évora	Códice CIII/2-26, 40				
463	BP Évora	Códice CIII/2-26, 40-40v				
464	BP Évora	Códice CIII/2-26, 40v				

N.º	Data	Local	Tipologia	Resumo
465	s.d.	[Almeirim]	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. Pedro de Almeida [alcaide-mor de Torres Novas, filho de D. Diogo Fernandes de Almeida, grão-prior do Crato]
466	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. Pedro de Almeida [alcaide-mor de Torres Novas, filho de D. Diogo Fernandes de Almeida, grão-prior do Crato]
467	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida ao seu irmão D. Nuno Álvares Pereira de Noronha
468	s.d.	[Almeirim]	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. Filipa de Ataíde
469	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. Pedro de Noronha, 6.º senhor de Vila Verde [dos Francos]
470	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida ao seu tio D. António de Noronha, 1.º conde de Linhares, informando-o que o conde de Alcoutim, seu filho, tinha recobrado a sua saúde
471	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. Rodrigo de Castro, <i>o Ombrinhos</i> , capitão de Safim
472	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a Afonso de Albuquerque, informando-o que uma queda dada pelo conde de Alcoutim, seu filho, não tivera consequências infelizes
473	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. Pedro de Almeida [alcaide-mor de Torres Novas, filho de D. Diogo Fernandes de Almeida, grão-prior do Crato]
474	s.d.	[Almeirim]	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a D. Pedro de Almeida [alcaide-mor de Torres Novas, filho de D. Diogo Fernandes de Almeida, grão-prior do Crato]
475	s.d.	[Almeirim]	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a João da Silva, regedor da Casa da Suplicação
476	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a João da Silva, regedor da Casa da Suplicação
477	s.d.	s.l.	Carta	Carta de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigida a João da Silva, regedor da Casa da Suplicação, informando-o que já estava ligeiramente recuperado da febre que o acometera, ainda que à marquesa lhe tivesse surgido uma outra semelhante, pela qual foi sangrada, dizendo-lhe ainda que, logo que recobrasse forças, esperaria viajar para Sintra

N.º	Arquivo	Cota	Inserto no doc. n.º	Confirmação do doc. n.º	Fontes secundárias	Observações
465	BP Évora	Códice CIII/2-26, 40v-41v				
466	BP Évora	Códice CIII/2-26, 41v				
467	BP Évora	Códice CIII/2-26, 43v-44				
468	BP Évora	Códice CIII/2-26, 44			RAH, Colección Salazar y Castro, N-76, 107v	
469	BP Évora	Códice CIII/2-26, 44			RAH, Colección Salazar y Castro, N-76, 107v	
470	BP Évora	Códice CIII/2-26, 44-44v				
471	BP Évora	Códice CIII/2-26, 44v				
472	BP Évora	Códice CIII/2-26, 44v				
473	BP Évora	Códice CIII/2-26, 44v-45A				
474	BP Évora	Códice CIII/2-26, 45A				
475	BP Évora	Códice CIII/2-26, 45Av				O teor desta carta sugere que tenha sido escrita pouco antes da Páscoa, dia 25 de Março de 1543.
476	BP Évora	Códice CIII/2-26, 45Av-45B			BA, Código 49-X-5, 200v	
477	BP Évora	Códice CIII/2-26, 45B				

APÊNDICE F

Transcrição de documentos

Crêterios de transcrição

Seguimos maioritariamente o que tem sido usado nas publicações do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, segundo as seguintes normas:

- Transcrição do documento em linha contínua, separando os f lios e as colunas, quando existem, por traços oblíquos / e anotando o correspondente número do f lio (1, 1v, etc.), face do f lio (frente e verso) e das colunas (A e B).
- Respeito absoluto pela ortografia do texto original, mantendo-se as letras maiúsculas, a pontuação, etc., separando quase sempre as palavras que estejam unidas no original ou reunindo as sílabas ou letras de uma mesma palavra que se encontrem separadas.
- Desenvolvimento de abreviaturas, colocando em itálico as letras ou as palavras que se achem subentendidas no texto, mas mantendo a forma original dos numerais (exemplo: *iii*^c Rb, ou seja, 445).
- Colocação entre [] de tudo o que foi interpretado pelo leitor ou acrescentado ao texto original: uso de [*sic*] a seguir aos erros feitos pelo escrivão e nas faltas de concordância em número e em género; uso de [?] nas palavras que suscitaram d vida ou que não foi possível descodificar; e uso de [...] nas palavras onde existem lacunas do suporte.
- Colocação entre < > de todo o texto entrelinhado ou escrito à margem (< * > quando se encontra na margem esquerda, < * > quando se encontra na margem direita).
- Abertura de parágrafos para permitir uma maior legibilidade do texto.

Carta do Infante D. Pedro, regente em nome de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação da vila de Vila Real a D. Pedro de Meneses, com todas as suas jurisdições, rendas, direitos, etc., mandando ainda que se intitulasse por conde da dita vila, sucedendo ao seu pai D. Fernando de Noronha e ao seu avô D. Pedro de Meneses, em reconhecimento e satisfação dos serviços que ambos prestaram ao Reino de Portugal

Fonte:

Lisboa, AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 25, fl. 44v

Traslados:

Lisboa, AN/TT, *Místicos*, livro 3, fls. 140-140v

Coimbra, 3 de Junho de 1445

[fl. 44v]

*A dom pedro filho de dom fernando de noronha Comde de vila Real doacam per que foy fecto comde da dita vila com todalas Remdas direitos e trabutos*¹

² Dom affonso etc

A quantos esta carta birem fazemos ssaber que Nos querendo fazer graça e merçee a dom pedro nosso ssobrenho filho de dom fernando de Noronha conde de villa rreal nosso primo que deus aJa por os mujtos e estremados seruiços que a Nos e a estes Regnos fezerom o dicto conde sseu padre E o conde dom pedro de meneses sseu avoo que deus aJa E os que dell ao diante Entendemos de Reçeber E querendo o rremunerar com merçees como he rrezom

Teemos por bem e queremos que ell seJa conde de villa rreal E que sse possa logo chamar conde da dicta villa posto que lhe aJnda nom fizessemos aquella cirimonia que sse custuma aos que fazem condes A quall prazendo a deus lhe ffaremos despois que a Nos vier E queremos que aJa a dicta villa com todallas Rendas e dirreitos e trabutos perteenças E Jurdiçoões asy e tam conpridamente e per aquella guissa que foy dada ao dicto conde sseu padre E he contheudo na carta ou cartas que della tinha E per esta carta lhe damos poder que per sy ou per quem lhe prouguer tome e possa tomar a posse da dicta villa E auer as Rendas e dirreitos que o dicto sseu padre auya posto que em esta nossa carta nom faça declaraçom quaees nem queJandos ssom porque despois que ell a Nos vier E Nos mostrar as cartas que desto o dicto conde sseu padre tijinha Nos lhe mandaremos dar outras ssemelhamtes

E Porem mandamos a quaeesquer Juizes E Justiças e oficiaaes asy nossos como da dicta villa que em todo conpram esta carta asy e pella guissa que em ella he contheudo E lhe obedeeçam e acudam a ell e a sseus ofiçiaaes com as Rendas e dirreitos e Jurdiçoões que lhe perteençam asy e pella guissa que o faziam e auya o dicto conde sseu padre

He al nom façades

dada em a çidade de coJnbra iij dias de Junho per autoridade do Senhor Jffante dom pedro Regente etc aluaro meendez a fez anno de nosso Senhor Jesu christo de mjl iiij^c Rb lop afonso a fez scpreuer.,

¹ Sumário do registo da Leitura Nova. A antecedê-lo, foi escrito: “Místicos; escprita”.

² À margem, foi escrito: “conde de villa real; doaçam de ujlla rreal”.

Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação vitalícia e hereditária do senhorio e condado da vila de Vila Real e seu termo a D. Pedro de Meneses, 3.º titular do mesmo condado, com todas as suas jurisdições, rendas, direitos, padroados de igrejas, etc., salvo correição, alçada e nomeação de tabeliães, sucedendo ao seu pai D. Fernando de Noronha e ao seu avô D. Pedro de Meneses, em reconhecimento e satisfação dos serviços que ambos prestaram ao Reino de Portugal

(em confirmação régia, dada em Lisboa, 4 de Dezembro de 1577)

Fonte:

Lisboa, AN/TT, *Confirmações Gerais*, livro 5, fls. 94v-95v

Santarém, 6 de Abril de 1451

[fl. 94v]

Confirmação do senhorio e título de conde sobre a terra de Vila Real

[...]

¶ Dom Afonso etc.

A quantos esta carta de doação virem fazemos saber que consirando nos como a grandeza do Rey principalmente pertence dar galardão dos mereçimentos não sômente por correspondência delles mas aJnda muyto alem do que delles cabe consirando nos os muytos e muyto estremados seruiços que os senhores Reis meu avô e padre cuJas almas deus aJa e a casa de portugaL tem Reçebidos do Conde dom pedro de meneses conde de viana espiçiaLmente em Requerer e ter a capitania da nossa çidade de çepta por espaço de vinte e tres annos com muy fortes trabalhos e grandes vitorias fazendo hy fim de seus dias e Jsso mesmo por os muytos estremados e muy grandes seruiços que Reçebemos de dom fernando de noronha conde de viLa ReaL que deus aJa nosso muyto amado / [fl. 95] primo e espiçiaLmente em tendo a dita capitania depois dos dias do dito conde por espaço de oyto annos com fortes trabalhos e grandes vitorias e per semelhante fazendo hy fim de seus dias em os quais seruiços nunca foy achado mingoa

E consirando como a nos muyto conuinha vistos os ditos grandes mereçimentos e seruiços dos sobreditos condes acreçentarem dom pedro de meneses nosso <muyto> amado sobrinho por ser filho lidimo do dito conde dom fernando e neto do dito conde dom pedro e por o grande diuido que <con>nosco ha e pelos seruiços que esperamos com aJuda de deus que a nos e aa casa de portugaL fará como seu padre e avos fizeram hordenamos lhe dar a dita viLa com seu termo com o nome e titulo do condado e de feito lha demos e fazemos dela liure e pura doação pera todo sempre de Juro e d erdade e por Juro e erdade em taL guisa que per nos nem algum nosso soçessor não deua nem possa ser Reuogada pera elle e todos seus erdeyros barões desçendentes dele Lidimamente nados .ss. que finando ele venha ao seu filho mayor barão lidimamente nado e do dito seu filho ao seu neto barão e lidimamente nado e assj desçendendo per linha direita

E aconteçendo que não avendo hy filho nem neto ou outro desçendente barão e lidimamente nado como dito he a dita viLa com seu nome e titulo se torne ao Rey de portugaL que pello tempo for pera dela despoer e ordenar o que entender por seruiço de deus e seu a qual vila com seu nome e titulo lhe assy damos e doamos com todas suas Rendas direitos Jurdições çiueis e crimes mero e misto Imperio e com os padroados das JgreJas que em ella e em seu

termo avemos e de direito deuemos aver assy e pela guisa que a nos e aa coroa de nossos Reynos pertence e deve pertencer Reseruando pera nos a alçada e coreyção .s.s. que nos feitos çiuéis e crimes que antre as partes forem tratados as appelleLações vão os Juizes da dita vila ao seu ouuydor e dante o seu ouuydor venhão a nos e a nossos desembargadores a que per nossa ordenança pertence delles conhecer E nos feitos crimes em que acusados não ouuer e a Justiça ouuer lugar e apelasse dante o dito seu ouuidor pera nos nos casos em que couber apelação segundo direito e nossas ordenações E Reseruamos ysso mesmo pera nos os tabaliados da dita vila os quais queremos que per nos seJão dados e os tabaliães se chamem nossos e em nosso nome vsem de seus offiços

porem mandamos a todollos nossos coregedores Juizes Justiças almoxarifes e a outros quaisquer offiçiaes a que pertencer que cumpram e guardem esta nossa carta como em ela he contiudo e leixem ao dito conde e seus subçessores assy aver todas as ditas Rendas e direitos da dita vila e seu termo como agora elle tem e a nos de direito pertence pera elle e todos seus sôçessores como dito he e vsar das ditas Jurdições na forma sobredita sem lhe ser sobre ello posto allguũ embargo nem feita allgũa contradição

E por esta presente Rogamos e encomendamos a todos nossos subçessores per nossa benção que cumprão e guardem ao dito conde e a seus sôçessores esta doação que assy por nos he feita porque as causas que nos moueram de lhe fazer e outorgar deuem a elles muyto com Razão sempre mouer lha cumprir e perpetuamente guardar E se desta doação falecer allgũa solenidade de direito ou de feito que em algũa parte a embargue nos de nossa certa sçiençia e poder absoLuto a soprimos e avemos por sopryda declarada e emadida E queremos que com eLa e sem ella esta doação aJa seu comprido efeito assy como comprida de toda solenidade não embargando quaLquer ley e ordenação nem costume nem outra quaLquer cousa que a embargar podesse ou deuesse e em testemunho dello mandamos dar ao dito conde esta carta assynada per nos e / [fl. 95v] sellada do nosso sello de chumbo

dada em a nossa vila de santarem a seis dias d abriL gonçallo de moura a fez anno do nascimento de nosso senhor Jesu christo de mil iiij^o Lj e eu Ruy gaLuão secretaryo do senhor Rey e cauaLeiro de sua casa a fiz escreuer

[...]

Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação e provimento do ofício de capitão, governador e alcaide-mor da cidade de Ceuta, com todos os poderes, liberdades, prós, ganços, rendas e coisas a ela pertencentes, a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, em consideração aos muito grandes e assinalados serviços pessoais e da sua linhagem, especialmente, aqueles que foram prestados pelo seu pai D. Fernando de Noronha e pelo seu avô D. Pedro de Meneses, que, outrossim, tiveram o mesmo ofício

Fonte:

Lisboa, AN/TT, *Colecção de Pergaminhos do ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças: Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 4

Traslados:

Lisboa, AN/TT, *Místicos*, livro 3, fls. 57-57v

Publicações:

1) José Mendes da Cunha SARAIVA, *Alguns Diplomas Particulares dos séculos XIV e XV*, separata do *Arquivo Histórico de Portugal*, vol. 5, Publicações do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1943, p. 9.

2) *Descobrimentos Portugueses: Documentos para a sua História*, org. João Martins da Silva Marques, vol. I, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944, n.º 447, pp. 570-571.

3) *Monumenta Henricina*, org. António Joaquim Dias Dinis, vol. XIII (1456-1460), Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1972, n.º 179, pp. 291-292.

Santarém, 29 de Junho de 1460

Dom afomsso per graça de deus Rey de portugal e do algarue Senhor de çepta e d alcacer em africa

A quantos esta carta virem fazemos saber que consijrando Nos os muito grandes e assijnados seruiços que dom pedro de meneses Conde de villa Real Senhor d almeida meu muito amado sobrinho nos teem fectos E Jsso mesmo o conde dom pedro seu avoo e o conde dom fernando seu padre a que deus perdooe E assy de todo outro seu linhaJem de que elle deçende E ao diante esperamos que nos elle faça E querendo lhos em algũa maneira galardoar como a Nos cabe fazer aas taaes pessoas que nos assy grande e lealmente seruem E desy por confiarmos em sua bondade lealdade e discriçam que o fara segundo conpre por seruiço de deus e nosso e bem do poboo E querendo lhe fazer graça e mercee.,

Teemos por bem e damos lhe a capitanya e alcaidaria da dicta nossa çidade de çepta Com todollos poderes liberdades prooes guanças Rendas e cousas que a ella perteençam per qualquer guisa assy e tam conpridamente como a teueram e todo ouueram os dictos seu avoo e padre E depoy delles O marques de villa viçosa¹ E o conde d odemira² meus muyto amados primos.

E Porem mandamos a todollos fidalgos caualeiros escudeiros oficiaaes e pessoas de qualquer maneira e condiçam que seJam que aJom o dicto Conde por nosso capitam gouernador e alcaide em a dicta nossa çidade de çepta E lhe obbedeçam E leixem auer liuremente todallas cousas que aa dicta capitanya e alcaidaria perteençam porque Nossa merçee e vontade he de elle todo teer e auer tam inteiramente como a teueram e ouueram os sobredictos em çima decrarados e melhor se com dereito ou custume o elle melhor poder auer e teer como dicto he Sem outra duuida nem embargo alguũ que lhe sobre ello seJa posto.,

¹ D. Fernando, 1.º marquês de Vila Viçosa e futuro 2.º duque de Bragança.

² D. Sancho de Noronha, 1.º conde de Odemira.

E per esta presente auemos por leuantada huũa duas e tres vezes a menaJem que nos o dicto Conde d odemira tijinha fecta por a dicta çidade de cepta E a auemos por posta e emvestida Realmente no dicto conde de villa Real Com as obriguações clausollas e condições que se em tal caso Requerem E por sua guarda e segurança dello lhe mandamos dar esta nossa carta per Nos assijnada E asseellada do nosso seello do chumbo.

dada em a nossa villa de santarem xxix dias de Junho gonçalo cardoso a fez anno do naçimento de nosso *Senhor Jesu christo* de mjl iiij^c Lx.,

a) El Rey

[Restos dos fios que seguravam o selo pendente]

Carta da capitanya de çepta Ao conde de villa rreal per huũ vosso aluara que Ja tijinha

Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação da ‘governança’ da cidade de Ceuta a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, com todos os poderes, prós e liberdades, como a tiveram o Infante D. Henrique e o Infante D. Fernando, incluindo as prerrogativas de nomear e dar todos os ofícios, de arrendar e jurisdicionar todas as lezírias, reguengos e jugadas adstritas àquela cidade e ainda de cobrar e despende os dinheiros auferidos nos tratos comerciais que eram indispensáveis para o governo e manutenção da praça ceutense

Fonte:

Lisboa, AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, fl. 9v

Traslados:

Lisboa, AN/TT, *Místicos*, livro 2, fls. 150-151

Publicações:

1) *Descobrimientos Portugueses: Documentos para a sua História*, org. João Martins da Silva Marques, vol. III, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1971, n.º 15, pp. 23-25.

2) *Monumenta Henricina*, org. António Joaquim Dias Dinis, vol. XIV (1460-1469), Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1974, n.º 77, pp. 210-212.

3) António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos no Século XV*, tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, edição policopiada, 1990, vol. III, n.º 90, pp. 252-255.

Santarém, 12 de Abril de 1462

[fl. 9v]

*Ao Comde de villa Reall dom pedro de meneses carta da gouernança da cidade de cepta com a¹
Jurdiçam poderes com que a teueram os Jfantes dom anrrique e dom fernando etc²*

³ Dom Afonso etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que consirando Nos da muyta bondade e uertude que conhecemos e sentimos ⁴ Em dom pedro de menesses conde de ujlla rreal Senhor d almeida nosso mujto amado primo capitam e rregedor por nos da dicta nossa cidade de cepta Creendo que o fara bem e dereitamente E como compre a seruiço de deus e nosso e bem do pouoo

Teemos por bem e damos lhe a gouernança da dicta cidade asy e tam compridamente pello modo e maneira E com todollos poderes prooes e liberdades que a teuerom O Jnfante dom anrrique meu tyo que deus aJa E o Jffante dom fernando meu muyto prezado Jrmaão

E queremos e outorgamos lhe que com a dicta gouernança elle tenha poder de dar todollos oficios da dicta cidade [assi de vee]dor da ffazenda della tesoureiro moor contadores scpriuaes da fazenda e contos e recebedores como outros quaaesquer que ao prente [sic] [per nos ou per] cada huũ dos dictos Jfantes som dados assy em a dicta cidade como em os nossos rregnos Os quaaes oficios elle assy de [per fallecimento] das pessoas que os ora teem ou uagando sse per outra quallquer maneira E bem asy nos praz que aallem destes oficios que ora som [elle] possa fazer alguus outros se sentir que lhe som necessarios pera mjlhor auyamento das cousas que aa dicta gouernança perteeemcem

¹ Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “toda”.

² Sumário do registo da Leitura Nova. A antecede-lo, foi escrito: “Místicos; escpita”.

³ À margem, foi escrito: “Conde de ujlla rreal”.

⁴ Riscado: “e”.

Item queremos e lhe outorgamos que elle tenha e aJa emteiramente a Jurdiçam das liziras Regueengos E Jugadas apropiadas aa dicta cidade de cepta e de todallas cousas que a ellas pertencerem per qualquer moodo que seer possa E que os dictos officiaaes conheçam dos fectos e demandas que sobre as dictas terras ou cousas dellas forem moujdas e ordenadas per noua auçom E que per apelaçom vaao perante o veedor da fazenda da dicta cidade ou ante quem elle dicto conde seu Jnteiro carreggo pera ello leixar rreseruando as que forem sobre as propriidades das dictas terras ou sobre outras alguñas cousas de cuJas apelações de direito deua de conhecer o Jujz dos nossos fectos

Outrosy queremos e nos praz que elle per ssy e pellos dictos officiaaes de as dictas terras a quem as laure e aproueite e arrende as rrendas dellas e das dictas Jugadas e rreguemgos E ffaça em ellas como lhe mjlhor parecer seendo dadas pella guissa que o nos ata aquy fizemos sem alguus nossos officiaaes <que> de cepta nom seJam meterem em ello maaom Nem teerem que ueer cousa alguña

Item Nos praz e queremos que deste Janeiro passado da era desta carta em diante os mercadores que comosco teem firmado tracto sobre sobre [sic] a gouernança da dicta cidade de cepta acudam ao dicto comde e a quem elle mandar com todo o que a nos acudiam E per esta carta os rrelleuamos e desobrigamos de toda obrigaçom em que nos eram per uertude do dicto tracto E os auemos ¹ rrealmente por obrigados ao dicto comde asy e pella e pella [sic] guissa e por aquelle tempo e cousas e com aquellas condições que o a nos eram E queremos E outorgamos que assy dos dinheirros do dicto tracto como dos que aalem delles em cada huñ apropiamos pera gouernança da dicta cidade E per as despesas e cousas della que lhe ora ordenamos per nossa ordenança nouamente fecta e asinada per nos elle dicto conde possa fazer e faça todo o que lhe prouuer e por seu proueito e bem da dicta cidade e gente e officiaaes e cousas della sentir sem contradicãm algũa

E queremos que elle dicto conde tenha poder e autoridade de mandar per sy e per os dictos officiaaes constranger e exucutar os sobredictos trautantes e quaaesquer ² outros rrendeiros das rrendas da³ dicta cidade E asy daquellas rrendas per que lhe cada huñ anno dermos o dicto aseentamento por todo o que deuerem sem Nos nem alguñ de nossa fazenda em ello teer poder nem mando alguñ E sem mais apelaço [sic] nem alçada saluo que <todo> faça em ello fim guardando elle aos dictos rrendeiros compridamente as condições com que lhe Nos as dictas rrendas arrendamos e nossos artijgos sobre ello fectos nom seendo as dictas condições emnouadas ou taaes que perJudiquem a paga do dicto aseentamento em cada huñ anno E Iso meesmo queremos que sobre todollos dictos officiaaes de cepta e das dictas terras e rrendas e cousas apropiadas a ella elle tenha Jnteiramente poder como o nos tijnhamos dado aos dictos Jffantes

E Porem mandamos a todollos dictos officiaaes e rrendeiros e pessoas que en todo e per todo obedeçam ao dicto conde E cumpram e goardem e exuquetem todos seus mandados asy Jnteiramente como compriam goardauam e exuquetauam os nossos e outros nem nhuñs nom E mandamos a todollos nossos corregedores Jujzes e Justiças officiaaes e pesoas dos nossos rregnos que quando quer que lhes per o dicto conde ou per os dictos officiaaes for rrequerida e mandada algũa cousa sobre quaaesquer cousas que aa dicta cidade de cepta pertençam per quallquer maneira que seJa elles as cumpram e façam compridamente como se per nos lhes fosse mandado E nom o comprindo asy elles ou cada huñ delles per esta carta damos poder ao dicto conde que per sy e pellos dictos officiaaes os apene em quaaesquer penas que lhe bem parecer E por firmeza e çertidam das dictas cousas e goarda do dicto conde lhe mandamos dar esta nossa carta asinada per Nos e seellada com o nosso seello do chumbo

dada em a nossa villa de santarem xij dias do mes d abril Joham garces scudeiro da cassa do dicto Senhor e scpriuam da fazenda da dicta cidade de cepta e d alcacer a ffez anno do nosso Senhor Jesu christo de mjl iiij^c Lxij.,

¹ Riscado: "po".

² Riscado: "os".

³ Palavra emendada. Primeiro, escreveu: "das".

Carta de el-rei D. Afonso V, pela qual fez doação vitalícia da capitania e governo da cidade de Ceuta, com todos os poderes, rendas, prós e interesses, a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, renovando-lhe a prerrogativa de legar tudo num seu filho, qual ele nomeasse, ou em D. João de Noronha, seu irmão, em satisfação de 1 milhão e 500 000 reais que o monarca lhe tirara daquilo que auferia pelo “assentamento de Ceuta”

Fonte:

Lisboa, AN/TT, *Místicos*, livro 3, fl. 26v

Traslados:

Lisboa, AN/TT, *Ilhas*, fl. 27v

Publicações:

1) *Descobrimentos Portugueses: Documentos para a sua História*, org. João Martins da Silva Marques, vol. III, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1971, n.º 37, p. 57.

2) António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos no Século XV*, tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, edição policopiada, 1990, vol. II, n.º 141, pp. 351-352.

Évora, 16 de Janeiro de 1467

[fl. 26v] [A]

O comde de villa rreal doaçam da capitania e gouernamca [sic] da Cidade de çepta

DOm affonsso per graça de deus Rey de portuguell e do algarue senhor de çepta e d alcaçer em africa

a quamtos esta carta virem fazemos saber que amtre nos e o comde de villa rreall senhor d almeyda nosso muyto amado sobrinho capitam e rregedor por nos da dita çidade de çepta era posto por pallaura que elle ouuesse a gouernamça da dita çidade em quanto nossa merçee fosse

¶ E ora o dito comde nos pedio que posto que lhe tyrassemos da dita gouernamça huñ milham e quinhentos mill rreaes que ssem embargo dello nem da dita gouernamça assy antes teer polla dita maneyra lhe outorgassemos que elle teuesse em sua vida a dyta gouernamça e a capitania da dita çidade liure e despachadamente sem a dita comdiçom e a podesse leixar se quisesse a huñ filho seu quall lhe prouuesse ou a seu yrmaão dom Joham.

¶ E nom lha leixamdo que per seu falleçimento ficasse todo ao seu mayor filho seemdo a esse tempo tall de que nos deuessemos ser comtemte. E avemdo nos rrespeyto aos muytos e muy estremados seruiços que do dito comde rreçebydos teemos e queremdo lhos gualardoar em alguña / [B] parte como a nos cabe a nos praz de comprir seu rrequerimento e lhe outorgarmos que elle tenha em toda sua vida a dita capitania e dita gouernamça como dito he com todollos poderes rrendas e prooes e Jnteresses que aora [sic] tem e possa todo leixar se quiser a huñ seu filho quall lhe prouuer semdo a esse tempo tall de que nos deuamos ser comtemte ou ao dito seu yrmaão

¶ E acomteçemdo de elle falleçer sem leixar a dita capitania e gouernamça a cada huñ delles que per seu falleçimento fique todo a seu filho mayor seemdo elle a esse tempo tall de que nos deuamos seer comtemte. E d agora pera emtam lha avemos por dada E por firmeza dello e guarda sua lhe mandamos dar esta nossa carta assynada per nos e asseellada do nosso seello do chumbo.

dada em a nossa cidade d euora a xvj dias de Janeyro Joham garçes a fez anno de nosso senhor Jesu christo de mill e iiij^o Lxvij.

Carta de el-rei D. Manuel I, pela qual confirmou e aprovou o instrumento de obrigação e seguro de 1502-03-08, pelo qual D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, e D. Maria Freire de Andrade, sua mulher, hipotecaram certos bens livres do seu património conjunto, no valor de 1 conto e 500 000 reais, quantia que lhes foi entregue pelo monarca, sob condição de empregá-la na compra de bens de raiz para incorporar no morgado da Casa de Vila Real, ressalvando ainda que os bens livres hipotecados seriam, por sua vez, incorporados no morgado da casa vila-realense, na exacta medida dos valores que não fossem aplicados na aquisição de bens de raiz

Fonte:

Lisboa, AN/TT, *Colecção de Pergaminhos do ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças: Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 9

Outro original:

Lisboa, AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*, Gaveta 3, maço 10, n.º 9

Traslados:

Lisboa, AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 6, fls. 27-27v e *Místicos*, livro 1, fls. 230-231v

Lisboa, 10 de Março de 1502

[frente]

Dom manuell per graca de deus Rey de purtuguall e dos algarues d aquem e d alem maer em affrica *Senhor* de guinee e da comquista nauegaçam e comerçio d etiopia arabia persia e da Jmdia

A quamtos esta nosa carta virem ffazemos saber, que por parte do marquees de vila real etc meu muyto amado e precado primo nos ffoy apresemntado hum estormemto do qual o theor tall he

¶ Em nome de deus amem

Saibham quamtos este estormemto d obrigacan e seguramca virem que no anno do nascimemto de noso *senhor* Jesu christo de mil e b^c ij oyto dias do mes de março na cidade de lixboa nos paços do muy ylustre primçepe e eicelemte *senhor* o *senhor* dom ffernando de meneses marquees de villa real comde de valemça *senhor* d almejda E¹ camjn[ha] etc estamdo hy o dito *senhor* marquees e a muJ ylustre primcesa E² eičelemte *senhora*, a *senhora* dona maria ffreire marquesa sua molher

por elle *senhor* marquees ffoy dito que era verdade que quamdo o *senhor* marques seu *senhor* e padre que samta groria aJa casara com a *senhora* marquesa sua molher que deus tem lhe foram dadas em dote pello *senhor* duque de bragamça seu padre doze mil e quinhemtas coroas de cemto e vinte reaes coroa, que valem hum milhaão e meo de Reaes E o dito *senhor* lhe prometera d aras sete mil e quinhemtas coroas Com tal decraraçam que ffalecemdo ella primeiro que o dito *senhor* marquees nom ouuese as ditas aras, E bem asy hordenarom que o dito dote e aras se comprase todo em beens de raiz e que por morte deles ambos fficase em morgado, pera o ffilho mayor e dhi em diamte viesse asy sobçesyvamentemte a seu *filho* mayor baram E em deffeto de barooes aa ffemea mayor e o dito *senhor* marquees que deus tem obrigou

¹ Palavra emendada.

² Palavra emendada.

e ypotecou pera pagamento do dito dote e aras, as vinte mil coroas que tinha de casamento d el Rey dom afonso segundo que todo mais compridamente sse comthem no contrauto dotall e em huia carta do dito senhor Rey dom afonso

E porquamto o dito senhor markees seu padre nom conprou do dito dote e aras nem huñs beens pera o dito morgado, E el Rey noso senhor he obrigado pagar as ditas vinte mil dobras, porquamto nom fforam pagas atee o presente ffoy duujda se se avia d empregar todo o dito dote e aras em beens pera o dito morgado, e foy trimijnado per biiijº desembargadores a que o dito senhor Rey mamdou veer a dita duujda que hy nom avia aras nem fforom vemçidas polla dita senhora marquesa ffaleçer primeiro que o dito markees seu senhor E que soomemte se aviam d empregar em beens pera o dito morgado as ditas doze mil e quinhentas coroas do dote que sam hum milham e meo de reaes,

o qual milham e quinhentos mil reaes por elle senhor marques ter muytas neçesidades de diujdas de descargo da alma do dito senhor markees seu senhor e padre que deus aJa e pello dote que deu a sua Jrmaã a senhora Comdestabresa e doutras cousas pollas quaaes nom podia leixar de vender seu patrimonio, por ter dada muyta de sua prata e muytas Joyas de sua casa ao senhor Comdestabre em pagamento do dote que lhe prometera com a dita senhora sua Jrmaã, pedira por merçe a el Rey noso senhor que lhe mamdase dar o dito milham e meo de reaes pera elle Comprar em beens de raiz pera o dito morgado os quaaes beens compraria em sua vida E que pera seguramça do dito morgado elle lhe aprazia dar bens de rayz patrimoniaes Liures e despejados que valessem o dito milham e meo que asy lhe ffose dado os quaaes beens que asy obrigase e ypotecase nom comprando elle em sua vida o dito milham e meo de reaes em beens de raiz fficasem loguo per ese mesmo ffeito feitos morgado e da calidade dos outros beens do dito seu morgado, de que ao dito senhor Rey noso senhor aprazia e lhe mamdaua entregar o dito milham e meo de reaes pera os comprar em beens de raiz pera o dito morgado, comtamto que elle dese bens liures e despejados que fficasem obrigados e ypotecados aa seguramça do dito milham e meo E que ora elle dito senhor marques em comprimento do mamdado de su alteza e seguramca do dito morgado obrigaua e ypotecaua a ello estes beens que se seguem.,

¶ primeiramente os seus moynhos de moer pam que elle tem em a sua villa d alcoutim que bem valem trezentos e cincoemta mil reaes e as suas casas de tavilla com suas estrebarias que estam Junto com a JgreJa de samta maria que valem cemto e cincoemta mil reaes, E dozentos quintaes de fruyta de fforos que tem na dita villa que fforam d almJramta, que valem çento e cincoemta mil reaes E a orta que ffoy d almJramta que he em termo da dita villa que val quaremta mil reaes E as suas casas de beja, que valem dozentos e quaremta e sete mil reaes E tres quartos das suas casas d euora as quaes todas Juntas valem trezentos e cincoemta mil reaes porque ho hum quarto dellas he morgado porque o dito senhor markees seu senhor e padre lhe dera pera a compra dellas çem mil reaes Com comdiçam que fficasem Ao morgado aalem do dito milham e meo que avia de comprar, os quaes tres quartos valem dozentos e sasemta e tres mil reaes e as duas moradas de casas que tem em leirea .s. as das limpas [sic]¹ que fforom de dioguo de pedrosa E as outras que estam do outro cabo da pomte que fforom de Joham de lixboa que valem ambas dozentos mil reaes, E as suas casas que estam no seu bairro desta cidade de lixboa que comprou a almJramta que partem com os seus paços e com os botareeos do carmo e com Rua pruuica que valem çem mil reaes, os quaaes beens acima decrarados elle punha em menos comthia do que valiam por mais seguramça do dito morgado E pellas ditas avaliacoos momta o dito mJlham e meo de Reaes

E que lhe prazia que sendo caso que elle em sua vida nom comprase o dito milham e meo em beens que Rendesem pera o dito morgado os ditos beens acima decrarados [sic] fficasem ao dito morgado, E per ese mesmo ffeito fficasem ¹ ficasem [sic] feitos morgado e da calidade do dito seu morgado per aquellas comfromtações com que de dereito deuem partir E com todas suas emtradas e saidas dereitos e pertemcas seruentias e logradioiros, E que sendo caso que elle senhor markees em sua vida comprase o dito milham e meo de reaes em beens de raiz ou parte deles que emtam os ditos beens que ora asy obriga e ypoteca ficasem logo tirados lyures e

¹ No original das Gavetas: “guimpas”. Nos traslados da Chancelaria e dos Místicos: “grampas”.

¹ Riscado: “mo”.

desobrigados e despejados do dito morgado, a elle *senhor* marquees e a seus herdeiro[s] ou outros tantos beens destes pllas [sic] ditas avaliacoos quantos elle comprados teuese os quaaes tiraraa daquellas peças que elle *senhor* marquees mais quiser e vijr que menos dano posam ser do dito morgado os quaes beens lhe aprazia a elle *senhor* marquees de dar e ypotecar., aa paga e seguramca do dito mylham e meo pera o dito morgado plla [sic] fforma e maneira crausolas e comdicooes acima decraradas

E dise mais elle *senhor* marques que pera seguramça de todo o que dito he obrigaua como logo de ffeito obrigou todollos outros seus beens mouees e de raiz Em espical obrigaua duas terças partes dos seus beens mouees que aa sua terça poderiam momtar, porquanto os beens de raiz e hum terço do movel que aa sua terça momtar poderia Sam do seu morgado segumdo fforma de sua ystituiçam pellas quaaes duas terças de mouel elle se obrigaua a mamteer este contrauto com tal decraçam que nom comprimdo o dito milham e meo de reaes em beens em sua vida como dito he e seus ffilhos queiram tirar e despinhar estes beens que ora asy obriga que elles o posam ffazer comtamtto que elles paguem primeiro o dito milham e meo de reaes ou aquello que aJmda ffor por empregar todos Juntamente pera se poer em mão de homem boom depositario pera daly se comprarem os beens pera o dito morgado segumdo forma da Jstituiçam e contrauto dotal sem os ditos beens nem parte daquelles que aJmda obrigados fforem poderem ser tirados nem apartados do dito morgado, sem primeiro todo Juntamemte ser pago E emtregue aaquelle que os ouuer de Reçeber e doutra maneira nom

e logo a dita *senhora* marquesa que presente estaua dise que outorgaua como de ffeito outorgou todo o que pello dito *senhor* marquees seu *senhor* era ffeito dito e obrigado E que obrigaua todos seus beens avidos e por aver mouees e de raiz a todo ter e mamter Como dito he, E que pediam ambos por merçe ao dito *senhor* Rey noso *senhor* que asy o outorgase e confirmase e ² mamdase pasar sua carta patemte diso pera seguramça do dito morgado e sobeçesores delle E mamdarom e outorgaram que desto ffosem ffeitos hum e muytos estormemtos pera seguramça do dito morgado, os quaes eu tabaliam estepuley e açeytey como pessoa pruuica em nome do dito morgado e sobçesores dele

testemunhas que presentes fforam dioguo homem Caualeiro e comtador da casa do dito *senhor* marquees, e gomcalo lobo seu escudeiro e scprivam e o bacharel luis cardoso seu ouujdor e eu bras afomso pruuico tabaliam per autoridade d el Rey noso *senhor* na dita çidade e seu termo que este estormemto scprivy e asiney de meu pruuico sinall que tall he.,

¶ Pedimdo nos o dito marquees que porquanto o dito mylham e meo de reaes se avia d emtregar a pessoas depositarias pera o comprarem em beens de raiz pera o dito seu morgado, lhe mamdasemos acudir com o dito dinheiro pera aver de pagar e satisfazer as obrigacoos acima decraradas E que elle daria e obrigaria os ditos beens ao dito morgado pera seguramca delle, a qual cousa nos mamdamos ver aos ditos leterados E achou se que per dereito nos o poderiamos asy ffazer pello qual nos lhe confirmamos e aprovamos o dito estormemto e ypotecaçam na fforma e maneira nella comtheuda E pera seguramça do dito morgado, lhe mamdamos dar, duas cartas esta e outra ambas de hum theor huia pera se lamçar na tore do tombo, e a outra pera estaar em sua mão E por firmeza delo mamdamos pasar esta per nos asinada e selada do noso selo do chumbo,

dada em lixboa a x dias de março gaspar rodriguez a fez anno de noso *senhor* Jesuñ christo de mil bº ij.,

E posto que em cima diga que os ffilhos do dito marquees posam desapenhar os ditos beens patrimonaaes depois de seu falecimentto emtemder se a que façam ho dito desapenhamemto demtro de cimquo annos E nom o ffazemdo elles asy que os ditos beens ffiguem loguo ffeitos morgado porque asy o dezia no estormemto aqui comtheudo e se erou ao treladar.,

a) el Rey

² Grafia incompleta de uma letra “p”.

[Lugar do selo]

*Per que vosa senhoria Confirma e aprova estes beens patrimoniaaes que o markees obriga e
ypoteca Ao morgado, pello milham e meo de reaes que lhe vosa senhoria manda entregar*

o baram

Carta que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigiu a el-rei D. Manuel I, em resposta a outra que dele recebera, esclarecendo-lhe que ordenara o sequestro das rendas da Igreja de Vilar de Mouros, porque esta fora tomada à força ao abade que ali apresentara, mediante uns autos judiciais feitos por um juiz e dois tabeliães da vila de Caminha, seus vassallos, os quais autos se provou serem falsos e, segundo opinião do marquês, mandados elaborar por D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, através do seu ouvidor

Fonte:

Lisboa, AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*, Gaveta 20, maço 5, n.º 35

Caminha, 20 de Julho de 1514

[fl. 1]

+

muyto alto e muyto eyçelente principe e muyto poderoso Senhor

Em valadares me deu este moço d estrijeira de vosalteza hũa carta sua das que costumo ver por meus pecados,, na quall me manda que lhe mande la este Jujz e tabaliães tam ynoçentes e sem culpa do por que hos manda la yr como nom podia deyxar de ho serem poys som meus,,

e Respondendo a esta dita carta de vosalteza e asy do que nella me manda que faça,, digo Senhor que açerca desta verdadeira enformacam [*sic*] que vos fizeram sabjda a verdade vosalteza achara tam falsa como som todalas outras cousas feytas onde se ella ordenou que he braga a santa onde se tam mall goardam vosos mandados comaos de deus,,

e porque ho asy acostumão nom sabem quanto vall pera mjm asacarem aos meus que hos nom conpre,, e Jsto prouarey eu mjlhor que ella e ho seu arçebispo esta verdadeira e vertuosa enformaçam que vos fizerão,, e alj Senhor estarjam mjlhor e mays necesarjos hos Rigos por vosa conçiência e descargo della que contra mjm que som conparaçam a todos quantos tendes em lealdade objdjença e acatamento e amor e serujço voso,, e contra meus ofiçiaes que asy sabem esta mjnha Regra e quam estreya lhes conpre e mando que ha goardem,, que aJnda nom vem quallquer mandado de lopo d afonseca e diogo lopez de carualho como vem em nome de vosalteza dũa legoa lhe poem ho Joelho no chão e ho obedecem como os mandados de noso senhor,,

e tanto que me esta carta de vosalteza derão posto que eu sabja que auja de ser asy como digo e que era enposyuell elles serem culpados em tall caso,, espiçyallmente porque eu ha hũ ano e meo que aquj estou neste cabo de vosos Reynos onde deuja d esquecer a vosalteza pera m agrauar asy como / [fl. 1v] lh esqueço per as onrras e merçes,, e asy auja muy pouco que [...] daquj pera poder pasar tall caso em mjnha ausençia,, pero [...] tudo qujs me majs çerteficar,, e party logo pera per mjm saber como Jsto pasara,, e se hos achase culpados hos ditos Juyz e tabaliães hos mandar a vosalteza bem carregados de ferros e lhe pedjr por merçe que lhe dese hũ aspero castigo porque alem do que njso errauam a objdiença e acatamento que elles e eu e todos deuem[os] a vosalteza e a vosos mandados,, a mjm errauam muyto majs particularmente por fazerem cousa tam contrayra a mjnha natureza e vontad[e] e detrijmnaçam asy coma ser crjstão,,

e tanto que aquj cheg[uey] posto que a marquesa me adoeção de febre continoa e me n[om] deu lugar pera em chegando logo njso entender,, como hy ouu[ese] espaço ho fyz com muyta deljJençia e achey que toda ha enformaç[am] que disse se fez a vosalteza he [falsa?] e falsysyma e Jsto m[...] vosalteza poys lho fiz [?] que he asy porque ho tenho [...] tam verdadeiramente sabido que poso bem dezer que [...] hũ anJo adeJando como dezia dom garçia

de crasto,, [...] nada contra *mjm* e *nom* contra hos sobredytos como dis[se este] meu bom amjgo e parente ho arçebispo da dita braga que [neste] caso he parte pruvjca contra *mjm* em fauor dū *Joham* lopez e [dū] seu filho que dyz que porque he bonjto e fremoso lhe te[...] *muyta* afeyçam e majs que se fose filho dū *muyto* seu par[ente] e asy mo mandou dezer em Reposta do que sobr este ca[so ...] lhe mandey queyxar do [que me] njso erraua,,

e ate g[ora ...] calar e sofrer estas suas boas amjzades que me te[m ...] e *muytas* outras em que me [tem] errado por esperar se aue[...] nelle algum corregimento dellas por ser filho de seu pay e Jrm[ão] de seus Jrmãos,, mas poys que nesta fez e tocou per tall via n[o] que pera *mjm* he no ljme tanJere que he voso acatamento e conprim[ento] de vosos mandados,, fora lhe som Ja de toda obrjgaçam e a s[eus] pay e Jrmãos açerca delle pera ho poder asy dezer a vosalteza com goarda do que a *mjm* deuo,, e asy pera lhe deuer esta boa amjzade que me fez e obra virtuosa e de fidalgo ou majs conforme a outra natureza,,

e tornando ao dito caso digo *Senhor* que agora que sey que estes Jujz e tabaliães nom som culpados como sabja que o nom podjam ser nem espero que cousa mjnha nunca sera em nenhũa cousa em que vosalteza posa auer d[es]prazer,, hos nom mando presos em ferros a vosalteza com[o] Ja disse que fezera se hos achara culpados,, e hos man[do] / [fl. 2] A vosalteza asy como mo manda e a mjnha custa porque Razam he que gaste meus dinheirros em algũa cousa porque hos estou ca poupando como o dito arçebispo e tenho meu filho na gerra ha dous anos e daqj a dous meses hos fara que la esta fazendo vos *muyto* serujço e *muyta* gerra andaluzes de capaçetes e babeyras com *muyto* Risco de sua pesoa que majs deujeys *Senhor* estimar pollo que deuees a mjnha alem da sua *deus* seJa louuado nom ser *muyto* pera desestimar e *nom* vos mandey aJnda ate gora *muytas* vezes enpurtunar por que oueseys por bem de ho mandar vjr aos dous meses como s agora custuma nem aproueytam pera yso ante *mjm* as empurtunações da marquesa porque me faz majs força ho deseJo de voso serujço e quero lhe tamanho bem como os outros pays a seus filhos,, e ho tenho la em çeyta asy em voso serujço como [?] com dozentos crjados meus com *muyta* [c]usta mjnha sem lhe nunca vosalteza mandar hũ so omem de caualo des que la he sequer por enxenpro dos outros que vos asy nom seruem e pollo ygoalardes com outros de que ho *deus* desygoalou poys ho fez meu filho a que days mjlhares delles e que nom tem gerra com andaluzes como Ja disse,, a quall cousa çerto *Senhor* serja majs Razam que lenbrase a vosalteza,, e asy pera me mandardes *muytos* agardeçimentos per [c]artas muy doçes feytas per vosa mão como de mama mas [e]screujam hos Reys destes Reynos,, que feytas per damjam [dia]z de tanto despreço e desfauor meu comesta,, que quando a mjnha casa chegam deses moços d estrjbeira,,

Ja sey *Senhor* çerto que ou ham de ser cartas Jerays como arçebispo de braga ou bispo do porto ou de despreços e desfauores tays como estas,, porque se ho dito Jujz tall fazia aquj estou eu fizeram me disso queyxume e a meu oujdor que aquj estaua se a *mjm* nom querjam e castigara o como mereçera e dera alujçaras por tall carta vir por que fose azo de vosalteza saber este caso e as Jnfernaes obras que nelle som feytas contra hũ coytdado dū crelegynho abade desta ygreJa a que ha tomarom per força por catorze rreaes em que encorreio dūa Reuelja,, a quall cousa he notorja e espantosa a todos os deste antre doyro e mjnho,,

e asy as obras d amjzade e / [fl. 2v] descortesyas que neste caso a *mjm* particularmente foram fey[tas] as quays todas sofrj por vos acatar,, e asy que se me fezes[em] disso queyxume eu fora ho çitado e que me dera de muy boa vontade por çitado poys a *mjm* era a verdadeira çitaçam e ha symulada aos ditos lauradores que Recolhem a dita ygreJa per meu mandado,, pollo quall craro esta que a çitaçam he a *mjm* feyta porque pera elles nom era neçesarjo carta da vosa Rolaçam poys a *mjm* se aujam de queyxar dos ditos lauradores se algem tomasem [sic] ho seu poys mos tende[s] dados por vasalos e ho *senhorjo* e a Jurdiçam delles,, e de [...] a vosalteza que soys meu *Senhor* e superior quando eu [...] nom fezese Justiça,, saluo querendo me tomar mjnha Jurdiçam hos da vosa Rolaçom como cada dia faz[em] e neste caso fizeram porque vem ho que valho ante vo[salteza] poys a *mjm* nom querjam fazer queyxume do Jujz,, [...] lhe hũ Requerjmento em prujco e pedjram hos ditos [...] que em mjnha terra e presente *mjm* ho faziam onde se faz [deus] seJa louuado tanta Justiça coma em braga e onde se go[ar]dam e cunprem vosos mandados mjlhor que nella e [...] em toda outra parte,,

e tudo Jsto *Senhor* nom qujserom [...] nem Requerjr por ordenarem esta Jentileza contra [...] que sabem quam facill lhes he auer estas tays [...] e mandados pera *mjm*, e bem

fora que qujsera v[osalteza] Jsto mandar saber antes que me mandara [...] la estes meus pera terem companhia ao meu ouujdor *que* l[a] anda ha tres meses a mjnha custa como estes vam [e] tam sem culpa do porque me mandastes que vo lo ma[n]dase comestes *e* eu cuydaua que abastaua pera saber [se] ca *e* la mjnha desestima ante vosalteza andar la ho dito meu ouujdor por esas estalaJens de vosa corte,, *e* parece que pera se mjlhor saber a maneira em *que* vosalteza ha por bem de me tratar que convjnha que fosem estes *e* per enformaçam falsa *e* dada per tabaliam fora de mjnha terra *e* em terra do arçebispo parte contrayra neste caso a mjm *e* com testemunhas suas,,

se Jsto *Senhor* he Justiça ou nom,, vo[sa] alteza ho pode bem ver *e* se he Razam que asy se trate t[am] / [fl. 3] leall vasallo comeu *e* tam verdadeiro serujdor tambem ho pode vosalteza bem ver,, asy que quallquer que *contra* mjm *e* meus ofiçiaes qujser dar hũ *estramento* com testemunhas falsas auera proujsam pera hos enprazarem antes de se majs saber a verdade,, comtudo louuo noso *Senhor* *e* eu *Senhor* vo los mando asy como vosalteza manda *e* Ja la foram se nom adoeçera hũ delles de febre *continua* de que esteue muyto mall *e* nom qujs que fosem sem *aquele* por que nom parecese que ho deyxauam ca por encobrjr algũa çilada *e* vosalteza hos ouujra *e* vera a culpa que tem *e* mande fazer delles ho que ouuer por seu serujço *e* vam a mjnha custa como Ja disse asy como he Razam poys pello meu Reçebem estas onrras *e* merçes,, *e* asy pagarey soldo em paz *e* em gerra por voso serujço *e* mandado *e* beyJar vos ey *Senhor* as mãos mandardes lhe fazer Justiça dos que tall lhe falsamente asacarom,, *e* poys ha njngem ha nom tolhes em vosos Reynos,, nom na percam estes por serem meus,,

e quanto he *Senhor* aos deposytarjos *e* Rendeiro da dita JgreJa que vosalteza manda que lhe mande,, nom lhos mando logo ate ho fazer saber a vosalteza,, porque [m]e parece que auera por mall mandados sabendo ho [que] adjante direy,, *e* se ho ouuer por bem por yso mando [a este m]oço d estrjbeira de vosalteza este meu pera que por elle me [man]de dezer ho que [he] por seo serujço,, *e* se todavia manda que lhos mande logo som la na ora que vjr seu mandado *e* pagarey majs Jente de soldo *e* ho caso *Senhor* he este,,

estes que Recolhem esta Renda *e* asy ho Rendeiro he per meu mandado que lha mandey ter em socresto ate se fazer Justiça a este abade forçado que me Requerjo que lhe dese Remedio,, a força que lhe era feyta *e* mandey que ha Recolhesem *e* teuesem a muy bom Recado ate se ver ho *dirreito* das partes *e* asy que estas nom som aquj partes nem tem majs que dezer senom que ho Reçebem per meu mandado asy como ho eu digo a vosalteza,, *e* som lauradores que lhe sera fadiga sem neçesydade nem culpa yrem la,, *e* / [fl. 3v] eu som ho que ey de dar disto Razam a vosalteza quand[o mo] mandar,, *e* portanto beyJarey as mãos de vosalteza nom mandar la yr estes ditos lauradores *e* se me querem çitar ho dito Joham lopez *e* seu filho,, mande lhe vosalteza dar carta sua mesyua pera mjm que mande la dar Razam ante vosalteza desta Renda desta ygreJa que tenho mandada socrestar de que se elles queyxam,, *e* eu *Senhor* ha mandarey dar tall a vosalteza que seJa conforme a que vos sen[pre] dey *e* espero senpre de dar de todas mjnhas obras praz[endo] a noso *Senhor*,, *e* se todavia mandar que vam hos ditos lauradores por que majs craro se veJa ho fauor que con[tra] mjm fazees ao dito arçebispo neste caso,, asy mo man[...] *e* na ora que sua carta vjr partjram ¹ como estoutros porque gastar por voso serujço em [...] he yguall pera mjm como for conprjr voso mandado [e] hos ditos Jujz *e* tabaliães vam co este moço d estrjbeira de v[osa] alteza que me ha dita sua carta trouxe *e* ho detiue at[e] ser são ho hũ delles que adoeço como Ja disse que [...] gregorjo do valle porque nom partyse sem hos l[...] todos diante de sy a vosalteza,,

outrosy *Senhor* es[teuam] pirez barroso he omjziado *e* esta neste couto [...] *e* he omem muyto de bem *e* meu so como estoutr[o ...] bem serujdo,, beyJarey as mãos de vosalteza [...]dar seu seguro pera poder Jr ante vosalteza a todos os casos porque aquy esta neste couto,, *e* nom porem deste por q[ue] ho la mandays yr porque deste nom peço eu pera elle seguro nem aJnda que mo vosalteza dese nom ho açeytarja,, senom que se ho achardes culpado ou ho elle podese ser,, eu Reçeberey grande merçe em todo castigo que lhe mandardes dar,, mandando lhe goardar Jnteiramente sua Justiça,, porque ha ljçença do couto pera hos ditos casos porque nelle esta,, nom lhe basta senom ate cjnco legoas da vosa corte,, *e* asy terey em grande merçe a vosalteza /

¹ Riscado: “a mjnha [custa]”.

[fl. 4] *pera* que saybaes quam bem eu tenho sabido ha desculpa destes *e* esta maldade que contra *mjm* *e* contra elles se ordenou em braga,, mandardes aqui vjr hũa pesoa [????] .s. *pero* Lourenço que he majs viançeyro que ho voso coreJedor desta comarca d antre doyro *e* mjnho que eu averey *por muyto* bem que entre aqui *pera* Jsto tam somente posto que *per* vosas doações tenha que *nom* entre em mjnhas terras nenhũ coregedor,, *pera* este caso vo llo terey *muyto* em merçe,,

e pera que vosalteza *e* ho mundo todo sayba esta verdadeira enformaçam que vos foram fazer com quanta vertude *e* Justiça *e* verdade se ordenou *e pera* mandardes fazer Justiça a estes meus destas legoas que tam sem causa ham d andar,, *e* que yso mesmo este voso correJedor traga poder de vosalteza *pera* entrar em braga *e* la tyrar ha ynqujrjçam que sobr este caso conprjr ao dirreito destes meus *e* meu,, *e* em grande merçe *Senhor* ho Reçeberey alem da Justiça que a *mjm* *e* a estes meus *e* a todos soes obrjgado fazer,,

[*muy*]to alto *e muyto* eyçelente principe *e muyto* poderoso *Senhor*,, [noso] *Senhor* vos de longa *e* bem aventurada vjda com [*muyta* pros]peraçam de mayores Reynos *e* *Senhorjos*,, a seu [seru]jço desta v[osa villa] de camjnha oJe xx de Julho [de b^c e] xiiij.,

[# ho]bedyente *e* leal vasalo *e* verdadeyro [servy]dor de uosalteza que suas rreays mãos beJJo

a) O Marques

[...]

[Sobrescrito]

+

Ao *muyto* alto *e muyto* eyçelente principe *e muyto* [podero]so *Senhor* el [Rey meu Senh]or #

Carta que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigiu a el-rei D. Manuel I, queixando-se do facto de D. António de Noronha, seu irmão e escrivão da puridade, não ter sido feito conde, como fora D. Martinho de Castelo Branco, 1.º conde de Vila Nova de Portimão, referindo-lhe que, não obstante a concessão do título a este último senhor, cujos méritos não punha em causa, a ascendência familiar e a preeminência social do seu irmão, assim como os feitos de armas e os vários serviços que ele prestara à Coroa, deveriam justificar e merecer igual estatuto de nobilitação

Fonte:

Lisboa, AN/TT, *Gavetas da Torre do Tombo*, Gaveta 18, maço 5, n.º 1

Traslados:

Coimbra, BGUC, *Manuscritos*, n.º 170, fls. 97v-105v (incompleto);

Évora, BP, *Códice CIII/2-20*, fls. 128-133;

Lisboa, BNP, *Códice 1598*, fls. 7-11 (incompleto), *Códice 3776*, fls. 133-144v e *Códice 8920*, fls. 202v-208v;

Madrid, BNE, *Manuscritos*, n.º 2436, fls. 286-295;

Madrid, RAH, *Colección Salazar y Castro*, N-76, fls. 48-53; e

Porto, BPM, *Manuscritos*, n.º 851, fls. 125v-130.

Ínsua (Caminha), 7 de Agosto de 1514

[fl. 1]

+

muyto alto e muyto eyçelente príncipe e muyto poderoso senhor

que espantosa cousa he pera ouujr que vosa vertude sofre que se diga por vosos Reynos que dom antonio voso prjmo segundo coJrmão e fylho do marques meu senhor e padre¹ que santa grorja aJa e meu Jrmão cos dentes brjtados e hos narjzes cortados por serujço de deus e voso,, e voso escrjuão da purjdade e ofiçiall muy famjljar e que com muyto amor vos tem serujdo,, esta pera se yr com sua molher e filhos as costas buscar terra onde abite e leyxar esta vosa em que tantos e tam grandisymos mereçimentos tem por agrauos e desonrras que lhe tendes feytas e nom por nenhũ deserujço que vos tenha feyto,,

ho senhor que espelho este he pera nelle tam verdadeyramente se ver este mundo e suas esperanças e pagas,, e quem se bem vyr nelle quanto mays deseJara faze la vida neste lugar onde eu esta faço, ou onde nom ouça novas do mundo,, que de peleJar nem se armar pellas esperanças do galardam delle,,

e bem se parece senhor quam RiJa estrela preta he a mjnha ante vos como dizia aluaro d atayde² poys nom bastam hos agrauos que me tendes feytos e cada dya fazes sem nenhũa lenbrança de meus serujços nem d amjzade que me deues pella que vos senpre tiue e tenho mayor ca que nunca omem vmano teue nem tem a nenhũ outro omem e mays verdadeyro e firme e fyell deseJo de voso serujço / [fl. 1v] os quays agrauos e despreços som tays que se ho amor que vos tenho nom fora tall como dise que he e ha detrijmjnaçam que em mjnha alma aseley ho dia que me vos deus deu por senhor,, Ja hos nom podera payrar nestes matos e nesta ynsoa que venho buscar pera hos poder esmoer que he aJnda terra abitada,, mas fora buscar hũa Jlha

¹ D. Pedro de Meneses, 3.º conde e 1.º marquês de Vila Real († 1499).

² Identificação indefinida. Será D. Álvaro de Ataíde, senhor de Castanheira, Povos e Cheleiros, pai de D. António de Ataíde, 1.º conde de Castanheira, ou então D. Álvaro de Ataíde, filho e meio-irmão dos anteriores nomeados, respectivamente.

ynabitauell a faze la vida so poys da aconpanhada se me segem estes descansos em tempo em que tam çerto esperaua outros,,

mas aJnda agora sobre tudo ysto nom poso valer aos de meu Jrmão,, nem valho ante vos *pera* vos lenbrar que so os meus mereçimentos aJnda que elle nom teuese, hos de meu pay nem hos seus deuerjam bastar *pera* vos *senhor* nom sofrerdes a vos mesmo pode lo agrauar de tall maneyra que ho obrjgaseys a tall extremo,, e posto que eu seJa muy çerto que nem mjnha presença nem muyto menos ausençia que muyto menos vall em toda parte ho que nom deuerja ser ante vosa vertude,, nem as palauras mjnhas lhe podem aproueytar ao dito dom antonio meu Jrmão poys as obras de muyto mereçimento ho nom fazem,, por descargar mjnha obrjgaçam que a vos *senhor* tenho poys soes meu *senhor e por* este vos pedi a *deus* maJs ca saluaçam,,

e asy por contentar a *mjm e nom* me ficar por fazer aqujlo que poso poys ho que nom poso nem valho ante vos nom he mjnha a culpa nem de meus mereçimentos agora que me nom valem Ja cartas nem eyscramações nem benções da parte de meu pay e de mjnha may¹ e da mjnha nem toda outra cousa que me pareceo que podia aproueytar ao dito dom antonio meu Jrmão leyxar de segujr este extremo que veJo que com muyta Razam segue,, aJnda que seJa contra meu conselho e prazer porque querja que segujse a detrmjnaçam de meu pay e a mjnha e vos pagase hos agrauos em serujços,, mas a causa da payxam que tem he tam grande que lhe faz contradezer a esta desacustumada detrmjnaçam que *per* natureza lhe vem,,

a quall Razam he causa da gram payxam e agrauo que tem de vosalteza,, nom somente he pello em / [fl. 2] que começou posto que tam grande seJa e tall que aquele so abastara *pera* toda sua payxam e asy *pera* ho obrjgar a todo extremo em que se poem que nom foy agrauo *pera* *senhor* fazerdes a nenhũ omem que por voso serujço tiuese çinJydo espada,, quanto mays ao dito meu Jrmão que tantas a tem çinJydo por serujço de *deus e* voso,, e tam caro lhe tem custado o tal ofiçio,, e mays sobretudo filho de meu pay e meu Jrmão a que vem por natureza serujr vos nas tays gerras e comqujstas de que ho tyrastes,, tendo lhas dadas,, e njsto auerja tanto que dezer,, que por yso he bem que nom se diga mays,, poys ho que y ha *pera* dezer neste caso,, vosa alteza ho ve e entende mylhor que todos,,

mas alem deste tam grande agrauo,, pello que lhe vos *senhor* despoys acreçentastes de tal maneyra que a *mjm* me pareceo quando ho soube que querjeys nom somente que se fose de vosos Reynos,, mas lança lo fora deles como adjante djrey,, fazendo lhe dom martinho² conde primeyro qu ele na metade das suas queyxadas brjtadas por serujço de *deus e* voso e onrra destes vosos Reynos,, e nom somente ho fezeistes conde,, mas aJnda goardastes *pera* ho fazer em tempo em que ho tanto tynhes agrauado por lhe curardes as chagas de seus agrauos,, ho que *senhor* nom pareceo obra de vosa virtuosa condiçam,, mas de meus pecados e dos seus,,

acordey *senhor* de vos escreuer esta carta ho que ate quj nom fyz posto que em algũas vo lo toquey,, porque como disse nom me pareceo que podiam mjnhas cartas e palauras aproueytar ante vos poys ho nom fazem as obras de muyto mereçimento nem podia creer que vosa vertude podese sofrer leyxar chegar a dom antonio meu Jrmão a obrjgaçam de tanto extremo,, pero poys ho asy *senhor* qujsestes,, nom me ficara a *mjm* por dezer ho que deuo a voso serujço muyto majs ca dom antonio meu Jrmão,, poys nom poso nem tenho mays que fazer nem valho mays *pera* ysto ante vos que dezer vos ho que deuo,, e digo *senhor* que eu vos Requeyro da parte de *deus e* de vosa vertude e louuor e conçiençia que nom consyntays que dom antonio meu Jrmão / [fl. 2v] tall extremo syga torvando lho com aquelas onrras e merçes que sem nenhũa causa nem satisfaçam d agrauos lhe deues pello que vos mereçe,, quanto mays por tays agrauos que elles sos abastarjam *pera* vos muyto obrjgarem a o satisfazer aJnda que vos nom tiuese serujdo,, que so fazerdes lhe dom martjinho conde primeyro qu ele e no tempo que ho fezeistes como Ja disse,,³

este *senhor* nom tem Restetuyçam *pera* se poder pagar,, se nom se ouuese de Reçeber por paga primeyro ho amor que elle e eu vos temos que a merçe que lhe fezerdes,, porque posto que dom martjinho seJa bom e onrrado e vos mereça onrra e merçe e a *mjm* me praz muyto dela

¹ D. Beatriz, filha de D. Fernando, 2.º duque de Bragança, falecida em 1491.

² D. Martinho de Castelo Branco, 1.º conde de Vila Nova de Portimão.

³ A carta de concessão do condado data de 12 de Fevereiro de 1514.

porque som seu amjgo,, eu ho conheço por omem asy compasado e de tal bondade que se lhe perguntareys por seu conselho se ho deujeys fazer conde prjmeiro que a dom antonio meu Jrmão que elle vos disera que não e nom lhe pareçera novo poys sabe que el Rey dom Joham¹ meu senhor que deus aJa Respondeo a seu pay² Requerjndo lhe que ho fezese conde desta villa nova sua de que ora fezeistes conde seu filho que em quanto todos os filhos do marques meu senhor e padre que deus aJa nom fosem condes que elle via bem que nom era Razam que nenhũ de seus Reynos lhe tall ousase Requerjr,, e pareceo lhe Justiça ao dito dom gonçalo asy como ho era muy Justa e çesou de seu Requerjmento porque senhor se ho fazer condes em vosos Reynos fose somente por fazer onrra a elles,, serja muy bem como he em castella e em toda outra parte,, mas nom he asy em vosos Reynos,,

mas nom basta a onrra que fazes aos que fazes condes,, mas fazendo ha a elles ha tyrays aos outros a que elles em condes e sem no serem,, nom podem negar a deferença em que hos deus fez delles,, asy senhor que na terra onde as tays merçes quando as os Reys fazem nom fazem mays ofensa as pessoas ca payxam que Reçebem de lhas nom fazerem a elles,, he payxam que nom obrjga a mays que payxam,, mas onde a onrra que senhor fezeistes a dom martynho fyca em muy grande desonrra a dom antonio meu Jrmão,, mandando por dom martinho açima delle que deus qujs que per natureza e serujços mereçese d estar abayxo / [fl. 3] e ave lo de mandar senhor por no banco de vosa capella e meu Jrmão estara asentado ay com anrryque pestana³ senão quanto tera mjlhor cadeira d espaldas qu ele e ave lo senhor de mandar cobrjr e dom antonio meu Jrmão estara co ha cabeça descuberta chea de ferjdas e lançadas,, nom lhe goardando njsto a Justiça que lhe deus deu quando ho fez filho de meu pay e meu Jrmão que he proçede los condes de vosos Reynos,, mas nom bastam aJnda hos feytos,, mas de novo hos fazes pera ho proçederem e primeyro que a elle,, nom lhe goardando yso mesmo na merçe asy coma na onrra a Justiça de seus grandes serujços e mereçimentos,,

ysto senhor a vosa vmanjdade ho nom deuja sofrer pella parte que nos deus deu co ella e ho deuja vosalteza aver por ofensa se outrem ho fezese,, quanto mays faze lo vosa alteza sendo Rey destes Reynos que per vos senhor coma omem vmano que soes e per Rey destes Reynos tantas e tam grandysimas obrjgações tendes a mjm e a meu Jrmão e a meus Jrmãos e a meus filhos e a todas as mjnhas cousas,,

bem vee vosalteza que tal agrauo nom he de maraujlhar por dom antonio meu Jrmão em tall estremo ou perde lo syso ou s enforçar se nom for por mjlagre,, e por yso nom m espanto de dar pouco por meus conselhos e bençõs de meu pay e mjnhas e forçar a natureza com a payxam,, e portanto senhor nom podes negar ao dito dom antonio meu Jrmão quam grande agrauo lhe neste caso fezeistes poys nom somente onrrastes a dom martjnho com que sey que elle muyto folgara porque he seu amjgo se a elle nom desonrrareys,, mas desonrrastes a elle porque posto que ho muyto agrauaseys quando algũs outros condes fezeistes,, nom era ho agrauo ygoall a este porque lho fezeistes agora e em tempo que ho tynheys muyto agravado como atras disse,, e estando seus agrauos e este mesmo Requerjmento seu djante de vos que foy hũ pubrjco pregam em vosos Reynos de quanto ho desestimaes e quam pouca lenbrança tendes dos serujços e mereçimentos de meu pay e meus e seus,, e que ho fezeistes / [fl. 3v] Senhor pello mays agrauar,,

e portanto senhor eu vos peço muyto por merçe que vista a causa de seus agrauos quam Justa he,, vos coma Rey tam virtuoso como vos deus fez lhos queyraes correJer com aquela confyança e grande vertude que os tam grandes Reys e pessoas como vos deus fez e soes,, ham de ter pera desagruarem hos tays tam agrauados,, fazendo o conde pera alguũ Remedeo de sua onrra com aquela onrra e merçe que he Razam,, e ho faça vosalteza asy virtuosamente co elle qu ele com guarda de sua onrra posa deyxa seus estremos e payxam deles,, os quays sey que faz so por onrra e muyto contra sua vontade e com muyta e mays payxam de hos fazer pello amor que vos tem,, ca que tem dos agrauos que lhe fezeistes,, e vos lenbre que he fylho de meu pay que la no parayso estara dando Jemjdos ante deus de vosalteza,, de lhe consentjrdes a filho

¹ D. João II, rei de Portugal (1481-1495).

² D. Gonçalo Vaz de Castelo Branco.

³ Henrique Pestana, fidalgo da Casa Real e filho de João Pestana, tesoureiro-mor de D. João II.

seu deyxar voso serujço nem entrar em castella senão co a lança na mão quando conprjse por voso serujço e bem de vosos Reynos como elle *senhor* dise a entrada da Raya de castella quando la fostes aJurar vos,, e quando el Rey dom afonso¹ foy a castela me mandaua em seu testamento que eu tenho e vos poderey *senhor* mostrar feyto per sua letra este mesmo que aprouou e m encargou,, que aJnda que em castella me desem ho estado que me pertence que era do conde de JyJam meu bysauo² que ho nom açeytase posto que fose mayor dez vezes que o que tenho nestes vosos Reynos e me nom fose delles e senpre serujse os Reys destes Reynos,, com as Rezões de sua gram lealdade e amor verdadeyro que tynha a el Rey dom afonso seu *senhor* e meu que *deus* aJa e a estes vosos Reynos e aos Reys deles,, e a vos *senhor muyto* mays ca todos e eu sey ysto tam verdadeyramente coma seu confesor e seu fylho e serujdor de que elle fyaua a Redea solta porque me conheçia *deus* seJa louuado,, poys como a fylho deste omem que vos tanto amaua e Jrmão deste voso martere em vontade e mjlhor ho fora em obras se conprjra e nom faltou por falta d ofreçimentos ao martirjo,, e este fuy e som e serey cada vez que / [fl. 4] a voso serujço e estado conprjr podes vos consentyr que somente se pense que hũa ora so se pode meu Jrmão apartar de voso serujço,,

ho que cousa tam nova e tanto pera espantar de vosalteza tall poder sofrer nem consentjir com sua gram vertude,,

em almeyrjm quando eu agora la estiue serujndo vos se gabou symão de sousa que era espedydo de vosalteza por lhe nom dardes mays dez mjll rreaes de tença que vos pedia alem dos vinte mjll que per mjm lhe despachastes e que vosalteza tyrara pella mão muyto RiJo quando vo la qujsera beyJar despedindo se de vos dando lhe vosalteza majs do que elle mereçia,, e vosalteza ouue por bem contenta lo e foy grande vertude que as vosas mangas ham de ser muy largas poys vo las *deus* alargou tanto como vedes que ate ho cabo do mundo vos seruem vosos vasalos e vos aJudam a ganhar e acreçentar vosos *senhorjos*,, e poys tanto vos *deus* alargou *senhor* as mangas,, asy as aves d alargar no sofrimento das payxões dos que vos seruem de totalas caljdades,, e destes lhe ao dito symão de sousa que he quem vosalteza sabe hos ditos dez mjll rreaes mays,, e eu vos dise *senhor* aJnda que me nom parecia voso serujço,, e vos *senhor* porque tendes mays vertude que eu achastes as Rezões que todosos vertuosos acham pera fazer bem que he sua condiçam e vontade de bem fazer,,

ao conde de borba³ quando em lxxboa se vos qujs espedjr pollo d arzilla que lhe tyrastes sendo eu presente e muytos outros,, ho apartey dyso e mo tiuestes muyto em serujço e me mandastes a elle a desapasyona lo e desvia lo de sua payxam e com palauras d esperança e merçe,, e em fym tornastes lhe arzjla e ho contentastes e fezeistes njso muyta vertude,,

ao comendador mor d aujs⁴ que *deus* aJa em euora quando eu la fuy per voso mandado que se querja yr somente por dardes ho prjolado do crato ao conde de tarouca⁵ / [fl. 4v] bem sabe vosalteza que me meteo no meo de suas payxões e as grandes palauras e duçuras que perante mjm lhe disestes e sem mjm,, e as forças que estauueys detrmjnado de lhe fazer,, e em fym *senhor* ho contentastes e lhe destes ho aluara que eu tenho aJnda em meu cofre e me mamdastes goardar como vosalteza sabe,,

el Rey dom Joham de grorjosa memoria que tomou çeyta e vençeo al Rey de castella em alJubarrota voso bisauo quando ho conde nun aluarez meu trasauo se qujs yr destes Reynos e se hya pello agrauo que el Rey dom Joham fazia aos fydalgos que lho serujram na gerra e lhe querja tyrar certas tenças a Requerjmento de seus fylhos,, nom por agrauo que lhe fezese que assaz de merçes lhe tynha feytas,, e aJnda que has elle mereçese bem pago lhas tynha,, e posto que era caso pera s escandaljzar el Rey delle agrauar se e segujr tal extremo por agrauo alheo e de pessoas Jerays que nom lhe pertenciam senom coma proxjmos,, comtudo teue tam gram confiança el Rey e tanta vertude por nom perder tal serujdor nem se poder dezer que ho perdia por sua culpa,, que a culpa dos Reys contra hos sudytos senpre he crjda em dobro por grande

¹ D. Afonso V, rei de Portugal (1438-1481).

² D. Afonso, conde de Gijón e Noreña, filho natural de Henrique II, rei de Castela.

³ D. Vasco Coutinho, conde de Borba (1485) e, depois, 1.º conde de Redondo (1500).

⁴ Tratar-se-á de D. Pedro da Silva, filho de D. Lopo de Almeida, 1.º conde de Abrantes.

⁵ D. João de Meneses, 1.º conde de Tarouca.

que seJa ha dos suditos,, e mandou hos Jfantes apos elle e lhe dyse maas palauras por serem causa e asy seu Requerjmento de se elle yr,, e foram apos elle e trouxeram no que Ja ya alem do alandroal pera entrar em castella e fez el Rey tudo ho que ho dito condestabre meu trasauo lhe Requerjo com muyta confyança e vertude e elle fycou em seu serujço,,

el Rey dom Joham voso prjmo meu *senhor* que *deus* aJa quando me eu party de setuval agrauado delle que a vosalteza creo que lenbrara porque disso lhe dey aquela conta que de toda mjnha vjda e onrra lhe senpre dey e principalmente porque me partia crendo e tendo por tam certo como ho era que hos agrauos que me fazia eram pollo voso,, e mjnha yda foy fundada pollo agrauo / [fl. 5] que me fez em mandar fernam¹ martjnz marcarenhas [sic] aos tratos de tutuão posto que elle dizia que *nom eram nada* e que se algo ouuese de ser que eu yrja e tudo farja por *mjm*,, e asy porque me tynha entam ordenado e mandaua yr fazer a fortaleza de olmenhaçar e benamade como por ser cousa de tutuão que he² de mjnha capitania e gouernaçam da vosa çidade de çeyta que por vos tenho e posto que era aJnda em vida do marques meu *senhor* e padre que *deus* aJa cuJa era de que a eu soçedi e de meus avoos por elle a *mjm* leyxar djso ho carrego por sua ydade e por eu ser seu filho mayor e quem eu som *deus* seJa louuado pera ho tal ofiço aJnda que vosalteza me tenha por *omem* que *nom he pera* çinJyr espada segundo me bem tendes mostrado des que soes Rey em vosas gerras e conqjstas ho que eu certo mal podera cuydar aJnda que mo hũ *profeta* *profetizara*,, e torno ao caso que por este so agrauo me party delle e *nunca* ho mays vy *nem* vjm a sua corte *senom* a vosa e querendo me eu partir e estando em Joelhos ant ele elle se asentou em Joelhos ante *mjm* dezendo ho dom fernando *nom* aves vos do do meu prasmo como agrauado queres vos que digam em meus Reynos e nos de fora que vos ys de *mjm* e que poso eu tanto errar que por nenhũa cousa vos posa agrauar,, eu vos peço pollo amor de *deus* que em *nenhũ* modo vos *nom* vades e que aJaes do do meu prasmo,, esta *propria* palaura com outras *muyto* grandes me disse,, e eu lhe Respondy que poys elle *nom* ouuera do de mjnha onrra que eu *nom* era obrjgado a ve lo de seu prasmo e que bem sabia donde me ventauam todas *aquelas* onrras e merçes que eram de vos e pello voso *senhor* e que *nem* *aquelas* *nem* *martirjo* podiam abastar ha eu fazer ho que *nom* deuja hũ so momento contra vos e contra ho que deuja com outras cousas que agora *senhor* leyxo de dezer que *nom* fazem ha bem deste caso,, posto que ho *muyto* façam aos / [fl. 5v] grandes mereçimentos que ante vos tenho que vos *senhor* bem esqueçem,, e asy que este Rey dom Joham se punha ante *mjm* em Joelhos que ouuese do do seu prasmo porque me via yr agrauado pera cham de couçe em seu Reyno,, e poys que me disera *senhor* se me fora de seu Reyno,,

e escreue me dom antonio meu Jrmão que aJnda de palavras faz vosalteza co elle tanta proujsam como das merçes,, ho *senhor* que espantosas cousas estas som d ouujr e que gram força he ha que fazem mjnhas estrelas e de meus Jrmãos ante vosa vertude que sendo vos *senhor* ho mays virtuoso Rey que vjmos em nosos *tempos* e sendo tam lenbrado de desagruar aluaro pirez de tauora³ e he muy gram vertude,, tam esqueçido *senhor* soes de *mjm* e de meus serujços e dos de dom antonio meu Jrmão que podes sofrer que elle cuyde em leyxar voso Reyno e sua natureza a quall he mays voso serujço que ha patrja sem lhe tapardes a boca e a payxam com grandes onrras e merçes sequer coma symão de sousa tudo ysto faz a mjnha so desvalja e estrela ante vos que se ysto *nom* fose *nom* pode ser *senhor* que vos *nom* doese de se vos yr de vosos Reynos meu Jrmão,,

asy como vos vy doer da yda do duque de bragança⁴ em moço e porque fezeistes tantas virtudes,, e da yda do bispo d euora⁵ *nom* esta que foy a seujlha donde se tornou,, mas a outra que vos djseram que se ya e elle era em montagraço e mo disestes *senhor* no terreyro de syntra paseando comjgo so com *aquela* payxam que vosa gram vertude vos daua,, e se *nom* fose mjnha desestima ante vos *senhor* como disse pollos ditos Respeytos,, *nom* pode ser que dom antonio meu Jrmão *nom* entrase no lugar do bispo d euora em vosa vontade,,

¹ Nome não emendado. Primeiro, escreveu: “francisco”.

² Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “era”.

³ Álvaro Pires de Távora, 4.º senhor de Mogadouro.

⁴ D. Jaime, 4.º duque de Bragança.

⁵ D. Afonso de Portugal, bispo de Évora.

e per çima de toda esta desconfiança que tenho de quam pouco ante vos ham de valer estas mñhas muyto feruentes e verdadeyras palauras e ho muyto amor verdadeyro e feruente que vos tenho, e deseJo de voso serujço mays que do bem de meu / [fl. 6] Jrmão como a quem senhor muyto mays doy voso prasmo e louuor e serujço que hos desterros de meu Jrmão por serujços e lealdades e porque como dise dom garçia¹ num conselho do lauradio al Rey dom Joham que deus aJa e nunca dise tam boa cousa que mayor serujço era aleuantar hos Reys do prasmo que nas batalhas,,

pello que deuo a voso serujço e deseJo que tenho dele e de voso louuor,, vos peço senhor por merçe que Jsto atalhes e logo e vos lenbre ho que se dira pello mundo vendo yr filho de meu pay e meu Jrmão e mays tall e com tays synaes de tanto serujço e nom nas costas e com ho pubrjco e notoreo synall a todo mundo de nosas lealdades e serujços e da obrjgaçam que nos tendes,, tam agrauado de vos e fora de vosos Reynos buscar vjuenda despoys das caãs e cuyteladas nas queyxadas,, e nom queyraes senhor que digam que aos outros Reys se vam hos que som contra elles e seus estados,, e a vos hos leays e vosos verdadeyros serujdores,, e sobretudo,, ave senhor medo de deus que asy como soes meu e seu souerano asy ho he elle voso e tem cuydado dos leays serujdores a que agrauays,,

e quando mñha pouca valja e a sua for tanta ante vos que per onrra e merçe ho nom qujserdes contentar o dito dom antonio meu Jrmão,, eu vos peço da parte de meu pay que deus tem e da mñha em galardam de seus e meus grandes serujços que vos ho mandes prender nũos ferros se em ferros conprjr que Ja nom s espantara deles poys hos teue em terra de mouros por serujço de deus e voso,, e nom consyntaes nem seJaes senhor causa que tal ofensa se faça a meu pay no parayso e a mjm ca neste mundo que da estes descansos e ao noso prjmor e escoyma muyto em voso serujço,, que meu Jrmão nem cousa mñha posa serujr nem conhecer outro Rey nem senhor senão a vos e hos que de vos deçenderem,, pagando vos os agrauos em serujços como eu faço e tenho feyto a mjm mesmo profysam de senpre fazer e lh aconselho a elle dito meu Jrmão que faça,,

e eu tenho mandado çem mjll eyscramações do dito meu Jrmão e nom me valem,, e agora lhe mandey pedir que m esperase que eu yrja falar lhe em cham de couçe pello deter esperando em vosa vertude e nom me aproueyta porque a força de sua payxam he / [fl. 6v] tanta e com tanta Razam que nada lhe nom pode valer senão a força de vosas merçes e onrras ou a força de vosa força,, e portanto outra vez digo que vos peço por merçe da parte de meu pay e seu e da mñha e da de voso serujço,, que ho onrras e contentes,, ou ho Retenhaes forçado de maneyra que sua sayda de vosos Reynos hũa mea legoa este segura nom poder ser em nenhũ modo,, ate ho Remedeardes como deues a vosa vertude,, e se mandardes que eu vaa pera ho prender per voso mandado yrey logo asy como fora e yrja se cuydase que ante vosalteza lhe podiam aproueytar mñhas prezes pera lhe fazerdes a merçe e onrra que he Razam e lhe deues,,

e esta sera pera mjm senhor hũa muy grande e asynada merçe mayor que me dardes dez çidades poys mays que çem mjll estimo quallquer pequena cousa de voso serujço afora ho bem de meu Jrmão e sua onrra,, que neste caso ey por parte segunda ou terçeyra porque por prjmeyra ey ha de voso serujço e louuor e vertude e paga do que deues a deus pella que deues aos que vos tanto mereçem e ha segunda he ha dor que Reçebo em cuydar que pode ser que cousa mñha e de mñha casa posa serujr a outrem senom a vos e saya de vosos Reynos senom co ha lança na mão pera quem for contra vos e contra elles,, e a terçeyra he ho bem de meu Jrmão,,

praza a noso senhor que vos leyxe e faça crer este são e verdadeyro conselho que vos senhor dou neste caso asy como faço em todos,, coma ho mays leall e verdadeyro serujdor e vasallo que tendes,, e vos leyxe lenbrar que nom era este ho tempo nem as obras que eu esperaua neste voso prospero tempo,, mas crja e tinha por artygo de fe que este era ho que eu chamarja meu e de todas mñhas cousas e este me serja açeytavel e de toda bem aventurança,, e por paga de com quanto amor e verdade e detrmjñaçam e feruor ho pedy a deus e trabalhey e procurey no que em mjm foy por voso serujço e quanto ao tempo e ao caso convinha pesando

¹ Tratar-se-á de D. Garcia de Meneses, bispo de Évora.

me *muyto* de se *nom* oferecer mays neçesydade de voso serujço ca que noso *senhor* ordenou *pera* nela me sacrefycar *por* vos se conprjse,,

e sendo este ho *tempo* que esperey *e* em que vos *muyto* seruj,, ho veJo agora / [fl. 7] dos que vo lo contraryarom *e* procurauam ho que vos era *e* fora ho contrayro,, *e* a *mjm* senpre acupado em vos enpurtunar pedyndo *vos* Remedio d agrauos *e* nom as onrras *e* merçes que vos mereço,,

muyto alto *e* *muyto* eyçelente príncipe *e* *muyto* poderoso *senhor*,, noso *senhor* vos de longa vida *e* bem aventurada *e* prospera em *senhoryos* *e* em louuor *e* vertude *e* vos nom deyxe nunca fazer nem permytir obra contrayra as vertudes que vos deu que valem mays cos *Senhoryos*,,

desta casa de nosa *senhora* da ynsoa desta vosa villa de camjnha oJe bij d agosto de b^c xiiij^o #

esta carta mando ao padre frey afonso de portugal que ha de ha vosalteza porque ey Ja vergonha dos outros meus *amygos* senpre acupar em mjnhas desvalyas ante vosalteza,,

beyJar lh ey as mãos me querer mandar Responder a elle *per* sua carta *e* ha mandar dar ao dito padre frey afonso *pera* que ma mande *e* eu sayba a merçe que neste caso me vosalteza quer fazer que espero em sua vertude que sera a que deue aos serujços do marques meu *senhor* *e* padre que *deus* aJa *e* ao amor que vos tynha *e* asy aos meus *e* aos de dom antonio meu Jrmão que *Juntos* bem deuem pagar ante vosa vertude *pera* esperarmos merçes desacostumadas,, quanto mays as tam Rezoadas *e* merecidas #

hobydyente *e* leal vasalo *e* verdadeyro servydor de vosalteza que suas mãos rreays beJJo

a) O Marques

[...]

[Sobrescrito]

+

Ao *muyto* alto *e* *muyto* eyçelente príncipe *e* *muyto* [po]deroso *Senhor* el [Rey] meu *Senhor* #

[Registo de entrada]

carta do marques sobre dom ant[onio]

Carta que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigiu a el-rei D. Manuel I, agradecendo-lhe a mercê e a autorização de permitir que se fizesse um casamento entre o seu filho D. Pedro de Meneses e D. Beatriz de Lara, filha de D. Afonso, condestável do reino, já defunto, e de D. Joana de Noronha, irmã do marquês

Fonte:

Lisboa, AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 18, n.º 62

Vila Real, 9 de Agosto de 1515

[fl. 1]

+

muyto alto e muyto eicelente principe e muyto poderoso Senhor

despois de despachar o meu capelão para vosalteza co a carta mjnha em que lhe Respondo ao que me escreveo aqerca do casamento da *filha* do condestabre que *deus* aJa que me tem dado para meu *filho*, *nom* me pode sofrer a vontade *nom* satisfazer *em* todo ao que me vosalteza escreueo que lhe parecia que devia fazer, aqerca de mandar neste neguocio Requerir a mjnha Jrmaã e trabalhar d auer seu contentamento., alem da merce que me *tendes* feita do dito casamento, e mando a ela hũ meu., por *conprir* vosa vontade que para *mym* he mandado, protestando *porem* que o faço por *vos* obedecer e por *conprjr* vosso mandado., e que sobretudo confio e espero na palavra de vosalteza., e na merce que me *tem* feita deste casamento para meu *filho* e *sem* nenhũa condicam de nenhũa outra vontade *senam* da vosa que mo outorgastes, e nesta estou descansado, e da carta que lh'escreuo *envio* o trelado ha vosalteza.,¹

e escrevo lhe por este criado meu e colaço da marquesa mjnha molher que tenho aalem., com meu *filho* com carreguo de sua camara, que se chama Ruy de guoes que he pesoa que criei de mama e de que *muyto* fio e que ela *muyto* conhece, e aguora o mandey ca vyr de çeita e mandey a meu *filho* que mo mandase para por ele lhe mandar algũas cousas de que la tem nesecidade, e veo por esa cidade e corte de vosalteza

e ela ho mandou chamar e passou co ele praticas sobre este negocio mostrando e dizendo algũas mjlhores palauras das que soya a dizer, as quoaes creo e *som* çerto que *som* dobradas e a esta materja nova que aguora mostrou que começava d abrjr me apeguo eu, e mando a ela este mesmo com que a começou, e bem sey que tudo *ham* de ser palauras / [fl. 1v] e obras ssuas e portanto nas de vosalteza que *som* obrras de *muyta* vertude e de *muyta* firmeza me afyrmo e descanso, e as ssuas procuro por obedecer a vossa vomtade e parecer e mandado.,

e do que me Responder mando a este meu que loguo de conta a vosalteza e sobretudo lhe beiJarey as mãos me despachar o meu capelão com Reposta da carta que lhe por ele escrevy sobr este casso Respondendo a que vosalteza m'escreueo e me mande o que faça segurando me mjnha honrra e a de meu *filho* loguo como lhe *envio* pedir e vosalteza he obrigado a sy mesmo alem do que a *mym* neste casso e em todos deue e asy a meu *filho* e o faça vosalteza como, em tall caso deue a sua vertude e a meus serujços e aos de todos os de que deçendo., e aos de meu *filho* que de *mym* deçende que Ja *som* para *nom* esquecer *deus* seJa louvado o que *em* *muy* grande merce Receberey e asy me Responda ao que manda que faça acerca de mjnha Jda para concrusam deste neguocio, e asy Responda a tudo o que polo dito meu capelão a vosalteza

¹ Veja-se o documento n.º 10, *infra*.

escreuj asy como eu de vosalteza espero, e de suas grandes vertudes e lhe meus serujços merecem e o amor que lhe tenho,,

muyto alto e muyto eicelente principe e muyto poderoso Senhor noso Senhor vos de muy longa e bem aventurada vida com muyta prosperacam de may<o>res Reynos e Senhorjos como vosalteza deseJa

a seu serujço desta vosa vila de ujla Real, oJe ix dias daguosto de b^c xb.,

hobedyente e leal vasalo e verdadeyro servydor de uosalteza que suas rreays mãos
beJJo

a) O Marqes

[Sobrescrito]

+

Ao muyto alto e muyto eiçelente principe e muyto poderosso senhor El Rey meu senhor.,,

Carta que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigiu a el-rei D. Manuel I, apresentando-lhe o traslado da carta que endereçara à “condestabessa” D. Joana de Noronha, sua irmã, sobre a boa disposição que ela tinha para a realização do casamento entre D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, e D. Beatriz de Lara, filhos de ambos

Fonte:

Lisboa, AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 18, n.º 43

Vila Real, 10 de Agosto de 1515

[fl. 1]

+
Senhora

des que de laa party tenho vistos tantos esquecimentos vossos do que me devees, que o menos he as obras e o mays a vontade donde elas sayrão, porque soo por esta e polo amor que vos senpre tive e tenho sem embargo de tudo Jsto, por este me devees majs ca nenhũa outra pesoa do mundo.,

e porque veJo que asy vos esqueçes de mym, e ouvia outras coussas contrayras do que me tendes outorgado haçerca do casamento da senhora vosa filha mjnha senhora sobrnha paro conde meu filho., estas cousas me fazião parecer me que nom vos serujrya em vos escreuer nem seryam açoitos ante vos meus ssacreficios comos da ley velha, e por iso vos nom escreuj ate guora, e gardava tudo para por mym saber em que vos mereçera estes despreços., porque nunca me lembra que vo los merecesse.,

E aguora veo Ruy de guoes colaço da senhora marquesa mynha molher porque mandey a meu filho que mo mandase ca para por ele lhe mandar algũas cousas de que tem nesecidade e veo por esa cidade e corte d el Rey meu senhor a Requerjr sseus veadores da fazenda que mandasem pão ha meu filho de que tem nesecidade, e dise me que ho mandareis senhora chamar e pasareis co ele allgũas praticas nas quoaes me parece que vos nom esqueçes senhora de todo de mym., e posto que disto nom teuese aJmda a fee de todo perdida., crea vosa senhorja que sa me legarom os esprjtos de tall maneira que vos pude perdoar na vontade / [fl. 1v] todolos agravos que me tendes feitos des que de laa party.,

e pois que me acho nesta conJuncão e me Resuçitastes a esperança que em vos senpre tyue, parece me que he Rezão que vos lembrrre que Ja a senhora vosa filha esta em Jdade para tomarmos vosa senhorja e eu concrusão com prazer e consentimento d el Rey meu senhor açerca de seu casamento co conde meu filho voso ssobrnho e muyto verdadeiro serujdor e filho, asy como vosa senhorja mo tem outorgado muytas vezes como creo que se bem lembrara na pederneira e em colares, prazendo a el Rey meu senhor de nos fazer esta merce a vosa senhorja e a mym e a senhora vossa filha e a meu filho, como confio em suas muy grandes vertudes que fara por cantos e Justos Respeitos e Razões hi ha para yso,

e pojs me esta merce tendes feita que eu estymo por muy grande e aa senhora vosa filha escolheis o que lhe mjlhor pode vir para voso serujço e seu que nesta nosa patrja deus seJa louvado nom veJo outro que lhe mjlhor venha por todolos Respeitos a ca bem aJa vosa senhorja de fazer, e mande me que vaa para pedir esta merce a el Rey meu senhor e concrudymos a que me vos nysto fazes., e segyr se m ão daqj duas merçes grandes esta que he a mayor de todas que me podes fazer, e a causa que me esta dara de vos yr poder ver e serujr e do que nysto me mandar que faça lhe terey em merce me Responder por Ruy de goes., e asy lhe peco por merce que ho crea de tudo o que da mjnha parte lhe diser acerca deste casso.,

e Jso mesmo escreuo aos senhores vosos Jrmãos e meus que neste negocio vos falem asy como he Razão e como eu sey que ho eles fazem / [fl. 2] ter vos ey senhora em merce crer de los como a mym mesmo .s. o senhor dom anrique e o senhor dom diogo que ora hi estão, e o senhor dom antonio bem sey que despois que vier prazendo a noso senhor com muyta vitorja e muyto serujço d el Rey meu senhor, ele tera diso o cuydado que sey que tem,,

encomendo me senhora mjl uezes em vosa merce e da senhora mynha sobrinha e envio lhe a mynha bencam que bem lha poso lançar por Razam e por amor e prazera noso senhor que çedo lha lancarey como eu deseJo e como eu espero que vosa senhorja deseJe,,

desta mynha ujla e marquesado de ujla Reall a x d agosto de b^c xb.,

nom escrevy esta a vosa senhorja por mynha letra porque Ja sabe cão maa hee e nom lhe quero dar trabalho em na ler por que nom seJa obra contrayra ha todas as que senpre fiz por voso serujço que forom procurar e trabalhar por voso descansso e serviço como por mynha saluação e bem ssera que nom esqueça ysto a vosa senhorja para mo pagar aguora asy como eu confio que ho fara,,

beJo vos senhora çem mjl uezes as mãos.,

+

¹ Senhor

este e o trelado da carta que escreuo a condestabresa mynha yrmaã que enuyo a vosalteza pera uer como cumpro nysto uoso mandado asy como o ey senpre de fazer em todalas cousas

beJJo as rreays mãos de uosaltez[a]

¹ Daqui por diante, letra da mão do marquês de Vila Real.

Carta que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigiu a el-rei D. Manuel I, exprimindo-lhe forte agastamento relativamente aos despropósitos de D. Jaime, 4.º duque de Bragança, de quem se queixa da sua insistência em promover o desmancho da promessa de casamento entre D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, e D. Beatriz de Lara, filha de D. Joana de Noronha, irmã do marquês, actuando em descrédito da honra da sua casa e de seu filho, estando este a servir em Ceuta

Fonte:

Lisboa, AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 18, n.º 60

Publicações:

Luciano CORDEIRO, *A Segunda Duquesa*, Lisboa, Livraria Ferin, 1892, pp. 237-242.

Vila Real, 10 de Agosto de 1515

[fl. 1]

+

muyto alto e muyto eicelente principe e muyto poderoso Senhor

aguora est ora me escreverom de vosa corte hũa tam gram novydade que contra mynha honrra e contra de meu *filho e muyto majs* contra vosso mandado e acatamento sse la ordena ou começa d ordenar que certo *nom* na creio,,

mas porque as cousas em que tanto vay *nom* nas ha homem de ter *nem* levar a Jogo, nesta ora o faço saber a vosalteza para lhe pedir que loguo atalhe este casso que se *nom* posa somente dizer., porque de se dizer *tam* somente he hũ *tam* novo desacatamento a vosalteza e *tam* nova ofenssa a *mym* e a meu *filho* que sse *nom* pode Restetujr *ssenam* com grandes extremos, que *nom* serjam serujço de deus *nem* de vosalteza *nem* bem de vossos Reynos porque asy como eu a vosso serujço devo tanto que por ele me porey ao sacrjficio se *conprjr* *nom* hũa vez mas çem mjl., asy *nom* ha vosalteza de querer *nem* esperar de tal pessoa com eu que posa leixar nunca hũa soo Jota do que devo a *mjnha* honrra, porque se eu esta *nom* guoardase com tantos escrupolos, como me daa a *condiçam* e a natureza., *muyto* menos os guoardarja em voso serujço,,

e certo este caso he tall., que se tall se somente cuyda he tão novo que *nom* he Razão que homem nele fale *nem* digua muytas palauras, bem abastam as obrras a que ele obrjgara se tall for o que deus *nom* queira e asy o espero eu nele e em vosas grandes vertudes e Justiça pois ssoes nosso Rey e *Senhor* e a que todos avemos d obedeçer asy como a noso *Senhor* e deus da nosa patria e *nom* he Razam que posamos cujdar *nem* presumjr que diante de vosa Real pesoa e de tall Rey como *Senhor* noso ssoes *nyngem* se atreva ha forçar vosos mandados *nem* desacatar vos pruviquo e ha tomar vosa soveranya.,

E portanto deste *tam* feo casso eu espero tall coRegymento e atalho de vosa vertude e pesoa que ho *nom* quero pedir com majs palauras caquelas que vos hobrjgão as obrigações que a deus e a vos mesmo *Senhor* devees porque este casso *Senhor* se adiante fosse hũ soo paso *nom* tem cura / [fl. 1v] e lenbre se vosalteza que lhe diguo Jsto coma seu verdadeiro serujdor e *nom* coma parte que ssom porque aJmda que de mynha parte a podesse ter e eu fose quem deus seJa louvado *nom* som., da parte de meu *filho* *nom* podia ter cura *nem* pode *senam* se leixase o nome de cristão e sse chamase Jsaque ou abraão e posese hũ synall no peito, *nem* vosalteza *nom* podia dele al esperar *nem* *muyto* menos de *mym*.,

E o casso *Senhor* he este aguora est ora m escreverom que o duque de bragamça atrevendo se nos grandes favores e merces que lhe fazees começa de tratar com mjnha Jrmã casamento de sua filha para sy mesmo e se envolvem neste trato amores,, sabendo por vosalteza *que* sey que lho tem dito cando *entendia* por me danar no casamento de seu filho para dita mjnha sobrinha, *que* me tendes dado esta mjnha sobrinha para molher de meu filho e sendo meu Jmyguo pubrijquo., polas boas obras que lhe fiz que maas nunca m acordo que lhas fezese senam taes que tirando vosalteza afora *que* ho fezestes de novo, nom sey outra pessoa que lhas taes fezese comeu.,

asy *que* este meu boom amjguo e primo começa ou diz que tem a dias começado este trato, e mo afyrmam de grande presa e Jsto co a molher de meu filho que esta em voso serujço e no de noso *Senhor* servyndo vos e o tenho la com muyta agonja de meus espytos e grande gasto de mjnha fazenda como nunca des *que* soes Rey nem antes em vosos Reynos nenhũa pesoa deles teue filho em seruiço de nhũ Rey destes Reynos tanto tempo.,

Ora olhe vosalteza *que* Jentileza esta deste meu primo coJrmão e meu bom amjgo que contra mym e mjnha honrra e de meu filho hordena e muyto majs contra voso acatamento.,

certo he, *que* tam espantossa Cousa comesta, nom se deue crer., mas por outra volta ho espanto dela e o prjgo que se dela pode segujr faz que de Rezão se crea e afyrme., e portanto o faço saber loguo a vosalteza e lhe peço muyto afeituosamente por merçe e Requeiro da parte de deus que loguo atalhe a Jsto com cura Radicativa para *que* nunca se majs fale nem consynta *que* ho dito duque mays entre nem vaa a cas [sic] mjnha Jrmaã estando hi sua filha bordada de loucaynhas e meu ffilho armado por voso serujço., e eu mando por grande goarda em que se nom escreua nem digua Jsto a meu filho porque he / [fl. 2] moço e nom covardo deus seJa louvado e creio que nom Era sofrymento para na ora que o souber se nom vir loguo e leixar a barca e as Redes.,

E portanto *Senhor* outra vez da parte de deus e de vosa uertude e Justica *que* soes obrigado de fazer em vosos Reynos e da parte do que neste caso me devees coma Rey e coma homem humano e caualeiro e da parte de meus serujcos vos Requeiro que loguo com gram trygança vosalteza atalhe a Jsto e me mande segurar mynha honrra e ao duque so pena do caso mayor *que* majs nom vaa a casa de mjnha Jrmã nem emtenda nem fale nem ouça falar em tam feo caso e asy me mande vossa alteza loguo entregar esta moça e me mande loguo yr asy como Conpre a concrusam deste casso e a voso serujço e a mjnha honrra e nom me detenha ca e meu filho na guerra em Çeita por voso serujço e mjnha honrra e a ssua andarem asy no Reposteiro que por sua vertude o tanto deue escandalizar e doer coma mym e mays e asy *Senhor* o espero eu e confio nas grandes vertudes de uosalteza.,

peço a vosalteza que co este Rigor acuda e Remedee estas cousas como ho deue a sy mesmo e a meus serujços e de tall maneira que esta merce *que* me fezestes se me nom torne no mayor agravo e desonRa *que* nenhũa outra *que* fose feita a tal homem comeu desda criacam do mundo a caa, e esperando em vosa vertude e em meus merecimentos *que* nom pode ser *que* em tal caso vos nom lenbrem concruado, pedyndo a nosso *Senhor* *que* vos lenbre o *que* me devees *que* ele o sabe bem *que* conhece mjlhor o meu Jmterjor do *que* se vosalteza lenbra de meus serujcos exteryores.,

muyto alto e muyto eicelente principe e muyto poderoso *Senhor* noso *Senhor* vos de muy lomga e bem aventurada vida com muyta prosperacam de mayores Reynos e *senhorjos* como vosalteza o deseja

a seu serujço., desta vosa vila de vila Real oJe x dias d aguosto de b^c xb.,

hobydyente e leal vasalo e verdadeyro servydor de uosalteza *que* suas rreays mãos beJJo

a) O Marques

[Sobrescrito]

+

Ao muyto alto e muyto eicelente pryncipe e muyto poderoso *senhor* El Rey meu *senhor*.,

Carta que D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, dirigiu a el-rei D. Manuel I, com a resposta a certos capítulos que o monarca lhe enviara através de Pêro Vaz, corregedor da comarca de Entre Douro e Minho, afirmando-lhe ainda, de uma maneira geral, que tais capítulos tinham sido falsamente enunciados pelos seus inimigos públicos, entre os quais se contavam Martim Teixeira de Macedo, Fernão Vaz de Sampaio e, muito principalmente, D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga

Fonte:

Lisboa, AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 21, n.º 18

Vila Real, 24 de Janeiro de 1517

[fl. 1]

+
muyto alto e muyto eicelente principe e muyto poderoso Senhor
+

oJe quymta feira vymte e dous dias deste mes de Janeiro [sic]¹ cheguou aquy o vosso *Corregedor* d antre doiro e mjinho .s. o lecenceado pero vaz que co esta ssom tres uezes que em quootro meses veo a mym por mandado de vosalteza com taes merçes e honrras e boom trato que bem se parece por elas que ssom mays ouvidos ante vosalteza meus Jmygos e suas ffalsas emformações contra mym que lembrados meus leays e uerdadeiros e ffies serujços nem mynha pesoa., e eu nom ouvy contra vosalteza Reis., e vos ouvys contra mym meus pubricos Jmyguos e tays pessoas que aJmda contra os amjguos nom deviam ser ouujdos.,

pagas som estas *Senhor* do mundo., mas nom no devião de ser de Rey tão vertuosso coma vos para tall e tam leall e verdadeiro serujdor comeu e bem poso *Senhor* dezer que cum Jnyquys Reputatus sum² ante vosalteza., e asy / [fl. 1v] tratado e emxovallado de vossos correJedores como sse tall ffosse ou podesse ser., poys me mandays que vos de Razão de capitulos ffalssos e deffamatorios dados de mjinha pessoa e obras polo arcebispo meu Jmjgo e per martym teixeira de maçedo³ homem de boom e onesto viver e outros tays comele.,

este he o castiguo que *Senhor* lhe destes pelas exorbitantes cousas que fez e dise contra mym de que mandey ffazer queixume a vosa alteza polo conde meu ffilho⁴ e vos mandey *Senhor* tudo provado per Jmquyricão e per carta de sua letra asynada per sua mão deu lhe vosalteza aguyar⁵ por castiguo E mandaste lo asemtar duas leguoas de mym homde me faz pubriquo baando e mays ouuystes *Senhor* e vistes capitulos ordenados pelo arcebispo e per ele contra mym pelos quoays me *Senhor* perguntays e mandays que vos de Rezão., E perguntando me que vos de Rezão deles coma se eu fose outro martym teixeira.,

Antes que vos Respomda me culpa vosalteza e diz em huña destas ssuas cartas que me deu este vosso *Corregedor* que eu nom goardey o que devia., em vosa carta asynada per vosa mão., vos *Senhor* mo podes dezer porque ssoes meu *Senhor* mas no mundo nom ha / [fl. 2] outra pesoa que mo digua tirando vos haffora.,

¹ O dia 22 de Janeiro de 1517 foi uma quarta-feira.

² *Cum iniquis reputatus sum*: “com os injustos sou reputado”. O sublinhado é nosso.

³ Martim Teixeira de Macedo, senhor da honra e julgado de Teixeira.

⁴ D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim.

⁵ Vila Pouca de Aguiar.

aa *Senhor* que palaura para vosalteza dizer a *mym* por nhũa culpa que eu podese ter camto mays polas que *nom* tenho e que as teuese sseryam coymas de ffiguos para *nom* sse perguntarem a hũ Jojz duũa aldea, e eu tenho ffeitas e ffaço todalas oras e momentos tantas ffynezas em vosso serujço e guoardo tanto todalas cousas cousas [*sic*] que a ele devo de *qualquer* calidade que sejam e com tanto primor e fervor e uerdade e amor e com tamta lealdade e obediencia e acatamento que *nom* darey a vantaJem aos marteres de noso *Senhor*.,

sse o perguntarom a el Rey dom Joam¹ meu *Senhor* que *deus* aJa em ssendo vyuo asy ho disera., e asy o dira vosalteza cando o qujser perguntar a sy mesmo., asy o dira a Raynha dona lianor vosa Jrmaã mynha *Senhora* e o dirão todolos que sabem os tenpos pasados e os negociocios e cousas que neles pasarom de vosso serujço e os que sabem os presentes asy mo confesarão e asy o sabem os vossos povos e todolos vossos Reynos e nos de castela e em ssamarya e em Jerussalem e em huniversity teRaão.² E asy o sabe *deus* nos çeos e todolos homens na teRa.,

E a *mym* *Senhor* que ssom este e vos / [fl. 2v] sabees que o ssom e asy mo confesastes muytas vezes e na vossa cassa da guoarda d almeiryom cando party para ca e me dyssestes que conheciẽs e me confessavies [*sic*] que tynheis em *mjm* o mylhor vassalo e o mays leall e o mays uerdadeiro amjgo e serujdor que nunca Rey no mundo teuera E a quem *Senhor* Jsto disestes dizees que *nom* guoardo o que deuja porque Julguei dous mjll rreaes de pena contra diogo pymenta huũ escudeiro dos mays baixos que eu tenho pubrijquo mallffeitor porque deu muytas pancadas a huũ almocreue e lhe chamou cornudo., e *nom* hapeley pola Justiça para diogo lopez de carvalho ou lopo da ffonsseca ssendo casso civyll e por soo piticam de quejxume, sem querela e em caso em que *nom* ha hi apelacam pola Justiça nem nunca se vio *nem* vosas ordenações o dam., E por esta coyma de figuos e por outras tays que adiante direy a que me mandaes que Responda, antes de a elas vos Responder me dezees *Senhor* que *nom* guoardey o que deuya nelas

O *Senhor* qu espantosa palaura he esta para eu ouujr de Rey tão vertuoso coma vos para tal vasalo e tam verdadeiro serujdor / [fl. 3] comeu., ffora bem que lembrara a vossa alteza que apos tal palaura *nom* havia outro mayor agravo para tall pessoa comeu e que sse mo queryes ffazer que o guoardareis para depois de m ouvir certo sse *nom* vira vosso synall e letra de uosso secretario, eu *nom* podera crer que esta carta era de uosalteza, nem poso crer senão que meus pecados poderom tanto que vos ffezerom asy esquecer meus servicios e mjnha pesoa e mynhas obras que me qujsestes culpar polas Culpas que tenho ante nosso *Senhor* a que *nom* guoardo o que deuo e som gram pecador por me lenbrar mays de voso serujço que dele *nem* de mynha ssalvacam.,

E antes que perca o syso de paixam quero Responder a vosalteza asy como me manda a todos estes capitulos de que me mandaes que vos de Rezão e comta para que *Senhor* veJays sse guoardey neles o que devia e como me honrrastes e tratastes em tall palaura., e depois que a eles Respomder tornarey a dezer a vosalteza ho mays que a *mym* Conpre ssobr este casso E porque vosalteza por suas grandes acupações e pola pouca estyma em que me tem podera ser que lh esquecerão / [fl. 3v] As palavras formaes destas tres quartas de uosalteza que este vosso *Corregedor* me deu e as honrras e merces que me nelas fazes Responderey a cada capitulo per sy., e emtam vera vosalteza sse guoardey o que deuja nelas asy como em tudo o al ffaço e sse me culpou antes de m ouvir mandando me que Respondese sem Rezão ou co ela., as quoaes cartas som as que se segem.,

E camto *Senhor* a primeira carta dos capitulos a que mandaes que Responda e dizees que *nom* guoardej neles o que deuja amtes de m ouvir.,

Camto ao primeiro capitulo dela diz vosalteza que vio tres mandados meus e per *mym* asynados hũ per que mandey que os vodos de samtiaguo sse demandasem perante mynhas Justicas e que Relevey haqueles que os demandarom perante os officiaes do arcebispo das penas em que por jssso emcorrerom.,

¹ D. João II, rei de Portugal (1481-1495).

² *Universam terram*: “toda a terra”. O sublinhado é nosso.

E posto que neste *capitolo* vosalteza me *nom* apomta no *que* nele eRasse *nem* eu veJo Cousa para *que* nele posa auer eRo antes merecimento amte vos todavia Responderey a ele e darey Rezam por que o mandey como me vosalteza no cabo deles todos nesta sua carta manda., / [fl. 4]

E diguo *Senhor* que eu mandey o ssobredito mandado por conprjr vossos mandados e sentenças porque vy a *semtença* pasada em vosa Rolação per que se Julguou que ha Jurdicam dos ditos vodos pertencia ha Justica ssecular., e asy soube como vosas Justicas estavam em pose dos ditos vodos se demandarem perante elas e asy pola caussa sser craramente da Justiça secular per derecho como vy per muy boons leterados meus e *nom* serem dizimos e ser o estatuto ffeito por leiguo e per el Rey Ramyro¹ do qual tenho o testamento se o vosalteza la *nom* tem e se o quyser ver mandar lho ey e mandey que sse guoardase vosa Jurdição e a mynha que de vosalteza tenho por que a *nom* tomase o arcebispo de braga como vo la toma que he pior de defemder dele cada dia e cada ora que do turco se ca viesse posto que a defensam do turco serja d armas e a do arcebispo he de papel e tynta., E mylhor he esta para perguntar a ele com outras muytas que faz que a mym porque defendo vosso serujço e Jurdição.,

E camto as penas que qujtey *nom* cujdey que desmerecia por qujtar o meu porque vosas ordenações me dão R^{ta} escudos de pena com *testemunha* quem me / [fl. 4v] husurpar mjnha Jurdição e parece me que merecia majs nysto ante *deus* e ante ho mundo e ante vos do que merece o dito arcebispo por atormentar e conquystar toda esta teRa com escomynhões por qoaesquer dez rreaes de pena para sy., que *nom* lhe valem aos lauradores Coytados vossas cruzadas polas quoaes ele *nem* seus vigairos *nem* seus creleguos *nom* dão majs que sse fosem cruzadas de guynee, *nem* polos mandados do papa *nem* polos vosos e por hũ vyntem trazem huñ laurador proue e tryste escomungado dez e doze annos que espamtado ssom de uer os desacatamentos e desobediências que o arcebispo e seus creleguos ffazem a vosos mamdados., e se eu *nom* fora e *nom* aJudara vosos ofíciaes nesta vila e em seu termo *nom* Rendera a vosa cruzada vynte mjll rreaes., e com mjnha aJuda e com defender a cruzada de ha *nom* conqujstarem., vos tem Rendido hũ mjlhão de Reaes esta soo vila e seu termo porque he mynha e polo que eu nyso fiz por vosso serujço., e *nom* somente aproveitou par aquy mas para toda esta comarca.,

E se asy hee ou não pergunte o vosalteza a vossos ofeciaes da dita cruzada., e se vos disserem verdade dirão aJmda mays do que eu digo / [fl. 5] pois no caso das terças bem me parece que vos serujo o dito arcebispo pondo vos demanda e aJuntando se pubrjicamente e chamando synodos e lancando pididos para ysso., bem vos paguou *Senhor* ffazerde lo de baRo

E cando aquj veo o conde dom fernando d andrade² e o de Riba daue³ e outros ffidalgos onrrados ffolgar comjguo., *nom* sabia eu por onde me valse a lhe dar Rezão perguntando me como consentira vosalteza que os creleguos *nem* perlados de vossos Reinos vos posessem demanda as terças que vos o papa dera com tão grandes merecymientos como tynheis antre todos Reis *christãos* pola geRa que fazeis a Jmffies dezendo que toda castela estaua espantada disto., e eu busquej os rremedios que pude para dar a Jso aquela Rezão que a voso serujço *conpria* porem totalas ditas Rezões que eu dey a eles ditos condes e aqueles que erom presentes., *nom* dera eu a vosalteza sse la esteuera., mas muytas contrairas por voso serujço e dera may[o]res beeRos ante vos por vosso serujço que tall *nom* Comsentires *nem* tall conçerto fezereis do que deu o chamcelor mor Ruy gomez⁴ diante del Rey dom afonso⁵ cando queria Jr a castela / [fl. 5v] lancando sse aos seus pees e asy o fezera eu *Senhor* Requeryndo vo lo da parte de uoso seruyço e do bem de vossos Reynos e da parte do principe vosso ffilho meu *Senhor* e de todos vosos ssocesores.,

Jsto som *Senhor* cousas para querer ssaber com comoutras cem mjll., e asy pola maneira em que estaa seu arcebispado e as JgreJas dele e como vivem os crelegos dele e asy os Roubos

¹ Ramiro I, rei das Astúrias (842-850).

² Fernando de Andrade de las Mariñas, 2.º conde de Villalba.

³ Bernardino Pérez de Sotomayor y Sarmiento, 1.º conde de Ribadavia.

⁴ Rui Gomes de Alvarenga, chanceler-mor do Reino (1463-1475).

⁵ D. Afonso V, rei de Portugal (1438-1481).

que com ssuas escomjnhões ffaz e as Jurdições que vos toma pubrcamente em suas costytuyções que certo eu nom sey cousa em que vos *Senhor* tenhaes mayor obrjgacam d entender por vosa consciencia *que* na maneira em que este arcebispado de braga estaa vesitado e provido e asy na vida dos creleguos dele que passa por mouros,, E cando me *Senhor* por estas cousas perguntardes eu terey *bem* com que lhe pagar Justamente sseus capitolos a mjll por hũ que Ja ssom momteiro da teRa,,

e Jsto som *Senhor* cousas pera perguntar que nom a mym porque mando guoardar vossos mandados e sentenças e defendo vosa Jurdição e porque quyto o meu,, *nem* como vive braga estando ele nela nom sera mao para perguntar que pasa polo Jmferno e asy as vertuosas obras que ele nela faz / [fl. 6] e mandados samtos e onestos que manda,, que pois por papel e tynta me ofende Rezam he que co as mesmas armas aJmda que nom seJam mynhas me defenda cando mo vos *Senhor* mandardes e a mym conprir,,

heis aquy a Rezão porque mandey os mandados dos vodos .s. por defender a vosa Jurdição e por ser asy Julgado em vossa Rolacam e praticado em todos vossos Reynos e por ser asy *dereito* e quytey as penas por ffazer bem aos que nelas emCoRerom,, se nestas duas cousas eRey ssera novo eRo so çeo *nem* creo eu que vosa alteza *nem* vosa vertude ho posa auer por eRo mas por obra dina de grão merecimento e nam de Reprensão,,

E camto *Senhor* ao ssegundo capitulo diz vosa alteza majs que vio outro mandado meu per que mandey que huũ caualo que hum meu alcayde desta villa tomou a hum *gonçalo* pynto que ferjo a hũ *gonçalo* fernandez o quoall nunca lhe qujs tornar fosse entregue a pessoa abonada que teuese o dito caualo com obrigacam de o tornar ou çem cruzados por ele na ora *que* lho eu mandase / [fl. 6v] tirando alguas pessoas que nom Recebesem e mandava a meu ouujdor que dando a tal pessoa ssegurança de que eu ffose contente ss entregasse o dito caualo aa dita pessoa E se aJuntase a obrjgação aos autos do fferymento para cando eu mamdasse me sserem apresemados e mandar o *que* Justica ffose,, E posto que neste casso vosa alteza me nom apomta cousa em que se eRase *nem* eu a veJo *deus* seJa louuado todavia darey Rezam a vosalteza por que Jsto mandey,,

Vosalteza sabera que este *gonçalo* pynto he huũ cachopaRão de asaz de bem pougo syso cryado de fernam vaaz de sampayo¹ hũa noyte saltou de preposito com o dito *gonçalo* fernandez e deu lhe hũa tão grande Cuytelada pola cabeça de que ficou avido por morto e mandey a Jssso acudjr e nom pode ser preso e foy lhe tomado o dito caualo que tynha ffora da uyla posto em huũ laguar para sse saluar nelle e porque o *gonçalo* fernandez estaua a morte e sem esperança de nhũa vida,, mandey que o dito caualo esteuese ssocrestado pera sse moRese ou vivesse e o qujsese demandar auer por omde ouuese sua emmenda e coRegymto porcanto era omem solteiro / [fl. 7] e nom vivia aquy, e despois que mandey ese mandado que vos *Senhor* apresentarom torney a mandar outro que o desem dando fiança de dez mjll rreaes despois que pareceo *que* ho *gonçalo* fernandez era sseguro da vida,,

e despois que foy são porcamto o nom qujs acusar mandey que lhe fosse entregue seu caualo lyuremente e que pagase a despesa que o alcayde tynha feita co ele,, e nom no qujs tomar porque he criado de fernam vaaz de sampayo que la tem <muytos> meelos² d aRedor de uosalteza que valem muyto majs *que* eu,, e sabe fernam vaz que val tanto majs *que* eu *que* sobre me espamcar hũ meu escudeiro mercador onrrado que chamam duarte brandão dizendo *que* ho espamcava porque era de ujla Reall, [o] qual mercador vos apresentey em almeyrym e vos fez *Senhor* queyxume perante mym e eu co ele e atee oJe traz suas pancadas as costas ssem lhe vosalteza dar nhũ castiguo ao dito fernam vaz *nem* o dito duarte brandam aver diso nhũa emmenda nem satisffação de sua JmJurja *nem* eu da descortesia que me ele nyso fez,,

e este seu *gonçalo* pynto ouue tanto fauor de vosa alteza contra mym que entrou este sseu Capitulo no comto dos desta carta que me vosalteza sobr eles escreve,, *que* ha menor

¹ Fernão Vaz de Sampaio, 4.º senhor de Vila Flor.

² Fernão Vaz de Sampaio era filho de D. Mécia de Melo, por sua vez, filha de Vasco Martins de Melo, alcaide-mor de Évora.

palaura dela val mays que çem fernão vaz de sampayo e per aquy vera vosalteza sse he bem que des lugar que *em tall* / [fl. 7v] pessoa comeu *vos* ffalem taes pesoas e ssobre tays coussas que seyam leues para se ouujrem aJmda que ffossem eRadas dum Joiz dhũa aldea camto majs de *mym* que as tão djreitamente e tam Justamente mando que a catão outiçemsys¹ *nom* darey a vamtajem nem a nhũ outro homem do mundo tirando vosalteza affora e Jsto he canto a este Capitolo., vosa alteza veja se ha aquy merecimento de Repremssão se d aguardecimento e merce.,

Outrosy *Senhor* camto ao terceiro quapitulo diz vosalteza majs que vio outro desembarguo meu em hum feito dum *diogo* pymenta dhuas pancadas que diz que deu a hũ almocreue em *que* mandey que visto o feito *per mym* e o que se por ele mostrava e como se prouaua *diogo* pymenta dar pancadas em Joam *gonçaluez* autor e o chamar vilão Roim cornudo, o condeney que dese e pagasse dous mjl rreaes ao dito Joham *gonçaluez* de sua emmenda e coRegimento e JmJurja e majs o *condeney* nas custas e paguo tudo mandey que ffosse ssolto e aleuantada sua menajem se por al *nom* fose / [fl. 8] preso e posto que fose aução nova de que eu *nom* posso conhecer nem meu ouujdor aJmda *nom* hapeley por parte da Justica.,

Respondendo *Senhor* a este capitulo diguo que este he hũ tam novo casso e tam novo agrauo vosalteza por *tall* me perguntar que serja grande sse o ffezeseis a huũ vosso pubrjquo desseruador e Jmyguo Canto mays a *mym* o mayor e majs verdadeiro seruador e amjguo que tendes,

como *Senhor* pesoa som eu pera me vosalteza dizer que *nom* poso conhecer d aucam nova em dous mjl rreaes de pena civil aJmda que pera Jso *nom* teuesse doaçam e doações que tenho cento, para *nom* somente eu mas meus ouujdores conhecerem dela Conhecendo d aução nova cantos vosos *Corregedores* e ouujdorjnhos e ouujdores a em portugal

o houuydor do conde de tarouca² que estaa aquy quoaatro leguoas de *mym* conhece d aucam nova na sua tarouca e o ouujdor do Comde de camtanhede³ de çerva e mondynd e atey tres aldeas que aquy tem ha par de *mym* conhece d aucam nova, e o ouujdor do conde de maria alua⁴ de totalas aucões novas,

no duque de bragança⁵ Ja *nom* ffalo porque conhece d aucam nova e velha e do que lhe praz e quer e da cartas de seguranças de mortes / [fl. 8v] d omeens coma voso *Corregedor* da corte e forca me a *mym* do meu que meu pay⁶ ganhou e eu merecy co as espadas nas mãos por voso seruço pasando mjl priguos e com morte de muytos criados e gastos de muytos contos de mjnha fazenda e com muyta lealdade e servicicos pasados e presentes e com meu ffilho que haguora tenho na geRa ha cync anos gastando arcas cheas d ouro e de prata e tomou me os meus dez Reaes⁷ ha sseis annos por força coma huũ *christão* novo., e a çinc anos que vos Requeiro Justica e que me mandes Restetuyr o meu e trouxe la *diogo* homem hũ anno e meo Requeryndo Justica a vosa alteza e la moReo sem ma *Senhor* fazerdes Jsto vos diguo eu *Senhor* que he aucam nova para perguntar que *nom* Ja a *mym* por dous mjl rreaes de pena de *diogo* pymenta.,,

nom me abasta a *mym* poder se apelar dante *mym* de sseiscentos rreaes pera os vosos sobreJuizes da casa do çivell e *nom* ser capaz eu nem meu ouujdor de Julgar majs preço que o que Julgua hũ Jujz dũa aldea., dando vos alçadas a quantos *CorreJedores* tendes e a cantos Juizes de fora ha em portugal mas aJmda *Senhor* queres que se hũ *tall* coma *diogo* pymenta e outros tays espancarem / [fl. 9] hũ prove laurador fraquo que se me vier queixar que *nom* lhe

¹ Refere-se ao estóico Catão de Útica, ou Marco Pórcio Catão Uticense (n. 95 a.C. – † 46 a.C.).

² D. João de Meneses, 1.º conde de Tarouca.

³ D. Pedro de Meneses, 1.º conde de Cantanhede.

⁴ D. Francisco Coutinho, 4.º conde de Marialva.

⁵ D. Jaime, 4.º duque de Bragança.

⁶ D. Pedro de Meneses, 3.º conde e 1.º marquês de Vila Real.

⁷ Refere-se ao tributo dos “10 reais de Ceuta”. Colectado nas comarcas de Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes, em beneficio da Casa de Vila Real.

ffça Justiça por ser aução nova *nem* eu *nem* meu ouujdor,, se eu *nem* meu ouujdor lha *nom* fizermos quem lha fara que os Juizes das terras *bem* sabe vosalteza como ffazem Justiça,,

Cuydav eu que *vos* seruja nysso *e* que tynha ganhado merecimento muy grande ante *vos* pola Justiça que faço em mynhas teRas *e* pola que mando ffazer a meu ouujdor *e* ele faz que he tanta *que* se vosalteza a quyssese saber *e* ouujr alguũ meu amjguo asy como ouue a estes meus Jmyguos, estes capitulos *que vos* de *mym* derom achary[es] vosalteza majs que me hagardeçer do que me Reprender *deus* seJa louuado,, *e* nele espero que *algua* ora *vos* de a conhecer estas Cousas polo que Conpre a vosso serujço tanto como polo *que* Conpre a *mym*,,

eu *Senhor* poso conhecer d aucam nova *e* tenho pera *Jso* muy boas doações, *e* asy o meu ouujdor,, *e* para eu em pessoa conhecer delas *bem* habasta soo a Rezão de quem eu *Senhor* som *e* asy a pose em que eu *e* meu pay *e* avos sempre diso estevemos *e* asy nossos ouuydores *e* asy mynhas doações nas quoaes se *nom* Reserva *senam* apelacam *e* alçada sem embargo de totalas ordenações *e* leis que posam ser em contrairo,,

bem deuerja *Senhor* habastar apelar se dante *mym* de bj^c rreaes pera *diogo* da graã que certo eu *nom* trocarja mjna / [fl. 9v] pessoa pola sua *Nem* mynha conciencia, mas aJmda *nom* parece a vosalteza Rezão que sendo eu *Senhor* da terra *nom* ffaça Justiça a hũ lavrador sse se me vier queixar,, escravo de mynha terra me chamaria eu *e* *nom* *Senhor* dela,, cando vosalteza me tanto *agrauase* *e* *desestymase* que tall lhe parecese Rezão aJmda que eu para *Jso* *nom* teuese muy boas doações *e* pose *Amtigua*,,

E asy *Senhor* que Concrudo que das aucões novas poso Conhecer *e* asy meu ouujdor *e* tenho diso muy boas doações *e* pose *Antigua*,, a quoa Comfio que vosalteza muy Jmteiramente me guoardara pois a todos guarda sua Justiça E camto ao que vosalteza majs diz neste capitulo *que* porque *nom* apeley por parte da Justiça no casso da dita Condenaçam dos ditos dous mjll rreaes em que condeney o dito *diogo* pymenta,, Jsto que me vosalteza *pergumta* pasa por todas estoutras cousas de que me mandaes que *vos* de Conta porque *nom* ha Juiz *nem* Jurado a que vosalteza mande que de tall cousa de *conta* porque eu *nom* me acordo que visse *nem* ouujsse que nhũ Jujz d aldea apelase pola Justiça em casso de Reixa nova aJmda *que* hi ouuese muy grandes ferjdas como *desy* *nom* ouuese *mortem* [sic] *nem* aleiJam ou feryda polo Rosto,, Canto majs em casso Cyuyll *e* de pena çivyll sem querela *nem* as ordenações de uosalteza tall *nom* mandão Antes o *contrairo* / [fl. 10]

portanto *nom* sey por que vosalteza ha por *bem* de me tratar de tall maneira que me manda que *vos* de conta porque *nom* apeley do que vosas ordenações mandam que *nom* apele *nem* nunca nhũ Juiz d aldea apela,, que se hi ouvera *apelação* eu me deleitara em apelar pola Justiça por Conprir *vosos* mandados *e* ordenações aJmda que me lembrara *que* era para lopo d *afomseca* tanto como sse ffora para vosa pessoa propia polo *vos* asy mandardes *e* quererdes *nem* me acordo que ate oJe nunca Julgase per *mym* feito *crime* *nem* caso em que ouuese *apelação* pola Justiça,, a meus ouujdores o Remeto, *e* som asy por *mym* avisados no que toca ao apelar pola Justiça que lhes mando que apelem do que nunca *nyngem* apelou,,

e o doutor lois do boiro meu ouujdor destas mjnhas terras de ca he asy cauteloso no apelar pola Justiça *e* lho tenho asy mandado *e* avissado diso que no tenpo da fome por hũ moco furtar hũ soo pão a hũ seu tio *e* lhe ffoy achado apelou pola Justiça,, asy *Senhor* que no casso do pymenta *nom* auja *apelação* pola Justiça *e* por *Jso* *nom* hapeley por ela que mylhor *e* com mays acatamento *e* obediencia apelara por ser cousa de vosas ordenações *e* mandados *que* ho majs baixo Juiz de *vosos* Rejnos porque no *conprimento* de *vosos* mandados *e* obediencia *e* acatamento *e* no *que* ha uosa soueranya se deue / [fl. 10v] em *presenca* *e* em *ausencia* eu som emxenpro a todolos *vossos*,,

Outrosy *Senhor* neste caso deste pymenta ha hi muyto mays que dizer para vosalteza ver cam grande *agrauo* me tem feito neste *e* em *perguntar* mo *e* me mandar que dele lhe dee Conta Como nesta carta mo diz *e* manda que ho ffaça, o quoall he este de que me parece que vosalteza se *nom* lenbra pola pouqua estyma em que me tem *e* meus *agravos* *e* Justica,,

este *diogo* pymenta sse foy a vosa alteza sendo meu *e* vyuendo comygo *e* co marques meu *senhor* *e* padre que samta grorja aJa depois que se veo do bispo d euora¹ com que primeiro

¹ D. Afonso de Portugal, bispo de Évora.

viveo, o qual bispo d euora lhe mandou dar hũa muy gram Cuytelada polo Rosto por eRos que lhe fez e foy ffazer queyxume de mym a vosalteza dizendo vos que eu o mandara prender e teuera preso ssete messes sem lhe dizer porque, nem ele saber por que era preso,

mandou me vosa alteza por hũa carta sua que vos mandase dar diso Rezão., e vos mandase os autos e culpas por que o prendera para lhe vossa alteza mandar dar o castigo que por elas merecese, e esta carta me mandou vosalteza polo priol vosso moço d estribeira mandey buscar os autos do dito almocreue e asy hũa querela que dele era dada dhũa / [fl. 11] Cuytelada que deu polo Rosto a hũa molher dum escudeiro e meirynho do marques meu Senhor que santa grorja aJa ssobre que andaua por Carta de seguro cando espancou o almocreue a quoall querela nom se achaua nem o feito

asy o tynha emborjilhado que huũ mes andey a calcada apos ele atee que ho achey., e mandey o dito feito da cuytelada que deu polo Rosto a molher e a querela que dele era dada e os autos do almocreue por Ruy de guoes meu criado colaço da marquesa mynha molher¹ a vosalteza., e mandey pedir por merce a vosalteza que pois polos ditos autos tão craramente veres cam falsamente vos fizera queyxume de mym dizendo vos que eu o tyuera preso sete meses sem lhe dizer porque que pedia por merce ha vosalteza., que o castigasse como era Rezam e ele merecia por tal caso por falsamente vos Jr ffazer queyxume de mym.,

E majs vos fiz saber como os ditos dous mjl rreaes ele nom pagara antes com ameaças fezera dizer aa parte que lhos tynha paguos e a parte o confesara asy com medo., e depois que eu vy a confissão da parte o mandey soltar e depois de solto sse foy a vosalteza dezendo que hia preso, e tudo Jsto vos mandey poruado pelos autos dos quoaes me Ca ficou o trelado e os tenho muy bem guardados / [fl. 11v]

mandou vosalteza a Ruy de guoes que dese os autos ao Corregedor de vosa corte e a ele os deu os quoaes nunca majs lembrarom a vosalteza para mandar Castigar o dito diogo pymenta Como por taes casos merece., E lenbrarom vos para por eles me mandardes asy tratar por vosa carta e onrrar como sse eu fose diogo pymenta., e a diogo pymenta embargar de castigo fezeistes muy grande merce e fauor contra mym e lhe mandastes dar huũ aluara pera o meu ouujdor per que mandastes que nom fose preso por nihũ Caso que teuese feito atee a feitura do dito aluara, e veo sse e esta aquy e passa por diante de mym com sua espada Recachada ssem me falar nem vir a mjnha casa nem haconpanhar me e asy presente a marquesa E anda toda a vila e todos meus criados pasmados de uerem seu desacatamento e meu sofrimento., e a forças de meus mandados os tenho que somente lhe nom digam que faz mall e asy meus ffilhos e outro tanto ffaço do teixeira que ha força de meus mandados os tenho polos desacatamentos que me ffaz.,

este he Senhor o meu sofrimento e o acatamento e obediencia que vos tenho que passa polo que tenho a nosso Senhor e pasa polo que vos tem todos os outros que tendes / [fl. 12] e vosalteza mo paga em me tratar desta maneira., que polos autos que vos eu mandey me desonrraes e nom castigaes ao cullpado neles e Jsto he o que pasa no casso de diogo pymenta., e nom me parece que por yso mereço agrauo., e majs me parece que mereço merce e honrra e louuor e agardecimento de vosalteza por todo o que nele fiz e faço em sofrer diogo pymenta por voso acatamento que Reprensam nem tal agrauo.,

Outrosy Senhor quamto ao quarto qapitulo diz vosalteza que tambem he emformado qu estando o meu ouuydor escomungado ho leixo husar da dita ouuydorja., nesta pergunta me parece A mym Senhor que me vosalteza bem honrra e me trata com a Judeu de synal e nom coma homem que Ja algũa ora cengio., espada por voso serujço., que sabendo vosa alteza que o arcebispo he meu pubrijquo Jmjgo por mo asy merecerem suas obras e esta soo mo merece majs ca todas aJmda que outras me nom fizera, mandar vos de mym capitulos E pergunta me vosalteza por que nom hey por escomungado o meu ouujdor escomungando o elle contra Justiça por me ofender e desacatar a mym / [fl. 12v]

AJmda que vosalteza me veJa sofrer as cousas que soffro por vosso serujço bem sera que vos pareça que as nom ssouffro por condicam mas polo grandisymo amor e acatamento que vos

¹ D. Maria Freire de Andrade, marquesa de Vila Real.

tenho, e polo grande boJo e lastro e confiamça que tenho de mjnha pessoa para o poder ffazer deus seja louuado, e com todo este meu ssofrimento, aJmda me saberey defender do arcebispo se me quiser espancar., e aJmda saberey Senhor tomar a espada na mão por voso serujço Rezoadamente Camdo conprjr.,

portanto nom serja Rezão que parecece a vosalteza que eu asy obedecese a diogo de sousa arcebispo de bragua meu Jmjguo e que aprovase suas escomynhões as quoaes som JmJustas aJmda que o nom fosem porque he meu pubrjquo Jmyguo e sospeito a mym e a mynhas Cousas, Canto¹ mays sendo tam JmJustas e o meu ouuydor tam lyure desas excomjnhões como vosalteza aguora ouujra E tendo totalas ditas escomynhões postas ao meu ouuydor a fym de m ofender a mym e nom de a ele escomungar, e postas com taão Crara ynJustiça e desfaçamento a deus e ao mundo como aguora vosa alteza ouuyra.,

Vosalteza sabera que em valença no mosteiro / [fl. 13] que hi estaa que eu aJudey a fazer e aJudo ha mamter estava hũa freira do mo[e]steiro de pontevedra de santa crara que chamam ha Carmena² por vigayra no dito moesteiro posta pola ouservamcia de sam francisco a cuJa hoberdiência a dita casa estaa A qual fazia tall e tão desonesta vida com hum creleguo e tão pubrjquamente e tynha asy destroydo aquele moesteiro e desobedecido a ouservancia., e asy he de tão mao syso que tynha aquela casa destroyda e posta em vida diabolica vyuendo damtes vertuosamente a dita casa.,

e o vigairo poruencial este que aguora he, ora ha hũ anno me mandou aquy hũa Jsabel novaes hũa muy vertuosa molher, e outra sua companheira e me mandou dezer que a mandava por vigaira a ualença por Remedear a perdicam daquela casa, e porque aReceava que aquela carmena com seu mao syso e parentes que por hi tem galeguos lhe desobedecese e Resystise a seus mandados e nom qujsese dar a pose a dita Jsabel novaes que mandou por vigaira, que me pedia que mandase a meu ouujdor., que Cando tall fose e fose Requerjdo per dous frades que co a dita vigaira Jsabel novaaes mandou lhe fezese dar a pose.,

forom as ditas freiras e os frades co elas, e cando chegarom a casa acharom na fechada e a carmena ffogida dela pera braga com outra sua companheira e Roubada a casa / [fl. 13v] E fogia para bragua porque auya hũ anno que andava em tratos ssecretos co dito arcebispo que lhe tynha prometido de lhe auer Rescrjto do papa para poder sser abadesa perpetua do dito moesteiro Contra toda ouseruancia., sendo ele proteitor da mesma ouservancia e tomado polos ffrades da ouseruancia por proteitor por Razam do pryulegio que tem da ordem que posam tomar hum perlado quoall qujserem por seu proteitor que os defenda., e tomarom a elle E ele em lugar de os defender procurava Rescrjtos contr eles.,

e disto forom achadas Cartas no dito moesteiro que a dita carmena leixou com presa de sua ffogida E asy foy pobrjcado na cilada que ele descobrjo nos Riguores com que procedeo contra os ffrades e contra o meu ouujdor como adiante direy, nom tendo nyssso nhũa Jurdição por ser cousa de frades que som Jsemtos como vosalteza sabe e a que ele era ob<r>ygado de defender e em lugar de os defender ofende os.,

leixou a carmena no dito moesteiro despois que fogio., duas freiras ssuas sacazes que defendesem a casa aos ffrades., e fecharom as portas e nom lhe quyserom hoberdeçer., cando os ffrades virom sua desobedyencia, forom se / [fl. 14] ao meu ouujdor e Requeryrom lhe que lhe fezese dar a posse da dita casa polo mandado que levavam do provenciall para lho Requerjrem e asy polo mandado meu que levavam per que mandava ao meu ouujdor que fizesse conprir os mandados do prouenciall., fez lhe o meu ouujdor dar a pose, e mandou abrjr as portas e porque as nom queryam abrjr mandou lamcar hũa Janela da portarja ffora do couce pera hũ homem entrar dentro pera abrjr as portas., e entregue a dita casa aos frades que o poruenciall mandaua e a vigaira Jsabel novaaes Receberom na todas as outras ffreiras com te deum laudamus³., tirando aquelas duas que erom do bando da carmena e que defendiam a pose e que se loguo forom para Carmena.,

¹ Palavra emendada.

² Leonor Caramena, filha de Fernão Caramena, fundador deste mosteiro.

³ *Te Deum laudamus*: “a Ti, Deus, louvamos”. O sublinhado é nosso.

ficou a casa *em* tanto *aseseguo e paz e quyetaçam* como aguora estaa que he para dar graças a nosso *Senhor* da maneira em que aguora a dita casa estaa *e de cam vertuosamente vivem., e asy de como se Remedeou., a perdicam em* que [A] dita casa estaua., polas desolucões da carmena tanto que o arcebispo soube *em* bragua pela carmena que co ele estaua *que* ha casa era entregue a vigaira *que* ho prouencial mandara, *e* que o meu ouujdor lhe fezera dar a pose., procede loguo dela como parte que era secreta pela carmena *e* desCobre a cilada de sseus tratos *e* manda / [fl. 14v] escomungar os ffrades *e* o meu ouujdor *e* per carta asynada *per* sua mão *nom* tendo pera Jsso poder *nem* ssendo da sua Jurdiçam *e* sendo de frades d ouservancia Jsentos¹ que ele era obrjgado de defender pelo terem tomado por seu proteitor como Jaa disse.,

e o meu ouujdor apelou de seus procedymmentos pois eram d ymyguo *e* de Juiz *nom* competente no dito caso pois nele *nom* tynha Jurdição *e* o fazia por ofender A *mym* por ser meu ouuydor sendo lhe ssospeito em totalas causas canto mays naquela em que *nom* tynha Jurdição., os frades fforom excramar contra ele a bragua asy bravamente como era Rezão, conheceo se loguo que eRara *e* asolve os *e* porem nunca lhe chegou esta contriçam pera o meu ouujdor porque era meu.,

Ora veJa uosalteza se liga esta escomynhão, ou se se pode escomungar por ela ho meu ouujdor., E a carmena ffoy a vosalteza *e* la a conheceo vosalteza por quem he, *e* ouue por bem o que fez o provenciall., *e* esta carmena nunca ao arcebispo vio *nem* tem co ela nenhũa Rezão somente como soube que eu *e* o provencial tynhamos dela descontentamento por sua desvertuosa vida loguo ela ffoy sua privada porque o *nom* hera mjnha *nem* do poruencial / [fl. 15]

E obra fora esta pera ele majs aprovar por Rezam de seu abito *e* por Razam da proteitorya da ordem que para a contradizer., E aJmda para provar as palauras que diz de deseJar comjguo Conçerto bem fora que *nom* coRera esta lebre *e* a leixara pasar pois lhe *nom* pertencia., mas como as suas palauras *nom* som majs *que* na sua boca *nem* entram mays adentro., por esta *e* outras muytas sse podem bem Conheçer, outras que aguora *nom* diguo porque *nom* som desta presente especulação, *nem* eu ate oJe como vosalteza sabe nunca *vos* em cousa sua ffaley ssenam noutro dia cando me vossa vossa [*sic*] alteza mandou citar a seu Requerjmento Respondy alguñas poucas palauras *e* ele samgrou se em salud porque sabe os mylhares de cousas que eu tenho para me dele poder queixar *e* cuydou que se foRaua delas com mandar dar capitolos de *mym* a vosalteza., *e* dobrou as., *e* vosalteza he *vertuoso e* conhece bem a ele *e* a *mym*., *e* emfym sabera vosalteza a uerdade *e* ficara ele por quem hee, *e* eu por quem som *deus* seJa louuado.,

e heis aquj *Senhor* hũa das escomjnhões do meu ouujdor., na qual aJmda escuso de dezer muytas circustancias da Culpa do dito arcebispo porque Jsto abasta pera uosalteza saber como passou esta escomjnhão Contra o meu ouujdor *e* como lygua / [fl. 15v] E aJmda aguora me he dito que he vyndo huñ Rescrjto do papa per via do arcebispo para dita carmena *e em* fauor sseu *e* contra o prouenciall *e* a ordem da ouservancia de sam ffrancisco., Jsto faz o dito arcebispo como homem que deseja Comcerto comjguo., *e* se parece bem nestas obras Com seu pay *e* Jrmãos, acerca de mjnhas cousas., *e* desta escomjnhão tem o meu ouujdor apelado em Roma *e* cada dia espera por proujsão., E asy de sua emmenda polo escomungar *contra* Justiça *nom* sendo na dita causa Joiz competente.,

Outrosy *Senhor* A outra escomynhão passa desta maneira *e* nesta vera vossalteza Cousas novas.,

o meu ouvydor açertou de uer em hũa Rua a huñ creleguo trazer aRastando huñ sseu filho d oyto anos polos cabelos *e* como vosalteza sabe que o amor dos pays he frexivel sendo omem tam manso *e* onesto *que* nunca dise hũa maa palaura a nhũa cousa viva *e* como a Jra Impide o anymo *e* maJs yra tam Justa *e* primum motus nom sit ym nomyne²., Remeteo ao creleguo *e* por lho tirar das mãos lhe deu hũa pamcada com hũa vara que trazia na mão bem delgada *e* a vara quebrou logo *e* pasado Jsto eu o *nom* soube se *nam* dy a muytos / [fl. 16] dias *e*

¹ Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “Jsentes”.

² *Primum motus non sit in nomine*: “O primeiro movimento não está no nome”. O sublinhado é nosso.

como o soube mandey loguo diso tirar Jmqujricam para dar ao meu ouuydor o castiguo que me parecese que merecia e tyrando se a Jmqujrição., foy pregada na porta deste mosteiro hũa carta d esComynhão do vigairo do dito arcebispo contra o meu ouujdor, na qual carta procedia loguo a Jmterdito sem goardar nhũ outro termo Judiciall hecresiastico nem monytorja nem decratorja nem de participantes nem nada., nem Jso mesmo sse guoardar a mym nhũ termo de cortesia ssendo meu ouujdor que Representa mjnha pesoa e pesoa tam onrrada e que cada dia esta comyguo e comonyca., porque se se me fezera saber eu o mandara que satysfezera a tudo o que deuja como mandey., E sem sse o creleguo queixar ao vigairo nem ao arcebispo Antes lhe mandarom Requerir que se queixase a eles do dito meu ouujdor e o creleguo Respondeo que nom se querja queixar porque cando se ouuese de queixar que a mym se auja de queixar e nom a eles.,

E sem embargo disto tudo tanto que eu soube parte da escomjnhão da dita carta d amtredito posto que fose posta com tamta desordem e tam violenta e de craros Jmyguos meus na qual se majs ofendia A mym que ao dito meu ouujdor por Rezão / [fl. 16v] do que dito he por dar a obediencia deujda a JgreJa mandey loguo ao meu ouujdor que se fose asoluer pola carta da cruzada de uosalteza.,

E porque o creleguo tinha Ja vyndo a mym., por ver o caso como pasara Com tamta Culpa sua e por caso tam hacidemtal do meu ouujdor, o quoall creleguo tynha leixado Ja sua emmenda a toda mjnha desposição e eu lhe tinha ficado de Jmteiramente lhe fazer Justica e o satisfazer a todo seu contentamento como de feito o satisfiz., e lhe mandey dar Cem tostoões a custa da tença que dou ao meu ouuydor de que ele foy e he muy contente e satisfecto.,

E por bem do dito creleguo asy ser satisfecto ffoy o meu ouujdor dereitamente asollto pola carta da cruzada., asy esprjtualmente Como tenporallmente e eu o vy asy por muy boons leterados meus. E sendo o dicto meu ouujdor asolto como de feito ho he por por maãos violentas no crelego., polo que tocava tam somente ao ssacrylegio lhe mandey que obedecese ha JgreJa e noteficase ao vigairo sem embargo da desordem em que contra ele proçedeo Como ele estaua prestes para pagar / [fl. 17] qualqer pena que contra ele polo dicto ssacrylegio ffosse Julgada e obedecer aos mandados da madre santa JgreJa e que portanto lhe Requerja que a Julgase e que ele pagarja e o mandase hassoluer.,

Respondeo ho vigairo que lhe mandase caução de prata que loguo o asoluerja., mandou lhe a cauçam de prata bastante e tanto que a teue., em lugar de o asoluer de todo e lhe mandar pagar sua pena, nom no qujs asoluer por majs que por quynze dias dando a emtender que o arcebispo de bragua meu boom amjguo lhe mandara ffazer aqueles procedymentos dessordenados e que avia d esperar sua comssulta porem que dentro dos xb dias auerja ssua Reposta e lhe diria o que avia de pagar., pasarom os xb dias e nom no qujs asoluer.,

Requery lhe da parte de deus e do papa que o asoluese que era prestes para pagar aqujlllo que ele Julgase, e nom no qujs nunca fazer atee oJe., apelou de tão grande exorbitancia para Roma e portestou de ser asolto ante deus e ante o mundo / [fl. 17v] pois satisfazia a obediencia deujda a JgreJa e que o dito vigairo e o dito arcebispo lhe pagasem dous mjll cruzados d emJurja pois craramente o escomungavaão de feito e nom de dereito e o nom queryam assoluer ssendo de dereito asolto pois obedecia a pagar e tudo lhe ffazião por serem sseus pubrcos Jmyguos e por ele sser meu ouuydor e polo serem meus.,

E apelacam mandey em Roma e espero muy prestes proujsão., e por aquy vera vosalteza que cousa he bragua e o arcebispo dela e seus vigairos que Jsto se nom fezera em teRa de mouros que obedecendo o meu ouujdor e querendo pagar e mandando lhe por cauçam e pondo a e asolvendo o por xb dias o tornarom a escomungar sem o majs quererem asolver

Jsto Senhor nom se fez a ele mas a mym., e per aquj vera vosalteza que taes som as amjzades e obras que deuo a este arcebispo de braga e estes som os comçertos que comjguo procura e estas som as escomjnhões do meu ouujdor asy Justas como vosalteza vee que por elas serja mays Rezão que vosa alteza tomasse comta ao arcebispo / [fl. 18] e lhe dese muy bom castiguo que perguntar me a mym como leixo ao meu ouuydor husar de seu oficio sendo escomungado o meu ouujdor e asolto de dereito e de feito ante deus e ante o mundo como vosalteza bem craro vera porque Jsto que lhe eu digo pasa tudo asy sem faltar hũa Jota nem eles o nom negarão a vosalteza, e caso era este para vosalteza a ele acudyr Com muyto Rigor pola fealdade dele aJmda que fora feito contra hũ lavrador canto majs contra mym e Jsto he o que

neste caso he passado., e por ele vera vosalteza sse guardey nele o *que* deuja ou sse o guoardo o arcebispo de braga e sseu vigairo, e se mereco hagardecimento ou Reprensão porque os hereJes sse Recebem a penytencia cando a pedem com comtricam canto mays hos christãos.,

Outrosy *Senhor* camto ao quymto capitollo diz vosalteza que mando prender creleguos *nom* sendo de mynha Jurdicam como fyz a hũ que mandey ssoltar a Requymento de dom martjinho de noronha¹

E pois este capitolo he do arcebispo como a mayor parte destoutros e por ele / [fl. 18v] me çita e asy o diz vosalteza na carta de çitacam sua que me o dito *Corregedor* deu como adiante direy., bem vera vossa alteza cam grande agrauo me ffaz em me mandar que Responda a capitulos a vos das propias causas em que me mandaes que Responda ao arcebispo em sua citaçam porem Responderey a este capitolo asy como vosalteza manda ssem embargo d auer de Responder a este mesmo capitolo a citacam do arcebispo., asy como vosalteza me manda na carta da citaçam, E asy Responderey duas Repostas em hũa Couse que ate oJe *nom* se vio que se mandase a nhuũ homem em nhũa causa e vera vosalteza que tays som os capitulos do arcebispo e suas citacões e que taes som mjnhas obras *deus* seja louvado.,

E Respondendo *Senhor* a este capitolo digo que camto ao que diz que mando prender creleguos., que quem tall lhe dise lhe fez falsysyma emformação e veremos que Castiguo lhe vosa alteza da pelo *que* deue a ssua vertude e a sua conciemcia / [fl. 19] e a *emmenda* que a *mym* se deue por tal couse *contra mym* se dizer a vosalteza ssendo ffalsa.,

atee oJe *nunca* m acordo que mandase prender creleguo, e acordo me que mandey soltar dous que meus vasalos e officiaes prenderom na ora *que* ho soube como adiante direy., e lenbra me majs que tenho ssufrjdas descortesias e desacatamentos a creleguos que me fezerom despois que ca ssom per mandado deste arcebispo e asy a marquesa mjnha molher sendo eu la em vosa corte cando me mandastes chamar a euora que as *nom* sofrera hũ Judeu de synal senam eu que passo por todos os Judeus em ssufrer as cousas que com goarda de mynha honrra e aJmda tocando nela poso sofrer e Jsto soo polo voso., e os dous creleguos que mandey soltar ssom os *segyn*tes

Primeiramente ese que vosalteza diz que lhe foy dito que soltey por Roguo de dom martinho *nom* foy asy mas passou desta maneira., estando eu em camjnha veo ahi dom martinho de loronha que vynha de santiaguio vesytar me e asy acometer me Concertos da parte deste arcebispo porque pasara por bragua e parece que lhe falara nyso dom martinho a ele espantando se de lhe dizerem qu estaua eu descontente dele, e ele então deu lhe / [fl. 19v] suas Rezões aparentes que co estas paga ssenpre e porque lhe dise que auja de vir vesytar me cando viesse a camjnha lhe pedio que me falase em concertos sseus., e porque he omem que guoarda bem primores ha sseus amyguos.,

estando dom martinho em camjnha cometendo me concertos da sua parte mandou huũ creleguo sseu com bravas escomjnhões e descortesyas *contra mym* posto que fosse Jmdireite., e contra os freigeses Jcolimos da JgreJa de vilar de mouros, e contra o abade dela francisqu eanes meu capelão, a quall JgreJa he a principall causa em que me tem eRado muytas vezes e sobre que tem mandados ffazer autos falsos em braga ao seu ouujdor *Contra mym* que foram a vosa Rolação de que eu tenho o trelado., polos quoaes autos me vosalteza escreueo per sua carta e me mandastes *Senhor* que vos mandase la yr emprazados huũ Jujz de camjnha he dous tabaliães para serem ouuydos ssobre os ditos autos por tocarem *tambem* a elles² e foram la e foy provada a falsura e o Joiz e os tabaliães lyures per *sentença*., que eu tenho muy bem guoardada., e os que fezerom os autos falsos ate guora *nunca* mays ouuerom nhuũ castiguo nem / [fl. 20] o arcebispo por que lhos mandou fazer.,

Jsto vos diguo eu *Senhor* que som capitulos pera perguntar e obras em que se *nom* guoarda o que se deue a *deus* nem a vos nem amyzade dos amjguos O que *nom* a *mym* *Senhor* por capitulos dados por meus Jmyguos., que *nom* sey outra lymgoaJem senam primores e

¹ D. Martinho de Noronha, filho de D. Pedro de Noronha, mordomo-mor de el-rei D. João II.

² Veja-se o documento n.º 7, *supra*.

fynezas e voso serujço e acatamento escrito no coracam com letras d ouro, e sobre esta JgreJa de ujar de mouros me tem feitas cousas que cando as vosalteza qujser saber creio que s espantara delas vosa uertude e primor, mays que destas que vos de mym ffalsamente mandou dizer,,

e esta he a JgreJa de ujar de mouros que me agora vosalteza mandou tomar sendo esta ha causa principal por que o dito arcebispo perdeo mjnha amjzade e de todas nosas discordias., fez me vosalteza tam grandisymo agrauo., e a ele tão gramde fauor contra mym que me mandastes tomar a dita JgreJa por este voso *Corregedor* sendo deste meu capelão, e tendo a por muy boa *Sentenca* de Julzes apostolicos que a tres annos que em seu fauor derom e pose pacifica dela., sem me vosalteza ouujr nem ao abade dela., por sua emformação do dicto arcebispo, parte na mesma causa meu Jmyguo. E emtrando o dito *Corregedor* em mjnhas / [fl. 20v] teRas quebrando me mjnhas doações que tenho para nom entrar nhũ *Corregedor* em mjnhas terras a nenhũa cousa de nhuũa calidade que seJa., porque para socrestar os fruytos da dita Jgreja asy ho ffezera o meu ouujdor aJmda que fora Contra mym porque asy lho tenho eu mandado pola primeira Regra que de uosalteza vira., portanto *Senhor* bem podera vosalteza escusar de me mandar asy tratar por este voso *Corregedor*, pois os merecimentos do arcebispo nom precedem os meus deus seJa louuado., canto majs neste caso em que ele nom tem Justica nem Rezam mas muytas Culpas, e eu muyta Justica e muyto merecimento.,

E aguora mandays me na carta da citaçam que o dito *Corregedor* me de uosalteza deu que Responda a causa da dita JgreJa estando forçado dela., veJa vosalteza bem se mandastes algũa ora outro tanto contra algũa pessoa de vossos Rejnos que eu nom me acordo., senam contra mym que vos mereço mays Justica ca todos poys na vosa Justica vos servy majs ca todos., E deste agrauo me vos nom qujs mandar queyxar porque para tamanho agrauo nom hera nesecarjo [sic] agrauar me nem qejxar me senam leixa lo a deus e a vosa / [fl. 21] vertude e tambem porque veJo camto aproueito com meus quejxumes e hagrauos ante vosalteza e que nom ganho mays que tornar me co a cana ao posto e moRer me la diogo homem Requeryndo vos Justica sem ma quererdes ffazer despois dum anno e meo de Requerymento.,

vosa alteza he virtuoso e Justo, e cando lhe prouuer me desagruara e me mandara tornar a JgreJa a este coytdo deste meu capelão que tam atribulado he polo sseu e por lho leuarem contra Justica e aquy esta em mjnha casa com suas sentenças e pose cando mandardes vo las Jra mostrar e apresentar sua Justica, e vera vossa alteza o Roubo que lhe ffoy feito., e vera cam vergonhosas cousas nele pasarom e a falsa emformacam que vos o dito arcebispo fez por omde me mandastes tomar a dita JgreJa., A mym e ao meu capelão.,

E tornando Ao casso do creleguo, que despois que fez todalas cousas que lh o arcebispo mandou os frejgeses da dicta Jgreja de ujar de mouros polas exorbitançias que fez e dise Contra mym ho trouxerom diante mym., e crea vosalteza que eu som de carne comos outros homens., e nas cousas de mynha honrra synto e tenho a paixão que deuo e que eu a tyue neste caso asaz gramde / [fl. 21v] sendo presente dom martynho e per cima de toda a paixão ssofry a descortesia que me o dito arcebispo no dicto Caso fez comas outras muytas que me tem feitas que ate guora tenho ssofrijdo. E mandey soltar o crelego e foy se embora para braga sem lhe dezer ma palaura porque a culpa nom era sua se nam do arcebispo e porque era crelego e sacerdote de mysa, e dom martjnho teue muyta majs paixam deste caso que eu asy como era Rezam porque mandamdo me cometer concertos por ele, em sua presença, me fez tal descortesia e por caso que a ele nom toca e em que sse fez parte contra mym sem o ser., porque este casso comecou no bispo de ceita¹ por conselho duñ seu porujdor que quysera levar esta Jgreja para sy e tem me Ja diso mandado pedir muytos perdões, e o arcebispo Reprovava este caso dizendo que fora muy feo e parecendo lho asy se tornou a fazer parte nele contra mym sem no ser., mas a Rezam em que se fundava era Justa que dizia que o fazia porque qerja esta Jgreja pera hũ mjnyno bonyto com que folgava filho dum Joam lopez de braga que comjgo vivia e era meu ofecial dos meus / [fl. 22] dez Reaes e sendo meu mo tomou e fauoryzou contra mym neste casso com outras Cyncustancias que nele ha espantossas e por dous mjll rreaes ssoo² de Renda alhea ffez todas estas Jentilezas comtra mym.,

¹ Frei Henrique Coimbra.

² Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “ssoos”.

E tornando ao creleguo que mandey soltar *e nom* prender, diguo *Senhor* majs que dom *martynho* estaua para desesperar de *paixam* pola descortesia que lho dito arcebispo fizera no dito caso *e se foy com* determynacam de lho mandar dezer como ao dito caso *conpria e nom sey* o que sobr jso majs fez que nunca ssobr jssso lhe majs faley nem escrevy nem ele a *mym*, *e a esta mande* o vosalteza chamar *e mande* lhe ler este capitulo todo *e pergunte* lhe vosalteza se he asy *e eu creio* que ele he tall que ele *vos* dira que passou asy sem faltar hũa *mynyma.*, *e sabera* vosalteza que tays som as *emformações e capitulos* que *vos* o dito arcebispo da *contra mym.*, E portanto *Senhor* heis aquj hũ creleguo solto *e nom* preso *per* meu mandado.,

Outrosy *Senhor* o outro creleguo que mandey ssoltar *e nom* prender he da maneira que adiante direy., vosalteza mandou aquy hũ aluara *per* que mandaveis aos Juizes que fezesem dar a pose dum prazo a hum / [fl. 22v] vosso que chamam taueira que ficara dhum seu pay que chamavam Ruy taueira., o quoall prazo he dũa aldea aquy em *mynha teRa* que chamam gache.,

foy o dito voso a *camjnha* a *mym* co dito voso aluara pedyr me que lho mandase Comprir., mandey logo aos Jujzes que lho conprisem muy *Jmteiramente* *e* era Juiz hũ meu crjado que chamam payo coRea., *e* deu lhe a posse dele *e* *conprio* o aluara de vosalteza E tanto que o *vigairo* do arcebispo ho soube porque diz que pretende o dito arcebispo ssobre aquele prazo demanda co dito taueira., porque o Joiz *conprio* o aluara de vosalteza mandou ho logo escomungar pubrcamente *e* mandou lhe pobrcar a escomjnhão por hũ crelego., tanto que o Juiz vio a escomynhaão., vynha ela de tal maneira que pareceo ao dito Juiz *e* assy a outras pessoas que era falsa. E asy por lhe parecer ffalsa Como principalmente polo dessaCatamento que se fazia a vosalteza em escomungarem a ele Joiz porque *conpria* vosos mandados pareceo lhe que deuja de prender o crelego *e* prende o., fez diso auto *e* mandou mo a *camynha*, *e* eu fuy tanto majs fraqo que ele que / [fl. 23] aReçeando estes fauores *e* merces que vosa alteza me ffaz *e* porque *nom* podesse parecer que eu naqujlo mandava ter mão por ser cousa do arcebispo *e* asy polo crelego ser sacerdote de *mysa* na ora que o Recado a *mym* chegou a *camjnha* onde eu estava mandey loguo naquela ora ao Juiz que tanto que vise meu mandado soltase logo o dito creleguo porquanto vosalteza o auerja asy por bem por ser sacerdote de *mysa* *e* asy porque ¹ esta culpa era majs do *vigairo* *e* do arcebispo que sua *e* mandey lhe que ho entreguasse ao *vigairo* asy por Rezam do desacatamento que fizera em trazer a *dicta* carta contra os mandados de vosalteza como por Rezam da falsura que se presumya da dita carta., *e* que fezesse diso auto *e* protestase o dito *vigairo* dar de tudo conta a uosalteza *e* asy do creleguo cando vosalteza lho mandase *e* que guoardase o dito auto pera cando vosalteza mandase *e* quysese ver *e* conseruase o dito taueira em sua pose, asy como vosalteza mandava *e* dese voso mandado a *Jmteira* emxecução Com *Jmteiro* he feito.,

heis aquy outro creleguo solto *e* se mal fiz ou mall mandey em mandar *conprir* vosos mandados *nom* no *emtendo* mas *emtendo* que fiz *dereitamente* o que deuja., poys *conpry* vosos mandados que ssoes meu Rey *e Senhor* / [fl. 23v] E que fiz tambem o que deuja em *conprir* os mandados de nosso *Senhor* a que primeiro som obrjgado em mandar soltar o creleguo por ser sacerdote, *e* o dito payo Correa Juiz todavia o escomungarom *e* o tem escomunguado sem nunca mays ho quererem asoluer, atee guora., *e* o taveira tem seu prazo como vosalteza o mandou

E isto he o que ganhou payo Correa Juiz por *conprjr* vosos mandados., *e* esta he a maneira de que *vos* obedece o dito arcebispo *e* os sseus creleguos *e* *vigairos.*, *e* estes som os creleguos que eu tenho *mandado* prender *e* majs *com verdade* soltar., *e* estas som as *verdades* que *vos* o dito arcebispo mandou dezer contra *mym.*,

Outrosy *Senhor* camto ao seisto capitulo diz vosalteza que mando aos tabaliaães que *nom* facam escripturas em cousas tocantes as Rendas *e* propiedades do arcebispo de braga *e* das JgreJas.,

A Jsto *nom* ha hi majs que Responder senam que numca tall mandey nem Cuydey nem pensey antes mandey que lhas fezesem todos porcamto se m agrauarom os tabalyaães que hũ

¹ Riscado: “e”.

soo tabaliam daquj se antremetera / [fl. 24] as ffazer todas e eles perdiam suas destribuyções e mandey que as fezesem todos asy como lhes viesse per destribuyção asy como vosalteza manda em vosas ordenações e he Justiça e cada dia lhas ffazem e se sse vosalteza lenbrase de quem eu são por bem çerto deuerja ter ser emposyuel em tam pequenas cousas do arcebispo me querer eu pagar das muy grandes que me ele deue

Antes sayba vosalteza que em suas Rendas nem em cousa que a ele toque nom tenho ate oJe tocado hũa soo myta de que ele posa Receber dano nem perJuízo porque nom som eu pesoa para mostrar a Jmyzade ou descontentamento cando o teuer de quem o teuer em tão pequenas cousas., mas antes lhe faço nyso a seus Rendeiros e a seus ofeciaes que mo Requerem da sua parte todo fauor que com Justiça sse lhe pode fazer mays que se fose pera mym mesmo por que nom posa parecer que vivo eu nestas cousas do seu traJo.,

Outrosy Senhor camto ao setemo capitulo dyz vosalteza que nom quero Comsentir que em vila Real nem em totalas outras mjnhas vilas e teRas os vigairos e ofeciaes do arcebispo de braga husem de sua Jurdicam e oficios., / [fl. 24v]

A este capitulo Senhor Respondo que som christão acerca tam boom como arcebispo e por vosa vertude e polo que vosa alteza deue ha mynha pesoa e a mynha honrra tall cousa nom deuera vosa alteza d ouujr de tall pesoa comeu, sem mandardes dar gram castiguo a quem vo lo dise., porque nom ha preco no mundo por que eu tal Couse mandara., nem somente Cuydara polo que toca a mynha consciencia e cando me parecera que por Rezão de sua boa amjzade o devia Requerer., Requerera o ao samto padre e a vosalteza., e parecera me que teuera pera Jso tam boa aução como teue o duque de naJara¹ de Requerjr a el Rey vosso sogro² que mandase que ho bispo de calaforra³ seu Jmjguo este que aguora he nom vesitase em suas teRas e que as mandase vesitytar por dous capelães seus e asy o mandou el Rey vosso ssogro por aRedar escandalos e enconvenyentes seus e al de menos, se o vosalteza asy mandase fazer algũa ora em todo seu arcebispado farja hũ gram serujco a noso Senhor.,

E tornando ao caso Senhor digo que nunca tal mandey nem cuydey de mandar nem Impedyr Antes husam seus vigairos e seus ofeciaes tanto de sua Jurdição hecresiastica que nom se comtentam dela mas / [fl. 25] tomam me a mym a mjnha. Jsto he o que neste casso pasa., e por aquy vera vosa alteza estas uerdadeiras emformações que vos fezerom contra mym e camta majs obrjgacam Senhor tendes polo que deves a vosa consciencia e a meus servicicos de lhe por iso dardes graue castiguo que de perguntar A mym por elas nem ouuy las contra mym.,

Outrosy Senhor camto ao oitavo capitulo diz vosalteza que nom consynto que as cousas que tocam a dizimos e cousas das JgreJas seJam demandadas presente os ofeciaes do dito arcebispo.,

Respondendo Senhor a este capitulo diguo outro tanto como dise no capitulo setemo atras escripto., nunca tal mandey nem cuydey nem pensey., e quem estes capitulos tam Jeraaes tam ffalsysymos deu ha vosalteza contra mym deuera d apomtar algũa causa particular em que Jsto apontase porque ate oJe nom me acordo de nhũa em que tal mandase., / [fl. 25v]

Outrosy Senhor camto ao noveno capitulo diz vosalteza que paso cartas d emancipaçam e cartas trotyvas [sic]⁴ e cartas de buscas de presos.,

E Respondendo Senhor a Jsto diguo que atee oJe nom me acordo que taes cartas per mym pasase, mas pasas o meu ouuydor em meu nome asy como as pasarem todos os ouujdores do marques meu Senhor e padre que santa grorja aJa e de todos meus avos e tenho pera Jso muy boas doações., e a posse Senhor me abasta de dereito e de Rezão, especialmente em Coussa

¹ Pedro Manrique de Lara y Sandoval, 1.º duque de Nájera.

² Fernando II, rei de Aragão.

³ Juan Fernández de Velasco, bispo de Calahorra (1508-1514).

⁴ Cartas tuitivas: cartas de defesa, de protecção, de segurança judicial.

de tam pouquo proueito *e* de *tam* pouca Jurdição., *e* *nom* espero eu de vosalteza *que* aquylo que meu pay *e* avoos senpre teuerom *e* do que tenho amtiga pose *e* todosos Reis vosos amtesecores [*sic*] a meu pay *e* avos aprovarom *e* confyrmarom vosalteza mo Impida *nem* contradigua antes mo acrecente asy como o merecem meus serujços *e* os deles todos., *e* se Jsto parece a vosalteza algũa premynencia ou especial priujlegio *nom* lhe deue parecer cousa desaRezoada pois sabe de camta premynencia som meus servicos *e* asy os de meu pay *e* avos.,

e segundo / [fl. 26] vosalteza aguora tem outorgado a muytos que *nom* entrem vossos correJedores em suas teRas que se *nom* soya d outorgar senam aos tays comeu., Rezam serja que de novo me dese premynencias *e* priujlegios especiaes, *e* *nom* que me perguntase pelas velhas que eu tenho., E estas *Senhor* por que me perguntaes, *nom* som nada em Respeito de duas que tendes dadas ao duque de bragança .s. de dar cartas de seguro de mortes d omens as quoaes da per pose sem pera Jso ter doação *e* a vosalteza lhe aprouve de o mandar conservar em sua pose *e* foy muy bem fecto pois a tynha., E a outra he que lhe tendes dado aluara que vossos mandados se *nom* cunpram em suas teRas sem primeiro lhos mostrarem pera uer se som perJudiciaes a ele em algũa parte *e* se lhe parecer que o sam que mande que os *nom* Cunpram ate ele vos Requerer sua Justiça

Jsto *Senhor* chamarja eu premynencia *e* tal que ao principe meu *Senhor* voso filho parecerja muyto de lh outorgardes., *e* Jsto he o *que* neste casso pasa.,

Outrosy *Senhor* camto ao dezeno capitulo, / [fl. 26v] diz vosalteza que conheço por *mym* das cousas Ja pasadas pelo meu ouuydor.,

A este *Senhor* Jso mesmo Respondo que nunca m acordo que tall fezese atee oJe *nem* som tão desacupado *nem* tam famynto de mandar sobre *tam* pouca Cousa que aqujlo que faço por meu descansso tornase a tomar por meu trabalho que pois dou meus djnheiros a meus ouujdores por me descansarem que torne a tomar o carreguo que lhe dou para me muyto camsar *e* trabalhar.,

E asy *Senhor* que nunca tall fiz *nem* pensey *e* soube muy mal martym teixeira ordenar este capitulo que este dos seus hee como adiante direy ssegumdo se ele ca tem gabado, *e* bem ssey que de feito que se apela dante ho meu ouujdor ou agraua., se agrava de *mym* ou apela pois lhe tenho cometido meu poder, *e* dele asy como se de *mym* fose hão d ir as apelações *e* agravos a vosalteza *e* a vosas Rolações., *e* portanto *nom* poderja ser cousa majs ymposyuel que eRar eu em Cousa *que* / [fl. 27] *tambem* sey *e* que por tam grande bayxura mynha averja se nela eRase

E todas estas cousas que *Senhor* diguo *e* rrespondo a estes dez capitulos a que me vosalteza nesta sua carta manda que Responda., a vosalteza de ter por muy certo que som asy como lhas djgo porque eu *nom* som pessoa para me desculpar do que fezer negando o., *nem* para fazer Cousa que deva negar, *nem* menos para dezer a vos que soes meu *Senhor* nhũa Cousa que posa pasar hũa sylaba da verdade.,

E camto Ao onzeno capitulo desta carta me diz vosalteza que porque vos parece *que* em todas estas Cousas *nom* guardo o que deuo *e* meto mão nelas sem para Jso ter poder *nem* Jurdição., que primeiro que outra cousa mandaseis quysestes ver a Rezão que diso vos dou., portanto me mandaes que per mynha carta vos escreva a causa ou Rezão que tenho pera estas Cousas asy ffazer ou se tenho para / [fl. 27v] Jso alguũ priujlegio *e* que vosalteza manda ao Corregedor d antre doiro *e* mjnho que me traga esta carta asy como ma trouxe *e* a Reposta dela me mandaes *que* lhe de loguo pera uo la emviar *e* foy feita esta carta a xijj de dezembro este pasado per antonio carneiro vosso secretario.,

E Respondendo A este onzeno capitulo diguo que canto ao que vosalteza diz que lhe parece que em todas estas Cousas *nom* guardo o que deuo *e* meto mão nelas sem para Jso ter poder *nem* Jurdicam., Ja sobr este ponto no Começo desta carta dise a vosalteza o *que* desta palavra synto *e* syntirey emCanto viuer, *nem* ha hi hagrauo pera *mym* por muy grandes que mos vosalteza faca *nem* queira fazer que eu aJa por agrauo, apos este *nem* podia eu presumjr que podese ser posyuel que vosalteza tall palavra me disese por nhũ caso por graue que fosse

E por esta Reposta mynha uera vosalteza sse guardey o *que* deuja nestas Cousas *e* creio eu que asy lho pareçera, *e* lhe pesara de me ter dito tall palaura tam sem / [fl. 28] causa nem Rezão nem nesecidade por sua vertude., *e* camto ao que majs diz vosalteza que antes de nyso mandardes outra cousa me quysestes ouujr asy deuera de ser *Senhor* por me guoardardes Justiça *e* nom desomRardes me d antemão porque *nom* ha hi outra cousa que vosalteza queira mandar que *pera* mym seJa de mayor Riguor *nem* de mayor paixão que dizerdes me tall palaura.,

Praza noso *Senhor* que senpre *vos* lyure de poderdes semtir dele que he voso *Senhor* souerano despreço *nem* desonrra porque asy como *per* cima de todas estas cousas *vos* ey senpre de serujr asy tambem *vos* ey deseJar o *contraio* destas obras que me fazees *e* pedir a *deus* que *vos* de a conhecer camto majs agravaaes voso serujço ca mym *em* m agravardes *e* tratardes de tal maneira., que cando me quero achar no Comto dos vosos de cando principe como dezia el Rey dom amrique dos quoaes eu cuydaue *que* era o primeiro, acho me fora deles., *e* cando me quero achar no comto dos *que* segyrom voso serujço sendo eu o primeiro acho me fora dele *em* vosa lenbrança., *e* os que forom *contra* ele., muyto vosos açeitos / [fl. 28v] guouernando vosos Reynos a par de *vos* *e* eu muy desestymado *e* desprecado de vosalteza *e* ca nestas montanhas Respondendo a capitulos ffalsos dados por meus Jmjgos E cando me quero por no comto dos vosos parentes acho me alem dos do quarto grao, *e* asy que *nom* me fica nenhũ Jenero de pessoas *em* *que* me posa Contar senam no Conto dos Jujzes ssobre que *pedro* lourenço tirou devasa que aguora la vão a vosas Rolacões., *e* aJmda os precedo *em* despreço porque a eles despois de aprovadas suas culpas lhe mandaes que vão dar Rezão delas., *e* a mym antes de m ouujrdes pola *em*formação de meus Jmyguos me cullpaaes *e* me dizees *que* *nom* goardey o *que* deuja.,

E cando eu aventurava por voso serujço ao sacrificio mynha pessoa *e* a casa de meu pay *e* a mynha *e* me deleitava de perder as promesas d el Rey dom Joam asy como *perdy* os servicios que lhe tinha feitos por voso serujço Com majs fervor *e* deleitação que saluar me., mall me podera a mym / [fl. 29] parecer que se vosalteza avia d esquecer *em* nenhũ tenpo do mundo daquele tenpo *e* m avia de por neste no comto dos malfeitores., que aJmda que eu fora pessoa *pera* poder ter as culpas por que me *Senhor* perguntaes *e* outras muyto majs graves bem fora *Senhor* que lenbrara a vosalteza que me tynheis tanta obrjgação *pera* queymar os capitulos delas como fez el Rey dom Joam voso bysavoo aos de *gonçalo* vaz coutynho que vosalteza muy bem sabe., poys que direy eu *Senhor* *e* que sintirey que *nom* abasta *nom* me queymardes as Culpas porque as *nom* tenho *deus* seJa louuado., mas dos merecimentos me fazeis culpas dizendo me que *nom* goardey o *que* deuja nelas antes de m ouujrdes.,

Cuydav eu *Senhor* que depois que de vosalteza me party que ha aguora seis annos tynha eu feitas *e* faço alguũas cousas de serujço de nosso *Senhor* *e* voso., mays dynas de me vosalteza por elas *perguntar* *e* *agardeçer* que polos capitulos dados por meus Jmyguos mas poys todolos outros meus serujços *e* merecimentos *vos* esquecem bem he *que* vão estes na volta deles.,

E camto as outras duas / [fl. 29v] cartas que este correJedor de uosalteza me deu .s. hũa per que me *pergumta* polo dinheiro dos orfoons que mandey meter no trato da seda., *e* outra da citacam do arcebispo., a cada hũa delas Respomdo a vosalteza per duas cartas mynhas asy como me mandou as quoaes co esta dara este meu capelão a vosalteza *e* o despacho loguo co dito vosso *Corregedor* para que as leve a vosalteza com carta ssua asy como ffezera hũ quoaquer sseu camynheiro por *conprir* vosso mandado porque me pareço mjlhor yrem por ele que por hum camynheiro do coReJedor que as podia perder *em* hũa estalaJem.,

beiJarey as mãos de vosalteza querer me mandar Responder per sua carta como este meu capelaão que chamão pero carvalho lhe deu estas ssobreditas tres cartas mynhas .s. esta *e* as outras duas que Ja dise que co esta lhe emvio satisfazendo *e* *conpryndo* Jmteiramente tudo o que me mandou por estas ditas tres cartas que mo dito *Corregedor* deu asy como senpre ho ey de fazer prazendo a nosso *Senhor*.,

muyto alto *e* muyto / [fl. 30] *e* muyto [sic] eicelente principe *e* muyto poderoso *Senhor* noso *Senhor* *vos* de lomgua *e* bem aventurada vida com muyta prosperacam de mayores Reynos *e* *Senhorjos*.,

desta vosa vila de vila Real aos xxiiij dias de Janeiro de b^c xbij.,

Outrosy *Senhor* depois desta carta feita estando aquy o vosso *Corregedor* pero vaaz me cheguou hũa carta de vosalteza a quoa me deu hum moço esffarapado e sem calças aberta e sem nhuã chamçela nem synall dela nem synete asynada per vosalteza fecta per hũ escrivão que chamão *Antonio fernandez* que nom sey quem he nem no conheço que foy feita em lixboa a xxij dias de setembro este pasado., A quoa carta mostrey ao dicto vosso *Corregedor* asy aberta como vynha e sem chamçela nem synete nem vista de dom antonio meu Irmão.,¹

e o dito moço dise que era de *gonçalo* pynto criado de fernão vaaz de sampayo cuJo he o cavalo por que vosalteza me manda perguntar e que lhe de comta como o mandey socrestar pola feryda que o dito *gonçalo* pynto deu a huõ *gonçalo fernandez* na carta dos capitulos a que me manda que lhe Responda., ssegundo lhe nesta mynha carta Respondo., e a dita carta per que me vosalteza manda perguntar polos ditos / [fl. 30v] capitulos em que vem o do dito caualo foy feita a xij de dezembro e nesta que me o dito moço aguora deu aberta como Ja dise me manda vosalteza que mande loguo entregar o dito caualo ao dito *gonçalo* pynto e mays me Reprende nela com palauras de muy grandes Repreensões polo embargo do dito cavalo dizendo que nom tynha para Jsso poder nem eu nem meu ouujdor nom podiamos conhecer de tall casso nem Jsso mesmo os cassos semelhantes nom se podiam nem devião asy fazer., com outras palauras de Repreensão que creo eu que ate oJe vosalteza nunca escreueo, a nhũ homem de mjnha calidade por nhũ casso mays graue nem mays leve., as quoaes palauras com mays Rezão podiam ser conformes a calidade e a vida de fernam vaz de sampayo seu amo ca mjnha.,

E esta carta e palauras andarom lidas ha quatro meses em casa de fernam vaz de sampayo e aprendendo os moços a ler por elas., a custa de mynha onrra e do grande agrauo e despreço que vosalteza neste., caso me fez., certo *Senhor* nom heram estas as cartas e as palauras que os Reis destes Reynos soyam d escreuer a meu pay e avos e a mym sendo de mama., nem as que vosa / [fl. 31] alteza em alguõ outro tenpo m escreueo no qual eu tynha por artigo de fee que nom podia vir nenhuõ outro tenpo em voso tempo em que vosalteza tays cartas nem palauras me escrevesse por tam leue caso e tão sem Culpa mynha e abertas na mão das partes contrairas e que de mym se vos foram queixar sem terem Rezão nem Justiça nem Rezão para Jsso., que ajmda que polo meu nom fora., por voso estado asaz de cousa nova parece., vosas cartas mesyuas que hão de ujr çaradas e com voso synete e vistas per vosso escrivão da puridade., sserem dadas abertas as partes em sua mão e lidas polos soalheiros tres e quatro meses antes que se dem as pessoas a que as enviays e mays para tall pessoa com eu.,

e sse vosalteza me tynha mandado aa q<o>atro messes que mandase entregar o dito caualo nom sey eu para que aguora vosalteza mandava que eu lhe Respondese ao caso da ssocrestação do dito cavalo poys Ja tynha proujdo a parte que se lhe de mym queyxara segumdo lhe em sua piticam Requereo mandando me que lhe mandase entregar o cavalo sem me ouujr., bem vera vosalteza se estas cousas quyser olhar com sua vertude que nom som estas as honrras e merçes que vos / [fl. 31v] eu mereço.,

a dita carta mostrey ao dito vosso *Corregedor* e na ora que ma derom a mandey Conprir e mandey entregar o dito cavalo que he huõ ssendeiro que valera quatro mjll rreaes cando for muyto guordo e nunca o vy senam aguora porque o mandey vir perante mym para lho entregar per mym por mylhor conprir voso mandado., e as custas que o alcayde pequeno tynha feitas co dito cavalo., mandey que ficasem paras demandar ao dito *gonçalo* pynto por hu e como devesse porque nom qujs que ho dito caualo sse Retevesse huõ soo momento por nhũ cousa tanto que vy vosa carta e mandado. Antes lhe fiquey de lhas mandar pagar a mynha custa, cando as polo dito *gonçalo* pynto nom podese auer.,

E o trelado da dita carta de verbo a verbo mando dentro nesta mjnha <carta> a vosa alteza porque podera ser que nom sera hacordado dela polo pouquo preço em que me tem., e a propia guardo per algũa ora A mostrar per mym a vosalteza co estoutras que me aguora escreueo e lhe dizer o mays disto que a seu serujço e a mym conprir prazendo a nosso *Senhor*.,

E nom ss espante vosalteza da grandeza desta carta porque / [fl. 32] o gram numero dos capitulos que vos prouve d ouujr contra mym a meus Jmyguos em paguo de meus serujcos aos quoaes me mandaes que vos Respondese por esta mjnha carta e ao grande agrauo que me nysto

¹ D. António de Noronha, escrivão da puridade de el-rei D. Manuel I.

fezestes *nom* se podia *em* menos Responder., Antes o *majs* *que* neste caso ha para dizer *e* sentir guoardo para por *mym* o dizer a vosalteza prazendo a noso *Senhor*.,

hobydyente *e* leal vasalo *e* verdadeyro *servydor* de vosalteza *que* suas rreays mãos
beJJo

a) O Marqes

Instrução que el-rei D. Manuel I deu ao seu secretário [António Carneiro], solicitando-lhe que comunicasse e pedisse a D. Jaime, 4.º duque de Bragança, que o libertasse da promessa que lhe fizera relativamente à hipótese de vir a casar o seu filho [D. Teodósio] com D. Beatriz de Lara, filha do condestável D. Afonso, transmitindo-lhe ainda as razões que tornavam inconveniente tal consórcio e que, nesse sentido, também o informasse que aquela senhora já lhe tinha demonstrado a vontade de casar com D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim

Fonte:

Lisboa, AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 26, n.º 75

Publicado:

Luciano CORDEIRO, *A Segunda Duquesa*, Lisboa, Livraria Ferin, 1892, pp. 245-248.

Évora, 5 de Outubro de 1520

[fl. 1]

+

Secretairo,

o que de minha parte direes hao duque meu muyto amado e precado sobrinho he o segimte

item que como ele sabe, por veer que ho casamemto de dona briatiz minha sobrynha poderia seer boom pera huñ de meus filhos, asy pello que folguey de lhe fazer mercee por faleçimemto do comdestabre seu pay como por ha mjlhor e mais homrradamente casar <*e encaminhar> por seer *filha* de meu sobrinho, eu com este fundamento por o aver tamto por meu seruiço como naquelles dias em que por elle fuy requerido açerqua de casamemto de seu *filho* com ela lhe dise me escusey de seu Requerimento e me prouue lhe dar huñ aluara que nam se fazeemdo seu casamemto com alguñ de meus filhos, nam darya lugar de ella casar com o comde d alcoutym com *que* tambem se fallaua em casamemto como nelle he *contyudo*, *que* segundo minha lembranca agora he desta sustancia

E que estando eu neste preposyto detryminado, se sygiram d amtre ho principe meu *filho* e ella alguñas cousas d amores, das quaaes eu ey por certo que elle tera sabido tamto que ey por escusado de niso mais me alargar E que Jsto foy tamto adiante sem eu seer diso sabedor, *que* quando o soube era Ja muyto desseruydo do que ate emtam era pasado e tamto que de nem huña cousa o podia ser mais neem falecia muyto pera de todo nom seer muy anoJado e d amtre mym e ho principe meu *filho* se seguyr muy grande escamdallo, Ao que por emtam provy / [fl. 1v] o melhor que o pude fazer e com tamto Resguardo como niso pude dar

E que por muyto que dese nam se pode escusar de nam hyr mais adiante *aquela* materya e aJmda outras da parte dela segundo *que* sam certeficado *que* me dam grande cuidado e paixam, pello quall eu estou detryminado de leixar o preposyto que tynha tomado de ha casar com huñ *filho* meu e por apartar os Jmcomvenyentes d amtre o principe meu *filho* e ela, que sam os maiores que *pera* mym podem ser a casar como milhor poder

E que vemdo como por esta molher estar tam fora daquello que eu dela esperava e com tanta magoa de sua homrra, nam vynha beem o casamemto della *pera* seu *filho* no quall eu ey por certo que elle nom *quererya* entemder nem eu *verdadeiramente* lho aconselharya e tambem por ella me fallar e pedir que a case com quem ouuer por meu seruiço e com *aquela* mercee que eu ouuer por bem, o que creo e ey por certo segundo o que tenho sabido *que* he com deliberada vomtade de casar com o comde d alcoutym Eu como cousa *em* *que* tamto me vay e *que* he de tamto meu deseruio e por apartar tam grande escamdallo como se me pode segyr o qual serya tamanho e de tanto meu desseruiço desaseguo e repouso como elle beem vee, estou detryminado

de a cassar com o *comde d alcoutym*, nam lhe damdo porem *daquelo que* lhe tenho prometido casamdo com meu *prazer* senam o que me bem *parecer e* tirando lhe diso booa parte

E que por yso eu / [fl. 2] lhe Roguo muyto que pero vee *quanto* Jsto me Releua *e* Jmporta *pera* todo meu descamso *prazer e contentamento e* por me descaRegar de tam grande cuidado como este he, me *queyra* alargar a promessa *que* lhe tenho fecta do casamemto da dita dona briatiz *pera* se casar com o dito *comde d alcoutym* Na *qual* cousa *nom* soamente me *servira e* aprazera com tamanho descamso como nisto Receberey, mas aJmda em aproveytar na fazemda, *que* aJmda que seJa a menos *parte* desta materya, pois se pode bem *fazer*, creio eu que folgara elle com yso *porquamto* sey que com as cousas de meu *prazer e seruiço* senpre folga

E que aJa por certo *que* se eu vyra que este casamemto podia estar bem a seu *filho e* com *aquela* homrra *que* lhe eu deseJo eu lhe *nom* requerera *que* ysto me largara *e* que *nom* avemdo de fazer se com *filho* meu com *nenhuña* outra pessoa folgara mais de se *fazer* que com seu *filho* mas que *pera* ello pellas causas sobreditas Neem eu o averya por cousa de seu beem, mas aJmda por muyto meu desseruico pello muyto amor *e* booa vomtade *que* lhe tenho E que lhe Rogo muyto que ysto faca como eu delle espero *que* senpre ha de *fazer* as cousas de meu *prazer e contentamento e* mais *aquelas que* tamto me Jmportam *e* releuam como esta E que crea *que* em *nenhuña* cousa o poso Receber maior

E que muyto folgara de nisto lhe falar por *mym*, mas *que* por sua Indisposycam *nom* deu lugar *e* portamto me Releuar me descaregar de tam *grande* cuidado *e* paixam como disto tenho, nam pude / [fl. 2v] escusar de vos emviar logo a elle com este Recado E que lhe Roguo muyto *que* por vos me respomda asy como eu dele ho espero

sprita em evora a <b dias de outubro 1520.,>

a) Rey

Escritura pública do contrato de casamento, dote e arras feito entre D. António de Noronha, na qualidade de curador e procurador da sua sobrinha D. Beatriz de Lara, e D. Fernando de Meneses, D. Maria Freire de Andrade, sua mulher, marquês e marquesa de Vila Real, e D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, filho deste último casal, com quem a dita D. Beatriz se consorcia e lhe dá em dote as doações, títulos e privilégios que lhe foram concedidos por el-rei, obrigando-se ainda o marquês no pagamento de 7 contos e 200 000 reais para arras da consorte, asseguradas pela hipoteca das rendas da sua lezíria da Valada

(em confirmação régia, dada em Lisboa, 23 de Junho de 1530)

Fonte:

Lisboa, AN/TT, *Chancelaria de D. João III: doações, ofícios e mercês*, livro 39, fls. 41-42v

Lisboa, [25] de Setembro de 1521

[fl. 41]

[...]

¶ Em nome de deus amen

Saybam *quamtos* este estromemto de comtrato de casamemto dote e aRas virem *que* no anno do nacymemto de noso *senhor* Jesuñ christo de mjll b^c xxJ annos xb [sic] dias do mes de setembro do dito anno em a muy nobre e sempre leall cidade de lixboa nas casas do muy Jlustre sennhor o *senhor* dom fernando de meneses marques de villa Reall comde de valemca e *senhor* d almeyda etc. estando elle presente e a muy Jlustre sennhora a *senhora* marquesa sua molher E o Jlustre *senhor* o *senhor* comde d allCoutym seu filho prymogenjto E a [sic] Jlustre *senhor* ho *senhor* dom amtonio Jrmão delle dito *senhor* marques escryuão da puridade d el Rey noso *senhor* como soficientemente abastamente procurador e curador da Jlustre *senhora* a *senhora* dona bryatiz filha do comdeestabre e da comdestabresa sua Jrmaã delle dito *senhor* marques que samta gloria aJam [sic] pera o caso abaixo decrarado *per* vertude de sua soficientemente abastamente procuração aprouada o [sic] dito *senhor* Rey noso *senhor* da qual o theor tall he como se segue

¶ Saibam *quamtos* esta procuracam virem *que* no anno do nacymemto de noso *senhor* Jesu christo de mjll b^c xxJ aos dozasete dias do mes de setembro Na cydade de lixboa nos pacos d el Rey noso *senhor* no apousemtamemto da Jlustre *senhora* a *senhora* dona bryatiz sobrynha do dito *senhor* e filha vnyca erdeyra dos muy Jlustres *senhores* hos *senhores* comdestabre e comdestrabesa [sic] *que* samta gloria aJaa e estando hy a dita *senhora* dona bryatiz *per* ella foy dito *que* he verdade *que* sua alteza tem ora tratado Casamemto della *senhora* dona bryatiz com o Jlustre *senhor* ho *senhor* dom pedro de meneses sobrnho De¹ sua alteza comde d alcoutym e filho prymoJenjto erdeyro do muy emlustre *senhor* ho *senhor* marques de villa Reall etc.

¶ E *que* porem pera contrataçam e negoceacam do dito casamemto e ella *senhora* dona bryatiz de sua lyure vomtade *per* este publico estromemto fazia como loguo de feito fez e ordenou por seu çerto precuradora [sic] avomdosos² o muy manjfico *senhor* ho *senhor* dom amtonio de Noronha³ seu tyo prymo de sua alteza e escryuam de sua porydade e lhe deu e

¹ Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “su”.

² Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “avomdosa”.

³ Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “br”.

outorgou todo seu lyure e comprydo poder e mamdado e espiciall pera que por ella em seu nome posa com os sobreditos *senhores* marqueses e comde dom pedro seu filho tratar e comçertar e acabar ho dito casamemto como lhe parecer ser mays seruyco de deus e bem¹ della *senhora* Costutujnte e posa por ella aseytar quaesquer aRas e cousas outras que em seu fauor forem e sobre ello Requerer toda seguramca que lhe bem parecer e posa declarar o dote que ella *senhora* tem e comsyguo tras e quaesquer outras cousas que neçesaryas forem de se declarar e asy comçertar sobre ho aquerydo como lhe parecer bem e Requerer sobre todo o que lhe parecer *Direito e Justiça* e posa comcertar e outorgar que <de> todo o que lhe for dado em aRas e asy de quaesquer beens patrymonjaes que ella *senhora* ao presentem tem e bem asy *dinheiros* que lhe poderem vyr de algũs penhamentos de cousas da coroa do Reyno que ella em sua dote comsygo tras que de todo se posa fazer e ordenar morgado Regulado em aquella forma e ordem que lhe bem parecer e pera todas as sobreditas cousas e pera cada hũa dellas posa firmar e outorgar quaesquer Comtratos e escreturas publicas que mester fizerem coma quaesquer clauçolas e comdicões e deçarações lemjtacões estypulacoes obrygacoees² e Renuciacoes e cautellas que pera firmeza de todo lhe parecerem neçesaryas e comprydoyras e Jerallmente sobre todo o que dito he e que a ello pertemçer e dello naçer e desemder e proceder per qualquer modo que seya posa o dito *senhor* seu procurador outorgar e fazer e negociar com toda libera eguall amenystracão todas as outras cousas que pera o dito caso compryrem e todo o que lhe a ello *senhor* seu procurador aprouuer asy e tam Jmteyramemte como ella *senhora* costetujnte poderya outorgar e fazer e negociar semdo em pessoa presente posto que taes cousas seyam que aJam mester outro seu majs espiciall mamdado do que ha que y he experso

e prometeo ella *senhora* custutujnte a mym tabaliam como a pessoa publica estepulamte e aseytamte em nome de todos e quaesquer pessoas a que esto pertemçer ou podera pertemçer por qualquer maneira d ella aver por fyrm e valyoso pera sempre todo o que pello dito *senhor* seu procurador for comtratado E outorgado e aseytado e comçemtydo feito e negoçado no que dito he sobre obrygacam de todas suas Remdas e de beens que pera ello obrygou

em *testemunho* desto asy outorgou e lhe mamdou ser feito este estromento e dous e tres se comprysem *testemunhas* que presentes foram ho bacharel Joham aluarez mestre da dita *senhora* e o doutor mestre Jeronjmo fiziquo d el Rey noso *senhor* / [fl. 41v] E eu bras afonso publico tabaliam por autorydade d el Rey noso *senhor* na dita cidade que este estromento escreveu e asyney de meu publico synall.,

¶ Nos el Rey fazemos saber

a quantos este noso aluara vyrem que nos vymos esta precuracam destoutra parte escryta a quall vista por nos e todo ho em ella comtheudo Aprouamos e confirmamos asy e tam Jmteyramemte como se Em ella comthem soprymdo com qualquer defeito de ydade ou qualquer outro que de feyto ou de *direito* a vallor della e do por ella feyto comtratado e acordado empidir posa

e pera mayor firmeza damos ao dito dom antonio *procurador* da dita dona brjatiz nos ditos casos pera que por ella he feyto seu *precurador* com Jmteyro e comprydo poder pera sobre todo poder comtratar e comcordar como lhe bem e onesto parecer e todo per elle em os ditos casos feito e comtratado avemos por bom firme valyoso

feito em lixboa aos xbiij dias de setembro Jorge Rodriguez o fez de mjll b° xxJ

¶ logo pellos ditos *senhores* marques e marquesa e comde d arcoutim [sic] seu filho e pollo dito *senhor* dom amtonio como soficiemte e abastante *procurador* da dita *senhora* dona bryatiz e como seu Curador³ presentem mym amtonio carneyro do *Comselho* do dito *senhor* Rey noso *senhor* e seu⁴ *secretaryo* e seu publico notayro Jerall em todos seus Reynos e senhoryos

¹ Palavra emendada.

² Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “obrygad”.

³ Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “*procurado*”.

⁴ Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “seus”.

foy Dito¹ que elle dito *senhor* comde d alcoutym e a dita *senhora* dona bryatiz tem concertado pera com a graça de *deus* averem de casar e casarem com prazer e consymtymto do dito *senhor* Rey noso *senhor*

sam concertados sobre o dito casamemto na maneira segujnte .s. que casamdo elles ambos por palauras de presente com despensacam do samto padre como mamda a samta madre JgreJa e avemdo o dito casamemto efeyto ella dita *senhora* dona bryatiz tras comsyguo em dote aquello que he comtheudo e declarado por cartas doações tytolos e preuylegios do dito *senhor* Rey noso *senhor* segumdo que neles he comtheudo E allem diso alguns beens moues e de Rayz do que todo os ditos *senhores* marques e marquesa e comde d alcoutym sam sabedores e diso tem certa sabedorya de que por algũs Respeitos nesta escretura agora se nam faz expresa memção o que os ditos *senhores* marques e marquesa e comde seu filho disseram que Recebya [sic] em dote e dise ho dito *senhor* comde que ele prometya e promete de dar e de feyto da dita *senhora* dona brjatiz d aras por a calydade omRa e nobreza de sua pessoa sete comtos e duzemtos mjll reaes que he casy² o terço da dita dote que sam em cruzados dezoyto mjll cruzados de quatrocentos reaes ho cruzado E em dobrs sasemta mjll dobrs das da ordenação do dito *senhor* de cemto e vinte reaes a dobra as quaes ella vemcera e avera Jmteyramemte falecemdo elle prymeiro que ella em todo o caso quer dante ambos fiquem filhos ou filhas vyuos sobre a face da tera quer nam porque falecemdo ella prymeiro que o dito *senhor* comde neste caso não avera aRas posto que d amtre ambos fiquem filhos ou filhas.,

Jtem disseram mays os sobreditos *senhores* que semdo caso que ho dito matrymonjo seya separado por morte delle dito *senhor* comde ou em vyda deles ambos que *deus* nam mamde per Jujzo da santa madre Jgreja sen ser por Culpa della dita *senhora* dona bryatiz e em taes casos ella ficara e de feito fique com sua dote precipno [sic] e aRas e a metade do aquerydo e moutypricado Jmteyramemte sem diso lhe falecer cousa algũa e por falecymemto della em tall caso as cousas da dita dote que forem per doações e tytolos d el Rey noso *senhor* coreram segumdo as comdições das ditas doações e tytolos e <a>quellas que forem de patrymonjo e apenhamto e aRas que neste comtrato adiamte sera decrarado que seyam feytas em morgado vyram a seus erdeyros decemdemtes delles ambos segumdo compremysso e comdicam do dito morgado e como nelle for decrarado

os quaes ditos sete comtos e duzemtos myl reaes das ditas aRas o dito *senhor* marques dise que seguraua e de feito segura em seu nome e de seus socesores polo dito *senhor* comde seu filho polas Remdas foros e direitos e pertemcas da sua lyzirã grande de valada a qual lezirã lhe ypoteca e obryga pera pagamemto dellas e lhe praz e outorga que ella seya paga e satysfeyta de toda a soma dos ditos sete comtos e duzentos mjll reaes das ditas aRas a descomtar polas Remdas da dita lezirã nam se achamdo ao tempo do tall pagamemto das ditas aRas beens moues e de Rayz do dito comde seu filho lyures e desembargados por omde ella posa della ser paga³ porque as ditas aRas todas ou quallquer parte⁴ della que pellos beens do dito comde se nam poderem pagar ella o avera polas Remdas e direitos da dita lezirã a descomtar ate Jmteyramemte ser paga como dito he e nam sendo ella dita dona bryatiz paga das ditas aRas ate huũ anno prymeiro segujnte do dia que ho matrymonjo for separado nos casos em que se aja de vemcer e aver ella tomara a pose Reall e autoall da dita lezirã com aquelles preuylegios Jurdicam com que tudo tem o *senhor* marques per sua propia autorydade sem mays outra ordem Nem autorydade de Justica

e pera se fazerem os aRemdamemtos da⁵ dita lezirã serem postos dous officiaes .s. huũ que seya do dito <senhor> marques ou de seus socesores e outro da <*dita> *senhora* dona bryatiz polos quaes sera Juntamemte a dita lezirã aRemdada a quem por ella mays der em pregam e o official da dita *senhora* dona bryatiz que pera yso tera seu soficiemte poder e precuracam despoys de feytos os ditos aRemdamemtos cobrara e aRecadara das mãos dos

¹ Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “feito”.

² Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “e”.

³ Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “pagas”.

⁴ Palavras emendadas. Primeiro, escreveu: “quaesquer partes”.

⁵ Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “das”.

Rendeiros em cada huũ anno aquela soma de pam ou *dinheiro* per que a dita lezirã fora [sic] aRemdada e do que em cada hũ anno Cobrar e Receber pera em pagamento das ditas Remdas dara quytacão e *conhecimẽto* publico ao ficiall do dito *senhor* marques pera em pago do que asy ouuer d aver das ditas aRas e asy se fara d ano em anno ate comprymẽto de paguo das ditas aRas e porque podera ser caso que ha dita lezirã se aRemdara a pam Como comtynoadamẽte se faz o qual se ha de vender a venda delle se fara por anbos os ditos officiaes e hũ sem outro nam faram ¹ na dita venda cousa algũa e o *dinheiro* da venda sera em pago das aras da dita *senhora* dona bryatiz o qual Recebera seu officiall e dara diso seu *conhecimẽto* ao ficiall do dito *senhor* marques no modo que dito he porem decrara o dito *senhor* marques que porquamto elle tem na Renda da dita lizirã asemtadas algũas temcas e esmolos que podem valler em cada hũ anno ate vynte moyos de pam meados que estes se tyraram em cada hũ anno e se emtregaram a seu / [fl. 42] officiall pera elle os dar e pagar de sua mão aquelles que os tem dados e o majs que ficar da valya da dita lezirã ficara em pago das ditas aRas da dita *senhora* dona bryatiz como dito he

Item disseram mays os sobreditos que a eles aprazia que todo o que amtre elles dito *senhor* comde e *senhora* dona bryatiz se aqueryr e momtrypicar por quallquer vya que seya depouys do matrymonjo consumado por coupola carnall duramdo o dito matrymonjo seya amtre elles anbos Uceyro² e comunjcauell e se parta de permeyo tyramdo quallquer cousa que venha³ a cada huũ delles por sobeceçam ou per doacam que diso lhe seya feita porque nestas duas cousas de sobcesam ou doacam nam avera lugar de serem partydos por meyo e ficarão y solyto com cada hũ delles que os sobçeder ou a que vyer per doacam

outrosy disseram que quamto a seguramca da dita dote que comsyguo tras a dita *senhora* dona bryatiz se nam fale nada neste comtrato nem hy [sic] diso nesecydade porque a dita dote segura per sy mesmo por serem cousas que ella tras por cartas doações tytolos preuylegios d el Rey noso *senhor* como atras dito he Porem que numqua em tenpo algũ nem por maneira algũa Cuydada ou nam cuydada nhũa das cousas da dita sua dote comtheudas e decraradas nas cartas doações tytolos e pryuylegios do dito *senhor* se posa vemder trocar nem escaybar nem apenhar nem por modo⁴ algũ emlhear e que fazemdo se nam seya valyoso o que nyso se fizer nem aJa efeyto algũ e quamto aos beens moues e de Rayz que ella comsyguo mays tras em sua dote alem do que tem por doacoes preuylegios e tytolos d el Rey noso *senhor* destes ao tenpo da tomada da sua casa se fara hũ caderno por *tabaliam* publico pera sempre por elle se saber as cousas que sam e ficarem como cousa dotall e de Restetuycam de dote e aqueles que sam beens de Raiz se meterem em morguado como adiamte neste comtrato sera declarado

outrosy disseram os ditos *senhores* marques marquesa e comde d alcoutym que os ditos sete comtos e duzentos mjll reaes que asy o dito *senhor* comde da d aras a dita *senhora* dona bryatiz os da com comdicam que se faca delles morgado no caso que se ouuerem de vençer como atras fica dito e que por falecymẽto do dito *senhor* comde se faca prymeiro pagamento das ditas aRas que de⁵ nhũa outra duujda que hy aJa e que o *dinheiro* dellas seya posto em maos de fies depositeyos seguros e abonados de cuja mão se comprem beens de Raiz que fiquem morgado e seyam de natureza de morgado no caso que do dito *senhor* comde e *senhora* dona bryatiz fiquem desemdemte [sic] segundo compyrdamẽte sera decrarado em hũ compremyso que diso se fara acerqua da maneira em que se Regulara a socesão do dito morgado

Item disseram majs que porquamto a dita *senhora* dona brjatiz tem algũas cousas daquelas que comsygo tras em dote que sam da coroa do Reyno as quaes tem per uya de apenhamento como nas cartas e doacoes diso he comtheudo lhes prazia e eram comtentes que todos hos erdeyros que dos ditos apenhamentos se ouuerem e cobrarem em qualquer tenpo que seya cobrada e avydos e se fizerem os ditos apenhamentos serem comvertidos e embregados [sic] em bees [sic] de Rayz e pera yso postos em mãos de fies posytaryos [sic] sem pasarem a

¹ Riscado: “nada”.

² Palavra emendada. Primeiro, escreveu e riscou: “d”.

³ Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “veya”.

⁴ Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “moto”.

⁵ Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “dem”.

outra cousa algũa pera ficarem e de feito fiquem em morgado na forma e maneira que dito he que se faca no morgado das aRas os quaes depostaryos em cuja mão am de estar o *dinheiro* das ditas <aRas> e dos desapenhamentos das cousas que ella dita *senhora* dona bryatiz tras comsyguo em dote pera serem comvertydos e empregados em beens de Rayz pera ficarem em morgado como dito he serem mercadores seguros e abonados pera os ditos *dinheiros* trazerem a gamco lycito e onesto pera soportamemto e mamtemca della dita *senhora* dona bryatiz emquamto se os ditos beens se nam comprarem per o dito morgado sem por modo nem maneira algũa os *dinheiros* das ditas cousas pasarem a outros vsos nem deles se fazer outra cousa algũa no qual morgado disseram asy mesmo os ditos *senhores* que lhes aprazia e sam comtemtes que emtrem e se metão todos os beens de Rayz que ella agora comsygo leua em dote pera tudo ficar em morgado como dito he.,

Item disseram majs os ditos *senhores* que em todos os casos que em cyma esta dito¹ e comcordado que os ditos beens e *dinheiros* se faca morgado se emtemdera que seya morgado ficando do dito *senhor* comde e da dita *senhora* dona bryatiz erdeyros decemdemtes d amtre ambos que ho dito morgado posam e deuan erdar porque não nos avemdo hy nam ficaram os ditos bees [sic] e *dinheiro* em morgado mas serem propios e Jsemtos da dita *senhora* dona bryatiz e lhe ficaram lyures e desembargados pera ella diso fazer o que lhe bem vyer como de sua cousa propria

Item disseram mays os ditos *senhores* que posto que hos ditos beens e *dinheiros* seyam feytos em morgado que hacomteçemdo que por morte da dita *senhora* dona bryatiz fiquem alguas diujdas suas della e que não aJa y beens outros seus lyures e desembargados de que se posam as ditas diujdas pagar que em tall caso se paguem todas ou aquella parte dellas que mymgar polos beens que sam feytos em morgado asy da dote como das aRas como de qualquer outra calydade que seyam feytos no dito morgado e yso mesmo que nam avemdo hy outros beens seus lyures e desenbargados como suzo dito he / [fl. 42v] de que ella posa lyurememte testar e despoer per seu falecimemto despois de pagas as ditas suas diujdas que en tall caso ella dita *senhora* dona bryatiz posa despoer e testar ate hũ comto de Reys dos ditos bees [sic] e *dinheiros* que asy forem feytos em morgado sem embargo do compremyso e estetuyção do dito morgado e nam queremdo ella tomar todo ho dyto comto ho que delle ficar que asy não tomar ficara no dito morgado

o qual comtrato bem vysto e emtemdido polos <sobre>ditos *senhores* marques e marquesa e comde d alcoutym e dom amtonio como soficiemte precurador da dita *senhora* dona bryatiz todos disseram que ho aprouauam louuauam e avyam por bom firme e valyoso em todo como nelle he Comtheudo e em cada cousa delle e se obrygauam de todo o comprry guardar e manter so obrygacam de todos seus beens delles dito comde e dona bryatiz moues e de Raiz avidos e por aver com pena en nome de pena pera a parte que por elles tyuer de dez mjll cruzados a qual pena leuada ou nam leuada o dito comtrato e todas cousas em elle comtheudos se cumpryam e guardaram como aquy² he comtheudo e declarado

e pedem todos muyto por merce a el Rey noso *senhor* que ho queyra aprouar e confirmar e nelle soprry quallquer defeyto que de feito ou de direito aver posa derogamdo pera ello todas as leys e ordenações que pera a valya do dito comtrato he necesaryo serem derogadas e em testemunho de verdade mamdaram ser feito este estromento pera cada hũa das partes seu e quantos lhe compryrem

testemunhas que a yso foram presentes Rogadas e chamadas ho doutor yoham de farya do desenbargo e agrauos d el Rey noso *senhor* e pedro fernandez de serpa fidalgo da casa do dito *senhor* marques e pedro aluarez veador da *senhora* marquesa e amo do *senhor* dom afonso filho do *senhor* marques e outros e eu dito amtonio carneyro que este estromemto a meu fiel escryuam fiz escreuer e o ly e comçertey e nelle meu synall fiz que tall he

nam seya duuyda no Riscado omde diz tyramdo e na amtrelynha do, e omde diz que sam e no qual Riscado porque em tudo se fez por verdade.,,

¹ Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “digo”.

² Riscado: “se”.

O marques,
a marquesa,
dom antonio,
o comde,
Joham de farya,
pedro fernandez de serpa,
pedro alvarez.,

[...]

Carta que D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, dirigiu a el-rei D. João III, informando-o que o imperador Carlos V e a imperatriz D. Isabel, irmã do monarca, tinham efectuado o recebimento formal do seu casamento, presidido pelo legado do papa, dando-lhe ainda conta de algumas incidências de ambiente cortesão que se verificaram nesse dia e no anterior, com a chegada do imperador e do seu encontro com a imperatriz

Fonte:

Lisboa, AN/TT, Fragmentos, caixa 13, maço 13, n.º 23

Sevilha, 11 de Março de [1526]

[fl. 1]

+
senhor

uosa alteza deue ter muito contentamento porque esta tam grande e tam uirtuossa hobra que no cassamento de uosa yrmã fizestes h agora ha tendes compyda he acabada, he assy como a uosa alteza ordenou he mandou,

ontem sabodo dez deste março entrou ho emperador haquy hem seuylha de sua entrada saberey dar mal as nouas porque estaua com ha senhora emperatryz creo que o reçebymto foy polo modo do que a emperatryz se fez, he contarom me que dentro no paleo trouxera o legado¹ consyguo,

tanto que a senhora emperatryz teue recado que ho emperador hera apeado na se se foy pera hũa cassa em que estaua ordenado de a esperar que he no bayxo do seu apousento he no qarto que se chama oryquo porque era aquela mays conuenyente pera yssso que as outras por ser grande he poder ser a entrada do emperador por mays largas portas porque tem a seruentya por cyma por onde a emperatryz ueo he tambem tem por bayxo pelo cruzeyro hũa muito grande porta / [fl. 1v]

aly se pos a senhora emperatryz com suas damas sua alteza muy ryqa he galantemente uestyda bem desuyada nesta parte do que seu marydo ueo, e asy as damas todas muy bem uestydas as partycularydades dysto he bem que fyquem o portador que era pressente he o nom auya mal de olhar

estauamos com sua alteza o duque de calabrya² he arçebyspo de toledo³ he eu, e toda ha mays gente nobre portugessa que aquy ha he seus offycyas e alguũs castelhanos e charamelas esteue asy sua alteza per bom espaço he neste espaço uynham pessoas onradas das que uynham co emperador a lhe beyyar a mão en que tambem entrou o duque d alua⁴ que ueo mays a deradeyra, com seus fylhos e parentes poreo o marqes de uyla franca⁵ nom ueo com ele he ueo despoys so per ssy e nesta sua famylya uynha tambem dom yoham d almeida,

despoys de beyyar a mão a emperatryz lhe dysse çertas palauras de bemções de seu cassamento e uynda ha estes reynos de castela, hentam com sua capa aberta que trazya despoys de nos falar os que hay estauamos e a mym grandes ofertas / [fl. 2] se foy demandar as damas he

¹ Giovanni Salviati, legado do papa Clemente VII.

² Fernando de Aragão, duque de Calábria.

³ D. Alonso de Fonseca, arcebispo de Toledo.

⁴ D. Fadrique de Toledo, 2.º duque de Alba.

⁵ D. Pedro de Toledo, secundogénito do 2.º duque de Alba. Foi marquês consorte de Villafranca, casado com D. Maria Osorio y Pimentel, titular do marquesado.

ancorou *em* dona Iyanor de crasto *onde* as graças he ryssos altos *andaram* loguo grandes de parte a parte,

ho *emperador* como *entrou* no paço foy sse ho seu apoussentamento a se *lympar* do po e uestyr hũa capa sobre o pelote *com que* uynha he da maneyra *que* auestydo todo era me *nom* esqueçera de dyzer, despoys *que* foy uestydo mandou ho *marçes* de cenete e conde nasao¹ a *mym* beyyou prymeyro a mão ha *emperatryz* e os *que com* ele uynham *entam* se ueo a *mym* he me dysse *que* ho *emperador* me rogaua *que* fosse a ele e *que* mandaua a ele pera yr *conmyguo* ysto metendo palauras cortesses dezendo *que* o mandaua pera me yr *seruyndo* e fazendo lugar e ele o conde nassao he *omem* muito solto na cortessya e de boa sombra, dezendo mays *ryndo que* ho *emperador* me qerya uer agora *porque* quando chegase honde estaua ha *emperatryz nom* terya lugar do uer *senam* ela,

conqanto foy aquylo *supyto sem* ho eu cuydar dey eu *mynha* reposta beyyando lhe as mãos he fazendo daquylo grande merce he *onrra*, e beyyando lhe as mãos pola rezão *que* me mandaua de me *nom* poder uer *nem* a *nyngem* qando uysse a *senhora emperatryz* e *que* a causa era *tam* yusta *que* todos lhe *deuyam* beyyar as mãos / [fl. 2v] por *nom serem entam* uystos qanto mays eu *que* nyso recebya maJs merçe

hentam o dyse a *senhora emperatryz* e lhe *pedy* lycença e me fuy, e o *que* me parece desta chamada *mynha* foy *que* ele quys receber a *emperatryz* da mão daqueles a *que* a tynha mandado *entregar* he *tambem* me parece *que* ele *nom* quys dar ha sua ylharga a nenhũ desses grandes de qa *porque* trazya o legado da houtra parte e *que* da outra quys trazer a *mym* coma uoso *embayxador*,

foy se *em* *mynha* *companhya* antonyo d azeuedo uoso *embayxador* e *foram* se *conmyguo* meus yrmãos² e prymos³ he todos esoutros fydalgos *que conmyguo* uem he o conde nassao he laxao⁴ e outros framengos *hem* sayndo da cassa donde estaua a *emperatryz* mandou *tambem* pera *mym* dom yoham d estunhyga capytam da sua garda *que* hya fazendo dyante lugar *com* hobra de uynte alabardeyros *em* chegando a hũa uaranda dyante da cassa donde ele estaua estauam hay trombetas suas ytalyanas e charamelas *tangeram hem* eu parando,

chegey *onde* ele estaua he estaua cerqado d alabardeyros *com* alabardas nas mãos / [fl. 3] e o legado *em* tres cadeyra[s] d espaldas todas *em* cyma do estrado cada hũ na sua o *emperador* no meo e a [e]*mperatryz* dũa parte e ho legado da outra, *senam que* ho legado *nom* se quys encostar a drosel he aredou a cadeyra,,

trouxeram *entam* outra cadeyra rassa e mandou me *sentar* o *emperador* abayxo do estrado pegado loguo co ele no meo antonyo d azeuedo *nem* menos o *duque* de calabrya a *que* nam de sontar [*sic*] *nom* mandou *entam* *porque nom* hauya remedyo de poder meter cadeyra e *porem* no *com* ha *mynha* *conuydou* o antonyo d azeuedo e ele *nom* quys polo *nom* mandar o *emperador*,

durante o serem falaram o *emperador* he a *emperatryz ambos com* muy bom despeyo e duas uezes me chamou o *emperador* ha pratyqa hũa *pera* se me desculpar de *nom* dançar dezendo *qam* mal o fazya, he outra *pera* me mostrar / [fl. 3v] o *duque* d alua *que* se aleuantou *com* dona Iyanor de crasto e ele cuydaua *que* hya ele ha dançar, e ele atreuera ir a cassa *com* ela *que* hya dançar *com* outrem, ouue hay muy poucas bayxas as mays de portugesses,

aleuantou se o *emperador* e leuou ha *emperatryz* ate a sua camara, daly se espedydo dela e se foy o seu apoussentamento como pos a porta da cassa *em que* se auya de recolher quyssera me espedyr dyse me *que* entrase e todo este camynho de cassa da *emperatryz* ate a sua me leuou *sempre* pola mão a par de sy e co barete coberto la chemou a *mym* he antonyo d azeuedo e nos dysse como ele se auya de uelar e fazer as bemcões *com* ha *emperatryz* pasante a mea noyte

¹ Henrique III, conde de Nassau-Breda. Foi marquês consorte de Cenete, casado com D. Mencia de Mendoza, titular do marquesado.

² D. Nuno Álvares Pereira de Noronha e D. Afonso de Noronha.

³ Outras fontes mencionam-nos, pelo menos, um: D. António de Noronha, filho de D. Pedro de Noronha, por sua vez, filho bastardo de D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real.

⁴ Carlos Popet, senhor de La Chaux.

real, ysto he *sem gente* porque se quyssemos estar a yssso presentes *que* ele auerya prazer com hyssso / [fl. 4]

pareço me bem esta[r]mos porque eles *ham* qa por mays essençyal o ato do cassamento as bemções *que* ho receber, *pasante* a mea noyte ta nonas pos se hũ altar uam a camara he dysse a myssa rezada o arcebispo de toledo e fyzeram se as bemções e qando eu uym ya o conde nasao me mandara hũ recado *que* topey no camynho *que* ho *emperador* esperaua por mym, feytas as bemções polo *emperador* a *emperatryz* na sua camara

e foy sse o seu apousentamento e aly antes de nos despedyr quys pasar graças sobre as bemções eu lhe dysse qando uy *que* ele qerya graças *que* ele nom pudera ralaar se co tardar do uyr *senam* com esta presa das bemções e *que* agora fyqaua de todo desculpado folgaua ele muito co esta pratyqa desta materya despedy nouas *entam* ele despyo sse he / [fl. 4v] ueo se *per* a *emperatryz* e oye as dez horas se aleuantaram ambos da cama

oye cuydey eu *que* nom serya rezão hyr nyngem la e ordenou sse doutra uia *que* foram todos esses grandes la he como a *senhora* *emperatryz* fora he ouuyo myssa e asy ho *emperador* ueo me oye uer yoham rodrygez mousynho e deu me esta noua e *que* a deuya yr uyssytar e *que* auya d auer festa e *que* lhe dyssera o conde nasao *que* o *emperador* estaua muy contente de mynha pessoa e dyssera grandes gabos e ¹ lhe pedyra o conde nasao *que* syntyssse de mym se açeytarya um banquete dele e *que* me auya prymeyro de uyr uyssytar a ysto lhe respondy *que* hũ he qantos ele mandase,

fuy *entam* uer ha *senhora* *emperatryz* he estando com ela ueo ho *emperador* e com grandes prazeres de me achar aly mandou me asentar em cadeyra / [fl. 5] he meus porteyros de maçãs com as maçãs da feyçam *que* as ele traz *que* sam co coroas çaradas sobolas mesmas maçãs he as maçãs pequenas, muito pouqas tochas com ele porque todo ysto era ya de noyte e pouqa yente com ele, o legado pos[to a] par dele a sua mão esqerda, e [d]yante o duque de beyar² he o duque d arcos³, *entam* essoutros *que* com ele estauam,

fez se ãa praça por onde chegaram todos esses *que* hyam conmyguo [ha] lhe beyyar a mão dyante de mym *entam* chegey eu he a prymeyra messura *que* fyz ele esperou me em pe nom bolyo co barete *nem* se moueo *senam* co rosto mostrou *que* me agasalhoua e co geyto [do] corpo chemou me *pera* sy, qando [chegey] ha outra messura da par dele abalou *pera* mym abayxey me eu pedyndo lhe a mão nom ma quys dar em nenhũa maneyra o braço sempre escondyndo [sic] de traz e ele muito abayxado conmyguo e aleuantando me hay *que* mo fez aleuantar despoys de eu ergydo / [fl. 5v] fyz outra messura e aredey me hũ pouco cuydando *que* ele quysse logo camynhar *pera* ha *emperatryz* e uy *que* ele esperaua *hentam* chegey me a ele e porque eu nom leuaua ha carta de uosa alteza *nem* nenhũa carta p[...]*tam* lhe dyzer, todauya me pareço bem dyzer lhe, *que* uosa alteza me mandara com a *senhora* *emperatryz* seruy la he acompanha la e asy me mandara a ele a lhe notefyqar ho grande prazer he contentamento *que* deste cassamento recebera e *que* aynda *que* antre uosas altezas ouuese tantos dyuedos e *tam* conyuntos e tantas rezões com tantas outras obrygações *pera* mays alianças se poderem escussar *que* contudo esta *que* haynda hauya *pera* se poder ayuntar as outras nom quyssera u[osa] alteza *que* fyqasse por fazer, e *que* a carta de uosa alteza como algũas outras coussas mays *que* acerqa dysto lhe trazya *pera* falar, *que* me parecy *que* serya muy pouquo seruyço de uosa alteza *nem* seu faze lo agora, poys era dylatar esta ora de uosas altezas *tam* desseyada, como era rezão *que* fosse *que* agora nom hera tempo de mays *que* pedyr a noso *senhor* *que* este casa/ [fl. 6]mento ffosse portanto seu descansso e *pera* auer fylhos de benção asy como ele dessey,

ele me respondeo *que* por certo ele de mynha companhia com a *emperatryz* recebera tanto contentamento *que* de nenhũa outra o pudera receber mays, e [que] uosa alteza me qa enuyar fyzer a coussa *que* a ele fora muy agradauel he complacente, e *que* por essas mesmas coussas *que* uossa alteza dezya ele folgara tanto de fazer este cassamento e *que* ele amaua a uosa alteza como a seu y[r]mão e *que* esperaua em deos *que* este amor a[que]çerya cada dya mays asy como a deos ap[ra]zya acrecentar cada uez mays as rezões *pera* yssso, e *que* ele se me

¹ Riscado: “o fez”.

² D. Álvaro de Zúñiga, 2.º duque de Béjar.

³ D. Rodrigo Ponce de León, 1.º duque de Arcos.

qerya desculpar de tardar tanto *que* os negocyos o cau[ss]aram a ysto lhe respondy a *que* sua [al]tez[a] nom tynha necessarydade de o dyzer *porque* qa se sabya e *que* bem se uyra em qamanhas yornadas andara por chegar como partyra, folgou ele com ysto *entam* contou me *que* tal dya andara tantas e tal tantas,

entam me dysse qam halegre fora co nacymento do pryncype uosso / [fl. 6v] fylho e qanto folgara de saber *que* naçera no dya *em que* ele naçera eu lhe dyse *que* eu nom ouuera recado de uosa alteza *pera* lhe dar dysso conta *porque* uosa alteza o mandara dar o recado dysso antonyo d azeuedo crendo *que* estarya aynda la sua magestade ao tempo desta noua,

entam lhe dysse antonyo d azeuedo *que* tynha carta de uosa alteza *per que* lho mandaua notefyqar, e perom lhe dysse *que* lhe beyyaua as mãos pelo *que* sobre ysso dezya *pera que* auya tantas rezões e *que* eu o farya saber a uosa alteza, e *que* prazerya a nosso *senhor que* antes dū ano uosa alteza lhe pagarya aqela alegrya, *em* receber outra tanto com fylho *que* lhe noso *senhor* darya, [r]yo sse ele muito *entam* começou d andar *pera* [on]de estaua ha *emperatryz*,

he agora dyrey o *que* ele leuaua uestydo, era hū pelote de ueludo preto todo cheo de tranças d ouro hem laços e ramos por todo o pelote coussa hū pouquo proue e nom muito galante, he *em* cyma hūa roupa tambem do ueludo [pre]to forada de cetym preto sem capelo e sem / [fl. 7] meas mangas, he cas mongequys todas cortadas he tomadas cūas ataquynhas d esmalte branquo he ũa gora destas todas ynteyras pequena na cabeça he ũa estamparela anylada de feyçam de ly[s]onya e na cynta hūa espada enuernyzada e doura[d]a he ũ punhal,

tomou o legado e po lo a mão dereyta he a mym a mão esqerda e asy hyamos hambos a par com ele e ele leuou me as uezes pola mão e se eu qerya tyrar o barete fazya me loguo tornar a por e *nem* hem yndo *nem* hem falando com ele nom me qerya *em* nenhũa m[a]neyra deyxar estar descuberto, o lega[do] faley despoys *que* faley a ele e este me fez tambem muita cortessya, asy foy andando ho *emperador* e nos com ele o legado he eu [cad]a ũ de sua parte, como o *emperador* chegou ha cassa onde estaua ha *emperatryz* ouue farto trabalho *pera* apartar ha gente he hera nysto a desordem muita de maneyra *que* me parece agora a pressa *que* homem la as uezes pasa as portas *que* a mor ordenança do mundo *pera* / [fl. 7v] a gram desordem *que* qa nysto uay,

ueo ha *emperatryz* qassy a par da porta, fez hūa messura muy bayxa o *emperador* pedyo lhe a mão ele lhe fez outra he a aleuantou e asy *em* pe com muy b[om g]leyto a tomou e lhe dysse asy aly em pe duas outras palauras as qays eu bem quyssera *entender* e nom pude e poreu eu estaua tam perto *que* antreouuy *que* eram sobolo seu tardar, *entam* a leuou *pera* ho estrado e meteo o legado na metade antre ele e ela, o legado negaua sse e qerya sse por qa de fora dysse lhe *entam* o eperador [sic] *que* passasse *que* aly auya d estar começou *entam* o legado a fazer ũ proemyo *em* ly[ngoa] ytalyana dezendo *que* *pera* tays pryncypes e tamanhos nom era necessaryo as amoestações *que* nos outros cassamentos se soyam fazer *que* eles nom auyam de uyr aly senam aredados todolos yncouenyentes *que* aquylo deuesem ympydyr, o *emperador* a ysto acudyo lhe a ysto ryndo *que* acabasse assynha / [fl. 8] tomou lhe ele *entam* as mãos he ayuntou as e dysse as palauras formays *que* aquy dyrey a uossa alteza

muito alta e muito podora [sic] dona yssabel de portugal raynha de ca[s]tela e de alemanha consent[y]s uos *em* tomar por esposso <como manda a santa madre ygreya> ao muito alto e muito poderosso dom carlos eleyto *emperador* rey de alemanha e de castela et çetera, dysse *entam* a *senhora* *emperatryz* sy ha este sy da *senhora* *emperatryz* ouue graças e ryssos,

tornou *entam* ao *emperador* e dysse, muito alto e muito poderosso dom carlos eleyto *emperador* rey d alemanha he de castela *et cetera*, consentys uos *em* to[m]ar por esposa como manda a santa madre ygreya de roma, a ¹ <muito> alta e muito poderossa dona yssabel de portugal reyna de castela e de alemanha, dyse o *emperador* sy,

dyse ele *entam* *em* latym *em* uoz alta estas palauras segymtes, / [fl. 8v] et eguo autorytate petry et pauli et beatyssimi patris nostri qua [?]r hoc matrimonium confirmo approbo et solemnizo in nomine patris et filius et spiritus santi amen,,

ysto feyto forão a lhe beyyar a mão chemou me ele cos olhos *que* fosse eu o prymeyro tampouco me quys dar a mão conqanto o perfyey aynda *entam* mays, apos mym foy o duque de

¹ Riscado: “dona”.

calabrya he o arcebyspo de toledo duque d alua de beyar d arcos e todos essoutros e de molheres a duquesa de medyna¹ *que* y ay estaua he a condesa e dona gyomar e todalas damas e a tudo ysto esteue o *emperador* he a *emperatriz* sempr[e he]m pe he mays ha ãa bayxa e alta de laxao *que* dançar e pore[m] nom he a manha tam prefeyta *que* so por ela deue remediar como dyzem

apos ysto ueo hũa cadeyra d espaldas *que* era mandado buscar pera o legado e sentou sse ho *emperador* he a *emperatriz* / [fl. 9] he antonyo d azeuo [*sic*] he o d[u]que de calabrya *que* no despeyo mandou tambem dar cadeyra, he atras nam acabado o seram *que* durou pouquo aleuantou se o *emperado* [*sic*] dysse me *que* acabara cedo porque se qerya deytar temprano ysto ryndo tomou entam pola manga e leuou me ate a casynha onde se recolhe e des pe aly me dysse *que* bem lhe perdoarya nom me ouuyr oye eu lhe dysse *que* mays dyas esperara dar a sua alteza d espaço *que* oye respondeo me *que* nam *que* ele qerya *que* fosse amenhã *que* ele me mandarya dyzer as oras, asy *que* hamenhã prazendo a noso *senhor* lhe yremos falar ruy teles he antonyo d azeuedo he eu e daquy a tres ou qatro dyas lhe falarey tambem ha outra fala ao *que* uosa alteza manda he de tudo o *que* pasar ho auyssarey

espero em noso *senhor* *que* / [fl. 9 v] se fa[r]a tudo como compre ha uoso seruyço

noso *senhor* a real pesoa e estado de uosa alteza garde e acrecente com muy longos dyas de uyda he mays crecymientos de reyno[s] e senhoryos

beyyo as reays mãos de vosa alteza

de seuyilha ha onze de março de myl he quynhentos he uynte cinco [*sic*],,

cryado e feytura he uasalo de uosa alteza

a) Ho marques

¹ Identificação indefinida. Será D. Mécia Manuel, filha de D. Afonso, 1.º conde de Faro, casada com D. Juan de la Cerda, 2.º duque de Medinaceli, ou então D. Ana de Aragón y Gurrea, casada com D. Juan Alonso Pérez de Guzmán y Zúñiga, 6.º duque de Medina Sidonia.

Minuta de um acordo tratado entre D. Jaime, 4.º duque de Bragança e D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, relativo à troca de terras, de jurisdições, de rendas e de direitos doados pela Coroa, assim como de património particular, que ambos tinham, prazendo a el-rei D. João III, mas que não surtiu efeito

Fonte:

Lisboa, BNP, *Manuscritos Avulsos*, cx. 4, n.º 13 ¹

Sem local, sem data

[frente]

Concerto *que* fazia o Duque de Bragança com o Marques de *Villa* Real sobre a troca de certas terras, o que não teue efeito

Sam conçertados o Marqves de *Villa* Real, e o Duque de Bragança em trocar, e escambar as covsas seguintes aprazendo a El Rey nosso senhor ss. o Marqves daa ao Duque a Alcaldaria, e Rendas, *que* tem em Leiria, e beens, e fazenda assi da Coroa como de patrimonio, e as villas, e jurdições de Alcoentre, e de chaão do couçe com todas suas Rendas, e direitos, e padroados, e *quaesquer* outros beens, e fazenda *que* hij tiver, e assi mesmo os dez ² reis de çeita *que* tem nas terras do Duque d antre doiro, e minho, e tra llos montes.

O Duque daa ao Marques pollas jurdições ³ <D alcoentre>, e chaão do couçe as suas terras de Paiva, e Baltar .ss. a jurdição dellas., e polla Alcaldaria de Leirea lhe daa as alcaldarias de Melgaço, e castello Leboreiro, e a jurdição das terras de Penella, villa chaam, e Larim, e as jurdições dos coutos de Barbeita, Nogueira, Gondrufe, [Amamom?], *que* são antre doiro, e minho.

Por todallas Rendas, *que* Rende Leirea, Alcoentre⁴, chaão do couçe, e pollos dinheiros de çeita, lhe daa o Duque outra tanta Renda pollas Rendas das ditas terras de Paiva, e Baltar: Loussada, e Penella, villa chaam, e Larim, e coutos, e dizimas *que* tem do pescado no Porto, e zurara, e villa nova de çerveira; e assi pollas Rendas *que* Pedro de Castro tem, e Melgaço assi de seu patrimonio como das Alcaldarias recebido, e comta a Camara do Arçebispo pollo conçerto *que* o Duque com elle tem feito *pera* o Marques ho acabar; e *pera* ho *que* mais / [verso] se montar nas Rendas do Marques nomea ho Duque tres mil e 27 reis *que* tem nas Cizas de Bragança por Carta geral; e assi nouenta sete⁵ reis *que* tem em Ourem da mesma qualidade *pera* daqui se tiraar o *que* for neçessario.

E pollas d alcoentre, e chaão de Couçe o *que* Renderão os tres annos passados.

sobre os dinheiros de Ceita se Louuaraão, ⁶ dous outros Desembargadores d el Rei nosso senhor *que* intrepetem a sentença como se deue Leuar ouvindo cada huma das partes

¹ Cópia setecentista.

² Riscado: “mil”.

³ Riscado: “d alcoche”.

⁴ Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “Alcoche”.

⁵ Palavra emendada. Os caracteres primeiramente escritos são ilegíveis.

⁶ Riscado: “e”.

se disseer breuemente *pera* melhor declaração; e polla dita intrepetacaam se faraa conta do *que* podem Render, e *naquela* estimacção ho Reçebera o Duque.

Estas doações destas cousas se mudaraão as do Marques nas cousas *que* lhe o Duque daa, e as do Duque nas cousas *que* o Marques lhe daa.

Daa mais o Duque a Alcaidaria moor das sacas *que tem* antre Doiro, e Minho tirando as *que* pertencem as suas terras do Duque, e isto em Recompençação das cousas de Leirea de baixo, e *quaesquer* outros *beens* patrimoniaes, e casas.

Porque aqui haa Rendas *que* andão de Janeiro a Janeiro, e outros de São João a São João, ou de santa Maria de setembro descontar se haa soldo a liura, e *aquelle que* deer as Rendas de Janeiro a Janeiro leuaraa *pera sy* o *que* se montar soldo a liura atee o tempo *que* as outras Rendas *que* Reçebem começarem a Render.

Todas as sobreditas cousas se obriguaraão ambos de dous a comprar, e deraão suas fees *huum* ao outro de as comprar *praZendo* a El Rei nosso *senhor* de *maneira que* se dee nisso toda brevidade, e comecem correr as Rendas loguo de são Joham por diante por cujas ouuerem de ser.

E assi entraraa nisso a Renda, e Alcaidaria *que* o Marques tem na Batalha .ss.

Traslado do testamento de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pelo qual, entre as demais vontades nele ordenadas, determinou ser enterrado, em campa rasa, no capítulo do convento de São Francisco da vila de Santarém, indicou o seu filho D. Miguel de Meneses, conde de Alcoutim, por herdeiro da sua casa e morgado e nomeou a sua mulher D. Beatriz de Lara e o seu irmão D. Nuno Álvares Pereira de Noronha, por testamentários

Fonte:

Lisboa, BA, Códice 50-V-32, fls. 446-449v

Santarém, 2 de Junho de 1543

[fl. 446]

+

Treslado do testamento do marquez Dom Pedro de menezes 3.º

Em nome de Deus Amem

Saibão *quantos* este meu testamento e ultima vontade virem *que* eu Dom pedro de menezes marques de Villa Real etcetera estando com todo meu sizo e emtendimento ordeno este meu testamento e quero e mando *que* se cumpra como se nelle contem emcomendando minha alma a nosso *senhor que* com tantas penas e trabalhos por sua mizericordia a remio e a glorioza virgem sua madre *que* tamanhas dores pellas suas recebeo a qual peço *que* em my queira uzar de seu officio *que* com todolos peccadores uza de rogar por elles posto *que* meus pecados o não merecão e peço ao seu bento filho *que* quando esta minha alma pecadora deste meu corpo mandar partir esquecendo se de meus grandes pecados e lembrando se das suas chagas gloriozas *que* por mim padeção a queira colocar em a sua muy Santa gloria pois me tem feita tão grande merce *que* me fes cristão e me trouxe a sua santa fe na qual eu protesto *que* creio muy uerdadeiramente assim como cre e tem a santa igreja catholiça [*sic*] romana he de nella uiuer e morrer.

Eu escolho pera minha sepultura o Capitulo do Conuento de São francisco de Santarem *que* he *que* he [*sic*] caza ya dedicada pera nossa sepultura e *que* ya i ouue meu pay may e auo e alguns filhos meus *que* aguora estão sepultados digo depozitados no Coro da mesma Caza na sepultura do Conde Dom fernando meu visauo segundo esta por huma tauoa *que* esta no mesmo Coro e a mesma Caza an de ser mas como ella for corregida como abayxo se declara,,

o meu corpo no habito de *são francisco* de cuya sagrada relegião eu sam irmão e a *que* deuo tantas orações e sacreficios *quantos* por mim fazem e tanto *que* minha alma partir o meu Corpo lhe sera entregue pera *que* elles me Leuem *quanto* ao mais de chamarem clerezia e outras ordens remeto a meus testamenteiros pedindo lhe porei muito *que* escuzem nisto pompas escuzadas senão seguindo huma via meam por *que* tão bem nom pareça / [fl. 446v] *que* homem quer nouidades estranhas e *quanto* a minha sepultura far se ha loguo com grande pressa huma campam cham raza sem nenhuma obra em *que* diga aqui jaz dom pedro de menezes terceiro marques de vila real e a caza nom se armara de preto nem se fara tumba de madeira senão aqueles tres ou quatro dias *que* auera mister pera se a campam fazer se pora hum pano¹ preto com huma crus branca sobre minha sepultura o qual ficara ao mosteiro

O Dia de minha sepultura se fara o officio de noue licoes com suas vesporas como se costuma e assim o outro dia a missa e dar se ha a oferta *que* a meus testamenteiros parecer

¹ Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “pau”.

somente declaro eu *que* por cada missa rezada se 33 *reis* de [*sic*] esmola a onrra dos 33 anos *que* noso *senhor* andou neste mundo e pola missa cantada se dara 500 *reis* a honrra das suas sinquo chaguas preciosas

tãobem folguarey e o mando assim *que* em todas outras igrejas e musteiros *que* ouuer [notaga?] onde eu falecer desta uida prezente selebrem todos os sacerdotes por mim *que* estiuerem despeyados *pera* o fazer e se de a mesma esmola pellas missas rezadas e tres tostois pella missa cantada a honrra da Sanctissima trindade.

Se for cazo *que* eu falleça fora de Santarem e for em [*piedade*] *que* meu corpo posa ser trazido a esta Caza sem corrupção trazer se há e se não depozitar se ha em alguma Caza de *são francisco* *que* ouuer mais perto ate ser comido e como o for comido se tresladarão os meus ossos a esta Caza e lugar de Santarem e aos trinta dias se me fara hum seimento [*sic*] polos frades da Caza e alguns Comarçãos [*sic*] e outro tal ao ano meus testamenteiros *prouerão* de mantimentos os frades *que* forem juntos e asy vasquas [*sic*] e bestas e isto em abastança e lhes darão a esmola das missas rezadas he cantada conforme ao dia do emterramento,,

Deixo por meus testamenteiros A marquezia minha *molher* e a Dom nuno aluarez meu irmão polo *muíto* *que* nelles confio e polo *muíto* amor *que* lhe tinha assim a minha *molher* como a meu irmão / [fl. 447] e pello *que* eu fizera se me elles o semelhante emcomendarão e peço por merce ao conde da castanheira pola muita amizade *que* temos e polo *muíto* *que* delle confio e polas palauras *muitas* *que* me tem dadas nesta minha doenca *que* queira tomar cuidado de uer elle se elles assim o cumprem e auendo necessidade de ajuda e lembrança de a dar e fazer,

Deixo Dom miguel de menezes meu *filho* mais velho e conde de alcoutim por Erdeiro de minha caza e morgado na outra minha fazenda partiuél erdarão meus *filhos* e *filhas* igoalmente e elle com ellas *segundo* por *direito* deue ser a minha terça a huma clauzula no meu morgado *que* os *senhores* desta Caza a leixem senpre *pera* se conprar *pera* acrecentamento do morgado e portanto se faca

deixo a marquezia minha *molher* por curadeira e tutor de meus *filhos* emquanto nom for em idade *pera* guouernar meu estado e depois *que* o for tãobem lhe mando *que* tudo faca com seu *conselho* e lhe tenha aquele acatamento e reuerencia *que* a toda a may se deue *quanto* mais a tal may e de tal sangue.

A marquezia peso *que* nom cure de extremos sobeyos *que* nom seruem de nada os extremos seyão em virtudes e onestidades de sua *pessoa* e caza como eu della Confio e espero olhando quão regurosos são os Juizos dos homens em Julguar as Veuuas principalmente as de estado e calidades grandes em *que* mais se olha assim *que* leixando os extremos sobeyos como digo acuda a gouernanca e regimento de minha Caza e estado como he *necesairo*

emquanto meu *filho* nom for de 16 anos a marquezia tomara dous contos cada anno assim do *que* ella trouxe *que* tem em minha caza como do mais de minhas rendas donde ella melhor lhe parecer pois tudo a de guouernar isto sera *pera* mantenga sua e de meus *filhos* e dos continuos *que* seruirem a ella e a elles e regulara de maneira sua despeza e caza *que* Com isto lhe abaste e sobeye.

Tudo mais de minhas rendas se metera em hum Cofre de *que* tenha ella a chaue e meu testamenteiro outra e num dia do ano qual lemitarem se paguara ametade em diuidas e a outra ametade guardara ella marquezia *pera* o Conde meu *filho* quando for de idade lho entregar ou se ouuer então algum Juro compra lo há *pera* a mesma Caza e fazenda lha entreguara e a / [fl. 447v] marquezia fiquara com sua fazenda *que* trouxe e mais com suas arras de *que* a de auer o pagamento dellas polas rendas de minha Caza *que* estão nomeadas em noso Contrato e alem disto mando a meu *filho* *que* em todolos dias da uida da marquezia lhe leixe chão do Couse com suas rendas e jurdição e dadas de *officios* e padroados de igrejas pois isto e tudo o mais *que* tiuer a de tornar a erdar por sua merce.

Quanto a minha [*sic*] diuidas eu tenho hum Liuro e liuros em *que* estão todas escritas muy ordenadamente por aly se paguaram as mais obriguatorias *primeiro* e as outras depois e se alguns vierem depois [*sic*] requerer algumas diuidas *que* aly nom estiuerem escritas se mostrarem aluaras ou escreturas ou *prouas* suficientes pagar se lhe ão e se nom nom.

Com meus irmãos e irmã no [*sic*] fizemos *partilhas* mas em *Deus* e minha consciencia eu lhes dey a cada hum delles mais do *que* de *partilha* lhe pudera caber polas *muitas* diuidas *que* auia a *que* eu só me obriguey e porem alem disto nos concertamos *que* lhe desse mil cruzados a

cada hum dar se lhe ão e elles pasarão suas quitacoes e *quando* isto nom quizerem faca se o *que* for *direito* mas eu comfio nelles *que* são tais e tão meus amigos *que* o quererão.

Eu dou a minha irmã 200 U *reis* de tença em cada hum Anno e mando ao Conde meu *filho* *que* asim lhos de sob penna de minha bencção em todolos dias de sua uida da dita minha Jrmam.

O *dinheiro* *que* se a parte em cada hum anno se desempenhara *primeiro* *que* tudo o *que* tenho empenhado do dote da marquezia e se ouuer alguma Couza *que* se nom possa desempenhar por estar sem retro trabalhar s a por se comprar outro tanto *pera* *que* a marquezia seya inteiramente restetuyda e posto *que* se diga atras *que* se nom paguem as diuidas senom aos *que* tiuerem aluara ou proua suficiente huma diuida da sogra de Domingos de paiua se lhe paguara posto *que* nom tenha aluara *porque* elles se ouerão mal insinadamente em me demandarem em juizo o *que* *pera* mim era escuzado e todauia quero *que* se pague.

quanto a meus criados e criadas da marquezia e minhas pagar se lhes ão seus seruicos e cazamentos conforme a Rezão e *direito* ao seruico *que* tem feito e antes se lhes dé mais do *que* merecem *que* correr Risco em lhe dar menos / [fl. 448] e trabalhem de Cazar as criadas de Caza *porque* não podem ser milhores orffans *pera* Cazar e *quanto* a meus criados *que* aguora seruem de continoos em caza todos se sustentarão e lhe darão o *que* aguora lhe dou ate lhe buscarem auimento *porque* bem he *que* não fiquem senão os *necessarios* e meus officiais mando *que* tomem meu *filho* por seus officiais e delles se sirua dos *propios* officios *que* a mim seruião e os *que* tiuerem cartas de seus officios far lhes ha loguo outras tais em seu nome

e *quanto* a minhas filhas dona Juliana se cazara o mais honrradamente *que* puder ser e esta merce pesso a el Rey meu *senhor* *que* me faça alem de quantas me tem feitas e asim peço por merce a Raynha minha *senhora* por suas grandes uertudes *que* me ayude nisso ante El Rey meu *senhor* como eu nella espero

he Dona maria minha *filha* se metera freira *porque* senpre a tiue *pera* Jso desde o dia em *que* nação e por iso lhe pus nome maria e folgaria *que* se metesse em mosteiro de santa Clara aquy em Santarem ou em Lixboa onde ma ya tñhão tomada porem onde quer *que* entrar darão com ella aquillo *que* parecer bem e se concertarem e farão renumciacção da Legitima por depois não auer debates

e Dona Barbora he tam anina *que* a deixo a dispocisão do tempo se depois a puderem cazar cazem na e se não metão na freira

e Dona margarida minha *filha* *que* ouue ante de Cazamento se quizer ser freira em mosteiro de São Bernardo metão na como estaua ordenado e dem lhe trinta mil *reis* de tenca todos os dias de sua vida *pera* ajuda de sua mantença e mando e emcomendo ao Conde meu *filho* *que* lhos dé emquanto não quizer ser freira e quizer se recolher com A marquezia emcomendo A marquezia *que* a trate como aguora fas e a aya por sua *filha* verdadeira e mando Ao Conde meu *filho* *que* de a dita Dona margarida sesenta mil *reis* todos os dias de sua vida

e *quanto* a Dom manuel meu *filho* Lembro ao conde meu *filho* o *que* eu fis com meus Jrmãos e o *que* lhe dey e pois elle não tem mais *que* este macho mando lhe por minha bencção *que* lhe de de sua Caza em cada hum Ano quatrocentos mil *reis* de Renda os quais se lhe acentem por huma Carta geral em Renda apartada e se lhe comesse a dar desd o *primeiro* dia de Janeiro em diante e se lhe não guardando / [fl. 448v] ou Comprindo *pera* se lhe multepliquarem *pera* *quando* elle for homem

mando *que* o Capitolo de *são francisco* em *que* me mando Lançar e adeJazer meu pay e auó se faca loguo abouedado com suas chaues douradas e lageado de lageas muito finas branquas e pretas e o mesmo a Capelinha de dentro e se lhe fara hum retabolo muito bom Riquo e se lhe farão seus acentos ao redor de bordo como se costuma *pera* os capitulos das taes cazas e se lhe darão os ornamentos riquos e bons com as minhas armas *pera* dizerem aly os officios e aos Padres se lhe paguara muito *perfeitamente* o *que* se lhe da em cada hum Ano *que* são vinte e quatro mil *reis* por tres anais e hum responso cantado *que* se ahy dizem e se Deus me levar ordeno lhe mais outro anal por *que* lhe mando dar des mil *reis* em cada hum ano e emcomendo A marquezia e a dom nuno Aluarez meu irmão *que* esta Capella se ordene loguo sem se della aleuantar mão ate se acabar

e mando *que* se busquem sinquo mossos *que* tenham bom emgenho e se mantenhão a minha custa no estudo de Coimbra ate serem mestres em Theologia e sacerdotes e emtão os

deixarão *que* fação de sim o *que* quizerem e se acharem criados meus ou *filhos* de meus criados seyão no *muíto* embora e se *alguns* destes se achar *que* nom estuda bem ou nom viue bem tirem no e ponhão outro em seu lugar

e mando tãobem *que* me tirem sinquo meninos Catiuos de terra de mouros e emquanto meu *filho* nom for de idade se el Rey meu *senhor* lhe comprir algum seruico de minha gente ou caza Dom nuno aluarez meu Jrmão Seruira *com* ella ate o Conde meu *filho* ser em idade e a marqueza lha mandara dar e ajuntar *com muíta* deligencia e em *alguns* acrecentamentos de meus criados *que* nom nomeo aquy nada por nom fazer agrauo a *alguns* pois a todos tenho tanto amor porem eu porem eu [*sic*] farey *com* A marqueza e eu comfio *que* ella fara conforme ao *que* eu disse e o *que* he rezão e justiça

eu tenho hum Liuro de huma mão de papel emquadrado em porguaminho Branco escrito de minha mão de Couzas de minha consciencia secretas este Liuro tomara A marquesa / [fl. 449] Minha *molher* e o tera em sua mão ser [*sic*] o uer outrem senão ella e hum teologo e hum canonista os milhores *que* ouuer na terra e o *que* a elles parecer se fara naquellas couzas

Alem dos duzentos mil *reis* *que* dou a minha irmã uisto sua pobreza e necessidade e *quanto* trabalhou comigo nesta minha doença e o gazalhado e seruiço *que* em sua caza me fes pesso A marqueza e o conde meu *filho* *que* lhe dem mais sinquoenta mil *reis* de tença em todos os dias de sua uida.

A dom nuno aluarez meu Jrmão polo trabalho *que* a de ter em meu testamento porque a de ir e uir *muítas* vezes a Corte se for *necesairo* e asim polos negocios de minha Caza mando A marqueza e ao conde meu *filho* *que* lhe dem vinte moyos de pão de trigo e des de Ceuada em todos dias de sua vida

e Dom Afonso meu irmão *porquanto* he proue e tem pouqua renda peço e mando A marqueza e ao conde *que* o leixem estar na Capitania de ceita ate *que* o Conde tome o guouerno de sua Caza porem elle fara loguo depois de minha morte *menayem* ao conde asim como a mim a tem feita e lha mandara loguo *que* se chamara capitão por elle como se chama por nos e prometera de Comprir e guardar os *mandados* de meu *filho* e da marqueza *que* por elle guouerna e asim comprir *muíto* inteiramente o *que* a meu *filho* deue a el Rey meu *senhor* na dita Cidade e conta *que* lhe della a de dar e posto *que* Dom Afonso queira uir a portugual com licenca da marqueza podera uir e ella *prouera* emtanto *que* nella fique ata *que* elle torne e *quando* tornar lhe tornarão a emtregar a dita abiguouaria digo capitania *pera* a ter por o *dito* meu *filho* te o dito tempo e *quando* elle nom quizesse ter a dita Capitania então pora Lá a marqueza pesosas parentes meus ou criados os quais farão omenayem ha meu *filho* como senpre se fes a mim e a meu pay e auos

e no Cazamento do Conde meu *filho* A marqueza nom fara *nunqua* nada sem ser a *primeira* pedra uontade e *mandado* e *conselho* de el Rey meu *senhor* e o mesmo mando Ao Conde meu *filho* *que* / [fl. 449v] Assim o faca e algua Couza *que* nisso comuniquey *com* ella e ella a comunicuara ou mandara comunicar *com* el Rey meu *senhor* e *com* a Rainha minha *senhora* *quando* lhe parecer tempo e depois de meu falecimento passados os dias comuenientes do emserramento de meu *filho* o *senhor* Dom nuno Aluarez meu irmão leuara o Conde meu *filho* asim acompanhado como for rezão a beyar a mão a el Rey meu *senhor* polos meus titolos caza e eranca em *que* socede e se tornara a sua may *pera* o Criar ate ser de idade *pera* o tornar mandar servir

com isto ey este meu testamento por acabado firme e ualiozo e reuoguo outro qualquer testamento cedula ou condecilho *que* tiuese feito e este só *prouo* e ey por ualiozo

feito em santarem a dous dias de junho de 1543 anos feito escrito por frey bernardino de Caruoaira meu confesor e guardião de são *francisco* da dita Villa,,

O marquez.

Traslado do codicilo ao testamento de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pelo qual, entre outras vontades nele ordenadas, determinou que a sua irmã D. Leonor de Noronha fosse igualmente nomeada por testamenteira

Fonte:

Lisboa, BA, Códice 50-V-32, fls. 444-445v

Sem local, sem data

[fl. 444]

+

Treslado do Condesilho do marquez Dom Pedro de menezes 3.º

Estas Lembranças faco Alem de meu testamento *que* são as *que* digo *que* faley com a marquezia e mando *que* asim se cumprão acerca dalguns criados meus

Mem Rodriguez meu veador fiquara veador do Conde meu *filho* e acrecentar lh ão des mil *reis* de tenca alem da *que* tem por como me seruio nesta doenca

e ao Doutor mestre grabiel meu fiziço [sic] tera seu partido asim como o tem e pagar lh ão em zurara como lh aguora pagão e mais o seu *filho* *que* tem no estudo *que* se chama manuel soares tomar se ha *pera* meu *filho* e dar lh ão moradia no estudo .s. aquella *que* ha hum moco da Camara meu *que* anda em caza e depois *que* elle for letrado e uier servir meu *filho* então lh pora seu partido de letrado segundo seus seruicos e merecimentos e outro¹ *filho* pequeno *que* tras se elle quizer *pera* Janeiro lho tomarão e lh darão moradia de moco da Camara.

o meu botiquario lh acrecentarão em seu partido mais oito mil *reis* *pera* que tenha Vinte por quão bem Me seruio nesta doença

A Leonor pereira sua moradia alem da *que* ella tem e *quando* seu *filho* ouuer d ir servir seus officios a ceita da lo ão a el Rey meu *senhor* se ella quizer.

A Leonor neta por quão bem me seruio nesta doenca tomar lh ão sua *filha* pequenina e caza lh ão

A Dona izabel polo muito seruico *que* me tem feito deixo a ella *pera* que possa dar a Catarina de souza sua sobrinha duas mil dobras e quero *que* ella senpre acompanhe a marquezia minha *mulher* tirando Cazando se Dona Juliana minha *filha* em tal parte em *que* fose necessario sua Companhia em tal cazo pesso eu por merce a marquezia *que* a queira mandar com a dita minha *filha* e a dona Jsabel terey em merce quere lo aceytar pola grande confianca *que* tenho nella e em suas vertudes

Dona Catarina de noronha *filha* de Dom christouão meu tio *que* Deus aya se metera freyra em mosteiro obseruante aquy a tomauão em são Domingos das Donas com sinquoenta [fl. 444v] mil *reis* segundo a *senhora* Dona Leonor minha Jrmam me dise trabalha se [sic] loguo por se meter.

esoutras *mulheres* honrradas e fidalgas *que* tenho em caza trabalhe se por as cazar segundo a calidade de suas pessoas e *quando* puder ser cazarem com criados meus folguarey muito e se algumas quizerem ser freiras nom se lh tolhera antes se lh dara o *que* *pera* iso for necesario em desconto de seus cazamentos ou seruico

¹ Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “solteiro”.

as outras molheres mais baixas se cazarão *com* outros homens de sua calidade e a *humas* e a outras se dara de dote o *que* for *justiça* e rezão conforme a calidade de suas pesoas peço por *merce* a marquezia *que* ate aguazalhar estas nom tome nenhuns outros nem ainda nem queria qua a marquezia tomasse senom velhas e escrauas e pesoas *que* nom tuessem necessidade de se guardar

Dom Dioguo se dara a el Rey meu *senhor* e dar lh ão cento he Vinte mil *reis* empregados em mercadoria em *que* se lá possa *aproveitar*

Dom João ficara *seruindo* o Conde meu *filho* de seu *paye* [*sic*] e como for de vinte annos da lo ão a el Rey se elle quizer.

estes criados meus *que* são mancebos solteiros *que* nom tem em *que* *seruir* a marquezia nem por aguora o Conde despachar se ão *pera* suas cazas *com* suas moradias paguas e *seruicos* do melhor modo *que* puder ser e como parecer a meus *testamenteiros*

Ao *senhor* Dom nuno *alvarez* meu irmão e a marquezia e a *senhora* Dona Leonor minha irman e ainda *que* a não nomeey no meu *testamento* a ey por nomeada por minha *testamenteira* juntamente *com* o s[*enhor*] Dom nuno *alvarez* meu Jrmão e com A marquezia

Todo [o mouel] meu *que* nom armar ao modo da uida da marquezia se vendera *pera* se paguarem minhas diuidas.

mando A marquezia que des criados meus escolha ella e assim meus *testamenteiros* dous honrrados e uelhos *pera* a *seruirem* e acompanhar e dar lh ão os partidos *com* *que* se bem posão / [fl. 445] sustentar e perecer [*sic*] bem a meus *testamenteiros* e se *gonçalo* milheyro quizer *seruir* a *marques* [*sic*] serão [*sic*] *hum* destes pola *muita* *confianca* e amor *que* lhe tenho

A *gonçalo* de paiua mando *que* querendo uiuer em almeida *que* se lhe de o *officio* de juis dos orffãos da dita Villa *que* eu tenho posto no *Licenciado* Antonio Lopes.

e das couzas que digo em meu *testamento* *que* esta num Liuro branco [*sic*] *que* mando *que* a marquezia vey a *com* dous Letrados, mando *que* tãobem o ueyão Dom nuno *alvarez* e Dona leonor e letrados sobre o dito *juramento*

porem loguo daquy dizisto do *que* digo *que* esta neste Liuro asentado por minha letra posto *que* tenho fallado *com* muitos tiologos grandes e eelles [*sic*] me diserão todos *que* o podia levar e *que* o não deixasse visto como sua Alteza meteu da fazenda da marquezia minha *molher* dous tantos [*sic*] do *que* eu Leuaua *porque* o *que* eu Leuaua ainda não chegaua a *hum* Conto e o *que* sua Alteza tomou A marquezia passa de dous contos e só o montado ual *hum* conto e meyo de renda e no meu cartorio se achara *hum*a carta do Conde de linhares meu tio em *que* escreuia a condestabresa como el Rey Dom *manuel* o nom queria senão *pera* o mandar grangear *pera* quando sua alteza Cazase a marquezia minha *molher* *pera* o achar *aproveitado* afora as outras rendas de Serpa moura e Almada *que* a marquezia tinha de *que* se guouernaua no paço *que* vallia *hum* conto e trezentos mil *reis* e não lhe derão mais por isto mais *que* seiscentos mil *reis* e duzentos por colares *que* so a renda os vallia e nom lhe pagarão a *jurdição* polo qual peço a sua Alteza como quão cristão he *que* *queira* Confirmar ao Conde meu *filho* estas couzas de yuro por descarguo de sua *Consciencia* em desconto do *que* se tomou ha marquezia e peço a sua Alteza polas chaguas de *nosso* *senhor* *que* achando se *que* eu leuey estas rendas mal leuadas me faca *merce* della [*sic*] Lembrando sse por sua *consciencia* do *que* gastey e uendy por seu *seruico* e quando Sua alteza me não quizer / [fl. 445v] fazer esta *merce* mando a meus *testamenteiros* *que* se lhe pague tudo e se achar por bem de conta e assim os oito mil *cruzados* *que* me sua Alteza emprestou

eu tenho o titulo de *marques* de juro he herdade e pello paço em *que* estou o declaro assim e a doação disso o Conde de linhares meu tio a trouxe a meu *pay* creo eu que o fes o *secretairo* Antonio Carneiro e por uertude della dis a *Sentenca* *que* eu tenho da precedencia dos condes *que* eu sou *herdeiro* do marquezado de juro e herdade e mais a doação d el Rey Dom *Afonso* do titulo *que* deu ao *marques* meu Auo posto *que* el Rey Dom João lhe fizesse a *serimonia* de *que* ho fas *marquez* de villa real assim como era Conde elle era conde de juro polas quais rezões o Conde meu *filho* fica *marques* ainda *que* ahy não ouuera eu espero nas *muitas* uertudes D el Rey meu *senhor* *que* a mim e a elle fizera essa *merce*

e este meu condecilho e lembranças ey por ajuntado ao meu testamento e hum e o outro
quero *que* ualha tenha forsa e uigor
o marquez

Sermão de Frei Luís Veloso, frade da Igreja de São Francisco da vila de Santarém, proferido nas exéquias de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real

Fonte:

Madrid, RAH, *Colección Salazar y Castro*, N-76, fls. 129-135v

[Santarém, Igreja de São Francisco, Junho de 1543]

[fl. 129]

Sermão de frei luis veloso frade de são frrancisco em o saimento de dom pedro de meneses terceiro marquez de villa Real.,

A Causa destas tristezas, destes choros, pergunto te fraqueza humana por que choras, por *que* fazes estas pompas, lições de Job, tochas açesas, tristeza nos vultos, grandes doos E sentimento por que ho fazes, *tulerunt dominum meum, apartaram de mjm meu senhor, aquelle que* era meu emparo, minha honrra, sustentaua minha vida em *que* tinha minhas esperanças, a cuJo bafo viuia, cabeça E esteo de minha casa,

assi que essa hee a causa E o fim de vossas lagrimas, por apartarem vosso *senhor* de voos, se ellas *nam* sam outras façilmente me atreuo a tirar uos ha causa dellas, E antes mostrar uos *que* a causa dessa tristeza deuieis ter contentamentos da morte passada E choro da vida presente *porque* as causas *que* desculpam¹ vosso choro essas vos condenam,

o fim pera *que* se deue chorar / [fl. 129v] *nam* hee este, totalas cousas naturaes tem *hum* fim natural *hum* effecto pera o que aproueitão, E pera outro não, o sol, o efeito seu, hee alumiar de dia, E a lua de noite, o fogo pera aqueutar, a aguoa pera esfriar, ho *homem* foi criado pera obrar *com* as mãos, a boca pera falar, as orelhas pera ouvir, os olhos pera ver, totalas cousas tem *huns* effectos proprios,

a boca ouvira por ventura çerrando as orelhas, não, os olhos ouvirão, as orelhas verão, não, *porque* totalas cousas produzem seus effectos *per* natureza, as lagrimas natural cousa são, *algum* effecto *deuem* produzir pera o que foram feitas, E Ja sabeis que lagrimas são *huma* afeição E tristeza natural, por ventura são pera sarar *alguma* Infirmitade, *nam*, se *algum* *homem* estivesse doente de febres E chorasse muito, se as lagrimas ho sararião, não, pois lagrimas poderão dar vida a mortos, não,

moReo vosso pai, vosso marido, o choro aproveitaraa pera Ressusçitar, não, *porque* o effecto natural das lagrimas *nom* hee de Ressusçitar, *porque* se o fora todos os que choraram *com* dor loguo Ressusçitaram mortos, pois *christo* como chorou quando Ressusçitou lazaro, et *lacrimatus est Jesus*, loguo lagrimas ho Ressusçitaram, não, senão por virtude diuina, E posto que fosse assi era *huma* especialidade pera *deus* contra a natureza, *porque* o fogo cujo natural hee aqueutar per especial priuilegio de *deus*, os moços *que* forão metidos na fornalha o fogo os Resfriaa, assi que *nenhum* Ressusçitou *com* lagrimas, pois lagrimas *nom* Ressusçitão, *nom* ha Rezão loguo pera chorar

o fim E effecto natural das lagrimas hee perdoar os pecados, se quereis *que* vos seJam perdoados vossos pecados tende tristeza, choraí, loguo são perdoados, dai me *huum* *homem* mui grande pecador de abominauees pecados E tenha tristeza, chore, sera perdoado, querei lo ver, diz *christo*, *beati qui lugent goniam* ² *ipsi* consola buntur bem auenturados aquelles que chorão *porque* esses serão consolados,

¹ Palavra emendada. Primeiro, escreveu: “desculpas”.

² Riscado: “isp”.

o perdão dos pecados *nam* se alcança senão *com* lagrimas, *nem* o paraíso *nam* se alcança sem ellas, veJamos dauid que diz homicida de vontade adultero quando esta sem *deus*, fuerunt michi lacrimae meae panes die ac nocte / [fl. 130] dum dicitur michi quotidie ubi est deus tuus, o meu comer erão lagrimas de dia E de noite enquanto me dizem onde esta o teu deus, lauabo per singulas noctes lectum meum lacrimis meis stratum meum Riguabo, todas as noites lauarei minha cama *com* lagrimas o meu estrado,

por que choras dauid, porque *nam* haa outra mezinha *pera* perdão de pecados, *pedro*, quando negou a *christo* não faltou, mas diz, egressus foras fleuit amare, sahio sse *pedro* fora E chorou mui amarguosamente, são paulo, que dizeis, que enim secundum deum tristitia est penitentiam In salutem stabilem operatur seculi autem tristitia mortem operatur, a tristeza segundo *deus* obra saude, a do mundo obra morte, sois triste por *deus* dar vossa vida, se segundo o mundo da vossa morte, dizia mais paulo, tristitia michi optabam anathema esse pro fratribus meis continuus dolor cordi meo, sempre viui *commiguo* tristeza desejei ser escomungado por meus Irmãos *continuador* em meu coração,

não tão soamente esta virtude de tristeza quanto a *deus* mas *que* ainda hee necessário terdes memoria do mesmo pecado porque *com* ella mais facilmente se pode evitar delle E quem a traz nunca mais pecou, *que* dizeis dauid, *quam* Iniquitatem meam ego cognosco, conheço minha maldade E meu pecado, esta contraio de *mjm* sempre, sempre ho trago na memoria, E aveis de ser *com* vossos pecados como vinheiro *que* guarda vinha que andando nella acha toJos ou silvas E as aRanca E põe nas no tapume por guarda, penitentes aRancai os toJos E silvas (vossos pecados) da vinha do *senhor* *que* hee vossa alma E ponde os no valado de vossa memoria, fazei sebe delles *que* danauão ha vinha, fiquem por guarda E memoria satisfactoria

muitos costumão trazer Reliquias ao pescoço *pera* *que* *deus* os liure de perigos, *nam* convem outras Reliquias senão memoria de vossos pecados, veJamos que diz o profeta dauid, memoria hominis confitebitur tibi et Reliquie cogitationis diem festum agent tibi, a memoria do homem se confessara a ti E as Reliquias te celebrarão dia de festa *que* se perdoa pecado por pecado

as lagrimas são causa de se perdoarem pecados, *nam* haa pecado que *nam* seJa perdoado se ouuer memoria deles E lagrimas / [fl. 130v] E *pera* Jsso veJamos mais dauid, dixit dominus ex basam, converterei converterei da profundeza do mar, converterei hum pecador se chorar hum pecado da profundeza de suas culpas la chegara meu poder, *que* fara o pecador *pera* ser trazido das profundezas, grande Remedio, Intinguatus pestuus In sanguine, metei os vossos pees no sangue, os pees de nossa alma são a memoria E *com* ella se passa qualquer pessoa onde quer, pois esta memoria das cousas E torna los pensamentos *que* são os pees, E mete los no sangue da paixão de *christo* E *com* os merecimentos della são perdoados os pecados E converter uos ha *deus* da profundeza do mar delles, E se me *nam* crerdes vede a madalena, por ventura bradou confessou ho *que* fez, stans Retro secus pedes domini lacrimis cepit Riguare pedes eius, estaua maria detras do *senhor*, E ali *com* lagrimas lauaua seus pes forão tão efficazes estas lagrimas *que* mereço ser suficiente *que* lhe dissesse *christo*, Remittuntur ei peccata multa, sam lhe perdoados muitos peccados, assi que a memoria dos pecados posta no sangue de *christo* *que* hee a sua paixão *com* elle mereçereis *que* vos diguão, Remittuntur tibi peccata tua, são vos perdoados vossos pecados,

de maneira que lagrimas *nem* tristeza *nam* aproveitão nada *pera* Ressuscitar mortos *nem* *pera* sarar corpos senão almas, aveis de deixar mortes alheas por chorardes vossos peccados proprios, a Rezão que dais *pera* chorar hee, quia tulerunt dominum meum, por *que* apartaram vosso *senhor* de vos E eu diguo uos que esta Rezão *que* vos daes essa vos deue d alegrar, porque dir uos hei *quam* ditoso foi em partir E nos desditossos em ficarmos qua, E *nam* direi mais que duas palauras da morte E duas da vida, vida *que* temos nella miseria chea de fortunas atribulada chea de sobresaltos desassosseguos, tudo na vida hee morte, fome, sede, frio, quentura, qansaço, tudo hee morte, olhai depois de embolsado o comer *que* hee o noJo de ho ver, fraqueza miseria dos homens cousa *pera* lançar detras das costas, por hum prazer, mil dores, hum dia / [fl. 131] que leuas vento a popa hum ano E meo de fortuna A bolina com a escota na mão,

salamão que dizeis desta vida, omnia flumina Intraunt mare, todos os Rios vão ter ao mar, todos os Rios doces todos os prazeres vão parar ao mar salgado de desconsolação, quanta deferença na doçura haa do Rio ao mar, tanta haa dos prazeres aos trabalhos, vida triste

prometes muito E das pouco, vida trabalhosa, morte que *nam* tens descanso, maldito quem em ti confia, E muito ditoso quem te acabou, dens putridus et pees lapsus, dente podre E pee manco, O mundo Infiel, *que* es como dente podre *que* dana a ssi E a todos os que estão a cabo delle, pee coxo *que* *nam* chega nunca ao paraíso, quem te conhecer fonfarrão em prometer conhecer te haa por falso na vida E mentirosa [*sic*] na morte em tudo o que prometes, mundo enfronhado de pompas de brocados, E de dentro estaa cheo d espuçiças, almofada mole, E de dentro toda enfronhada em pennas, tuas consolações *nom* sam firmes, são de pintura *que* não aproveitam, aluas de fora, E de dentro as conçiências todas çuJas, mar ocçeano de miserias, falsa esperança, Riqueza pobre, gloria sem honrra, alegria pouca, tristeza muita na vida, contentamento mentiroso, amizade vã, ontem príncepe, *quam* presto *naçem* tam cedo se vão, contentamentos do mundo, colunas de salamão vans de dentro sobredouradas, vanitas vanitatum et omnia vanitas, vaidade das vaidades E tudo vaidade, *nom* tendes por bem aventurado E ditoso aquelle que acabou E por desditosos aquelles que ficam, outros males tem a vida muito piores que *pera* *hum* homem aver de ser virtuoso

E quanto mais amigo de *deus* haa de ser atribulado E Jmiguio do mundo, *nom* haa de Rir porque *nam* hee santo, fili acedens ad seruitutem dei sta in timore et Justiça et prepara anima tuam ad tentationem, diz salamão, *filho* se queres ser virtuoso E amigo de *deus* aparelha te a tribulação, que aveis de ser atribulados *pera* ser Justos, *omnes* qui pie volunt viure Jn christo Jesu persecutionem patiuntur, que *nom* ha *deus* de matar ho pai E ho *filho* aveis lhe de dar graças, E se não pecais mortalmente sob pena de perderdes ha gloria E de hirdes ao Inferno, vida atribulada *que* quanto mais virtuoso, mais perseguido / [fl. 131v] haa de ser,

ezechiel moReo lhe a molher, mandou lhe *deus* *que* metesse as lagrimas *com* os punhos nos olhos, como *senhor* *nam* chorarei, *nam*, se queres ser Justo, mandou lhe *deus*, que iij^c E IR dias dormisse do lado esquerdo, E outros tantos do lado direito, assi que *pera* ser [*sic*] virtuosos hee neçessario *que* padeçaes que *com* descanso *nam* se pode hir ao paraíso, somos como nao que vem da India E peem na [*sic*] qua em estaleiro, *hum* dia lhe *tiram* as velas, outro as enxarças, outro a guavea, outro o masto, de maneira *que* deixão ho casco soo, *hum* dia vos tirão ho pai, a molher, o *filho*, E convem que a tudo diguais, benedicam dominum Jn omni tempore, bemdirei ao *senhor* em prazeres ¹ em trabalhos, em tribulações, em fadiguas, em todo tempo se achara louuor delle na minha boca, *deus* hee como musico *que* lhe metem a viola na mão *com* huma corda *nam* tange senão com todas, E *com* todas toca E faz sua musica perfeita, *deus* toca contras baixas em cousas pequenas, E tenores mais altos, de maneira *que* toca todas, E *pera* ser virtuoso o homem haa de louvar a *deus* *com* todas, pois quem tal acabou *nom* hee muito ditoso, si hee, outro mal hee mui grande trabalho, temos nesta vida *que* *nom* ha *nenhum* que *nom* deseJe ser virtuoso E bom E não podemos faze llo, temos hum peso As costas *que* nos estorua, veJamos paulo *que* dizeis, Jn felix eguo quis me libirabit de corpore et de morte lucti mala venturado eu, quem me liurara de meu corpo que *nom* quer *que* faça *nenhum* bem, *nem* me deixa husar de *nenhuma* virtude,

outro mal tem esta vida *que* aquellas cousas de virtude que se fizeram *pera* saluação, estas nos leuão ao Inferno, veJamos que dizeis fariseu, quem vos leuou ao Inferno, fazer virtudes, *que* por fazer obras virtuosas aveis de ouvir *hum* preguão, Justiça *que* manda fazer *deus*, manda *que* este fariseu por virtuoso va ao Inferno, O trabalhosa vida *que* o que me ha de saluar, me condena, *virgens* *nam* sois dez pois como çinco vão ao paraíso E as çinco vão ao Inferno, por ventura *nam* hee obra *vertuosa* ser virgem, si, pois donde vem Jsto, quer *deus* que todallas obras virtuosas seJam feitas por seu amor, que como escardeardes *que* loguo vos leuem ao Inferno,

o toureiro que / [fl. 132] quer fazer sortes E anda no corro *nam* as faz senão diante do Rei ou príncepe *que* ahi estaa presente, E se as *nam* faz diante delle perde a merçe *que* ouvera d aver se as fizera diante delle, nossas obras fazemo las diante de *deus* como toureiros, se as *nam* fazemos diante delle vai tudo errado, porque aquillo que nos ouvera de levar ao paraíso, Jsso nos leua ao Inferno, praza a *deus* que nisto seJa mentiroso, *que* os portugueses huma das cousas

¹ Riscado: “na minha boca”.

que os leua ao Inferno me parece hee daquellas *que* os ouvera de leuar ao paraíso, em português tudo hee virtudes, *prouvesse* a *deus* que fossem *vertudes* merecedoras do paraíso,

mandaua *deus* aos filhos de Jsrael, *que* quando lhe offerecessem os sacrificios aquelles cordeiros *que* fossem esfolados, detracta pelle hostie, as virtudes hão de ser sem pelle o Interior de dentro são dous extremos de heresia, este tem o luterano *que* diz que *nam* ha obras senão fee, errado, outra heresia *que* vem cahir nella português *que* põe a confiança nas obras exteriores E estas *que* os hão de leuar ao paraíso os leuão ao Inferno, Rechaçam as aue marías como pella, dizei me la tres aue marías *que* guanhe A choca,

nas noras E poços aquelles vasos alcatruzes todos são furados no fundo, E se algum não he furado *nam* toma aguoas *que* toma vento E as obras virtuosas se tomão vento do mundo E *nam* vão furadas, *nam* tomam nada de graça de *deus*,

O vida triste que a mesma miseria traz consigo *nam* pode fazer bem como deue, que as mesmas virtudes *que* nos hão de leuar ao paraíso nos leuão ao Inferno, ditoso marquez de vila Real *que* acabou mofinos noos *que* ficamos E *que* viemos, se a vida pois hee maa E chea de miseria E de trabalhos, E a morte hee boa, quem sera o *que* *nam* folgue mais moRer *que* viuer morte boa cousa, *que* se a memoria da morte hee boa, que fara a mesma morte, se de vos lembrardes della vos aparta de pecados, que fara ella,

salamão que dizeis da morte, memorare nouissima tuaet Jn eternum non peccabis, traze memoria da morte E nunca Jamais pecaras, aconselhai uos com a morte E nunca eRareis, se vos aconselhais com homens que esperão de viuer *nam* podeis acertar, aconselhai uos com aquelles *que* se lembrão que hão de morrer E acertareis,

hum fisico E *hum* ipocras E gualieno não pode a mais / [fl. 132v] chegar *que* dar saude a *hum* enfermo corporalmente, hee tam boa a morte *que* daa saude a quantas almas estão mortas, hee mui grande letrado *que* *hum*a conclusão que tem, loguo a Resolue, tomai me *hum* sobre escrito da morte, E ponde o na vossa memoria, memento homo quia cinises et Incinerem Reuerteris, lembra te homem que es cinza E em cinza te has de tornar,

vede adão, noe, abrahão, moises, dauid, olhai estes çesares, *que* he delles, terra foram E em terra se tornaram, tudo se desata por aqui, agustinho diz que *nam* pode bem moRer quem mal viueo, a vida de noos outros hee *hum*a tea, se quereis conhecer ho pano della olhai os cadilhos E ho fim della E vereis se hee fino ou não, quereis saber a vida de cada *hum*, olhai sua morte E fim, E loguo se conhece,

a boa morte desculpa toda maa vida, a boa lenha faz boa cinza, a boa vida boa morte, madalena diz, tulerunt dominum meum, tomaram meu *senhor*, andaua madalena buscando a vida na morte, erraua, E por Jssó ha *nam* achava, a morte se se *nam* busca na vida *nam* se acha a vida na morte, balão profeta chamado daquele Rei balac dos moabitas *pera* *que* maldiscesse ao pouo de JsRaell, viuendo mal E *nom* sendo bom profeta dizia, moriatur anima mea morte Justoque et fiant novissima mea eo*que* similia, moira a minha alma morte de Justos E meus derradeiros dias seJam semelhantes aos destes, balão viues mal, E queres morrer bem E morte de Justo morte de Religioso,

andando absalão fora da graça de dauid pella morte de amão seu Jrmão, *hum*a molher teuca foi falar a dauid *pera* o Reconciliar, E diz antre outras palavras, omnes morimur et quasi aque dilabimur in terra que non Reuertuntur, *senhor* somos na morte como aguoas que coRem pella terra E nunca mais tornão, assi como as aguoas coRem assi vão nossos dias, nunca Jamais tornam correndo se vão as aguoas consumindo pella terra assi nossos dias se vão guastando, as aguoas se passam *per* terra doce são saborosas, E se por terra d enxofre sam salobras assi que leuam as aguoas ho sabor da terra,

a morte / [fl. 133] também leua ho sabor da vida, se boa foi a vida, boa foi a morte, tendes qua *hum* exemplo *que* de trilhado ho desprezais, *que* o estado da vida hee comparado ao pauão, este toda sua gloria hee nas pennas, faz sua Roda, E estaa naquella gloria, E quando olha ho fim *que* são os pees desfaz loguo a Roda, o fim do corpo, as glorias mundanas, os faustos E estados, pennas sam do pauão, *pera* a morte que aveis de moRer, desfazei a Roda, *nam* tenhaes gloria nas pennas, olhai a Roda do marquez como se desfez com o pe¹ da morte, sua Jda a

¹ Palavras emendadas. Primeiro, escreveu: “os pes”.

africa, a Jda a castela, sua casa, o fausto de sua *pessoa*, seus criados, vedes vão as *pennas* do pauão em *hum* pobre habito de *são francisco*, em *que* *param* as Rodas que fez neste mundo *com* as *pennas*, pois olhais *pera* as *pennas* *nom* descuideis dos pees da morte,

quando *naçeram* esau E Jacob peleJando no ventre de Rebeca sua māj, veo esau primeiro E Jacob vinha apeguado *com* *huma* mão no calcanhar do Jrmão, protinus alter egrediens plantam fratris tenebat manu, esau morguado primogenito herdeiro do mundo, traz Jacob, a mão no vosso calcanhar, vede pois os morguados, E *porem* olhai *pera* o calcanhar delles *pera* o pee da morte E loguo vos liurara, são como vos outros preguando uos a morte como *hum* espinguardeiro *que* *ve* *huma* manada de pombas, encara E tira, E deRiba *huma*, E as outras espantadas do tiro se leuantão E vão voando, E dali a pouco tornam assentar se, E o espinguardeiro torna a tirar lhe, E *nam* faz senão mata las *huma* E *huma*, vos outros assi, preguam vos da morte vedes moRer *hum* *que* foi o tiro do espinguardeiro E espantados delle conheceis a vaidade do mundo, E loguo tornaes outra vez ao dantes, E esquecidos do que morreo E vos dizem na preguação, E por Jsso se pinta a morte *com* arco na mão E çegua porque *nam* Resguarda a Rei *nem* prinçepe, *nem* a outro algum E tira *com* arco como çegua, sem orelhas que *nam* ouve *nem* Reçebe Roguos de ninguem, nua porque vai em osso E *nam* leua nada, peitos abertos porque com ella se descobre tudo, E aguora encarou *com* o arco / [fl. 133v] E leuou ho marquez,

tudo hee vaidade, voamos ao tiro do espynguardeiro, espantamo nos de sua morte, E tornamo nos ¹ loguo a por do primeiro voo E envelheçemos no que primeiro estauamos, sabeis *que* foi leuar ao marquez, dizer a morte E Jurar por esta que a todos vos hei de matar, por Jsso *nam* seJa a memoria da morte tam esquecida porque parece E deue ser boa, mas *pera* o mau não haa pior dia, E *pera* o bom *nom* o ha melhor, ao mau acabam se lhe os bens temporaes E começam males perpetuos, E ao bom acaban se lhe os males desta vida E começam *bens* sem fim,

veJamos são João que diz, beati mortui qui in *domino* moriuntur, escreue no coração, bem aventurados aquelles que moRem em o *senhor*, a estes diz o *spiritu* que Repousem de seus trabalhos, E Reçeberão premio de suas obras, apos de que andaes, de descanso E de gualardão, duas cousas sam *que* se *nam* podem alcançar neste mundo, descanso, *nam* diz nada, o gualardão dos serviços *nam* se Reçebe qua pois onde se Reçebe, beati mortui qui In *domino* moriuntur, em morrer no *senhor*, E nas obras virtuosas que fizeram opera enim illoque seguntur illos, pois se na morte alcança aquillo *que* na vida se *nam* pode alcançar *que* he gualardão de serviços E descanso *pera* sempre, melhor he loguo a morte que a vida,

nom ha loguo Rezão de chorar se não onde a vida hee misera, veJamos *que* aconteceu na morte do marquez, dizeis agustinho *que* da boa vida vem boa morte, elle bem moReo, segue sse *que* bem viueo, leixemos o priuilegio de *deus* *que* o ladrão sempre fora mau, E aaquella ora moReo bem, segundo Regra *christaã*, quem bem viue bem more, E quem mal viue mal morre, segundo *deus* piadosamente, foy bom *christão* E moReo como *christão*,

não foi por neçessidade a africa, herdeiro era do marquezado, mas por zello da fee esteue seis annos, *nam* foi elle o primeiro *que* este zelo lhe vem de seus primogenitores *que* o conde dom *pedro* primeiro capitão de çepa quando el Rei dom João o primeiro foi sobre ella leuou seis naos caReguadas de Jente E mantiment<os> a sua custa, E depois de tomada a çidade, cometeo el Rei muitos *senhores* *que* ficassem por guovernadores della, E por ser / [fl. 134] a primeira cousa tomada em africa, ninguem ousou ficar em ella E elle soo se offereço a ter a capitania E guovertança, pello *que* o dito Rei dom João de boa memoria lha deu com todo seu poder, E *que* nella fizesse ho *que* elle faria em *pessoa* da qual doação E Jurdição oJe husam os socçessores desta casa,

quando se el Rey tornou ficauão os homens chorando nos muros vendo despedir as naos, E elle andaua os esforçando vestido em *huma* cota de malha, E dizia lhe taes palauras *que* todos eram ledos de moRer *com* elle, xxij annos guovertou *aquella* çidade, E *nam* despio *huma* cota de malha xbj annos, E Rota lha tiraram do corpo porque lhe aconteçia peleJar duas vezes no dia,

¹ Riscado: "a por".

este pos a deuisa do aluo [sic]¹ nesta casa, o qual estaa sepultado em santo agustinho desta villa, casou sua filha com dom fernando de Noronha que depois foi conde de vila Real filho do conde de Jigão E neto d el Rei dom anRique de castela o 2.º deste nome E d el Rei dom fernando de portugal o qual conde de vila Real estaa sepultado a par do dito seu avoo el Rei dom fernando, no coro deste mosteiro na sepultura que estaa detras,

este conde dom pedro seu sogro lhe pos por obrigução pois socçedia sua casa, que todos herdeiros della se chamassem de meneses E fossem obrigados trazer no escudo das suas armas as dos meneses no meio como aguora trazem seus socçessores,

este conde dom fernando moReo em çapta, este foi por quem el Rei de fez dizia que emquanto elle estivesse em çapta nam avia de crer que çapta se ouvesse de entregar pello Jfante dom fernando que la moReo santo,

o conde dom pedro, que depois foi o primeiro marquez de villa Real hee o que acreçentou a espada nas armas com as guotas do sangue, ha qual ganhou quando çapta esteue cercada dos mouros E sem socoRo E detriminado a morrer peleJando sahio fora E quis nosso senhor que em elle saindo pelas portas da çidade descobrio pella almina a frota dos Jfantes de portugal que ha hão a socorrer, pello que os mouros postos em desbarato, quando os Jfantes chegaram acharam ho conde dom pedro com grande soma de mouros mortos de Redor de sy, E elle com o braço descuberto nu, E a espada E o braço cheo de sangue a cavalo, E quando ho despois el Rei dom Joam o 2.º fez / [fl. 134v] marquez lhe deu aquella espada por armas do marquezado

este foi o que predeo gillhaire capitão principal dos mouros, este foi o que entrou na mesquita de tituão E andou çinco dias no campo E desbaratou sete xeques, este foi o que na batalha de benefoem fez tanto de sua pessoa que el Rei dom afonso disse por elle pello que lhe vio naquela afronta fazer, conde em voo [sic] soo ficou oJe a fee, este foi o que na ponte de çamora foi passado com hum espinguardão, este foi o que na batalha de touro se achou com iij^c de caualo com o príncepe dom João no vençimento della, este foi o que entrou em tanger secretamente soo por huma mina pera dar ordem como se tomasse

deste veo o marquez dom fernando seu filho que tambem esteue em çapta, homem de grande conselho,

E não diguo delles Jsto porque todos ho sabeis melhor que eu, mas pera que saibais de quam longe veo a virtude a este por zelo E amor de fee a este marquez dom pedro, vede se algum se agrauou delle, o sentimento de sua morte faz conhecer sua vida que tal foy não ouve quem não sentisse E quem não fizesse oração por elle, Roguasse a deus por sua vida, a deuação que tinha a todas as quatro ordens, principalmente a nossa ordem de são francisco, não aos frades senão A Religião,

não quero amizade particular a frades, ao frade Religioso fauoreçe lo por parte da Religião a todos queria bem particularmente, E lembra me a mjm que elle esta quinta feira da çea laou os pees aos padres desta casa,

no seu testamento vede que manda, mando que o meu corpo seJa entregue aos frades desta casa de são francisco, a ordem de sua vida, que se achou hum liuro escrito todo de sua mão em que estão as diuidas de seu avoo E de seu pai E suas, homem que tanto desencaReguaua sua conçiência digno hee de memoria,

bem viueo, morreo bem, espanto me na sua morte não chorar vidas alheas E morte propria cada hum, diz aristo, omnium terribilium terribilissimum est mors, somos como barca que com grande çarração² vem demandar a barra com tromenta que nam ha outra maneira senão cortar mastos E aliJar E salue sse quem poder, a ora da morte nam tem saluação senam aliJar E cortar os mastos E vasos / [fl. 135] de soberba,

Jsto soo poderei dizer na morte do marquez, que entrou na morte mar bonança vento a popa sem çarração d entendimento, estaua viuo E morto na ora da morte, sem pulso E com muito, que estaua sem elle, E estaua dizendo ecce apropincat hora, ex que Ja se achegua a ora de

¹ A divisa do 'aleo'.

² Palavra emendada. Primeiro, escreveu: "ção".

dar minhas contas, estaa dizendo aos padres encomendo uos a ordem de são *francisco*, em vez de elles lhe preguarem, elle lhes preguaua

olhai a benção que lança a seu *filho* dizendo pella minha benção que seJas bom *christão*, não lhe leixa *condado nem marquezado* senão encomenda a fee, O bom pai, segundo *deus* E minha conção *que* se deue escreuer delle em liuros, manda mais ao *filho* sob pena de benção E maldição *que cumpra* seu *testamento*, digna hee tal vontade de se cumprir, E daqui se Jnfire *que* bem viueo E melhor moReo,

pera que hee loguo chorar, pois a morte alcança aquillo *que* a vida *nam* pode alcançar, o por *que* choro hee porque *nam* sei onde me poseram meu *senhor*, provarei que ho sabeis E desfarei esta Rezão de certa çiença, não se sabe senão por Reuelação de *deus* speçial senam qua *per* conJeituras da *christandade*, diz *christo*, sint lumbi vestri preçinti et luçerne ardentis in manibus veris, homens que esperais de moRer, *pera que* se *nam* acabem os bens temporaes E comecem males *perpetuos* tomai as tochas ardentis nas mãos E estai prestes como homens que esperão seu *senhor*

quando viraa das vodas, quando nos outros naçemos metem nos ho çirio na mão, este çirio *que* quer dizer a fee E escreuem nos no liuro do catalogo de nosso *senhor*, na mão nos metem ho çirio *que* são as boas obras, E ao *que* quer moRer tambem lhe metem o çirio azezo na mão, protesta *que* moira na fee viua E *com* boas obras, çirio azezo fee alumiada hee neçessario estar *com* tocha na mão azeza como moço da camara *que* espera no paço *que* saya seu *senhor*, aveis d estar *com* as boas obras E boa fee E os olhos na porta da morte, *beati sunt serui illi quos cum venerit dominus* In *venerit* vigilantes, bem aventurados são aquelles seruos os quaes quando vier o *senhor* os ache acordados E prestes *com* fee E *com* obras aquelles *que* achar azezos,

pois veJamos se se achou o marquez *com* tochas de boas obras azezas, estaa na ora da morte E estaa dizendo, ecce Jam appropinquat hora, ex *que* Já se achegua a ora, / [fl. 135v] pedio a candeia material, dizendo dai qua esse crucifixo E começa a beiJa llo E dizer, no entendimento destes braços espero *senhor* minha saluação E Redenção, como se dissesse, *senhor* eu *nam* tenho mereçimentos que sam mui grande pecador, mas espero nos mereçimentos da tua paixão E de teu sangue me salues,

bem auenturado seruo *que* foi achado a ora da morte *com* candeia na mão, estes são os *que* aqui dão boa vida E boa morte, E depois gloria, ad *quam* nos perducatur.,